

São Paulo, 23 de junho de 2023.

À

TERRA SANTA PROPRIEDADES S.A.

SILVIO TINI DE ARAÚJO

RENATO CARVALHO DO NASCIMENTO

CARLOS AUGUSTO REIS DE ATHAYDE FERNANDES

JULIO TOLEDO PIZA

RICARDO BALDIN

LUCILA PRAZERES DA SILVA

(Em conjunto, “Notificados”)

REF.: PEDIDO DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A.

ESH THETA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, fundo de investimento inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.997.509/0001-51, com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, bairro Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04.538-132 (“Esh Theta” ou “Fundo”), neste ato representado por sua gestora Esh Capital Investimentos Ltda., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.006.806/0001-20, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Rua Cunha Gago, nº 700, 4º andar, conjunto nº 141, bairro Pinheiros, CEP 05.421-001 (“Esh Capital” ou “Gestora”), representada por seus advogados abaixo assinados, devidamente constituídos conforme procurações em anexo (**Doc. 1**), na qualidade de acionistas representando participação superior a 4% (quatro por cento) do capital social e votante da **TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 40.337.136/0001-06, com endereço na cidade e estado de São Paulo, na Praça Gentil Falcão, nº 108, conjunto 81, sala 04, 8º andar, Cidade Monções, CEP 04571-150 (“TS Propriedades” ou “Companhia”), conforme extrato de participação anexo (**Doc. 2**), vem, na forma do art. 123, Parágrafo único, “c”, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.” ou “LSA”) e da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022 (“Resolução CVM 70/22”), notificar V.Sas. acerca desse segundo pedido de convocação de AGE (“Segundo Pedido de Convocação de AGE”), conforme passa a expor:

1. Fazemos referência ao primeiro pedido de convocação de assembleia apresentado pelo Esh Theta, enviado à administração da Companhia em 15.06.2023, tendo por objetivo deliberar sobre a (i) tomada de esclarecimentos da administração acerca dos fatos nele descritos; e (ii) deliberação sobre suspensão dos direitos políticos dos acionistas signatários do Acordo de Associação (e de pessoas/veículos a eles vinculados), conforme abaixo definido, ante as graves violação de obrigações

informativos e a prestação de informações falsas aos demais acionistas e ao mercado, notadamente quanto (a) à omissão da existência de grupo de controle na Companhia e (b) ao desenquadramento da Companhia aos níveis mínimos de ações em circulação exigidos pelo regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), o que se verifica desde o seu ingresso nesse seguimento de listagem (“Primeiro Pedido de Convocação de AGE”).

2. Não obstante o fato de que o Conselho de Administração da Companhia descumpriu o prazo legal para convocação de AGE previsto no artigo 123 da LSA¹, inclusive contrariando o expressamente informado através de comunicação enviada pela Companhia ao Esh Theta e a seus representantes em 20.06.2023, pelos fatos e fundamentos adiante aduzidos o Primeiro Pedido de Convocação de AGE é ratificado com a modificação das matérias que compõem a ordem do dia da assembleia a ser convocada, na forma ao final requerida.

I.

Os abusos e ilicitudes praticadas pela administração da Terra Santa Propriedades S.A. na operação de combinação de negócios

a. O conflito de interesses da administração na operação de combinação de negócios envolvendo SLC, TESA e a Companhia

1. O Esh Theta identificou evidências de que a administração da Companhia atuou em conflito de interesses na operação de combinação de negócios consumada em 2021 (“Operação”), envolvendo a Terra Santa Agro S.A. (“TESA”) e a SLC Agrícola S.A. (“SLC”), realizada sob a forma de incorporação de ações da primeira pela segunda, aprovada pelas assembleias realizadas por ambas as companhias em 20.05.2021 (“Incorporação de Ações TESA”) e da pretérita Reorganização Societária TESA, conforme abaixo definida, da qual resultou, como se verá, a contratação de arrendamento de terras de propriedade da Companhia em condições não comutativas e prejudiciais a ela e a seus acionistas.

2. Inicialmente, a partir de informações extraídas do site da Laplace Investimentos e Gestão de Recursos Ltda. (“Laplace”), empresa da qual o conselheiro de administração da Companhia, Renato Carvalho Do Nascimento (“Renato Carvalho”), é sócio controlador e administrador, acreditaram os

¹ Em recente decisão, o Colegiado da CVM firmou entendimento de que o cumprimento do prazo de 8 dias previsto no artigo 123, § único, c), LSA, pelo conselho de administração das companhias, dá-se pela efetiva convocação da assembleia nesse interregno, conforme se depreende de trecho da manifestação de voto do Diretor João Accioly: “Em síntese, na visão do Diretor Accioly, embora o verbo ‘atender’ [art. 123, § único, c), LSA] seja polissêmico, ‘uma interpretação sistemática e mais atinente à teleologia do que a lei estabelece indica que o prazo de oito dias é para que a convocação seja efetivamente feita pelo conselho de administração’. Desse modo, sistematicamente, ‘deve-se ler que há oito dias para o conselho convocar a assembleia a pedido de acionistas, e a partir do nono dia os solicitantes passam a ser legitimados para convocá-la diretamente’” (PROC. CVM 19957.015062/2022-69).

representantes do Esh Theta que a Laplace e/ou o Sr. Renato Carvalho teria(m) prestado serviços no âmbito da Operação (ata notarial anexa - **Doc. 3**):

Follow-on	Restructuring	M&A
2022	2022	
 R\$ 1,521,729,000 Restructuring 2021	 R\$ 2,100,000,000 M&A 2021	 R\$ 753,000,000 M&A 2021
 R\$ 350,000,000 IPO 2021	 Not disclosed M&A 2021	 Not disclosed M&A 2021

3. Somou-se a isso, a descoberta de que Laplace (50%), Júlio Cesar de Toledo Piza Neto (25%), José Humberto Prata Teodoro Júnior (25%) se tornaram sócios (“Sócios Deméter”), ao passarem a integrar sociedade empresária Deméter Capital Empreendimentos e Participações Ltda. (CNPJ/MF 42.065.828/0001-78 – “Deméter Capital”), poucos dias após o fechamento da Operação.² Essa sociedade tem como objeto social a prestação de serviços de assessoria financeira, ocupando a posição de seus administradores os Srs. Renato Carvalho, Julio Cesar Toledo Piza Neto e José Humberto Prata Teodoro Júnior (**Doc. 4**).

4. Diante dessas informações, o Esh Theta tem buscado esclarecimentos e informações da Companhia no intuito de melhor avaliar a eventual atuação em conflito de interesses por parte de integrante da administração da Companhia, conforme registrado da manifestação de voto apresentada na AGO de 26.04.2022 (**Doc. 5**) e das notificações extrajudiciais datadas de 10.12.2021 (**Doc. 6**) e 26.08.2022 (**Doc. 7**).

5. As poucas informações prestadas pela administração da Companhia não poderiam ter sido mais enigmáticas. Na AGO de 26.04.2022, não foi negada a prestação de serviços pelo conselheiro, afirmando-se laconicamente que do caixa da Companhia não foram destinados valores a Renato Carvalho.

² Conforme fato relevante conjunto da TESA e da SLC de 02.08.2021, “foi confirmado o fechamento da Operação, com a data de eficácia da Redução de Capital e consumação da Incorporação de Ações em 1º de agosto de 2021”, sendo assinada o ato de ingresso dos Sócios Deméter na respectiva sociedade em 20.08.2021 – grifou-se (doc. x).

6. O Esh Theta também se insurgiu e buscou esclarecimentos quanto ao **pagamento de R\$ 20 milhões efetuado em 29.10.2021, pela Companhia à TESA (já sob o controle da SLC), a título de suposto ajuste de preço da Operação (Doc. 8)**. A suspeita do Esh Theta era de que esses valores pudessem ter sido destinados a administradores da Companhia, que em sua maioria também ocupavam cargos na administração da TESA.

7. Nenhum dos fatos relevantes e comunicados ao mercado divulgados a respeito da operação trouxeram qualquer informação de que à Companhia recairia obrigação de pagamento de eventual “ajuste de preço”, circunstância que agravou a suspeita do Esh Theta.

8. Causou espécie a própria divulgação intempestiva da informação de que as administrações da TESA e da TS Propriedades tinham pactuado com a SLC obrigação de “ajuste de preço”, a cargo da Companhia.

9. Esse mecanismo - comum em operações de aquisição de participação societária, nas quais há, de fato, estipulação de obrigação de pagamento de quantia certa: o preço de aquisição – mostra-se incompatível com a estrutura da Operação. A TS Propriedades não realizou alienação ou venda do que quer que seja, tampouco foi estipulada em favor dela obrigação de pagamento de preço, que pudesse ser objeto de ajuste por majoração ou redução.³

10. Ademais, o “ajuste de preço” não contou com a **aquiescência ou conhecimento dos acionistas da TESA ou da Companhia**, tendo a informação da pactuação dessa condição ficado reservada aos então administradores da TESA. Nenhum dos documentos submetidos à aprovação assemblear trouxe qualquer informação sobre a pactuação de qualquer obrigação remanescente ou de mecanismo de ajuste de preço de responsabilidade da Companhia, conforme se vê das propostas da administração quanto à Reorganização Societária TESA (**Doc. 9**), abaixo definida, ou da Incorporação de Ações TESA (**Doc. 10**), deliberadas, respectivamente, nas AGEs realizadas em 29.04.2021, 9h (**Doc. 11**) e em 21.06.2021, 9h30min (**Doc. 12**).

³ Sobre o emprego e uso do mecanismo de ajuste de preço como prática em operações de aquisição de participação acionária, merece transcrição o magistério de Sérgio Botrel:

“Nos casos em que há diferimento do pagamento do preço, é corriqueira a previsão de ajustes, decorrentes de perdas sofridas pelo comprador em virtudes de fatos ocorridos antes da transação e que são, pelas disposições contratuais, de responsabilidade do vendedor.

(...)

*A identificação de situações que autorizam o ajuste de preço deve partir da necessidade de a dívida a ser compensada com parte da parcela do preço enquadrar-se na categoria líquida e vencida. No entanto, as partes devem regular situações em que o comprador não se sinta confortável para promover o pagamento das parcelas vincendas para, somente depois, buscar indenização ou reembolso de obrigações imputadas à empresa adquirida, mas que sejam de responsabilidade do vendedor” - grifou-se (in BOTREL, Sérgio. *Fusões & Aquisições*. 3ª ed. São Paulo. Saraiva, 2014. p. 268).*

11. Ademais, pagamento a esse título (ajuste de preço) contraria a própria estrutura da Operação, que consistiu, primeiramente, em “transferir da Terra Santa [TESA] para a TS Agro [atualmente TS Propriedades] as ações da TS LandCo, **todos** os imóveis, ativos, **obrigações, passivos** e direitos **a serem segregados** (especialmente propriedades rurais e correspondentes benfeitorias), **não compreendidos no perímetro da Operação**” (fato relevante conjunto de TESA e SLC, de 25.03.2021 – **Doc. 13**). Posteriormente, realizou-se uma redução de capital da TESA, devolvendo-se o capital a seus acionistas por meio da entrega de ações de emissão da TS Propriedades (“Reorganização Societária TESA”).

12. De regra, somente poderiam supor os acionistas da TS Propriedades que seriam de responsabilidade dessa as obrigações e passivos expressamente descritos e relacionados nos documentos e laudos de avaliação elaborados e aprovados no contexto da Reorganização Societária TESA. Nesses documentos é que foi determinado e delimitado os elementos (direitos, obrigações, passivos etc.) do patrimônio líquido transferido à Companhia a título de integralização de aumento de capital social, por aplicação dos dispositivos dos artigos 7º, 8º e, por analogia, da primeira parte do parágrafo 1º, do artigo 229⁴, todos da LSA.

13. Como corolário do princípio da autonomia patrimonial, todos os demais passivos e obrigações que não foram contemplados no patrimônio líquido transferido à TS Propriedades no contexto da Reorganização Societária TESA, mantiveram-se como parte integrante do patrimônio da TESA e seriam de sua responsabilidade.

14. Contudo, por força do Acordo de Associação, conforme abaixo definido, convencionou-se a assunção, pela Companhia, de obrigações de responsabilidade da TESA, sendo que somente tempos depois da consumação da Operação os acionistas da Companhia tomaram conhecimento da existência da obrigação de pagamento pela TS Propriedades a título de ajuste de preço.

15. A partir da análise das demonstrações financeiras da SLC referente ao encerramento do exercício findo em 31.12.2021, o que já parecia nebuloso ganhou contornos concretos de ilegalidade (**Doc. 14**). Nelas, em conta contábil intitulada “*honorários de terceiros*” foi registrado o pagamento de R\$ 19,5 milhões referentes a “*valores relativos ao Programa de Participação nos Resultados e [de] despesas não recorrentes [...] relacionadas à operação de combinação de negócios com a Terra Santa*”:

⁴ Art. 229. (...) § 1º Sem prejuízo do disposto no artigo 233, a sociedade que absorver parcela do patrimônio da companhia cindida **sucede a esta nos direitos e obrigações relacionados no ato da cisão**; no caso de cisão com extinção, as sociedades que absorverem parcelas do patrimônio da companhia cindida sucederão a esta, na proporção dos patrimônios líquidos transferidos, nos direitos e obrigações não relacionados.

Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas (excluindo valores relativos ao Programa de Participação nos Resultados e as despesas não recorrentes (R\$ 19,5 milhões) relacionadas à operação de combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A.) apresentaram queda de 1,3% no comparativo com o mesmo período do ano anterior.

ii. **Honorários com terceiros** | Apresenta forte aumento em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido a despesas não recorrentes relacionadas à operação de combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A., totalizando R\$ 19,5 milhões. A variação da conta de honorários sem as despesas não recorrentes apresenta crescimento de 53,8%. Esse incremento notadamente se refere a despesas com assessoria jurídica, relacionadas ao sucesso de processos tributários e prestação de serviços de manutenção de software;

TABELA 19 | DESPESAS ADMINISTRATIVAS

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Gastos com pessoal	66.216	38.989	56.783	-14,2%
Honorários de terceiros	9.065	5.877	33.441	268,9%
Depreciações e amortizações	4.021	2.094	4.135	2,8%
Despesas com viagens	1.542	1.176	1.119	-27,4%
Manutenção de Software	5.844	5.090	8.291	41,9%
Propaganda e Publicidade	2.766	2.692	2.381	-13,9%
Despesas de comunicação	3.835	3.798	4.725	23,2%
Aluguéis	1.360	1.293	2.672	96,5%
Conting. Tribut., Trabalh. e Amb.	186	186	396	112,9%
Energia Elétrica	328	175	1.501	357,6%
Impostos e Taxas Diversas	1.373	1.332	2.086	51,9%
Contribuições e doações	4.283	4.283	5.032	17,5%
Outros	5.308	3.073	1.724	-67,5%
Subtotal	106.127	70.058	124.286	17,1%
% Receita líquida	3,0%	2,3%	2,8%	-0,2p.p.
Participação nos Resultados	45.394	45.394	98.210	116,4%
Total	151.521	115.452	222.496	46,8%

16. A hipótese de que os “honorários de terceiro” seriam referentes a serviços de assessoria prestados por administradores da Companhia, no âmbito da Operação, foi negada pela SLC, através de comunicação enviada aos representantes do Esh Theta em 02.09.2022, em que foi consignado que “a SLC pode afirmar que não realizou a contratação da Laplace Finanças, seja direta ou indiretamente através de quaisquer de suas controladas ou subsidiárias, **para assessoria na operação que resultou na combinação dos negócios da SLC com a TESA**” (Doc. 15).

17. Em 24.05.2023, as informações prestadas pela SLC foram complementadas, afirmando-se que “a SLC esclarece que não pagou à nenhuma das pessoas relacionadas nos itens a), b) e c) acima quaisquer valores a título de despesa não recorrente com honorários de terceiros, bem como, qualquer outra despesa ou honorário nessa ou em qualquer outra rubrica e que não efetuou qualquer pagamento, de forma direta ou indireta, que sabia ter como beneficiário alguma pessoa indicada nos itens acima, **a fim de remunerar serviços de assessoria prestados no contexto da operação combinação dos negócios da SLC com a Terra Santa Agro S.A. (“TESA”), em especial à Laplace e/ou ao Sr. Renato Carvalho**

Nascimento ou, ainda, à Deméter Capital Empreendimentos e Participações Ltda” (Doc. 16).

18. Não obstante isso, os elementos e provas reunidos pelo Esh Theta demonstram que, à toda evidência, **os administradores da TS Propriedades se utilizaram da Operação para, em tese, dissimular a contratação de benefícios e vantagens financeiras para si próprios.**

19. Nesse sentido, veja-se que, mesmo a despeito do prejuízo acumulado de quase R\$ 200 milhões entre 2019 e 2020, em 01.04.2021 o então Conselho de Administração da TESA, composto por Silvio Tini de Araújo, Renato Carvalho do Nascimento, Júlio Cesar de Toledo Piza Neto, Emilio Humberto Carazzai Sobrinho, Arlindo de Azevedo Moura, e Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes, aprovou a convocação da AGO daquela companhia, tendo como ordem do dia, entre outras matérias, a aprovação de remuneração da administração em montante que representava majoração de quase 200% na comparação com o praticado nos 5 anos anteriores, conforme levantamento abaixo:

	2021	2020	2019	2018	2017
Remuneração Administração (R\$)	16.795.316,67 ⁵	6.654.465,00 ⁶	6.500.000,00 ⁷	6.720.000,00 ⁸	6.500.000,00 ⁹
Resultado exercício 2020-2016 (R\$)	(56.848.000,00) ¹⁰	(134.719.000,00) ¹¹	42.622.000,00 ¹²	7.350.000,00 ¹³	(152.355.000,00) ¹⁴

20. E isso ocorreu apenas 5 dias após a divulgação, em 26.03.2021, de fato relevante pelo qual foi dado conhecimento ao mercado de que, naquela data, foi firmado acordo de associação em que foram pactuados os termos e condições da Operação (“Acordo de Associação”).

21. Mas não é só. À toda evidência, **parte significativa dos benefícios e vantagens pecuniárias recebidas pelos administradores da Companhia foi paga diretamente pela SLC**, através da TESA, posteriormente ao fechamento da Operação. É que se depreende, por exemplo, do ITR da TESA referente ao 2º trimestre de 2021, no qual foi registrado que, em 30.06.2021, o montante de R\$

⁵ Vide ata de AGO da TESA realizada em 22.04.2021 (Doc. 17).

⁶ Vide ata de AGO da TESA realizada em 10.06.2020 (Doc. 18).

⁷ Vide ata de AGO da TESA realizada em 24.04.2019 (Doc. 19).

⁸ Vide ata de AGO da TESA realizada em 27.04.2018 (Doc. 20).

⁹ Vide ata de AGO da TESA realizada em 20.04.2017 (Doc. 21).

¹⁰ Vide DFs da TESA referente ao exercício findo em 31.12.2020 (Doc. 22).

¹¹ Vide DFs da TESA referente ao exercício findo em 31.12.2019 (Doc. 23).

¹² Vide DFs da TESA referente ao exercício findo em 31.12.2018 (Doc. 24).

¹³ Vide DFs da TESA referente ao exercício findo em 31.12.2017 (Doc. 25).

¹⁴ Vide DFs da TESA referente ao exercício findo em 31.12.2016 (Doc. 26).

6,518 milhões da remuneração da administração **encontrava-se provisionado (Doc. 27):**

2.4 Remuneração dos administradores (Controladora e consolidado)

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração (fixa e variável) dos diretores e conselheiros nos exercícios foi a seguinte:

	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Remuneração de conselheiros		
Remuneração fixa	(804)	(804)
Remuneração da diretoria		
Remuneração fixa	(1.536)	(1.331)
Remuneração variável (i)	(7.817)	(1.314)
Encargos sociais	(468)	(402)
	<u>(10.625)</u>	<u>(3.851)</u>

(i) Em 30 de junho de 2021, foi provisionado pela administração, o montante de R\$ 3.070 referente à bônus de produtividade da safra 2020/2021, em função dos resultados positivos auferidos pela Companhia em comparação ao seu orçamento. Adicionalmente, em 31 de março de 2021, foi provisionado o montante de R\$ 3.448 referente à bônus de produtividade da safra 2019/2020, também em função dos resultados positivos auferidos.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

22. Ora, se a remuneração da administração da TESA encontrava-se provisionada em 30.06.2021, não há como se supor que tenha havido pagamento dessa parcela até essa data (inclusive), de modo que qualquer pagamento realizado a esse título a partir de 01.07.2021 já foi feito pela SLC em favor dos administradores da Companhia, através da TESA. Afinal, conforme informações divulgadas pela SLC no formulário ITR do 3º trimestre de 2021 (**Doc. 28**), “[a] partir de 01/07/2021, a Companhia [SLC] passou a ter o controle da gestão e diretrizes dos negócios da Terra Santa Agro S.A., passando essa a ser uma subsidiária integral da SLC Agrícola S.A. A partir deste trimestre, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas passarão a incorporar os resultados da Terra Santa Agro S.A.” (grifou-se).

23. Além desses valores, as demonstrações financeiras consolidadas *pro forma* elaboradas pela SLC para fins de Incorporação de Ações TESA registram outras parcelas relativas à remuneração dos então administradores da TESA e atuais administradores da Companhia (**Doc. 29**):

g) Obrigações sociais e trabalhistas

Bônus retenção dos funcionários Terra Santa (i)	9.200
Programa de incentivo - Remuneração baseada em ações Terra Santa (ii)	4.217
	<u>13.417</u>

(i) Refere-se a provisão do bônus de retenção dos funcionários da Terra Santa previsto no Acordo no valor de R\$9.200, o qual possui a finalidade de manter os funcionários até no mínimo a data de fechamento da Transação.

(ii) Refere-se a provisão do pagamento do plano de incentivo de remuneração baseada em ações da Terra Santa que conforme previsto em Acordo deverão ser liquidadas em dinheiro antes da data de fechamento da Transação. Conforme indicado no Acordo, são 101.621 ações distribuídas com 4 executivos os quais estão sendo consideradas como “fully vested” para fins de *pro forma*. O valor de fechamento da ação da Terra Santa em 23 de abril de 2021 foi de R\$41,50.

24. Nesse mesmo sentido, é o que registra o ITR da SLC referente ao 3º trimestre de 2021 (**Doc. 28**):

Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas (excluindo valores relativos ao Programa de Participação nos Resultados), apresentaram aumento de 95,1% e 63,4% no 3T21 e nos 9M21, respectivamente, no comparativo com o mesmo período do ano anterior.

Em ambos os períodos as três principais variações são explicadas as seguir:

- (i) Aumento de Gastos com Pessoal, devido principalmente a despesas com ajustes/aumentos de quadro de pessoal. Além disso, tivemos pagamento de **bônus retention** referente a manutenção dos colaboradores da Terra Santa Agro S.A. (subsidiária integral da SLC Agrícola) frente à combinação de negócios entre a SLC Agrícola e Terra Santa Agro S.A.
- (ii) Acréscimo nas despesas com Honorários de Terceiros, sendo maior parte referente às despesas com assessorias respectivas à combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A.;

(...)

Tabela 26 Despesas Administrativas

(R\$ mil)	9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Gastos com pessoal	31.532	27.871	40.763	29,3%	13.217	9.556	17.654	33,6%
Honorários de terceiros	5.138	3.739	26.240	410,7%	2.697	1.298	17.573	551,6%

25. Saliente-se, ainda, que **recentemente o Esh Theta tomou conhecimento do conteúdo de parte dos documentos - dentre os quais, o Acordo de Associação (Doc. 29 – fls. 222 e seguintes)**, cuja exibição vem há sendo negada pela administração da Companhia, inclusive na via judicial. Esses documentos estão compreendidos dentre aqueles que compuseram a proposta da administração da SLC apresentada à assembleia realizada em 20.05.2021, que, no âmbito daquela companhia, aprovou a Incorporação de Ações TESA (**Doc. 29**).

26. Além de comprovar inequivocamente a veracidade das diversas acusações que vêm sendo feitas pelo Esh Theta – inclusive quanto à afirmação de que os acionistas subscritores do Acordo de Associação exerciam controle acionário conjunto sobre a TESA e seguem exercendo tal poder sobre a Companhia¹⁵

¹⁵ O Acordo de Associação se constitui em prova inequívoca de que, de fato, os acionistas da Companhia, Bonsucex Holding S.A, Demeter Fundo de Investimento em Ações, Demeter II Fundo de Investimento de Ações Investimento no Exterior, Silvio Tini de Araújo, Gávea Macro Master Fundo de Investimento Multimercado, Gávea Macro Dólar Master Fundo de Investimento Multimercado, Gávea Macro II Master Fundo de Investimento Multimercado, Gávea Macro Plus Master Fundo de Investimento Multimercado, Bradseg GIF IV Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior (“**Acionistas Controladores**”), que são signatários de tal instrumento, exerceram, em conjunto, o controle acionário sobre a TESA e seguem exercendo sobre a Companhia, o que se extrai, por exemplo, da cláusula 5.4. de tal instrumento:

“5.4. **Compromisso de Voto de cada um dos Acionistas TS.** Cada um dos Acionistas TS, de forma individual e sem solidariedade entre si, neste ato, concorda expressamente, de forma irrevogável e irretroatável a participar de todas as Assembleias Gerais de Acionistas da Terra Santa, inclusive aquela a ser realizada na Data de Aprovação dos Acionistas, descrita na Cláusula 2.1.9(iii), bem como aquelas descritas nas Cláusulas 3.1.2, 3.2.1 e 3.2.2 acima, e votar pela aprovação, sem restrições, da Incorporação de Ações, da Reorganização Societária, relativas ao Bônus de Subscrição e demais questões relacionadas à tais eventos, de acordo com os termos e condições previstos neste Acordo. Adicionalmente, cada um dos Acionistas TS, de forma individual e sem solidariedade entre si, neste ato, concorda expressamente, de forma irrevogável e irretroatável a obrigação de que, a partir da presente data e até a Data de Fechamento, cada um dos Acionistas TS não (i) Transferirá, direta ou indiretamente, qualquer ação ou valor mobiliário da Terra Santa, inclusive qualquer Bônus de Subscrição a qualquer Pessoa, ressalvado que os Fundos Gávea não estarão sujeitos à restrição de Transferência; (ii) não celebrarão qualquer acordo, contrato ou compromisso que possa impedir, atrasar ou de qualquer forma restringir o direito de voto de cada um dos Acionistas TS com relação às ações ou o direito de voto e exercício dos Bônus de Subscrição; e (iii) não

–, o conteúdo do Acordo de Associação evidencia, inclusive, que **foi objeto de negociação com a SLC a contratação de benefícios aos administradores da Companhia especificamente para que concluíssem a Operação.** Ademais, estipulou-se que parte dos benefícios acordados em favor dos então administradores da TESA deveriam ser arcados, pasmem, pela TS Propriedades, como se vê, por exemplo, da parcela da remuneração prevista no Anexo 5.1 (v) do Acordo de Associação, denominada “PROGRAMA DE RETENTION – OPERAÇÃO SLC”, cujo pagamento, como visto, foi contabilizado no ITR da SLC referente ao 3º trimestre de 2021 (vide § 24 acima):

PROGRAMA DE RETENTION – OPERAÇÃO SLC

Programa instituído pela Companhia para Retenção dos Colaboradores, a fim de que permaneçam em suas atividades por pelo menos até o período necessário até a Data de Fechamento.

Todos e quaisquer pagamentos no âmbito dos Programas de Bônus e de Retention serão considerados como parte do Endividamento, a ser calculado na Data de Fechamento, e de responsabilidade das Sociedades TS ou direta e integralmente arcado por estas ou pela Terra Santa antes da Data de Fechamento.

O valor pago a título de Retenção dos Colaboradores, que é de responsabilidade da TS Agro, varia entre 02 (dois) a 05 (cinco) salários brutos do colaborador, a depender do cargo ocupado na Data de Fechamento; para os diretores e presidente, serão pagos 20 (vinte) e 25 (vinte e cinco) salários brutos, respectivamente, cujo pagamento em todos os casos será realizado em até 05 (cinco) dias úteis da Data de Fechamento, no valor estimado de R\$ 9.200.000,00 (nove milhões e duzentos mil reais).

27. Veja-se, nesse aspecto, que, nos termos das cláusulas 5.1 (v), 5.6 e 5.6.3 do Acordo de Associação, o montante da remuneração da administração acordada com a SLC seria tido “[...] *como parte do Endividamento [da TESA], a ser calculado na Data de Fechamento*”, e deveria “*ser considerado uma Perda indenizável para todos os fins deste Acordo e pago à SLC pela TS LandCo, na qualidade de garantidora e beneficiária de todas as obrigações assumidas neste Acordo [...], observado que [...] os valores devidos serão pagos excepcionalmente em até*” 100 (cem) dias contados do fechamento.

28. Ou seja, possivelmente **os valores que foram pagos a título de “ajuste de preço” tenham se destinado ao ressarcimento da SLC relativamente aos valores por ela pagos, através da TESA, aos**

concederão qualquer procuração, mandato ou semelhante com relação aos direitos previstos nos itens (i) e (ii) acima (“Compromisso de Voto Terra Santa”).

5.5. Obrigação de Cumprimento dos Acordos de Voto. O Compromisso de Voto SLC e o Compromisso de Voto Terra Santa serão considerados como acordos de acionistas da SLC e da Terra Santa, conforme o caso, para os fins do artigo 118 da Lei das S.A., e serão arquivados nas respectivas sedes da SLC e da Terra Santa, nos termos da lei. Nos termos do artigo 118, §8º, da Lei das S.A., o presidente da Assembleia Geral de Acionistas da Terra Santa e o presidente da Assembleia Geral de Acionistas da SLC, conforme o caso, não computarão quaisquer votos proferidos em tais assembleias em desacordo com os acordos de voto aqui previstos e poderá ser exigido pela outra Parte o exercício do direito de voto do acionista infrator nos termos aqui previstos.”

administradores da Companhia, como benefícios e vantagens acordados em favor desses no âmbito do Acordo de Associação.

29. Todos esses elementos se constituem em indícios, evidências e provas de que os administradores da Companhia, em sua maioria acionistas e/ou representantes dos Acionistas Controladores, conduziram a Operação usando de seu poder e cargo para extrair benefícios indevidos para eles próprios, em detrimento dos melhores interesses dos demais acionistas e da Companhia. E o fizeram, em tese, dissimulando tanto a verdadeira natureza dos benefícios e vantagens auferidas sob a forma de remuneração, assim como ocultando que parcela desses benefícios foi paga a eles diretamente pela contraparte da Companhia e da TESA na Operação, a SLC.

30. Como antes demonstrado, dado que as informações divulgadas são divergentes e conflitantes quanto aos valores efetivamente foram recebidos pelos administradores da Companhia no contexto da operação com a SLC, não é possível ao Esh Theta, nesse momento, quantificar os prejuízos efetivamente suportados pela Companhia, devendo o montante da indenização ser apurado no curso da ação de responsabilidade a ser proposta.

31. Não obstante, os prejuízos a serem indenizados deverão compreender não apenas os valores recebidos no contexto da Operação que excedam à média da remuneração da administração da TESA nos anos anteriores, mas também:

- (i) os valores relativos à remuneração adicional aprovada em benefício da administração da TS Propriedades, aprovada em AGE realizada da 23.12.2021 (**Doc. 30**); e
- (ii) os valores equivalentes ao benefício financeiro auferido pelo ex-administrador José Humberto Prata Theodoro Júnior com a migração e recepção, pela Companhia, da outorga realizada pela TESA a ele, no âmbito do Programas de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo de 2019 e 2020, sob a égide do Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo da TESA, aprovado em AGE da Companhia realizada em 21.12.2021 (**Doc. 31**), eis que, a teor das cláusulas 2.4. do protocolo e

justificação da Incorporação¹⁶ de Ações TESA e 2.1.6 do Acordo de Associação¹⁷ (e respectivo anexo 2.1.6.¹⁸), a totalidade das opções outorgadas a ele em tais programas teriam sido aceleradas e liquidadas em dinheiro no contexto da Operação, o que se comprova pelo item 4.3. g) das demonstrações financeiras *pro forma* preparadas no contexto da Incorporação de Ações TESA.¹⁹

32. Desta forma, os então administradores da Companhia violaram seus deveres fiduciários inculpidos, entre outros, no artigo 154, 155 e 156 da LSA, impondo-se a propositura de ação de responsabilidade contra os administradores da Companhia que participaram diretamente das negociações e/ou auferiram os benefícios ilícitos, Srs. Silvio Tini de Araújo, Renato Carvalho do

¹⁶ “2.4. *Instrumentos de Remuneração Baseados em Ações.* Com base na Cláusula 2.1.6 do Acordo de Associação todas as opções de compra de ações e ações restritas outorgadas nos termos dos programas e planos de remuneração e baseadas em ações da Terra Santa, conforme detalhadas no Anexo 2.1.6 do Acordo de Associação, serão devidamente aceleradas (*vested*) e liquidadas pela Terra Santa em moeda corrente nacional antes da Incorporação de Ações, de forma que todos os titulares de tais outorgas darão quitação para a Terra Santa até o Fechamento da Transação, e não terão qualquer direito ao recebimento de ações da Terra Santa e/ou da SLC. Todos os programas e planos de incentivo a longo prazo baseados em ações da Terra Santa serão também cancelados antes da Incorporação de Ações”.

¹⁷ “2.1.6. *Instrumentos de Remuneração Baseados em Ações.* Previamente à Incorporação de Ações, todas as opções de compra de ações e ações restritas outorgadas nos termos dos programas e planos de remuneração e baseadas em ações da Terra Santa, conforme detalhadas no Anexo 2.1.6 serão devidamente aceleradas (*vested*) e liquidadas pela Terra Santa em moeda corrente nacional antes da Incorporação de Ações, de forma que todos os titulares de tais outorgas darão quitação para a Terra Santa até o Fechamento da Transação, e não terão qualquer direito ao recebimento de ações da Terra Santa e/ou da SLC. Todos os programas e planos de incentivo a longo prazo baseados em ações da Terra Santa serão cancelados antes da Incorporação de Ações.”

¹⁸ Nesse sentido, merece reprodução trecho do referido anexo 2.1.6 do Acordo de Associação:

Diante do exposto, foram aprovados Programas para os Anos de 2019 e 2020, cujas tranches ainda pendentes de pagamento, por Diretor Eleito no âmbito do Programa, estão abaixo discriminadas, as quais serão aceleradas e **liquidadas em dinheiro** antes do Fechamento.

PROGRAMA DE INCENTIVO - ANO 2019			
	2º Tranche (A Vencer 2021)	2º Tranche (A Vencer 2022)	
José Humberto Prata Teodoro Junior	24.000	24.000	
Marcio José Ferreira	2.567	2.567	
Marcelo Lambrecht	3.333	3.334	
Paulemar André Jaber de Barros	670	670	

PROGRAMA DE INCENTIVO - ANO 2020			
	1º Tranche (A Vencer 2021)	2º Tranche (A Vencer 2022)	2º Tranche (A Vencer 2023)
José Humberto Prata Teodoro Júnior	7.352	7.353	7.353
Márcio José Ferreira	2.713	2.713	2.714
Marcelo Lambrecht	1.880	1.880	1.881
Paulemar André Jaber de Barros	1.547	1.547	1.547

¹⁹ Reproduz-se abaixo a referida nota explicativa 4.3. g):

g) **Obrigações sociais e trabalhistas**

Bônus retenção dos funcionários Terra Santa (i)	9.200
Programa de incentivo - Remuneração baseada em ações Terra Santa (ii)	4.217
	<u>13.417</u>

(i) Refere-se a provisão do bônus de retenção dos funcionários da Terra Santa previsto no Acordo no valor de R\$9.200, o qual possui a finalidade de manter os funcionários até no mínimo a data de fechamento da Transação.

(ii) Refere-se a provisão do pagamento do plano de incentivo de remuneração baseada em ações da Terra Santa que conforme previsto em Acordo deverão ser liquidadas em dinheiro antes da data de fechamento da Transação. Conforme indicado no Acordo, são 101.621 ações distribuídas com 4 executivos os quais estão sendo consideradas como *“fully vested”* para fins de *pro forma*. O valor de fechamento da ação da Terra Santa em 23 de abril de 2021 foi de R\$41,50.

Nascimento, Julio César de Toledo Piza Neto, Arlindo De Azevedo Moura, Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes José Humberto Prata Theodoro Júnior e Marcelo Lambrecht, visando o ressarcimento integral dos prejuízos suportados pela TS Propriedades.

b. Violação dos deveres fiduciários da administração quanto à pactuação de arrendamento em condições prejudiciais à Companhia e não comutativas

33. Demonstrada a violação dos deveres fiduciários dos administradores da Companhia, por terem, em tese, pactuado a Operação usando de forma abusiva de seus poderes visando a obtenção de vantagem indevida para si próprios, tem-se, como consequência, também a violação de deveres fiduciários na contratação de arrendamento da totalidade dos ativos da Companhia, por 20 anos e em condições lesivas e não comutativas.

34. Como parte integrante da Operação, foi pactuado entre a SLC, a TESA e a Companhia o arrendamento da totalidade dos ativos da TS Propriedades (terras), por 20 anos, a um preço inicial de 17 sacas de soja por hectare, reajustável a cada 3 anos. Embora fossem os únicos ativos da Companhia, foram negligenciados padrões de diligência mínimos que seriam exigidos de parte da administração, não tendo sido realizada avaliação independente das terras, de modo apurar o efetivo valor de mercado do arrendamento, mormente considerando o longuíssimo prazo contratual.

35. Conforme fato relevante publicado em 27.10.2021 (**Doc. 32**), na Operação foi considerada avaliação anterior realizada pela administração, a qual datava de 2018 e apurou o valor de mercado das terras em **R\$ 1,235 bilhão**. Somente após alguns meses do fechamento da Operação é que se fez nova avaliação das terras, tendo sido apurado como valor de mercado das terras, naquele momento, o montante de **R\$ 2,697 bilhão**.

36. Assim, os valores devidos por força dos contratos de arrendamento celebrados em relação aos ativos da Companhia estão defasados, refletindo condições que não estão em conformidade com as práticas de mercado, sobretudo considerando o prazo contratual de 20 anos.

37. De acordo com o laudo prévio elaborado por consultoria contratada pelo Esh Theta, o valor das terras (imóveis arrendados) seria superior ao apurado na avaliação da Companhia, alcançando o montante de **R\$ 4.270.000.000,00 (Doc. 33)**. Diante desse valor, o Esh Theta contratou a consultoria Meden para avaliar o montante do prejuízo decorrente da operação, apurando-se um prejuízo no montante de **R\$ 1.844.000.000,00**, conforme parecer anexo (**Doc. 34**). A subavaliação das terras impacta, diretamente, os contratos de arrendamento firmados com a SLC, os quais não são, nem de longe, comutativos.

38. Não bastasse, a atual administração ainda aditou os arrendamentos firmados com a TESA (leia-se, SLC) para estender os referidos aditamentos de duas décadas para um quarto de século²⁰, denotando que a administração da Companhia continua beneficiando a SLC em detrimento dos interesses da própria Companhia (**Doc. 35**):

a) Aditamento ao instrumento particular de contrato de arrendamento firmado com a TESA

Os contratos de arrendamento de propriedades agrícolas com a TESA, vigente a partir de 1º de setembro de 2021 até a safra de 2041, foram aditados em abril de 2023, com prorrogação de mais 5 anos, se encerrando no ano safra 45/46 que se encerrará em 31 de agosto de 2046.

39. A se confirmar os fatos antes narrados, resulta inequívoca a atuação dos administradores em manifesta condição de conflito de interesses, devido aos incentivos particulares e ilícitos por eles visados na Operação e o pacto estabelecido entre eles e SLC a partir do Contrato de Associação. Disso resulta o absoluto afastamento de qualquer presunção de que a negociação foi conduzida por parte independentes, verificando-se aqui, com as devidas adaptações, fenômeno similar ao descrito no magistério Nelson Eizirik sobre operações *tunneling*:

Não pode, em primeiro lugar, haver confusão de patrimônios entre controladora e controladas, muito menos a utilização de bens ou recursos destas por parte da primeira. Tais operações, caracterizadoras de relações promíscuas, em que a controladora “expropria” o patrimônio das controladas, são denominadas de *tunneling* em estudos de finanças e no Direito Comparado. O *tunneling*, de modo geral, é praticado de 2 (duas) formas: (i) mediante o aporte de recursos da controlada na controladora, por meio de contratos de transferência de preços e/ou serviços; remuneração excessiva de executivos, garantia de empréstimos sem remuneração adequada, aproveitamento pela controladora, de oportunidades comerciais da controlada; ou (ii) mediante aumento de participação acionária da sociedade controladora com diluição injustificada da participação dos minoritários, insider trading, ou mesmo aquisições de ativos da controlada por preços inferiores aos de mercado²¹.

40. Neste contexto, resta evidente a violação dos deveres fiduciários, entre os quais, o dever de lealdade (art. 155 LSA) e diligência (art. 153 e 154 LSA) por parte dos administradores da Companhia em relação aos prejuízos a serem suportados pela Companhia ao longo do tempo, pela pactuação de arrendamentos por longo prazo (25 anos) em condições não comutativas e lesivas à Companhia.

²⁰ A prorrogação do prazo de vigência dos contratos de arrendamentos das terras não foi objeto de divulgação através de fato relevante ou comunicado ao mercado, embora se trate dos únicos ativos da Companhia. Verifica-se, no entanto, que os membros da administração da Companhia têm, possivelmente, realizado negociações no mercado envolvendo ações de emissão da Companhia desde a data de tal repactuação.

²¹ EIZIRIK, Nelson. A Lei das S/A Comentada; artigos 206 ao 300. Volume IV. 2ª Ed. São Paulo: Quarter Latin, 2015. p. 247-248.

41. Impõe-se, pois, que a ação de responsabilidade cuja deliberação quanto a sua propositura é objeto deste pedido de convocação de assembleia contemple, também, a reparação dos prejuízos atinentes ao valor da perda patrimonial suportada pela Companhia, correspondente ao valor presente da diferença entre o valor dos arrendamentos refletindo condições efetivamente comutativas e as pactuadas com a SLC, considerando todo o prazo de vigência dos referidos contratos.

42. Para finalizar esse tópico, é preciso mencionar, ainda, que a submissão da Operação de Combinação de Negócios ao Conselho Administrativo de Defesa de Econômica – CADE foi feita com base em informação enganosa, pois deixou-se de informar ao referido órgão os arrendamentos das terras da Companhia, para a sua ex-concorrente, pelo prazo de 20 anos e em condições muito aquém do mercado. Esse fato, por si só, gravíssimo por representar quebra dos deveres fiduciários e perante a autoridade concorrencial, pode levar a aplicação de pesadas multas pelo CADE contra a Companhia em prejuízo dos acionistas minoritários.

III.

Pedido de fornecimento de relação de dados dos acionistas

43. Pelos fundamentos e argumentos anteriormente declinados, e considerando a iminência da convocação de AGE nos termos em que solicitada pelo Fundo, este requer, também, o fornecimento de relação/lista de acionistas da Companhia, com a indicação dos respectivos endereços e demais dados de contato, na forma do artigo 126, §3º, da Lei das S.A., e da Resolução CVM 81/22, para os fins previstos no artigo 126, §1º, da Lei das S.A.

IV.

Conclusão

44. Diante do exposto, ficam V.Sas. notificadas para que atendam, no prazo legal, esse Segundo Pedido de Convocação de AGE, ratificando-se os termos do Primeiro Pedido de Convocação de AGE, devendo o edital de convocação observar as seguintes matérias que comporão a ordem do dia da assembleia a ser convocada, disponibilizando-se, ainda, aos acionistas concomitantemente à convocação o inteiro teor de ambos os pedidos de convocação e documentos que os instruem:

- *Prestação de esclarecimentos pela administração da Companhia sobre questões relevantes, devidamente pormenorizadas na justificativa de ambos os pedidos de convocação de AGE;*
- *Nos termos do art. 120, da Lei n.º. 6.404/76, a suspensão do exercício dos direitos políticos dos acionistas Bonsucex Holding S.A, Silvio Tini de Araújo,*

EWZ Brasil Fundo de Investimentos de Ações, EWZ Investments LLC, Demeter Fundo de Investimento em Ações, Demeter II Fundo de Investimento de Ações Investimento no Exterior, Gávea Macro Master Fundo de Investimento Multimercado, Gávea Macro Dólar Master Fundo de Investimento Multimercado, Gávea Macro II Master Fundo de Investimento Multimercado, Gávea Macro Plus Master Fundo de Investimento Multimercado e Bradseg GIF IV Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior, em razão do descumprimento das obrigações legais consubstanciadas no dever de informar e no dever de lealdade, até que seja registrada a oferta pública de aquisição de saída do Novo Mercado requerida pelos Acionistas Controladores da TS Propriedades; e

- *Com fundamento nos arts. 153 a 159 da Lei das S.A., propositura de ação de responsabilidade contra os administradores e ex-administradores da Companhia, especificamente Silvio Tini de Araújo, Renato Carvalho do Nascimento, Julio César de Toledo Piza Neto, Arlindo De Azevedo Moura, Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes José Humberto Prata Theodoro Júnior e Marcelo Lambrecht (a) por infração de seus deveres fiduciários, (b) pelos prejuízos causados ao patrimônio da Companhia em decorrência do recebimento de vantagem indevida e ilícita no âmbito da Operação em que a Companhia foi criada para viabilizar a aquisição do controle da operação agrícola da Terra Santa Agro S.A. pela SLC Agrícola S.A., (c) bem como pela perda patrimonial que vem sendo imposta à Companhia pela simultânea pactuação de arrendamentos das terras altamente cultiváveis da Companhia em prazos e condições lesivos à Companhia em favor da SLC.*

45. Adverte-se que será interpretado como não atendimento deste requerimento, a publicação de edital que não contemple integralmente o presente pedido de convocação tal como solicitado no item 44 acima, assim como a convocação de AGE para data que não assegure a efetividade de qualquer deliberação que venha a ser tomada pelo órgão assemblear, hipótese em que os acionistas minoritários ficarão automaticamente autorizados a fazer publicar edital de convocação para tal desiderato.

LEONARDO CORRÊA
OAB/RJ N.º 109.190
OAB/SP N.º 430.589

CESAR AUGUSTO FAGUNDES VERCH
OAB/RS N.º 77.536

MÁRIO CONFORTI
OAB/RJ N.º 125.161
OAB/SP N.º 390.434

LAURA BRUM THADEU
OAB/RS N.º 90.846

GRAZIELLA ANGELA TINARI DELL’OSA
OAB/SP N.º 173.626
OAB/DF N.º 21.870

JULIA RIBEIRO FEIJÓ
OAB/RS N.º 102.276

MILA DE AVILA VIO
OAB/SP 195.095

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, **ESH THETA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**, fundo de investimento inscrito no CNPJ/ME sob o nº 46.997.509/0001-51, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº. 3400, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04.538-132, neste ato representada por sua gestora **ESH CAPITAL INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.006.806/0001-20, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Rua Cunha Gago, nº 700, conjunto 141, bairro Pinheiros, CEP 05.421-001, nomeia e constitui como seus procuradores **LEONARDO AZEVEDO CORRÊA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 109.190, e na OAB/SP sob o nº 430.589-A, inscrito no CPF/MF sob o nº 069.423.807-41, **LUIZ FERNANDO RACT CAMPS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 138.376, e inscrito no CPF/MF nº 154.317.658-50, **MÁRIO AMORIM CONFORTI**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 125.161 e na OAB/SP sob o nº 390.434, e inscrito no CPF/MF sob o nº 055.353.817-99, **ANA CAROLINA LOUVATTO MARTINEZ**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 176.587, inscrita no CPF/MF sob o nº 253.826.048-51, **YASMIN SOUSA LIMA CAÓ**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 451.121, inscrita no CPF/MF sob o nº 098.706.827-07 e **MILA DE AVILA VIO**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SP 195.095 e no CPF sob o n. 287.336.338-00, residente e domiciliada na Rua Atlântica, 195, Jardim América, São Paulo – SP, todos integrantes de Corrêa, Camps e Conforti Advogados, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.144, 3º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP – CEP 01451-000, outorgando-os os poderes da cláusula “ad judicial et extra”, conferindo-lhes, ainda, os poderes especiais para confessar, desistir, transigir, receber e dar quitação, firmar compromissos ou acordos, podendo, ainda, substabelecer com ou sem reserva de iguais poderes, especialmente para representar a Outorgante em quaisquer procedimentos e medidas perante a

Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (SRSFN).

São Paulo, 22 de maio de 2023.

VLADIMIR JOELSAS
TIMERMAN:279697
55844

Assinado de forma digital
por VLADIMIR JOELSAS
TIMERMAN:27969755844
Dados: 2023.05.22
17:51:50 -03'00'

ESH THETA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

VLADMIR J. TIMERMAN

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE

ESH THETA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, fundo de investimento inscrito no CNPJ/ME sob o nº 46.997.509/0001-51, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº. 3400, 10ª andar, Itaim Bibi, CEP 04.538-132, neste ato representada por sua gestora Esh Capital Investimentos Ltda., sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.006.806/0001-20, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Rua Cunha Gago, nº 700, conjunto 141, bairro Pinheiros, CEP 05.421-001.

OUTORGADOS

CESAR AUGUSTO FAGUNDES VERCH, advogado inscrito na OAB/ RS sob o n. 77.536, **JULIA RIBEIRO FEIJÓ**, advogada inscrita na OAB/RS sob o n. 102.276, **LAURA BRUM THADEU**, advogada inscrita na OAB/RS sob o n. 90.846 e **LAURA DA SILVA TAVARES NICOLOSO**, advogada inscrita na OAB/RS sob o nº. 61.747, todos com endereço na Avenida Carlos Gomes, nº. 1492, Sala nº. 607, bairro Três Figueiras, Porto Alegre, RS, CEP 90.480-002.

PODERES

Pelo presente instrumento particular de mandato, nomeia e constitui seus procuradores, os outorgados acima qualificados, para em conjunto ou separadamente, em qualquer juízo, instância ou tribunal, ou fora deles, bem como perante quaisquer órgãos ou repartições públicas, em âmbito federal, estadual ou municipal, especificamente para defesa e representação dos interesses do outorgante decorrentes de sua condição de acionista da **TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº. 40.337.136/0001-06, conferindo-lhes poderes para o Foro em geral e mais os especiais para representar o outorgante (i) em quaisquer assembleias gerais da **TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº. 40.337.136/0001-06 em primeira ou segunda convocação, para tanto podendo os outorgados declarar, verbalmente e/ou por escrito, não apenas as razões como sobretudo o voto do outorgante quanto a quaisquer matérias da ordem do dia, subscrever o livro de presença e a ata dos trabalhos assembleares, votar em quaisquer candidatos para os órgãos de administração, apresentar candidaturas para quaisquer órgãos, requerer o que de direito aos integrantes da mesa ou a terceiros presentes, pedir, aprovar e/ou rejeitar contas, apresentar documentos ou requerimentos de qualquer espécie, obter cópia de todos e quaisquer documentos que forem apresentados pelos demais acionistas e/ou por terceiros, bem como dos que resultarem na própria assembleia, formular protestos, declarações de voto e/ou moções de qualquer natureza, solicitar a suspensão dos trabalhos assembleares e/ou a alteração da ordem do dia, pedir explicações a auditores independentes, impugnar votos, pedir a instalação de Conselho Fiscal, indicar e eleger seus membros, pedir votações em separado para qualquer finalidade, requerer a não contagem de votos proferidos por acionistas em conflito de interesses ou impedidos por qualquer razão, impugnar a forma de distribuição de dividendos e/ou a deliberação de retenção de lucros; (ii) em quaisquer procedimentos de interesse do outorgante perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em especial pedido de aumento ou interrupção de prazo de convocação de assembleia; (iii) em quaisquer notificações extrajudiciais relativas **TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A.**; podendo, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao fiel e cabal cumprimento da presente procuração, bem como substabelecer.

São Paulo, 15 de junho de 2023

VLADIMIR JOELSAS
TIMERMAN:27969755844

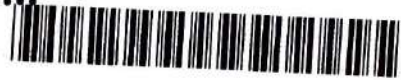
Assinado de forma digital por
VLADIMIR JOELSAS
TIMERMAN:27969755844
Dados: 2023.06.15 19:50:21 -03'00'

ESH THETA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

JUCESP
19 08 22



JUCESP PROTOCOLO
2.081.277/22-0



ESH CAPITAL INVESTIMENTOS LTDA

CNPJ 22.006.806/0001-20
NIRE 35228970325

14ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Por este instrumento particular,

VLADIMIR JOELSAS TIMERMAN,

brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº 25.023.916-4-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 279.697.558-44, residente e domiciliado na Rua Dr. Oscar Monteiro de Barros, nº 333 - apto. 31 - Vila Suzana - São Paulo-SP - CEP 05641-010;


ESH PARTICIPAÇÕES LTDA,

sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.242.008/0001-10, com sede na Rua Cunha Gago, nº 700 - 4º Andar - conj. 41 - Pinheiros - São Paulo-SP - CEP 05421-001, neste ato representada por seu administrador Sr. **VLADIMIR JOELSAS TIMERMAN**, acima qualificado; e

RENATO GITELMAN,

brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 19.456.361-3-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº. 151.788.138-20, residente e domiciliado na Rua Jesuíno Arruda, nº 134 - apto. 92 - Itaim Bibi - São Paulo-SP - CEP 04532-080;

únicos sócios da **ESH CAPITAL INVESTIMENTOS LTDA**, sociedade com sede na Rua Cunha Gago, nº 700 - 4º Andar - conj. 41 - Pinheiros - São Paulo-SP - CEP 05421-001, inscrita no CNPJ sob nº 22.006.806/0001-20 e no Registro do Comércio sob NIRE 35228970325;

^{DS}

Vladimir

^{DS}

Renato

DUCESP
19 08 22

2

têm entre si, por justo e acertado, a alteração do seu contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

I

Alterar o endereço da sócia **ESH PARTICIPAÇÕES LTDA**, para Rua Cunha Gago, nº 700 - 14º andar - conj. 141 - Pinheiros - São Paulo-SP - CEP 05421-001 e incluir o número de Registro do Comércio sob NIRE 35230429393.

II

Alterar o endereço da sede social, conforme abaixo:


De:	Rua Cunha Gago, nº 700 - 4º andar - conjunto 41 Pinheiros - São Paulo-SP - CEP 05421-001
Para:	Rua Cunha Gago, nº 700 - 14º andar - conjunto 141 Pinheiros - São Paulo-SP - CEP 05421-001

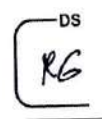
III

Indicar o Sr. **Renato Gitelman** como diretor responsável pelo cumprimento das normas estabelecidas na Resolução nº 50, de 31 de agosto de 2021, em especial pela implementação e manutenção da política de prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa - PLD/FTP.

IV

Face às deliberações acima, ficam alteradas as cláusulas abaixo do Contrato Social, as quais passam a vigorar com a seguinte redação:


Vladimir


Renato




I - Nome, Sede e Duração

- 1.1. A Sociedade tem a denominação de **ESH CAPITAL INVESTIMENTOS LTDA** e rege-se pela legislação aplicável às sociedades limitadas, por este contrato social e, supletivamente, pela legislação aplicável às sociedades anônimas.
- 1.2. A Sociedade terá a sua sede na Rua Cunha Gago, nº 700 - 14º andar - conjunto 141 - Pinheiros - São Paulo-SP - CEP 05421-001.
- 1.3. A Sociedade poderá, por deliberação de sócios representando a maioria absoluta do capital social, abrir, transferir ou encerrar filiais de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior.
- 1.4. A Sociedade tem prazo de duração indeterminado.

IV - Administração

- 4.1 A administração e a gerência da sociedade serão exercidas pelos sócios **VLADIMIR JOELSAS TIMERMAN** e **RENATO GITELMAN**, os quais poderão praticar todos os atos de operações referentes à gestão da sociedade dentro dos limites do objeto social, assinando isoladamente pela sociedade.
 - 4.1.1 O Administrador permanecerá em seu cargo por tempo indeterminado, até que sócios, nos termos da legislação em vigor, os destituam.
 - 4.1.2 O Administrador está dispensado de prestar caução em garantia do exercício de seus cargos.
- 4.2 É permitida a designação de não sócios para a função de administrador da Sociedade.
- 4.3 Além das atribuições necessárias à realização dos fins sociais, os Administradores ficam investidos do poder para representar a Sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, celebrar contratos e adquirir, alienar e onerar bens, observadas as condições deste Capítulo.
- 4.4 A aquisição, disposição ou oneração de qualquer bem imóvel ou de participações societárias da Sociedade, ou a prática de qualquer ato que envolva valor superior a R\$100.000,00 (cem mil reais) não será válida sem a prévia e expressa autorização por escrito de sócios representando a maioria absoluta do capital social.


Vladimir


Renato

DocuSign
19 06 22

4

4.5 Quaisquer atos praticados pelos Administradores, por qualquer empregado ou procurador da Sociedade, em nome desta, e que sejam estranhos ao objeto social, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias em favor de terceiros, são expressamente proibidos e nulos de pleno direito, a menos que tais atos tenham sido prévia e expressamente aprovados, por escrito, por todos os sócios.

4.6 Os sócios atribuem ao Administrador Sr. **VLADIMIR JOELSAS TIMERMAN**, acima qualificado, as seguintes responsabilidades:

(a) **administração de carteira de valores mobiliários**, conforme determina o item III do artigo 4º da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015;

(b) **distribuidor de cotas de fundos de investimento**, conforme determina o item II do Art. 30 da Instrução CVM nº 558/2015; e

(c) **"suitability"**, ou seja, o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente, conforme determina o item III do Art. 7º da Instrução CVM nº 539/2013.

4.7 Os sócios atribuem ao Sr. **RENATO GITELMAN**, a posição de Diretor de Risco e Compliance, sendo responsável por:

(a) **monitorar a gestão de risco**, conforme item V da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015;

(b) **garantir a adesão dos processos da empresa aos controles internos e normas**, conforme item IV da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015; e

(c) **implementar e manter a política de prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa – PLD/FTP**, no âmbito do mercado de valores mobiliários, conforme art. 8º da Resolução nº 50, de 31 de agosto de 2021.

V

Para melhor e fácil manuseio, resolvem os sócios consolidar o Contrato Social, nele já inserida a modificação acima:

DS
VJT
Vladimir

DS
RG
Renato

ESH
19 09 22

ESH CAPITAL INVESTIMENTOS LTDA

CONTRATO SOCIAL

I - Nome, Sede e Duração

1.1. A Sociedade tem a denominação de **ESH CAPITAL INVESTIMENTOS LTDA** e rege-se pela legislação aplicável às sociedades limitadas, por este contrato social e, supletivamente, pela legislação aplicável às sociedades anônimas.

1.2. A Sociedade terá a sua sede na Rua Cunha Gago, nº 700 - 14º andar - conjunto 141 - Pinheiros - São Paulo-SP - CEP 05421-001.

1.3. A Sociedade poderá, por deliberação de sócios representando a maioria absoluta do capital social, abrir, transferir ou encerrar filiais de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

1.4. A Sociedade tem prazo de duração indeterminado.

II - Objeto Social

2.1. A Sociedade terá por objeto a administração e/ou gestão de fundos de investimento e carteiras de ativos, inclusive títulos e valores mobiliários, no Brasil ou no exterior.

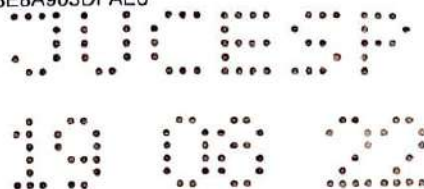
III - Capital Social

3.1. O capital social é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) divididos em 300.000 (trezentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado, em moeda corrente do país, distribuído da seguinte forma, entre os sócios:

SÓCIOS	Quantidade de Quotas	R\$	%
VLADIMIR JOELSAS TIMERMAN	3.000	3.000,00	1%
RENATO GITELMAN	1	1,00	0,00033%
ESH PARTICIPAÇÕES LTDA	296.999	296.999,00	98,99967%
TOTAL	300.000	300.000,00	100,00%

DS
VJT
Vladimir

DS
RG
Renato



PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social (art.1052, CC/2002).

IV - Administração

4.1 A administração e a gerência da sociedade serão exercidas pelos sócios **VLADIMIR JOELSAS TIMERMAN** e **RENATO GITELMAN**, os quais poderão praticar todos os atos de operações referentes à gestão da sociedade dentro dos limites do objeto social, assinando isoladamente pela sociedade.

4.1.1 O Administrador permanecerá em seu cargo por tempo indeterminado, até que sócios, nos termos da legislação em vigor, os destituam.

4.1.2 O Administrador está dispensado de prestar caução em garantia do exercício de seus cargos.

4.2 É permitida a designação de não sócios para a função de administrador da Sociedade.

4.3 Além das atribuições necessárias à realização dos fins sociais, os Administradores ficam investidos do poder para representar a Sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, celebrar contratos e adquirir, alienar e onerar bens, observadas as condições deste Capítulo.

4.4 A aquisição, disposição ou oneração de qualquer bem imóvel ou de participações societárias da Sociedade, ou a prática de qualquer ato que envolva valor superior a R\$100.000,00 (cem mil reais) não será válida sem a prévia e expressa autorização por escrito de sócios representando a maioria absoluta do capital social.

4.5 Quaisquer atos praticados pelos Administradores, por qualquer empregado ou procurador da Sociedade, em nome desta, e que sejam estranhos ao objeto social, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias em favor de terceiros, são expressamente proibidos e nulos de pleno direito, a menos que tais atos tenham sido prévia e expressamente aprovados, por escrito, por todos os sócios.

4.6 Os sócios atribuem ao Administrador Sr. **VLADIMIR JOELSAS TIMERMAN**, acima qualificado, as seguintes responsabilidades:

(a) **administração de carteira de valores mobiliários**, conforme determina o item III do artigo 4º da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015;

Assinatura manuscrita 'VJT' dentro de um retângulo com o código 'DS' no canto superior direito.
Vladimir

Assinatura manuscrita 'RG' dentro de um retângulo com o código 'DS' no canto superior direito.
Renato

2023
19 de 22

7

(b) **distribuidor de cotas de fundos de investimento**, conforme determina o item II do Art. 30 da Instrução CVM nº 558/2015; e

(c) **"suitability"**, ou seja, o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente, conforme determina o item III do Art. 7º da Instrução CVM nº 539/2013.

4.7 Os sócios atribuem ao Sr. **RENATO GITELMAN**, a posição de Diretor de Risco e Compliance, sendo responsável por:

(a) **monitorar a gestão de risco**, conforme item V da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015;


(b) **garantir a adesão dos processos da empresa aos controles internos e normas**, conforme item IV da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015; e


(c) **implementar e manter a política de prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa – PLD/FTP**, no âmbito do mercado de valores mobiliários, conforme art. 8º da Resolução nº 50, de 31 de agosto de 2021.

V - Reunião dos Sócios e Livros

5.1. Além das matérias indicadas em outras cláusulas do presente Contrato Social e no Acordo de Quotistas arquivado na sede da Sociedade, os atos referentes às seguintes matérias somente poderão ser praticados pela administração da Sociedade mediante deliberação dos sócios da Sociedade:

- (i) a alteração do objeto social que inclua atividades sem relação com gestão de carteira de títulos e valores mobiliários de terceiros, bem como com consultoria em investimentos financeiros;
- (ii) a fusão, incorporação, dissolução da Sociedade, cessação do estado de liquidação, pedido de falência ou recuperação judicial;
- (iii) a distribuição de lucros;
- (iv) o resgate, recompra ou amortização das Quotas e os termos e condições de tal operação;
- (v) a aprovação das contas da administração;


Vladimir


Renato

DOCOP
19 08 20

8

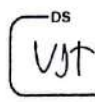
- (vi) a designação e destituição dos administradores e a forma de sua remuneração;
- (vii) a outorga de caução, garantia ou aval de qualquer natureza e valor;
- (viii) a assinatura de todo e qualquer contrato de empréstimo bancário em valor superior a R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- (ix) a constituição de subsidiárias, sua dissolução e liquidação;
- (x) a votação das participações societárias detidas pela Sociedade;
- (xi) a celebração de qualquer acordo referente às participações societárias detidas pela Sociedade;
- (xii) a aquisição, a alienação, o comodato ou a oneração de bens imóveis;
- (xiii) o pedido de recuperação judicial ou acordo de recuperação extrajudicial; e
- (xiv) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas.

5.2. As deliberações serão tomadas mediante aprovação de sócios representando no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social, salvo quando quórum maior for exigido por lei ou pelo presente Contrato Social.

5.3. As deliberações dos sócios serão sempre tomadas na forma de reunião. Toda e qualquer reunião ficará dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito (correspondência ou e-mail), sobre a matéria que seria objeto dela.

5.3.1. A reunião será presidida e secretariada por administradores, sócios ou quaisquer outras pessoas escolhidas pelos sócios entre os presentes.

5.3.2. Dos trabalhos e deliberações será lavrada ata no livro de atas de reuniões, ata essa que deverá ser assinada pelos membros da mesa e por sócios participantes quantos bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la. Somente será levada ao registro público competente a cópia da ata ou extrato das deliberações que devam produzir efeitos perante terceiros.


Vladimir


Renato

DocuSign
10 09 20

5.4. Será realizada reunião anual de sócios, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, para tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras, bem como para designação de administradores, se for o caso.

5.4.1. Cópias das demonstrações financeiras devem ser distribuídas aos sócios com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da data da reunião anual.

5.4.2. Aplicam-se às reuniões anuais os procedimentos previstos nesta cláusula.

VI - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros

6.1. O exercício social se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantadas as demonstrações financeiras do exercício.

6.1.1. Os resultados apurados ao final de cada exercício social deverão ter o destino que vier a ser determinado pelos sócios. A distribuição de lucros, se houver, será feita aos sócios na proporção de sua participação no capital social, salvo deliberação em contrário tomada por sócios que representem 3/4 (três quartos) do capital social da Sociedade.

6.1.2. A Sociedade, por deliberação dos sócios, poderá distribuir lucros à conta de lucros acumulados ou à conta de reserva de lucros existente no mais recente balanço anual.

6.1.3. A Sociedade, por deliberação dos sócios, poderá levantar balanços e distribuir lucros em períodos menores.

VII - Quotas

7.1. Todas as quotas são iguais e indivisíveis perante a Sociedade e cada quota confere ao seu titular direito a um voto nas reuniões dos sócios, bem como direito a participação nos lucros.

VIII - Transferência de Quotas e Direito de Preferência

8.1. Toda e qualquer transferência de quotas dos sócios para qualquer terceiro sem o consentimento dos demais sócios e sem a observância das premissas dispostas no Acordo de Quotistas arquivado na sede da Sociedade, incluindo os direitos de primeira oferta e preferência garantidos aos sócios, será expressamente

DS
VJT
Vladimir

DS
RG
Renato

000857
19 03 22

10

proibida e considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos perante a Sociedade e os demais sócios.

8.1.1. Para os fins da cláusula 8.1, transferência de quotas significa qualquer alienação direta ou indireta de uma participação, seja por venda, promessa de venda, permuta, incorporação, fusão, transferência, cessão, transmissão, distribuição, penhor, herança, doação, hipoteca, criação de qualquer garantia, ônus ou gravames sobre, qualquer outra forma de alienação de qualquer tipo e de qualquer forma, por força de lei ou de outra forma, ou qualquer outra transferência, incluindo transferência decorrente de fusão, incorporação, cisão ou qualquer outra forma de reestruturação ou reorganização societária ou da execução ou exercício de qualquer ônus.

IX - Resolução e Exclusão de Sócio

9.1. No caso de morte ou incapacidade de sócio pessoa natural, ou liquidação ou falência de sócio pessoa jurídica, a Sociedade não se dissolverá, mas será resolvida com relação ao sócio em questão, cuja quota será liquidada.

9.2. Havendo justa causa, sócios representando mais de 3/4 (três quartos) do capital social poderão excluir um ou mais sócios da Sociedade mediante alteração do presente Contrato Social.


9.2.1. A exclusão será determinada em reunião especialmente convocada para este fim, dando-se ciência antecipada de 10 (dez) dias úteis ao sócio que se pretende excluir e permitindo-lhe o exercício do direito de defesa. O não comparecimento à reunião será considerado renúncia ao direito de defesa.


X - Cálculo e Apuração de Haveres

10.1. Nas hipóteses de resolução da Sociedade com relação a um sócio, exclusão de sócio ou exercício do direito de retirada, o valor da quota a ser liquidada será calculado com base no valor patrimonial líquido, ajustado à preço de mercado, à data do respectivo evento apurado em balanço especialmente levantado. O valor apurado será pago em dinheiro em até 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, após 60 (sessenta) dias do evento, atualizadas pelo IGP-M ou índice correlato, acrescidas de 0,5% (meio por cento) ao mês.

XI - Dissolução e Liquidação

11.1. A Sociedade será dissolvida por deliberação dos sócios, na forma do disposto na cláusula 5.1, e nas demais hipóteses previstas em lei.


Vladimir


Renato



11.2. Dissolvida a Sociedade, sua liquidação será procedida de conformidade com o disposto nos artigos 1.102 a 1.112 do Código Civil.

XII - Transformação

12.1. A Sociedade poderá adotar qualquer outro tipo societário por deliberação de sócios que representem 3/4 (três quartos) do capital social da Sociedade. Os sócios desde já renunciam expressamente ao direito de retirada em caso de mudança do tipo societário.

XIII - Solução de Controvérsias

13.1 Os sócios e a Sociedade se comprometem a empregar seus melhores esforços para resolver por meio de negociação amigável qualquer controvérsia relacionada a este contrato social, inclusive quanto à sua interpretação, execução, inadimplemento, rescisão ou nulidade. Se a controvérsia não for resolvida amigavelmente, obrigam-se os sócios e a Sociedade a submetê-la à arbitragem, de forma definitiva, perante a Câmara de Comércio Brasil-Canadá - Centro de Arbitragem e Mediação, de acordo com seu regulamento, devendo as partes acatar a sentença arbitral que vier a ser proferida, relativa a qualquer disputa ou controvérsia eventualmente surgida.

13.2 Na hipótese de extinção da Câmara de Comércio Brasil-Canadá - Centro de Arbitragem e Mediação, ou na impossibilidade de sua utilização, por motivos alheios à vontade dos sócios ou da Sociedade, estes se obrigam a submeter a controvérsia à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme seu regulamento, e na sua extinção ou impossibilidade de atuação por motivos alheios à vontade dos sócios ou da Sociedade, o conflito deverá ser submetido a outra Câmara Arbitral localizada no Município de São Paulo, conforme seu regulamento, a ser nomeada pela parte interessada que der início ao procedimento arbitral.

13.3 A arbitragem será regida pelas leis brasileiras e em português.

13.4 Se forem necessárias medidas coercitivas ou cautelares antes da instauração da arbitragem, poderá a parte interessada requerer a medida em questão diretamente ao órgão do Poder Judiciário que seria originariamente competente para julgar a causa.

13.5 Se qualquer um dos sócios e/ou a Sociedade se recusar a firmar o compromisso arbitral, poderá a parte interessada requerer ao órgão competente do Poder Judiciário a citação dos sócios e/ou da Sociedade para comparecer em juízo a fim

DS
VJT
Vladimir

DS
RG
Renato

JUCESP
19 08 22

de lavrar tal compromisso, designando o juiz audiência especial para esse fim.

13.6 As partes elegem a Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões relativas à arbitragem acima prevista, sem que a presente cláusula implique aceitação da via judicial como alternativa à arbitragem.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor.

São Paulo, 25 de julho de 2022.

DocuSigned by:
Vladimir Joelsas Timerman
C9838EA620134ED...
VLADIMIR JOELSAS TIMERMAN

DocuSigned by:
Renato Gitelman
7B683B20D312442
RENATO GITELMAN

DocuSigned by:
Vladimir Joelsas Timerman
C9838EA620134ED...
ESH PARTICIPAÇÕES LTDA
Vladimir Joelsas Timerman
Administrador

JUCESP
19 AGO 2022



JUCESP

DS
VJT
Vladimir

DS
RG
Renato

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO
TOP 7928 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO
CRÉDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR**

CNPJ 46.997.509/0001-51

Pelo presente instrumento, a INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.500 – 4º andar – Itaim Bibi – São Paulo (SP), inscrita no CNPJ sob nº 62.418.140/0001-31, neste ato legalmente representada por seus procuradores, na qualidade de Administrador do TOP 7928 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR, inscrito no CNPJ sob o nº 46.997.509/0001-51, RESOLVE:

- a) Alterar a denominação do Fundo para **ESH THETA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**;
- b) Alterar o Gestor para ESH Capital Investimentos Ltda., CNPJ nº 22.006.806/0001-20;
- c) Estabelecer que, a critério do ADMINISTRADOR, o Fundo, receberá recursos de Fundos de Investimento geridos pelo GESTOR, observando os limites aplicáveis à investidores não qualificados;
- d) Estabelecer que a o Fundo e os Fundos Investidos geridos pelo GESTOR não cobram taxa de administração;
- e) Estabelecer que o exercício social terá início no primeiro dia do mês de maio e término no último dia do mês de abril de cada ano;
- f) Alterar o inteiro teor do Fundo a fim de adequá-lo às suas novas características;

São Paulo (SP), 17 de janeiro de 2023.

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Administrador do Fundo

I) CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO FUNDO

1. PRESTADORES DE SERVIÇOS

1.1. ADMINISTRADOR

Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 4º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CNPJ nº 62.418.140/0001-31, ato declaratório CVM nº 2528, de 29/07/1993.

1.2. GESTOR

ESH Capital Investimentos Ltda., Rua Cunha Gago, nº 700, conjunto 41, Pinheiros, São Paulo - SP, CNPJ nº 22.006.806/0001-20, ato declaratório CVM nº 14.400, de 24/08/2015.

1.3. CUSTÓDIA, TESOURARIA E ESCRITURAÇÃO DE COTAS

Itaú Unibanco S.A., Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, São Paulo – SP, CNPJ nº 60.701.190/0001-04, ato declaratório CVM para a prestação da atividade de custódia de ativos financeiros nº 1.524 de 23/10/1990.

2. PÚBLICO ALVO

O FUNDO, a critério do ADMINISTRADOR, receberá recursos de fundos de investimento, geridos pelo GESTOR.

2.1. Este FUNDO observará os limites aplicáveis à investidores não qualificados.

3. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

O FUNDO é constituído como condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e classificado como “Multimercado”.

4. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O objetivo do FUNDO é aplicar seus recursos em ativos financeiros de diferentes naturezas, riscos e características, sem o compromisso de concentração em nenhum ativo ou fator de risco em especial, observado que a rentabilidade do FUNDO será impactada em virtude dos custos e despesas do FUNDO, inclusive taxa de administração.

4.1. O FUNDO está autorizado a realizar, direta ou indiretamente, aplicações em ativos financeiros no exterior.

4.1.1. O GESTOR é responsável por executar, na seleção dos ativos financeiros no exterior, procedimentos compatíveis com as melhores práticas do mercado, assegurando que as estratégias a serem implementadas no exterior estejam de acordo com o objetivo, política de investimento e níveis de risco do FUNDO.

4.1.2. Os ativos financeiros no exterior, adquiridos pelo FUNDO, devem observar, ao menos, uma das seguintes condições: (i) ser registrados em sistema de registro, objeto de escrituração de ativos, objeto de custódia ou objeto de depósito central, em todos os casos, por instituições devidamente autorizados em seus países de origem e supervisionados por autoridade local reconhecida; ou (ii) ter sua existência diligentemente verificada pelo ADMINISTRADOR, e desde que tais ativos sejam escriturados ou custodiados, em ambos os casos, por entidade devidamente autorizada para o exercício da atividade por autoridade de países signatários do Tratado de Assunção ou em outras jurisdições, desde que, neste último caso, seja supervisionada por autoridade local reconhecida.

4.1.3. Caso o FUNDO, direta ou indiretamente, opere derivativos no exterior, tais operações deverão, ao menos, observar uma das seguintes condições: (i) ser registradas em sistemas de registro, objeto de escrituração, objeto de custódia ou registradas em sistema de liquidação financeira, em todos os casos, por sistemas devidamente autorizados em seus países de origem e supervisionados por autoridade local reconhecida; (ii) ser informadas às autoridades locais; (iii) ser negociadas em bolsas, plataformas eletrônicas ou liquidadas por meio de contraparte central; ou (iv) ter como contraparte, instituição financeira ou entidades a ela filiada e aderente às regras do Acordo da Basileia, classificada como de baixo risco de crédito, na avaliação do gestor, e que seja supervisionada por autoridade local reconhecida.

4.1.4. Caso o FUNDO aplique em fundos de investimento ou veículos de investimento no exterior, o ADMINISTRADOR (diretamente ou por meio do CUSTODIANTE) deverá certificar-se de que o custodiante ou escriturador do fundo ou veículo de investimento no exterior possui estrutura, processos e controles internos adequados para desempenhar as seguintes atividades: (i) prestar serviço de custódia ou escrituração de ativos, conforme aplicável; (ii) executar sua atividade com boa fé, diligência e lealdade, mantendo práticas e procedimentos para assegurar que o interesse dos investidores prevaleça

sobre seus próprios interesses ou de pessoas a ele vinculadas; (iii) realizar a boa guarda e regular movimentação dos ativos mantidos em custódia ou, no caso de escrituradores, atestar a legitimidade e veracidade dos registros e titularidade dos ativos; e (iv) verificar a existência, a boa guarda e a regular movimentação dos ativos integrantes da carteira do fundo ou veículo de investimento no exterior.

4.1.5. Caso o FUNDO aplique em fundos de investimento ou veículos de investimento no exterior, caberá ao GESTOR assegurar que o fundo ou veículo de investimento no exterior atenda, no mínimo, às seguintes condições: (i) seja constituído, regulado e supervisionado por autoridade local reconhecida; (ii) possua o valor da cota calculado a cada resgate ou investimento e, no mínimo, a cada 30 (trinta) dias; (iii) possua administrador, gestor, custodiante ou prestadores de serviços que desempenhem funções equivalentes capacitados, experientes, de boa reputação e devidamente autorizados a exercer suas funções pela CVM ou por autoridade local reconhecida; (iv) possua custodiante supervisionado por autoridade local reconhecida; (v) tenha suas demonstrações financeiras auditadas por empresa de auditoria independente; e (vi) possua política de controle de riscos e limites de alavancagem compatíveis com a política do FUNDO.

4.1.5.1. Caso o GESTOR detenha, direta ou indiretamente, influência nas decisões de investimento dos fundos ou outros veículos de investimento no exterior, as seguintes condições adicionais devem ser observadas pelo GESTOR: (i) detalhar os ativos integrantes das carteiras dos fundos investidos no demonstrativo mensal de composição e diversificação da carteira do FUNDO, na mesma periodicidade e em conjunto com a divulgação das posições mantidas pelas respectivas carteiras em ativos financeiros negociados no Brasil, nos termos da regulamentação vigente; (ii) os fundos ou outros veículos de investimento investidos no exterior só podem realizar operações com derivativos que observem o disposto neste Regulamento; e (iii) para fins de controle de limites de alavancagem, a exposição da carteira do FUNDO deve ser consolidada com a do fundo ou veículo de investimento no exterior, conforme previsto na legislação aplicável.

4.1.5.2. Caso o GESTOR não detenha, direta ou indiretamente, influência nas decisões de investimento dos fundos ou veículos de investimento no exterior, para fins dos controles previstos no inciso (iii) do item anterior, o GESTOR deve considerar a exposição máxima possível de acordo com as características do fundo ou veículo investido.

4.1.6. As aplicações em ativos financeiros no exterior não são cumulativamente consideradas no cálculo dos correspondentes limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro aplicáveis aos ativos domésticos.

4.2. As estratégias de investimento do FUNDO podem resultar em perdas superiores ao capital aplicado e na consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do FUNDO.

4.3. O FUNDO buscará manter seus investimentos em ativos financeiros de renda variável, com o objetivo de proporcionar aos seus cotistas tratamento tributário aplicável aos fundos de renda variável.

4.4. O FUNDO poderá aplicar em cotas de outros fundos de investimento, conforme limites previstos no Anexo I. A aplicação em cotas de outros fundos de investimento será feita sempre de modo compatível com a política do FUNDO, ainda que os fundos investidos possuam políticas diversas do objetivo do FUNDO.

4.5. A descrição detalhada da política de investimento do FUNDO está prevista no Anexo I. Os limites estabelecidos no Anexo I deste Regulamento devem ser considerados em conjunto e cumulativamente, prevalecendo a regra mais restritiva. Características adicionais relacionadas ao objetivo do FUNDO também estão previstas na página do ADMINISTRADOR na rede mundial de computadores (www.intrag.com.br).

5. REMUNERAÇÃO

O FUNDO e os fundos investidos geridos pelo GESTOR não cobram taxa de administração.

5.1. O FUNDO poderá investir em fundos de índice ou imobiliário, negociados em mercados organizados, ou ainda, fundos geridos por partes não relacionadas ao GESTOR, que cobrem taxa de administração, ingresso e/ou de saída, de acordo com o estabelecido seus respectivos regulamentos

5.2. A remuneração dos prestadores de serviços de custódia, auditoria das demonstrações financeiras do FUNDO e os valores correspondentes aos demais encargos do FUNDO serão debitados do FUNDO de acordo com o disposto neste Regulamento e na regulamentação.

5.3. A taxa máxima anual de custódia paga pelo FUNDO será de 0,06% (zero vírgula zero seis por cento) sobre o patrimônio do FUNDO, com o mínimo mensal de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

5.4. O FUNDO não cobra taxa de performance, ingresso ou saída.

5.5. Os fundos investidos podem cobrar taxa de performance, ingresso e/ou de saída de acordo com os seus respectivos regulamentos.

6. APLICAÇÕES

As aplicações ocorrerão mediante: (i) instrução verbal, escrita ou eletrônica (se disponível) ao distribuidor ou diretamente ao ADMINISTRADOR; (ii) adesão aos documentos exigidos pela regulamentação, significando que ele teve acesso ao

inteiro teor de tais documentos, conhece os riscos de investir no FUNDO e está ciente de que o ADMINISTRADOR, o GESTOR e empresas ligadas podem manter negócios com emissores de ativos financeiros do FUNDO; e (iii) depósito ou transferência eletrônica do valor do investimento à conta do FUNDO.

6.1. Será admitido o investimento conjunto e solidário por duas pessoas físicas para aquisição de uma mesma cota. Nessa situação os coinvestidores estabelecem entre si a solidariedade ativa, sendo assim considerados em conjunto como um único titular das cotas. Desse modo, cada coinvestidor, isoladamente pode investir e solicitar o resgate, bem como receber resgate, parcial ou total, enfim praticar todo e qualquer ato inerente à propriedade de cotas, ficando o FUNDO e seu ADMINISTRADOR exonerados de responsabilidade no cumprimento de referidas ordens, inclusive ao disponibilizar os recursos a qualquer dos dois cotistas de forma isolada ou conjunta.

6.2. Os recursos aportados serão convertidos em cotas escriturais, nominativas e correspondentes a frações ideais do patrimônio do FUNDO.

6.3. O investidor será considerado cotista a partir da inscrição do seu nome no registro de cotistas, que pode se dar inclusive por meio de sistemas informatizados.

6.4. A cota do FUNDO terá seu valor atualizado nos dias úteis, permanecerá escriturada em nome do cotista e não poderá ser cedida nem transferida, salvo nas situações previstas na regulamentação.

6.5. As aplicações no FUNDO poderão ser suspensas a qualquer momento e por prazo indeterminado.

6.6. Para emissão das cotas, será utilizado o valor da cota de fechamento de D+0 da solicitação (cota de fechamento é aquela obtida a partir do patrimônio apurado depois do encerramento dos mercados em que o FUNDO atue).

6.7. Os valores mínimos de movimentação e permanência serão divulgados na página do ADMINISTRADOR na rede mundial de computadores (www.intrag.com.br), bem como na lâmina de informações essenciais, se houver.

6.7.1. Percentual máximo de cotas que pode ser detido por um único cotista: 100%, exceto se expressamente vedado pela regulamentação aplicável ao cotista do FUNDO.

7. RESGATES

Os resgates ocorrerão mediante:

(i) instrução verbal, escrita ou eletrônica (se disponível) do cotista ao distribuidor ou diretamente ao ADMINISTRADOR;

(ii) conversão de cotas em recursos baseada no valor da cota de fechamento de D+0 da solicitação; e

(iii) entrega dos recursos ao cotista em D+2 (úteis) da conversão da cota.

7.1. Os cotistas deverão observar o valor mínimo para permanência no FUNDO, indicado na página do ADMINISTRADOR na rede mundial de computadores (www.intrag.com.br) e na lâmina de informações essenciais, se houver antes de realizar qualquer pedido de resgate, sendo certo que pedidos de resgate que resultarem em investimento no FUNDO inferior ao valor mínimo de permanência serão transformados em resgate total.

7.2. Os recursos provenientes do resgate serão disponibilizados na conta corrente de titularidade do cotista cadastrada no registro de cotistas do FUNDO, mediante crédito em conta corrente, caso esta seja mantida no Itaú Unibanco, ou transferência eletrônica (com as tarifas incidentes), caso esta seja mantida em outra instituição.

7.3. No caso de fechamento dos mercados e/ou em casos excepcionais de iliquidez dos ativos financeiros do FUNDO, inclusive decorrentes de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do FUNDO ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, o ADMINISTRADOR pode declarar o fechamento do FUNDO para a realização de resgates.

7.3.1. Caso o ADMINISTRADOR declare o fechamento do FUNDO para a realização de resgates nos termos acima, deve proceder à imediata divulgação de fato relevante, tanto por ocasião do fechamento, quanto da reabertura do FUNDO.

7.3.2. Caso o FUNDO permaneça fechado por período superior a 5 (cinco) dias consecutivos, o ADMINISTRADOR deve obrigatoriamente, além da divulgação de fato relevante por ocasião do fechamento a que se refere o item acima, convocar no prazo máximo de 1 (um) dia, para realização em até 15 (quinze), assembleia geral extraordinária para deliberar sobre as seguintes possibilidades: (i) substituição do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de ambos; (ii) reabertura ou manutenção do fechamento do FUNDO para resgate; (iii) possibilidade do pagamento de resgate em ativos financeiros; (iv) cisão do FUNDO; e (v) liquidação do FUNDO.

8. EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social do FUNDO tem início no primeiro dia do mês de maio e término no último dia do mês de abril de cada ano.

II) CONDIÇÕES GERAIS DO FUNDO

1. RISCOS

O objetivo e a política de investimento do FUNDO não constituem promessa de rentabilidade e o cotista assume os riscos decorrentes do investimento no FUNDO, ciente da possibilidade de eventuais perdas.

1.1. A rentabilidade da cota não coincide com a rentabilidade dos ativos financeiros que compõem a carteira do FUNDO em decorrência dos encargos incidentes sobre o FUNDO e dos tributos incidentes sobre os recursos investidos.

1.2. As aplicações realizadas no FUNDO não têm garantia do GESTOR, nem do ADMINISTRADOR e nem do Fundo Garantidor de Créditos.

1.3. Como todo investimento, o FUNDO apresenta riscos, destacando-se:

MERCADO

Em função de sua Política de Investimentos, o FUNDO poderá estar exposto aos mercados de taxas de juros e índices de preços, moedas, ações e commodities. Estes mercados podem apresentar grande potencial de volatilidade em decorrência dos riscos a que estão expostos. Tais riscos são originados por fatores que compreendem, mas não se limitam a: (i) fatores macroeconômicos; (ii) fatores externos; e (iii) fatores de conjuntura política. Estes riscos afetam os preços dos ativos do FUNDO, produzindo flutuações no valor de suas cotas, que podem representar ganhos ou perdas para os cotistas.

Os ativos financeiros do FUNDO têm seus valores atualizados diariamente (marcação a mercado) e tais ativos são contabilizados pelo preço de negociação no mercado ou pela melhor estimativa de valor que se obteria nessa negociação, motivo pelo qual o valor da cota do FUNDO poderá sofrer oscilações frequentes e significativas, inclusive num mesmo dia.

A natureza dos riscos de mercado associados ao investimento no exterior e ao investimento no mercado local é similar, mas o comportamento do mercado em outros países e os efeitos provocados na carteira do FUNDO pelos ativos que possuem risco de mercado externo, mesmo que de forma sintetizada no mercado local, podem ser diversos.

O valor dos ativos financeiros do FUNDO pode sofrer variações, em virtude do risco associado à oscilação da taxa de câmbio. Estas oscilações podem valorizar ou desvalorizar as cotas do FUNDO, dependendo da estratégia assumida.

OPERACIONAL

Existe a possibilidade de o valor oficial dos ativos financeiros negociados em mercados internacionais ser disponibilizado em periodicidade, data e/ou horário distintos da utilizada para os ativos financeiros nacionais e para apuração das cotas do FUNDO e dos fundos investidos, seja pelo processo de disponibilização de informações, pelo fuso horário dos mercados, feriados locais, falhas sistêmicas, entre outros. Como consequência, o valor destes ativos será estimado pelo controlador, utilizando-se de fontes públicas de divulgação de cotação de ativos financeiros, método que, apesar de constituir a melhor prática do ponto de vista econômico, não está livre de riscos de (i) imprecisões e aproximações; (ii) no caso de cotas de fundos de investimento, o valor estimado ser distinto do valor oficial divulgado pelo seu administrador ou custodiante no exterior; e (iii) sempre que o valor estimado for distinto do valor real de negociação dos ativos financeiros, o cotista poderá ser beneficiado ou prejudicado no valor de suas cotas, dependendo de a estimativa de valor para o ativo estrangeiro ter sido subavaliada ou superavaliada.

A negociação e os valores dos ativos financeiros do FUNDO podem ser afetados por fatores exógenos diversos, tais como interferências de autoridades governamentais e órgãos reguladores nos mercados, moratórias, alterações da política monetária ou da regulamentação aplicável aos fundos de investimento e/ou a suas operações, podendo, eventualmente, causar perdas aos cotistas. Ademais, o fluxo regular das operações realizadas no mercado internacional pode ser obstado por condições políticas, regulatórias e macroeconômicas dos países envolvidos.

A realização de operações de derivativos pode (i) aumentar a volatilidade do FUNDO, (ii) limitar ou ampliar as possibilidades de retornos, (iii) não produzir os efeitos pretendidos e/ou (iv) determinar perdas ou ganhos aos cotistas do FUNDO. Adicionalmente, ainda que as operações de derivativos tenham objetivo de proteção da carteira contra determinados riscos, não é possível garantir a inexistência de perdas, se ocorrerem os riscos que se pretendia proteger.

A utilização de instrumentos para assunção de risco em exposição de capital superior ao patrimônio líquido do FUNDO (como por exemplo, derivativos), com a expectativa de gerar ganhos, pode não resultar nos retornos esperados, podendo inclusive resultar em perdas superiores ao patrimônio do FUNDO. Nesta situação, os cotistas suportarão tais prejuízos, por meio de aportes adicionais no FUNDO.

Apesar dos esforços de seleção, acompanhamento e diligência nas aplicações do FUNDO em outros fundos de investimento, o ADMINISTRADOR e o GESTOR não têm ingerência na condução dos negócios dos fundos investidos e não respondem por eventuais perdas que estes venham a sofrer.

Para possibilitar o regime tributário de 15% (quinze por cento) como alíquota de IRF, o GESTOR buscará manter a carteira do FUNDO com no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de seu patrimônio em ações negociadas no mercado à vista de bolsa ou assemelhadas, no Brasil ou no exterior, conforme definição e forma de cálculo constantes da legislação e regulamentação tributárias. Todavia, caso este mínimo de ativos não seja atingido e ocorra o efetivo desenquadramento tributário da carteira, os cotistas passarão a se sujeitar a tratamento próprio dos fundos de renda fixa, com regime tributário mais gravoso, sob alíquotas regressivas do IRF.

As operações do fundo estão sujeitas a riscos operacionais ligados aos ambientes em que são negociados, tais como: (i) falha de uma determinada bolsa ou fonte de informações; e (ii) interrupção de operações no local de negociação/registo destas, por exemplo, em eventos decorrentes de feriados.

Por motivos e/ou fatores exógenos à vontade do GESTOR, eventos de transferência de recursos ou de títulos podem não ocorrer conforme o previsto. Estes motivos e fatores incluem, por exemplo, inadimplência do intermediário ou das partes, falhas, interrupções, atrasos ou bloqueios nos sistemas ou serviços das centrais depositárias, *clearings* ou sistemas de liquidação, contrapartes centrais garantidoras ou do banco liquidante envolvidos na liquidação dos referidos eventos.

A utilização de modelos para estimar preços de determinados ativos e/ou estimar o comportamento futuro destes ativos, expõe o FUNDO a riscos de imprecisão ou mesmo de diferenças entre preços conforme os prestadores de serviço de controladoria, o que pode resultar em preços diferentes para um mesmo ativo em distintas carteiras no mercado.

CONCENTRAÇÃO

Em função da estratégia de gestão o FUNDO pode se sujeitar ao risco de perdas por não-diversificação de emissores, classes de ativos, mercados, modalidades de operação, ou setores econômicos.

LIQUIDEZ

Dependendo das condições do mercado, os ativos financeiros do FUNDO podem sofrer diminuição de possibilidade de negociação. Nesses casos, o GESTOR poderá, eventualmente, ver-se obrigado a aceitar descontos ou deságios na venda dos ativos (ou de ágio na compra), prejudicando a rentabilidade do fundo.

Apesar do esforço e diligência do Gestor e Administrador em manter a liquidez da carteira do fundo adequada ao prazo de pagamento de resgates, existe o risco de descasamento entre a efetiva liquidez e o prazo para pagamento dos resgates. Isso pode acontecer em função de momentos atípicos de mercado ou por falha em modelo de estimativa de liquidez que se baseia em dados estatísticos e observações de mercado.

Por prever a alocação de recursos em instrumentos com potencial de retorno superior ao de instrumentos tradicionais, porém com potencial de negociabilidade no mercado mais restrita que os instrumentos convencionais, o FUNDO poderá ter que aceitar deságios em relação ao preço esperado de seus instrumentos e com isso impactar negativamente a sua rentabilidade.

CRÉDITO

As operações do FUNDO estão sujeitas à inadimplência ou mora dos emissores dos seus ativos financeiros e contrapartes, inclusive centrais garantidoras e prestadores de serviços envolvidos no trânsito de recursos do FUNDO, caso em que o FUNDO poderá (i) ter reduzida a sua rentabilidade, (ii) sofrer perdas financeiras até o limite das operações contratadas e não liquidadas e/ou (iii) ter desvalorização de parte ou todo o valor alocado nos ativos financeiros.

2. MONITORAMENTO DE RISCOS

São utilizadas técnicas de monitoramento de risco (“monitoramento”) para obter estimativa do nível de exposição do FUNDO aos riscos supramencionados, de forma a adequar os investimentos do FUNDO a seus objetivos, nos termos da regulamentação aplicável. O monitoramento e a supervisão são realizados por área de gerenciamento de risco independente do GESTOR e/ou do ADMINISTRADOR, no limite da competência de cada um, nos termos da regulamentação aplicável.

2.1. Especificamente em relação ao risco de liquidez, o monitoramento é feito pelo GESTOR e pelo ADMINISTRADOR, nos termos da regulamentação aplicável, apurando-se o valor total dos ativos passíveis de liquidação financeira em um determinado prazo, ponderado pelas regras de resgate e pela composição da carteira do FUNDO, atribuindo-se probabilidades para a negociação desses ativos nas condições de mercado vigentes.

2.2. O monitoramento (i) pode utilizar dados históricos e suposições para tentar prever o comportamento da economia e, conseqüentemente, os possíveis cenários que eventualmente afetem o FUNDO, não havendo como garantir que esses cenários ocorram na realidade; e (ii) não elimina a possibilidade de perdas para os cotistas.

2.3. A exatidão das simulações e estimativas utilizadas no monitoramento pode depender de fontes externas de informação, casos em que serão as únicas responsáveis pelos dados fornecidos, não respondendo o ADMINISTRADOR nem o GESTOR se tais fontes fornecerem dados incorretos, incompletos ou suspenderem a divulgação dos dados, prejudicando o monitoramento.

3. APURAÇÃO DO VALOR DOS ATIVOS FINANCEIROS DO FUNDO

O valor dos ativos financeiros será apurado, para efeito de cálculo do valor da cota do FUNDO, de acordo com a seguinte metodologia:

(a) ativos financeiros do mercado nacional – diariamente, conforme manual de precificação do controlador, preferencialmente, com base em fontes públicas do mercado nacional;

(b) ativos financeiros do mercado internacional – sempre que possível, será realizada da mesma forma e no mesmo horário que para os ativos financeiros do mercado nacional. Caso os ativos financeiros do mercado internacional não tenham sua cotação diária divulgada até o momento da apuração do valor diário da cota do FUNDO, o valor desses ativos será estimado, preferencialmente, com base em fontes públicas internacionais; e

(c) consolidação do valor dos ativos financeiros do FUNDO e dos fundos investidos e determinação do patrimônio global do FUNDO – O valor dos ativos financeiros obtidos nos termos dos itens (a) e (b) acima serão consolidados para fins da apuração do valor global do patrimônio do FUNDO.

4. APLICAÇÕES E RESGATES EM DIAS SEM EXPEDIENTE BANCÁRIO

As aplicações e os resgates solicitados nos dias sem expediente bancário nacional serão processados no dia subsequente em que houver expediente bancário, como se nesse dia tivessem sido solicitados.

4.1. Os feriados de âmbito estadual ou municipal na praça em que está sediado o ADMINISTRADOR não serão considerados dias úteis, não sendo efetivados pedidos de aplicação, conversão de cotas, tampouco contagem de prazo e pagamento para fins de resgate.

4.2. Em feriados municipais ou estaduais em localidades distintas da sede do ADMINISTRADOR, o FUNDO funcionará normalmente, ficando o investidor sujeito apenas às restrições provenientes da falta de expediente bancário em sua respectiva praça.

5. ENCARGOS

Constituem encargos do FUNDO as seguintes despesas, que lhe são debitadas diretamente: (i) taxas, impostos e contribuições que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO; (ii) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na regulamentação vigente; (iii) despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas; (iv) honorários e despesas do auditor independente; (v) emolumentos e comissões pagas por operações do FUNDO; (vi) honorários advocatícios, custas e despesas processuais correlatas, incorridas na defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de eventual condenação; (vii) parcela de prejuízos não cobertos por seguros e não decorrentes diretamente de culpa ou dolo dos prestadores de serviços, no exercício de suas respectivas funções; (viii) despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício do direito de voto decorrente de ativos financeiros do FUNDO; (ix) despesas com liquidação, registro e custódia (caso esta não esteja incluída na taxa de administração do FUNDO) de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do FUNDO; (x) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários; (xi) no caso de fundo fechado, a contribuição anual devida às

bolsas de valores ou às entidades do mercado organizado em que o FUNDO tenha suas cotas admitidas à negociação, se for o caso; (xii) as taxas de administração e performance, se houver; (xiii) os montantes devidos aos fundos investidores em decorrência de acordos de remuneração, que serão deduzidos da taxa de administração e performance, quando aplicável; e (xiv) honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado, se for o caso.

5.1. Quaisquer despesas não previstas como encargos do FUNDO correm por conta do ADMINISTRADOR, devendo ser por ele contratadas.

6. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados do FUNDO serão automaticamente incorporados ao seu patrimônio.

7. ASSEMBLEIA GERAL

Os cotistas serão convocados: (i) anualmente, até 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício social, para deliberação sobre as demonstrações contábeis ou (ii) extraordinariamente, sempre que necessário.

7.1. As assembleias gerais obedecerão as seguintes regras: (i) serão convocadas conforme o(s) meio(s) de comunicação estabelecido(s) em capítulo específico deste Regulamento, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, dispensada esta formalidade se houver presença total; (ii) serão instaladas com qualquer número de cotistas; (iii) as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo 1 (um) voto para cada cota; (iv) poderão votar os cotistas, seus representantes legais ou procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano; (v) os cotistas poderão enviar seu voto por meio de comunicação física ou eletrônica, desde que a convocação indique essa possibilidade e estabeleça os critérios para essa forma de voto, que não exclui a realização da reunião de cotistas, no local e horário estabelecidos, cujas deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes e dos recebidos pelo(s) meio(s) de comunicação estabelecido(s) em capítulo específico deste Regulamento, quando assim admitido na convocação; (vi) a critério do ADMINISTRADOR, que definirá os procedimentos a serem seguidos, as deliberações da assembleia serão tomadas por meio de consulta formal, sem reunião de cotistas, em que a) os cotistas manifestarão seus votos, conforme instruções previstas na convocação e b) as decisões serão tomadas com base na maioria dos votos recebidos.

7.1.1. Na hipótese prevista no inciso (v) acima, no caso de não comparecimento físico de cotistas, a assembleia será instalada, sendo a presença dos cotistas caracterizada pelos votos encaminhados antes da realização da assembleia.

7.1.2. Caso a convocação preveja a realização da assembleia por meio eletrônico, os votos dos cotistas relativamente às suas deliberações em assembleia geral deverão ser proferidos mediante a utilização de assinatura eletrônica legalmente reconhecida, sob pena de recusa pelo ADMINISTRADOR.

7.1.3. Na hipótese da não instalação da assembleia geral para deliberação relativa às demonstrações contábeis do FUNDO, em decorrência do não comparecimento de quaisquer cotistas, serão consideradas automaticamente aprovadas caso as demonstrações contábeis não contenham ressalvas.

7.2. O ADMINISTRADOR disponibilizará resumo das deliberações da assembleia geral aos cotistas, em até 30 (trinta) dias após a sua realização, conforme o(s) meio(s) de comunicação estabelecido(s) em capítulo específico deste Regulamento, o qual também poderá ser encaminhado juntamente com o extrato.

8. ATOS E FATOS RELEVANTES

Os atos ou fatos relevantes que possam influenciar, as decisões de adquirir, alienar ou manter cotas do FUNDO serão imediatamente divulgados aos cotistas por correspondência eletrônica ou outra forma de comunicação disponibilizada pelo ADMINISTRADOR, conforme cláusula específica do Regulamento.

9. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

O FUNDO utilizará meios físicos ou eletrônicos de comunicação relativamente às suas informações, inclusive no que diz respeito às convocações, deliberações e resumo das assembleias gerais. Nesse sentido, todas as informações ou documentos serão disponibilizados aos cotistas, pelo ADMINISTRADOR, por meio de (i) disponibilização, no endereço eletrônico do ADMINISTRADOR (www.intrag.com.br); (ii) envio de correspondência física; ou (iii) adoção de outra forma de disponibilização, a critério do ADMINISTRADOR, nos termos da regulamentação em vigor. Na hipótese de envio, pelo ADMINISTRADOR, de correspondência física para o endereço de cadastro do cotista, os custos decorrentes deste envio serão suportados pelo FUNDO.

10. FORO

Fica eleito o Foro do domicílio ou da sede do cotista, salvo se o domicílio ou sede do cotista não se situar em território brasileiro, caso em que fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo.

Para mais informações sobre o FUNDO, consulte a Lâmina ou visite a página do ADMINISTRADOR na rede mundial de computadores.

São Paulo - SP, 17 de janeiro de 2023.

Dúvidas, reclamações e sugestões, fale com o seu Distribuidor. Se necessário, entre em contato com o ADMINISTRADOR (11) 3072-6109, dias úteis, das 9 às 18h, ou utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h, ou o Contato (www.intrag.com.br). Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú Unibanco 0800 570 0011, dias úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal nº 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala 0800 722 1722, disponível 24h todos os dias.

ANEXO I – DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

LIMITES POR ATIVO (% do patrimônio do FUNDO)			
Legislação	Fundo	Descrição dos Ativos Financeiros	
GRUPO I – Até 100%	Permitido	Títulos públicos federais	
	Permitido	Ativos financeiros de obrigação ou coobrigação de instituição financeira	
	Permitido	Ativos financeiros objeto de oferta pública registrada	
	Permitido	Notas promissórias, debêntures e ações, emitidas por companhias abertas e objeto de oferta pública com esforços restritos, dispensada de registro	
	Permitido	FI e FIC registrados com base na Instrução CVM 555/14	
	Permitido	Ações, bônus e recibos de subscrição, certificados de depósito de ações, admitidos à negociação em mercado organizado	
	Permitido	<i>Brazilian Depositary Receipts</i> (BDR) classificados como nível II ou III	
	Permitido	Cotas de fundos de investimento em índices de mercado constituídos no Brasil	
	Permitido	<i>Brazilian Depositary Receipts</i> lastreados em cotas de fundos de índices (“BDR-ETF”)	
GRUPO II – Até 20%	Até 20%	Permitido	FIDC e FICFIDC
		Permitido	FII
		Permitido	CRI
		Permitido	Ativos financeiros não previstos no GRUPO I, emitidos ou negociados por meio de oferta pública com esforços restritos, dispensada de registro
		Permitido	FI e FIC registrados com base na Instrução CVM 555/14, destinados a investidores qualificados
		Permitido	<u>Outros ativos financeiros, desde que não tenham sido: (i) objeto de oferta pública; ou (ii) de obrigação ou coobrigação de instituição financeira:</u> debêntures, cédulas de crédito bancário (CCB), certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB), notas de crédito à exportação (NCE), cédulas de crédito à exportação (CCE), certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), cédula do produtor rural (CPR), certificados de recebíveis do agronegócio (CRA); certificado de depósito agropecuário; <i>warrant</i> agropecuário; cédula de crédito imobiliário (CCI); contratos ou certificados de mercadoria, produtos e serviços; duplicatas; notas comerciais ou notas promissórias; cédulas e notas de crédito comercial e industrial; recibo de depósito corporativo; certificados dos ativos acima relacionados; créditos securitizados; direitos creditórios; títulos cambiais e certificados ou títulos de emissão de instituições financeiras representativos de operações ativas vinculadas a estes, nos termos da Resolução CMN n.º 2921/02 e alterações posteriores. As operações ativas vinculadas cujo ativo subjacente seja título de emissão, obrigação ou coobrigação de instituição financeira, deverão observar as regras específicas para ativos com essas características, conforme definido nos demais quadros deste anexo.
GRUPO II – Até 20%	Até 5%	Permitido	FIDC NP e FICFIDC NP
		Vedado	FI e FIC registrados com base na Instrução CVM 555/14, destinados a investidores profissionais
GRUPO III – Até 20%		Permitido	<u>Investimento no Exterior, realizado de forma direta ou indireta:</u> ativos financeiros, fundos de investimento/veículos de investimento e contratos de derivativos emitidos no exterior, ou que a regulamentação em vigor caracterize como ativo financeiro no exterior e cotas de fundos de investimento registrados com base na Instrução CVM 555/14 que possuam em sua denominação o sufixo “Investimento no Exterior”, desde que compatíveis com a política do FUNDO, observada a regulamentação em vigor e as disposições deste Regulamento

**LIMITES POR EMISSOR
(% do patrimônio do FUNDO)**

Legislação	Fundo	Emissor
Até 20%	Permitido	Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil
Até 10%	Permitido	Companhia aberta
Até 10%	Permitido	Fundo de investimento
Até 5%	Permitido	Pessoa física ou jurídica de direito privado que não seja companhia aberta ou instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Os limites acima não se aplicam aos emissores dos ativos financeiros de renda variável e fundos classificados como Dívida Externa, podendo o investimento do FUNDO em ativos financeiros de tais emissores estar exposto, direta ou indiretamente, a significativa concentração, com os riscos daí decorrentes.

**LIMITE PARA OPERAÇÕES COMPROMISSADAS
(% do patrimônio do FUNDO)**

Legislação	Fundo	Descrição das Operações Compromissadas
Até 100%	Permitido	Operações Compromissadas com lastro em Títulos Públicos Federais
	Permitido	Operações Compromissadas com lastro em Títulos Privados

Os títulos de renda fixa recebidos como lastro das operações compromissadas serão considerados para fins dos limites estabelecidos nos demais quadros deste Anexo.

**LIMITE PARA CRÉDITO PRIVADO
(% do patrimônio do FUNDO)**

Até 50%	Ativos financeiros de responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou de emissores públicos diferentes da União Federal, direta ou indiretamente.
---------	--

O limite de Crédito Privado estabelecido neste quadro prevalecerá sobre os limites estabelecidos no quadro "limites por ativo".

DERIVATIVOS

Hedge e posicionamento com alavancagem	Sem limite de alavancagem
--	---------------------------

**OPERAÇÕES COM O ADMINISTRADOR, GESTOR E LIGADAS
(% do patrimônio do FUNDO)**

Até 100%	Contraparte ADMINISTRADOR, GESTOR e ligadas, inclusive veículos de investimento por eles administrados ou geridos.
Até 20%	Ativos financeiros emitidos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e ligadas, sendo vedada a aquisição de ações do ADMINISTRADOR.
Até 100%	Cotas de fundos de investimento administrados pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e ligadas.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

CNPJ 23.799.268/0001-30

DATA, HORA e LOCAL: em 07.03.2023, às 09h00min, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – São Paulo – SP.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente e Secretário, representantes da INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., Administrador do Fundo.

CONVOCAÇÃO: por correspondência, nos termos do artigo 67 e parágrafos seguintes da Instrução 555, de 17.12.2014, da Comissão de Valores Mobiliários.

PRESENÇA: representantes legais do Administrador do Fundo, e cotistas por meio de votos recebidos, conforme previsto no Regulamento do Fundo.

ALTERAÇÕES NO REGULAMENTO:

Alterar o teor do Fundo a fim de adequá-lo às suas novas características, dentre outros aprimoramentos:

1. Registrar a alteração do endereço da sede do Administrador para Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 4º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP;
2. Transformar o Fundo em Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento (FICFI) e, por consequência, aprovar as seguintes alterações no Regulamento: (i) alterar a denominação do Fundo para ESH THETA 18 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; e (ii) adaptar a Política de Investimento;
3. Na Política de Investimento, estabelecer que o Fundo direcionará, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio em cotas do fundo ESH THETA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, inscrito no CNPJ sob nº 46.997.509/0001-51, administrado pelo ADMINISTRADOR e gerido pelo GESTOR;
4. No Anexo I, alterar o quadro de Operações com o Administrador, Gestor e Ligadas, para estabelecer que o Fundo poderá aplicar até 5% (cinco por cento) do seu patrimônio, em Ativos

financeiros de renda fixa emitidos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e ligadas;

5. Refletir as alterações no Fundo, aprovadas na Assembleia, as quais passarão a vigorar a partir de **10.04.2023**, conforme texto lido e aprovado.

Na hipótese de comparecimento da totalidade dos cotistas, estes dispensam o Administrador do Fundo, da obrigação de envio do resumo das decisões tomadas na presente Assembleia.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que foi lida e aprovada por todos.

CERTIFICAMOS SER A PRESENTE CÓPIA FIEL
DA ORIGINAL REGISTRADA EM SEUS SISTEMAS INFORMATIZADOS.

São Paulo (SP), 07 de março de 2023.

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Administrador do Fundo

**REGULAMENTO DO ESH THETA 18 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO
CNPJ – 23.799.268/0001-30**

I) CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO FUNDO

1. PRESTADORES DE SERVIÇOS

1.1. ADMINISTRADOR

Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 4º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CNPJ nº 62.418.140/0001-31, ato declaratório CVM nº 2528, de 29/07/1993.

1.2. GESTOR

ESH Capital Investimentos Ltda., Rua Cunha Gago nº 700, conjunto 41, Pinheiros, São Paulo - SP, CNPJ nº 22.006.806/0001-20, ato declaratório CVM nº 14.400, de 24/08/2015.

1.3. CUSTÓDIA, TESOURARIA E ESCRITURAÇÃO DE COTAS

Itaú Unibanco S.A., Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, São Paulo – SP, CNPJ nº 60.701.190/0001-04, ato declaratório CVM para a prestação da atividade de custódia de ativos financeiros nº 1.524 de 23/10/1990.

2. PÚBLICO ALVO

O FUNDO, a critério do ADMINISTRADOR, receberá recursos de fundos de investimento, pessoas físicas e jurídicas, clientes do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de empresas direta ou indiretamente a eles ligadas.

3. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

O FUNDO é constituído como condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e classificado como “Multimercado”.

4. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O objetivo do FUNDO é aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento de diversas classes, os quais investem em ativos financeiros de diferentes naturezas, riscos e características, sem o compromisso de concentração em nenhum ativo ou fator de risco em especial, observado que a rentabilidade do FUNDO será impactada em virtude dos custos e despesas do FUNDO, inclusive taxa de administração.

4.1. O FUNDO direcionará, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio em cotas do fundo ESH THETA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, inscrito no CNPJ sob nº 46.997.509/0001-51 (“FUNDO INVESTIDO”), administrado pelo ADMINISTRADOR e gerido pelo GESTOR. O saldo remanescente poderá ser alocado nos ativos previsto no Anexo do Regulamento.

4.2. O FUNDO, apenas indiretamente, está autorizado a realizar aplicações em ativos financeiros no exterior.

4.2.1. O GESTOR do fundo que realiza alocações no exterior é o responsável por executar, na seleção dos ativos financeiros no exterior, procedimentos compatíveis com as melhores práticas do mercado, assegurando que as estratégias a serem implementadas no exterior estejam de acordo com o objetivo, política de investimento e níveis de risco do respectivo FUNDO.

4.2.2. Os ativos financeiros no exterior devem observar, ao menos, uma das seguintes condições: (i) ser registrados em sistema de registro, objeto de escrituração de ativos, objeto de custódia ou objeto de depósito central, em todos os casos, por instituições devidamente autorizados em seus países de origem e supervisionados por autoridade local reconhecida; ou (ii) ter sua existência diligentemente verificada pelo ADMINISTRADOR do fundo que realiza a alocação, e desde que tais ativos sejam escriturados ou custodiados, em ambos os casos, por entidade devidamente autorizada para o exercício da atividade por autoridade de países signatários do Tratado de Assunção ou em outras jurisdições, desde que, neste último caso, seja supervisionada por autoridade local reconhecida.

4.2.3. Caso, indiretamente, exista operações de derivativos no exterior, tais operações deverão, ao menos, observar uma das seguintes condições: (i) ser registradas em sistemas de registro, objeto de escrituração, objeto de custódia ou registradas em sistema de liquidação financeira, em todos os casos, por sistemas devidamente autorizados em seus países de origem e supervisionados por autoridade local reconhecida; (ii) ser informadas às autoridades locais; (iii) ser negociadas em bolsas, plataformas eletrônicas ou liquidadas por meio de contraparte central; ou (iv) ter como contraparte, instituição financeira ou entidades a ela filiada e aderente às regras do Acordo da Basileia, classificada como de baixo risco de crédito, na avaliação do gestor, e que seja supervisionada por autoridade local reconhecida.

4.2.4. Caso, indiretamente, o FUNDO aplique em fundos de investimento ou veículos de investimento no exterior, o ADMINISTRADOR do fundo que mantém posições no exterior (diretamente ou por meio do CUSTODIANTE do fundo que aloca no exterior) deverá certificar-se de que o custodiante ou escriturador do fundo ou veículo de investimento no exterior possui estrutura, processos e controles internos adequados para desempenhar as seguintes atividades: (i) prestar serviço de custódia ou escrituração de ativos, conforme aplicável; (ii) executar sua atividade com boa fé, diligência e lealdade, mantendo práticas e procedimentos para assegurar que o interesse dos investidores prevaleça sobre seus próprios interesses ou de pessoas a ele vinculadas; (iii) realizar a boa guarda e regular movimentação dos ativos mantidos em custódia ou, no caso de escrituradores, atestar a legitimidade e veracidade dos registros e titularidade dos ativos; e (iv) verificar a existência, a boa guarda e a regular movimentação dos ativos integrantes da carteira do fundo ou veículo de investimento no exterior.

4.2.5. Caso os fundos alocados pelo fundo investido apliquem em fundos de investimento ou veículos de investimento no exterior, caberá ao GESTOR do fundo que mantém referida alocação no exterior, assegurar que o fundo ou veículo de investimento no exterior atenda, no mínimo, às seguintes condições: (i) seja constituído, regulado e supervisionado por autoridade local reconhecida; (ii) possua o valor da cota calculado a cada resgate ou investimento e, no mínimo, a cada 30 (trinta) dias; (iii) possua administrador, gestor, custodiante ou prestadores de serviços que desempenhem funções equivalentes capacitados, experientes, de boa reputação e devidamente autorizados a exercer suas funções pela CVM ou por autoridade local reconhecida; (iv) possua custodiante supervisionado por autoridade local reconhecida; (v) tenha suas demonstrações financeiras auditadas por empresa de auditoria independente; e (vi) possua política de controle de riscos e limites de alavancagem compatíveis com a política do FUNDO.

4.2.5.1. Caso o GESTOR detenha, direta ou indiretamente, influência nas decisões de investimento dos fundos ou outros veículos de investimento no exterior, as seguintes condições adicionais devem ser observadas por este GESTOR: (i) detalhar os ativos integrantes das carteiras dos fundos investidos no demonstrativo mensal de composição e diversificação da carteira do FUNDO, na mesma periodicidade e em conjunto com a divulgação das posições mantidas pelas respectivas carteiras em ativos financeiros negociados no Brasil, nos termos da regulamentação vigente; (ii) os fundos ou outros veículos de investimento investidos no exterior só podem realizar operações com derivativos que observem o disposto na regulamentação vigente; e (iii) para fins de controle de limites de alavancagem, a exposição da carteira do FUNDO deve ser consolidada com a do fundo ou veículo de investimento no exterior, conforme previsto na legislação aplicável.

4.2.5.2. Caso o GESTOR não detenha, direta ou indiretamente, influência nas decisões de investimento dos fundos ou veículos de investimento no exterior, para fins dos controles previstos no inciso (iii) do item anterior, tal GESTOR deve considerar a exposição máxima possível de acordo com as características do fundo ou veículo investido.

4.2.6. As aplicações em ativos financeiros no exterior não são cumulativamente consideradas no cálculo dos correspondentes limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro aplicáveis aos ativos domésticos.

4.3. O FUNDO aplica em fundos de investimento que utilizam estratégias que podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir prejuízos do FUNDO.

4.4. O FUNDO buscará manter seus investimentos em ativos financeiros de renda variável, com o objetivo de proporcionar aos seus cotistas tratamento tributário aplicável aos fundos de renda variável.

4.5. A descrição detalhada da política de investimento do FUNDO está prevista no Anexo I. Os limites estabelecidos no Anexo I deste Regulamento devem ser considerados em conjunto e cumulativamente, prevalecendo a regra mais restritiva. Características adicionais relacionadas ao objetivo do FUNDO também estão previstas na página do ADMINISTRADOR na rede mundial de computadores (www.intraq.com.br).

5. REMUNERAÇÃO

A taxa de administração é de 2% (dois por cento) ao ano, podendo chegar a 3% (três por cento) ao ano, sobre o patrimônio do FUNDO em função da taxa de administração dos fundos investidos.

5.1. A remuneração prevista acima engloba as taxas de administração dos fundos investidos e os pagamentos devidos aos prestadores de serviços do FUNDO, porém não inclui os valores referentes à remuneração dos prestadores de serviços de custódia e auditoria das demonstrações financeiras do FUNDO nem os valores correspondentes aos demais encargos do FUNDO, os quais serão debitados do FUNDO de acordo com o disposto neste Regulamento e na regulamentação.

5.2. Serão desconsideradas, para fins de cálculo da taxa de administração do FUNDO, as taxas cobradas: (i) pelos fundos de índice ou imobiliário, negociados em mercados organizados; ou ainda, (ii) pelos fundos investidos, quando geridos por partes não relacionadas ao GESTOR.

5.3. A taxa de administração será provisionada por dia útil, mediante divisão da taxa anual por 252 dias e apropriada mensalmente.

5.4. A taxa máxima anual de custódia paga pelo FUNDO será de 0,06% (zero vírgula zero seis por cento) sobre o patrimônio do FUNDO, com o mínimo mensal de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

5.5. O GESTOR receberá taxa de performance equivalente a 20% (vinte por cento) da rentabilidade do FUNDO que exceder a 100% (cem por cento) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, de um dia, apurado e divulgado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

5.5.1. A taxa de performance será calculada individualmente sobre cada aplicação realizada pelo cotista (método do passivo), provisionada por dia útil como despesa do FUNDO e apropriada no mês subsequente ao encerramento dos meses de junho e dezembro de cada ano ou, proporcionalmente, na hipótese de resgate.

5.5.2. O primeiro período de avaliação de performance compreenderá a data de início do FUNDO e a data de encerramento que primeiro ocorrer, desde que o período não seja inferior a 06 (seis) meses. Caso este primeiro período seja inferior a 06 (seis) meses, ele será alongado até a próxima data de encerramento do período de avaliação de performance.

5.5.3. É vedada a cobrança da taxa de performance quando o valor da cota do FUNDO ao final de cada período de cálculo for inferior ao seu valor na data da última cobrança da taxa de performance ou no início do FUNDO, no caso da primeira cobrança (“cota base”).

5.5.4. Para fins do cálculo da taxa de performance, o valor da cota do FUNDO no momento de apuração do resultado deve ser comparado (i) ao valor da cota base atualizado pelo índice de referência do período transcorrido desde a última cobrança de taxa de performance ou do início do FUNDO, no caso da primeira cobrança; ou (ii) ao valor da cota de aplicação do cotista atualizado pelo índice de referência, caso esta seja posterior à última cobrança de taxa de performance ou do início do FUNDO, no caso da primeira cobrança (“certificado”).

5.5.4.1. Caso o valor da cota base ou do certificado atualizados pelo índice de referência seja inferior ao valor da cota base ou do certificado, conforme o caso, a taxa de performance a ser provisionada e apropriada deve ser (i) calculada sobre a diferença entre o valor da cota antes de descontada a provisão para a apropriação da taxa de performance e o valor da cota base ou do certificado, atualizados pelo índice de referência, conforme o caso; e (ii) limitada à diferença entre o valor da cota antes de descontada a provisão para a apropriação da taxa de performance e a cota base ou o certificado, conforme o caso.

5.5.5. A taxa de performance será cobrada após a dedução de todas as despesas do FUNDO, inclusive da taxa de administração.

5.6. O FUNDO não cobra taxa de ingresso ou de saída.

5.7. Os fundos investidos podem cobrar taxa de performance, ingresso e/ou de saída de acordo com os seus respectivos regulamentos.

6. APLICAÇÕES

As aplicações ocorrerão mediante: (i) instrução verbal, escrita ou eletrônica (se disponível) ao distribuidor ou diretamente ao ADMINISTRADOR; (ii) adesão aos documentos exigidos pela regulamentação, significando que ele teve acesso ao inteiro teor de tais documentos, conhece os riscos de investir no FUNDO e está ciente de que o ADMINISTRADOR, o GESTOR e empresas ligadas podem manter negócios com emissores de ativos financeiros do FUNDO; e (iii) depósito ou transferência eletrônica do valor do investimento à conta do FUNDO.

6.1. Será admitido o investimento conjunto e solidário por duas pessoas físicas para aquisição de uma mesma cota. Nessa situação os coinvestidores estabelecem entre si a solidariedade ativa, sendo assim considerados em conjunto como um único titular das cotas. Desse modo, cada coinvestidor, isoladamente pode investir e solicitar o resgate, bem como receber resgate, parcial ou total, enfim praticar todo e qualquer ato inerente à propriedade de cotas, ficando o FUNDO e seu ADMINISTRADOR exonerados de responsabilidade no cumprimento de referidas ordens, inclusive ao disponibilizar os recursos a qualquer dos dois cotistas de forma isolada ou conjunta.

6.2. Os recursos aportados serão convertidos em cotas escriturais, nominativas e correspondentes a frações ideais do patrimônio do FUNDO.

6.3. O investidor será considerado cotista a partir da inscrição do seu nome no registro de cotistas, que pode se dar inclusive por meio de sistemas informatizados.

6.4. A cota do FUNDO terá seu valor atualizado nos dias úteis, permanecerá escriturada em nome do cotista e não poderá ser cedida nem transferida, salvo nas situações previstas na regulamentação.

6.5. As aplicações no FUNDO poderão ser suspensas a qualquer momento e por prazo indeterminado.

6.6. Para emissão das cotas, será utilizado o valor da cota de fechamento de D+0 da solicitação (cota de fechamento é aquela obtida a partir do patrimônio apurado depois do encerramento dos mercados em que o FUNDO atue).

6.7. Os valores mínimos de movimentação e permanência serão divulgados na página do ADMINISTRADOR na rede mundial de computadores (www.intrag.com.br), bem como na lâmina de informações essenciais, se houver.

6.7.1. Percentual máximo de cotas que pode ser detido por um único cotista: 100%, exceto se expressamente vedado pela regulamentação aplicável ao cotista do FUNDO.

7. RESGATES

Os resgates ocorrerão mediante:

- (i) instrução verbal, escrita ou eletrônica (se disponível) do cotista ao distribuidor ou diretamente ao ADMINISTRADOR;
- (ii) conversão de cotas em recursos baseada no valor da cota de fechamento de D+16 (corridos) da solicitação ou, caso o último dia do prazo não seja útil, o primeiro dia útil subsequente; e
- (iii) entrega dos recursos ao cotista em D+2 (úteis) da conversão da cota.

7.1. Os cotistas deverão observar o valor mínimo para permanência no FUNDO, indicado na página do ADMINISTRADOR na rede mundial de computadores (www.intrag.com.br) e na lâmina de informações essenciais, se houver antes de realizar qualquer pedido de resgate, sendo certo que pedidos de resgate que resultarem em investimento no FUNDO inferior ao valor mínimo de permanência serão transformados em resgate total.

7.2. Os recursos provenientes do resgate serão disponibilizados na conta corrente de titularidade do cotista cadastrada no registro de cotistas do FUNDO, mediante crédito em conta corrente, caso esta seja mantida no Itaú Unibanco, ou transferência eletrônica (com as tarifas incidentes), caso esta seja mantida em outra instituição.

7.3. No caso de fechamento dos mercados e/ou em casos excepcionais de iliquidez dos ativos financeiros do FUNDO, inclusive decorrentes de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do FUNDO ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, o ADMINISTRADOR pode declarar o fechamento do FUNDO para a realização de resgates.

7.3.1. Caso o ADMINISTRADOR declare o fechamento do FUNDO para a realização de resgates nos termos acima, deve proceder à imediata divulgação de fato relevante, tanto por ocasião do fechamento, quanto da reabertura do FUNDO.

7.3.2. Caso o FUNDO permaneça fechado por período superior a 5 (cinco) dias consecutivos, o ADMINISTRADOR deve obrigatoriamente, além da divulgação de fato relevante por ocasião do fechamento a que se refere o item acima, convocar no prazo máximo de 1 (um) dia, para realização em até 15 (quinze), assembleia geral extraordinária para deliberar sobre as seguintes possibilidades: (i) substituição do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de ambos; (ii) reabertura ou manutenção do fechamento do FUNDO para resgate; (iii) possibilidade do pagamento de resgate em ativos financeiros; (iv) cisão do FUNDO; e (v) liquidação do FUNDO.

8. EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social do FUNDO tem início no primeiro dia do mês de julho e término no último dia do mês de junho de cada ano.

II) CONDIÇÕES GERAIS DO FUNDO

1. RISCOS

O objetivo e a política de investimento do FUNDO não constituem promessa de rentabilidade e o cotista assume os riscos decorrentes do investimento no FUNDO, ciente da possibilidade de eventuais perdas.

1.1. A rentabilidade da cota não coincide com a rentabilidade dos ativos financeiros que compõem a carteira do FUNDO em decorrência dos encargos incidentes sobre o FUNDO e dos tributos incidentes sobre os recursos investidos.

1.2. As aplicações realizadas no FUNDO não têm garantia do GESTOR, nem do ADMINISTRADOR e nem do Fundo Garantidor de Créditos.

1.3. Como todo investimento, o FUNDO apresenta riscos, destacando-se:

MERCADO

Em função de sua Política de Investimentos, o FUNDO poderá estar exposto aos mercados de taxas de juros e índices de preços, moedas, ações e commodities. Estes mercados podem apresentar grande potencial de volatilidade em decorrência dos riscos a que estão expostos. Tais riscos são originados por fatores que compreendem, mas não se limitam a: (i) fatores macroeconômicos; (ii) fatores externos; e (iii) fatores de conjuntura política. Estes riscos afetam os preços dos ativos do FUNDO, produzindo flutuações no valor de suas cotas, que podem representar ganhos ou perdas para os cotistas.

Os ativos financeiros do FUNDO têm seus valores atualizados diariamente (marcação a mercado) e tais ativos são contabilizados pelo preço de negociação no mercado ou pela melhor estimativa de valor que se obteria nessa negociação, motivo pelo qual o valor da cota do FUNDO poderá sofrer oscilações frequentes e significativas, inclusive num mesmo dia.

A natureza dos riscos de mercado associados ao investimento no exterior e ao investimento no mercado local é similar, mas o comportamento do mercado em outros países e os efeitos provocados na carteira do FUNDO pelos ativos que possuem risco de mercado externo, mesmo que de forma sintetizada no mercado local, podem ser diversos.

O valor dos ativos financeiros do FUNDO pode sofrer variações, em virtude do risco associado à oscilação da taxa de câmbio. Estas oscilações podem valorizar ou desvalorizar as cotas do FUNDO, dependendo da estratégia assumida.

OPERACIONAL

Existe a possibilidade de o valor oficial dos ativos financeiros negociados em mercados internacionais ser disponibilizado em periodicidade, data e/ou horário distintos da utilizada para os ativos financeiros nacionais e para apuração das cotas do FUNDO e dos fundos investidos, seja pelo processo de disponibilização de informações, pelo fuso horário dos mercados, feriados locais, falhas sistêmicas, entre outros. Como consequência, o valor destes ativos será estimado pelo controlador, utilizando-se de fontes públicas de divulgação de cotação de ativos financeiros, método que, apesar de constituir a melhor prática do ponto de vista econômico, não está livre de riscos de (i) imprecisões e aproximações; (ii) no caso de cotas de fundos de investimento, o valor estimado ser distinto do valor oficial divulgado pelo seu administrador ou custodiante no exterior; e (iii) sempre que o valor estimado for distinto do valor real de negociação dos ativos financeiros, o cotista poderá ser beneficiado ou prejudicado no valor de suas cotas, dependendo de a estimativa de valor para o ativo estrangeiro ter sido subavaliada ou superavaliada.

A negociação e os valores dos ativos financeiros do FUNDO podem ser afetados por fatores exógenos diversos, tais como interferências de autoridades governamentais e órgãos reguladores nos mercados, moratórias, alterações da política monetária ou da regulamentação aplicável aos fundos de investimento e/ou a suas operações, podendo, eventualmente, causar perdas aos cotistas. Ademais, o fluxo regular das operações realizadas no mercado internacional pode ser obstado por condições políticas, regulatórias e macroeconômicas dos países envolvidos.

A realização de operações de derivativos pode (i) aumentar a volatilidade do FUNDO, (ii) limitar ou ampliar as possibilidades de retornos, (iii) não produzir os efeitos pretendidos e/ou (iv) determinar perdas ou ganhos aos cotistas do FUNDO. Adicionalmente, ainda que as operações de derivativos tenham objetivo de proteção da carteira contra determinados riscos, não é possível garantir a inexistência de perdas, se ocorrerem os riscos que se pretendia proteger.

A utilização de instrumentos para assunção de risco em exposição de capital superior ao patrimônio líquido do FUNDO (como por exemplo, derivativos), com a expectativa de gerar ganhos, pode não resultar nos retornos esperados, podendo inclusive resultar em perdas superiores ao patrimônio do FUNDO. Nesta situação, os cotistas suportarão tais prejuízos, por meio de aportes adicionais no FUNDO.

Apesar dos esforços de seleção, acompanhamento e diligência nas aplicações do FUNDO em outros fundos de investimento, o ADMINISTRADOR e o GESTOR não têm ingerência na condução dos negócios dos fundos investidos e não respondem por eventuais perdas que estes venham a sofrer.

Para possibilitar o regime tributário de 15% (quinze por cento) como alíquota de IRF, o GESTOR buscará manter a carteira do FUNDO com no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de seu patrimônio em ações negociadas no mercado à vista de bolsa ou assemelhadas, no Brasil ou no exterior, conforme definição e forma de cálculo constantes da legislação e regulamentação tributárias. Todavia, caso este mínimo de ativos não seja atingido e ocorra o efetivo desenquadramento tributário da carteira, os cotistas passarão a se sujeitar a tratamento próprio dos fundos de renda fixa, com regime tributário mais gravoso, sob alíquotas regressivas do IRF.

As operações do fundo estão sujeitas a riscos operacionais ligados aos ambientes em que são negociados, tais como: (i) falha de uma determinada bolsa ou fonte de informações; e (ii) interrupção de operações no local de negociação/registo destas, por exemplo, em eventos decorrentes de feriados.

Por motivos e/ou fatores exógenos à vontade do GESTOR, eventos de transferência de recursos ou de títulos podem não ocorrer conforme o previsto. Estes motivos e fatores incluem, por exemplo, inadimplência do intermediário ou das partes, falhas, interrupções, atrasos ou bloqueios nos sistemas ou serviços das centrais depositárias, *clearings* ou sistemas de liquidação, contrapartes centrais garantidoras ou do banco liquidante envolvidos na liquidação dos referidos eventos.

A utilização de modelos para estimar preços de determinados ativos e/ou estimar o comportamento futuro destes ativos, expõe o FUNDO a riscos de imprecisão ou mesmo de diferenças entre preços conforme os prestadores de serviço de controladoria, o que pode resultar em preços diferentes para um mesmo ativo em distintas carteiras no mercado.

CONCENTRAÇÃO

Em função da estratégia de gestão o FUNDO pode se sujeitar ao risco de perdas por não-diversificação de emissores, classes de ativos, mercados, modalidades de operação, ou setores econômicos.

LIQUIDEZ

Dependendo das condições do mercado, os ativos financeiros do FUNDO podem sofrer diminuição de possibilidade de negociação. Nesses casos, o GESTOR poderá, eventualmente, ver-se obrigado a aceitar descontos ou deságios na venda dos ativos (ou de ágio na compra), prejudicando a rentabilidade do fundo.

Apesar do esforço e diligência do Gestor e Administrador em manter a liquidez da carteira do fundo adequada ao prazo de pagamento de resgates, existe o risco de descasamento entre a efetiva liquidez e o prazo para pagamento dos resgates. Isso pode acontecer em função de momentos atípicos de mercado ou por falha em modelo de estimativa de liquidez que se baseia em dados estatísticos e observações de mercado.

Por prever a alocação de recursos em instrumentos com potencial de retorno superior ao de instrumentos tradicionais, porém com potencial de negociabilidade no mercado mais restrita que os instrumentos convencionais, o FUNDO poderá ter que aceitar deságios em relação ao preço esperado de seus instrumentos e com isso impactar negativamente a sua rentabilidade.

CRÉDITO

As operações do FUNDO estão sujeitas à inadimplência ou mora dos emissores dos seus ativos financeiros e contrapartes, inclusive centrais garantidoras e prestadores de serviços envolvidos no trânsito de recursos do FUNDO, caso em que o FUNDO poderá (i) ter reduzida a sua rentabilidade, (ii) sofrer perdas financeiras até o limite das operações contratadas e não liquidadas e/ou (iii) ter desvalorização de parte ou todo o valor alocado nos ativos financeiros.

2. MONITORAMENTO DE RISCOS

São utilizadas técnicas de monitoramento de risco (“monitoramento”) para obter estimativa do nível de exposição do FUNDO aos riscos supramencionados, de forma a adequar os investimentos do FUNDO a seus objetivos, nos termos da regulamentação aplicável. O monitoramento e a supervisão são realizados por área de gerenciamento de risco independente do GESTOR e/ou do ADMINISTRADOR, no limite da competência de cada um, nos termos da regulamentação aplicável.

2.1. Especificamente em relação ao risco de liquidez, o monitoramento é feito pelo GESTOR e pelo ADMINISTRADOR, nos termos da regulamentação aplicável, apurando-se o valor total dos ativos passíveis de liquidação financeira em um determinado prazo, ponderado pelas regras de resgate e pela composição da carteira do FUNDO, atribuindo-se probabilidades para a negociação desses ativos nas condições de mercado vigentes.

2.2. O monitoramento (i) pode utilizar dados históricos e suposições para tentar prever o comportamento da economia e, conseqüentemente, os possíveis cenários que eventualmente afetem o FUNDO, não havendo como garantir que esses cenários ocorram na realidade; e (ii) não elimina a possibilidade de perdas para os cotistas.

2.3. A exatidão das simulações e estimativas utilizadas no monitoramento pode depender de fontes externas de informação, casos em que serão as únicas responsáveis pelos dados fornecidos, não respondendo o ADMINISTRADOR nem o GESTOR se tais fontes fornecerem dados incorretos, incompletos ou suspenderem a divulgação dos dados, prejudicando o monitoramento.

3. APURAÇÃO DO VALOR DOS ATIVOS FINANCEIROS DO FUNDO

O valor dos ativos financeiros será apurado, para efeito de cálculo do valor da cota do FUNDO, de acordo com a seguinte metodologia:

(a) ativos financeiros do mercado nacional – diariamente, conforme manual de precificação do controlador, preferencialmente, com base em fontes públicas do mercado nacional;

(b) ativos financeiros do mercado internacional – sempre que possível, será realizada da mesma forma e no mesmo horário que para os ativos financeiros do mercado nacional. Caso os ativos financeiros do mercado internacional não tenham sua cotação diária divulgada até o momento da apuração do valor diário da cota do FUNDO, o valor desses ativos será estimado, preferencialmente, com base em fontes públicas internacionais; e

(c) consolidação do valor dos ativos financeiros do FUNDO e dos fundos investidos e determinação do patrimônio global do FUNDO – O valor dos ativos financeiros obtidos nos termos dos itens (a) e (b) acima serão consolidados para fins da apuração do valor global do patrimônio do FUNDO.

4. APLICAÇÕES E RESGATES EM DIAS SEM EXPEDIENTE BANCÁRIO

As aplicações e os resgates solicitados nos dias sem expediente bancário nacional serão processados no dia subseqüente em que houver expediente bancário, como se nesse dia tivessem sido solicitados.

4.1. Os feriados de âmbito estadual ou municipal na praça em que está sediado o ADMINISTRADOR não serão considerados dias úteis, não sendo efetivados pedidos de aplicação, conversão de cotas, tampouco contagem de prazo e pagamento para fins de resgate.

4.2. Em feriados municipais ou estaduais em localidades distintas da sede do ADMINISTRADOR, o FUNDO funcionará normalmente, ficando o investidor sujeito apenas às restrições provenientes da falta de expediente bancário em sua respectiva praça.

5. ENCARGOS

Constituem encargos do FUNDO as seguintes despesas, que lhe são debitadas diretamente: (i) taxas, impostos e contribuições que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO; (ii) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na regulamentação vigente; (iii) despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas; (iv) honorários e despesas do auditor independente; (v) emolumentos e comissões pagas por operações do FUNDO; (vi) honorários advocatícios, custas e despesas processuais correlatas, incorridas na defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de eventual condenação; (vii) parcela de prejuízos não cobertos por seguros e não decorrentes diretamente de culpa ou dolo dos prestadores de serviços, no exercício de suas respectivas funções; (viii) despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício do direito de voto decorrente de ativos financeiros do FUNDO; (ix) despesas com liquidação, registro e custódia (caso esta não esteja incluída na taxa de administração do FUNDO) de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do FUNDO; (x) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários; (xi) no caso de fundo fechado, a contribuição anual devida às bolsas de valores ou às entidades do mercado organizado em que o FUNDO tenha suas cotas admitidas à negociação, se for o caso; (xii) as taxas de administração e performance, se houver; (xiii) os montantes devidos aos fundos investidores em decorrência de acordos de remuneração, que serão deduzidos da taxa de administração e performance, quando aplicável; e (xiv) honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado, se for o caso.

5.1. Quaisquer despesas não previstas como encargos do FUNDO correm por conta do ADMINISTRADOR, devendo ser por ele contratadas.

6. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados do FUNDO serão automaticamente incorporados ao seu patrimônio.

7. ASSEMBLEIA GERAL

Os cotistas serão convocados: (i) anualmente, até 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício social, para deliberação sobre as demonstrações contábeis ou (ii) extraordinariamente, sempre que necessário.

7.1. As assembleias gerais obedecerão as seguintes regras: (i) serão convocadas conforme o(s) meio(s) de comunicação estabelecido(s) em capítulo específico deste Regulamento, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, dispensada esta formalidade se houver presença total; (ii) serão instaladas com qualquer número de cotistas; (iii) as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo 1 (um) voto para cada cota; (iv) poderão votar os cotistas, seus representantes legais ou procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano; (v) os cotistas poderão enviar seu voto por meio de comunicação física ou eletrônica, desde que a convocação indique essa possibilidade e estabeleça os critérios para essa forma de voto, que não exclui a realização da reunião de cotistas, no local e horário estabelecidos, cujas deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes e dos recebidos pelo(s) meio(s) de comunicação estabelecido(s) em capítulo específico deste Regulamento, quando assim admitido na convocação; (vi) a critério do ADMINISTRADOR, que definirá os procedimentos a serem seguidos, as deliberações da assembleia serão tomadas por meio de consulta formal, sem reunião de cotistas, em que a) os cotistas manifestarão seus votos, conforme instruções previstas na convocação e b) as decisões serão tomadas com base na maioria dos votos recebidos.

7.1.1. Na hipótese prevista no inciso (v) acima, no caso de não comparecimento físico de cotistas, a assembleia será instalada, sendo a presença dos cotistas caracterizada pelos votos encaminhados antes da realização da assembleia.

7.1.2. Caso a convocação preveja a realização da assembleia por meio eletrônico, os votos dos cotistas relativamente às suas deliberações em assembleia geral deverão ser proferidos mediante a utilização de assinatura eletrônica legalmente reconhecida, sob pena de recusa pelo ADMINISTRADOR.

7.1.3. Na hipótese da não instalação da assembleia geral para deliberação relativa às demonstrações contábeis do FUNDO, em decorrência do não comparecimento de quaisquer cotistas, serão consideradas automaticamente aprovadas caso as demonstrações contábeis não contenham ressalvas.

7.2. O ADMINISTRADOR disponibilizará resumo das deliberações da assembleia geral aos cotistas, em até 30 (trinta) dias após a sua realização, conforme o(s) meio(s) de comunicação estabelecido(s) em capítulo específico deste Regulamento, o qual também poderá ser encaminhado juntamente com o extrato.

8. ATOS E FATOS RELEVANTES

Os atos ou fatos relevantes que possam influenciar, as decisões de adquirir, alienar ou manter cotas do FUNDO serão imediatamente divulgados aos cotistas por correspondência eletrônica ou outra forma de comunicação disponibilizada pelo ADMINISTRADOR, conforme cláusula específica do Regulamento.

9. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

O FUNDO utilizará meios físicos ou eletrônicos de comunicação relativamente às suas informações, inclusive no que diz respeito às convocações, deliberações e resumo das assembleias gerais. Nesse sentido, todas as informações ou documentos serão disponibilizados aos cotistas, pelo ADMINISTRADOR, por meio de (i) disponibilização, no endereço eletrônico do ADMINISTRADOR (www.intrag.com.br); (ii) envio de correspondência física; ou (iii) adoção de outra forma de disponibilização, a critério do ADMINISTRADOR, nos termos da regulamentação em vigor. Na hipótese de envio, pelo ADMINISTRADOR, de correspondência física para o endereço de cadastro do cotista, os custos decorrentes deste envio serão suportados pelo FUNDO.

10. FORO

Fica eleito o Foro do domicílio ou da sede do cotista, salvo se o domicílio ou sede do cotista não se situar em território brasileiro, caso em que fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo.

Para mais informações sobre o FUNDO, consulte a Lâmina ou visite a página do ADMINISTRADOR na rede mundial de computadores.

São Paulo - SP, 10 de abril de 2023.

Dúvidas, reclamações e sugestões, fale com o seu Distribuidor. Se necessário, entre em contato com o ADMINISTRADOR (11) 3072-6109, dias úteis, das 9 às 18h, ou utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h, ou o Contato (www.intrag.com.br). Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú Unibanco 0800 570 0011, dias úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal nº 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala 0800 722 1722, disponível 24h todos os dias.

ANEXO I – DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

LIMITES POR ATIVO (% do patrimônio do FUNDO)				
Legislação	Fundo	Descrição dos Ativos Financeiros		
GRUPO I – No mínimo 95%	Até 100%	Permitido	FI e FIC registrados com base na Instrução CVM 555/14 de diversas classes.	
	Até 100%	Permitido	Cotas de fundos de investimento em índices de mercado constituídos no Brasil.	
	Até 100%	Permitido	<i>Brazilian Depositary Receipts</i> lastreados em cotas de fundos de índices (“BDR-ETF”)	
	Até 20%	Até 20%	Permitido	FII
			Permitido	FIDC e FICFIDC.
		Até 5%	Permitido	FI e FIC registrados com base na Instrução CVM 555/14, destinados a investidores qualificados e de diversas classes.
			Vedado	FI e FIC registrados com base na Instrução CVM 555/14, destinados a investidores profissionais e de diversas classes.
	Até 20%	Permitido	FIDC NP e FICFIDC NP	
Permitido		<u>Investimento no Exterior</u> : ativos no exterior detidos de forma indireta e consolidada, por meio da aquisição de cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil que invistam no exterior e cotas de fundos de investimento registrado com base na Instrução CVM 555/14 que possuam em sua denominação o sufixo “Investimento no Exterior”, desde que compatíveis com a política do FUNDO e observada a regulamentação em vigor e as disposições deste Regulamento.		
GRUPO II – Até 5%	Permitido	Títulos públicos federais.		
	Permitido	Títulos de renda fixa de emissão de instituições financeiras.		
	Permitido	Operações compromissadas.		

LIMITES POR EMISSOR (% do patrimônio do FUNDO)		
Legislação	Fundo	Emissor
Até 100%	Permitido	Fundo de investimento
Até 5%	Permitido	Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil
	Vedado	Companhia aberta
	Vedado	Pessoa física ou jurídica de direito privado que não seja companhia aberta ou instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil
Este FUNDO pode estar exposto, direta ou indiretamente, a significativa concentração em ativos financeiros de renda variável de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes.		

LIMITE PARA CRÉDITO PRIVADO (% do patrimônio do FUNDO)	
Até 50%	Ativos financeiros de responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou de emissores públicos diferentes da União Federal, direta ou indiretamente.
O limite de Crédito Privado estabelecido neste quadro prevalecerá sobre os limites estabelecidos no quadro “limites por ativo”.	

DERIVATIVOS

Hedge e posicionamento com alavancagem	Sem limite de alavancagem
--	---------------------------

Este FUNDO poderá aplicar em fundos de investimento que utilizam estratégias com derivativos como parte integrante de suas respectivas políticas de investimento.

**OPERAÇÕES COM O ADMINISTRADOR, GESTOR E LIGADAS
(% do patrimônio do FUNDO)**

Até 100%	Contraparte ADMINISTRADOR, GESTOR e ligadas, inclusive veículos de investimento por eles administrados ou geridos.
Até 5%	Ativos financeiros de renda fixa emitidos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e ligadas.
Até 100%	Cotas de fundos de investimento administrados pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e ligadas.



Algoritmo: SHA-256 with RSA
Hash do documento original:
pFH8qNpYgioR4fLhN0UluFLHhNa7om5aZFRXXxuc08

INTRAG D.T.V.M. LTDA.

Assinado com certificado digital ICP-Brasil por: ELENITA APARECIDA DOS SANTOS DIAMANDIS: 06124778866

Data: 09/03/2023 09:07:18 -03:00

INTRAG D.T.V.M. LTDA.

Assinado com certificado digital ICP-Brasil por: KATIA SUSANA VIEIRA: 12526854830

Data: 10/03/2023 10:53:01 -03:00

2023/008639

23 de Junho de 2023

EXTRATO PARA PARTICIPAÇÃO DE ASSEMBLÉIA

Prezados Senhores,

Informamos que, em 21/06/2023, encontravam-se depositadas na Central Depositária B3, em contas(s) do investidor ESH THETA MASTER FIM, ativos de emissão de TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A., conforme especificado a seguir:

2023/008639

CPF/CNPJ Investidor ou Cód. Operacional B3	Nome Investidor	ISIN	Quantidade Ativos	Tipo
46.997.509/0001-51	ESH THETA MASTER FIM	BRLANDACNOR9	4.466.819	ON NM

Atenciosamente,

Central Depositária de Ativos B3



TRASLADO

6º TABELIONATO DE NOTAS

Ficha: S70536 - ATA NOTARIAL que solicitou JULIA PARREIRA RAVALIA. Toma o número 034/1.492. SAIBAM os que virem esta ATA NOTARIAL, que aos doze (12) dias do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e dois (2022), nesta cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, neste Sexto Tabelionato, sito na Avenida Cristóvão Colombo 2.214, compareceu a solicitante, justa e contratada: JULIA PARREIRA RAVALIA, brasileira, filha de Luciano de Oliveira Ravalia e de Carolina Silva Parreira, solteira, maior, a qual declara não ser convivente em união estável, estudante, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº 07364568999, expedida pelo DETRAN RS aos 06/11/2020, inscrita no CPF/MF sob nº 005.353.310-02, residente e domiciliada na Avenida Taquari, nº 97, bairro Cristal, nesta Capital, pessoa juridicamente capaz reconhecida como sendo a própria por mim, Tabeliã Substituta, do que dou fé, Mirian Fernandes Klüsener por intermédio do escrevente autorizado Cristiano da Silva Torres. Pela solicitante, foi-me requerido que lavrasse a presente ATA NOTARIAL, com fundamento no artigo 7º, inciso III, da Lei nº 8.935/94, que a seguir passo a fazer, para constar os seguintes fatos e procedimentos, a fim de constituir prova material. Então a pedido solicitante no dia 08/04/2022 com início às 16:06h e término às 16:30h acessei e verifiquei o link no endereço eletrônico "<https://www.laplace.com.br/copia-track-record>" , onde constava combinação entre experiência e capacidade de execução para as principais operações do mercado financeiro de "Terra Santa", conforme primeiro Print, e no total fiz a captura de vinte e cinco (25) imagens da tela do computador, as quais constam a seguir:"

Folha
01
Q.Cristiano da Silva Torres
Escrevente Autorizado

[Home](#) | [Sobre](#) | [Equipe](#) | [Serviços](#) | [Faq](#) | [Contato](#) | [Inscreva-se](#) | [WhatsApp](#) | [LinkedIn](#) | [Facebook](#) | [Instagram](#)

[Laplace Finanças - Assessoria](#) | [Laplace](#) | [Quem Somos](#) | [Área de Atuação](#) | [Transações](#) | [Equipe](#) | [Contato](#) | [Sobre](#)

LAPLACE

Combinação entre experiência e capacidade de execução para as principais operações do mercado financeiro

<p>comerc vira VIBRA R\$ 3.250.000,000 M&A 2021</p>	<p>TIEPÉ R\$ 1.521.729,000 Restructuring 2021</p>	<p>VIBRA R\$ 2.100.000,000 M&A 2021</p>
<p>AGG GALAXY R\$ 350.000,000 IPO 2021</p>	<p>SANTANA R\$ 753.000,000 M&A 2021</p>	<p>RESTRUTURAMENTO Not disclosed M&A 2021</p>
<p>Get Ninjas R\$ 554.345,740 IPO</p>	<p>NINJAS R\$ 894.554,109 Restructuring</p>	<p>quebra galdo R\$ 4.125.000,000 Restructuring</p>



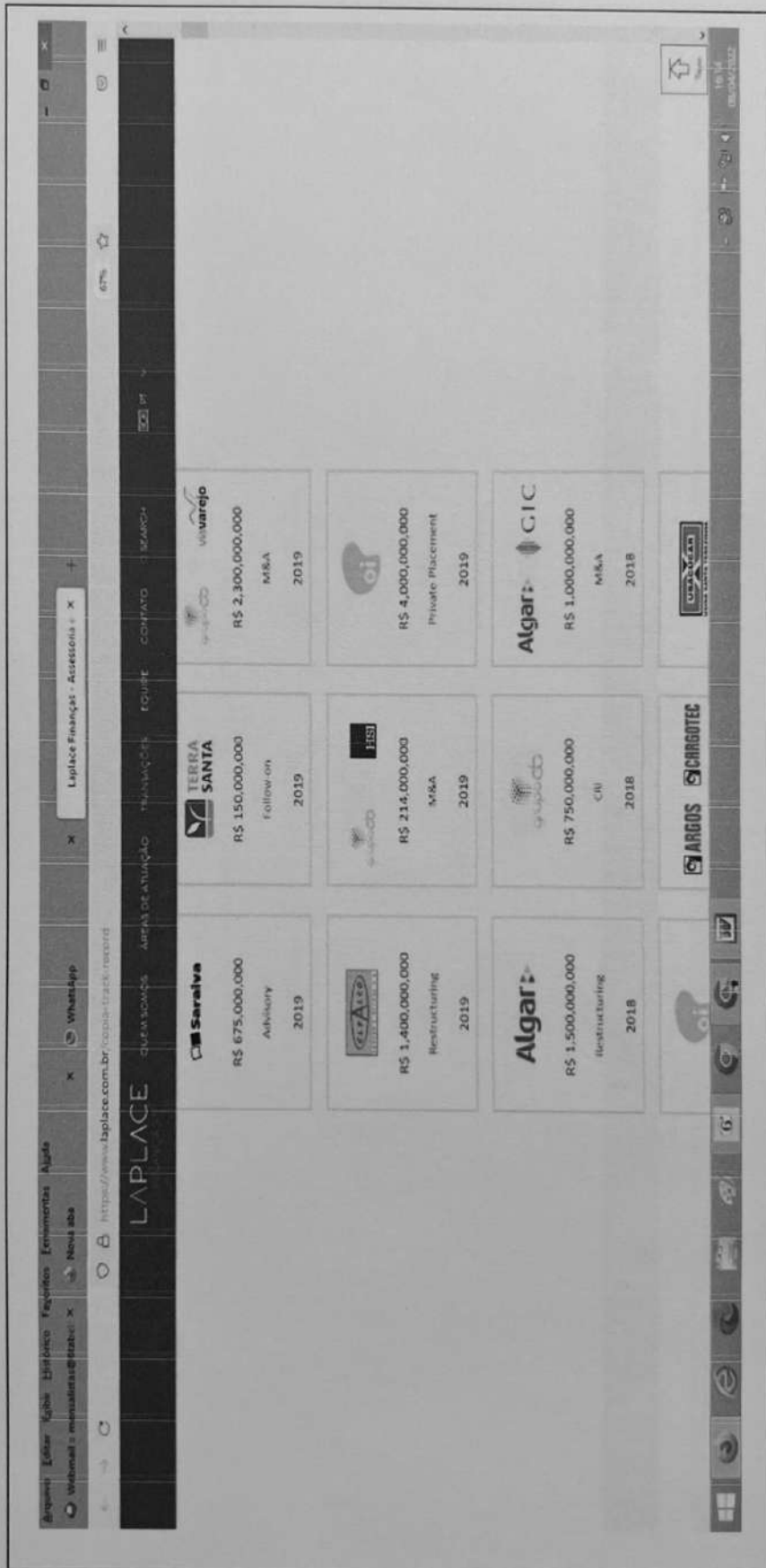
TRASLADO

6º TABELIONATO DE NOTAS

2021	2021	2021
 R\$ 2.000.000,000 Restructuring 2020	 R\$ 4.500.000,000 Restructuring 2020	 R\$ 2.169.742,074 IPO 2020
 R\$ 58.840.000,000 Restructuring 2020	 R\$ 1.400.000,000 Restructuring 2020	 R\$ 4.450.000,000 Follow-on 2020
 R\$ 1.500.000,000 Debenture 2020	 R\$ 2.000.000,000 Restructuring 2020	 R\$ 47.130.000,000 Capital Structure Adetoury 2019

FOLHA
02

Cristiano da Silva Torres
Escrevente Autorizado





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Judiciário

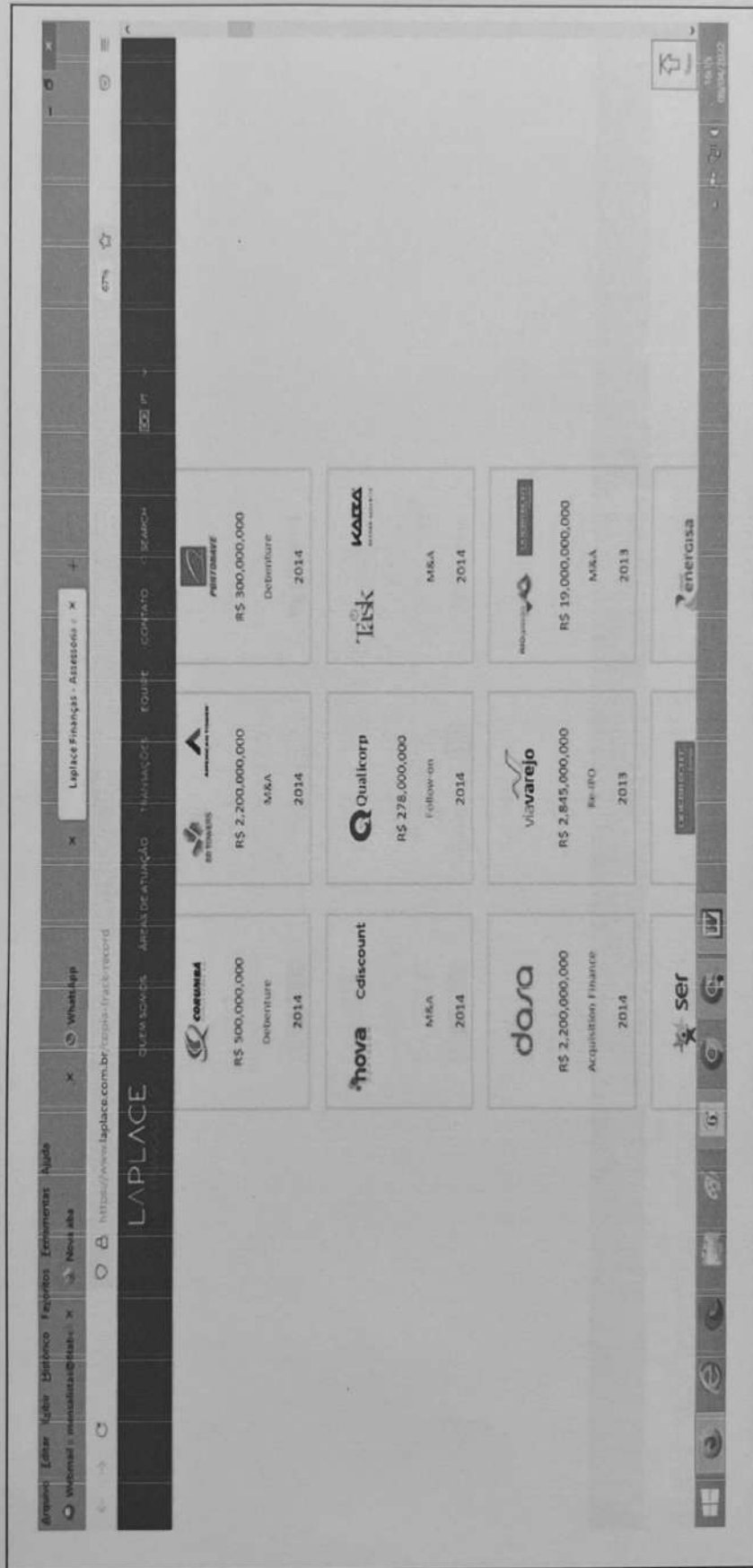
TRASLADO

6º TABELIONATO DE NOTAS

Valor	Evento	Ano	Empresa
R\$ 63.900.000,000	Restructuring	2017	Propertics
R\$ 953.000,000	Follow-up	2017	Propertics
R\$ 1.896.000,000	CPA	2016	Propertics
R\$ 500.000,000			comusa
R\$ 5.000,000,000	Restructuring	2017	M&A
R\$ 750.000,000	M&A	2016	M&A
R\$ 187.000,000	Re- IPO	2016	M&A
R\$ 2.200.000,000			SA TORRES
R\$ 1.975.000,000	Re- IPO	2016	SAFEPAR
R\$ 1.600.000,000	Restructuring	2016	tonon
R\$ 300.000,000			PERFORME

FOLHA
148

Cristiano da Silva Torres
Escrivente Autorizado





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Judiciário

TRASLADO

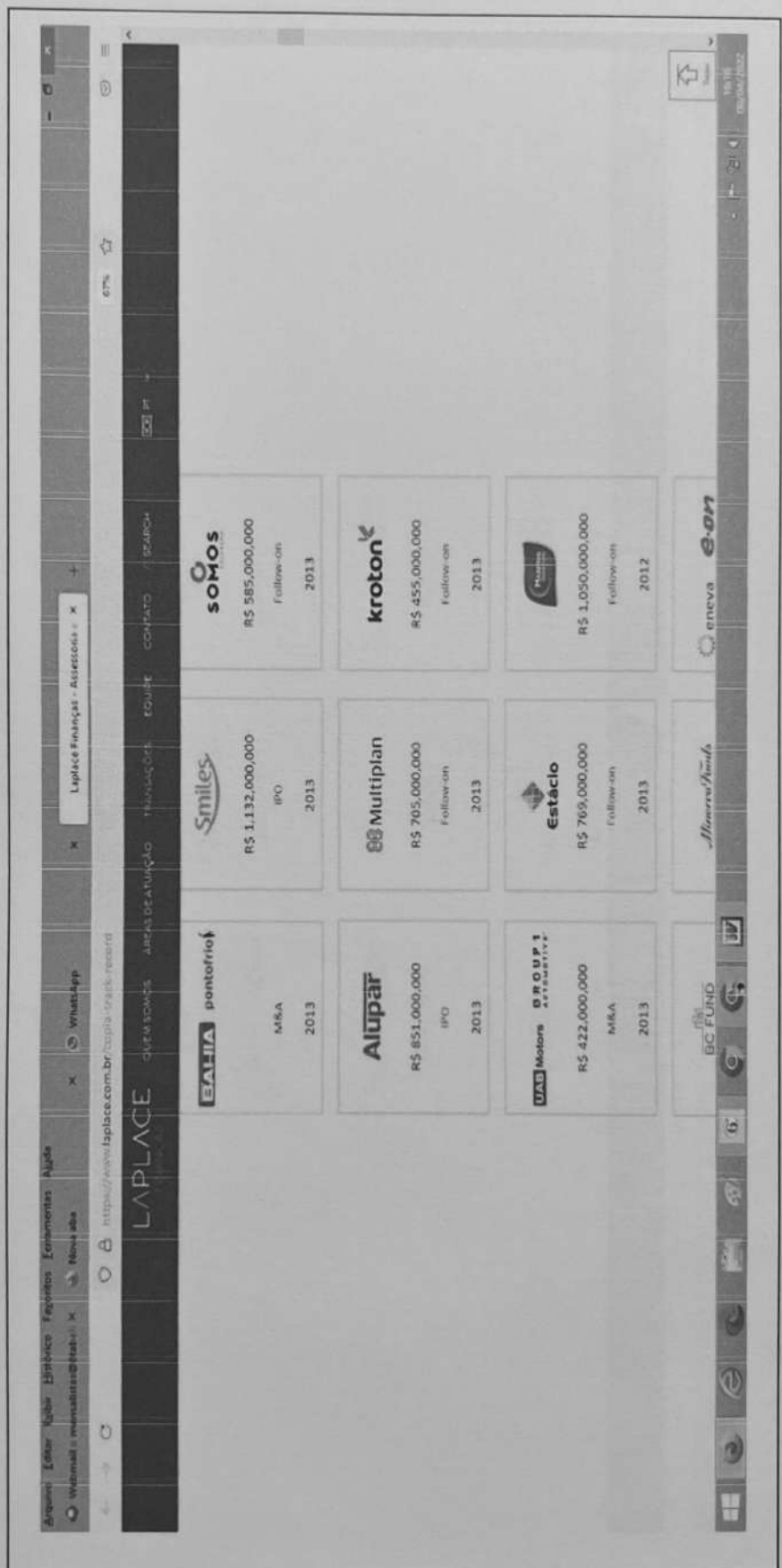
6º TABELIONATO DE NOTAS

The screenshot shows the LAPLACE website interface with a grid of financial products. The browser address bar shows 'https://www.laplace.com.br'. The page title is 'LAPLACE'. The navigation menu includes 'HOME', 'SERVIÇOS', 'CONHEÇA-NOS', 'CONTATO', and 'SOLUÇÕES'. The main content area displays a grid of products:

Logo	Value	Product Type	Year
energoisa	R\$ 800,000,000	Syndicated Loan	2013
CPFL	R\$ 1,035,000,000	IPO	2013
BRASNET	R\$ 432,000,000	Follow-on	2013
SOMOS			
ser	R\$ 620,000,000	IPO	2013
arteris	R\$ 600,000,000	Debtenture	2013
eneva e-on	R\$ 1,417,000,000	M&A	2013
Smiles			
CCU	US\$ 655,000,000	Follow-on	2013
biosev	R\$ 814,000,000	IPO	2013
EAHIA pontotrio			

Folha 149

Cristiano da Silva Torres
Eservente Autorizado

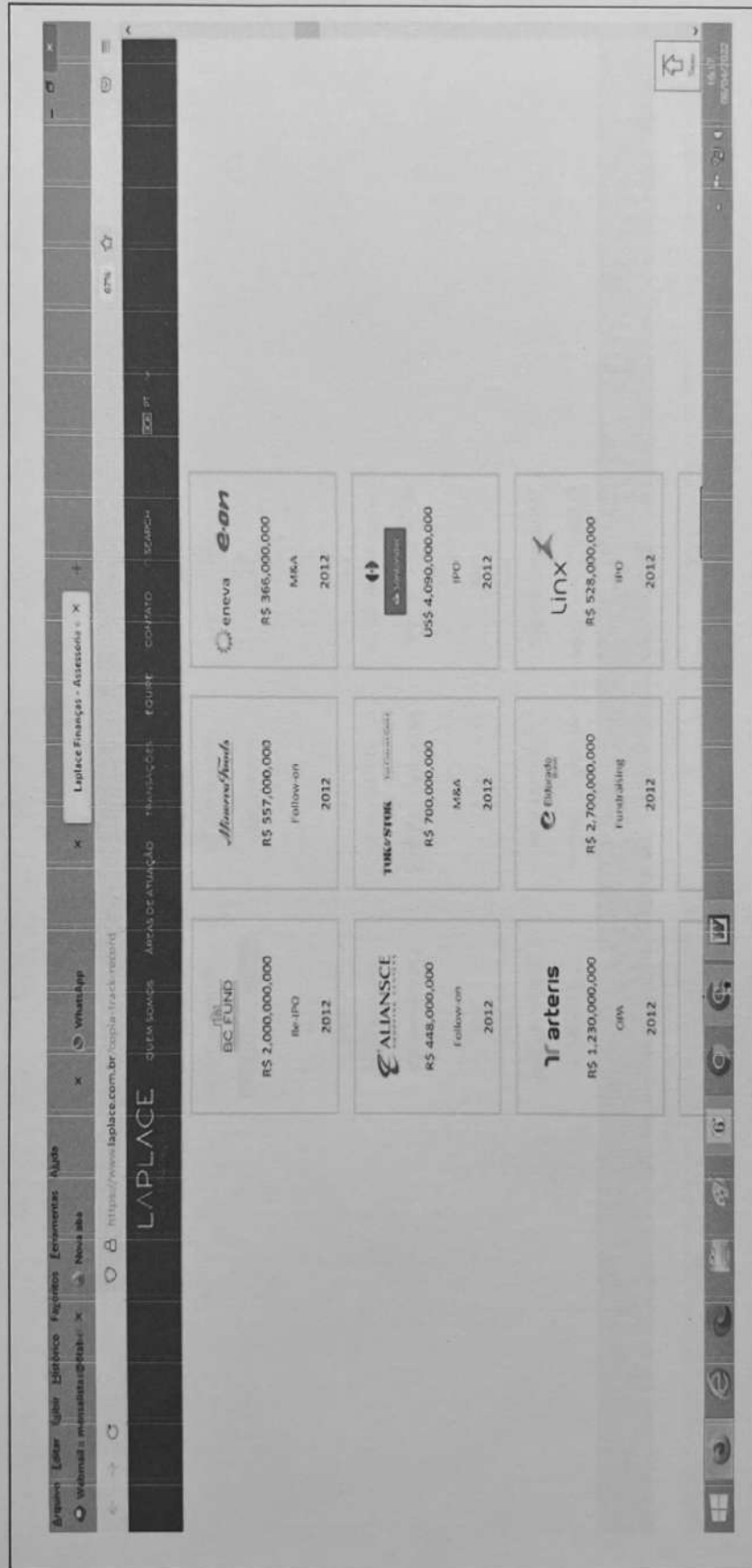




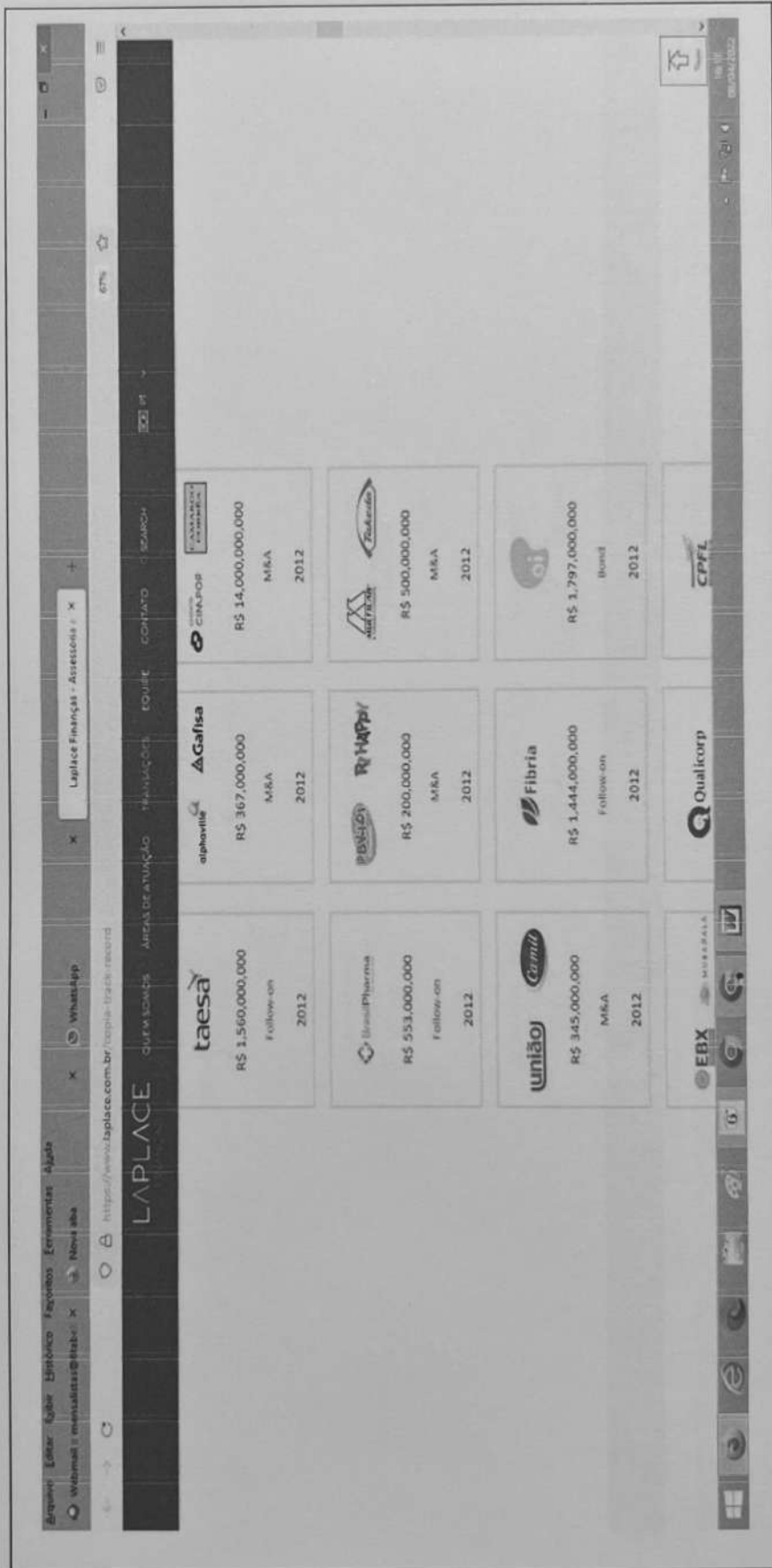
TRASLADO

6º TABELIONATO DE NOTAS

Folha
85



Cristiano da Silva Torres
Escrevente Autorizado





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Judiciário

TRASLADO

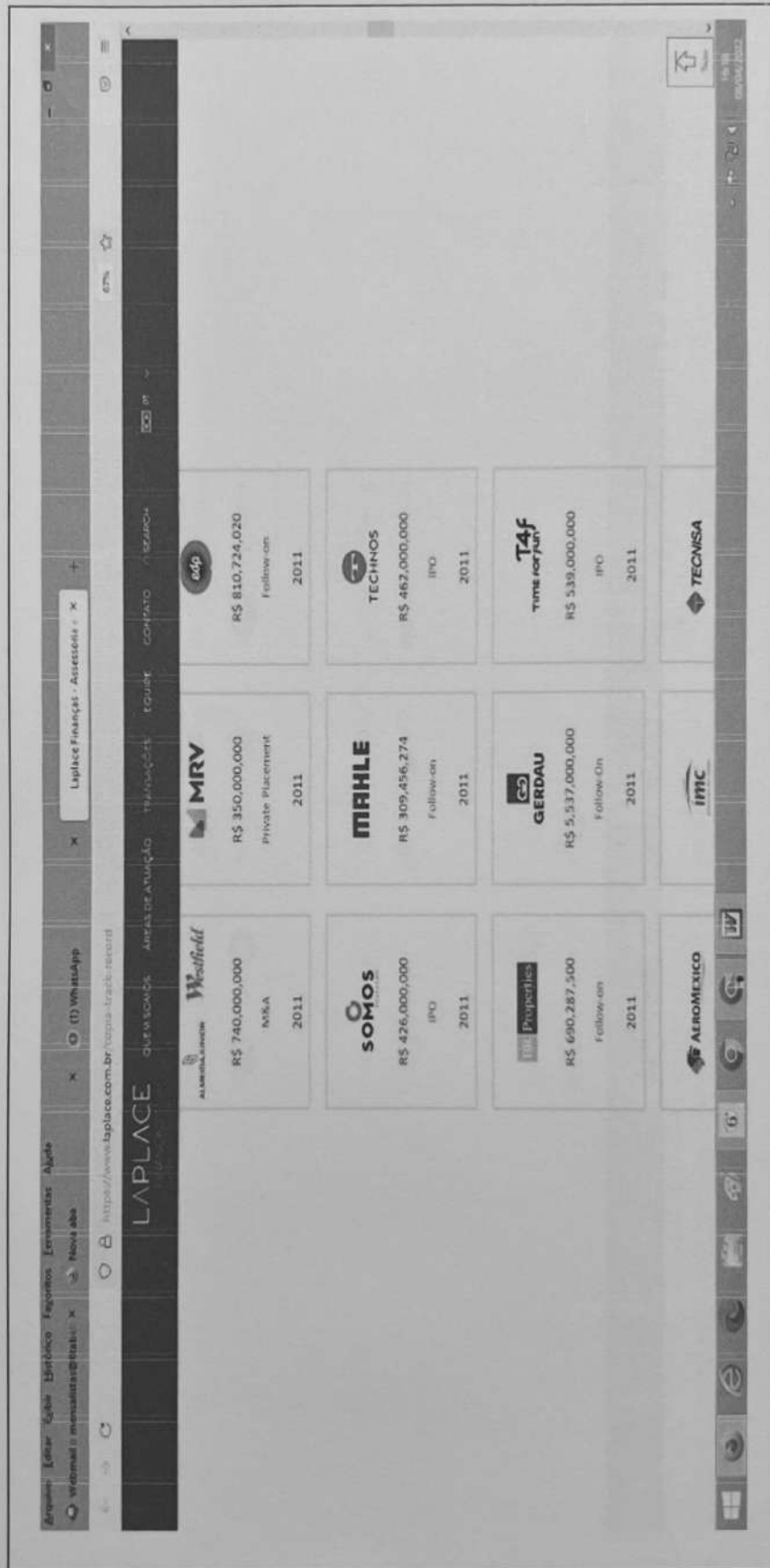
6º TABELIONATO DE NOTAS

The screenshot displays a mobile application interface with a grid of financial instruments. The interface includes a top navigation bar with 'LAPLACE' and 'LAPLACE FINANÇAS - ASSESSORIA' tabs, and a bottom navigation bar with icons for 'HOME', 'NOTAS', 'PORTFOLIO', 'HISTÓRICO', and 'SAIR'. The grid contains the following data:

Logo	Value	Description	Year
EBX	R\$ 3,000,000.000	M&A	2012
Qualicorp	R\$ 759,000,000	Follow on	2012
CPFL	R\$ 85,000,000	Fundraising	2012
Titanio	R\$ 472,500,000	Debtenture	2012
VALE	R\$ 2,200,000,000	M&A	2011
mabell	R\$ 800,000,000	M&A	2011
BP	R\$ 122,000,000	M&A	2011
BRASPAR	R\$ 45,000,000	M&A	2011
Caixa	M&A	M&A	2011
Grávea	M&A	M&A	2011

FOLHA
06

Cristiano da Silva Torres
Escrivente Autorizado





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Judiciário

TRASLADO

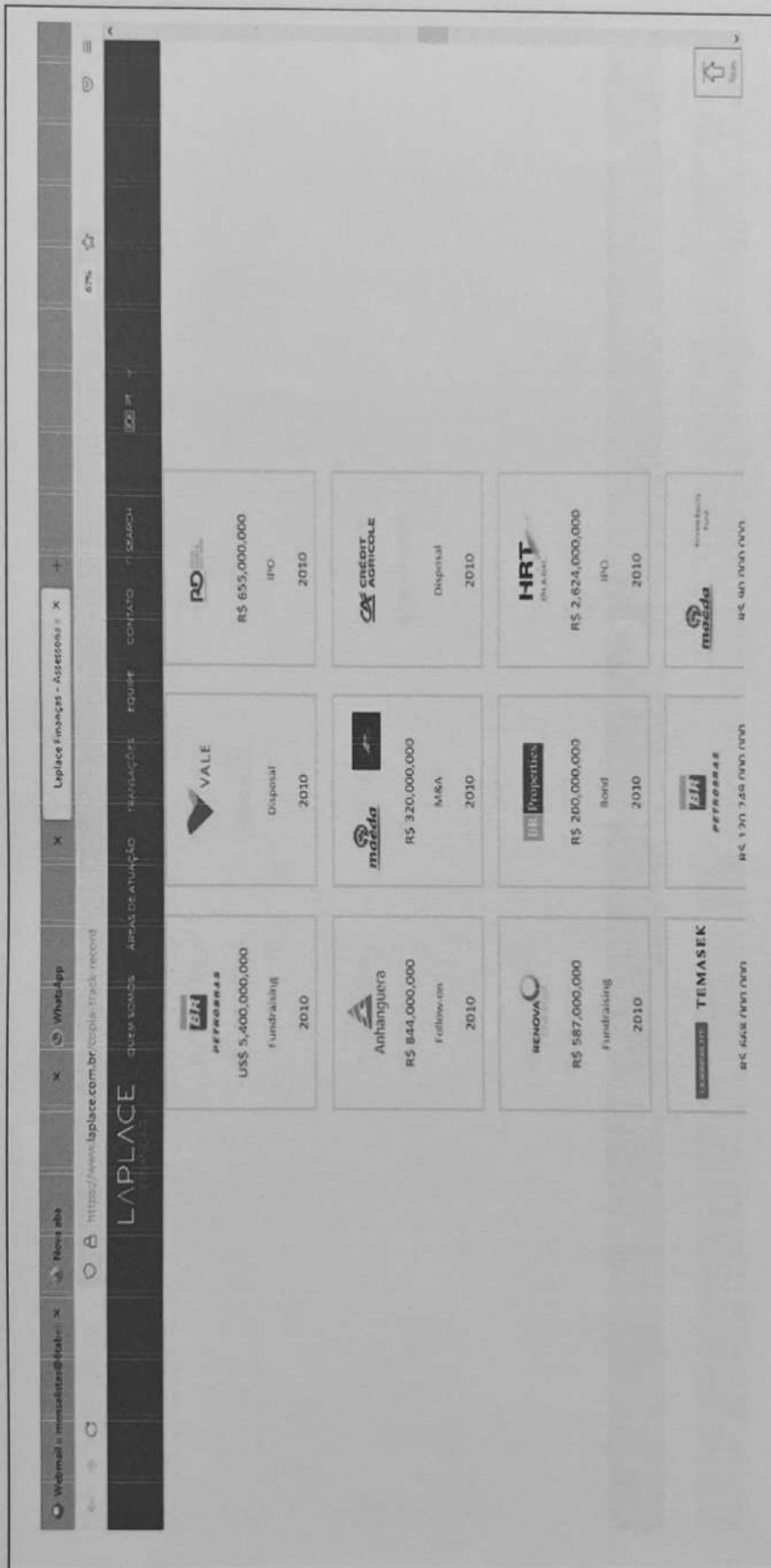
6º TABELIONATO DE NOTAS

The screenshot shows a mobile application interface with a dark header and a grid of data cards. The header includes the 'LAPLACE' logo and navigation options like 'HOME', 'NOTAS', 'COMPANHIA', 'EQUIPE', 'CONTATO', and 'SCANS'. The data cards are arranged in a 3x3 grid (with the last cell empty) and contain the following information:

Company	Value	Type	Year
AEROMEXICO	US\$ 332,000,000	IPO	2011
ITMC	R\$ 474,213,000	IPO	2011
TEONSA	R\$ 360,000,000	Follow-on	2011
magnesia	R\$ 291,000,000	Follow-on	2011
personnal	R\$ 354,000,000	Follow-on	2011
Autometal	R\$ 507,000,000	IPO	2011
adecoagro	R\$ 602,000,000	IPO	2011
AREZZO CO	R\$ 566,000,000	IPO	2011
RD	R\$ 453,000,000	Fundraising	2011

FOLHA
152

Gustavo da Silva Torres
Escritor Autorizado





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Judiciário

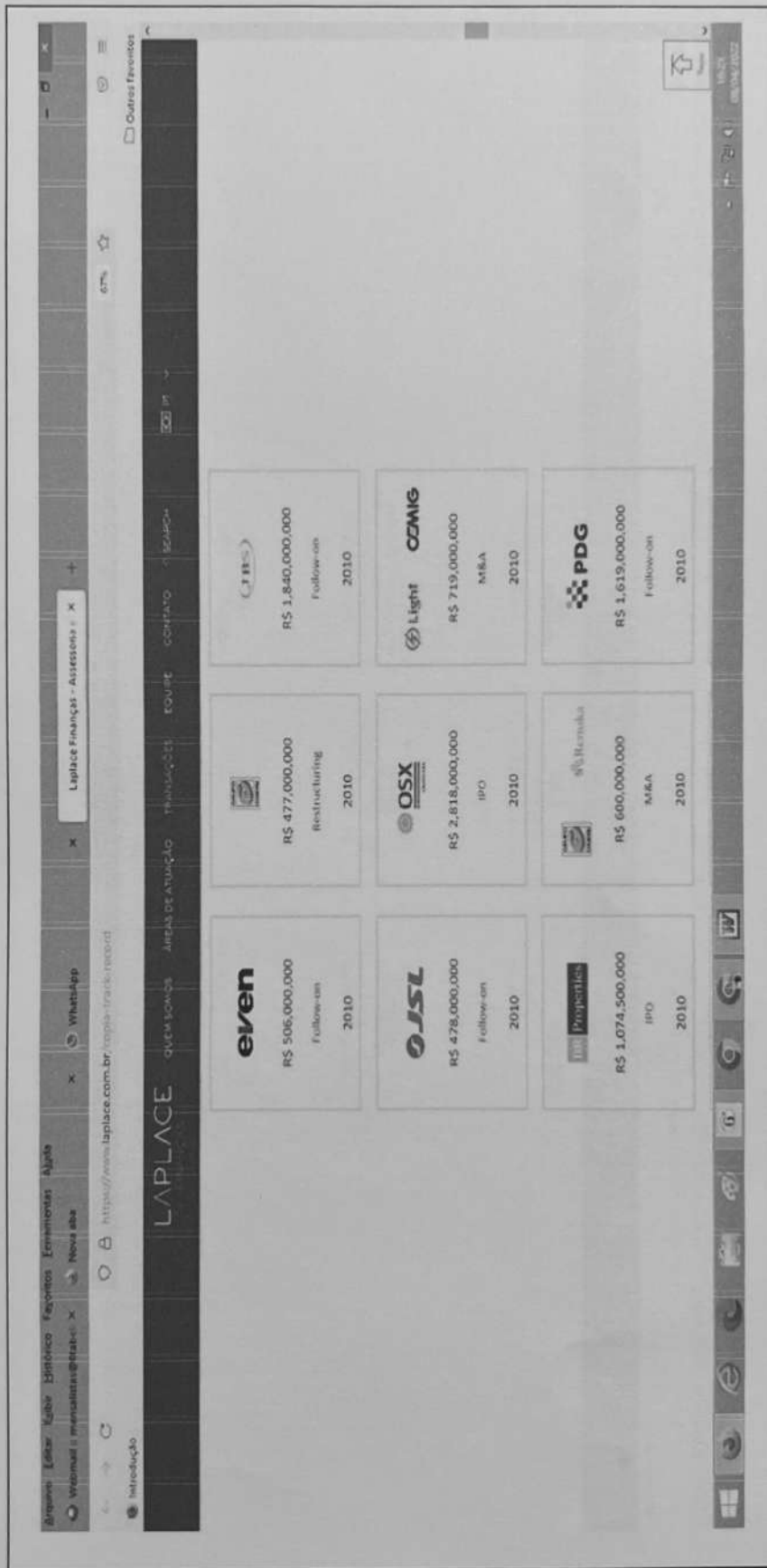
TRASLADO

6º TABELIONATO DE NOTAS

Logo	Nome	Valor	Moeda	Data
	madada	R\$ 90,000,000	M&A	2010
	TIVIT Apax	R\$ 732,000,000	M&A	2010
	AGRE	R\$ 3,800,000,000	M&A	2010
	PETROBRAS	R\$ 120,249,000,000	Follow-on	2010
	exp	R\$ 390,000,000	Debiture	2010
	RENOVA	R\$ 173,000,000	IPO	2010
	TEMASEK	R\$ 668,000,000	M&A	2010
	Banco do Brasil	R\$ 9,761,400,000	Follow-on	2010
	General	R\$ 345,000,000	M&A	2010

FOLHA
08

Cristiano da Silva Torres
Escrivente Autorizado





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Judiciário

TRASLADO

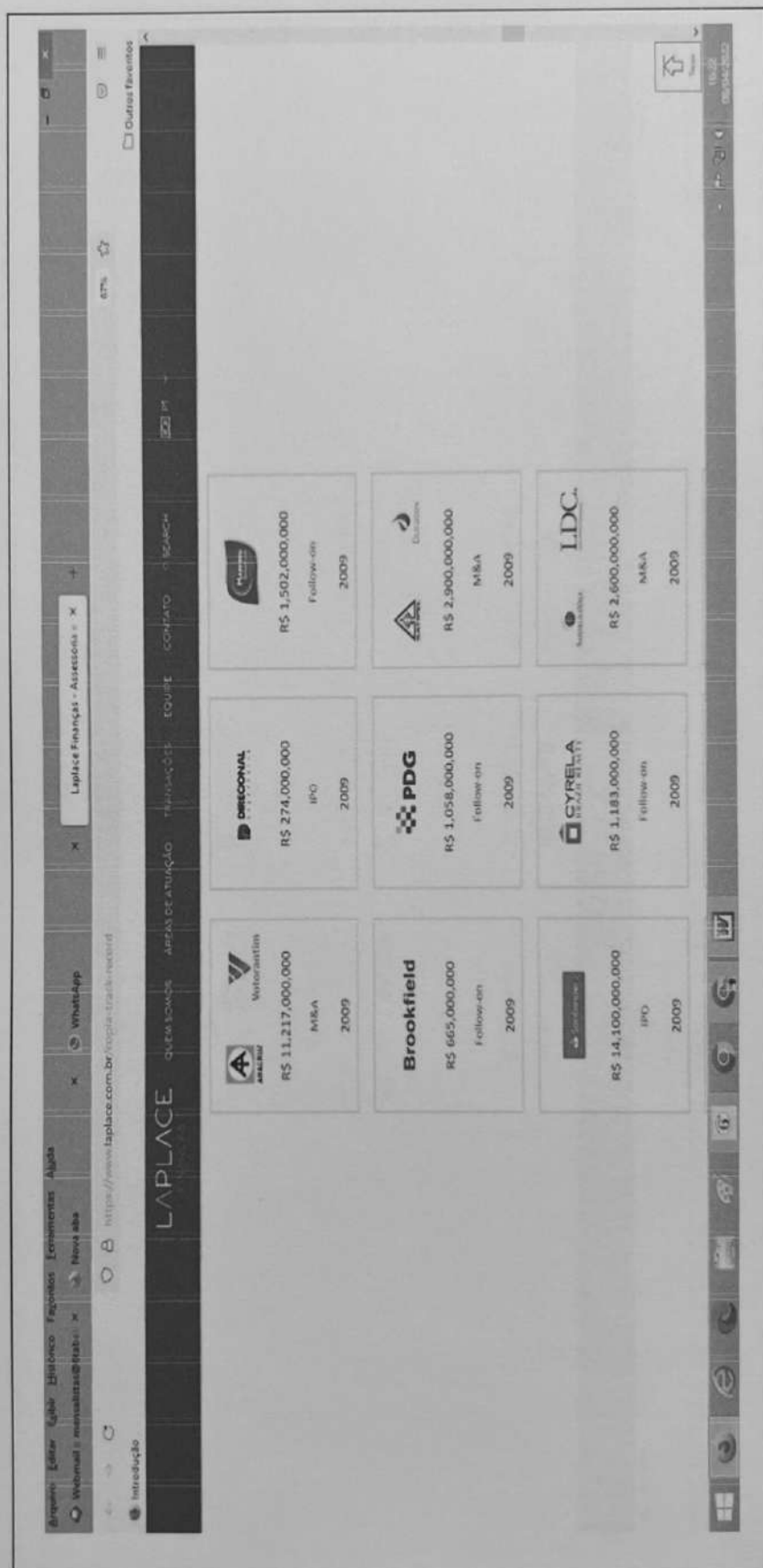
6º TABELIONATO DE NOTAS

The screenshot shows the LAPLACE website interface. At the top, there are navigation tabs: "QUEM SOMOS", "ÁREAS DE ATUAÇÃO", "TREINAMENTO", "EQUIPE", "CONTATO", and "SEARCH". Below the navigation is a grid of nine cards, each representing a company's financial data. The cards are arranged in a 3x3 grid. Each card contains the company logo, name, value in R\$, and the year.

Company	Value (R\$)	Year
multiplus	R\$ 724,000,000	2010
INPAR	R\$ 280,000,000	2010
Fosfertil	R\$ 7,060,000,000	2010
BRUNNENSA	MI&A	2010
ALIANSC	R\$ 673,000,000	2010
Grupo Global	R\$ 380,000,000	2010
CIBC	R\$ 190,000,000	2010
BRUNCE	R\$ 1,580,000,000	2009
Antanguera	R\$ 750,000,000	2009

FOLHA
154

Cristiano da Silva Torres
Escrivente Autorizado





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Judiciário

TRASLADO

6º TABELIONATO DE NOTAS

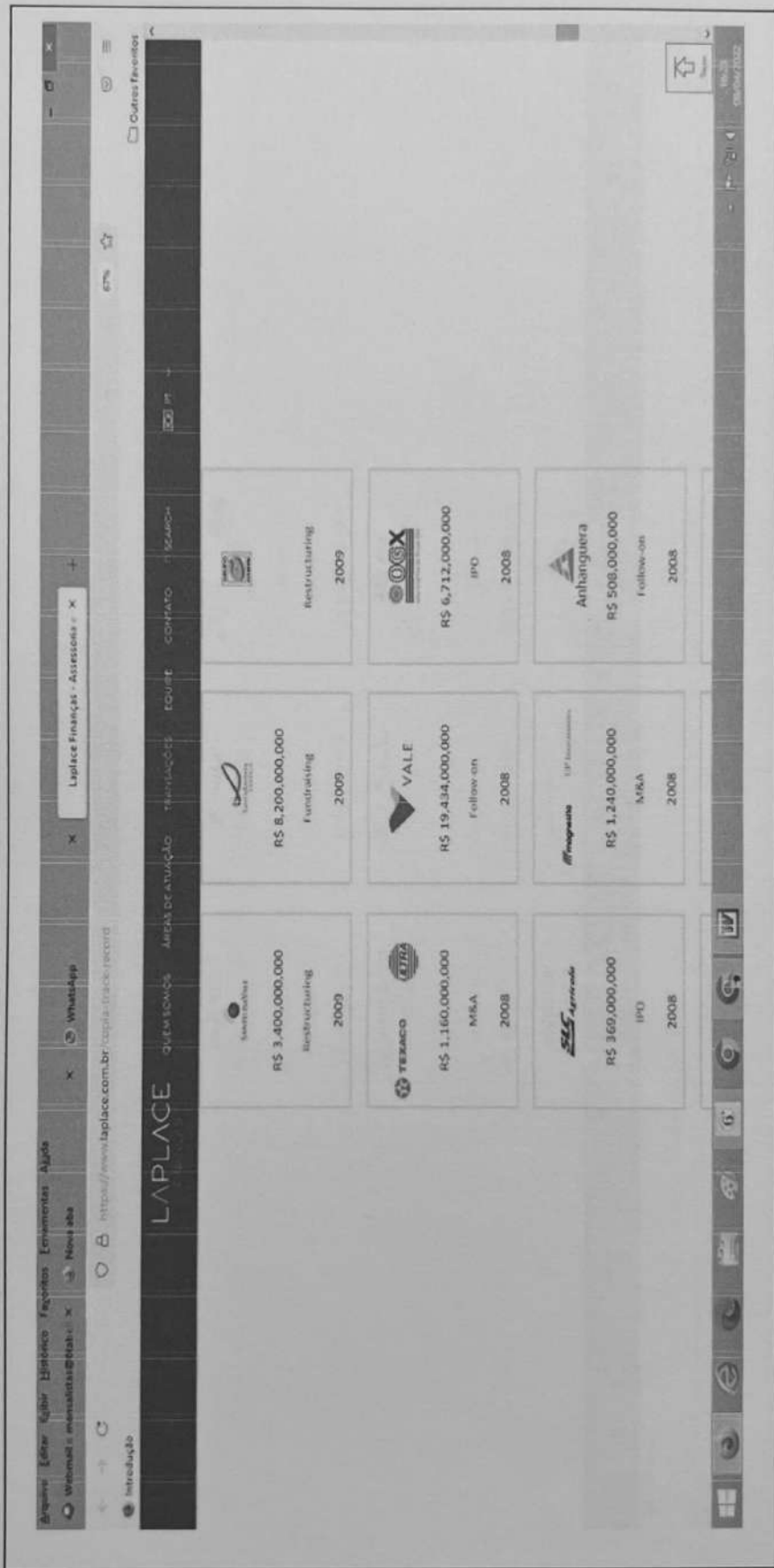
FOLHA

10

The screenshot shows the Laplace website interface. At the top, there is a navigation bar with the Laplace logo and menu items: 'QUEM SOMOS', 'ÁREAS DE ATUAÇÃO', 'TRANSAÇÕES', 'EQUIPE', 'CONTATO', and 'SEARCH'. Below the navigation bar, there is a grid of company cards. Each card contains a logo, a company name, a value in R\$, and the year '2009'. The companies listed are:

Company Name	Value (R\$)	Year
ROSSI	R\$ 9.28.000,000	2009
IGARATEMI	R\$ 446.000,000	2009
CCR	R\$ 1.264.000,000	2009
Multiplan	R\$ 792.000,000	2009
TIVIT	R\$ 661.000,000	2009
brf	R\$ 5.290.000,000	2009
brMalls	R\$ 836.000,000	2009
MRV	R\$ 722.000,000	2009
MIKA	R\$ 818.000,000	2009

Cristiano da Silva Torres
Escrivente Autorizado





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Judiciário

TRASLADO

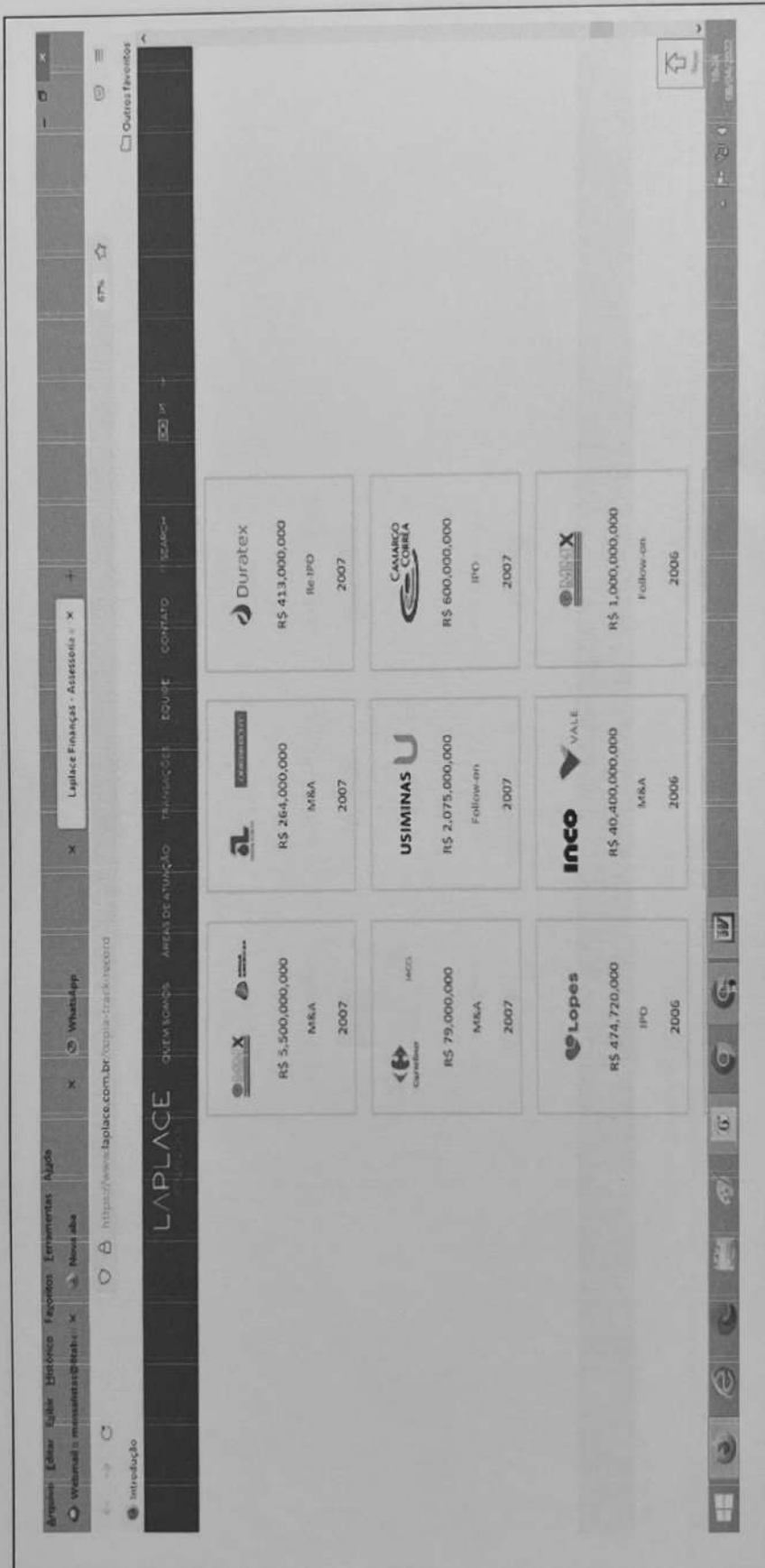
6º TABELIONATO DE NOTAS

The screenshot shows the LAPLACE website interface. At the top, there are navigation tabs: "Laplace Finanças - Assessoria", "Laplace", "WhatsApp", and "Novela". The main content area displays a grid of financial products. Each product card includes a logo, a value in Brazilian Reals (R\$), a description, and a year.

Logo	Value (R\$)	Description	Year
ERSA	R\$ 472.000,000	Fundraising	2008
ERSA	R\$ 2.300.000,000	Private Placement	2007
ERSA	R\$ 400.000,000	M&A	2007
BOVESPA	R\$ 6.626.000,000	IPO	2007
TENDA	R\$ 693.000,000	IPO	2007
BRASILROKERS	R\$ 699.000,000	IPO	2007
KEPLERWEBER	R\$ 550.000,000	Restructuring	2007
EM&S	R\$ 5.984.000,000	IPO	2007
AM&F	R\$ 458.000,000	IPO	2007

Folha
11

Cristiano da Silva Torres
Esgreve Autorizado





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Judiciário

TRASLADO

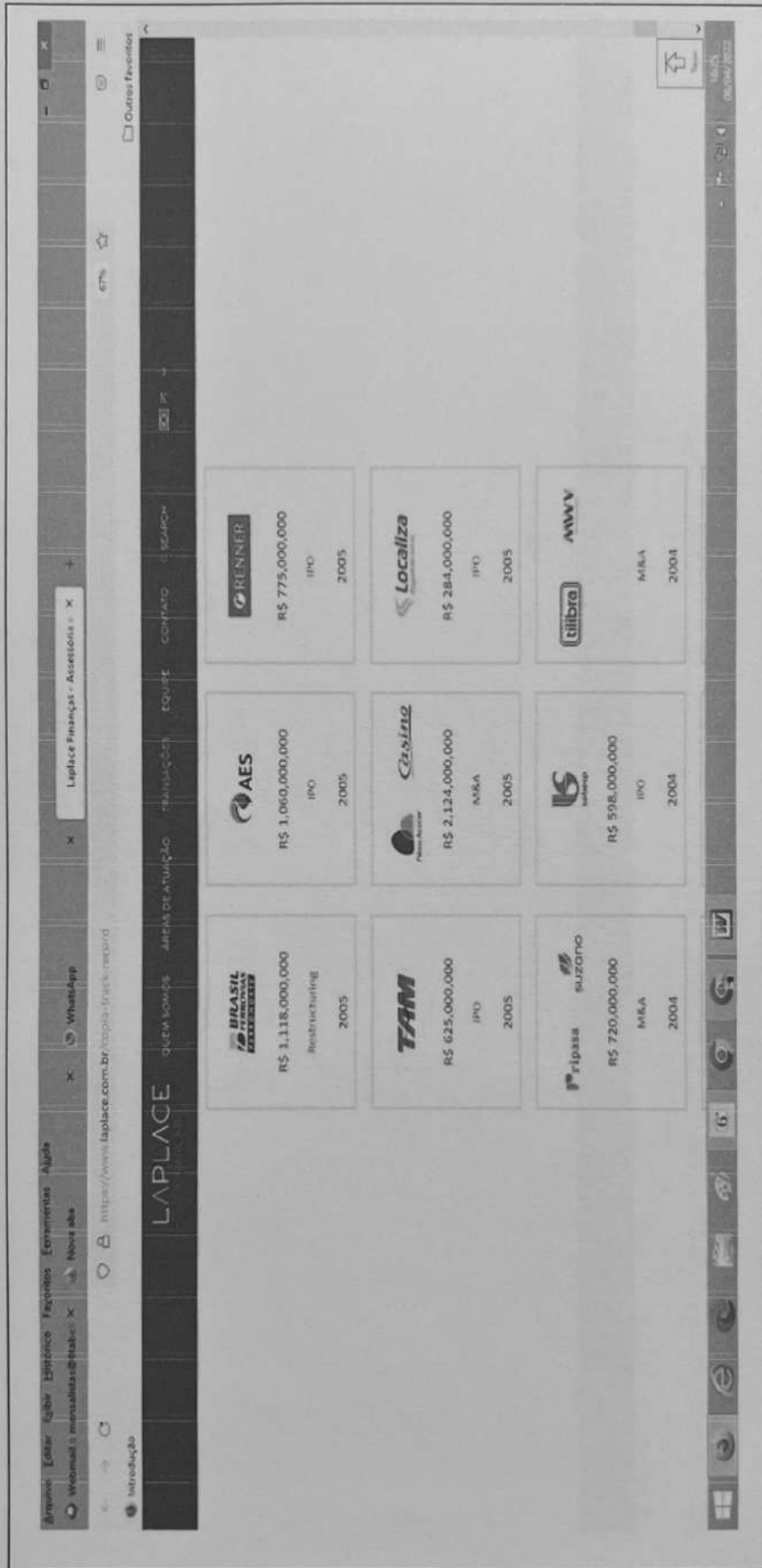
6º TABELIONATO DE NOTAS

The screenshot shows the Laplace website interface with a grid of financial products. The browser address bar displays 'https://www.laplace.com.br/copia-traslado'. The page header includes 'LAPLACE' and navigation links: 'QUEM SOMOS', 'ÁREAS DE ATUAÇÃO', 'TRIBUTAÇÃO', 'EQUÍPE', 'CONTATO', and 'SEARCH'. The grid contains the following products:

Logo	Product Name	Value	Type	Year
alphaville	MIRA			2006
FIS	Joint Venture			2006
alphaville	MIRA	R\$ 1.405.000,000		2006
ROSSI	Follow-on	R\$ 1.013.000,000		2006
alphaville	MIRA			2005
alphaville	MIRA			2005
TOTVS	IPO	R\$ 460.000,000		2006
PASA	IPO	US\$ 1.15.000,000		2005
alphaville	MIRA			2006
alphaville	Follow-on	US\$ 780.000,000		2006

Folha 157

Cristiano da Silva Torres
Escrivente Autorizado





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Judiciário

TRASLADO

6º TABELIONATO DE NOTAS

The screenshot displays a mobile application interface for 'LAPLACE'. At the top, there is a navigation bar with the text 'LAPLACE' and 'ÁREAS DE ATUAÇÃO'. Below this, a grid of financial instruments is shown, each with a logo, a value, and a date. The instruments are:

- GOL**: R\$ 1.010.000,000, IPO, 2003
- Agip**: R\$ 1.400.000,000, M&A, 2004
- Embratel**: R\$ 2.400.000,000, Restructuring, 2003
- ULTRA**: R\$ 454.000,000, IPO, 1999
- SERAPIA**: R\$ 429.000,000, M&A, 1997
- NET**: R\$ 1.400.000,000, Restructuring, 2002
- Paradise Project**: R\$ 450.000,000, M&A, 1994

The interface also shows a browser address bar with 'https://www.laplace.com.br' and various mobile app icons at the bottom.

Folha

158

Cristiano da Silva Torres
Escrivente Autorizado

Declarar a comparecente que não é pessoa

+55 11 3143-8000
 Rua Jerônimo de Albuquerque, 274 - 10º andar - CEP: 04526-000 - São Paulo - SP
 contato@laplace.com.br
 Associação Brasileira de Instituições Financeiras
 ANBIMA



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Judiciário

TRASLADO

6º TABELIONATO DE NOTAS

politicamente exposta, vez que não desempenha e tampouco desempenhou cargo, emprego ou função pública relevante, compreendendo os órgãos das entidades das Administrações Direta ou Indireta, inclusive os que demandam mandatos eletivos, e, também, dos Poderes Executivos e Legislativo, abrangendo, para esse fim, as esferas Federal, Estadual e Municipal, nem serem representantes ou familiares de "Pessoas Politicamente Expostas" ou possuírem relacionamentos próximos com pessoas assim consideradas. Assim o disse e me pediu lhe lavrasse esta escritura, para firmeza, validade e prova, do que foi dito e ajustado, a qual foi lida e conferida pelo solicitante, que achou conforme, aceita, ratifica e assina. Eu, Cristiano da Silva Torres, Escrevente Autorizado, a digitei, e o Tabelião ou seu substituto legal, subscreve, assinando-a. CERTIFICO que o ato está assinado pelas partes e pelo servidor na forma acima mencionada. NADA MAIS CONSTAVA. Traslada nesta data, confere em tudo com original, ao qual me reporto e dou fé. Porto Alegre - RS, 12 de abril de 2022.

Em testemunho

da verdade
Cristiano da Silva Torres
Escrevente Autorizado

Cristiano da Silva Torres

Escrevente Autorizado

EMOLUMENTOS: Ata Notarial = R\$221,40 (0459.04.1800005.06858 = R\$4,40);
Processo Eletrônico = R\$6,00 (0459.01.2200001.04938 = R\$1,80).

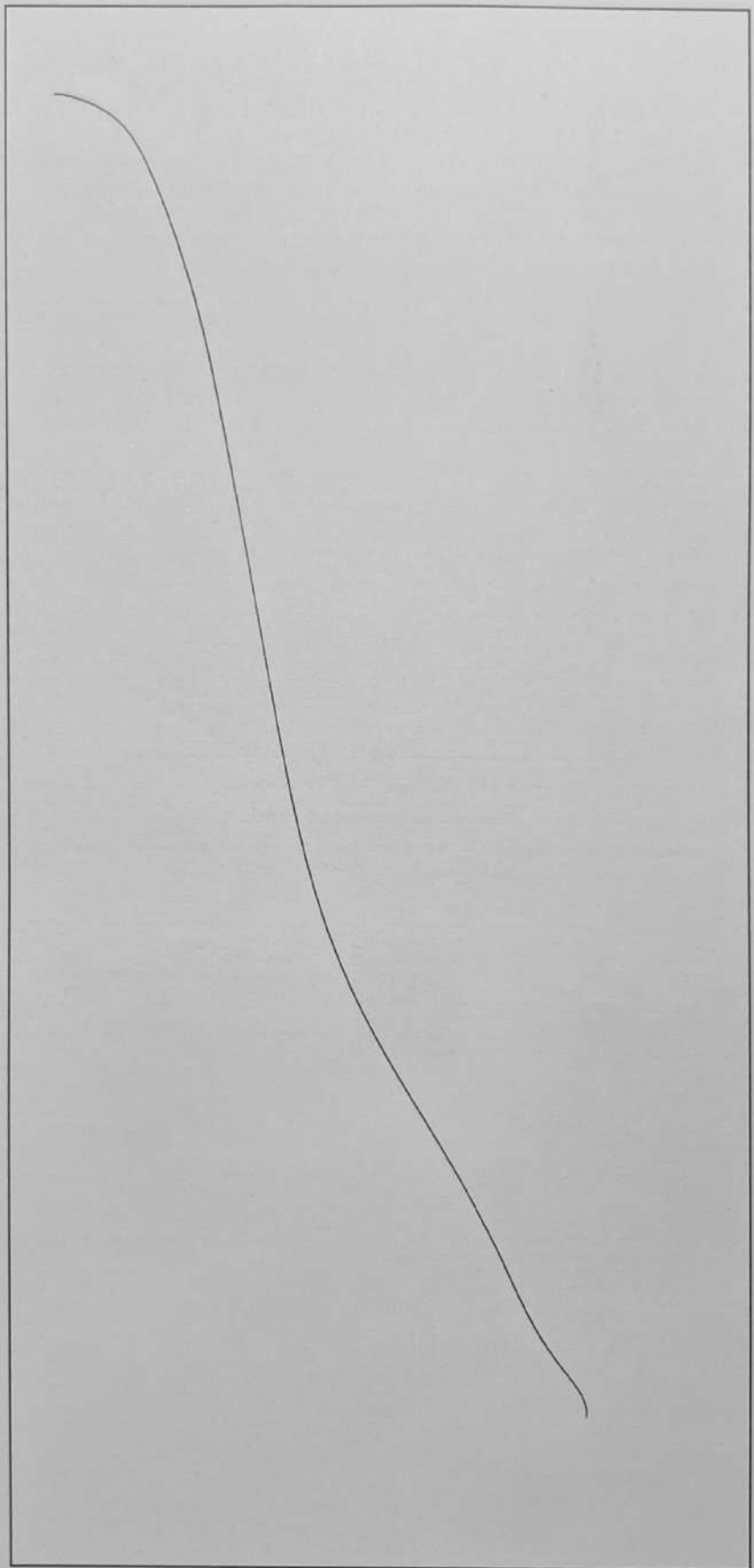


A consulta estará disponível em até 24h no site do Tribunal de Justiça do RS
<http://go.tjrs-jus/selodigital/consulta>
Chave de Autenticidade para consulta

102400 51 2022 00065781 45

FOLHA
14

Cristiano da Silva Torres
Escrevente Autorizado





FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTES DOCUMENTOS.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
DENOMINAÇÃO ATUAL: DEMETER CAPITAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA.		
DENOMINAÇÕES ANTERIORES: RT 108 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA		
TIPO: SOCIEDADE LIMITADA		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35237235225	24/05/2021	09/02/2023 04:33:19
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
21/05/2021	42.065.828/0001-78	

CAPITAL
R\$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA JERONIMO DA VEIGA	NÚMERO: 384	
BAIRRO: JARDIM EUROPA	COMPLEMENTO: AND10 SL3	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 04536-001	UF: SP

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS POR CONTRATO OU COMISSÃO OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
ALLAN EDUARDO LIBMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 143.920.338-56, RG/RNE: 13564357, RESIDENTE À RUA JERONIMO DA VEIGA, 384, 10 ANDAR, JD EUROPA, SAO PAULO - SP, CEP 04536-001, REPRESENTANTE DE LAPLACE INVESTIMENTOS E GESTAO DE RECURSOS LTDA, ASSINANDO PELA EMPRESA..
JOSE HUMBERTO PRATA TEODORO JUNIOR, RAÇA/COR: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 037.248.046-28, RG/RNE: 10706296, RESIDENTE À RUA JERONIMO DA VEIGA, 384, JD EUROPA, SAO PAULO - SP, CEP 04536-001, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100.000,00.

JULIO CESAR DE TOLEDO PIZA NETO, RAÇA/COR: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 157.429.868-23, RG/RNE: 142089722, RESIDENTE À RUA JERONIMO DA VEIGA, 384, JS EUROPA, SAO PAULO - SP, CEP 04536-001, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100.000,00.

LAPLACE INVESTIMENTOS E GESTAO DE RECURSOS LTDA, NIRE 35223875103, SITUADA À RUA JERONIMO DA VEIGA, 384, JD EUROPA, SAO PAULO - SP, CEP 04536-001, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 200.000,00.

RENATO CARVALHO DO NASCIMENTO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 633.578.366-53, RG/RNE: M4013603, RESIDENTE À RUA JERONIMO DA VEIGA, 384, 10 ANDAR, JD EUROPA, SAO PAULO - SP, CEP 04536-001, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR, REPRESENTANTE DE LAPLACE INVESTIMENTOS E GESTAO DE RECURSOS LTDA, ASSINANDO PELA EMPRESA..

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 387.441/21-9 SESSÃO: 24/08/2021

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS).

ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA DEMETER CAPITAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA., DATADA DE: 16/08/2021.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS POR CONTRATO OU COMISSÃO, OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS., DATADA DE: 16/08/2021.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA JERONIMO DA VEIGA, 384, AND10 SL3, JARDIM EUROPA, SAO PAULO - SP, CEP 04536-001. , DATADA DE: 16/08/2021.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE LEONARDO LUIS DO CARMO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: PARDA, CPF: 368.430.348-88, RG/RNE: 419971798, RESIDENTE À ALAMEDA SANTOS, 1293, ANDAR 4, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01419-002, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 50,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE CRISTINA DA SILVA DE CAMARGO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: PARDA, CPF: 366.120.028-32, RG/RNE: 404804871, RESIDENTE À ALAMEDA SANTOS, 1293, ANDAR 4, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO - SP, CEP 01419-002, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 50,00.

ADMITIDO LAPLACE INVESTIMENTOS E GESTAO DE RECURSOS LTDA , NIRE 35223875103, SITUADA À RUA JERONIMO DA VEIGA, 384, 8 AND SL 3, JD EUROPA, SAO PAULO - SP, CEP 04536-001, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

NOMEADO RENATO CARVALHO DO NASCIMENTO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 633.578.366-53, RG/RNE: M4.013.603, RESIDENTE À RUA JERONIMO DA VEIGA, 384, 10 ANDAR, JD EUROPA, SAO PAULO - SP, CEP 04536-001, REPRESENTANDO LAPLACE INVESTIMENTOS E GESTAO DE RECURSOS LTDA, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

CITADO ALLAN EDUARDO LIBMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 143.920.338-56, RG/RNE: 13.564.357, RESIDENTE À RUA JERONIMO DA VEIGA, 384, 10 ANDAR, JD EUROPA, SAO PAULO - SP, CEP 04536-001, REPRESENTANDO LAPLACE INVESTIMENTOS E GESTAO DE RECURSOS LTDA, COMO, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ADMITIDO JULIO CESAR DE TOLEDO PIZA NETO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 157.429.868-23, RG/RNE: 14.208.972-2, RESIDENTE À RUA JERONIMO DA VEIGA, 384, 10 ANDAR, JS EUROPA, SAO PAULO - SP, CEP 04536-001, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 12.500,00.

ADMITIDO JOSE HUMBERTO PRATA TEODORO JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 037.248.046-28, RG/RNE: 10.706.296, RESIDENTE À RUA JERONIMO DA VEIGA, 384, 10 ANDAR, JD EUROPA, SAO PAULO - SP, CEP 04536-001, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 12.500,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 623.714/22-0 SESSÃO: 04/11/2022

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE LAPLACE INVESTIMENTOS E GESTAO DE RECURSOS LTDA , NIRE 35223875103, SITUADA À RUA JERONIMO DA VEIGA, 384, JD EUROPA, SAO PAULO - SP, CEP 04536-001, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 200.000,00.

REMANESCENTE RENATO CARVALHO DO NASCIMENTO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 633.578.366-53, RG/RNE: M4.013.603, RESIDENTE À RUA JERONIMO DA VEIGA, 384, 10 ANDAR, JD EUROPA, SAO PAULO - SP, CEP 04536-001, REPRESENTANDO LAPLACE INVESTIMENTOS E GESTAO DE RECURSOS LTDA, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REMANESCENTE ALLAN EDUARDO LIBMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 143.920.338-56, RG/RNE: 13.564.357, RESIDENTE À RUA JERONIMO DA VEIGA, 384, 10 ANDAR, JD EUROPA, SAO PAULO - SP, CEP 04536-001, REPRESENTANDO LAPLACE INVESTIMENTOS E GESTAO DE RECURSOS LTDA, COMO, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JULIO CESAR DE TOLEDO PIZA NETO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 157.429.868-23, RG/RNE: 14.208.972-2, RESIDENTE À RUA JERONIMO DA VEIGA, 384, JS EUROPA, SAO PAULO - SP, CEP 04536-001, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOSE HUMBERTO PRATA TEODORO JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 037.248.046-28, RG/RNE: 10.706.296, RESIDENTE À RUA JERONIMO DA VEIGA, 384, JD EUROPA, SAO PAULO - SP, CEP 04536-001, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 655.597/22-0 SESSÃO: 09/11/2022

ARQUIVAMENTO DE BALANÇO REFERENTE O PERÍODO DE 01/01/2021 À 31/12/2021 .

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 28/03/2022. DELIBERAR SOBRE A APROVACAO DE CONTAS E DISTRIBUICAO DOS LUCROS DE 2021.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35237235225
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 08/02/2023



Ficha Cadastral Simplificada. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 193465453, quinta-feira, 9 de fevereiro de 2023 às 04:33:19.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

Ao

Sr. Presidente, mesa da Assembleia Geral Ordinária da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.

Av Pres. Juscelino Kubitschek, 1830, conj. 32, andar 3, bloco 2, Vila Nova Conceição
São Paulo, SP
CEP 04543-900

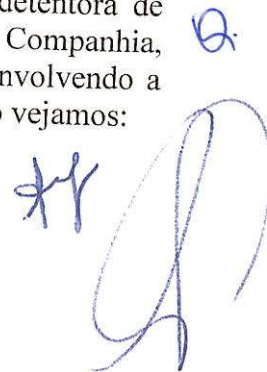
Ref.: Manifestação de Voto sobre Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2021 e destinação de lucros do exercício - Matérias Integrantes da Ordem do Dia (itens i e ii) da Assembleia Geral Ordinária da companhia Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.

Prezado Sr. Presidente, membros da mesa, acionistas e demais presentes, boa tarde.

1. O acionista da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("Companhia"), **ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**, detentor de ações ordinárias que representam participação superior a 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) do capital social da Companhia ("Acionista Minoritário" ou "Esh Theta") vem apresentar manifestação de voto pela **REPROVAÇÃO** do Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e sobre a e destinação do lucro líquido do exercício social - itens i e ii da ordem do dia da assembleia geral ordinária da Companhia, realizada nesta data de 26.04.2022 ("AGO"), bem como declinar, sucintamente, fundamentos e motivos, nos seguintes termos.

I. Recebimento de vantagem e/ou atuação de acionista/conselheiro em condição de conflito de interesses aos da Companhia, na prestação de serviços de assessoria na operação de combinação de negócios entre TESA e SLC

2. De acordo com as informações divulgadas no sítio da Laplace Finanças, empresa integrante da acionista da Companhia Laplace Investimentos, de que é sócio o conselheiro de administração da Companhia, Sr. Renato Carvalho do Nascimento, detentora de participação acionária equivalente a 23,1% no capital social e votante da Companhia, prestou serviços de assessoria na operação de combinação de negócios envolvendo a Terra Santa Agro S.A. ("Tesa"), a SLC Agrícola S.A e a Companhia¹, senão vejamos:



laplace.com.br/copia-texto-1000x600

LAPLACE FINANÇAS		QUEM SOMOS	ÁREAS DE ATUAÇÃO	TRANSAÇÕES	EQUIPE
R\$ 3,250,000,000	M&A	2021	R\$ 1,521,729,000	Restructuring	2021
NOR GALAXY		TERICA SANIA SLC Agrícola			
R\$ 350,000,000	IPO	2021	R\$ 753,000,000	M&A	2021

3. Em resposta à notificação extrajudicial encaminhada ao Conselho de Administração da Companhia postulando esclarecimento sobre tal fato, a Companhia respondeu de forma lacônica “não houve prestação de serviço algum pela Laplace Finanças à Companhia na combinação de negócios com a SLC Agrícola S.A.”, fazendo, ainda, ameaças ao Esh Theta.

4. Neste contexto, extraindo-se do próprio site da Laplace Finanças prova de que esta atuou na operação de combinação de negócios envolvendo TESA, SLC e a Companhia, ficou sem qualquer esclarecimento sobre a atuação de acionistas e do conselheiro da administração, Sr. Renato Carvalho do Nascimento, e os interesses em benefícios dos quais se deu a atuação desses, já que, nas palavras da própria Companhia, a atuação não se deu em benefício dessa.

5. Como quer que seja, entende o Esh Theta que atuação da acionistas Laplace e do Sr. Renato Carvalho do Nascimento se deu em violação, entre outros, aos artigos 154, § 2º, e/ou 156, da Lei das S.A., mormente pelo fato de que o Sr. Renato não se deu por impedido ou se absteve das deliberações a respeito da operação de combinação de negócios, como se vê das atas de reunião do conselho de administração (i) da TESA, realizadas (a) em 25.03.2021, na qual foi aprovada a celebração do Acordo de Associação entre essa e a SLC, e (b) em 20.05.2021, na qual foram aprovados o Protocolo e Justificação da operação de incorporação de ações da TESA pela SLC, a própria operação de incorporação de ações, a realização pela diretoria de todos os atos necessários à implementação de tal operação e a convocação de assembleia geral extraordinária para deliberar sobre a operação de incorporação de ações; e (ii) da Companhia, realizada em 30.06.2021, por meio da qual foi aprovada a alteração da razão social da Companhia.

6. Nesses termos, a remuneração percebida pela acionista Laplace e/ou pelo Sr. Renato Carvalho do Nascimento relativamente à assessoria prestada representa valores suprimidos, direta ou indiretamente, do patrimônio da Companhia, ensejando a rejeição das contas da administração e das demais matérias a elas conexas.

II. Inexistência de aprovação societária para pagamento de “ajuste de preço” à SLC

g/v

7. Conforme fato relevante divulgado em 29.10.2021, a Companhia realizou pagamento à TESA de R\$ 20 milhões a título de ajuste de preço relativamente à operação de combinação de negócios.

8. Ocorre, contudo, que a forma da operação estruturada pela administração da Companhia e pelos acionistas signatários dos documentos relacionados à operação realizada com a SLC consistiu na transferência à Companhia de acervo patrimonial definido e avaliado (por avaliador independente) no âmbito de reorganização societária contratada como condição precedente à referida operação de combinação de negócios.

9. Não se tem registro de que tenha sido submetido aos acionistas da Companhia ou tenha havido aprovação por seus órgãos societários da assunção de quaisquer outras obrigações além daquelas expressamente definidas e avaliadas no âmbito da reorganização societária da TESA.

10. À toda evidência, por vias transversas foram transferidas obrigações à Companhia incompatíveis com a forma adotada na reorganização societária e operação de combinação de negócios, com objetivo alcançar efeito semelhante ao de uma operação de cisão da TESA, conforme expressamente declarado pela Companhia em manifestação apresenta, em 16.12.2021, nos autos do processo nº 1136278-50.2021.8.26.0100:

“79. Por fim, os Autores se esquecem de um pequeno “detalhe” ao afirmar que “a proposta de migração da outorga/doação de ações da Companhia por conta dos serviços prestados à **sociedade diversa** esbarra em outra ilegalidade...”. Ora, a TSPA é sucessora da TESA, decorrente de uma combinação de negócios que tem origem na própria TESA. Ignorar esse fato e querer tratar as companhias envolvidas isoladamente (a TSPA é resultante de uma reorganização societária da TESA – aumento de capital na TSPA mediante a conferência de bens de titularidade da TESA, o que, na prática, equivale a uma cisão parcial da TESA) é desconsiderar por completo a estrutura da reorganização societária aprovada, pela qual os antigos acionistas (assim como direitos e obrigações) da TESA migraram para a TSPA, como parte de uma combinação de negócios aprovada em assembleia geral, como a ocorrida no caso.”

11. Neste contexto, a afirmação de que a Companhia seria sucessora da TESA mostra-se incompatível ao regime legal correspondente à forma da operação adotada para a reorganização societária e de combinação de negócios com a SLC, não havendo, ademais, aprovação seja de acionistas, seja dos órgãos de administração quanto à assunção de tais obrigações pela Companhia.

12. Saliente-se, ademais, que o estatuto social da Companhia vigente à época da operação de combinação de negócios definia como matéria de competência do conselho de administração da Companhia a aprovação de “operação ou conjunto de operações celebradas com partes relacionadas da Companhia envolvendo valores superiores a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) ou que estivessem fora do curso normal dos negócios da Companhia” (art. 17, XVI).

13. Por tais motivos, impõe-se a rejeição das contas da administração pelo pagamento de R\$ 20 milhões a título de ajuste de preço à TESA, sem base legal ou aprovação societária por acionistas ou órgãos da administração.

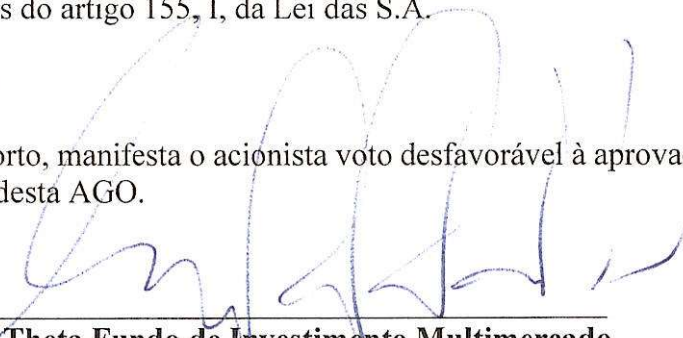
III. Outras Divergências.

14. Adicionalmente aos aspectos acima, registre-se aprovação conflitada pelos administradores e acionistas, direta ou indiretamente, de remuneração nas AGES da Companhia realizadas em dezembro de 2021, não sendo possível supor que tenham auferido a remuneração que lhes cabia no âmbito da TESA, anteriormente à consumação da operação de combinação de negócios com a SLC.

15. Ademais, foi identificada a existência da sociedade Deméter Capital Empreendimentos e Participações Ltda., na qual figuram como sócios empresa integrante do grupo econômico da acionista Laplace Investimentos, e os administradores da Companhia Julio Cesar de Toledo Piza Neto e José Humberto Prata Teodoro Junior, fazendo-se necessários esclarecimento por parte da administração sobre eventuais pagamentos realizados pela Companhia ou no âmbito de negócios envolvendo essa, assim se as atividades desenvolvidas não se tratam de oportunidades de negócios que cabiam à Companhia, nos termos do artigo 155, I, da Lei das S.A.

IV. Conclusão

16. Por todo o exposto, manifesta o acionista voto desfavorável à aprovação dos itens I e II da ordem do dia desta AGO.


Esh Theta Fundo de Investimento Multimercado
p.p. Cesar Augusto Fagundes Verch
OAB/RS 77.536



São Paulo, 10 de dezembro de 2021

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A.

Praça General Gentil Falcão, nº 108, 8º andar
Cidade Monções, São Paulo, 04571-150

A.c.: Srs. Silvio Tini de Araújo (silvio@bonsucex.com.br); Renato Carvalho do Nascimento (renato.carvalho@laplace.com.br); Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes (athayde.fernandes@hotmail.com); e Arlindo de Azevedo Moura (arlindo.moura@santacolomba.com.br) (“Conselheiros”)

TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A.

Praça General Gentil Falcão, nº 108, 8º andar
Cidade Monções, São Paulo, SP, 04571-150

A.c.: Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior (ri@terrasantapa.com.br)

C.c.: COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111, Centro
Rio de Janeiro, RJ, 20050-006

A.c.: Sr. Fernando Soares Vieira (sep@cvm.gov.br)

Ref.: Solicitação de esclarecimentos acerca da combinação de negócios da SLC Agrícola S.A. (SLC Agrícola) e Terra Santa Agro S.A. (“TESA”)

Prezados Senhores,

1. ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, fundo de investimento inscrito no CNPJ/ME sob o n. 23.799.268/0001-30, com endereço na Rua Cunha Gago, n. 700, 4º andar, conjunto 41, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05421-001 (“Esh FIM”), na qualidade de detentor, nesta data, de 1.038.520 ações da TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A. (“TS Propriedades” ou “Companhia”) e CENTAURO I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO, fundo de investimento inscrito no CNPJ/ME sob o n. 07.667.580/0001-14, com endereço na Rua Joaquim Floriano, n. 413, 13º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04534-001 (“Centauro FIM”, em conjunto com o Esh FIM, Notificantes) na qualidade de detentor, nesta data, de 4.070.600 ações da TS Propriedades, as quais, em conjunto com as ações do Esh FIM, perfazem o percentual de 5% do capital social da Companhia, vêm, conjuntamente, solicitar os seguintes esclarecimentos:

2. Como é de conhecimento de V.Sas., em 25.03.2021, foi publicado Fato Relevante (Doc. 1) por meio do qual foram divulgados os termos e condições para a implementação da operação societária (“Operação”) para combinação de negócios entre TESA e SLC Agrícola S.A. (“SLC”) e, em 02.08.2021, o mercado foi informado acerca da conclusão dessa reorganização societária (Doc. 2).

3. Na qualidade de acionistas minoritários, à luz do direito de fiscalização que lhes é garantido pelo art. 109, III, da Lei das S.A., os Notificantes se valem da presente para solicitar, com a urgência que a gravidade do assunto exige, esclarecimentos acerca de conflito de interesse e benefício pessoal auferido ilicitamente por um dos Conselheiros, ocorridos no âmbito da Operação de combinação de negócios entre TESA e SLC.

4. Pretende-se, objetivamente, num primeiro momento (1) recapitular o contexto da Operação, e as premissas que a embasaram, para, em seguida, (2) solicitar esclarecimentos acerca de conflito de interesse do Conselheiro Renato Carvalho do Nascimento, além de benefício pessoal obtido ilicitamente com a Operação; e, por fim, (3) solicitar esclarecimentos para que seja averiguado outro potencial conflito de interesses diante do acesso ao Laudo de Avaliação das terras da TS Propriedades.

I. A Operação.

5. Informou-se ao mercado que a operação de reorganização societária havia sido estruturada em duas etapas: primeiro, procedeu-se à segregação e transferência da TESA para a TS Propriedades, das ações da TS Brasil S.A., imóveis, ativos, obrigações, passivos e direitos não compreendidos na Operação, especialmente propriedades rurais e correspondentes benfeitorias. A conclusão da primeira etapa da reorganização contemplava, ainda, a redução de capital social da TESA, com a entrega aos seus acionistas das ações da TS Propriedades, bem como a obtenção por essa de registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para admissão de suas ações a negociação no mercado de capitais, com a adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, da B3 S.A. –Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”).

6. A segunda etapa da Operação se deu através da aquisição da operação agrícola da TESA pela SLC por incorporação de ações, nos termos dos artigos 252, 224 e 225 da Lei nº 6.404/76, a Lei de Sociedades por Ações (“LSA”).

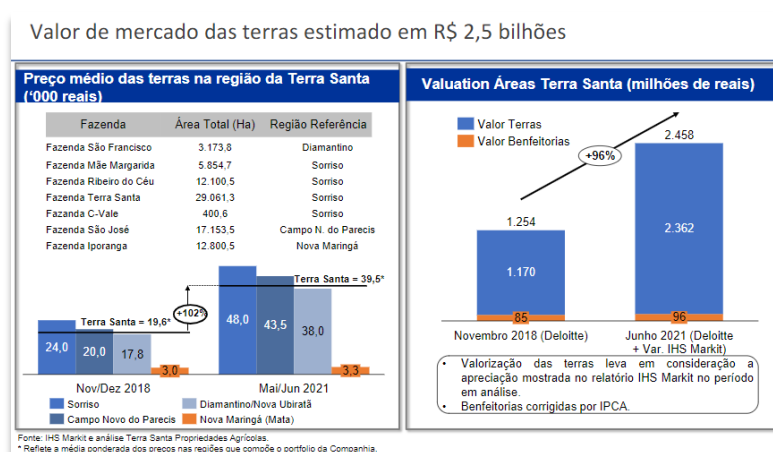
7. Recapitule-se, porquanto relevante, que, em 31.03.2021, a TESA integralizou, na TS Propriedades, o acervo líquido representado pelos seguintes ativos e passivos, avaliados a valor contábil em R\$ 673.588.731, com a emissão de 673.588.731 ações da Companhia:

Investimento na TS Brasil S.A.	642.075
Ágio por mais valia das terras	192.487
Dívida financeira	(122.516)
Mútuo com parte relacionada	(38.458)
Total do aporte	673.588

8. Em 29.04.2021, foi aprovada a redução do capital da TESA com a entrega das ações de emissão da TS Propriedades aos acionistas da TESA, sendo que cada ação de emissão da TESA daria direito à subscrição de 3,3237 ações de emissão da TS Propriedades aos então acionistas da TESA (Doc. 3).

9. Em 14.07.2021, a TS Propriedades obteve, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), o registro de companhia aberta e, em 15 de julho de 2021, a listagem no segmento do Novo Mercado pela B3 S.A. — Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”).

10. Em Comunicado ao Mercado, divulgado em 28.07.2021, a TS Propriedades informou que o valor de mercado estimado das terras da TS Propriedades seria de R\$ 2,5 bilhões:



11. Em 01.08.2021, foi efetivada a entrega das ações de emissão da TS Propriedades aos então acionistas da TESA, de modo que, naquela data, a TESA deixou de ser controladora da TS Propriedades. Também em 01.08.2021, a TS Propriedades celebrou, na qualidade de arrendante, contratos de arrendamento de suas terras e benfeitorias com a TESA, na qualidade de arrendatária. Os contratos de arrendamento tinham prazo de 20 anos e preço de 17 sacas de soja por hectare por ano, a serem renegociados a cada 3 anos.

II. Conflito de Interesse e Benefício Particular com a Operação.

12. Como é do conhecimento de V.Sas., o Sr. Renato Carvalho do Nascimento integra o Conselho de Administração da TS Propriedades. Nos termos das informações disponíveis no próprio site da TS Propriedades, o Sr. Renato também figura como sócio fundador da Laplace Finanças (“Laplace”):

“Engenheiro mecatrônico graduado pela Escola Politécnica da USP, com MBA pela Tuck School of Business em Dartmouth. Foi sócio fundador da Angra Partners. Acumulou experiência de investment banking na Lehman Brothers em Nova York e como consultor pela Monitor e Accenture. Foi membro dos Conselhos de Administração da Telemig, Metrô-RJ e Tropical, além de Presidente do Conselho da Maeda S.A. Agroindustrial. Renato é sócio fundador da Laplace Finanças, empresa de assessoria financeira e gestão de fundos e exerce o cargo de Conselheiro da Via Varejo e do TMA (turnaround management association) no Brasil.¹”

¹ [https://www.terrasantapa.com.br/ShowCanal/Administracao-?qk1GdOylvWwqgGtoiZiWDQ==](https://www.terrasantapa.com.br/ShowCanal/Administracao-?=qk1GdOylvWwqgGtoiZiWDQ==)

13. A Laplace, por sua vez, é sócia da TS Propriedades, detendo participação de 23,1% em sua composição acionária²:



14. Do mesmo modo, consta no site da Laplace Finanças que o Sr. Renato é membro do conselho de administração da Terra Santa:

“Renato Carvalho é o fundador da Laplace, uma empresa de assessoria financeira e de gestão de recursos com aproximadamente R\$ 1,6 bilhão sob gestão. Renato é membro do Conselho de Administração da Via Varejo, Progen, da TMA, e Vice-Chairman da Terra Santa, além de sócio fundador da Angra Partners. Anteriormente, Renato trabalhou na Monitor Clipper Partners/Corporate Finance em Boston, no Lehman Brothers em NY, e na Accenture.³”

15. Também consta no *track record* disponível no site da Laplace Finanças que a própria Laplace assessorou a Operação de reorganização societária de combinação de negócios entre a Terra Santa e a SLC:⁴



²<https://www.terrasantapa.com.br/ShowCanal/Composicao-Acionista-?yW00463iAZdj1jmkotn0Hw==>

³<https://www.lplc.com.br/copy-of-equipe>

⁴<https://www.lplc.com.br/copia-track-record>

16. Eis, aí, a configuração de inequívoco conflito de interesse. O Sr. Renato é, ao mesmo tempo, sócio fundador da Laplace e membro do Conselho de Administração da TS Propriedades, e, ainda assim, a Laplace foi contratada para prestar assessoria na Operação de combinação de negócios entre a Terra Santa e a SLC.

17. Evidente, pois, que o razoável seria deduzir que, no mínimo, o Sr. Renato tenha se declarado impedido para votar nas deliberações cuja ordem do dia envolvesse a Operação.

18. Lamenta-se, contudo, que não foi isso o que se verificou.

19. Nas atas de reunião do conselho de administração (i) da TESA, realizadas (a) em 25.03.2021, na qual foi aprovada a celebração do Acordo de Associação entre essa e a SLC (Doc. 4), e (b) em 20.05.2021, na qual foram aprovados o Protocolo e Justificação da operação de incorporação de ações da TESA pela SLC, a própria operação de incorporação de ações, a realização pela diretoria de todos os atos necessários à implementação de tal operação e a convocação de assembleia geral extraordinária para deliberar sobre a operação de incorporação de ações (Doc. 5); e (ii) da Companhia, realizada em 30.06.2021, por meio da qual foi aprovada a alteração da razão social da Companhia (Doc. 6), o Sr. Renato consta como presente, sem qualquer ressalva acerca de conflito ou impedimento.

20. Mais do que um conflito de interesse previsto no art. 156 da Lei das S.A.⁵, a situação acima narrada alerta para risco de obtenção ilícita de benefício particular por um dos Conselheiros com a Operação.

21. À luz das gravíssimas circunstâncias acima demonstradas, solicita-se aos Notificados que esclareçam:

(i) Qual foi o valor da remuneração paga à Laplace Finanças pelo assessoramento no âmbito da Operação?

(ii) Qual foi o tratamento adotado pelos demais Conselheiros diante da existência de conflito de interesse do Sr. Renato.

III. Acesso ao Laudo de Avaliação.

⁵ Art. 156. É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

§ 1º Ainda que observado o disposto neste artigo, o administrador somente pode contratar com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

§ 2º O negócio contratado com infração do disposto no § 1º é anulável, e o administrador interessado será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que dele tiver auferido.

22. Esclareça-se que, no âmbito da Operação, a administração da companhia sujeitou-a a reconhecer um ganho de capital a partir da eventual e futura alienação dos ativos imobilizados e/ou simplesmente a partir da sua contabilização a valor justo, considerando que a operação de transferência dos ativos e passivos da TESA para a TS Propriedades se deu a valor contábil, em operação concluída em 01.08.2021, mas a divulgação ao mercado de 28.07.2021 indica que as terras transferidas têm valor de mercado de R\$ 2,458 bilhões.

23. Diante dos riscos fiscais e tributários envolvidos na Operação, e do risco de dano à própria companhia que os fatos ocorridos no âmbito da administração possam ter ocasionado, em 23.09.2021 o Fundo Esh FIM ajuizou a ação de produção antecipada de provas nº 1103125-26.2021.8.26.0100 (Doc. 7)⁶, em curso perante a 2ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem — sobretudo porque as informações divulgadas, nem de longe, são suficientes para que os acionistas da TS Propriedades compreendam os riscos contábeis e fiscais envolvidos na operação. Mais precisamente, o Fundo Esh FIM requereu a exibição dos seguintes documentos:

- a. o laudo de avaliação dos ativos imobilizados transferidos da TESA para a TS Propriedades, em especial a avaliação das terras e suas benfeitorias, incluindo eventuais revisões e/ou comentários do avaliador, da administração e/ou de terceiros;
- b. as minutas de laudo de avaliação dos ativos imobilizados da TS Propriedades — alegadamente em fase de elaboração pela Deloitte — incluindo os comentários feitos pela administração da TS Propriedades; (c) Os relatórios, memorandos e/ou pareceres elaborados pelos assessores legais contratados pela TESA e/ou pela TS Propriedades para analisar os impactos fiscais e tributários da operação de ativos entre tais companhias; e
- c. as comunicações trocadas entre a APSIS, a administração da TESA, da TS Propriedades, e seus assessores contábeis e jurídicos acerca dos riscos da utilização do valor contábil como critério de avaliação para a transferência dos ativos imobilizados.

24. Em 27.10.2021, foi divulgado ao mercado, por meio de Fato Relevante, o valor encontrado pela Deloitte Touche Tohmatsu LTDA (Doc. 8). Ao invés de apresentar o documento, indicou-se tão somente que “o valor da terra nua das propriedades da Companhia foi avaliado em R\$ 2.529.720.000” e que “o valor das edificações e benfeitorias destas propriedades, bem como a avaliação do escritório de Nova Mutum e da unidade Deciolândia resultou em um valor de mercado de R\$ 167.957.000, perfazendo um valor de mercado total das propriedades de R\$ 2.697.677.000”.

⁶ A exibição dos documentos pleiteados ainda não foi apreciada pelo Juízo da 2ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem

25. Antes mesmo da divulgação do laudo, em sua contestação na aludida produção antecipada de provas, apresentada em 18.10.2021, a TS Propriedades já havia esclarecido que “o Laudo de Avaliação de Terras não é de divulgação obrigatória pela Lei nº 6.404/76 nem pela regulamentação da CVM, sendo que a Companhia jamais divulgou seu inteiro teor, mas tão-somente o valor da avaliação total das terras, da mesma forma que demais empresas setor o fazem. Ao que tudo indica, o Fundo Esh tem insondáveis propósitos com esse pleito, tentando obter informações privilegiadas não divulgadas ao mercado por vias transversas” (Doc. 9 – fls. 174).

26. Em 29.10.2021, foi divulgado fato relevante para informar que “a Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A., no âmbito da combinação de negócios entre a SLC Agrícola S.A. e a Terra Santa Agro S.A., da qual a Companhia é parte, e, em cumprimento ao dispositivo na Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM nº 358/02, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral, que as partes envolvidas na combinação de negócios acordaram o Ajuste de Preço, que resultou em um pagamento de R\$ 20 milhões da Terra Santa Propriedades Agrícolas em favor da Terra Santa Agro (controlada pela SLC Agrícola), e dão quitação mútua quanto aos relatórios e respectivos itens incontroversos, em prosseguimento ao fechamento da Operação” (Doc. 10).

27. As suspeitas que cercam a operação ganham contornos cada vez mais sérios e relevantes, ao passo que os acionistas permanecem no escuro quanto aos detalhes fiscais e contábeis envolvidos e, sobretudo, quanto aos riscos aos quais estão expostos. Na pendência de decisão judicial para que sejam exibidos os documentos propositalmente ocultados pela companhia, a presente notificação também se justifica para que sejam esclarecidas informações básicas, embora igualmente importantes, para que o direito dos acionistas minoritários seja resguardado.

28. Pois bem. Se as informações do laudo são *privilegiadas*, tal como informou a TS Propriedades, e não podem, ao menos diante do que alegam, ser divulgadas aos próprios acionistas da companhia, vimos solicitar a V.Sas. —, no melhor interesse da companhia e na pendência de apreciação do pedido de exibição dos documentos na ação de produção antecipada de provas —, que esclareçam o seguinte:

(i) A indicação exata de quem teve acesso ao laudo de avaliação elaborado por Delloite Touche Tohmatsu LTDA., cujo valor foi divulgado ao mercado em 27.10.2021 (Doc. 8), e qual foi a data do referido acesso.

(ii) A lista acima solicitada deverá ser fornecida diretamente à Comissão de Valores Mobiliários (sep@cvm.gov.br), com cópia aos ora Notificantes (intimacoes.rp@gc.com.br), oportunidade na qual pede-se que a CVM verifique se alguma das pessoas indicadas na lista, que tiveram acesso ao laudo de avaliação, transacionaram com ações da companhia após o referido acesso.

* * *

29. Ficam, portanto, V.Sas. notificados para prestar os esclarecimentos solicitados, os quais são reiterados abaixo:

(i) Qual foi o valor da remuneração paga à Laplace Finanças pelo assessoramento no âmbito da Operação?

(ii) Qual foi o tratamento adotado pelos demais Conselheiros diante da existência de conflito de interesse do Sr. Renato?

(iii) A indicação exata de quem teve acesso ao laudo de avaliação elaborado por Delloite Touche Tohmatsu LTDA., cujo valor foi divulgado ao mercado em 27.10.2021 (Doc. 8), e qual foi a data do referido acesso.

(iv) A lista acima solicitada deverá ser fornecida diretamente à Comissão de Valores Mobiliários (sep@cvm.gov.br), com cópia aos ora Notificantes (intimacoes.rp@gc.com.br), oportunidade na qual pede-se que a CVM verifique se alguma das pessoas indicadas na lista, que tiveram acesso ao laudo de avaliação, transacionaram com ações da companhia após o referido acesso.

30. Ficam, ainda, V.Sas. notificados de que o não cumprimento das providências mencionadas no parágrafo anterior ensejará, por parte dos Notificantes, a adoção das medidas judiciais cabíveis para a proteção de seus direitos.

Atenciosamente,

São Paulo, 10 de dezembro de 2021



ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO

CENTAURO I FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO
INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO
PRAZO

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C513-9AD9-8873-E34E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C513-9AD9-8873-E34E



Hash do Documento

2FE8305316080728E1B152D6F00FF1D8AC6806E6929A489C60802E766CD58E8A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/12/2021 é(são) :

- Rafael Barud Casqueira Pimenta (Signatário) - 098.920.837-09
em 10/12/2021 17:26 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



CORRÊA, CAMPS & CONFORTI

A D V O G A D O S

São Paulo, 26 de agosto de 2022.

Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.:

AC.: Sr. José Humberto Prata Teodoro Junior

E-mails: ri@tsagro.com

ri@terrasantapa.com.br

TS Brasil S.A.

AC.: José Humberto Prata Teodoro Júnior

E-mails: ri@terrasantapa.com.br

ri@terrasantapa.com.br

SLC Participações S.A.

AC.: Sr. Ivo Marcon Brum

E-mail: ri@slcagrica.com.br

Bonsucex Holding S.A.

AC.: Sr. **Silvio Tini de Araújo**

E-mail: contato@bonsucex.com.br

Demeter Fundo de Investimento em Ações

Demeter II Fundo de Investimento de Ações

Investimento no Exterior

AC.: Sr. Renato Carvalho

contato@laplace.com.br

Membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.:

AC.: Sr. José Humberto Prata Teodoro Junior

E-mails: ri@terrasantapa.com.br

ri@terrasantapa.com.br

Gávea Macro Master Fundo de Investimento Multimercado

Gávea Macro Dólar Master Fundo de Investimento Multimercado Gávea Macro II Master Fundo de Investimento Multimercado Gávea Macro Plus Master Fundo de Investimento Multimercado e Bradseg GIF IV Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior

AC.: Sr. Arminio Fraga

E-mail: gavea@gaveainvest.com.br

Silvio Tini de Araújo

E-mail: contato@bonsucex.com.br

Prezados,

ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (“ESH THETA”), fundo de investimento inscrito no CNPJ/ME sob o n. 23.799.268/0001-30, com endereço, na Rua Cunha Gago, n.º. 700, 4º andar, conjunto n.º. 41, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05421-001, representado na forma de seu regulamento por sua administradora INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob n. 62.418.140/0001-31, com endereço na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP (“Fundo”), vem solicitar, aos administradores e membros do Conselho Fiscal da Terra Santa, que informem todas as medidas adotadas em relação às questões que foram

postas a debate no âmbito da assembleia, conforme voto dissidente (Anexo A), considerando que essas questões são potencialmente lesivas à Companhia, pugna, também, que sejam adotadas as devidas providências em relação aos fatos abaixo noticiados, de forma a aferir a ocorrência de potenciais atos lesivos à Terra Santa, apurar as devidas responsabilidades, bem como adotar as medidas cabíveis para a defesa do interesse social da Terra Santa.

I – ANTECEDENTES E PEDIDO DE INFORMAÇÃO

1. Não cabe aqui explicar às notificadas toda a operação de reorganização societária realizada e sobre a qual V. Sas. têm profundo conhecimento, mas, sim, tratar da falta de publicidade da operação para os demais acionistas envolvidos, sobretudo, com relação a documentos e informações relevantes. Sendo assim, a presente notificação se aterá a alguns aspectos relevantes que resultaram de solicitações de informação formuladas por este Fundo e até o momento não atendidas.

1.1. Em 25 de março 2021, foi dada notícia acerca da celebração do Acordo de Associação e Outras Avenças (“Acordo”), mediante a formação de um Grupo Coeso formado pelos acionistas notificados na presente, os quais detinham, à época da realização da transação, participação superior a 73 % do capital social da Terra Santa Agro S.A.

1.2. Pois bem. Para a celebração do Acordo, os acionistas do Grupo Coeso certamente tiveram acesso à toda documentação relevante, a despeito de as mesmas não terem sido divulgadas em sua completude a todos os acionistas. Alguns fatos chamaram a atenção em relação à consecução da reorganização societária:

- (i) No dia 28/07/2021, muito embora a Terra Santa tenha divulgado Comunicado ao Mercado informando que as terras teriam um valor de R\$ 2,458 bilhões, a transferência dos ativos e passivos da TESA para a



Terra Santa se deu com base no valor contábil de R\$673,6 milhões de reais;

- (ii) O Sr. Renato Carvalho do Nascimento, que era membro do conselho de administração da TESA à época da celebração da transação, sendo, atualmente, membro do conselho de administração da Terra Santa, além de acionista detentor de participação de cerca de 23,1%, atuou como assessor da transação, por intermédio de sua empresa LaPlace Finanças. Não obstante o Fundo ter solicitado esclarecimentos acerca de sua atuação, no âmbito da última Assembleia Geral Ordinária, até agora nada foi explicado;
- (iii) Além disso, o Sr. Renato Carvalho do Nascimento, por meio dos veículos **Demeter Fundo de Investimento em Ações e Demeter II Fundo de Investimento de Ações Investimento no Exterior**, votou na aprovação das contas, não obstante estar impedido por força do artigo 115 § 1º da Lei 6.404/76; e,
- (iv) Foi realizado um pagamento de cerca de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) pela Terra Santa à TESA, a título de reajuste de preço, sem que tenha havido qualquer deliberação ou aprovação nesse sentido.

1.3. Em virtude dessas questões, o ESH TETHA ajuizou ação judicial com o objetivo de ter acesso a documentos importantes, capazes de viabilizar a análise da operação de reorganização societária da Terra Santa Agro S.A. Dentre eles, vale mencionar os laudos de avaliação, relatórios e pareceres de advogados e documentos relacionados à avaliação dos ativos.



1.4. Infelizmente, ao invés de aproveitar a oportunidade para agir com transparência e dar a devida publicidade de todas informações pertinentes, a Terra Santa insiste em ocultar as informações do mercado. Apesar de o caso demandar *entire fairness* e *full disclosure*, os administradores e o Grupo Coeso da Terra Santa alegam que as informações solicitadas consistiriam “informação privilegiada”, nos termos de Instrução CVM 358/02.

1.5. Aliás, sob esse aspecto, deve-se abrir um importante parêntesis: se os documentos que lastreiam a transação se caracterizam como informações privilegiadas, deve-se lembrar que, a rigor, caso os signatários do Acordo estejam negociando qualquer título ou valor mobiliário das sociedades abertas envolvidas na transação, eles estariam incorrendo em *insider trading*.

1.6. No caso, as informações deveriam ter sido apresentadas de forma equitativa ao mercado, e, para tanto, bastaria realizar a divulgação da documentação requerida que suportou a transação pelos canais competentes da Terra Santa. Essa medida permitiria que todos os acionistas – inclusive os efetivamente minoritários – pudessem ter acesso aos documentos pertinentes, permitindo que todos pudessem tomar decisões informadas, ao invés de restringi-las aos integrantes do Grupo Ceso.

II – CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

2. Quando da proposta da administração datada de 21 de maio de 2021, a Terra Santa mencionou que seriam celebrados contratos de arrendamentos, os quais observariam condições de mercado.

2.1. No entanto, o primeiro fato que chama a atenção é o alongado prazo dos referidos contratos – 20 anos – prática não usual de mercado, o que por si já poderia tornar um contato “não comutativo”.

2.2. De igual sorte, o valor de arrendamento previsto no contrato é completamente inadequado e “não comutativo”, quando se leva em consideração



o valor de mercado das terras, em comparação ao preço mencionado nas demonstrações financeiras da Terra Santa – 17 sacas/hectare.

2.3. Nesse contexto, é imperioso ter conhecimento do inteiro teor do contrato para que se possa avaliar se os contratos de arrendamento são comutativos e se eles atendem ao interesse social da Terra Santa.

III – CONCLUSÃO E PEDIDOS

3. Em virtude de todo o exposto, serve a presente para solicitar que a administração da Terra Santa, dê a devida divulgação ao mercado dos seguintes documentos:

- (a) O laudo de avaliação dos ativos imobilizados transferidos da TESA para a TS Propriedades, em especial a avaliação das terras e suas benfeitorias, incluindo eventuais revisões e/ou comentários do avaliador, da administração e/ou de terceiros;
- (b) As minutas de laudo de avaliação dos ativos imobilizados da TS Propriedades – alegadamente em fase de elaboração pela Deloitte – incluindo os comentários feitos pela administração da TS Propriedades;
- (c) Os relatórios, memorandos e/ou pareceres elaborados pelos assessores legais contratados pela TESA e/ou pela TS Propriedades para analisar os impactos fiscais e tributários da operação de ativos entre tais companhias;
- (d) As comunicações trocadas entre a APSIS, a administração da TESA, da TS Propriedades, e seus assessores contábeis e jurídicos acerca dos riscos da utilização do valor contábil como critério de avaliação para a transferência dos ativos imobilizados; e



(e) Os contratos de arrendamento celebrados.

3.1. Em relação às questões levantadas no voto dissidente (Anexo A), apresentado pelo Fundo, devidamente acostado à ata da Assembleia Geral Ordinária e aqui replicado, insta salientar que, de acordo com o disposto no §1º art. 158 da Lei 6.404/76, cabe aos administradores da sociedade investigar eventuais atos ilícitos ou contrários ao interesse social e, na hipótese de negligência em elucidar, eles poderão se tornar solidariamente responsáveis.

3.2. Em relação aos acionistas que formaram o Grupo Coeso e celebraram o Acordo, que deu azo a presente transação, eles poderão ser responsabilizados, nos termos do arts. 115, 116 e 117 da Lei 6.404/76.

3.3. Por fim, como amplamente demonstrado, V.Sas. ficam notificados que qualquer negociação (realizada ou a ser realizada) de valores mobiliários das sociedades abertas envolvidas na reorganização societária por parte dos notificados, poderá ser considerado com prática de *insider trading*.

Atenciosamente,



LEONARDO CORRÊA
OAB/RJ n.º 109.190

LUIZ FERNANDO RACT CAMPS
OAB/SP n.º 135.376

MÁRIO CONFORTI
OAB/RJ n.º 125.161

MILA VIO
OAB/SP n.º 195.095



TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 40.337.136/0001-06

FATO RELEVANTE

AJUSTE DE PREÇO RELATIVO À COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS DA SLC AGRÍCOLA E TERRA SANTA AGRO

A Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. (“Terra Santa” ou “Companhia”), no âmbito da combinação de negócios entre a SLC Agrícola S.A. e a Terra Santa Agro S.A., da qual a Companhia é parte, e, em cumprimento ao dispositivo na Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM nº 358/02, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral, que as partes envolvidas na combinação de negócios acordaram o Ajuste de Preço, que resultou em um pagamento de R\$ 20 milhões da Terra Santa Propriedades Agrícolas em favor da Terra Santa Agro (controlada pela SLC Agrícola), e dão quitação mútua quanto aos relatórios e respectivos itens incontroversos, em prosseguimento ao fechamento da Operação.

A Companhia, em cumprimento a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e ao regulamento do Novo Mercado, manterá seus acionistas e o mercado informados sobre a existência de qualquer informação ou fato relevante envolvendo a Companhia, através da B3, da CVM e do website – www.terrasantapa.com.br.

São Paulo, 29 de outubro de 2021.

José Humberto Prata Teodoro Junior

Diretor Presidente e de Relações com Investidores



TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 40.337.136/0001-06

MATERIAL FACT

PRICE ADJUSTMENT REGARDING THE BUSINESS COMBINATION OF SLC AGRÍCOLA AND TERRA SANTA AGRO

Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. (“Terra Santa” or “Company”), within the scope of the business combination between SLC Agrícola S.A. and Terra Santa Agro S.A., of which the Company is a party, in Compliance with the provisions of Law nº 6.404/76 and CVM Instruction nº 358/02, informs its respective shareholders and the market in general, that the Parties involved in the business combination have agreed to the Adjustment of Price, which resulted in a payment of R\$ 20 million from Terra Santa Propriedades Agrícolas in favor of Terra Santa Agro (controlled by SLC Agrícola), and give mutual discharge regarding the reports and respective undisputed items, following the closing of the transaction.

The Company, in compliance with the regulations of the Brazilian Securities Commission - CVM and the Novo Mercado regulations, will keep its shareholders and the market informed of the existence of any information or material fact involving the Company, through B3, CVM and the website – www.terrasantapa.com.br.

São Paulo, October 29, 2021.

José Humberto Prata Teodoro Junior

Chief Executive and Investor Relations Officer

TERRA SANTA AGRO S.A.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2021**

27 DE ABRIL DE 2021

TERRA SANTA AGRO S.A.
Companhia Aberta
CNPJ n.º 05.799.312/0001-20
NIRE 35.300.380.657 – Código CVM 02035-4

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2021**

Sumário

1. EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
2. INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA	5
3. PARTICIPAÇÃO E VOTAÇÃO VIA SISTEMA ELETRÔNICO	6
4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	7

1. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

TERRA SANTA AGRO S.A.

CNPJ 05.799.312/0001-20

NIRE 35.300.380.657

COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Terra Santa Agro S.A., sociedade por ações, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, n.º 108, 8º andar, conjunto 81, Cidade Monções, CEP 04571-150, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.380.657, inscrita no CNPJ sob o nº 05.799.312/0001-20, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 02035-4, com suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código TESA3 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei n.º 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos artigos 3º e 5º da Instrução CVM n.º 481/2009 ("ICVM 481/2009"), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2021, às 9:00 horas, na sede da Companhia, **de forma exclusivamente digital**, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

- (i) o exame, discussão e aprovação da redução de capital da Companhia, por ser considerado excessivo diante das atividades desempenhadas, sem cancelamento de ações, nos termos da Proposta da Administração;
- (ii) alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, caso a redução de capital seja aprovada;
- (iii) alteração das regras de exercício dos bônus de subscrição da Companhia aprovados e emitidos na assembleia geral da Companhia realizada em 29 de abril de 2019, nos termos da Proposta da Administração; e
- (iv) autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima.

Instruções para Participação Digital: Nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, da ICVM 481/2009, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia deverão enviar e-mail à Diretoria de Relações com Investidores da Companhia (ri@tsagro.com) até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia (i.e. até o dia 27 de abril 2021) para (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que acessará a plataforma digital), em formato PDF, e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma.

Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., e do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia: (a) comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia; (b) CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, bem como do procurador, se aplicável, que participará da Assembleia; (c) Contrato Social, Estatuto Social ou Regulamento do fundo consolidado e atualizado (e, para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto); e (d) documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso.

Os documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua estrangeira deverão ser acompanhados da respectiva tradução juramentada.

A Companhia ressalta, ainda, que de maneira estritamente excepcional, em razão das restrições impostas por conta da pandemia do novo coronavírus, aceitará que os referidos documentos sejam apresentados sem reconhecimento de firma ou cópia autenticada, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

Informações Gerais: Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no e no *website* de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.terrasantaagro.com/>), e foram enviados à CVM (www.cvm.gov.br) e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

São Paulo/SP, 27 de abril de 2021.

Silvio Tini de Araújo
Presidente do Conselho de Administração

2. INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Data e Horário: A Assembleia ocorrerá em 29 de abril de 2021, às 9:00 horas.

Quórum de Instalação: As matérias constantes da ordem do dia poderão ser deliberadas, em primeira convocação, se presentes acionistas representando, no mínimo, $\frac{2}{3}$ (dois terços) do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 135, caput, da Lei das S.A.

Quórum de Deliberação: As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco, nos termos do artigo 129 da Lei nº Lei das S.A.

Participação:

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, da ICVM 481/2009, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia deverão enviar e-mail à Diretoria de Relações com Investidores da Companhia (ri@tsagro.com) até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia (i.e. até o dia 27 de abril 2021) para (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que acessará a plataforma digital), em formato PDF, e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma.

Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., e do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia:

- (i) comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia;
- (ii) CPF e Documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) com foto do acionista ou de seu representante legal, bem como do procurador, se aplicável, que participará da Assembleia;
- (iii) Contrato Social, Estatuto Social ou Regulamento do fundo consolidado e atualizado (e, para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto); e
- (iv) documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso.

Os documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua estrangeira deverão ser acompanhados da respectiva tradução juramentada.

A Companhia ressalta, ainda, que de maneira estritamente excepcional, em razão das restrições impostas por conta da pandemia do novo coronavírus, aceitará que os referidos documentos sejam apresentados sem reconhecimento de firma ou cópia autenticada, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

Os pedidos de participação na Assembleia por meio da plataforma digital enviados fora do prazo acima previsto serão desconsiderados pela Companhia.

3. PARTICIPAÇÃO E VOTAÇÃO VIA SISTEMA ELETRÔNICO

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma "Zoom". O acesso via Zoom estará restrito a acionistas da Companhia que se credenciarem dentro do prazo e conforme os procedimentos indicados no item 2 acima ("Acionistas Credenciados").

Recebida a solicitação e verificados os documentos de identificação e representação apresentados pelos Acionistas Credenciados, a Companhia enviará convites individuais para admissão e participação na Assembleia aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Acionistas Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das S.A.). As credenciais de acesso recebidas pelos Acionistas Credenciados ou seus procuradores e representantes serão pessoais e intransferíveis. Caso um Acionista Credenciado não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 4 horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone (11) 3137-3105 / (11) 9.6385-7309 ou pelo e-mail ri@tsagro.com, no mínimo, 2 horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do acionista seja liberado mediante o envio de novo convite individual.

A Companhia recomenda que os Acionistas Credenciados acessem a plataforma digital Zoom com antecedência de, no mínimo, 40 minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e permitir o credenciamento, a validação do acesso e participação de todos os Acionistas Credenciados. A Companhia também sugere que os Acionistas Credenciados se familiarizem previamente com a ferramenta Zoom para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a plataforma, principalmente o uso de recursos de áudio e vídeo.

A participação por meio da referida plataforma conjugará áudio e imagem, e os Acionistas que optarem por participar desta forma deverão manter as suas câmeras ligadas durante o curso da Assembleia com o intuito de assegurar a autenticidade das comunicações. Em cumprimento ao artigo 21-C, parágrafo 1º, II, da ICVM 481, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por Acionistas Credenciados que acessem a plataforma para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia.

A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do Zoom com equipamento do acionista) que dificultem ou impossibilitem a participação de um Acionista Credenciado na Assembleia.

Os Acionistas Credenciados que participarem da Assembleia via Zoom, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 21-V, III, da Instrução CVM nº 481.

* * *

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

A administração da Companhia vem apresentar aos Senhores Acionistas sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V.Sas. na Assembleia, inclusive em observância a Lei das S.A. e a ICVM 481/2009, inclusive seu Anexo 16.

4.1. REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

- **Valor da redução e do novo capital social**

A redução do capital social da Companhia será no montante total de R\$ 673.588.231,59 (seiscentos e setenta e três milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos), passando **de** R\$ 2.780.678.140,30 (dois bilhões, setecentos e oitenta milhões, seiscentos e setenta e oito mil, cento e quarenta reais e trinta centavos) **para** R\$ 2.107.089.908,71 (dois bilhões, cento e sete milhões, oitenta e nove mil, novecentos e oito reais e setenta e um centavos) ressalvado eventual exercício de Bônus de Subscrição, conforme definidos abaixo. Bem como, eventual alteração decorrente da Reorganização Societária.

- **Razões, forma e consequências da redução do capital social**

Conforme Fato Relevante publicado em 25 de março de 2021 ("Fato Relevante"), a Companhia, SLC Agrícola S.A. ("SLC") e outros celebraram um Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da combinação dos negócios da SLC aos da operação agrícola da Terra Santa (excluindo terras e benfeitorias), mediante incorporação das ações da Terra Santa pela SLC, de acordo com os artigos 252, 224 e 225 da Lei nº 6.404/76 ("Transação" e "Incorporação de Ações", e respectivamente).

Em preparação à Operação pretendida, a Companhia realizará uma reorganização societária para (i) transferir da Terra Santa para a **TS AGRO S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão n.º 108, 8º andar, conjunto 81, sala 04, Cidade Monções, CEP 04.571-150, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídico do Ministério da Economia sob o nº 40.337.136/0001-06 ("TS Agro") as ações da TS Brasil S.A., todos os imóveis, ativos, obrigações, passivos e direitos a serem segregados (especialmente propriedades rurais e correspondentes benfeitorias), não compreendidos no perímetro da Transação; e (ii) implementar uma redução de capital da Terra Santa, mediante a entrega das ações da TS Agro aos seus acionistas a valor patrimonial contábil ("Reorganização Societária").

Como parte da Reorganização Societária, deverá ser obtido perante a CVM o registro de companhia aberta da TS Agro na categoria A de emissores e ser listada no segmento do Novo Mercado da B3 ("Registro de Companhia Aberta").

No contexto da Reorganização Societária, o capital social da Companhia será reduzido por ser considerado excessivo. A redução será realizada em valor equivalente ao valor patrimonial contábil do investimento detido pela Companhia na TS Agro, mediante a entrega de 100% (cem por cento) das ações da TS Agro a título de restituição do capital, na proporção das respectivas participações de cada acionista na Companhia, sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, portanto, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia ("Redução de Capital"). Os Acionistas da Companhia receberão 1 (uma) ação da TS Agro para cada ação detida na Companhia, pelo valor patrimonial equivalente a aproximadamente R\$ 30,92 (trinta reais e noventa e dois centavos) por ação.

A Redução de Capital social ora deliberada está condicionada (i) ao decurso do prazo de 60 (sessenta) dias previsto no Art. 174 da Lei das S.A.; (ii) ao cumprimento das condições

suspensivas previstas na Transação, inclusive o Registro de Companhia Aberta; e (iii) o arquivamento da presente ata na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Uma vez implementadas as condições precedentes para a efetivação da Redução de Capital, o Conselho de Administração informará ao mercado a data de sua efetivação, a qual será implementada em momento imediatamente anterior à efetivação da Incorporação de Ações.

Por fim, a administração da Companhia informa que o parecer do Conselho Fiscal não é aplicável visto que não há Conselho Fiscal atualmente instalado.

4.2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – ALTERAÇÃO DO CAPUT DO ART. 5º DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA PARA REFLETIR A REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.

Propõe-se que seja aprovada a alteração do caput do Artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir a Redução do Capital social, observados os termos do artigo 135 da Lei das S.A.

A cópia do estatuto social, destacando a alteração proposta, assim como o relatório detalhando a origem e justificativa e efeitos jurídicos e econômicos de tais alterações, nos termos do Artigo 11 da ICVM 481/2009, está disponível para consulta dos Acionistas no **Anexo I** da presente proposta.

4.3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – ALTERAÇÃO AOS BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO

Propõe-se a alteração das regras de exercício dos bônus de subscrição da Companhia aprovados e emitidos na assembleia geral da Companhia realizada em 29 de abril de 2019 ("Bônus de Subscrição"), de modo que seja apreciada e deliberada a:

(i) a ampliação das janelas de exercício dos Bônus de Subscrição, de modo que possam ser exercidos com maior flexibilidade, ao invés de serem restritos a exercícios mensais entre o 10º (décimo) dia útil e o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês, conforme originalmente previsto no Bônus de Subscrição. As janelas de exercício dos Bônus de Subscrição, ao invés de serem restritos a exercícios mensais, serão entre: (a) os dias 03 de maio de 2021 e 13 de maio de 2021, com liquidação no dia 14 de maio de 2021; (b) os dias 17 de maio de 2021 e 27 de maio de 2021, com liquidação no dia 28 de maio de 2021; e (c) os dias 31 de maio de 2021 e 11 de junho de 2021, com liquidação em 14 de junho de 2021 ("Janelas de Exercício").

(ii) a possibilidade de exercício dos Bônus de Subscrição, nas Janelas de Exercício, por preço de exercício ajustado calculado da seguinte forma:

$$\text{Preço de Exercício Ajustado} = \text{Preço de Exercício Original} - \text{Desconto}$$

Desconto = R\$ 1,57, sendo esse desconto calculado pela diferença entre (a) o VWAP de TESA12 e (b) o VWAP de TESA3 subtraído o Preço de Exercício Original, em ambos os casos considerados os 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores ao Fato Relevante

sendo que o VWAP TESA12 é de R\$ 17,41 (dezessete reais e quarenta e um centavos) e o VWAP TESA3 é de R\$ 29,35 (vinte e nove reais e trinta e cinco centavos)

(iii) a possibilidade de exercício dos Bônus de Subscrição, nas Janelas de Exercício, sem a necessidade de pagamento do preço de exercício, mediante a entrega de seus Bônus de Subscrição e recebimento um número de ações de Terra Santa calculado da seguinte forma:

Número de Ações Terra Santa = Número de Bônus de Subscrição x 0,5933, sendo esse multiplicador calculado com base no ratio entre o VWAP de TESA12 e o VWAP de TESA3 nos 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores ao Fato Relevante

sendo que quaisquer frações serão pagas em dinheiro, considerando o mesmo ratio e VWAP indicados acima

(iv) caso o cancelamento e substituição dos Bônus de Subscrição descritos no item (iii) acima resulte em eventuais frações de ações da Terra Santa, tais ações serão grupadas em números inteiros para, em seguida, serem vendidas no mercado à vista, em momento oportuno a ser divulgado pela Companhia, em leilão organizado pela Companhia, após a consumação da última Janela de Exercício, considerando o mesmo ratio e VWAP indicados no item (iii) acima;

(v) por força da Incorporação de Ações (conforme Proposta da Administração a ser divulgada em momento oportuno), os Bônus de Subscrição remanescentes na data de fechamento da Combinação de Negócios da Companhia com a SLC, conforme Fato Relevante, serão ser cancelados e substituídos por um número de ações ordinárias da SLC, calculado da seguinte forma:

Número de Ações SLC = Número de Bônus de Subscrição x 0,4606, sendo esse multiplicador calculado com base no ratio entre o VWAP de TESA 12 e o VWAP de SLC3 nos 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores ao Fato Relevante

(vi) alternativamente, caso haja qualquer detentor de Bônus de Subscrição que não concorde em tornar-se acionista da SLC, em virtude do cancelamento e substituição dos seus respectivos Bônus de Subscrição por ações da SLC, tal detentor poderá solicitar que, quando da consumação da Incorporação de Ações (conforme Proposta da Administração a ser divulgada em momento oportuno), a SLC venda ao preço da B3 em tal data, juntamente com eventuais frações de ações de emissão da SLC decorrentes da Incorporação de Ações, as ações da SLC a que tal detentor teria direito, e entregue os recursos líquidos de taxas ao referido detentor que houver assim solicitado;

(vii) caso o cancelamento e substituição dos Bônus de Subscrição descritos acima resulte em eventuais frações de ações da SLC, tais ações serão grupadas em números inteiros para, em seguida, serem vendidas no mercado à vista, administrado pela B3, após a consumação da Incorporação de Ações, nos termos de aviso aos acionistas a ser oportunamente divulgado pela administração da SLC. Os valores auferidos na referida venda serão disponibilizados líquidos de taxas aos detentores de Bônus de Subscrição titulares das respectivas frações, proporcionalmente à sua participação em cada ação vendida.

ANEXO I
Informações do Anexo 16 da ICVM 481/09

1. Informar o valor da redução e do novo capital social

A redução do capital social da Companhia será no montante total de R\$ 673.588.231,59 (seiscentos e setenta e três milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos), passando **de** R\$ 2.780.678.140,30 (dois bilhões, setecentos e oitenta milhões, seiscentos e setenta e oito mil, cento e quarenta reais e trinta centavos) **para** R\$ 2.107.089.908,71 (dois bilhões, cento e sete milhões, oitenta e nove mil, novecentos e oito reais e setenta e um centavos), ressalvado eventual exercício de Bônus de Subscrição, bem como eventual alteração decorrente da Reorganização Societária, conforme já descrito na presente Proposta da Administração.

2. Explicar, pormenorizadamente, as razões, a forma e as consequências da redução

Conforme detalhadamente explicado no item 4.1 da proposta, no contexto da Reorganização Societária, o capital social da Companhia será reduzido por ser considerado excessivo. A redução de capital será realizada em valor equivalente ao valor patrimonial contábil do investimento detido pela Companhia na TS Agro, mediante a entrega de 100% (cem por cento) das ações da TS Agro a título de restituição do capital, na proporção das respectivas participações de cada acionista na Companhia, sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, portanto, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia ("Redução de Capital").

A Redução de Capital social ora deliberada está condicionada (i) ao decurso do prazo de 60 (sessenta) dias previsto no Art. 174 da Lei das S.A.; (ii) ao cumprimento das condições suspensivas previstas na Transação, inclusive o Registro de Companhia Aberta; e (iii) o arquivamento da presente ata na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Uma vez implementadas as referidas condições precedentes, a Redução de Capital será consumada simultaneamente à implementação da Operação, cuja data será oportunamente informada ao mercado pelo Conselho de Administração.

Como consequência da Redução de Capital, imediatamente após sua efetivação, a composição acionária da TS Agro será equivalente à da Companhia.

3. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, caso esteja em funcionamento, quando a proposta de redução do capital social for de iniciativa dos administradores

A administração da Companhia informa que o parecer do Conselho Fiscal não é aplicável visto que não há Conselho Fiscal atualmente instalado.

4. Informar, conforme o caso: (a) o valor da restituição por ação; (b) o valor da diminuição do valor das ações à importância das entradas, no caso de capital não integralizado; ou (c) a quantidade de ações objeto da redução

(a) Os Acionistas da Companhia receberão 1 (uma) ação da TS Agro para cada ação detida na Companhia, pelo valor patrimonial equivalente a aproximadamente R\$ 30,92 (trinta reais e noventa e dois centavos) por ação.

(b) Não aplicável.

(c) A Redução do Capital ora proposta não acarretará no cancelamento das ações.

ANEXO II
Reforma Estatutária e Estatuto Social Consolidado

REDAÇÃO ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS (EM DESTAQUE)	JUSTIFICATIVA/OBSERVAÇÕES
<p>Art. 5º. O capital social é de R\$ 2.778.913.680,26 (dois bilhões, setecentos e setenta e oito milhões, novecentos e treze mil, seiscentos e oitenta reais e vinte e seis centavos), dividido em 21.656.539 (vinte e um milhões, seiscentas e cinquenta e seis mil, quinhentas e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>	<p>Art. 5º. O capital social é de R\$ 2.778.913.680,26 (dois bilhões, setecentos e setenta e oito milhões, novecentos e treze mil, seiscentos e oitenta reais e vinte e seis centavos) R\$ 2.107.089.908,71 (dois bilhões, cento e sete milhões, oitenta e nove mil, novecentos e oito reais e setenta e um centavos), dividido em 21.656.539 (vinte e um milhões, seiscentas e cinquenta e seis mil, quinhentas e trinta e nove) 21.787.143 (vinte e uma milhões, setecentas e oitenta e sete mil, cento e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>	<p>Alteração para refletir a redução de capital por ser considerado excessivo. O ajuste também leva em conta o aumento de capital social homologado pelo Conselho de Administração, no valor de R\$ 1.764.460,04 (um milhão setecentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta reais e quatro centavos), com a emissão de 130.604 (cento e trinta mil e seiscentas e quatro) ações, referente às homologações dos bônus de subscrição, no período de abril de 2020 a março de 2021, perfazendo um capital social de R\$ 2.780.678.140,30 (dois bilhões, setecentos e oitenta milhões, seiscentos e setenta e oito mil, cento e quarenta reais e trinta centavos), dividido em 21.787.143 (vinte e uma milhões, setecentas e oitenta e sete mil, cento e quarenta e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A **TERRA SANTA AGRO S.A.** é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe seja pertinente ("Sociedade").

Parágrafo Único - Com o ingresso da Sociedade no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Sociedade, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 2º - A Sociedade tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, mediante decisão do Conselho de Administração, instalar ou extinguir filiais, escritórios ou outros estabelecimentos, em qualquer outro ponto do território nacional ou no exterior, obedecidas as formalidades da legislação aplicável.

Artigo 3º - A Sociedade tem por objeto:

- (a) a produção e comércio de produtos vegetais,
- (b) a industrialização e comércio de biocombustíveis, óleos vegetais, seus produtos derivados e congêneres, incluindo os subprodutos de grãos, oleaginosas e biodiesel, no mercado nacional e internacional;
- (c) a produção de materiais químicos derivados do processamento industrial de vegetais de qualquer natureza;
- (d) o armazenamento e manuseio industrial de produtos químicos em geral, etanol e metanol para produção de biocombustíveis;
- (e) o transporte e armazenamento de seus produtos e subprodutos ou de produtos de terceiros, bem como de quaisquer mercadorias constantes da Nomenclatura Brasileira de Mercadoria;
- (f) importação de insumos, matérias-primas, máquinas e equipamentos aplicáveis a sua atividade industrial;
- (g) a participação no capital de outras sociedades empresárias, observadas as prescrições legais;
- (h) a exploração de atividades rurais, grãos e oleaginosas, beneficiamento, industrialização e comercialização do algodão e seus subprodutos;
- (i) a prestação de serviços relacionados às suas atividades agroindustriais, além da produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização de sementes de soja;
- (j) produção, industrialização e comercialização de grãos industrializados ou não e subprodutos em geral, fio de algodão, óleo, farelo e linter de algodão, ingrediente para ração animal, celulose, insumos e produtos agropecuários;
- (k) a prestação de serviços de industrialização, transporte rodoviário de cargas em atividades correlatas à agropecuária, engenharia e mecanização agrícola e prestação de serviços agrícolas, serviços de classificação de produtos vegetais, produtos e resíduos de valor econômico;
- (l) a representação por conta própria e de terceiros de produtos agrícolas pastoris;
- (m) a locação, comodato, parceria ou arrendamento de quaisquer bens móveis ou imóveis;
- (n) administração de bens móveis e imóveis próprios;
- (o) participação em empreendimentos rurais, em fundos imobiliários e de investimentos e participação societária em outras sociedades, inclusive em investimentos permanentes em sociedades controladas e coligadas;
- (p) a compra e venda de substâncias ou produtos químicos para uso na agricultura, pecuária, indústria e ciência;
- (q) a importação e exportação, inclusive em nome de terceiros, de bens, serviços e mercadorias de qualquer natureza, na condição comercial de exportadora;
- (r) a produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização de sementes de grãos e oleaginosas; e
- (s) o cultivo de soja, milho e algodão ou qualquer outro produto (grãos).

Parágrafo único. São atividades subsidiárias da Companhia:

- (a) a consultoria e assessoria empresarial relacionadas à agroindústria de grãos e oleaginosas;

(b) o reflorestamento, florestamento e manejo florestal; e

(c) o desenvolvimento de pesquisas e técnicas de melhoramento do algodão e cereais em geral, para obtenção de novas variedades e culturas, bem como a introdução de diferentes origens, matérias, variedades ou culturas de grãos e oleaginosas.

Artigo 4º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 5º. O capital social é de R\$ 2.107.089.908,71 (dois bilhões, cento e sete milhões, oitenta e nove mil, novecentos e oito reais e setenta e um centavos) dividido em 21.787.143 (vinte e uma milhões, setecentas e oitenta e sete mil, cento e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – A Sociedade poderá aumentar o seu capital social até o limite autorizado de R\$ 2.800.000.000,00 (dois bilhões e oitocentos milhões de reais), mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo Segundo – Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será o órgão competente para deliberar sobre emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, fixando em cada caso o número de valores mobiliários a serem emitidos, bem como o preço de emissão, o prazo e forma de integralização.

Parágrafo Terceiro - Os aumentos de capital para integralização em bens serão submetidos à deliberação da Assembleia Geral, observados os procedimentos contidos no artigo 8º da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76").

Artigo 6º - As ações de emissão da Sociedade são exclusivamente ordinárias e têm a forma nominativa, escritural e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Sociedade.

Parágrafo Segundo - Todas as ações da Sociedade são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com a qual a Sociedade mantenha contrato de escrituração em vigor, sem a emissão de certificados. A instituição escrituradora poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Parágrafo Terceiro - As ações ordinárias são indivisíveis perante a Sociedade. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Artigo 7º - É vedado à Sociedade emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

Artigo 8º - Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

Parágrafo Único - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei.

CAPÍTULO III DO ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 9º - Os acordos de acionistas que estabeleçam as condições de compra e venda de suas ações, ou do direito de preferência na compra das mesmas ou o exercício do direito de voto serão sempre observados pela Sociedade, desde que os mesmos tenham sido arquivados na sua sede social.

Parágrafo Único - A Sociedade deverá providenciar e completar, dentro de trinta (30) dias do pedido de acionista, os atos de arquivo de acordos de acionistas na sede da Sociedade e de averbação de suas obrigações ou ônus nos livros de registros da Sociedade.

CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 10 - A Assembleia Geral, com a competência prevista em lei, reúne-se ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Artigo 11 - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, se for o caso, na forma do artigo 123, parágrafo único da Lei 6.404/76, sendo seus trabalhos instalados e dirigidos por mesa composta por um presidente e um secretário, sendo o presidente da mesa o Presidente do Conselho de Administração, e o secretário um dos acionistas presentes por ele indicado ou um advogado, com expertise profissional em direito societário. Nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, os acionistas presentes, por maioria de votos, escolherão o presidente e o secretário da mesa.

Artigo 12 - Poderão tomar parte na Assembleia Geral os acionistas que apresentarem, na sede da Sociedade, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, (i) documento de identidade, (ii) comprovante da respectiva participação acionária, expedido pela instituição escrituradora, e, (iii) na hipótese de representação do acionista, instrumento de mandato formalizado nos termos da lei.

Parágrafo Único - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à assembleia geral munido dos documentos referidos no *caput*, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Artigo 13 - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Único - Além das atribuições previstas na legislação aplicável, as seguintes deliberações serão de competência exclusiva da Assembleia Geral:

- (i) alteração do Estatuto Social da Sociedade;
- (ii) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração;
- (iii) instalação do Conselho Fiscal da Sociedade e eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos seus membros;
- (iv) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (v) destinação dos resultados da Sociedade;
- (vi) emissão de debêntures, bônus de subscrição ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações;

(vii) o aumento do capital social, por subscrição em dinheiro, bens ou créditos, com ou sem direito de preferência, acima do montante do capital autorizado, previsto no artigo 5º, parágrafo primeiro, deste Estatuto;

(viii) a redução do capital social;

(ix) a participação da Sociedade em grupos de sociedades;

(x) bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos de ações;

(xi) as operações de incorporação, fusão, cisão e transformação envolvendo a Sociedade;

(xii) a dissolução, liquidação ou cessação do estado de liquidação da Sociedade;

(xiii) a declaração de autofalência ou o requerimento de processo de recuperação judicial ou extrajudicial da Sociedade ou qualquer de suas controladas;

(xiv) fixação e alteração da política de remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração, assim como fixação de participação dos administradores nos lucros da Sociedade, sempre estabelecida em honorários globais a serem distribuídos individualmente, pelo Conselho de Administração, para cada um dos seus membros;

(xv) planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Sociedade ou de qualquer de suas controladas;

(xvi) o cancelamento do registro de companhia aberta, bem como a saída do Novo Mercado; e

(xvii) escolher, dentre aquelas indicadas, em lista tríplice, pelo Conselho de Administração, a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Sociedade, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado.

CAPÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I - PARTE GERAL

Artigo 14 - A administração da Sociedade incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria, sendo os membros do Conselho de Administração e da Diretoria eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos por iguais períodos.

Parágrafo Primeiro - O prazo máximo para investidura dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria nos seus respectivos cargos será de 30 (trinta) dias contados da data da eleição, e se dará mediante a assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração ou no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, conforme o caso, que deverá contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 43 deste Estatuto. O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho de Administração são dispensados da prestação de garantia de gestão. A Sociedade poderá estabelecer, mediante deliberação do Conselho de Administração, a prestação de garantia de gestão pelos diretores eleitos.

Parágrafo Terceiro - Compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. A remuneração será votada em verba global anual, cabendo, então, ao Conselho de Administração, deliberar sobre a sua distribuição individual aos Conselheiros e Diretores.

Parágrafo Quarto - A Assembleia Geral fica autorizada a constituir e extinguir um Conselho Consultivo composto por até 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no

exterior, ao qual incumbirá assistir o Conselho de Administração, opinando quando requerido, a respeito dos negócios sociais e de qualquer outra matéria que seja submetida à sua apreciação. A remuneração dos membros do Conselho Consultivo será fixada pelos acionistas em Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

Parágrafo Quinto – Sem prejuízo do disposto no parágrafo quarto acima, o Conselho de Administração pode criar comitês de assessoramento adicionais, com objetos restritos e específicos e com prazo de duração determinado, devendo indicar os respectivos membros dentre os administradores da Sociedade e/ou dentre quaisquer outras pessoas relacionadas, seja direta ou indiretamente, à Sociedade.

Parágrafo Sexto - As normas sobre requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades dos administradores aplicam-se aos membros do Conselho Consultivo e a eventuais comitês de assessoramento que venham a ser criados por meio de reforma deste Estatuto ou por deliberação do Conselho de Administração.

SEÇÃO II - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 15 - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, será composto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 11 (onze) membros, pessoas naturais, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro - Qualquer caso de vacância nos cargos do Conselho de Administração, incluindo o de Presidente e Vice-presidente do órgão, poderá ser preenchido pelo próprio Conselho de Administração, até a primeira Assembleia Geral que deliberar sobre o preenchimento da vaga, cujo substituto completará o mandato do substituído.

Parágrafo Segundo - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Terceiro - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Artigo 16 - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos pelo próprio Conselho de Administração. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Sociedade não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Primeiro - Sem prejuízo do disposto em regimento interno do Conselho de Administração, compete ao Presidente do Conselho de Administração: (i) representar o Conselho de Administração nas convocações da Assembleia Geral de acionistas; (ii) presidir a Assembleia Geral de acionistas e indicar o seu secretário; e (iii) convocar e presidir as reuniões de Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, assumirá suas funções o Vice-Presidente. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Artigo 17 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 5 (cinco) vezes por cada exercício financeiro e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, Vice-Presidente ou qualquer Conselheiro.

Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com antecedência de 5 (cinco) dias úteis, contados da expedição de comunicação escrita ou eletrônica (e-mail) que designará local, data e ordem do dia, salvo nos casos de manifesta urgência, quando o prazo de antecedência poderá ser reduzido até 2 (dois) dias úteis, considerando-se regular a reunião a em que compareçam todos os membros titulares, independentemente de quaisquer formalidades preliminares.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de membros presentes.

Parágrafo Terceiro - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Sociedade. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação que possam assegurar a identificação dos conselheiros e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião serão considerados presentes à reunião. Os votos proferidos pelos membros que participarem remotamente da reunião poderão ser (i) gravados em mídia compatível com o meio de comunicação escolhido e arquivados na sede da Sociedade; ou (ii) confirmados, por escrito, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Artigo 18 - Compete ao Conselho de Administração:

(i) estabelecer a orientação geral dos negócios da Sociedade, fixando as diretrizes e objetivos básicos anuais e de longo prazo;

(ii) eleger, dentre seus membros, o Presidente e o Vice-Presidente do órgão;

(iii) aprovar seu regimento interno;

(iv) eleger e destituir os membros da Diretoria da Sociedade e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o regimento interno do Conselho de Administração;

(v) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;

(vi) convocar a Assembleia Geral;

(vii) manifestar-se sobre o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;

(viii) distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembleia Geral, a remuneração dos administradores;

(ix) manifestar-se sobre o encaminhamento à Assembleia Geral de qualquer proposta, ainda que de iniciativa da Diretoria;

(x) deliberar sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ações;

(xi) deliberar sobre a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Sociedade ou de qualquer de suas controladas, sem o direito de preferência para os acionistas;

(xii) deliberar sobre a amortização, o resgate ou a compra de ações da Sociedade para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como a posterior alienação das ações porventura mantidas em tesouraria;

(xiii) escolher e destituir os auditores independentes;

(xiv) declarar dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos os limites legais e as disposições deste Estatuto;

(xv) autorizar a representação da Sociedade por um único de seus Diretores ou procurador nos termos do parágrafo primeiro do artigo 29 deste Estatuto;

(xvi) aprovar a criação e o encerramento de comitês e/ou grupos de trabalho da Sociedade, visando a auxiliar o Conselho de Administração, definindo sua composição, regimento, remuneração e escopo de trabalho;

(xvii) definir e alterar as políticas de negociação de valores mobiliários e de divulgação de informações relevantes da Sociedade;

(xviii) determinar, anualmente, seja em função de sua natureza e/ou valor envolvido, os atos, contratos ou operações (incluindo a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias) que, embora de competência da Diretoria, deverão ser submetidos à prévia aprovação do Conselho de Administração; e

(xix) deliberar sobre aumentos de capital e emissão de bônus de subscrição, inclusive as condições de emissão, preço, prazo e forma de integralização, observados os limites e condições estabelecidos no artigo 5o, parágrafo primeiro deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto favorável da maioria dos membros em exercício, observado o disposto no regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - As deliberações do Conselho de Administração serão, sob a forma de resoluções, lançadas no Livro de Atas do órgão, as quais se tornarão efetivas com a assinatura de tantos membros presentes quantos bastem para constituir a maioria requerida para a deliberação.

Parágrafo Terceiro - O Presidente e o secretário do Conselho de Administração terão poderes para emitir certidões, extratos e atestar, perante quaisquer terceiros, para os devidos fins, a autenticidade e validade das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto - O regimento interno do Conselho de Administração deverá estar disponível a qualquer acionista da Sociedade em sua sede e em seu *website*.

SEÇÃO III – COMITÊ DE AUDITORIA

Artigo 19 - O Conselho de Administração será assessorado pelo Comitê de Auditoria, constituído na forma prevista neste Estatuto e na Instrução CVM 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada ("ICVM 308/99"), com o objetivo de conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

Parágrafo Primeiro - As recomendações fornecidas pelo Comitê de Auditoria não vinculam o Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - O Comitê de Auditoria será vinculado ao Conselho de Administração e terá autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento.

Artigo 20 - As normas sobre requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades dos administradores aplicam-se aos membros do Comitê de Auditoria.

Artigo 21 - O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que, ao menos 1 (um)

será conselheiro independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Parágrafo Primeiro - O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no *caput*.

Parágrafo Segundo - As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria serão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro - O Comitê de Auditoria exercerá suas funções em conformidade com o seu regimento interno. Adicionalmente às disposições deste Estatuto e do regimento interno do Comitê de Auditoria, o comitê observará todos os termos, requisitos, atribuições e composição prevista na ICVM 308/99, qualificando-se como um comitê de auditoria estatutário (CAE), nos termos ali previstos.

Artigo 22 – Além das atribuições previstas na ICVM 308/99 e no Regulamento do Novo Mercado, compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

- (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, e
- (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

SEÇÃO IV – DIRETORIA

Artigo 23 - A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, pessoas naturais, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de no máximo 2 (dois) anos, autorizada a reeleição. O Conselho de Administração designará, dentre os membros da Diretoria, 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com os Investidores, e até 5 (cinco) Diretores Executivos.

Parágrafo Único - Nos casos de vacância por falecimento, renúncia ou impedimento por tempo prolongado ou definitivo de qualquer membro da Diretoria, compete ao Conselho de Administração indicar, dentre os membros da Diretoria, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar subsequentemente, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Artigo 24 - A Diretoria é o órgão executivo da Administração, cabendo-lhe, dentro das normas deste Estatuto, assegurar o funcionamento regular da Sociedade, tocando-lhe poderes para praticar todos e quaisquer atos e contratos relativos ao objeto social, exceto aqueles que, por lei ou por este Estatuto, sejam de atribuição ou dependentes de autorização de outro órgão da Sociedade.

Artigo 25 - Compete à Diretoria, sem prejuízo do disposto no artigo 24 acima:

(i) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as diretrizes do Conselho de Administração e a legislação em vigor;

(ii) administrar a Sociedade, provendo todo o necessário para realização do seu objeto social;

(iii) elaborar, anualmente, o relatório de administração, as Demonstrações Financeiras, as Contas da Diretoria e as demais informações periódicas e eventuais a serem prestadas conforme regulamentação da CVM e da B3, bem como submeter, após a manifestação do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal, caso este último esteja instalado, a proposta para a destinação dos resultados do exercício; e

(iv) executar os trabalhos que lhe forem determinados pelo Conselho de Administração.

Artigo 26 - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo uma vez por mês, em dia e hora estabelecidos por ela própria, no início do respectivo mandato e, extraordinariamente, por convocação de qualquer dos membros desse órgão endereçada a todos os seus pares.

Parágrafo Primeiro – Das reuniões da Diretoria, lavrar-se-ão atas no livro próprio.

Parágrafo Segundo – Para deliberar validamente, é indispensável a presença da maioria dos membros investidos, e o quórum de deliberação será de maioria simples.

Artigo 27 - É vedada à Diretoria a prática, em nome da Sociedade, de atos de qualquer natureza relativos a negócios ou operações estranhas ao objeto social.

Artigo 28 - Os Diretores da Sociedade que possuírem atribuições específicas fixadas no presente Estatuto, somente poderão ter suas atribuições alteradas pela Assembleia Geral por sugestão submetida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - Compete ao Diretor Presidente: a) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, observado o disposto no artigo 29 abaixo; b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e c) submeter ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras previstas em lei e balancetes, bem como toda e qualquer matéria que depender de sua apreciação ou deliberação.

Parágrafo Segundo - Compete aos Diretores Executivos: a) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, observado o disposto no artigo 29 abaixo; b) organizar, coordenar e supervisionar as áreas que lhe forem subordinadas por atribuição do Conselho de Administração; c) elaborar e definir políticas a serem seguidas pela sua respectiva área de supervisão e coordenação; e d) cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Sociedade estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro - Compete ao Diretor de Relações com os Investidores: a) representar a sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, inclusive perante a CVM, Bolsas de Valores e demais integrantes do mercado de capitais, observado o disposto no artigo 29 abaixo; b) prestar informações aos investidores, à CVM e às Bolsas de Valores nas quais a Sociedade seja registrada; e c) manter atualizado o registro da Sociedade na CVM e nas Bolsas de Valores.

Parágrafo Quarto - Os Diretores, dentro de suas atribuições específicas, deverão observar as disposições contidas no presente Estatuto, bem como praticar os atos de gerência das áreas conforme as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 29 - Ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto e observada a eventual necessidade de aprovação prévia por parte de outro órgão da Sociedade, qualquer ato ou contrato que implique na assunção de responsabilidade ou obrigação por parte da Sociedade deverá ser praticado, sob pena de não produzir efeitos contra a Sociedade: (i) por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) deles obrigatoriamente o Diretor Presidente ou 1 (um) Diretor Executivo; ou (ii) por 1

(um) Diretor em conjunto com 1 (um) Procurador, com poderes especiais e específicos para o ato por instrumento de mandato assinado por dois outros Diretores, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Presidente ou 1 (um) Diretor Executivo, nos termos do artigo 30 abaixo.

Parágrafo Primeiro - Em casos especiais, a critério do Conselho de Administração, poderá a Sociedade ser representada isoladamente por qualquer de seus Diretores ou por um Procurador, nomeado nos termos do artigo 30 abaixo, desde que haja deliberação expressa e específica do Conselho de Administração nesse sentido.

Parágrafo Segundo - A Sociedade poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou 1 (um) Procurador com poderes especiais, nomeado nos termos do artigo 30 abaixo:

(i) nos atos de administração perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;

(ii) ao firmar correspondência e atos de simples rotina; e

(iii) ao endossar títulos para efeito de cobrança ou depósito em nome da Sociedade em instituições financeiras.

Artigo 30 - A nomeação de procuradores far-se-á por instrumento assinado por 2 (dois) Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente ou 1 (um) Diretor Executivo. O mandato deverá conter poderes específicos, os limites de competência do mandatário e ser outorgado por prazo determinado e, com exceção dos que sejam concedidos para fins judiciais, jamais expirarão após o dia 30 de abril do ano subsequente.

SEÇÃO V – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 31 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal que só funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido dos acionistas, na forma da lei.

Artigo 32 - O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros, e por igual número de suplentes, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, que lhes fixará a remuneração, obedecido o mínimo legal.

Parágrafo Primeiro - A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, lavrado em livro próprio, que deverá contemplar sua sujeição à cláusula compromissória estatutária prevista no Artigo 43 deste Estatuto.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 33 - Os membros do Conselho Fiscal serão pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, que atendam aos requisitos e impedimentos previstos em lei, e terão a competência nela disciplinada.

Artigo 34 - Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo Primeiro - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas pela maioria de votos dos seus membros.

Parágrafo Segundo - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos conselheiros presentes.

Artigo 35 – Compete ao Conselho Fiscal:

(i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;

(ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação pela Assembleia Geral da Companhia;

(iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, e/ou juros sobre o capital próprio, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

(iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos da administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Sociedade, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Sociedade;

(v) convocar a Assembleia Geral Ordinária, por meio de qualquer de seus membros, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês a convocação, e a Assembleia Geral Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;

(vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Sociedade;

(vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

(viii) exercer as atribuições constantes do presente artigo durante a liquidação da Sociedade, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Artigo 36 - O exercício social termina no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 37 - Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará por elaborar as Demonstrações Financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes.

Artigo 38 - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do Imposto de Renda, o lucro líquido do exercício terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, observando-se o seguinte:

(i) 5% serão aplicados na constituição de Reserva Legal, a qual não excederá 20% do capital social;

(ii) 25% do lucro líquido de cada exercício financeiro serão distribuídos como dividendos obrigatórios, nos termos do que determina o artigo 202 da Lei 6.404/76; e

(iii) após a constituição da Reserva Legal, das demais reservas acima previstas, e do pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, o saldo, se houver, terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral com base na proposta da administração.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral poderá, nos termos da Legislação vigente, deliberar sobre o pagamento de juros aos acionistas a título de remuneração do capital próprio.

Parágrafo Segundo - O valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração de capital próprio, poderá, nos termos da legislação e regulamentos pertinentes, ser imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório, integrando tal valor ao montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais.

Artigo 39 - A Sociedade poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

(i) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;

(ii) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e

(iii) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Artigo 40 - Os dividendos serão pagos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

CAPÍTULO VII ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO

Artigo 41 - A alienação direta ou indireta do controle acionário da Sociedade, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o Adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Sociedade de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na regulamentação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Artigo 42 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a B3, em razão do descumprimento, pela Sociedade, de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, determinar que os valores mobiliários emitidos pela Sociedade tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Sociedade, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - Caso a referida Assembleia Geral Extraordinária referida no *caput* deste artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por acionista da Sociedade.

Parágrafo Segundo - O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no *caput* e no parágrafo primeiro deste artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela B3 para esse fim, o que for menor.

CAPÍTULO VIII JUÍZO ARBITRAL

Artigo 43 - A Sociedade, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.404/76, neste Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO IX LIQUIDAÇÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 44 - A Sociedade se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, pelo modo que for estabelecido pela Assembleia Geral e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal para o período da liquidação, elegendo os seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração será mantido no período de liquidação, competindo-lhe nomear o liquidante, na forma do disposto no artigo 208, parágrafo primeiro da Lei 6.404/76.

Artigo 45 - Em tudo o que for omissivo o presente Estatuto, serão aplicadas as disposições legais pertinentes, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

TERRA SANTA AGRO S.A.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2021**

21 DE MAIO DE 2021

TERRA SANTA AGRO S.A.
Companhia Aberta
CNPJ n.º 05.799.312/0001-20
NIRE 35.300.380.657 – Código CVM 02035-4

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2021**

Sumário

1. EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
2. INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA.....	5
3. PARTICIPAÇÃO E VOTAÇÃO VIA SISTEMA ELETRÔNICO	6
4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	8

1. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

TERRA SANTA AGRO S.A.

CNPJ 05.799.312/0001-20

NIRE 35.300.380.657

COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

TERRA SANTA AGRO S.A., sociedade por ações, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, n.º 108, 8º andar, conjunto 81, Cidade Monções, CEP 04571-150, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.380.657, inscrita no CNPJ sob o nº 05.799.312/0001-20, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 02035-4, com suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código TESA3 ("Companhia" ou "Terra Santa"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei n.º 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos artigos 3º e 5º da Instrução CVM n.º 481/2009 ("ICVM 481/2009"), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 21 de junho de 2021, às 9h30, na sede da Companhia, **de forma exclusivamente digital**, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

(i) o exame, discussão e aprovação do "Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações da Terra Santa Agro S.A. pela SLC Agrícola S.A.", celebrado em 20 de maio de 2021 pelas administrações da Companhia e da SLC Agrícola S.A. ("Protocolo e Justificação");

(ii) o exame, discussão e aprovação da incorporação de ações da Companhia pela SLC Agrícola S.A. ("Incorporação de Ações"), cuja eficácia ficará condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das condições precedentes previstas no Protocolo e Justificação;

(iii) autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima, incluindo a subscrição das novas ações ordinárias a serem emitidas pela SLC Agrícola S.A. em decorrência da Incorporação de Ações.

Instruções para Participação Digital: Nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, da ICVM 481/2009, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia deverão enviar e-mail à Diretoria de Relações com Investidores da Companhia (ri@tsagro.com) até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia (i.e. até o dia 19 de junho 2021) para (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da

pessoa natural que acessará a plataforma digital), em formato PDF, e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma.

Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., e do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia: (a) comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia; (b) CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, bem como do procurador, se aplicável, que participará da Assembleia; (c) Contrato Social, Estatuto Social ou Regulamento do fundo consolidado e atualizado (e, para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto); e (d) documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso.

Os documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua estrangeira deverão ser acompanhados da respectiva tradução juramentada.

A Companhia ressalta, ainda, que de maneira estritamente excepcional, em razão das restrições impostas por conta da pandemia do novo coronavírus, aceitará que os referidos documentos sejam apresentados sem reconhecimento de firma ou cópia autenticada, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

Informações Gerais: Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no *site* da Companhia (<http://ri.terrasantaagro.com/>), e foram enviados à CVM (www.cvm.gov.br) e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

São Paulo/SP, 21 de maio de 2021.

Silvio Tini de Araújo

Presidente do Conselho de Administração

2. INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Data e Horário: A Assembleia ocorrerá em 21 de junho de 2021, às 9:30h.

Quórum de Instalação: As matérias constantes da ordem do dia poderão ser deliberadas, em primeira convocação, se presentes acionistas representando, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 125, caput, da Lei das S.A.

Quórum de Deliberação: As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco, nos termos do artigo 129 da Lei nº Lei das S.A.

Participação:

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, da ICVM 481/2009, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia deverão enviar e-mail à Diretoria de Relações com Investidores da Companhia (ri@tsagro.com) até 3 (três) dias antes da data de realização da Assembleia (i.e. até o dia 18 de junho de 2021) para (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que acessará a plataforma digital), em formato PDF, e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma.

Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., e do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia:

- (i)** comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia;
- (ii)** CPF e Documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) com foto do acionista ou de seu representante legal, bem como do procurador, se aplicável, que participará da Assembleia;
- (iii)** Contrato Social, Estatuto Social ou Regulamento do fundo consolidado e atualizado (e, para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto); e

- (iv) documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso.

Os documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua estrangeira deverão ser acompanhados da respectiva tradução juramentada.

A Companhia ressalta, ainda, que de maneira estritamente excepcional, em razão das restrições impostas por conta da pandemia do novo coronavírus, aceitará que os referidos documentos sejam apresentados sem reconhecimento de firma ou cópia autenticada, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

Os pedidos de participação na Assembleia por meio da plataforma digital enviados fora do prazo acima previsto serão desconsiderados pela Companhia.

3. PARTICIPAÇÃO E VOTAÇÃO VIA SISTEMA ELETRÔNICO

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma "Zoom". O acesso via Zoom estará restrito a acionistas da Companhia que se credenciarem dentro do prazo e conforme os procedimentos indicados no item 2 acima ("Acionistas Credenciados").

Recebida a solicitação e verificados os documentos de identificação e representação apresentados pelos Acionistas Credenciados, a Companhia enviará convites individuais para admissão e participação na Assembleia aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Acionistas Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das S.A.). As credenciais de acesso recebidas pelos Acionistas Credenciados ou seus procuradores e representantes serão pessoais e intransferíveis. Caso um Acionista Credenciado não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 4 horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia pelos telefones (11) 3137-3105 ou (11) 9.6385-7309 ou pelo e-mail ri@tsagro.com, no mínimo, 2 horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do acionista seja liberado mediante o envio de novo convite individual.

A Companhia recomenda que os Acionistas Credenciados acessem a plataforma digital Zoom com antecedência de, no mínimo, 30 minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e permitir o credenciamento, a validação do acesso e participação de todos os Acionistas Credenciados. A Companhia também sugere que os Acionistas Credenciados se familiarizem previamente com a ferramenta Zoom

para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a plataforma, principalmente o uso de recursos de áudio e vídeo.

A participação por meio da referida plataforma conjugará áudio e imagem, e os Acionistas que optarem por participar desta forma deverão manter as suas câmeras ligadas durante o curso da Assembleia com o intuito de assegurar a autenticidade das comunicações. Em cumprimento ao artigo 21-C, parágrafo 1º, II, da ICVM 481, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por Acionistas Credenciados que acessem a plataforma para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia.

A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do Zoom com equipamento do acionista) que dificultem ou impossibilitem a participação de um Acionista Credenciado na Assembleia.

Os Acionistas Credenciados que participarem da Assembleia via Zoom, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 21-V, III, da Instrução CVM nº 481.

* * *

4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

A administração da Companhia vem apresentar sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V.Sas. na Assembleia, as quais são relacionadas à implementação da combinação dos negócios da SLC Agrícola S.A. ("SLC Agrícola") aos da operação agrícola da Companhia (excluindo terras e benfeitorias), mediante incorporação das ações da Companhia pela SLC Agrícola (em conjunto, "Companhias"), de acordo com os artigos 252, 224 e 225 da Lei nº 6.404/76 ("Incorporação de Ações" e "Operação", respectivamente), conforme Fato Relevante divulgado em 25 de março de 2021.

A Operação é objeto do "Acordo de Associação e Outras Avenças", celebrado em 25 de março de 2021 entre as Companhias, TS Agro S.A. ("TS Agro"), TS Brasil S.A. ("TS LandCo"), SLC Participações S.A. ("Acionista da SLC") e Bonsucex Holding S.A, Demeter Fundo de Investimento em Ações, Demeter II Fundo de Investimento de Ações Investimento no Exterior e Silvio Tini de Araújo ("Acionistas da Terra Santa"), Gávea Macro Master Fundo de Investimento Multimercado, Gávea Macro Dólar Master Fundo de Investimento Multimercado, Gávea Macro II Master Fundo de Investimento Multimercado, Gávea Macro Plus Master Fundo de Investimento Multimercado e Bradseg GIF IV Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior, ("Fundos Gávea", e, em conjunto com os Acionistas da Terra Santa e a Acionista da SLC, os "Acionistas" e "Acordo", respectivamente), conforme divulgado no Fato Relevante datado de 25 de março de 2021.

Sujeito a determinados termos e condições previstos no Acordo e no Protocolo e Justificação, como resultado da Incorporação de Ações, a SLC Agrícola passará a deter a totalidade das ações emitidas pela Terra Santa.

A Operação possibilitará maior geração de valor aos acionistas de ambas as empresas, otimizando resultados, dadas as sinergias e melhoria na estrutura de capital, possibilitando aumento da produção, redução de custos e o conseqüente incremento na oferta de alimentos e fibras, produzidos de forma sustentável em fazendas maduras localizadas no Mato Grosso. Do ponto de vista econômico-financeiro, a integração dos negócios deverá promover sinergias e aumentos de eficiência na companhia combinada resultante da Incorporação de Ações ("Companhia Combinada").

Após a consumação da Incorporação de Ações, serão emitidas, em favor dos acionistas da Terra Santa, novas ações ordinárias de emissão da SLC Agrícola, negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, em substituição às ações de emissão da Terra Santa anteriormente detidas por estes, de acordo com a Relação de Troca, conforme descrita no **Anexo I** à presente Proposta.

A consumação da Incorporação de Ações dependerá da (i) aprovação dos acionistas das Companhias, reunidos nas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias que deliberarão sobre a Incorporação de Ações; e (ii) da verificação da satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das condições precedentes previstas no Protocolo e Justificação e no Acordo ("Condições Precedentes").

- **DATA DE FECHAMENTO DA INCORPORAÇÃO DE AÇÕES**

Nos termos do Protocolo e Justificação, após a aprovação da Incorporação de Ações nas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias das Companhias, a satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes, a consumação da Incorporação de Ações deverá ocorrer (a) no primeiro dia útil do mês imediatamente subsequente ao mês em que for verificada a satisfação (ou renúncia, conforme o caso) de todas as Condições Precedentes; ou (b) em outra data que venha a ser acordada de mútuo e comum acordo entre as Companhias ("Data de Fechamento").

Os membros dos respectivos Conselhos de Administração das Companhias reunir-se-ão para fins de (a) confirmar a satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes; (b) registrar a data de eficácia da Incorporação de Ações, de acordo com os termos e condições previstos no Protocolo e Justificação; e (c) registrar a data de eficácia do aumento do capital social da SLC Agrícola.

- **FATO RELEVANTE A RESPEITO DA DATA DE FECHAMENTO**

As administrações da SLC Agrícola e da Terra Santa divulgarão, em conjunto, um Fato Relevante a respeito da consumação da Incorporação de Ações, informando: (i) a Data de Fechamento, que será a data de corte em que os acionistas que forem titulares, no encerramento do pregão, de ações de emissão da Terra Santa, receberão novas ações de emissão da SLC Agrícola em substituição às ações de emissão da Terra Santa de sua titularidade, de acordo com a Relação de Troca; e (ii) a data em que ocorrerá o crédito das novas ações da SLC Agrícola para os acionistas da Terra Santa.

- **DIREITO DE RETIRADA**

Conforme disposto nos artigos 252, § 2º e 137, § 1º da Lei das S.A., será garantido o direito de retirada aos acionistas da Terra Santa que: (i) não votarem favoravelmente à Incorporação de Ações; (ii) se absterem de votar; ou (iii) não comparecerem à Assembleia, e que manifestarem expressamente sua intenção de exercer o direito de retirada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação da ata de Assembleia que aprovar a Incorporação de Ações.

O direito de retirada, com o conseqüente pagamento do reembolso, somente será assegurado com relação às ações de emissão da Terra Santa de que o acionista era, comprovadamente, titular desde o encerramento do pregão do dia 25 de março de 2021 e mantidas pelo acionista, ininterruptamente, até a data do efetivo exercício do direito de retirada.

Os acionistas dissidentes da Terra Santa terão direito ao reembolso de suas ações, no valor de R\$ 36,030569 por ação, calculado com base no valor do patrimônio líquido da ação da Terra Santa em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrações financeiras da Terra Santa aprovadas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2021, sem prejuízo do levantamento de balanço especial, nos termos da legislação aplicável. As informações adicionais acerca do direito de recesso exigidas pelo artigo 20 da ICVM 481 encontram-se no **Anexo II** à presente Proposta.

Os principais termos da Incorporação de Ações, conforme exigidos pelo artigo 20-A da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se descritos no **Anexo III** à presente Proposta da Administração.

- **PROPOSTAS**

Isto posto, a Administração propõe que as deliberações referentes à ordem do dia da Assembleia em questão sejam tomadas pelos acionistas da Companhia, nos termos a seguir:

(i) Aprovação do Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações

O artigo 252 da Lei das S.A. estabelece que a incorporação de todas as ações do capital social ao patrimônio de outra companhia brasileira, para convertê-la em subsidiária integral, será submetida à deliberação da assembleia geral das duas companhias mediante protocolo e justificação, nos termos dos artigos 224 e 225 da Lei das S.A.

Os artigos 224 e 225 da Lei das S.A. estabelecem que as condições e justificativas de operações de incorporação devem estar descritas no Protocolo e Justificação a ser firmado entre os administradores das Companhias envolvidas.

Assim, com base nos esclarecimentos constantes neste documento e nos termos da Lei das S.A., propõe-se que seja aprovado o Protocolo e Justificação, em sua integralidade, com a conseqüente aprovação da Incorporação de Ações.

O Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações constitui o **Anexo A ao Anexo III** à presente Proposta da Administração.

(ii) Aprovação da Incorporação de Ações

Propõe-se que seja aprovada a Incorporação de Ações, nos termos e condições indicados no Protocolo e Justificação, cuja eficácia fica condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das condições precedentes previstas no Protocolo e Justificação.

(iii) Autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à consumação da Incorporação de Ações

Propõe-se que os administradores da Companhia recebam essa autorização para praticar todos os atos necessários à consumação da Incorporação de Ações, incluindo a subscrição das novas ações ordinárias a serem emitidas pela SLC em decorrência da Incorporação de Ações.

Nos termos do Protocolo e Justificação, os membros do Conselho de Administração da Companhia realizarão uma reunião do Conselho de Administração para, entre outros, (i) confirmar o cumprimento (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes da Incorporação de Ações; e (ii) registrar a data de eficácia da Incorporação de Ações, nos termos e condições deste Protocolo e Justificação.

• **ANEXOS**

Integram a presente proposta os seguintes Anexos:

- (i) Anexo I: Relação de Troca;
- (ii) Anexo II: Anexo 20 da Instrução CVM nº 481/09 (Direito de Recesso);
- (iii) Anexo III: Anexo 20-A da Instrução CVM nº 481/09 (Informações acerca da Incorporação);
 - a. Apêndice A ao Anexo III: Protocolo e Justificação.
 - b. Apêndice B ao Anexo III: Cópia da Reunião do Conselho de Administração da Terra Santa que aprovou a Incorporação de Ações.
 - c. Apêndice C: Proposta de Estatuto Social da Companhia Combinada.
 - d. Apêndice D: (i) Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Terra Santa Agro S.A. em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da SLC Agrícola S.A. em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
 - e. Apêndice E: Informações financeiras consolidadas *pro forma* da Companhia Combinada, tendo como referência a data-base de 31 de dezembro de 2020.

- **INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

O Edital de Convocação da Assembleia encontra-se à disposição dos Acionistas, na sede e no *website* de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.terrasantaagro.com/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”) (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Em caso de dúvidas, favor contatar a Diretoria de Relações com Investidores da Companhia via e-mail ri@tsagro.com ou pelos telefones (11) 3137-3105 ou (11) 9.6385-7309.

* * *

ANEXO I

Relação de Troca

Sujeito aos termos e condições previstos no Acordo, na data de consumação da Incorporação de Ações ("Data de Fechamento"), serão emitidas pela SLC Agrícola e atribuídas aos acionistas e detentores de Bônus de Subscrição da Terra Santa um total de 2.516.454 (duas milhões, quinhentas e dezesseis mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, as quais representarão na Data de Fechamento, em bases totalmente diluídas, 1,3% (um vírgula três por cento) do capital social total e votante da SLC ("Participação Final").

Para fins da determinação da Relação de Troca, a ação da SLC Agrícola foi avaliada em R\$25,83 (vinte e cinco reais e oitenta e três centavos) por ação, valor este determinado com base no preço médio ponderado por volume ("VWAP") nos 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores a 26 de novembro de 2020.

Na hipótese de implementação de resgate, desdobramento, grupamento, bonificação em ações ou qualquer outro evento que impacte as premissas consideradas pelas partes para a determinação da Participação Final, a relação de troca será ajustada de modo que a Incorporação de Ações resulte na Participação Final.

Para fins de esclarecimento, não é aplicável o artigo 264 da Lei das S.A., tendo em vista que a Incorporação de Ações envolve partes independentes.

ANEXO II

Anexo 20 da Instrução CVM nº 481/09 (Direito de Recesso)

1. Descrever o evento que deu ou dará ensejo ao recesso e seu fundamento jurídico

Conforme disposto nos artigos 252, § 2º e 137, § 1º da Lei das S.A., será garantido o direito de retirada aos acionistas da Terra Santa que: (i) não votarem favoravelmente à Incorporação de Ações; (ii) se abstiverem de votar; ou (iii) não comparecerem à Assembleia, e que manifestarem expressamente sua intenção de exercer o direito de retirada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação da ata de Assembleia que aprovar a Incorporação de Ações.

2. Informar as ações e classes às quais se aplica o recesso

O direito de retirada será aplicável a todas as ações ordinárias da Terra Santa.

3. Informar a data da primeira publicação do edital de convocação da assembléia, bem como a data da comunicação do fato relevante referente à deliberação que deu ou dará ensejo ao recesso

O edital de convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Terra Santa a fim de deliberar acerca da Incorporação de Ações será divulgado e arquivado na CVM no dia 21 de maio de 2021 e será publicado nas edições dos dias 21, 22 e 25 de maio de 2021 no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo e nas edições dos dias 21, 22 e 25 de maio de 2021 no Jornal Valor Econômico. O Fato Relevante que comunicou os termos e condições direito de recesso no âmbito da Operação foi divulgado no dia 25 de março de 2021 no *website* da CVM e da Terra Santa. Ainda, a database para fins do direito de recesso (25 de março de 2021) foi informada ao mercado por meio do mesmo Fato Relevante datado de 25 de março de 2021.

4. Informar o prazo para exercício do direito de recesso e a data que será considerada para efeito da determinação dos titulares das ações que poderão exercer o direito de recesso

O direito de recesso poderá ser exercido, nos termos do artigo 137, IV, da Lei das S.A., em até 30 (trinta) dias contados da data da publicação da ata da Assembleia Geral Extraordinária que aprovar a Incorporação de Ações.

5. Informar o valor do reembolso por ação ou, caso não seja possível determiná-lo previamente, a estimativa da administração acerca desse valor

Os acionistas dissidentes da Terra Santa terão direito ao reembolso de suas ações, no valor de R\$ R\$ 36,030569 por ação, calculado com base no valor do patrimônio líquido da ação da Terra Santa em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrações financeiras da Terra Santa aprovadas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2021, sem prejuízo do levantamento de balanço especial, nos termos da legislação aplicável.

6. Informar a forma de cálculo do valor do reembolso

Nos termos do artigo 45 da Lei das S.A., o valor por ação a ser pago em virtude do exercício do direito de recesso será calculado com base no respectivo valor de patrimônio líquido por ação. Com base nas demonstrações financeiras da Terra Santa referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, as quais foram devidamente aprovadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 22 de abril de 2021, o valor de patrimônio líquido por ação é de R\$ R\$ 36,030569.

7. Informar se os acionistas terão direito de solicitar o levantamento de balanço especial

Os acionistas terão direito de levantamento de balanço especial, nos termos da legislação aplicável.

8. Caso o valor do reembolso seja determinado mediante avaliação, listar os peritos ou empresas especializadas recomendadas pela administração

Não aplicável.

9. Na hipótese de incorporação, incorporação de ações ou fusão envolvendo sociedades controladora e controlada ou sob o controle comum:

a. Calcular as relações de substituição das ações com base no valor do patrimônio líquido a preços de mercado ou outro critério aceito pela CVM

Não aplicável.

b. Informar se as relações de substituição das ações previstas no protocolo da operação são menos vantajosas que as calculadas de acordo com o item 9(a) acima

Não aplicável.

c. Informar o valor do reembolso calculado com base no valor do patrimônio líquido a preços de mercado ou outro critério aceito pela CVM

Não aplicável.

10. Informar o valor patrimonial de cada ação apurado de acordo com último balanço aprovado

R\$ 36,030569.

11. Informar a cotação de cada classe ou espécie de ações às quais se aplica o recesso nos mercados em que são negociadas, identificando:

a. Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos últimos 3 (três) anos

2018

Mínima R\$ 9,60
Máxima R\$ 15,20
Média R\$ 12,02

2019

Mínima R\$ 12,46
Máxima R\$ 22,30
Média R\$ 15,02

2020

Mínima R\$ 9,79
Máxima R\$ 28,70
Média R\$ 17,31

b. Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos últimos 2 (dois) anos

1T19	
Mínima	R\$ 12,46
Máxima	R\$ 14,13
Média	R\$ 13,46

1T20	
Mínima	R\$ 10,01
Máxima	R\$ 24,50
Média	R\$ 18,74

2T19	
Mínima	R\$ 13,00
Máxima	R\$ 15,16
Média	R\$ 13,96

2T20	
Mínima	R\$ 9,79
Máxima	R\$ 17,00
Média	R\$ 11,89

3T19	
Mínima	R\$ 15,10
Máxima	R\$ 17,76
Média	R\$ 16,76

3T20	
Mínima	R\$ 16,52
Máxima	R\$ 18,80
Média	R\$ 17,63

4T19	
Mínima	R\$ 14,00
Máxima	R\$ 22,30
Média	R\$ 15,81

4T20	
Mínima	R\$ 16,32
Máxima	R\$ 28,70
Média	R\$ 20,94

c. *Cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos últimos 6 (seis) meses*

nov/20	
Mínima	R\$ 16,50
Máxima	R\$ 26,00
Média	R\$ 19,17

fev/21	
Mínima	R\$ 26,85
Máxima	R\$ 33,52
Média	R\$ 29,67

dez/20	
Mínima	R\$ 25,58
Máxima	R\$ 28,70
Média	R\$ 26,76

mar/21	
Mínima	R\$ 30,35
Máxima	R\$ 40,00
Média	R\$ 32,78

jan/21	
Mínima	r\$ 26,48
Máxima	r\$ 29,50
Média	R\$ 27,92

abr/21	
Mínima	R\$ 41,50
Máxima	R\$ 44,78
Média	R\$ 42,63

d. *Cotação média nos últimos 90 (noventa) dias*

R\$ 35,37

ANEXO III

Anexo 20-A da Instrução CVM nº 481/09 (Informações acerca da Incorporação);

1. Protocolo e Justificação

Vide Apêndice A.

2. Demais acordos, contratos e pré-contratos regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão das sociedades subsistentes ou resultantes da operação, arquivados na sede da companhia ou dos quais o controlador da companhia seja parte.

Em 25 de março de 2021, foi celebrado o Acordo, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da combinação dos negócios da SLC Agrícola aos da operação agrícola da Terra Santa (excluindo terras e benfeitorias), mediante a Incorporação de Ações, nos termos dos artigos 252, 224 e 225 da Lei das S.A.

As administrações da SLC Agrícola e da Terra Santa celebraram, em 20 de maio de 2021, o Protocolo e Justificação.

A celebração, pelas Companhias, do Acordo e do Protocolo e Justificação foi previamente aprovada, respectivamente, em 25 de março de 2021 e 20 de maio de 2021, pelos respectivos Conselhos de Administração das Companhias, os quais aprovaram, ainda, a submissão da Incorporação à deliberação dos respectivos acionistas de cada Companhia.

3. Descrição da operação, incluindo:

a. Termos e condições.

A Operação possibilitará maior geração de valor aos acionistas de ambas as empresas, otimizando resultados, dadas as sinergias e melhoria na estrutura de capital, possibilitando aumento da produção, redução de custos e o conseqüente incremento na oferta de alimentos e fibras, produzidos de forma sustentável em fazendas maduras localizadas no Mato Grosso.

Considerando os ajustes definidos no Acordo, o valor total atribuído à operação agrícola da Terra Santa (excluído o valor das terras e benfeitorias) é equivalente a R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), acrescido de cerca de R\$ 203.000.000,00 (duzentos e três milhões de reais) de outros ativos, totalizando aproximadamente R\$ 753.000.000,00 (setecentos e cinquenta e três milhões de reais), que refletem a apuração de contas de capital de giro, ativo fixo e determinados ativos. A relação de troca da Incorporação de Ações considera um valor líquido (*equity value*)

de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), sendo o remanescente equivalente a assunção de dívida e/ou caixa, conforme vier a ser o caso e determinado pela variação no saldo das contas até o fechamento da Operação.

Em preparação à Operação, a Terra Santa está realizando uma reorganização societária ("Reorganização Societária") para: (a) transferir da Terra Santa para a TS Agro as ações da TS LandCo, todos os imóveis, ativos, obrigações, passivos e direitos a serem segregados (especialmente propriedades rurais e correspondentes benfeitorias), não compreendidos no perímetro da Operação; e (b) implementar uma redução de capital da Terra Santa, mediante a entrega das ações da TS Agro aos seus acionistas, a ser consumada simultaneamente à implementação da Operação.

Como parte da Reorganização Societária e condição precedente, deverá ser obtido perante a CVM o registro de companhia aberta da TS Agro na categoria A de emissores e ser listada no segmento do Novo Mercado da B3.

A Reorganização Societária deverá ser implementada antes do fechamento da Operação e integralmente consumada simultaneamente à implementação da Operação.

Adicionalmente, a Terra Santa celebrará, na Data de Fechamento, contratos de arrendamento com a TS LandCo, com prazo de vigência inicial de 20 anos e preços em condições de mercado.

Sujeito aos termos e condições previstos no Acordo, na data de consumação da Incorporação de Ações ("Data de Fechamento"), serão emitidas pela SLC Agrícola e atribuídas aos acionistas e detentores de Bônus de Subscrição da Terra Santa um total de 2.516.454 (duas milhões, quinhentas e dezesseis mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, as quais representarão na Data de Fechamento, em bases totalmente diluídas, 1,3% (um vírgula três por cento) do capital social total e votante da SLC ("Participação Final").

Para fins da determinação da Relação de Troca, a ação da SLC Agrícola foi avaliada em R\$25,83 (vinte e cinco reais e oitenta e três centavos) por ação, valor este determinado com base no preço médio ponderado por volume ("VWAP") nos 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores a 26 de novembro de 2020.

Na hipótese de implementação de resgate, desdobramento, grupamento, bonificação em ações ou qualquer outro evento que impacte as premissas consideradas pelas partes para a determinação da Participação Final, a relação de troca será ajustada de modo que a Incorporação de Ações resulte na Participação Final.

Em relação aos bônus de subscrição de emissão da Terra Santa ("Bônus de Subscrição"), como preparação para a Incorporação de Ações, a Terra Santa realizou em 29 de abril

de 2021 uma Assembleia Geral de Acionistas para aprovação de determinadas alterações em seus termos e condições, de modo a facilitar o seu exercício, bem como aprovar o cancelamento e substituição dos Bônus de Subscrição não exercidos por ações da SLC Agrícola no âmbito da Incorporação de Ações. Dentre tais alterações, incluem-se:

(i) a possibilidade de exercício dos Bônus de Subscrição entre: (a) os dias 03 de maio de 2021 e 13 de maio de 2021, com liquidação no dia 14 de maio de 2021; (b) os dias 17 de maio de 2021 e 27 de maio de 2021, com liquidação no dia 28 de maio de 2021; e (c) os dias 31 de maio de 2021 e 11 de junho de 2021, com liquidação em 14 de junho de 2021 ("Janelas de Exercício");

(ii) os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos nas Janelas de Exercício, por preço de exercício ajustado calculado da seguinte forma:

Preço de Exercício Ajustado = Preço de Exercício Original – Desconto
Desconto = R\$ 1,57, sendo esse desconto calculado pela diferença entre (a) o VWAP de TESA12 e (b) o VWAP de TESA3 subtraído o Preço de Exercício Original, em ambos os casos considerados os 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores à 25 de março de 2021

(iii) os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos nas Janelas de Exercício, sem a necessidade de pagamento do preço de exercício, mediante a entrega de Bônus de Subscrição e recebimento de um número de ações da Companhia calculado da seguinte forma:

Número de Ações Terra Santa = Número de Bônus de Subscrição x 0,5933, sendo esse multiplicador calculado com base no *ratio* entre o VWAP de TESA12 e o VWAP de TESA3 nos 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores à 25 de março de 2021, sendo que quaisquer frações serão pagas em dinheiro, considerando o mesmo *ratio* e VWAP indicados

(iv) caso o cancelamento e substituição dos Bônus de Subscrição descritos no item (iii) acima resulte em eventuais frações de ações da Terra Santa, tais ações serão grupadas em números inteiros para, em seguida, serem vendidas no mercado à vista, em momento oportuno a ser divulgado pela Companhia, em leilão organizado pela Companhia, após a consumação da última Janela de Exercício, considerando o mesmo *ratio* e VWAP indicados no item (iii) acima;

(v) por força da Incorporação de Ações, os Bônus de Subscrição remanescentes na data de fechamento da Combinação de Negócios da Companhia com a SLC, conforme Fato Relevante divulgado em 25 de março de 2021, serão cancelados e substituídos por um número de ações ordinárias da SLC, calculado da seguinte forma:

Número de Ações SLC = Número de Bônus de Subscrição x 0,4606, sendo esse multiplicador calculado com base no *ratio* entre o VWAP de TESA 12 e o VWAP de SLC3 nos 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores à 25 de março de 2021

(vi) alternativamente ao acima, caso haja qualquer detentor de Bônus de Subscrição que não concorde em tornar-se acionista da SLC Agrícola, tal detentor poderá solicitar que, quando da consumação da Incorporação de Ações, a SLC venda ao preço da B3 em tal data, juntamente com eventuais frações de ações de emissão da SLC decorrentes da Incorporação de Ações, as ações da SLC a que tal detentor teria direito, e entregue os recursos líquidos de taxas ao referido detentor que houver assim solicitado; e

(vii) caso o cancelamento e substituição dos Bônus de Subscrição descritos acima resulte em eventuais frações de ações da SLC, tais ações serão grupadas em números inteiros para, em seguida, serem vendidas no mercado à vista, administrado pela B3, após a consumação da Incorporação de Ações, nos termos de aviso aos acionistas a ser oportunamente divulgado pela administração da SLC. Os valores auferidos na referida venda serão disponibilizados líquidos de taxas aos detentores de Bônus de Subscrição titulares das respectivas frações, proporcionalmente à sua participação em cada ação vendida.

Os Acionistas da Terra Santa, comprometeram-se, nos termos do Acordo, a, antes da consumação da Incorporação de Ações, exercer todos os direitos relativos aos seus respectivos Bônus de Subscrição, nos termos descritos acima, de modo a receberem as ações da Terra Santa equivalentes previamente à conclusão da Reorganização Societária.

A Operação está condicionada à obtenção da aprovação dos acionistas das Companhias em suas respectivas assembleias gerais de acionistas, bem como à verificação de outras determinadas condições precedentes usuais para operações desta natureza ("Condições Precedentes").

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 7 de janeiro de 2021, a Operação foi aprovada, sem restrições, pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Os Acionistas da Terra Santa, os Acionista da SLC e os Fundos Gávea concordaram expressamente, de forma irrevogável e irreatável, a participarem das suas respectivas Assembleias Gerais de Acionistas a serem oportunamente convocadas, e a votarem pela aprovação, sem restrições, da Operação e demais questões relacionadas à Operação, conforme aplicável, de acordo com os termos e condições previstos no Acordo.

Nos termos do Protocolo e Justificação, após a aprovação da Incorporação de Ações nas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias das Companhias, a satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes, a consumação da Incorporação

de Ações deverá ocorrer (a) no primeiro dia útil do mês imediatamente subsequente ao mês em que for verificada a satisfação (ou renúncia, conforme o caso) de todas as Condições Precedentes; ou (b) em outra data que venha a ser acordada de mútuo e comum acordo entre as Companhias.

Os membros dos respectivos Conselhos de Administração das Companhias reunir-se-ão para fins de (a) confirmar a satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes; (b) registrar a data de eficácia da Incorporação de Ações, de acordo com os termos e condições previstos no Protocolo e Justificação; e (c) registrar a data de eficácia do aumento do capital social da SLC Agrícola.

As administrações da SLC Agrícola e da Terra Santa divulgarão um Fato Relevante a respeito da consumação da Incorporação de Ações, informando: (i) a Data de Fechamento, que será a data de corte em que os acionistas que forem titulares, no encerramento do pregão, de ações de emissão da Terra Santa, receberão novas ações de emissão da SLC Agrícola em substituição a ações de emissão da Terra Santa de sua titularidade, de acordo com a Relação de Troca; e (ii) a data em que ocorrerá o crédito das novas ações da SLC Agrícola para os acionistas da Terra Santa.

Conforme disposto nos artigos 252, § 2º e 137, § 1º da Lei das S.A., será garantido o direito de retirada aos acionistas da Terra Santa que não votarem favoravelmente à Incorporação de Ações, que se absterem de votar ou que não comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária pertinente, e que manifestarem expressamente sua intenção de exercer o direito de retirada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação da ata de Assembleia Geral Extraordinária que aprovar a Incorporação de Ações.

O direito de retirada, com o consequente pagamento do reembolso, somente será assegurado com relação às ações de emissão da Terra Santa de que o acionista era, comprovadamente, titular desde o encerramento do pregão do dia 25 de março de 2021 e mantidas pelo acionista, ininterruptamente, até a data do efetivo exercício do direito de retirada.

Os acionistas dissidentes da Terra Santa terão direito ao reembolso de suas ações, no valor de R\$36,030569 por ação, calculado com base no valor do patrimônio líquido da ação da Terra Santa em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrações financeiras da Terra Santa aprovadas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2021, sem prejuízo do levantamento de balanço especial, nos termos da legislação aplicável.

b. Obrigações de indenizar.

i. Os administradores de qualquer das companhias envolvidas.

Não aplicável.

ii. Caso a operação não se concretize

Caso o Acordo seja rescindido, em decorrência de dolo ou qualquer outro ato ou omissão em má-fé pela outra parte, como forma de compensação por qualquer perda sofrida pela parte inocente em relação à elaboração, negociação e anúncio público da Incorporação de Ações e do Acordo, a parte inadimplente pagará à parte inocente uma multa prefixada de natureza compensatória, no valor total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), corrigida pela variação positiva do IPCA, contados de 25 de março de 2021 até a data do efetivo pagamento.

c. Tabela comparativa dos direitos, vantagens e restrições das ações das sociedades envolvidas ou resultantes, antes e depois da operação.

Segue abaixo tabela comparativa dos direitos, vantagens e restrições das ações de emissão da SLC Agrícola e da Terra Santa:

-	SLC Agrícola S.A.	Terra Santa Agro S.A.
Direito a dividendos:	Conforme disposto no Estatuto Social da SLC Agrícola, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o disposto no § 1º deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital	Conforme disposto no Estatuto Social da Terra Santa, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do Imposto de Renda, o lucro líquido do exercício terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, observando-se (i) 5% serão aplicados na constituição de Reserva Legal, a qual não excederá 20% do capital social; (ii) 25% do lucro líquido de cada exercício financeiro serão distribuídos como dividendos obrigatórios, nos termos do que determina o artigo 202 da Lei 6.404/76; e (iii) após a constituição da Reserva Legal, das demais reservas acima previstas, e do pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, o saldo, se houver, terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral com base na proposta da administração. A Assembleia Geral poderá, nos termos da Legislação

-	SLC Agrícola S.A.	Terra Santa Agro S.A.
	<p>de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (c) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (e) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (e) uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações; e (f) uma parcela formada por até 100% dos lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias</p>	<p>vigente, deliberar sobre o pagamento de juros aos acionistas a título de remuneração do capital próprio. O valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração de capital próprio, poderá, nos termos da legislação e regulamentos pertinentes, ser imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório, integrando tal valor ao montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. A Terra Santa poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração: (i) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; e (ii) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver. Os dividendos serão pagos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.</p>

-	SLC Agrícola S.A.	Terra Santa Agro S.A.
	<p>poderá ser destinada à formação de reserva para expansão ou investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais ou dispêndios de capital, não podendo esta reserva ultrapassar o menor entre os seguintes valores: (i) 80% do capital social; ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% do capital social da SLC Agrícola. A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, limitada à remuneração anual global dos administradores, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos termos do artigo 152, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. A distribuição da participação nos lucros em favor dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria somente poderá ocorrer nos exercícios em que for assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto Social. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de</p>	

-	SLC Agrícola S.A.	Terra Santa Agro S.A.
	<p>remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas serão compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente. O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos. A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração: (a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a seis meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do</p>	

-	SLC Agrícola S.A.	Terra Santa Agro S.A.
	<p>dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.</p>	
Direito a voto:	Pleno.	Pleno.
Conversibilidade	Não.	Não.
Direito no reembolso de capital:	<p>Sim. Nas hipóteses em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o reembolso se dará pelo valor patrimonial de suas ações, em conformidade com a Lei das S.A. No caso da liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção da sua participação no capital social da SLC Agrícola, após o pagamento de todas as obrigações da SLC Agrícola.</p>	<p>Sim. Nas hipóteses em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o reembolso se dará pelo valor patrimonial de suas ações, em conformidade com a Lei das S.A., com base no último balanço aprovado em Assembleia Geral. No caso da liquidação da Terra Santa, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção da sua participação no capital social da Terra Santa, após o pagamento de todas as obrigações da Terra Santa.</p>
Restrição à circulação:	Sim. A Política de Divulgação de Informações Relevantes e de	Sim. A Políticas de Divulgação e uso de informações e Política de Negociação de

-	SLC Agrícola S.A.	Terra Santa Agro S.A.
	<p>Negociação com Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 26 de março de 2007, contém restrições à negociação de valores mobiliários de emissão da SLC Agrícola pelas pessoas e na forma ali indicadas. Para maiores informações a respeito da Política de Divulgação de Informações Relevantes e de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, pessoas a ela vinculadas e principais termos, conforme item 20 do Formulário de Referência da Companhia.</p>	<p>Valores Mobiliários da Terra Santa, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 19 de dezembro de 2016, contém restrições à negociação de valores mobiliários de emissão da Terra Santa pelas pessoas e na forma ali indicadas. Para maiores informações a respeito da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Terra Santa, pessoas a ela vinculadas e principais termos, ver item 20 do Formulário de Referência da Terra Santa.</p>
<p>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:</p>	<p>De acordo com a Lei das S.A., o Estatuto Social da SLC Agrícola e as deliberações adotadas por seus acionistas em Assembleias Gerais não podem privar os seus acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar na distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou Bônus de Subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das S.A.; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das S.A., a gestão dos negócios sociais; e (v) direito a retirar-se nos casos previstos na Lei das S.A.</p>	<p>De acordo com a Lei das S.A., nem o Estatuto Social da Terra Santa, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Terra Santa; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das S.A.; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das S.A., a gestão dos negócios sociais; (v) direito de votar nas assembleias gerais; e (vi) direito a retirar-se da Terra Santa, nos casos previstos na Lei das S.A..</p>
<p>Possibilidade de resgate:</p>	<p>Não.</p>	<p>Não.</p>

-	SLC Agrícola S.A.	Terra Santa Agro S.A.
Outras características relevantes:	As ações ordinárias da SLC Agrícola são listadas no segmento do Novo Mercado da B3.	As ações ordinárias da Terra Santa são listadas no segmento do Novo Mercado da B3.

d. Eventual necessidade de aprovação por debenturistas ou outros credores.

A administração das Terra Santa tomará todas as providências necessárias, para que, no momento da efetivação da Incorporação de Ações, já tenham sido obtidas as autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros indicados no Acordo, quando aplicável ou, se for o caso, já ter realizado o pré-pagamento ou refinanciamento das obrigações perante tais terceiros, evitando o seu descumprimento e/ou vencimento antecipado.

e. Elementos ativos e passivos que formarão cada parcela do patrimônio, em caso de cisão.

Não aplicável.

f. Intenção das companhias resultantes de obter registro de emissor de valores mobiliários.

Não aplicável. A SLC Agrícola é companhia aberta registrada na categoria "A" de emissores e listada no Novo Mercado da B3.

4. Planos para condução dos negócios sociais, notadamente no que se refere a eventos societários específicos que se pretenda promover.

A SLC Agrícola manterá o seu registro de companhia aberta, com ações listadas no segmento do Novo Mercado da B3, enquanto a Terra Santa terá o seu registro de companhia aberta cancelado.

Não há, nesta data, qualquer decisão ou planos pela administração com relação a eventos societários específicos que se pretenda promover após a consumação da Incorporação de Ações.

5. Análise dos seguintes aspectos da operação:

a. Descrição dos principais benefícios esperados, incluindo (i) sinergias; (ii) benefícios fiscais e (iii) vantagens estratégicas:

A Operação possibilitará maior geração de valor aos acionistas de ambas as empresas, otimizando resultados, dadas as sinergias e melhoria na estrutura de capital,

possibilitando aumento da produção, redução de custos e o conseqüente incremento na oferta de alimentos e fibras, produzidos de forma sustentável em fazendas maduras localizadas no Mato Grosso.

Do ponto de vista econômico-financeiro, a integração dos negócios deverá promover sinergias e aumentos de eficiência na companhia combinada resultante da Incorporação de Ações.

A expectativa da Companhia é a geração de resultado positivo, possibilitando, assim, a utilização do prejuízo fiscal acumulado. Além disso, a condição de crédito proporcionará custo de linhas de crédito mais atrativas para o financiamento do capital de giro.

b. Custos.

A administração da Terra Santa estima que os custos de realização da Incorporação de Ações para a Terra Santa serão de, aproximadamente, R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), os quais incluem os custos com avaliações, assessoria jurídica e demais assessorias para implementação da Incorporação de Ações e a Reorganização Societária, publicações e demais despesas relacionadas.

Adicionalmente administração da SLC Agrícola estima que os custos de realização da Incorporação de Ações para a SLC Agrícola serão de, aproximadamente, R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), os quais incluem os custos com avaliações, assessoria jurídica e demais assessorias, publicações e demais despesas relacionadas.

c. Fatores de risco.

As Companhias não vislumbram riscos significativos decorrentes da consumação da Incorporação de Ações, sendo que seu sucesso dependerá, principalmente, da habilidade da Companhia Combinada de realizar oportunidades de crescimento e economias de custo resultantes da combinação dos negócios da SLC Agrícola e da Terra Santa.

Se tais objetivos não forem atingidos com sucesso, os benefícios esperados com a Incorporação podem não ser verificados de forma integral, ou podem demorar mais tempo do que o esperado para serem verificados. Existem os riscos naturais de variação de preço das ações da SLC Agrícola após a consumação da Incorporação de Ações, o qual é inerente ao mercado de capitais e incorrido por todos os acionistas da Companhia Combinada.

d. Caso se trate de transação com parte relacionada, eventuais alternativas que poderiam ter sido utilizadas para atingir os mesmos objetivos, indicando as razões pelas quais essas alternativas foram descartadas.

Não aplicável, por se tratar de partes independentes.

e. Relação de substituição.

Vide Anexo I à presente Proposta.

f. Nas operações envolvendo sociedades controladoras, controladas ou sociedades sob controle comum: (i) Relação de substituição de ações calculada de acordo com o art. 264 da Lei nº 6.404, de 1976; (ii) Descrição detalhada do processo de negociação da relação de substituição e demais termos e condições da operação; (iii) Caso a operação tenha sido precedida, nos últimos 12 (doze) meses, de uma aquisição de controle ou de aquisição de participação em bloco de controle: • Análise comparativa da relação de substituição e do preço pago na aquisição de controle. • Razões que justificam eventuais diferenças de avaliação nas diferentes operações; (iv) Justificativa de por que a relação de substituição é comutativa, com a descrição dos procedimentos e critérios adotados para garantir a comutatividade da operação ou, caso a relação de substituição não seja comutativa, detalhamento do pagamento ou medidas equivalentes adotadas para assegurar compensação adequada.

Item 5(f) e subitens acima não aplicáveis, tendo em vista que a Incorporação de Ações envolve partes independentes.

6. Cópia das atas de todas as reuniões do conselho de administração, conselho fiscal e comitês especiais em que a operação foi discutida, incluindo eventuais votos dissidentes.

Os extratos das atas de todas as reuniões do Conselho de Administração da Terra Sana nas quais a Incorporação de Ações foi discutida encontram-se no Apêndice B, respectivamente, à presente Proposta da Administração.

7. Cópia de estudos, apresentações, relatórios, opiniões, pareceres ou laudos de avaliação das companhias envolvidas na operação postos à disposição do acionista controlador em qualquer etapa da operação.

O Laudo de Avaliação do valor econômico das ações da Terra Santa a serem incorporadas pela SLC Agrícola, emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu para fins de observância ao disposto no § 1º do artigo 252 da Lei das S.A., encontra-se disponível no Apêndice A.

7.1 Identificação de eventuais conflitos de interesse entre as instituições financeiras, empresas e os profissionais que tenham elaborado os documentos mencionados no item 7 e as sociedades envolvidas na operação.

Não aplicável.

8. Projetos de estatuto ou alterações estatutárias das sociedades resultantes da operação.

O projeto do Estatuto Social da Companhia Combinada encontra-se anexo a esta Proposta da Administração, na forma do Apêndice C.

9. Demonstrações financeiras usadas para os fins da operação, nos termos da norma específica.

Foram utilizadas, para fins da Incorporação de Ações, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas das Companhias em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas dos relatórios de auditoria de seus respectivos auditores, nos termos do artigo 6º, II, da Instrução CVM nº 565/2015, as quais encontram-se disponíveis no Apêndice D.

10. Demonstrações financeiras pro forma elaboradas para os fins da operação, nos termos da norma específica.

Em cumprimento ao artigo 7º da Instrução CVM nº 565/2015, as administrações da SLC Agrícola e da Terra Santa prepararam, de acordo com a Lei das S.A. e com as normas da CVM, as informações financeiras consolidadas *pro forma* da Companhia Combinada, tendo como referência a data-base de 31 de dezembro de 2020, considerando os efeitos da Incorporação de Ações, as quais foram submetidas à asseguuração razoável pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., e encontram-se disponíveis no Apêndice E.

11. Documento contendo informações sobre as sociedades diretamente envolvidas que não sejam companhias abertas, incluindo: (a) Fatores de risco, nos termos dos itens 4.1 e 4.2 do formulário de referência; (b) Descrição das principais alterações nos fatores de riscos ocorridas no exercício anterior e expectativas em relação à redução ou aumento na exposição a riscos como resultado da operação, nos termos do item 5.4 do formulário de referência; (c) Descrição de suas atividades, nos termos dos itens 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4 do formulário de referência; (d) Descrição do grupo econômico, nos termos do item 15 do formulário de referência; e (e) Descrição do capital social, nos termos do item 17.1 do formulário de referência.

Não aplicável. A SLC Agrícola e a Terra Santa são companhias abertas e todas as informações aplicáveis estão disponíveis nos respectivos formulários de referência.

12. Descrição da estrutura de capital e controle depois da operação, nos termos do item 15 do formulário de referência.

a. 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Nome Acionista	Tipo Pessoa	CPF/CNPJ acionista	Acionista		Tipo Pessoa	Última Alteração	Qte. Ações Ordinárias	Ações Ordinárias %	Qte. Ações Preferenciais	Ações Preferenciais %	Qte. Total de ações	Total Ações %	UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista Controlador	
			Residente no Exterior	Nome do Representante Legal e ou Mandatário												
SLC Participações S.A.	Jurídica	90522921/0001-07	Não			09/11/2012	100.938.742	52,3%			100.938.742	52,3%		Não	Sim	
Odey Asset Management LLC	Jurídica		Sim	Banco BNPO Paribas S.A./Banco JP Morgan e JP Morgan SA.		31/01/2017	17.408.700	9,01%			17.408.700	9,0%		Não	Não	
Outros							72.076.422	37,32%			72.076.422	37,3%				
Ações em Tesouraria							2.687.590	1,39%			2.687.590	1,4%				
TOTAL							193.111.454	100,0%			193.111.454	100,0%				
EMIÇÃO DE AÇÕES							2.516.454									
TOTAL DE AÇÕES EMITIDA ANTERIOR A EMISSÃO							190.595.000									
							193.111.454									

Acionistas da SLC Participações

Nome Acionista	Tipo Pessoa	CPF/CNPJ acionista	Acionista		Tipo Pessoa	Última Alteração	Qte. Ações Ordinárias	Ações Ordinárias %	Qte. Ações Preferenciais	Ações Preferenciais %	Qte. Total de ações	Total Ações %	UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista Controlador
			Residente no Exterior	Nome do Representante Legal e ou Mandatário											
BREMEN PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA	Jurídica	14.938.480/0001-40	Não		Jurídica		59.991.746	20,33			59.991.746	20,33		Não	Sim
BLAUTOPF PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA	Jurídica	14.731.900/0001-13	Não		Jurídica		59.991.745	20,34			59.991.745	20,34		Não	Sim
BADEN BADEN PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA	Jurídica	14.900.944/0001-20	Não		Jurídica		59.991.746	20,34			59.991.746	20,34		Não	Sim
FRANKFURT PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA	Jurídica	14.900.885/0001-90	Não		Jurídica		59.991.746	20,34			59.991.746	20,34		Não	Sim
LEIPZIG PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA	Jurídica	14.634.072/0001-03	Não		Jurídica		48.047.349	17,47			48.047.349	17,47		Não	Sim
WALTER BERTUOL	Jurídica	008.747.600-20	Não		Jurídica		1.746.417	0,59			1.746.417	0,59		Não	Sim
GLACI ANTONIA POMPERMEYER BERTUOL	Jurídica	888.634.410-49	Não		Jurídica		1.746.417	0,59			1.746.417	0,59		Não	Sim
TOTAL							291.507.166	100			291.507.166	100		Não	Sim

LEIPZIG PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA

Nome Acionista	Tipo Pessoa	CPF/CNPJ acionista	Acionista		Tipo Pessoa	Última Alteração	Qte. Ações Ordinárias	Ações Ordinárias %	Qte. Ações Preferenciais	Ações Preferenciais %	Qte. Total de ações	Total Ações %	UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista Controlador
			Residente no Exterior	Nome do Representante Legal e ou Mandatário											
EDUARDO SILVA LOGEMANN	Física	184.844.760-49	Não		Física	16/04/2021	142.802.685	85,35			142.802.685	85,35		Não	Sim
CAROLINE BERTUOL LOGEMANN	Física	629.046.040-49	Não		Física	16/04/2021	12.299.519	7,35			12.299.519	7,35		Não	Sim
FERNANDA BERTUOL LOGEMANN	Física	913.779.190-72	Não		Física	16/04/2021	12.219.519	7,3			12.219.519	7,3		Não	Sim

BLAUTOPF PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA

Nome Acionista	Tipo Pessoa	CPF/CNPJ acionista	Acionista		Tipo Pessoa	Última Alteração	Qte. Ações Ordinárias	Ações Ordinárias %	Qte. Ações Preferenciais	Ações Preferenciais %	Qte. Total de ações	Total Ações %	UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista Controlador
			Residente no Exterior	Nome do Representante Legal e ou Mandatário											
JORGE LUIZ SILVA LOGEMANN	Física	221.552.870-20	Não		Física		158.971.575	99,97			158.971.575	99,97		Não	Sim
FREDERICO LOGEMANN	Física	987.658.840-00	Não		Física		1.000	0,01			1.000	0,01		Não	Sim
ALEXANDRE LOGEMANN	Física	002.546.250-45	Não		Física		1.000	0,01			1.000	0,01		Não	Sim
PATRICIA LOGEMANN	Física	013.730.870-13	Não		Física		1.000	0,01			1.000	0,01		Não	Sim

BADEN BADEN PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA

Nome Acionista	Tipo Pessoa	CPF/CNPJ acionista	Acionista		Tipo Pessoa	Última Alteração	Qte. Ações Ordinárias	Ações Ordinárias %	Qte. Ações Preferenciais	Ações Preferenciais %	Qte. Total de ações	Total Ações %	UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista Controlador
			Residente no Exterior	Nome do Representante Legal e ou Mandatário											
ELISABETH SILVA LOGEMANN	Física	262.407.850-91	Não		Física		158.971.575	99,98			158.971.575	99,98		Não	Sim
DANIELA LOGEMANN SARAIVA JOHANNPETER	Física	434.734.740-53	Não		Física		1.000	0,01			1.000	0,01		Não	Sim
PAULO ROBERTO LOGEMANN SARAIVA	Física	434.734.400-78	Não		Física		1.000	0,01			1.000	0,01		Não	Sim

FRANKFURT PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA

Nome Acionista	Tipo Pessoa	CPF/CNPJ acionista	Acionista		Tipo Pessoa	Última Alteração	Qte. Ações Ordinárias	Ações Ordinárias %	Qte. Ações Preferenciais	Ações Preferenciais %	Qte. Total de ações	Total Ações %	UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista Controlador
			Residente no Exterior	Nome do Representante Legal e ou Mandatário											
ANA BEATRIZ LOGEMANN DE ALMEIDA	Física	421.689.880-72	Não		Física		158.971.575	99,97			158.971.575	99,97		Não	Sim
EDUARDO LOGEMANN DE ALMEIDA	Física	036.122.760-42	Não		Física		1.000	0,01			1.000	0,01		Não	Sim
JORGE ANTONIO LOGEMANN DE ALMEIDA	Física	036.122.620-92	Não		Física		1.000	0,01			1.000	0,01		Não	Sim
JOÃO MANOEL LOGEMANN DE ALMEIDA	Física	036.122.420-67	Não		Física		1.000	0,01			1.000	0,01		Não	Sim

BREMEN PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA

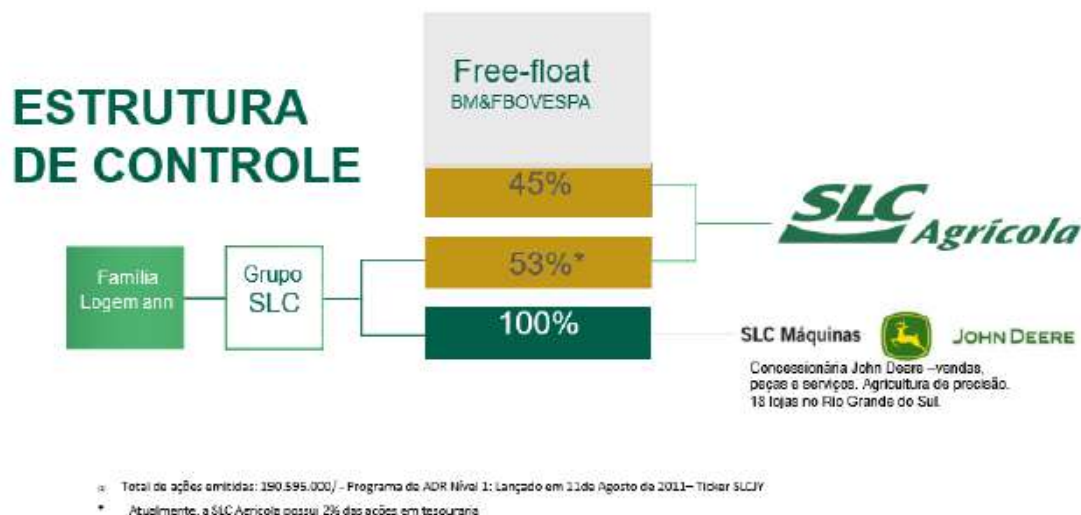
Nome Acionista	Tipo Pessoa	CPF/CNPJ acionista	Acionista		Tipo Pessoa	Última Alteração	Qte. Ações Ordinárias	Ações Ordinárias %	Qte. Ações Preferenciais	Ações Preferenciais %	Qte. Total de ações	Total Ações %	UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista Controlador
			Residente no Exterior	Nome do Representante Legal e ou Mandatário											
MARCELO SILVA LOGEMANN	Física	209.734.970-68	Não		Física		158.971.575	99,99			158.971.575	99,99		Não	Sim
GIULIA LOGEMANN DAMIANI	Física	028.582.460-09	Não		Física		1.000	0,01			1.000	0,01		Não	Sim

b. 15.3 – Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	<i>Data de consumação da Incorporação</i>
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	48.573*
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	349*
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	565*

(*) Estimativa baseada na soma das posições da SLC Agrícola em 29 de abril de 2021 e da Terra Santa em 29 de abril 2021, sem ajustes para evitar potenciais sobreposições.

c. 15.4 – Organograma dos acionistas e do grupo econômico



d. 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou o qual o controlador seja parte regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar: a) partes b) data de celebração c) prazo de vigência d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Não aplicável, a SLC Agrícola não possui acordo de acionistas.

13. Número, classe, espécie e tipo dos valores mobiliários de cada sociedade envolvida na operação detidos por quaisquer outras sociedades envolvidas na operação, ou por pessoas vinculadas a essas sociedades, conforme definidas pelas normas que tratam de oferta pública para aquisição de ações.

Não aplicável.

14. Exposição de qualquer das sociedades envolvidas na operação, ou de pessoas a elas vinculadas, conforme definidas pelas normas que tratam de oferta pública para aquisição de ações, em derivativos referenciados em valores mobiliários emitidos pelas demais sociedades envolvidas na operação.

Não aplicável.

15. Relatório abrangendo todos os negócios realizados nos últimos 6 (seis) meses pelas pessoas abaixo indicadas com valores mobiliários de emissão das sociedades envolvidas na operação:

Com relação às informações da SLC Agrícola, vide a Proposta da Administração da SLC Agrícola divulgada nesta data.

Com relação à Terra Santa:

- a. *Sociedades envolvidas na operação*
 - i. *Operações de compra privadas*
 - *o preço médio*
 - *quantidade de ações envolvidas*
 - *valor mobiliário envolvido*
 - *percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário*
 - *demais condições relevantes*
 - ii. *Operações de venda privadas*
 - *o preço médio*
 - *quantidade de ações envolvidas*
 - *valor mobiliário envolvido*
 - *percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário*
 - *demais condições relevantes*
 - iii. *Operações de compra em mercados regulamentados*
 - *o preço médio*
 - *quantidade de ações envolvidas*
 - *valor mobiliário envolvido*
 - *percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário*
 - *demais condições relevantes*
 - iv. *Operações de venda em mercados regulamentados*
 - *o preço médio*
 - *quantidade de ações envolvidas*
 - *valor mobiliário envolvido*
 - *percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário*
 - *demais condições relevantes*

Não aplicável.

b. Partes relacionadas a sociedades envolvidas na operação

i. Operações de compra privadas

- *o preço médio*
- *quantidade de ações envolvidas*
- *valor mobiliário envolvido*
- *percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário*
- *demais condições relevantes*

ii. Operações de venda privadas

- *o preço médio*
- *quantidade de ações envolvidas*
- *valor mobiliário envolvido*
- *percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário*
- *demais condições relevantes*

iii. Operações de compra em mercados regulamentados

- *o preço médio*
- *quantidade de ações envolvidas*
- *valor mobiliário envolvido*
- *percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário*
- *demais condições relevantes*

iv. Operações de venda em mercados regulamentados

- *o preço médio*
- *quantidade de ações envolvidas*
- *valor mobiliário envolvido*
- *percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário*
- *demais condições relevantes*

Não aplicável, exceto pelas operações de ações no mercado, por administradores da Companhia, conforme reportado no formulário de divulgação de informações sobre negociações de administradores e pessoas ligadas, de que trata o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002.

16. Documento por meio do qual o Comitê Especial Independente submeteu suas recomendações ao Conselho de Administração, caso a operação tenha sido negociada nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35, de 2008.

Não aplicável.

Apêndice A
Protocolo e Justificação

**PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DE AÇÕES DA
TERRA SANTA AGRO S.A. PELA SLC AGRÍCOLA S.A.**

Os administradores das sociedades abaixo qualificadas, bem como as respectivas sociedades também abaixo qualificadas:

SLC AGRÍCOLA S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Rua Bernardo Pires, nº 128, 4º andar, Bairro Santana, CEP 90620-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 89.096.457/0001-55, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“SLC”); e

TERRA SANTA AGRO S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, nº 108, 8ª andar, Conjunto 81, Brooklin Novo, CEP 04571-150, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.799.312/0001-20, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Terra Santa”);

SLC e Terra Santa doravante também denominadas, individualmente, como “Parte” ou “Companhia” e, em conjunto, como “Partes” ou “Companhias”;

CONSIDERANDO QUE:

(i) a SLC e a Terra Santa são companhias abertas, com ações listadas no segmento especial de listagem Novo Mercado da B3, que têm como atividades principais (a) agricultura e pecuária; e (b) comércio, importação e exportação de produtos agrícolas;

(ii) nesta data, o capital social total e votante da SLC é de R\$ 947.521.509,85 (novecentos e quarenta e sete milhões, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e nove reais e oitenta e cinco centavos), composto por 190.595.000 (cento e noventa milhões, quinhentas e noventa e cinco mil) ações ordinárias sem valor nominal;

(iii) nesta data, o capital social total e votante da Terra Santa é de R\$ 2.780.678.140,30 (dois bilhões, setecentos e oitenta mil, cento e quarenta reais e trinta centavos), composto por 21.787.143 (vinte e um milhões, setecentas e oitenta e sete mil, cento e quarenta e três) ações ordinárias sem valor nominal;

(iv) em 29 de abril de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a redução do capital social da Terra Santa no montante total de R\$ 673.588.231,59

(seiscentos e setenta e três milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos), passando o capital social da Companhia de R\$ 2.780.678.140,30 (dois bilhões, setecentos e oitenta milhões, seiscentos e setenta e oito mil, cento e quarenta reais e trinta centavos para R\$ 2.107.089.908,71 (dois bilhões, cento e sete milhões, oitenta e nove mil, novecentos e oito reais e setenta e um centavos), sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, portanto, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia com implementação sujeita à determinadas condições suspensivas;

(v) em 25 de março de 2021, os Conselhos de Administração da SLC e da Terra Santa aprovaram e foi celebrado o “Acordo de Associação e Outras Avenças” (“Acordo de Associação”), que estabelece os termos e condições para a implementação da combinação dos negócios das Companhias, por meio da incorporação das ações da Terra Santa pela SLC, de acordo com os artigos 252, 224 e 225 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), observando-se as disposições aplicáveis da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 565, de 15 de junho de 2015 (“Instrução CVM 565”); e

(vi) nesta data, os Conselhos de Administração da SLC e Terra Santa aprovaram a celebração pelas Companhias deste instrumento, e aprovaram, ainda, a submissão da Incorporação de Ações (conforme abaixo definida) aos acionistas das Companhias, reunidos nas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias, na forma aqui prevista e observados os demais termos e condições do Acordo de Associação.

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da Terra Santa pela SLC (“Protocolo e Justificação”), nos seguintes termos e condições:

1. Operação Proposta e Justificação

1.1. Operação Proposta. Sujeito aos termos e condições previstos no Acordo de Associação e neste Protocolo e Justificação (inclusive a satisfação ou renúncia, conforme o caso, das Condições Precedentes (conforme abaixo definido) à consumação da Incorporação de Ações), pretende-se submeter aos acionistas de cada uma das Companhias a proposta de combinação dos negócios das Companhias, por meio da incorporação de ações da Terra Santa pela SLC, nos termos dos artigos 252, 224 e 225 da Lei das S.A. (“Incorporação de Ações”).

1.1.1. Como resultado da Incorporação de Ações, na Data de Fechamento (conforme abaixo definido), a SLC passará a deter a totalidade das ações da Terra Santa. Além disso, como contrapartida à Incorporação de Ações, os acionistas da Terra Santa receberão ações da SLC, de acordo com a Relação de Troca prevista na Cláusula 2.1 abaixo. Para os fins deste Protocolo e Justificação, a SLC, após a consumação da Incorporação de Ações, será referida como a “Companhia Combinada”. Para fins de esclarecimento, as ações a serem emitidas pela Companhia Combinada na Data de Fechamento terão os mesmos direitos das demais ações ordinárias atualmente emitidas pela SLC.

1.2. Justificação da Incorporação de Ações. A Incorporação de Ações tem por objetivo promover a combinação dos negócios complementares das Companhias para atuar com mais eficiência em um setor em evolução, altamente dinâmico e competitivo, com investimentos em inovação e diversificação entre as Companhias.

2. Cálculo e Ajustes da Relação de Troca

2.1. Relação de Troca. Sujeito aos termos e condições previstos no Acordo de Associação e neste Protocolo e Justificação (inclusive a satisfação ou renúncia, conforme o caso, das Condições Precedentes à consumação da Incorporação de Ações), com a consumação da Incorporação de Ações, serão emitidas pela SLC e atribuídas aos acionistas e detentores dos bônus de subscrição de emissão da Terra Santa (“Bônus de Subscrição”) um total de 2.516.454 (duas milhões, quinhentas e dezesseis mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, as quais representarão na Data de Fechamento, em bases totalmente diluídas, 1,3% (um vírgula três por cento) do capital social total e votante da SLC (“Participação Final”). A alocação das ações ordinárias emitidas pela SLC entre os acionistas da Terra Santa e os detentores de Bônus de Subscrição deverá observar os critérios estabelecidos no **Anexo 2.1** ao presente (“Relação de Troca”), o qual apresenta exemplos ilustrativos sobre a forma de cálculo da Relação de Troca e da Participação Final. Para fins da determinação da Relação de Troca, a ação da SLC foi avaliada em R\$25,83 (vinte e cinco reais e oitenta e três centavos) por ação, valor este determinado com base no preço médio ponderado por volume (“VWAP”) nos 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores a 26 de novembro de 2020, data em que as Companhias celebraram o Memorando de Entendimentos visando a combinação de seus negócios.

2.2. Ajuste da Relação de Troca. Nos termos da Cláusula 2.1.2.3. do Acordo de Associação, a Relação de Troca será ajustada, sem prejuízo da necessidade de obtenção de aprovação prévia das Partes, em decorrência dos seguintes eventos:

(i) declaração e/ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros proventos aos acionistas legalmente distribuíveis da Terra Santa e/ou da SLC entre 26 de novembro de 2020 e a Data de Fechamento, quando em valores superiores a 50% (cinquenta por cento) do respectivo lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; ou (ii) os eventos indicados nas Cláusulas 5.1(i) e 5.1(ii) do Acordo de Associação que envolvam as ações e/ou o capital social da SLC, da Terra Santa ou das suas sociedades controladas, conforme o caso. Mediante a ocorrência de qualquer evento que impacte a Relação de Troca, a Relação de Troca será ajustada conforme os critérios descritos no **Anexo 2.2** ao presente.

2.3. A Relação de Troca já contempla os efeitos econômicos decorrentes (i) do exercício de determinados Bônus de Subscrição, conforme previsto na Cláusula 3.2 do Acordo de Associação; e (ii) da aceleração das aquisições de direito (*vesting*) das outorgas de opções de compra de ações, ações diferidas ou restritas, *stock options* e outros instrumentos patrimoniais em aberto nesta data na Terra Santa, bem como outorgas de opções de compra de ações, ações diferidas ou restritas, *stock options* e outros instrumentos patrimoniais e as potenciais outorgas adicionais da SLC, nos termos da Cláusula 2.1.2.1 do Acordo de Associação.

2.4. Instrumentos de Remuneração Baseados em Ações. Com base na Cláusula 2.1.6 do Acordo de Associação todas as opções de compra de ações e ações restritas outorgadas nos termos dos programas e planos de remuneração e baseadas em ações da Terra Santa, conforme detalhadas no Anexo 2.1.6 do Acordo de Associação, serão devidamente aceleradas (*vested*) e liquidadas pela Terra Santa em moeda corrente nacional antes da Incorporação de Ações, de forma que todos os titulares de tais outorgas darão quitação para a Terra Santa até o Fechamento da Transação, e não terão qualquer direito ao recebimento de ações da Terra Santa e/ou da SLC. Todos os programas e planos de incentivo a longo prazo baseados em ações da Terra Santa serão também cancelados antes da Incorporação de Ações.

2.5. Frações de Ações. As Partes acordam que eventuais frações de ações de emissão da Companhia Combinada decorrentes da Incorporação de Ações serão grupadas em números inteiros para, em seguida, serem vendidas no mercado à vista administrado pela B3 após a consumação da Incorporação de Ações, nos termos de aviso aos acionistas a ser oportunamente divulgado pela administração da Companhia Combinada. Os valores auferidos na referida venda serão disponibilizados líquidos de taxas e tributos aos antigos acionistas da Terra Santa titulares das respectivas frações, proporcionalmente à sua participação em cada ação vendida.

2.6. Bônus de Subscrição. Por força da Incorporação de Ações, nos termos da Cláusula 2.1 acima, os Bônus de Subscrição remanescentes na Data de Fechamento deverão ser cancelados e substituídos por um número de ações ordinárias da SLC, de acordo com a seguinte fórmula:

Número de Ações SLC = Número de Bônus de Subscrição x 0,4606

sendo esse multiplicador calculado com base no ratio entre o VWAP de TESA 12 e o VWAP de SLC3 nos 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores a 25 de março de 2021

2.6.1. Caso haja qualquer detentor de Bônus de Subscrição que não concorde em tornar-se acionista da SLC, em virtude do cancelamento e substituição dos seus respectivos Bônus de Subscrição por ações da SLC, tal detentor poderá solicitar que, quando da consumação da Incorporação de Ações, a SLC venda ao preço da B3 juntamente com eventuais frações de ações de emissão da SLC decorrentes da Incorporação de Ações, as ações da SLC a que tal detentor teria direito, nos termos da Cláusula 2.1 do Acordo acima e entregue os recursos líquidos de tal venda ao referido detentor que houver assim solicitado.

2.6.3. Caso o cancelamento e substituição dos Bônus de Subscrição descritos na Cláusula 2.6.1 acima resulte em eventuais frações de ações da SLC, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 2.5.

2.7. Ausência de Avaliação dos Patrimônios Líquidos a Preços de Mercado para fins do Artigo 264 da Lei das S.A. Considerando que (i) a SLC e a Terra Santa não têm relação de controle entre si e não possuem controle comum; e (ii) a relação de substituição foi negociada entre partes absolutamente independentes, não há que se falar em aplicabilidade do artigo 264 da Lei das S.A. à Incorporação de Ações.

2.8. Retenção do IRRF na Incorporação de Ações. No caso de acionistas não residentes detentores de ações da Terra Santa, em que será realizada a retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”) relativa ao eventual ganho de capital, na forma do art. 21, § 6º da Instrução Normativa RFB 1.455/14, com a redação dada pela Instrução Normativa RFB 1.732/17, a SLC reserva-se o direito de: (a) fazer a retenção do IRRF relativo ao eventual ganho de capital do acionista não residente da Terra Santa que não apresentar, diretamente ou por meio de seus agentes de custódia, até a data fixada em aviso aos acionistas a ser divulgado oportunamente, a comprovação documental do custo médio de aquisição das suas ações da Terra Santa que

demonstrem a inexistência de ganho de capital tributável; (b) cobrar eventual montante do IRRF de tal acionista; e (c) em caso de inadimplemento de tal acionista, compensar o montante do IRRF eventualmente recolhido pela companhia em nome do investidor estrangeiro não residente com quaisquer créditos detidos contra o investidor estrangeiro, incluindo, sem limitação, o valor de quaisquer dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos que venham a ser declarados e/ou pagos pela SLC a qualquer tempo.

3. Critérios de Avaliação das Ações da Terra Santa

3.1. Data-Base. A data base utilizada para fins da Incorporação de Ações será o dia 31 de dezembro de 2020 ("Data-Base").

3.2. Critério de Avaliação. As ações da Terra Santa que serão incorporadas pela SLC serão avaliadas pelo seu valor econômico.

3.3. Empresa Avaliadora. A SLC nomeou Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., sociedade estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1.240, CEP 04711-130, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.189.924/0001-03 ("Avaliador"), para elaborar o laudo de avaliação do valor econômico das ações da Terra Santa a serem incorporadas pela SLC na Data-Base, o qual encontra-se anexo ao presente Protocolo e Justificação na forma do **Anexo 3.3** ("Laudo de Avaliação"), ficando os valores nele especificados subordinados à análise e à aprovação dos acionistas da SLC, na forma da lei.

3.3.1. Ratificação da Nomeação e Contratação do Avaliador. Nos termos do artigo 252, §1º, da Lei das S.A., a nomeação e a contratação do Avaliador serão submetidas à ratificação pela Assembleia Geral Extraordinária da SLC.

3.3.2. Custos. A SLC e Terra Santa arcarão, proporcionalmente à Participação Final na Companhia Combinada, nos termos do Acordo de Associação, com os custos relacionados à contratação do Avaliador que elaborou o Laudo de Avaliação.

3.3.3. Inexistência de Conflito do Avaliador. O Avaliador declarou (i) não existir qualquer conflito ou comunhão de interesses, atual ou potencial, com os acionistas das Companhias, ou, ainda, no tocante à Incorporação de Ações; e (ii) não terem os acionistas ou os administradores das Partes direcionado, limitado, dificultado ou praticado quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de

trabalho relevantes para a qualidade das suas conclusões. O Avaliador foi selecionado para os trabalhos aqui descritos considerando a ampla e notória experiência que tem na preparação de laudos e avaliações dessa natureza.

3.4. Valor Atribuído. Nos termos do Laudo de Avaliação da Terra Santa, o valor total atribuído às ações da Terra Santa a serem incorporadas pela SLC para fins da Incorporação de Ações é de R\$138.000.000,00 (cento e trinta e oito milhões de reais).

3.5. Variações Patrimoniais. As variações patrimoniais ocorridas na Terra Santa entre a Data-Base e a data em que se efetivar a Incorporação de Ações serão suportadas exclusivamente pela Terra Santa e refletidas na SLC em decorrência da aplicação do método de equivalência patrimonial.

3.6. Informações Financeiras Pro Forma. Conforme determinado no artigo 7º da Instrução CVM 565, a SLC nomeou o Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909. Torre Norte – 10º andar, CEP 04543-0111, inscrita no CNPJ/ME sob nº 59.527.788/0001-31 (“Auditor Independente”) para preparar as informações financeiras *pro forma* da Companhia Combinada, relativas à Data-Base, acompanhadas da respectiva asseguarção razoável pelo Auditor Independente.

4. Aumento de Capital da Companhia Combinada

4.1. Aumento do Capital Social da Companhia Combinada. A Incorporação de Ações resultará na emissão de ações da SLC pelo preço de subscrição total de R\$138.000.000,00 (cento e trinta e oito milhões de reais), correspondente ao valor econômico atribuído às ações da Terra Santa a serem incorporadas pela SLC, suportado pelo Laudo de Avaliação. Deste total, o valor de R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) será destinado à conta de capital social e o restante, no valor de R\$73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais), deverá ser destinado à reserva de capital da SLC. Assim, com a consumação da Incorporação de Ações, e sujeito a eventuais ajustes na Relação de Troca na forma da Cláusula 2.2 acima, o capital social da Companhia Combinada será aumentado em R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 2.516.454 (dois milhões, quinhentas e dezesseis mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Dessa forma, o capital social da Companhia Combinada passará de R\$ 947.521.509,85 (novecentos e quarenta e sete milhões, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e nove reais e oitenta e cinco centavos), dividido em 190.595.000 (cento e noventa milhões, quinhentas e noventa e cinco mil) ações

ordinárias, para R\$1.012.521.509,85 (um bilhão e doze milhões, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e nove reais e oitenta e cinco centavos), dividido em 193.111.454 (cento e noventa e três milhões, cento e onze mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias (“Aumento de Capital”). O capital social da Terra Santa não sofrerá qualquer alteração.

4.2. Ações Emitidas no Aumento de Capital. As novas ações ordinárias da Companhia Combinada emitidas em decorrência do Aumento de Capital serão atribuídas aos acionistas da Terra Santa em substituição às ações de emissão da Terra Santa de que são titulares, conforme a Relação de Troca indicada nas Cláusulas 2.1 e 2.2 acima. As novas ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos conferidos pelas demais ações ordinárias de emissão da Companhia Combinada, incluindo recebimento integral de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos, que vierem a ser declarados pela Companhia Combinada a partir da data em que a Incorporação de Ações for consumada.

4.3. Projeto de Alteração Estatutária. Em razão do Aumento de Capital, o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da SLC deverá ser alterado para refletir o novo valor do capital social e o novo número de ações, conforme redação abaixo:

“Artigo 5º. O capital social é de R\$1.012.521.509,85 (um bilhão e doze milhões, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e nove reais e oitenta e cinco centavos), dividido em 193.111.454 (cento e noventa e três milhões, cento e onze mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.”

4.3.1. Após a confirmação pelo Conselho de Administração da SLC do novo valor do capital social e da quantidade de ações emitidas, a averbação da redação atualizada do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da SLC deverá ser submetida à primeira assembleia geral de acionistas a ser realizada após a data de consumação da Incorporação de Ações.

5. Aprovações Societárias e Demais Condições Precedentes à Consumação da Incorporação de Ações

5.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.2 abaixo, a consumação da Incorporação de Ações dependerá da realização dos seguintes atos:

-
- (i) assembleia geral extraordinária da Terra Santa ("Assembleia Geral de Acionistas da Terra Santa") para decidir, dentre outras questões, sobre (a) a aprovação deste Protocolo e Justificação; (b) a aprovação da Incorporação de Ações, cuja eficácia ficará condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes previstas no Capítulo IV do Acordo de Associação, de acordo com o artigo 125 do Código Civil, nos termos e condições deste Protocolo e Justificação; e (c) a autorização para que os diretores da Terra Santa pratiquem todos os atos necessários à consumação da Incorporação de Ações, incluindo a subscrição das novas ações a serem emitidas pela SLC em decorrência da Incorporação de Ações; e
- (ii) assembleia geral extraordinária da SLC ("Assembleia Geral de Acionistas da SLC") para decidir, dentre outras questões, sobre (a) a aprovação deste Protocolo e Justificação; (b) a ratificação da nomeação e contratação do Avaliador responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação; (c) a aprovação do Laudo de Avaliação; (d) a aprovação da Incorporação de Ações, cuja eficácia ficará condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes previstas no Capítulo IV do Acordo de Associação, de acordo com o artigo 125 do Código Civil, nos termos e condições do Protocolo e Justificação; (e) a aprovação do aumento do capital social a ser subscrito e integralizado pelos administradores da Terra Santa em favor de seus acionistas, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas da SLC, com a alteração do Art. 5º do Estatuto Social da SLC, cuja eficácia ficará condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes previstas no Capítulo IV do Acordo de Associação, de acordo com o artigo 125 do Código Civil, nos termos e condições deste Protocolo e Justificação; e (f) a autorização para que os diretores da SLC pratiquem todos os atos necessários à consumação da Incorporação de Ações.

5.1.1. A Incorporação de Ações será, ainda, avaliada pelo Conselho Fiscal da SLC, nos termos do artigo 163, III, da Lei das S.A.

5.2. Observado o disposto no Acordo de Associação, as Partes concordam que as obrigações assumidas pelas Partes no Acordo de Associação e neste Protocolo e Justificação para implementação da Incorporação de Ações estão sujeitas à verificação das seguintes condições precedentes, as quais não poderão ser renunciadas por nenhuma das Partes ("Condições Precedentes das Partes"):

-
- (i) nenhuma ordem administrativa e/ou judicial ou outra restrição legal relevante tenha sido emitida ou editada, e estará em vigor, que proíba a consumação da Incorporação de Ações;
 - (ii) a Reorganização Societária prevista no Acordo de Associação deverá ter sido concluída; e
 - (iii) a Assembleia Geral de Acionistas da SLC e a Assembleia Geral de Acionistas da Terra Santa deverão ter aprovado a Incorporação de Ações.

5.3. Observado o disposto no Acordo de Associação, as Partes concordam que as obrigações assumidas pela Terra Santa e pelos acionistas da Terra Santa no Acordo de Associação e neste Protocolo e Justificação para implementação da Incorporação de Ações estão sujeitas à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das seguintes condições precedentes (“Condições Precedentes da Terra Santa”):

- (i) as declarações e garantias prestadas pela SLC Participações, no Acordo de Associação, sejam em todos os aspectos, verdadeiras, exatas, precisas e corretas na data de assinatura do Acordo de Associação, bem como na Data de Fechamento (exceto na medida em que tais declarações e garantias se refiram especificamente a uma data diferente);
- (ii) as declarações e garantias prestadas pela SLC no Acordo de Associação sejam, em todos os aspectos relevantes (exceto pelas Questões Fundamentais, as quais sejam em todos os aspectos), verdadeiras, exatas, precisas e corretas na data de assinatura do Acordo de Associação, bem como na Data de Fechamento (exceto na medida em que tais declarações e garantias se refiram especificamente a uma data diferente);
- (iii) os compromissos e obrigações da SLC Participações S.A. e da SLC que devem ser cumpridos antes da Data do Fechamento, terão sido devidamente verificados e cumpridos em todos os aspectos relevantes; e
- (iv) nenhum Efeito Adverso Relevante terá ocorrido com relação à SLC e/ou suas afiliadas, até a Data de Fechamento.

5.4. Observado o disposto no Acordo de Associação, as Partes concordam que as obrigações assumidas pela SLC e pela SLC Participações S.A. (CNPJ

nº 90.522.921/0001-07), no Acordo de Associação e neste Protocolo e Justificação, para implementação da Incorporação de Ações estão sujeitas ao cumprimento (ou renúncia, conforme o caso) das seguintes condições precedentes (“Condições Precedentes da SLC” e, juntamente com as Condições Precedentes das Partes e com as Condições Precedentes da Terra Santa, “Condições Precedentes”):

- (i) as declarações e garantias prestadas pela Terra Santa no Acordo de Associação sejam, em todos os aspectos relevantes (exceto pelas Questões Fundamentais, as quais sejam em todos os aspectos), verdadeiras, exatas, precisas e corretas na data de assinatura do Acordo de Associação, bem como na Data de Fechamento (exceto na medida em que tais declarações e garantias se refiram especificamente a uma data diferente), ressalvado, entretanto, que a Terra Santa poderá atualizar referidas declarações e garantias, exceto pelas Questões Fundamentais com eventos, atos e/ou fatos ocorridos ou conhecidos entre a data de assinatura do Acordo de Associação e a Data de Fechamento, desde que tais eventos, atos e/ou fatos não resultem em um Efeito Adverso Relevante;
- (ii) as declarações e garantias prestadas por cada um dos acionistas da Terra Santa que assinou o Acordo de Associação, no Acordo de Associação sejam verdadeiras, exatas, precisas e corretas na data de assinatura do Acordo de Associação, bem como na Data de Fechamento (exceto na medida em que tais declarações e garantias se refiram especificamente a uma data diferente);
- (iii) as declarações e garantias prestadas pela TS Brasil S.A. e pela TS Agro S.A. no Acordo de Associação sejam verdadeiras, exatas, precisas e corretas na data de assinatura do Acordo de Associação, bem como na Data de Fechamento (exceto na medida em que tais declarações e garantias se refiram especificamente a uma data diferente);
- (iv) os compromissos e obrigações da Terra Santa, da TS Brasil S.A. e da TS Agro S.A. que devem ser cumpridos antes da Data do Fechamento, terão sido devidamente verificados e cumpridos em todos os aspectos relevantes;
- (v) os compromissos e obrigações de cada um dos acionistas da Terra Santa que devem ser cumpridos antes da Data do Fechamento, terão sido devidamente verificados e cumpridos em todos os aspectos relevantes;
- (vi) a Terra Santa terá obtido as autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros previstos no Acordo de Associação;

-
- (vii) determinados Bônus de Subscrição deverão ter sido exercidos, nos termos da Cláusula 3.2.1 do Acordo de Associação; e
 - (viii) nenhum Efeito Adverso Relevante terá ocorrido com relação à Terra Santa e/ou suas afiliadas, até a Data de Fechamento.

5.5. O fechamento das operações previstas no Acordo de Associação e neste Protocolo e Justificação (“Fechamento”) ocorrerá após a aprovação da Incorporação de Ações pelos acionistas da Terra Santa na Assembleia Geral de Acionistas da Terra Santa, pelos acionistas da SLC na Assembleia Geral de Acionistas da SLC e, após o cumprimento ou renúncia (conforme o caso) das Condições Precedentes, (i) no primeiro dia útil do mês imediatamente após o mês no qual o cumprimento ou a renúncia (conforme o caso) de todas as Condições Precedentes tiver ocorrido; ou (ii) em outra data, conforme mutuamente acordado por escrito entre as Partes (“Data de Fechamento”).

5.5.1. Para fins do fechamento, os membros do Conselho de Administração da SLC realizarão, na Data de Fechamento, uma reunião do Conselho de Administração da SLC para, entre outros, (i) confirmar o cumprimento (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes da Incorporação de Ações; (ii) registrar a data de eficácia da Incorporação de Ações, nos termos e condições deste Protocolo e Justificação; e (iii) registrar a data de eficácia do aumento do capital social da SLC. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração da Terra Santa também realizarão, na Data de Fechamento, uma reunião do Conselho de Administração da Terra Santa para, entre outros, (i) confirmar a verificação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes da Incorporação de Ações; e (ii) registrar a data de vigência da Incorporação de Ações, nos termos e condições deste Protocolo e Justificação.

6. Direito de Retirada

6.1. Direito de Retirada dos Acionistas da SLC. Conforme disposto nos artigos 252, §1º, e 137, §1º, da Lei das S.A., será garantido o direito de retirada aos acionistas da SLC que não votarem favoravelmente à Incorporação de Ações, que se abstiverem de votar ou que não comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária pertinente, e que manifestarem expressamente sua intenção de exercer o direito de retirada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação da ata de Assembleia Geral Extraordinária que aprovar a Incorporação de Ações. O direito de retirada, com o consequente pagamento do reembolso, somente será assegurado com relação às

ações de emissão da SLC de que o acionista era, comprovadamente, titular desde o encerramento do pregão do dia 25 de março de 2021 e mantidas pelo acionista, ininterruptamente, até a data do efetivo exercício do direito de retirada.

6.2. Valor de Reembolso dos Acionistas da SLC. Os acionistas dissidentes da SLC terão direito ao reembolso de suas ações, no valor de R\$16,532744 por ação, correspondente ao valor do patrimônio líquido da ação da SLC em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrações financeiras da SLC aprovadas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2021, sem prejuízo do levantamento de balanço especial, nos termos da legislação aplicável.

6.3. Direito de Retirada dos Acionistas da Terra Santa. Conforme disposto nos artigos 252, §2º, e 137, §1º, da Lei das S.A., será garantido o direito de retirada aos acionistas da Terra Santa que não votarem favoravelmente à Incorporação de Ações, que se absterem de votar ou que não comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária pertinente, e que manifestarem expressamente sua intenção de exercer o direito de retirada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação da ata de Assembleia Geral Extraordinária que aprovar a Incorporação de Ações. O direito de retirada, com o consequente pagamento do reembolso, somente será assegurado com relação às ações de emissão da Terra Santa de que o acionista era, comprovadamente, titular desde o encerramento do pregão do dia 25 de março de 2021 e mantidas pelo acionista, ininterruptamente, até a data do efetivo exercício do direito de retirada.

6.4. Valor de Reembolso dos Acionistas da Terra Santa. Os acionistas dissidentes da Terra Santa terão direito ao reembolso de suas ações, no valor de R\$36,030569, equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação da Terra Santa em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrações financeiras da Terra Santa aprovadas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2021, sem prejuízo do levantamento de balanço especial, nos termos da legislação aplicável.

6.5. Pagamento do Reembolso. O pagamento do valor de reembolso das ações dependerá da consumação da Incorporação de Ações, conforme artigo 230 da Lei das S.A.

7. Multa por Quebra

7.1. Multa por Quebra. Caso o Acordo de Associação venham a ser rescindido nos termos da Cláusula 10.3 ali prevista, em decorrência de dolo ou qualquer outro ato ou omissão em má-fé ("Evento de Quebra"), como forma de compensação por qualquer

perda sofrida pela parte inocente em relação à elaboração, negociação e anúncio público da Incorporação de Ações e do Acordo de Associação, a Parte inadimplente pagará à Parte inocente uma multa prefixada de natureza compensatória, no valor total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), corrigido pela variação positiva do IPCA, a partir da data de assinatura do Acordo de Associação até a data do efetivo pagamento, que será efetuado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da ocorrência do Evento de Quebra.

8. Arbitragem e Lei Aplicável

8.1. Lei Aplicável. Este Protocolo e Justificação será regido por e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

8.2. Arbitragem. Todas as reivindicações ou controvérsias decorrentes ou relacionadas a este Protocolo e Justificação, envolvendo quaisquer das Partes, incluindo qualquer reivindicação ou controvérsia a respeito de sua existência, validade, rescisão ou cumprimento serão resolvidas definitivamente por arbitragem, nos termos do Regulamento de Arbitragem ("Regulamento de Arbitragem") da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Câmara").

8.2.1. A arbitragem terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, onde a sentença arbitral será proferida.

8.2.2. O idioma de todos os atos da arbitragem será o português. Os árbitros aplicarão a lei que rege este Protocolo e Justificação conforme previsto na Cláusula 8.1 e as decisões serão tomadas de acordo com a legislação brasileira. O Tribunal Arbitral não poderá recorrer às normas de equidade para resolver as disputas a ele submetidas.

8.2.3. O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros, sendo que cada parte da arbitragem nomeará um árbitro. O terceiro árbitro será selecionado, de comum acordo, pelos árbitros nomeados pelas partes da arbitragem e atuará como presidente do Tribunal Arbitral. Caso qualquer das partes da arbitragem deixe de indicar o respectivo árbitro, ou os 2 (dois) árbitros deixem de nomear o terceiro árbitro nos prazos fixados pelo Regulamento de Arbitragem, a Câmara fará as indicações faltantes. Toda e qualquer controvérsia, ou omissão, relativa à indicação dos árbitros pelas Partes, bem como à escolha do terceiro árbitro, será dirimida, ou suprida, pela Câmara.

8.2.4. Se houver mais de um requerente, ou mais de um requerido, os requerentes conjuntamente, ou requeridos conjuntamente, deverão indicar seu

respectivo árbitro. Nessa hipótese, caso essas partes não logrem êxito em se agrupar, ou não acordem em nomear um árbitro, o Presidente da Câmara de Arbitragem indicará todos os árbitros.

8.2.5. A sentença arbitral será considerada final e definitiva, obrigando as partes da arbitragem e seus sucessores, que renunciaram expressamente a qualquer recurso.

8.2.6. Eventuais medidas cautelares ou de urgência anteriores à constituição do Tribunal Arbitral poderão ser pleiteadas ao Poder Judiciário. Após a instituição da arbitragem, todas as medidas cautelares ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao Tribunal Arbitral, a quem caberá manter, modificar ou revogar eventuais medidas pleiteadas ao Poder Judiciário.

8.2.7. Para eventuais medidas cautelares ou de urgência requeridas antes de instituída a arbitragem, bem como processos de execução ou de cumprimento da sentença arbitral, quando aplicáveis, ou qualquer outra medida judicial permitida pela Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (“Lei nº 9.307/96”), fica eleito exclusivamente o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. O requerimento de qualquer medida judicial permitida pela Lei nº 9.307/96 não será considerado como renúncia à esta cláusula arbitral ou à arbitragem como o mecanismo de solução de conflitos relacionados a este Protocolo e Justificação.

8.2.8. A sentença arbitral atribuirá à parte vencida, ou a ambas as Partes na proporção em que suas pretensões não forem acolhidas, a responsabilidade pelo pagamento dos custos da arbitragem, os quais incluirão todos os custos administrativos cobrados pela Câmara, honorários de peritos e árbitros, bem como honorários advocatícios contratuais e demais despesas relacionadas à arbitragem. O Tribunal Arbitral não condenará nenhuma das partes ao pagamento de honorários de sucumbência.

8.2.9. As partes da arbitragem se comprometem a manter em sigilo a arbitragem e seus elementos (inclusive, mas não se limitando, as alegações das partes, provas, laudos, demais manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados, ou trocados, no curso do procedimento arbitral), exceto se a divulgação de alguma informação for exigida para cumprimento de obrigações impostas por lei, autoridade reguladora ou decisão judicial.

9. Disposições Gerais

9.1. Dia Útil. Para fins deste Protocolo e Justificação, “Dia Útil” significa qualquer dia, à exceção de sábado ou domingo ou qualquer dia em que os bancos comerciais nas Cidades de São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, ou Porto Alegre/RS, sejam autorizados ou obrigados a fechar.

9.2. Termos Definidos. As expressões e termos empregados neste Protocolo e Justificação com as suas iniciais grafadas em letra maiúscula que não possuam definição própria neste instrumento, terão os significados que lhes são atribuídos no Acordo de Associação.

9.3. Obrigações das Companhias. As Companhias e suas respectivas administrações obrigam-se a cumprir todos os termos previstos neste Protocolo e Justificação, ficando autorizadas suas respectivas diretorias a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para a implementação da Incorporação de Ações.

9.4. Documentos à Disposição dos Acionistas. Todos os documentos mencionados neste Protocolo e Justificação estarão à disposição dos seus respectivos acionistas, na forma da lei e regulamentação aplicáveis, e poderão ser consultados nas sedes das respectivas Companhias. Os documentos também estarão disponíveis nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e nos respectivos sites de Relações com Investidores da SLC (<http://ri.slcagricola.com.br/>) e da Terra Santa (<http://ri.terrasantaagro.com/>)

9.5. Alterações. Este Protocolo e Justificação somente poderá ser alterado por meio de instrumento escrito assinado pelas administrações das Partes.

9.6. Estatuto Social da Terra Santa. Após a Data de Fechamento, a Companhia Combinada e a Terra Santa tomarão as providências necessárias para cancelar o registro de companhia aberta da Terra Santa perante a CVM. As ações de emissão da Terra Santa deixarão, conseqüentemente, de ser negociadas na B3. Após a Incorporação de Ações, com a migração da base acionária da Terra Santa para a SLC, a B3 promoverá de ofício o cancelamento da listagem das ações da Terra Santa no Novo Mercado.

9.7. Ausência de Sucessão. A Incorporação de Ações não resultará na absorção, pela SLC, de quaisquer bens, direitos, haveres, obrigações ou responsabilidades da Terra Santa, que manterá na íntegra sua personalidade jurídica, não havendo sucessão.

9.8. Nulidade e Eficácia. A eventual declaração por qualquer tribunal de nulidade ou a ineficácia de qualquer das avenças contidas neste Protocolo e Justificação não prejudicará a validade e eficácia das demais, que serão integralmente cumpridas, obrigando-se as Partes a envidar seus melhores esforços de modo a ajustar-se validamente para obter os mesmos efeitos da avença que tiver sido anulada ou tiver se tornado ineficaz.

9.9. Renúncia. A falta ou o atraso de qualquer das Partes em exercer qualquer de seus direitos neste Protocolo e Justificação não deverá ser considerado como renúncia ou novação e não deverá afetar o subsequente exercício de tal direito. Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for especificamente outorgada e por escrito.

9.10. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. O presente Protocolo e Justificação é irrevogável e irretratável (exceto se aditado ou dispensado conforme aqui previsto), sendo que as obrigações ora assumidas pelas Partes obrigam também seus sucessores a qualquer título.

9.11. Cessão. É vedada a cessão de quaisquer dos direitos e obrigações pactuados no presente Protocolo e Justificação sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, das Partes.

E, POR ESTAREM JUSTAS E CONTRATADAS, assinam este Protocolo e Justificação no dia 20 de maio de 2021 em 3 (três) vias de igual teor e forma e para um só efeito, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas.

[Páginas de assinaturas a seguir]

Página de assinaturas 1/2 do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da Terra Santa Agro S.A. pela SLC Agrícola S.A. celebrado em 20 de maio de 2021.

TERRA SANTA AGRO S.A.

Nome:
Cargo: Diretor

Nome:
Cargo: Diretor

Página de assinaturas 2/2 do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da Terra Santa Agro S.A. pela SLC Agrícola S.A. celebrado em 20 de maio de 2021.

SLC AGRÍCOLA S.A.

Nome:
Cargo: Diretor

Nome:
Cargo: Diretor

Testemunhas:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

Anexo 2.1
Relação de Troca

	Item	Unidade	Valor	Observações importantes
(a)	VWAP TESA12 - Bônus de Subscrição	R\$ / bônus	17,25	VWAP 60 dias ⁽¹⁾
(b)	Quantidade de Bônus de Subscrição TESA12	#	7.229.864	Quantidade em 15/mar/2021
(c) = (a) x (b)	Valor de mercado do Bônus de Subscrição TESA12	R\$	124.689.551,78	
(d)	VWAP TESA3 - Ações Terra Santa	R\$ / ação	29,29	VWAP 60 dias ⁽¹⁾
(e)	Preço de Exercício Original - Bônus de Subscrição TESA12	R\$ / bônus	13,51	27,82
(f) = (d) - (e)	Retorno para detentor de TESA12 (<i>Payoff</i>)	R\$ / bônus	15,78	0,62
(g) = (a) - (f)	Desconto - desconto implícito ao detentor de TESA12	R\$ / bônus	1,47	
(h) = (g) / (e)	Desconto em % do Preço de Exercício	%	10,9%	
(i) = (e) - (g)	Preço de Exercício Ajustado	R\$ / bônus	12,04	
(j) = (b) x (g)	Valor total do Desconto	R\$	10.627.160,40	
(k) = (a) / (d)	Relação de troca TESA12 / TESA3	TESA12 / TESA3	0,5889	Representação com 4 casas decimais (não exaustivo)
(l) = (b) x (k)	Quantidade de TESA3 para detentores de TESA12	# ações TESA3	4.257.568	
(m)	VWAP SLCE3	R\$ / ação	37,61	VWAP 60 dias ⁽¹⁾
(n) = (a) / (m)	Relação de troca TESA12 / SLCE3	TESA12 / SLCE3	0,4586	Representação com 4 casas decimais (não exaustivo)

Notas:

(1) Volume ponderado pelo preço (VWAP - Volume Weighted Average Price) dos últimos 60 dias pregões (em relação ao fechamento de mercado do dia 23/03/2021)

Data	VWAP diário			Volume negociado			# de ações (ou bônus) negociados		
	(R\$ / ação ou R\$ / bônus)			(R\$)			(unid.)		
	TESA12-BR	TESA3-BR	SLCE3-BR	TESA12-BR	TESA3-BR	SLCE3-BR	TESA12-BR	TESA3-BR	SLCE3-BR
28/01/2021	0,0	27,4	34,4	NA	1.202.704,00	25.950.853,00	NA	43.900	754.300
29/01/2021	14,0	27,0	34,9	57.400,00	1.353.087,00	33.088.555,00	4.100	50.100	948.500
01/02/2021	15,2	27,0	34,9	83.680,00	380.606,00	30.206.172,00	5.500	14.100	865.700
02/02/2021	16,7	27,9	36,5	64.940,00	1.603.774,00	41.048.427,00	3.900	57.500	1.125.800
03/02/2021	17,7	27,8	37,1	39.045,00	474.544,00	63.691.712,00	2.200	17.100	1.716.100
04/02/2021	17,7	27,6	37,0	49.544,00	358.876,00	56.883.873,00	2.800	13.000	1.537.600
05/02/2021	16,6	27,4	37,0	76.257,00	150.735,00	24.529.570,00	4.600	5.500	662.300
08/02/2021	17,0	28,0	38,8	88.550,00	2.557.879,00	81.674.442,00	5.200	91.200	2.104.100
09/02/2021	16,2	28,2	39,4	29.100,00	916.350,00	46.880.778,00	1.800	32.500	1.189.700
10/02/2021	0,0	28,4	39,5	NA	1.176.015,00	66.220.719,00	NA	41.400	1.678.500
11/02/2021	17,6	29,4	41,1	28.092,00	3.359.268,00	72.337.357,00	1.600	114.300	1.758.100
12/02/2021	19,1	30,5	42,3	614.301,00	15.133.652,00	94.410.387,00	32.200	496.600	2.233.500
17/02/2021	19,6	32,2	42,0	107.747,00	3.558.142,00	34.731.111,00	5.500	110.500	826.500
18/02/2021	0,0	31,2	41,6	NA	1.338.526,00	42.636.549,00	NA	42.900	1.025.400
19/02/2021	0,0	30,7	41,4	NA	1.266.031,00	30.182.886,00	NA	41.200	728.900
22/02/2021	0,0	29,9	40,3	NA	880.669,00	75.292.996,00	NA	29.500	1.870.400
23/02/2021	16,9	30,3	40,3	35.550,00	821.571,00	44.915.439,00	2.100	27.100	1.113.900
24/02/2021	17,5	31,5	41,5	89.490,00	849.672,00	46.173.451,00	5.100	27.000	1.112.700
25/02/2021	19,4	30,5	40,6	9.700,00	722.729,00	49.629.289,00	500	23.700	1.221.600
26/02/2021	17,2	31,0	40,8	252.801,00	2.356.446,00	86.926.077,00	14.700	75.900	2.129.000
01/03/2021	17,4	31,9	42,4	245.956,00	1.359.951,00	146.970.372,00	14.100	42.600	3.466.400
02/03/2021	17,3	31,3	43,0	124.676,00	930.510,00	75.987.926,00	7.200	29.700	1.767.000
03/03/2021	16,6	31,9	44,0	59.883,00	850.876,00	96.060.314,00	3.600	26.700	2.181.100
04/03/2021	17,9	31,6	43,1	109.380,00	581.965,00	67.745.935,00	6.100	18.400	1.571.700
05/03/2021	17,0	31,0	43,0	61.030,00	1.092.851,00	53.864.826,00	3.600	35.200	1.251.600
08/03/2021	17,2	30,8	42,8	41.343,00	544.724,00	38.687.618,00	2.400	17.700	902.900
09/03/2021	17,5	30,6	42,1	47.257,00	369.742,00	58.772.680,00	2.700	12.100	1.397.600
10/03/2021	16,7	30,4	42,2	5.010,00	398.750,00	52.072.398,00	300	13.100	1.232.500
11/03/2021	15,8	29,9	40,8	15.796,00	781.470,00	72.265.223,00	1.000	26.100	1.770.000
12/03/2021	16,2	30,3	40,3	19.492,00	194.019,00	29.258.976,00	1.200	6.400	726.800
15/03/2021	17,4	30,9	39,8	17.382,00	1.033.286,00	41.584.138,00	1.000	33.400	1.043.700
16/03/2021	17,6	30,8	40,2	44.011,00	877.546,00	33.364.156,00	2.500	28.500	830.100
17/03/2021	18,0	30,8	41,4	183.600,00	557.234,00	54.037.057,00	10.200	18.100	1.305.100
18/03/2021	18,0	32,2	41,4	151.314,00	1.289.426,00	54.236.451,00	8.400	40.100	1.310.000
19/03/2021	19,4	32,5	41,5	85.399,00	706.051,00	42.431.453,00	4.400	21.700	1.021.400
22/03/2021	20,9	32,7	41,4	91.827,00	268.127,00	42.085.437,00	4.400	8.200	1.016.800
23/03/2021	23,4	32,6	41,3	81.806,00	657.986,00	43.578.701,00	3.500	20.200	1.055.400

Fonte: Reuters em 23/03/2021

VWAP = soma do volume negociado / soma da quantidade de títulos (ações ou bônus) negociados

Cenário ilustrativo

		Unidade	Conversão ilustrativa	
			# ações TESA3	
(a)	Base atual de ações TerraSanta	#	21.787.143	
(b)	# total de Bônus de Subscrição (TESA12)	#	7.229.864	
(c) = (a) + (b)	# ações TESA3 <i>fully-diluted</i>	#	29.017.007	
(d)	Alternativa 1: Conversão Acionistas de Referência pré-closing	%	67,3%	
(e)	Alternativa 2: Conversão demais acionistas pré-closing		20,0%	
(f) = 1 - (d) - (e)	Alternativa 3: Conversão pós-closing	%	12,7%	
			# ações TESA3	Em % do tot. TESA3 ⁽¹⁾
(a)	Base atual de ações TerraSanta	#	21.787.143	79,2%
(g) = (b) x (d)	Alternativa 1: Conversão Acionistas de Referência pré-closing	#	4.862.632	17,7%
(h)	VWAP TESA12 - Bônus de Subscrição	R\$	17,25	
(i)	VWAP TESA3 - Ações Terra Santa	R\$	29,29	
(j) = (h) / (i)	Relação de troca TESA12 / TESA3	TESA12 / SLCE3	0,5889	
(k) = (b) x (e) x (j)	Alternativa 2: Conversão demais acionistas pré-closing	#	851.514	3,1%
(l) = (a) + (g) + (k)	Base de ações após exercício antecipado do Bônus de Subscrição (pré-closing)	#	27.501.289	100,0%
(m)	Valor em ações SLCE3 na Transação	R\$	65.000.000,00	
(n)	Preço de SLCE3 na Transação (VWAP 60 dias antes anúncio da Transação)	R\$	25,83	
(o) = (m) / (n)	# total de ações SLCE3 emitidas	#	2.516.454	
(h)	VWAP TESA12 - Bônus de Subscrição	R\$	17,25	
(p)	VWAP SLCE3	R\$	37,61	
(q) = (h) / (p)	Relação de troca TESA12 / SLCE3	TESA12 / SLCE3	0,4586	
(r) = (b) x (f) x (q)	# de ações SLCE3 emitidas para Bonistas que não converteram pré-closing	#	422.509	
			# ações SLCE3	Em % tot. SLCE3 ⁽²⁾
(s) = [(a) / (l)] x [(o) - (r)]	Acionistas atuais	#	1.658.870	0,9%
(t) = [(g) / (l)] x [(o) - (r)]	Alternativa 1: Conversão Acionistas de Referência pré-closing	#	370.240	0,2%
(u) = [(k) / (l)] x [(o) - (r)]	Alternativa 2: Conversão demais acionistas pré-closing	#	64.834	0,0%
(r)	Alternativa 3: Conversão pós-closing	#	422.509	0,2%
(v) = (s) + (t) + (u) + (r)	Total de ações SLCE3 para Bonistas e acionistas de TerraSanta	#	2.516.454	1,3%
(w)	# ações SLCE3 pré Transação	#	190.595.000	
(o)	# ações SLCE3 emitidas	#	2.516.454	
(x) = (w) + (o)	# ações SLCE3 após Transação	#	193.111.454	

Notas:

(1) TerraSanta pré-closing; (2) Considera participação após Transação

Anexo 2.2

Ajuste da Relação de Troca

A Relação de Troca será ajustada de acordo com a seguinte fórmula:

Relação de Troca = [R\$65.000.000,00 / (Preço Por Ação SLC – Ajustes da Relação de Troca)] / Ações do Capital Social Ex. Tesouraria da Terra Santa

Onde:

“Preço por Ação da SLC” = R\$25,83

“Ajustes da Relação de Troca” = valor bruto dos dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros proventos aos acionistas pela SLC declarados e/ou pagos entre 26 de novembro de 2020 e a Data de Fechamento, quando em valores superiores a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

“Ações do Capital Social Ex. Tesouraria da Terra Santa” = 21.787.143 ações¹, não considerando o bônus de subscrição².

Na hipótese de exercício do bônus de subscrição, grupamento, desdobramento, bonificação em ações ou outros eventos com resultados similares, a Relação de Troca será ajustada para refletir tal operação, de modo a manter a Participação Final Ajustada inalterada.

¹ Data base: fechamento do mercado em 24 de março de 2021.

² Em 24 de março de 2021, são 7.229.864 bônus de subscrição em circulação.

Anexo 3.3
Laudo de Avaliação

SLC Agrícola S.A.

*Relatório de Avaliação
Econômico-Financeira da
Terra Santa S.A.*

Data-base: 31 de dezembro de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

12 de maio de 2021

À
SLC Agrícola S.A.

Att: Ivo Brum

Ref.: Relatório de Avaliação Econômico-Financeira da Terra Santa Agro S.A.

Prezados Senhores,

Conforme solicitado por V.Sas. procedemos ao serviço de Avaliação Econômico-Financeira das operações consolidadas da Terra Santa Agro S.A. ("**Terra Santa**" ou "**Empresa**"), resultantes da reestruturação societária da **Empresa** através da qual os ativos e passivos vinculados às terras próprias serão transferidos para a TS Brasil S.A. ("**TS LandoCo**"), permanecendo na **Terra Santa** as atividades e operações agrícolas, na data-base 31 de dezembro de 2020. Entendemos que o propósito deste estudo é subsidiar a Administração da **SLC** no âmbito do processo de aumento de seu capital decorrente da incorporação (após sua reestruturação societária) de 100% das ações da **Terra Santa** na **SLC** ("**Transação**"), atendendo os requisitos do Art. Nº 252 da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76).

Nenhum outro objetivo pode ser subentendido ou inferido, e este documento destina-se ao uso restrito de V.Sas. exclusivamente para a finalidade descrita acima.

METODOLOGIA

Na avaliação da **Terra Santa** foi adotado o *Income Approach* (Método da Renda), baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Futuro Descontado a Valor Presente. Esta metodologia de avaliação se baseia no conceito de que o valor econômico de um negócio em operação está diretamente relacionado ao valor presente dos fluxos de caixa líquidos gerados pela rentabilidade de suas operações no futuro.

Confidencial

A Deloitte refere-se a uma firma-membro da Deloitte, uma de suas entidades relacionadas, ou à Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). Cada firma-membro da Deloitte é uma entidade legal separada e membro da DTTL. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global em auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede de firmas-membro, presente em mais de 150 países e territórios, atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os 312.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Com base no escopo de nossas análises, metodologia adotada, premissas, considerações e informações obtidas durante a execução dos trabalhos, conforme detalhado neste Relatório, o valor econômico da **Terra Santa**, na data-base 31 de dezembro de 2020, encontra-se dentro do intervalo demonstrado a seguir:


	(R\$ milhões)		
Resultado da Avaliação			
Taxa de Desconto	9,9%	10,0%	10,1%
Fluxo de Caixa a Valor Presente	1.175,5	1.169,7	1.164,0
Valor residual do capital investido	22,4	22,0	21,5
Valor Operacional da Empresa - Enterprise Value	1.197,9	1.191,7	1.185,5
(+/-) Ajustes Econômicos	(982,9)	(982,9)	(982,9)
Remuneração Complementar (Arrendamento Terra Santa LandCo)	(70,0)	(70,0)	(70,0)
Valor Econômico	144,9	138,7	132,6
Múltiplo EV/EBITDA ¹ 2019 (LTM)	8,0x	7,9x	7,9x
Múltiplo EV/EBITDA ¹ 2020 (LTM)	5,4x	5,4x	5,3x

¹ O múltiplo EV/EBITDA considera os fluxos de caixa dos 20 anos de projeção desta avaliação, sem considerar perpetuidade.

Permanecemos à inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.










Atenciosamente,

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.



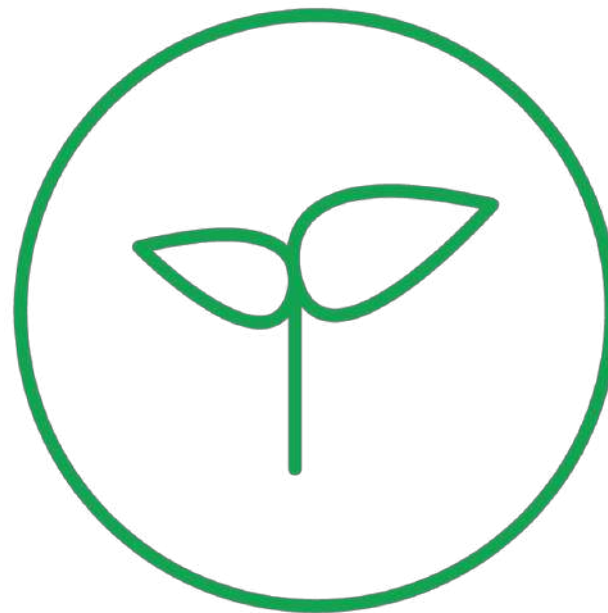
Marcela Yamamoto
Sócia

Índice

	Notas Importantes	04
	Informações sobre o Avaliador	07
	Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta	11
	Metodologia de Avaliação	19
	Documentos Recebidos	22
	Taxa de Desconto	25
	Premissas e Projeções	28
	Resultado da Avaliação	39
	Anexos	41
	I – Análise de Múltiplos	42
	II – Demonstração de Resultado e Fluxo de Caixa Projetados	43
	III – Glossário e Fórmulas	46



Notas Importantes





Notas Importantes

1. A Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. ("Deloitte Consultores") foi contratada pela SLC Agrícola S.A. ("**SLC**" ou "**Cliente**") para preparar o presente relatório de avaliação econômico-financeira das operações consolidadas da Terra Santa Agro S.A. ("**Terra Santa**" ou "**Empresa**"), resultantes da reestruturação societária da **Empresa** através da qual os ativos e passivos vinculados às terras próprias serão transferidos para a TS Brasil S.A. ("**TS LandoCo**"), permanecendo na **Terra Santa** as atividades e operações agrícolas. A data-base do trabalho é 31 de dezembro de 2020 e o objetivo desse trabalho é subsidiar a Administração da **SLC** no âmbito do processo de aumento de seu capital decorrente da incorporação (após sua reestruturação societária) de 100% das ações da **Terra Santa** na **SLC** ("**Transação**"), atendendo os requisitos do Art. Nº 252 da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76).
2. Na execução do trabalho, utilizamos como base, entre outras, as seguintes informações ou documentos disponibilizados pelas Administrações da **SLC** e da **Terra Santa**, e/ou dados públicos de mercado: (i) Demonstrações Financeiras auditadas da **Empresa** para os períodos findos em 31 de dezembro 2018, 2019 e 2020; (ii) Balancetes analíticos da **Empresa** para os períodos findos em 31 de dezembro 2018, 2019 e 2020; (iii) Demonstrações financeiras auditadas pro forma das operações da **Terra Santa** após a reestruturação societária para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020; (iv) Modelo de projeções contendo o *Business Plan*, elaborado pela Administração de **SLC** para a análise da **Transação**; (v) *Budget* para o ano fiscal de 2021, elaborado pela Administração da **Terra Santa**; e (vi) discussões com as Administrações da **SLC** e da **Terra Santa** em relação ao desempenho passado e às expectativas futuras sobre os negócios da **Empresa**.
3. O detalhamento dos documentos analisados está descrito no capítulo "Documentos Recebidos".
4. Nosso trabalho não incluiu a verificação independente dos dados e das informações fornecidas pelas Administrações da **SLC** e **Terra Santa** e não se constituiu em uma auditoria conforme as normas de auditoria geralmente aceitas. Sendo assim, não estamos expressando nenhuma opinião sobre tais informações ou sobre as demonstrações financeiras (auditadas ou pro forma) da **Terra Santa**.
5. As estimativas e projeções discutidas com a Administração da **SLC**, especialmente aquelas cuja ocorrência dependem de eventos futuros e incertos, refletem a sua melhor avaliação a respeito do desempenho da **Terra Santa** e do seu respectivo mercado de atuação no futuro.
6. É importante enfatizar que a Deloitte Consultores não é responsável e não fornece garantias quanto à efetivação das projeções e estimativas apresentadas neste Relatório, pois estas estão consubstanciadas em perspectivas da Administração da **SLC** em relação ao desempenho futuro do **Terra Santa**.
7. Este Relatório não representa uma proposta, solicitação, aconselhamento ou recomendação por parte da Deloitte Consultores de investimento, compra ou venda de ações da **Terra Santa**, sendo essa decisão de responsabilidade única e exclusiva da Administração da **SLC** e de seus acionistas.

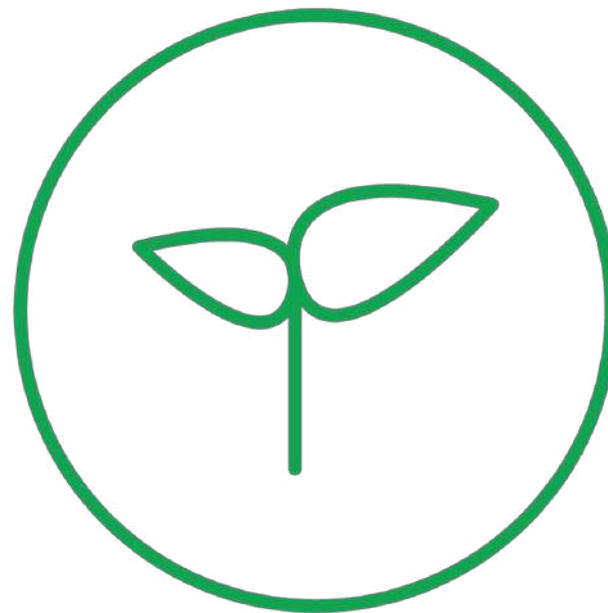


Notas Importantes

7. As Administrações e acionistas da **SLC** e da **Terra Santa** devem realizar suas próprias análises a fim de estabelecerem suas próprias opiniões sobre os riscos e benefícios da potencial **Transação**, incluindo a análise sobre a eventual relação de troca de ações e sobre o valor econômico da **Terra Santa**. Dessa forma, a Deloitte Consultores, seus sócios e colaboradores não se responsabilizam por perdas diretas ou indiretas, nem por lucros cessantes eventualmente decorrentes do uso deste Relatório.
8. Exceto para o propósito supracitado na Nota 1, esse Relatório não se destina à circulação geral, tampouco pode ser reproduzido ou utilizado com outro propósito sem nossa prévia autorização por escrito. Não assumimos nenhuma responsabilidade ou contingências por danos causados ou por eventual perda incorrida por qualquer parte envolvida, como resultado da circulação, publicação, reprodução ou uso deste documento com outra finalidade diferente do definido neste Relatório e em nossa proposta técnica e comercial.
9. As partes que terão acesso ao Relatório no processo de incorporação, que não nossos contratantes, são denominadas como “Usuários”, os quais não poderão utilizar o resultado de nosso trabalho (Relatório) para seus benefícios próprios, tomada de decisão ou qualquer outra finalidade. É responsabilidade dos nossos contratantes dar ciência aos Usuários sobre as restrições de uso do Relatório e as condições de confidencialidade determinadas em nossa Proposta.
10. Reservamo-nos o direito de, mas não nos obrigamos a, revisar todos os cálculos incluídos ou referidos neste Relatório, se julgarmos necessário, e de revisar nossa estimativa quanto ao valor econômico das operações consolidadas da **Terra Santa**, caso tenhamos conhecimento posterior de informações não disponíveis por ocasião da emissão deste Relatório.
11. Nossa estimativa de valor é baseada, predominantemente, nas condições econômicas, mercadológicas, dentre outras, vigentes na data-base. Tais condições podem mudar de forma significativa em um período de tempo relativamente curto, no cenário atual de pandemia do COVID19. A situação e circunstâncias continuam evoluindo e ainda existem muitas incertezas quanto aos efeitos da pandemia do COVID19 sobre os negócios da **Terra Santa** e sobre as economias local e global, sendo que a situação continuará mudando constantemente. Nosso trabalho é baseado em informações públicas disponíveis e outras informações fornecidas pelas Administrações da **SLC** e **Terra Santa**, em relação à expectativa dos efeitos que a pandemia terá sobre as operações da **Terra Santa**. Dessa forma, não é possível que nosso trabalho de *valuation* da **Terra Santa** identifique e quantifique todos os impactos das incertezas e implicações relacionadas à pandemia de COVID19. Eventuais mudanças nas condições de mercado podem afetar substancialmente as operações da **Terra Santa** e conseqüentemente nossa estimativa quanto a seu valor econômico. Exceto quando previamente acordado, a Deloitte Consultores não atualizará o trabalho desenvolvido por conta de eventos e informações subsequentes.



Informações sobre o Avaliador





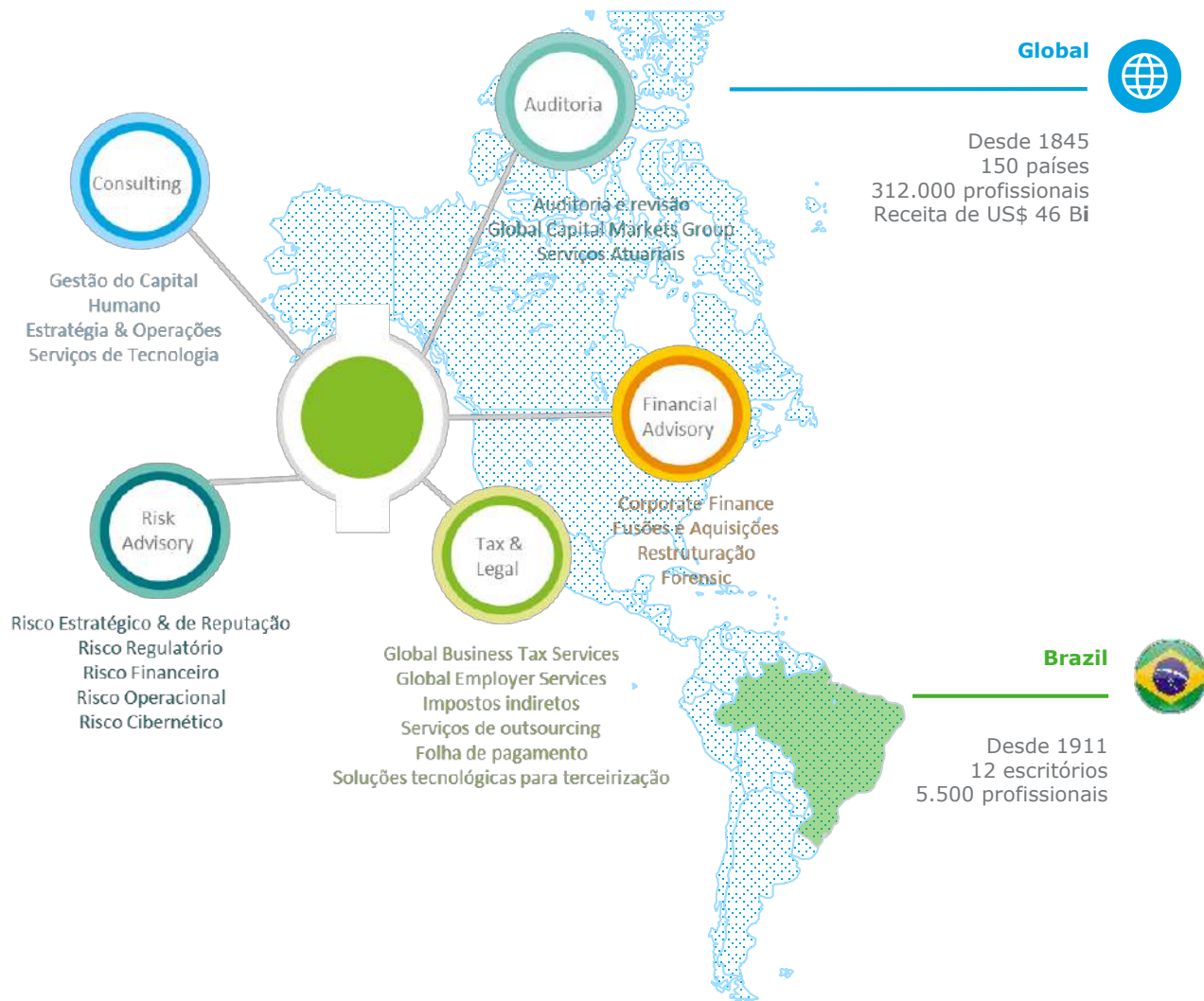
Informações sobre o Avaliador

A Deloitte

A história da Deloitte se confunde com a dos principais movimentos do ambiente de negócios ao longo de mais de um século e meio. William Welch Deloitte abre seu escritório em Londres em 1845 e inaugura as bases da moderna profissão de auditoria.

A Deloitte completou um século de atuação no País em 2011. Seus cerca de 5.500 profissionais são reconhecidos pela integridade, competência e habilidade em transformar seus conhecimentos em soluções para seus clientes. Suas operações cobrem todo o território nacional, a partir de escritórios em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Joinville, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Ribeirão Preto.

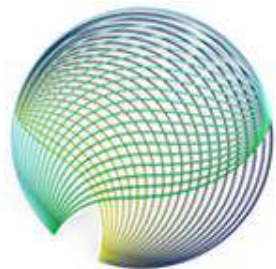
O propósito da Deloitte – *making impacts that matter* – nos remete à prioridade dos nossos profissionais, que é fazer o que realmente é importante, em três dimensões: os nossos clientes, os nossos próprios profissionais e a sociedade como um todo.





Informações sobre o Avaliador

Financial Advisory – Valuation&Modeling



Nosso grupo de Valuation&Modeling conta com cerca de 100 profissionais especializados em avaliação de empresas, modelagem financeira de negócios para tomada de decisão, avaliação de ativos intangíveis, tais como: marcas, carteiras de clientes, patentes, dentre outros, avaliação de ativos tangíveis, tais como: máquinas e equipamentos, edificações, terrenos, empreendimentos imobiliários, etc.

Nossos clientes são empresas nacionais e internacionais dos mais diversos segmentos de indústria.

Credenciais recentes de Avaliação de Empresas em processos Públicos

Ano	Empresa	Trabalho
2020	Arezzo S.A.	Avaliação da Reserva para atendimento ao Art. 252 e do Art. 8 da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76)
2020	TOTVS S.A.	Avaliação da Linx S.A. para atendimento ao Art. 8 Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76)
2020	Fras-le S.A.	Avaliação da Nakata Automotivos S.A. para atendimento à Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76)
2018	Fras-le S.A.	Avaliação da Jofund S.A. para atendimento à Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76)
2017	Plascar Participações Industriais S.A.	Elaboração de relatório de avaliação no âmbito de uma oferta pública de aquisição (OPA)

Processo interno de revisão do Relatório

O processo interno de elaboração e aprovação do Relatório incluiu a condução dos trabalhos por um time compreendendo consultor(es) e diretor, sob a direção geral de um sócio, que conduziram entrevistas com a Administração da **SLC**. O trabalho final foi revisado por um segundo sócio não envolvido na execução dos trabalhos e na preparação do Relatório, bem como a revisão do modelo financeiro por um gerente sênior independente do projeto. A aprovação interna deste Relatório incluiu a revisão metodológica e de cálculos pela liderança da equipe envolvida no trabalho. A versão preliminar do Relatório foi submetida à aprovação da Administração da **SLC** antes da sua emissão em formato final.

Confidencial

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

SLC Agrícola S.A. 9



Informações sobre o Avaliador

Profissionais responsáveis pelo trabalho

Marcela Yamamoto

Partner – Valuation&Modeling

Email: myamamoto@deloitte.com

Experiência profissional

Marcela é sócia da área de *Financial Advisory* da Deloitte de São Paulo. Ela iniciou sua carreira na área de auditoria, atuando em serviços de auditoria externa, tendo participado de processos de IPO e *Due Diligence*. Na área de *Corporate Finance*, participou de serviços de avaliação de negócios em processo de fusão, aquisição, avaliação de ativos intangíveis (PPA – *purchase price allocation*), elaboração de estudos de viabilidade, *Due Diligence* de modelos financeiros para a captação de financiamentos, modelagem financeira para suporte a concessões e privatizações (*Bid Support Advisory*) e processos de reestruturação de dívida em conjunto com a área de Reorganização da Deloitte.

Formação

- Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (EAESP);
- Pós-graduada em Economia pela Fundação Getulio Vargas (EAESP); e
- Módulo de mestrado em Economia na *Erasmus University of Rotterdam*.

Luiz Paulo Pereira Assis

Diretor – Valuation&Modeling

Email: lpassis@deloitte.com

Experiência profissional

Luiz Paulo possui mais de 15 anos de experiência assessorando clientes, público e privado, em projetos de assessoria financeira, como: Privatizações (bancos e rodovias), Fusões e Aquisições (buy-side e sell-side), Oferta Pública de Ações, Estudos de Viabilidade e Análises Estocástica e de perfil de Risco para grandes projetos; além de atuar em diferentes indústrias, como: Serviços Financeiros, Energia, Infraestrutura, entre outras.

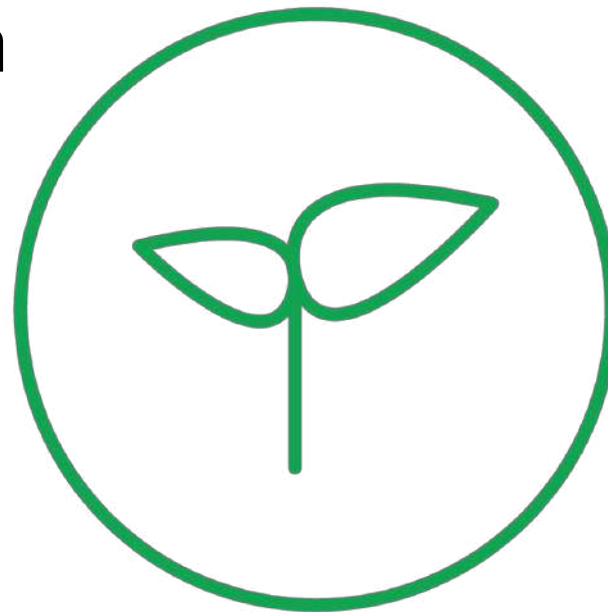
Luiz Paulo trabalhou por 2 anos na Deloitte USA como líder da área de Modeling Advisory Practice do escritório de Nova York, grupo de modelagem financeira especializado em desenvolver soluções para problemas complexos de negócios e fornecer insights para tomada de decisão.

Formação

- *Masters of Business Administration (MBA)* pela Columbia University, Nova York, USA;
- Candidato para o *Chartered Financial Analyst (CFA) Level III*, pelo *CFA Institute*; e
- Bacharel em Ciências Econômicas pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), São Paulo, Brasil.



Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta





Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta

SLC S.A

Fundada em 1977, a **SLC** é uma empresa brasileira que atua no setor agrícola, com foco a produção de algodão, soja e milho. Com presença nacional, a **SLC** possui 16 unidades de produção em 6 estados brasileiros que totalizam 448.568 mil hectares.

A **SLC**, além de produção agrícola, atua através de suas Joint Ventures com parcerias estratégicas detalhadas a seguir:

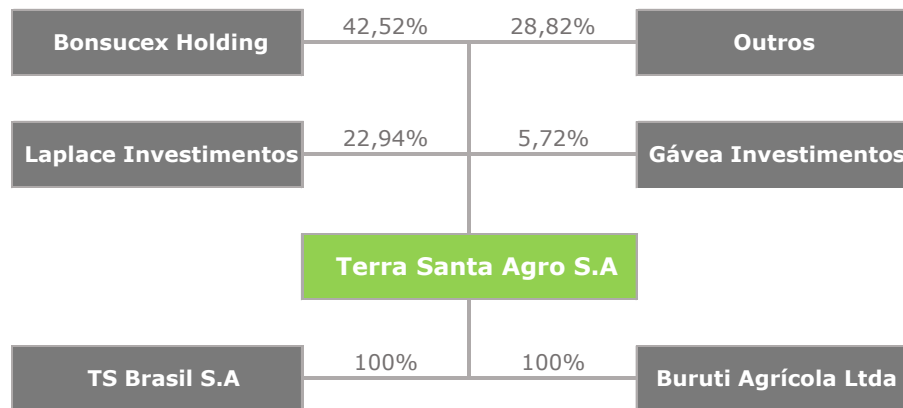
- **SLC LandCo**: operação criada pela **SLC** em parceria com um fundo de *private equity* inglês chamado Valiance (participação de 18,8%), com foco na aquisição de terras com alto potencial de valorização.
- **SLC – Roncador / Fazenda Pioneira**: operação criada em conjunto com o grupo empresarial brasileiro chamado Grupo Roncador (participação de 50%), que também atua no setor agrícola. O foco da operação é voltado somente para a produção agrícola, sem investimentos em terras.
- **SLC – MIT**: assim como a SLC –Roncador / Fazenda Pioneira, a operação foi criada em conjunto com o grupo empresarial do Japão chamado Mitsui&Co (participação de 49,9%) e tem como foco a produção agrícola sem investimentos em terras.

Terra Santa Agro S.A (Target)

Fundada em 2003, a **Terra Santa** é uma sociedade anônima de capital aberto e atua no setor agrícola brasileiro, com foco na produção de soja, milho e algodão. A operação concentra-se no estado do Mato Grosso (MT), onde possui 7 unidades de produção que totalizam aproximadamente 133,3 mil hectares.

A **Terra Santa** possui participação de 100% nas controladas TS Brasil S.A e Buruti Agrícola Ltda., ambas atuam no mesmo setor da controladora **Terra Santa**.

A composição acionária da **Terra Santa** está apresentada a seguir:



Fonte: Administração da **Terra Santa**.



Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta

Descrição da Transação Proposta

Em linha com a estratégia de atuação no setor agrícola, a **SLC** anunciou ao mercado por meio de um fato relevante publicado no dia 26 de novembro de 2020, uma potencial combinação de negócios com a **Terra Santa**, onde a **SLC** pretende adquirir as operações agrícolas da **Terra Santa** mediante incorporação de ações.

Em preparação para a combinação de negócios pretendida, a **SLC** anunciou um novo fato relevante ao mercado em 25 de março de 2021 apresentando os principais fatores sobre como será a combinação de negócios com a **Terra Santa**.

A **Terra Santa** realizará uma reorganização societária (“**Reorganização Societária**”), na qual transferirá da **Terra Santa** para a TS Agro S.A. (“**TS Agro**”), a totalidade das ações da controlada TS Brasil S.A. (“**TS LandCo**”), assim como todos os imóveis, ativos, obrigações, passivos e direitos que serão segregados (especialmente propriedades rurais e correspondentes benfeitorias), não compreendidos na **Transação** e implementará uma redução de capital da **Terra Santa**, mediante a entrega das ações da **TS Agro** aos seus acionistas, a ser consumada simultaneamente à implementação da **Transação**.

Dessa forma, o perímetro da **Transação** englobará a **Terra Santa** após a referida Reorganização Societária, incluindo as as operações e atividades agrícolas da **Empresa**. remanescentes na **Terra Santa**.

Como condição precedente à **Transação** pretendida, a **TS LandCo** celebrará um contrato para arrendar suas propriedades rurais para a **Terra Santa** por um período de 20 anos e preços em condições de mercado, de modo que a Terra Santa possa dar continuidade às suas operações agrícolas nesse período.

Adicionalmente, em troca da totalidade das ações da **Terra Santa** e consequente controle da **Terra Santa**, a **SLC**, emitirá e atribuirá aos acionistas e detentores de Bônus de Subscrição da **Terra Santa**, um total de 2.516.454 ações ordinárias, as quais representarão na data de fechamento, em bases totalmente diluídas, 1,3% do capital social total e votante da **SLC**.

Para a **SLC** o negócio está em linha com a estratégia de crescimento *asset light* e também permitirá importantes sinergias dada a proximidade das unidades produtivas da **SLC** e da **Terra Santa** no estado do Mato Grosso pelo período de vigência dos contratos de arrendamento das terras próprias da **Terra Santa** (as quais serão transferidas para a **TS LandCo**).



Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta

Demonstração do Resultados da Terra Santa (auditada)

As demonstrações financeiras a seguir representam os resultados das operações da **Terra Santa** antes da reestruturação societária proposta como condição precedente à **Transação**. As demonstrações financeiras *pro forma* não auditadas do perímetro da **Transação** estão apresentadas a seguir nessa seção.

(R\$ milhões)

Demonstração do Resultado	2018 ¹	2019	2020
Receita Operacional Líquida	819	595	903
% Crescimento	24,5%	-27,3%	51,8%
Variação do valor justo do Ativ. Biológ. E Prod. Agrícolas	300	208	330
Realização do valor justo dos Ativos Biológicos	(274)	(198)	(279)
Custos e Despesas Operacionais	(672)	(584)	(650)
% Receita Líquida	-82,1%	-98,1%	-72,0%
EBITDA	172	21	304
% Receita Líquida	21,0%	3,5%	33,7%
. Ajustes não recorrentes/ não caixa	5	23	(12)
. Ajustes Cambiais e Hedge	19	106	(69)
EBITDA Ajustado	196	150	222
% Receita Líquida	24,0%	25,2%	24,6%
. Arrendamentos	n.a. ¹	(46)	(51)
EBITDA Ajustado pós arrendamentos	196	103	172
% Receita Líquida	24,0%	17,4%	19,0%
. Depreciação e Amortização	(35)	(52)	(56)
. Resultado financeiro	(103)	(121)	(312)
Lucro / (Prejuízo) Antes do Imposto	34	(152)	(64)
% Receita Líquida	4,1%	-25,5%	-7,1%
Imposto de Renda/Contribuição Social	9	17	7
% IR e CS	-25,4%	11,3%	10,9%
. Corrente	-	(1)	-
. Diferido	9	18	7
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	42	(135)	(57)
% Receita Líquida	5,2%	-22,6%	-6,3%

Fonte: Demonstrações Financeiras auditadas da **Terra Santa**, para os períodos findos em dezembro de 2018 e 2019 e 31 de dezembro de 2020.

Confidencial

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Sumário das informações financeiras históricas

O resultado de cada ano fiscal da **Terra Santa** é afetado por 3 safras: parte da safra do ano anterior, com estoques disponíveis para venda, a safra do ano corrente, com produção de produtos para a venda e as despesas correntes e parte da safra do ano subsequente, com as despesas incorridas para a preparação e o plantio da próxima safra.

Em 2020, enquanto a maioria dos setores da economia foram impactados pela pandemia do COVID 19, o agronegócio se mostrou altamente resiliente. O cenário atual, com preços das commodities agrícolas elevados e com o Real desvalorizado, é positivo se comparados com resultados históricos.

Dessa forma, em 2020, a **Empresa** teve um grande crescimento da receita dos produtos em virtude das altas dos preço ocasionado pela desvalorização do Real frente ao Dólar e em virtude do mercado aquecido.

Em 2019, a **Terra Santa** passou a adotar o IFRS16 para contabilização de direitos de uso e passivo de arrendamento nas demonstrações financeiras, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O resultado financeiro negativo apresentado em 2020 foi impactado diretamente pelas despesas financeiras da **Empresa**. A variação cambial de dívidas e de instrumentos financeiros derivativos contratadas em Dólar teve forte impacto negativo para a **Terra Santa**.

O EBITDA pós Arrendamentos considera os ajustes de Provisões não recorrentes e *Impairment* de ativos e pagamentos de arrendamentos. O EBITDA Ajustado apresentado pela **Empresa** adicionalmente considera os ajustes de hedge, variação cambial e derivativos líquidos.

¹ O EBITDA Ajustado para o ano de 2018 já contempla os arrendamentos.



Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta

Balanco Patrimonial da Terra Santa (auditado)

As demonstrações financeiras a seguir representam os resultados das operações da **Terra Santa** antes da reestruturação societária proposta como condição precedente à **Transação**. As demonstrações financeiras *pro forma* não auditadas do perímetro da **Transação** estão apresentadas a seguir nessa seção.

(R\$ milhões)

Ativo	31/12/2018	31/12/2019	Data Base 31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	31	50	83
Contas a receber de clientes	17	6	19
Títulos a receber	21	11	6
Instrumentos financeiros derivativos	3	-	17
Estoques	340	390	610
Ativos biológicos	225	214	210
Tributos a recuperar	17	40	35
Despesas antecipadas	1	1	6
Outros ativos	1	7	24
Total do ativo circulante	655	718	1.011
Títulos a Receber	10	4	13
Tributos a recuperar	91	53	55
Tributos diferidos	187	215	242
Despósitos judiciais	22	6	6
Outros ativos	15	16	15
Ativos não circulantes mantidos para venda	3	10	-
Total do realizável a longo prazo	328	303	331
Propriedade para investimento	5	4	13
Direito de uso de ativos	-	193	291
Imobilizado Líquido	1.061	993	986
Intangível Líquido	276	276	277
Total do permanente	1.342	1.467	1.568
Ativo total	2.325	2.489	2.910

Fonte: Demonstrações Financeiras auditadas da **Terra Santa**, para os períodos findos em dezembro de 2018 e 2019 e 31 de dezembro de 2020.

Confidencial

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Sumário das informações financeiras históricas

O aumento do estoque em 2020 está relacionado à alta produtividade da safra de 2019/20 e pelo aumento do estoque de passagem (principalmente de algodão), ocasionado pelo atraso no envio dos commodities adquiridos principalmente pela China, impactado por conta da pandemia do COVID-19.

Apesar do aumento da taxa de câmbio e dos preços da commodity em 2020, o valor justo do ativo biológico manteve-se estável, considerando-se que a área em estágio para marcação a valor justo em 2020 era menor do que a área de 2019.

O saldo de Tributos diferidos líquidos compreende principalmente os valores de imposto de renda e contribuição social calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Na data-base a **Empresa** possuía R\$ 466,3 milhões (R\$ 367,9 milhões contabilizados e R\$ 98,4 milhões não contabilizados) de imposto diferidos.

O saldo de direito de uso dos ativos foi constituído em 2019 a partir da norma IFRS 16.

O ativo imobilizado é composto principalmente por terras próprias (as quais estão fora do perímetro da **Transação**), máquinas e equipamentos e investimentos em correção de solo.

O intangível líquido é composto primordialmente pelo ágio de aquisições passadas, o qual foi testado para *impairment* e, de acordo com os auditores não foi identificada a necessidade de constituição de provisão.



Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta

Balanco Patrimonial da Terra Santa (auditado) (cont.)

As demonstrações financeiras a seguir representam os resultados das operações da **Terra Santa** antes da reestruturação societária proposta como condição precedente à **Transação**. As demonstrações financeiras *pro forma* não auditadas do perímetro da **Transação** estão apresentadas a seguir nessa seção.

(R\$ milhões)

Passivo	31/12/2018	31/12/2019	Data Base 31/12/2020
Salários e contribuições sociais	9	7	8
Fornecedores	192	159	290
Arrendamentos a pagar	13	30	52
Tributos a recolher	11	11	10
Empréstimos e financiamentos	320	355	482
Adiantamento de clientes	147	196	189
Tributos parcelados	7	7	7
Instrumentos financeiros derivativos	4	14	57
Títulos a pagar	7	8	5
Total do passivo circulante	710	787	1.102
Empréstimos e financiamentos	563	474	616
Arrendamentos a pagar	-	172	273
Tributos parcelados	22	18	12
Títulos a pagar	3	3	1
Tributos diferidos	63	72	91
Provisão para contingências	25	20	29
Total do exigível a longo prazo	675	759	1.023
Capital Social	2.708	2.758	2.760
Ajuste de avaliação patrimonial	(109)	(21)	(125)
Prejuízos acumulados	(1.659)	(1.793)	(1.850)
Patrimônio Líquido	940	943	785
Passivo Total	2.325	2.489	2.910

Fonte: Demonstrações Financeiras auditadas da **Terra Santa**, para os períodos findos em dezembro de 2018 e 2019 e 31 de dezembro de 2020.

Sumário das informações financeiras históricas

O aumento do saldo de fornecedores foi impactado principalmente pela desvalorização do Real e aumento das commodities, visto que grande parte dos insumos utilizados pela **Terra Santa** são indexados a esses fatores.

O aumento do saldo de adiantamento de clientes do ano de 2019 e 2020 é devido a movimentação do mercado agrícola, que avalia como vantagem em adiantar e firmar contratos de compras de safras futuras.

O saldo de arrendamento mercantil em 2019 e 2020 foi constituído, assim seguindo a nova norma do IFRS 16.

O endividamento da **Terra Santa** aumentou entre dezembro de 2019 e dezembro de 2020, reflexo da desvalorização cambial no período o que impacta diretamente a dívida em dólar da **Empresa**, que representa 87% do total. Além do endividamento financeiro, a **Terra Santa** também contrai dívidas com clientes, fornecedores e governo. Dentro da **Transação** proposta entre **SLC** e **Terra Santa** apenas parte desse endividamento foi negociado, como pode ser visto no balanço da **Terra Santa pro forma** pós *carve-out* a seguir.



Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta

Balço Patrimonial *pro forma* pós *carve-out* da Terra Santa (não auditado)

(R\$ milhões)

Ativo	31/12/2020	Ajustes <i>carve-out</i>	Pós <i>carve-out</i> 31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	83	-	83
Contas a receber de clientes	19	-	19
Títulos a receber	6	(6)	-
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	17
Estoques	610	-	610
Ativos biológicos	210	-	210
Tributos a recuperar	35	(7)	29
Despesas antecipadas	6	(0)	6
Outros ativos	24	(0)	24
Total do ativo circulante	1.011	(13)	998
Títulos a Receber	13	(13)	-
Tributos a recuperar	55	(25)	30
Tributos diferidos	242	-	242
Depósitos judiciais	6	-	6
Outros ativos	15	-	15
Total do realizável a longo prazo	331	(38)	292
Propriedade para investimento	13	(10)	4
Direito de uso de ativos	291	-	291
Imobilizado Líquido	986	(856)	130
Intangível Líquido	277	-	277
Total do permanente	1.568	(866)	702
Ativo total	2.910	(917)	1.993

Fonte: Demonstrações Financeiras auditadas da **Terra Santa**, para o período findo em 31 de dezembro de 2020.

Devido a reorganização societária mencionada anteriormente na seção de Descrição da Transação, foram realizadas transferências de certos ativos e passivos da **Terra Santa** para a **TS Agro**.

As Informações Financeiras não auditadas *pro forma* do balanço patrimonial pós *carve-out* foram compiladas unicamente para ilustrar os efeitos caso a combinação de negócios entre **SLC** e **Terra Santa** estivesse ocorrido em 31 de dezembro de 2020.

As informações do balanço patrimonial pós *carve-out* se basearam nas demonstrações financeiras auditadas consolidadas da **Terra Santa** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e serviram de base para a elaboração das projeções deste Relatório.



Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta

Balanço Patrimonial *pro forma* pós *carve-out* da Terra Santa (não auditado)

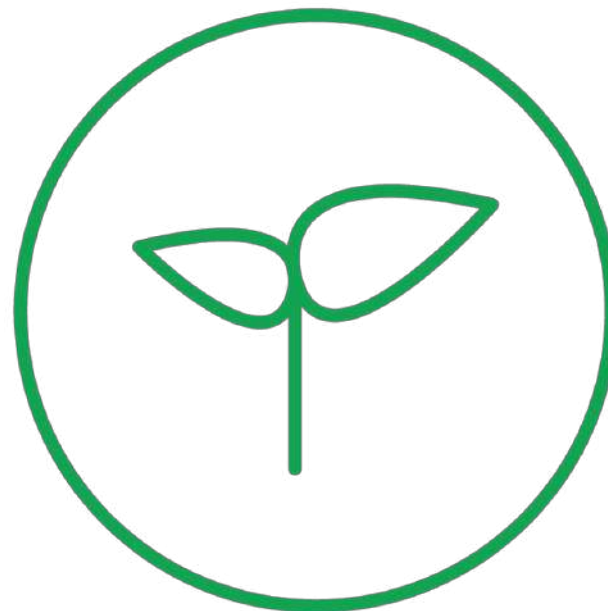
(R\$ milhões)

Passivo	31/12/2020	Ajustes <i>caver-out</i>	Pós <i>carve-out</i> 31/12/2020
Salários e contribuições sociais	8	-	8
Fornecedores	290	-	290
Arrendamentos a pagar	52	-	52
Tributos a recolher	10	(0)	9
Empréstimos e financiamentos	482	(57)	425
Adiantamento de clientes	189	-	189
Tributos parcelados	7	(1)	6
Instrumentos financeiros derivativos	57	-	57
Títulos a pagar	5	(0)	5
Total do passivo circulante	1.102	(59)	1.043
Empréstimos e financiamentos	616	(64)	552
Arrendamentos a pagar	273	-	273
Tributos parcelados	12	(2)	10
Títulos a pagar	1	(1)	0
Tributos diferidos	91	(91)	-
Provisão para contingências	29	(0)	29
Total do exigível a longo prazo	1.023	(159)	864
Capital Social	2.760	-	2.760
Ajuste de avaliação patrimonial	(125)	-	(125)
Patrimônio Líquido	785	(700)	85
Passivo Total	2.910	(917)	1.993

Fonte: Demonstrações Financeiras auditadas da **Terra Santa**, para o período findo em 31 de dezembro de 2020.



Metodologia de Avaliação





Metodologia de Avaliação

	<i>Income Approach</i>	<i>Asset Approach</i>	<i>Market Approach</i>
Aplicação	Adotado quando há expectativas de continuidade do empreendimento, visando seu potencial de gerar lucros futuros.	Adotado na avaliação de empresa "holding" (não operacional) ou empresa incapaz de gerar retorno, devendo o negócio ser liquidado.	Adotado quando há expectativas de continuidade do empreendimento, visando seu potencial de gerar lucros futuros.
Enfoques	<ul style="list-style-type: none">• Fluxo de caixa futuro, gerado pelas operações da empresa, descontados a valor presente;• Capitalização dos lucros, onde os lucros históricos normalizados são capitalizados por índice (taxa de capitalização).	<ul style="list-style-type: none">• Avaliação dos ativos e passivos a valor de realização ou mercado, ajustando o patrimônio líquido da empresa.	<ul style="list-style-type: none">• Múltiplos de mercado, obtidos no mercado de capitais (ex. Preço da ação por lucro);• Múltiplos de transações realizadas no passado, de empresas que possam ser comparáveis, obtendo o preço pago por vendas, EBITDA, etc.
Principais Vantagens	<ul style="list-style-type: none">• Os aspectos relevantes e intrínsecos ao negócio são considerados;• Método aceito mundialmente como o mais completo e adequado.	<ul style="list-style-type: none">• Simplicidade na aplicação.	<ul style="list-style-type: none">• Obtenção de parâmetros de mercado;• Melhor indicativo de valor quando é adquirido o controle acionário.
Principais Desvantagens	<ul style="list-style-type: none">• Alto grau de subjetividade nas premissas e projeções;• Cálculo de taxa de desconto apropriada;• Valor residual relevante (perpetuidade).	<ul style="list-style-type: none">• Não reflete o potencial de valor do negócio;• Dificuldade em se avaliar os ativos intangíveis.	<ul style="list-style-type: none">• Indisponibilidade de dados públicos;• Dificuldade na análise da comparabilidade dos dados coletados;• Dificuldade na definição da amostra.

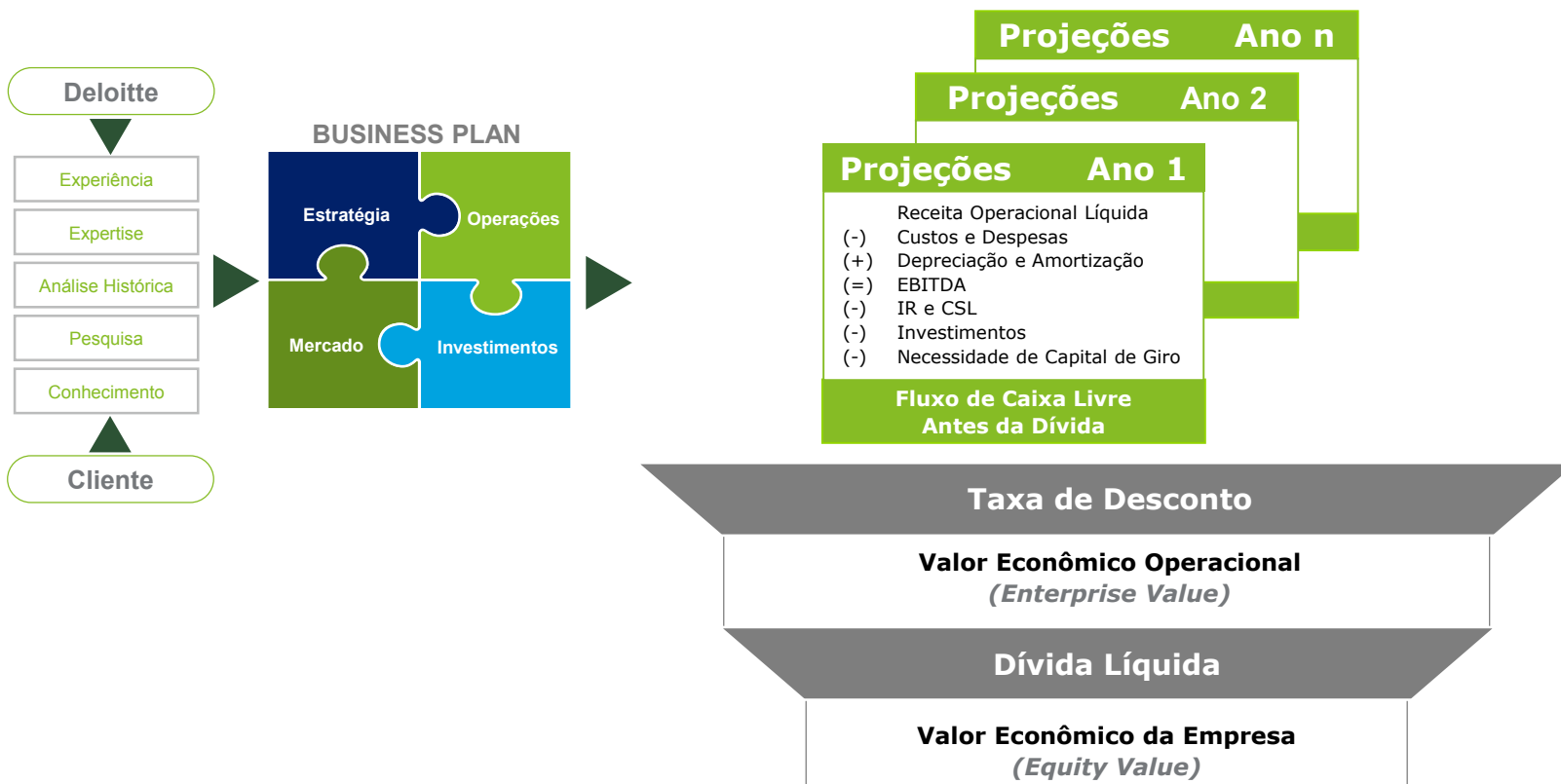


Metodologia de Avaliação

Fluxo de Caixa Futuro Descontado a Valor Presente

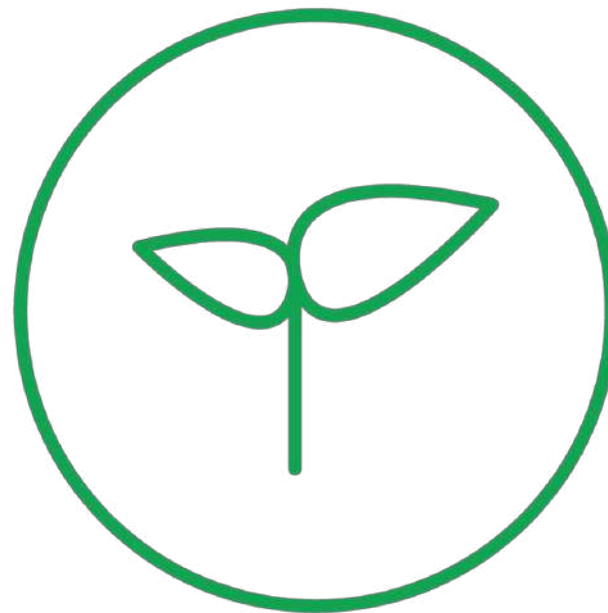
Considerando o objetivo do estudo, as expectativas de geração de lucros e caixa no futuro e ainda que os acionistas da **Empresa** não têm intenção de encerrar suas atividades operacionais, foi adotado na avaliação do **Terra Santa** o *Income Approach*, baseado na metodologia do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, conforme apresentado a seguir:

Este método considera que o valor econômico de um negócio está diretamente relacionado ao valor presente dos fluxos de caixa líquidos gerados pela lucratividade de suas operações no futuro.





Documentos Recebidos





Documentos Recebidos

As estimativas e projeções utilizadas no trabalho foram baseadas em informações públicas e em informações fornecidas pela Administração da **SLC**. Essas informações e documentos incluem, dentre outros, os seguintes:

- Demonstrações Financeiras consolidadas auditadas e respectivas notas explicativas da **Terra Santa** para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.
- Balancete analítico do **Terra Santa** para os períodos findos em 31 de dezembro 2018, 2019 e 2020.
- Demonstrações financeiras auditadas pro forma das operações da **Terra Santa** após a reestruturação societária para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020.
- Informações sobre a estrutura pretendida para a **Transação** através do Acordo de Associação e Fato Relevante divulgado pela Administração da **SLC** em 26 de novembro de 2020.
- Acordo de Associação e Outras Avenças e Carta de Divulgação e Outras Avenças assinados pela **SLC** e pela **Terra Santa**.
- Modelo de projeções contendo o *Business Plan* das operações consolidadas do **Terra Santa**, após a reestruturação societária, elaborado pela Administração da **SLC**.
- Budget da **Terra Santa** para o ano fiscal de 2021, incluindo projeções de resultado e estimativas de CAPEX e cotação da soja, elaborado e enviado pela Administração da **Terra Santa**.
- Resultados operacionais das safras 2018/2019, 2019/2020 e 2020/2021 da **Terra Santa**.
- Projeção da curva de preço das commodities disponibilizada pela Administração da **SLC**.
- Informação sobre os arrendamentos de terras de terceiros (IFRS 16) da **Terra Santa** na data-base, incluindo abertura dos termos e principais condições contratuais e expectativa de renovação desses contratos.
- Informações sobre os termos e condições do contrato de arrendamento que será firmado entre a **Terra Santa** e a **Terra Santa Landco** como condição precedente à **Transação**, incluindo a expectativa do valor justo desses arrendamentos e da remuneração complementar.
- Saldo de prejuízo fiscal acumulado e base negativa, e endividamento na data-base.
- Informações de cálculo do Ativo Biológico tanto da **Terra Santa**.
- Informação histórica e na data-base do parcelamento de impostos da **Terra Santa**.

As informações e documentos públicos consultados incluem, dentre outros, os seguintes:

- Demonstrações de resultados anuais e Releases de Resultados divulgados pela **Terra Santa** onde contém informações de produtividade e custo histórico das safras dentre outras informações.
- Relatórios de analistas de mercado (*equity research*) de alguns bancos que cobrem a **SLC** e outras empresas semelhantes no setor agrícola, sendo: Bank of América, BTG Pactual, Empiricus e Credit Suisse.
- Banco Central do Brasil (BACEN) para obter as projeções de indicadores macroeconômicos.
- Banco de dados Deloitte Consultores e outras informações públicas.

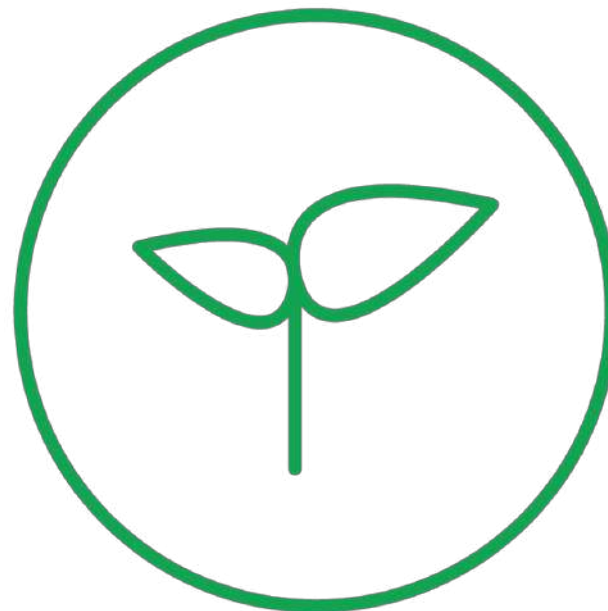


Documentos Recebidos

Adicionalmente, foram realizadas discussões com as Administrações da **SLC** e da **Terra Santa**, buscando informações que permitissem melhorar o entendimento do processo operacional do **Terra Santa**, bem como para discutir as principais premissas e considerações que balizaram as análises e estimativas do valor econômico da **Terra Santa**.



Taxa de Desconto





Taxa de Desconto

Taxa de Desconto	
WACC* = $Ke(E/(E+D)) + Kd(1-tributos)(D/(D+E))$	
CAPM** = $Rf + \beta(ERP) + CRP + SP + CSRP$	
Taxa Livre de Risco (Rf)	1,3% (a)
Prêmio de Mercado (ERP)	6,3% (b)
Beta β	0,76 (c)
Risco País (CRP)	2,6% (d)
Prêmio pelo Tamanho da Empresa (SP)	3,8% (e)
Risco Especifico (CSRP)	1,5% (f)
Custo do Capital Próprio (CAPM) Nominal - US\$	13,9%
Taxa de Inflação Projetada (US\$)	1,6% (g)
Taxa de Inflação Projetada (R\$)	3,2% (h)
Custo do Capital Próprio Nominal (Ke) - R\$	15,7%
Custo do Capital de Terceiros Nominal (Kd)*** - R\$	6,9% (i)
Participação do Capital Próprio (E)	75,8% (j)
Participação do Capital de Terceiros (D)	24,2% (j)
WACC Nominal - R\$	13,5%
WACC em Termos Reais	10,0%

*Custo Médio Ponderado de Capital

**Modelo de Precificação de Ativos de Capital

***Líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social

Notas:

- Representa o retorno requerido pelo investidor para investimentos em títulos conceitualmente sem risco (*Risk Free*). Foi adotado como parâmetro de taxa livre de risco a média aritmética histórica dos últimos 12 meses das taxas oferecidas pelo Governo norte-americano (T-Bond norte-americano de 20 anos). Fonte: Capital IQ, U.S. *Department of the Treasury* e Análises Deloitte.
- Representa o retorno acima da taxa livre de risco que o investidor exige para investir (estar exposto ao risco) no mercado de capitais (*Equity Risk Premium*), devido a seu risco inerente. Foi adotado o prêmio médio verificado para as ações de grandes empresas americanas desde 1926. Fonte: Análises Deloitte.
- Representa a medida do risco da empresa ou do setor em análise. Para o cálculo do Beta, foi utilizado o Beta desalavancado médio de empresas que atuam no mesmo segmento da **Terra Santa**, com base na estrutura de capital destas empresas e taxas de imposto de renda vigentes nos respectivos países de origem. Esse Beta médio foi realavancado utilizando-se a estrutura de capital média do mercado e a taxa média de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) vigente no Brasil. Fonte: Capital IQ e Análises Deloitte.
- Representa o prêmio adicional exigido pelo investidor institucional para investir no Brasil (*Country Risk Premium*). Foi adotado como prêmio, a média aritmética do spread dos últimos 12 meses praticado entre os títulos do Governo brasileiro e do Governo norte-americano de prazo similar. Fonte: Análises Deloitte.



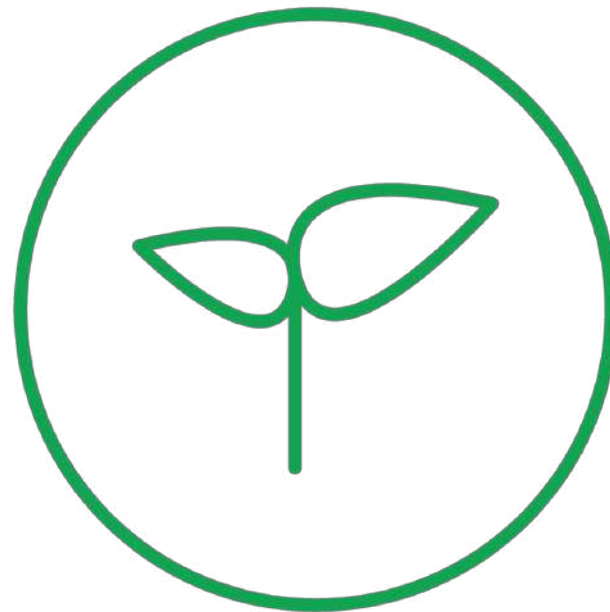
Taxa de Desconto

Notas (Cont.):

- e. Representa o prêmio adicional exigido pelo investidor institucional conforme o tamanho da empresa (size premium). Foi adotado o prêmio médio verificado para as ações (valorização e dividendos pagos) de micro empresas americanas desde 1926. Foi levado em consideração o intervalo respectivo ao tamanho da **Terra Santa** para definição do *size premium*. Fonte: Análises Deloitte.
- f. Representa os riscos não capturados pelo Beta ou pelo prêmio pelo tamanho da empresa. A estimativa do risco específico é um julgamento do avaliador e se baseia na análise dos fatores em conjunto que impactam a avaliação. Desta forma, considerando-se a alta alavancagem atual da **Empresa** e a renovação dos contratos de arrendamentos pelo preço que foi acordado com a **Terra Santa** até 2041, foi adicionado um risco específico à taxa de desconto.
- g. Representa o índice projetado de inflação anual de longo prazo norte-americano (1,6%) calculado com base na expectativa embutida de inflação nos títulos de longo prazo (T-Bond norte-americano de 20 anos) oferecidos pelo Governo norte-americano, que possuem rendimento indexado ao CPI (Consumer Price Index). Fonte: Capital IQ, *U.S. Department of the Treasury* e Análises Deloitte.
- h. Representa a taxa de inflação brasileira anual de longo prazo, estimada de acordo com expectativas de mercado publicadas no Relatório Focus publicado pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Fonte: Banco Central do Brasil em 31/12/2020.
- i. O custo de capital de terceiros nominal do **Terra Santa** foi calculado com base no seu custo médio de captação, líquido de IR/CSLL. Fonte: Demonstrações Financeiras do **Terra Santa** e Análises Deloitte.
- j. Para o cálculo da alavancagem financeira, foi considerada a média aritmética da relação *debt/equity* para uma amostra de Empresas comparáveis do mesmo segmento. Fonte: Capital IQ e Análises Deloitte.



Premissas e Projeções





Premissas e Projeções

Premissas Gerais

A seguir, estão apresentadas as principais premissas adotadas no presente estudo:

- A data-base da avaliação é 31 de dezembro de 2020.
- Os valores estão expressos em milhões de Reais (R\$ milhões), exceto quando outra unidade for indicada.
- As projeções foram realizadas em termos reais em Reais, ou seja, não contemplam expectativas inflacionárias no período projetivo.
- Foi considerado um horizonte projetivo compreendido entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2041, não contemplando perpetuidade, uma vez que após a reorganização societária a **TS LandCo** celebrará um contrato para arrendar suas propriedades rurais para a **Terra Santa** por um período de 20 anos.
- Esta avaliação reflete a projeção dos resultados operacionais consolidados do **Terra Santa**, sendo que os ativos e passivos não operacionais foram somados ou deduzidos do valor das operações da **Terra Santa**.
- As projeções foram realizadas com base nas informações históricas da **Terra Santa** e nas perspectivas da Administração da **SLC**, em relação ao desempenho futuro das operações da **Terra Santa**.
- Para fins de projeção do resultado operacional da **Terra Santa**, os arrendamentos foram projetados como despesas operacionais, uma vez que o pagamento desses arrendamentos impacta o fluxo de caixa da operação. Da mesma forma, o efeito de amortização do ativo de direito de uso foi neutralizado na projeção.

- O balanço patrimonial utilizado como base para as projeções foi o balanço *pro forma* da **Terra Santa** após a reorganização societária pretendida.
- As premissas macroeconômicas adotadas nas projeções estão apresentadas a seguir:

Indicadores	2021	2022	2023	2024	2025 em diante ¹
IPCA	3,32%	3,50%	3,25%	3,20%	3,20%
CPI	1,50%	1,80%	2,20%	1,90%	1,90%
Cambio BRL/USD nominal	5,09	5,00	4,89	4,97	n.a. ¹
Cambio BRL/USD real ²	5,00	4,83	4,68	4,69	4,75

Notas:

¹ A partir do ano de 2026, foi considerado conceito da Paridade do Poder de Compra (PPC) para o câmbio.

² O câmbio real foi calculado aplicando-se o diferencial de inflação no câmbio BRL/USD nominal.

Fonte: Banco Central do Brasil em 31/12/2020.



Premissas e Projeções

Receita Bruta

Receita Bruta

A Receita Bruta da **Terra Santa** é composta venda dos produtos agrícolas cultivados: soja, algodão e milho. O cultivo de algodão foi dividido em algodão em pluma e sementes de algodão.

- Em cada ano fiscal, as receitas da **Terra Santa** são impactadas pelo desenvolvimento de três safras diferentes: parte da safra do ano anterior, com estoques disponíveis para venda, a safra do ano corrente e parte da safra do ano subsequente.
- Em 2020 o agronegócio foi um dos poucos setores resilientes durante o período de pandemia do COVID 19. O cenário atual, com o preço elevado das commodities agrícolas e com o Real desvalorizado, se mostra positivo para as perspectivas de resultados do setor.
- As vendas da **Terra Santa** apresentam sazonalidade atreladas ao calendário de plantio e colheita do milho, do algodão e da soja.

As receitas da **Terra Santa** foram projetadas separadamente por tipo de produto agrícola, considerando-se:

- Soja:
 - A soja representa em média 34% da receita bruta projetada.
 - A receita de 2021 foi projetada com base no orçamento do ano fiscal.
 - As áreas de plantio de soja foram projetadas com base nas áreas históricas e na perspectiva de renovação dos arrendamentos de terras de terceiros. A área de plantio foi projetada em uma média de 76 mil hectares nos dois primeiros períodos de projeção, reduzindo para o patamar

de aproximadamente 65 mil hectares no longo prazo, considerando a não renovação esperada de algumas fazendas arrendadas de terceiros

- Além da área, para o cálculo da receita bruta foi considerada a média da produtividade das últimas 5 safras de soja da **Terra Santa**, atingindo 3.588 kg/ha.
- Para cotação da soja foi de acordo com as expectativas da Administração da **SLC**, com base no mercado internacional, apresentando uma média de 11,25 USD/bushel para os dois primeiros anos de projeção e atingindo o patamar de 9,5 USD/bushel para os anos posteriores. Ao preço de mercado foram adicionados os prêmios históricos.
- Para a composição da receita bruta de soja, foi considerada 100% da safra do ano corrente, de acordo com expectativas da Administração da **SLC**.
- Algodão em pluma:
 - O algodão em pluma representa em média 54% da receita bruta projetada.
 - A receita de 2021 foi projetada com base no orçamento do ano fiscal.
 - As áreas para o plantio de algodão também levaram em consideração os históricos de plantação de algodão da **Terra Santa** e a produtividade foi calculada de acordo com a média das últimas 5 safras de algodão em pluma, chegando 1.743 kg/ha.



Premissas e Projeções

Receita Bruta

Receita Bruta (cont.)

- A cotação do algodão em pluma levou em consideração as expectativas da Administração da SLC sobre a commodity, com base no mercado internacional, sendo em média 71 USD/bushel para os primeiros anos, atingindo o preço de 70 USD/bushel no longo prazo. Ao preço de mercado foram adicionados os prêmios históricos.
- Para o algodão em pluma, foi considerado que 60% da safra do ano corrente compõe a receita do respectivo ano e 40% fazem parte da receita do ano seguinte, de acordo com expectativas da Administração da **SLC**.
- Sementes de algodão:
 - As sementes de algodão representam 5%, em média, da receita bruta projetada da **Terra Santa**.
 - A receita de 2021 foi projetada com base no orçamento do ano fiscal.
 - Foi considerada a média das 5 safras anteriores à data-base para a produtividade das sementes de algodão totalizando 4.279 kg/ha, históricos das áreas de plantio da **Terra Santa** e a cotação das sementes de algodão foram consideradas de acordo com a expectativas da Administração da **SLC**, atingindo o valor de 29,33 USD/bushel no longo prazo.
 - Para as sementes de algodão, foi considerado que 90% da safra do ano corrente compõe a receita do respectivo ano e 10% fazem parte da receita do ano seguinte, de acordo com expectativas da Administração da **SLC**.
- Milho:
 - O milho represente em média 7% por ano da projeção de receita bruta da Terra Santa.
 - Assim como as outras commodities, na projeção do milho a área foi baseado no histórico de plantio da **Terra Santa**, a produtividade foi calculada de acordo com a médio das últimas 5 safras de milho, 6.836 kg/ha.
 - A cotação de milho em USD/bushel teve uma média de 39,57 para o dois primeiros anos de projeção e atingiu 29,33 no longo prazo, de acordo com expectativas da Administração da **SLC**, com base no mercado internacional.
 - Para o milho, foi considerado que 90% da safra do ano corrente compõe a receita do respectivo ano e 10% fazem parte da receita do ano seguinte, de acordo com expectativas da Administração da **SLC**.

O aumento da receita de 2022 está vinculado ao aumento da cotação da commodity. Da mesma forma, a queda projetada da receita a partir de 2023 está relacionada à redução e estabilização do preço das *commodities* e diminuição da área de plantio.



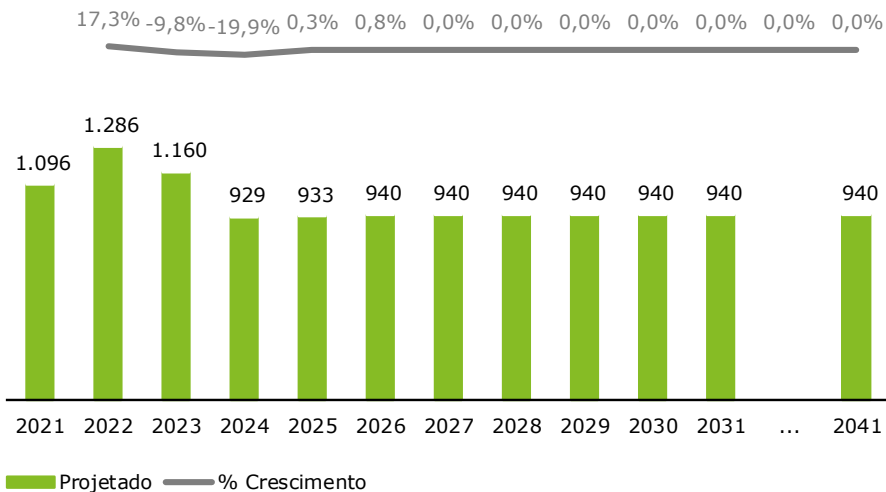
Premissas e Projeções

Receita Bruta e Deduções

Receita Bruta (cont.)

As projeções de receita bruta para a **Terra Santa** estão apresentadas no gráfico abaixo:

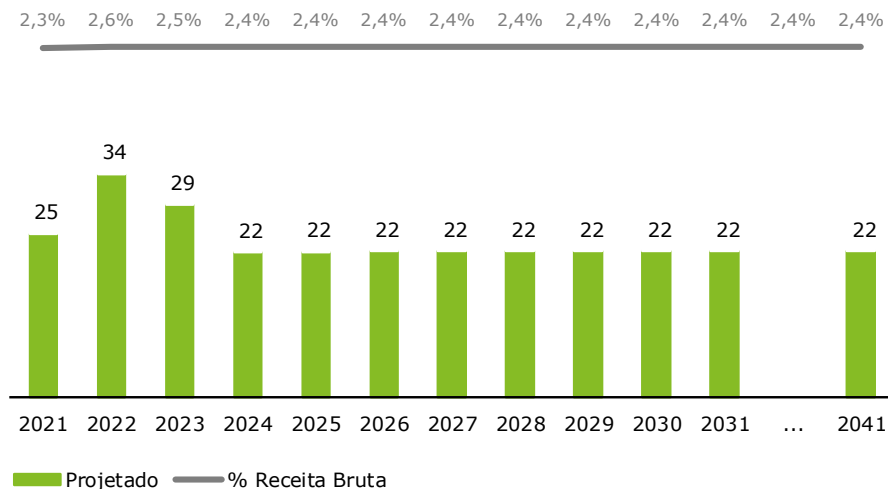
Receita Bruta (R\$ milhões)



Deduções

- As deduções de receita contemplam impostos indiretos de ICMS, PIS, Cofins, Funrural, Senar e outros.
- As deduções foram projetadas com base nos percentuais médios sobre a receita bruta observados historicamente.
- Para a soja, as sementes de algodão e o milho, foram considerados 100% dos impostos indiretos no mercado interno. Já para o algodão em pluma foi considerado que 95% das deduções são do mercado externo e que 5% são do mercado interno, de acordo expectativas da Administração da **SLC**.

Deduções (R\$ milhões)





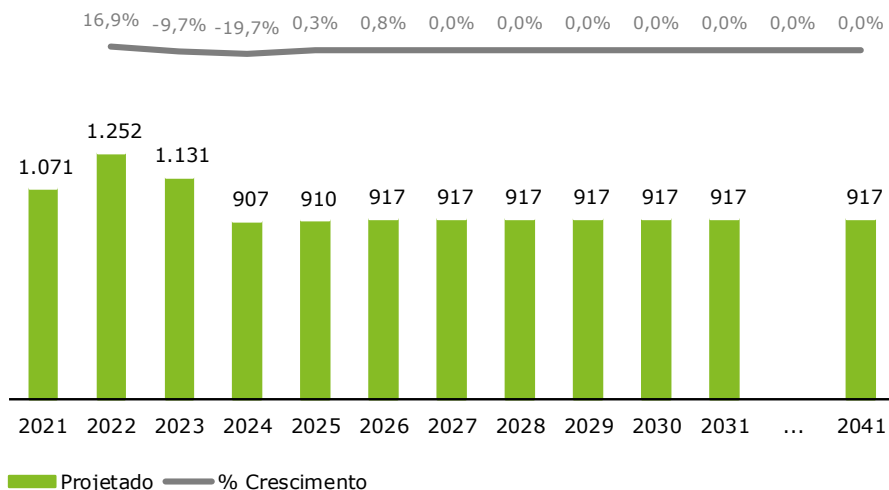
Premissas e Projeções

Receita Líquida e Custos

Receita Líquida

- A receita líquida projetada está demonstrada a seguir.

Receita Líquida (R\$ milhões)



Custos Operacionais

- Os custos foram projetados levando em consideração o custo unitário das commodities e o volume de produção de cada uma das safras.
- Para o cálculo do custo unitário foi considerado o histórico de custos de produção praticados pela **Terra Santa**, líquidos de depreciação e amortização e de arrendamentos, a produção por safra e a área de plantio para cada um dos cultivos (soja, algodão e milho).
- Para a projeção do custo unitário levou-se em consideração a expectativa da Administração da **SLC** para a evolução do custo das commodities.
- Como os custos para cada cultivo derivam da produção por safra, uma parte é considerada no ano corrente da safra e outra parte é levada para o ano posterior, conforme descrito anteriormente na descrição da Receita Bruta.



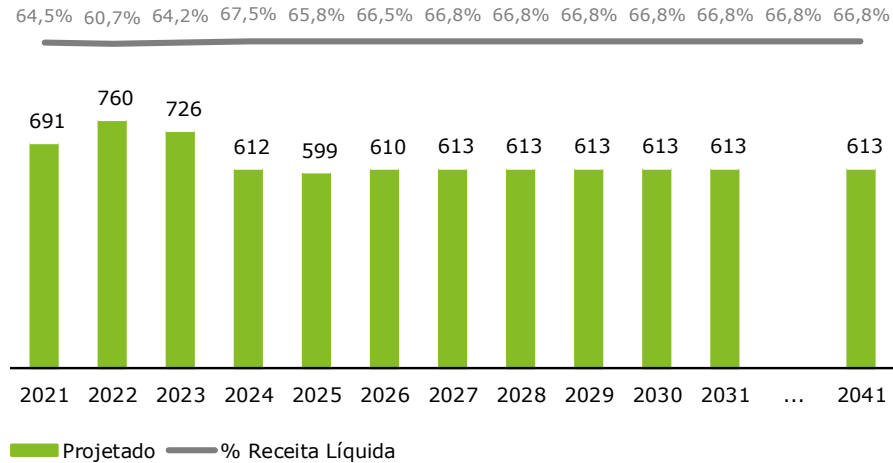
Premissas e Projeções

Custos e Despesas Operacionais

Custos Operacionais (cont.)

- Os custos operacionais projetados estão demonstrados no gráfico:

Custos Operacionais (R\$ milhões)



Despesas Operacionais

Para fins de projeção, as despesas operacionais são compostas por despesas com vendas, gerais e administrativas e arrendamentos (excluindo-se o efeito do IFRS16, uma vez que os arrendamentos possuem efeito caixa). As despesas foram projetadas de acordo com as seguintes premissas:

- Despesas com vendas:

As despesas com vendas foram projetadas considerando o histórico da **Terra Santa** de despesas com vendas atualizadas pela variação da receita líquida.

- Gerais e administrativas:

Projetadas mantendo-se o histórico de despesas Gerais e Administrativas da **Terra Santa** durante todo o período projetivo. O *budget* 2021 contempla uma despesa não recorrente de R\$ 24 milhões referentes à **Transação**, a qual foi excluída da projeção futura.

- Outras receitas (despesas) líquidas:

Para o ano de 2021 foi considerada o Budget enviado pela Administração da **Terra Santa**. Outras receitas (despesas) líquidas se refere a despesas não recorrentes do tipo: Contingências fiscais, civil e tributárias, Alienação/ Desmobilização de imobilizados e *Impairment* de imobilizados/ tributos/ativos.

Essa despesas não recorrentes não foram consideradas para os anos seguintes do período projetivo.



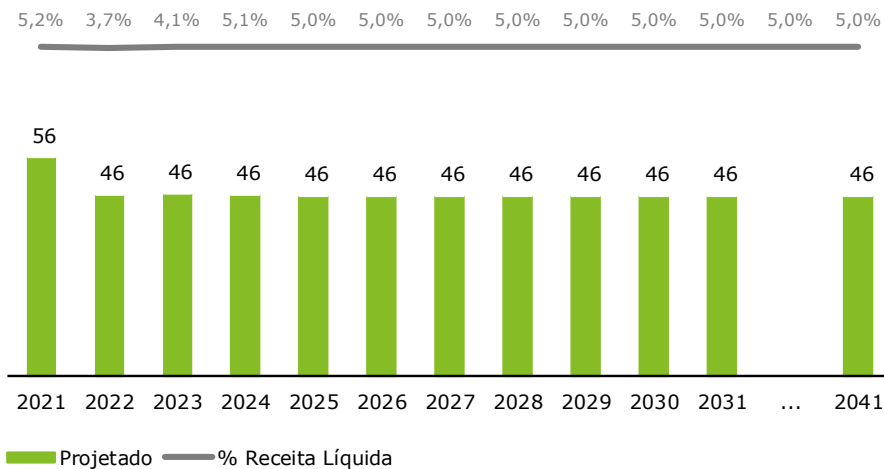
Premissas e Projeções

Despesas Operacionais e Arrendamentos de terras

Despesas Operacionais (cont.)

As despesas operacionais históricas e projetadas estão apresentadas a seguir:

Despesas Operacionais (R\$ milhões)



Arrendamentos de terras

O cálculo das despesas com arrendamentos de terras foi dividido em: arrendamentos **Terra Santa LandCo**, arrendamentos de terceiros e parcerias.

- O arrendamento das terras próprias foi projetado com base no contrato que será celebrado entre a **Terra Santa** e a **Terra Santa LandCo**, considerando-se um arrendamento de 17 sacas de soja por hectare de área útil.
- Os arrendamentos de terras de terceiros e parcerias foram projetados com base nas condições dos contratos vigentes até a data de vencimento, assumindo-se uma renovação desses contratos até 2041 pelo mesmo valor de 17 sacas de soja por hectare de área útil.
- Na composição do cálculo ainda foram consideradas as porcentagens de crédito de PIS e Cofins de 9.25% para arrendamentos **Terra Santa LandCo** e de terceiros. Não foi considerado crédito de PIS e Cofins para os arrendamentos em forma de parcerias.



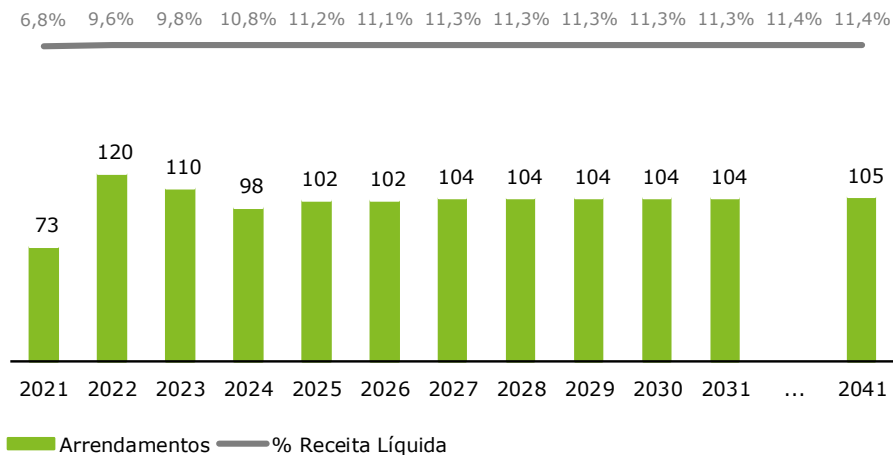
Premissas e Projeções

Arrendamentos de terras e EBITDA

Arrendamentos de terras (cont.)

A projeção das despesas com arrendamentos de terras está demonstrada no gráfico a seguir.

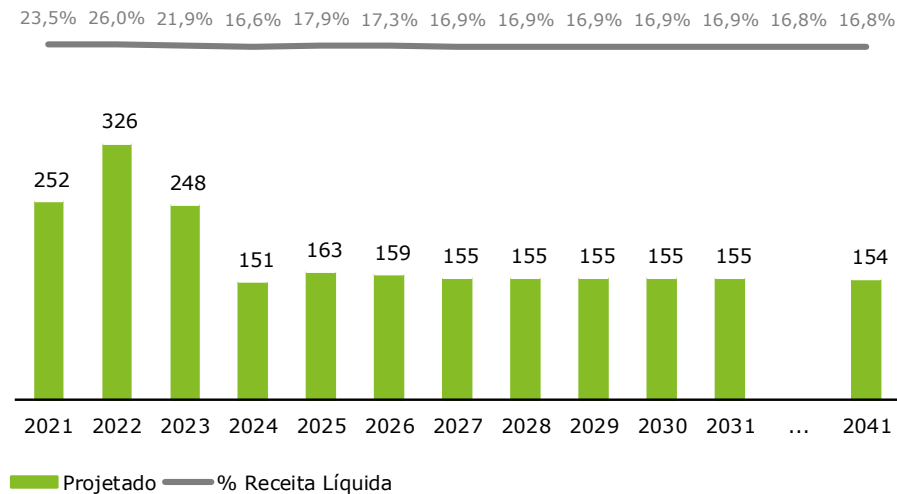
Arrendamentos (R\$ milhões)



EBITDA

- O EBITDA 2021 e 2022 reflete o bom momento para o setor agrícola frente aos desafios econômicos impostos pela pandemia do COVID 19. Diferente de outros setores, com o preço elevado das commodities e com o Real desvalorizado, o setor agrícola mostra boas perspectivas para os resultados dos próximos anos.
- No longo prazo, o EBITDA sem arrendamentos próprios se alinha ao histórico da **Terra Santa**, chegando a uma média de 22% de margem EBITDA ao ano, como pode ser visto da tabela de DRE projetada no Anexo II deste Relatório.
- Com base nas premissas apresentadas anteriormente, o EBITDA projetado para a **Terra Santa**, desconsiderando-se os efeitos do IFRS 16 está apresentado a seguir:

EBITDA (R\$ milhões)





Premissas e Projeções

Depreciação e Amortização, IRCS, Capital de Giro e Investimentos

Depreciação e Amortização

- Para o cálculo da depreciação e amortização, foram utilizadas as taxas atualmente praticadas pela **Empresa**, com base em informações reportadas pelo **Terra Santa** em suas demonstrações financeiras auditadas e no balanço patrimonial pro forma.

Imposto de Renda e Contribuição Social

- O Imposto de Renda e Contribuição Social foram projetados de acordo com a legislação fiscal vigente (Regime de Lucro Real), considerando as taxas de 25% e 9% para imposto de renda e contribuição social, respectivamente.
- De acordo com as demonstrações financeiras auditadas, na data-base de avaliação a **Terra Santa** possui o montante de R\$ 1.286 bilhões de saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, sendo R\$ 437,3 milhões (R\$ 338,9 milhões contabilizados e R\$ 98,4 milhões não contabilizados) de imposto diferidos reconhecidos em sua Demonstração Financeira.
- A fim de mensurar o valor de imposto de renda e contribuição social efetivamente pago anualmente, foram considerados os efeitos de inflação nas linhas de depreciação e amortização, e prejuízo fiscal e base negativa para base de aplicação da alíquota de IR CSLL, sendo o imposto a pagar depois deflacionado, uma vez que as projeções estão em termos reais.

Capital de Giro

- Para o cálculo da necessidade de capital de giro das operações, foram considerados os prazos médios históricos da **Terra Santa**.

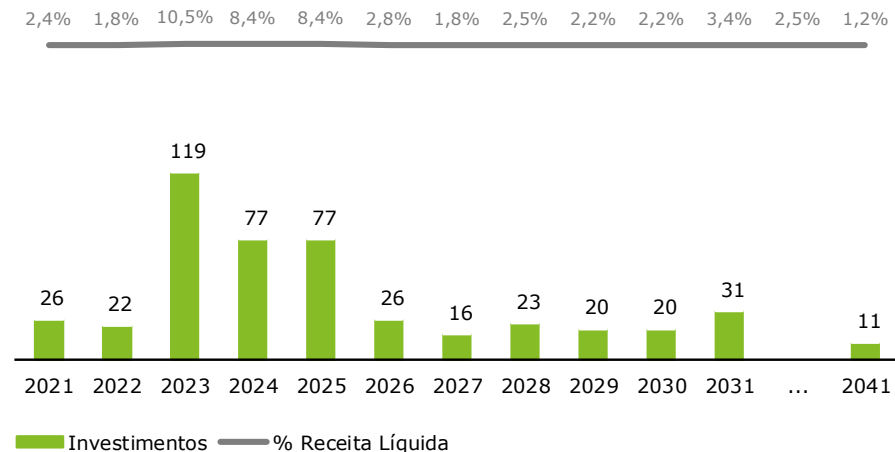
- Adicionalmente, foram considerados os efeitos de inflação nas linhas de capital de giro a fim que mensurar o impacto anual da necessidade do capital de giro.

Investimentos

Os investimentos foram projetados com base na expectativa da Administração da **SLC**, contemplando as estimativas de gasto para manutenção e para a expansão das operações.

- Os investimentos em expansão contemplam investimento em corretivos e máquinas agrícolas, veículos e obras e instalações.
- Os investimentos em manutenção contemplam corretivos e máquinas agrícolas anualmente e a cada 5 anos um investimento em manutenção de veículos.

Investimentos (R\$ milhões)





Premissas e Projeções

Ajustes Econômicos e Outros Ajustes

Ajustes Econômicos

Os ativos e passivos não operacionais adicionados ou deduzidos do valor das operações do **Terra Santa**, foram extraídos do Balanço Patrimonial pro forma da data-base da avaliação após o *carve-out* e estão apresentados a seguir:

Ajustes Econômicos	Nota	R\$ milhões
Caixa e equivalentes de caixa		83
Empréstimos e financiamentos		(987)
Outros	(a)	(79)
Total		(983)

Notas:

(a) Outros: refere-se aos tributos parcelados, depósitos judiciais, derivativos e provisão para contingências.

Valor residual do capital investido

Considerando-se a premissa de que o fluxo de projetado tem um período de 20 anos (equivalente ao prazo do contrato de arrendamento), o capital investido (capital de giro e ativo fixo) ao final do período projetivo foi liquidado pelos respectivos saldos contábeis.

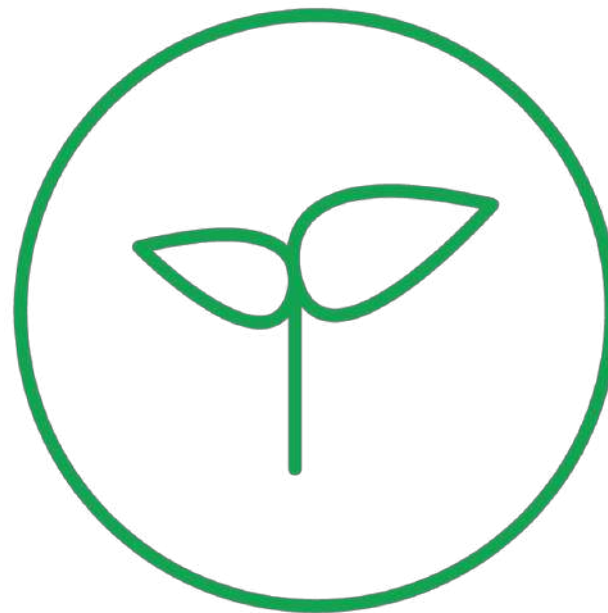
O valor presente do capital investido residual foi trazido a valor presente e adicionado ao valor operacional da **Terra Santa**.

Remuneração Complementar (Arrendamento Terra Santa LandCo)

Adicionalmente à remuneração anual a ser paga durante a vigência dos contratos de arrendamentos com a **TS LandCo**, será pago pela **Terra Santa** o valor de R\$ 70 milhões a título de remuneração complementar.



Resultado da Avaliação





Resultado da Avaliação

Valor Econômico

Com base no escopo de nossas análises, metodologia adotada, premissas, considerações e informações obtidas durante a execução dos trabalhos, conforme detalhado neste Relatório, o valor econômico da **Terra Santa** após a Reorganização Societária, na data-base 31 de dezembro de 2020, encontra-se dentro do intervalo demonstrado a seguir:

(R\$ milhões)

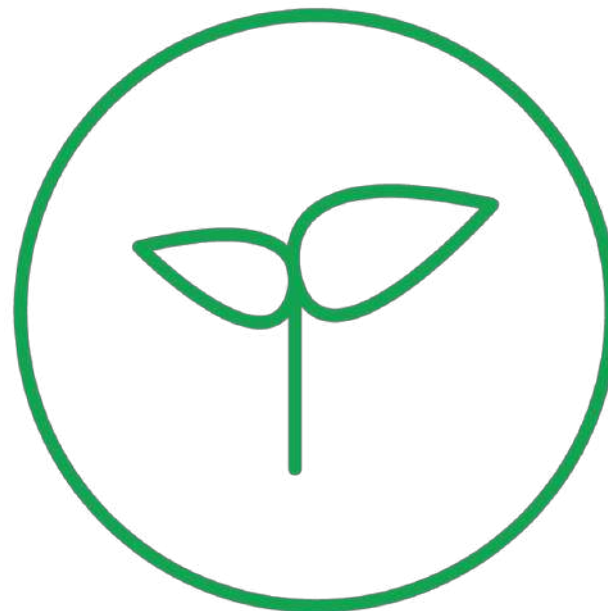
Resultado da Avaliação

Taxa de Desconto	9,9%	10,0%	10,1%
Fluxo de Caixa a Valor Presente	1.175,5	1.169,7	1.164,0
Valor residual do capital investido	22,4	22,0	21,5
Valor Operacional da Empresa - Enterprise Value	1.197,9	1.191,7	1.185,5
(+/-) Ajustes Econômicos	(982,9)	(982,9)	(982,9)
Remuneração Complementar (Arrendamento Terra Santa LandCo)	(70,0)	(70,0)	(70,0)
Valor Econômico	144,9	138,7	132,6
Múltiplo EV/EBITDA ¹ 2019 (LTM)	8,0x	7,9x	7,9x
Múltiplo EV/EBITDA ¹ 2020 (LTM)	5,4x	5,4x	5,3x

¹ O múltiplo EV/EBITDA considera os fluxos de caixa dos 20 anos de projeção desta avaliação, sem considerar perpetuidade.



Anexos



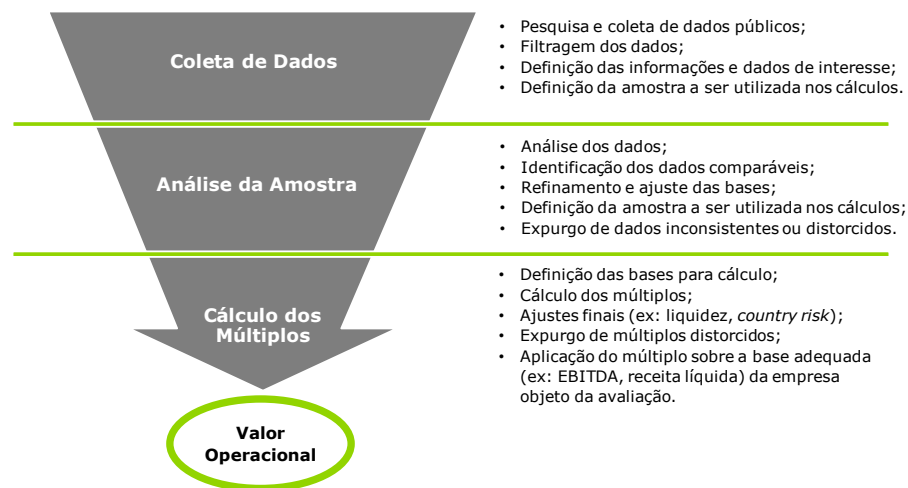


Anexo I

Análise de Múltiplos

Múltiplos de Mercado

Foi realizada uma análise de múltiplos de mercado baseada nas empresas do setor agrícola e de capital aberto que são comparáveis ao **Terra Santa**.

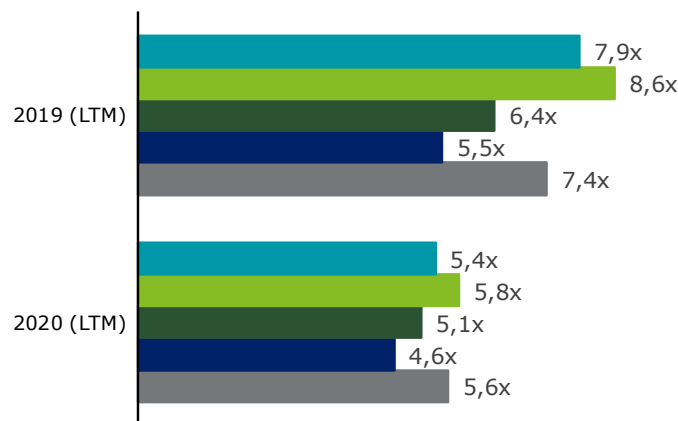


Análise de Múltiplos

O EBITDA foi obtido através das demonstrações financeiras públicas das empresas comparáveis.

Foi calculado o múltiplo EV/EBITDA para os anos de 2019 e 2020, considerando o EBITDA da atividade agrícola das empresas.

Múltiplos de Mercado - EV/EBITDA



■ Terra Santa - 20 anos¹ ■ Terra Santa
 ■ Média das empresas comparáveis ■ São Martinho
 ■ SLC Agrícola

Fonte: Capital IQ e Demonstrações Financeiras auditadas da empresas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.

¹ O múltiplo EV/EBITDA considera os fluxos de caixa dos 20 anos de projeção desta avaliação, sem considerar perpetuidade.



Anexo II

Demonstração de Resultado Projetada

(R\$ milhões)

Demonstração do Resultado	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	1.096	1.286	1.160	929	933	940	940	940	940	940
% Crescimento	9,1%	17,3%	-9,8%	-19,9%	0,3%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Deduções	(25)	(34)	(29)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)
% Receita Bruta	-2,3%	-2,6%	-2,5%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%
Receita Operacional Líquida	1.071	1.252	1.131	907	910	917	917	917	917	917
% Crescimento	18,6%	16,9%	-9,7%	-19,7%	0,3%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Custos e Despesas Operacionais	(819)	(926)	(882)	(757)	(747)	(758)	(763)	(763)	(763)	(763)
% Receita Líquida	-76,5%	-74,0%	-78,1%	-83,4%	-82,1%	-82,7%	-83,1%	-83,1%	-83,1%	-83,1%
EBITDA¹	252	326	248	151	163	159	155	155	155	155
% Receita Líquida	23,5%	26,0%	21,9%	16,6%	17,9%	17,3%	16,9%	16,9%	16,9%	16,9%
. Ajustes não recorrentes/ não caixa	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Arrendamentos	37	60	55	46	47	47	47	47	47	47
EBITDA sem arrendamentos próprios	299	386	303	197	210	206	202	202	202	202
% Receita Líquida	27,9%	30,8%	26,8%	21,7%	23,1%	22,5%	22,0%	22,0%	22,0%	22,0%
. Depreciação e Amortização	(28)	(30)	(39)	(45)	(55)	(56)	(43)	(41)	(37)	(35)
Lucro / (Prejuízo) Antes do Imposto	224	296	209	105	109	104	111	114	118	120
% Receita Líquida	20,9%	23,7%	18,5%	11,6%	11,9%	11,3%	12,1%	12,4%	12,9%	13,0%
Imposto de Renda/Contribuição Social	-	-	-	-	-	-	(9)	(40)	(42)	(42)
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	224	296	209	105	109	104	102	74	76	77

¹ O EBITDA é líquido dos efeitos do IFRS16



Anexo II

Demonstração de Resultado Projetada

(R\$ milhões)

Demonstração do Resultado	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
Receita Bruta	940	940	940	940	940	940	940	940	940	940	940
% Crescimento	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Deduções	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)
% Receita Bruta	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%
Receita Operacional Líquida	917	917	917	917	917	917	917	917	917	917	917
% Crescimento	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Custos e Despesas Operacionais	(763)	(763)	(763)	(763)	(763)	(763)	(763)	(763)	(763)	(763)	(763)
% Receita Líquida	-83,1%	-83,1%	-83,1%	-83,1%	-83,1%	-83,2%	-83,2%	-83,2%	-83,2%	-83,2%	-83,2%
EBITDA¹	155	155	155	155	155	154	154	154	154	154	154
% Receita Líquida	16,9%	16,9%	16,9%	16,9%	16,9%	16,8%	16,8%	16,8%	16,8%	16,8%	16,8%
. Ajustes não recorrentes/ não caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Arrendamentos	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47
EBITDA sem arrendamentos próprios	202	202	202	202	202	201	201	201	201	201	201
% Receita Líquida	22,0%	22,0%	22,0%	22,0%	22,0%	21,9%	21,9%	21,9%	21,9%	21,9%	21,9%
. Depreciação e Amortização	(34)	(36)	(34)	(29)	(25)	(23)	(23)	(24)	(24)	(24)	(23)
Lucro / (Prejuízo) Antes do Imposto	121	119	121	126	130	131	131	131	130	130	131
% Receita Líquida	13,1%	13,0%	13,2%	13,7%	14,1%	14,3%	14,3%	14,2%	14,2%	14,2%	14,3%
Imposto de Renda/Contribuição Social	(43)	(42)	(43)	(44)	(45)	(46)	(46)	(45)	(45)	(45)	(46)
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	78	77	78	81	84	85	85	85	85	85	85

¹ O EBITDA é líquido dos efeitos do IFRS16



Anexo II

Fluxo de Caixa Projetado

(R\$ milhões)

Fluxo de Caixa	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	224	296	209	105	109	104	102	74	76	77
. Depreciação e Amortização	28	30	39	45	55	56	43	41	37	35
. Investimentos	(26)	(22)	(119)	(77)	(77)	(26)	(16)	(23)	(20)	(20)
. Variação de capital de giro	20	(24)	1	8	(3)	(4)	(3)	0	(2)	(2)
. Outros itens não caixa ¹	(14)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa Livre	233	279	130	83	84	129	127	91	91	90

(R\$ milhões)

Fluxo de Caixa	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	78	77	78	81	84	85	85	85	85	85	85
. Depreciação e Amortização	34	36	34	29	25	23	23	24	24	24	23
. Investimentos	(31)	(20)	(20)	(20)	(20)	(31)	(23)	(23)	(23)	(23)	(11)
. Variação de capital de giro	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(3)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
. Outros itens não caixa ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa Livre	79	90	89	88	87	75	83	83	83	83	95

¹ Outros itens não caixa se referem as despesas com baixas de ativos imobilizados, perdas estimadas de estoque/recebíveis, despesas não recorrentes e outras receitas (despesas).



Anexo III

Glossário e Fórmulas

Glossário

Apresentamos a seguir o glossário de termos técnicos de expressões em língua estrangeira e outras siglas ou quaisquer indicadores utilizados neste Laudo, em ordem alfabética:

- a.a.: ao ano.
- CAPEX: *Capital Expenditure*. Capital utilizado para adquirir, melhorar ou manter os bens físicos da empresa.
- CAPM: *Capital Asset Pricing Model*. Representa o método utilizado para determinação do custo de capital próprio.
- *Corporate Finance*: Finanças Corporativas.
- CPI: *Consumer Price Index*. Representa a inflação projetada nos Estados Unidos.
- EBITDA: *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*. Representa o lucro antes de juros, imposto, depreciação e amortização.
- IGP-M: Índice Geral de Preços de Mercado.
- IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo.
- IRCS: Imposto de Renda e Contribuição Social.
- Perpetuidade (Modelo de Gordon): é o valor presente dos fluxos de caixa futuros, assumidos com crescimento constantes em intervalos regulares para sempre.
- Selic (ou Taxa Selic): meta de taxa de juros em reais.
- T-Bond: Treasury Bonds. Representa títulos emitidos pelo governo norte-americano.
- WACC: *Weighted Average Cost of Capital*. Representa o custo médio ponderado de capital.

Fórmulas

As fórmulas utilizadas nesse relatório estão apresentadas a seguir:

$$\bullet \text{ Beta desalavancado} = \frac{\text{Beta}}{1 + (1 - \text{Tax}) \times \left(\frac{D}{E}\right)}, \text{ onde:}$$

Beta = Beta local de cinco anos da empresa comparável calculado semanalmente no mercado local;

Tax = Alíquota de imposto de (IRCS) vigente no país comparável;

D = Dívida líquida; e

E = Capital próprio.

$$\bullet \text{ Ke (USD)} = R_f + (\text{ERP} \times \beta) + \text{CRP} + \text{SP}, \text{ onde:}$$

Ke (USD) = Retorno esperado pelo acionista em dólares americanos;

R_f = Taxa livre de risco (*Risk-free*);

ERP = Prêmio de mercado (*Equity Risk Premium*);

B = Beta;

CRP = Risco país (*Country Risk Premium*); e

SP = Prêmio de tamanho da empresa (*Size Premium*).



Anexo III

Glossário e Fórmulas

Fórmulas (cont.)

As fórmulas utilizadas nesse relatório estão apresentadas a seguir:

- $Ke (BRL) = \frac{(1 + Ke (USD)) \times (1 + IPCA)}{(1 + CPI)}$, onde:

Ke (BRL) = Retorno esperado pelo acionista em reais;

Ke (USD) = Retorno esperado pelo acionista em dólares americanos;

IPCA = Índice de Preços ao Consumidor Amplo (inflação brasileira projetada); e

CPI = *Consumer Price Index* (inflação americana projetada).



A Deloitte refere-se a uma firma-membro da Deloitte, uma de suas entidades relacionadas, ou à Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). Cada firma-membro da Deloitte é uma entidade legal separada e membro da DTTL. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global em auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede de firmas-membro, presente em mais de 150 países e territórios, atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os 312.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Confidencial

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

SLC Agrícola S.A

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 19E94CF10E7849A2935FA3F0F122AA08
 Assunto: Protocolo e Justificação de Incorporação - Projeto Santidade
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 74 Assinaturas: 6
 Certificar páginas: 6 Rubrica: 0
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Cesar Prado
 Miguel Sutil, 8800, 6o andar Bairro: Duque de
 Caxias
 Cuiabá, 78043-375
 cesar.prado@tsagro.com
 Endereço IP: 191.187.72.102

Rastreamento de registros

Status: Original
 20/05/2021 18:12:58

Portador: Cesar Prado
 cesar.prado@tsagro.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Alexandre Febbe Barreto
 alexandre.barreto@slcagricola.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SAFEWEB RFB v5
 CPF do signatário: 00686639006

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 20/05/2021 18:30:21
 ID: 6556f004-7463-49d6-90c2-88f063ab019a

Assinatura

DocuSigned by:

 68206A2B86C64C4...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 189.6.245.27

Registro de hora e data

Enviado: 20/05/2021 18:26:46
 Visualizado: 20/05/2021 18:30:21
 Assinado: 20/05/2021 18:33:59

Alexandre Segadilha Adler
 alexandre.adler@tsagro.com
 Diretor Financeiro


Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5
 CPF do signatário: 02819754775

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 25/09/2020 10:25:36
 ID: e7534871-a982-47a3-bcfc-bbd1f0c76774

DocuSigned by:

 93DDE6BE95F6449...

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura
 carregada
 Usando endereço IP: 191.17.91.96

Enviado: 20/05/2021 18:26:45
 Visualizado: 20/05/2021 18:29:45
 Assinado: 20/05/2021 18:32:59

Aurélio Pavinato
 aurelio.pavinato@slcagricola.com.br
 CEO

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SAFEWEB RFB v5
 CPF do signatário: 49497359004

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

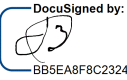
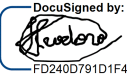

Aceito: 20/05/2021 18:27:46
 ID: be2d979a-37c3-4dd9-8298-dc11603f3d10

DocuSigned by:

 09EED3C7EC8347E...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 187.53.220.254

Enviado: 20/05/2021 18:26:44
 Visualizado: 20/05/2021 18:27:46
 Assinado: 20/05/2021 18:29:19

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
<p>Ivo Marcon Brum ivo.brum@slcagricula.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital</p> <p>Detalhes do provedor de assinatura: Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 46742077034</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 20/05/2021 18:28:40 ID: 686ef4ae-a86c-4769-9fbf-4e8c4919cd10</p>	<p>DocuSigned by:  BB5EA8F8C2324F8...</p> <p>Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 189.6.244.126</p>	<p>Enviado: 20/05/2021 18:26:45 Visualizado: 20/05/2021 18:28:40 Assinado: 20/05/2021 18:29:54</p>
<p>José Humberto Prata Teodoro Júnior jh.teodoro@tsagro.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital</p> <p>Detalhes do provedor de assinatura: Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 CPF do signatário: 03724804628</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 20/05/2021 18:29:02 ID: 86281da4-c5c4-4dd4-a0c4-fb60b32400e0</p>	<p>DocuSigned by:  FD240D791D1F4E0...</p> <p>Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 177.215.67.111</p>	<p>Enviado: 20/05/2021 18:26:45 Visualizado: 20/05/2021 18:29:02 Assinado: 20/05/2021 18:29:42</p>
<p>Leila Rodrigues De Oliveira Barbosa leila.barbosa@tsagro.com Terra Santa Agro S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital</p> <p>Detalhes do provedor de assinatura: Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC OAB G3 CPF do signatário: 28712268810</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não disponível através da DocuSign</p>	<p>DocuSigned by:  E5223693AF1D421...</p> <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 189.54.218.217</p>	<p>Enviado: 20/05/2021 18:26:45 Visualizado: 20/05/2021 18:28:07 Assinado: 20/05/2021 18:31:06</p>
Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
<p>Roberto Acauan roberto.acauan@slcagricula.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 20/05/2021 18:27:38 ID: 118f8ea9-a78f-429d-b134-1fcd6fc87c09</p>	<p>Visualizado</p> <p>Usando endereço IP: 177.204.229.180</p>	<p>Enviado: 20/05/2021 18:26:46 Visualizado: 20/05/2021 18:27:38</p>
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	20/05/2021 18:26:46
Entrega certificada	Segurança verificada	20/05/2021 18:27:38
Assinatura concluída	Segurança verificada	20/05/2021 18:31:06
Concluído	Segurança verificada	20/05/2021 18:33:59

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Terra Santa Agro S.A. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Terra Santa Agro S.A.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To advise Terra Santa Agro S.A. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at info@terra-santa.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Terra Santa Agro S.A.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to info@terra-santa.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number.

To withdraw your consent with Terra Santa Agro S.A.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. . .

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Terra Santa Agro S.A. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Terra Santa Agro S.A. during the course of your relationship with Terra Santa Agro S.A..

Apêndice B

Cópia da Reunião do Conselho de Administração da Terra Santa que aprovou a
Incorporação de Ações

TERRA SANTA AGRO S.A.
CNPJ/MF 05.799.312/0001-20
NIRE 35.300.380.657
(Companhia de Capital Aberto)

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**14ª. (DÉCIMA-QUARTA) REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ANO DE 2021
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2021.**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada às 15:00 horas do dia 20 (vinte) de maio de 2021 (dois mil e vinte e um), na sede da Companhia, localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, n.º 108, 8º andar, conjunto 81, Brooklin Novo, CEP 04571-150.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação efetuada na forma do art. 17 do Estatuto Social da Companhia, reuniram-se, virtualmente, através de teleconferência, nos moldes previstos no art. 17, parágrafo terceiro do Estatuto Social: **(i)** os Membros do Conselho de Administração, Srs. Silvio Tini de Araújo, Renato Carvalho do Nascimento, Júlio Cesar de Toledo Piza Neto, Emilio Humberto Carazzai Sobrinho, Arlindo de Azevedo Moura e Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes; e **(ii)** os Membros da Diretoria Executiva da Companhia, os Srs. José Humberto Prata Teodoro Júnior, Márcio José Ferreira, Paulemar Andre Jaber de Barros, Marcelo Lambrecht e Alexandre Segadilha Adler.
- 3. MESA:** A Reunião foi presidida pelo Sr. Silvio Tini de Araújo e secretariada pelo Sr. Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes.
- 4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre **(i)** o exame, discussão e aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da Companhia pela SLC Agrícola S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Rua Bernardo Pires, nº 128, 4º andar, Bairro Santana, CEP 90620-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 89.096.457/0001-55 ("SLC") ("Protocolo de Incorporação de Ações"), no contexto do projeto de combinação dos

negócios das companhias, conforme Fato Relevante de 25 de março de 2021; **(ii)** a aprovação da incorporação de ações de emissão da Companhia, na forma dos artigos 252, 224 e 225 da Lei das S.A., nos termos do Protocolo de Incorporação de Ações ("Incorporação de Ações"); **(iii)** a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a implementação da Incorporação de Ações, incluindo a subscrição das novas ações ordinárias a serem emitidas pela SLC Agrícola S.A. em decorrência da Incorporação de Ações; e **(iv)** a convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para deliberar sobre as matérias da ordem do dia.

5. DELIBERAÇÕES TOMADAS PELOS PRESENTES: Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade dos presentes:

- (i)** a aprovação, *ad referendum* da assembleia geral, do Protocolo de Incorporação de Ações, autorizando a sua assinatura pela Diretoria Executiva da Companhia;
- (ii)** a aprovação, *ad referendum* da assembleia geral, da Incorporação de Ações;
- (iii)** a aprovação, *ad referendum* da assembleia geral, da autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a implementação da Incorporação de Ações, incluindo a subscrição das novas ações ordinárias a serem emitidas pela SLC Agrícola S.A. em decorrência da Incorporação de Ações; e
- (iv)** a aprovação da convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 21 de junho de 2021, às 09h30, para deliberar sobre as matérias expostas na ordem do dia da presente reunião.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual

lavrou-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos Conselheiros presentes.

São Paulo, 20 de maio de 2021.

Silvio Tini de Araújo
Presidente da Mesa e Presidente do Conselho

Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes
Secretário da Mesa e Membro do Conselho

Conselheiros:

Renato Carvalho do Nascimento

Júlio Cesar de Toledo Piza Neto

Emilio Humberto Carazzai Sobrinho

Arlindo de Azevedo Moura

Apêndice C

Proposta de Estatuto Social da Companhia Combinada

SLC Agrícola S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 89.096.457/0001-55
NIRE 43300047521

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I - Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração

Artigo 1º. A SLC AGRÍCOLA S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação em vigor.

Parágrafo único. Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 2º. A Companhia tem a sua sede e foro na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Bernardo Pires, 128, 4º andar, Bairro Santana, CEP 90620-010.

Parágrafo único. A Companhia poderá abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, centros de distribuição, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior por deliberação da Diretoria, observado o disposto no artigo 19, inciso XI deste Estatuto Social.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto: (i) agricultura e pecuária; (ii) produção e comercialização de sementes e mudas; (iii) beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportá-los e importar bens para seu uso e consumo próprio; (iv) fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral aos seus funcionários; (v) prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; (vi) prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; (vii) comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; (viii) atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool e seus derivados; e (ix) atividade de armazém geral.

Parágrafo único. A Companhia poderá explorar outros ramos que tenham afinidade com o objeto expresso no artigo 3º, bem como participar de outras sociedades, no País ou no exterior.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Capítulo II - Capital Social

Artigo 5º. O capital social é R\$ 1.012.521.509,85 (um bilhão e doze milhões, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e nove reais e oitenta e cinco centavos), dividido em 193.111.454 (cento e noventa e três milhões, cento e onze mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Artigo 6º. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 3.900.000 (três milhões e novecentas mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§ 1º. Dentro do limite autorizado neste artigo, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará o número, preço, e prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.

§ 2º. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

§ 3º. Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

§ 4º. É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 7º. O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo único. A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.

Artigo 8º. Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários

("CVM") designada pelo Conselho de Administração, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados. Parágrafo único. O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

Artigo 9º. A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Capítulo III - Assembleia Geral

Artigo 10. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ou deste Estatuto Social.

§ 1º. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de oito dias.

§ 2º. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos presentes, observado o disposto no artigo 48, § 1º, deste Estatuto Social.

§ 3º. A Assembleia Geral que deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta, ou a saída da Companhia do Novo Mercado, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

§ 4º. A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

§ 5º. Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, cinco dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas

participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

§ 6º. As atas de Assembleias deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

Artigo 11. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até dois Secretários.

Artigo 12. Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

- I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- II. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- III. reformar o Estatuto Social;
- IV. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- V. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- VI. aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia;
- VII. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- VIII. eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- IX. deliberar a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, nas hipóteses previstas no Capítulo VII deste Estatuto Social;
- X. deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;
- XI. escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e
- XII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Capítulo IV - Órgãos da Administração

Seção I – Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 13. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, sendo que os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§ 1º. A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 2º. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Artigo 14. A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores.

Artigo 15. Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes.

Parágrafo único. Só é dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os membros do órgão da administração que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado e por voto escrito transmitido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.

Seção II – Conselho de Administração

Artigo 16. O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, cinco e, no máximo, sete membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de dois anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre duas Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

§ 1º. Na Assembleia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão fixar, primeiramente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos.

§ 2º. No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes (conforme definido no § 3º deste artigo), e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger. Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

§ 3º. Para os fins deste artigo, o termo "Conselheiro Independente" caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador (conforme definido no artigo 40 deste Estatuto Social), cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (conforme definido no artigo 40 deste Estatuto Social) (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador (conforme definido no artigo 40 deste Estatuto Social) ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.

§ 4º. Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

§ 5º. A Assembleia Geral poderá eleger um ou mais suplentes para os membros do Conselho de Administração, não podendo, entretanto, ser eleito mais de um suplente para cada membro efetivo do Conselho de Administração.

§ 6º. O membro do Conselho de Administração ou suplente não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia.

§ 7º. O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como

órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Artigo 17. O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos.

§ 1º. O Presidente do Conselho de Administração convocará e presidirá as reuniões do órgão e as Assembleias Gerais, ressalvadas, no caso das Assembleias Gerais, as hipóteses em que indique por escrito outro conselheiro, diretor ou acionista para presidir os trabalhos.

§ 2º. Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão, além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada conselheiro terá direito a um voto nas deliberações do órgão, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros.

§ 3º. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Artigo 18. O Conselho de Administração reunir-se-á, (i) ao menos uma vez por trimestre, mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou de qualquer outro membro, por escrito, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem considerados naquela Reunião, se houver. Qualquer Conselheiro poderá, através de solicitação escrita ao Presidente, incluir itens na ordem do dia. O Conselho de Administração poderá deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia da reunião trimestral; e (ii) em reuniões especiais, a qualquer tempo, mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou de qualquer outro membro, por escrito, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada, objetivos da reunião e documentos a serem considerados, se houver. O Conselho de Administração poderá deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia das reuniões especiais. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a

identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião.

§ 1º. As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue a cada membro do Conselho de Administração com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, a menos que a maioria dos seus membros em exercício fixe prazo menor, porém não inferior a 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º. Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, sendo que uma cópia da referida ata será entregue a cada um dos membros após a reunião.

Artigo 19. Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social:

- I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II. eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições;
- III. fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;
- IV. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;
- V. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;
- VI. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- VII. aprovar e rever anualmente: (a) o orçamento anual, concernente às receitas e despesas da Companhia; (b) aprovação do orçamento de capital, com destaque dos investimentos com efeitos de longo prazo; (c) aprovação do plano anual de negócios, com especificação das operações básicas e os fundamentos e justificativas gerais para as estratégias adotadas.
- VIII. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- IX. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre a oportunidade de levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;
- X. apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;

- XI. apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias e a instalação e o fechamento de plantas industriais, no País ou no exterior;
- XII. manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia;
- XIII. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei;
- XIV. deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, como previsto no § 2º do artigo 6º deste Estatuto Social;
- XV. outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral;
- XVI. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia incluindo recompra de ações, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;
- XVII. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- XVIII. deliberar, por delegação da Assembleia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures;
- XIX. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam bonds, notes, commercial papers, ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;
- XX. estabelecer o valor da participação nos lucros dos diretores e empregados da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia, podendo decidir por não atribuir-lhes qualquer participação;
- XXI. decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;

- XXII. autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar arrendamentos de plantas industriais, associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;
- XXIII. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;
- XXIV. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, de suas controladas e coligadas, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, de suas controladas e coligadas, de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;
- XXV. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;
- XXVI. conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um Diretor, do que se lavrará ata no livro próprio;
- XXVII. aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;
- XXVIII. aprovar as políticas de divulgação de informações ao mercado e negociação com valores mobiliários da Companhia;
- XXIX. definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, na forma definida no artigo 48 deste Estatuto Social;
- XXX. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente;
- XXXI. instituir Comitês e estabelecer os respectivos regimentos e competências;
- XXXII. dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;
- XXXIII. pré-definir as políticas para as operações de hedge/LI; e
- XXXIV. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15

(quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Seção III – Diretoria

Artigo 20. A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, quatro membros, os quais serão designados Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e os demais Diretores sem designação específica. Os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores são de preenchimento obrigatório. Os Diretores terão prazo de mandato unificado até a primeira reunião do Conselho de Administração que for realizada após dois anos da eleição.

§ 1º. Salvo no caso de vacância no cargo, a eleição da Diretoria ocorrerá até cinco dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores.

§ 2º. Nos casos de renúncia ou destituição do Diretor Presidente, ou, em se tratando do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, quando tal fato implicar na não observância do número mínimo de Diretores, o Conselho de Administração será convocado para eleger o substituto, que completará o mandato do substituído.

§ 3º. No caso de ausência ou impedimento temporário, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores ou, na falta deste, por qualquer um dos demais Diretores.

Artigo 21. Compete ao Diretor Presidente: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; (ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia; (iii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual, do orçamento de capital e o plano de negócios da Companhia; (iv) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas comercial, logística, industrial, administrativa, planejamento agrícola, pesquisa e recursos humanos, bem como todos os negócios e operações da Companhia, no Brasil e no exterior; (v) dirigir e orientar a realização de análises de mercado e da política da qualidade da Companhia e a implantação de normas, métodos e rotinas operacionais; (vi) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, observadas as

atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (vii) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (viii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ix) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais participar; e (x) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 22. Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas de finanças, contábil e de relações com investidores da Companhia; (ii) representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a Comissão de Valores Mobiliários, as bolsas de valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; (iii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual e do orçamento de capital; (iv) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos, bem como as políticas de hedge pré-definidas pelo Conselho de Administração; e (v) outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 23. Compete aos Diretores sem designação específica, se eleitos, auxiliar o Diretor Presidente na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 24. A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Observados os valores de alçada da Diretoria fixado pelo Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 19 deste Estatuto Social, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

- I. cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- II. elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- III. propor, ao Conselho de Administração, o orçamentos anual, o orçamento de capital e o plano de negócios revistos e aprovados anualmente;

- IV. deliberar sobre a instalação e o fechamento de filiais, depósitos, centros de distribuição, escritórios, seções, agências, representações por conta própria ou de terceiros, em qualquer ponto do País ou do exterior; e
- V. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Artigo 25. A Diretoria se reúne validamente com a presença de dois Diretores, sendo um deles sempre o Diretor Presidente, e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes, sendo atribuído ao Diretor Presidente o voto de qualidade no caso de empate na votação.

Artigo 26. A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os Diretores e todas as demais pessoas presentes à reunião.

Artigo 27. As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue com antecedência mínima de dois dias úteis, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

Artigo 28. Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas das Reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes.

Artigo 29. A Companhia será sempre representada, em todos os atos, (i) pela assinatura conjunta de dois Diretores, ou (ii) pela assinatura de um Diretor em conjunto com um procurador, desde que investido de especiais e expressos poderes; ou ainda (iii) pela assinatura de dois procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes.

§ 1º. Todas as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações ad judícia, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular.

§ 2º. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros, salvo quando expressamente aprovados pelo Conselho de Administração em reunião e nos casos de prestação, pela Companhia, de avais, abonos e fianças para empresas controladas ou coligadas, em qualquer estabelecimento bancário, crédito ou instituição financeira, departamento de crédito rural, de crédito comercial, de contratos de câmbio,

e outras operações aqui não especificadas, sendo a Companhia, nestes atos, representada por no mínimo dois Diretores, ou por um diretor e um procurador com poderes específicos para a prática do ato.

Capítulo V - Conselho Fiscal

Artigo 30. O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

Artigo 31. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo três e, no máximo cinco membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

§ 1º. Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

§ 2º. Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.

§ 3º. A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado, e condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 4º. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente por ordem de idade a começar pelo mais idoso.

§ 5º. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 32. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei

§ 1º. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Artigo 30. O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

Artigo 31. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo três e, no máximo cinco membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

§ 1º. Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

§ 2º. Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.

§ 3º. A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado, e condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 4º. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente por ordem de idade a começar pelo mais idoso.

§ 5º. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 32. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei

§ 1º. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

§ 2º. O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Artigo 30. O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

Artigo 31. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo três e, no máximo cinco membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

§ 1º. Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

§ 2º. Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.

§ 3º. A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado, e condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 4º. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente por ordem de idade a começar pelo mais idoso.

§ 5º. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 32. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei

§ 1º. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

§ 2º. O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

§ 3º. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

Artigo 33. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o § 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Capítulo VI - Distribuição dos Lucros

Artigo 34. O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes.

Artigo 35. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o disposto no § 1º deste artigo, ajustado

para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (c) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (e) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (e) uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações; e (f) uma parcela formada por até 100% dos lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias poderá ser destinada à formação de reserva para expansão ou investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais ou dispêndios de capital, não podendo esta reserva ultrapassar o menor entre os seguintes valores: (i) 80% do capital social; ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% do capital social da Companhia.

§ 1º. A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, limitada à remuneração anual global dos administradores, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos termos do artigo 152, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

§ 2º. A distribuição da participação nos lucros em favor dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria somente poderá ocorrer nos exercícios em que for assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Artigo 36. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a

legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

§ 1º. Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas serão compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

§ 2º. O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.

Artigo 37. A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração: (a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a seis meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Artigo 38. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 39. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

Capítulo VII - Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta, Saída Do Novo Mercado e Proteção da Dispersão da Base Acionária

Seção I – Definições

Artigo 40. Observadas as definições estabelecidas especificamente para o artigo 49 deste Estatuto Social, para efeitos deste Capítulo VII, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Controlador” significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.

“Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

“Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

“Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por Administradores da Companhia, aquelas em tesouraria.

“Alienação de Controle da Companhia” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

“Adquirente” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere o Poder de Controle da Companhia.

“Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.

“Poder de Controle” ou “Controle” significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

“Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Parágrafo único. Os termos grafados com iniciais maiúsculas utilizados neste Estatuto Social que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento do Novo Mercado.

Seção II – Alienação do Controle da Companhia

Artigo 41. A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

§ 1º. O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações para o Adquirente, enquanto este não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

§ 2º. A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado, que será imediatamente enviado à BM&FBOVESPA.

§ 3º. Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscreto o Termo de Anuência referido no § 2º deste artigo, que será imediatamente enviado à BM&FBOVESPA.

Artigo 42. A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada:

- I. nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou
- II. em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 43. Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado-a:

- I. efetivar a oferta pública referida no artigo 41 deste Estatuto Social;
- II. pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia

nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

- III. tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do Controle, ou em prazo maior se permitido pela legislação em vigor à época. Seção III – Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 44. Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada, obrigatoriamente, pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação referido no artigo 48 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 45. Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado (i) para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro fora do Novo Mercado ou (ii) em virtude de reorganização societária na qual os valores mobiliários da companhia resultante não sejam admitidos para negociação no Novo Mercado, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação referido no artigo 48 deste Estatuto Social, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da oferta pública de aquisição de ações deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado referida saída ou reorganização, conforme o caso.

Artigo 46. Na hipótese de não haver Acionista Controlador, sempre que for aprovado, em Assembleia Geral a saída da Companhia do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações dos valores mobiliários por ela emitidos fora do Novo Mercado, seja em decorrência de reorganização societária conforme previsto na alínea (ii) do caput do artigo 45, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo 45 acima.

§ 1º. A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. § 2º. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo

Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 47. A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 48 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º. O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

§ 2º. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

§ 3º. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

§ 4º. Caso a Assembleia Geral mencionada no § 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 48. O laudo de avaliação das ofertas de aquisição de ações em caso de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, ou de saída da Companhia do Novo Mercado, deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Companhia, seus administradores e Acionista Controlador, bem como do poder de decisão destes, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo artigo 8º.

§ 1º. A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, ou de saída da Companhia do Novo Mercado é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tripartite, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria dos votos dos

acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, não se computando os votos em branco. A Assembleia prevista neste § 1º, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§ 2º. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

Seção IV – Proteção da Dispersão da Base Acionária

Artigo 49. Qualquer Acionista Relevante (conforme definido no § 11 deste artigo 49), que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do seu capital social deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste artigo. O Acionista Relevante (conforme definido no § 11 deste artigo 49) deverá solicitar o registro da referida oferta no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em direitos em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.

§ 1º. A oferta pública de aquisição de ações deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no § 2º deste artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta de ações de emissão da Companhia.

§ 2º. O preço de aquisição na oferta pública de aquisição de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) 130% (cento e trinta por cento) do valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 130% (cento e trinta por cento) do preço de emissão de ações verificado em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrida no período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição de ações nos termos deste artigo 49, valor esse que deverá ser devidamente atualizado pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE desde a data de emissão de ações para aumento de capital da Companhia até o momento de liquidação financeira da oferta pública de aquisição de ações nos termos deste artigo 49; (iii) 130% (cento e trinta por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da oferta, ponderada pelo volume de

negociação na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (iv) 130% (cento e trinta) do preço unitário mais alto pago pelo Acionista Relevante (conforme definido no § 11 deste artigo 49), a qualquer tempo, para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia. Caso a regulamentação da CVM aplicável à oferta prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação na Companhia na oferta que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da oferta prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

§ 3º. A realização da oferta pública de aquisição de ações mencionada no caput deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

§ 4º. O Acionista Relevante (conforme definido no § 11 deste artigo 49) estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à oferta pública de aquisição de ações, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

§ 5º. Na hipótese do Acionista Relevante (conforme definido no § 11 deste artigo 49) não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, até mesmo no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da oferta pública de aquisição de ações; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Relevante (conforme definido no § 11 deste artigo 49) não poderá votar para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Relevante (conforme definido no § 11 deste artigo 49) que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Relevante (conforme definido no § 11 deste artigo 49) por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

§ 6º. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir

de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas. Ainda, o disposto neste artigo não se aplica aos atuais acionistas que já sejam titulares de 20% (vinte por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores na data de eficácia da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado, aplicando-se exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia após a Ata de Reunião de Sócios da Companhia de Transformação do Tipo Jurídico de sociedade limitada em sociedade anônima, realizada em 23 de março de 2007.

§ 7º. Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no caput deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

§ 8º. A Assembleia Geral poderá dispensar o Acionista Relevante (conforme definido no § 11 deste artigo 49) da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista neste artigo 49, caso seja do interesse da Companhia.

§ 9º. Os acionistas titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações de emissão da Companhia poderão requerer aos administradores da Companhia que convoquem Assembleia Especial de Acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do preço da aquisição, cujo laudo de avaliação deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação referido no caput do artigo 48, de acordo com os procedimentos previstos no artigo 4º-A da Lei das Sociedades por Ações e com observância ao disposto na regulamentação aplicável da CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nos termos deste Capítulo. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Acionista Relevante (conforme definido no § 11 deste artigo 49).

§ 10º. Caso a Assembleia Especial de Acionistas referida acima delibere pela realização de nova avaliação e o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor inicial da oferta pública para a aquisição de ações, poderá o Acionista Relevante (conforme definido no § 11 deste artigo 49) dela desistir, obrigando-se neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto nos artigos 23 e 24 da Instrução CVM 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada, e a alienar o excesso de participação no prazo de três meses contados da data da mesma Assembleia Especial de Acionistas.

§ 11º. Para fins deste artigo, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Relevante” significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Bloco de Acionistas.

“Bloco de Acionistas” significa o conjunto de dois ou mais acionistas da Companhia: (i) que sejam partes de acordo de voto; (ii) se um for, direta ou indiretamente, acionista controlador ou sociedade controladora do outro, ou dos demais; (iii) que sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não; ou (iv) que sejam sociedades, associações, fundações, cooperativas e trusts, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento com os mesmos administradores ou gestores, ou, ainda, cujos administradores ou gestores sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não. No caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como um Bloco de Acionistas aqueles cuja política de investimentos e de exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

Seção V – Disposições Comuns

Artigo 50. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII deste Estatuto Social, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM, quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 51. A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação das ofertas públicas de aquisição de ações previstas neste Capítulo VII deste Estatuto Social, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Parágrafo único. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições deste Estatuto Social, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Capítulo VIII - Juízo Arbitral

Artigo 52. A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Estatuto Social, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções, a qual deve ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, em conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

§ 1º. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, caso ainda não tenha sido constituído o Tribunal Arbitral, as partes poderão requerer diretamente ao Poder Judiciário as medidas conservatórias necessárias à prevenção de dano irreparável ou de difícil reparação, e tal proceder não será considerado renúncia à arbitragem, nos termos do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

§ 2º. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por três árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem, em português.

Capítulo IX - Liquidação da Companhia

Artigo 53. A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

Capítulo X - Disposições Finais e Transitórias

Artigo 54. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e, no que couber, pelo Regulamento do Novo Mercado, observado o disposto em seu item 14.4.

Artigo 55. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido

em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.

Apêndice D
Demonstrações Financeiras

(i) *Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Terra Santa Agro S.A. em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes*

Cópia deste documento está disponível aos acionistas na sede e no website de relações com investidores da Companhia e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

No site de relações com investidores da Companhia, clicar no seguinte link:
http://ri.terrasantaagro.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=40823

(ii) *Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da SLC Agrícola S.A. em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.*

Cópia deste documento está disponível aos acionistas na sede e no website de relações com investidores da Companhia e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

No site de relações com investidores da SLC, clicar no seguinte link:
<https://www.slcagricola.com.br/ra2020/>

Apêndice E

Informações financeiras consolidadas *pro forma* da Companhia Combinada, tendo como referência a data-base de 31 de dezembro de 2020

**Informações Financeiras Consolidadas
Condensadas não auditadas *pro forma***

SLC Agrícola S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório de Asseguração do Auditor Independente

SLC Agrícola S.A.

Informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório de asseguarção do auditor independente	1
Balanço patrimonial consolidado condensado não auditado pro forma	4
Demonstração do resultado consolidada condensada não auditada pro forma	6
Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma ..	7

Relatório de asseguração emitido por auditor independente sobre a compilação de informações financeiras consolidadas condensadas pro forma para atendimento à instrução CVM 565

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
SLC Agrícola S.A.
Porto Alegre - RS

Concluimos nosso trabalho de asseguração para emissão de relatório sobre a compilação de informações financeiras consolidadas condensadas pro forma da SLC Agrícola S.A. (“Companhia”), elaborada sob responsabilidade de sua administração, para atendimento à Instrução no 565, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações financeiras consolidadas pro forma compreendem o balanço patrimonial consolidado pro forma em 31 de dezembro de 2020, a demonstração do resultado consolidado pro forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas notas explicativas. Os critérios aplicáveis com base nos quais a administração da Companhia compilou as informações financeiras consolidadas condensadas pro forma estão especificados no Comunicado CTG 06 - Apresentação de Informações Financeiras Pro forma, e estão sumariados nas notas explicativas que integram as informações financeiras consolidadas condensadas pro forma.

As informações financeiras consolidadas condensadas pro forma foram compiladas pela administração da Companhia para ilustrar o impacto da aquisição da Terra Santa Agro S.A. (“Terra Santa”) (a “transação”) apresentada na nota explicativa 1 sobre o balanço patrimonial consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2020, como se a transação tivesse ocorrido naquela data, e sua demonstração consolidada do resultado para o exercício findo naquela data, como se a transação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020. Como parte desse processo, informações sobre a posição patrimonial e financeira e do desempenho operacional da Companhia foram extraídas pela administração da Companhia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificação, em 17 de março de 2021. Adicionalmente, as informações sobre a posição patrimonial e financeira e o desempenho operacional da Terra Santa foram extraídas pela administração da Companhia das demonstrações financeiras consolidadas da Terra Santa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sobre as quais foi emitido, por outros auditores independentes, relatório de auditoria em 10 de março de 2021, sem modificação e com parágrafo de ênfase chamando a atenção para a transação.

Responsabilidades da administração da Companhia pelas informações financeiras consolidadas condensadas pro forma

A administração da Companhia é responsável pela compilação das informações financeiras consolidadas condensadas pro forma com base no Comunicado CTG 06.

Responsabilidades do auditor independente

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião, conforme requerido pela Comissão de Valores Mobiliários, sobre se as informações financeiras consolidadas condensadas pro forma foram compiladas pela administração da Companhia, em todos os aspectos relevantes, com base no Comunicado CTG 06 - Apresentação de Informações Financeiras Pro forma.

Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3420 (R1) - Trabalho de Asseguração sobre a Compilação de Informações Financeiras Pro forma Incluídas em Prospecto, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, equivalente à Norma Internacional emitida pela Federação Internacional de Contadores ISAE 3420. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que os procedimentos de auditoria sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que a administração da Companhia compilou, em todos os aspectos relevantes, as informações financeiras consolidadas condensadas pro forma com base no Comunicado CTG 06 - Apresentação de Informações Financeiras Pro forma.

Para os fins deste trabalho, não somos responsáveis pela atualização ou reemissão de quaisquer relatórios ou opiniões sobre quaisquer informações financeiras históricas usadas na compilação das informações financeiras consolidadas condensadas pro forma.

A finalidade das informações financeiras consolidadas condensadas pro forma é a de exclusivamente ilustrar o impacto do evento ou da transação relevante sobre as informações financeiras históricas da entidade, como se o evento ou a transação tivesse ocorrido na data anterior selecionada para propósito ilustrativo. Dessa forma, nós não fornecemos qualquer asseguração de que o resultado real do evento ou da transação em 31 de dezembro de 2020 teria sido conforme apresentado.

Um trabalho de asseguração razoável sobre se as informações financeiras consolidadas condensadas pro forma foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios aplicáveis, envolve a execução de procedimentos para avaliar se os critérios aplicáveis adotados pela administração da Companhia na compilação das informações financeiras consolidadas condensadas pro forma oferecem base razoável para apresentação dos efeitos relevantes diretamente atribuíveis ao evento ou à transação, e para obter evidência suficiente apropriada sobre se:

- Os correspondentes ajustes pro forma proporcionam efeito apropriado a esses critérios; e
- As informações financeiras consolidadas condensadas pro forma refletem a aplicação adequada desses ajustes às informações financeiras históricas.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor independente, levando em consideração seu entendimento sobre a Companhia, sobre a natureza do evento ou da transação com relação à qual as informações financeiras consolidadas condensadas pro forma foram compiladas, bem como outras circunstâncias relevantes do trabalho. O trabalho envolve ainda a avaliação da apresentação geral das informações financeiras consolidadas condensadas pro forma.

Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre a compilação das informações financeiras consolidadas condensadas pro forma.



Opinião

Em nossa opinião, as informações financeiras consolidadas condensadas pro forma foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base no Comunicado CTG 06 - Apresentação de Informações Financeiras Pro forma.

Porto Alegre 03 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP15199/O-6



Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-RS067795/O-5

SLC Agrícola S.A.

Balço patrimonial consolidado condensado não auditado pro forma
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	SLC Agrícola	Terra Santa	Reorganização societária Nota 3.1	Ajustes pro forma	Nota	Total pro forma
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.604.053	82.804	-	-		1.686.857
Contraprestação vinculada a ajuste de preço	-	-	-	192.599	4.1	192.599
Contas a receber de clientes	207.283	18.990	-	-		226.273
Títulos a receber	31.207	6.075	(6.075)	-		31.207
Adiantamento a fornecedores	3.580	-	-	-		3.580,00
Estoques	1.301.082	610.230	-	-		1.911.312
Ativo biológico	891.804	209.843	-	4.429	4.3a	1.106.076
Tributos a recuperar	39.447	35.118	(6.564)	-		68.001
Operações com derivativos	98.587	17.223	-	-		115.810
Créditos com partes relacionadas	8	-	-	-		8
Despesas antecipadas	17.141	6.207	(71)	-		23.277
Outros ativos	971	24.254	(19)	-		25.206
Outras contas a receber	6.217	-	-	-		6.217
Total do ativo circulante	4.201.380	1.010.744	(12.729)	197.028		5.396.423
Ativo não circulante						
Aplicações financeiras de longo prazo	663	-	-	-		663
Tributos a recuperar	111.203	54.786	(25.182)	-		140.807
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.480	241.525	-	93.665	4.3h	355.670
Operações com derivativos	146.785	-	-	-		146.785
Adiantamento a fornecedores	59.814	-	-	-		59.814
Despesas antecipadas	437	-	-	-		437
Depósitos judiciais	-	6.033	-	-		6.033
Outras contas a receber	13.705	-	-	-		13.705
Títulos a receber	2.700	13.026	(13.026)	-		2.700,00
Outros ativos	-	15.283	-	-		15.283
Propriedade para investimento	224.194	13.498	(9.834)	-		227.858
Direito de uso de ativos	828.496	291.357	-	1.115.328	4.3b	2.235.181
Imobilizado	2.944.544	986.440	(856.224)	103.139	4.3c	3.177.899
Intangível	35.290	276.913	-	(265.250)	4.3d	46.953
Total do ativo não circulante	4.388.311	1.898.861	(904.266)	1.046.882		6.429.788
Total do ativo	8.589.691	2.909.605	(916.995)	1.243.910		11.826.911

	SLC Agrícola	Terra Santa	Reorganização societária Nota 3.1	Ajustes pro forma	Nota	Total pro forma
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	1.101.769	290.452	-	-		1.392.221
Contraprestação vinculada aos contratos de arrendamento	-	-	-	70.000	4.1	70.000
Empréstimos e financiamentos	377.547	482.035	(50.948)	-		808.634
Obrigações fiscais	57.186	9.786	(374)	-		66.598
Obrigações sociais e trabalhistas	13.157	7.947	-	13.417	4.3g	34.521
Adiantamento de clientes	68.264	189.020	-	-		257.284
Débitos com partes relacionadas	118	-	-	-		118
Operações com derivativos	358.969	57.334	-	-		416.303
Títulos a pagar	12.273	5.415	(29)	-		17.659
Tributos parcelados	-	7.369	(1.114)	15	4.3f	6.270
Provisões para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis	71.931	-	-	-		71.931
Provisões para passivos ambientais e de desativação	330	-	-	-		330
Dividendos a pagar	86.332	-	-	-		86.332
Arrendamento a pagar	5.283	-	-	-		5.283
Passivo arrendamento com terceiros	162.258	52.389	-	28.546	4.3b	243.193
Outras contas a pagar	21.680	-	-	15.920	4.3e	37.600
Total do passivo circulante	2.337.097	1.101.747	(52.465)	127.898		3.514.277
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	2.039.736	615.900	(60.009)	-		2.595.627
Imposto de renda e contribuição social diferidos	230.802	91.295	(91.295)	58.784	4.3i	289.586
Operações com derivativos	58.152	-	-	-		58.152
Tributos parcelados	-	12.124	(2.429)	17	4.3f	9.712
Provisões para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis	-	29.023	(298)	6.033	4.2	34.758
Títulos a pagar	706	1.467	(1.069)	-		1.104
Passivo arrendamento com terceiros	772.026	273.323	-	1.015.388	4.3b	2.060.737
Outras obrigações	114	-	-	-		114
Total do passivo não circulante	3.101.536	1.023.132	(155.100)	1.080.222		5.049.790
Patrimônio líquido	3.151.058	784.726	(709.430)	35.790	4.3k	3.262.144
Total passivo e patrimônio líquido	8.589.691	2.909.605	(916.995)	1.243.910		11.826.211

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*.

SLC Agrícola S.A.

Demonstração do resultado consolidada condensada não auditada pro forma
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	SLC Agrícola	Terra Santa	Reclassificações Nota 2	Reorganização societária Nota 3.2	Ajustes <i>pro forma</i>	Nota	Total <i>pro forma</i>
Receita líquida de vendas	3.097.547	903.262	-	(1.192)	-		3.999.617
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	775.534	330.200	-	-	-		1.105.734
Realização do valor justo dos ativos biológicos	-	(278.948)	278.948	-	-		-
Custo dos produtos vendidos	(2.802.782)	(667.250)	(278.948)	-	-		(3.748.980)
Lucro bruto	1.070.299	287.264	-	(1.192)	-		1.356.371
Receitas (despesas) operacionais:							
Despesas com vendas	(173.964)	(2.295)	-	-	-		(176.259)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(130.168)	(48.931)	-	8.131	(64.992)	4.3l	(235.960)
Outras receitas (despesas), líquidas	14.763	12.360	-	(13.273)	-		13.850
Total das receitas (despesas) operacionais	(289.369)	(38.866)	-	(5.142)	(64.992)		(398.369)
Lucro antes do resultado financeiro	780.930	248.398	-	(6.334)	(64.992)		958.002
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	429.678	20.497	337.024	(338)	-		786.861
Despesas financeiras	(521.429)	(156.010)	(493.885)	3.176	(36.597)	4.3m	(1.204.745)
Perdas com derivativos, líquidos	-	(92.723)	92.723	-	-		-
Variações cambiais, líquidas	-	(83.969)	64.138	19.831	-		-
Total do resultado financeiro	(91.751)	(312.205)	-	22.669	(36.597)		(417.884)
Lucro (prejuízo) antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	689.179	(63.807)	-	16.335	(101.589)		540.118
Imposto de renda e contribuição social							
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(111.392)	-	-	-	-		(111.392)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(66.839)	6.959	-	13.526	34.540	4.3j	(11.814)
Lucro (prejuízo) do exercício	510.948	(56.848)	-	29.861	(67.049)		416.912
Atribuível aos							
Controladores	488.674	(56.848)	-	29.861	(67.049)		394.638
Não controladores	22.274	-	-	-	-		22.274
Lucro por ação							
Lucro básico por ação - em Reais	2,60966					4.3n	2,19690
Lucro diluído por ação - em Reais	2,59868					4.3n	2,18555

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*.

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Descrição da transação e base de apresentação das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*

a) Descrição da transação

Em 26 de novembro de 2020, a SLC Agrícola S.A. (“SLC Agrícola”) assinou um Memorando de Entendimento não vinculante com a Terra Santo Agro S.A. (“Terra Santa”) que estabelece premissas, termos e condições indicativas para uma transação em que a SLC Agrícola irá adquirir as operações agrícolas da Terra Santa, por meio da incorporação das ações da Terra Santa pela SLC Agrícola (“Incorporação de Ações” ou “Transação”). Posteriormente, em 25 de março de 2021, a SLC Agrícola e a Terra Santa celebraram o Acordo de Associação e Outras Avenças (“Acordo”), onde foram detalhados e acordados em forma final os termos e condições para a Transação.

Como parte da Transação:

- A Terra Santa realizará uma reorganização societária (“Reorganização Societária”) com o objetivo de segregar os ativos e passivos relacionados à TS Brasil S.A. (“TS LandCo”), os quais estarão fora do escopo da Transação (Terra Santa antes da Transação é a atual controladora da TS LandCo). A Reorganização Societária consistirá em:
 - (i) Constituição da TS Agro S.A. (“TS Agro”) como controlada direta da Terra Santa. Nesta etapa, tanto a TS LandCo quanto TS Agro, estão sob controle direto da Terra Santa.
 - (ii) Em uma etapa preliminar, Terra Santa transferirá e aportará na TS Agro a totalidade das ações da controlada TS LandCo e, conseqüentemente, todos seus imóveis, ativos, obrigações, passivos e direitos que serão segregados (especialmente propriedades rurais e correspondentes benfeitorias), não compreendidos no escopo da Transação. Nesta etapa, a TS Agro e a TS LandCo estão sob controle da Terra Santa direto e indireto, respectivamente.
 - (iii) Em seguida, haverá a implementação de redução de capital da Terra Santa, mediante a entrega das ações da TS Agro aos seus acionistas (acionistas da Terra Santa antes da conclusão da Transação), a ser consumada como parte da implementação da Transação. Nesta etapa a Terra Santa não possui mais o controle da TS Agro e da TS LandCo.
- Após a Reorganização Societária, conforme previsto no Acordo, a Terra Santa também celebrará, na data de fechamento da Transação, contratos de arrendamento com a TS LandCo, com prazo de vigência inicial de 20 anos e preços em condições de mercado.

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Descrição da transação e base de apresentação das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--Continuação

a) Descrição da transação--Continuação

- Adicionalmente, em troca da totalidade das ações da Terra Santa e consequente aquisição do controle da Terra Santa, a SLC Agrícola, emitirá e atribuirá um direito de participação aos acionistas da Terra Santa, incluindo aqueles detentores de “Bônus de subscrição”, a possibilidade de participar no aumento de capital, em um total de 2.516.454 ações ordinárias, as quais representarão na data de fechamento, em bases totalmente diluídas, 1,3% do capital social total e votante da SLC Agrícola.

A Transação está condicionada à obtenção da aprovação dos acionistas da SLC Agrícola e da Terra Santa em suas respectivas assembleias gerais de acionistas e consumação da Reorganização Societária, bem como à verificação de outras determinadas condições precedentes usuais para operações desta natureza. A operação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, sem restrições no dia 7 de janeiro de 2021.

b) Base de elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma

As informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* foram preparadas e são apresentadas conforme a Orientação Técnica OCPC 06 - "Apresentação de Informações Financeiras *Pro Forma*", emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* foram compiladas unicamente para ilustrar os efeitos no balanço patrimonial consolidado e no resultado consolidado, caso a combinação de negócios entre SLC Agrícola e Terra Santa tivesse ocorrido em 31 de dezembro de 2020 para fins de balanço patrimonial consolidado *pro forma* e para fins de demonstração consolidada do resultado *pro forma* não auditado como se essa tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020.

Destacamos que estas informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* foram compiladas, elaboradas, formatadas e são apresentadas exclusivamente para fins informativos e não devem ser interpretadas como indicativo de nossas futuras informações financeiras consolidadas nem como a nossa demonstração de resultado consolidada efetiva, caso todas as combinações de negócios acima mencionados tivessem ocorrido nas datas ora mencionadas para fins do balanço patrimonial consolidado *pro forma* e demonstração de resultado consolidado *pro forma*. Consequentemente, não são necessariamente indicativos dos resultados das operações em períodos futuros ou da posição financeira consolidada, e não devem ser utilizadas para nenhum outro propósito.

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Descrição da transação e base de apresentação das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--Continuação

b) Base de elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--Continuação

Levando-se em conta os comentários acima, as informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* para o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e demonstração de resultado levantada para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, são baseadas em premissas consideradas razoáveis pela Administração para apresentar os efeitos significativos das transações contempladas e que os ajustes *pro forma* são diretamente relacionados à Transação e factualmente suportáveis e dão efeito adequado a essas estimativas e premissas. No entanto, devem ser lidas em conjunto com as informações financeiras consolidadas históricas da SLC Agrícola e da Terra Santa que fizeram parte das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*, incluindo suas notas explicativas, abaixo detalhadas:

As informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* se baseiam nas:

- Demonstrações financeiras consolidadas da SLC Agrícola para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e também com as normas internacionais de relatório financeiros ("IFRS") emitidas pela *International Accounting Standards Board* ("IASB"), auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes, sem modificação de opinião; e
- Demonstrações financeiras consolidadas da Terra Santa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e também com as normas internacionais de relatório financeiros ("IFRS") emitidas pela *International Accounting Standards Board* ("IASB"), auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem modificação de opinião.

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Descrição da transação e base de apresentação das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--Continuação

b) Base de elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--Continuação

As informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* refletem a Transação utilizando o método de aquisição estabelecido pelo CPC15 (R1)/IFRS 3 - Combinações de Negócios, onde a SLC Agrícola é tratada como a adquirente. Esta norma exige, entre outras coisas, que os ativos adquiridos e passivos assumidos sejam reconhecidos aos seus valores justos na data de aquisição. A mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos pode ter certo grau de subjetividade, além de diversas metodologias igualmente aceitas, e é possível que outros profissionais, aplicando julgamento razoável aos mesmos fatos e circunstâncias, possam desenvolver resultados diferentes. Além disso, a contraprestação transferida deve ser mensurada na data de aquisição pelo preço de mercado e este requerimento particular resultará em uma contraprestação transferida diferente dos montantes assumidos nas informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*. A contabilização da aquisição é dependente de análises e estudos da mensuração dos valores justos que será determinada quando a Companhia concluir as avaliações detalhadas e os cálculos necessários. Os resultados dessas avaliações dependem de informações do mercado e condições que ocorrerão nessa data. Dessa forma, os ajustes *pro forma* são preliminares e foram preparados com o exclusivo propósito de apresentar informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*. Divergências entre as estimativas preliminares e a contabilização final da aquisição podem ocorrer e essas divergências podem gerar impactos materiais nas informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* e nos resultados das operações ou da posição financeira consolidada em períodos futuros.

A avaliação final será baseada nos ativos tangíveis e intangíveis adquiridos e passivos assumidos na data efetiva da Transação. Ajustes no preço de aquisição e na avaliação final poderão impactar na alocação do preço de aquisição, poderão afetar o valor justo alocado aos ativos e passivos e resultar em uma alteração relevante nas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas, incluindo, mas não limitadas, a um aumento ou redução no ágio e alteração nas despesas de depreciação e despesas financeiras, e os respectivos efeitos tributários.

Passivos e custos adicionais podem ser incorridos em conexão com a Transação e com qualquer reestruturação societária definitiva. Estes passivos e custos adicionais não foram contemplados neste documento porque as informações necessárias para estimar razoavelmente estes custos e para elaborar planos de reestruturação detalhados não estão disponíveis. Estes custos serão reconhecidos quando incorridos em períodos futuros.

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Descrição da transação e base de apresentação das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--Continuação

b) Base de elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--Continuação

As informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* não refletem nenhuma otimização de custos, sinergias operacionais ou crescimento da receita, que a SLC Agrícola possa experimentar com o resultado da Transação. Adicionalmente, não refletem os custos para integrar as operações da SLC Agrícola e Terra Santa ou os custos necessários para atingir essas otimizações de custo e sinergias operacionais, como fornecimento, desenvolvimento e eficiência da estrutura administrativa e crescimento de receita.

2. Reclassificações

Partindo das demonstrações financeiras históricas da SLC Agrícola e da Terra Santa, efetuamos reclassificações para alinhar as classificações das rubricas da Terra Santa com o plano de contas da SLC Agrícola tais como:

- Despesa de valor justos dos ativos biológicos que foram apresentados em rubrica distinta na Terra Santa e são considerados como parte da composição do “Custo dos produtos vendidos” na SLC Agrícola; e
- Reclassificação dos ganhos e perdas apresentados de forma líquida em rubrica distinta (Perdas líquidas com derivativos e Despesas líquidas e das variações cambiais) na Terra Santa, e no qual para a SLC Agrícola, o ganho e perda são apresentados nas rubricas de “Receita financeira” e “Despesa financeira”, respectivamente.

Não houve ajustes por diferenças de práticas contábeis.

3. Reorganização societária da Terra Santa

Devido à Reorganização Societária mencionada na nota 1, foram realizadas transferências de certos ativos e passivos da Terra Santa para a TS Agro.

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Reorganização societária da Terra Santa--Continuação

3.1. Ajustes Reorganização Societária (Balanço Patrimonial)

Este quadro representa os ativos e passivos a serem transferidos da Terra Santa para a TS Agro, através do aporte de acervo líquido, conforme Reorganização Societária:

	<u>31/12/2020</u>	
<u>Ativos e passivos segregados</u>		
Ativo circulante		
Títulos a receber	(6.075)	a)
Tributos a recuperar	(6.564)	b)
Despesas antecipadas	(71)	
Outros ativos	(19)	
Total do ativo circulante	<u>(12.729)</u>	
Ativo não circulante		
Tributos a recuperar	(25.182)	b)
Títulos a receber	(13.026)	a)
Propriedade para investimento	(9.834)	c)
Imobilizado	(856.224)	d)
Total do ativo não circulante	<u>(904.266)</u>	
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	(50.948)	e)
Obrigações fiscais	(374)	f)
Títulos a pagar	(29)	f)
Tributos parcelados	(1.114)	f)
Total do passivo circulante	<u>(52.465)</u>	
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	(60.009)	e)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(91.295)	g)
Tributos parcelados	(2.429)	f)
Provisões para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis	(298)	h)
Títulos a pagar	(1.069)	f)
Total do passivo não circulante	<u>(155.100)</u>	
Patrimônio líquido	<u>(709.430)</u>	

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Reorganização societária da Terra Santa--Continuação

3.1. Ajustes Reorganização Societária (Balanço Patrimonial)--Continuação

a) Títulos a receber

Corresponde a títulos a receber de responsabilidade da TS Brasil S.A., segregados para fins da Reorganização Societária, apresentando abertura conforme abaixo:

	<u>31/12/2020</u>
Venda de ativo fixo (i)	10.401
Subarrendamento e confissão de dívidas	4.936
Outros créditos (ii)	12.371
Ajuste a valor presente	(175)
Provisão para perdas de crédito esperadas	<u>(8.432)</u>
	<u>19.101</u>
Circulante	6.075
Não circulante	13.026

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, R\$934 referem-se a receita de venda de ativos que foram transferidos como parte da Reorganização societária, reconhecida no grupo de "Outras receitas (despesas), líquidas". Vide nota 3.2c.

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, R\$12.073 se refere a saldo de sinistro de máquinas e equipamentos reconhecida no grupo de "Outras receitas (despesas), líquidas". Vide nota 3.2c.

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas:

	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	(9.672)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(1.975)
Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas	3.215
	<u>(8.432)</u>
Efeito resultado reconhecido em Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 3.2c)	<u>1.240</u>

Movimentação do ajuste a valor presente:

	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial em 1º. de janeiro de 2020	(513)
Reversão de ajuste a valor presente	338
	<u>(175)</u>
Efeito de resultado reconhecido em receitas financeiras (Nota 3.2)	<u>338</u>

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Reorganização societária da Terra Santa--Continuação

3.1. Ajustes Reorganização Societária (Balanço Patrimonial)--Continuação

b) Tributos a recuperar

Tributos a recuperar de responsabilidade da TS Brasil S.A. segregados para fins da Reorganização Societária, referentes a PIS, COFINS, INSS e IRRF sobre mútuos. Não houve efeito destes tributos a recuperar no resultado.

c) Propriedade para investimento

Conforme previsto no Acordo, o prédio corporativo localizado na cidade de Nova Mutum não faz parte do escopo da Transação e, portanto, foi segregado na Transação. A receita de aluguel relacionada a este ativo reconhecida no resultado da Terra Santa no exercício de 2020 foi de R\$125 reconhecida no grupo de “Outras receitas (despesas), líquidas” (Nota 3.2c) e a despesa de depreciação reconhecida linearmente correspondeu a R\$862 reconhecida no grupo de “Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem” (Nota 3.2b).

d) Imobilizado

Conforme previsto na Reorganização Societária, as “Terras para exploração” serão transferidas para a TS LandCo e será celebrado, na data de fechamento da Transação, contratos de arrendamento entre Terra Santa e TS LandCo, com prazo de vigência inicial de 20 anos e preços em condições de mercado. Os demais ativos são correlacionados com as terras. A seguir a abertura do imobilizado:

Composição	31/12/2020	
	Saldo líquidos dos ativos	Depreciação reconhecida em Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem (Nota 3.2b)
Terras para exploração	762.412	-
Edificações e instalações	68.974	(3.327)
Máquinas e equipamentos	22.683	(3.654)
Veículos	2	-
Móveis e utensílios	29	(5)
Imobilizado em curso	2.123	-
Outros imobilizados	1	-
Total do imobilizado	856.224	(6.986)

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Reorganização societária da Terra Santa--Continuação

3.1. Ajustes Reorganização Societária (Balanço Patrimonial)--Continuação

e) Empréstimos e financiamentos

Conforme apresentado na Nota 1, abaixo estão apresentados os empréstimos e financiamentos que não farão parte da Transação e conseqüentemente não haverá obrigação pela SLC Agrícola como parte da consideração transferida:

	31/12/2020			Efeito no resultado	
	Saldo devedor	Circulante	Não circulante	Despesa de juros reconhecida em despesas financeiras (Nota 3.2d)	Varição cambial reconhecida em variações cambiais, líquidas (Nota 3.2)
Em moeda nacional	49.585	14.569	35.016	(2.154)	-
Em dólares americanos	61.372	36.379	24.993	(989)	(19.831)
	110.957	50.948	60.009	(3.143)	(19.831)

f) Obrigações fiscais, Títulos a pagar e tributos parcelados

Saldos segregados de obrigação da TS Brasil S.A. que foram segregados para fins da Reorganização societária:

	Circulante	Não circulante	Saldo total em 31/12/2020	Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 3.2c)	Despesa de juros reconhecida em despesas financeiras (Nota 3.2d)
Obrigações fiscais	374	-	374	-	-
Títulos a pagar	29	1.069	1.098	(1.099)	-
Tributos parcelados	1.114	2.429	3.543	-	(33)
	1.517	3.498	5.015	(1.099)	(33)

g) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferido no valor de R\$91.295 de responsabilidade e registrado na TS Brasil S.A. que foram segregados para fins da Reorganização Societária.

h) Provisões para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis

Provisão para contingências cíveis de responsabilidade da TS Brasil que foram segregados para fins da Reorganização Societária, no resultado do exercício foi reconhecido R\$13 no grupo de "Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem" (Nota 3.2b) relacionado às atualizações.

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Reorganização societária da Terra Santa--Continuação

3.2. Efeitos da Reorganização Societária na demonstração de resultado:

	<u>31/12/2020</u>	
Receita líquida de vendas	<u>(1.192)</u>	a)
Lucro bruto	<u>(1.192)</u>	
Receitas (despesas) operacionais:		
Despesas com vendas		
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	8.131	b)
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>(13.273)</u>	c)
Total das receitas (despesas) operacionais	<u>(5.142)</u>	
Prejuízo antes do resultado financeiro	<u>(6.334)</u>	
Receitas financeiras	<u>(338)</u>	Nota 3.1a
Despesas financeiras	3.176	d)
Variações cambiais, líquidas	<u>19.831</u>	Nota 3.1e
Total do resultado financeiro	<u>22.669</u>	
Resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	16.335	
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>13.526</u>	e)
Efeito total da Reorganização Societária na Demonstração de resultado	<u>29.861</u>	

a) Receita

Receita da venda de terras para exploração da área de Iporanga, que foram segregados para fins de Reorganização Societária.

	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta	(1.704)
Impostos sobre vendas	158
Desconto	<u>354</u>
Receita líquida	<u>(1.192)</u>
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem (Nota 3.2b)	210
Resultado líquido da venda	<u>(982)</u>

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Reorganização societária da Terra Santa--Continuação

3.2. Efeitos da Reorganização Societária na demonstração de resultado--Continuação

b) Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem

	<u>31/12/2020</u>
Despesa de depreciação propriedade para investimento (nota 3.1c)	862
Despesa de depreciação imobilizado (nota 3.1d)	6.986
Despesa de depreciação imobilizado - Venda de ativo (nota 3.2a)	210
Despesa de atualização de juros sobre as contingências (nota 3.1h)	13
Despesa antecipada	60
	<u>8.131</u>

c) Outras receitas (despesas), líquidas

	<u>31/12/2020</u>
Venda de ativos (nota 3.1a)	(934)
Sinistro de ativo (nota 3.1a)	(12.073)
Provisão para perdas de crédito esperadas (nota 3.1a)	(1.240)
Receita de aluguel de propriedade para investimento (nota 3.1c)	(125)
Provisão de prestadores de serviços (nota 3.1f)	1.099
	<u>(13.273)</u>

d) Despesa financeiras

	<u>31/12/2020</u>
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos - Reorganização Societária (Nota 3.1e)	3.143
Juros sobre tributos parcelados (nota 3.1f)	33
	<u>3.176</u>

e) Imposto de renda e contribuição social - diferido

	<u>31/12/2020</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido da TS Brasil S.A. (a)	19.080
Resultado antes do imposto de renda - Reorganização societária	16.335
Efeito da despesa de imposto de renda (34%) (b)	(5.554)
(a) - (b) Imposto de renda e contribuição social - diferido Reorganização Societária	<u>13.526</u>

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Ajustes e premissas pro forma

As informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* foram elaboradas e apresentadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas históricas da SLC Agrícola e da Terra Santa, e os ajustes *pro forma* foram determinados com base em premissas e nas melhores estimativas da Administração da SLC Agrícola e incluem os seguintes ajustes:

4.1. Contraprestação estimada da Transação

Está apresentado abaixo uma estimativa preliminar da contraprestação a ser transferida pela SLC Agrícola a Terra Santa:

	<u>Total</u>
Número de ações ordinárias a serem emitidas pela SLC Agrícola na data da Transação	2.516.454
Multiplicado pelo valor da ação da SLC Agrícola negociado entre as partes (*) (em R\$)	50,47
Emissão de ações estimada (Em milhares de reais)	127.005
Contraprestação em caixa decorrente de direito de uso do arrendamento entre Terra Santa e TS LandCo (a)	70.000
Variação dos ativos e passivos (+/-) (b)	(384.249)
Valor presente dos créditos fiscais (c)	191.650
Valor justo da contraprestação a receber	(4.406)

(*) Representa o preço de mercado das ações da SLC Agrícola em 23 de abril de 2021. Utilizando como premissa a cotação da ação da SLC Agrícola entre a data de assinatura do Acordo (25 de março de 2021) e a data do presente documento, que é um intervalo de possíveis resultados baseado no percentual de aumentos e baixas, foi determinado que este é razoável à luz da volatilidade do mercado, baseado nas flutuações diárias e nos desvios padrões associados, tendo em vista que as cotações das ações da SLC Agrícola anteriores ao Acordo valorizaram em função de outros eventos não relacionados à Transação. Com base nessa volatilidade, uma variação de 1% para 22% no preço de mercado mudaria a contraprestação transferida estimada em R\$1.270 a R\$27.900.

(a) Refere-se a consideração a ser transferida em caixa no montante de R\$70.000, decorrente da remuneração adicional, complementar ao pagamento do arrendamento (o qual já reflete o valor justo de um arrendamento em condições semelhantes) referente aos contratos de arrendamentos a serem celebrados entre Terra Santa e TS LandCo em conexão com a Transação. Esta a remuneração está sendo tratada como parte do preço da Transação e incluída como ajuste no *pro forma* dado: (i) a natureza dos contratos; (ii) que os contratos de arrendamento foram negociados em conjunto com a Transação; e (iii) que era uma condição para a assinatura do Acordo, ou seja, uma condição para obtenção do controle da Terra Santa e obtenção desse contrato (ativo de direito de uso e passivo de arrendamento).

(b) Variação dos ativos e passivos é composta pela variação entre 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020 dos seguintes itens conforme previsto no Acordo:

Capital de Giro - significa a diferença entre (i) a soma dos itens do ativo circulante; e (ii) a soma dos itens do passivo circulante. Entre os itens do ativo circulante que entram na definição de capital de giro, estão incluídos os seguintes itens: (a) contas a receber; (b) estoques; (c) ativos biológicos; (d) adiantamentos diversos para Terceiros e funcionários; (e) despesas antecipadas. Entre os itens do passivo circulante que entram na definição de capital de giro, estão incluídos os seguintes itens: (a) salários e contribuições sociais; (b) fornecedores; (c) tributos a recolher; (d) adiantamentos de clientes; (e) tributos parcelados - circulante e não circulante. Para fins de esclarecimento, não serão computados no cálculo do Capital de Giro itens que tenham sido utilizados na apuração do Endividamento

Capital de giro base – significa R\$266.899, na data base de 30 de junho de 2020, calculados de acordo com as bases, premissas e metodologias descritas no Acordo.

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.1. Contraprestação estimada da Transação--Continuação

Imobilizado Base - significa R\$ 104.000, na data base de 30 de junho de 2020, que conforme as bases descritas no Memorando de Entendimento referem-se aos ativos imobilizados que permanecerão na Terra Santa.

Dívida Líquida Base - significa R\$ 485.000, na data base de 30 de junho de 2020, calculados de acordo com as bases, premissas e metodologias descritas no Memorando de Entendimento.

Endividamento líquido - composto pela soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e derivativos passivos, subtraídos por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa dos bônus subscrição e derivativos ativos.

Créditos Fiscais - significa créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, gerados em decorrência da existência de saldos de prejuízos fiscais e base negativa, aos quais serão pagos pela SLC Agrícola, conforme descrito na letra "c" abaixo.

- (c) Conforme descrito no Acordo, o valor equivalente a 50% do valor final do benefício tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, apurado pela Terra Santa e validado pela SLC Agrícola através de relatório dos créditos, será trazido a valor presente por uma taxa de desconto de CDI futuro mais 1,5%, considerando 4 parcelas anuais a contar da data de fechamento, sendo de 30% cada nos três primeiros anos e 10% no quarto ano. O montante será pago à TS LandCo em até dez dias após a definição final dos valores da Transação.

Ajuste pro forma

Varição dos ativos e passivos (+/-) (b)	(384.249)
Valor presente dos créditos fiscais (c)	191.650
Contraprestação vinculada a ajuste de preço (b) + (c)	<u>(192.599)</u>

Esta formação da contraprestação a ser transferida preliminar foi utilizada para preparar os ajustes *pro forma* nas informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*. A SLC Agrícola e a Terra Santa são entidades que atuam em um segmento que utilizam calendário safra (junho) para definição de negócios e transações. A contraprestação a ser transferida final será determinada após aprovação em assembleia e com os números presentes na data de fechamento da transação. A contraprestação final a ser transferida pode diferir materialmente da informação preliminar utilizada nos ajustes *pro forma*.

4.2. Valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos a serem assumidos

A SLC Agrícola realizou uma análise preliminar de avaliação do valor justo dos ativos da Terra Santa a serem adquiridos e passivos a serem assumidos, baseado em informações disponíveis à data destas informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*. Utilizando a contraprestação total para a Transação, a SLC Agrícola estimou a alocação do preço de compra. A tabela a seguir resume a alocação do preço de compra preliminar como se a data da Transação tivesse ocorrido em 31 de dezembro de 2020:

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.2. Valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos a serem assumidos-- Continuação

Valor justo estimado da contraprestação total a receber (Nota 4.1)	(4.406)
(-) Valor justo dos ativos a serem adquiridos	2.029.605
Caixa e equivalentes de caixa	82.804
Contas a receber de clientes	18.990
Estoques	610.230
Ativo biológico	214.272
Tributos a recuperar	58.158
Operações com derivativos	17.223
Despesas antecipadas	6.136
Outros ativos	39.518
Imposto de renda e contribuição social diferidos	335.190
Depósitos judiciais	6.033
Propriedade para investimento	3.664
Direito de uso de ativos	402.603
Imobilizado	233.355
Intangível	1.429
(+) Valor justo dos passivos a serem assumidos	2.035.433
Fornecedores	290.452
Empréstimos e financiamentos	986.979
Obrigações fiscais	9.412
Obrigações sociais e trabalhistas	21.364
Adiantamento de clientes	189.020
Operações com derivativos	57.334
Títulos a pagar	5.784
Tributos parcelados	15.982
Arrendamento a pagar	365.563
Provisões para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis (*)	34.758
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58.785
Ágio pro forma	10.234

(*) Em relação aos passivos contingentes assumidos, o valor demonstrado no quadro corresponde ao valor histórico das contingências registradas, uma vez que a avaliação é preliminar. A SLC Agrícola não reconheceu passivo contingente como previsto no IFRS 3, tendo em vista as informações disponíveis. A SLC Agrícola aplicará os requerimento de reconhecimento estabelecido no parágrafo 23 do CPC 15 (IFRS 3), no qual um passivo contingente é reconhecido na data da aquisição da transação desde que: (i) represente uma obrigação presente oriunda de eventos passados e (ii) possa ser mensurado de forma confiável, quando a Transação for consumada. Adicionalmente, conforme previsto no Acordo: i) a SLC Agrícola será reembolsada para perdas indenizáveis, até o limite de R\$250.000 e ii) a SLC Agrícola poderá compensar eventuais perdas decorrentes de variação nos valores de endividamento e de capital de giro ou de caixa operacional com valores devidos no âmbito dos contratos de arrendamento que serão celebrados na data de fechamento entre Terra Santa e TS LandCo, mencionado na nota 1. A Terra Santa possui depósitos judiciais para os quais não possui provisão para contingências no montante de R\$6.033, sendo que, à luz do Acordo, estes valores foram considerados como parte das provisões para contingências para fins de *Pro forma*.

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.2. Valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos a serem assumidos-- Continuação

Esta alocação do preço de compra preliminar foi utilizada para preparar os ajustes *pro forma* nas informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*. A alocação do preço de compra final será determinada quando a SLC Agrícola tiver concluído as avaliações detalhadas e os cálculos necessários na data de fechamento da transação. A alocação final pode diferir materialmente da alocação preliminar utilizada nos ajustes *pro forma*. A alocação final pode incluir (1) mudanças no valor da contraprestação a ser transferida, pelos fatores mencionados na nota 4.1 relacionado a calendário safra e (2) alterações nos valores justos dos ativos e passivos.

Os ajustes *pro forma* baseiam-se em informações disponíveis atualmente e determinadas estimativas e premissas e, portanto, os efeitos reais dessas transações podem divergir dos ajustes *pro forma*. Incluímos apenas ajustes materiais que sejam diretamente atribuíveis à proposta da Transação, devidamente suportados e que se espera que impactem continuamente os resultados consolidados que foram incluídos nas informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*.

4.3. Ajustes pro forma

Uma descrição geral dos ajustes *pro forma* está apresentada abaixo:

a) Ativo biológico

Ativo biológico	209.843
Uniformização de premissas (*)	4.429
	214.272

(*) Valor mensurado utilizando a taxa de desconto utilizada pela SLC Agrícola no cálculo dos ativos biológicos e preço médio das sacas de soja já vendidas de janeiro até março da Terra Santa. Os ativos biológicos, como mencionado anteriormente, são realizados de janeiro a março, e o seu efeito do ajuste não se refletiu na demonstração do resultado *pro forma*, pois não se espera que tenha um impacto contínuo.

b) Arrendamentos

Conforme mencionado na nota 1, a Terra Santa celebrará contratos de arrendamento com a TS LandCo como parte da transação. Tais contratos são de arrendamento rural para exploração agrícola, onde a Terra Santa realizará atividades de exploração agropecuária intensiva, mediante plantio de culturas agrícolas, armazenagem e beneficiamento.

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.3. Ajustes pro forma--Continuação

b) Arrendamentos--Continuação

Foram celebrados 5 contratos com prazo médio de 20 anos. Esses contratos foram enquadrados como arrendamentos sob o escopo do CPC 06 (R2) (IFRS 16) e foram considerados como componente de arrendamento valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto.

Na a data da adoção inicial destes contratos, o montante de ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento, atualizados a valor presente.

A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela “curva ponderada do CDI/Pré”, somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente. A taxa aplicada para os 5 contratos de arrendamentos foi de 7,58%.

Cabe destacar que os contratos de arrendamento de terra são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção, sendo os valores do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento convertidos para reais utilizando-se a cotação da soja em cada região. Os valores dos pagamentos podem sofrer variação significativa até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja em cada região.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 o passivo de arrendamento da Terra Santa foi remensurado e o ativo de direito de uso teve o mesmo valor ajustado para refletir os termos favoráveis ou desfavoráveis do arrendamento quando comparado com os termos do mercado. Ao todo, 14 contratos foram remensurados utilizando os termos de mercado conforme apresentado abaixo:

i) *Ativo de direito de uso*

Direito de uso <i>pro forma</i> - novos contratos (*)	1.004.082
Direito de uso - contratos existentes (**)	111.246
<i>Remensuração dos contratos</i>	39.754
<i>Valor justo - termos favoráveis de contrato</i>	71.492
Saldo em 31/12/2020	1.115.328

(*) Considerando uma depreciação linear com base no prazo dos contratos e a contabilização do ativo de direito de uso em 1º. de janeiro de 2020, o efeito da depreciação no resultado seria de R\$22.273 registrado no grupo de “Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem” (Nota 4.3I).

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.3. Ajustes pro forma--Continuação

b) Arrendamentos--Continuação

i) *Ativo de direito de uso*--Continuação

(**) Contratos de arrendamento remensurados em 31 de dezembro de 2020, estimados com base no custo de arrendamento dos terrenos por sacas/hectare ao valor de mercado (17 sacas/hectare para o ativo de direito de uso e média de 12,65 sacas para o passivo de arrendamento, aplicando a taxa de desconto praticada pela SLC Agrícola de forma interpolada para cada prazo de contrato variando entre 2,7% a 7,13%. A depreciação foi considerada de forma linear no resultado considerando como se o ativo de direito de uso tivesse sido contabilizado em 1º de janeiro de 2020. A depreciação deste efeito gerou um impacto de R\$27.083 no grupo de "Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem" (Nota 4.3).

ii) *Passivo de arrendamento*

A composição do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está abaixo apresentada:

Passivo de arrendamento - novos contratos (*)	1.004.082
Remensuração dos contratos existentes (**)	39.754
Saldo em 31/12/2020	1.043.836
Circulante	28.546
Não circulante	1.015.388

(*) Para o efeito do resultado o passivo foi estimado como se tivesse sido contabilizado em 1 de janeiro de 2020, com o efeito dos juros sobre este arrendamento totalizando R\$34.440 registrados no grupo de "Despesas financeiras" (Nota 4.3m).

(**) Contratos de arrendamento remensurados em 31 de dezembro de 2020, estimados com base no custo de arrendamento dos terrenos por sacas/hectare a valor de mercado considera 12,65 sacas para o passivo de arrendamento, aplicando a taxa de desconto praticada pela SLC Agrícola de forma interpolada para cada prazo de contrato variando entre 2,7% a 7,13%. Caso o passivo de arrendamento destes contratos tivesse sido contabilizado em 1 de janeiro de 2020, o efeito da despesa de juros destes contratos foi de R\$2.125 registrado em "Despesas financeiras" (Nota 4.3m).

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.3. Ajustes pro forma--Continuação

c) Imobilizado

A tabela a seguir representa o ajuste no imobilizado da Terra Santa ao seu valor justo:

Metodologia		Valor justo estimado (em milhares de reais)	Vida útil média remanescente estimada	Despesa com depreciação estimada pro forma utilizando o método linear reconhecida em despesas administrativas e gerais (Nota 4.3i)
				Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (em milhares de reais)
Edificações e instalações	Método do custo de reprodução ou reposição	3.425	7 anos	(234)
Máquinas e equipamentos	Método do custo de reprodução ou reposição	83.834	7,5 anos	(13.457)
Veículos	Método do custo de reprodução ou reposição	7.039	5 anos	(1.399)
Aeronaves	abordagem de mercado	7.645	21,1 anos	(363)
Móveis e utensílios	Método do custo de reprodução ou reposição	1.196	6,8 anos	(183)
Total		103.139		(15.636)

O cálculo do valor justo é preliminar e sujeito a alterações. Os ativos fixos foram avaliados pelo método de do custo de reprodução ou reposição e abordagem de mercado, em que o investimento necessário à aquisição de novos bens, idênticos ou com características e capacidades semelhantes aos bens existentes (objetos da avaliação), indicando se quanto valeriam caso fossem executados novamente, mantendo sua concepção original.

d) Intangível

Eliminação do saldo histórico de ágio reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas da Terra Santa

(275.484)

Reconhecimento do ágio na aquisição (nota 4.2)

10.234

Total

(265.250)

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.3. Ajustes pro forma--Continuação

e) Custos de transação

Representa o ajuste dos custos de transação estimados de R\$ 15.920 relacionados à Transação. Os custos relacionados à Transação consistem em custos com assessoria financeira, assessoria geral, assessoria jurídica, avaliadores e outros honorários profissionais. O balanço patrimonial consolidado histórico e a demonstração do resultado da SLC Agrícola e da Terra Santa não refletem nenhum custo de transação relacionado à Transação nos períodos apresentados.

f) Tributos parcelados

Efeito da atualização do passivo decorrente do parcelamento de impostos (FETHAB e débito ICMS) considerando o IGP-DI trazidos a valor presente por uma taxa livre de risco (SELIC).

g) Obrigações sociais e trabalhistas

Bônus retenção dos funcionários Terra Santa (i)	9.200
Programa de incentivo - Remuneração baseada em ações Terra Santa (ii)	4.217
	<u>13.417</u>

(i) Refere-se a provisão do bônus de retenção dos funcionários da Terra Santa previsto no Acordo no valor de R\$9.200, o qual possui a finalidade de manter os funcionários até no mínimo a data de fechamento da Transação.

(ii) Refere-se a provisão do pagamento do plano de incentivo de remuneração baseada em ações da Terra Santa que conforme previsto em Acordo deverão ser liquidadas em dinheiro antes da data de fechamento da Transação. Conforme indicado no Acordo, são 101.621 ações distribuídas com 4 executivos os quais estão sendo consideradas como "fully vested" para fins de *pro forma*. O valor de fechamento da ação da Terra Santa em 23 de abril de 2021 foi de R\$41,50.

h) Impostos diferidos

Refere-se a R\$93.665 de imposto de renda e contribuição social diferido passivo gerado pelo benefício da amortização da base fiscal do ágio registrado na Terra Santa. Conforme apresentado na nota 4.3d, em decorrência da aquisição de controle da SLC Agrícola pela Terra Santa, referido ágio histórico será eliminado e atribuído valor zero para fins do *pro forma* e, portanto, o imposto de renda e contribuição social diferido passivo correspondente também deve ser eliminado.

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.3. Ajustes pro forma--Continuação

h) Impostos diferidos--Continuação

Adicionalmente, conforme apresentado nas notas explicativas às demonstrações financeiras históricas da Terra Santa de 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$98.417 de imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre o saldo de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social acumulados não foi reconhecido no balanço patrimonial da Terra Santa por não atenderem os requerimentos da norma contábil do crédito tributário correspondente.

Apesar do CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinações de negócios, quando a combinação de negócios é inicialmente contabilizada, possibilitar o reconhecimento em separado do ativo fiscal diferido decorrente do benefício potencial da compensação de prejuízos fiscais, quando esse satisfaça os critérios estabelecidos pelo CPC 32, tributos sobre lucro, o ativo fiscal diferido decorrente da base de prejuízo fiscal acumulado da Terra Santa não foi reconhecido e não foi considerado no *pro forma*; uma vez que a avaliação e a alocação do preço é preliminar, pois ainda dependem de fatores que terão impacto até a data de fechamento da Transação como o plano de liquidação ou reestruturação das dívidas assumidas e consequente aumento da base tributável da Terra Santa.

Caso o referido ativo fiscal diferido fosse considerado, o resultado da Transação seria um ganho por compra vantajosa *pro forma* de R\$94.032, o ativo total *pro forma* seria de R\$11.924.628, o patrimônio líquido *pro forma* seria de R\$3.328.590.

i) Efeito do imposto de renda e contribuição social - balanço patrimonial

O ajuste *pro forma* no balanço patrimonial consolidado condensado não auditado pro forma em 31 de dezembro de 2020 refere-se ao cálculo de tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias líquidas em combinações de negócios no montante de R\$172.898 compostos pela remensuração do ativo biológico, mais valia de imobilizados e remensuração dos contratos de arrendamento.

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.3. Ajustes pro forma--Continuação

j) Efeito do imposto de renda e contribuição social - demonstração do resultado

Reflete o efeito do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos nas informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*, com base na alíquota nominal de 34% sobre os ajustes *pro forma*.

O efeito do imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes pro formas realizados nas demonstrações do resultado consolidado *pro forma* não auditadas para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2020 somam o montante de R\$34.540 aplicando a alíquota de imposto de renda e contribuição social vigente de 34%, sobre uma base de ajustes de R\$101.589.

k) Patrimônio líquido

O ajuste *pro forma* no patrimônio líquido é composto da seguinte forma:

	<u>Em milhares de reais</u>
Eliminação de contas do patrimônio líquido da Terra Santa (pós Reorganização Societária)	(75.295)
Ações a serem emitidas pela SLC Agrícola na conclusão da transação (Nota 4.1)	127.005
Custos de transação (Nota 4.3e)	(15.920)
Total	<u>35.790</u>

l) Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem

Depreciação da mais valia do imobilizado (nota 4.3c)	(15.636)
Depreciação do ativo de direito de uso (nota 4.3b)	(22.273)
Depreciação da remensuração dos contratos (nota 4.3b)	(27.083)
	<u>(64.992)</u>

m) Despesas financeiras

Despesa de juros passivo de arrendamento (nota 4.3b)	(34.440)
Despesa de juros - remensuração dos contratos (nota 4.3b)	(2.125)
Tributos parcelados - juros passivos (nota 4.3f)	(32)
	<u>(36.597)</u>

SLC Agrícola S.A.

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--
Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.3. Ajustes pro forma--Continuação

n) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação foi ajustado considerando a emissão de 2.516.454 ações da SLC Agrícola, conforme demonstrado abaixo:

	Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	
	Básico	Diluído
Número médio ponderado de ações SLC Agrícola - Em milhares de ações	187.256	188.242
Ações emitidas pela SLC Agrícola - Em milhares de ações	2.516	2.516
Número médio ponderado de ações <i>pro forma</i>	189.772	190.758
Lucro líquido pro <i>forma</i> atribuíveis aos controladores	416.912	416.912
Lucro por ação <i>pro forma</i> (em reais)	2,19690	2,18555

TERRA SANTA AGRO S.A.

CNPJ 05.799.312/0001-20

NIRE 35.300.380.657

COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2021**

DATA, HORA E LOCAL. No dia 29 de abril de 2021, às 9:00 horas, realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM nº 481/09 ("Instrução CVM 481").

CONVOCAÇÃO. Edital de convocação publicado na forma do Art. 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") do artigo 1º da Resolução CVM n.º 25 de 30/03/2021 ("Resolução CVM n.º 25"), no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 14, 15 e 16 de abril de 2021, nas folhas E4, E5 e E4, respectivamente, e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 14, 15 e 16 de abril de 2021, nas folhas 79, 83 e 87, respectivamente. O Edital de Convocação, a Proposta da Administração e demais documentos pertinentes à ordem do dia, conforme legislação aplicável, foram colocados à disposição dos acionistas na sede na sede social da Terra Santa Agro S.A., situada na Praça General Gentil Falcão, nº 108, 8º andar, conjunto 81, Cidade Monções, 04.571-150, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo ("Companhia"). Foram também, divulgados ao mercado, eletronicamente na página da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

PRESENCAS. Presentes acionistas da Companhia representando, aproximadamente, 75,81% (setenta e cinco inteiros e oitenta e um centésimos por cento) do capital social com direito a voto. Presentes também o Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior e Alexandre Segadilha Adler, na qualidade de representantes da administração, bem como os Srs. Felipe Guedes Resende, na qualidade de representante dos Auditores Independentes, e Guilherme Woo de Moraes Terra e Maria Clara Vargas Vieira Astrachan, na qualidade de representantes do Mattos Filho Veiga Filho Marrey Jr. e Quiroga Advogados, assessores jurídicos da Companhia.

MESA. Presidente: Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes; e Secretário: José Humberto Prata Teodoro Júnior.

ORDEM DO DIA. Deliberar sobre (i) redução de capital da Companhia, por ser considerado

excessivo diante das atividades desempenhadas, sem cancelamento de ações, nos termos da Proposta da Administração; (ii) alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, caso a redução de capital seja aprovada; (iii) alteração das regras de exercício dos bônus de subscrição da Companhia aprovados e emitidos na assembleia geral da Companhia realizada em 29 de abril de 2019, nos termos da Proposta da Administração; e (iv) autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima.

LEITURA DE DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA: (i) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados à matéria a ser deliberada nesta Assembleia, uma vez que todos já foram devida e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas; (ii) Foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

DELIBERAÇÕES. Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações, cujos votos encontram-se detalhados no **Anexo I** a presente ata:

(i) os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas, a proposta de redução do capital social da Companhia no montante total de R\$ 673.588.231,59 (seiscentos e setenta e três milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos), passando o capital social da Companhia **de** R\$ 2.780.678.140,30 (dois bilhões, setecentos e oitenta milhões, seiscentos e setenta e oito mil, cento e quarenta reais e trinta centavos) **para** R\$ 2.107.089.908,71 (dois bilhões, cento e sete milhões, oitenta e nove mil, novecentos e oito reais e setenta e um centavos), nos termos do Art. 173 da Lei das S.A., por considerá-lo excessivo, sendo realizada em valor equivalente ao valor patrimonial contábil do investimento detido pela Companhia na **TSAGRO S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão n.º 108, 8º andar, conjunto 81, sala 04, Cidade Monções, CEP 04.571-150, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 40.337.136/0001-06 ("TSAgro"), mediante entrega de 100% (cem por cento) das ações de sua emissão, na proporção das respectivas participações de cada acionista na Companhia na data da implementação redução, sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, portanto, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia. A redução de capital ora deliberada somente se tornará efetiva após o cumprimento, nos termos do artigo 125 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil), das seguintes condições, cumulativamente: (i) após o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no Art. 174 da Lei das S.A.; e (ii) após o cumprimento das condições

suspensivas previstas na Transação, inclusive o Registro de Companhia Aberta, nos termos da Proposta da Administração e do Fato Relevante divulgado em 25 de março de 2021 pela Companhia. A administração da Companhia divulgará oportunamente ao mercado a data da efetiva implementação da redução de capital. Para fins de clareza, farão jus ao recebimento de ações de emissão da TS Agro acionistas detentores de ação da Companhia na data da efetiva implementação da redução de capital (incluindo ações decorrentes de eventuais exercícios de Bônus de Subscrição ocorridos até referida data); e

(ii) os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas, a proposta de alteração do *caput* do Art. 5º do estatuto social da Companhia para refletir a redução do capital social deliberada no item (i) acima, sujeito ao cumprimento das condições indicada no item (i) acima, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - O capital social é de R\$ 2.107.089.908,71 (dois bilhões, cento e sete milhões, oitenta e nove mil, novecentos e oito reais e setenta e um centavos), dividido em 21.787.143 (vinte e uma milhões, setecentas e oitenta e sete mil, cento e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal."

Os administradores da Companhia ficam autorizados a praticar todos e quaisquer atos necessários à execução da deliberação ora aprovada, inclusive e especialmente a publicação da presente ata nos jornais utilizados pela Companhia, para os fins do referido Art. 174 da Lei das S.A.

O estatuto social consolidado, considerando a redução de capital ora aprovada, consta do **Anexo II** à presente ata.

(iii) os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas, a proposta de alteração das regras de exercício dos Bônus de Subscrição, conforme divulgado na Proposta da Administração e no Fato Relevante divulgado em 25 de março de 2021 pela Companhia, de modo que:

- (a) os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos entre: (a) os dias 03 de maio de 2021 e 13 de maio de 2021, com liquidação no dia 14 de maio de 2021; (b) os dias 17 de maio de 2021 e 27 de maio de 2021, com liquidação no dia 28 de maio de 2021; e (c) os dias 31 de maio de 2021 e 11 de junho de 2021, com liquidação em 14 de junho de 2021 ("Janelas de Exercício");

- (b) os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos nas Janelas de Exercício, por preço de exercício ajustado calculado da seguinte forma:

Preço de Exercício Ajustado = Preço de Exercício Original – Desconto
Desconto = R\$ 1,57, sendo esse desconto calculado pela diferença entre (a) o VWAP de TESA12 e (b) o VWAP de TESA3 subtraído o Preço de Exercício Original, em ambos os casos considerados os 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores à 25 de março de 2021

- (c) os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos nas Janelas de Exercício, sem a necessidade de pagamento do preço de exercício, mediante a entrega de Bônus de Subscrição e recebimento de um número de ações da Companhia calculado da seguinte forma:

Número de Ações Terra Santa = Número de Bônus de Subscrição x 0,5933, sendo esse multiplicador calculado com base no *ratio* entre o VWAP de TESA12 e o VWAP de TESA3 nos 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores à 25 de março de 2021 sendo que quaisquer frações serão pagas em dinheiro, considerando o mesmo *ratio* e VWAP indicados

- (d) caso o cancelamento e substituição dos Bônus de Subscrição descritos no item (c) acima resulte em eventuais frações de ações da Terra Santa, tais ações serão grupadas em números inteiros para, em seguida, serem vendidas no mercado à vista, em momento oportuno a ser divulgado pela Companhia, em leilão organizado pela Companhia, após a consumação da última Janela de Exercício, considerando o mesmo *ratio* e VWAP indicados no item (c) acima;
- (e) por força da Incorporação de Ações (conforme Proposta da Administração a ser divulgada em momento oportuno e Fato Relevante divulgado em 25 de março de 2021), os Bônus de Subscrição remanescentes na data de fechamento da Combinação de Negócios da Companhia com a SLC, conforme Fato Relevante divulgado em 25 de março de 2021, serão cancelados e substituídos por um número de ações ordinárias da SLC, calculado da seguinte forma:

Número de Ações SLC = Número de Bônus de Subscrição x 0,4606, sendo esse multiplicador calculado com base no *ratio* entre o VWAP de TESA 12 e o VWAP de SLC3 nos 60 (sessenta)

últimos pregões da B3 anteriores à 25 de março de 2021

- (f) alternativamente ao acima, caso haja qualquer detentor de Bônus de Subscrição que não concorde em tornar-se acionista da SLC Agrícola S.A. (CNPJ/ME 89.096.457/0001-55) (“SLC”), tal detentor poderá solicitar que, quando da consumação da Incorporação de Ações (conforme Proposta da Administração a ser divulgada em momento oportuno e Fato Relevante divulgado em 25 de março de 2021), a SLC venda ao preço da B3 em tal data, juntamente com eventuais frações de ações de emissão da SLC decorrentes da Incorporação de Ações, as ações da SLC a que tal detentor teria direito, e entregue os recursos líquidos de taxas ao referido detentor que houver assim solicitado; e
- (g) caso o cancelamento e substituição dos Bônus de Subscrição descritos acima resulte em eventuais frações de ações da SLC, tais ações serão grupadas em números inteiros para, em seguida, serem vendidas no mercado à vista, administrado pela B3, após a consumação da Incorporação de Ações, nos termos de aviso aos acionistas a ser oportunamente divulgado pela administração da SLC. Os valores auferidos na referida venda serão disponibilizados líquidos de taxas aos detentores de Bônus de Subscrição titulares das respectivas frações, proporcionalmente à sua participação em cada ação vendida.

(iv) os acionistas autorizam, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas, que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos. Os acionistas presentes aprovaram a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do § 1º do Art. 130 da Lei das S.A., e a sua publicação com a omissão da assinatura dos acionistas, nos termos do § 2º do Art. 130 da Lei das S.A., após, a ata foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente: Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes; e Secretário: José Humberto Prata Teodoro Júnior. Representantes da Administração: José Humberto Prata Teodoro Júnior e Alexandre Segadilha Adler. Representante dos Auditores Independentes: Felipe Guedes Resende. Representantes dos Assessores Jurídicos da Companhia: Guilherme Woo de Moraes Terra e Maria Clara Vargas Vieira Astrachan. Acionistas Presentes: Silvio Tini de Araújo, Bonsucex Holding S.A., Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes, João Batista Lemes Cruvinel, Demeter FIA IE, Demeter Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Gávea Macro Plus Master FIM, Gávea Macro Dolar

Master FIM, Gávea Macro II Master FIM, Gávea Macro Master FIM, Bradesco GIF IV FIM – IE, Apoena Macro Advanced Master Fundo de Investimento Multimercado, EOS Amanpulo FIM IE Crédito Privado, City of New York Group Trust e Queensland Investment Trust No. 2.

São Paulo, 29 de abril de 2021.

(Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.)

Mesa:

Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes

Presidente

José Humberto Prata Teodoro Júnior

Secretário

ANEXO I
À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2021

MAPA DE VOTOS

Descrição da Deliberação	Quantidade de Ações	
	Voto	Quantidade
(i) a redução do capital social da Companhia, nos termos da proposta da administração.	Aprovar	16.516.178
	Rejeitar	N/A
	Abster-se	N/A

Favorável:

Silvio Tini de Araújo, Bonsucex Holding S.A., Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes, João Batista Lemes Cruvinel, Demeter FIA IE, Demeter Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Gávea Macro Plus Master FIM, Gávea Macro Dolar Master FIM, Gávea Macro II Master FIM, Gávea Macro Master FIM, Bradesco GIF IV FIM – IE, Apoená Macro Advanced Master Fundo de Investimento Multimercado, EOS Amanpulo FIM IE Crédito Privado, City of New York Group Trust e Queensland Investment Trust No. 2.

Contra: N/A

Abstenção: N/A

Descrição da Deliberação	Quantidade de Ações	
	Voto	Quantidade
(ii) a alteração do <i>caput</i> do Art. 5º do estatuto social da Companhia para refletir a redução do capital social.	Aprovar	16.516.178
	Rejeitar	N/A
	Abster-se	N/A

Favorável:

Silvio Tini de Araújo, Bonsucex Holding S.A., Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes, João Batista Lemes Cruvinel, Demeter FIA IE, Demeter Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Gávea Macro Plus Master FIM, Gávea Macro Dolar Master FIM, Gávea Macro II Master FIM, Gávea Macro Master FIM, Bradesco GIF IV FIM – IE, Apoená Macro Advanced Master Fundo de Investimento Multimercado, EOS Amanpulo FIM IE Crédito Privado, City of New York Group Trust e Queensland Investment Trust No. 2.

Contra: N/A

Abstenção: N/A

Descrição da Deliberação	Quantidade de Ações	
	Voto	Quantidade
(iii) alteração das regras de exercício dos bônus de subscrição da Companhia aprovados e emitidos na assembleia geral da Companhia realizada em 29 de abril de 2019.	Aprovar	16.516.178
	Rejeitar	N/A
	Abster-se	N/A

Favorável:

Silvio Tini de Araújo, Bonsucex Holding S.A., Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes, João Batista Lemes Cruvinel, Demeter FIA IE, Demeter Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Gávea Macro Plus Master FIM, Gávea Macro Dolar Master FIM, Gávea Macro II Master FIM, Gávea Macro Master FIM, Bradesco GIF IV FIM – IE, Apoena Macro Advanced Master Fundo de Investimento Multimercado, EOS Amanpulo FIM IE Crédito Privado, City of New York Group Trust e Queensland Investment Trust No. 2.

Contra: N/A

Abstenção: N/A

Descrição da Deliberação	Quantidade de Ações	
	Voto	Quantidade
(iv) autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima.	Aprovar	16.516.178
	Rejeitar	N/A
	Abster-se	N/A

Favorável:

Silvio Tini de Araújo, Bonsucex Holding S.A., Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes, João Batista Lemes Cruvinel, Demeter FIA IE, Demeter Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Gávea Macro Plus Master FIM, Gávea Macro Dolar Master FIM, Gávea Macro II Master FIM, Gávea Macro Master FIM, Bradesco GIF IV FIM – IE, Apoena Macro Advanced Master Fundo de Investimento Multimercado, EOS Amanpulo FIM IE Crédito Privado, City of New York Group Trust e Queensland Investment Trust No. 2.

Contra: N/A

Abstenção: N/A

ANEXO II
À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE
2021

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A **TERRA SANTA AGRO S.A.** é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe seja pertinente ("Sociedade").

Parágrafo Único - Com o ingresso da Sociedade no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Sociedade, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 2º - A Sociedade tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, mediante decisão do Conselho de Administração, instalar ou extinguir filiais, escritórios ou outros estabelecimentos, em qualquer outro ponto do território nacional ou no exterior, obedecidas as formalidades da legislação aplicável.

Artigo 3º - A Sociedade tem por objeto:

- (a) a produção e comércio de produtos vegetais,
- (b) a industrialização e comércio de biocombustíveis, óleos vegetais, seus produtos derivados e congêneres, incluindo os subprodutos de grãos, oleaginosas e biodiesel, no mercado nacional e internacional;
- (c) a produção de materiais químicos derivados do processamento industrial de vegetais de qualquer natureza;
- (d) o armazenamento e manuseio industrial de produtos químicos em geral, etanol e metanol para produção de biocombustíveis;
- (e) o transporte e armazenamento de seus produtos e subprodutos ou de produtos de terceiros, bem como de quaisquer mercadorias constantes da Nomenclatura Brasileira de Mercadoria;
- (f) importação de insumos, matérias-primas, máquinas e equipamentos aplicáveis a sua atividade industrial;
- (g) a participação no capital de outras sociedades empresárias, observadas as prescrições legais;

(h) a exploração de atividades rurais, grãos e oleaginosas, beneficiamento, industrialização e comercialização do algodão e seus subprodutos;

(i) a prestação de serviços relacionados às suas atividades agroindustriais, além da produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização de sementes de soja;

(j) produção, industrialização e comercialização de grãos industrializados ou não e subprodutos em geral, fio de algodão, óleo, farelo e linter de algodão, ingrediente para ração animal, celulose, insumos e produtos agropecuários;

(k) a prestação de serviços de industrialização, transporte rodoviário de cargas em atividades correlatas à agropecuária, engenharia e mecanização agrícola e prestação de serviços agrícolas, serviços de classificação de produtos vegetais, produtos e resíduos de valor econômico;

(l) a representação por conta própria e de terceiros de produtos agrícolas pastoris;

(m) a locação, comodato, parceria ou arrendamento de quaisquer bens móveis ou imóveis;

(n) administração de bens móveis e imóveis próprios;

(o) participação em empreendimentos rurais, em fundos imobiliários e de investimentos e participação societária em outras sociedades, inclusive em investimentos permanentes em sociedades controladas e coligadas;

(p) a compra e venda de substâncias ou produtos químicos para uso na agricultura, pecuária, indústria e ciência;

(q) a importação e exportação, inclusive em nome de terceiros, de bens, serviços e mercadorias de qualquer natureza, na condição comercial de exportadora;

(r) a produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização de sementes de grãos e oleaginosas; e

(s) o cultivo de soja, milho e algodão ou qualquer outro produto (grãos).

Parágrafo único. São atividades subsidiárias da Companhia:

(a) a consultoria e assessoria empresarial relacionadas à agroindústria de grãos e oleaginosas;

(b) o reflorestamento, florestamento e manejo florestal; e

(c) o desenvolvimento de pesquisas e técnicas de melhoramento do algodão e cereais em geral, para obtenção de novas variedades e culturas, bem como a introdução de diferentes origens, matérias, variedades ou culturas de grãos e oleaginosas.

Artigo 4º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 5º. O capital social é de R\$ 2.107.089.908,71 (dois bilhões, cento e sete milhões, oitenta e nove mil, novecentos e oito reais e setenta e um centavos), dividido em 21.787.143 (vinte e uma milhões, setecentas e oitenta e sete mil, cento e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – A Sociedade poderá aumentar o seu capital social até o limite autorizado de R\$ 2.800.000.000,00 (dois bilhões e oitocentos milhões de reais), mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo Segundo – Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será o órgão competente para deliberar sobre emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, fixando em cada caso o número de valores mobiliários a serem emitidos, bem como o preço de emissão, o prazo e forma de integralização.

Parágrafo Terceiro - Os aumentos de capital para integralização em bens serão submetidos à deliberação da Assembleia Geral, observados os procedimentos contidos no artigo 8º da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76").

Artigo 6º - As ações de emissão da Sociedade são exclusivamente ordinárias e têm a forma nominativa, escritural e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Sociedade.

Parágrafo Segundo - Todas as ações da Sociedade são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com a qual a Sociedade mantenha contrato de escrituração em vigor, sem a emissão de certificados. A instituição escrituradora poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Parágrafo Terceiro - As ações ordinárias são indivisíveis perante a Sociedade. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Artigo 7º - É vedado à Sociedade emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

Artigo 8º - Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

Parágrafo Único - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei.

CAPÍTULO III DO ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 9º - Os acordos de acionistas que estabeleçam as condições de compra e venda de suas ações, ou do direito de preferência na compra das mesmas ou o exercício do direito de voto serão sempre observados pela Sociedade, desde que os mesmos tenham sido arquivados na sua sede social.

Parágrafo Único - A Sociedade deverá providenciar e completar, dentro de trinta (30) dias do pedido de acionista, os atos de arquivo de acordos de acionistas na sede da Sociedade e de averbação de suas obrigações ou ônus nos livros de registros da Sociedade.

CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 10 - A Assembleia Geral, com a competência prevista em lei, reúne-se ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Artigo 11 - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, se for o caso, na forma do artigo 123, parágrafo único da Lei 6.404/76, sendo seus trabalhos instalados e dirigidos por mesa composta por um presidente e um secretário, sendo o presidente da mesa o Presidente do Conselho de Administração, e o secretário um dos acionistas presentes por ele indicado ou um advogado, com expertise profissional em direito societário. Nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, os acionistas presentes, por maioria de votos, escolherão o presidente e o secretário da mesa.

Artigo 12 - Poderão tomar parte na Assembleia Geral os acionistas que apresentarem, na sede da Sociedade, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, (i) documento de identidade, (ii) comprovante da respectiva participação acionária, expedido pela instituição escrituradora, e, (iii) na hipótese de representação do acionista, instrumento de mandato formalizado nos termos da lei.

Parágrafo Único - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à assembleia geral munido dos documentos referidos no *caput*, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Artigo 13 - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Único - Além das atribuições previstas na legislação aplicável, as seguintes deliberações serão de competência exclusiva da Assembleia Geral:

- (i) alteração do Estatuto Social da Sociedade;
- (ii) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração;
- (iii) instalação do Conselho Fiscal da Sociedade e eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos seus membros;
- (iv) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (v) destinação dos resultados da Sociedade;
- (vi) emissão de debêntures, bônus de subscrição ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações;
- (vii) o aumento do capital social, por subscrição em dinheiro, bens ou créditos, com ou sem direito de preferência, acima do montante do capital autorizado, previsto no artigo 5º, parágrafo primeiro, deste Estatuto;
- (viii) a redução do capital social;
- (ix) a participação da Sociedade em grupos de sociedades;
- (x) bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos de ações;
- (xi) as operações de incorporação, fusão, cisão e transformação envolvendo a Sociedade;
- (xii) a dissolução, liquidação ou cessação do estado de liquidação da Sociedade;
- (xiii) a declaração de autofalência ou o requerimento de processo de recuperação judicial ou extrajudicial da Sociedade ou qualquer de suas controladas;

(xiv) fixação e alteração da política de remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração, assim como fixação de participação dos administradores nos lucros da Sociedade, sempre estabelecida em honorários globais a serem distribuídos individualmente, pelo Conselho de Administração, para cada um dos seus membros;

(xv) planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Sociedade ou de qualquer de suas controladas;

(xvi) o cancelamento do registro de companhia aberta, bem como a saída do Novo Mercado; e

(xvii) escolher, dentre aquelas indicadas, em lista tríplice, pelo Conselho de Administração, a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Sociedade, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado.

CAPÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I - PARTE GERAL

Artigo 14 - A administração da Sociedade incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria, sendo os membros do Conselho de Administração e da Diretoria eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos por iguais períodos.

Parágrafo Primeiro - O prazo máximo para investidura dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria nos seus respectivos cargos será de 30 (trinta) dias contados da data da eleição, e se dará mediante a assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração ou no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, conforme o caso, que deverá contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 43 deste Estatuto. O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho de Administração são dispensados da prestação de garantia de gestão. A Sociedade poderá estabelecer, mediante deliberação do Conselho de Administração, a prestação de garantia de gestão pelos diretores eleitos.

Parágrafo Terceiro - Compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. A remuneração será votada em verba global anual, cabendo, então, ao Conselho de Administração, deliberar sobre a sua distribuição individual aos Conselheiros e Diretores.

Parágrafo Quarto - A Assembleia Geral fica autorizada a constituir e extinguir um Conselho Consultivo composto por até 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, ao qual incumbirá assistir o Conselho de Administração, opinando quando requerido, a respeito dos negócios sociais e de qualquer outra matéria que seja submetida à sua apreciação.

A remuneração dos membros do Conselho Consultivo será fixada pelos acionistas em Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

Parágrafo Quinto – Sem prejuízo do disposto no parágrafo quarto acima, o Conselho de Administração pode criar comitês de assessoramento adicionais, com objetos restritos e específicos e com prazo de duração determinado, devendo indicar os respectivos membros dentre os administradores da Sociedade e/ou dentre quaisquer outras pessoas relacionadas, seja direta ou indiretamente, à Sociedade.

Parágrafo Sexto - As normas sobre requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades dos administradores aplicam-se aos membros do Conselho Consultivo e a eventuais comitês de assessoramento que venham a ser criados por meio de reforma deste Estatuto ou por deliberação do Conselho de Administração.

SEÇÃO II - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 15 - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, será composto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 11 (onze) membros, pessoas naturais, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro - Qualquer caso de vacância nos cargos do Conselho de Administração, incluindo o de Presidente e Vice-presidente do órgão, poderá ser preenchido pelo próprio Conselho de Administração, até a primeira Assembleia Geral que deliberar sobre o preenchimento da vaga, cujo substituto completará o mandato do substituído.

Parágrafo Segundo - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Terceiro - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Artigo 16 - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos pelo próprio Conselho de Administração. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Sociedade não poderão se acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Primeiro - Sem prejuízo do disposto em regimento interno do Conselho de Administração, compete ao Presidente do Conselho de Administração: (i) representar o Conselho de Administração nas convocações da Assembleia Geral de acionistas; (ii) presidir a Assembleia

Geral de acionistas e indicar o seu secretário; e (iii) convocar e presidir as reuniões de Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, assumirá suas funções o Vice-Presidente. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Artigo 17 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 5 (cinco) vezes por cada exercício financeiro e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, Vice-Presidente ou qualquer Conselheiro.

Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com antecedência de 5 (cinco) dias úteis, contados da expedição de comunicação escrita ou eletrônica (e-mail) que designará local, data e ordem do dia, salvo nos casos de manifesta urgência, quando o prazo de antecedência poderá ser reduzido até 2 (dois) dias úteis, considerando-se regular a reunião a em que compareçam todos os membros titulares, independentemente de quaisquer formalidades preliminares.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de membros presentes.

Parágrafo Terceiro - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Sociedade. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação que possam assegurar a identificação dos conselheiros e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião serão considerados presentes à reunião. Os votos proferidos pelos membros que participarem remotamente da reunião poderão ser (i) gravados em mídia compatível com o meio de comunicação escolhido e arquivados na sede da Sociedade; ou (ii) confirmados, por escrito, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Artigo 18 - Compete ao Conselho de Administração:

- (i) estabelecer a orientação geral dos negócios da Sociedade, fixando as diretrizes e objetivos básicos anuais e de longo prazo;
- (ii) eleger, dentre seus membros, o Presidente e o Vice-Presidente do órgão;
- (iii) aprovar seu regimento interno;

(iv) eleger e destituir os membros da Diretoria da Sociedade e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o regimento interno do Conselho de Administração;

(v) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;

(vi) convocar a Assembleia Geral;

(vii) manifestar-se sobre o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;

(viii) distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembleia Geral, a remuneração dos administradores;

(ix) manifestar-se sobre o encaminhamento à Assembleia Geral de qualquer proposta, ainda que de iniciativa da Diretoria;

(x) deliberar sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ações;

(xi) deliberar sobre a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Sociedade ou de qualquer de suas controladas, sem o direito de preferência para os acionistas;

(xii) deliberar sobre a amortização, o resgate ou a compra de ações da Sociedade para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como a posterior alienação das ações porventura mantidas em tesouraria;

(xiii) escolher e destituir os auditores independentes;

(xiv) declarar dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos os limites legais e as disposições deste Estatuto;

(xv) autorizar a representação da Sociedade por um único de seus Diretores ou procurador nos termos do parágrafo primeiro do artigo 29 deste Estatuto;

(xvi) aprovar a criação e o encerramento de comitês e/ou grupos de trabalho da Sociedade, visando a auxiliar o Conselho de Administração, definindo sua composição, regimento, remuneração e escopo de trabalho;

(xvii) definir e alterar as políticas de negociação de valores mobiliários e de divulgação de informações relevantes da Sociedade;

(xviii) determinar, anualmente, seja em função de sua natureza e/ou valor envolvido, os atos, contratos ou operações (incluindo a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias) que, embora de competência da Diretoria, deverão ser submetidos à prévia aprovação do Conselho de Administração; e

(xix) deliberar sobre aumentos de capital e emissão de bônus de subscrição, inclusive as condições de emissão, preço, prazo e forma de integralização, observados os limites e condições estabelecidos no artigo 5o, parágrafo primeiro deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto favorável da maioria dos membros em exercício, observado o disposto no regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - As deliberações do Conselho de Administração serão, sob a forma de resoluções, lançadas no Livro de Atas do órgão, as quais se tornarão efetivas com a assinatura de tantos membros presentes quantos bastem para constituir a maioria requerida para a deliberação.

Parágrafo Terceiro - O Presidente e o secretário do Conselho de Administração terão poderes para emitir certidões, extratos e atestar, perante quaisquer terceiros, para os devidos fins, a autenticidade e validade das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto - O regimento interno do Conselho de Administração deverá estar disponível a qualquer acionista da Sociedade em sua sede e em seu *website*.

SEÇÃO III – COMITÊ DE AUDITORIA

Artigo 19 - O Conselho de Administração será assessorado pelo Comitê de Auditoria, constituído na forma prevista neste Estatuto e na Instrução CVM 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada ("ICVM 308/99"), com o objetivo de conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

Parágrafo Primeiro - As recomendações fornecidas pelo Comitê de Auditoria não vinculam o Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - O Comitê de Auditoria será vinculado ao Conselho de Administração e terá autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento.

Artigo 20 - As normas sobre requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades dos administradores aplicam-se aos membros do Comitê de Auditoria.

Artigo 21 - O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que, ao menos 1 (um) será conselheiro independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Parágrafo Primeiro - O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no *caput*.

Parágrafo Segundo - As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria serão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro - O Comitê de Auditoria exercerá suas funções em conformidade com o seu regimento interno. Adicionalmente às disposições deste Estatuto e do regimento interno do Comitê de Auditoria, o comitê observará todos os termos, requisitos, atribuições e composição prevista na ICVM 308/99, qualificando-se como um comitê de auditoria estatutário (CAE), nos termos ali previstos.

Artigo 22 – Além das atribuições previstas na ICVM 308/99 e no Regulamento do Novo Mercado, compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

- (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, e
- (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

SEÇÃO IV – DIRETORIA

Artigo 23 - A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, pessoas naturais, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de no máximo 2 (dois) anos, autorizada a reeleição. O Conselho de Administração designará, dentre os membros da Diretoria, 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com os Investidores, e até 5 (cinco) Diretores Executivos.

Parágrafo Único - Nos casos de vacância por falecimento, renúncia ou impedimento por tempo prolongado ou definitivo de qualquer membro da Diretoria, compete ao Conselho de Administração indicar, dentre os membros da Diretoria, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar subsequentemente, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Artigo 24 - A Diretoria é o órgão executivo da Administração, cabendo-lhe, dentro das normas deste Estatuto, assegurar o funcionamento regular da Sociedade, tocando-lhe poderes para praticar todos e quaisquer atos e contratos relativos ao objeto social, exceto aqueles que, por lei ou por este Estatuto, sejam de atribuição ou dependentes de autorização de outro órgão da Sociedade.

Artigo 25 - Compete à Diretoria, sem prejuízo do disposto no artigo 24 acima:

(i) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as diretrizes do Conselho de Administração e a legislação em vigor;

(ii) administrar a Sociedade, provendo todo o necessário para realização do seu objeto social;

(iii) elaborar, anualmente, o relatório de administração, as Demonstrações Financeiras, as Contas da Diretoria e as demais informações periódicas e eventuais a serem prestadas conforme regulamentação da CVM e da B3, bem como submeter, após a manifestação do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal, caso este último esteja instalado, a proposta para a destinação dos resultados do exercício; e

(iv) executar os trabalhos que lhe forem determinados pelo Conselho de Administração.

Artigo 26 - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo uma vez por mês, em dia e hora estabelecidos por ela própria, no início do respectivo mandato e, extraordinariamente, por convocação de qualquer dos membros desse órgão endereçada a todos os seus pares.

Parágrafo Primeiro – Das reuniões da Diretoria, lavrar-se-ão atas no livro próprio.

Parágrafo Segundo – Para deliberar validamente, é indispensável a presença da maioria dos membros investidos, e o quórum de deliberação será de maioria simples.

Artigo 27 - É vedada à Diretoria a prática, em nome da Sociedade, de atos de qualquer natureza relativos a negócios ou operações estranhas ao objeto social.

Artigo 28 - Os Diretores da Sociedade que possuírem atribuições específicas fixadas no presente Estatuto, somente poderão ter suas atribuições alteradas pela Assembleia Geral por sugestão submetida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - Compete ao Diretor Presidente: a) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, observado o disposto no artigo 29 abaixo; b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e c) submeter ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras previstas em lei e balancetes, bem como toda e qualquer matéria que depender de sua apreciação ou deliberação.

Parágrafo Segundo - Compete aos Diretores Executivos: a) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, observado o disposto no artigo 29 abaixo; b) organizar, coordenar e supervisionar as áreas que lhe forem subordinadas por atribuição do Conselho de Administração; c) elaborar e definir políticas a serem seguidas pela sua respectiva área de supervisão e coordenação; e d) cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Sociedade estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro - Compete ao Diretor de Relações com os Investidores: a) representar a sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, inclusive perante a CVM, Bolsas de Valores e demais integrantes do mercado de capitais, observado o disposto no artigo 29 abaixo; b) prestar informações aos investidores, à CVM e às Bolsas de Valores nas quais a Sociedade seja registrada; e c) manter atualizado o registro da Sociedade na CVM e nas Bolsas de Valores.

Parágrafo Quarto - Os Diretores, dentro de suas atribuições específicas, deverão observar as disposições contidas no presente Estatuto, bem como praticar os atos de gerência das áreas conforme as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 29 - Ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto e observada a eventual necessidade de aprovação prévia por parte de outro órgão da Sociedade, qualquer ato ou contrato que implique na assunção de responsabilidade ou obrigação por parte da Sociedade deverá ser praticado, sob pena de não produzir efeitos contra a Sociedade: (i) por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) deles obrigatoriamente o Diretor Presidente ou 1 (um) Diretor Executivo; ou (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Procurador, com poderes especiais e específicos para o ato por instrumento de mandato assinado por dois outros Diretores, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Presidente ou 1 (um) Diretor Executivo, nos termos do artigo 30 abaixo.

Parágrafo Primeiro - Em casos especiais, a critério do Conselho de Administração, poderá a Sociedade ser representada isoladamente por qualquer de seus Diretores ou por um Procurador, nomeado nos termos do artigo 30 abaixo, desde que haja deliberação expressa e específica do Conselho de Administração nesse sentido.

Parágrafo Segundo - A Sociedade poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou 1 (um) Procurador com poderes especiais, nomeado nos termos do artigo 30 abaixo:

- (i) nos atos de administração perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;
- (ii) ao firmar correspondência e atos de simples rotina; e
- (iii) ao endossar títulos para efeito de cobrança ou depósito em nome da Sociedade em instituições financeiras.

Artigo 30 - A nomeação de procuradores far-se-á por instrumento assinado por 2 (dois) Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente ou 1 (um) Diretor Executivo. O mandato deverá conter poderes específicos, os limites de competência do mandatário e ser outorgado por prazo determinado e, com exceção dos que sejam concedidos para fins judiciais, jamais expirarão após o dia 30 de abril do ano subsequente.

SEÇÃO V – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 31 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal que só funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido dos acionistas, na forma da lei.

Artigo 32 - O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros, e por igual número de suplentes, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, que lhes fixará a remuneração, obedecido o mínimo legal.

Parágrafo Primeiro - A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, lavrado em livro próprio, que deverá contemplar sua sujeição à cláusula compromissória estatutária prevista no Artigo 43 deste Estatuto.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 33 - Os membros do Conselho Fiscal serão pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, que atendam aos requisitos e impedimentos previstos em lei, e terão a competência nela disciplinada.

Artigo 34 - Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo Primeiro - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas pela maioria de votos dos seus membros.

Parágrafo Segundo - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos conselheiros presentes.

Artigo 35 – Compete ao Conselho Fiscal:

(i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;

(ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação pela Assembleia Geral da Companhia;

(iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, e/ou juros sobre o capital próprio, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

(iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos da administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Sociedade, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Sociedade;

(v) convocar a Assembleia Geral Ordinária, por meio de qualquer de seus membros, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês a convocação, e a Assembleia Geral Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;

(vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Sociedade;

(vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

(viii) exercer as atribuições constantes do presente artigo durante a liquidação da Sociedade, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

**CAPÍTULO VI
DO EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS**

Artigo 36 - O exercício social termina no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 37 - Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará por elaborar as Demonstrações Financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes.

Artigo 38 - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do Imposto de Renda, o lucro líquido do exercício terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, observando-se o seguinte:

(i) 5% serão aplicados na constituição de Reserva Legal, a qual não excederá 20% do capital social;

(ii) 25% do lucro líquido de cada exercício financeiro serão distribuídos como dividendos obrigatórios, nos termos do que determina o artigo 202 da Lei 6.404/76; e

(iii) após a constituição da Reserva Legal, das demais reservas acima previstas, e do pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, o saldo, se houver, terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral com base na proposta da administração.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral poderá, nos termos da Legislação vigente, deliberar sobre o pagamento de juros aos acionistas a título de remuneração do capital próprio.

Parágrafo Segundo - O valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração de capital próprio, poderá, nos termos da legislação e regulamentos pertinentes, ser imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório, integrando tal valor ao montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais.

Artigo 39 - A Sociedade poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

(i) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;

(ii) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e

(iii) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Artigo 40 - Os dividendos serão pagos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

CAPÍTULO VII ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO

Artigo 41 - A alienação direta ou indireta do controle acionário da Sociedade, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o Adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Sociedade de titularidade dos demais acionistas,

observando as condições e os prazos previstos na regulamentação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Artigo 42 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a B3, em razão do descumprimento, pela Sociedade, de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, determinar que os valores mobiliários emitidos pela Sociedade tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Sociedade, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - Caso a referida Assembleia Geral Extraordinária referida no *caput* deste artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por acionista da Sociedade.

Parágrafo Segundo - O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no *caput* e no parágrafo primeiro deste artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela B3 para esse fim, o que for menor.

CAPÍTULO VIII JUÍZO ARBITRAL

Artigo 43 - A Sociedade, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.404/76, neste Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO IX LIQUIDAÇÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 44 - A Sociedade se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, pelo modo que for estabelecido pela Assembleia Geral e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal para o período da liquidação, elegendo os seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração será mantido no período de liquidação, competindo-lhe nomear o liquidante, na forma do disposto no artigo 208, parágrafo primeiro da Lei 6.404/76.

Artigo 45 - Em tudo o que for omissivo o presente Estatuto, serão aplicadas as disposições legais pertinentes, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

TERRA SANTA AGRO S.A.

CNPJ 05.799.312/0001-20

NIRE 35.300.380.657

COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2021**

DATA, HORA E LOCAL: No dia 21 de junho, às 9h30, realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM nº 481").

CONVOCAÇÃO: Edital de convocação publicado na forma do Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") do artigo 1º da Resolução CVM nº 25, de 30 de março de 2021 ("Resolução CVM nº 25"), no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 21, 22 e 25 de maio de 2021, nas folhas E4, E3 e E3, respectivamente, e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 21, 22 e 25 de maio de 2021, nas folhas 29, 31 e 33, respectivamente. O Edital de Convocação, a Proposta da Administração e demais documentos pertinentes à ordem do dia, conforme legislação aplicável, foram colocados à disposição dos acionistas na sede na sede social da Terra Santa Agro S.A., situada na Praça General Gentil Falcão, nº 108, 8º andar, conjunto 81, Cidade Monções, 04.571-150, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"). Foram também, divulgados ao mercado, eletronicamente na página da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

PRESENCAS: Presentes acionistas da Companhia representando, aproximadamente, 77,27% (setenta e sete inteiros e vinte e sete centésimos por cento) do capital social com direito a voto. Presentes também o Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior e Alexandre Segadilha Adler, na qualidade de representantes da administração, bem como o Sr. Marcos Reinaldo Severino Peters, na qualidade de representante do Comitê de Auditoria Estatutário, o Sr. Felipe Guedes Resende, na qualidade de representante dos Auditores Independentes, e os Srs. Guilherme Woo de Moraes Terra e Maria Clara Vargas Vieira Astrachan, na qualidade de representantes do Mattos Filho Veiga Filho Marrey Jr. e Quiroga Advogados, assessores jurídicos da Companhia.

MESA: Presidente: Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes; e Secretário: José Humberto Prata Teodoro Júnior.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre **(i)** o exame, discussão e aprovação do "Protocolo e Justificação a Incorporação de Ações da Terra Santa Agro S.A. pela SLC Agrícola S.A.", celebrado em 20 de

maio de 2021 pelas administrações da Companhia e da SLC Agrícola S.A. ("Protocolo e Justificação"); **(ii)** o exame, discussão e aprovação da incorporação de ações da Companhia pela SLC Agrícola S.A. ("Incorporação de Ações"), cuja eficácia ficará condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das condições precedentes previstas no Protocolo e Justificação; e **(iii)** autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima, incluindo a subscrição das novas ações ordinárias a serem emitidas pela SLC Agrícola S.A. em decorrência da Incorporação de Ações.

LEITURA DE DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA: (i) Dispensada, por unanimidade de votos, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia, uma vez que todos já foram devida e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas; e (ii) Foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

DELIBERAÇÕES: Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações, cujos votos encontram-se detalhados no **Anexo I** a presente ata:

(i) os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, o Protocolo e Justificação, que consta como **Anexo II** à presente ata.

(ii) os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, a proposta de Incorporação de Ações, cuja eficácia ficará condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das condições precedentes previstas no Protocolo e Justificação.

(iii) os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima, incluindo a subscrição das novas ações ordinárias a serem emitidas pela SLC Agrícola S.A. em decorrência da Incorporação de Ações.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos. Os acionistas presentes aprovaram a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do § 1º do Art. 130 da Lei das S.A., e a sua publicação com a omissão da assinatura dos acionistas, nos termos do § 2º do Art. 130 da Lei das S.A., após, a ata foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente: Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes; e Secretário: José Humberto Prata Teodoro Júnior. Representantes da Administração: José Humberto Prata Teodoro Júnior e Alexandre Segadilha Adler. Representante do Comitê de Auditoria Estatutário: Marcos Reinaldo Severino Peters.

Representante dos Auditores Independentes: Felipe Guedes Resende. Representantes dos Assessores Jurídicos da Companhia: Guilherme Woo de Moraes Terra e Maria Clara Vargas Vieira Astrachan. Acionistas Presentes: Silvio Tini de Araújo, Bonsucex Holding S.A., Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes, João Batista Lemes Cruvinel, Demeter FIA IE, Demeter Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Gávea Macro Plus Master FIM, Gávea Macro Dolar Master FIM, Gávea Macro II Master FIM, Gávea Macro Master FIM, Bradesco GIF IV FIM – IE, Apena Macro Advanced Master Fundo de Investimento Multimercado, EOS Amanpulo FIM IE Crédito Privado, City of New York Group Trust e Queensland Investment Trust No. 2.

São Paulo, 21 de junho de 2021.

(Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.)

Mesa:

Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes
Presidente

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Secretário

ANEXO I
À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2021

MAPA DE VOTOS

Descrição da Deliberação	Quantidade de Ações	
	Voto	Quantidade
(i) o exame, discussão e aprovação do "Protocolo e Justificação a Incorporação de Ações da Terra Santa Agro S.A. pela SLC Agrícola S.A.", celebrado em 20 de maio de 2021 pelas administrações da Companhia e da SLC Agrícola S.A.	Aprovar	22.370.777
	Rejeitar	0
	Abster-se	0

Favorável:

Silvio Tini de Araújo, Bonsucex Holding S.A., Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes, João Batista Lemes Cruvinel, Demeter FIA IE, Demeter Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Gávea Macro Plus Master FIM, Gávea Macro Dolar Master FIM, Gávea Macro II Master FIM, Gávea Macro Master FIM, Bradesco GIF IV FIM – IE, Apoena Macro Advanced Master Fundo de Investimento Multimercado, EOS Amanpulo FIM IE Crédito Privado, City of New York Group Trust e Queensland Investment Trust No. 2.

Contra: Não Aplicável

Abstenção: Não Aplicável

Descrição da Deliberação	Quantidade de Ações	
	Voto	Quantidade
(ii) o exame, discussão e aprovação da incorporação de ações da Companhia pela SLC Agrícola S.A. (" <u>Incorporação de Ações</u> "), cuja eficácia ficará condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das condições precedentes previstas no Protocolo e Justificação	Aprovar	22.370.777
	Rejeitar	0
	Abster-se	0

Favorável:

Silvio Tini de Araújo, Bonsucex Holding S.A., Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes, João Batista Lemes Cruvinel, Demeter FIA IE, Demeter Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Gávea Macro Plus Master FIM, Gávea Macro Dolar Master FIM, Gávea Macro II Master FIM, Gávea Macro Master FIM, Bradesco GIF IV FIM – IE, Apoena Macro Advanced Master Fundo de Investimento Multimercado, EOS Amanpulo FIM IE Crédito Privado, City of New York Group Trust e Queensland Investment Trust No. 2.

Contra: Não Aplicável

Abstenção: Não Aplicável

Descrição da Deliberação	Quantidade de Ações	
	Voto	Quantidade
(iii) autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima, incluindo a subscrição das novas ações ordinárias a serem emitidas pela SLC Agrícola S.A. em decorrência da Incorporação de Ações.	Aprovar	22.370.777
	Rejeitar	0
	Abster-se	0

Favorável:

Silvio Tini de Araújo, Bonsucex Holding S.A., Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes, João Batista Lemes Cruvinel, Demeter FIA IE, Demeter Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Gávea Macro Plus Master FIM, Gávea Macro Dolar Master FIM, Gávea Macro II Master FIM, Gávea Macro Master FIM, Bradesco GIF IV FIM – IE, Apoená Macro Advanced Master Fundo de Investimento Multimercado, EOS Amanpulo FIM IE Crédito Privado, City of New York Group Trust e Queensland Investment Trust No. 2.

Contra: Não Aplicável

Abstenção: Não Aplicável

**PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DE AÇÕES DA
TERRA SANTA AGRO S.A. PELA SLC AGRÍCOLA S.A.**

Os administradores das sociedades abaixo qualificadas, bem como as respectivas sociedades também abaixo qualificadas:

SLC AGRÍCOLA S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Rua Bernardo Pires, nº 128, 4º andar, Bairro Santana, CEP 90620-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 89.096.457/0001-55, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“SLC”); e

TERRA SANTA AGRO S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, nº 108, 8ª andar, Conjunto 81, Brooklin Novo, CEP 04571-150, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.799.312/0001-20, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Terra Santa”);

SLC e Terra Santa doravante também denominadas, individualmente, como “Parte” ou “Companhia” e, em conjunto, como “Partes” ou “Companhias”;

CONSIDERANDO QUE:

(i) a SLC e a Terra Santa são companhias abertas, com ações listadas no segmento especial de listagem Novo Mercado da B3, que têm como atividades principais (a) agricultura e pecuária; e (b) comércio, importação e exportação de produtos agrícolas;

(ii) nesta data, o capital social total e votante da SLC é de R\$ 947.521.509,85 (novecentos e quarenta e sete milhões, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e nove reais e oitenta e cinco centavos), composto por 190.595.000 (cento e noventa milhões, quinhentas e noventa e cinco mil) ações ordinárias sem valor nominal;

(iii) nesta data, o capital social total e votante da Terra Santa é de R\$ 2.780.678.140,30 (dois bilhões, setecentos e oitenta mil, cento e quarenta reais e trinta centavos), composto por 21.787.143 (vinte e um milhões, setecentas e oitenta e sete mil, cento e quarenta e três) ações ordinárias sem valor nominal;

(iv) em 29 de abril de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a redução do capital social da Terra Santa no montante total de R\$ 673.588.231,59

(seiscentos e setenta e três milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos), passando o capital social da Companhia de R\$ 2.780.678.140,30 (dois bilhões, setecentos e oitenta milhões, seiscentos e setenta e oito mil, cento e quarenta reais e trinta centavos para R\$ 2.107.089.908,71 (dois bilhões, cento e sete milhões, oitenta e nove mil, novecentos e oito reais e setenta e um centavos), sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, portanto, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia com implementação sujeita à determinadas condições suspensivas;

(v) em 25 de março de 2021, os Conselhos de Administração da SLC e da Terra Santa aprovaram e foi celebrado o “Acordo de Associação e Outras Avenças” (“Acordo de Associação”), que estabelece os termos e condições para a implementação da combinação dos negócios das Companhias, por meio da incorporação das ações da Terra Santa pela SLC, de acordo com os artigos 252, 224 e 225 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), observando-se as disposições aplicáveis da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 565, de 15 de junho de 2015 (“Instrução CVM 565”); e

(vi) nesta data, os Conselhos de Administração da SLC e Terra Santa aprovaram a celebração pelas Companhias deste instrumento, e aprovaram, ainda, a submissão da Incorporação de Ações (conforme abaixo definida) aos acionistas das Companhias, reunidos nas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias, na forma aqui prevista e observados os demais termos e condições do Acordo de Associação.

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da Terra Santa pela SLC (“Protocolo e Justificação”), nos seguintes termos e condições:

1. Operação Proposta e Justificação

1.1. Operação Proposta. Sujeito aos termos e condições previstos no Acordo de Associação e neste Protocolo e Justificação (inclusive a satisfação ou renúncia, conforme o caso, das Condições Precedentes (conforme abaixo definido) à consumação da Incorporação de Ações), pretende-se submeter aos acionistas de cada uma das Companhias a proposta de combinação dos negócios das Companhias, por meio da incorporação de ações da Terra Santa pela SLC, nos termos dos artigos 252, 224 e 225 da Lei das S.A. (“Incorporação de Ações”).

1.1.1. Como resultado da Incorporação de Ações, na Data de Fechamento (conforme abaixo definido), a SLC passará a deter a totalidade das ações da Terra Santa. Além disso, como contrapartida à Incorporação de Ações, os acionistas da Terra Santa receberão ações da SLC, de acordo com a Relação de Troca prevista na Cláusula 2.1 abaixo. Para os fins deste Protocolo e Justificação, a SLC, após a consumação da Incorporação de Ações, será referida como a “Companhia Combinada”. Para fins de esclarecimento, as ações a serem emitidas pela Companhia Combinada na Data de Fechamento terão os mesmos direitos das demais ações ordinárias atualmente emitidas pela SLC.

1.2. Justificação da Incorporação de Ações. A Incorporação de Ações tem por objetivo promover a combinação dos negócios complementares das Companhias para atuar com mais eficiência em um setor em evolução, altamente dinâmico e competitivo, com investimentos em inovação e diversificação entre as Companhias.

2. Cálculo e Ajustes da Relação de Troca

2.1. Relação de Troca. Sujeito aos termos e condições previstos no Acordo de Associação e neste Protocolo e Justificação (inclusive a satisfação ou renúncia, conforme o caso, das Condições Precedentes à consumação da Incorporação de Ações), com a consumação da Incorporação de Ações, serão emitidas pela SLC e atribuídas aos acionistas e detentores dos bônus de subscrição de emissão da Terra Santa (“Bônus de Subscrição”) um total de 2.516.454 (duas milhões, quinhentas e dezesseis mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, as quais representarão na Data de Fechamento, em bases totalmente diluídas, 1,3% (um vírgula três por cento) do capital social total e votante da SLC (“Participação Final”). A alocação das ações ordinárias emitidas pela SLC entre os acionistas da Terra Santa e os detentores de Bônus de Subscrição deverá observar os critérios estabelecidos no **Anexo 2.1** ao presente (“Relação de Troca”), o qual apresenta exemplos ilustrativos sobre a forma de cálculo da Relação de Troca e da Participação Final. Para fins da determinação da Relação de Troca, a ação da SLC foi avaliada em R\$25,83 (vinte e cinco reais e oitenta e três centavos) por ação, valor este determinado com base no preço médio ponderado por volume (“VWAP”) nos 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores a 26 de novembro de 2020, data em que as Companhias celebraram o Memorando de Entendimentos visando a combinação de seus negócios.

2.2. Ajuste da Relação de Troca. Nos termos da Cláusula 2.1.2.3. do Acordo de Associação, a Relação de Troca será ajustada, sem prejuízo da necessidade de obtenção de aprovação prévia das Partes, em decorrência dos seguintes eventos:

(i) declaração e/ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros proventos aos acionistas legalmente distribuíveis da Terra Santa e/ou da SLC entre 26 de novembro de 2020 e a Data de Fechamento, quando em valores superiores a 50% (cinquenta por cento) do respectivo lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; ou (ii) os eventos indicados nas Cláusulas 5.1(i) e 5.1(ii) do Acordo de Associação que envolvam as ações e/ou o capital social da SLC, da Terra Santa ou das suas sociedades controladas, conforme o caso. Mediante a ocorrência de qualquer evento que impacte a Relação de Troca, a Relação de Troca será ajustada conforme os critérios descritos no **Anexo 2.2** ao presente.

2.3. A Relação de Troca já contempla os efeitos econômicos decorrentes (i) do exercício de determinados Bônus de Subscrição, conforme previsto na Cláusula 3.2 do Acordo de Associação; e (ii) da aceleração das aquisições de direito (*vesting*) das outorgas de opções de compra de ações, ações diferidas ou restritas, *stock options* e outros instrumentos patrimoniais em aberto nesta data na Terra Santa, bem como outorgas de opções de compra de ações, ações diferidas ou restritas, *stock options* e outros instrumentos patrimoniais e as potenciais outorgas adicionais da SLC, nos termos da Cláusula 2.1.2.1 do Acordo de Associação.

2.4. Instrumentos de Remuneração Baseados em Ações. Com base na Cláusula 2.1.6 do Acordo de Associação todas as opções de compra de ações e ações restritas outorgadas nos termos dos programas e planos de remuneração e baseadas em ações da Terra Santa, conforme detalhadas no Anexo 2.1.6 do Acordo de Associação, serão devidamente aceleradas (*vested*) e liquidadas pela Terra Santa em moeda corrente nacional antes da Incorporação de Ações, de forma que todos os titulares de tais outorgas darão quitação para a Terra Santa até o Fechamento da Transação, e não terão qualquer direito ao recebimento de ações da Terra Santa e/ou da SLC. Todos os programas e planos de incentivo a longo prazo baseados em ações da Terra Santa serão também cancelados antes da Incorporação de Ações.

2.5. Frações de Ações. As Partes acordam que eventuais frações de ações de emissão da Companhia Combinada decorrentes da Incorporação de Ações serão grupadas em números inteiros para, em seguida, serem vendidas no mercado à vista administrado pela B3 após a consumação da Incorporação de Ações, nos termos de aviso aos acionistas a ser oportunamente divulgado pela administração da Companhia Combinada. Os valores auferidos na referida venda serão disponibilizados líquidos de taxas e tributos aos antigos acionistas da Terra Santa titulares das respectivas frações, proporcionalmente à sua participação em cada ação vendida.

2.6. Bônus de Subscrição. Por força da Incorporação de Ações, nos termos da Cláusula 2.1 acima, os Bônus de Subscrição remanescentes na Data de Fechamento deverão ser cancelados e substituídos por um número de ações ordinárias da SLC, de acordo com a seguinte fórmula:

Número de Ações SLC = Número de Bônus de Subscrição x 0,4606

sendo esse multiplicador calculado com base no ratio entre o VWAP de TESA 12 e o VWAP de SLC3 nos 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores a 25 de março de 2021

2.6.1. Caso haja qualquer detentor de Bônus de Subscrição que não concorde em tornar-se acionista da SLC, em virtude do cancelamento e substituição dos seus respectivos Bônus de Subscrição por ações da SLC, tal detentor poderá solicitar que, quando da consumação da Incorporação de Ações, a SLC venda ao preço da B3 juntamente com eventuais frações de ações de emissão da SLC decorrentes da Incorporação de Ações, as ações da SLC a que tal detentor teria direito, nos termos da Cláusula 2.1 do Acordo acima e entregue os recursos líquidos de tal venda ao referido detentor que houver assim solicitado.

2.6.3. Caso o cancelamento e substituição dos Bônus de Subscrição descritos na Cláusula 2.6.1 acima resulte em eventuais frações de ações da SLC, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 2.5.

2.7. Ausência de Avaliação dos Patrimônios Líquidos a Preços de Mercado para fins do Artigo 264 da Lei das S.A. Considerando que (i) a SLC e a Terra Santa não têm relação de controle entre si e não possuem controle comum; e (ii) a relação de substituição foi negociada entre partes absolutamente independentes, não há que se falar em aplicabilidade do artigo 264 da Lei das S.A. à Incorporação de Ações.

2.8. Retenção do IRRF na Incorporação de Ações. No caso de acionistas não residentes detentores de ações da Terra Santa, em que será realizada a retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”) relativa ao eventual ganho de capital, na forma do art. 21, § 6º da Instrução Normativa RFB 1.455/14, com a redação dada pela Instrução Normativa RFB 1.732/17, a SLC reserva-se o direito de: (a) fazer a retenção do IRRF relativo ao eventual ganho de capital do acionista não residente da Terra Santa que não apresentar, diretamente ou por meio de seus agentes de custódia, até a data fixada em aviso aos acionistas a ser divulgado oportunamente, a comprovação documental do custo médio de aquisição das suas ações da Terra Santa que

demonstrem a inexistência de ganho de capital tributável; (b) cobrar eventual montante do IRRF de tal acionista; e (c) em caso de inadimplemento de tal acionista, compensar o montante do IRRF eventualmente recolhido pela companhia em nome do investidor estrangeiro não residente com quaisquer créditos detidos contra o investidor estrangeiro, incluindo, sem limitação, o valor de quaisquer dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos que venham a ser declarados e/ou pagos pela SLC a qualquer tempo.

3. Critérios de Avaliação das Ações da Terra Santa

3.1. Data-Base. A data base utilizada para fins da Incorporação de Ações será o dia 31 de dezembro de 2020 ("Data-Base").

3.2. Critério de Avaliação. As ações da Terra Santa que serão incorporadas pela SLC serão avaliadas pelo seu valor econômico.

3.3. Empresa Avaliadora. A SLC nomeou Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., sociedade estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1.240, CEP 04711-130, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.189.924/0001-03 ("Avaliador"), para elaborar o laudo de avaliação do valor econômico das ações da Terra Santa a serem incorporadas pela SLC na Data-Base, o qual encontra-se anexo ao presente Protocolo e Justificação na forma do **Anexo 3.3** ("Laudo de Avaliação"), ficando os valores nele especificados subordinados à análise e à aprovação dos acionistas da SLC, na forma da lei.

3.3.1. Ratificação da Nomeação e Contratação do Avaliador. Nos termos do artigo 252, §1º, da Lei das S.A., a nomeação e a contratação do Avaliador serão submetidas à ratificação pela Assembleia Geral Extraordinária da SLC.

3.3.2. Custos. A SLC e Terra Santa arcarão, proporcionalmente à Participação Final na Companhia Combinada, nos termos do Acordo de Associação, com os custos relacionados à contratação do Avaliador que elaborou o Laudo de Avaliação.

3.3.3. Inexistência de Conflito do Avaliador. O Avaliador declarou (i) não existir qualquer conflito ou comunhão de interesses, atual ou potencial, com os acionistas das Companhias, ou, ainda, no tocante à Incorporação de Ações; e (ii) não terem os acionistas ou os administradores das Partes direcionado, limitado, dificultado ou praticado quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de

trabalho relevantes para a qualidade das suas conclusões. O Avaliador foi selecionado para os trabalhos aqui descritos considerando a ampla e notória experiência que tem na preparação de laudos e avaliações dessa natureza.

3.4. Valor Atribuído. Nos termos do Laudo de Avaliação da Terra Santa, o valor total atribuído às ações da Terra Santa a serem incorporadas pela SLC para fins da Incorporação de Ações é de R\$138.000.000,00 (cento e trinta e oito milhões de reais).

3.5. Variações Patrimoniais. As variações patrimoniais ocorridas na Terra Santa entre a Data-Base e a data em que se efetivar a Incorporação de Ações serão suportadas exclusivamente pela Terra Santa e refletidas na SLC em decorrência da aplicação do método de equivalência patrimonial.

3.6. Informações Financeiras Pro Forma. Conforme determinado no artigo 7º da Instrução CVM 565, a SLC nomeou o Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909. Torre Norte – 10º andar, CEP 04543-0111, inscrita no CNPJ/ME sob nº 59.527.788/0001-31 (“Auditor Independente”) para preparar as informações financeiras *pro forma* da Companhia Combinada, relativas à Data-Base, acompanhadas da respectiva asseguarção razoável pelo Auditor Independente.

4. Aumento de Capital da Companhia Combinada

4.1. Aumento do Capital Social da Companhia Combinada. A Incorporação de Ações resultará na emissão de ações da SLC pelo preço de subscrição total de R\$138.000.000,00 (cento e trinta e oito milhões de reais), correspondente ao valor econômico atribuído às ações da Terra Santa a serem incorporadas pela SLC, suportado pelo Laudo de Avaliação. Deste total, o valor de R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) será destinado à conta de capital social e o restante, no valor de R\$73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais), deverá ser destinado à reserva de capital da SLC. Assim, com a consumação da Incorporação de Ações, e sujeito a eventuais ajustes na Relação de Troca na forma da Cláusula 2.2 acima, o capital social da Companhia Combinada será aumentado em R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 2.516.454 (dois milhões, quinhentas e dezesseis mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Dessa forma, o capital social da Companhia Combinada passará de R\$ 947.521.509,85 (novecentos e quarenta e sete milhões, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e nove reais e oitenta e cinco centavos), dividido em 190.595.000 (cento e noventa milhões, quinhentas e noventa e cinco mil) ações

ordinárias, para R\$1.012.521.509,85 (um bilhão e doze milhões, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e nove reais e oitenta e cinco centavos), dividido em 193.111.454 (cento e noventa e três milhões, cento e onze mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias (“Aumento de Capital”). O capital social da Terra Santa não sofrerá qualquer alteração.

4.2. Ações Emitidas no Aumento de Capital. As novas ações ordinárias da Companhia Combinada emitidas em decorrência do Aumento de Capital serão atribuídas aos acionistas da Terra Santa em substituição às ações de emissão da Terra Santa de que são titulares, conforme a Relação de Troca indicada nas Cláusulas 2.1 e 2.2 acima. As novas ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos conferidos pelas demais ações ordinárias de emissão da Companhia Combinada, incluindo recebimento integral de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos, que vierem a ser declarados pela Companhia Combinada a partir da data em que a Incorporação de Ações for consumada.

4.3. Projeto de Alteração Estatutária. Em razão do Aumento de Capital, o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da SLC deverá ser alterado para refletir o novo valor do capital social e o novo número de ações, conforme redação abaixo:

“Artigo 5º. O capital social é de R\$1.012.521.509,85 (um bilhão e doze milhões, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e nove reais e oitenta e cinco centavos), dividido em 193.111.454 (cento e noventa e três milhões, cento e onze mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.”

4.3.1. Após a confirmação pelo Conselho de Administração da SLC do novo valor do capital social e da quantidade de ações emitidas, a averbação da redação atualizada do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da SLC deverá ser submetida à primeira assembleia geral de acionistas a ser realizada após a data de consumação da Incorporação de Ações.

5. Aprovações Societárias e Demais Condições Precedentes à Consumação da Incorporação de Ações

5.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.2 abaixo, a consumação da Incorporação de Ações dependerá da realização dos seguintes atos:

-
- (i) assembleia geral extraordinária da Terra Santa ("Assembleia Geral de Acionistas da Terra Santa") para decidir, dentre outras questões, sobre (a) a aprovação deste Protocolo e Justificação; (b) a aprovação da Incorporação de Ações, cuja eficácia ficará condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes previstas no Capítulo IV do Acordo de Associação, de acordo com o artigo 125 do Código Civil, nos termos e condições deste Protocolo e Justificação; e (c) a autorização para que os diretores da Terra Santa pratiquem todos os atos necessários à consumação da Incorporação de Ações, incluindo a subscrição das novas ações a serem emitidas pela SLC em decorrência da Incorporação de Ações; e
- (ii) assembleia geral extraordinária da SLC ("Assembleia Geral de Acionistas da SLC") para decidir, dentre outras questões, sobre (a) a aprovação deste Protocolo e Justificação; (b) a ratificação da nomeação e contratação do Avaliador responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação; (c) a aprovação do Laudo de Avaliação; (d) a aprovação da Incorporação de Ações, cuja eficácia ficará condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes previstas no Capítulo IV do Acordo de Associação, de acordo com o artigo 125 do Código Civil, nos termos e condições do Protocolo e Justificação; (e) a aprovação do aumento do capital social a ser subscrito e integralizado pelos administradores da Terra Santa em favor de seus acionistas, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas da SLC, com a alteração do Art. 5º do Estatuto Social da SLC, cuja eficácia ficará condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes previstas no Capítulo IV do Acordo de Associação, de acordo com o artigo 125 do Código Civil, nos termos e condições deste Protocolo e Justificação; e (f) a autorização para que os diretores da SLC pratiquem todos os atos necessários à consumação da Incorporação de Ações.

5.1.1. A Incorporação de Ações será, ainda, avaliada pelo Conselho Fiscal da SLC, nos termos do artigo 163, III, da Lei das S.A.

5.2. Observado o disposto no Acordo de Associação, as Partes concordam que as obrigações assumidas pelas Partes no Acordo de Associação e neste Protocolo e Justificação para implementação da Incorporação de Ações estão sujeitas à verificação das seguintes condições precedentes, as quais não poderão ser renunciadas por nenhuma das Partes ("Condições Precedentes das Partes"):

-
- (i) nenhuma ordem administrativa e/ou judicial ou outra restrição legal relevante tenha sido emitida ou editada, e estará em vigor, que proíba a consumação da Incorporação de Ações;
 - (ii) a Reorganização Societária prevista no Acordo de Associação deverá ter sido concluída; e
 - (iii) a Assembleia Geral de Acionistas da SLC e a Assembleia Geral de Acionistas da Terra Santa deverão ter aprovado a Incorporação de Ações.

5.3. Observado o disposto no Acordo de Associação, as Partes concordam que as obrigações assumidas pela Terra Santa e pelos acionistas da Terra Santa no Acordo de Associação e neste Protocolo e Justificação para implementação da Incorporação de Ações estão sujeitas à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das seguintes condições precedentes (“Condições Precedentes da Terra Santa”):

- (i) as declarações e garantias prestadas pela SLC Participações, no Acordo de Associação, sejam em todos os aspectos, verdadeiras, exatas, precisas e corretas na data de assinatura do Acordo de Associação, bem como na Data de Fechamento (exceto na medida em que tais declarações e garantias se refiram especificamente a uma data diferente);
- (ii) as declarações e garantias prestadas pela SLC no Acordo de Associação sejam, em todos os aspectos relevantes (exceto pelas Questões Fundamentais, as quais sejam em todos os aspectos), verdadeiras, exatas, precisas e corretas na data de assinatura do Acordo de Associação, bem como na Data de Fechamento (exceto na medida em que tais declarações e garantias se refiram especificamente a uma data diferente);
- (iii) os compromissos e obrigações da SLC Participações S.A. e da SLC que devem ser cumpridos antes da Data do Fechamento, terão sido devidamente verificados e cumpridos em todos os aspectos relevantes; e
- (iv) nenhum Efeito Adverso Relevante terá ocorrido com relação à SLC e/ou suas afiliadas, até a Data de Fechamento.

5.4. Observado o disposto no Acordo de Associação, as Partes concordam que as obrigações assumidas pela SLC e pela SLC Participações S.A. (CNPJ

nº 90.522.921/0001-07), no Acordo de Associação e neste Protocolo e Justificação, para implementação da Incorporação de Ações estão sujeitas ao cumprimento (ou renúncia, conforme o caso) das seguintes condições precedentes (“Condições Precedentes da SLC” e, juntamente com as Condições Precedentes das Partes e com as Condições Precedentes da Terra Santa, “Condições Precedentes”):

- (i) as declarações e garantias prestadas pela Terra Santa no Acordo de Associação sejam, em todos os aspectos relevantes (exceto pelas Questões Fundamentais, as quais sejam em todos os aspectos), verdadeiras, exatas, precisas e corretas na data de assinatura do Acordo de Associação, bem como na Data de Fechamento (exceto na medida em que tais declarações e garantias se refiram especificamente a uma data diferente), ressalvado, entretanto, que a Terra Santa poderá atualizar referidas declarações e garantias, exceto pelas Questões Fundamentais com eventos, atos e/ou fatos ocorridos ou conhecidos entre a data de assinatura do Acordo de Associação e a Data de Fechamento, desde que tais eventos, atos e/ou fatos não resultem em um Efeito Adverso Relevante;
- (ii) as declarações e garantias prestadas por cada um dos acionistas da Terra Santa que assinou o Acordo de Associação, no Acordo de Associação sejam verdadeiras, exatas, precisas e corretas na data de assinatura do Acordo de Associação, bem como na Data de Fechamento (exceto na medida em que tais declarações e garantias se refiram especificamente a uma data diferente);
- (iii) as declarações e garantias prestadas pela TS Brasil S.A. e pela TS Agro S.A. no Acordo de Associação sejam verdadeiras, exatas, precisas e corretas na data de assinatura do Acordo de Associação, bem como na Data de Fechamento (exceto na medida em que tais declarações e garantias se refiram especificamente a uma data diferente);
- (iv) os compromissos e obrigações da Terra Santa, da TS Brasil S.A. e da TS Agro S.A. que devem ser cumpridos antes da Data do Fechamento, terão sido devidamente verificados e cumpridos em todos os aspectos relevantes;
- (v) os compromissos e obrigações de cada um dos acionistas da Terra Santa que devem ser cumpridos antes da Data do Fechamento, terão sido devidamente verificados e cumpridos em todos os aspectos relevantes;
- (vi) a Terra Santa terá obtido as autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros previstos no Acordo de Associação;

-
- (vii) determinados Bônus de Subscrição deverão ter sido exercidos, nos termos da Cláusula 3.2.1 do Acordo de Associação; e
 - (viii) nenhum Efeito Adverso Relevante terá ocorrido com relação à Terra Santa e/ou suas afiliadas, até a Data de Fechamento.

5.5. O fechamento das operações previstas no Acordo de Associação e neste Protocolo e Justificação (“Fechamento”) ocorrerá após a aprovação da Incorporação de Ações pelos acionistas da Terra Santa na Assembleia Geral de Acionistas da Terra Santa, pelos acionistas da SLC na Assembleia Geral de Acionistas da SLC e, após o cumprimento ou renúncia (conforme o caso) das Condições Precedentes, (i) no primeiro dia útil do mês imediatamente após o mês no qual o cumprimento ou a renúncia (conforme o caso) de todas as Condições Precedentes tiver ocorrido; ou (ii) em outra data, conforme mutuamente acordado por escrito entre as Partes (“Data de Fechamento”).

5.5.1. Para fins do fechamento, os membros do Conselho de Administração da SLC realizarão, na Data de Fechamento, uma reunião do Conselho de Administração da SLC para, entre outros, (i) confirmar o cumprimento (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes da Incorporação de Ações; (ii) registrar a data de eficácia da Incorporação de Ações, nos termos e condições deste Protocolo e Justificação; e (iii) registrar a data de eficácia do aumento do capital social da SLC. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração da Terra Santa também realizarão, na Data de Fechamento, uma reunião do Conselho de Administração da Terra Santa para, entre outros, (i) confirmar a verificação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes da Incorporação de Ações; e (ii) registrar a data de vigência da Incorporação de Ações, nos termos e condições deste Protocolo e Justificação.

6. Direito de Retirada

6.1. Direito de Retirada dos Acionistas da SLC. Conforme disposto nos artigos 252, §1º, e 137, §1º, da Lei das S.A., será garantido o direito de retirada aos acionistas da SLC que não votarem favoravelmente à Incorporação de Ações, que se abstiverem de votar ou que não comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária pertinente, e que manifestarem expressamente sua intenção de exercer o direito de retirada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação da ata de Assembleia Geral Extraordinária que aprovar a Incorporação de Ações. O direito de retirada, com o consequente pagamento do reembolso, somente será assegurado com relação às

ações de emissão da SLC de que o acionista era, comprovadamente, titular desde o encerramento do pregão do dia 25 de março de 2021 e mantidas pelo acionista, ininterruptamente, até a data do efetivo exercício do direito de retirada.

6.2. Valor de Reembolso dos Acionistas da SLC. Os acionistas dissidentes da SLC terão direito ao reembolso de suas ações, no valor de R\$16,532744 por ação, correspondente ao valor do patrimônio líquido da ação da SLC em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrações financeiras da SLC aprovadas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2021, sem prejuízo do levantamento de balanço especial, nos termos da legislação aplicável.

6.3. Direito de Retirada dos Acionistas da Terra Santa. Conforme disposto nos artigos 252, §2º, e 137, §1º, da Lei das S.A., será garantido o direito de retirada aos acionistas da Terra Santa que não votarem favoravelmente à Incorporação de Ações, que se absterem de votar ou que não comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária pertinente, e que manifestarem expressamente sua intenção de exercer o direito de retirada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação da ata de Assembleia Geral Extraordinária que aprovar a Incorporação de Ações. O direito de retirada, com o consequente pagamento do reembolso, somente será assegurado com relação às ações de emissão da Terra Santa de que o acionista era, comprovadamente, titular desde o encerramento do pregão do dia 25 de março de 2021 e mantidas pelo acionista, ininterruptamente, até a data do efetivo exercício do direito de retirada.

6.4. Valor de Reembolso dos Acionistas da Terra Santa. Os acionistas dissidentes da Terra Santa terão direito ao reembolso de suas ações, no valor de R\$36,030569, equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação da Terra Santa em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrações financeiras da Terra Santa aprovadas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2021, sem prejuízo do levantamento de balanço especial, nos termos da legislação aplicável.

6.5. Pagamento do Reembolso. O pagamento do valor de reembolso das ações dependerá da consumação da Incorporação de Ações, conforme artigo 230 da Lei das S.A.

7. Multa por Quebra

7.1. Multa por Quebra. Caso o Acordo de Associação venham a ser rescindido nos termos da Cláusula 10.3 ali prevista, em decorrência de dolo ou qualquer outro ato ou omissão em má-fé ("Evento de Quebra"), como forma de compensação por qualquer

perda sofrida pela parte inocente em relação à elaboração, negociação e anúncio público da Incorporação de Ações e do Acordo de Associação, a Parte inadimplente pagará à Parte inocente uma multa prefixada de natureza compensatória, no valor total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), corrigido pela variação positiva do IPCA, a partir da data de assinatura do Acordo de Associação até a data do efetivo pagamento, que será efetuado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da ocorrência do Evento de Quebra.

8. Arbitragem e Lei Aplicável

8.1. Lei Aplicável. Este Protocolo e Justificação será regido por e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

8.2. Arbitragem. Todas as reivindicações ou controvérsias decorrentes ou relacionadas a este Protocolo e Justificação, envolvendo quaisquer das Partes, incluindo qualquer reivindicação ou controvérsia a respeito de sua existência, validade, rescisão ou cumprimento serão resolvidas definitivamente por arbitragem, nos termos do Regulamento de Arbitragem ("Regulamento de Arbitragem") da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Câmara").

8.2.1. A arbitragem terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, onde a sentença arbitral será proferida.

8.2.2. O idioma de todos os atos da arbitragem será o português. Os árbitros aplicarão a lei que rege este Protocolo e Justificação conforme previsto na Cláusula 8.1 e as decisões serão tomadas de acordo com a legislação brasileira. O Tribunal Arbitral não poderá recorrer às normas de equidade para resolver as disputas a ele submetidas.

8.2.3. O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros, sendo que cada parte da arbitragem nomeará um árbitro. O terceiro árbitro será selecionado, de comum acordo, pelos árbitros nomeados pelas partes da arbitragem e atuará como presidente do Tribunal Arbitral. Caso qualquer das partes da arbitragem deixe de indicar o respectivo árbitro, ou os 2 (dois) árbitros deixem de nomear o terceiro árbitro nos prazos fixados pelo Regulamento de Arbitragem, a Câmara fará as indicações faltantes. Toda e qualquer controvérsia, ou omissão, relativa à indicação dos árbitros pelas Partes, bem como à escolha do terceiro árbitro, será dirimida, ou suprida, pela Câmara.

8.2.4. Se houver mais de um requerente, ou mais de um requerido, os requerentes conjuntamente, ou requeridos conjuntamente, deverão indicar seu

respectivo árbitro. Nessa hipótese, caso essas partes não logrem êxito em se agrupar, ou não acordem em nomear um árbitro, o Presidente da Câmara de Arbitragem indicará todos os árbitros.

8.2.5. A sentença arbitral será considerada final e definitiva, obrigando as partes da arbitragem e seus sucessores, que renunciaram expressamente a qualquer recurso.

8.2.6. Eventuais medidas cautelares ou de urgência anteriores à constituição do Tribunal Arbitral poderão ser pleiteadas ao Poder Judiciário. Após a instituição da arbitragem, todas as medidas cautelares ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao Tribunal Arbitral, a quem caberá manter, modificar ou revogar eventuais medidas pleiteadas ao Poder Judiciário.

8.2.7. Para eventuais medidas cautelares ou de urgência requeridas antes de instituída a arbitragem, bem como processos de execução ou de cumprimento da sentença arbitral, quando aplicáveis, ou qualquer outra medida judicial permitida pela Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (“Lei nº 9.307/96”), fica eleito exclusivamente o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. O requerimento de qualquer medida judicial permitida pela Lei nº 9.307/96 não será considerado como renúncia à esta cláusula arbitral ou à arbitragem como o mecanismo de solução de conflitos relacionados a este Protocolo e Justificação.

8.2.8. A sentença arbitral atribuirá à parte vencida, ou a ambas as Partes na proporção em que suas pretensões não forem acolhidas, a responsabilidade pelo pagamento dos custos da arbitragem, os quais incluirão todos os custos administrativos cobrados pela Câmara, honorários de peritos e árbitros, bem como honorários advocatícios contratuais e demais despesas relacionadas à arbitragem. O Tribunal Arbitral não condenará nenhuma das partes ao pagamento de honorários de sucumbência.

8.2.9. As partes da arbitragem se comprometem a manter em sigilo a arbitragem e seus elementos (inclusive, mas não se limitando, as alegações das partes, provas, laudos, demais manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados, ou trocados, no curso do procedimento arbitral), exceto se a divulgação de alguma informação for exigida para cumprimento de obrigações impostas por lei, autoridade reguladora ou decisão judicial.

9. Disposições Gerais

9.1. Dia Útil. Para fins deste Protocolo e Justificação, “Dia Útil” significa qualquer dia, à exceção de sábado ou domingo ou qualquer dia em que os bancos comerciais nas Cidades de São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, ou Porto Alegre/RS, sejam autorizados ou obrigados a fechar.

9.2. Termos Definidos. As expressões e termos empregados neste Protocolo e Justificação com as suas iniciais grafadas em letra maiúscula que não possuam definição própria neste instrumento, terão os significados que lhes são atribuídos no Acordo de Associação.

9.3. Obrigações das Companhias. As Companhias e suas respectivas administrações obrigam-se a cumprir todos os termos previstos neste Protocolo e Justificação, ficando autorizadas suas respectivas diretorias a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para a implementação da Incorporação de Ações.

9.4. Documentos à Disposição dos Acionistas. Todos os documentos mencionados neste Protocolo e Justificação estarão à disposição dos seus respectivos acionistas, na forma da lei e regulamentação aplicáveis, e poderão ser consultados nas sedes das respectivas Companhias. Os documentos também estarão disponíveis nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e nos respectivos sites de Relações com Investidores da SLC (<http://ri.slcagricola.com.br/>) e da Terra Santa (<http://ri.terrasantaagro.com/>)

9.5. Alterações. Este Protocolo e Justificação somente poderá ser alterado por meio de instrumento escrito assinado pelas administrações das Partes.

9.6. Estatuto Social da Terra Santa. Após a Data de Fechamento, a Companhia Combinada e a Terra Santa tomarão as providências necessárias para cancelar o registro de companhia aberta da Terra Santa perante a CVM. As ações de emissão da Terra Santa deixarão, conseqüentemente, de ser negociadas na B3. Após a Incorporação de Ações, com a migração da base acionária da Terra Santa para a SLC, a B3 promoverá de ofício o cancelamento da listagem das ações da Terra Santa no Novo Mercado.

9.7. Ausência de Sucessão. A Incorporação de Ações não resultará na absorção, pela SLC, de quaisquer bens, direitos, haveres, obrigações ou responsabilidades da Terra Santa, que manterá na íntegra sua personalidade jurídica, não havendo sucessão.

9.8. Nulidade e Eficácia. A eventual declaração por qualquer tribunal de nulidade ou a ineficácia de qualquer das avenças contidas neste Protocolo e Justificação não prejudicará a validade e eficácia das demais, que serão integralmente cumpridas, obrigando-se as Partes a envidar seus melhores esforços de modo a ajustar-se validamente para obter os mesmos efeitos da avença que tiver sido anulada ou tiver se tornado ineficaz.

9.9. Renúncia. A falta ou o atraso de qualquer das Partes em exercer qualquer de seus direitos neste Protocolo e Justificação não deverá ser considerado como renúncia ou novação e não deverá afetar o subsequente exercício de tal direito. Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for especificamente outorgada e por escrito.

9.10. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. O presente Protocolo e Justificação é irrevogável e irretratável (exceto se aditado ou dispensado conforme aqui previsto), sendo que as obrigações ora assumidas pelas Partes obrigam também seus sucessores a qualquer título.

9.11. Cessão. É vedada a cessão de quaisquer dos direitos e obrigações pactuados no presente Protocolo e Justificação sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, das Partes.

E, POR ESTAREM JUSTAS E CONTRATADAS, assinam este Protocolo e Justificação no dia 20 de maio de 2021 em 3 (três) vias de igual teor e forma e para um só efeito, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas.

[Páginas de assinaturas a seguir]

Página de assinaturas 1/2 do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da Terra Santa Agro S.A. pela SLC Agrícola S.A. celebrado em 20 de maio de 2021.

TERRA SANTA AGRO S.A.

Nome:
Cargo: Diretor

Nome:
Cargo: Diretor

Página de assinaturas 2/2 do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da Terra Santa Agro S.A. pela SLC Agrícola S.A. celebrado em 20 de maio de 2021.

SLC AGRÍCOLA S.A.

Nome:
Cargo: Diretor

Nome:
Cargo: Diretor

Testemunhas:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

Anexo 2.1
Relação de Troca

	Item	Unidade	Valor	Observações importantes
(a)	VWAP TESA12 - Bônus de Subscrição	R\$ / bônus	17,25	VWAP 60 dias ⁽¹⁾
(b)	Quantidade de Bônus de Subscrição TESA12	#	7.229.864	Quantidade em 15/mar/2021
(c) = (a) x (b)	Valor de mercado do Bônus de Subscrição TESA12	R\$	124.689.551,78	
(d)	VWAP TESA3 - Ações Terra Santa	R\$ / ação	29,29	VWAP 60 dias ⁽¹⁾
(e)	Preço de Exercício Original - Bônus de Subscrição TESA12	R\$ / bônus	13,51	27,82
(f) = (d) - (e)	Retorno para detentor de TESA12 (<i>Payoff</i>)	R\$ / bônus	15,78	0,62
(g) = (a) - (f)	Desconto - desconto implícito ao detentor de TESA12	R\$ / bônus	1,47	
(h) = (g) / (e)	Desconto em % do Preço de Exercício	%	10,9%	
(i) = (e) - (g)	Preço de Exercício Ajustado	R\$ / bônus	12,04	
(j) = (b) x (g)	Valor total do Desconto	R\$	10.627.160,40	
(k) = (a) / (d)	Relação de troca TESA12 / TESA3	TESA12 / TESA3	0,5889	Representação com 4 casas decimais (não exaustivo)
(l) = (b) x (k)	Quantidade de TESA3 para detentores de TESA12	# ações TESA3	4.257.568	
(m)	VWAP SLCE3	R\$ / ação	37,61	VWAP 60 dias ⁽¹⁾
(n) = (a) / (m)	Relação de troca TESA12 / SLCE3	TESA12 / SLCE3	0,4586	Representação com 4 casas decimais (não exaustivo)

Notas:

(1) Volume ponderado pelo preço (VWAP - Volume Weighted Average Price) dos últimos 60 dias pregões (em relação ao fechamento de mercado do dia 23/03/2021)

Data	VWAP diário			Volume negociado			# de ações (ou bônus) negociados		
	(R\$ / ação ou R\$ / bônus)			(R\$)			(unid.)		
	TESA12-BR	TESA3-BR	SLCE3-BR	TESA12-BR	TESA3-BR	SLCE3-BR	TESA12-BR	TESA3-BR	SLCE3-BR
28/01/2021	0,0	27,4	34,4	NA	1.202.704,00	25.950.853,00	NA	43.900	754.300
29/01/2021	14,0	27,0	34,9	57.400,00	1.353.087,00	33.088.555,00	4.100	50.100	948.500
01/02/2021	15,2	27,0	34,9	83.680,00	380.606,00	30.206.172,00	5.500	14.100	865.700
02/02/2021	16,7	27,9	36,5	64.940,00	1.603.774,00	41.048.427,00	3.900	57.500	1.125.800
03/02/2021	17,7	27,8	37,1	39.045,00	474.544,00	63.691.712,00	2.200	17.100	1.716.100
04/02/2021	17,7	27,6	37,0	49.544,00	358.876,00	56.883.873,00	2.800	13.000	1.537.600
05/02/2021	16,6	27,4	37,0	76.257,00	150.735,00	24.529.570,00	4.600	5.500	662.300
08/02/2021	17,0	28,0	38,8	88.550,00	2.557.879,00	81.674.442,00	5.200	91.200	2.104.100
09/02/2021	16,2	28,2	39,4	29.100,00	916.350,00	46.880.778,00	1.800	32.500	1.189.700
10/02/2021	0,0	28,4	39,5	NA	1.176.015,00	66.220.719,00	NA	41.400	1.678.500
11/02/2021	17,6	29,4	41,1	28.092,00	3.359.268,00	72.337.357,00	1.600	114.300	1.758.100
12/02/2021	19,1	30,5	42,3	614.301,00	15.133.652,00	94.410.387,00	32.200	496.600	2.233.500
17/02/2021	19,6	32,2	42,0	107.747,00	3.558.142,00	34.731.111,00	5.500	110.500	826.500
18/02/2021	0,0	31,2	41,6	NA	1.338.526,00	42.636.549,00	NA	42.900	1.025.400
19/02/2021	0,0	30,7	41,4	NA	1.266.031,00	30.182.886,00	NA	41.200	728.900
22/02/2021	0,0	29,9	40,3	NA	880.669,00	75.292.996,00	NA	29.500	1.870.400
23/02/2021	16,9	30,3	40,3	35.550,00	821.571,00	44.915.439,00	2.100	27.100	1.113.900
24/02/2021	17,5	31,5	41,5	89.490,00	849.672,00	46.173.451,00	5.100	27.000	1.112.700
25/02/2021	19,4	30,5	40,6	9.700,00	722.729,00	49.629.289,00	500	23.700	1.221.600
26/02/2021	17,2	31,0	40,8	252.801,00	2.356.446,00	86.926.077,00	14.700	75.900	2.129.000
01/03/2021	17,4	31,9	42,4	245.956,00	1.359.951,00	146.970.372,00	14.100	42.600	3.466.400
02/03/2021	17,3	31,3	43,0	124.676,00	930.510,00	75.987.926,00	7.200	29.700	1.767.000
03/03/2021	16,6	31,9	44,0	59.883,00	850.876,00	96.060.314,00	3.600	26.700	2.181.100
04/03/2021	17,9	31,6	43,1	109.380,00	581.965,00	67.745.935,00	6.100	18.400	1.571.700
05/03/2021	17,0	31,0	43,0	61.030,00	1.092.851,00	53.864.826,00	3.600	35.200	1.251.600
08/03/2021	17,2	30,8	42,8	41.343,00	544.724,00	38.687.618,00	2.400	17.700	902.900
09/03/2021	17,5	30,6	42,1	47.257,00	369.742,00	58.772.680,00	2.700	12.100	1.397.600
10/03/2021	16,7	30,4	42,2	5.010,00	398.750,00	52.072.398,00	300	13.100	1.232.500
11/03/2021	15,8	29,9	40,8	15.796,00	781.470,00	72.265.223,00	1.000	26.100	1.770.000
12/03/2021	16,2	30,3	40,3	19.492,00	194.019,00	29.258.976,00	1.200	6.400	726.800
15/03/2021	17,4	30,9	39,8	17.382,00	1.033.286,00	41.584.138,00	1.000	33.400	1.043.700
16/03/2021	17,6	30,8	40,2	44.011,00	877.546,00	33.364.156,00	2.500	28.500	830.100
17/03/2021	18,0	30,8	41,4	183.600,00	557.234,00	54.037.057,00	10.200	18.100	1.305.100
18/03/2021	18,0	32,2	41,4	151.314,00	1.289.426,00	54.236.451,00	8.400	40.100	1.310.000
19/03/2021	19,4	32,5	41,5	85.399,00	706.051,00	42.431.453,00	4.400	21.700	1.021.400
22/03/2021	20,9	32,7	41,4	91.827,00	268.127,00	42.085.437,00	4.400	8.200	1.016.800
23/03/2021	23,4	32,6	41,3	81.806,00	657.986,00	43.578.701,00	3.500	20.200	1.055.400

Fonte: Reuters em 23/03/2021

VWAP = soma do volume negociado / soma da quantidade de títulos (ações ou bônus) negociados

Cenário ilustrativo

		Unidade	Conversão ilustrativa	
			# ações TESA3	
(a)	Base atual de ações TerraSanta	#	21.787.143	
(b)	# total de Bônus de Subscrição (TESA12)	#	7.229.864	
(c) = (a) + (b)	# ações TESA3 <i>fully-diluted</i>	#	29.017.007	
(d)	Alternativa 1: Conversão Acionistas de Referência pré-closing	%	67,3%	
(e)	Alternativa 2: Conversão demais acionistas pré-closing		20,0%	
(f) = 1 - (d) - (e)	Alternativa 3: Conversão pós-closing	%	12,7%	
			# ações TESA3	Em % do tot. TESA3 ⁽¹⁾
(a)	Base atual de ações TerraSanta	#	21.787.143	79,2%
(g) = (b) x (d)	Alternativa 1: Conversão Acionistas de Referência pré-closing	#	4.862.632	17,7%
(h)	VWAP TESA12 - Bônus de Subscrição	R\$	17,25	
(i)	VWAP TESA3 - Ações Terra Santa	R\$	29,29	
(j) = (h) / (i)	Relação de troca TESA12 / TESA3	TESA12 / SLCE3	0,5889	
(k) = (b) x (e) x (j)	Alternativa 2: Conversão demais acionistas pré-closing	#	851.514	3,1%
(l) = (a) + (g) + (k)	Base de ações após exercício antecipado do Bônus de Subscrição (pré-closing)	#	27.501.289	100,0%
(m)	Valor em ações SLCE3 na Transação	R\$	65.000.000,00	
(n)	Preço de SLCE3 na Transação (VWAP 60 dias antes anúncio da Transação)	R\$	25,83	
(o) = (m) / (n)	# total de ações SLCE3 emitidas	#	2.516.454	
(h)	VWAP TESA12 - Bônus de Subscrição	R\$	17,25	
(p)	VWAP SLCE3	R\$	37,61	
(q) = (h) / (p)	Relação de troca TESA12 / SLCE3	TESA12 / SLCE3	0,4586	
(r) = (b) x (f) x (q)	# de ações SLCE3 emitidas para Bonistas que não converteram pré-closing	#	422.509	
			# ações SLCE3	Em % tot. SLCE3 ⁽²⁾
(s) = [(a) / (l)] x [(o) - (r)]	Acionistas atuais	#	1.658.870	0,9%
(t) = [(g) / (l)] x [(o) - (r)]	Alternativa 1: Conversão Acionistas de Referência pré-closing	#	370.240	0,2%
(u) = [(k) / (l)] x [(o) - (r)]	Alternativa 2: Conversão demais acionistas pré-closing	#	64.834	0,0%
(r)	Alternativa 3: Conversão pós-closing	#	422.509	0,2%
(v) = (s) + (t) + (u) + (r)	Total de ações SLCE3 para Bonistas e acionistas de TerraSanta	#	2.516.454	1,3%
(w)	# ações SLCE3 pré Transação	#	190.595.000	
(o)	# ações SLCE3 emitidas	#	2.516.454	
(x) = (w) + (o)	# ações SLCE3 após Transação	#	193.111.454	

Notas:

(1) TerraSanta pré-closing; (2) Considera participação após Transação

Anexo 2.2

Ajuste da Relação de Troca

A Relação de Troca será ajustada de acordo com a seguinte fórmula:

Relação de Troca = [R\$65.000.000,00 / (Preço Por Ação SLC – Ajustes da Relação de Troca)] / Ações do Capital Social Ex. Tesouraria da Terra Santa

Onde:

“Preço por Ação da SLC” = R\$25,83

“Ajustes da Relação de Troca” = valor bruto dos dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros proventos aos acionistas pela SLC declarados e/ou pagos entre 26 de novembro de 2020 e a Data de Fechamento, quando em valores superiores a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

“Ações do Capital Social Ex. Tesouraria da Terra Santa” = 21.787.143 ações¹, não considerando o bônus de subscrição².

Na hipótese de exercício do bônus de subscrição, grupamento, desdobramento, bonificação em ações ou outros eventos com resultados similares, a Relação de Troca será ajustada para refletir tal operação, de modo a manter a Participação Final Ajustada inalterada.

¹ Data base: fechamento do mercado em 24 de março de 2021.

² Em 24 de março de 2021, são 7.229.864 bônus de subscrição em circulação.

Anexo 3.3
Laudo de Avaliação

SLC Agrícola S.A.

*Relatório de Avaliação
Econômico-Financeira da
Terra Santa S.A.*

Data-base: 31 de dezembro de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

12 de maio de 2021

À
SLC Agrícola S.A.

Att: Ivo Brum

Ref.: Relatório de Avaliação Econômico-Financeira da Terra Santa Agro S.A.

Prezados Senhores,

Conforme solicitado por V.Sas. procedemos ao serviço de Avaliação Econômico-Financeira das operações consolidadas da Terra Santa Agro S.A. ("**Terra Santa**" ou "**Empresa**"), resultantes da reestruturação societária da **Empresa** através da qual os ativos e passivos vinculados às terras próprias serão transferidos para a TS Brasil S.A. ("**TS LandoCo**"), permanecendo na **Terra Santa** as atividades e operações agrícolas, na data-base 31 de dezembro de 2020. Entendemos que o propósito deste estudo é subsidiar a Administração da **SLC** no âmbito do processo de aumento de seu capital decorrente da incorporação (após sua reestruturação societária) de 100% das ações da **Terra Santa** na **SLC** ("**Transação**"), atendendo os requisitos do Art. Nº 252 da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76).

Nenhum outro objetivo pode ser subentendido ou inferido, e este documento destina-se ao uso restrito de V.Sas. exclusivamente para a finalidade descrita acima.

METODOLOGIA

Na avaliação da **Terra Santa** foi adotado o *Income Approach* (Método da Renda), baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Futuro Descontado a Valor Presente. Esta metodologia de avaliação se baseia no conceito de que o valor econômico de um negócio em operação está diretamente relacionado ao valor presente dos fluxos de caixa líquidos gerados pela rentabilidade de suas operações no futuro.

Confidencial

A Deloitte refere-se a uma firma-membro da Deloitte, uma de suas entidades relacionadas, ou à Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). Cada firma-membro da Deloitte é uma entidade legal separada e membro da DTTL. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global em auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede de firmas-membro, presente em mais de 150 países e territórios, atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os 312.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Com base no escopo de nossas análises, metodologia adotada, premissas, considerações e informações obtidas durante a execução dos trabalhos, conforme detalhado neste Relatório, o valor econômico da **Terra Santa**, na data-base 31 de dezembro de 2020, encontra-se dentro do intervalo demonstrado a seguir:

	(R\$ milhões)		
Resultado da Avaliação			
Taxa de Desconto	9,9%	10,0%	10,1%
Fluxo de Caixa a Valor Presente	1.175,5	1.169,7	1.164,0
Valor residual do capital investido	22,4	22,0	21,5
Valor Operacional da Empresa - Enterprise Value	1.197,9	1.191,7	1.185,5
(+/-) Ajustes Econômicos	(982,9)	(982,9)	(982,9)
Remuneração Complementar (Arrendamento Terra Santa LandCo)	(70,0)	(70,0)	(70,0)
Valor Econômico	144,9	138,7	132,6
Múltiplo EV/EBITDA ¹ 2019 (LTM)	8,0x	7,9x	7,9x
Múltiplo EV/EBITDA ¹ 2020 (LTM)	5,4x	5,4x	5,3x

¹ O múltiplo EV/EBITDA considera os fluxos de caixa dos 20 anos de projeção desta avaliação, sem considerar perpetuidade.

Permanecemos à inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.










Atenciosamente,

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.



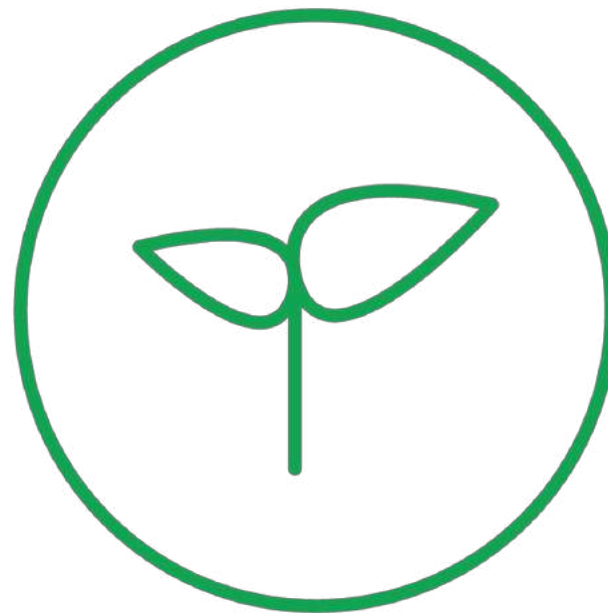
Marcela Yamamoto
Sócia

Índice

	Notas Importantes	04
	Informações sobre o Avaliador	07
	Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta	11
	Metodologia de Avaliação	19
	Documentos Recebidos	22
	Taxa de Desconto	25
	Premissas e Projeções	28
	Resultado da Avaliação	39
	Anexos	41
	I – Análise de Múltiplos	42
	II – Demonstração de Resultado e Fluxo de Caixa Projetados	43
	III – Glossário e Fórmulas	46



Notas Importantes





Notas Importantes

1. A Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. (“Deloitte Consultores”) foi contratada pela SLC Agrícola S.A. (“**SLC**” ou “**Cliente**”) para preparar o presente relatório de avaliação econômico-financeira das operações consolidadas da Terra Santa Agro S.A. (“**Terra Santa**” ou “**Empresa**”), resultantes da reestruturação societária da **Empresa** através da qual os ativos e passivos vinculados às terras próprias serão transferidos para a TS Brasil S.A. (“**TS LandoCo**”), permanecendo na **Terra Santa** as atividades e operações agrícolas. A data-base do trabalho é 31 de dezembro de 2020 e o objetivo desse trabalho é subsidiar a Administração da **SLC** no âmbito do processo de aumento de seu capital decorrente da incorporação (após sua reestruturação societária) de 100% das ações da **Terra Santa** na **SLC** (“**Transação**”), atendendo os requisitos do Art. Nº 252 da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76).
2. Na execução do trabalho, utilizamos como base, entre outras, as seguintes informações ou documentos disponibilizados pelas Administrações da **SLC** e da **Terra Santa**, e/ou dados públicos de mercado: (i) Demonstrações Financeiras auditadas da **Empresa** para os períodos findos em 31 de dezembro 2018, 2019 e 2020; (ii) Balancetes analíticos da **Empresa** para os períodos findos em 31 de dezembro 2018, 2019 e 2020; (iii) Demonstrações financeiras auditadas pro forma das operações da **Terra Santa** após a reestruturação societária para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020; (iv) Modelo de projeções contendo o *Business Plan*, elaborado pela Administração de **SLC** para a análise da **Transação**; (v) *Budget* para o ano fiscal de 2021, elaborado pela Administração da **Terra Santa**; e (vi) discussões com as Administrações da **SLC** e da **Terra Santa** em relação ao desempenho passado e às expectativas futuras sobre os negócios da **Empresa**.
3. O detalhamento dos documentos analisados está descrito no capítulo “Documentos Recebidos”.
3. Nosso trabalho não incluiu a verificação independente dos dados e das informações fornecidas pelas Administrações da **SLC** e **Terra Santa** e não se constituiu em uma auditoria conforme as normas de auditoria geralmente aceitas. Sendo assim, não estamos expressando nenhuma opinião sobre tais informações ou sobre as demonstrações financeiras (auditadas ou pro forma) da **Terra Santa**.
4. As estimativas e projeções discutidas com a Administração da **SLC**, especialmente aquelas cuja ocorrência dependem de eventos futuros e incertos, refletem a sua melhor avaliação a respeito do desempenho da **Terra Santa** e do seu respectivo mercado de atuação no futuro.
5. É importante enfatizar que a Deloitte Consultores não é responsável e não fornece garantias quanto à efetivação das projeções e estimativas apresentadas neste Relatório, pois estas estão consubstanciadas em perspectivas da Administração da **SLC** em relação ao desempenho futuro do **Terra Santa**.
6. Este Relatório não representa uma proposta, solicitação, aconselhamento ou recomendação por parte da Deloitte Consultores de investimento, compra ou venda de ações da **Terra Santa**, sendo essa decisão de responsabilidade única e exclusiva da Administração da **SLC** e de seus acionistas.

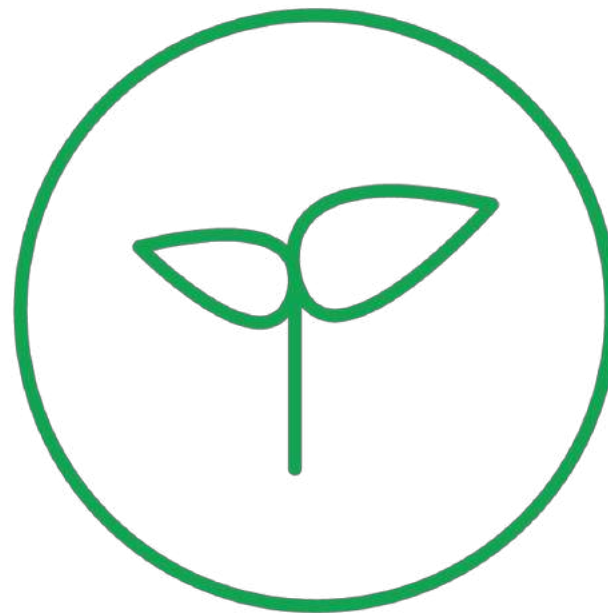


Notas Importantes

7. As Administrações e acionistas da **SLC** e da **Terra Santa** devem realizar suas próprias análises a fim de estabelecerem suas próprias opiniões sobre os riscos e benefícios da potencial **Transação**, incluindo a análise sobre a eventual relação de troca de ações e sobre o valor econômico da **Terra Santa**. Dessa forma, a Deloitte Consultores, seus sócios e colaboradores não se responsabilizam por perdas diretas ou indiretas, nem por lucros cessantes eventualmente decorrentes do uso deste Relatório.
8. Exceto para o propósito supracitado na Nota 1, esse Relatório não se destina à circulação geral, tampouco pode ser reproduzido ou utilizado com outro propósito sem nossa prévia autorização por escrito. Não assumimos nenhuma responsabilidade ou contingências por danos causados ou por eventual perda incorrida por qualquer parte envolvida, como resultado da circulação, publicação, reprodução ou uso deste documento com outra finalidade diferente do definido neste Relatório e em nossa proposta técnica e comercial.
9. As partes que terão acesso ao Relatório no processo de incorporação, que não nossos contratantes, são denominadas como “Usuários”, os quais não poderão utilizar o resultado de nosso trabalho (Relatório) para seus benefícios próprios, tomada de decisão ou qualquer outra finalidade. É responsabilidade dos nossos contratantes dar ciência aos Usuários sobre as restrições de uso do Relatório e as condições de confidencialidade determinadas em nossa Proposta.
10. Reservamo-nos o direito de, mas não nos obrigamos a, revisar todos os cálculos incluídos ou referidos neste Relatório, se julgarmos necessário, e de revisar nossa estimativa quanto ao valor econômico das operações consolidadas da **Terra Santa**, caso tenhamos conhecimento posterior de informações não disponíveis por ocasião da emissão deste Relatório.
11. Nossa estimativa de valor é baseada, predominantemente, nas condições econômicas, mercadológicas, dentre outras, vigentes na data-base. Tais condições podem mudar de forma significativa em um período de tempo relativamente curto, no cenário atual de pandemia do COVID19. A situação e circunstâncias continuam evoluindo e ainda existem muitas incertezas quanto aos efeitos da pandemia do COVID19 sobre os negócios da **Terra Santa** e sobre as economias local e global, sendo que a situação continuará mudando constantemente. Nosso trabalho é baseado em informações públicas disponíveis e outras informações fornecidas pelas Administrações da **SLC** e **Terra Santa**, em relação à expectativa dos efeitos que a pandemia terá sobre as operações da **Terra Santa**. Dessa forma, não é possível que nosso trabalho de *valuation* da **Terra Santa** identifique e quantifique todos os impactos das incertezas e implicações relacionadas à pandemia de COVID19. Eventuais mudanças nas condições de mercado podem afetar substancialmente as operações da **Terra Santa** e conseqüentemente nossa estimativa quanto a seu valor econômico. Exceto quando previamente acordado, a Deloitte Consultores não atualizará o trabalho desenvolvido por conta de eventos e informações subsequentes.



Informações sobre o Avaliador





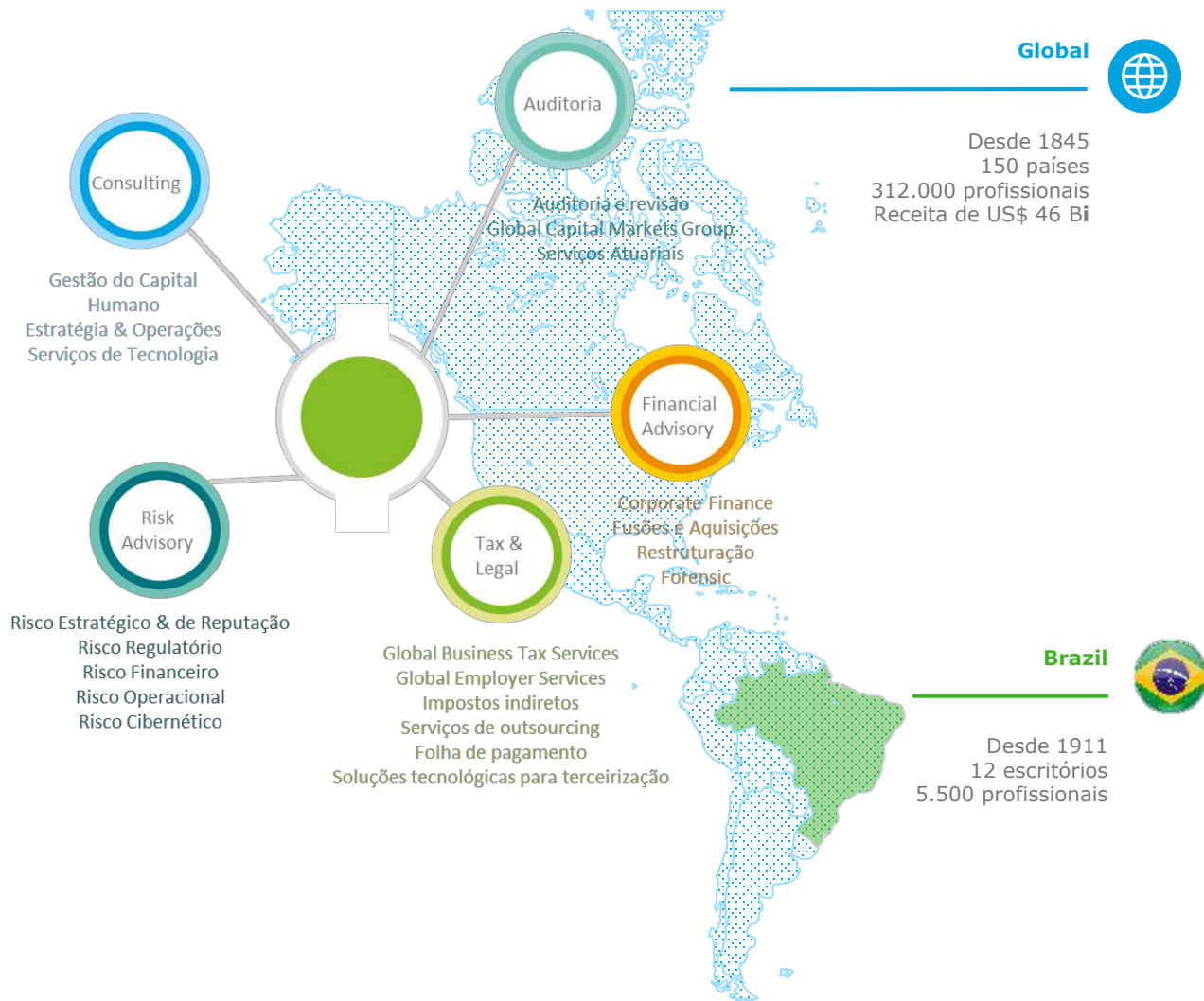
Informações sobre o Avaliador

A Deloitte

A história da Deloitte se confunde com a dos principais movimentos do ambiente de negócios ao longo de mais de um século e meio. William Welch Deloitte abre seu escritório em Londres em 1845 e inaugura as bases da moderna profissão de auditoria.

A Deloitte completou um século de atuação no País em 2011. Seus cerca de 5.500 profissionais são reconhecidos pela integridade, competência e habilidade em transformar seus conhecimentos em soluções para seus clientes. Suas operações cobrem todo o território nacional, a partir de escritórios em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Joinville, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Ribeirão Preto.

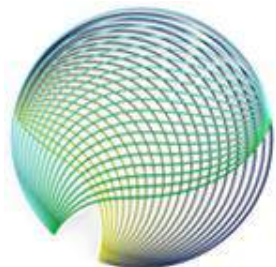
O propósito da Deloitte – *making impacts that matter* – nos remete à prioridade dos nossos profissionais, que é fazer o que realmente é importante, em três dimensões: os nossos clientes, os nossos próprios profissionais e a sociedade como um todo.





Informações sobre o Avaliador

Financial Advisory – Valuation&Modeling



Nosso grupo de Valuation&Modeling conta com cerca de 100 profissionais especializados em avaliação de empresas, modelagem financeira de negócios para tomada de decisão, avaliação de ativos intangíveis, tais como: marcas, carteiras de clientes, patentes, dentre outros, avaliação de ativos tangíveis, tais como: máquinas e equipamentos, edificações, terrenos, empreendimentos imobiliários, etc.

Nossos clientes são empresas nacionais e internacionais dos mais diversos segmentos de indústria.

Credenciais recentes de Avaliação de Empresas em processos Públicos

Ano	Empresa	Trabalho
2020	Arezzo S.A.	Avaliação da Reserva para atendimento ao Art. 252 e do Art. 8 da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76)
2020	TOTVS S.A.	Avaliação da Linx S.A. para atendimento ao Art. 8 Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76)
2020	Fras-le S.A.	Avaliação da Nakata Automotivos S.A. para atendimento à Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76)
2018	Fras-le S.A.	Avaliação da Jofund S.A. para atendimento à Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76)
2017	Plascar Participações Industriais S.A.	Elaboração de relatório de avaliação no âmbito de uma oferta pública de aquisição (OPA)

Processo interno de revisão do Relatório

O processo interno de elaboração e aprovação do Relatório incluiu a condução dos trabalhos por um time compreendendo consultor(es) e diretor, sob a direção geral de um sócio, que conduziram entrevistas com a Administração da **SLC**. O trabalho final foi revisado por um segundo sócio não envolvido na execução dos trabalhos e na preparação do Relatório, bem como a revisão do modelo financeiro por um gerente sênior independente do projeto. A aprovação interna deste Relatório incluiu a revisão metodológica e de cálculos pela liderança da equipe envolvida no trabalho. A versão preliminar do Relatório foi submetida à aprovação da Administração da **SLC** antes da sua emissão em formato final.

Confidencial

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

SLC Agrícola S.A. 9



Informações sobre o Avaliador

Profissionais responsáveis pelo trabalho

Marcela Yamamoto

Partner – Valuation&Modeling

Email: myamamoto@deloitte.com

Experiência profissional

Marcela é sócia da área de *Financial Advisory* da Deloitte de São Paulo. Ela iniciou sua carreira na área de auditoria, atuando em serviços de auditoria externa, tendo participado de processos de IPO e *Due Diligence*. Na área de *Corporate Finance*, participou de serviços de avaliação de negócios em processo de fusão, aquisição, avaliação de ativos intangíveis (PPA – *purchase price allocation*), elaboração de estudos de viabilidade, *Due Diligence* de modelos financeiros para a captação de financiamentos, modelagem financeira para suporte a concessões e privatizações (*Bid Support Advisory*) e processos de reestruturação de dívida em conjunto com a área de Reorganização da Deloitte.

Formação

- Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (EAESP);
- Pós-graduada em Economia pela Fundação Getulio Vargas (EAESP); e
- Módulo de mestrado em Economia na *Erasmus University de Rotterdam*.

Luiz Paulo Pereira Assis

Diretor – Valuation&Modeling

Email: lpassis@deloitte.com

Experiência profissional

Luiz Paulo possui mais de 15 anos de experiência assessorando clientes, público e privado, em projetos de assessoria financeira, como: Privatizações (bancos e rodovias), Fusões e Aquisições (buy-side e sell-side), Oferta Pública de Ações, Estudos de Viabilidade e Análises Estocástica e de perfil de Risco para grandes projetos; além de atuar em diferentes indústrias, como: Serviços Financeiros, Energia, Infraestrutura, entre outras.

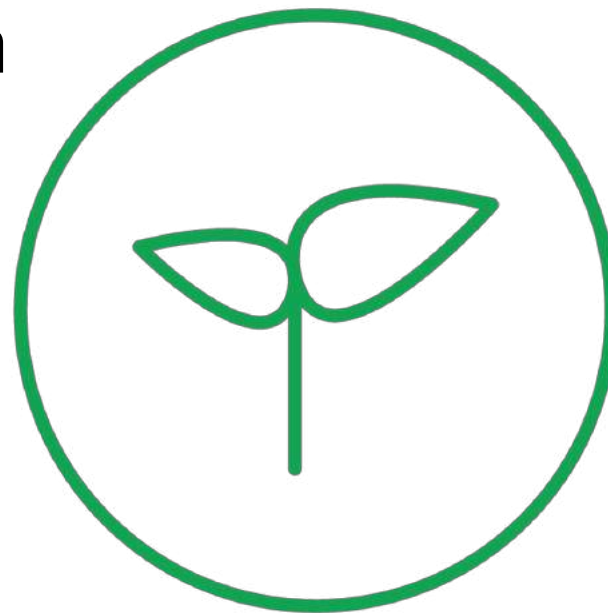
Luiz Paulo trabalhou por 2 anos na Deloitte USA como líder da área de Modeling Advisory Practice do escritório de Nova York, grupo de modelagem financeira especializado em desenvolver soluções para problemas complexos de negócios e fornecer insights para tomada de decisão.

Formação

- *Masters of Business Administration (MBA)* pela Columbia University, Nova York, USA;
- Candidato para o *Chartered Financial Analyst (CFA) Level III*, pelo *CFA Institute*; e
- Bacharel em Ciências Econômicas pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), São Paulo, Brasil.



Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta





Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta

SLC S.A

Fundada em 1977, a **SLC** é uma empresa brasileira que atua no setor agrícola, com foco a produção de algodão, soja e milho. Com presença nacional, a **SLC** possui 16 unidades de produção em 6 estados brasileiros que totalizam 448.568 mil hectares.

A **SLC**, além de produção agrícola, atua através de suas Joint Ventures com parcerias estratégicas detalhadas a seguir:

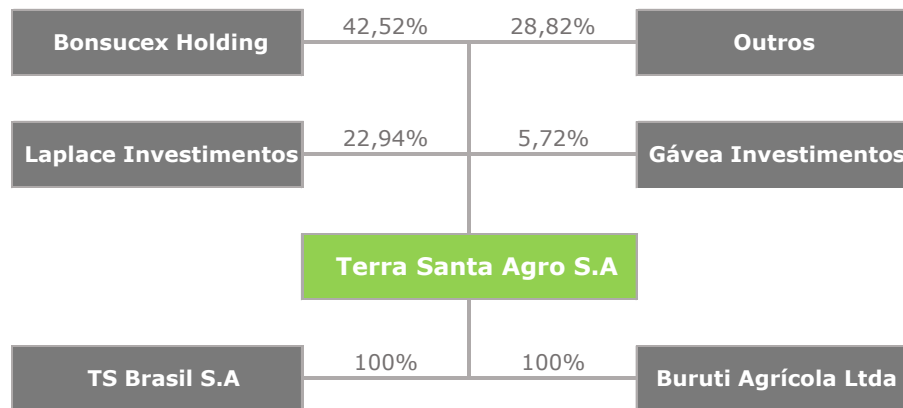
- **SLC LandCo**: operação criada pela **SLC** em parceria com um fundo de *private equity* inglês chamado Valiance (participação de 18,8%), com foco na aquisição de terras com alto potencial de valorização.
- **SLC – Roncador / Fazenda Pioneira**: operação criada em conjunto com o grupo empresarial brasileiro chamado Grupo Roncador (participação de 50%), que também atua no setor agrícola. O foco da operação é voltado somente para a produção agrícola, sem investimentos em terras.
- **SLC – MIT**: assim como a SLC –Roncador / Fazenda Pioneira, a operação foi criada em conjunto com o grupo empresarial do Japão chamado Mitsui&Co (participação de 49,9%) e tem como foco a produção agrícola sem investimentos em terras.

Terra Santa Agro S.A (Target)

Fundada em 2003, a **Terra Santa** é uma sociedade anônima de capital aberto e atua no setor agrícola brasileiro, com foco na produção de soja, milho e algodão. A operação concentra-se no estado do Mato Grosso (MT), onde possui 7 unidades de produção que totalizam aproximadamente 133,3 mil hectares.

A **Terra Santa** possui participação de 100% nas controladas TS Brasil S.A e Buruti Agrícola Ltda., ambas atuam no mesmo setor da controladora **Terra Santa**.

A composição acionária da **Terra santa** está apresentada a seguir:



Fonte: Administração da **Terra Santa**.



Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta

Descrição da Transação Proposta

Em linha com a estratégia de atuação no setor agrícola, a **SLC** anunciou ao mercado por meio de um fato relevante publicado no dia 26 de novembro de 2020, uma potencial combinação de negócios com a **Terra Santa**, onde a **SLC** pretende adquirir as operações agrícolas da **Terra Santa** mediante incorporação de ações.

Em preparação para a combinação de negócios pretendida, a **SLC** anunciou um novo fato relevante ao mercado em 25 de março de 2021 apresentando os principais fatores sobre como será a combinação de negócios com a **Terra Santa**.

A **Terra Santa** realizará uma reorganização societária ("**Reorganização Societária**"), na qual transferirá da **Terra Santa** para a TS Agro S.A. ("**TS Agro**"), a totalidade das ações da controlada TS Brasil S.A. ("**TS LandCo**"), assim como todos os imóveis, ativos, obrigações, passivos e direitos que serão segregados (especialmente propriedades rurais e correspondentes benfeitorias), não compreendidos na **Transação** e implementará uma redução de capital da **Terra Santa**, mediante a entrega das ações da **TS Agro** aos seus acionistas, a ser consumada simultaneamente à implementação da **Transação**.

Dessa forma, o perímetro da **Transação** englobará a **Terra Santa** após a referida Reorganização Societária, incluindo as as operações e atividades agrícolas da **Empresa**. remanescentes na **Terra Santa**.

Como condição precedente à **Transação** pretendida, a **TS LandCo** celebrará um contrato para arrendar suas propriedades rurais para a **Terra Santa** por um período de 20 anos e preços em condições de mercado, de modo que a Terra Santa possa dar continuidade às suas operações agrícolas nesse período.

Adicionalmente, em troca da totalidade das ações da **Terra Santa** e consequente controle da **Terra Santa**, a **SLC**, emitirá e atribuirá aos acionistas e detentores de Bônus de Subscrição da **Terra Santa**, um total de 2.516.454 ações ordinárias, as quais representarão na data de fechamento, em bases totalmente diluídas, 1,3% do capital social total e votante da **SLC**.

Para a **SLC** o negócio está em linha com a estratégia de crescimento *asset light* e também permitirá importantes sinergias dada a proximidade das unidades produtivas da **SLC** e da **Terra Santa** no estado do Mato Grosso pelo período de vigência dos contratos de arrendamento das terras próprias da **Terra Santa** (as quais serão transferidas para a **TS LandCo**).



Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta

Demonstração do Resultados da Terra Santa (auditada)

As demonstrações financeiras a seguir representam os resultados das operações da **Terra Santa** antes da reestruturação societária proposta como condição precedente à **Transação**. As demonstrações financeiras *pro forma* não auditadas do perímetro da **Transação** estão apresentadas a seguir nessa seção.

(R\$ milhões)

Demonstração do Resultado	2018 ¹	2019	2020
Receita Operacional Líquida	819	595	903
% Crescimento	24,5%	-27,3%	51,8%
Variação do valor justo do Ativ. Biológ. E Prod. Agrícolas	300	208	330
Realização do valor justo dos Ativos Biológicos	(274)	(198)	(279)
Custos e Despesas Operacionais	(672)	(584)	(650)
% Receita Líquida	-82,1%	-98,1%	-72,0%
EBITDA	172	21	304
% Receita Líquida	21,0%	3,5%	33,7%
. Ajustes não recorrentes/ não caixa	5	23	(12)
. Ajustes Cambiais e Hedge	19	106	(69)
EBITDA Ajustado	196	150	222
% Receita Líquida	24,0%	25,2%	24,6%
. Arrendamentos	n.a. ¹	(46)	(51)
EBITDA Ajustado pós arrendamentos	196	103	172
% Receita Líquida	24,0%	17,4%	19,0%
. Depreciação e Amortização	(35)	(52)	(56)
. Resultado financeiro	(103)	(121)	(312)
Lucro / (Prejuízo) Antes do Imposto	34	(152)	(64)
% Receita Líquida	4,1%	-25,5%	-7,1%
Imposto de Renda/Contribuição Social	9	17	7
% IR e CS	-25,4%	11,3%	10,9%
. Corrente	-	(1)	-
. Diferido	9	18	7
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	42	(135)	(57)
% Receita Líquida	5,2%	-22,6%	-6,3%

Fonte: Demonstrações Financeiras auditadas da **Terra Santa**, para os períodos findos em dezembro de 2018 e 2019 e 31 de dezembro de 2020.

Confidencial

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Sumário das informações financeiras históricas

O resultado de cada ano fiscal da **Terra Santa** é afetado por 3 safras: parte da safra do ano anterior, com estoques disponíveis para venda, a safra do ano corrente, com produção de produtos para a venda e as despesas correntes e parte da safra do ano subsequente, com as despesas incorridas para a preparação e o plantio da próxima safra.

Em 2020, enquanto a maioria dos setores da economia foram impactados pela pandemia do COVID 19, o agronegócio se mostrou altamente resiliente. O cenário atual, com preços das commodities agrícolas elevados e com o Real desvalorizado, é positivo se comparados com resultados históricos.

Dessa forma, em 2020, a **Empresa** teve um grande crescimento da receita dos produtos em virtude das altas dos preço ocasionado pela desvalorização do Real frente ao Dólar e em virtude do mercado aquecido.

Em 2019, a **Terra Santa** passou a adotar o IFRS16 para contabilização de direitos de uso e passivo de arrendamento nas demonstrações financeiras, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O resultado financeiro negativo apresentado em 2020 foi impactado diretamente pelas despesas financeiras da **Empresa**. A variação cambial de dívidas e de instrumentos financeiros derivativos contratadas em Dólar teve forte impacto negativo para a **Terra Santa**.

O EBITDA pós Arrendamentos considera os ajustes de Provisões não recorrentes e *Impairment* de ativos e pagamentos de arrendamentos. O EBITDA Ajustado apresentado pela **Empresa** adicionalmente considera os ajustes de hedge, variação cambial e derivativos líquidos.

¹ O EBITDA Ajustado para o ano de 2018 já contempla os arrendamentos.



Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta

Balanco Patrimonial da Terra Santa (auditado)

As demonstrações financeiras a seguir representam os resultados das operações da **Terra Santa** antes da reestruturação societária proposta como condição precedente à **Transação**. As demonstrações financeiras *pro forma* não auditadas do perímetro da **Transação** estão apresentadas a seguir nessa seção.

(R\$ milhões)

Ativo	31/12/2018	31/12/2019	Data Base 31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	31	50	83
Contas a receber de clientes	17	6	19
Títulos a receber	21	11	6
Instrumentos financeiros derivativos	3	-	17
Estoques	340	390	610
Ativos biológicos	225	214	210
Tributos a recuperar	17	40	35
Despesas antecipadas	1	1	6
Outros ativos	1	7	24
Total do ativo circulante	655	718	1.011
Títulos a Receber	10	4	13
Tributos a recuperar	91	53	55
Tributos diferidos	187	215	242
Despósitos judiciais	22	6	6
Outros ativos	15	16	15
Ativos não circulantes mantidos para venda	3	10	-
Total do realizável a longo prazo	328	303	331
Propriedade para investimento	5	4	13
Direito de uso de ativos	-	193	291
Imobilizado Líquido	1.061	993	986
Intangível Líquido	276	276	277
Total do permanente	1.342	1.467	1.568
Ativo total	2.325	2.489	2.910

Fonte: Demonstrações Financeiras auditadas da **Terra Santa**, para os períodos findos em dezembro de 2018 e 2019 e 31 de dezembro de 2020.

Confidencial

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Sumário das informações financeiras históricas

O aumento do estoque em 2020 está relacionado à alta produtividade da safra de 2019/20 e pelo aumento do estoque de passagem (principalmente de algodão), ocasionado pelo atraso no envio dos commodities adquiridos principalmente pela China, impactado por conta da pandemia do COVID-19.

Apesar do aumento da taxa de câmbio e dos preços da commodity em 2020, o valor justo do ativo biológico manteve-se estável, considerando-se que a área em estágio para marcação a valor justo em 2020 era menor do que a área de 2019.

O saldo de Tributos diferidos líquidos compreende principalmente os valores de imposto de renda e contribuição social calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Na data-base a **Empresa** possuía R\$ 466,3 milhões (R\$ 367,9 milhões contabilizados e R\$ 98,4 milhões não contabilizados) de imposto diferidos.

O saldo de direito de uso dos ativos foi constituído em 2019 a partir da norma IFRS 16.

O ativo imobilizado é composto principalmente por terras próprias (as quais estão fora do perímetro da **Transação**), máquinas e equipamentos e investimentos em correção de solo.

O intangível líquido é composto primordialmente pelo ágio de aquisições passadas, o qual foi testado para *impairment* e, de acordo com os auditores não foi identificada a necessidade de constituição de provisão.



Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta

Balanco Patrimonial da Terra Santa (auditado) (cont.)

As demonstrações financeiras a seguir representam os resultados das operações da **Terra Santa** antes da reestruturação societária proposta como condição precedente à **Transação**. As demonstrações financeiras *pro forma* não auditadas do perímetro da **Transação** estão apresentadas a seguir nessa seção.

(R\$ milhões)

Passivo	31/12/2018	31/12/2019	Data Base 31/12/2020
Salários e contribuições sociais	9	7	8
Fornecedores	192	159	290
Arrendamentos a pagar	13	30	52
Tributos a recolher	11	11	10
Empréstimos e financiamentos	320	355	482
Adiantamento de clientes	147	196	189
Tributos parcelados	7	7	7
Instrumentos financeiros derivativos	4	14	57
Títulos a pagar	7	8	5
Total do passivo circulante	710	787	1.102
Empréstimos e financiamentos	563	474	616
Arrendamentos a pagar	-	172	273
Tributos parcelados	22	18	12
Títulos a pagar	3	3	1
Tributos diferidos	63	72	91
Provisão para contingências	25	20	29
Total do exigível a longo prazo	675	759	1.023
Capital Social	2.708	2.758	2.760
Ajuste de avaliação patrimonial	(109)	(21)	(125)
Prejuízos acumulados	(1.659)	(1.793)	(1.850)
Patrimônio Líquido	940	943	785
Passivo Total	2.325	2.489	2.910

Fonte: Demonstrações Financeiras auditadas da **Terra Santa**, para os períodos findos em dezembro de 2018 e 2019 e 31 de dezembro de 2020.

Sumário das informações financeiras históricas

O aumento do saldo de fornecedores foi impactado principalmente pela desvalorização do Real e aumento das commodities, visto que grande parte dos insumos utilizados pela **Terra Santa** são indexados a esses fatores.

O aumento do saldo de adiantamento de clientes do ano de 2019 e 2020 é devido a movimentação do mercado agrícola, que avalia como vantagem em adiantar e firmar contratos de compras de safras futuras.

O saldo de arrendamento mercantil em 2019 e 2020 foi constituído, assim seguindo a nova norma do IFRS 16.

O endividamento da **Terra Santa** aumentou entre dezembro de 2019 e dezembro de 2020, reflexo da desvalorização cambial no período o que impacta diretamente a dívida em dólar da **Empresa**, que representa 87% do total. Além do endividamento financeiro, a **Terra Santa** também contrai dívidas com clientes, fornecedores e governo. Dentro da **Transação** proposta entre **SLC** e **Terra Santa** apenas parte desse endividamento foi negociado, como pode ser visto no balanço da **Terra Santa pro forma** pós *carve-out* a seguir.



Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta

Balanço Patrimonial *pro forma* pós *carve-out* da Terra Santa (não auditado)

	(R\$ milhões)		
Ativo	31/12/2020	Ajustes <i>carve-out</i>	Pós <i>carve-out</i> 31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	83	-	83
Contas a receber de clientes	19	-	19
Títulos a receber	6	(6)	-
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	17
Estoques	610	-	610
Ativos biológicos	210	-	210
Tributos a recuperar	35	(7)	29
Despesas antecipadas	6	(0)	6
Outros ativos	24	(0)	24
Total do ativo circulante	1.011	(13)	998
Títulos a Receber	13	(13)	-
Tributos a recuperar	55	(25)	30
Tributos diferidos	242	-	242
Despósitos judiciais	6	-	6
Outros ativos	15	-	15
Total do realizável a longo prazo	331	(38)	292
Propriedade para investimento	13	(10)	4
Direito de uso de ativos	291	-	291
Imobilizado Líquido	986	(856)	130
Intangível Líquido	277	-	277
Total do permanente	1.568	(866)	702
Ativo total	2.910	(917)	1.993

Fonte: Demonstrações Financeiras auditadas da **Terra Santa**, para o período findo em 31 de dezembro de 2020.

Devido a reorganização societária mencionada anteriormente na seção de Descrição da Transação, foram realizadas transferências de certos ativos e passivos da **Terra Santa** para a **TS Agro**.

As Informações Financeiras não auditadas *pro forma* do balanço patrimonial pós *carve-out* foram compiladas unicamente para ilustrar os efeitos caso a combinação de negócios entre **SLC** e **Terra Santa** estivesse ocorrido em 31 de dezembro de 2020.

As informações do balanço patrimonial pós *carve-out* se basearam nas demonstrações financeiras auditadas consolidadas da **Terra Santa** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e serviram de base para a elaboração das projeções deste Relatório.



Breve Descrição das Empresas e da Transação Proposta

Balanço Patrimonial *pro forma* pós *carve-out* da Terra Santa (não auditado)

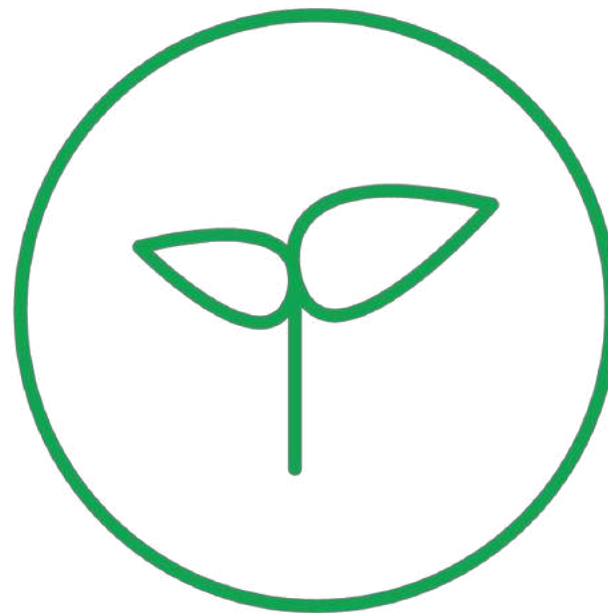
(R\$ milhões)

Passivo	31/12/2020	Ajustes <i>caver-out</i>	Pós <i>carve-out</i> 31/12/2020
Salários e contribuições sociais	8	-	8
Fornecedores	290	-	290
Arrendamentos a pagar	52	-	52
Tributos a recolher	10	(0)	9
Empréstimos e financiamentos	482	(57)	425
Adiantamento de clientes	189	-	189
Tributos parcelados	7	(1)	6
Instrumentos financeiros derivativos	57	-	57
Títulos a pagar	5	(0)	5
Total do passivo circulante	1.102	(59)	1.043
Empréstimos e financiamentos	616	(64)	552
Arrendamentos a pagar	273	-	273
Tributos parcelados	12	(2)	10
Títulos a pagar	1	(1)	0
Tributos diferidos	91	(91)	-
Provisão para contingências	29	(0)	29
Total do exigível a longo prazo	1.023	(159)	864
Capital Social	2.760	-	2.760
Ajuste de avaliação patrimonial	(125)	-	(125)
Patrimônio Líquido	785	(700)	85
Passivo Total	2.910	(917)	1.993

Fonte: Demonstrações Financeiras auditadas da **Terra Santa**, para o período findo em 31 de dezembro de 2020.



Metodologia de Avaliação





Metodologia de Avaliação

	<i>Income Approach</i>	<i>Asset Approach</i>	<i>Market Approach</i>
Aplicação	Adotado quando há expectativas de continuidade do empreendimento, visando seu potencial de gerar lucros futuros.	Adotado na avaliação de empresa "holding" (não operacional) ou empresa incapaz de gerar retorno, devendo o negócio ser liquidado.	Adotado quando há expectativas de continuidade do empreendimento, visando seu potencial de gerar lucros futuros.
Enfoques	<ul style="list-style-type: none">• Fluxo de caixa futuro, gerado pelas operações da empresa, descontados a valor presente;• Capitalização dos lucros, onde os lucros históricos normalizados são capitalizados por índice (taxa de capitalização).	<ul style="list-style-type: none">• Avaliação dos ativos e passivos a valor de realização ou mercado, ajustando o patrimônio líquido da empresa.	<ul style="list-style-type: none">• Múltiplos de mercado, obtidos no mercado de capitais (ex. Preço da ação por lucro);• Múltiplos de transações realizadas no passado, de empresas que possam ser comparáveis, obtendo o preço pago por vendas, EBITDA, etc.
Principais Vantagens	<ul style="list-style-type: none">• Os aspectos relevantes e intrínsecos ao negócio são considerados;• Método aceito mundialmente como o mais completo e adequado.	<ul style="list-style-type: none">• Simplicidade na aplicação.	<ul style="list-style-type: none">• Obtenção de parâmetros de mercado;• Melhor indicativo de valor quando é adquirido o controle acionário.
Principais Desvantagens	<ul style="list-style-type: none">• Alto grau de subjetividade nas premissas e projeções;• Cálculo de taxa de desconto apropriada;• Valor residual relevante (perpetuidade).	<ul style="list-style-type: none">• Não reflete o potencial de valor do negócio;• Dificuldade em se avaliar os ativos intangíveis.	<ul style="list-style-type: none">• Indisponibilidade de dados públicos;• Dificuldade na análise da comparabilidade dos dados coletados;• Dificuldade na definição da amostra.

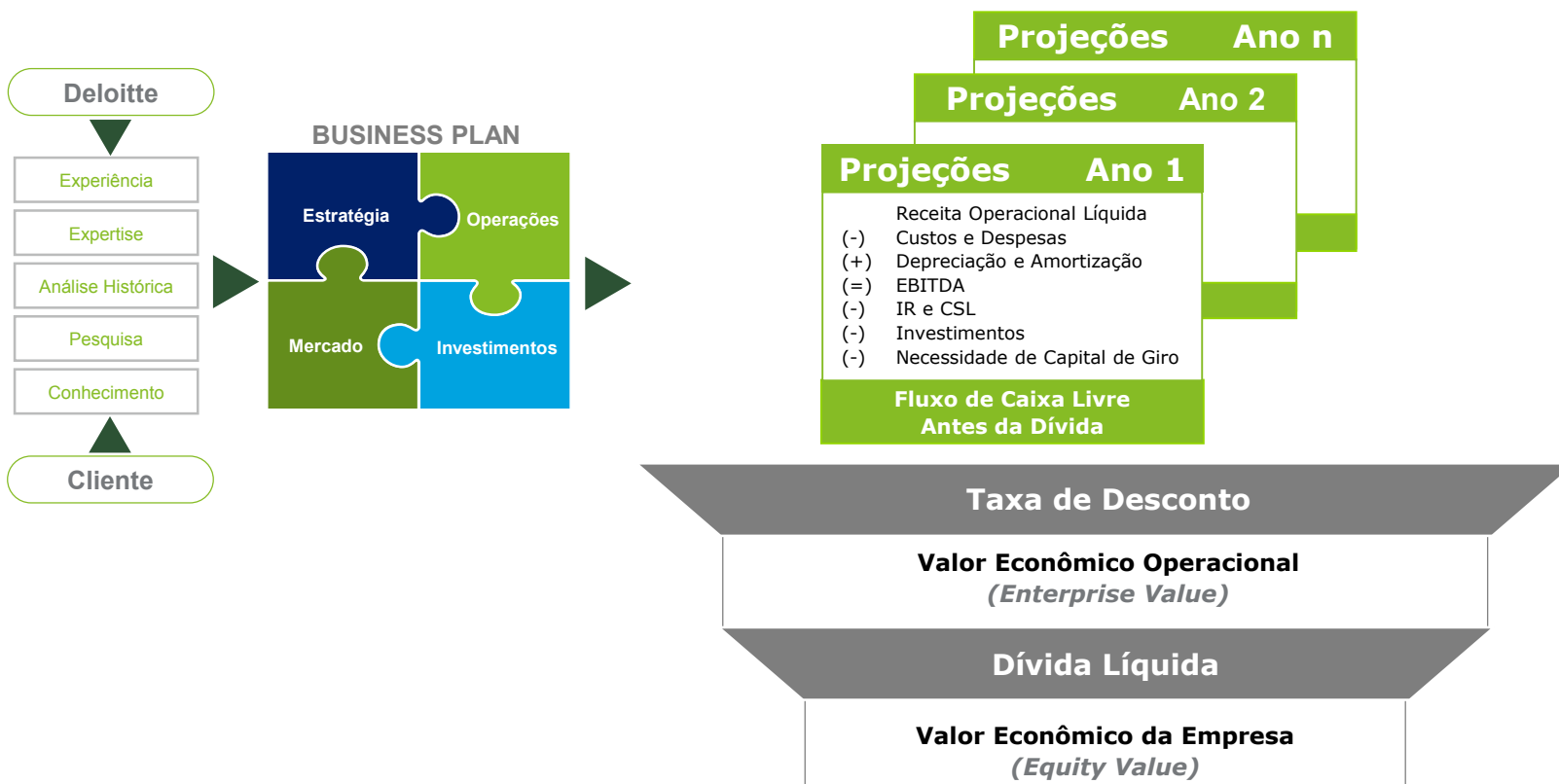


Metodologia de Avaliação

Fluxo de Caixa Futuro Descontado a Valor Presente

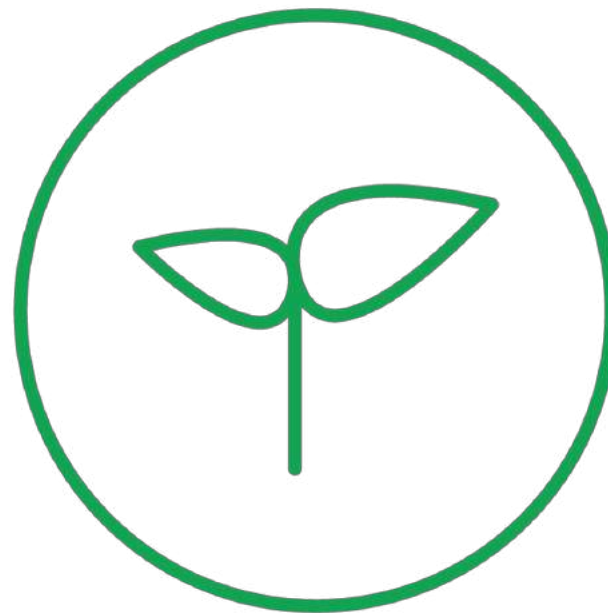
Considerando o objetivo do estudo, as expectativas de geração de lucros e caixa no futuro e ainda que os acionistas da **Empresa** não têm intenção de encerrar suas atividades operacionais, foi adotado na avaliação do **Terra Santa** o *Income Approach*, baseado na metodologia do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, conforme apresentado a seguir:

Este método considera que o valor econômico de um negócio está diretamente relacionado ao valor presente dos fluxos de caixa líquidos gerados pela lucratividade de suas operações no futuro.





Documentos Recebidos





Documentos Recebidos

As estimativas e projeções utilizadas no trabalho foram baseadas em informações públicas e em informações fornecidas pela Administração da **SLC**. Essas informações e documentos incluem, dentre outros, os seguintes:

- Demonstrações Financeiras consolidadas auditadas e respectivas notas explicativas da **Terra Santa** para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.
- Balancete analítico do **Terra Santa** para os períodos findos em 31 de dezembro 2018, 2019 e 2020.
- Demonstrações financeiras auditadas pro forma das operações da **Terra Santa** após a reestruturação societária para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020.
- Informações sobre a estrutura pretendida para a **Transação** através do Acordo de Associação e Fato Relevante divulgado pela Administração da **SLC** em 26 de novembro de 2020.
- Acordo de Associação e Outras Avenças e Carta de Divulgação e Outras Avenças assinados pela **SLC** e pela **Terra Santa**.
- Modelo de projeções contendo o *Business Plan* das operações consolidadas do **Terra Santa**, após a reestruturação societária, elaborado pela Administração da **SLC**.
- Budget da **Terra Santa** para o ano fiscal de 2021, incluindo projeções de resultado e estimativas de CAPEX e cotação da soja, elaborado e enviado pela Administração da **Terra Santa**.
- Resultados operacionais das safras 2018/2019, 2019/2020 e 2020/2021 da **Terra Santa**.
- Projeção da curva de preço das commodities disponibilizada pela Administração da **SLC**.
- Informação sobre os arrendamentos de terras de terceiros (IFRS 16) da **Terra Santa** na data-base, incluindo abertura dos termos e principais condições contratuais e expectativa de renovação desses contratos.
- Informações sobre os termos e condições do contrato de arrendamento que será firmado entre a **Terra Santa** e a **Terra Santa Landco** como condição precedente à **Transação**, incluindo a expectativa do valor justo desses arrendamentos e da remuneração complementar.
- Saldo de prejuízo fiscal acumulado e base negativa, e endividamento na data-base.
- Informações de cálculo do Ativo Biológico tanto da **Terra Santa**.
- Informação histórica e na data-base do parcelamento de impostos da **Terra Santa**.

As informações e documentos públicos consultados incluem, dentre outros, os seguintes:

- Demonstrações de resultados anuais e Releases de Resultados divulgados pela **Terra Santa** onde contém informações de produtividade e custo histórico das safras dentre outras informações.
- Relatórios de analistas de mercado (*equity research*) de alguns bancos que cobrem a **SLC** e outras empresas semelhantes no setor agrícola, sendo: Bank of América, BTG Pactual, Empiricus e Credit Suisse.
- Banco Central do Brasil (BACEN) para obter as projeções de indicadores macroeconômicos.
- Banco de dados Deloitte Consultores e outras informações públicas.

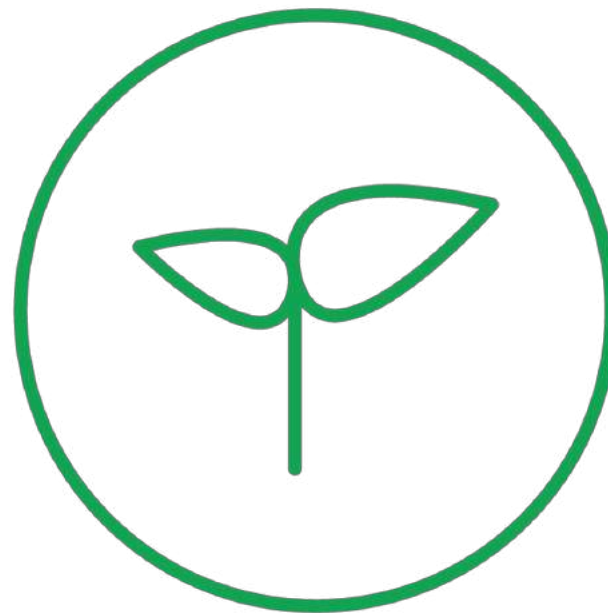


Documentos Recebidos

Adicionalmente, foram realizadas discussões com as Administrações da **SLC** e da **Terra Santa**, buscando informações que permitissem melhorar o entendimento do processo operacional do **Terra Santa**, bem como para discutir as principais premissas e considerações que balizaram as análises e estimativas do valor econômico da **Terra Santa**.



Taxa de Desconto





Taxa de Desconto

Taxa de Desconto	
WACC* = $Ke(E/(E+D)) + Kd(1-tributos)(D/(D+E))$	
CAPM** = $Rf + \beta(ERP) + CRP + SP + CSRP$	
Taxa Livre de Risco (Rf)	1,3% (a)
Prêmio de Mercado (ERP)	6,3% (b)
Beta β	0,76 (c)
Risco País (CRP)	2,6% (d)
Prêmio pelo Tamanho da Empresa (SP)	3,8% (e)
Risco Específico (CSRP)	1,5% (f)
Custo do Capital Próprio (CAPM) Nominal - US\$	13,9%
Taxa de Inflação Projetada (US\$)	1,6% (g)
Taxa de Inflação Projetada (R\$)	3,2% (h)
Custo do Capital Próprio Nominal (Ke) - R\$	15,7%
Custo do Capital de Terceiros Nominal (Kd)*** - R\$	6,9% (i)
Participação do Capital Próprio (E)	75,8% (j)
Participação do Capital de Terceiros (D)	24,2% (j)
WACC Nominal - R\$	13,5%
WACC em Termos Reais	10,0%

*Custo Médio Ponderado de Capital

**Modelo de Precificação de Ativos de Capital

***Líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social

Notas:

- Representa o retorno requerido pelo investidor para investimentos em títulos conceitualmente sem risco (*Risk Free*). Foi adotado como parâmetro de taxa livre de risco a média aritmética histórica dos últimos 12 meses das taxas oferecidas pelo Governo norte-americano (T-Bond norte-americano de 20 anos). Fonte: Capital IQ, U.S. *Department of the Treasury* e Análises Deloitte.
- Representa o retorno acima da taxa livre de risco que o investidor exige para investir (estar exposto ao risco) no mercado de capitais (*Equity Risk Premium*), devido a seu risco inerente. Foi adotado o prêmio médio verificado para as ações de grandes empresas americanas desde 1926. Fonte: Análises Deloitte.
- Representa a medida do risco da empresa ou do setor em análise. Para o cálculo do Beta, foi utilizado o Beta desalavancado médio de empresas que atuam no mesmo segmento da **Terra Santa**, com base na estrutura de capital destas empresas e taxas de imposto de renda vigentes nos respectivos países de origem. Esse Beta médio foi realavancado utilizando-se a estrutura de capital média do mercado e a taxa média de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) vigente no Brasil. Fonte: Capital IQ e Análises Deloitte.
- Representa o prêmio adicional exigido pelo investidor institucional para investir no Brasil (*Country Risk Premium*). Foi adotado como prêmio, a média aritmética do spread dos últimos 12 meses praticado entre os títulos do Governo brasileiro e do Governo norte-americano de prazo similar. Fonte: Análises Deloitte.



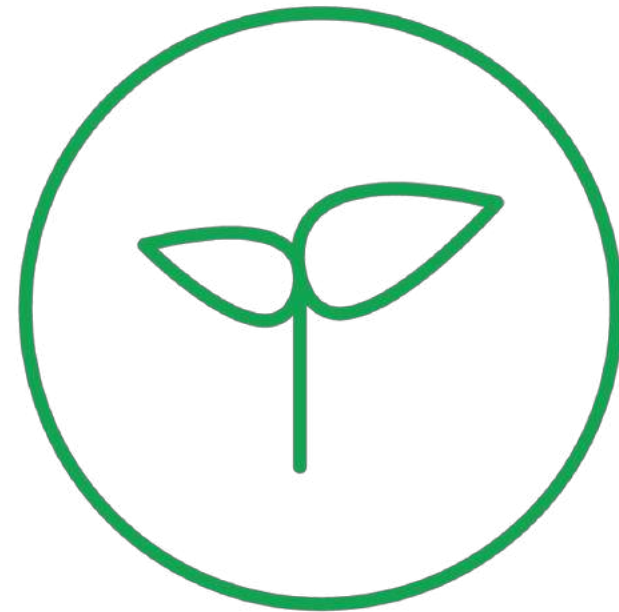
Taxa de Desconto

Notas (Cont.):

- e. Representa o prêmio adicional exigido pelo investidor institucional conforme o tamanho da empresa (size premium). Foi adotado o prêmio médio verificado para as ações (valorização e dividendos pagos) de micro empresas americanas desde 1926. Foi levado em consideração o intervalo respectivo ao tamanho da **Terra Santa** para definição do *size premium*. Fonte: Análises Deloitte.
- f. Representa os riscos não capturados pelo Beta ou pelo prêmio pelo tamanho da empresa. A estimativa do risco específico é um julgamento do avaliador e se baseia na análise dos fatores em conjunto que impactam a avaliação. Desta forma, considerando-se a alta alavancagem atual da **Empresa** e a renovação dos contratos de arrendamentos pelo preço que foi acordado com a **Terra Santa** até 2041, foi adicionado um risco específico à taxa de desconto.
- g. Representa o índice projetado de inflação anual de longo prazo norte-americano (1,6%) calculado com base na expectativa embutida de inflação nos títulos de longo prazo (T-Bond norte-americano de 20 anos) oferecidos pelo Governo norte-americano, que possuem rendimento indexado ao CPI (Consumer Price Index). Fonte: Capital IQ, *U.S. Department of the Treasury* e Análises Deloitte.
- h. Representa a taxa de inflação brasileira anual de longo prazo, estimada de acordo com expectativas de mercado publicadas no Relatório Focus publicado pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Fonte: Banco Central do Brasil em 31/12/2020.
- i. O custo de capital de terceiros nominal do **Terra Santa** foi calculado com base no seu custo médio de captação, líquido de IR/CSLL. Fonte: Demonstrações Financeiras do **Terra Santa** e Análises Deloitte.
- j. Para o cálculo da alavancagem financeira, foi considerada a média aritmética da relação *debt/equity* para uma amostra de Empresas comparáveis do mesmo segmento. Fonte: Capital IQ e Análises Deloitte.



Premissas e Projeções





Premissas e Projeções

Premissas Gerais

A seguir, estão apresentadas as principais premissas adotadas no presente estudo:

- A data-base da avaliação é 31 de dezembro de 2020.
- Os valores estão expressos em milhões de Reais (R\$ milhões), exceto quando outra unidade for indicada.
- As projeções foram realizadas em termos reais em Reais, ou seja, não contemplam expectativas inflacionárias no período projetivo.
- Foi considerado um horizonte projetivo compreendido entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2041, não contemplando perpetuidade, uma vez que após a reorganização societária a **TS LandCo** celebrará um contrato para arrendar suas propriedades rurais para a **Terra Santa** por um período de 20 anos.
- Esta avaliação reflete a projeção dos resultados operacionais consolidados do **Terra Santa**, sendo que os ativos e passivos não operacionais foram somados ou deduzidos do valor das operações da **Terra Santa**.
- As projeções foram realizadas com base nas informações históricas da **Terra Santa** e nas perspectivas da Administração da **SLC**, em relação ao desempenho futuro das operações da **Terra Santa**.
- Para fins de projeção do resultado operacional da **Terra Santa**, os arrendamentos foram projetados como despesas operacionais, uma vez que o pagamento desses arrendamentos impacta o fluxo de caixa da operação. Da mesma forma, o efeito de amortização do ativo de direito de uso foi neutralizado na projeção.

- O balanço patrimonial utilizado como base para as projeções foi o balanço *pro forma* da **Terra Santa** após a reorganização societária pretendida.
- As premissas macroeconômicas adotadas nas projeções estão apresentadas a seguir:

Indicadores	2021	2022	2023	2024	2025 em diante ¹
IPCA	3,32%	3,50%	3,25%	3,20%	3,20%
CPI	1,50%	1,80%	2,20%	1,90%	1,90%
Cambio BRL/USD nominal	5,09	5,00	4,89	4,97	n.a. ¹
Cambio BRL/USD real ²	5,00	4,83	4,68	4,69	4,75

Notas:

¹ A partir do ano de 2026, foi considerado conceito da Paridade do Poder de Compra (PPC) para o câmbio.

² O câmbio real foi calculado aplicando-se o diferencial de inflação no câmbio BRL/USD nominal.

Fonte: Banco Central do Brasil em 31/12/2020.



Premissas e Projeções

Receita Bruta

Receita Bruta

A Receita Bruta da **Terra Santa** é composta venda dos produtos agrícolas cultivados: soja, algodão e milho. O cultivo de algodão foi dividido em algodão em pluma e sementes de algodão.

- Em cada ano fiscal, as receitas da **Terra Santa** são impactadas pelo desenvolvimento de três safras diferentes: parte da safra do ano anterior, com estoques disponíveis para venda, a safra do ano corrente e parte da safra do ano subsequente.
- Em 2020 o agronegócio foi um dos poucos setores resilientes durante o período de pandemia do COVID 19. O cenário atual, com o preço elevado das commodities agrícolas e com o Real desvalorizado, se mostra positivo para as perspectivas de resultados do setor.
- As vendas da **Terra Santa** apresentam sazonalidade atreladas ao calendário de plantio e colheita do milho, do algodão e da soja.

As receitas da **Terra Santa** foram projetadas separadamente por tipo de produto agrícola, considerando-se:

- Soja:
 - A soja representa em média 34% da receita bruta projetada.
 - A receita de 2021 foi projetada com base no orçamento do ano fiscal.
 - As áreas de plantio de soja foram projetadas com base nas áreas históricas e na perspectiva de renovação dos arrendamentos de terras de terceiros. A área de plantio foi projetada em uma média de 76 mil hectares nos dois primeiros períodos de projeção, reduzindo para o patamar

de aproximadamente 65 mil hectares no longo prazo, considerando a não renovação esperada de algumas fazendas arrendadas de terceiros

- Além da área, para o cálculo da receita bruta foi considerada a média da produtividade das últimas 5 safras de soja da **Terra Santa**, atingindo 3.588 kg/ha.
- Para cotação da soja foi de acordo com as expectativas da Administração da **SLC**, com base no mercado internacional, apresentando uma média de 11,25 USD/bushel para os dois primeiros anos de projeção e atingindo o patamar de 9,5 USD/bushel para os anos posteriores. Ao preço de mercado foram adicionados os prêmios históricos.
- Para a composição da receita bruta de soja, foi considerada 100% da safra do ano corrente, de acordo com expectativas da Administração da **SLC**.
- Algodão em pluma:
 - O algodão em pluma representa em média 54% da receita bruta projetada.
 - A receita de 2021 foi projetada com base no orçamento do ano fiscal.
 - As áreas para o plantio de algodão também levaram em consideração os históricos de plantação de algodão da **Terra Santa** e a produtividade foi calculada de acordo com a média das últimas 5 safras de algodão em pluma, chegando 1.743 kg/ha.



Premissas e Projeções

Receita Bruta

Receita Bruta (cont.)

- A cotação do algodão em pluma levou em consideração as expectativas da Administração da SLC sobre a commodity, com base no mercado internacional, sendo em média 71 USD/bushel para os primeiros anos, atingindo o preço de 70 USD/bushel no longo prazo. Ao preço de mercado foram adicionados os prêmios históricos.
- Para o algodão em pluma, foi considerado que 60% da safra do ano corrente compõe a receita do respectivo ano e 40% fazem parte da receita do ano seguinte, de acordo com expectativas da Administração da **SLC**.
- Sementes de algodão:
 - As sementes de algodão representam 5%, em média, da receita bruta projetada da **Terra Santa**.
 - A receita de 2021 foi projetada com base no orçamento do ano fiscal.
 - Foi considerada a média das 5 safras anteriores à data-base para a produtividade das sementes de algodão totalizando 4.279 kg/ha, históricos das áreas de plantio da **Terra Santa** e a cotação das sementes de algodão foram consideradas de acordo com a expectativas da Administração da **SLC**, atingindo o valor de 29,33 USD/bushel no longo prazo.
 - Para as sementes de algodão, foi considerado que 90% da safra do ano corrente compõe a receita do respectivo ano e 10% fazem parte da receita do ano seguinte, de acordo com expectativas da Administração da **SLC**.
- Milho:
 - O milho represente em média 7% por ano da projeção de receita bruta da Terra Santa.
 - Assim como as outras commodities, na projeção do milho a área foi baseado no histórico de plantio da **Terra Santa**, a produtividade foi calculada de acordo com a médio das últimas 5 safras de milho, 6.836 kg/ha.
 - A cotação de milho em USD/bushel teve uma média de 39,57 para o dois primeiros anos de projeção e atingiu 29,33 no longo prazo, de acordo com expectativas da Administração da **SLC**, com base no mercado internacional.
 - Para o milho, foi considerado que 90% da safra do ano corrente compõe a receita do respectivo ano e 10% fazem parte da receita do ano seguinte, de acordo com expectativas da Administração da **SLC**.

O aumento da receita de 2022 está vinculado ao aumento da cotação da commodity. Da mesma forma, a queda projetada da receita a partir de 2023 está relacionada à redução e estabilização do preço das *commodities* e diminuição da área de plantio.



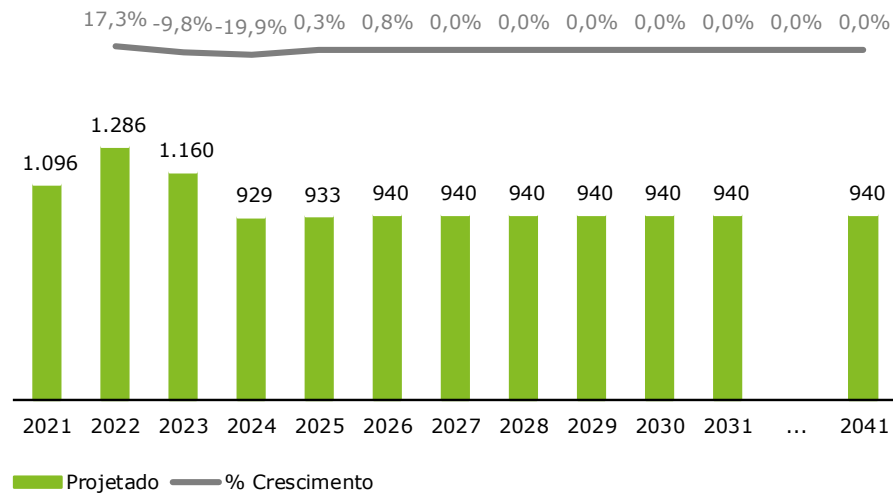
Premissas e Projeções

Receita Bruta e Deduções

Receita Bruta (cont.)

As projeções de receita bruta para a **Terra Santa** estão apresentadas no gráfico abaixo:

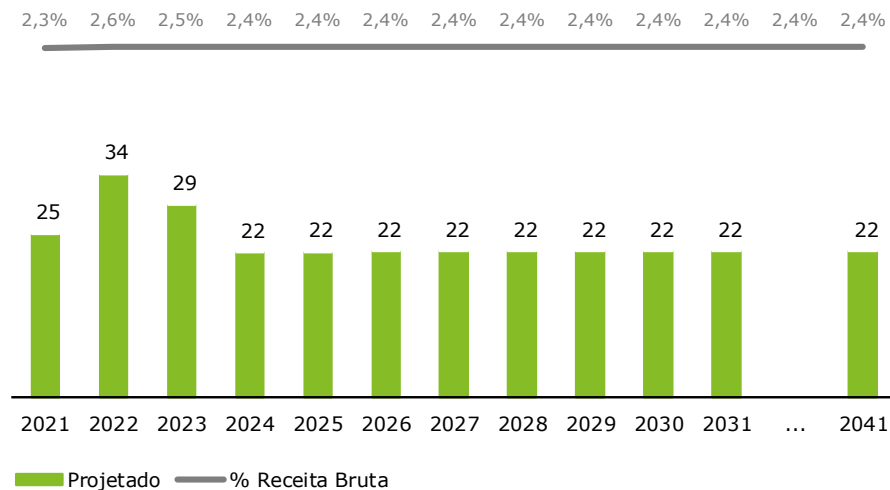
Receita Bruta (R\$ milhões)



Deduções

- As deduções de receita contemplam impostos indiretos de ICMS, PIS, Cofins, Funrural, Senar e outros.
- As deduções foram projetadas com base nos percentuais médios sobre a receita bruta observados historicamente.
- Para a soja, as sementes de algodão e o milho, foram considerados 100% dos impostos indiretos no mercado interno. Já para o algodão em pluma foi considerado que 95% das deduções são do mercado externo e que 5% são do mercado interno, de acordo expectativas da Administração da **SLC**.

Deduções (R\$ milhões)





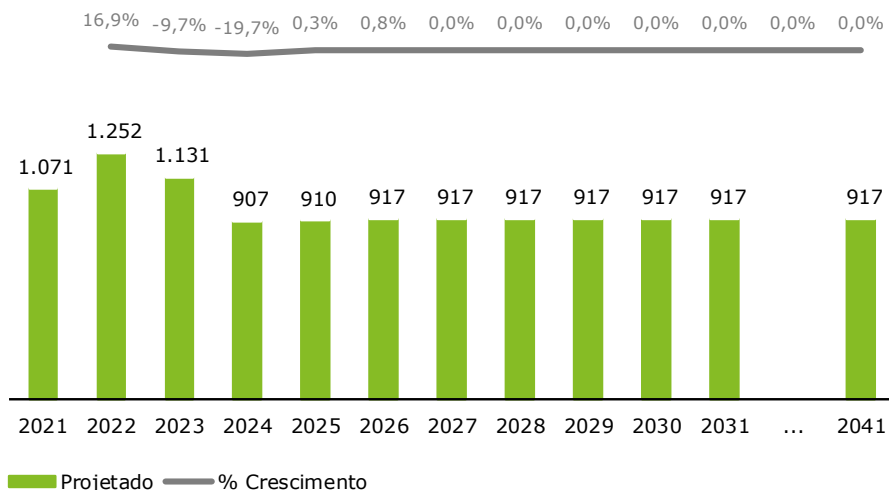
Premissas e Projeções

Receita Líquida e Custos

Receita Líquida

- A receita líquida projetada está demonstrada a seguir.

Receita Líquida (R\$ milhões)



Custos Operacionais

- Os custos foram projetados levando em consideração o custo unitário das commodities e o volume de produção de cada uma das safras.
- Para o cálculo do custo unitário foi considerado o histórico de custos de produção praticados pela **Terra Santa**, líquidos de depreciação e amortização e de arrendamentos, a produção por safra e a área de plantio para cada um dos cultivos (soja, algodão e milho).
- Para a projeção do custo unitário levou-se em consideração a expectativa da Administração da **SLC** para a evolução do custo das commodities.
- Como os custos para cada cultivo derivam da produção por safra, uma parte é considerada no ano corrente da safra e outra parte é levada para o ano posterior, conforme descrito anteriormente na descrição da Receita Bruta.



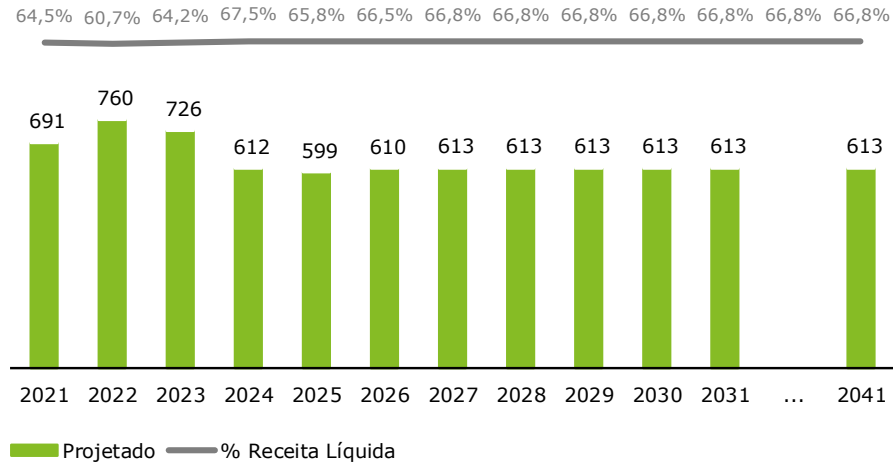
Premissas e Projeções

Custos e Despesas Operacionais

Custos Operacionais (cont.)

- Os custos operacionais projetados estão demonstrados no gráfico:

Custos Operacionais (R\$ milhões)



Despesas Operacionais

Para fins de projeção, as despesas operacionais são compostas por despesas com vendas, gerais e administrativas e arrendamentos (excluindo-se o efeito do IFRS16, uma vez que os arrendamentos possuem efeito caixa). As despesas foram projetadas de acordo com as seguintes premissas:

- Despesas com vendas:

As despesas com vendas foram projetadas considerando o histórico da **Terra Santa** de despesas com vendas atualizadas pela variação da receita líquida.

- Gerais e administrativas:

Projetadas mantendo-se o histórico de despesas Gerais e Administrativas da **Terra Santa** durante todo o período projetivo. O *budget* 2021 contempla uma despesa não recorrente de R\$ 24 milhões referentes à **Transação**, a qual foi excluída da projeção futura.

- Outras receitas (despesas) líquidas:

Para o ano de 2021 foi considerada o Budget enviado pela Administração da **Terra Santa**. Outras receitas (despesas) líquidas se refere a despesas não recorrentes do tipo: Contingências fiscais, civil e tributárias, Alienação/ Desmobilização de imobilizados e *Impairment* de imobilizados/ tributos/ativos.

Essa despesas não recorrentes não foram consideradas para os anos seguintes do período projetivo.



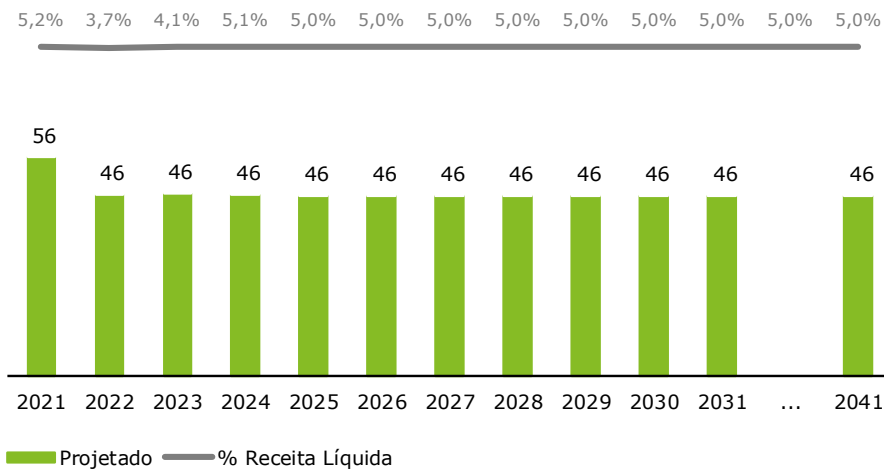
Premissas e Projeções

Despesas Operacionais e Arrendamentos de terras

Despesas Operacionais (cont.)

As despesas operacionais históricas e projetadas estão apresentadas a seguir:

Despesas Operacionais (R\$ milhões)



Arrendamentos de terras

O cálculo das despesas com arrendamentos de terras foi dividido em: arrendamentos **Terra Santa LandCo**, arrendamentos de terceiros e parcerias.

- O arrendamento das terras próprias foi projetado com base no contrato que será celebrado entre a **Terra Santa** e a **Terra Santa LandCo**, considerando-se um arrendamento de 17 sacas de soja por hectare de área útil.
- Os arrendamentos de terras de terceiros e parcerias foram projetados com base nas condições dos contratos vigentes até a data de vencimento, assumindo-se uma renovação desses contratos até 2041 pelo mesmo valor de 17 sacas de soja por hectare de área útil.
- Na composição do cálculo ainda foram consideradas as porcentagens de crédito de PIS e Cofins de 9.25% para arrendamentos **Terra Santa LandCo** e de terceiros. Não foi considerado crédito de PIS e Cofins para os arrendamentos em forma de parcerias.



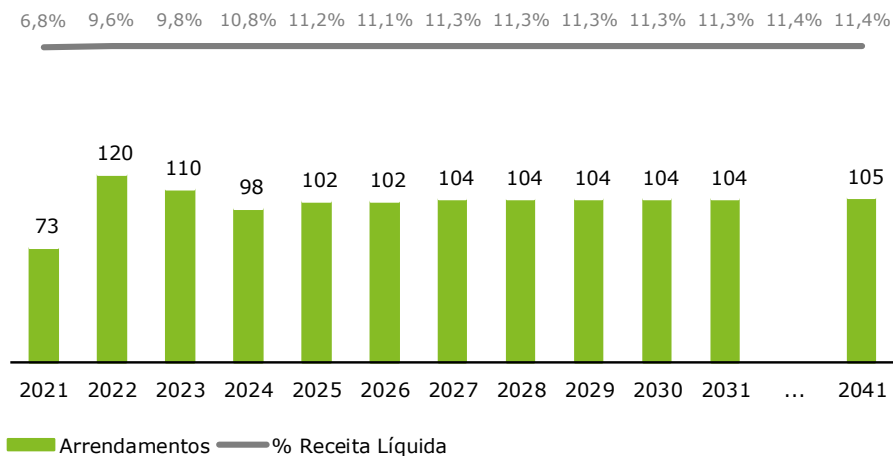
Premissas e Projeções

Arrendamentos de terras e EBITDA

Arrendamentos de terras (cont.)

A projeção das despesas com arrendamentos de terras está demonstrada no gráfico a seguir.

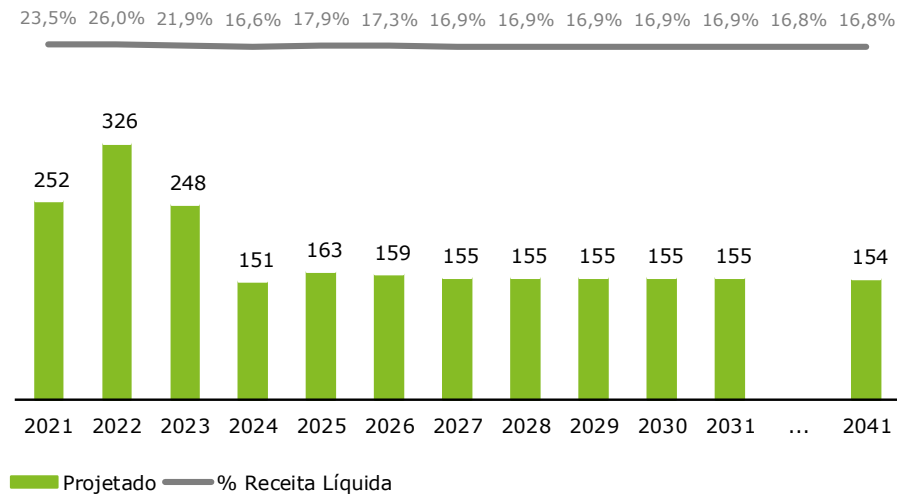
Arrendamentos (R\$ milhões)



EBITDA

- O EBITDA 2021 e 2022 reflete o bom momento para o setor agrícola frente aos desafios econômicos impostos pela pandemia do COVID 19. Diferente de outros setores, com o preço elevado das commodities e com o Real desvalorizado, o setor agrícola mostra boas perspectivas para os resultados dos próximos anos.
- No longo prazo, o EBITDA sem arrendamentos próprios se alinha ao histórico da **Terra Santa**, chegando a uma média de 22% de margem EBITDA ao ano, como pode ser visto da tabela de DRE projetada no Anexo II deste Relatório.
- Com base nas premissas apresentadas anteriormente, o EBITDA projetado para a **Terra Santa**, desconsiderando-se os efeitos do IFRS 16 está apresentado a seguir:

EBITDA (R\$ milhões)





Premissas e Projeções

Depreciação e Amortização, IRCS, Capital de Giro e Investimentos

Depreciação e Amortização

- Para o cálculo da depreciação e amortização, foram utilizadas as taxas atualmente praticadas pela **Empresa**, com base em informações reportadas pelo **Terra Santa** em suas demonstrações financeiras auditadas e no balanço patrimonial pro forma.

Imposto de Renda e Contribuição Social

- O Imposto de Renda e Contribuição Social foram projetados de acordo com a legislação fiscal vigente (Regime de Lucro Real), considerando as taxas de 25% e 9% para imposto de renda e contribuição social, respectivamente.
- De acordo com as demonstrações financeira auditadas, na data-base de avaliação a **Terra Santa** possui o montante de R\$ 1.286 bilhões de saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, sendo R\$ 437,3 milhões (R\$ 338,9 milhões contabilizados e R\$ 98,4 milhões não contabilizados) de imposto diferidos reconhecidos em sua Demonstração Financeira.
- A fim de mensurar o valor de imposto de renda e contribuição social efetivamente pago anualmente, foram considerados os efeitos de inflação nas linhas de depreciação e amortização, e prejuízo fiscal e base negativa para base de aplicação da alíquota de IR CSLL, sendo o imposto a pagar depois deflacionado, uma vez que as projeções estão em termos reais.

Capital de Giro

- Para o cálculo da necessidade de capital de giro das operações, foram considerados os prazos médios históricos da **Terra Santa**.

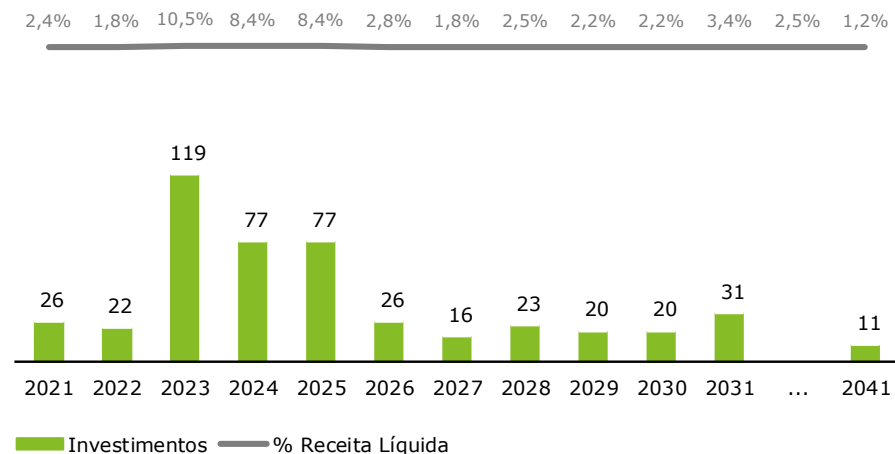
- Adicionalmente, foram considerados os efeitos de inflação nas linhas de capital de giro a fim que mensurar o impacto anual da necessidade do capital de giro.

Investimentos

Os investimentos foram projetados com base na expectativa da Administração da **SLC**, contemplando as estimativas de gasto para manutenção e para a expansão das operações.

- Os investimentos em expansão contemplam investimento em corretivos e máquinas agrícolas, veículos e obras e instalações.
- Os investimentos em manutenção contemplam corretivos e máquinas agrícolas anualmente e a cada 5 anos um investimento em manutenção de veículos.

Investimentos (R\$ milhões)





Premissas e Projeções

Ajustes Econômicos e Outros Ajustes

Ajustes Econômicos

Os ativos e passivos não operacionais adicionados ou deduzidos do valor das operações do **Terra Santa**, foram extraídos do Balanço Patrimonial pro forma da data-base da avaliação após o *carve-out* e estão apresentados a seguir:

Ajustes Econômicos	Nota	R\$ milhões
Caixa e equivalentes de caixa		83
Empréstimos e financiamentos		(987)
Outros	(a)	(79)
Total		(983)

Notas:

(a) Outros: refere-se aos tributos parcelados, depósitos judiciais, derivativos e provisão para contingências.

Valor residual do capital investido

Considerando-se a premissa de que o fluxo de projetado tem um período de 20 anos (equivalente ao prazo do contrato de arrendamento), o capital investido (capital de giro e ativo fixo) ao final do período projetivo foi liquidado pelos respectivos saldos contábeis.

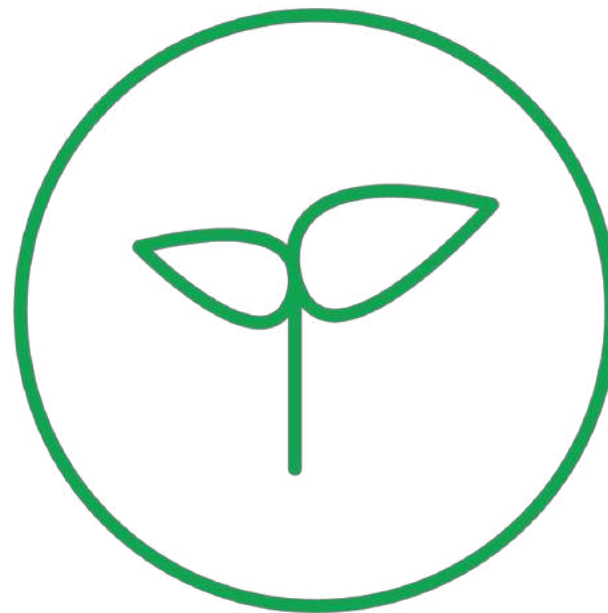
O valor presente do capital investido residual foi trazido a valor presente e adicionado ao valor operacional da **Terra Santa**.

Remuneração Complementar (Arrendamento Terra Santa LandCo)

Adicionalmente à remuneração anual a ser paga durante a vigência dos contratos de arrendamentos com a **TS LandCo**, será pago pela **Terra Santa** o valor de R\$ 70 milhões a título de remuneração complementar.



Resultado da Avaliação





Resultado da Avaliação

Valor Econômico

Com base no escopo de nossas análises, metodologia adotada, premissas, considerações e informações obtidas durante a execução dos trabalhos, conforme detalhado neste Relatório, o valor econômico da **Terra Santa** após a Reorganização Societária, na data-base 31 de dezembro de 2020, encontra-se dentro do intervalo demonstrado a seguir:

(R\$ milhões)

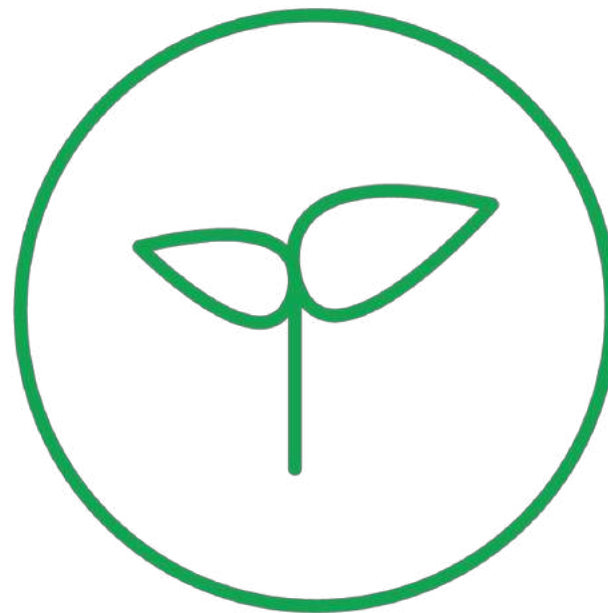
Resultado da Avaliação

Taxa de Desconto	9,9%	10,0%	10,1%
Fluxo de Caixa a Valor Presente	1.175,5	1.169,7	1.164,0
Valor residual do capital investido	22,4	22,0	21,5
Valor Operacional da Empresa - Enterprise Value	1.197,9	1.191,7	1.185,5
(+/-) Ajustes Econômicos	(982,9)	(982,9)	(982,9)
Remuneração Complementar (Arrendamento Terra Santa LandCo)	(70,0)	(70,0)	(70,0)
Valor Econômico	144,9	138,7	132,6
Múltiplo EV/EBITDA ¹ 2019 (LTM)	8,0x	7,9x	7,9x
Múltiplo EV/EBITDA ¹ 2020 (LTM)	5,4x	5,4x	5,3x

¹ O múltiplo EV/EBITDA considera os fluxos de caixa dos 20 anos de projeção desta avaliação, sem considerar perpetuidade.



Anexos



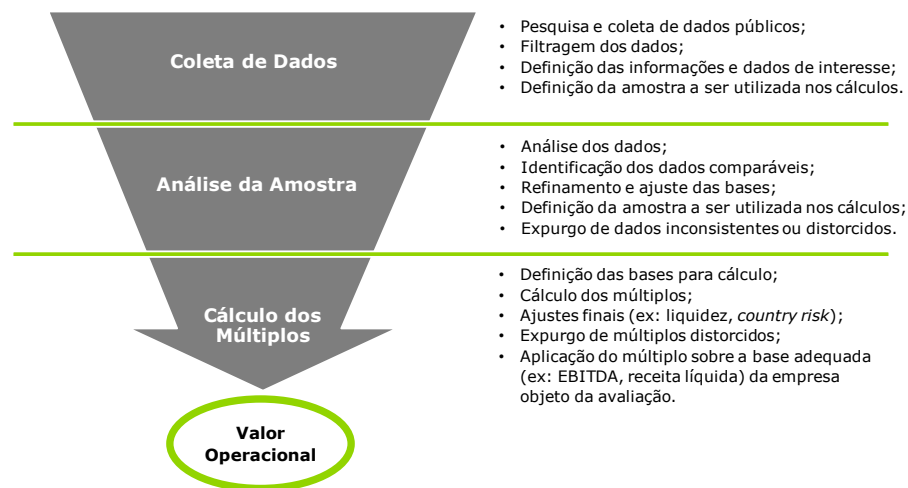


Anexo I

Análise de Múltiplos

Múltiplos de Mercado

Foi realizada uma análise de múltiplos de mercado baseada nas empresas do setor agrícola e de capital aberto que são comparáveis ao **Terra Santa**.

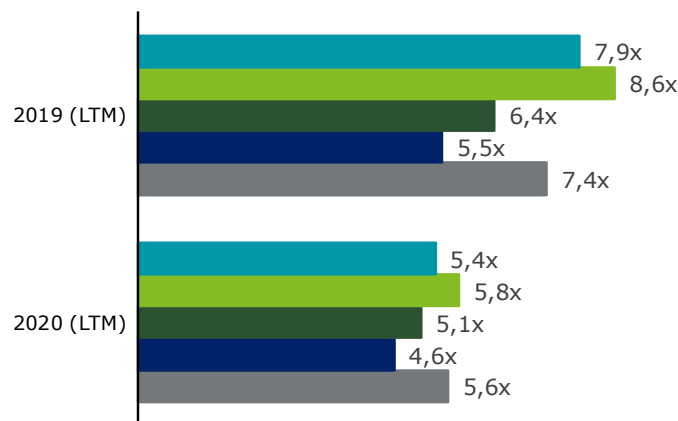


Análise de Múltiplos

O EBITDA foi obtido através das demonstrações financeiras públicas das empresas comparáveis.

Foi calculado o múltiplo EV/EBITDA para os anos de 2019 e 2020, considerando o EBITDA da atividade agrícola das empresas.

Múltiplos de Mercado - EV/EBITDA



■ Terra Santa - 20 anos¹ ■ Terra Santa
 ■ Média das empresas comparáveis ■ São Martinho
 ■ SLC Agrícola

Fonte: Capital IQ e Demonstrações Financeiras auditadas das empresas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.

¹ O múltiplo EV/EBITDA considera os fluxos de caixa dos 20 anos de projeção desta avaliação, sem considerar perpetuidade.



Anexo II

Demonstração de Resultado Projetada

(R\$ milhões)

Demonstração do Resultado	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	1.096	1.286	1.160	929	933	940	940	940	940	940
% Crescimento	9,1%	17,3%	-9,8%	-19,9%	0,3%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Deduções	(25)	(34)	(29)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)
% Receita Bruta	-2,3%	-2,6%	-2,5%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%
Receita Operacional Líquida	1.071	1.252	1.131	907	910	917	917	917	917	917
% Crescimento	18,6%	16,9%	-9,7%	-19,7%	0,3%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Custos e Despesas Operacionais	(819)	(926)	(882)	(757)	(747)	(758)	(763)	(763)	(763)	(763)
% Receita Líquida	-76,5%	-74,0%	-78,1%	-83,4%	-82,1%	-82,7%	-83,1%	-83,1%	-83,1%	-83,1%
EBITDA¹	252	326	248	151	163	159	155	155	155	155
% Receita Líquida	23,5%	26,0%	21,9%	16,6%	17,9%	17,3%	16,9%	16,9%	16,9%	16,9%
. Ajustes não recorrentes/ não caixa	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Arrendamentos	37	60	55	46	47	47	47	47	47	47
EBITDA sem arrendamentos próprios	299	386	303	197	210	206	202	202	202	202
% Receita Líquida	27,9%	30,8%	26,8%	21,7%	23,1%	22,5%	22,0%	22,0%	22,0%	22,0%
. Depreciação e Amortização	(28)	(30)	(39)	(45)	(55)	(56)	(43)	(41)	(37)	(35)
Lucro / (Prejuízo) Antes do Imposto	224	296	209	105	109	104	111	114	118	120
% Receita Líquida	20,9%	23,7%	18,5%	11,6%	11,9%	11,3%	12,1%	12,4%	12,9%	13,0%
Imposto de Renda/Contribuição Social	-	-	-	-	-	-	(9)	(40)	(42)	(42)
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	224	296	209	105	109	104	102	74	76	77

¹ O EBITDA é líquido dos efeitos do IFRS16



Anexo II

Demonstração de Resultado Projetada

(R\$ milhões)

Demonstração do Resultado	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
Receita Bruta	940	940	940	940	940	940	940	940	940	940	940
% Crescimento	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Deduções	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)
% Receita Bruta	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%
Receita Operacional Líquida	917	917	917	917	917	917	917	917	917	917	917
% Crescimento	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Custos e Despesas Operacionais	(763)	(763)	(763)	(763)	(763)	(763)	(763)	(763)	(763)	(763)	(763)
% Receita Líquida	-83,1%	-83,1%	-83,1%	-83,1%	-83,1%	-83,2%	-83,2%	-83,2%	-83,2%	-83,2%	-83,2%
EBITDA¹	155	155	155	155	155	154	154	154	154	154	154
% Receita Líquida	16,9%	16,9%	16,9%	16,9%	16,9%	16,8%	16,8%	16,8%	16,8%	16,8%	16,8%
. Ajustes não recorrentes/ não caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Arrendamentos	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47
EBITDA sem arrendamentos próprios	202	202	202	202	202	201	201	201	201	201	201
% Receita Líquida	22,0%	22,0%	22,0%	22,0%	22,0%	21,9%	21,9%	21,9%	21,9%	21,9%	21,9%
. Depreciação e Amortização	(34)	(36)	(34)	(29)	(25)	(23)	(23)	(24)	(24)	(24)	(23)
Lucro / (Prejuízo) Antes do Imposto	121	119	121	126	130	131	131	131	130	130	131
% Receita Líquida	13,1%	13,0%	13,2%	13,7%	14,1%	14,3%	14,3%	14,2%	14,2%	14,2%	14,3%
Imposto de Renda/Contribuição Social	(43)	(42)	(43)	(44)	(45)	(46)	(46)	(45)	(45)	(45)	(46)
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	78	77	78	81	84	85	85	85	85	85	85

¹ O EBITDA é líquido dos efeitos do IFRS16



Anexo II

Fluxo de Caixa Projetado

(R\$ milhões)

Fluxo de Caixa	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	224	296	209	105	109	104	102	74	76	77
. Depreciação e Amortização	28	30	39	45	55	56	43	41	37	35
. Investimentos	(26)	(22)	(119)	(77)	(77)	(26)	(16)	(23)	(20)	(20)
. Variação de capital de giro	20	(24)	1	8	(3)	(4)	(3)	0	(2)	(2)
. Outros itens não caixa ¹	(14)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa Livre	233	279	130	83	84	129	127	91	91	90

(R\$ milhões)

Fluxo de Caixa	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	78	77	78	81	84	85	85	85	85	85	85
. Depreciação e Amortização	34	36	34	29	25	23	23	24	24	24	23
. Investimentos	(31)	(20)	(20)	(20)	(20)	(31)	(23)	(23)	(23)	(23)	(11)
. Variação de capital de giro	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(3)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
. Outros itens não caixa ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa Livre	79	90	89	88	87	75	83	83	83	83	95

¹ Outros itens não caixa se referem as despesas com baixas de ativos imobilizados, perdas estimadas de estoque/recebíveis, despesas não recorrentes e outras receitas (despesas).



Anexo III

Glossário e Fórmulas

Glossário

Apresentamos a seguir o glossário de termos técnicos de expressões em língua estrangeira e outras siglas ou quaisquer indicadores utilizados neste Laudo, em ordem alfabética:

- a.a.: ao ano.
- CAPEX: *Capital Expenditure*. Capital utilizado para adquirir, melhorar ou manter os bens físicos da empresa.
- CAPM: *Capital Asset Pricing Model*. Representa o método utilizado para determinação do custo de capital próprio.
- *Corporate Finance*: Finanças Corporativas.
- CPI: *Consumer Price Index*. Representa a inflação projetada nos Estados Unidos.
- EBITDA: *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*. Representa o lucro antes de juros, imposto, depreciação e amortização.
- IGP-M: Índice Geral de Preços de Mercado.
- IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo.
- IRCS: Imposto de Renda e Contribuição Social.
- Perpetuidade (Modelo de Gordon): é o valor presente dos fluxos de caixa futuros, assumidos com crescimento constantes em intervalos regulares para sempre.
- Selic (ou Taxa Selic): meta de taxa de juros em reais.
- T-Bond: Treasury Bonds. Representa títulos emitidos pelo governo norte-americano.
- WACC: *Weighted Average Cost of Capital*. Representa o custo médio ponderado de capital.

Fórmulas

As fórmulas utilizadas nesse relatório estão apresentadas a seguir:

$$\bullet \text{ Beta desalavancado} = \frac{\text{Beta}}{1 + (1 - \text{Tax}) \times \left(\frac{D}{E}\right)}, \text{ onde:}$$

Beta = Beta local de cinco anos da empresa comparável calculado semanalmente no mercado local;

Tax = Alíquota de imposto de (IRCS) vigente no país comparável;

D = Dívida líquida; e

E = Capital próprio.

$$\bullet \text{ Ke (USD)} = R_f + (\text{ERP} \times \beta) + \text{CRP} + \text{SP}, \text{ onde:}$$

Ke (USD) = Retorno esperado pelo acionista em dólares americanos;

R_f = Taxa livre de risco (*Risk-free*);

ERP = Prêmio de mercado (*Equity Risk Premium*);

B = Beta;

CRP = Risco país (*Country Risk Premium*); e

SP = Prêmio de tamanho da empresa (*Size Premium*).



Anexo III

Glossário e Fórmulas

Fórmulas (cont.)

As fórmulas utilizadas nesse relatório estão apresentadas a seguir:

- $Ke (BRL) = \frac{(1 + Ke (USD)) \times (1 + IPCA)}{(1 + CPI)}$, onde:

Ke (BRL) = Retorno esperado pelo acionista em reais;

Ke (USD) = Retorno esperado pelo acionista em dólares americanos;

IPCA = Índice de Preços ao Consumidor Amplo (inflação brasileira projetada); e

CPI = *Consumer Price Index* (inflação americana projetada).



A Deloitte refere-se a uma firma-membro da Deloitte, uma de suas entidades relacionadas, ou à Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). Cada firma-membro da Deloitte é uma entidade legal separada e membro da DTTL. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global em auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede de firmas-membro, presente em mais de 150 países e territórios, atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os 312.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Confidencial

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

SLC Agrícola S.A

FATO RELEVANTE

Relações com Investidores

+55 (51) 3230-7864/7797

ri@slcagricola.com.br

Relações com Investidores

+55 (11) 3137-3100

ri@tsagro.com

COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS DA SLC AGRÍCOLA E DA TERRA SANTA AGRO

A **SLC Agrícola S.A.** (B3: SLCE3; ADR's: SLCJY; Bloomberg: SLCE3:BZ; Refinitiv: SLCE3.SA) ("SLC") e a **Terra Santa Agro S.A.** (B3: TESA3; Bloomberg: TESA3:BZ; Refinitiv: TESA3.SA) ("Terra Santa"), em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM nº 358/02, comunicam aos seus respectivos acionistas, ao mercado em geral e demais interessados, que, em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 26 de novembro de 2020 e ao Comunicado ao Mercado divulgado em 7 de janeiro de 2021, nesta data, SLC Agrícola e Terra Santa ("Companhias"), bem como TS Agro S.A. ("TS Agro"), TS Brasil S.A. ("TS LandCo"), SLC Participações S.A. ("Acionista da SLC") e Bonsucex Holding S.A, Demeter Fundo de Investimento em Ações, Demeter II Fundo de Investimento de Ações Investimento no Exterior e Silvio Tini de Araújo ("Acionistas da Terra Santa"), Gávea Macro Master Fundo de Investimento Multimercado, Gávea Macro Dólar Master Fundo de Investimento Multimercado, Gávea Macro II Master Fundo de Investimento Multimercado, Gávea Macro Plus Master Fundo de Investimento Multimercado e Bradseg GIF IV Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior, ("Fundos Gávea", e, em conjunto com os Acionistas da Terra Santa e a Acionista da SLC, os "Acionistas") celebraram um Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da combinação dos negócios da SLC Agrícola aos da operação agrícola da Terra Santa (excluindo terras e benfeitorias), mediante incorporação das ações da Terra Santa pela SLC, de acordo com os artigos 252, 224 e 225 da Lei nº 6.404/76 ("Incorporação de Ações" ou "Operação").

A combinação de negócios possibilitará maior geração de valor aos acionistas de ambas as empresas, otimizando resultados, dadas as sinergias e melhoria na estrutura de capital, possibilitando aumento da produção, redução de custos e o consequente incremento na oferta de alimentos e fibras, produzidos de forma sustentável em fazendas maduras localizadas no Mato Grosso.

Considerando os ajustes definidos no Acordo, o valor total atribuído à operação agrícola da Terra Santa (excluído o valor das terras e benfeitorias) é equivalente a R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), acrescido de cerca de R\$ 203.000.000,00 (duzentos e três milhões de reais) de outros ativos, totalizando aproximadamente R\$ 753.000.000,00 (setecentos e cinquenta e três milhões de reais), que refletem a apuração de contas de capital de giro, ativo fixo e determinados ativos. A relação de troca da Incorporação de Ações considera um valor líquido (*equity value*) de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), sendo o remanescente equivalente a assunção de dívida e/ou caixa, conforme vier a ser o caso e determinado pela variação no saldo das contas até o fechamento da Operação.

Os principais termos da Operação encontram-se descritos abaixo:

1. Reorganização Societária

Em preparação à Operação pretendida, a Terra Santa realizará uma reorganização societária (“Reorganização Societária”) para:

(a) transferir da Terra Santa para a TS Agro as ações da TS LandCo, todos os imóveis, ativos, obrigações, passivos e direitos a serem segregados (especialmente propriedades rurais e correspondentes benfeitorias), não compreendidos no perímetro da Operação; e

(b) implementar uma redução de capital da Terra Santa, mediante a entrega das ações da TS Agro aos seus acionistas, a ser consumada simultaneamente à implementação da Operação.

Como parte da Reorganização Societária, deverá ser obtido perante a CVM o registro de companhia aberta da TS Agro na categoria A de emissores e ser listada no segmento do Novo Mercado da B3.

A Reorganização Societária deverá ser implementada antes do fechamento da Operação e integralmente consumada simultaneamente à implementação da Operação.

Adicionalmente, a Terra Santa celebrará, na Data de Fechamento, contratos de arrendamento com a TS LandCo, com prazo de vigência inicial de 20 anos e preços em condições de mercado.

2. Relação de Troca

Sujeito aos termos e condições previstos no Acordo, na data de consumação da Incorporação de Ações (“Data de Fechamento”), serão emitidas pela SLC e atribuídas aos acionistas e detentores de Bônus de Subscrição da Terra Santa um total de 2.516.454 (duas milhões,

quinzentas e dezesseis mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, as quais representarão na Data de Fechamento, em bases totalmente diluídas, 1,3% (um vírgula três por cento) do capital social total e votante da SLC (“Participação Final”).

Para fins da determinação da Relação de Troca, a ação da SLC foi avaliada em R\$25,83 (vinte e cinco reais e oitenta e três centavos) por ação, valor este determinado com base no preço médio ponderado por volume (“VWAP”) nos 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores a 26 de novembro de 2020.

Na hipótese de implementação de resgate, desdobramento, grupamento, bonificação em ações ou qualquer outro evento que impacte as premissas consideradas pelas partes para a determinação da Participação Final, a relação de troca será ajustada de modo que a Incorporação de Ações resulte na Participação Final.

3. Bônus de Subscrição

Em relação aos bônus de subscrição de emissão da Terra Santa (“Bônus de Subscrição”), como preparação para a Incorporação de Ações, a Terra Santa deverá realizar, previamente à Data de Fechamento, uma Assembleia Geral de Acionistas para aprovação de eventuais alterações em seus termos e condições, de modo a facilitar o seu exercício, bem como aprovar o cancelamento e substituição dos Bônus de Subscrição não exercidos por ações da SLC no âmbito da Incorporação de Ações. Dentre as eventuais alterações, incluem-se:

- (i) a possibilidade de ajuste do preço de exercício, calculado da seguinte forma:

$$\text{Preço de Exercício Ajustado} = \text{Preço de Exercício Original} - \text{Desconto}$$

Desconto = R\$ 1,57, sendo esse desconto calculado pela diferença entre (a) o VWAP de TESA12 e (b) o VWAP de TESA3 subtraído o Preço de Exercício Original, em ambos os casos considerados os 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores à presente data

sendo que o VWAP TESA12 é de R\$ 17,41 (dezessete reais e quarenta e um centavos) e o VWAP TESA3 é de R\$ 29,35 (vinte e nove reais e trinta e cinco centavos)

- (ii) a entrega de seus Bônus de Subscrição e recebimento de um número de ações de Terra Santa sem a necessidade de pagamento do preço de exercício, calculado da seguinte forma:

Número de Ações Terra Santa = Número de Bônus de Subscrição x 0,5933, sendo esse multiplicador calculado com base no ratio entre o VWAP de TESA12 e o VWAP de TESA3 nos 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores à presente data

sendo que quaisquer frações serão pagas em dinheiro, considerando o mesmo ratio e VWAP indicados acima

Em virtude da Incorporação de Ações, nos termos do Acordo, os Bônus de Subscrição remanescentes na Data de Fechamento deverão ser cancelados e substituídos por um número de ações da SLC, calculado da seguinte forma:

Número de Ações SLC = Número de Bônus de Subscrição x 0,4606, sendo esse multiplicador calculado com base no ratio entre o VWAP de TESA 12 e o VWAP de SLC3 nos 60 (sessenta) últimos pregões da B3 anteriores à presente data

Alternativamente, caso haja qualquer detentor de Bônus de Subscrição que não concorde em tornar-se acionista da SLC, em virtude do cancelamento e substituição dos seus respectivos Bônus de Subscrição por ações da SLC, tal detentor terá um prazo a contar da assembleia geral mencionada acima para solicitar que, quando da consumação da Incorporação de Ações, a SLC venda ao preço da B3 em tal data, juntamente com eventuais frações de ações de emissão da SLC decorrentes da Incorporação de Ações, as ações a que tal detentor teria direito, e entregue os recursos líquidos de taxas ao referido detentor que houver assim solicitado.

Caso o cancelamento e substituição dos Bônus de Subscrição descritos nos itens acima resulte em eventuais frações de ações da SLC, o Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações deverá prever que tais ações sejam grupadas em números inteiros para, em seguida, serem vendidas no mercado à vista, administrado pela B3, após a consumação da Incorporação de Ações, nos termos de aviso aos acionistas a ser oportunamente divulgado pela administração da SLC. Os valores auferidos na referida venda serão disponibilizados líquidos de taxas aos detentores de Bônus de Subscrição da Terra Santa titulares das respectivas frações, proporcionalmente à sua participação em cada ação vendida.

Os Acionistas da Terra Santa, comprometeram-se, nos termos do Acordo, a, antes da consumação da Incorporação de Ações, exercer todos os direitos relativos aos seus respectivos Bônus de Subscrição, nos termos descritos no item (i) acima, de modo a receberem as ações da Terra Santa equivalentes previamente à conclusão da Reorganização Societária.

4. Aprovação dos Acionistas, demais Condições Precedentes e Aprovação pelas Autoridades Antitruste

A Operação está condicionada à obtenção da aprovação dos acionistas das Companhias em suas respectivas assembleias gerais de acionistas, bem como à verificação de outras determinadas condições precedentes usuais para operações desta natureza ("Condições Precedentes").

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 7 de janeiro de 2021, a Operação foi aprovada, sem restrições, pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

5. Compromisso de Voto dos Acionistas

Os Acionistas concordaram expressamente, de forma irrevogável e irretratável, a participarem das suas respectivas Assembleias Gerais de Acionistas a serem oportunamente convocadas, e a votarem pela aprovação, sem restrições, da Operação e demais questões relacionadas à Operação, conforme aplicável, de acordo com os termos e condições previstos no Acordo.

6. Indenização

A TS LandCo e a TS Agro, na qualidade de garantidoras e beneficiárias de determinadas obrigações do Acordo, a partir da Data de Fechamento, concordaram em indenizar, defender e manter indenidos a SLC e suas afiliadas (incluindo a Terra Santa, após o Fechamento) contra perdas decorrentes de ou relacionadas a determinados atos, fatos, omissões, eventos e/ou circunstâncias detalhados no Acordo. O Acordo também prevê que essas companhias farão jus ao valor líquido de determinados ativos contingentes que vierem a ser realizados pela Terra Santa. Por sua vez, a SLC concordou em indenizar, defender e manter indenidos a Terra Santa (antes do Fechamento) ou a TS Agro e TS LandCo (após o Fechamento) e suas afiliadas contra perdas decorrentes de ou relacionadas a determinados atos, fatos, omissões, eventos e/ou circunstâncias detalhados no Acordo.

7. Não-Concorrência e Não-Aliciamento

A TS LandCo e a TS Agro obrigaram-se a, diretamente ou por intermédio de interposta pessoa, por si e por suas controladas, pelo período de 5 (cinco) anos após a Data de Fechamento, determinadas restrições de não-concorrência e não-aliciamento. Por outro lado, a SLC obrigou-se a, diretamente ou por intermédio de interposta pessoa, por si e por suas controladas, pelo período de 5 (cinco) anos após a Data de Fechamento, determinadas restrições de não-aliciamento.

8. Multa por Quebra

Caso o Acordo seja rescindido, em decorrência de dolo ou qualquer outro ato ou omissão em má-fé pela outra parte, como forma de compensação por qualquer perda sofrida pela parte inocente em relação à elaboração, negociação e anúncio público da Incorporação de Ações e do Acordo, a parte inadimplente pagará à parte inocente uma multa prefixada de natureza compensatória, no valor total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), corrigida pela variação positiva do IPCA.

9. Direito de Retirada

Conforme disposto nos artigos 252, § 2º e 137, § 1º da Lei das S.A., será garantido o direito de retirada aos acionistas da SLC e da Terra Santa que não votarem favoravelmente à Incorporação de Ações, que se abstiverem de votar ou que não comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária pertinente, e que manifestarem expressamente sua intenção de exercer o direito de retirada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação da ata de Assembleia Geral Extraordinária que aprovar a Incorporação de Ações. O direito de retirada, com o consequente pagamento do reembolso, somente será assegurado com relação às ações de emissão da SLC e da Terra Santa de que o acionista era, comprovadamente, titular desde o encerramento do pregão do dia 25 de março de 2021 e mantidas pelo acionista, ininterruptamente, até a data do efetivo exercício do direito de retirada.

Os acionistas dissidentes da SLC terão direito ao reembolso de suas ações, a ser calculado com base no valor do patrimônio líquido da ação da SLC em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrações financeiras da SLC a serem aprovadas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2021, sem prejuízo do levantamento de balanço especial, nos termos da legislação aplicável.

Os acionistas dissidentes da Terra Santa terão direito ao reembolso de suas ações, a ser calculado com base no valor do patrimônio líquido da ação da Terra Santa em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrações financeiras da Terra Santa a serem aprovadas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021, sem prejuízo do levantamento de balanço especial, nos termos da legislação aplicável.

10. Retenção do IRRF

No caso de acionistas não residentes detentores de ações da Terra Santa, em que será realizada a retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”) relativa ao eventual ganho de capital realizado na Incorporação de Ações, na forma do art. 21, § 6º da Instrução Normativa RFB 1.455/14, com a redação dada pela Instrução Normativa RFB 1.732/17, a SLC reserva-se o direito de: (a) fazer a retenção do IRRF relativo ao eventual ganho de capital do acionista não residente da Terra Santa que não apresentar, diretamente ou por meio de seus agentes de custódia, até a data fixada em aviso aos acionistas a ser divulgado oportunamente, a comprovação documental do custo médio de aquisição das suas ações da Terra Santa que demonstrem a inexistência de ganho de capital tributável; (b) cobrar eventual montante do IRRF de tal acionista; e (c) em caso de inadimplemento de tal acionista, compensar o montante do IRRF eventualmente recolhido pela companhia em nome do investidor estrangeiro não residente com quaisquer créditos devidos contra o investidor estrangeiro, incluindo, sem limitação, o valor

de quaisquer dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos que venham a ser declarados e/ou pagos pela SLC a qualquer tempo.

Acesso a Informações e Documentos

O Acordo e a apresentação da Operação estarão à disposição dos respectivos acionistas das Companhias, na forma da lei e regulamentação aplicáveis, nos websites de Relações com Investidores da SLC (<http://ri.slccagricola.com.br/>) e da Terra Santa (<http://ri.terrasantaagro.com/>).

O Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações, o laudo de avaliação relativo ao aumento de capital da SLC decorrente da Incorporação de Ações e os demais documentos pertinentes a serem submetidos às deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias de ambas as Companhias, incluindo as informações exigidas nos termos da Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015, serão oportunamente divulgados quando da convocação das Assembleias Gerais de Acionistas das Companhias.

Assessores

O Banco Morgan Stanley atuou como assessor financeiro exclusivo da SLC e o Itaú BBA e o Bradesco BBI atuaram como assessores financeiros exclusivos da Terra Santa. Os escritórios de advocacia Pinheiro Neto Advogados e Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados estão atuando como assessores legais da SLC e da Terra Santa, respectivamente.

As Companhias comprometem-se a manter seus respectivos acionistas e o mercado informados sobre fatos subsequentes relacionados à Operação, na forma da lei e da regulamentação da CVM.

Porto Alegre, 25 de março de 2021.

São Paulo, 25 de março de 2021.

Ivo Marcon Brum

Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores
SLC Agrícola S.A.

Alexandre Segadilha Adler

Diretor Executivo Financeiro e de Relações
com Investidores
Terra Santa Agro S.A.



MATERIAL FACT

Investor Relations
+55 (51) 3230-7864/7797
ri@slcagricola.com.br

Investor Relations
+55 (11) 3137-3100
ri@tsagro.com

BUSINESS COMBINATION OF SLC AGRÍCOLA AND TERRA SANTA AGRO

SLC Agrícola S.A. (B3: SLCE3; ADR's: SLCJY; Bloomberg: SLCE3: BZ; Refinitiv: SLCE3.SA) ("SLC") and **Terra Santa Agro S.A.** (B3: TESA3; Bloomberg: TESA3: BZ; Refinitiv: TESA3 .SA) ("Terra Santa"), pursuant to Law No. 6,404/76 and CVM Ruling No. 358/02, inform its respective shareholders, the market in general and other interested parties, that, in continuity with the Material Fact released on November 26, 2020 and the Notice to the Market released on January 7, 2021, on this date, SLC and Terra Santa ("Companies"), as well as TS Agro S.A. ("TS Agro"), TS Brasil S.A. ("TS LandCo"), SLC Participações S.A. ("SLC Shareholder") and Bonsucex Holding S.A., Demeter Fundo de Investimento em Ações, Demeter II Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior and Silvio Tini de Araújo ("Terra Santa Shareholders"), Gávea Macro Master Fundo de Investimento Multimercado, Gávea Macro Dólar Master Fundo de Investimento Multimercado, Gávea Macro II Master Fundo de Investimento Multimercado, Gávea Macro Plus Master Fundo de Investimento Multimercado and Bradseg GIF IV Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior ("Gávea Funds" and, together with the Terra Santa Shareholders and SLC Shareholder, the "Shareholders") entered into an Association Agreement and Other Covenants ("Agreement"), pursuant to which the terms and conditions for the implementation of the combination of SLC businesses with the agricultural operation of Terra Santa (excluding land and improvements), by means of a merger of Terra Santa shares into SLC, in accordance with articles 252, 224 and 225 of Law No. 6,404/76 ("Merger of Shares" or "Operation").

The business combination will enable greater value generation for the shareholders of both Companies, optimizing results, considering the synergies and improvement in the capital structure, enabling an increase in production, cost reduction and the consequent increase in the supply of food and fibers, produced in a sustainable manner on mature farms located in Mato Grosso.

Considering the adjustments defined in the Agreement, the total amount attributed to the agricultural operation of Terra Santa (excluding the value of the land and improvements) is equivalent to BRL 550,000,000.00 (five hundred and fifty million Brazilian reais), added by approximately BRL 203,000,000.00 (two hundred and three million Brazilian reais) of other assets, totaling approximately BRL 753,000,000.00 (seven hundred and fifty three million Brazilian reais), which reflect the calculation of working capital, fixed assets and certain other assets. The exchange ratio for the Merger of Shares considers a net equity value of BRL 65,000,000.00 (sixty-five million Brazilian reais), the remainder being equivalent to the assumption of debt and/or cash, as the case may be and determined by the variation in the balance of such accounts until closing of the Operation.

The main terms of the Operation are described below:

1. Corporate Reorganization

In preparation for the intended Operation, Terra Santa will implement a corporate reorganization ("Corporate Reorganization") to:

(a) transfer from Terra Santa to TS Agro of the shares of TS LandCo, all real estate assets, assets, obligations, liabilities and rights to be segregated (especially rural properties and corresponding improvements), not included in the perimeter of the Operation; and

(b) implement a capital reduction of Terra Santa, by means of the delivery of TS Agro's shares to its shareholders, to be consummated simultaneously to the implementation of the Operation.

As part of the Corporate Reorganization, TS Agro must obtain the publicly-held company registration in category A of issuers before the CVM and be listed in the B3 "*Novo Mercado*" segment.

The Corporate Reorganization must be implemented before the closing of the Operation and will be fully consummated simultaneously to the implementation of the Operation.

Additionally, on the Closing Date, Terra Santa will enter into rural lease agreements with TS LandCo, with an initial term of 20 years and prices under market conditions.

2. Exchange Ratio

Subject to the terms and conditions provided in the Agreement, on the consummation date of the Merger of Shares ("Closing Date"), a total of 2,516,454 (two million, five hundred and sixteen thousand, four hundred and fifty-four) common shares will be issued by SLC and attributed to the shareholders and holders of Subscription Warrants of Terra Santa, which will represent on the Closing Date, on a fully diluted basis, 1.3% (one point three percent) of the total and voting share capital of SLC ("Final Equity").

For purposes of determining the Exchange Ratio, the SLC share was evaluated at BRL 25.83 (twenty-five Brazilian *reais* and eighty-three cents) per share, which was determined based on the volume-weighted average price ("VWAP") in the last 60 (sixty) trading sessions of B3 prior to November 26, 2020.

In the event of the implementation of redemption, split, reverse split, share bonus or any other event that impacts the premises considered by the parties for the determination of the Final Equity, the exchange ratio will be adjusted so that the Merger of Shares results in the Final Equity.

3. Subscription Warrant

Regarding the subscription warrants issued by Terra Santa ("Subscription Warrant"), in preparation for the Merger of Shares, Terra Santa must hold, prior to the Closing Date, a General Shareholders' Meeting for the approval of any changes to its terms and conditions, in order to facilitate its exercise, as well as to approve the cancellation and replacement of the Subscription Warrants not exercised by SLC shares under the Merger of Shares. Possible changes include:

- (i) the possibility of adjusting the exercise price, calculated as follows:

$$\text{Adjusted Exercise Price} = \text{Original Exercise Price} - \text{Discount}$$

Discount = BRL 1.57, this discount being calculated by the difference between (a) the VWAP of TESA12 and (b) the VWAP of TESA3 subtracted the Original Exercise Price, in both cases considered the last 60 (sixty) trading sessions of B3 prior to this date

considering that VWAP TESA 12 is BRL 17.41 (seventeen Brazilian reais and forty one cents) and VWAP TESA3 is BRL 29.35 (twenty nine Brazilian reais and thirty five cents)

- (ii) the delivery of its Subscription Warrants and receipt of a number of Terra Santa shares without the need to pay the exercise price, calculated as follows:

Number of Terra Santa Shares = Subscription Warrant Number x 0.5933, this multiplier being calculated based on the ratio between the VWAP of TESA12 and the VWAP of TESA3 in the last 60 (sixty) trading sessions of B3 prior to the present date.

considering that any fractions will be paid in cash, considering the same ratio and VWAP indicated above

As a result of the Merger of Shares, under the terms of the Agreement, the Subscription Warrants remaining on the Closing Date shall be cancelled and replaced by a number of SLC shares, calculated as follows:

Number of SLC Shares = Number of Subscription Warrant x 0.4606, this multiplier being calculated based on the ratio between the VWAP of TESA 12 and the VWAP of SLC3 in the last 60 (sixty) trading sessions of B3 prior to the present date.

Alternatively, if there is any holder of a Subscription Warrant that does not agree to become a shareholder of SLC, due to the cancellation and replacement of their respective Subscription Warrant for shares of SLC, such holder will have a certain period as of the general meeting mentioned above to request that, when the Merger of Shares is consummated, SLC sells at the price of B3 on such date, jointly with any fractions of shares issued by SLC arising from the Merger of Shares, the shares to which such holder would be entitled to, and deliver the proceeds net of fees to the aforementioned holder that so requested.

If the cancellation and replacement of the Subscription Warrants described in the items above result in possible fractions of shares of SLC, the Protocol and Justification for the Merger of Shares shall provide for such shares to be grouped in whole numbers to be subsequently sold in the market on demand, managed by B3, after the consummation of the Merger of Shares, pursuant to the notice to shareholders to be disclosed in due course by the management of SLC. The amounts earned in such sale will be made available net of fees to the holders of Terra Santa's Subscription Warrants of the respective fractions, proportionally to their participation in each share sold.

The Terra Santa Shareholders have committed, under the terms of the Agreement, to, before the consummation of the Merger of Shares, exercise all rights related to their respective

Subscription Warrants, subject to the terms described in item (i) above, in order to receive the equivalent Terra Santa shares prior to the conclusion of the Corporate Reorganization.

4. Shareholders' Approval, other Conditions Precedent and Approval by Antitrust Authorities

The Operation is subject to the obtainment of the approval by the Companies' shareholders at their respective general shareholders' meetings, as well as the verification of other certain customary conditions precedent for operations of this nature ("Conditions Precedent").

According to the Notice to the Market released on January 7, 2021, the Operation was approved, without restrictions, by CADE – Administrative Council for Economic Defense (*Conselho Administrativo de Defesa Econômica*).

5. Shareholder Voting Commitment

The Shareholders expressly agreed, irrevocably and irreversibly, to participate in their respective General Shareholders' Meetings to be convened in due course, and to vote for the approval, without restrictions, of the Operation and other matters related to the Operation, as applicable, in accordance with the terms and conditions provided for in the Agreement.

6. Indemnification

TS LandCo and TS Agro, as guarantors and beneficiaries of certain obligations of the Agreement, as of the Closing Date, have agreed to indemnify, defend and hold SLC and its affiliates (including Terra Santa, after Closing) harmless against losses arising from or related to certain acts, facts, omissions, events and/or circumstances detailed in the Agreement. The Agreement also provides that such companies will be entitled to the net value of certain contingent assets that may be received by Terra Santa. On the other hand, SLC has agreed to indemnify, defend and hold Terra Santa (before Closing) or TS Agro and TS LandCo (after Closing) and its affiliates harmless against losses arising from or related to certain acts, facts, omissions, events and/or detailed circumstances in the Agreement.

7. Non-Compete and Non-Solicitation

TS LandCo and TS Agro have undertaken, directly or through an intermediary person, by themselves and their subsidiaries, for the period of 5 (five) years after the Closing Date, certain

restrictions of non-competition and non-solicitation. On the other hand, SLC has undertaken to directly or through an intermediary person, by itself and its subsidiaries, for a period of 5 (five) years after the Closing Date, certain non-solicitation restrictions.

8. Break-up Fee

If the Agreement is terminated, as a result of willful misconduct or any other act or omission in bad faith by the other party, as a form of compensation for any loss suffered by the innocent party in relation to the preparation, negotiation and public announcement of the Merger of Shares and the Agreement, the defaulting party will pay the innocent party a fixed-rate fine of a compensatory nature, in the total amount of BRL 200,000,000.00 (two hundred million Brazilian reais), corrected by the positive variation of the IPCA.

9. Right of Withdrawal

As provided for in articles 252, § 2 and 137, § 1 of the Brazilian Corporation Law, the right of withdrawal will be guaranteed to shareholders of SLC and Terra Santa that do not vote in favor of the Merger of Shares, that abstain from voting or that do not attend to the relevant Extraordinary General Meeting, and who expressly manifest their intention to exercise the right of withdrawal, within 30 (thirty) days as of the date of publication of the minutes of the Extraordinary General Meeting that approves the Merger of Shares. The right of withdrawal, with the consequent payment of reimbursement, will only be ensured in relation to the shares issued by SLC and Terra Santa of which the shareholder was, evidently, holder since the closing of the trading session of March 25, 2021 and maintained by the shareholder, without interruption, until the date of the effective exercise of the right of withdrawal.

Dissenting shareholders of SLC will be entitled to a refund of their shares, to be calculated based on the equity value of SLC's share on December 31, 2020, according to SLC's financial statements to be approved at the Annual Shareholders' Meeting to be held in April 29, 2021, without prejudice to the drawing up of a special balance sheet, pursuant to the applicable legislation.

Dissenting shareholders of Terra Santa will be entitled to a refund of their shares, to be calculated based on the equity value of Terra Santa's share on December 31, 2020, according to Terra Santa's financial statements to be approved at the Annual Shareholders' Meeting to be held in April 22, 2021, without prejudice to the drawing up of a special balance sheet, pursuant to the applicable legislation.

10. Withholding IRRF

In the case of non-resident shareholders holding Terra Santa shares, in which the Withholding Income Tax (*Imposto de Renda Retido na Fonte* or “IRRF”) will be withheld on the eventual capital gain incurred on the Merger of Shares, pursuant to article 21, § 6 of Normative Instruction RFB 1.455/14, as amended by Normative Instruction RFB 1.732/17, SLC reserves the right to: (a) withhold the IRRF related to the eventual capital gain of the non-resident shareholder of Terra Santa who does not submit, directly or through their custody agents, until the date set in a notice to shareholders to be released in due time, documentation evidencing the average cost of acquisition of their shares of Terra Santa that demonstrate the inexistence of taxable capital gain; (b) demand any IRRF amount from such shareholder; and (c) in the event of default by such shareholder, compensate the amount of the IRRF eventually collected by the company on behalf of the non-resident investor with any credits held against the foreign investor, including, without limitation, the value of any dividends, interest on equity and other earnings that may be declared and/or paid by SLC at any time.

Access to Information and Documents

The Agreement and the presentation of the Operation will be made available to the respective shareholders of the Companies, in accordance with the applicable law and regulation, on the SLC Investor Relations websites (<http://ri.slcagricola.com.br/>) and Terra Santa’s (<http://ri.terrasantaagro.com/>).

The Protocol and Justification for the Merger of Shares, the appraisal report related to the capital increase of SLC resulting from the Merger of Shares and the other relevant documents to be submitted to the deliberations of the Extraordinary General Meetings of both Companies, including the information required under the terms of CVM Ruling No. 565, of June 15, 2015, will be disclosed in due time when the General Shareholders’ Meetings of the Companies are called.

Advisors

Morgan Stanley Bank acted as exclusive financial advisor to SLC and Itaú BBA and Bradesco BBI acted as exclusive financial advisors for Terra Santa. The law firms Pinheiro Neto Advogados and Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. and Quiroga Advogados are acting as legal advisors to SLC and Terra Santa, respectively.



The Companies undertake to keep their respective shareholders and the market informed of subsequent facts related to the Operation, pursuant to the law and CVM regulations.

Porto Alegre, March 25, 2021.

São Paulo, March 25, 2021.

Ivo Marcon Brum

Chief Financial and Investor Relations Officer

SLC Agrícola S.A.

Alexandre Segadilha Adler

Chief Financial and Investor Relations Officer

Terra Santa Agro S.A.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2021

Relatório de Administração 2021

Porto Alegre, 15 de março de 2022

SLC AGRÍCOLA S.A. (Bovespa: SLCE3; ADR: SLCJY; Bloomberg: SLCE3BZ; Reuters: SLCE3.SA), uma das maiores produtoras mundiais de grãos e fibras, apresenta hoje seus resultados do ano de 2021. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas de acordo com as normas internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS). As informações foram elaboradas em base consolidada e estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário

NOTA: 2020 e 2021 se referem ao período acumulado de doze meses, de janeiro a dezembro. AH refere-se à variação horizontal percentual entre dois períodos e AV refere-se à representatividade percentual da conta sobre um determinado total.

NOTA: a partir de 01/07/2021, a Companhia passou a ter o controle da gestão e diretrizes dos negócios da Terra Santa Agro S.A., passando esta a ser uma subsidiária integral da SLC Agrícola S.A. A partir do 3T21, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas passaram a incorporar os resultados da Terra Santa Agro S.A. Para manter a comparabilidade entre os períodos, os dados relativos a 2020 refletem a combinação

entre os dados divulgados pela SLC Agrícola e pela Terra Santa Agro em ambos os períodos.

Nomenclaturas:

“Dados Combinados”: soma dos dados divulgados pela SLC Agrícola S.A. (Consolidado) com os dados divulgados pela Terra Santa Agro S.A. (Controladora), atualmente subsidiária integral da SLC agrícola S.A.

“2020 combinado”: significa estritamente a soma dos dados divulgados pela SLC Agrícola S.A. (relativos a 2020 – janeiro a dezembro/2020) + Dados divulgados pela Terra Santa Agro S.A. (Controladora, relativos ao período de julho a dezembro de 2020), atualmente subsidiária integral da SLC Agrícola S.A.

“2020”: significa dados com base nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas que consideram as operações da companhia e de suas controladas relativo ao período acumulado de doze meses (janeiro a dezembro de 2020).

“2021”: significa dados com base nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas que consideram as operações da Companhia e de suas controladas relativo ao período acumulado de doze meses (janeiro a dezembro/2021). A partir do terceiro trimestre de 2021, a Terra Santa Agro S.A., passou a ser subsidiária integral.

Fale com o RI

ri@slcagricola.com.br
(55) (51) 32307797/7799
Rua Nilo Peçanha, 2900, sala 301
Bairro Boa Vista – Porto Alegre (RS)
CEP: 91330-002

Acesse nosso site

<http://ri.slcagricola.com.br>
<https://www.slcagricola.com.br/>

+ Clique aqui

e conheça também o Relatório Integrado, com mais informações sobre a estratégia e o desempenho da Companhia em aspectos ESG (Environmental, Social and Governance).

Equipe de Relações com Investidores



Ivo Marcon Brum

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Stéfano Bing

Analista de Relações com Investidores



Rodrigo Machado Gelain

Gerente Financeiro e de Relações com Investidores



Júlia Soares

Assistente de Relações com Investidores



Alisandra Reis

Coordenadora de Relações com Investidores

Índice

5 Mensagem da Administração

8 Perfil

- 10 Prêmios e reconhecimentos
- 11 Estratégia
- 13 Governança corporativa
- 14 Inovação
- 15 Gestão de riscos
- 15 Certificações e qualidade

16 Panorama de mercado

- 16 Commodities
- 16 Algodão
- 18 Soja
- 19 Milho

21 Desempenho operacional

- 21 Área plantada
- 21 Produtividades
- 22 Custo de produção

23 Desempenho financeiro

- 23 Análise do demonstrativo de resultados
- 30 Análise do demonstrativo de fluxo de caixa
- 32 Dividendos
- 33 Mercado de capitais
- 34 Posição de *hedge*
- 35 Indicadores de retorno

36 ESG

- 37 Meio ambiente
- 39 Social
- 40 Governança

41 Informações adicionais

- 41 Área plantada
- 41 Avaliação de terras
- 41 Banco de terras
- 42 Portfólio de terras
- 42 Parque de máquinas e capacidade de armazenagem
- 42 Valor Líquido dos Ativos
- 43 Endividamento

44 Auditoria independente

44 Aderência à Câmara de Arbitragem

44 Aviso legal

45 Demonstrações financeiras

ÍNDICE DE REFERÊNCIAS

Figuras

Figura 1 Mapa das operações	9
Figura 2 Eevolução da nossa estratégia	12
Figura 3 Estrutura de governança corporativa	13
Figura 4 Evolução da área certificada (mil hectares)	15
Figura 5 Variação nos preços (<i>commodities</i> selecionadas) – jan/20 – jan/21	16
Figura 6 Preços do algodão no mercado internacional e no Brasil	16
Figura 7 Consumo mundial de algodão.....	17
Figura 8 Balanço mundial de oferta e demanda de algodão	17
Figura 9 Exportação brasileira anual de algodão	17
Figura 10 Preços da soja no mercado internacional e no Brasil.....	18
Figura 11 Consumo mundial de soja.....	18
Figura 12 Exportação brasileira anual de soja.....	19
Figura 13 Balanço mundial de oferta e demanda de soja.....	19
Figura 14 Preços do milho no mercado internacional e no Brasil	19
Figura 15 Exportação brasileira anual de milho.....	20
Figura 16 Consumo mundial de milho.....	20
Figura 17 Balanço mundial de oferta e demanda de milho	20
Figura 18 Evolução da relação Dívida Líquida X EBITDA Ajustado	31
Figura 19 Dividend Yield	32
Figura 20 Desempenho das ações da SLCE3	33
Figura 21 Evolução da escolaridade.....	39
Figura 22 Manifestações recebidas no Canal de Denúncias.....	40
Figura 23 Movimentação da Dívida Bruta Ajustada (R\$ mil)	43
Figura 24 Cronograma de amortização da Dívida Bruta Ajustada (R\$ mil).....	43
Figura 25 Perfil do Endividamento Bruto Ajustado.....	43
Figura 26 Endividamento Bruto Ajustado por indexador e instrumento	43

Tabelas

Tabela 1 Área plantada por cultura – safra 2020/2021 X 2021/2022	21
Tabela 2 Produtividade orçada safra 2021/2022	21
Tabela 3 Custo orçado de produção por cultura safra 2021/2022	22
Tabela 4 Custo orçado de produção em R\$/ha safra 2021/2022	22
Tabela 5 Reconciliação do EBITDA Ajustado.....	23
Tabela 6 Receita Líquida	24
Tabela 7 Volume faturado (toneladas)	24
Tabela 8 Volume faturado (cabeças).....	24
Tabela 9 Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	24
Tabela 10 Custo dos produtos vendidos	25
Tabela 11 Realização do Valor Justo dos Ativos Biológicos	25
Tabela 12 Resultado Bruto – algodão em pluma.....	26
Tabela 13 Resultado Bruto – caroço de algodão	26
Tabela 14 Resultado Bruto – soja.....	26
Tabela 15 Resultado Bruto – milho	26
Tabela 16 Resultado Bruto – rebanho bovino	27
Tabela 17 Resultado Bruto	27
Tabela 18 Despesas com Vendas	28
Tabela 19 Despesas Administrativas	28
Tabela 20 Resultado Financeiro Líquido Ajustado.....	29
Tabela 21 Resultado Líquido	29
Tabela 22 Fluxo de Caixa Resumido	30
Tabela 23 CAPEX	30
Tabela 24 Dívida Financeira Líquida	31
Tabela 25 Proposta de distribuição de resultados	32
Tabela 26 Posição atualizada de <i>hedge</i>	34
Tabela 27 Retorno sobre o Patrimônio Líquido	35
Tabela 28 Retorno sobre o Capital Investido	35
Tabela 29 Inventário de GEE	37
Tabela 30 Captação de água por fonte	37
Tabela 31 Destinação de resíduos por método	38
Tabela 32 Área plantada safra 2021/2022.....	41
Tabela 33 Banco de terras	41
Tabela 34 Portfólio de terras	42
Tabela 35 Parque de máquinas e capacidade de armazenagem	42
Tabela 36 Valor Líquido dos Ativos (NAV)	42

Mensagem da Administração

Notável e desafiante, o ano de 2021 foi marcado pelo crescimento e por resultados recordes! Nosso Sonho Grande, “Impactar gerações futuras, sendo líder mundial em eficiência no negócio agrícola e respeito ao planeta.”, nos guiou para uma estratégia clara e bem definida com visão de longo prazo, indicando quem somos e onde almejamos chegar.

Passamos por mais um ano de pandemia, mais preparados e fortalecidos, devido aos aprendizados desse evento epidêmico em que o mundo precisou se adaptar às novas formas de se relacionar e de se comunicar.

Mais do que nunca a geração de valor interconectada através dos capitais humano, natural, manufaturado, financeiro, intelectual e social e de relacionamento são imprescindíveis para a sustentabilidade e longevidade do negócio.

A nossa estratégia possui fortes pilares de atuação que visam dar suporte ao crescimento da Companhia.

O primeiro pilar é o **Crescimento Asset Light**. Em 2021, realizamos duas importantes transações: a combinação de negócios com Terra Santa Agro S.A. e o contrato de arrendamento com a Agrícola Xingu S.A.

A operação de combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A. adicionou ao portfólio de área plantada arrendada da Companhia 145 mil hectares em áreas maduras no Mato Grosso, importante estado em termos de produção no Brasil. A operação foi finalizada em julho, com uma contraprestação líquida de R\$193,0 milhões com ágio de R\$47,4 milhões. O contrato de arrendamento é de longo prazo, ou seja, 20 anos. Em 01/11/2021 foi aprovada através de Assembleia Geral Extraordinária a alteração da razão social da Terra Santa Agro S.A. para SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. A transição de pessoas e processos, importante fator em transações desse porte, foi bem-sucedida. Mantivemos a taxa de turnover dentro do projeto e, pelo lado operacional, conseguimos manter a eficiência.

Celebramos o contrato de arrendamento com a Agrícola Xingú S.A. através do qual a Companhia adicionou mais 39.034 hectares, distribuídos entre os municípios de Correntina/BA (34.284 hectares) e Unai/MG (4.749 hectares) com uma área plantada potencial de 45 mil hectares. Áreas desenvolvidas e devidamente licenciadas, que foram destinadas ao plantio de grãos e algodão. O prazo do contrato será de 15 anos para as áreas da Bahia, e de 10 anos para as áreas de Minas Gerais.

E mais recentemente, em fevereiro de 2022, divulgamos a parceria com a Kothe Logística S.A. para a construção de uma Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS) e armazenamento refrigerado, no Mato Grosso. A Companhia vendeu 29 hectares na Fazenda Paiaguás para a Kothe, onde será construída a UBS. O investimento para construção é do parceiro, seu relacionamento com a Companhia é de prestação de serviços, em beneficiamento e armazenamento de sementes. Essa UBS terá capacidade instalada para a produção de 1 milhão de sacas de soja semente em até 5 anos. Essa parceria visa dar suporte ao *business* de sementes que já vem mostrando um importante crescimento e também adiciona valor aos nossos acionistas.

O nosso segundo pilar é **eficiência e distanciamento em relação à média**. Nesse quesito, nossas entregas também foram muito positivas. Em 2021, encerramos a safra 2020/2021 com recorde na produtividade da soja pelo 4º ano consecutivo, atingindo 3.985 kg/ha, ficando 6,2% superior ao projeto inicial e 13,0% superior à média nacional (CONAB – fevereiro/2022). O algodão de 1ª e 2ª safra finalizou com uma produtividade média de 1.848 kg/ha, 0,3% inferior ao projeto inicial, mas 5,3% superior

à safra 2019/2020 e 7,4% superior à média nacional. No milho 2ª safra, obtivemos 5.880 kg/ha de produtividade, com queda de 22,5% em relação ao projeto inicial, mas 45,2% superior à média nacional (CONAB – fevereiro/2022). Em função da menor produtividade média nacional do milho, os preços de mercado se elevaram e o resultado na cultura do milho da Companhia atingiu o resultado financeiro esperado. A queda de produtividade no milho foi ocasionada principalmente pela irregularidade na distribuição dos volumes de chuva ao longo dos meses de março e abril, principalmente no Mato Grosso do Sul.

Iniciamos a safra 2021/2022 em setembro de 2021, com um crescimento de 45,8% em termos de área plantada. Além disso, houve um crescimento de 33,6% em termos de área plantada de segunda safra, o que acentua ainda mais a utilização dos nossos ativos próprios e arrendados sob o nosso controle. Ativos em terras maduras, estrategicamente bem localizadas, visando alto potencial produtivo e redução da exposição à riscos climáticos.

A **solidez financeira e a geração de valor ao acionista** é o terceiro pilar da nossa estratégia. Encerramos o ano de 2021 com recorde em todos os nossos principais in-

Avançamos nos quatro pilares de nossa estratégia. Destacam-se contratos importantes para o crescimento das operações, avanços na produtividade dos cultivos, recordes nos resultados financeiros e conquistas que fortalecem nosso posicionamento ESG internamente e para o mercado

dicadores financeiros. O EBITDA Ajustado alcançou a marca de R\$ 1,685 bilhão, crescimento de 57,0% frente ao ano de 2020, com margem EBITDA ajustada de 38,6%, aumento de 8,0 pontos percentuais. O Lucro Líquido, também recorde, ultrapassou R\$ 1,1 bilhão, finalizando em R\$ 1,131, aumento de 153,3% frente a 2020, com margem líquida de 25,9% e aumento de 13,2 pontos percentuais. No ano, não houve geração de caixa positiva em virtude dos investimentos realizados para aquisição da operação da Terra Santa Agro S.A. e da Agrícola Xingu S.A. Contudo, a Companhia ainda permanece desalavancada, encerrando o período em 1,42x (vezes) Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado. Esse patamar de alavancagem proporciona a continuidade do nosso crescimento, principalmente em novos projetos/oportunidades de investimentos.

A alocação de capital em Recompra de Ações foi um dos investimentos também realizados pela Companhia. Em setembro, aprovamos via Conselho de Administração a realização de um novo Programa de Recompra de Ações no montante de 2 milhões de ações. O plano de recompra está em andamento e as ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para alienação ou cancelamento.

Distribuímos R\$ 232,0 milhões como dividendos e juros sobre o capital próprio, correspondendo a 50% do lucro líquido ajustado da controladora, sendo que, des-

se total, R\$ 32,3 milhões foram pagos em novembro de 2020 a título de juros sobre o capital próprio e R\$ 199,7 milhões pagos em 2021. O *dividend yield* médio foi de 3,3%. Nos últimos cinco anos, o *dividend yield* médio ficou em 5,7%.

Visando aumentar a liquidez do ativo SLCE3, sem desembolso de caixa e adicionando também valor aos nossos acionistas, emitimos em dezembro de 2021 ações a título de Bonificação de Ações. Para tanto, aprovamos na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/12/2021, aumento do capital social no valor total de R\$ 500 milhões, por meio da incorporação de parte do saldo da conta de Reservas Estatutárias, com bonificação de ações à razão de 10%, o que correspondeu à emissão de 19.311.145 novas ações ordinárias, com custo unitário atribuído às ações bonificadas de R\$ 25,89.

Em 2021, divulgamos a nova avaliação do portfólio de terras da SLC Agrícola, que apresentou um valor total de R\$ 6,941 bilhões, com aumento de 75,2% em relação a 2020. O valor médio do hectare cultivável está atualmente em R\$ 35.693, o que eleva o Valor Líquido dos Ativos (NAV) da Companhia para R\$ 8,8 bilhões (posição 4T21), que corresponde a um NAV por ação de R\$ 41,31.

O último, não menos importante, pilar de nossa estratégia é o **protagonismo em ESG**. Em 2021, foram várias ações voltadas a dar suporte a esse importante pilar.

Finalizamos a nossa nova matriz de materialidade, através de ampla pesquisa com os nossos stakeholders. Ao final do estudo, identificamos 10 temas que compõem nossa nova Matriz de Materialidade. Esses temas foram agrupados nos três pilares da agenda ESG e direcionaram a priorização dos conteúdos GRI (Global Reporting Initiative), SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e TCFD (Task Force on Climate-Related Financial Disclosures) utilizados para a elaboração do Relatório Integrado, divulgado nesta data.

Na safra 2020/2021 (agosto/2021), encerramos o ciclo de expansão via transformação de terras brutas, possibilitando, assim, a divulgação do compromisso de não abertura de novas áreas com vegetação nativa para a produção agrícola. Em linha com esse compromisso, 2.872 hectares não serão abertos, mesmo já com a concessão de licença ambiental. A Companhia vai destinar essa área para o banco de terras de vegetação nativa remanescente. Com essa adição, atualmente a SLC Agrícola possui 118 mil hectares de áreas dedicadas a Reserva Legal, Preservação Permanente e vegetação remanescente.

Investimos em treinamentos e políticas de compliance: foram 8 treinamentos para 2.804 pessoas*, envolvendo diversos assun-

* Corresponde à soma de treinamentos realizados (número de participações) e não ao número de pessoas treinadas.

tos importantes, como nosso novo Código de Ética e Conduta, o Canal de Denúncias e outras políticas de compliance. Mantivemos nossa taxa de frequência (acidentes com afastamento para cada 1 milhão de horas trabalhadas) e nosso *turnover* controlados, em 1,9 e 15%, respectivamente, mesmo com as aquisições. Além disso, atingimos 84% de nível de satisfação de nossos colaboradores na pesquisa interna de clima organizacional.

Do lado social, a Companhia fez doações através do Instituto SLC no montante de R\$ 2,2 milhões. Entre as doações realizadas, destaca-se R\$ 1 milhão direcionado para a campanha contra a fome, gerando 180 toneladas de alimentos que vão contribuir para melhorar a realidade de milhares de brasileiros. Uma das instituições beneficiadas foi o Banco de Alimentos do RS. Ao todo, associações, entidades e famílias de mais de 30 municípios, localizados em sete estados brasileiros, receberam cestas básicas. Além disso, R\$ 1,2 milhão foram encaminhados para diversos projetos, como Projeto Educando pela Vida, Projeto de Capacitação em Educação Infantil em Contexto Híbrido, Programa Creche para Todas as Crianças, Inclusão Digital na Escola e Programa Na Mão Certa.

A Companhia utiliza-se de todos os recursos necessários para que suas atividades sejam sustentáveis e responsáveis, usando

as melhores práticas mundiais de forma a impactar positivamente as questões ambientais e sociais onde atua, através de uma produção de baixo carbono, contribuindo para minimizar as mudanças climáticas e alinhando-se a seu Sonho Grande.



Aurélio Pavinato
Diretor-presidente da
SLC Agrícola

Outlook Safra 2021/2022

Olhando para a safra 2021/2022, ano civil 2022, temos algumas premissas importantes que já estão bem definidas: o crescimento de 45,8% em termos de área plantada, nossa posição de *hedge* já fixada (vide tabela 26) e a compra dos insumos que já foi finalizada.

No lado operacional, obtivemos um plantio dentro da janela ideal para a soja, o que trouxe excelente potencial ao desenvolvimento das lavouras. Contudo, na região de Mato Grosso, chuvas um pouco acima do normal afetaram um pouco a produtividade – mas ainda fechamos acima do projeto para a região.

Nas demais regiões, o potencial de produtividade está superior ao projeto. Até 03/03, já estamos com 72,3% colhido, com uma produtividade média projetada de 66,57 sacos, superior em 6,1% em relação ao projeto inicial e 29,2% superior à média nacional estimada (CONAB – fev/2022). O algodão e o milho estão 100% plantados, apresentando bom desenvolvimento.

A posição de *hedge* já fixada pela Companhia apresenta excelentes níveis de preços para todas as nossas culturas, algodão, soja e milho, juntamente com ótimos *strikes* fixados no câmbio (mais detalhes na tabela 26). Isso nos permite estimar que as margens de 2022 serão iguais ou superiores a 2021

Outlook Safra 2022/2023

Em relação às compras de insumos para a safra 2022/2023, até o momento já adquirimos 83% da necessidade para o cloreto de potássio, 49% dos fosfatados e 59% dos defensivos. O nitrogênio (N) ainda não foi comprado, podendo ser negociado até o final do segundo semestre de 2022.

A relação de troca entre preço de *commodities* e fertilizantes está sendo acompanhada e o restante dos insumos será negociado no melhor momento. A política de *hedge* é bem estruturada e visa garantir um bom nível de margem para a Companhia. Dada a fixação de parte dos insumos, avançamos no *hedge* para a safra 2022/2023 (vide tabela 26), atingindo bons preços tanto para as *commodities* quanto para o câmbio. Com isso, a nossa expectativa é que o aumento de custos será compensado pelo aumento na receita através de preços mais altos, mantendo margens em patamares similares aos últimos anos.

Inovação

Em 2021, consolidamos e escalamos os programas Ideias e Resultados (intraempreendedorismo), e AGroX (conexão com *startups*). Ao longo do ano, formamos 39 *squads*, com um total de 48 pessoas envolvidas, executamos 39 provas de conceito e concluímos 10 *rollouts*. Esse volume de iniciativas nos levou à estruturação de um

Portfólio de Inovação, o que tem permitido à Companhia visualizar os avanços de forma consolidada e priorizar esforços na escalada dessas iniciativas.

Pessoas e reconhecimentos

Inauguramos no dia 14/02 a nova sede da matriz da Companhia, no Iguatemi Business, em Porto Alegre. Um local de trabalho moderno, bem localizado e totalmente preparado para o bem-estar dos nossos colaboradores. Estamos muito felizes com esse retorno ao trabalho presencial de forma mais flexível na nova casa.

Durante o ano, foram várias premiações, reconhecimentos do nosso trabalho e dos nossos colaboradores, a seguir pontuamos os principais (veja todas na página 10):

- Fomos a 5ª melhor empresa do Agro para Trabalhar na categoria Grandes Empresas (GPTW Agro);
- A Fazenda Pamplona foi campeã do desafio nacional de Máxima Produtividade promovido pelo Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB), na categoria Sequeiro, região Centro-Oeste, com um índice de 100,33 sacas/ha na safra 2020/2021;
- Pela 6ª vez consecutiva, vencemos as principais categorias do Latin America Executive Team, prêmio criado pela Ins-

titutional Investor que mede o desempenho das organizações em diferentes frentes, como a atuação de CEO's, CFO's, da área de Relacionamento com Investidores (RI) e das práticas em ESG (meio ambiente, social e governança corporativa).

Por fim, a Companhia agradece a todos os seus stakeholders pela parceria de sucesso atingida até aqui. Aos nossos acionistas e colaboradores o nosso muito obrigado, pela confiança e dedicação. Estamos confiantes no futuro promissor do agronegócio no Brasil.

A Administração



Perfil

A SLC Agrícola é uma das maiores produtoras de soja, milho e algodão do Brasil. Com sede em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), possui 23 fazendas nas quais, além dessas *commodities* principais, desenvolve a criação de gado em um modelo sustentável de integração lavoura-pecuária e produz sementes de soja e algodão de alta qualidade para produtores brasileiros, comercializadas pela SLC Sementes.

Os produtos são comercializadas no Brasil e no exterior, atendendo clientes de importantes mercados consumidores – como a China e países da Europa. Por meio das *tradings*, a soja, o milho e o algodão produzidos chegam à base de diversas cadeias produtivas essenciais para o desenvolvimento da sociedade, em especial a de proteína animal e a da indústria têxtil.



Nosso sonho grande

Impactar positivamente gerações futuras, sendo líder mundial em eficiência no negócio agrícola e respeito ao planeta.

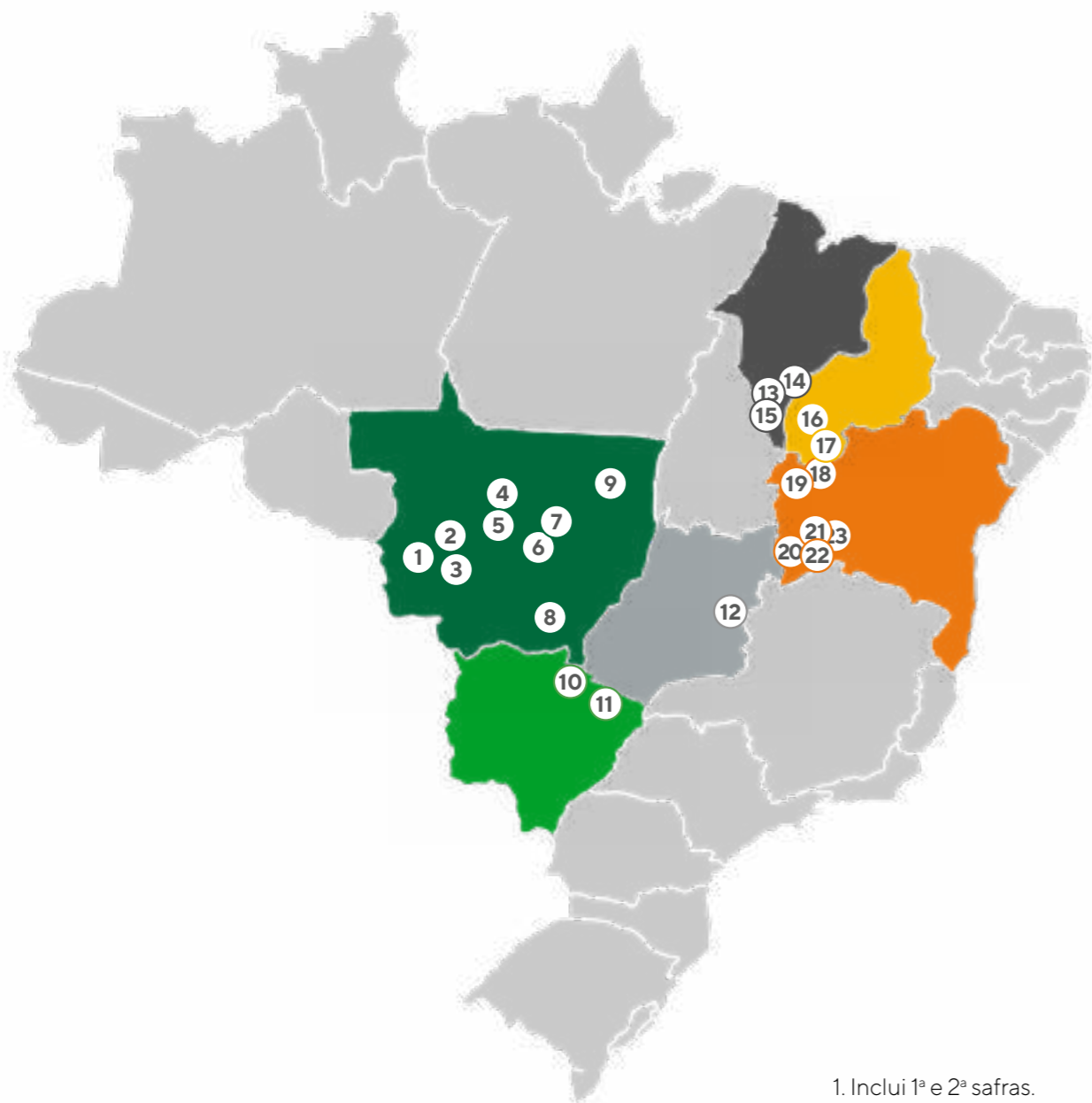
Nossos valores



Acreditamos que quem tem **paixão pelo que faz** é comprometido e o faz com a máxima qualidade, preservando a sua **integridade** por meio de uma conduta ética, coerente e inquestionável.

Estas atitudes somadas geram **relações duradouras** e de respeito entre todas as partes interessadas, produzindo **resultados sustentáveis** que sejam economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente responsáveis.

FIGURA 1 | MAPA DAS OPERAÇÕES



1. Inclui 1ª e 2ª safras.

Mato Grosso

- 1 FAZENDA PIONEIRA**
Local: Querência (MT)
Área plantada: 34.255 ha¹
- 2 FAZENDA PERDIZES**
Local: Porto dos Gaúchos (MT)
Área plantada: 26.427 ha¹
- 3 FAZENDA PAIAGUÁS**
Local: Diamantino (MT)
Área plantada: 66.424 ha¹
- 4 FAZENDA PLANORTE**
Local: Sapezal (MT)
Área plantada: 31.716 ha¹
- 5 FAZENDA PRÓSPERA**
Local: Tabaporã, Nova Canaã do Norte e Itaúba (MT)
Área plantada: 30.793 ha¹
- 6 FAZENDA PEJUCARA**
Local: São José do Rio Claro e Diamantino (MT)
Área plantada: 28.093 ha¹
- 7 FAZENDA PIRACEMA**
Local: Diamantino (MT)
Área plantada: 23.914 ha¹
- 8 FAZENDA PAMPEIRA**
Local: Campo Novo do Parecis (MT)
Área plantada: 41.885 ha¹
- 9 FAZENDA PIRAPORA**
Local: Santa Rita do Trivelato (MT)
Área plantada: 20.724 ha¹

Mato Grosso do Sul

- 10 FAZENDA PANTANAL**
Local: Chapadão do Sul (MS)
Área plantada: 44.032 ha¹
- 11 FAZENDA PLANALTO**
Local: Costa Rica (MS)
Área plantada: 22.594 ha¹

Maranhão

- 12 FAZENDA PARNAÍBA**
Local: Tasso Fragoso (MA)
Área plantada: 44.853 ha¹
- 13 FAZENDA PALMEIRA**
Local: Tasso Fragoso (MA)
Área plantada: 23.631 ha¹
- 14 FAZENDA PLANESTE**
Local: Balsas (MA)
Área plantada: 63.707 ha¹

Piauí

- 15 FAZENDA PARNAGUÁ**
Local: Santa Filomena (PI)
Área plantada: 9.862 ha¹
- 16 FAZENDA PAINEIRA**
Local: Monte Alegre do Piauí
Arrendada

Bahia

- 17 FAZENDA PARCEIRO**
Local: Formosa do Rio Preto (BA)
Área plantada: 11.083 ha¹
- 18 FAZENDA PALMARES**
Local: Barreiras (BA)
Área plantada: 26.203 ha¹
- 19 FAZENDA PALADINO**
Local: São Desidério (BA)
Área plantada: 21.547 ha¹
- 20 FAZENDA PIRATINI**
Local: Jaborandi (BA)
Área plantada: 15.464 ha¹
- 21 FAZENDA PANORAMA**
Local: Correntina (BA)
Área plantada: 21.810 ha¹
- 22 FAZENDA PAYSANDU**
Local: São Desidério e Correntina (BA)
Área plantada: 38.864 ha¹

Goiás

- 23 FAZENDA PAMPLONA**
Local: Cristalina (GO)
Área plantada: 27.469 ha¹



Prêmios e reconhecimentos

100 Open Startups 2021

Top 5 no ranking Agronegócio

Lugares Incríveis Para Trabalhar (FIA e UOL)

52ª no ranking Geral e 16ª no ranking Grande Porte

A Granja

Premiada na categoria Produtor de Milho

Época 360°

25º lugar no ranking geral, 3º lugar na Região Sul e 1º lugar no Agronegócio

As Melhores da Dinheiro (Istoé)

1º lugar Agronegócio e reconhecimento da gestão em Sustentabilidade (3º lugar), Governança Corporativa (2º lugar) e Financeira, Recursos Humanos Inovação, Qualidade e Responsabilidade Social (1º lugar)

Desafio Nacional de Máxima Produtividade (CESB)

Fazenda Pamplona foi campeã do desafio na região Centro-Oeste pela categoria Sequeiro

Latin America Executive Team (Institutional Investor)

Conquista das principais categorias pela sexta vez consecutiva, alcançando 1º ou 2º lugar nos rankings Geral e Small Caps do setor Agronegócio nas categorias CEO, CFO, Programa de RI, Profissional de RI, Equipe de RI, Eventos Investidores/Analistas, ESG e Gestão de Crises em meio ao Covid 19

Great Place To Work (GPTW)

Pelo terceiro ano consecutivo no ranking “Melhores Empresas para Trabalhar do Rio Grande Sul” e, pelo segundo ano consecutivo, no ranking GPTW Agro

Gupy Destaca

Reconhecida entre os 100 RHs mais inspiradores, com destaque para as categorias Desenvolvimento e Inovação em atração

Top Ser Humano ABRH RS

Premiada com o Case: “Educação Inclusiva: a aprendizagem continuada para desafiar e transformar”

Prêmio “Lugares Incríveis Para Trabalhar”, da Fundação Instituto de Administração (FIA) e do UOL, pelo segundo ano consecutivo

Prêmio ESARH

Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos, com o case “Educação Inclusiva na SLC Agrícola” na categoria Projetos – Modalidade Gestão de Pessoas

Escolhida para a lista dos “100 RHs mais inspiradores”

no Prêmio Gupy Destaca, com destaque nas categorias Desenvolvimento e Inovação em atração

As Melhores na Gestão de Pessoas

Valor Carreira e Mercer, pelo quarto ano consecutivo

As Melhores do Agronegócio, da revista Globo Rural

1º lugar nas categorias Produção Agrícola e Sustentabilidade

Estratégia

A estratégia de crescimento da produtividade agrícola, buscando a máxima eficiência no cultivo de áreas maduras e desenvolvidas com o uso de tecnologias inovadoras, está voltada para atender a demanda global por mais alimentos e fibras de algodão. Segundo estimativas das Nações Unidas, a produção agrícola terá de aumentar cerca de 70% para suprir as necessidades de uma população que deverá chegar a quase 9,7 bilhões até 2050.

Esse crescimento é acompanhado de uma sólida visão de responsabilidade com as pessoas e o meio ambiente. O compromisso com a sustentabilidade é traduzido em ações concretas para gerenciar o uso da energia e da água, a geração e a destinação de resíduos, o correto manejo do solo com foco na diminuição das

emissões de carbono e a proteção das áreas de preservação da biodiversidade, entre outros exemplos.

Essa é a visão sintetizada pelo Nosso Sonho Grande, o propósito que orienta a atuação de todos os colaboradores e administradores para a geração de valor com sustentabilidade e responsabilidade.

Por isso, investimos continuamente na incorporação de novas tecnologias e inovações que acelerem a produtividade e a eficiência em nossas lavouras. A utilização de soluções digitais, em conjunto com a conectividade das fazendas, impulsiona nossa capacidade de aumentar a produção de grãos e de algodão e de gerar valor para os acionistas e para a sociedade.

Crescimento das operações

Combinação de negócios com a Terra Santa

Em agosto de 2021, a SLC Agrícola concluiu a combinação de negócios com a Terra Santa, um passo importante para a continuidade do crescimento *asset light* e o aumento da capacidade produtiva nas próximas safras. A operação foi finalizada em julho, com uma contraprestação líquida de R\$ 193,0 milhões com ágio de R\$ 47,4 milhões.

Arrendamento com a Xingu S.A.

Em abril de 2021, a Companhia assinou um contrato de arrendamento com a Agrícola Xingu S.A. para produção em uma área de aproximadamente 39 mil hectares, distribuídos entre os municípios de Correntina (Bahia) e Unaí (Minas Gerais), em áreas já desenvolvidas. O acordo também permite que a SLC utilize as instalações operacionais já existentes nas propriedades.

Na safra 2020/2021, encerramos o ciclo de transformação de terras e a abertura de áreas com vegetação nativa para a produção agrícola e aprovou sua Política de Desmatamento Zero





FIGURA 2 | EVOLUÇÃO DA NOSSA ESTRATÉGIA



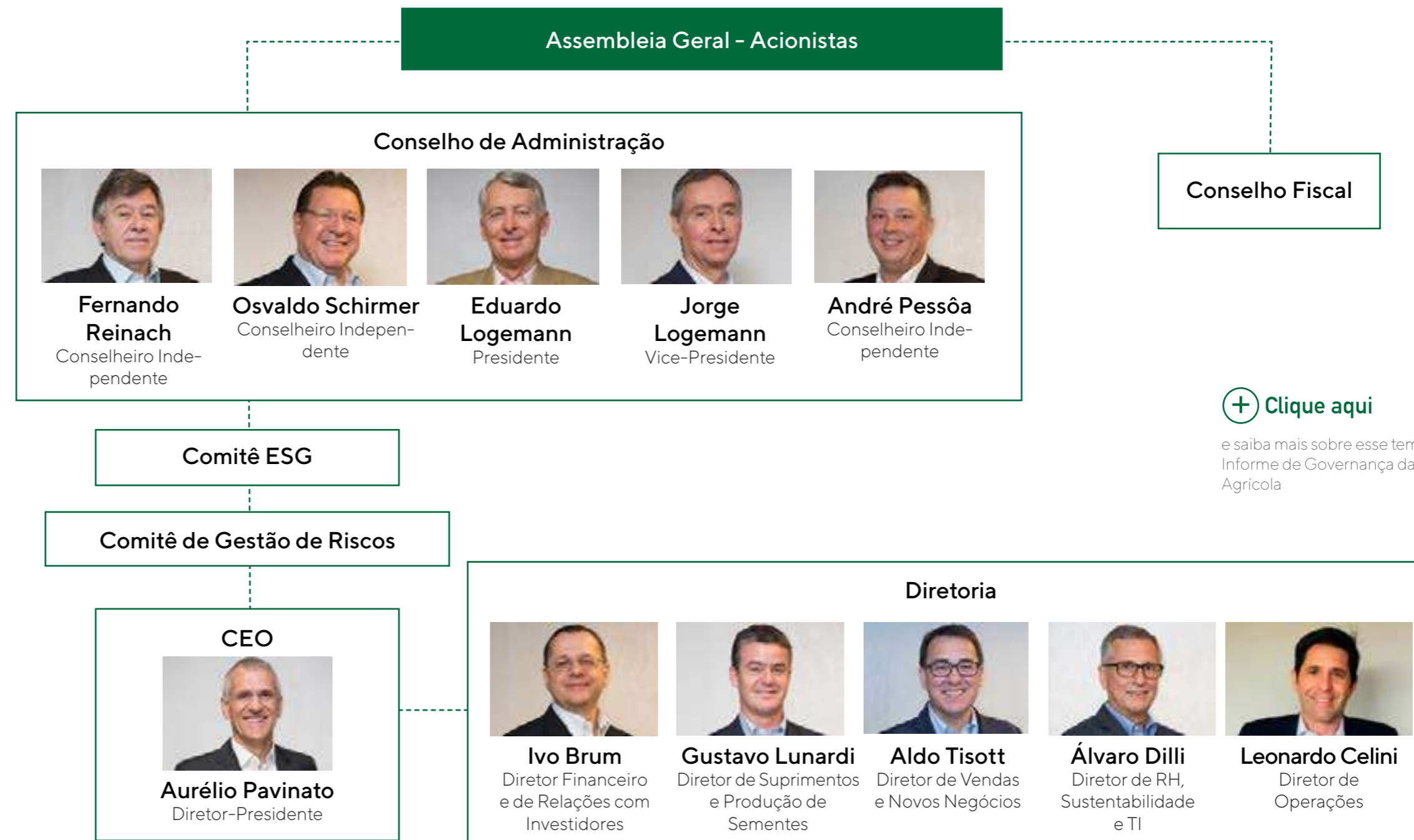
Governança corporativa

A SLC Agrícola é uma sociedade com ações listadas e negociadas na bolsa de valores de São Paulo, a B3, desde 2007. Fomos pioneira no setor de produção de grãos e fibras ao abrir o capital societário e, desde então, temos evoluído nas políticas, procedimentos e estrutura de governança para garantir uma gestão eficiente, o crescimento dos negócios e o gerenciamento dos riscos corporativos.

Nossa estrutura de governança corporativa conta com o Conselho de Administração, órgão responsável pelo estabelecimento das diretrizes estratégicas e políticas para a condução dos negócios. Seguindo as melhores práticas de mercado, três membros do Conselho de Administração são independentes e possuem formações e experiências profissionais que garantem uma visão abrangente dos riscos e oportunidades para a Companhia no contexto do agronegócio brasileiro.

O Conselho de Administração tem sua atuação e deliberações apoiadas por comitês consultivos, especialistas nos temas que estão sob sua alçada de análise. Em 2021, o Comitê ESG, criado para auxiliar na avaliação dos aspectos relacionados à temática da sustentabilidade, completou o seu primeiro ano de atuação.

FIGURA 3 | ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA



[+ Clique aqui](#)

e saiba mais sobre esse tema no Informe de Governança da SLC Agrícola

Inovação

A agricultura de precisão é um pilar central do investimento em inovação para aumentar a produtividade e a eficiência em nossas lavouras. Com a utilização de tecnologias digitais para acompanhamento das rotinas no campo e a conectividade das lavouras para a inserção das informações nas bases de dados com cada vez mais agilidade, a SLC Agrícola tem avançado no monitoramento de diferentes tipos de indicadores e na identificação de oportunidades para ser mais eficiente, com a redução do consumo de combustíveis, do uso de fertilizantes e de defensivos, e da geração de resíduos.

Diversas novas tecnologias passaram a ser utilizadas nas fazendas a partir da conectividade das lavouras. No encerramento de 2021, 515 mil hectares de lavouras estavam cobertos com sinal de internet 4G. Entre as soluções aplicadas estão a utilização de tablets e smartphones para apontamento digital e georreferenciado de análises agronômicas, a gestão em tempo real de frotas e equipamentos agrícolas, o monitoramento digital de chuvas, umidade do solo e outras condições climáticas e a aplicação seletiva para redução do consumo de insumos e defensivos.

Como early-adopter na integração de soluções inovadoras e desenvolvimento de novos negócios, alcançamos vantagens competitivas e benefícios que se tornam escaláveis diante do volume da produção e quantidade de áreas cultivadas.

SLC Ventures

A SLC Ventures foi criada para acelerar novos negócios e investimentos inovadores e com potencial de

crescimento para a solução de desafios do agronegócio. A atuação ocorre em duas frentes: Corporate Venture Capital e Venture Builder.

Em 2021, a SLC Ventures realizou seu primeiro aporte em uma startup, participando da terceira rodada de captação de recursos da Aegro. A empresa, criada em 2014, desenvolveu um sistema de gestão agrícola já utilizado em mais de 4 mil fazendas de 20 estados diferentes. A plataforma tem potencial de escalabilidade, fator que pesou na tomada de decisão.

AgroX

Programa de Conexão com Startups da SLC Agrícola, o AgroX, abriu as inscrições para a sua terceira edição em 2021. A iniciativa consiste na proposição de desafios do agronegócio para serem solucionados por startups com uma abordagem *open innovation*. O AgroX recebeu 34 projetos de startups de 14 países diferentes e seis delas foram selecionadas para a rodada de apresentação (o "pitch day").

Ideias&Resultados

Nossos colaboradores também participam da inovação e desenvolvimento de novas soluções e negócios por meio do Programa Ideias&Resultados, que recebe ideias, sugestões e projetos com foco na resolução dos desafios e melhorias. Do total de ideias apresentadas até 2021, dez projetos foram selecionados para *rollout*, após alcançarem resultados positivos nas etapas de testes e avaliações.



Gestão de riscos

Por meio dos mecanismos de governança, gerenciamos os riscos que podem impactar a continuidade dos negócios, de forma integrada e alinhada às expectativas dos diferentes stakeholders com os quais estabelecemos relações de longo prazo. Também identificamos as oportunidades para o crescimento e a solidificação dos negócios, com base na estratégia desenhada a partir da visão de longo prazo e de responsabilidade socioambiental dos acionistas.

Essa forma de atuação está alinhada às diretrizes e procedimentos estabelecidos na Política de Gestão de Risco de Mercado e é acompanhada pelo Comitê de Gestão de Riscos com aprovação do Conselho de Administração.

Em 2022, nosso gerenciamento de riscos será fortalecido com a instalação do Comitê de Auditoria para assessorar o Conselho de Administração. Com essa evolução, a Auditoria Interna passará a responder diretamente ao novo órgão, fortalecendo a avaliação dos mecanismos e controles da Companhia.

[+ Clique aqui](#)

e saiba mais sobre esse tema nas seções 4 e 5 do Formulário de Referência

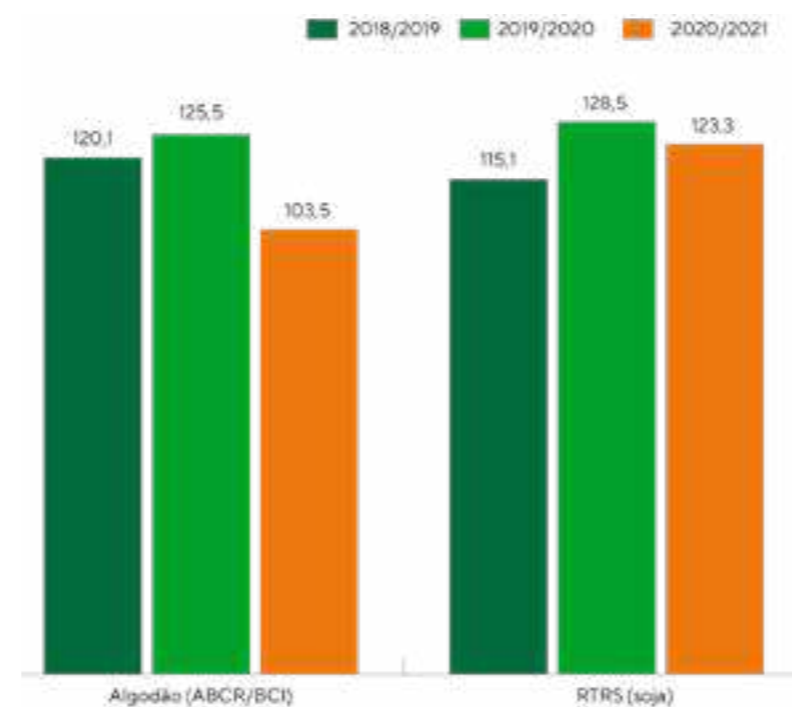
Certificações e qualidade

O Sistema de Gestão da Qualidade da SLC Agrícola é certificado em seis fazendas e na matriz de acordo com a norma ISO 9001, garantindo a padronização e a rastreabilidade do processo de armazenamento e beneficiamento de grãos e do algodão nas unidades. Além disso, o Sistema de Gestão Integrado (SGI) conta com 11 unidades (dez fazendas e a sede) certificadas nas normas ISO 14001 (gestão ambiental), ISO 45001 (saúde e segurança ocupacional) e NBR 16001 (responsabilidade social) (saiba mais na página 36).

Além das certificações dos processos de gestão, investimos para que as *commodities* produzidas estejam de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e de responsabilidade socioambiental. As certificações são plataformas que agregam valor no relacionamento com os clientes, assegurando a rastreabilidade e o compromisso com uma produção sustentável.

Em 2021, celebramos dez anos da certificação RTRS (Round Table on Responsible Soy para a produção de soja responsável e sustentável). A RTRS é uma das principais certificações para a oleaginosa em todo o mundo e nossa Companhia foi uma das pioneiras, desde 2007, a contribuir com a sua difusão no Brasil.

FIGURA 4 | EVOLUÇÃO DA ÁREA CERTIFICADA (mil hectares)



As certificações do Sistema de Gestão Integrado e dos produtos contribuem para a qualidade e melhoria contínua de nossas operações

RTRS (Round Table on Responsible Soy)

estabelece um padrão internacional para a produção da soja de forma ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável.

ABR (Algodão Brasileiro Responsável)

promove a produção sustentável do algodão, incentivando a adoção de boas práticas de gestão ambiental, responsabilidade social e visão de sustentabilidade.

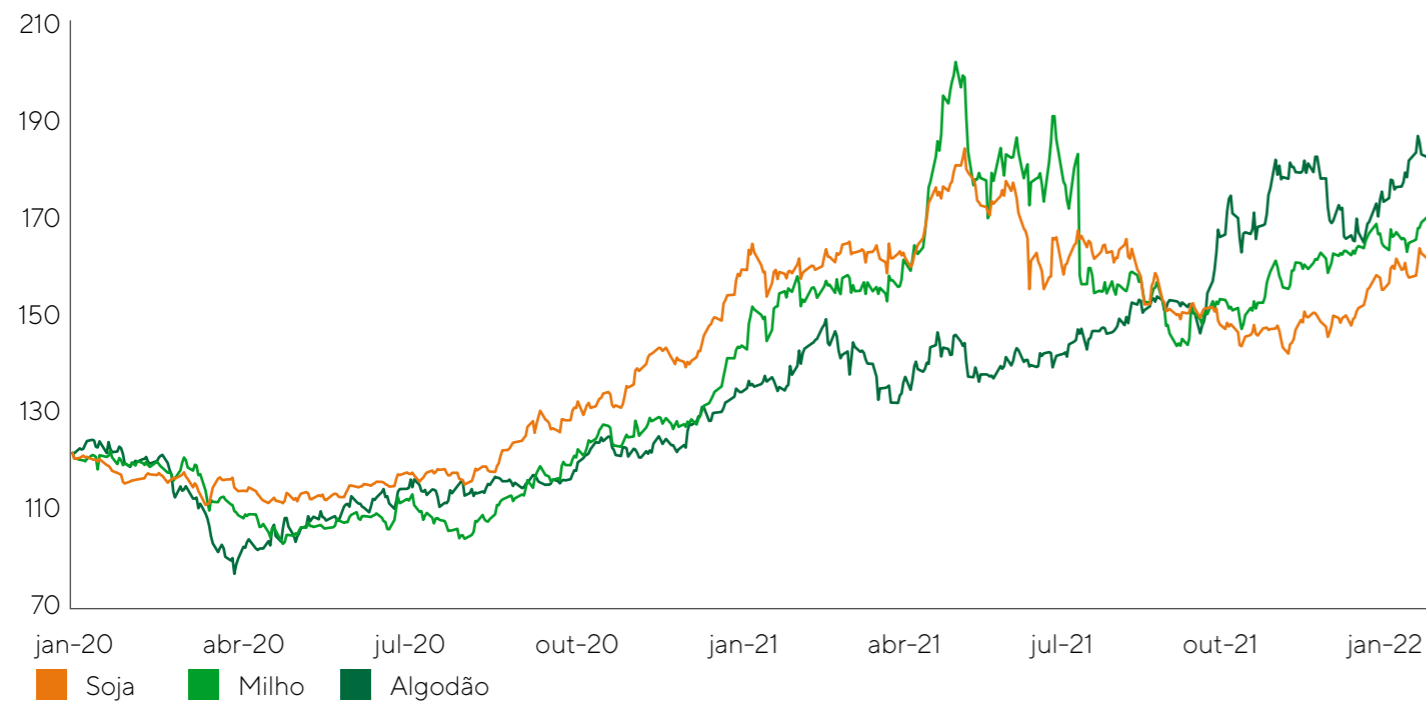
BCI (Better Cotton Initiative)

estimula a conscientização de toda a cadeia produtiva para a importância de relações trabalhistas justas e da responsabilidade socioambiental no campo.

Panorama de mercado

Commodities

FIGURA 5 | VARIAÇÃO NOS PREÇOS (COMMODITIES SELECIONADAS) - JAN/20 - JAN/21



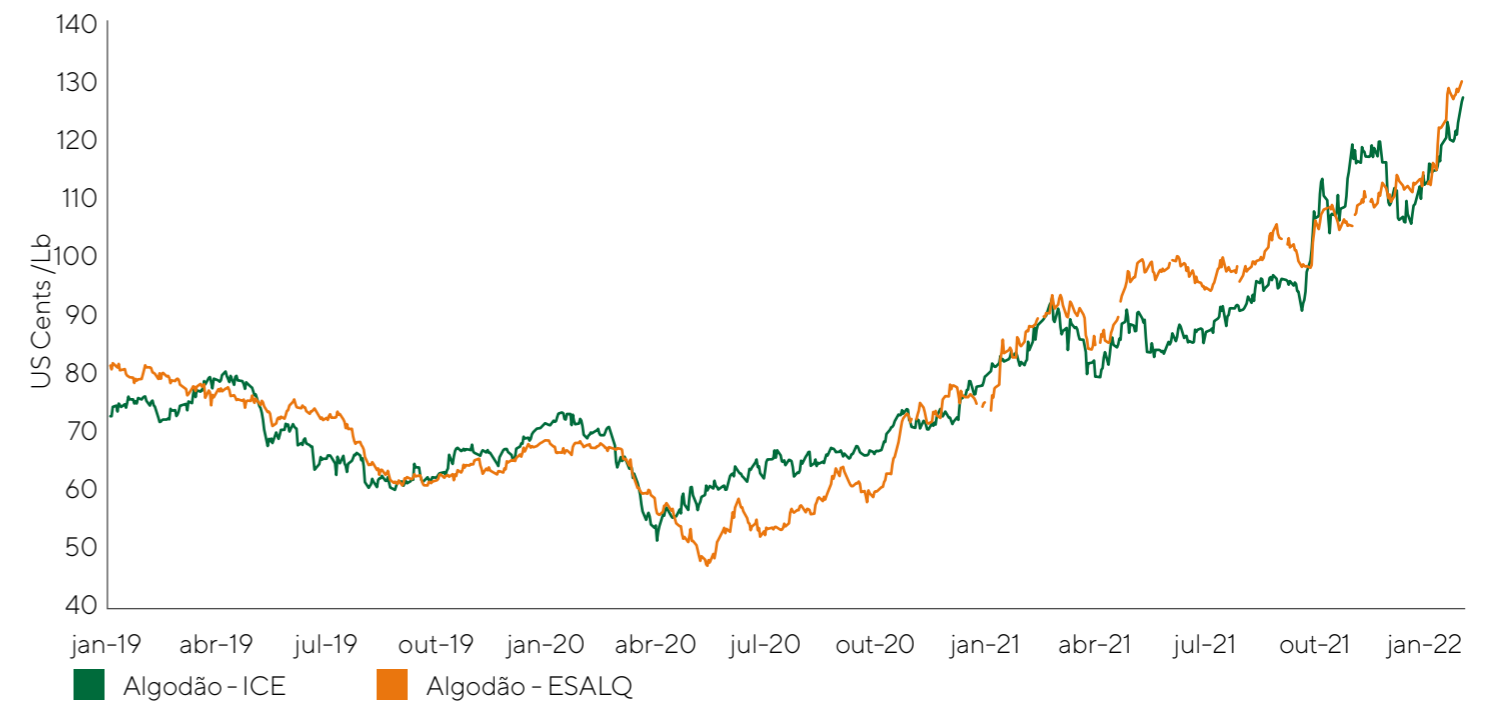
Fonte: Bloomberg. Base 100

Algodão

O ano de 2021 foi marcado pela manutenção e consistência da trajetória de alta das cotações de algodão no mercado internacional e brasileiro.

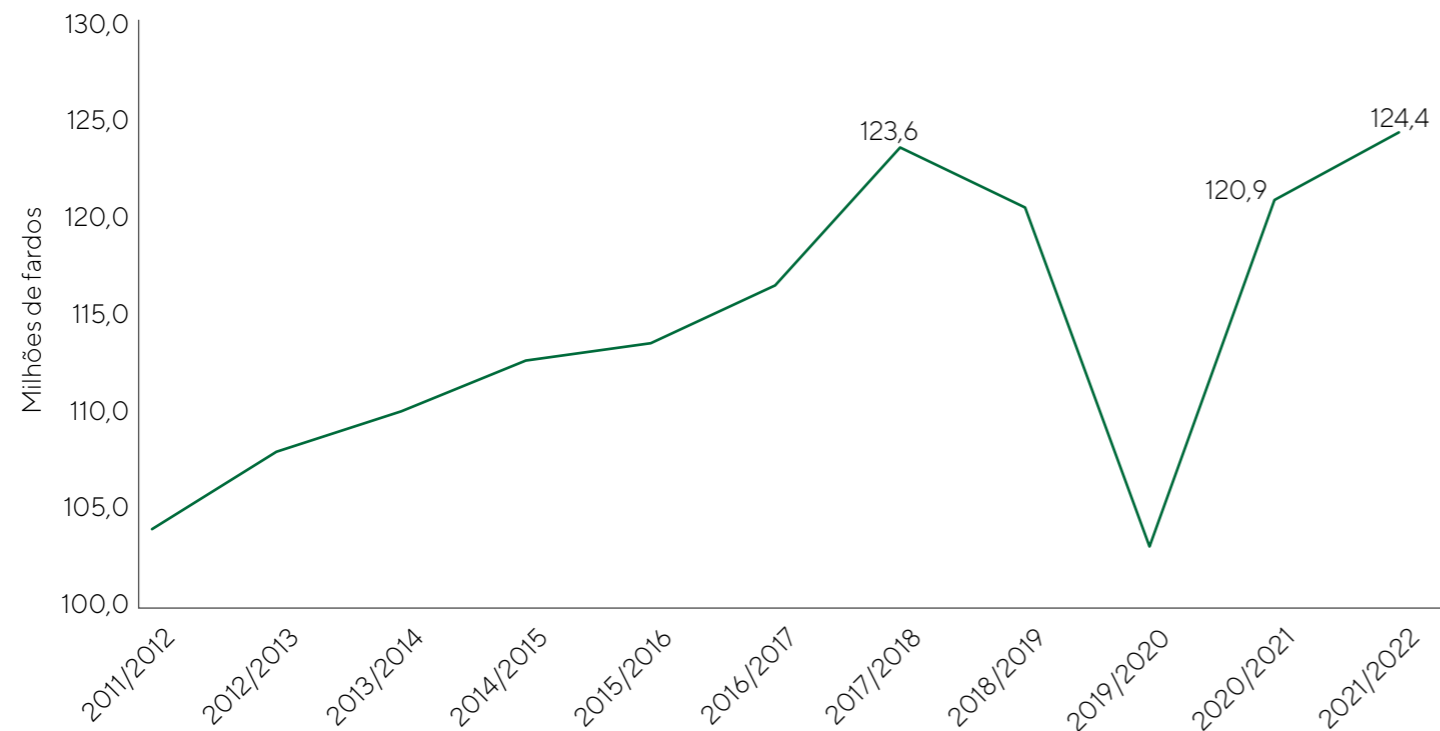
A expectativa de aumento do consumo global da fibra para o ciclo 2021/2022 a patamares superiores a 124 milhões de fardos – após a recuperação dos níveis de consumo pré-pandêmicos observado ao longo de 2020/2021 –, segundo estimativas do USDA, vem sendo um importante fator de sustentação às cotações da fibra.

FIGURA 6 | PREÇOS DO ALGODÃO NO MERCADO INTERNACIONAL E NO BRASIL



Fonte: Bloomberg

FIGURA 7 | CONSUMO MUNDIAL DE ALGODÃO

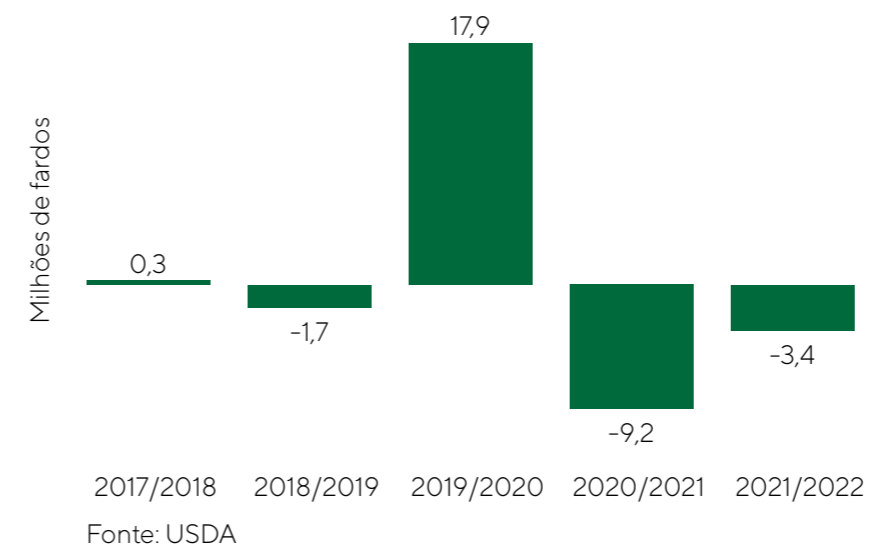


Fonte: USDA

O ano de 2021 pode ser caracterizado como um período marcado por um cenário de atrasos logísticos globais, demanda consistente pela fibra e safras menores em importantes países produtores, como o Brasil. Segundo maior exportador global da fibra, o Brasil produziu na safra 2020/2021 volume aproximadamente 21% inferior no comparativo anual, segundo estimativas da CONAB.

A já mencionada recuperação do consumo global da fibra observada em 2020/2021 e a expectativa de maior volume de consumo da história em 2021/2022 – cuja marca de 124,4 milhões de fardos excede o nível observado em 2017/2018 – tem se traduzido em consistentes déficits globais, decorrentes de um crescimento do consumo mais acelerado que o aumento da oferta.

FIGURA 8 | BALANÇO MUNDIAL DE OFERTA E DEMANDA DE ALGODÃO

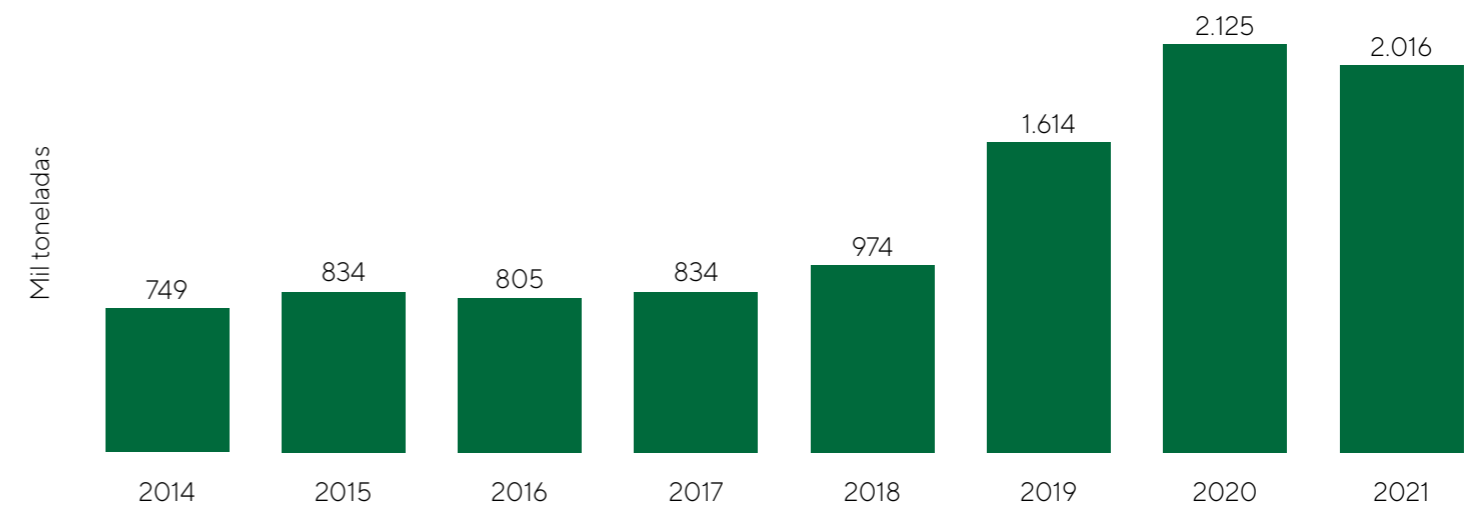


Fonte: USDA

Com relação às exportações do Brasil, a demanda pela fibra nacional manteve ao longo do ano a sua tendência de crescimento, porém devido ao cenário de complexidade logística e menor safra, o país acabou por registrar ao longo do último trimestre de 2021 volumes de exportação inferiores em relação ao ciclo anterior.

Nesse sentido, de acordo com os dados brasileiros de exportação, o país encerrou o ano com 2,01 milhões de toneladas exportadas, cifra aproximadamente 5% inferior ao exportado durante o ano de 2020.

FIGURA 9 | EXPORTAÇÃO BRASILEIRA ANUAL DE ALGODÃO



Fonte: MDIC

Soja

As cotações da soja no contrato spot da CBOT e os preços pagos pela oleaginosa na base Paranaguá/CEPEA apresentaram consistente recuperação ao longo do último trimestre de 2021 e considerável resiliência ao longo do mesmo período.

As altas observadas em Chicago somadas aos prêmios pagos e à depreciação cambial se traduziram em oscilações nos preços de soja e, mais recentemente, em cotações superiores a 183,00 R\$/saca, segundo levantamento CEPEA na base Paranaguá.

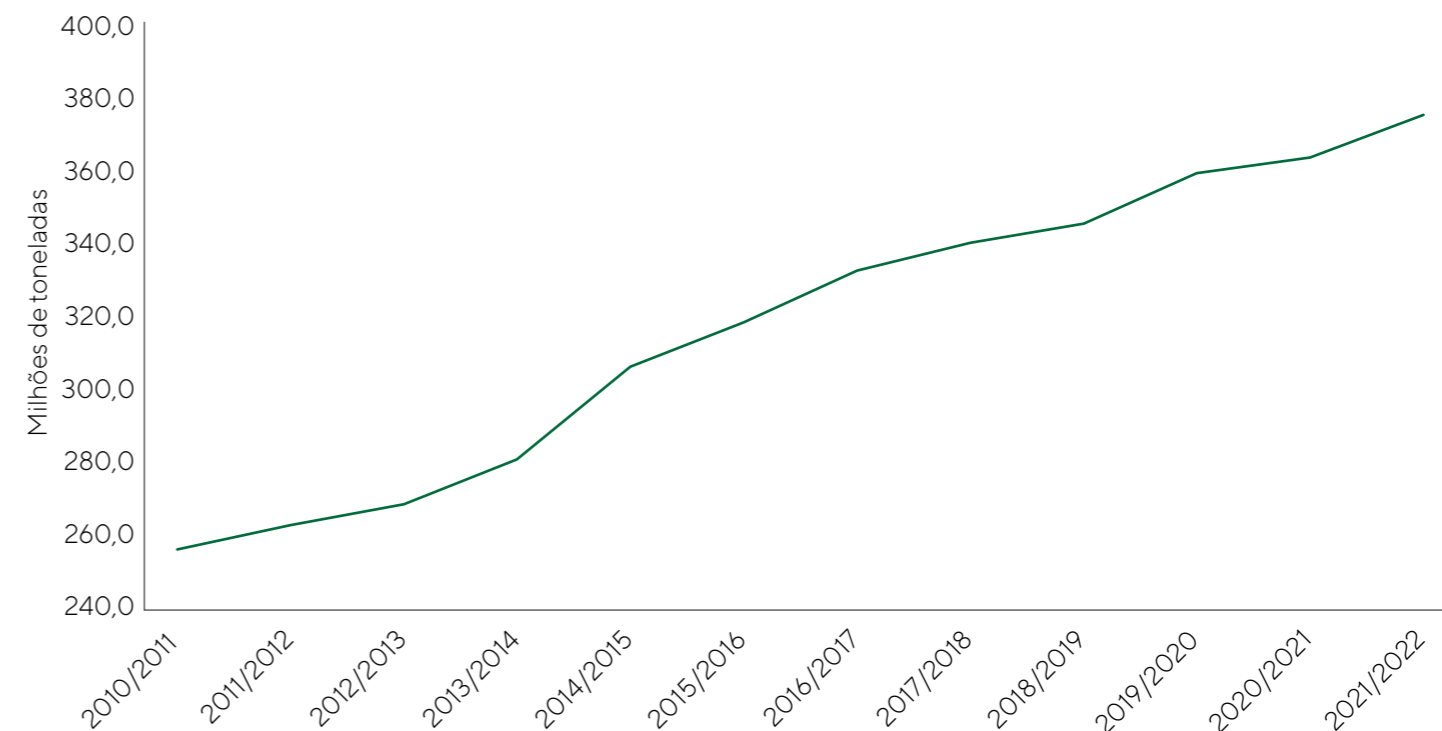
Após uma safra bem-sucedida em 2020/2021 no que diz respeito à produção brasileira de soja, as incertezas relacionadas à produção da oleaginosa na América do Sul, com especial destaque para o Sul do Brasil, Argentina e Paraguai, decorrentes dos volumes de precipitação abaixo da média registrados ao longo do desenvolvimento de safra nessas regiões, tem sido fonte de importante ganhos na bolsa de Chicago no que tange ao desenvolvimento da safra 2021/2022.

FIGURA 10 | PREÇOS DA SOJA NO MERCADO INTERNACIONAL E NO BRASIL



Fonte: Bloomberg

FIGURA 11 | CONSUMO MUNDIAL DE SOJA



Fonte: USDA

A expectativa de aumento do consumo global de soja em volume próximo a 375 milhões de toneladas, o que corresponde a uma variação anual de 12 milhões de toneladas para o ciclo 2021/2022, após uma variação anual de consumo de 4,5 milhões de toneladas observada em 2020/2021, demonstra que o consumo da oleaginosa segue em trajetória crescente e resiliente.

Problemas de produção em regiões situadas ao Sul do Brasil poderão impactar diretamente o programa de exportação brasileiro, posição ocupada pelo país hoje na condição de líder global.

Dessa maneira, será de fundamental importância o monitoramento das condições de lavoura brasileiras de modo a dimensionar o impacto e os riscos existentes ao bem-sucedido programa de exportação nacional, cujo volume exportado em 2021 excedeu 86 milhões de toneladas, volume recorde de exportação.

FIGURA 12 | EXPORTAÇÃO BRASILEIRA ANUAL DE SOJA

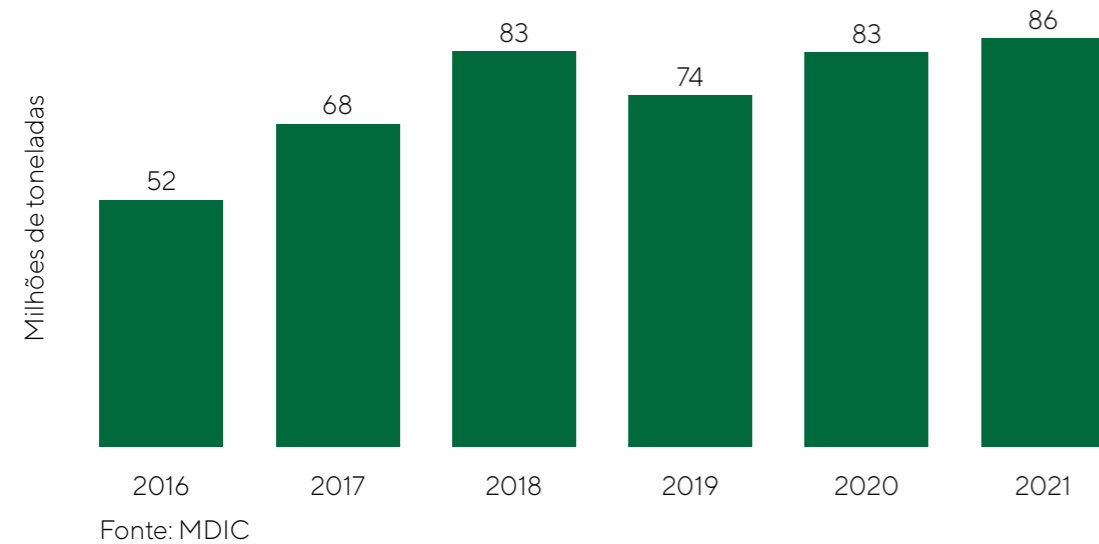
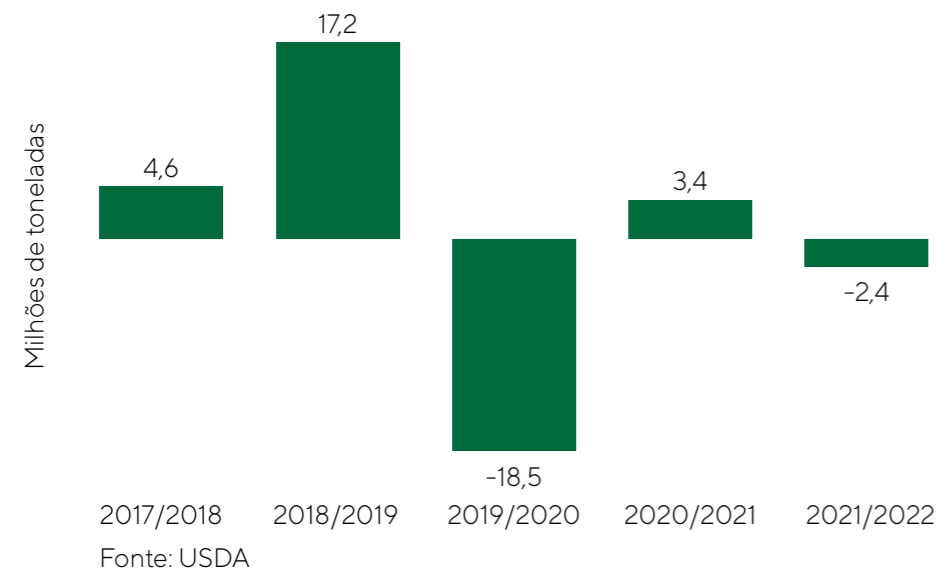


FIGURA 13 | BALANÇO MUNDIAL DE OFERTA E DEMANDA DE SOJA



A nível global, a relação entre oferta e demanda deverá apresentar pela segunda vez em cinco anos uma condição de déficit, em que o consumo deverá ser superior à produção em volume próximo a 2,4 milhões de toneladas, em sequência ao balanço negativo de 18,5 milhões de toneladas observado em 2019/2020.

Milho

Os preços de milho no contrato *spot* da CBOT apresentaram significativa volatilidade ao longo de 2021, período em que, após um ciclo de baixa durante o mês de setembro, as cotações apresentaram uma sólida trajetória de recuperação e valorização, tanto no mercado internacional (Chicago), quanto no mercado doméstico (B3).

Ao longo dos meses de outubro, novembro e dezembro, os preços na bolsa americana esboçaram sinais de recuperação no contrato *spot* após negociarem em níveis superiores a 6,0 U\$/bushel.

No cenário brasileiro, ao longo de 2020/2021, as regiões produtoras de milho enfrentaram condições climáticas adversas para o desenvolvimento das lavouras. Segundo estimativas da CONAB, a produção total no país foi de 87 milhões de toneladas – volume 15% inferior ao ciclo anterior e 17% abaixo das expectativas iniciais, de 105 milhões de toneladas.

A quebra observada no país foi o principal fundamento responsável por fornecer sustentação aos preços no mercado doméstico brasileiro ao longo do ano, com especial destaque para os últimos meses.

FIGURA 14 | PREÇOS DO MILHO NO MERCADO INTERNACIONAL E NO BRASIL

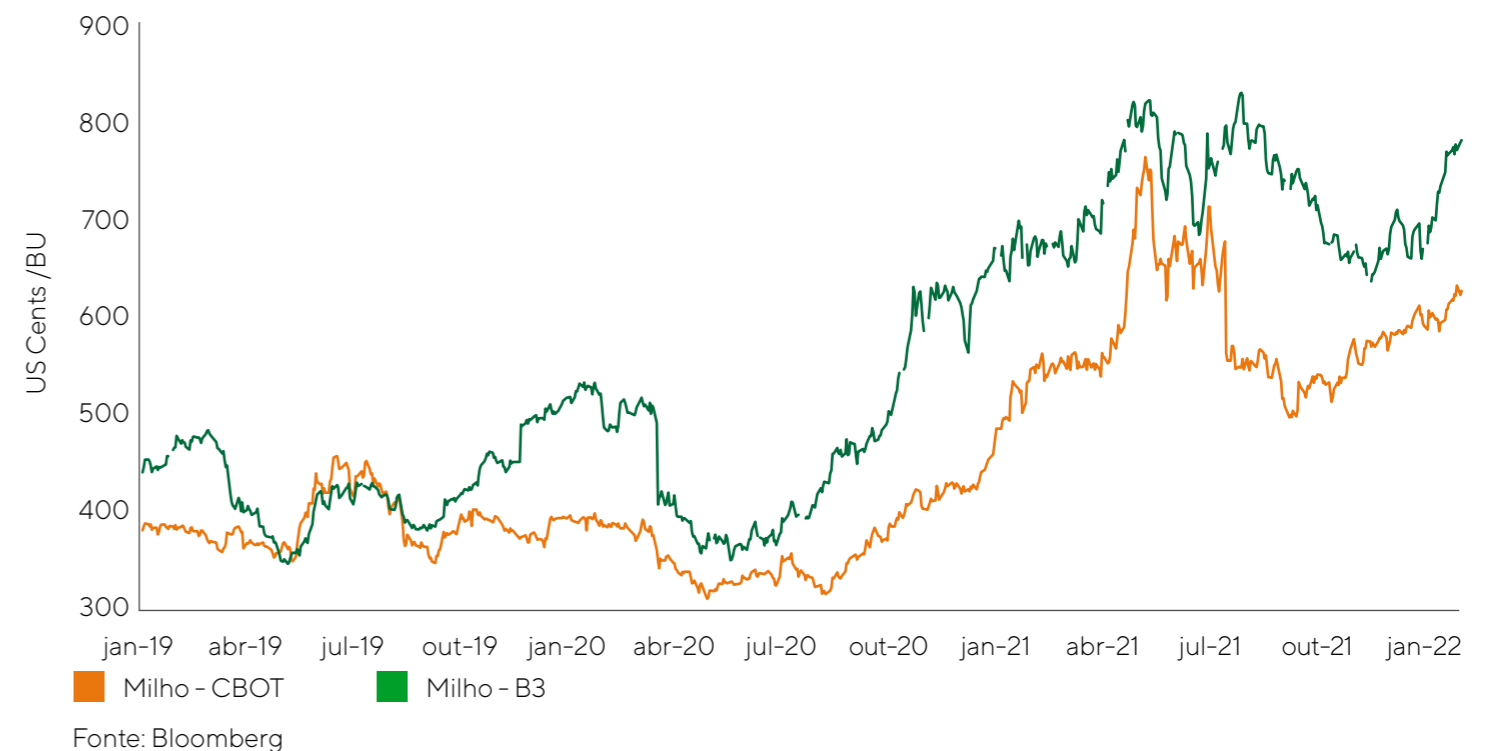


FIGURA 15 | EXPORTAÇÃO BRASILEIRA ANUAL DE MILHO

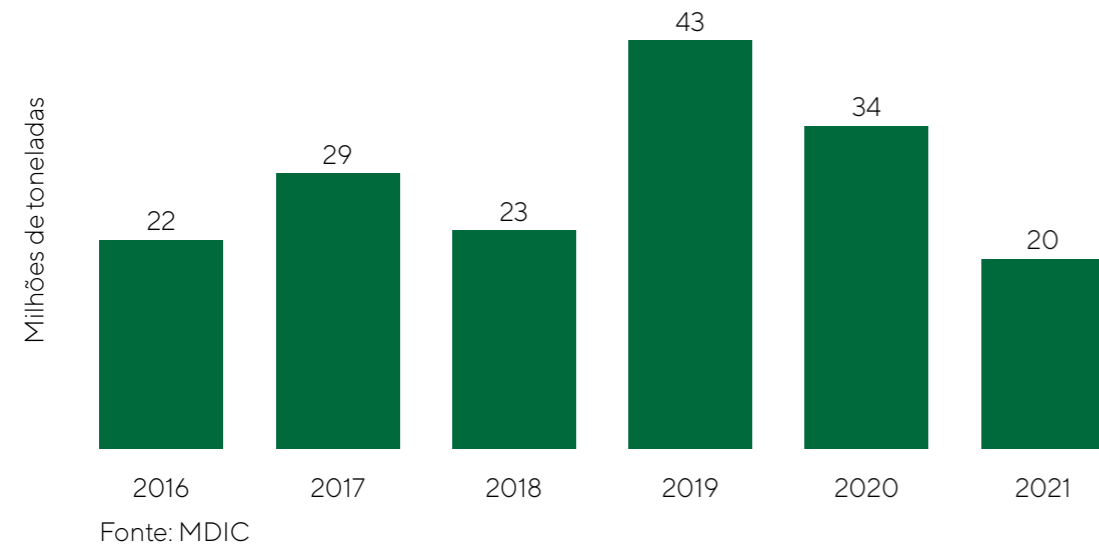


FIGURA 16 | CONSUMO MUNDIAL DE MILHO

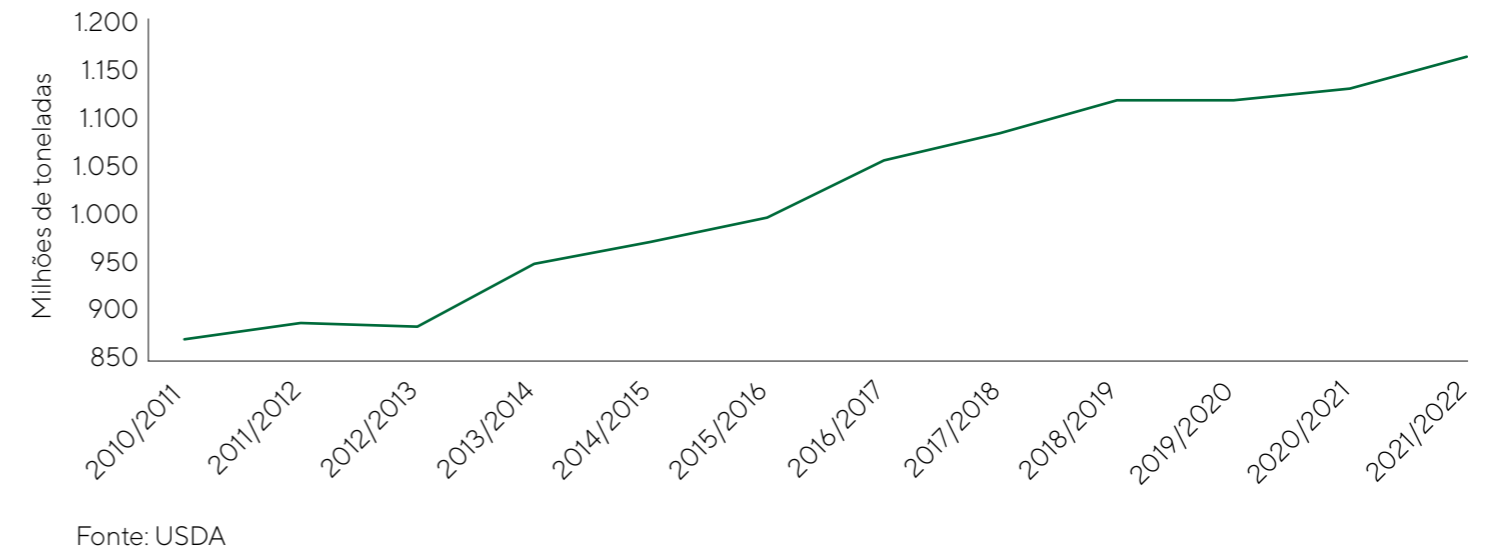
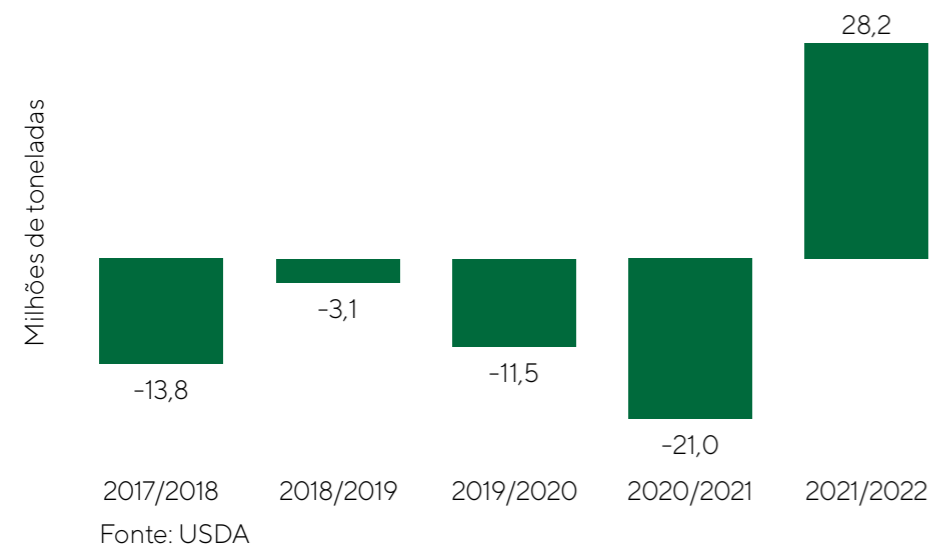


FIGURA 17 | BALANÇO MUNDIAL DE OFERTA E DEMANDA DE MILHO



No contexto das exportações, a quebra de safra observada no país resultou em um volume acumulado de milho embarcado pelo Brasil de 20,5 milhões de toneladas, 40% inferior ao registrado em igual período do ano anterior.

Sob o ponto de vista global de demanda, o cereal segue em uma crescente, com especial destaque para o ciclo 2021/2022, em que a variação anual de consumo deverá apresentar crescimento de 35 milhões de toneladas.

No cenário mundial, a diferença entre oferta e demanda deverá apresentar um volume de 28,2 milhões de toneladas de consumo superior à produção, primeiro ano entre os últimos cinco ciclos sob tal condição.

No contexto de formação de preços doméstico e internacional, o cenário de desenvolvimento da safra de milho na América do Sul, bem como o ritmo de exportações brasileiros, serão fatores importantes a serem observados de modo a se consolidarem os balanços globais.

Desempenho operacional

Área plantada

Nossa estimativa atual é de 675,4 mil hectares de área plantada, com um crescimento de 45,8% frente ao ano safra anterior. A seguir, apresentamos o quadro com a primeira intenção de área plantada no ano-safra 2021/2022, e o comparativo com a safra anterior. Mais detalhes podem ser encontrados na seção de “Informações Adicionais” deste documento.

TABELA 1 | ÁREA PLANTADA POR CULTURA – SAFRA 2020/2021 X 2021/2022

Mix de culturas	Área plantada	Área Plantada	Participação	%
	2020/21	2021/22(1)	2021/22	
		ha	%	
Algodão	109.605	177.093	26,2%	61,6%
Algodão 1ª safra	78.011	86.326	12,8%	10,7%
Algodão 2ª safra	31.594	90.767	13,4%	187,3%
Soja (Comercial +Soja Semente)	229.449	334.966	49,6%	42,3%
Milho 2ª safra	106.470	123.112	18,2%	15,6%
Outras culturas (2)	17.643	40.179	5,9%	244,9%
Área Total	463.167	675.350	100,0%	45,8%

(1) Fatores climáticos poderão afetar a projeção de área plantada.

(2) Outras Culturas (milho 1ª safra 11.738 ha, milho semente 607 ha, milho pipoca 2.014 ha, trigo 1.716 ha, pecuária 4.713, semente de braquiária 7.786 ha, feijão mungo 10.214 ha, gergelim 691 ha e estilosantes 700 ha (total 40.179 ha).

Produtividades

TABELA 2 | PRODUTIVIDADE ORÇADA SAFRA 2021/2022

Produtividade (kg/ha)	Safra 2020/21	Safra 2021/22	Safra 2021/22	Δ%	Δ%	Δ%
	Realizado (a)	Orçado (b)	Forecast (c)	(c) x (a)	(b) x (a)	(c) x (b)
Algodão em pluma 1ª safra	1.913	1.871	1.871	-2,2%	-2,2%	0%
Algodão em pluma 2ª safra	1.689	1.804	1.804	6,8%	6,8%	0%
Caroço de algodão	2.312	2.299	2.299	-0,6%	-0,6%	0%
Soja (Comercial + Semente)	3.985	3.765	3.994	-5,5%	-5,5%	6,1%
Milho 2ª safra	5.880	7.619	7.586	29,0%	29,6%	-0,4%

Soja comercial

Até 03/03/2022, estávamos com 72,3% da área colhida referente aos 335 mil hectares plantados, com uma produtividade de 3.994 kg/ha até o momento. Por enquanto, as áreas estão apresentando bom potencial e a perspectiva é de superar a produtividade orçada (em 6,1%), a safra anterior (em 0,2%) e a média nacional CONAB fev/2022 (em 29,2%).

Algodão semente

Estimamos a produção e vendas de sementes de algodão de 90 mil sacas, com o indicador de qualidade mínimo de 90% de germinação oficial (SLC Sementes Garante). Atualmente, temos o licenciamento de três marcas de sementes de algodão, com um portfólio variado de produtos para o nosso cliente

Soja semente

Estimamos uma produção e vendas de 800 mil sacas de sementes de soja, com indicador de qualidade mínimo de 90% de germinação oficial (SLC Sementes Garante). Hoje, nossa produção é realizada em quatro estados, totalmente focada na qualidade e no atendimento aos nossos clientes. Para melhor oferta de opções de variedades, temos o licenciamento de quatro marcas para venda direta e duas marcas verticalizadas.

Algodão 1ª safra

Plantio finalizado, as áreas já estão passando da fase de desenvolvimento vegetativo para florescimento e apresentam potencial de atingir a produtividade orçada.

Algodão 2ª safra

O plantio ficou dentro da janela ideal. As áreas atualmente encontram-se em estágio vegetativo e apresentam bom desenvolvimento.

Milho 2ª safra

O plantio do milho 2ª safra iniciou na última semana de janeiro de 2022 e já foi 100% concluído..

Custo de produção

TABELA 3 | CUSTO ORÇADO DE PRODUÇÃO POR CULTURA SAFRA 2021/2022

%	Algodão	Soja	Milho	Média 2021/22	Média 2020/21
Custos Variáveis	82,0	76,2	81,9	79,9	79,9
Sementes	9,2	16,1	16,6	12,0	10,5
Fertilizantes	24,2	19,4	39,4	24,3	21,4
Defensivos	25,3	21,5	12,4	22,0	24,4
Pulverização Aérea	1,2	0,7	0,9	1,0	1,8
Combustíveis e lubrificantes	3,6	4,2	3,3	3,7	3,9
Mão-de-obra	0,8	1,0	0,8	0,8	0,8
Beneficiamento	8,1	1,8	2,0	5,3	6,5
Manutenção de máquinas e implementos	3,4	4,2	2,9	3,5	4,1
Outros	6,2	7,3	3,8	7,3	6,5
Custos Fixos	18,0	23,8	18,1	20,1	20,1
Mão-de-obra	6,9	8,5	6,0	7,3	7,7
Depreciações e amortizações	3,7	5,6	3,8	4,3	4,8
Amortização do Direito de Uso -Arrendamentos	5,5	7,1	6,4	6,4	5,1
Outros	1,9	2,6	1,9	2,1	2,5

TABELA 4 | CUSTO ORÇADO DE PRODUÇÃO EM R\$/HA SAFRA 2021/2022

Total (R\$/ha)	Realizado 2020/21(1)	Orçado 2021/22	Δ%
Algodão 1ª safra	10.971	12.658	15,4%
Algodão 2ª safra	9.951	10.863	9,2%
Soja	3.529	4.131	17,1%
Milho 2ª safra	2.990	3.939	31,7%
Custo médio total	5.608(2)	6.509(2)	16,1%

(1) Os valores podem sofrer alteração até o final do beneficiamento do algodão e da comercialização dos grãos.

(2) Ponderado pelas áreas da safra 2021/22, para evitar alterações oriundas de variações no mix de produtos.

Os custos por hectare orçados para a safra 2021/2022 apresentam aumento médio em Reais de 16,1% em relação ao realizado da safra 2020/21.

Os principais fatores que contribuíram para esse aumento são:

- aumento dos nossos principais insumos, como sementes e fertilizantes;
- custos superiores com combustíveis e energia (aumento de preço e tarifa);
- aumento dos custos com arrendamentos, vinculados ao preço da saca de soja. A área plantada em áreas arrendadas passou de 58%, (safra 2020/2021) para 69% (safra 2021/2022).

Desempenho financeiro

Análise do demonstrativo de resultados

A partir do terceiro trimestre de 2021, passamos a divulgar os dados contábeis considerando a incorporação da empresa Terra Santa Agro S.A. (subsidiária integral da SLC Agrícola), atualmente denominada, SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. Para fins de comparação, preparamos o período do 2020 de forma combinada, ou seja, somando os números realizados no 3T20 e 4T20 pela SLC Agrícola e pela Terra Santa Agro S.A. (controladora).

EBITDA Ajustado

Encerramos mais um ano com recorde no EBITDA Ajustado, atingindo R\$ 1,685 bilhão (um bilhão e seiscentos e oitenta e cinco milhões), com margem de 38,6%, aumento de 8,0 pontos percentuais. O EBITDA Ajustado apresentou aumento de 57,0% em relação a 2020. Esse relevante avanço do EBITDA Ajustado refere-se substancialmente ao crescimento de 50,8% no Resultado Bruto (ex-Ativos Biológicos), reflexo dos maiores preços faturados para todos os nossos produtos. No período acumulado de julho a dezembro de 2021 a operação da SLC Agrícola Centro-Oeste adicionou R\$ 79,4 milhões ao EBITDA Ajustado total da Companhia. No ano, tivemos despesas não recorrentes da ordem de R\$ 19,5 milhões relativas à combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A., que não foram deduzidas do cálculo do EBITDA Ajustado. Mais informações disponíveis na seção que trata das Despesas Administrativas.

TABELA 5 | RECONCILIAÇÃO DO EBITDA AJUSTADO

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Receita Líquida	3.503.402	3.097.547	4.363.210	24,5%
Var. Valor Justo Ativos Biológicos	867.068	775.534	1.961.159	126,2%
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(3.246.330)	(2.802.782)	(4.076.725)	25,6%
Custo dos Produtos	(2.368.255)	(2.051.786)	(2.651.291)	12,0%
Realiz.-Valor Justo Ativos Biológicos	(878.075)	(750.996)	(1.425.434)	62,3%
Resultado Bruto	1.124.140	1.070.299	2.247.644	99,9%
(-) Despesas com vendas	(198.671)	(173.964)	(212.559)	7,0%
(-) Gerais e administrativas	(151.521)	(115.452)	(222.496)	46,8%
Gerais e administrativas	(106.127)	(70.058)	(124.286)	17,1%
Participação nos resultados	(45.394)	(45.394)	(98.210)	116,4%
(-) Honorários da Administração	(14.716)	(14.716)	(18.953)	28,8%
(-) Outras rec. (desp.) operacionais	58.965	14.763	119.731	103,1%
Outras receitas (desp.) operacionais	58.965	14.763	119.731	103,1%
(=) Resultado da Atividade	818.197	780.930	1.913.367	133,9%
(+) Depreciação. e amortização	142.092	119.686	145.870	2,7%
EBITDA	960.289	900.616	2.059.237	114,4%
(-) Var.-Valor Justo-Ativos Biológicos (3)	(867.068)	(775.534)	(1.961.159)	126,2%
(+) Realiz. Valor Justo-Ativos Biológicos (4)	878.075	750.996	1.425.434	62,3%
(+) Baixas Ativo Imobilizado (2)	10.975	8.067	12.781	16,5%
(+) Outras Transações - Imobilizado (2)	2.455	2.455	835	-66,0%
(+) Ajuste amortização - IFRS 16(5)	88.469	73.663	133.287	50,7%
(+) Mais Valia	-	-	14.832	100,0%
EBITDA Ajustado (1,2,5)	1.073.195	960.263	1.685.247	57,0%
Margem EBITDA Ajustado (1)	30,6%	31,0%	38,6%	8,0 p.p.

1. Excluindo os efeitos dos Ativos Biológicos, pois não representam efeito caixa.
2. Excluído a Baixa do Ativo Imobilizado e Outras Transações de Imobilizado sem efeito caixa.
3. Variação do valor justo dos Ativos Biológicos (nota explicativa 32 DF).
4. Realização do valor justo os Ativos Biológicos (nota explicativa 31 DF).
5. Amortização dos ativos de direito de uso -arrendamentos.

Receita líquida

TABELA 6 | RECEITA LÍQUIDA

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Receita Líquida	3.503.402	3.097.547	4.363.210	24,5%
Algodão em pluma	2.020.748	1.697.671	2.087.461	3,3%
Caroço de algodão	187.943	156.269	348.928	85,7%
Soja	1.303.038	1.291.803	1.673.697	28,4%
Milho	432.316	383.504	518.078	19,8%
Rebanho Bovino	29.528	29.528	59.377	101,1%
Outras	99.622	70.379	261.620	162,6%
Resultado de <i>hedge</i>	(569.793)	(531.607)	(585.951)	2,8%

TABELA 7 | VOLUME FATURADO (TONELADAS)

(Toneladas)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	2.393.504	2.094.961	2.247.665	-6,1%
Algodão em pluma	256.153	215.965	219.846	-14,2%
Caroço de algodão	362.779	281.613	310.709	-14,4%
Soja	900.839	899.278	862.097	-4,3%
Milho	803.249	662.840	765.385	-4,7%
Outras	70.484	35.265	89.628	27,2%

TABELA 8 | VOLUME FATURADO (CABEÇAS)

(Cabeças)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	13.000	13.000	13.285	2,2%
Rebanho Bovino	13.000	13.000	13.285	2,2%

A Receita Líquida no trimestre, apresentou aumento de 11,7% frente ao 4T20, principalmente devido a preços faturados superiores para todas as culturas, apesar do menor volume faturado de algodão, caroço e milho.

Nesse período também temos uma adição de R\$269,0 milhões proveniente da SLC Agrícola Centro-Oeste.

Os menores volumes faturados são explicados a seguir:

- Algodão | Menor disponibilidade de navios e containers, impactando o volume previsto a ser embarcado;
- Soja, milho e caroço de algodão | Carry over para 2022, estratégia de vendas.

TABELA 9 | VARIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Var. Valor Justo - Ativos Biológicos	867.068	775.534	1.961.159	126,2%
Algodão em pluma	369.042	298.465	623.001	68,8%
Caroço de algodão	28.208	28.208	143.838	409,9%
Soja	316.900	315.535	1.096.470	246,0%
Milho	78.538	62.353	79.678	1,5%
Rebanho Bovino	5.648	5.648	18.177	221,8%
Outras	68.732	65.325	(5)	n.m.

O cálculo da Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos (VVJAB) reflete a expectativa de margem bruta (preço de venda na fazenda deduzido dos custos unitários incorridos) das lavouras que se encontram em transformação biológica relevante no período de apuração.

No ano, houve crescimento de 126,2% na VVJAB, devido principalmente às melhores margens estimadas para a safra 2020/2021 e 2021/2022 (no caso da soja) frente ao ano-safra anterior. O VVJAB para o Rebanho Bovino subiu 221,8%, em razão do aumento de cabeças e preços melhores estimados para o período.

Custo dos Produtos Vendidos

TABELA 10 | CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Custo produtos vendidos	(2.368.255)	(2.051.786)	(2.651.291)	12,0%
Algodão em pluma	(1.167.223)	(945.782)	(1.082.365)	-7,3%
Caroço de algodão	(113.482)	(98.128)	(133.245)	17,4%
Soja	(711.702)	(697.641)	(793.574)	11,5%
Milho	(291.232)	(230.112)	(420.625)	44,4%
Rebanho Bovino	(25.027)	(25.027)	(53.800)	115,0%
Outros	(59.589)	(55.096)	(167.682)	181,4%

No acumulado do ano, houve aumento de 12,0% frente a 2020, explicado pelo aumento nos custos unitários, em linha com o aumento do custo por hectare quando comparado à safra anterior.

No caso do milho, o aumento do custo unitário é reflexo de dois fatores: o aumento do custo por hectare e a queda de produtividade, quando comparamos a safra atual (2020/2021) com a anterior.

O rebanho bovino apresentou incremento no custo unitário em ambos os períodos, devido ao aumento do preço de aquisição da arroba do boi e dos preços dos principais insumos.

TABELA 11 | REALIZAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Realização VJAB(1)	(878.075)	(750.996)	(1.425.434)	62,3%
Algodão em pluma	(395.357)	(281.368)	(471.178)	19,2%
Caroço de algodão	(21.114)	(21.114)	(81.781)	287,3%
Soja	(316.773)	(317.382)	(790.542)	149,6%
Milho	(77.290)	(63.591)	(72.426)	-6,3%
Rebanho Bovino	(7)	(7)	(9.387)	n.m.
Outros	(67.534)	(67.534)	(120)	-99,8%

(1) Valor Justo dos Ativos Biológicos

A Realização do Valor Justo dos Ativos Biológicos (RVJAB) é a contrapartida da Variação do Valor Justo (apurado no período de colheita), e é contabilizada à medida que os produtos são faturados.

Em 2021, a RVJAB apresentou um aumento de 62,3% versus 2020, demonstrando a expectativa de margens superiores à safra anterior no momento da apropriação.



Resultado Bruto por cultura

Para contribuir com o melhor entendimento das margens por cultura, o resultado de *hedge* cambial é alocado entre o algodão, soja, milho e rebanho bovino nessa seção.

Algodão em pluma e caroço de algodão

TABELA 12 | RESULTADO BRUTO - ALGODÃO EM PLUMA

Algodão em Pluma		2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	Ton	256.153	215.965	219.846	-14,2%
Receita Líquida	R\$/mil	2.020.748	1.697.671	2.087.461	3,3%
Result. de <i>hedge</i> cambial	R\$/mil	(436.560)	(398.374)	(557.882)	27,8%
Rec. Líq.aj. p/res. Hed.cambial	R\$/mil	1.584.188	1.299.297	1.529.579	-3,4%
Preço Unitário	R\$/ton	6.185	6.016	6.958	12,5%
Custo Total	R\$/mil	(1.167.223)	(945.782)	(1.082.365)	-7,3%
Custo Unitário	R\$/ton	(4.557)	(4.379)	(4.923)	8,8%
Resultado Bruto Unitário	R\$/ton	1.628	1.637	2.035	25,0%

No ano, o Resultado Bruto Unitário subiu 25,0% em comparação à 2020, significativamente em razão do aumento do preço unitário faturado, parcialmente compensado pelo aumento do custo unitário.

TABELA 13 | RESULTADO BRUTO - CAROÇO DE ALGODÃO

Caroço de algodão		2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	Ton	362.779	281.613	310.709	-14,4%
Receita Líquida	R\$/mil	187.943	156.269	348.928	85,7%
Preço Unitário	R\$/ton	518	555	1.123	116,8%
Custo Total	R\$/mil	(113.482)	(98.128)	(133.245)	17,4%
Custo Unitário	R\$/ton	(313)	(348)	(429)	37,1%
Resultado Bruto Unitário	R\$/ton	205	207	694	238,5%

No ano, houve elevação do Resultado Bruto Unitário em 238,5%, por efeito do avanço de 116,8% nos preços unitários, parcialmente compensado pelos custos unitários.

Soja

TABELA 14 | RESULTADO BRUTO - SOJA

Soja		2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	Ton	900.839	899.278	862.097	-4,3%
Receita Líquida	R\$/mil	1.303.038	1.291.803	1.673.697	28,4%
Result. de <i>hedge</i> cambial	R\$/mil	(106.204)	(106.204)	(29.291)	-72,4%
Rec. Líq.aj. p/res. Hed.cambial	R\$/mil	1.196.834	1.185.599	1.644.406	37,4%
Preço Unitário	R\$/ton	1.329	1.318	1.907	43,5%
Custo Total	R\$/mil	(711.702)	(697.641)	(793.574)	11,5%
Custo Unitário	R\$/ton	(790)	(776)	(921)	16,6%
Resultado Bruto Unitário	R\$/ton	539	542	986	82,9%

Em 2021, o Resultado Bruto Unitário da soja frente ao ano de 2020 teve ampliação de 82,9%, proveniente da melhora nos preços médios de faturamento.

Milho

TABELA 15 | RESULTADO BRUTO - MILHO

Milho		2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	Ton	803.249	662.840	765.385	-4,7%
Receita Líquida	R\$/mil	432.316	383.504	518.078	19,8%
Result. de <i>hedge</i> cambial	R\$/mil	(23.165)	(23.165)	(318)	-98,6%
Rec. Líq.aj. p/res. Hed.cambial	R\$/mil	409.151	360.339	517.760	26,5%
Preço Unitário	R\$/ton	509	544	676	32,8%
Custo Total	R\$/mil	(291.232)	(230.112)	(420.625)	44,4%
Custo Unitário	R\$/ton	(363)	(347)	(550)	51,5%
Resultado Bruto Unitário	R\$/ton	146	197	126	-13,7%

Em 2021, 99% do milho faturado foi oriundo da safra 2020/2021. A queda de 13,7% no Resultado Bruto Unitário é em virtude do maior custo unitário relativo à queda da produtividade na safra 2020/2021 frente à safra 2019/2020.

Rebanho bovino

TABELA 16 | RESULTADO BRUTO – REBANHO BOVINO

Rebanho Bovino		2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	CB	13.000	13.000	13.285	2,2%
Receita Líquida	R\$/mil	29.528	29.528	59.377	101,1%
Result. de hedge cambial	R\$/mil	(3.864)	(3.864)	1.540	n.m.
Rec. Líq.aj. p/res. Hed.cambial	R\$/mil	25.664	25.664	60.917	137,4%
Preço Unitário	R\$/mil	1.974	1.974	4.585	132,3%
Custo Total	R\$/mil	(25.027)	(25.027)	(53.800)	115,0%
Custo Unitário	R\$/mil	(1.925)	(1.925)	(4.050)	110,4%
Resultado Bruto Unitário	R\$/mil	49	49	535	991,8%

Em 2021 houve aumento de 991,8% no resultado bruto unitário do rebanho bovino, principalmente em virtude dos maiores preços unitários faturados, em parte compensados pelo aumento do custo unitário.

Resultado Bruto

TABELA 17 | RESULTADO BRUTO

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Lucro Bruto	1.124.140	1.070.299	2.247.644	99,9%
Algodão em pluma	416.965	353.515	447.214	7,3%
Caroço de algodão	74.461	58.141	215.683	189,7%
Soja	485.132	487.958	850.832	75,4%
Milho	117.919	130.227	97.135	-17,6%
Rebanho Bovino	637	637	7.117	n.m.
Outras	40.033	15.283	93.938	134,7%
Ativos Biológicos	(11.007)	24.538	535.725	n.m.

Realizando a exclusão dos efeitos dos Ativos Biológicos (Variação e Realização do Valor Justo), temos a realização efetiva das margens dos produtos faturados. No ano, houve aumento de 50,8% no Resultado Bruto, com incremento em todas as culturas, notadamente em virtude dos melhores preços faturados, exceto o milho, que apresentou queda de produtividade na safra 2020/2021, impactando o custo unitário.



Despesas com Vendas

Em 2021, as despesas com vendas foram 7,0% superiores frente a 2020. As principais variações que contribuíram para esse incremento foram as despesas com fretes, armazenagem e comissões. As despesas com fretes apresentaram aumento de 23,5%, mesmo com queda do volume faturado de algodão, em virtude do aumento do custo unitário de transporte. As despesas com armazenagem foram impactadas pelo aumento do volume produzido na safra 2020/2021 (soja recorde de produtividade e milho com aumento da área plantada). Além disso, registramos aumento dos custos com energia elétrica e gastos com manutenção. Adicionalmente, as despesas com comissões também sofreram aumento, pois são indexadas à moeda estrangeira e, portanto, impactadas pela desvalorização do Real frente ao Dólar no período. As despesas com vendas representaram de 4,9% sobre a Receita Líquida, com redução de 0,8p.p..

TABELA 18 | DESPESAS COM VENDAS

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Frete	77.392	63.602	78.566	1,5%
Armazenagem	41.512	36.424	50.302	21,2%
Comissões	15.957	13.979	21.514	34,8%
Classificação de Produtos	2.130	2.130	1.729	-18,8%
Despesas com Exportação	44.077	40.228	41.351	-6,2%
Outros	19.580	17.603	19.097	8,5%
Total	198.671	173.964	212.559	7,0%
% Receita Líquida	5,7%	5,6%	4,9%	-0,8 p.p.

Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas (excluindo valores relativos ao Programa de Participação nos Resultados e as despesas não recorrentes (R\$ 19,5 milhões) relacionadas à operação de combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A.) apresentaram queda de 1,3% no comparativo com o mesmo período do ano anterior.

As três principais variações são explicadas a seguir:

i. **Gastos com Pessoal** | Incremento relativo aos ajustes/alterações de quadro de pessoal, aumento das despesas com encargos e outros benefícios, adicionado a despesas com Stock Options/Ações Restritas;

- ii. **Honorários com terceiros** | Apresenta forte aumento em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido a despesas não recorrentes relacionadas à operação de combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A., totalizando R\$ 19,5 milhões. A variação da conta de honorários sem as despesas não recorrentes apresenta crescimento de 53,8%. Esse incremento notadamente se refere a despesas com assessoria jurídica, relacionadas ao sucesso de processos tributários e prestação de serviços de manutenção de *software*;
- iii. **Manutenção de software** | Elevação dos custos relativos à manutenção/contratação de diversos subsistemas correlacionados à implantação do sistema SAP.
- iv. **Contingências, tributárias, trabalhistas e ambientais** | Queda de R\$ 17,8 milhões, relacionado a indenizações trabalhistas ocorridas no 4T20, na Terra Santa Agro.

TABELA 19 | DESPESAS ADMINISTRATIVAS

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Gastos com pessoal	48.521	38.989	56.783	17,7%
Honorários de terceiros	9.065	5.877	33.441	268,9%
Depreciações e amortizações	4.021	2.094	4.135	2,8%
Despesas com viagens	1.542	1.176	1.119	-27,4%
Manutenção de Software	5.844	5.090	8.291	41,9%
Propaganda e Publicidade	2.766	2.692	2.381	-13,9%
Despesas de comunicação	3.835	3.798	4.725	23,2%
Aluguéis	1.360	1.293	2.672	96,5%
Conting. Tribut., Trabalh. e Amb.	18.151	186	396	-97,8%
Energia Elétrica	328	175	1.501	357,6%
Impostos e Taxas Diversas	1.373	1.332	2.086	51,9%
Contribuições e doações	4.283	4.283	5.032	17,5%
Outros	5.308	3.073	1.724	-67,5%
Subtotal	106.127	70.058	124.286	17,1%
% Receita líquida	3,0%	2,3%	2,8%	-0,2p.p.
Participação nos Resultados	45.394	45.394	98.210	116,4%
Total	151.521	115.452	222.496	46,8%

Resultado Financeiro Líquido

Dado que a parte dolarizada do endividamento da SLC Agrícola é “swapada” para Reais (em linha com a Política de Gestão de Riscos de Mercado – Hedge), a variação cambial sobre a dívida em Dólar acaba por não impactar o Resultado Financeiro quando analisamos os números de forma agregada, pois eventuais ganhos e perdas sobre a dívida em dólares, oriundos da variação cambial, são compensados por ganhos/perdas em igual proporção no respectivo swap.

TABELA 20 | RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO AJUSTADO

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Juros	(53.636)	(53.637)	(98.269)	83,20%
Variação cambial	28.775	28.775	(55.731)	n.m.
Variação monetária	-	-	(121)	100,0%
AVP(1)	(61.106)	(61.106)	(175.149)	186,6%
Outras rec. (desp.) financeiras	(5.783)	(5.783)	(20.610)	256,4%
Total	(91.750)	(91.751)	(349.880)	281,3%
% Receita líquida	2,6%	3,2%	8,0%	5,4 p.p.

(1) AVP: Ajuste Valor Presente – Passivo arrendamento (IFRS16)

No ano, o Resultado Financeiro Líquido ajustado apresentou aumento em relação ao ano anterior. Uma das principais variações está atrelado à conta de Ajuste a Valor Presente de Arrendamentos, devido ao alongamento de alguns contratos (adicionado a entrada do arrendamento da Terra Santa) e ao aumento no preço da saca de soja em Reais (indexador dos contratos). A variação cambial negativa reflete a apreciação da taxa de câmbio no ano, impactando os valores a pagar para fornecedores fixados em dólar. Aumento de juros no acumulado do ano, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, em virtude do aumento da dívida líquida, impactada pela aquisição da Terra Santa e pelo aumento do CDI médio no período.

Resultado Líquido

TABELA 21 | RESULTADO LÍQUIDO

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Result. antes dos tributos s/ lucro	579.995	689.179	1.560.810	169,1%
IR e Contribuição Social s/ lucro	(133.641)	(178.231)	(430.051)	221,8%
Lucro Líquido Consolidado do Período	446.354	510.948	1.130.759	153,3%
P/sócios da empresa controladora	424.080	488.674	1.062.116	150,5%
P/sócios da empresa não controladores	22.274	22.274	68.643	208,2%
Margem Líquida	12,7%	16,5%	25,9%	13,2 p.p.

No ano, atingimos Lucro Líquido recorde, pela primeira vez superior a 1 bilhão, alcançando a marca de R\$ 1,131 bilhão (um bilhão cento e trinta e um milhões), com crescimento 153,3% em relação a 2020. A margem líquida também foi recorde: 25,9%, com aumento de 13,2 pontos percentuais. Alguns fatores importantes contribuíram para esse relevante avanço no Resultado Líquido, como:

- i. forte incremento no Resultado Bruto, devido a preços faturados superiores e recorde de produtividade na soja;
- ii. apropriação dos Ativos Biológicos (Receita – Custo) positiva impactou a expectativa de margens superiores em relação à safra anterior.



Análise do demonstrativo de fluxo de caixa

No acumulado do ano, a geração de caixa livre é negativa, em R\$ 272 milhões, principalmente devido a combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A.

TABELA 22 | FLUXO DE CAIXA RESUMIDO

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Caixa Gerado nas Operações	1.218.417	1.155.649	1.743.771	43,1%
Variações nos Ativos e Passivos	(539.964)	(370.788)	(1.308.681)	142,4%
Caixa Líq. Ativ. de Investimentos	(168.457)	(169.846)	(476.195)	182,7%
Em imobilizado	(190.129)	(190.129)	(400.397)	110,6%
Em intangível	(21.924)	(21.654)	(36.007)	64,2%
Recebimento p/venda de terras	42.643	42.643	17.852	-58,1%
Integralização de capital	1.659	-	-	-100,0%
Aquisição de inv. em controladas	-	-	(55.297)	100,0%
Outros investimentos	-	-	(1.640)	100,0%
Pagamento devolução de terras	(706)	(706)	(706)	0,00%
Caixa livre apresentado	509.996	615.015	(41.105)	n.m.
Var.conta de Aplic. Financeiras(1)	(55.329)	(55.329)	21	n.m.
Arrendamentos Pagos(2)	(132.732)	(129.634)	(230.940)	74,0%
Recompra de ações	(268)	(268)	237	n.m.
Pagamento de Custas CRA	(14.700)	(14.700)	(228)	-98,4%
Caixa Livre Ajustado	306.967	415.084	(272.015)	n.m.

(1) As variações da referida conta não possuem efeito caixa.

(2) Em função da adoção do IFRS 16, o pagamento de arrendamentos passou a ser contabilizado, no Demonstrativo de Fluxo de Caixa, na seção de Atividades de Financiamento. No entanto, deve ser considerado como um desembolso de caixa operacional.

Imobilizado /CAPEX

TABELA 23 | CAPEX

(R\$ mil)	2020 Combinado (a)	2020 (b)	2021 (c)	AH c x a
Máq., implementos e equipamentos	93.300	91.999	171.854	84,2%
Aquisição de terras	102	102	322	215,7%
Correção de solo	64.553	56.156	110.644	71,4%
Obras e instalações	23.717	22.154	58.296	145,8%
Usina de beneficiamento de algodão	4.432	3.687	2.874	-35,2%
Armazém de Grãos	2.870	2.380	1.269	-55,8%
Limpeza de solo	20.009	20.009	42.701	113,4%
Veículos	2.693	2.506	3.541	31,5%
Aeronaves	3.255	21	1.494	-54,1%
Software	21.381	21.111	37.030	73,2%
Benfeitorias imóveis próprios	39	39	-	-100,0%
Benfeitorias imóveis de Terceiros	1.324	1.324	940	-29,0%
Prédios	106	106	-	-100,0%
Outros	12.765	12.652	19.869	55,7%
Total	250.546	234.246	450.834	79,9%

No ano, atingimos um investimento de R\$ 450,8 milhões, com aumento de 79,9% em relação a 2020. Os maiores investimentos foram em máquinas, implementos e equipamentos (38%), correção e desenvolvimento de solo (34%) e em obras e instalações (25%).

Em máquinas, implementos e equipamentos, foram investidos R\$ 171,9 milhões, notadamente para compra de tratores, colheitadeiras de grãos e algodão, plantadeiras e pulverizadores, entre outros. Em relação ao valor total investido, destacamos que 32% foram destinados para a Fazenda Paysandu, 12% para a Fazenda Paiaguás, 16% para as Fazendas Pamplona e Planeste e o restante distribuído entre as demais fazendas.

Em correção e desenvolvimento de solo, foram destinados R\$ 153,3 milhões, sendo os maiores investimentos realizados nas Fazendas Palmeira, Piratini e Paysandu. Os investimentos em obras e instalações totalizaram R\$ 58,9 milhões, com alocação de 25% para a Fazenda Piratini (preparação para estrutura de irrigação) e de 12% para a nova sede da Companhia, inaugurada em fevereiro de 2022. Além disso, os maiores investimentos foram realizados nas

Fazendas Pamplona (investimentos em irrigação, telemetria e reformas de casas) e Planeste (ampliação da prensa da algodoeira, abrigo calador, melhorias na sala de classificação e melhorias nos batedores e descaroçadores).

Endividamento

A Dívida Líquida Ajustada da SLC Agrícola encerrou o ano de 2021 em R\$ 2,4 bilhões, apresentando um aumento de R\$ 1,7 bilhão em relação ao fechamento de 2020. A Dívida Líquida foi impactada principalmente em razão do aumento na Necessidade de Capital de Giro, oriunda, por sua vez, do volume de pagamentos dos insumos agrícolas da safra 2021/2022 e da liquidação total do endividamento da Terra Santa Agro (SLC Agrícola Centro-Oeste).

TABELA 24 | DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA

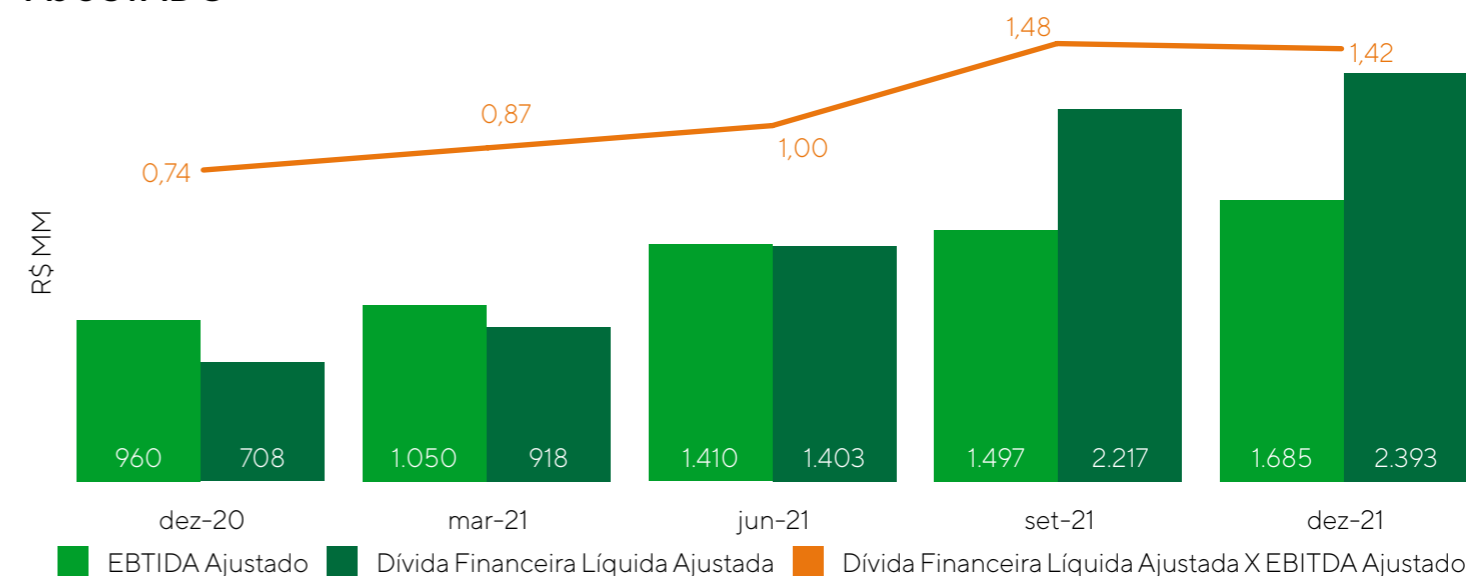
Linha de Crédito (R\$ mil)	Indexador	Taxas médias anuais de juros (%)		Consolidado	
		2020	2021	2020	2021
Aplicados no Imobilizado				57.053	42.529
Finame - BNDES	Pré e Cesta de Moedas	5,4%	5,6%	57.053	42.529
Aplicados no Capital de Giro				2.377.937	2.556.693
Crédito Rural	Pré	4,3%	5,5%	12.186	18.299
Crédito Rural	CDI(1)	-	10,3%	-	153.314
CRA	CDI(1)	3,7%	11,0%	841.616	534.015
Capital de Giro	CDI(1)	3,1%	10,3%	577.936	699.354
Financiamento à Exportação	CDI(1)	3,2%	10,4%	946.198	1.151.711
Total do Endividamento (3)		3,4%	10,4%	2.434.989	2.599.222
(+/-) Ganhos/perdas c/derivativos vinculados a Aplicações e Dívidas (2)			121.794	65.678	
(=) Dívida Bruta (Ajustada)				2.313.195	2.533.544
(-) Caixa				1.604.716	140.464
(=) Dívida Líquida (Ajustada)				708.479	2.393.081
EBITDA dos últimos 12 meses				960.263	1.685.247
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado				0,74	1,42

(1) Taxa de Juros final com swap;

(2) Operações com ganhos e perdas de Derivativos (nota 25 letra e da DF);

(3) O Total do endividamento é diferente da posição contábil devido aos custos de transações com CRA, vide nota 18 da DF.

FIGURA 18 | EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO DÍVIDA LÍQUIDA X EBITDA AJUSTADO



Dividendos

A distribuição de dividendos nos cinco últimos exercícios sociais apresentou um payout médio de 50% do lucro líquido ajustado.

Em 15 de março de 2022, o Conselho de Administração aprovou a Proposta da Administração, que será submetida à Assembleia de Acionistas a ser realizada em 29/04/2022. A Proposta propõe a distribuição de R\$ 504.434 mil. O dividendo será pago de forma igual a todas as ações de emissão da Companhia, correspondendo a R\$ 2,427538 por ação ordinária (excluídas as ações em tesouraria). Desse montante, R\$ 252.217 mil corresponderão ao dividendo obrigatório e R\$ 252.217 mil aos dividendos adicionais.

O dividendo por ação será atualizado na data base para pagamento, devido a atualização do saldo de ações em tesouraria.

TABELA 25 | PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

(R\$ mil)	2020	2021
Lucro líquido do exercício da controladora	488.674	1.062.116
Apropriação de reserva de subvenção	171	149
Apropriação da reserva legal	24.425	53.098
Base de cálculo dos dividendos	464.078	1.008.868
Dividendo mínimo obrigatório 25% (a)	83.673	252.217
Juros sobre Capital Próprio (Bruto) ¹	37.118	0
Impostos sobre JSCP	- 4.771	0
Juros sobre Capital Próprio (Líquido)(b)	32.347	0
Dividendo adicional proposto 25% (c)	116.019	252.217
Dividendos Propostos (a+b+c)	232.039	504.434
% sobre o Lucro Líquido do Exercício	50%	50%

1. Valor pago em 16/12/2020.

Aumento de

136,7%

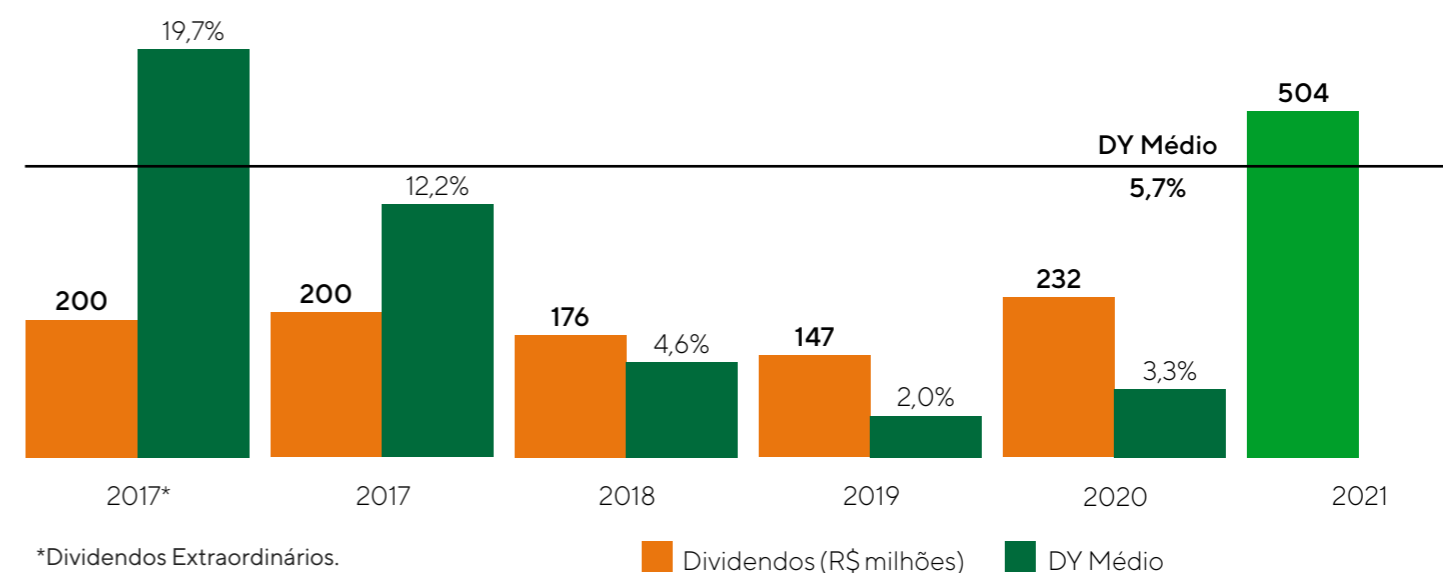
no Lucro Líquido da Controladora, em relação a 2020.

Aumento de

117,4%

no valor dos dividendos propostos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior

FIGURA 19 | DIVIDEND YIELD



Mercado de capitais

O capital social da Companhia é dividido em 212.422.599 ações ordinárias e sem valor nominal, com um free float de 45,3% na data base de 31/12/2021. As ações da SLC Agrícola (SLCE3) são negociadas na B3 no mais alto segmento de governança corporativa, o Novo Mercado. Além disso, estão disponíveis no mercado de balcão norte-americano via ADR Nível1, com o ticker "SLCJY". A SLCE3 faz parte dos seguintes índices: Small Caps (SMLL B3), IBRA B3, ICON B3, IDIV B3, IGCT B3, IGCX B3, IGNM B3 e ITAG B3.

Em 2021 entramos para os índices IBRX100, ICO2 e IGPTW. O índice IBrX 100 é o indicador do desempenho médio das cotações dos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Já a adesão das companhias ao ICO2 demonstra o comprometimento com a transparência de suas emissões e antecipa a visão de como estão se preparando para uma economia de baixo carbono. Por sua vez, o índice IGPTW vai levar em consideração as empresas certificadas pela GPTW e as melhores empresas para se trabalhar, a partir do ranking nacional elaborado também pela consultoria. A primeira composição do índice inclui as empresas premiadas em 2021.

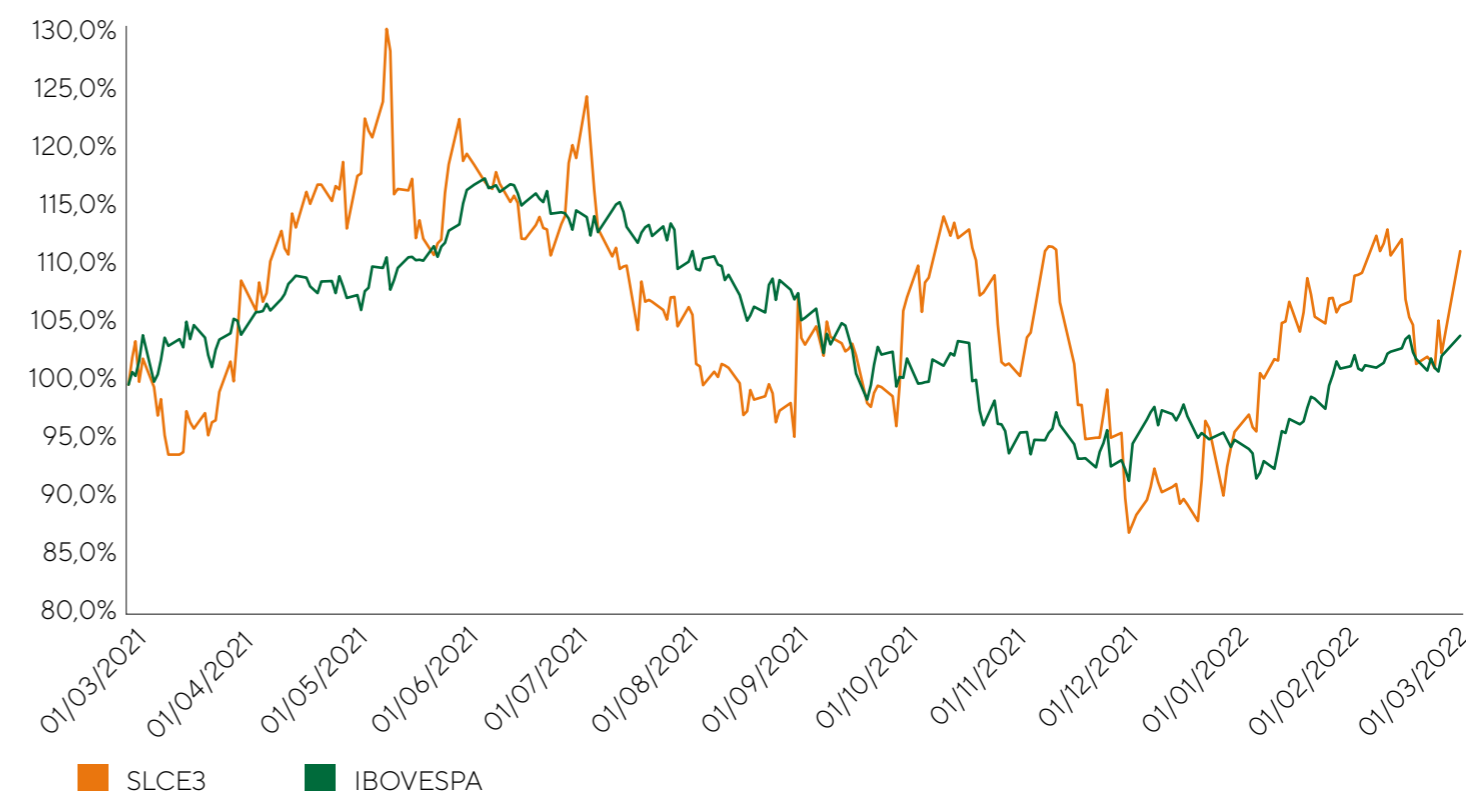
Recompra de Ações. Em 13 de setembro, divulgamos via Fato Relevante a aprovação do Conselho de Administração para a realização de um novo Programa de Recompra de Ações, no montante de 2 milhões de ações. O plano de recompra está em andamento e as ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para alienação ou cancelamentos. A Companhia comunicará aos seus acionistas oportunamente quando da finalização do referido programa.

Bonificação de Ações. A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30/12/2021 aprovou o aumento do capital social no valor total de R\$ 500 milhões, por meio da incorporação de parte do saldo da conta de Reservas Estatutárias, com bonificação de ações à razão de 10% (dez por cento), que correspondeu à emissão de 19.311.145 novas ações ordinárias, com custo unitário atribuído às ações bonificadas de R\$ 25,89 (vinte e cinco reais e oitenta e nove centavos).

Nos últimos 360 dias (mar-21 a mar-22), a SLCE3 registrou uma apreciação de 12,0%, frente a uma valorização de 4,4% do Ibovespa no mesmo período, conforme demonstramos no gráfico.

O volume médio negociado no mercado à vista, nos últimos 360 dias (mar-21 a mar-22), atingiu a marca de R\$ 59,7 milhões (dobro do ano anterior), com uma média de 1,36 milhões de ações negociadas.

FIGURA 20 | DESEMPENHO DAS AÇÕES DA SLCE3



Posição de *hedge*

Hedge cambial e de *commodities* agrícolas

As receitas de vendas da Companhia são geradas, principalmente, pela comercialização de *commodities* agrícolas, como algodão, soja e milho. Esses produtos são cotados em dólares nas bolsas internacionais Chicago Board of Trade – CBOT e Intercontinental Exchange Futures US – ICE.

Dessa forma, temos uma exposição ativa à variação da taxa de câmbio e aos preços dessas *commodities*. Com o objetivo de proteção contra a variação da taxa de câmbio, são utilizados instrumentos de derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de vendas e compras a termo de moeda – Non Deliverable Forward (NDF).

Em linha com a Política de Gestão de Risco da Companhia – cujo objetivo é o alcance de uma margem operacional pré-estabelecida com a conjunção dos fatores preço, câmbio e custo –, a maior parte dos instrumentos de proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente com nossos clientes (*forward contracts*). Além disso, são utilizados contratos futuros e de opções, negociados em ambiente de bolsa, e operações financeiras de *swaps* e opções, com instituições financeiras.

A seguir, apresentamos nossa posição de *hedge* de *commodities* (em relação ao volume de total de faturamento estimado) e de câmbio (em relação à receita total em dólar estimada) – aberta em *hedge* comercial e *hedge* financeiro – atualizada até 06 de março.

TABELA 26 | POSIÇÃO ATUALIZADA DE HEDGE

Hedge de Câmbio – Soja				Hedge de Commodity – Soja			
Ano agrícola	2020/21	2021/22	2022/23	Ano Agrícola	2020/21	2021/22	2022/23
%	99,9	56,8	10,0	%	99,9	68,0	22,7
R\$/USD	5,2583	5,6022	6,1286	USD/bu(2)	12,46	13,13	13,34
Compromissos %(1)	-	11,5	50,5	Compromissos %(1)	-	4,1	18,5

Hedge de Câmbio – Algodão				Hedge de Commodity – Algodão			
Ano agrícola	2020/21	2021/22	2022/23	Ano agrícola	2020/21	2021/22	2022/23
%	97,4	55,0	15,3	%	95,8	69,5	30,8
R\$/USD	5,4442	5,9328	6,2887	US\$/lb(2)	75,08	78,63	83,96
Compromissos %(1)	-	10,0	45,3	Compromissos %(1)	-	-	-

Hedge de Câmbio – Milho				Hedge de Commodity – Milho			
Ano agrícola	2020/21	2021/22	2022/23	Ano agrícola	2020/21	2021/22	2022/23
%	100,5	60,8	26,9	%	99,7	63,0	39,7
R\$/USD	5,2309	5,7446	6,3233	R\$/saca(3)	43,84	54,15	60,99
Compromissos %(1)	-	2,0	38,9	Compromissos %(1)	-	-	-

(1) Compromissos com pagamentos de títulos fixados em dólar, *hedge* natural com pagamentos de terras e arrendamentos em sacas de soja.

(2) Base FOB Porto – os preços nas nossas unidades de produção são influenciados ainda por despesas de transporte e possíveis desconto de qualidade.

(3) Preço fazenda.

Indicadores de retorno

A Companhia entende que o cálculo de Retorno sobre o Patrimônio Líquido, Retorno sobre o Ativo Líquido e Retorno sobre o Capital Investido deve considerar, além do resultado líquido do período ou resultado operacional do período, também a apreciação anual líquida do valor de suas terras (com base no relatório independente da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., realizado todos os anos).

TABELA 27 | RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(R\$ milhões)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Lucro Líquido(1)	70	121	16	289	405	293	511	1.131
Apreciação de Terras Líquida (2)	428	140	199	19	110	142	216	2.626
Subtotal	498	261	215	308	515	435	727	3.757
Patrimônio Líquido(3)	3.771	3.911	4.346	4.438	4.641	4.973	5.361	7.521
Retorno	13,2%	6,7%	4,9%	6,9%	11,1%	8,7%	13,6%	50,0%

1. Mesmo em períodos que contemplam resultados líquidos oriundos de venda de terras, nessa análise é considerado apenas o lucro da "operação agrícola", visto que os ganhos com apreciação de terras estão sendo considerados em linha específica.

2. Baseado em laudo independente (Deloitte), atualizado em outubro/2020; valores líquidos de impostos.

3. Ajustado pela apreciação de terras.

TABELA 28 | RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO

(R\$ milhões)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Resultado Operacional(1)	190	285	110	513	657	536	780	1.913
Alíquota de IRPJ	21,3%	27,3%	0,0%	26,3%	30,5%	24,0%	26,0%	27,6%
IR Ajustado	(40)	(78)	20	(135)	(200)	(129)	(203)	(528)
Res. Operacional Ajustado	150	207	130	378	457	407	577	1.385
Apreciação de terras Líquida(2)	428	140	199	19	110	142	216	2.626
Res. Operacional c/ Terras	578	347	329	397	567	549	793	4.011
Capital Investido	4.731	5.005	5.255	5.104	5.584	5.947	6.154	9.987
Dívida Bruta (CP e LP)	1.332	1.795	1.974	1.578	1.586	1.859	2.313	2.573
Caixa	372	701	1.065	749	643	885	1.520	108
Dívida Líquida	960	1.094	909	829	943	974	793	2.465
Patrimônio Líquido (3)	3.771	3.911	4.346	4.275	4.641	4.973	5.361	7.521
Retorno s/Capital Investido	12,2%	6,9%	6,3%	7,8%	10,2%	9,2%	12,9%	40,2%

1. Mesmo em períodos que contemplam resultados operacionais oriundos de venda de terras, nessa análise é considerado apenas o resultado da "operação agrícola", visto que os ganhos com apreciação de terras estão sendo considerados em linha específica.

2. Baseado em laudo independente (Deloitte), atualizado em outubro/2020, valores líquidos de impostos.

3. Ajustado pela apreciação de terras.

ESG

A SLC Agrícola está engajada em colaborar para o desenvolvimento sustentável. Uma das principais medidas para impulsionar esse compromisso é a participação voluntária na Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU para promover a integração de dez princípios universais sobre trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção às estratégias corporativas.

Signatária do Pacto Global desde 2015, a Companhia integra a plataforma Ação pelo Agro Sustentável, que desenvolve projetos para a divulgação e fortalecimento dos Princípios Empresariais para Alimentos e Agricultura (PEAA) e dos ODS relacionados. Além disso, participa, desde 2020, do Comitê de Sustentabilidade da Câmara Americana de Comércio – Amcham, de Porto Alegre (RS).

Em 2021, conduzimos um novo estudo para mapear e priorizar os temas mais relevantes da agenda de sustentabilidade para a gestão dos negócios e a prestação de contas aos públicos de interesse. Esse trabalho envolveu 23 entrevistas qualitativas e 389 respostas completas ao questionário on-line, resultando na nova Matriz de Materialidade.

Nossa Matriz de Materialidade

Environmental

Mudanças climáticas
Sistema de gestão ambiental



Social

Impactos socioeconômicos
Desenvolvimento das pessoas
Diversidade e inclusão
Saúde e segurança



Governance

Certificações e rastreabilidade dos produtos
Ética e *compliance*
Inovação e produtividade
Gestão de riscos



O Sistema de Gestão Integrado (SGI) é responsável pela padronização das políticas e procedimentos para a gestão dos aspectos ESG. A plataforma possui a certificação ISO 14001 (gestão ambiental), ISO 45001 (saúde e segurança ocupacional) e NBR 16001 (responsabilidade social), já aplicável em 11 unidades – a Matriz e 10 fazendas. A meta é, até 2026, ter todas as 22 fazendas e matriz certificadas no âmbito do SGI.

A gestão dos aspectos, riscos e oportunidades relacionados ao desempenho ESG é realizada, desde 2020, com o apoio de uma ferramenta digital que dá mais agilidade e confiabilidade aos processos. Essa solução consolida a gestão de documentos, de licenças e das condicionantes ambientais, o acompanhamento do portfólio de projetos, o registro e investigação de acidentes e incidentes, auditoria, não conformidades e oportunidades de melhorias, entre outros aspectos.



Meio ambiente

Na gestão ambiental dos impactos relacionados às nossas atividades, as prioridades são a redução das emissões de gases de efeito estufa associadas às operações agrícolas, o consumo eficiente de água e energia e a correta destinação dos resíduos. Também atuamos para garantir a preservação e o reflorestamento em áreas protegidas localizadas dentro das unidades, investindo em ações para combater incêndios e outros tipos de incidentes que possam prejudicar o desenvolvimento da biodiversidade local.

Mudanças climáticas

Anualmente, elaboramos e divulgamos nosso Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), conforme as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol e considerando os escopos 1 e 2. No inventário relativo ao ano de 2021, expandiremos essa quantificação para atividades de terceiros em nossa cadeia de valor (escopo 3), como as operações logísticas, e submeteremos os dados para verificação de terceira parte, alinhado às melhores práticas de mercado. Em 2021, a SLC Agrícola também passou a responder ao questionário Climate Change do CDP, fortalecendo a transparência sobre a governança e a gestão de riscos e oportunidades associados ao tema. Corporativamente, a meta estabelecida em 2020 é de reduzir as emissões de GEE em pelo menos 25% até o ano de 2030, considerando o ano-base 2019, reduzindo a nossa pegada de carbono de 0,29 para 0,22 tCO₂e/tonelada de produtos (somatório de todas as culturas produzidas pela SLC Agrícola no ano-safra).

TABELA 29 | INVENTÁRIO DE GEE

Inventário de GEE (tCO ₂ e) ¹	2019	2020
Escopo 1 (brutas)	573.497,6	746.446,5
Escopo 2 (abordagem de localização)	3.758,4	3.427,5
Total	577.256,0	749.874,0

1. Dados históricos rerepresentados.

As técnicas agrícolas utilizadas nas fazendas contribuem para uma operação mais sustentável sob a perspectiva das emissões de GEE. A utilização de cobertura natural e o plantio direto das sementes, sem revolver a área de plantio, contribuem para a fixação de carbono no solo. Nos últimos anos, temos investido no aprimoramento dos mecanismos para a quantificação e aprimoramento das estimativas de emissões e captura de carbono, considerando a variabilidade ambiental presente em cada um dos talhões. O projeto tem como objetivo desenvolver uma plataforma digital para a contabilização dos gases de efeito estufa.

Água

Nossas operações não são intensivas no consumo de água, uma vez que 98% das lavouras são cultivadas com agricultura de sequeiro – apenas a chuva é suficiente para garantir a produtividade das culturas. Nas fazendas Pampolona (GO), Paysandu (BA) e Palmares (BA), possuímos sistemas digitais que monitoram a necessidade de irrigação e controlam a quantidade de água a ser utilizada a cada 24 ou 48 horas.

As fazendas possuem Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), destinadas ao tratamento do esgoto doméstico antes do descarte nos rios. Parte do esgoto tratado nas ETEs é reutilizado em processos para umidificação das vias de acesso não asfaltadas.

TABELA 30 | CAPTAÇÃO DE ÁGUA POR FONTE

Captação de água por fonte (mil m ³) ¹	2019	2020	2021
Superficial	24.743,4	17.104,9	13.417,6
Subterrânea	1.307,4	1.507,3	1.558,3
Total	26.050,8	18.612,2	14.975,9

1. Além dessas fontes, a matriz em Porto Alegre (RS) recebe água da Companhia de abastecimento local, cujo volume foi de 62 m³ e 146 m³, respectivamente, em 2021 e 2020. Toda água é captada com concentração de sólidos totais dissolvidos menor ou igual a 1.000 mg/l. A Companhia não dispõe de medição do consumo.

Resíduos

O Sistema de Gestão Ambiental estabelece os procedimentos para classificação, armazenamento e disposição de todos os resíduos gerados nas unidades. Em 2021, iniciamos o projeto Circularidade e Zero Resíduos na Fazenda Pamplona (GO), com o objetivo de aumentar o índice de reciclabilidade e eliminar o envio de resíduos para aterros sanitários.

TABELA 31 | DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS POR MÉTODO

Destinação de resíduos por método (t) ¹	2019	2020	2021
Não perigosos			
Reciclagem ²	1.333,3	1.733,3	1.672,3
Aterro ³	528,3	786,3	219,0
Subtotal não perigoso	1.861,6	2.519,6	1.891,3
Perigosos			
Reciclagem ²	194,0	195,1	148,2
Incineração ³	110,5	147,5	189,6
Subtotal perigoso	304,5	342,6	337,8
Total de resíduos	2.166,1	2.862,2	2.229,3

1. Além dos volumes na tabela, em 2020 foram destinadas 2,2 mil pilhas e baterias e 1,4 mil lâmpadas, cujo peso não pôde ser calculado, uma vez que o controle é feito por unidade.

Biodiversidade

O compromisso da SLC Agrícola com a preservação da biodiversidade foi reforçado em 2021 com a divulgação da Política de Desmatamento Zero, que formaliza o encerramento do ciclo de transformação de terras com vegetação nativa para o uso agrícola. Na prática, isso significa a manutenção natural mesmo de áreas que poderiam ser convertidas em lavouras, seguindo as orientações e parâmetros dos licenciamentos ambientais.

No encerramento do ano, áreas preservadas representavam 118 mil hectares nas fazendas. Além disso, em oito unidades, mantemos viveiros de mudas, privilegiando espécies do Cerrado.

Para ampliar a geração de impactos positivos, demos continuidade ao longo de 2021 às parcerias com universidades e organizações da sociedade civil que desenvolvem projetos voltados para a preservação da fauna e da flora do Cerrado. Nesse contexto, destacam-se a adesão como signatária do Pacto em Defesa das Cabeceiras do Pantanal e do projeto Conservação da Biodiversidade no Cerrado.



Social

Fornecedores

Em 2021, as compras e contratações de fornecedores envolveram dispêndios da ordem de R\$ 2,4 bilhões. O processo de seleção dos fornecedores considera a atuação e a gestão desses parceiros sobre os aspectos ESG. A SLC Agrícola aplica uma ferramenta de gestão de riscos para terceiros que permite a consulta a diferentes bases de dados, com o objetivo de obter informações sobre cerca de 40 temas de avaliação. Um dos tópicos avaliados é o risco de ocorrência de trabalho infantil ou análogo ao escravo. Todos os fornecedores contratados em 2021 foram avaliados na ferramenta e não foram identificados riscos relacionados a práticas degradantes de trabalho. A partir de 2022, o objetivo é realizar essa análise ainda na fase de homologação cadastral para os novos fornecedores, antes da efetivação dos contratos.

Comunidades

Entidade privada sem fins lucrativos, o Instituto SLC foi criado em 2020 com o objetivo de organizar os investimentos sociais privados realizados pela SLC Agrícola e pela SLC Máquinas, empresas que fazem parte do Grupo SLC. Seu foco de atuação é a promoção da educação como meio para a geração de novas oportunidades e de transformação na vida das pessoas.

Por causa da pandemia de Covid-19, as primeiras ações do Instituto SLC estiveram direcionadas para o combate à doença e o apoio emergencial a famílias em situação de vulnerabilidade. Desde 2020, foram doados R\$ 1,0 milhão para ajudar hospitais e centros médicos municipais a adquirirem equipamentos e medicamentos para o atendimento da população.

Também foram feitas doações de cestas básicas para associações beneficentes e famílias em mais de 30 municípios diferentes, totalizando cerca de 180 toneladas de alimentos doados. Nessa ação, foram investidos R\$ 1 milhão, com o envolvimento dos Grupos de Apoio Socioambiental (GAS), formados em cada uma das unidades para reunir colaboradores em prol do voluntariado.

Colaboradores

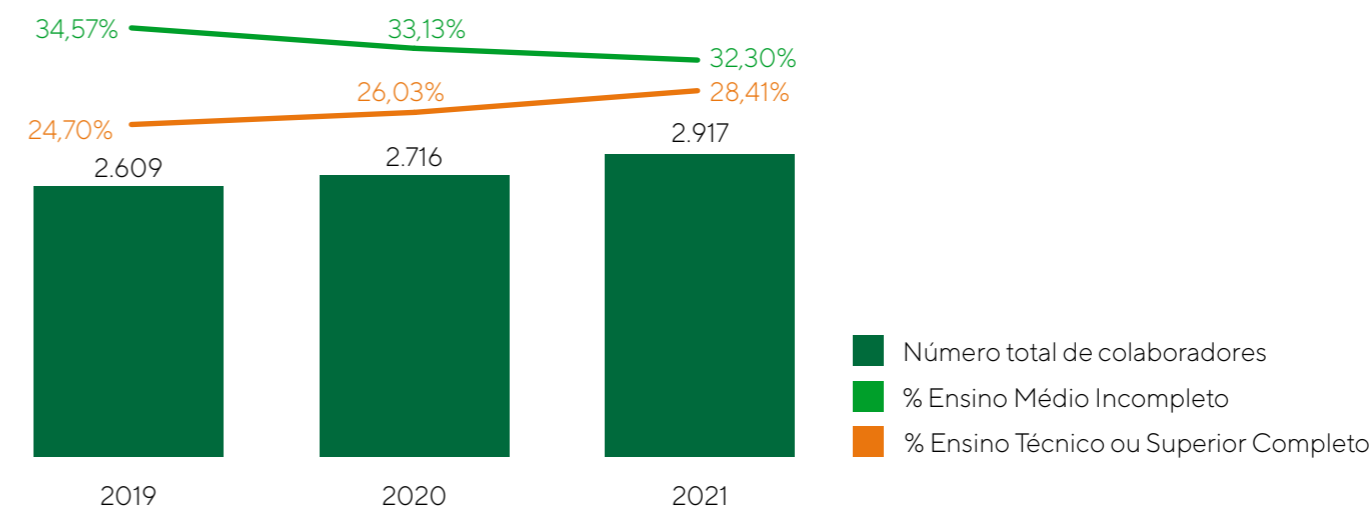
No encerramento de 2021, o quadro funcional era formado por 2.917 colaboradores efetivos, um aumento de 7,4% na comparação anual, além de 93 aprendizes e 62 estagiários. No ano, a média de safristas contratados foi de 1.244, elevação de 21,4% na comparação com o ano anterior.

A Companhia investe na construção de um ambiente de trabalho inclusivo e que ofereça oportunidades para o crescimento e o desenvolvimento dos colaboradores. Para acelerar esse desenvolvimento, a Companhia criou o Programa Educação Inclusiva abrange diferentes projetos voltados para a integração dos colaboradores, como a Academia de Líderes, o Espaço de Inclusão Digital e o Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

Oferecemos aos colaboradores efetivos e safristas um conjunto de benefícios que contribui para a atratividade da remuneração total. Apenas alguns benefícios são oferecidos exclusivamente aos colaboradores efetivos e não estão disponíveis aos safristas: auxílio-aluguel temporário, auxílio-educação, convênios com universidades e instituições de ensino e pacote da Fundação SLC (assistência médica e odontológica, auxílio-funeral, seguro de vida e reembolso de despesas médicas, medicamentos e lentes de óculos).

Em 2021, foram registrados 21 acidentes envolvendo colaboradores, ante 25 ocorrências no ano anterior. Com isso, a Companhia alcançou uma redução de 17,4% na taxa de frequência de acidentes com e sem afastamento, atingindo o melhor patamar histórico: 1,90. No ano, cinco fazendas alcançaram a meta de zero acidente. Entre os acidentes do período, dois tiveram afastamento superior a 90 dias, o que elevou a taxa de gravidade em 35,44% na comparação anual. Não foi registrado nenhum acidente fatal nas operações.

FIGURA 21 | EVOLUÇÃO DA ESCOLARIDADE



Governança

Os valores e princípios que orientam o desenvolvimento dos negócios estão expressos no Código de Ética e Conduta, atualizado e aprovado pelo Conselho de Administração em 2021. Nesse mesmo ano, foi aprovada a Política de Prevenção e Combate à Corrupção, disponível para 100% dos colaboradores e para os públicos externos, e concretizada a adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa multissetorial para promover a integridade na estratégia das organizações.

Para garantir a aderência de todos os colaboradores, diretores e membros do Conselho de Administração a essas diretrizes e princípios, a SLC Agrícola desenvolveu o Sistema de Compliance, estruturado em conformidade com a Lei Anticorrupção (12.846/2013). O funcionamento e regras do Sistema de Compliance, assim como os valores do Código de Ética e Conduta, são divulgados por meio de treinamentos, campanhas de comunicação e ações de conscientização.

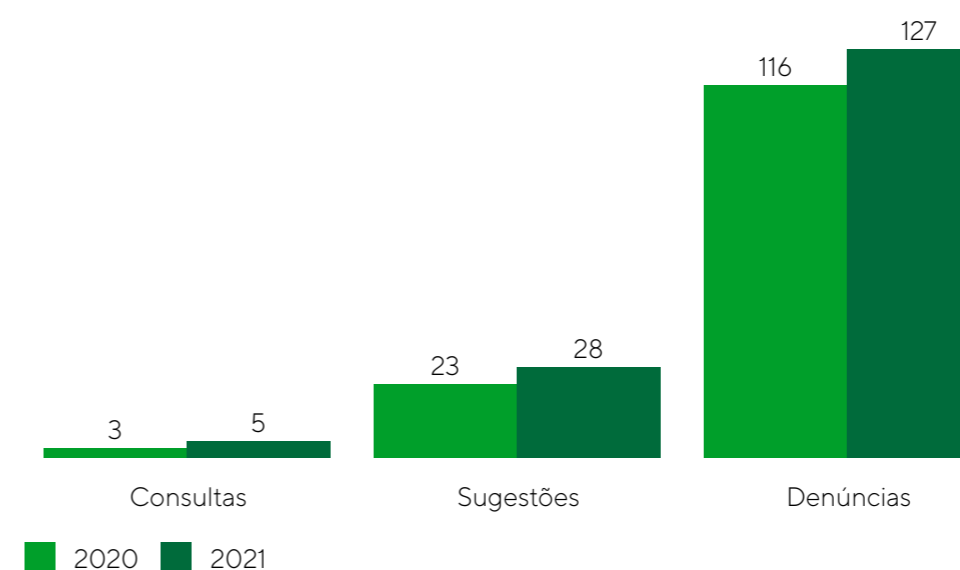


O Sistema de Compliance também conta com o Canal de Denúncias (Contato Seguro) para o recebimento de comunicações e relatos de comportamentos antiéticos ou envolvendo corrupção e fraudes. A plataforma, administrada por uma empresa externa e independente, é aberta para colaboradores, fornecedores, clientes e todos os outros públicos da Companhia. Em 2021, foram recebidas 160 manifestações no Canal de Denúncias, nenhuma delas relacionada a caso confirmado de corrupção.

Na frente de treinamento e comunicação, a Companhia promoveu em 2021 uma campanha específica para reforçar o Programa de Integridade, incluindo peças nos canais internos, um vídeo com a participação da Diretoria e sinalização das áreas de trabalho. Além disso, as fazendas receberam visitas para a realização de apresentações sobre o Programa de forma presencial. No período, 1.679 colaboradores (43,9% do quadro funcional) foram treinados no tema.

Para os públicos externos, a divulgação das diretrizes de conduta e combate à corrupção também é abrangente, com a disponibilização do Código e políticas no site institucional e a inclusão de cláusulas específicas anticorrupção nos contratos.

FIGURA 22 | MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS NO CANAL DE DENÚNCIAS



Informações adicionais

Área plantada

TABELA 32 | ÁREA PLANTADA SAFRA 2021/2022

Mix de áreas	Área plantada	Área Plantada	Participação	%
	2020/21	2021/22(1)	2021/22	
	ha		%	
Área de 1ª Safra	322.035	448.599	66,4%	39,3%
Área Própria	110.273	111.891	16,6%	1,5%
Área Arrendada	135.006	253.121	37,5%	87,5%
Área de Sociedades (2)	41.594	41.351	6,1%	-0,6%
Área LandCo	35.162	42.236	6,3%	20,1%
Área de 2ª Safra	141.132	226.751	33,6%	60,7%
Área Própria	51.155	54.527	8,1%	6,6%
Área Arrendada	60.757	140.213	20,8%	130,8%
Área de Sociedades (2)	14.227	14.452	2,1%	1,6%
Área LandCo (3)	14.993	17.559	2,6%	17,1%
Área Total	463.167	675.350	100,0%	45,8%

1. Fatores climáticos poderão afetar a projeção de área plantada.

2. Áreas pertencentes ao Grupo Roncador e Mitsui.

3. A SLC Agrícola detém participação de 81,23% na SLC LandCo.

Avaliação de terras

A nova avaliação do portfólio de terras da SLC Agrícola apresentou um valor total de R\$ 6,941 bilhões, um aumento de 75,2% em relação a 2020. O valor médio do hectare cultivável está atualmente em R\$ 35.693, o que eleva o Valor Líquido dos Ativos (NAV) da Companhia para R\$ 8,8 bilhões (posição 4T21), que corresponde a um NAV por ação de R\$41,31.

Banco de terras

Até o 2T21, 2.872 hectares estavam em processo de licenciamento, ou seja, aguardando a liberação de licença ambiental para abertura. Informamos que de acordo com o nosso compromisso divulgado ao mercado, a Companhia encerrou o ciclo de abertura de novas áreas na safra 2020/2021 (agosto/2021). Dessa forma, essa área foi incorporada ao total de áreas de vegetação nativa remanescente existentes na Companhia. Atualmente, a SLC Agrícola possui 118 mil hectares de áreas dedicadas a preservação ambiental, composta por Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente e áreas com vegetação nativa remanescentes. Essas áreas são dedicadas integralmente à preservação da biodiversidade. Adicionalmente, houve redução no banco de terras em 15.662 mil hectares, uma vez que essas áreas estão sendo plantadas pela primeira vez na safra 2021/2022.

A seguir demonstramos a posição atual do nosso banco de terras.

TABELA 33 | BANCO DE TERRAS

Hectares	Em processo de desenvolvimento agrícola ¹	Em processo de licenciamento
SLC Agrícola		
Parnaíba	1.464	-
Parnaguá	-	-
Parceiro	2.527	-
Sub Total	3.991	-
SLC LandCo		
Palmeira (1)	-	-
Piratini	2.183	-
Parceiro (1)	-	-
Sub Total	2.183	-
Total	6.174	-

1. Áreas adquiridas pela SLC LandCo que serão exploradas juntamente a essas fazendas. Em desenvolvimento para plantio comercial. São áreas já abertas e disponíveis para o plantio.

Portfólio de terras

Em 15 de março de 2022 contávamos com o seguinte portfólio de terras sob controle:

TABELA 34 | PORTFÓLIO DE TERRAS

Safrá 2021/22 (ha)		Própria(1)	SLC LandCo(2)	Arrendada	Sociedades	Sob Controle	Total Plantada(3)
Fazenda	Estado						
Pamplona	GO	17.994		8.596		26.590	27.469
Pantanal	MS			26.289		26.289	44.032
Planalto	MS	15.006		1.635		16.641	22.594
Pampeira	MT			23.978		23.978	41.885
Piracema	MT			12.605		12.605	23.914
Pejuçara	MT			14.466		14.466	28.093
Pirapora	MT			11.423		11.423	20.724
Próspera	MT			16.999		16.999	30.793
Planorte	MT	23.454				23.454	31.716
Paiaguás	MT	28.129		17.321		45.450	66.424
Perdizes(5)	MT	28.893	13.288			42.181	26.427
Pioneira(4)	MT				19.804	19.804	34.255
Panorama	BA		10.373	14.269		24.642	21.810
Paladino(5)	BA				21.547	21.547	21.547
Piratini	BA		25.356			25.356	15.464
Paysandu	BA			33.446		33.446	38.864
Palmares	BA	16.195	831	16.949		33.975	26.203
Parceiro	BA	27.564	3.680	6.933		38.177	11.083
Parnaíba	MA	26.193		11.309		37.502	44.853
Palmeira	MA		10.200	16.647		26.847	23.631
Planeste	MA		22.783	20.256		43.039	63.707
Parnaguá	PI	19.416				19.416	9.862
Paineira(6)	PI	12.892				12.892	
Total	-	215.736	86.511	253.121	41.351	596.719	675.350

1. Área própria, inclui Reserva legal.

2. Atualmente a SLC Agrícola possui 81,23% da LandCo. e o fundo Valiance, 18,77%.

3. Incluindo segunda safra. Fatores climáticos poderão afetar a projeção de área plantada.

4. Fazenda Pioneira faz parte da operação conjunta com o Grupo Roncador.

5. Fazenda Perdizes e Fazenda Paladino fazem parte da operação conjunta com a Mitsui na SLC-Mit.

6. Fazenda arrendada para terceiros.

Parque de máquinas e capacidade de armazenagem

TABELA 35 | PARQUE DE MÁQUINAS E CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM

	2018	2019	2020	2021
Maquinário (quantidade)	867	873	871	1173
Tratores	216	212	211	350
Colheitadeiras de grãos	209	206	196	217
Colheitadeiras de algodão	76	85	92	103
Plantadeiras	212	209	210	297
Pulverizadores autopropelidos	154	161	162	206
Capacidade de armazenagem (toneladas)				
Grãos	764.000	764.000	764.000	1.054.920
% Produção (1)	52%	52%	44%	61%
Algodão	125.148	125.148	125.148	190.447
% Produção (1)	60%	60%	63%	72%

1. Estimativa com base na área plantada e produtividades estimadas para o ano-safra 2021/22 para o 3T21

Valor Líquido dos Ativos

TABELA 36 | VALOR LÍQUIDO DOS ATIVOS (NAV)

(R\$ milhões)	4T21
Fazendas SLC Agrícola (1)	4.800
Fazendas SLC LandCo (1)	1.360
Infra-estrutura (excl. terras)	1.570
Contas a Receber (excl. derivativos)	88
Estoques	2.802
Ativos Biológicos	1.472
Caixa	108
Subtotal	12.200
Fornecedores	963
Dívida Bruta ajustada pelo resultado das operações com derivativos	2.461
Dívidas relativas à compra de terras	-
Subtotal	3.424
Valor Líquido dos Ativos	8.776
Valor Líquido dos Ativos por Ação (212.422.599 ações)	41,31

1. Baseado em laudo de avaliação independente (Deloitte, 2021), líquido de impostos.

NOTA: Todas as contas são ajustadas pela participação da SLC Agrícolas nas subsidiárias/joint ventures.

Endividamento

FIGURA 23 | MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA BRUTA AJUSTADA (R\$ MIL)

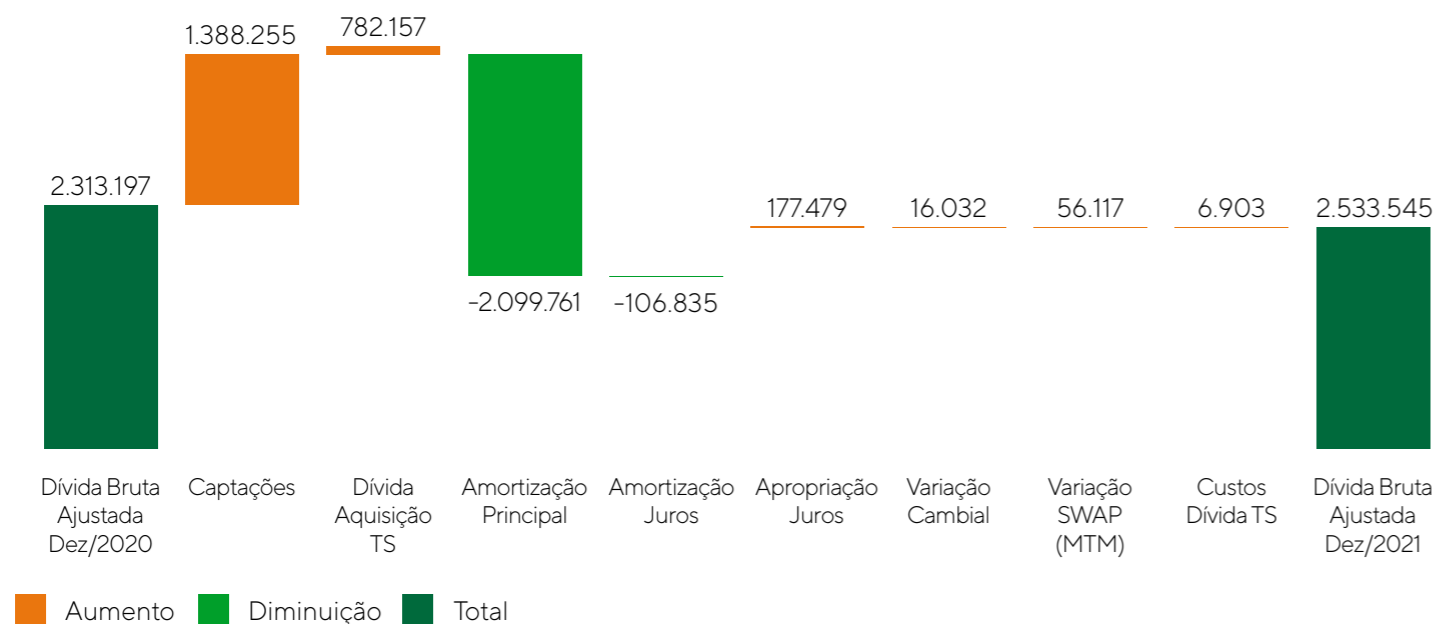


FIGURA 24 | CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA BRUTA AJUSTADA (R\$ MIL)

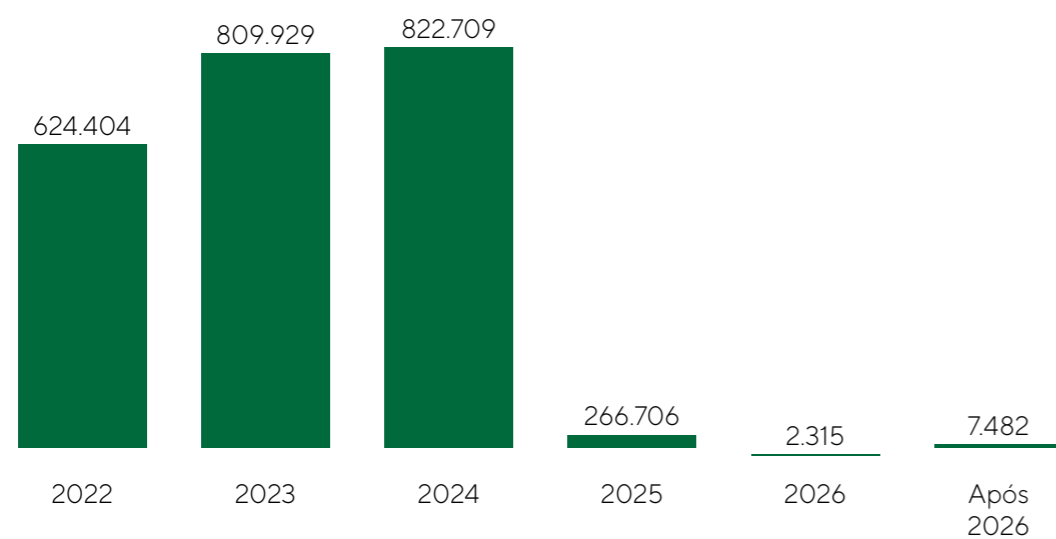


FIGURA 25 | PERFIL DO ENDIVIDAMENTO BRUTO AJUSTADO

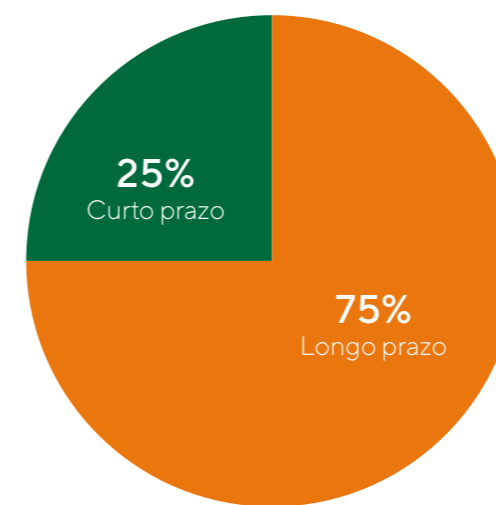
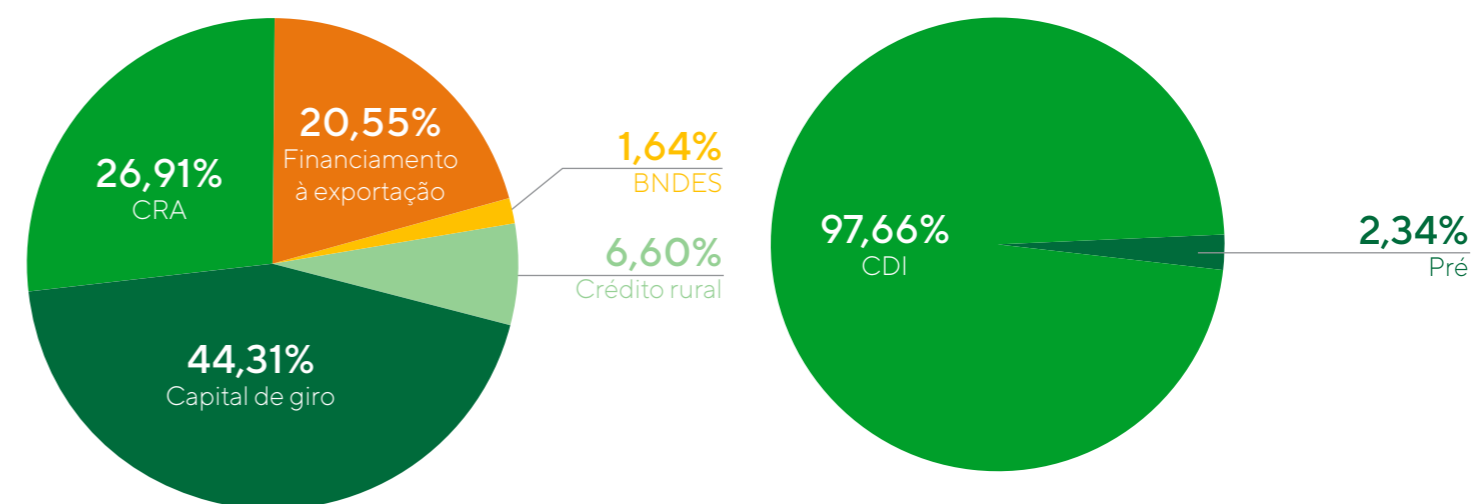


FIGURA 26 | ENDIVIDAMENTO BRUTO AJUSTADO POR INDEXADOR E INSTRUMENTO



Auditoria independente Aderência à Câmara de Arbitragem

Ao longo do exercício de 2021, em atendimento à instrução CVM nº 381/03, a SLC Agrícola informa que a ERNST & YOUNG prestou serviços de:

- a. auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, no valor total de R\$ 1.140.094.
- b. emissão de relatório de asseguarção razoável das informações financeiras consolidadas Pro-forma da SLC Agrícola (considerando a titularidade de 100% das ações da Terra Santa Agro S.A.), em conexão com a oferta da SLC para a combinação de negócios com a empresa TS Agro S.A. (atual Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.), seguindo os critérios especificados em comunicado CTG 06 – Apresentação das Informações Financeiras Pro-Forma e para fins da Instrução CVM 565, de 15 de junho de 2015, no valor total de R\$ 386.300, representando 33,9% dos serviços de auditoria.

Adicionalmente, a ERNST & YOUNG prestou também serviços de:

- a. *due diligence*, correspondente a procedimento de diligência no âmbito da aquisição da Terra Santa Agro S.A., que incluíram: (i) diligência financeira e contábil; (ii) diligência tributária, previdenciária e trabalhista, (iii) preços de transferência, (iv) diligência ambiental e de segurança operacional e (v) diligência de tecnologia da informação, no valor total de R\$ 920.000, representando 80,7% dos serviços de auditoria.
- b. assessoria tributária, no valor total de R\$ 159.642, representando 14,0% dos serviços de auditoria.

Arbitragem

A empresa está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado, de acordo com a cláusula compromissória constante no Estatuto Social.

Aviso legal

Nós fazemos declarações sobre eventos futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso.

Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia. As ressalvas com relação a declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras “acredita”, “poderá”, “irá”, “continua”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “planeja”, “estima” ou expressões semelhantes. As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da nossa capacidade de controle ou previsão.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

47 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

51 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

51 Balanços patrimoniais

53 Demonstrações de resultados

53 Demonstrações de resultados abrangentes

54 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

56 Demonstrações dos fluxos de caixa

57 Demonstrações do valor adicionado

58 Notas explicativas às demonstrações financeiras



Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da SLC Agrícola S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da SLC Agrícola S.A., todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 15 de março de 2022, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Porto Alegre/RS, 15 de março de 2022.

João Carlos Sfreddo

Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Roberto Kruse

Conselheiro

Mauricio Rocha Alves de Carvalho

Conselheiro

Parecer da Diretoria sobre as DFs

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Porto Alegre/RS, 15 de março de 2022.

Aurélio Pavinato

Diretor Presidente

Ivo Marcon Brum

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Gustavo Macedo Lunardi

Diretor de Suprimentos e Produção de Sementes

Aldo Roberto Tisott

Diretor de Vendas e Novos Negócios

Álvaro Luis Dilli

Diretor de RH e Sustentabilidade

Leonardo Celini

Diretor de Operações

Declaração da Diretoria sobre o Relatório de Auditoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes, datado em 15 de março de 2022, relativo às Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Porto Alegre/RS, 15 de março de 2022.

Aurélio Pavinato

Diretor Presidente

Ivo Marcon Brum

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Gustavo Macedo Lunardi

Diretor de Suprimentos e Produção de Sementes

Aldo Roberto Tisott

Diretor de Vendas e Novos Negócios

Álvaro Luis Dilli

Diretor de RH e Sustentabilidade

Leonardo Celini

Diretor de Operações

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da

SLC Agrícola S.A.

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SLC Agrícola S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração dos ativos biológicos

Conforme mencionado na nota explicativa 8, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos biológicos, que correspondem ao cultivo dos produtos agrícolas, principalmente soja, milho e algodão, com base no seu valor justo a partir da fase de pré-colheita. Essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas ao preço de mercado ativo, à produtividade e áreas plantadas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de R\$1.177.298 mil na Controladora e R\$1.690.969 mil no Consolidado, na conta de ativos biológicos, no ativo circulante.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores dos ativos biológicos sobre o total de ativos e sobre o resultado do exercício, bem como devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa, e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia e a utilização de especialistas na inspeção física por amostragem de áreas plantadas, para avaliar a existência dos ativos biológicos e suas condições físicas. Adicionalmente avaliamos as premissas relacionadas a preços de mercado ativo, à produtividade esperada e áreas plantadas, dentre outras. Realizamos, também, verificação amostral dos documentos dos custos que foram adicionados durante o exercício. Por fim, examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de mensuração dos ativos biológicos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”)

Conforme descrito na nota explicativa 25, a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para proteção aos riscos de variação de câmbio e de variação do preço dos produtos agrícolas, em relação às receitas futuras consideradas de alta probabilidade de ocorrência, sendo registrados conforme uma estrutura de contabilidade de *hedge*. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o montante de R\$345.794 mil, líquido de impostos diferidos, registrado no patrimônio líquido (individual e consolidado), em “Outros resultados abrangentes”.

A designação dos instrumentos financeiros como contabilidade de *hedge* e a mensuração de sua efetividade requerem o cumprimento de certas obrigações formais e incluem a necessidade de uso de estimativas significativas sobre as projeções de receitas futuras prováveis. Em função da grande quantidade de operações contratadas, da complexidade na mensuração do valor justo das operações e no cálculo da efetividade, além do potencial impacto que alterações nas projeções de receita futura podem ter sobre o resultado e fluxos de caixa da Companhia, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: entendimento do desenho do processo de gerenciamento de riscos e da estrutura de contabilidade de *hedge*, incluindo a análise da política aplicada pela Companhia; recálculo da mensuração do valor justo das operações, com o envolvimento de especialistas em instrumentos financeiros derivativos para nos auxiliar na elaboração de cálculo independente de valorização; confronto do valor registrado pela Companhia com as informações fornecidas pelas instituições financeiras através de procedimentos de envio de cartas de confirmação às respectivas contrapartes nas operações; exame da documentação de designação das operações e os testes de efetividade prospectivos preparados pela diretoria; análise das projeções

de receitas futuras prováveis, com base na análise dos contratos firmes de venda e nas estimativas de vendas; e análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de contabilidade de *hedge* da Companhia em relação aos requerimentos previstos na NBC TG 48 (IFRS 9) para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Combinação de negócios

A Companhia adquiriu o controle da Terra Santa Agro S.A. em 01 de julho de 2021, conforme descrito na nota explicativa 2.f. A aplicação do método de aquisição em uma combinação de negócios requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Tais procedimentos envolvem um elevado grau de subjetividade e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que podem estar sujeitos a um elevado grau de incerteza. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à subjetividade e julgamento na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e do valor do ágio auferido nessa aquisição.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: leitura dos documentos que formalizaram a operação, como contratos e atas, e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle acionário da adquirida e a determinação do valor justo da contraprestação transferida; envolvimento dos nossos profissionais especialistas em avaliação de projeções para nos auxiliar na análise das premissas e metodologias utilizadas para determinação e mensuração do valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos; avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados, confrontando, quando disponível, com informações de mercado; e a análise das divulgações incluídas pela diretoria na nota explicativa 2.f às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela diretoria na contabilização da combinação de negócios, assim como as respectivas divulgações efetuadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 15 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-7

Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-RS 067795/O-5

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020 – (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	46.046	1.319.290	139.780	1.604.053
Contas a receber de clientes	6	117.841	178.085	147.414	207.283
Adiantamento a fornecedores		15.963	3.221	29.502	3.580
Estoques	7	1.931.023	1.179.014	2.806.365	1.301.082
Ativo biológico	8	1.177.298	739.267	1.690.969	891.804
Tributos a recuperar	9	49.616	28.521	126.936	39.447
Títulos a receber	10	-	-	21.919	31.207
Operações com derivativos	25	49.225	89.721	107.676	98.587
Créditos com partes relacionadas	16	52.351	2.475	20	8
Outras contas a receber		21.957	5.280	23.977	6.217
Despesas antecipadas		8.860	15.471	14.275	17.141
Ativos mantidos para venda		525	810	573	971
Total do ativo circulante		3.470.705	3.561.155	5.109.406	4.201.380
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	684	663	684	663
Tributos a recuperar	9	97.517	64.236	152.690	111.203
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	405.662	20.480
Operações com derivativos	25	183.326	118.126	183.607	146.785
Títulos a receber	10	-	-	26.962	2.700
Créditos com partes relacionadas	16	6.649	25.246	-	-
Adiantamento a fornecedores		2.785	2.758	74.202	59.814
Outros créditos		2.431	2.071	19.770	13.705

	Nota	31/12/2021	Controladora 31/12/2020	31/12/2020	
Despesas antecipadas		19	378	19	437
		293.411	213.478	863.596	355.787
Investimentos	11	3.658.256	2.212.789	1.640	-
Propriedade para investimento	12	-	-	333.269	224.194
Ativo de direito de uso	13	4.400.728	2.463.254	3.042.185	828.496
Imobilizado	14	1.066.733	855.159	3.398.063	2.944.544
Intangível	15	69.954	35.240	118.184	35.290
		9.195.671	5.566.442	6.893.341	4.032.524
Total do ativo não circulante		9.489.082	5.779.920	7.756.937	4.388.311
Total do ativo		12.959.787	9.341.075	12.866.343	8.589.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020 – (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	671.234	732.358	1.009.194	870.902
Empréstimos e financiamentos	18	503.252	297.692	669.735	377.547
Cessão de crédito	18	31.004	200.788	39.004	230.867
Impostos, taxas e contribuições diversas		20.215	49.452	57.832	57.186
Obrigações sociais e trabalhistas		103.609	65.235	148.613	79.989
Adiantamento de clientes		408.985	57.233	568.043	68.264
Débitos com partes relacionadas	16	117.621	1.310	79	118
Passivo arrendamento com partes relacionadas	13	287.194	204.525	-	-
Operações com derivativos	25	341.879	318.242	394.582	358.969
Títulos a pagar	21	-	-	93.775	12.273
Provisões para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e civeis	19	2.975	3.524	32.002	5.429
Dividendos a pagar	22.h	252.226	83.680	269.803	86.332
Arrendamentos a pagar	24.2	-	-	15.048	5.283
Passivo arrendamento com terceiros	13	331.920	150.888	511.932	162.258
Outras contas a pagar		11.787	12.112	22.338	21.680
Total do passivo circulante		3.083.901	2.177.039	3.831.980	2.337.097

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	1.866.270	1.753.056	1.918.024	2.039.736
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	271.443	153.553	360.906	230.802
Passivo arrendamento com partes relacionadas	13	2.310.609	1.517.643	-	-
Operações com derivativos	25	126.155	56.965	139.966	58.152
Títulos a pagar	21	-	-	14.862	706
Passivo arrendamento com terceiros	13	1.776.588	742.326	2.824.456	772.026
Outras obrigações		73	114	73	114
Total do passivo não circulante		6.351.138	4.223.657	5.258.287	3.101.536
Patrimônio líquido					
Capital social	22.a	1.512.522	947.522	1.512.522	947.522
Reserva de capital	22.b	164.953	97.504	164.953	97.504
(-) Ações em tesouraria	22.c	(116.846)	(52.921)	(116.846)	(52.921)
Reservas de lucros	22.d.e.f.g	1.174.813	978.074	1.174.813	978.074
Outros resultados abrangentes	22.j	789.306	970.200	789.306	970.200
Total atribuível aos acionistas da Companhia		3.524.748	2.940.379	3.524.748	2.940.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

31 de dezembro de 2021 e 2020 – (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	30	3.355.575	2.633.284	4.363.210	3.097.547
Varição do valor justo dos ativos biológicos	8	1.505.696	676.476	1.961.159	775.534
Custo dos produtos vendidos	31	(3.173.798)	(2.408.692)	(4.076.725)	(2.802.782)
Custo dos produtos		(2.044.294)	(1.749.343)	(2.651.291)	(2.051.786)
Realização do valor justo dos ativos biológicos		(1.129.504)	(659.349)	(1.425.434)	(750.996)
Resultado bruto		1.687.473	901.068	2.247.644	1.070.299
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	31	(166.407)	(149.471)	(212.559)	(173.964)
Despesas gerais e administrativas	31	(181.750)	(103.811)	(222.496)	(115.452)
Honorários da administração	14.d	(18.036)	(14.040)	(18.953)	(14.716)
Resultado de equivalência patrimonial	11	480.121	177.399	-	-
Mais valia investimento		(9.789)	-	(14.832)	-
Outras receitas(despesas) operacionais		14.373	(22.550)	134.563	14.763
		118.512	(112.473)	(334.277)	(289.369)
Resultado operacional		1.805.985	788.595	1.913.367	780.930
Receitas financeiras	23	319.899	344.732	494.709	429.678
Despesas financeiras	23	(769.357)	(527.592)	(847.266)	(521.429)
		(449.458)	(182.860)	(352.557)	(91.751)
Resultado antes os impostos		1.356.527	605.735	1.560.810	689.179
Imposto de renda e contribuição social					
	20				
Corrente		(104.137)	(79.305)	(174.507)	(111.392)
Diferido		(190.274)	(37.756)	(255.544)	(66.839)
Lucro líquido do período		1.062.116	488.674	1.130.759	510.948
Atribuível a:					
Acionistas controladores		1.062.116	488.674	1.062.116	488.674
Acionistas não controladores		-	-	68.643	22.274
		1.062.116	488.674	1.130.759	510.948
Resultado por ação atribuível aos acionistas da Companhia ao fim do período (expresso em reais por ação):					
Lucro líquido básico por ação - R\$	22.i	5,10395	2,36630	5,10395	2,36630
Lucro líquido diluído por ação - R\$	22.i	5,07616	2,35726	5,07616	2,35726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes

31 de dezembro de 2021 e 2020 – (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	1.062.116	488.674	1.130.759	510.948
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes:				
Derivativos - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(212.894)	(211.929)	(280.993)	(239.796)
Derivativos - <i>hedge</i> de fluxo de caixa reflexo de controladas	(37.524)	(9.704)	-	81.531
Imposto de renda e contribuição social	72.384	72.056	95.537	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	(178.034)	(149.577)	(185.456)	(158.265)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de tributos	884.082	339.097	945.303	352.683
Atribuível a:				
Acionistas controladores	884.082	339.097	884.082	339.097
Acionistas não controladores	-	-	61.221	13.586
	884.082	339.097	945.303	352.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2021 e 2020 – (Em milhares de Reais)

	Reservas de capital					Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total da participação dos acionistas da Companhia	Participação dos acionistas não controladores em controladas	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Ágio/Deságio na emissão de ações	Opções outorgadas reconhecidas	Reserva aquisição investimento	Ações em tesouraria	Reserva de investimento incentivada	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Outros resultados abrangentes				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	947.522	43.611	54.149	-	(64.321)	14.871	62.711	523.760	5.628	73.749	1.122.997	-	2.784.677	199.744	2.984.421
Ágio/Deságio na venda de ações	-	(3.350)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.350)	-	(3.350)
Remuneração baseada em ações reconhecidas no exercício	-	-	6.463	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.463	-	6.463
Remuneração baseada em ações exercida no exercício	-	-	-	-	8.031	-	-	-	-	-	-	-	8.031	-	8.031
Remuneração baseada em ações recompradas no exercício	-	(1.338)	(2.031)	-	3.369	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas não realizadas com instrumentos de <i>hedge</i> , líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(149.577)	-	(149.577)	(8.688)	(158.265)
Realização da depreciação do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.220)	3.220	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	488.674	488.674	22.274	510.948
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	171	24.425	230.489	-	-	-	(255.085)	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados sobre o exercício de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(73.749)	-	-	(73.749)	-	(73.749)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(83.673)	(83.673)	(2.651)	(86.324)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.117)	(37.117)	-	(37.117)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116.019	-	(116.019)	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2021 e 2020 – (Em milhares de Reais)

	Reservas de capital					Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total da participação dos acionistas da Companhia	Participação dos acionistas não controladores em controladas	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Ágio/Deságio na emissão de ações	Opções outorgadas reconhecidas	Reserva aquisição investimento	Ações em tesouraria	Reserva de investimento incentivada	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Outros resultados abrangentes				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	947.522	38.923	58.581	-	(52.921)	15.042	87.136	754.249	5.628	116.019	970.200	-	2.940.379	210.679	3.151.058
Aumento de capital	565.000	-	-	65.856	-	-	-	(500.000)	-	-	-	-	130.856	-	130.856
Ágio/Deságio na venda de ações	-	(4.874)	(2.434)	-	5.304	-	-	-	-	-	-	-	(2.004)	-	(2.004)
Remuneração baseada em ações reconhecidas no exercício	-	-	8.901	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.901	-	8.901
Remuneração baseada em ações exercida no exercício	-	-	-	-	7.675	-	-	-	-	-	-	-	7.675	-	7.675
Remuneração baseada em ações recompradas no exercício	-	-	-	-	(76.904)	-	-	-	-	-	-	-	(76.904)	-	(76.904)
Ganhos não realizadas com instrumentos de <i>hedge</i> , líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(178.034)	-	(178.034)	(7.422)	(185.456)
Realização da depreciação do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.860)	2.860	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.062.116	1.062.116	68.643	1.130.759
Destinação proposta:															
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	149	53.099	507.293	-	-	-	(560.541)	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados sobre o exercício de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(116.019)	-	-	(116.019)	-	(116.019)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(252.218)	(252.218)	(20.572)	(272.790)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	252.217	-	(252.217)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.512.522	34.049	65.048	65.856	(116.846)	15.191	140.235	761.542	5.628	252.217	789.306	-	3.524.748	251.328	3.776.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2021 e 2020 – (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	1.356.527	605.735	1.560.810	689.179
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	94.305	83.781	145.870	119.686
Resultado nas baixas do ativo imobilizado	11.890	7.466	13.246	8.067
Equivalência patrimonial	(480.121)	(177.399)	-	-
Juros, Variação Cambial e Atualização Monetária	162.475	142.422	214.580	148.785
Remuneração baseada em ações	8.901	6.463	8.901	6.463
Variação do ativo biológico	(376.192)	(17.127)	(535.725)	(24.538)
Provisão participação nos resultados e contingências trabalhistas	77.382	40.772	98.621	45.590
AVP - Passivo de Arrendamento (Nota 13)	315.157	154.759	175.149	61.106
Amortização de Direito de Uso	175.064	119.580	133.287	73.663
Valor justo propriedade para investimentos	-	-	(105.675)	(7.184)
Outros ajustes	33.553	9.416	38.487	9.928
Provisão p/Perda Impostos Recuperar	(3.135)	23.799	(3.780)	24.904
	1.375.806	999.667	1.743.771	1.155.649
Variação nos Ativos e Passivos:				
Contas a receber de clientes	60.244	(40.971)	77.916	(28.878)
Estoques e ativos biológicos	(640.800)	(228.845)	(958.924)	(273.792)
Impostos a recuperar	(52.061)	(8.480)	(71.403)	(10.468)
Aplicações financeiras	(21)	53.639	(21)	55.329
Outras contas a receber	(9.782)	3.140	23.611	(4.367)
Adiantamento a fornecedores	(9.290)	1.237	(22.556)	5.952
Fornecedores	(78.696)	144.650	(221.475)	161.769
Obrigações fiscais e sociais	(103.370)	(57.522)	(109.154)	(63.699)
Obrigações com controladas	85.032	2.915	(51)	(4)
Operações com derivativos	(144.771)	(54.460)	(242.856)	(83.583)
Títulos a pagar	0	0	9.514	0
Adiantamentos de clientes	351.752	28.326	482.916	34.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos a pagar	-	(225)	9.765	5.058
Outras contas a pagar	30.766	15.837	(8.533)	23.860
Imposto de renda e contribuição social pagos	(113.755)	(68.160)	(171.484)	(99.255)
Dividendos recebidos	247.782	150.945	-	-
Juros sobre empréstimos pagos	(79.103)	(76.567)	(105.946)	(93.685)
	(456.073)	(134.541)	(1.308.681)	(370.788)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	919.733	865.126	435.090	784.861
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Em imobilizado	(329.681)	(147.796)	(400.397)	(190.129)
Recebimento pela Venda de Terras (Nota 10)	-	-	17.852	42.643
Pagamento Devolução de Terras			(706)	(706)
Em intangível	(35.789)	(21.560)	(36.007)	(21.654)
Integralização de Capital	-	(47)	-	-
Aquisição de Investimento em Controladora	(1.132.000)	-	(55.297)	-
Outros Investimentos	-		(1.640)	
Disponibilidades líquidas aplicadas às atividades de investimento	(1.497.470)	(169.403)	(476.195)	(169.846)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Alienação e Recompra de ações	(71.233)	4.681	(71.233)	4.681
Pagamento de dividendos e JCP	(199.690)	(179.843)	(205.339)	(179.843)
Empréstimos e financiamentos tomados	1.320.031	1.280.800	1.427.030	1.485.800
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.109.339)	(873.392)	(2.154.523)	(1.045.083)
Arrendamentos Pagos	(486.723)	(277.468)	(230.940)	(129.634)
Derivativos Recebidos	21.231	19.241	3.700	23.690
Cessão de Crédito	(169.784)	-	(191.863)	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos	(695.507)	(25.981)	(1.423.168)	159.611
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(1.273.244)	669.742	(1.464.273)	774.626
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	1.319.290	649.548	1.604.053	829.427
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	46.046	1.319.290	139.780	1.604.053
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(1.273.244)	669.742	(1.464.273)	774.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de valor adicionado

31 de dezembro de 2021 e 2020 – (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.945.418	3.156.501	5.078.601	3.724.727
Outras receitas	22.957	36.475	139.905	79.866
Receitas referente construção de ativos próprios	204.025	93.189	208.257	110.383
Variação do valor justo dos ativos biológicos	1.505.696	676.476	1.961.159	775.534
	5.678.096	3.962.641	7.387.922	4.690.510
Insumos adquiridos de terceiros				
	(1.057.712)	(1.002.721)	(1.430.866)	(1.207.995)
Matérias-primas consumidas	(34.498)	(60.853)	(48.883)	(72.101)
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(762.568)	(640.819)	(940.621)	(743.858)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.129.504)	(659.349)	(1.425.434)	(750.996)
Ajuste do valor justo dos ativos biológicos	(2.984.282)	(2.363.742)	(3.845.804)	(2.774.950)
	2.693.814	1.598.899	3.542.118	1.915.560
Valor adicionado bruto				
Retenções				
Depreciação e amortização	(175.064)	(119.580)	(133.287)	(73.663)
Amortização de Direito de Uso	2.424.445	1.395.538	3.262.961	1.722.211
Valor adicionado líquido produzido				
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	319.899	344.732	494.709	429.678
Receitas financeiras	7.344	5.765	9.326	6.200
Outras	807.364	527.896	504.035	435.878
	3.231.809	1.923.434	3.766.996	2.158.089
Valor adicionado total a distribuir				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	3.231.809	1.923.434	3.766.996	2.158.089
Distribuição do valor adicionado	491.189	145.857	697.431	230.457
Impostos, taxas e contribuições	383.109	145.367	565.835	221.541
Federais	107.571	-	130.926	8.426
Estaduais	509	490	670	490
Municipais	387.131	292.227	489.704	344.903
Pessoal	209.371	164.448	267.758	198.077
Remuneração	159.862	111.414	199.575	128.292
Benefícios	17.898	16.365	22.371	18.534
FGTS	1.291.373	996.676	1.449.102	1.071.781
Remuneração de capitais de terceiros	1.274.906	975.267	1.426.879	1.049.958
Juros	16.467	21.409	22.223	21.823
Aluguéis	1.062.116	488.674	1.130.759	510.948
Remuneração de capitais próprios	252.217	120.790	288.353	120.790
Dividendos e JSCP	809.899	367.884	773.763	367.884
Lucros retidos do exercício	-	-	68.643	22.274
Participação de acionistas não controladores				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A SLC Agrícola S.A., fundada em 1977, a seguir denominada como “Controladora”, “SLC” ou “Companhia”, e suas controladas (conjuntamente referidas como “o Grupo” ou “Consolidado”), possui sua sede localizada na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, e tem como objeto social as atividades de agricultura e pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportar e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, álcool e seus derivados; aluguel de imóveis próprios; e participação em outras sociedades.

Em 1º de setembro de 2021, a Companhia e suas controladas iniciaram o cultivo da safra 2021/22, operando com vinte e duas unidades de produção, com uma área plantada total de 675,35 mil hectares, entre áreas próprias e arrendadas de terceiros e partes relacionadas, localizadas em seis estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Piauí e Maranhão.

Efeitos do COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020, que trata da orientação sobre a divulgação dos potenciais impactos do COVID-19 nas demonstrações financeiras das companhias abertas, considerando cuidadosamente os principais riscos e incertezas advindos desta análise e observadas as normas contábeis, a Companhia trabalhou, em especial na análise dos seguintes possíveis impactos:

- a) Ações realizadas pela Companhia em função do COVID-19 e possíveis impactos nos seus controles internos;
- b) Aumento do risco de perdas em ativos financeiros (IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros);
- c) Valor realizável de estoques (IAS 02/CPC 16 – Estoques);
- d) Impairment de ativos imobilizado e intangível (IAS 36/CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos);
- e) Mensuração do valor justo dos ativos biológicos e das propriedades para investimentos;
- f) Impactos na receita do período e nas margens;
- g) Análise de continuidade operacional da Companhia; e
- h) Fluxo de caixa, impactos no acesso ao crédito de empréstimos e financiamentos e covenants.

A Companhia realizou o estudo dos itens elencados acima e não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Neste sentido, é importante comentar que as operações da Companhia e suas controladas seguem sendo acompanhadas por um modelo de gestão de crise e estratégias foram aplicadas para que a Companhia atravessasse esse período com o mínimo de impacto negativo possível. A Companhia agiu com celeridade e assertividade na criação de um Comitê em 2020, o qual ficou responsável pela elaboração do Plano de Contingência COVID-19 e do Guia de Enfrentamento do COVID-19 e passou a realizar um acompanhamento contínuo desses instrumentos de atuação de forma regular, visando a minimização dos riscos e vulnerabilidades, além de estabelecer medidas de proteção, controle e contenção de eventual proliferação do COVID-19 no âmbito da Companhia e suas controladas.

Em relação ao seu negócio, cabe mencionar que a Companhia faz parte de um setor considerado essencial em relação à manutenção de sua atividade produtiva, uma vez que, dentre os seus três principais produtos, dois são utilizados pela indústria alimentícia e de bebidas como matéria-prima. Outro fator que merece destaque e que envolve diretamente a Companhia é a forte demanda por exportações, favorecidas pela valorização do dólar, em conjunto com uma apreciação do valor das principais commodities que comercializa. Em relação à cadeia logística, cabe salientar que não foram verificadas rupturas nas operações e logística de exportação de maneira geral, bem como nas operações de recebimento de insumos.

A respeito dos compromissos firmes de venda para clientes, a Companhia não espera alterações relevantes em sua composição, visto que sua origem reside em uma forte correlação com a forma como as negociações são realizadas e os players escolhidos como parceiros comerciais, não identificou questões importantes relacionadas a estes compromissos, tendo a comercialização e entrega dos produtos ocorrido sem percalços.

Adicionalmente, em momentos como esse se acentuam as preocupações com o caixa, a alavancagem financeira, eficiência de custos e dívidas sujeita à variação cambial e, nesse sentido, a Companhia se posicionou para ultrapassar os efeitos advindos da COVID-19, sendo possível ressaltar também a política de gestão de riscos aplicada pela Companhia de forma consistente nos últimos anos. A liquidez de curto e longo prazo estão preservadas e, mesmo eventuais reprogramações, estão dimensionadas para que não afetem de forma relevante a posição financeira da Companhia. Nesse sentido, a Companhia não identificou riscos relevantes em relação à sua capacidade de continuar operando.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e também conforme os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”).

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCPC 7 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 15 de março de 2022.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos, não classificados como plantas portadoras, mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de mercado, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer a partir da pré-colheita;
- Propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo; e
- Transações de pagamento baseado em ações, mensuradas a valor justo na data de outorga.

c) Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado,

exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

d) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do Grupo na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e exercício do julgamento são revisitados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização.

As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Notas	Natureza
3.c e 8	Mensuração do valor justo de ativos biológicos
3.e, 14 e 15	Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível
3.q e 13	Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento
3.j e 19	Provisão para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis e ativos contingentes
3.h e 20	Imposto de renda e contribuição social diferidos
3.i e 25	Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros
3.k e 28	Mensuração do valor justo das transações de pagamento baseado em ações na data de outorga
12	Mensuração do valor justo de propriedades para investimentos
15	Recuperabilidade de ativos com vida útil indefinida – ágio por expectativa de rentabilidade futura

f) Combinação de negócios e ágio

Aquisição da Terra Santa Agro S.A.

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia assinou um Memorando de Entendimento não vinculante com a Terra Santo Agro S.A. (“Terra Santa”) que estabeleceu premissas, termos e condições indicativas de uma transação para a SLC Agrícola adquirir as operações agrícolas da Terra Santa, por meio da incorporação das ações da Terra Santa pela Companhia. Em preparação para a combinação de negócios com a Terra Santa, as partes submeteram a transação à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, tendo sido aprovada em 07 de janeiro de 2021, sem restrições. Posteriormente, em 25 de março de 2021, a SLC Agrícola e a Terra Santa celebraram o Acordo de Associação e Outras Avenças (“Acordo”), onde foram detalhados e acordados em forma final os termos e condições para a transação. Paralelamente, foi realizada diligência da Terra Santa, a qual se encerrou em março de 2021 e, em 21 de junho de 2021, foram obtidas as aprovações para a incorporação de ações em assembleias gerais extraordinárias da Companhia e da Terra Santa.

Em 30 de junho de 2021, foram concluídas parte das condições precedentes para a implementação da combinação dos negócios da Companhia aos da operação agrícola da Terra Santa, excluindo terras e benfeitorias, exceto, (i) a obtenção perante a Comissão de Valores Mobiliários do registro de companhia aberta da TS Agro S.A (“TS Agro”), na categoria A de emissores e listagem no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e (ii) a implementação da efetiva consumação da redução de capital da Terra Santa (os itens (i) e (ii) em conjunto, “Condição Remanescente”. Nesta data, a Companhia, a TS Agro e seus acionistas celebraram o 1º Aditamento ao Acordo de Associação e Outras Avenças e o Termo de Pré-Fechamento, por meio dos quais as partes acordam na realização de um pré-fechamento da operação.

Por meio desses instrumentos, foi estabelecida uma transição operacional, em que que a SLC passou, a partir de 1º de julho de 2021 (data de aquisição para aplicação do IFRS 3 e CPC 15 (R1), a ter o controle da gestão e diretrizes dos negócios da Terra Santa, na maior extensão possível, para todos os fins de direito.

Após a consumação da incorporação de ações, foram emitidas, em favor dos acionistas da Terra Santa, novas ações ordinárias de emissão da SLC Agrícola, negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, em substituição às ações de emissão da Terra Santa anteriormente detidas por estes, de acordo com a relação de troca das ações, descrita a seguir.

Como forma de viabilizar a combinação de negócios entre Companhia e Terra Santa, houve a incorporação das ações da Terra Santa pela SLC, de acordo com os artigos 252, 224 e 225 da Lei das S.A. Com a troca da totalidade das ações e bônus de subscrição da Terra Santa e consequente aquisição do controle da Terra Santa, a Companhia, emitiu um total de 2.516.454 ações ordinárias, as quais representam, em bases totalmente diluídas, 1,3% do capital social total e votante da Companhia. As ações foram atribuídas aos acionistas da Terra Santa e aos detentores de

Bônus remanescentes, na Data de Fechamento, de acordo com a Relação de Troca prevista para cada modalidade, sendo certo que tais ações ordinárias possuem os mesmos direitos das demais ações ordinárias em circulação emitidas pela Companhia.

Os valores reconhecidos relacionados aos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição estão demonstrados na tabela a seguir.

	Valor justo
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	6.703
Contas a receber de clientes	18.047
Estoques	231.556
Ativos biológicos	440.873
Tributos a recuperar	25.014
Títulos a receber	4.435
Operações com derivativos	19.214
Outras contas a receber	12.108
Despesas antecipadas	4.032
Contas a receber - transação TESA (c)	28.250
Total do ativo circulante	790.232
Não circulante	
Títulos a receber	586
Tributos a recuperar	29.599
Imposto de renda e contribuição social diferidos	415.085
Outras contas a receber	23.970
Adiantamento a fornecedor	14.276
Depósitos judiciais	4.768
	488.284
Propriedade para investimento	3.400
Ativo de direito de uso (a)	1.092.732
Imobilizado (b)	219.057
Intangível	936
	1.316.125
Total do ativo não circulante	1.804.409
Total do ativo	2.594.641

	Valor justo
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	325.760
Empréstimos e financiamentos	287.521
Impostos, taxas e contribuições diversas	10.608
Obrigações sociais e trabalhistas	11.953
Adiantamentos de clientes	16.863
Tributos parcelados	6.293
Operações com derivativos	52.596
Títulos a pagar	4.772
Passivo de arrendamento com terceiros (a)	76.058
Outras obrigações	37.947
Contas a pagar - transação TESA (c)	29.449
Provisão para contingências	23.478
Total do passivo circulante	883.298
Empréstimos e financiamentos	494.636
Tributos parcelados	6.625
Passivo de arrendamento com terceiros (a)	1.011.950
Contas a pagar - transação TESA (c)	52.629
Total do passivo não circulante	1.565.840
Acervo líquido adquirido	145.503

(a) Cinco contratos de arrendamento celebrados entre Terra Santa e TS Brasil S.A. no contexto da combinação de negócios com prazo médio de 20 anos e taxa incremental de 7,58%, composta pela “curva ponderada do CDI/Pré”, somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente. Esses contratos foram enquadrados como arrendamentos sob o escopo do CPC 06 (R2) (IFRS 16) e foram considerados como componente de arrendamento valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto. Na data da adoção inicial destes contratos, o montante de ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento, atualizados a valor presente.

Cabe destacar que os contratos de arrendamento de terra são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção, sendo os valores do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento convertidos para reais utilizando-se a cotação da soja em cada região. Os valores dos pagamentos podem sofrer variação significativa até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja em cada região.

Adicionalmente, em 01 de julho de 2021, o passivo de arrendamento já existente na Terra Santa foi remensurado e o ativo de direito de uso teve o mesmo valor ajustado para refletir os termos favoráveis ou desfavoráveis do arrendamento quando comparado com os termos do mercado. Ao todo, 14 contratos foram remensurados utilizando os termos de mercado conforme apresentado abaixo:

i) *Ativo de direito de uso*

Direito de uso - novos contratos	798.316
Direito de uso - contratos existentes	275.374
<i>Ajuste a valor justo - termos de contrato (*)</i>	18.682
Saldo em 01/07/2021	1.092.372

(*) R\$ 12.330 líquido de tributos diferidos.

ii) *Passivo de arrendamento*

Passivo de arrendamento - novos contratos	798.316
Passivo de arrendamento - contratos existentes	286.598
<i>Ajuste a valor justo - termos de contrato (*)</i>	3.094
Saldo em 01/07/2021	1.088.008

Circulante	76.058
Não circulante	1.011.950

(*) R\$ 2.042 líquido de tributos diferidos.

(b) O ativo imobilizado da adquirida na data da aquisição era composto majoritariamente por aeronaves, tratores, colheitadeiras, máquinas e equipamentos. Para a avaliação do imobilizado foram aplicados método comparativo direto de dados de mercado, o método de quantificação do custo e custo histórico. O primeiro consiste em analisar as condições de mercado e transações comparáveis ao ativo que está sendo avaliado e, assim, determinar o valor justo onde os dados confiáveis e disponíveis sobre as vendas podem

ser encontrados. O segundo método consiste em avaliar o valor e os valores associados para substituição, reposição ou reprodução dos ativos. No método de avaliação pelo custo histórico, o valor do bem é determinado a partir da atualização monetária do seu custo de aquisição, apurado em registros contábeis e aplicando-se índices econômicos específicos, geralmente utilizados por órgãos competentes e oficiais. O ajuste a valor justo alocado ao imobilizado foi de R\$ 105.745 (R\$ 69.791 líquido de tributos diferidos). O valor da mais valia será depreciado pelo prazo da sua vida útil.

(c) A Terra Santa possui saldos registrados nas rubricas de contingências, títulos a pagar títulos a receber, tributos a recuperar, outras ativos e propriedades para investimento, os quais totalizam em 01 de julho de 2021 um ativo líquido de R\$53.828. Conforme previsto no Acordo de Associação e Outras Avenças, quando de seu recebimento ou utilização efetiva, serão pagos pela Terra Santa aos antigos acionistas, e quando do pagamento efetivo, serão considerados como um crédito a receber dos antigos acionistas, sem ônus ou benefícios para a Terra Santa. Em função disso, foram registrados na Terra Santa, nas rubricas de “contas a receber – transação TESA” e “contas a pagar – transação TESA”, saldos a receber e a pagar aos antigos acionistas, de mesmo montante, resultando em um passivo líquido de R\$ 53.828.

A mensuração dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos foi realizada de forma preliminar, devendo sua finalização ocorrer dentro do período de até doze meses após a data de aquisição, conforme previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios (IFRS 3). A Administração não tem expectativas de ajustes relevantes na mensuração final da alocação.

Está apresentada contraprestação a ser transferida pela SLC Agrícola à Terra Santa Propriedades Agrícolas:

	01/07/2021
Número de ações ordinárias emitidas pela SLC Agrícola na data da transação	2.516.454
Multiplicado pela cotação da ação da SLC Agrícola na data da transação (a) (em R\$)	52,00
Valor justo das ações emitidas na transação (Em milhares de reais) (a)	130.856
Contraprestação em caixa decorrente de direito de uso do arrendamento entre Terra Santa e TS Brasil S.A (b)	70.002
Variação dos ativos e passivos (c)	(203.488)
Valor presente dos créditos fiscais (d)	195.488
Valor justo da contraprestação transferida	192.858

Conforme fato relevante divulgado em 29 de outubro de 2021, as partes acordaram em um ajuste de preço de R\$20.000, sendo R\$ 8.000 referente à variação dos ativos e passivos e valor presente dos créditos fiscais, conforme tabela acima, além da assunção de dívida pela Terra Santa Propriedades Agrícolas no montante de R\$12.000.

a) O valor justo das ações ordinárias transferidas pela Companhia foi determinado com base na cotação das ações da Companhia, negociadas na B3, na data da aquisição (1º de julho de 2021).

b) Refere-se à consideração a ser transferida em caixa no montante de R\$ 70.002, decorrente da remuneração adicional, complementar ao pagamento do arrendamento (o qual já reflete o valor justo de um arrendamento em condições semelhantes) referente aos contratos de arrendamentos que foram celebrados entre Terra Santa e TS Brasil S.A. em conexão com a transação. Esta remuneração está sendo tratada como parte do preço da transação dado: (i) a natureza dos contratos; (ii) que os contratos de arrendamento foram negociados em conjunto com a transação; e (iii) que era uma condição para a assinatura do Acordo da transação, ou seja, uma condição para obtenção do controle da Terra Santa.

c) Variação desde 30 de junho de 2020 até 30 de junho de 2021 do imobilizado, dívida líquida, créditos fiscais e capital de giro, conforme previsto nos termos definidos no Acordo da transação. O ajuste foi concluído em comum acordo entre as partes no dia 29 de outubro de 2021. O capital de giro foi definido no acordo como (i) a soma dos itens do ativo circulante; e (ii) a soma dos itens do passivo circulante. Entre os itens do ativo circulante que entram na definição de capital de giro, estão: (a) contas a receber; (b) estoques; (c) ativos biológicos; (d) adiantamentos diversos para terceiros e funcionários; (e) despesas antecipadas. Entre os itens do passivo circulante que entram na definição de capital de giro, estão: (a) salários e contribuições sociais; (b) fornecedores; (c) tributos a recolher; (d) adiantamentos de clientes; (e) tributos parcelados – circulante e não circulante. A conta de ativos biológicos foi atualizada na data-base 15 de setembro de 2021, com informações atualizadas de produtividades, custos e preços, conforme definido no Acordo.

d) Conforme descrito no Acordo, o preço pago em caixa inclui também valor equivalente a 50% do valor final do benefício tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, apurado pela Terra Santa e validado pela SLC Agrícola através de relatório dos créditos, que foi trazido a valor presente por uma taxa de desconto de CDI futuro mais 1,5%, considerando 4 parcelas anuais a contar da data de fechamento, sendo de 30% cada nos três primeiros anos e 10% no quarto ano.

Desta forma, o valor do ágio da transação é como segue:

	01/07/2021
Valor justo da contraprestação transferida	192.858
Valor dos ativos e passivos adquiridos	145.503
Valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura	47.355

O ágio apurado, no montante de R\$ 47.355, representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição, tais como a soma de expertise de ambas as empresas no planejamento e na operação agrícola, uma vez que houve a retenção de praticamente todo o time operacional da Terra Santa, utilização mais eficiente de máquinas e unidades de beneficiamento de algodão, compartilhamento de estruturas administrativas, áreas comerciais (vendas, logística e suprimentos), tecnologia de informação, dentre outros ganhos de eficiência operacional.

A Terra Santa contribuiu com receita líquida de R\$ 381.796 e lucro líquido de R\$ 57.329 da data da aquisição até 31 de dezembro de 2021 para o resultado do exercício.

Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do referido exercício, a receita líquida consolidada para 2021 totalizaria R\$ 4.945.815.

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento da receita

O CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- (i) A identificação do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) A determinação do preço da transação;
- (iv) A alocação do preço da transação; e
- (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas.

Venda de terras

Algumas controladas possuem como objeto de negócio a vendas de terras. As vendas acontecem em linha com a estratégia atual de realização de ganhos imobiliários, sendo reconhecidas conforme previsto na seção Reconhecimento da receita acima.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estas receitas são classificadas no grupo de “outras receitas operacionais”, visto não representarem o objeto principal do negócio do Grupo.

b) Estoques

Os produtos agrícolas provenientes dos ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidas do grupo de ativo biológico para o grupo de estoques e mensurados pela média ponderada dos valores justos da colheita.

Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, embalagens e material de acondicionamento, peças de reposição e outros estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

A provisão para ajuste de estoque a valor de mercado, dos produtos agrícolas, é constituída quando o valor justo registrado no estoque for superior ao valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-lo.

c) Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem substancialmente às culturas de soja, milho, algodão e outras culturas de menor relevância, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. São mensurados pelos gastos incorridos com a formação das safras até o ponto de transformação biológica, quando passam a ser avaliados pelo valor justo, deduzindo-se as despesas de vendas e custos a incorrer. Neste momento a transformação do ativo biológico é significativa e o impacto sobre o valor é material.

A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Esta mensuração é uma estimativa apurada baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas a: volume de produtividade, rentabilidade, custos necessários para colocação em condição de venda, preços e taxa de desconto.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

(a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada (hectares plantados multiplicados pela estimativa de produtividade), e do (ii) preço de mercado/preços vendidos.

(b) Saídas de caixa representadas pelo custo total de produção para a safra tais como: (i) sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada às culturas.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes montantes a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível com o custo médio ponderado do capital. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a conta “Variação do valor justo dos ativos biológicos”, no resultado do exercício.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

d) Investimentos (Controladora)

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis;
- Quaisquer outros custos para colocar os ativos nos locais e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Os ativos terras e terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Descrição	Taxa média	Vida útil
Correção e desenvolvimento do solo	16,69%	6 anos
Prédios e benfeitorias	3,20%	33 anos
Móveis e utensílios	9,87%	10 anos
Equipamentos e instalações de escritório	17,88%	6 anos
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	9,57%	10 anos
Veículos	7,52%	13 anos
Outros	20%	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constatou que seus ativos imobilizados não estavam acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

A Companhia apura para determinadas classes de ativos o valor residual considerando a receita que obteria com a venda deduzindo as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.

O valor residual e a vida útil dos ativos, são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

f) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que possam ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sob condições que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidências de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado, tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, individualmente significativos, identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer

perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

O CPC 48 (IFRS 9), exige que a Companhia realize uma avaliação de risco de perdas esperadas em créditos, avaliando o crédito junto à contraparte e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas. A Companhia avaliou seus ativos financeiros e estabeleceu os valores encontrados como imateriais.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

g) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Em linha com o artigo 30 da lei 12.973/14, esta subvenção foi excluída da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, por se tratar de subvenção para investimento.

O valor da subvenção para investimento não pode ser distribuído aos acionistas como dividendos, motivo pelo qual o valor anual do benefício foi transferido da rubrica de lucros acumulados para a reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido. Esta reserva somente pode ser utilizada para incorporar-se ao capital social ou para absorção de prejuízos.

h) Impostos

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que para a atividade rural é de até 100% do lucro real anual e nas demais atividades está limitada a 30% do lucro real anual.

Para as empresas tributadas pelo lucro presumido, o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente, são calculados pelo regime de caixa, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base de presunção excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre a base de presunção para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas aplicáveis às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas, se aplicável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Impostos sobre vendas

Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre venda;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 18,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - Funrural e outras entidades	0,25% e 2,05%

Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos. A contrapartida está nos impostos a pagar no passivo. Os valores de impostos a pagar são compensados com eventuais créditos de impostos provenientes da compra de insumos e de ativo imobilizado, nas fazendas que permitem a tomada do crédito.

i) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado.

Custo amortizado

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores, contratos de mútuos, arrendamentos com partes relacionadas, arrendamentos com terceiros, títulos a pagar e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps de taxa de juros de proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros. Derivativos embutidos são separados

de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, o Grupo formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. O Grupo avalia, se os objetos de *hedge* previstos ou contratados permanecem no mesmo montante e período de vigência do instrumento de *hedge*. Adicionalmente é feito o acompanhamento continuamente para verificar se existe uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam eficazes na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e

apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo possuía operações classificadas na categoria de *hedge* de fluxo de caixa.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k) Pagamento baseado em ações

A Companhia possui Plano de Opções de Ações e Plano de Ações Restritas para diretores e gerentes, sob a administração de um comitê gestor, criado pelo Conselho de Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia mensurou e reconheceu estes benefícios como despesa de acordo com o CPC 10 (R1) (IFRS 2). Detalhes dos programas da Companhia se encontram na nota explicativa 28.

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

l) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), ajuste a valor presente dos contratos de arrendamento e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

m) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O cálculo do lucro diluído por ação é a divisão do lucro líquido do exercício ajustado por quaisquer dividendos ou outros itens relacionados com ações ordinárias potenciais diluidoras que tenham sido deduzidas para apurar o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia, qualquer participação reconhecida no período relacionada com as ações ordinárias potenciais diluidoras, e quaisquer outras alterações nas receitas ou despesas que resultariam da conversão das ações ordinárias potenciais diluidoras pelo número médio ponderado de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias (nota explicativa 22.i).

n) Benefícios a empregados

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opção de ações e de ações restritas para diretores e gerentes. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

o) Informação por segmento

A Companhia concentra suas atividades na produção e comercialização de produtos agrícolas (soja, milho, algodão e outras culturas de menor relevância) e na aquisição e desenvolvimento de terras para agricultura, desta

forma está organizada em dois segmentos de negócio: produção agrícola e investimentos em terras. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho.

Os produtos da Companhia não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Não existem outros segmentos ou qualquer agregação de segmentos operacionais.

p) Demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos da CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (NBC TG 09), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

O Grupo elaborou demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7), utilizando o método indireto.

q) Operações de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. Os principais contratos da Companhia se referem a operações de arrendamento de terras, além de outros contratos de menor relevância que envolvem o aluguel de algodojeiras, maquinários, veículos e imóveis.

A administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto.

A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela “curva ponderada do CDI/Pré”, somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente.

Cabe destacar que os contratos de arrendamento de terra são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção, sendo os valores do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento convertidos para Reais utilizando-se a cotação da soja em cada região. Os valores dos pagamentos podem sofrer variação significativa até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja em cada região.

A metodologia de cálculo utilizada é do método retrospectivo modificado considerando o valor do direito de uso do ativo mensurado pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento, calculado a valor presente pela taxa de juros incremental do arrendatário na data de transição.

Para os casos abaixo não foram mensurados o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, por apresentarem incerteza na mensuração do valor (preço totalmente variável), não apresentarem um valor mínimo a ser pago ou serem de curta duração:

- a) Contratos de parcerias: contratos que determinam que a Companhia pague ao arrendador, por ano/safra de vigência, percentual da produção auferida, sendo o preço totalmente variável;
- b) Adicionais atrelados à produtividade: além do preço do arrendamento, alguns contratos preveem acréscimo do valor, através de adicional da produtividade, resultante da média aritmética da produtividade obtida com a exploração agrícola pela arrendatária. Contratos com esse tipo de característica são mensurados pelo montante fixo mínimo, sendo o adicional atrelado à produtividade considerado como totalmente variável; e
- c) Outros arrendamentos de maquinários e equipamentos: contratos possuem valor variável, com base na utilização dos ativos subjacentes, além de terem prazo de vigência inferior a um ano.

Impactos no resultado do exercício

Os arrendamentos são contabilizados como arrendamentos financeiros, trazendo um componente financeiro, que reduz o custo de produção, em função do efeito de registro do ajuste a valor presente no resultado financeiro.

r) Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input – entrada de recursos adquirido em outputs – saídas de recursos, e os inputs – entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs – saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

s) Normas novas ou revisadas

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de ‘estimativa contábeis’. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Atividade principal	Empresas	Controladas		Localização
		Diretas %	Indiretas %	
Cultura de soja, milho, algodão e rebanho.	SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A.	50,0	-	Mato Grosso - MT
Cultura de algodão e soja.	Fazenda Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda.	52,2	-	Rio Grande do Sul - RS
Cultura de soja, milho, algodão e rebanho.	SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (*)	-	50,1	Mato Grosso - MT
Cultura de algodão, milho e soja.	SLC Investimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Mato Grosso - MT
Participação em outras sociedades ou empreendimentos comerciais e imobiliários.	Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Maranhão - MA
	Fazenda Pamplona Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Mato Grosso - MT
	Fazenda Planalto Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Palmares Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Parnaguá Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Paiaguas Empreendimentos Agrícolas S.A.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	SLC Perdizes Empreendimentos Agrícolas S.A.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Compra e venda, arrendamento, construção e administração de imóveis.	Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	81,2
Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda		-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda.		-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
Fazenda Palmeira Empreendimentos Agrícolas Ltda.		-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda.		-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda.		-	100,0	Rio Grande do Sul - RS
Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda.		6,1	93,9	Rio Grande do Sul - RS

(*) Em 31 de dezembro de 2021, a SLC Agrícola Centro-Oeste S.A (antiga Terra Santa Agro S.A.) detinha participação nas sociedades Ecotrans Transporte Ltda. (99,99%), Buriti Agrícola Ltda. (100%), Crateús Algodoeira S.A. (99,48%) e Mocuri Agrícola Ltda. (99,99%). As referidas empresas são não operacionais e não fazem parte dos ativos adquiridos na combinação de negócios e estão em processo de transferência societária para o antigo acionista. Não há saldos ativos e passivos nas demonstrações financeiras em relação às citadas sociedades.

O exercício das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de novembro de 2021, foi aprovada alteração da razão social da controlada Terra Santa Agro S.A. para SLC Agrícola Centro-Oeste S.A.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Modalidade	Rendimentos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades em R\$	-	108	80.080	144	80.104
Disponibilidades câmbio (**)	-	16.859	15.073	19.449	15.073
CDB-DI	99,54% do CDI (*)	29.079	1.224.137	120.187	1.508.558
Letra arrendamento mercantil	100,00% do CDI (*)	-	-	-	318
Outras aplicações	70,70% do CDI (*)	684	663	684	663
		46.730	1.319.953	140.464	1.604.716
Caixa e equivalentes de caixa		46.046	1.319.290	139.780	1.604.053
Aplicações financeiras – não circulante		684	663	684	663

(*) Rendimento médio em 31 de dezembro de 2021.

(**) Valores em reais, convertido pelo dólar Ptax de compra do dia 30 de dezembro de 2021.

As operações financeiras contratadas pela Companhia estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários, compromissadas e letras de arrendamento mercantil, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro de 2021, não excedendo o valor de negociação.

As aplicações financeiras no não circulante possuem caráter de reciprocidade (operações caucionadas), as quais representam no ativo não circulante o montante de R\$ 684 da carteira na controladora e no consolidado (R\$ 663 em 31 de dezembro de 2020).

A redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício se deve, principalmente, ao pagamento antecipado de insumos agrícolas e financiamentos, visando uma redução do passivo da Companhia.

A exposição do Grupo a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 25.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	32.209	11.510	41.219	13.870
Mercado externo	85.632	166.575	106.195	193.413
Total	117.841	178.085	147.414	207.283

A exposição do Grupo aos riscos de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na nota explicativa 25.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Produtos agrícolas	917.809	518.292	1.315.302	541.467
Produtos agrícolas – custos de formação	563.210	402.266	872.997	421.670
Produtos agrícolas – ajuste ao valor justo do ativo biológico	354.599	116.026	442.305	119.797
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	878.083	561.228	1.329.269	646.305
Embalagens e material de acondicionamento	22.508	10.822	30.380	12.240
Peças de reposição	25.468	10.960	31.097	12.928
Outros estoques	77.391	34.500	71.396	38.407
Adiantamentos a fornecedores	11.156	43.212	31.193	49.735
(-) Provisão para ajuste ao valor realizável líquido	(1.392)	-	(2.272)	-
	1.931.023	1.179.014	2.806.365	1.301.082

(1) O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de sua conclusão e despesas para vender. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia constitui provisão para perdas em estoques no valor de R\$1.392 na controladora e R\$2.272 no consolidado.

8. Ativo biológico

Segue abaixo a posição dos ativos biológicos da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo biológico - culturas em formação	1.115.933	723.600	1.620.053	871.048
Ativo biológico - rebanho bovino	61.365	15.667	70.916	20.756
Total	1.177.298	739.267	1.690.969	891.804

a) Ativo biológico - culturas em formação

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

	Controladora				
	Soja (1)	Algodão	Milho	Outras culturas (3)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	359.038	230.145	54.256	80.161	723.600
Gastos com plantio	861.410	1.075.541	322.213	42.367	2.301.531
Reclassificações (2)	73.219	-	-	(73.219)	-
Varição do valor justo (4)	781.178	660.816	50.539	-	1.492.533
Colheitas - produtos agrícolas	(1.361.649)	(1.674.432)	(341.155)	(24.495)	(3.401.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	713.196	292.070	85.853	24.814	1.115.933
Ativo biológico - custos de formação	514.780	292.070	84.410	24.814	916.074
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	198.416	-	1.443	-	199.859

(1) Outras culturas contemplam milho semente, trigo, milho pipoca, feijão e pecuária permanente.

(2) Reclassificação custo incorrido áreas planejadas como soja semente.

(3) Efeito do ativo biológico na demonstração do resultado do exercício.

	Consolidado				
	Soja	Algodão	Milho	Outras culturas (3)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	447.027	271.298	58.337	94.386	871.048
Aquisições por combinação de negócios ¹	-	362.550	61.501	16.822	440.873
Gastos com plantio	1.276.009	1.303.492	391.628	83.592	3.054.721
Reclassificações (2)	89.743	-	-	(89.743)	-
Varição do valor justo (4)	1.096.470	766.839	79.678	(5)	1.942.982
Colheitas - produtos agrícolas	(1.704.237)	(2.405.774)	(501.387)	(78.173)	(4.689.571)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.205.012	298.405	89.757	26.879	1.620.053
Ativo biológico - custos de formação	833.416	298.405	88.314	22.425	1.242.560
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	371.596	-	1.443	4.454	377.493

(1) referente a saldos da combinação de negócios com a SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (antiga Terra Santa Agro S.A.), conforme nota 2.f.

(2) Reclassificação do custo incorrido em áreas planejadas como soja semente.

(3) As outras culturas são zformadas por milho semente, trigo, milho pipoca, feijão, eucalipto, área de pesquisa de gergelim, estilosantes e pecuária permanente.

(4) Efeito do ativo biológico na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia possui, através da sua controlada a SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (antiga Terra Santa Agro S.A.), nas Fazendas Piracema, Pirapora, Pampeira e Próspera, áreas de eucalipto destinadas a venda e consumo próprio, com corte iniciado em outubro de 2021. A área remanescente atual é de 239 ha, e a média de idade das florestas em pé é de 8 anos. O ajuste a valor justo desta cultura é feito através do fluxo de caixa descontado.

Abaixo apresentamos as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021 (1)	31/12/2020 (2)	31/12/2021 (1)	31/12/2020 (2)
Soja				
Área total colhida (ha)	184.879	164.833	229.449	235.444
Produtividade obtida (sc/ha)	66	63	64	64
Preço médio (R\$/sc) (3)	R\$ 113,70	R\$ 73,79	R\$ 119,62	R\$ 75,13
Milho				
Área total colhida (ha)	90.981	71.874	112.861	86.271
Produtividade obtida (sc/ha)	95	125	94	120
Preço médio (R\$/sc) (3)	R\$ 42,16	R\$ 31,66	R\$ 40,27	R\$ 30,91
Algodão em caroço				
Área total colhida (ha)	95.652	108.132	109.599	125.441
Produtividade obtida (sc/ha)	301	287	295	285
Preço médio (R\$/sc) (3)	R\$ 55,15	R\$ 39,40	R\$ 54,55	R\$ 39,15

(1) Dados referentes a safra 2020/21.

(2) Dados referente a safra 2019/20.

(**) Preço médio a valor de mercado na data da apuração.

Abaixo apresentamos as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos referente a safra 2021/22:

	Safra 2021/22	
	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Soja		
Área em ponto de colheita (ha)	46.224	103.181
Produtividade estimada(sc/ha)	62	63
Preço médio (R\$/sc)	142,76	136,82

A seguir apresentamos os ciclos das principais culturas da Companhia:

Unidade	Localização	Culturas		
		Soja	Algodão	Milho
Fazenda Pamplona	Cristalina - GO	25/09 a 15/04	05/11 a 30/08	20/01 a 15/07
Fazenda Planalto	Costa Rica - MS	20/09 a 25/03	05/12 a 30/08	20/01 a 10/07
Fazenda Planorte	Sapezal - MT	20/09 a 15/03	01/01 a 30/08	10/02 a 10/07
Fazenda Paiaguás	Diamantino - MT	20/09 a 15/03	01/01 a 30/08	10/02 a 15/07
Fazenda Perdizes	Porto dos Gaúchos - MT	20/09 a 15/03	20/12 a 30/08	01/02 a 10/07
Fazenda Pioneira	Querência - MT	10/10 a 25/03	20/12 a 30/08	20/01 a 15/07
Fazenda Panorama	Correntina - BA	20/10 a 30/04	01/12 a 30/08	01/11 a 15/07
Fazenda Paladino	São Desidério - BA	01/11 a 30/04	01/12 a 30/08	Não planta
Fazenda Piratini	Jaborandi - BA	01/11 a 30/04	Não planta	Não planta
Fazenda Palmares	Barreiras - BA	20/10 a 30/04	01/12 a 30/08	01/11 a 15/07
Fazenda Parceiro	Formosa do Rio Preto - BA	01/11 a 30/04	01/12 a 30/08	01/11 a 15/07
Fazenda Parnaíba	Tasso Fragoso - MA	20/10 a 15/04	10/12 a 30/08	25/01 a 15/07
Fazenda Planeste	Balsas - MA	15/10 a 15/04	20/12 a 30/08	25/01 a 15/07
Fazenda Parnaguá	Santa Filomena - PI	01/11 a 15/04	Não planta	01/12 a 15/07
Fazenda Pantanal	Chapadão do Sul - MS	20/09 a 25/03	05/12 a 30/08	10/01 a 10/07
Fazenda Palmeira	Tasso Fragoso - MA	10/10 a 15/04	10/12 a 30/08	01/02 a 15/07
Fazenda Paysandu	São Desidério - BA	01/11 a 30/04	01/12 a 30/08	01/09 a 15/07
Fazenda Piracema	Nova Mutum - MT	20/09 a 20/03	20/12 a 30/08	10/12 a 10/07
Fazenda Pirapora	Santa Rita do Trivelato - MT	20/09 a 20/03	20/12 a 30/08	01/02 a 10/07
Fazenda Pejuçara	Diamantino - MT	20/09 a 20/03	20/12 a 30/08	10/12 a 10/07
Fazenda Pampeira	Parecis - MT	20/09 a 20/03	20/12 a 30/08	10/12 a 10/07
Fazenda Próspera	Tabaporã - MT	20/09 a 20/03	20/12 a 30/08	01/02 a 10/07

As Fazendas Piracema, Pirapora, Pejuçara, Pampeira e Próspera, advindas da combinação de negócios com a SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (antiga Terra Santa Agro S.A.), foram incluídas e farão parte das áreas cultivadas pela Companhia a partir da safra 2021/22.

A seguir, apresentamos o quadro atualizado da área plantada do ano-safra 2020/21 e o comparativo com a safra anterior:

Culturas	Área	Área plantada 2020/21	Área plantada 2019/20
Algodão	ha	109.604	125.462
Soja (Comercial + soja semente)	ha	229.449	235.444
Milho	ha	112.864	82.392
Outras culturas (*)	ha	11.250	5.270
		463.167	448.568

(*) As outras culturas são formadas por milho semente, trigo, milho pipoca, feijão, área de pesquisa de gergelim, estilosantes e pecuária permanente.

Para o ano-safra 2021/22 a previsão de área plantada está assim planejada:

Culturas	Área	Área planejada 2021/22
Algodão	ha	177.093
Soja(Comercial + soja semente)	ha	334.966
Milho	ha	123.112
Outras culturas *	ha	40.179
		675.350

(*) As outras culturas são formadas por milho semente, trigo, milho pipoca, feijão, área de pesquisa de gergelim, estilosantes e pecuária permanente.

O aumento da área plantada planejada para safra 2021/22 é decorrente da combinação de negócios com a SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (antiga Terra Santa Agro S.A.) e a nova área de terras arrendadas com a Agrícola Xingu S.A., referente à Fazenda Payssandu.

b) Ativo biológico – rebanhos

A Companhia possui rebanho bovino na modalidade de engorde, em áreas permanentes e também atuando com o projeto de Integração Lavoura Pecuária – ILP. Este sistema tem como objetivo otimizar o uso do solo, nos locais em que só é possível realizar uma safra (soja), utilizando o rebanho como segunda safra.

O valor justo do gado bovino é calculado através do valor de mercado, em virtude da existência de mercado ativo. O ganho ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado do exercício em que ocorre.

A Companhia considerou os preços praticados no mercado de gado nas regiões considerando o mercado principal, e através das métricas utilizadas no mercado. Desta forma, a mensuração é baseada na arroba, na raça e na faixa etária.

A movimentação do valor justo do plantel de rebanho bovino durante o exercício é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.667	20.756
Custo com aquisições e tratos rebanho bovino	80.062	85.246
Varição do ajuste a valor justo (*)	13.163	18.177
Realização	(47.527)	(53.263)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	61.365	70.916
Ativo biológico - rebanho	51.011	56.478
Ativo biológico rebanho - ajuste ao valor justo	10.354	14.438

(*) Efeito do ativo biológico no resultado do exercício.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	3.791	49	4.861	708
Contribuição social	63	-	152	12
ICMS	111.066	77.895	153.064	112.967
COFINS	12.021	10.381	55.704	26.993
PIS	2.650	2.295	13.361	5.635
IRRF a recuperar	1.871	1.787	5.241	3.667
IRPJ/CSLL	15.329	-	15.750	-
Outros	342	350	31.493	668
	147.133	92.757	279.626	150.650
Parcela classificada no ativo circulante	49.616	28.521	126.936	39.447
Parcela classificada no ativo não circulante	97.517	64.236	152.690	111.203

A conta de impostos a recuperar foi aumentada em R\$ 54.613 em função da combinação de negócios. Esse valor, assim como comentado na nota explicativa 2.f, à medida que for se realizando efetivamente, será repassado pela Terra

Santa à parte vendedora nas datas previstas no Acordo de Associação. Em função disso, foi registrado no consolidado, na rubrica de “títulos a pagar” saldos a pagar aos antigos acionistas, de mesmo montante, resultando em um passivo de R\$ 54.613 na data de aquisição.

Imposto de renda e contribuição social

Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, que serão compensados com tributos da mesma natureza, além de saldo negativo de IRPJ e CSLL os quais serão realizadas mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

IRRF a recuperar

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. Ao longo do ano são compensados com o débito de IRPJ, após o encerramento, esses créditos são realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

ICMS, PIS e COFINS a compensar/recuperar

Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia e de suas controladas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

A estimativa de realização dos impostos sobre as vendas ICMS, PIS e COFINS é avaliada pela Administração com base em projeções estimadas de vendas de produtos agrícolas, comercialização de créditos tributários de ICMS e em ressarcimento ou compensação de PIS e COFINS com outros impostos gerados pela operação do Grupo. Os prazos estimados de realização desses ativos estão descritos abaixo.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui provisão constituída no valor de R\$ 21.123 (R\$ 24.904 em 31 de dezembro de 2020), referente a créditos tributários de ICMS, cuja perda é estimada pela não realização. A estimativa de recuperação dos créditos de ICMS foi baseada na projeção de débitos de ICMS e nas transferências de créditos de ICMS a terceiros. O valor foi registrado em “outras despesas operacionais” na demonstração do resultado do exercício.

Prazo de realização	Controladora			Consolidado		
	ICMS	COFINS	PIS	ICMS	COFINS	PIS
em até 1 ano	37.419	9.261	2.047	40.359	38.349	9.786
de 1 ano a 2 anos	37.199	45	10	55.441	6.155	1.352
de 2 anos a 3 anos	16.695	-	-	27.263	-	-
acima de 3 anos	19.753	2.715	593	30.001	11.200	2.223
	111.066	12.021	2.650	153.064	55.704	13.361

Contribuição previdenciária

Em março de 2021 foi registrado o crédito referente ao processo que reconheceu o direito, à controlada SLC MIT Empreendimentos Agrícolas S/A, de excluir as receitas decorrentes de exportação indireta da base de cálculo da contribuição previdenciária de que trata o art. 25 da Lei n.º 8.870/94. O valor do crédito acumulado em 31 de dezembro de 2021 registrado na controlada é de R\$ 3.031, sendo R\$ 3.822 de valor principal, R\$ 1.119 de atualização Selic, registrado na demonstração do resultado do exercício, já tendo sido compensado, com tributos federais, o montante de R\$ 1.910.

Não incidência de IRPJ e CSLL sobre valores relativos a SELIC em indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal - STF (“STF”) julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC, recebidos pelo contribuinte em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia possui Mandado de Segurança objetivando o reconhecimento do direito à não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores decorrentes de atualização monetária e juros de mora, dentre eles a SELIC, calculados sobre créditos fiscais em razão de repetição de indébito tributário.

O montante do benefício calculado e reconhecido em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 4.194, sendo, R\$ 3.773 na Controladora (R\$ 3.333 de principal e R\$ 440 de Selic) e R\$ 421 nas controladas Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S/A e SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S/A, sendo R\$ 369 e principal e R\$ 52 de Selic. A Companhia aguarda o trânsito em julgado do seu processo para efetiva compensação fiscal dos valores.

Crédito de PIS/COFINS sobre o imobilizado

Em agosto de 2021 transitou em julgado o Mandado de Segurança da Controladora e da controlada Fazenda Planorte S/A, no qual se buscava o aproveitamento integral dos créditos de PIS e de COFINS, incidentes nas aquisições de máquinas, equipamentos, construções, imóveis e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos para utilização na produção de bens destinados à venda, e em relação às edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, utilizados nas atividades das empresas. O período pleiteado foi de abril de 2004 a dezembro de 2008. A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2021 o valor total de R\$ 4.858, sendo R\$ 2.990 na Controladora (R\$ 1.369 de principal e R\$ 1.621 de Selic) e R\$ 1.868 na controlada Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda. (R\$ 876 de principal e R\$ 992 de Selic.)

Crédito de subvenção referente à redução de base de cálculo ICMS

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 11.556 de IRPJ e CSLL, referente a subvenção de redução de base de cálculo do ICMS, sendo R\$ 9.936 de principal e R\$ 1.621 de Selic. O período do levantamento desse crédito foi de janeiro de 2012 até junho de 2021. Esse processo transitou em julgado em 29/07/2019, e a Companhia entrou com ação de repetição de indébito para liquidação através de precatório.

10. Títulos a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de títulos a receber é composto conforme abaixo:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	33.907
Combinação de negócio (Nota 2.f)	33.271
Rendimento de aplicação CDI	1.149
Imposto de renda retido na fonte	(512)
Recebimentos	(17.852)
Outros (*)	(1.082)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	48.881
Parcela classificada no ativo circulante	21.919
Parcela classificada no ativo não circulante	26.962

(*) Foi recebido o valor R\$ 2.717 sem efeito caixa, tendo sido compensados com valores a pagar.

Venda de terras nas controladas Fazenda Paiaguás e Fazenda Parceiro

As controladas Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda. e Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda. realizaram a venda de 11.604 hectares de terras a terceiros no exercício de 2017, pelo montante total de R\$176.654, tendo sido o valor de R\$52.996 recebido naquele exercício e o restante depositado pelo comprador, em fevereiro de 2018, em uma conta garantida ("Escrow Account"), aplicado em títulos lastreados em Certificado de Depósitos Interbancários (CDI). O contrato previa que algumas formalizações documentais como transferência de reservas, registros em cartório de imóveis com os desdobramentos de suas matrículas e liberação de hipotecas, entre outros ("Condições Precedentes"), além da própria transferência dos recursos para a Companhia, que deveriam ser cumpridas nos 12 meses subsequentes a contar da assinatura do contrato, ocorrida em 20 de dezembro de 2017. O contrato foi aditivado, em novembro de 2018, a fim de prever postergação do prazo para conclusão das Condições Precedentes, além de pactuar a própria transferência dos recursos para a Companhia, referentes às condições precedentes já atendidas, no montante de R\$ 63.789.

Em abril de 2019 foi liberado da escrow account o montante de R\$ 38.999 em virtude da escrituração de todas as matrículas da Fazenda Paiaguás para a compradora, totalizando, até este momento, o recebimento de R\$102.787 do valor original, em favor da Companhia, restando pendente apenas saldo de valor referente a condição precedente ajustada contratualmente e ainda não superada. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 12.185.

Em relação à Fazenda Parceiro, no mês de dezembro de 2019 houve novo aditivo ao contrato, com a substituição de uma área da Fazenda Parceiro por outra área na mesma unidade, conforme previa como possibilidade o pacto inicial. Com a finalização do desmembramento da área substituída, as partes identificaram uma diferença de área

agrícola, ocasionando uma diferença a ser paga a vendedora no montante de R\$ 212, conforme aditivo assinado em dezembro de 2021. Em função deste aditivo assinado foi liberado da escrow account o montante de R\$ 18.364.

Valores a receber relacionados com a combinação de negócios

As partes envolvidas na combinação de negócios acordaram em ajuste de preço como parte da contraprestação da combinação de negócios, o que resultou em um saldo a pagar de R\$ 8.000 da Terra Santa Propriedades Agrícolas à Companhia, correspondente à variação dos ativos e passivos e o valor presente dos créditos fiscais descritos na nota explicativa 2.f. Conforme fato relevante do dia 29 de outubro de 2021, as partes deram total quitação dos valores em prosseguimento ao fechamento da operação.

Adicionalmente, a conta de títulos a receber foi aumentada em R\$ 5.022 em função da combinação de negócios. Esse valor, assim como comentado na nota explicativa 2.f, à medida que for se realizando efetivamente, será repassado à parte vendedora pela SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa) nas datas previstas no Acordo de Associação. Em função disso, foi registrado no consolidado, na rubrica de "títulos a pagar" saldos a pagar aos antigos acionistas, de mesmo montante, resultando em um passivo de R\$ 5.022 na data de aquisição.

Além disso, conforme descrito na mesma nota, foi registrado na SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa), saldo a receber dos vendedores no montante de R\$ 28.250, referente a contingências e títulos a pagar que, assim que pagos pela Terra Santa, serão reembolsados pelos antigos vendedores, sem ônus à Terra Santa.

Complementam a rubrica de "títulos a receber" saldos de outros valores a receber no montante de R\$ 1.211 em 31 de dezembro de 2021 (R\$4.401 em 31 de dezembro de 2020).

11. Investimentos (Controladora)

O total de investimentos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é composto pelo seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos em controladas	3.540.305	2.212.789	-	-
Mais valia imobilizado, líquida de efeito tributários (nota 2.f)	62.470	-	-	-
Mais valia arrendamentos, líquida de efeito tributários (nota 2.f)	7.821	-	-	-
Ágio - investimento SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (antiga Terra Santa Agro S.A.) (nota 2.f)	47.355	-	-	-
Outras participações societárias	305	-	1.640	-
	3.658.256	2.212.789	1.640	-

Os investimentos relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com saldo em 31 de dezembro de 2021, estão demonstrados no quadro a seguir:

Investimento	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro não realizado no patrimônio líquido em operações com partes relacionadas	Ajustes IFRS 16/CPC 06(R2) no patrimônio líquido	Mais valia em combinação de negócios	Ágio Investimento	Percentual de participação direta	Participação no Patrimônio líquido
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	21.053	198.126	-	(33.431)	-	-	100,00%	164.695
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	57.099	245.398	-	(23.038)	-	-	100,00%	222.360
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A.	91.672	138.356	-	-	-	-	50,00%	69.178
SLC-MIT Emp. Agr. S.A.	109.981	174.813	(21.134)	(3.920)	-	-	52,20%	75.399
SLC Invest. Agrícolas Ltda.	279.405	830.308	-	985	-	-	100,00%	831.293
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda.	31.766	175.122	-	(12.413)	-	-	100,00%	162.709
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	9.137	246.221	-	(12.261)	-	-	100,00%	233.960
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda.	109.800	217.734	-	(1.855)	-	-	100,00%	215.879
Fazenda Parnaguá Emp. Agr. Ltda.	34.291	50.003	-	5.332	-	-	100,00%	55.335
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	73.985	223.178	-	-	-	-	6,082%	13.569
Fazenda Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	20.347	238.483	-	(25.420)	-	-	100,00%	213.063
SLC Perdizes Emp. Agr. Ltda.	77.163	124.080	-	(4.501)	-	-	100,00%	119.579
SLC Agrícola Centro-Oeste S.A.	3.240.783	1.163.287	-	-	70.291	47.355	100,00%	1.280.932
								3.657.951

Investimento	Lucro líquido do exercício	Lucro não realizado no exercício em operações com partes relacionadas	Ajustes IFRS 16/CPC 06(R2) do exercício	Resultado da equivalência patrimonial
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	34.735	-	(4.584)	30.151
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	49.370	-	(5.355)	44.015
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A.	58.251	-	-	29.125
SLC-MIT Emp. Agr. S.A.	93.898	(21.134)	(2.083)	36.893
SLC Invest. Agrícolas Ltda.	99.859	-	(279)	99.580
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda.	24.457	-	(4.650)	19.807
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	35.239	-	(1.770)	33.469
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda.	51.067	17	3.063	54.147
Fazenda Parnaguá Emp. Agr. Ltda.	5.054	-	3.484	8.538
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	74.944	-	-	4.558
Fazenda Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	54.241	-	(5.353)	48.888
SLC Perdizes Emp. Agr. Ltda.	13.118	-	503	13.621
SLC Agrícola Centro-Oeste S.A.	57.329	-	-	57.329
				480.121

As principais movimentações nos investimentos em participações societárias permanentes diretas, em 31 de dezembro de 2021, são como segue:

Investimento	Saldos em 31/12/2020	Patrimônio líquido da investida	Aumento de capital	Mais valia (3)	Ágio investimento	Dividendos distribuídos ou juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Ganhos não realizados com instrumentos de hedge	Saldos em 31/12/2021
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	165.875	-	-	-	-	(31.331)	30.151	-	164.695
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	229.920	-	-	-	-	(51.575)	44.015	-	222.360
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A. 1	47.386	-	-	-	-	(6.918)	29.125	(415)	69.178
SLC-MIT Emp. Agr. S.A.1	57.794	-	-	-	-	(11.640)	36.893	(7.648)	75.399
SLC Invest. Agrícolas Ltda.	747.508	-	-	-	-	(15.795)	99.580	-	831.293
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda.	166.371	-	-	-	-	(23.469)	19.807	-	162.709
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	236.514	-	-	-	-	(36.023)	33.469	-	233.960
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda.	179.732	-	-	-	-	(18.000)	54.147	-	215.879
Fazenda Parnaguá Emp. Agr. Ltda. 2	54.357	-	-	-	-	(7.560)	8.538	-	55.335
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	9.192	-	-	-	-	(181)	4.558	-	13.569
Fazenda Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	212.182	-	-	-	-	(48.007)	48.888	-	213.063
SLC Perdizes Emp. Agr. Ltda.	105.958	-	-	-	-	-	13.621	-	119.579
SLC Agrícola Centro-Oeste S.A.	-	65.418	1.070.000	70.291	47.355	-	57.329	(29.461)	1.280.932
	2.212.789	65.418	1.070.000	70.291	47.355	(250.499)	480.121	(37.524)	3.657.951

(1) A Companhia possui controle sobre a Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A. e SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A. por ser a responsável pela gestão das atividades relevantes destas empresas, estando exposta aos retornos variáveis do investimento em função de seu poder sobre ele.

(2) Dividendo recebido da empresa Fazenda Parnagua Emp. Agr. Ltda, no montante de R\$ 7.560, sendo R\$2.717 sem efeito caixa.

(3) Mais valias líquidas do efeito de tributos diferidos, além da realização por depreciação, no montante de R\$9.789 (líquida de tributos) ocorrida até o quarto trimestre de 2021.

A seguir apresentamos as principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes, em 31 de dezembro de 2021:

Empresas	Controladas diretas e indiretas					Receitas	Despesas
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido		
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	234	210.664	2.503	10.269	198.126	42.318	7.584
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	2.418	252.014	1.428	7.606	245.398	59.177	9.807
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A.	134.194	116.097	73.076	38.859	138.356	318.872	260.621
SLC-MIT Emp. Agr. S.A.	439.974	274.902	396.734	143.330	174.813	704.761	610.862
SLC Investimentos Agrícolas Ltda	677	855.379	11.570	14.178	830.308	102.257	2.398
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda	193	181.512	477	6.106	175.122	30.112	5.655
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	207	255.660	601	9.045	246.221	42.973	7.734
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda	5.844	217.408	1.627	3.891	217.734	55.879	4.812
Fazenda Parnaguá Emp. Agr. Ltda.	1.961	48.834	135	657	50.003	6.420	1.367
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	6.722	221.582	323	4.803	223.178	78.544	3.600
Fazenda Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	12.470	236.726	1.421	9.292	238.483	64.603	10.363
SLC Perdizes Emp. Agrícolas Ltda.	170	129.479	4.717	852	124.080	19.611	6.493
SLC Agrícola Centro-Oeste S.A.	1.230.343	1.730.264	725.769	1.071.551	1.163.287	706.222	648.894
SLC LandCo Emp. Agrícolas S.A.	8.670	566.854	1.145	-	574.379	32.643	2.100
Fazenda Planeste Emp. Agr. Ltda.	6.468	137.154	332	3.991	139.299	13.231	2.758
Fazenda Piratini Emp. Agr. Ltda	745	139.116	236	9.535	130.090	9.096	1.764
Fazenda Panorama Emp. Agr. Ltda.	8.691	114.682	231	2.241	120.901	9.203	2.147
Fazenda Palmeira Emp. Agr. Ltda.	909	22.010	164	12.987	9.768	2.368	317
Fazenda Parceiro Emp. Agr. Ltda.	944	120.833	1.489	133	120.155	4.541	987

12. Propriedades para investimento

	Saldo em 31/12/2020	Reclassificação	Ajuste sobre o valor justo atribuído a propriedade para investimento	Combinação negócio (nota explicativa 2.f)	Outros	Saldo em 31/12/2021
Terras de cultura	92.647	-	-	-	-	92.647
Prédios e benfeitorias	1.572	(20)	2.245	3.400	(349)	6.848
Correção e desenvolvimento do solo	10.954	-	-	-	-	10.954
Ganho no valor justo	119.021	-	103.799	-	-	222.820
Total	224.194	(20)	106.044	3.400	(349)	333.269
Ajuste a valor justo - resultado do exercício		106.044			106.044	

Propriedades para investimentos incluem terras de cultura e a infraestrutura nelas existentes e que são arrendadas para terceiros.

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes, em agosto de 2021. A Companhia realiza anualmente, a avaliação do valor justo dos bens registrados como propriedades para investimento.

O valor justo dos imóveis foi determinado pelo método comparativo direto de dados de mercado que consiste em determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes. Nesse método, ajustes são procedidos através da utilização de fatores que visam corrigir eventuais diferenças entre os bens disponíveis no mercado e o bem objeto da avaliação. Para determinação do valor justo das propriedades para investimento a Companhia adota o "Nível 3". A variação do valor justo das propriedades para investimentos foi registrada em contrapartida à demonstração do resultado exercício, na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais".

Receita de aluguel de propriedade para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida

como receita operacional. Em 31 de dezembro de 2021 a receita de aluguel totalizou R\$ 14.681 (R\$ 7.587 em 31 de dezembro de 2020).

A conta de propriedades para investimento foi aumentada em R\$ 3.400 em função da combinação de negócios. Esse valor, assim como comentado na nota explicativa 2.f, à medida que for se realizando efetivamente, será repassado pela SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa) à parte vendedora nas datas previstas no Acordo de Associação. Em função disso, foi registrado na SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa), na rubrica de “contas a pagar – transação TESA” saldos a pagar aos antigos acionistas, de mesmo montante, resultando em um passivo de R\$ 3.400 na data de aquisição.

13. Operações de arrendamento

A movimentação dos ativos de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está abaixo apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2020	2.463.254	828.496
Combinação de negócio	-	1.092.732
Realização mais valia	-	(5.545)
Remensuração	1.558.398	644.100
Adições de novos contratos	706.814	730.311
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(327.738)	(247.909)
Saldo em 31/12/2021	4.400.728	3.042.185
Algodoeira	16.397	20.811
Terras de cultura	4.330.349	2.957.737
Locação de prédios	11.682	13.651
Máquinas	32.524	39.352
Locação de veículos	9.776	10.634
	4.400.728	3.042.185
Amortização de direito de uso no exercício:		
Algodoeira	(1.584)	(2.432)
Terras de cultura	(314.308)	(232.302)
Locação de prédios	(1.061)	(1.404)
Máquinas	(5.624)	(6.105)
Locação de veículos	(5.161)	(5.666)
Total do exercício	(327.738)	(247.909)

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está abaixo apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2020	2.615.382	934.284
Combinação de negócio (Nota 2.f)	-	1.088.008
Realização mais valia	-	(1.807)
Adições de novos contratos e remensurações do passivo de arrendamento	2.265.212	1.374.411
Realização do AVP sobre passivo de arrendamento	315.157	175.149
(-) Pagamentos (*)	(489.440)	(233.657)
Saldo em 31/12/2021	4.706.311	3.336.388
Passivo circulante		
Partes relacionadas (nota 16.a)	287.194	-
Terceiros	331.920	511.932
Passivo não circulante		
Partes relacionadas (nota 16.a)	2.310.609	-
Terceiros	1.776.588	2.824.456

(*) O valor de R\$ 2.717, foi sem efeito caixa, tendo sido compensados com valores a receber.

Dos contratos que foram escopo do CPC 06 (R2) (IFRS 16), a administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto.

A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela “curva ponderada do CDI/Pré”, somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente. As taxas aplicadas estão informadas nas notas explicativas 16.c e 24.2.

Cabe destacar que os contratos de arrendamento de terra são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção, sendo os valores do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento convertidos para Reais utilizando-se a cotação da soja em cada região. Os valores dos pagamentos podem sofrer variação significativa até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja em cada região.

Em 08 de abril de 2021, a Companhia assinou dois contratos de arrendamento com Agrícola Xingu S.A, totalizando uma área arrendada de 39 mil hectares. Na Fazenda Paysandu, no Estado da Bahia, foi assinado um contrato de arrendamento com área de 34,3 mil hectares, com prazo até 2036. Na Fazenda Pamplona, no estado de Goiás, o contrato equivale a uma área de 4,7 mil hectares, com prazo até 2031.

Impactos no resultado

Com a implantação da norma CPC 06 (R2) (IFRS 16) em 2019, todos os arrendamentos passaram a ser contabilizados sob um único modelo, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros, trazendo um novo componente financeiro, o qual reduziu o custo de produção, em função do efeito de registro do ajuste a valor presente no resultado financeiro. O valor registrado no resultado financeiro do exercício representa R\$ 315.157 na controladora e R\$ 175.149 no consolidado (R\$ 154.759 na controladora e R\$ 61.106 no consolidado, para o exercício de 2020).

A despesa do exercício referente a pagamentos variáveis de arrendamento, não incluída na mensuração de passivo de arrendamento, foi de R\$ 3.038 na controladora e R\$ 24.562 no consolidado (R\$ 6.553 na controladora e R\$ 11.936 no consolidado, para o exercício de 2020).

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras com suas controladas, conforme descrito na nota explicativa 16. A adoção da referida norma ocasionou diferenças entre o resultado da controladora e do consolidado, as quais foram ajustadas no cálculo de equivalência patrimonial da controladora, de forma que o resultado do exercício da controladora e o resultado consolidado atribuído aos acionistas controladores fosse igual, com base no previsto no ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O cálculo da equivalência patrimonial está demonstrado na nota explicativa 11.

Subarrendamento de ativo de direito de uso

Em 27 de dezembro de 2019 foi assinado contrato de arrendamento rural da SLC Agrícola S.A. com a SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A., por um prazo mínimo de 7 anos. Concomitante com a assinatura deste contrato de arrendamento rural, a SLC Agrícola S.A. celebrou contrato de subarrendamento com a Fazenda Perdizes Empreendimentos Agrícolas S.A., pelo mesmo período de arrendamento.

A receita da controladora no exercício, resultante de subarrendamento de ativos de direito de uso, foi de R\$ 5.029 (R\$ 4.814 na receita da controladora, para o exercício de 2020)

Informações complementares

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2) (IFRS 16), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) (IFRS 16).

Em 31 de dezembro de 2021, o fluxo contratual bruto dos contratos de arrendamento com direito ao crédito de PIS/COFINS é de R\$ 8.211.574 na controladora e R\$ 5.403.799 no consolidado (R\$ 4.448.983 na controladora e R\$ 1.300.043 no consolidado, em 31 de dezembro de 2020). O potencial crédito de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto, trazido a valor presente, é R\$ 461.984 na controladora e R\$ 272.695 no consolidado (R\$283.066 na controladora e R\$86.245 no consolidado, em 31 de dezembro de 2020).

Em atendimento à orientação das áreas técnicas da CVM, conforme requerido no ofício-circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, são apresentados a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do ativo de direito de uso, do ajuste a valor presente e da amortização do direito de uso considerando a projeção de inflação futura nos fluxos a serem descontados.

Na remensuração do passivo de arrendamento, a Companhia procedeu a projeção de fluxo de caixa com inflação futura, incorporando a inflação obtida através da cotação de contratos futuros disponível na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, descontadas pela mesma taxa identificada na mensuração inicial, apresentando os impactos conforme abaixo:

	Controladora	
	Contraprestações sem inflação (1)	Contraprestações com inflação (2)
Ativo de direito de uso	4.400.728	7.420.105
Passivo de arrendamento - circulante	619.114	651.456
Passivo de arrendamento - não circulante	4.087.197	7.074.231

	Consolidado	
	Contraprestações sem inflação (1)	Contraprestações com inflação (2)
Ativo de direito de uso	3.042.185	4.609.163
Passivo de arrendamento - circulante	511.932	538.602
Passivo de arrendamento - não circulante	2.824.456	4.364.764

(1) Fluxo de caixa descontado sem considerar inflação futura projetada

(2) Fluxo de caixa descontado considerando inflação futura projetada

Segue abaixo o fluxo contratual bruto:

	Controladora		Consolidado	
	Contraprestações sem inflação (1)	Contraprestações com inflação (2)	Contraprestações sem inflação (1)	Contraprestações com inflação (2)
até 1 ano	646.806	682.182	548.889	579.150
de 1 a 2 anos	632.503	700.451	506.569	560.988
de 2 a 3 anos	589.915	687.802	448.504	522.926
de 3 a 4 anos	575.545	707.070	413.274	507.717
de 4 a 5 anos	570.151	738.239	403.274	521.903
acima de 5 anos	5.263.852	9.619.407	3.545.316	7.072.115
	8.278.772	13.135.151	5.865.826	9.764.799

(1) Fluxo de caixa descontado sem considerar inflação futura projetada

(2) Fluxo de caixa descontado considerando inflação futura projetada

A deliberação CVM nº 859, de 7 de julho de 2020, aprovou o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos no. 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) Arrendamentos, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis –Um arrendatário pode optar por não avaliar se uma concessão de aluguel relacionada ao COVID-19 é uma modificação do arrendamento. O arrendatário que efetuar essa opção deve contabilizar qualquer alteração nos pagamentos de arrendamento mercantil resultantes da concessão de aluguel relacionada ao COVID-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança que aplica o CPC 06 (R2) (IFRS 16) se a mudança não fosse uma modificação do arrendamento.

O expediente prático aplica-se apenas a concessões de aluguel que ocorram como consequência direta do COVID-19 e somente se todas as seguintes condições forem atendidas:

- A alteração nos pagamentos da locação resulta em uma contraprestação revisada para a locação que é substancialmente a mesma ou menor que a contraprestação para a locação imediatamente anterior à alteração;
- Qualquer redução nos pagamentos de aluguel afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 31 de dezembro de 2021 (uma concessão de aluguel atenderia a essa condição se resultar em pagamentos de aluguel reduzidos em ou antes de 31 de dezembro de 2021 e aumento dos pagamentos de aluguel que se estendem além de 31 de dezembro de 2021); e
- Não há alterações substanciais em outros termos e condições do arrendamento.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve nenhuma alteração nos contratos de arrendamento da Companhia relacionada ao COVID-19, que resultasse em remensuração do passivo de arrendamento.

14. Imobilizado

a) Composição do ativo imobilizado

Custo do imobilizado bruto	Controladora					Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	
Correção e desenvolvimento do solo	466.245	108.219	-	(62)	-	574.402
Prédios e benfeitorias	296.623	805	(128)	6.554	6	303.860
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	843.611	139.257	(40.098)	648	-	943.418
Veículos	52.671	3.381	(1.972)	10	(7)	54.083
Móveis e utensílios	16.231	2.753	(269)	(119)	-	18.596
Equipamentos e instalações de escritório	28.420	15.214	(840)	(479)	6	42.321
Outros	3.787	441	(118)	1	-	4.111
Obras em andamento	9.049	67.148	-	(6.553)	-	69.644
Plantas portadoras	4.239	-	(4.239)	-	-	-
Total	1.720.876	337.218	(47.664)	-	5	2.010.435

Depreciação	Saldo em 31/12/2020	Depreciação	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2021
Correção e desenvolvimento do solo	(315.626)	(29.871)	-	(67)	-	(345.564)
Prédios e benfeitorias	(54.227)	(10.557)	13	(26)	-	(64.797)
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	(448.721)	(61.979)	29.379	294	1	(481.026)
Veículos	(21.425)	(4.570)	1.179	(124)	4	(24.936)
Móveis e utensílios	(7.915)	(1.364)	212	16	-	(9.051)
Equipamentos e instalações de escritório	(13.504)	(5.421)	753	(101)	-	(18.273)
Outros	(60)	(5)	2	8	-	(55)
Plantas portadoras	(4.239)	-	4.239	-	-	-
Total	(865.717)	(113.767)	35.777	-	5	(943.702)

Valor residual líquido	31/12/2020	31/12/2021
Correção e desenvolvimento do solo	150.619	228.838
Prédios e benfeitorias	242.396	239.063
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	394.890	462.392
Veículos	31.246	29.147
Móveis e utensílios	8.316	9.545
Equipamentos e instalações de escritório	14.916	24.048
Outros	3.727	4.056
Obras em andamento	9.049	69.644
Total	855.159	1.066.733

Custo do imobilizado bruto	Consolidado							Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Combinação de negócio (nota explicativa 2.f)	Mais Valia (nota explicativa 2.f)	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação (*)	
Terras de cultura	1.720.026	-	-	321	(10)	(20)	-	1.720.317
Correção e desenvolvimento do solo	720.472	26.473	-	153.372	-	785	-	901.102
Prédios e benfeitorias	513.291	1.536	2.090	1.060	(481)	8.381	6	525.883
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	988.945	69.735	81.921	171.752	(45.049)	2.796	28	1.270.128
Veículos	59.431	10.446	20.868	3.471	(2.231)	10	(7)	91.988
Móveis e utensílios	18.944	1.848	793	3.016	(363)	(105)	-	24.133
Equipamentos e instalações de escritório	35.837	722	73	16.259	(1.089)	(439)	6	51.369
Outros	8.092	-	-	594	(118)	1	-	8.569
Obras em andamento	10.833	2.552	-	75.039	-	(11.409)	(4)	77.011
Plantas portadoras	4.239	-	-	-	(4.239)	-	-	-
Total	4.080.110	113.312	105.745	424.884	(53.580)	-	29	4.670.500

(*) Reclassificação para ativo intangível, disponível para venda e propriedade para investimento no montante de R\$ 33.

Depreciação	Saldo em 31/12/2020	Depreciação mais Valia (**)	Depreciação	Baixas	Transferências	Reclassificação (*)	Saldo em 31/12/2021
Correção e desenvolvimento do solo	(454.551)	-	(48.698)	-	(67)	-	(503.316)
Prédios e benfeitorias	(122.079)	(445)	(20.836)	250	(26)	20	(143.116)
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	(504.554)	(7.607)	(82.858)	32.974	294	(20)	(561.771)
Veículos	(24.973)	(2.908)	(5.501)	1.376	(124)	4	(32.126)
Móveis e utensílios	(8.919)	(122)	(1.765)	282	16	-	(10.508)
Equipamentos e instalações de escritório	(15.870)	(13)	(6.143)	983	(101)	-	(21.144)
Outros	(381)	-	(85)	2	8	-	(456)
Plantas portadoras	(4.239)	-	-	4.239	-	-	-
Total	(1.135.566)	(11.095)	(165.886)	40.106	-	4	(1.272.437)

Valor residual líquido	31/12/2020	31/12/2021
Terras de cultura	1.720.026	1.720.317
Correção e desenvolvimento do solo	265.921	397.786
Prédios e benfeitorias	391.212	382.767
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	484.391	708.357
Veículos	34.458	59.862
Móveis e utensílios	10.025	13.625
Equipamentos e instalações de escritório	19.967	30.225
Outros	7.711	8.113
Obras em andamento	10.833	77.011
Total	2.944.544	3.398.063

b) Obras em andamento

Em 31 de dezembro 2021 o saldo das obras em andamento no valor de R\$ 69.644 na controladora e R\$ 77.011 no consolidado, está substancialmente representado por obras em algodozeiras, nova sede do escritório da Matriz, perfuração de poços, construções de armazéns, barracões, integração de lavoura pecuária e outras benfeitorias.

O valor de juros capitalizados às obras em andamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.830 (R\$ 728 em 31 de dezembro de 2020). A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização foi de aproximadamente 4,34% a.a.

(*) Reclassificação para ativo intangível, disponível para venda e propriedade para investimento no montante de R\$ 33.

(**) Depreciação da mais valia no exercício dos itens oriundos da combinação de negócios com a SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (antiga Terra Santa Agro S.A), depreciados pelo prazo de sua vida útil, alocados no resultado do exercício.

c) Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 existiam imobilizados dados em garantia a hipotecas, empréstimos bancários e processos judiciais, conforme demonstrado abaixo:

Bens dados em garantia	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Hipotecas	-	-	-	134.753
Penhor de financiamentos	12.285	10.514	19.900	17.661
Bens em processos judiciais	9.800	14.232	9.800	14.232
	22.085	24.746	29.700	166.646

15. Intangível

Custo do Intagível bruto	Controladora					Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	
Software	21.915	1.524	(145)	61.439	-	84.733
Implantação de novos sistemas	30.661	35.505	-	(61.439)	(12)	4.715
Total	52.576	37.029	(145)	-	(12)	89.448

Amortização	Saldo em 31/12/2020	Amortização	Baixas	Reclassificação	Saldo em 31/12/2021
Software	(17.336)	(2.302)	145	(1)	(19.494)
Total	(17.336)	(2.302)	145	(1)	(19.494)

Valor residual líquido	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
Software	4.579	65.239
Implantação de novos sistemas	30.661	4.715
Total	35.240	69.954

Custo do Intagível bruto	Consolidado						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Combinação de negócio (Nota 2.f)	Adições	Baixas	Transferências (**)	Reclassificação (*)	
Software	22.342	290	1.529	(145)	61.911	(29)	85.898
Implantação de novos sistemas	30.661	472	35.505	-	(61.911)	(12)	4.715
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	-	47.355	-	-	-	47.355
Marcas e patentes	-	174	-	-	-	4	178
Total	53.003	936	84.389	(145)	-	(37)	138.146

Amortização	Saldo em 31/12/2020	Amortização	Baixas	Reclassificação (*)	Saldo em 31/12/2021
Software	(17.713)	(2.415)	145	21	(19.962)
Total	(17.713)	(2.415)	145	21	(19.962)

Valor residual líquido	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
Software	4.629	65.936
Implantação de novos sistemas	30.661	4.715
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	47.355
Marcas e patentes	-	178
Total	35.290	118.184

(*) Reclassificação para imobilizado no montante de R\$ 16.

(*) Transferência de R\$ 61.911 referente à ativação do sistema SAP.

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) apurado no montante de R\$ 47.355, oriundo da combinação de negócios com a SLC Agrícola Centro-Oeste S.A (antiga Terra Santa Agro S.A.), representa o benefício econômico futuro esperado da sinergia decorrente da aquisição, conforme descrito na nota explicativa 2.f.

Para determinação do valor recuperável do ágio, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 20 anos, considerando as seguintes premissas:

- Receitas: projetadas de 2022 a 2042, considerando produtividades crescentes até o padrão da SLC, nos 5 primeiros anos, e depois estabilizando nos demais períodos e os preços futuros disponíveis até o período previsível;
- Custos e despesas: projetados levando em consideração o benchmarking de fazendas da SLC, na mesma região e com as mesmas condições operacionais;
- Taxa de desconto: a taxa de desconto utilizada foi de 9,27% a.a.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou testes de revisão do valor recuperável e concluiu que não há fatores que indiquem perdas por impairment, dado que o valor recuperável excedeu o valor contábil.

16. Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos e as transações da Controladora com partes relacionadas são os seguintes:

a) Saldos com partes relacionadas

Saldos a receber com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	Outras contas a receber	Outras contas a receber	Outras contas a receber	Outras contas a receber
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas diretamente				
Fazenda Parnaíba Empr. Agr. Ltda	-	1.046	-	-
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda	6.974	2.545	-	-
Fazenda Pioneira Empr. Agr. S.A.	3.491	255	-	-
SLC Perdizes Empr. Agr. Ltda	4.371	23.028	-	-
SLC Agrícola Centro Oeste S.A.	34.380	-	-	-
Controladas indiretamente				
SLC-MIT Empr. Agr. S.A.	9.764	455	-	-
Fazenda Parceiro Empr. Agr. Ltda	-	384	-	-
Controladora				
SLC Participações S.A.	20	-	20	-
Outras partes relacionadas				
	-	8	-	8
	59.000	27.721	20	8
Parcela classificada no ativo circulante	52.351	2.475	20	8
Parcela classificada no ativo não circulante	6.649	25.246	-	-

Saldos a pagar com partes relacionadas:

	Controladora						Consolidado	
	Passivo de arrendamento		Outras contas a pagar		Total a pagar		Outras contas a pagar	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas diretamente								
Fazenda Parnaíba Empr. Agr. Ltda	306.516	228.545	7.706	-	314.222	228.545	-	-
Fazenda Planorte Empr. Agr. Ltda	508.619	338.495	5.905	-	514.524	338.495	-	-
Fazenda Pamplona Empr. Agr. Ltda	259.873	157.921	8.006	-	267.879	157.921	-	-
Fazenda Planalto Empr. Agr. Ltda	376.362	230.491	10.158	-	386.520	230.491	-	-
Fazenda Pioneira Empr. Agr. S.A.	-	-	84	-	84	-	-	-
Fazenda Palmares Empr. Agr. Ltda	89.440	113.870	3.203	-	92.643	113.870	-	-
Fazenda Parnagua Empr. Agr. Ltda	80.691	55.406	2.652	-	83.343	55.406	-	-
Fazenda Parceiro Empr. Agr. Ltda	54.412	34.335	29.324	-	83.736	34.335	-	-
Fazenda Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	573.885	361.399	21.767	-	595.652	361.399	-	-
SLC Agrícola Centro-Oeste S.A.	-	-	11.864	-	11.864	-	-	-
Controladas indiretamente								
Fazenda Planeste Empr. Agr. Ltda	116.887	75.891	-	-	116.887	75.891	-	-
Fazenda Panorama Empr. Agr. Ltda	78.906	53.359	-	-	78.906	53.359	-	-
Fazenda Piratini Empr. Agr. Ltda	108.179	42.547	-	-	108.179	42.547	-	-
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda	-	-	9	573	9	573	-	-
SLC-MIT Empr. Agr. S.A.	-	-	7.936	721	7.936	721	-	-
Fazenda Palmeira Emp. Agr. Ltda.	20.947	8.319	-	-	20.947	8.319	-	-
SLC Landco Empr. Agr. S.A.	23.086	21.590	-	-	23.086	21.590	-	-
Fazenda Paineira Empr. Agr. Ltda	-	-	9.007	-	9.007	-	-	-
Controladora								
SLC Participações S.A.	-	-	-	16	-	16	-	16
Outras partes relacionadas								
	-	-	-	-	-	-	79	102
	2.597.803	1.722.168	117.621	1.310	2.715.424	1.723.478	79	118
Parcela classificada no passivo circulante	287.194	204.525	117.621	1.310	404.815	205.835	79	118
Parcela classificada no passivo não circulante	2.310.609	1.517.643	-	-	2.310.609	1.517.643	-	-

Os valores registrados no grupo de “outras contas a pagar” são representados substancialmente por contratos de mútuos da Companhia com suas controladas.

A SLC Participações S.A. é o controlador final da Companhia. Não há transações relevantes com o controlador, exceto pagamento de dividendos.

b) Transações com partes relacionadas

	Amortização direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16)		AVP-passivos arrendamento CPC 06(R2) (IFRS 16)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas diretamente				
Fazenda Parnaíba Empr. Agr. Ltda	13.090	6.415	24.261	11.444
Fazenda Planorte Empr. Agr. Ltda	14.147	8.081	37.340	15.790
Fazenda Pamplona Empr. Agr. Ltda	6.655	4.929	18.432	8.608
Fazenda Planalto Empr. Agr. Ltda	13.883	9.082	26.818	14.725
Fazenda Palmares Empr. Agr. Ltda	6.370	4.430	10.512	9.044
Fazenda Parnagua Empr. Agr. Ltda	3.521	2.067	6.079	4.003
Fazenda Parceiro Empr. Agr. Ltda	1.149	743	3.620	2.069
Fazenda Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	16.774	7.948	41.123	14.711
Controladas indiretamente				
Fazenda Planeste Empr. Agr. Ltda	6.126	5.031	7.827	6.924
Fazenda Panorama Empr. Agr. Ltda	3.826	3.245	5.410	4.840
Fazenda Piratini Empr. Agr. Ltda	-	81	5.357	3.012
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda	430	-	-	-
Fazenda Palmeira Emp. Agr. Ltda.	397	82	1.062	276
SLC Landco Empr. Agr. S.A.	2.823	2.770	1.240	1.291
Controladora				
SLC Participações S.A.	176	135	22	12
	89.367	55.039	189.103	96.749

	Vendas de mercadorias/ produtos/ imobilizado/ prestação de serviço		Compras de mercadorias/ Produtos/Aluguéis/ TI corporativa/Outras Transações		Despesas financeiras/fee de garantia	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Controladas diretamente						
Fazenda Pioneira Empr. Agr. Ltda	5.187	4.893	2.238	-	-	-
SLC Agrícola Centro-Oeste S.A.	31.862	-	-	-	-	0
Controladas indiretamente						
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda	12.172	4.733	-	566	-	-
SLC MIT Empr. Agr. S.A.	12.416	6.866	47.824	7.903	-	-
Controladora						
SLC Participações S.A.	-	-	193	135	5	11
Outras Partes Relacionadas						
Fundação SLC	-	-	2.355	-	-	-
Instituto SLC	-	-	2.070	-	-	-
	61.637	16.492	54.680	8.603	5	11

c) Contratos de arrendamento a pagar

O contrato de arrendamento rural tem por objeto a disponibilização das terras, instalações e demais bens pelo arrendador para que o arrendatário explore a atividade agrícola através do cultivo de algodão, soja, milho e outras culturas em contraprestação a um valor a título de preço de arrendamento.

A Companhia possui contratos de arrendamento com suas controladas, por um prazo mínimo de 20 anos, sendo que a renovação depende da vontade das partes, no entanto os arrendatários possuem preferência.

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo de arrendamento com suas controladas, pode ser assim demonstrado:

Fazenda	Localização	Valor contábil	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
Parnaíba	Tasso Fragoso - MA	306.516	37.606	11.080	12.163	13.303	14.685	217.680
Planorte	Sapezal - MT	508.619	53.100	11.390	12.425	13.467	14.817	403.421
Pamplona	Cristalina - GO	259.873	26.796	5.604	6.108	6.612	7.271	207.481
Planalto	Costa Rica - MS	376.362	38.808	8.117	8.845	9.576	10.531	300.486
Palmares	Barreiras - BA	96.416	12.220	3.947	4.332	4.739	5.226	65.951
Parnaguá	Santa Filomena - PI	80.691	6.266	1.075	70	1.311	2.715	69.254
Parceiro	Formosa do Rio Preto - BA	54.412	4.905	833	1.418	2.050	2.768	42.438
Paiaguás	Diamantino - MT	573.885	59.174	12.377	13.489	14.602	16.057	458.185
Planeste	Balsas - MA	116.887	16.177	6.419	7.037	7.699	8.469	71.087
Panorama	Correntina - BA	78.906	10.921	4.333	4.750	5.197	5.717	47.988
Piratini	Jaborandi - BA	108.179	14.972	5.941	6.513	7.125	7.838	65.790
Palmeira	Alto Parnaíba - MA	20.947	2.567	758	832	910	1.004	14.875
Matriz	Porto Alegre - RS	16.110	3.682	2.824	3.009	3.208	3.386	-
		2.597.803	287.194	74.698	80.991	89.799	100.485	1.964.636
Parcela classificada no passivo circulante		287.194						
Parcela classificada no passivo não circulante		2.310.609						

O valor contábil representa o passivo de arrendamento com fluxo de pagamentos futuros ajustados a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar a taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Por este motivo apresenta uma taxa com intervalo de 6,38% a 9,75%.

O contrato de arrendamento rural celebrado das Fazendas Piratini, Planeste, Panorama e Palmeira, por um prazo mínimo de 20 anos, prevê o preço do arrendamento calculado sobre uma taxa de 3,25% do valor de avaliação dos imóveis. Esse valor por sua vez é calculado sobre as áreas aptas à agricultura e suas respectivas áreas de reserva

legal proporcionais, incluindo o valor de sua infraestrutura. O avaliador com prova de excelência na elaboração de avaliações de propriedades rurais é escolhido pelo Conselho de Administração da SLC Agrícola S.A. e anualmente a avaliação é elaborada de acordo com as regras e diretrizes emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas para avaliação de imóveis rurais.

Para os demais contratos, o preço do arrendamento é pago anualmente em Reais, convertido pelo valor da cotação de balcão da saca de soja de cada região no dia do pagamento, conforme cláusula contratual. A fixação do preço da saca de soja deve ser estabelecida pelo arrendador com antecedência mínima de 15 dias, sem previsão de repactuação.

d) Honorários da administração

A Companhia considera como pessoal-chave da Administração os Conselheiros não remunerados, os Conselheiros Independentes remunerados e os Diretores (Estatutários).

Os administradores são remunerados na forma de pró-labore e salários, pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos administradores, incluindo gratificações e outros benefícios, é apresentado em rubrica específica na demonstração do resultado e está detalhada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pró-labore	(7.487)	(5.963)	(7.816)	(6.391)
Gratificações	(4.246)	(2.973)	(4.745)	(3.083)
Encargos	(3.881)	(2.899)	(3.970)	(3.038)
Plano de opções de ações	(2.400)	(1.810)	(2.400)	(1.810)
Outros benefícios	(22)	(395)	(22)	(394)
	(18.036)	(14.040)	(18.953)	(14.716)

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2021, foi aprovada a remuneração anual global dos administradores da Controladora, no montante de até R\$ 17.870, com distribuição a ser realizada pelo Conselho de Administração. Frize-se que as controladas, que são sociedades anônimas, também possuem aprovação de valores globais anuais para os seus administradores de forma independente.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	671.234	732.358	1.009.194	870.902
Total	671.234	732.358	1.009.194	870.902

Em 31 de dezembro de 2021 os saldos em moeda estrangeira na Controladora totalizam o montante de US\$ 13.688 e no Consolidado US\$ 54.407 (US\$ 28.080 na Controladora e US\$ 33.869 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2020), conforme demonstrado na nota 25.c.

18. Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Taxas médias anuais de juros (%)		Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicados no Imobilizado							
Finame - BNDES	Pré	5,55%	5,43%	25.866	34.866	42.529	57.053
				25.866	34.866	42.529	57.053
Aplicados no Capital de giro							
Crédito rural	Pré	5,50%	4,30%	4.070	3.046	18.299	12.186
Crédito rural	CDI	10,27%	-	153.315	-	153.315	-
CRA	CDI	-	1,88%	-	360.346	-	360.346
CRA	IPCA + Pré	11,00%	8,19%	534.015	481.270	534.015	481.270
Capital de giro	CDI	10,81%	3,51%	283.151	298.384	308.784	361.959
Capital de giro	Swap CDI	9,99%	6,28%	390.570	215.977	390.570	215.977
Financiamento à exportação	CDI	10,73%	3,24%	346.092	328.928	406.359	481.671
Financiamento à exportação	Swap EUR/US\$	10,22%	1,33%	643.906	345.637	745.351	464.527
				2.355.119	2.033.588	2.556.693	2.377.936
				2.380.985	2.068.454	2.599.222	2.434.989
				(11.463)	(17.706)	(11.463)	(17.706)
				2.369.522	2.050.748	2.587.759	2.417.283
				503.252	297.692	669.735	377.547
				1.866.270	1.753.056	1.918.024	2.039.736

Finame - BNDES - Linhas de investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). São garantidos por alienação fiduciária ou penhor dos bens financiados e por aval da Companhia e da SLC Participações S.A. (Controladora). As amortizações são realizadas em base mensal, semestral e anual, após o período de carência, e se darão entre os períodos de 17/01/2022 a 15/05/2032.

Crédito Rural – Recursos destinados ao custeio e comercialização de safra, cujas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) elaborado pelo Banco Central do Brasil. São garantidos por aval da Companhia. A periodicidade das suas amortizações é anual, com vencimentos entre os períodos de 19/05/2022 e 25/10/2024.

Capital de Giro – Linha com a finalidade de suprir a necessidade de caixa, com vencimento em 14/01/2022 e 26/11/2024 lastreado em estoque ou produção.

Financiamento à Exportação – Financiamento das exportações com linhas de curto e longo prazo captado em reais, euro ou dólar indexado a taxa pré-fixada: CCE (Cédula de Crédito à Exportação), NCE (Nota de Crédito de Exportação), PPE (Pré-Pagamento de Exportação) e FINEX (Financiamento à Exportação). A periodicidade das suas amortizações é anual, semestral ou conforme prazo negociado, com vencimentos entre os períodos de 14/01/2022 e 14/11/2024. São garantidos por aval da Companhia ou com garantia “clean”.

CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio – Títulos de renda fixa, emitidos pela securitizadora em nome da SLC Agrícola, lastreados em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, abrangendo financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, à comercialização, ao beneficiamento ou à industrialização de produtos, insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. O custo dessas transações, registrados na rubrica de empréstimos e financiamentos, totalizam R\$11.463 (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2021. Abaixo seguem informações das emissões:

i) *Emissão em 23 de dezembro de 2020 – Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)*

No dia 23 de dezembro de 2020 a Companhia constituiu sua emissão de CPR-Financeira (Cédula de produto rural financeira) com selo verde, no valor total de R\$ 480.000 (quatrocentos e oitenta milhões de reais), de série única, para distribuição pública com esforços restritos, da SLC Agrícola S.A., celebrado entre a Emissora e a ISEC Securitizadora S.A. A CPR-F foi emitida ao custo de IPCA + 3,6726% ao ano, com vencimento do principal em duas parcelas, nos dias 16 de dezembro de 2024 e 15 de dezembro de 2025 e remuneração semestral. A emissão é com garantia “clean” e com elaboração dos relatórios de classificação de risco para a Emissão efetuada pela Standard & Poor’s, sendo trimestralmente revisada a classificação de risco até a data de vencimento. O rating definitivo da operação inicial foi de “[brAA-]” e no dia 09 de março de 2022 a Companhia teve o rating da operação melhorado para “[brAA--]”.

Esta operação prevê o cumprimento de compromissos financeiros (Covenants) nas datas base de encerramento de cada exercício social aplicáveis à Companhia, conforme segue:

(i) Índice de liquidez corrente (AC/PC): ativo circulante dividido pelo passivo circulante consolidado, igual ou superior a 0,9x (zero vírgula nove vez);

(ii) Passivo total consolidado/ patrimônio líquido tangível: passivo total dividido pelo patrimônio líquido menos os ativos intangíveis do consolidado, igual ou inferior a 2,5x (duas vírgula cinco vezes);

(iii) Alavancagem líquida consolidada (dívida líquida financeira total consolidado/EBITDA consolidado): empréstimos e financiamentos totais, menos a posição de caixa, bancos e “equivalentes de caixa”, menos aplicações financeiras mais ou menos resultado swaps vinculados, dividido pelo resultado operacional antes da receita (despesa) financeira, resultado da equivalência patrimonial, depreciação e amortização dos últimos 12 (doze) meses excluídos os efeitos do ativo biológico, igual ou inferior a 4,0x (quatro vezes).

O não cumprimento das cláusulas contratuais de compromissos financeiros pode ocasionar o vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2021, data da última medição anual, a Companhia estava em cumprimento com as cláusulas de compromissos financeiros.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo apresentam a seguinte composição:

Anos de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	297.692	-	377.547
2022	503.252	919.646	669.735	1.161.958
2023	777.405	345.625	821.733	382.750
2024	816.806	238.683	820.096	242.028
2025	265.192	242.085	266.398	243.054
2026	1.582	1.582	2.315	2.315
Após 2026	5.285	5.435	7.482	7.631
	2.369.522	2.050.748	2.587.759	2.417.283

A exposição do Grupo ao risco de liquidez é divulgada na nota explicativa 25.

Cessão de crédito

Linha com a finalidade de antecipação de pagamento pelos fornecedores, salientando que não houve modificações das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores em função dessa transação, com vencimento em 25/05/2022.

19. Provisão para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis

A Companhia registra provisões quando a Administração, tendo base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis e que são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos que surgem no curso normal de seus negócios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora				
	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2020	1.739	330	1.052	403	3.524
Adição de provisão	426	216	-	34	676
Reversão de provisão	(313)	(509)	-	(403)	(1.225)
Saldo em 31/12/2021	1.852	37	1.052	34	2.975

	Consolidado				
	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2020	1.983	330	1.123	1.993	5.429
Combinação de negócio (nota explicativa 2.f)	21.532	-	1.003	943	23.478
Adição de provisão	3.358	1.038	40	322	4.758
Reversão de provisão	(616)	(509)	(43)	(495)	(1.663)
Saldo em 31/12/2021	26.257	859	2.123	2.763	32.002

A conta de provisão para contingências foi aumentada em R\$ 23.478 em função da combinação de negócios. Esse valor, assim como comentado na nota explicativa 2.f, à medida que for se realizando efetivamente, será reembolsado pela parte vendedora à SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa) nas datas previstas no Acordo de Associação. Em função disso, foi registrado no Consolidado, na rubrica de "títulos a receber" saldos a receber dos antigos acionistas, de mesmo montante, resultando em um ativo de R\$ 23.395, em 31 de dezembro de 2021.

b) Passivos contingentes

A Companhia tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 (IAS 37) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Natureza	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas (i)	514	546	1.306	546
Ambientais(ii)	5.666	3.754	8.709	3.754
Tributários (iii)	27.139	14.352	130.590	46.052
Cíveis (iv)	6.025	9.005	97.213	36.471
	39.344	27.657	237.818	86.823

Conforme estipulado nas cláusulas e condições no Acordo de Associação e Outras Avenças, celebrado entre as empresas SLC Agrícola S.A., SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (antiga Terra Santa Agro S.A.), TS Agro S.A. e TS Brasil S.A., os antigos acionistas são responsáveis pela integralidade dos passivos contingentes, no montante de R\$143.871, decorrentes de fatos geradores anteriores a 01 de julho de 2021 da controlada SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (antiga Terra Santa Agro S.A.).

Abaixo segue a descrição dos passivos contingentes da Companhia em 31 de dezembro de 2021:

(i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e Ministério Público do Trabalho.

(ii) Ambientais

As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

(iii) Tributárias

As ações tributárias são relacionadas às autuações referentes às esferas federal e estadual.

(iv) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de fornecedores, danos causados a terceiros e litígio em questões contratuais.

c) Ativo contingente

Em fevereiro deste ano o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu o leading case (RE 759244) garantindo a aplicabilidade da imunidade referente às contribuições sociais sobre as receitas decorrentes de exportação intermediada por empresas comerciais exportadoras (“trading companies”), em processo análogo ao que a Companhia possui sobre o tema, que se encontra sobrestado aguardando os trâmites da decisão do STF acima mencionada.

Recentemente, a Receita Federal Brasileira suspendeu a cobrança da contribuição relativa à contribuição previdenciária sobre as exportações indiretas, por meio da reedição da IN 971/2009, o que possibilitou a Companhia deixar de realizar o recolhimento do tributo a partir da competência de setembro de 2020.

d) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, registrados na rubrica de “outras contas a receber” no ativo não circulante, apresentam a seguinte composição:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	629	8	2.874	530
Ambientais	-	-	20	20
Tributários	1.659	1.176	4.319	11.338
Cíveis	-	-	1.046	1.046
	2.288	1.184	8.259	12.934

A conta de depósitos judiciais foi aumentada em R\$ 4.768 em função da combinação de negócios. Esse valor, assim como comentado na nota explicativa 2.f, à medida que for se realizando efetivamente, será repassado à parte vendedora pela SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa) nas datas previstas no Acordo de Associação. Em função disso, foi registrado no Consolidado, na rubrica de “títulos a pagar”, saldo a pagar aos antigos acionistas, de mesmo montante, resultando em um passivo líquido de R\$ 4.692, em 31 de dezembro de 2021.

20. Tributos sobre o lucro

Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos apresentando a seguinte natureza:

Descrição	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Provisão para participação nos resultados	17.256	6.212	23.468	10.339	3.722	14.061
Provisão para perdas tributárias	2.368	852	3.220	169	61	230
Operações com derivativos	80.724	29.060	109.784	64.927	23.374	88.301
Provisão para Senar	1.245	448	1.693	1.286	463	1.749
AVP - Passivo de arrendamento	20.268	7.296	27.564	10.784	3.882	14.666
Provisão para perdas créditos ICMS	5.359	1.929	7.288	5.950	2.142	8.092
Outras	8.223	2.961	11.184	6.222	2.240	8.462
Prejuízos fiscais e base negativa	5.700	2.044	7.744	-	-	-
	141.143	50.802	191.945	99.677	35.884	135.561
Passivos:						
Depreciação incentivada atividade rural	(191.679)	(69.004)	(260.683)	(156.523)	(56.348)	(212.871)
Ganho em aquisição de participação societária	(3.747)	(1.349)	(5.096)	(3.855)	(1.388)	(5.243)
Custo atribuído ativo imobilizado	(4.098)	(1.475)	(5.573)	(5.051)	(1.818)	(6.869)
Valor justo ativos biológicos	(141.203)	(50.833)	(192.036)	(47.155)	(16.976)	(64.131)
	(340.727)	(122.661)	(463.388)	(212.584)	(76.530)	(289.114)
Total líquido	(199.584)	(71.859)	(271.443)	(112.907)	(40.646)	(153.553)
Parcela classificada no passivo não circulante	(199.584)	(71.859)	(271.443)	(112.907)	(40.646)	(153.553)

Descrição	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Provisão para participação nos resultados	19.393	6.981	26.374	11.676	4.203	15.879
Provisão para perdas tributárias	2.368	852	3.220	169	61	230
Operações com derivativos	85.226	29.856	115.082	68.492	23.878	92.370
Provisão para Senar	1.316	474	1.790	1.384	498	1.882
AVP - Passivo de arrendamento	30.083	10.830	40.913	10.458	3.765	14.223
Ajuste a valor presente estoques	1.483	534	2.017	-	-	-
Provisão para perdas créditos ICMS	5.474	1.971	7.445	6.226	2.241	8.467
Outras	18.682	6.723	25.405	8.941	3.218	12.159
Prejuízos fiscais e base negativa	386.958	140.287	527.245	30.284	11.411	41.695
	550.983	198.508	749.491	137.630	49.275	186.905
Passivos:						
Depreciação incentivada atividade rural	(232.893)	(83.718)	(316.611)	(185.782)	(66.758)	(252.540)
Ganho em aquisição de						
participação societária	(3.747)	(1.349)	(5.096)	(3.747)	(1.349)	(5.096)
Custo atribuído ativo imobilizado	(26.972)	(13.608)	(40.580)	(26.828)	(13.558)	(40.386)
Valor justo propriedades para investimento	(4.113)	(2.221)	(6.334)	(1.992)	(1.076)	(3.068)
Valor justo ativos biológicos	(207.989)	(74.876)	(282.865)	(51.967)	(18.708)	(70.675)
Mais Valia	(26.625)	(9.585)	(36.210)			-
Outras	(12.501)	(4.538)	(17.039)	(18.653)	(6.809)	(25.462)
	(514.840)	(189.895)	(704.735)	(288.969)	(108.258)	(397.227)
Total líquido	36.143	8.613	44.756	(151.339)	(58.983)	(210.322)
Parecela classificada no ativo não circulante	298.281	107.381	405.662	15.059	5.421	20.480
Parcela classificada no passivo não circulante	(262.138)	(98.768)	(360.906)	(166.398)	(64.404)	(230.802)

Por ocasião da combinação de negócios (nota explicativa 2.f), a conta de tributos diferidos foi aumentada em R\$ 415.085 na data de aquisição, pois com o saneamento da estrutura de capital dessa controlada, ocorrida após a sua aquisição, há expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitem a ativação de todo o crédito tributário que não vinha sendo reconhecido.

A Companhia e suas controladas, baseadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O estudo técnico considera os investimentos e os incentivos que porventura as fazendas tenham direito.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2022	118.108	110.660	321.618	140.780
2023	69.169	4.441	217.674	6.246
2024	4.668	3.358	98.698	11.358
2025	-	833	90.558	8.755
2026	-	16.269	20.943	19.766
	191.945	135.561	749.491	186.905

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.356.527	1.356.527	605.735	605.735
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(339.132)	(122.087)	(151.434)	(54.516)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial	120.030	43.211	44.350	15.966
Adições e exclusões permanentes	(3.654)	(924)	(597)	138
Juros sobre o capital próprio	-	-	9.279	3.341
Outros	6.666	1.479	12.771	3.641
Valor registrado no resultado	(216.090)	(78.321)	(85.631)	(31.430)
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		(294.411)		(117.061)
Impostos diferidos		(190.274)		(37.756)
Impostos correntes		(104.137)		(79.305)
Taxa efetiva		21,70%		19,33%

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.560.810	1.560.810	689.179	689.179
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(390.203)	(140.473)	(172.295)	(62.026)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Adições e exclusões permanentes	(4.055)	(1.068)	(752)	92
Juros sobre o capital próprio	-	-	9.279	3.341
Incentivos fiscais de controladas	3.072	95	3.355	15
Imposto de Renda e Contribuição social em empresas tributadas pelo regime de lucro presumido	73.082	25.924	34.179	12.123
Eliminação lucro não realizado	5	2	1.637	589
Efeitos do IFRS 16	(4.256)	(1.532)	(15.825)	(5.697)
Outros	7.019	2.337	9.967	3.787
Valor registrado no resultado	(315.336)	(114.715)	(130.455)	(47.776)
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		(430.051)		(178.231)
Impostos diferidos		(255.544)		(66.839)
Impostos correntes		(174.507)		(111.392)
Taxa efetiva		27,55%		25,86%

Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, registrados em contas de ativo e passivo na controladora e no consolidado, tem a sua movimentação demonstrada como segue:

Descrição	Controladora			
	Saldo em 31/12/2020	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 3/12/2021
Provisão para participação nos resultados	14.061	9.407	-	23.468
Provisão para perdas tributárias	230	2.990	-	3.220
Operações com derivativos	88.301	(50.901)	72.384	109.784
Provisão para Senar	1.749	(56)	-	1.693
Outras	8.462	2.722	-	11.184
Prejuízos fiscais e base negativa	-	7.744	-	7.744
Provisão para perdas créditos ICMS	8.092	(804)	-	7.288
Depreciação incentivada atividade rural	(212.871)	(47.812)	-	(260.683)
Ganho em aquisição de participação societária	(5.243)	147	-	(5.096)
Custo atribuído ativo imobilizado	(6.869)	1.296	-	(5.573)
Valor justo ativos biológicos	(64.131)	(127.905)	-	(192.036)
AVP - Passivo de Arrendamento	14.666	12.898	-	27.564
Total	(153.553)	(190.274)	72.384	(271.443)
Parcela classificada no passivo não circulante	(153.553)			(271.443)

Descrição	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2020	Combinação de Negócios	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2021
Provisão para participação nos resultados	15.879	-	10.495	-	26.374
Provisão para perdas tributárias	230	-	2.990	-	3.220
Operações com derivativos	92.370	12.905	(85.730)	95.537	115.082
Provisão para Senar	1.882	-	(92)	-	1.790
Outras	12.159	2.632	10.614	-	25.405
Ajuste a valor presente estoques	-	3.122	(1.105)	-	2.017
Provisão Washout	-	10.589	(10.589)	-	-
Prejuízos fiscais e base negativa	41.695	482.146	3.404	-	527.245
AVP - Passivo de Arrendamento	14.223	(8.511)	35.201	-	40.913
Provisão para perdas créditos ICMS	8.467	-	(1.022)	-	7.445
Depreciação incentivada atividade rural	(252.540)	(14.594)	(49.477)	-	(316.611)
Ganho em aquisição de participação societária	(5.096)	-	-	-	(5.096)
Custo atribuído ativo imobilizado	(40.386)	(1.906)	1.712	-	(40.580)
Valor justo propriedades para investimento	(3.068)	-	(3.266)	-	(6.334)
Valor justo ativos biológicos	(70.675)	(30.045)	(182.145)	-	(282.865)
Mais Valia	-	(41.253)	5.043	-	(36.210)
Outras	(25.462)	-	8.423	-	(17.039)
Total	(210.322)	415.085	(255.544)	95.537	44.756
Parcela classificada no ativo não circulante	20.480				405.662
Parcela classificada no passivo não circulante	(230.802)				(360.906)

Imposto de renda e contribuição social a pagar

O saldo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 14.879 no Consolidado (R\$ 40.374 e R\$ 47.449 em 31 de dezembro de 2020, na Controladora e Consolidado, respectivamente).

21. Títulos a pagar (Consolidado)

O saldo em 31 de dezembro de 2021 é demonstrado conforme abaixo:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.979
Combinação de negócio (nota explicativa 2.f)	86.850
Outros	9.514
Pagamentos	(706)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	108.637
Passivo circulante	93.775
Passivo não circulante	14.862

A Companhia, por meio de suas controladas, possui contratos referentes à compra de terras, para seu uso e exploração, e venda de imobilizado.

A conta de títulos a pagar foi aumentada em R\$ 4.772 em função da combinação de negócios. Esse valor, assim como comentado na nota explicativa 2.f, à medida que for se realizando efetivamente, será reembolsado pela parte vendedora à SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa) nas datas previstas no Acordo de Associação. Em função disso, foram registrados no Consolidado, nas rubricas de "títulos a receber" saldos a receber dos antigos acionistas, de mesmo montante, resultando em um ativo de R\$ 4.772.

Além disso, conforme descrito na mesma nota, foi registrado no Consolidado, saldo a pagar aos vendedores no montante de R\$ 82.078, referente a títulos a receber, tributos a recuperar, outros ativos e propriedades para investimento que, assim que recebidos pela SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa), serão repassados aos antigos vendedores, sem benefícios à SLC Agrícola Centro-Oeste (antiga Terra Santa).

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito, no valor de R\$ 1.512.522 está representado por 212.422.599 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A seguir apresentamos a distribuição das ações ordinárias entre os acionistas:

Acionista	Número de Ações	
	31/12/2021	31/12/2020
SLC Participações S.A.	100.032.616	100.977.822
Administradores e Pessoas Vinculadas	11.623.499	347.967
Ações em Tesouraria	4.625.621	3.010.430
Outros	96.140.863	86.258.781
Total ações do capital integralizado	212.422.599	190.595.000
(-) Ações em tesouraria	(4.625.621)	(3.010.430)
Total de ações - excluindo ações em tesouraria	207.796.978	187.584.570

Em função dos termos e condições já divulgados ao mercado da combinação de negócios (nota 2.f) realizada com SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (antiga Terra Santa Agro S.A.), foi confirmado o aumento de capital da Companhia mediante a emissão de 2.516.454 (dois milhões, quinhentas e dezesseis mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, correspondendo a R\$ 52,00 (cinquenta e dois reais) por ação, sendo o montante de R\$ 65.000 destinado ao capital social e R\$ 65.856 à reserva de capital.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 500.000 mediante a capitalização da conta de reserva de expansão, totalizando 19.311.145 ações.

b) Reserva de capital - ágio na emissão de ações

Representada pelos ágios recebidos nas ofertas públicas de ações ocorridas em junho de 2007 e junho de 2008 e pelo ágio nas vendas de ações em tesouraria realizadas em conexão com os planos de opções de ações, deduzido dos custos de emissões dessas ações (comissões, honorários e outras despesas), líquidos dos efeitos tributários em conformidade com o CPC 10 (R1) (IFRS 2).

c) Ações em tesouraria

O saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 116.846 e está composto por 4.205.110 ações (R\$ 52.921 em 31 de dezembro de 2020, composto por 3.010.430 ações). A movimentação do número de ações em tesouraria no exercício foi a seguinte:

	Ações em tesouraria	
	em nº ações	em R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.010.430	(52.921)
Aquisição de ações em tesouraria	1.730.425	(76.906)
Ações exercidas dos planos de opções	(535.745)	12.981
Bonificação	420.511	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.625.621	(116.846)

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na última cotação em bolsa, anterior à data de encerramento do exercício foi de R\$ 172.115 (R\$ 40,93 por ação) em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 82.636 (R\$ 27,45 por ação) em 31 de dezembro de 2020.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social. Conforme previsão do Estatuto Social em seu artigo 35, alínea a, no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia constituiu reserva legal de R\$ 53.099.

e) Reserva para expansão

De acordo com disposições do Artigo 194 da Lei 6.404/76 e do Artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, será formada uma Reserva para Expansão com base no lucro que remanescer após as deduções legais e estatutárias, com a finalidade de aplicação em ativos operacionais ou dispêndios de capital, não podendo esta reserva ultrapassar o valor do capital social. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou o aumento de seu capital social no montante de R\$ 500.000 mediante transferência da conta de reserva de expansão.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia constituiu reserva expansão de R\$ 507.293.

f) Reserva de retenção de lucros

O saldo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 refere-se ao saldo remanescente de resultados acumulados do período de 2007, que foi retido como reserva de retenção de lucros para a realização de novos investimentos, previstos em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 196 de Lei 6.404/76.

g) Reserva de incentivos fiscais

Corresponde a benefícios fiscais concedidos pelos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e de Goiás, pela redução no valor do ICMS a recolher de 70% a 75%, na forma de crédito presumido, para as operações de algodão, caroço de algodão e milho, classificados como subvenção para investimento. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia constituiu reserva de incentivos fiscais de R\$ 149.

h) Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

A composição dos cálculos dos dividendos propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos em 31 de dezembro de 2020, ficou como segue:

Lucro líquido do exercício	1.062.116	488.674
Apropriação da reserva de incentivos fiscais	(149)	(171)
Apropriação da reserva legal	(53.099)	(24.425)
Base de cálculo dos dividendos propostos	1.008.868	464.078
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	252.218	116.020
Dividendo adicional proposto - 25% (a)	252.217	116.019
Dividendos propostos	504.435	232.039
Dividendo por ação (excluindo ações em tesouraria)	2,427538	1,236982
% sobre o lucro líquido	50%	50%

(a) Proposta da administração a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária, prevista para ocorrer em abril de 2022.

i) Resultado por ação

De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se referem aos planos de opções de ações. Para estes planos de opções de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações.

A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o período dos planos de opções de ações.

	31/12/2021	31/12/2020
Numerador		
Lucro líquido do exercício (a)	1.062.116	488.674
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias (b)	208.096.820	206.514.345
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos (c)	209.236.229	207.305.588
Lucro básico por ação ordinária (a/b)	5,10395	2,36630
Lucro diluído por ação ordinária (a/c)	5,07616	2,35726

j) Outros resultados abrangentes

Os outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, são compostos como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
<i>Hedge accounting</i>	(345.794)	(207.640)
Custo atribuído de ativo imobilizado e ajuste a valor de propriedades para investimentos	1.109.191	1.151.931
Ganho e diluição de capital de controladas	25.909	25.909
Total de outros resultados abrangentes	789.306	970.200

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(165.893)	(71.962)	(162.096)	(84.696)
Variação cambial	(202.464)	(263.779)	(297.696)	(328.196)
Variação monetária	-	-	(126)	-
AVP - Passivo arrendamento	(315.157)	(154.759)	(175.149)	(61.106)
Perdas com operações de derivativos	(75.533)	(31.571)	(174.905)	(40.435)
Outras	(10.310)	(5.521)	(37.294)	(6.996)
	(769.357)	(527.592)	(847.266)	(521.429)
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	27.048	18.077	43.103	29.909
Variação cambial	164.080	194.147	198.323	223.539
Variação monetária	5	-	5	-
Ganhos com operações de derivativos	123.394	131.504	236.594	175.017
Outras	5.372	1.004	16.684	1.213
	319.899	344.732	494.709	429.678
Resultado financeiro	(449.458)	(182.860)	(352.557)	(91.751)

24. Compromissos

24.1. Contratos de venda para entrega futura

A Companhia e suas controladas têm contratos de venda para entrega futura com alguns clientes, conforme demonstrado a seguir:

Controladora					
Produto	Data de entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Preço
Safra 2020/21					
Algodão em Pluma	Dez/21-Jul/22	86.012	40	ton	US\$ 2.215,72
Soja	Dez/21-Jan/22	280.818	10	sc	R\$ 161,25
Milho	Dez/21-Jul/22	293.665	7	sc	R\$ 67,21
Safra 2021/22					
Algodão em Pluma	Ago/22-Jul/23	153.850	40	ton	US\$ 1.787,15
Soja	Jan/22-Mai/22	7.015.947	68	sc	US\$ 24,70
Soja	Jan/22-Mai/22	1.393.787	57	sc	R\$ 147,07
Milho	Jun/22-Ago/22	4.385.000	33	sc	US\$ 10,17
Milho	Jun/22-Dez/22	3.355.000	26	sc	R\$ 58,20
Safra 2022/23					
Algodão em Pluma	Ago/23-Dez/23	22.100	5	ton	US\$ 1.782,42
Soja	Jan/23-Mar/23	2.850.000	20	sc	US\$ 24,89
Soja	Abr/23	18.569	1	sc	R\$ 156,00
Milho	Jul/23-Ago/23	4.930.000	33	sc	R\$ 9,51

Consolidado					
Produto	Data de entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Preço
Safra 2020/21					
Algodão em Pluma	Dez/21-Jul/22	112.794	76	ton	US\$ 2.204,38
Algodão em Pluma	Dez/21	2.846	5	ton	R\$ 337,60
Soja	Dez/21-Jan/22	280.818	10	sc	R\$ 161,25
Milho	Dez/21-Jan/22	332.315	9	sc	R\$ 67,91
Safra 2021/22					
Algodão em Pluma	Ago/22-Jul/23	210.150	62	ton	US\$ 1.769,24
Algodão em Pluma	Set/22 - Dez/22	1.000	1	ton	R\$ 398,17
Soja	Jan/22-Mai/22	10.097.800	104	sc	US\$ 24,40
Soja	Jan/22-Mai/22	2.816.533	87	sc	R\$ 147,07
Milho	Jul/22-Set/22	1.380.000	15	sc	US\$ 9,57
Milho	Mai/22-Dez/22	5.543.333	48	sc	R\$ 30,13
Safra 2022/23					
Algodão em Pluma	Ago/23-Dez/23	24.900	6	ton	US\$ 1.779,30
Soja	Jan/23-Abr/23	4.460.000	39	sc	US\$ 24,80
Soja	Abr/23	18.569	1	sc	US\$ 156,00
Milho	Jul/23	1.050.000	13	sc	US\$ 9,04
Milho	Jun/23-Ago/23	5.795.000	40	sc	R\$ 9,43

24.2. Contratos de arrendamentos de terceiros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de terras, locação de veículos e maquinários, e aluguéis de prédios, assim distribuídos:

Unidade	Localização	Moeda	Passivo de arrendamento (escopo CPC 06(R2) (IFRS 16))		Arrendamento a Pagar	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Palmares	Barreiras - BA	R\$	103.602	99.477	-	-
Panorama	Correntina - BA	R\$	96.599	93.219	-	-
Paladino	São Desidério - BA	R\$	38.008	40.005	15.048	5.283
Parceiro	Formosa do Rio Preto - BA	R\$	53.194	19.031	-	-
Paysandu	São Desidério - BA	R\$	653.690	-	-	-
Piratini	Jaborandi - BA	R\$	108	155	-	-
Pantanal	Chapadão do Céu - GO e Chapadão do Sul - MS	R\$	605.065	329.762	-	-
Pamplona	Cristalina - GO	R\$	75.379	15.636	-	-
Planeste	Balsas - MA	R\$	165.067	101.527	-	-
Parnaíba	Tasso Fragoso - MA	R\$	72.884	51.748	-	-
Palmeira	Alto Parnaíba - MA	R\$	36.755	30.991	-	-
Paiguás	Diamantino - MT	R\$	213.073	141.115	-	-
Planorte	Sapezal - MT	R\$	6.141	3.326	-	-
Perdizes	Porto dos Gaúchos - MT	R\$	3.704	567	-	-
Pioneira	Querência - MT	R\$	352	499	-	-
Planalto	Costa Rica - MS	R\$	5.291	6.240	-	-
Pejuçara	São José do Rio Claro e Diamantino - MT	R\$	36.798	-	-	-
Pampeira	Novo Parecis - MT	R\$	437.851	-	-	-
Piracema	Diamantino - MT	R\$	229.177	-	-	-
Pirapora	Santa Rita do Trivelato - MT	R\$	150.875	-	-	-

Unidade	Localização	Moeda	Passivo de arrendamento (escopo CPC 06(R2) (IFRS 16))		Arrendamento a Pagar	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Próspera	Tabaporã, Nova Canaã do Norte e Itaúba - MT	R\$	334.348	-	-	-
Escritório	Cuiabá - MT	R\$	1.154	-	-	-
Parnaguá	Santa Filomena - PI	R\$	2.410	213	-	-
Escritório	São Paulo - SP	R\$	1.595	-	-	-
Matriz	Porto Alegre - RS	R\$	13.268	773	-	-
			3.336.388	934.284	15.048	5.283
	Parcela classificada no passivo circulante		511.932	162.258	15.048	86.332
	Parcela classificada no passivo não circulante		2.824.456	772.026	-	-

Os passivos de arrendamento de terras e algodozeiras apresentam uma taxa de desconto com intervalo de 5,44% a 11,93%. Para os demais passivos de arrendamentos (maquinários, prédios e veículos), temos uma taxa de desconto com intervalo de 3,11% a 13,70%.

Em relação aos contratos de arrendamento de terceiros informamos também que: (i) não temos cláusulas de pagamento contingente; (ii) não há termos de renovação ou de opções de compra, exceto para o contrato da Fazenda Planalto, relativo a 1.603 ha, o qual tem renovação anual; (iii) os contratos de arrendamento de terras são indexados, em sua maioria, à variação do preço da saca de soja, não existindo outras cláusulas de reajustamento; (iv) não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

Além do arrendamento de terras de culturas, a Companhia possui contratos de alugueis de unidade de beneficiamento de algodão na Fazenda Palmares (em Barreiras-BA, por R\$1.850 por ano, até 31 de agosto de 2023), na

Fazenda Paladino (em São Desidério-BA, por R\$ 1.000 por ano, até 31 de agosto de 2026) e na Fazenda Pantanal (Chapadão do Céu - GO, por R\$ 400 por ano até 31 de agosto 2030), aluguéis de equipamentos na Fazenda Planorte (em Sapezal-MT) e Fazenda Paiaguás (em Diamantino-MT), com valores decrescentes a cada ano até 30/04/2026, alugueis de sua sede administrativa em Porto Alegre-RS e aluguéis de frota de veículos.

A demonstração dos fluxos de vencimento dos passivos de arrendamento e arrendamentos a pagar está apresentada na nota explicativa 25.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As receitas de vendas da Companhia e de suas controladas são geradas principalmente pela comercialização de commodities agrícolas como algodão, soja e milho; produtos que são cotados em dólares nas bolsas internacionais Chicago Board of Trade - CBOT e Intercontinental Exchange Futures US - ICE. Desta forma, a volatilidade do preço internacional da commodity e da taxa de câmbio são riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2021, era, respectivamente, R\$1.874.109, e R\$1.916.665, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R\$1.866.270 e R\$1.918.024.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente, foi realizada utilizando o seguinte critério:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020	Nível 2 31/12/2021	Nível 2 31/12/2020
Ativos				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	46.046	1.319.290	46.046	1.319.290
Aplicações financeiras	684	663	684	663
Subtotal	46.730	1.319.953	46.730	1.319.953
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	117.841	178.085	117.841	178.085
Créditos com partes relacionadas	59.000	27.721	59.000	27.721
Subtotal	176.841	205.806	176.841	205.806
Valor justo de instrumentos hedge				
Operações com derivativos	232.551	207.847	232.551	207.847
Subtotal	232.551	207.847	232.551	207.847
Total Ativos	456.122	1.733.606	456.122	1.733.606
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	2.369.522	2.050.748	2.404.424	2.061.685
Fornecedores	671.234	732.358	671.234	732.358
Cessão de crédito	31.004	200.788	31.004	200.788
Débitos com partes relacionadas	117.621	1.310	117.621	1.310
Passivo arrendamento com partes relacionadas	2.597.803	1.722.168	2.597.803	1.722.168
Passivo arrendamento com terceiros	2.108.508	893.214	2.108.508	893.214
Outras contas a pagar	673.071	153.139	673.071	153.139
Subtotal	8.568.763	5.753.725	8.603.665	5.764.662
Valor justo de instrumentos hedge				
Operações com derivativos	468.034	375.207	468.034	375.207
Subtotal	468.034	375.207	468.034	375.207
Total Passivos	9.036.797	6.128.932	9.071.699	6.139.869

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020	Nível 2 31/12/2021	Nível 2 31/12/2020
Ativos				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	139.780	1.604.053	139.780	1.604.053
Aplicações financeiras	684	663	684	663
Subtotal	140.464	1.604.716	140.464	1.604.716
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	147.414	207.283	147.414	207.283
Créditos com partes relacionadas	20	8	20	8
Títulos a receber	48.881	33.907	48.881	33.907
Subtotal	196.315	241.198	196.315	241.198
Valor justo de instrumentos hedge				
Operações com derivativos	291.283	245.372	291.283	245.372
Subtotal	291.283	245.372	291.283	245.372
Total Ativos	628.062	2.091.286	628.062	2.091.286
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	2.587.759	2.417.283	2.619.959	2.422.429
Fornecedores	1.009.194	870.902	1.009.194	870.902
Cessão de crédito	39.004	230.867	39.004	230.867
Débitos com partes relacionadas	79	118	79	118
Outras contas a pagar	860.257	176.390	860.257	176.390
Passivo arrendamento com terceiros	3.336.388	934.284	3.336.388	934.284
Arrendamento a pagar	269.803	5.283	269.803	5.283
Títulos a pagar	108.637	12.979	108.637	12.979
Subtotal	8.172.117	4.648.106	8.204.317	4.653.252
Valor justo de instrumentos hedge				
Operações com derivativos	534.548	417.121	534.548	417.121
Subtotal	534.548	417.121	534.548	417.121
Total Passivos	8.706.665	5.065.227	8.738.865	5.070.373

a) Política de utilização, objetivos e estratégias

O objetivo da utilização de instrumentos de derivativos financeiros pela Companhia e suas controladas é a proteção das margens operacionais. A Companhia criou um Comitê Executivo de Gestão de Riscos em julho de 2008 e aprovou a Política de Gestão de Riscos na reunião do Conselho de Administração de 29 de outubro de 2008. O Comitê Executivo de Gestão de Riscos é o órgão de ligação entre o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia. Sua missão envolve o apoio cotidiano às decisões da Diretoria, o monitoramento da obediência aos limites de risco estabelecidos e, quando o caso, a análise e avaliação preliminares de propostas de ajustes ou reformulação de políticas ou limites de risco para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração.

As operações de derivativos financeiros são realizadas com instituições financeiras de primeira linha (instituições do país com "Rating" de no mínimo "A" em pelo menos uma das três principais agências internacionais classificadoras de risco a saber: Moody's, S&P e/ou Fitch), observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, de commodities e juros de suas contrapartes, regularmente.

b) Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros no patrimônio líquido da controladora e consolidado

As operações de contratos a termo (NDF) e swaps de commodities (vide nota 25.h), são fixadas visando proteger a exposição das vendas futuras em dólar. Além disso, as operações de swap de dívidas visam proteger a variação cambial futura dos empréstimos em dólar. Essas operações são documentadas para registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"), em conformidade com o CPC 48 e IFRS 9. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados destes instrumentos contratados para operações próprias ou contratadas no âmbito consolidado para cobertura de vendas futuras.

c) Risco de câmbio

Com o objetivo de proteção das receitas de vendas, da Companhia e suas controladas, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, são utilizados instrumentos de derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de termo de moeda - NDF (Non Deliverable Forward).

Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação destas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto, compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de derivativos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Para análise da exposição ao risco da taxa de câmbio é atualizado constantemente o Business Plan, considerando as seguintes premissas: (I) projeção de área plantada; (II) produtividade esperada; (III) preços das commodities, que

são cotados na moeda dólar, considerando a média ponderada por volume dos preços das vendas realizadas e os preços de mercado do volume a vender; e, (IV) a distribuição das vendas nos períodos analisados. Após a definição do Business Plan e a mensuração dos itens anteriormente expostos, chega-se na exposição cambial total.

Com base no custo já formado com a compra dos principais insumos (fertilizantes, defensivos e sementes) e estimativa de custos fixos, é determinada a margem operacional esperada. Desta forma, o comitê de gestão de riscos executa os parâmetros descritos na política de gestão de riscos, com o objetivo de reduzir o desvio padrão da margem operacional definida como meta.

No quadro abaixo demonstramos as posições, da Companhia e suas controladas, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado, a saber:

Descrição	Valor de referência (notional)			Valor justo (MTM)		
	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	Moeda	31/12/2021	31/12/2020
Contratos a termo (NDF):						
Moeda estrangeira - Posição vendida						
Vencimento em 2021	USD	-	384.710	-	-	(80.586)
Vencimento em 2022	USD	721.266	47.100	R\$	(73.420)	3.496
Vencimento em 2023	USD	220.720	-	R\$	(39.237)	-
TOTAL	USD	941.986	431.810	R\$	(112.657)	(77.090)

A seguir segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de "hedge accounting":

Vencimento	Moeda	Contratos a termo (NDF)
Até 31/03/2022	R\$	(22.318)
Até 30/06/2022	R\$	(17.551)
Até 30/09/2022	R\$	(8.218)
Até 31/12/2022	R\$	(25.333)
Até 31/03/2023	R\$	(12.124)
Até 30/06/2023	R\$	(1.593)
Até 30/09/2023	R\$	(10.610)
Até 31/12/2023	R\$	(14.910)
	R\$	(112.657)

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte (da Companhia e suas controladas):

Descrição	Valor de referência (notional)			Valor justo		
	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	Moeda	31/12/2021	31/12/2020
Banco Itaú BBA S/A	USD	218.810	63.350	R\$	(42.102)	(18.953)
Banco BTG Pactual S.A.	USD	29.800	53.000	R\$	(455)	17.675
Banco Bradesco S/A	USD	54.240	23.050	R\$	(8.309)	2.140
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	USD	100.150	79.910	R\$	(7.515)	3.475
Morgan Stanley S/A	USD	-	24.570	R\$	-	(14.188)
XP Investimentos S.A.	USD	153.491	15.470	R\$	(25.724)	3.356
Banco J.P. Morgan S/A	USD	37.650	58.260	R\$	(3.328)	(26.378)
Banco Votorantim S/A	USD	52.165	20.490	R\$	(4.053)	(7.781)
Banco Safra S.A.	USD	96.160	26.450	R\$	(18.605)	(1.212)
Banco Santander Brasil S/A	USD	75.240	38.530	R\$	(5.697)	(16.864)
Banco ABC Brasil S.A.	USD	11.260	17.730	R\$	(2.622)	(13.169)
Rabobank International Brasil S.A.	USD	15.600	11.000	R\$	(2.846)	(5.191)
Banco do Brasil S.A.	USD	97.420	-	R\$	8.599	-
Total	USD	941.986	431.810	R\$	(112.657)	(77.090)

Para determinação do valor justo das operações de contrato a termo (NDF) foram utilizados os seguintes critérios: curva futura do dólar publicada pela B3 (www.b3.com.br) no fechamento de cada exercício. Com base nesta informação, o ajuste projetado no vencimento de cada operação é descontado pela curva de juros DI x Pré B3 (www.b3.com.br) de fechamento de cada exercício.

Riscos da variação da taxa de câmbio

A Companhia projetou o impacto potencial das operações destinadas à proteção cambial e do endividamento em dólares em 5 cenários para os exercícios de 2022 e 2023, conforme segue:

- Cenário Provável: Com base no relatório FOCUS (BACEN) de 31 de dezembro de 2021, definimos o cenário provável com a cotação do dólar R\$5,6000 variando para a taxa Ptax do dia 31 de dezembro de 2021 de R\$5,5805.

- Queda de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 4,2000, equivalente a 25% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Queda de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 2,8000, equivalente a 50% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Aumento de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 7,0000, equivalente a 25% superior à cotação do Cenário Provável.
- Aumento de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 8,4000, equivalente a 50% superior à cotação do Cenário Provável.

A seguir demonstramos o resumo dos impactos consolidados em cada cenário projetado:

Controladora					
Descrição	Cenário remoto Cotação R\$	Cenário possível Cotação R\$	Cenário pela cotação do exercício cotação R\$	Cenário possível Cotação R\$	Cenário remoto Cotação R\$
	2,8000	4,2000	5,5805	7,0000	8,4000
Exercício 2022					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(1.978.995)	(989.498)	(13.782)	989.498	1.978.995
Estimativa de compromissos em USD (2)	605.220	302.610	4.215	(302.610)	(605.220)
Contratos a Termo (NDF) (3)	870.940	435.470	6.065	(435.470)	(870.940)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)	(502.835)	(251.418)	(3.502)	251.418	502.835
Exercício 2023					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(2.297.187)	(1.148.594)	(15.998)	1.148.594	2.297.187
Estimativa de compromissos em USD (2)	40.600	20.300	283	(20.300)	(40.600)
Contratos a Termo (NDF) (3)	384.160	192.080	2.675	(192.080)	(384.160)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)	(1.872.427)	(936.214)	(13.040)	936.214	1.872.427
Total	(2.375.262)	(1.187.632)	(16.542)	1.187.632	2.375.262

Consolidado					
Descrição	Cenário remoto Cotação R\$	Cenário possível Cotação R\$	Cenário pela cotação do período cotação R\$	Cenário possível Cotação R\$	Cenário remoto Cotação R\$
	2,8000	4,2000	5,5805	7,0000	8,4000
Exercício 2022					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(2.963.181)	(1.481.591)	(20.636)	1.481.591	2.963.181
Estimativa de compromissos em USD (2)	811.902	405.951	5.654	(405.951)	(811.902)
Contratos a termo (NDF) (3)	1.194.956	597.478	8.322	(597.478)	(1.194.956)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)	(956.323)	(478.162)	(6.660)	478.162	956.323
Exercício 2023					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(3.395.868)	(1.697.934)	(23.650)	1.697.934	3.395.868
Estimativa de compromissos em USD (2)	50.176	25.088	349	(25.088)	(50.176)
Contratos a termo (NDF) (3)	567.840	283.920	3.955	(283.920)	(567.840)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)	(2.777.852)	(1.388.926)	(19.346)	1.388.926	2.777.852
Total	(3.734.175)	(1.867.088)	(26.006)	1.867.088	3.734.175

A seguir demonstramos a exposição líquida de câmbio:

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo em (R\$ mil)	Saldo em (USD mil)	Saldo em (R\$ mil)	Saldo em (USD mil)
Contas a receber de clientes (nota explicativa 6)	85.632	15.345	166.575	32.054
Fornecedores	(76.386)	(13.688)	(145.921)	(28.080)
Exposição líquida do balanço patrimonial	9.246	1.657	20.654	3.974

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo em (R\$ mil)	Saldo em (USD mil)	Saldo em (R\$ mil)	Saldo em (USD mil)
Contas a receber de clientes (nota explicativa 6)	106.195	19.030	193.413	37.218
Fornecedores	(303.618)	(54.407)	(176.010)	(33.869)
Exposição líquida do balanço patrimonial	(197.423)	(35.377)	17.403	3.349

d) Risco de preço

A maior parte da proteção contra a variação dos preços das commodities é realizada através de vendas diretamente com nossos clientes com entrega física futura (forward contracts). Além disso, também são utilizados contratos de futuros, negociados em ambiente de bolsa, e operações financeiras de contratos de swaps, com instituições financeiras no mercado de balcão. Estas operações são negociadas com referência em preços das commodities cotados no mercado futuro. Todas as operações estão relacionadas à exposição líquida da produção da Companhia e de suas controladas, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Já as operações realizadas com instituições financeiras não necessitam de margens iniciais, pois estas operações são amparadas por limite de crédito pré-aprovado pelas instituições financeiras.

Na tabela abaixo, demonstramos os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra variação do preço das commodities, cujos efeitos estão registrados no patrimônio líquido por estarem registradas na forma de *hedge accounting*.

Descrição	Valor de referência (notional)			Valor justo		
	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	Moeda	31/12/2021	31/12/2020
Com vencimentos em 2021						
Operações financeiras						
Commodities - Algodão	USD	-	180.673	R\$	-	(209.486)
Commodities - Boi gordo	USD	-	799	R\$	-	25
Subtotal	USD	-	181.472	R\$	-	(209.461)
Com vencimentos em 2022						
Operações financeiras						
Commodities - Algodão	USD	178.271	9.644	R\$	(189.801)	(6.992)
Commodities - Boi gordo	USD	870	-	R\$	(666)	-
		179.141	9.644	R\$	(190.467)	(6.992)
Com vencimentos em 2023						
Operações financeiras						
Commodities - Algodão	USD	6.713	-	R\$	(5.818)	-
	USD	6.713	-	R\$	(5.818)	-
Total geral	USD	185.854	191.116	R\$	(196.285)	(216.453)

Riscos da variação dos preços das commodities

A Companhia projetou o impacto potencial da variação dos preços da soja e do algodão em 5 cenários para os exercícios de 2022 e 2023, conforme segue:

- Cenário Provável: Com base no preço de fechamento de 31/12/2021 do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Queda de 25% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Queda de 50% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Aumento de 25% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Aumento de 50% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.

A avaliação de sensibilidade de preços considera como exposição a totalidade da receita estimada (receita de venda altamente provável) e a totalidade de instrumentos de proteção contratados, geralmente representados por vendas futuras de produtos agrícolas, em relação à exposição desses mesmos itens vendidos (receita altamente provável protegida).

A seguir demonstramos o resumo dos impactos em cada cenário projetado convertido em R\$ 5,5805 pelo PTAX venda de fechamento de 31/12/2021:

Variação da Receita altamente provável com cenários de preços					
Descrição	Cenário Remoto 50%	Cenário Possível 25%	Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto +50%
Algodão - 2021					
Receita altamente provável	2.186.617	2.186.617	2.186.617	2.186.617	2.186.617
Receita altamente provável protegida	2.186.617	2.186.617	2.186.617	2.186.617	2.186.617
Exposição líquida	-	-	-	-	-
Variação da Exposição líquida	-	-	-	-	-
Soja - 2021					
Receita altamente provável	1.916.276	1.916.774	1.917.271	1.917.768	1.918.266
Receita altamente provável protegida	1.915.281	1.915.281	1.915.281	1.915.281	1.915.281
Exposição líquida	995	1.493	1.990	2.487	2.985
Variação da Exposição líquida	(995)	(497)	-	497	995
Algodão - 2022					
Receita altamente provável	3.023.336	3.013.793	3.004.250	2.994.707	2.985.164
Receita altamente provável protegida	3.042.422	3.042.422	3.042.422	3.042.422	3.042.422
Exposição líquida	(19.086)	(28.629)	(38.172)	(47.715)	(57.258)
Variação da Exposição líquida	19.086	9.543	-	(9.543)	(19.086)
Soja - 2022					
Receita altamente provável	2.221.006	2.458.361	2.695.716	2.933.071	3.170.426
Receita altamente provável protegida	1.746.295	1.746.295	1.746.295	1.746.295	1.746.295
Exposição líquida	474.711	712.066	949.421	1.186.776	1.424.131
Variação da Exposição líquida	(474.710)	(237.355)	-	237.355	474.710

e) Risco de juros

Uma parcela do endividamento referente a operações de financiamento à exportação da Companhia, está vinculada a taxas de juros pré-fixadas, que é a taxa de juros utilizada em empréstimos indexados ao dólar americano ou euro.

Para proteção contra a variação cambial de operações de empréstimos, financiamentos e fornecedores, a Companhia realiza operações de *hedge* através de instrumentos de swap com instituições financeiras de primeira linha. Estas operações consistem em uma troca de variação cambial e taxas de juros pré-fixada ou IPCA e taxas de juros pré-fixada (posição ativa) por taxa de juros em CDI mais Taxa Pré-fixada (posição passiva). O valor do principal (nominal) e vencimentos da operação de swap é idêntico ao fluxo da dívida, objeto do *hedge*. Desta forma, elimina-se o risco de flutuação do câmbio.

A seguir segue detalhamento da operação de swap de moeda e taxas de juros:

Contraparte	Instrumento de <i>hedge</i>	Objeto hedgeado	MTM	Resultado financeiro	Patrimônio líquido
Itaú	Swap de R\$ 150MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 150MM a juros de 12,85% a.a.	3.726	855	2.871
Itaú	Swap de R\$ 112,5MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 23,8MM a juros de 0,95% a.a.	35.662	35.451	211
Rabobank	Swap de R\$ 200MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 37,8MM a juros de 1,87% a.a.	(541)	2.760	(3.301)
Bradesco	Swap de R\$ 200MM (Ativo Pré / Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 200MM a juros de 6,28% a.a.	758	9.963	(9.205)
Bradesco	Swap de R\$ 240MM (Ativo Pré / Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 240MM a juros de IPCA+3,6726% a.a.	1.245	25.793	(24.548)
Santander	Swap de R\$ 240MM (Ativo Pré / Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 240MM a juros de IPCA+3,6726% a.a.	1.246	25.794	(24.548)
Rabobank	Swap de R\$ 107,3MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 20MM a juros de 1,95% a.a.	(784)	4.786	(5.570)
Itaú	Swap de R\$ 150MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 28,6MM a juros de 2,153% a.a.	2.932	6.557	(3.625)
Votorantim	Swap de R\$ 165MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 30MM a juros de 2,3% a.a.	(1.894)	1.094	(2.988)

Contraparte	Instrumento de hedge	Objeto hedgeado	MTM	Resultado financeiro	Patrimônio líquido
Rabobank	Swap de R\$ 30MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de EUR 6,9MM a juros de 1,11% a.a.	10.741	10.681	60
Rabobank	Swap de R\$ 5MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de EUR 1,15MM a juros de 1,11% a.a.	1.790	1.780	10
Rabobank	Swap de R\$ 17,5MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de EUR 3,8MM a juros de 0,81% a.a.	5.398	5.358	40
Rabobank	Swap de R\$ 17,5MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de EUR 3,8MM a juros de 0,81% a.a.	5.398	5.358	40
			65.677	136.230	(70.553)

Riscos da variação das taxas de juros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas da Companhia, com base na posição de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS (Bacen) de 31 de dezembro de 2021 definimos os índices para o CDI, Câmbio e IPCA. Com base nestas informações definimos o Cenário Provável para a análise e, a partir deste, foram calculadas as variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi considerada a despesa financeira ou receita financeira bruta, não considerando incidência de tributos e o fluxo de vencimentos das dívidas e resgates das aplicações financeiras programadas para 2021. A data base da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

A seguir demonstramos o resumo dos impactos nos próximos 12 meses em cada cenário:

	Taxa de juros*	Saldo Contábil em 31/12/2021	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Dívidas em reais taxa pré-fixada							
Crédito Rural	5,50%	18.299	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
BNDES	5,55%	42.529	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Dívidas em reais taxa pós-fixada							
Capital de Giro	118,12%	308.784	(18.816)	(25.880)	(32.943)	(40.007)	(47.070)
Financiamento à Exportação	117,22%	406.359	(24.457)	(33.753)	(43.048)	(52.344)	(61.639)
Dívidas em IPCA swapadas							
CRA	IPCA + 3,67% a.a.	534.015	(46.387)	(60.725)	(75.063)	(89.402)	(103.740)
Dívidas em dólares							
PPE	2,30%	167.875	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NCE	1,87%	212.955	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
4131	2,15%	160.826	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NCE	1,95%	112.076	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Dívidas em euro							
CCE	0,95%	151.000	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NCE	0,81%	24.507	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NCE	0,81%	24.507	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NCE	1,11%	7.490	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NCE	1,11%	44.940	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Dívidas em pré swapada							
CPR-F	6,28%	229.745	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
CRÉDITO RURAL	12,85%	153.315	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

	Taxa de juros (*)	Saldo Contábil em 31/12/2021	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Swap							
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 0,81% a.a.Passivo: CDI + 0,85% a.a.	5.398	(293)	(416)	(540)	(663)	(787)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 0,81% a.a.Passivo: CDI + 0,85% a.a.	5.398	(293)	(416)	(540)	(663)	(787)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 1,11% a.a.Passivo: CDI + 0,75% a.a.	1.790	(95)	(136)	(177)	(218)	(259)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 1,11% a.a.Passivo: CDI + 0,75% a.a.	10.741	(572)	(818)	(1.063)	(1.309)	(1.555)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 1,95 % a.a.Passivo: CDI + 1,20%	(541)	31	44	56	68	81
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 12,85 % a.a.Passivo: CDI + 1,12%	3.726	(212)	(297)	(383)	(468)	(553)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 2,153 % a.a.Passivo: CDI + 1,25%	2.931	(171)	(238)	(305)	(372)	(439)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 0,95 % a.a.Passivo: CDI + 1,07%	35.663	(2.013)	(2.829)	(3.645)	(4.459)	(5.275)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 6,28 % a.a.Passivo: CDI + 0,55%	758	(39)	(56)	(74)	(91)	(108)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 2,30% a.a.Passivo: CDI + 1,02% a.a.	(1.895)	106	149	193	236	279
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 1,87% a.a.Passivo: CDI + 1,15% a.a.	(784)	51	68	86	104	122
Swap VC x IPCA + PRÉ**	Ativo: 3,6726% a.a.Passivo: CDI + 1,85% a.a.	1.246	(80)	(109)	(137)	(166)	(194)
Swap VC x IPCA + PRÉ**	Ativo: 3,6726% a.a.Passivo: CDI + 1,85% a.a.	1.245	(80)	(109)	(137)	(166)	(194)
Aplicações Financeiras							
CDB e Debêntures	99,38%	120.871	5.496	8.244	10.991	13.739	16.487

(*) Taxas médias anuais

(**) Valores referente apuração do ajuste da operação em 31 de dezembro de 2021.

(†) MTM classificado em conta redutora de empréstimos (nota 18)

f) Risco de crédito

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados: trading companies e companhias de tecelagem entre outros que usualmente adquirem grandes volumes para garantia de negociação local e internacional. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

Em função do mencionado acima, o risco de crédito assumido não é relevante. A Companhia considera o saldo de contas a receber de clientes, como exposto a este risco. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R\$ 117.841 na controladora e R\$ 147.414 no consolidado (R\$ 178.085 na controladora e de R\$ 207.283 no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

g) Risco de liquidez

Os fluxos brutos de saídas, divulgados abaixo representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionadas com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que

normalmente não são encerradas antes do vencimento contratual. A tabela apresenta fluxos de caixa líquidos para derivados de caixa liquidados pela exposição líquida e fluxos de caixa bruto de saída para os derivados que têm liquidação simultânea bruta.

		Controladora						
31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
Passivos financeiros								
Não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	2.369.522	2.914.324	559.225	1.169.518	901.833	273.331	2.145	8.272
Fornecedores	671.234	671.234	671.234	-	-	-	-	-
Cessão de crédito	31.004	31.004	31.004	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	4.706.311	8.278.772	646.806	632.503	589.915	575.545	570.151	5.263.852
	7.778.071	11.895.334	1.908.269	1.802.021	1.491.748	848.876	572.296	5.272.124
Derivativos								
Operações com derivativos	235.483	235.483	292.655	67.961	(78.372)	(46.761)	-	-
	235.483	235.483	292.655	67.961	(78.372)	(46.761)	-	-
	8.013.554	12.130.817	2.200.924	1.869.982	1.413.376	802.115	572.296	5.272.124

		Consolidado						
31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
Passivos financeiros								
Não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	2.587.759	3.147.939	741.633	1.217.853	899.917	274.609	3.000	10.927
Fornecedores	1.009.194	1.009.194	1.009.194	-	-	-	-	-
Cessão de crédito	39.004	39.004	39.004	-	-	-	-	-
Títulos a pagar	108.637	108.637	93.774	14.863	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	3.336.388	5.865.826	548.889	506.569	448.504	413.274	403.274	3.545.316
	7.080.982	10.170.600	2.432.494	1.739.285	1.348.421	687.883	406.274	3.556.243
Derivativos								
Operações com derivativos	243.265	243.265	286.907	81.491	(78.372)	(46.761)	-	-
	243.265	243.265	286.907	81.491	(78.372)	(46.761)	-	-
	7.324.247	10.413.865	2.719.401	1.820.776	1.270.049	641.122	406.274	3.556.243

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes.

Em 23 de fevereiro de 2021 a empresa S&P Global Ratings publicou novo rating corporativo da Companhia, classificando como “[br AA]” na categoria escala nacional (Brasil).

h) Resumo das operações de derivativos em aberto

A seguir estão apresentados os instrumentos financeiros derivativos da Companhia consolidados e que estão refletidos nas contas patrimoniais:

Descrição	Valor de referência (notional)			Valor justo registrado no ativo			Valor justo registrado no passivo	
	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Operações de proteção cambial								
Contratos NDF - 25.c	USD	941.986	431.810	R\$	28.862	62.292	141.519	139.382
Subtotal	USD	941.986	431.810	R\$	28.862	62.292	141.519	139.382
Operações de proteção dos produtos- operações financeiras								
Algodão - 25.d	USD	184.984	190.317	R\$	37.051	6.977	232.670	223.455
Rebanho - 25.d	USD	870	799	R\$	-	25	666	-
Subtotal	USD	185.854	191.116	R\$	37.051	7.002	233.336	223.455
Operações de proteção cambial								
Swap VC+Pré x CDI+Pré -25.e	USD	116.342	6.667	R\$	70.156	10.055	70.445	-
Subtotal	USD	116.342	6.667	R\$	70.156	10.055	70.445	-
Operações de proteção cambial								
Swap VC+Pré x CDI+Pré - 25.e	EUR	39.481	66.782	R\$	58.990	93.391	-	1.252
Subtotal	EUR	39.481	66.782	R\$	58.990	93.391	-	1.252
Operações de proteção de juros								
Swap Pré x CDI+Pré	BRL	350.000	200.000	R\$	4.484	13.610	-	-
Swap IPCA+Pré x CDI+Pré	BRL	480.000	480.000	R\$	91.740	59.022	89.248	53.032
Subtotal	BRL	830.000	680.000	R\$	96.224	72.632	89.248	53.032
Total				R\$	291.283	245.372	534.548	417.121
Parcela classificada no circulante				R\$	107.676	98.587	394.582	358.969
Parcela classificada no não circulante				R\$	183.607	146.785	139.966	58.152

i) Resultado com operações de derivativos

A seguir estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas consolidados no exercício, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Descrição	Moeda	Ganhos e perdas registradas no resultado				Ganhos e perdas registradas no patrimônio líquido		
		Alocado na receita bruta em		Alocado no resultado financeiro em		31/12/2021	Movimento	31/12/2020
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			
Operações de proteção cambial								
Contratos NDF	R\$	(178.987)	(530.881)	16.773	8.189	(140.584)	(77.553)	(63.030)
Subtotal	R\$	(178.987)	(530.881)	16.773	8.189	(140.584)	(77.553)	(63.030)
Operações de proteção de commodities								
Swap de Commodities Agrícolas								
Algodão	R\$	(406.964)	(726)	49	1	(341.261)	(120.185)	(221.076)
Subtotal	R\$	(406.964)	(726)	49	1	(341.261)	(120.185)	(221.076)
Operações de proteção de câmbio								
Swap VC+Pré x CDI+Pré	R\$	-	-	(462)	119.268	(15.122)	(15.759)	637
Subtotal	R\$	-	-	(462)	119.268	(15.122)	(15.759)	637
Operações de proteção de juros								
Swap Pré x CDI+Pré	R\$	-	-	4.201	6.204	(6.334)	(13.327)	6.993
Swap IPCA+Pré x CDI+Pré	R\$	-	-	41.128	920	(49.097)	(54.167)	5.070
Subtotal	R\$	-	-	45.329	7.124	(55.431)	(67.494)	12.063
TOTAL	R\$	(585.951)	(531.607)	61.689	134.582	(552.398)	(280.993)	(271.406)

j) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.

Não houve mudança na política de dividendos, nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	2.369.522	2.050.748	2.587.759	2.417.283
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazos	(46.730)	(1.319.953)	(140.464)	(1.604.716)
Custos da transação CRA	11.463	17.706	11.463	17.706
Ganhos e perdas c/derivativos vinculados a dívidas	(42.349)	(92.761)	(65.677)	(121.794)
Dívida líquida ajustada	2.291.906	655.740	2.393.081	708.479
Patrimônio líquido	3.524.748	2.940.379	3.776.076	3.151.058
Índice de alavancagem financeira	65,02%	22,30%	63,37%	22,48%

26. Subvenções governamentais

Os Governos dos Estados de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Decreto nº 9.716/99 e de Mato Grosso, por intermédio da Lei 6883/97, concederam incentivos de créditos presumidos de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 70% a 75% através da adesão da Fazenda Planalto ao programa PDAGRO (Mato Grosso do Sul), das Fazendas Paiaguás e Planorte ao PROALMAT (Mato Grosso). O Estado de Mato Grosso concedeu crédito presumido de 75% do ICMS nas vendas de algodão em pluma, caroço de algodão e fibrilha. Ao optar por estes programas, a empresa fica impedida de apropriar créditos pelas aquisições de matéria prima, insumos e ativo imobilizado. Os créditos presumidos são registrados no resultado na rubrica de impostos sobre vendas em contrapartida à rubrica de impostos a pagar.

Como exigências para participação nestes programas de incentivos a Companhia deve fazer a opção junto as Secretarias Estaduais, abdicar dos créditos de ICMS a que teria direito pelas aquisições de insumos, matéria prima e ativo imobilizado, prestar informações acessórias a respeito desta renúncia fiscal e recolher PDAGRO ao Estado do Mato Grosso do Sul.

Os créditos presumidos são registrados no resultado a crédito na rubrica de impostos sobre vendas, em contrapartida à rubrica de impostos a recolher. No exercício de 2021, foram reconhecidos R\$ 149 de crédito presumido de ICMS na controladora e no consolidado. Este valor foi reconhecido em reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

27. Programa de participação nos resultados

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia e suas controladas têm um programa de participação nos resultados, extensivo a todos os seus colaboradores.

O valor a ser distribuído a título de participação nos resultados é calculado com base no lucro líquido da controladora, sendo parte do valor distribuído livremente aos beneficiários e parte vinculados a metas estabelecidas para cada unidade de produção.

A participação é calculada aplicando-se 9% ao resultado líquido da controladora. Sobre este valor, 60% serão distribuídos aos beneficiários e 40% dependerão do atendimento das metas estabelecidas para cada unidade de produção. O valor das metas é limitado a 2 (dois) salários nominais para cada funcionário beneficiário do plano.

A seguir o valor provisionado no resultado do exercício, no grupo de despesas administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Participação nos resultados	72.681	41.354	94.682	46.701

28. Pagamento baseado em ações

a) Plano de opções de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, a vigorar a partir de 15 de junho de 2007, para diretores e gerentes da Companhia. O plano é administrado pelo Comitê Gestor, criado pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2007.

O plano de opção de ações está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 3,75% do capital social da Companhia na data de criação de cada Programa Anual. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Os beneficiários do Plano de Opções de Ações poderão exercer suas opções dentro de até 5 anos contados da respectiva outorga. O período de carência (vesting) é de até 3 anos, com liberações de 30% a partir do primeiro aniversário, 60% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do Termo de Exercício de Opção de Ações.

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes outorgas:

Data da outorga	Plano (*)	Quantidade ações outorgadas
08/11/2016	2016	363.500
08/11/2017	2017	373.000
13/11/2018	2018	195.893
13/11/2019	2019	613.750
06/11/2020	2020	637.450
10/11/2021	2021	773.100

(*) Os planos de 2016 a 2018 tem suas quantidades de ações apresentadas na tabela antes do desdobramento de capital.

As movimentações das ações outorgadas no Programa Anual de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 e os respectivos preços de exercício, em reais, estão apresentados como segue:

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$(*)	Quantidade de ações			
		Saldo em 31/12/2020	Outorgadas	Exercidas	Saldo em 31/12/2021
2016	R\$ 11,64	14.600	-	(14.600)	-
2017	R\$ 18,02	220.400	-	(208.000)	12.400
2018	R\$ 46,25	295.906	-	(107.280)	188.626
2019	R\$ 14,23	531.525	-	(76.838)	454.687
2020	R\$ 20,03	637.450	-	(6.970)	630.480
2021	R\$ 41,23	-	773.100	-	773.100
		1.699.881	773.100	(413.688)	2.059.293

(*) Os planos de 2016 a 2018 tem o valor de suas ações antes do desdobramento de capital.

O preço do exercício dos Programas anuais de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 foram fixados com base na média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na Bovespa, anteriores à aprovação do plano, com desconto de 20%.

Os prazos de carência a partir da data da outorga são como segue:

Prazos de carência a partir da outorga	% de opções liberadas para o exercício	Quantidade máxima de ações
A partir de - 13/11/2019	1%	25.766
A partir de - 08/11/2020	2%	38.166
A partir de - 12/11/2020	7%	146.236
A partir de - 06/11/2021	16%	330.501
A partir de - 12/11/2021	30%	618.358
A partir de - 06/11/2022	39%	809.593
A partir de - 10/11/2022	51%	1.041.523
A partir de - 12/11/2022	61%	1.263.143
A partir de - 06/11/2023	74%	1.518.123
A partir de - 10/11/2023	85%	1.750.053
A partir de - 10/11/2024	100%	2.059.293

A Companhia reconhece o custo com o plano de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o de Black-Scholes para os planos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. O plano de 2016 foi precificado pelo modelo Binomial.

Para a determinação do valor justo dos planos de opções a Companhia adota a técnica de avaliação de "Nível 3".

O valor justo médio ponderado, os prêmios considerados e as premissas econômicas utilizadas para o cálculo no modelo são apresentados a seguir:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Valor justo médio ponderado	R\$ 17,20	R\$ 18,02	R\$ 46,25	R\$ 14,23	R\$ 20,03	R\$ 41,23
Prêmios	R\$ 5,56	R\$ 6,93	R\$ 18,16	R\$ 6,05	R\$ 8,31	R\$ 14,44
Dividendo	1,00%	1,00%	1,00%	3,50%	5,80%	5,50%
Volatilidade do preço da ação	32,39%	32,39%	36,80%	41,45%	41,03%	41,20%
Taxa de retorno Livre de Risco						
1º Vencimento	12,27%	7,12%	6,95%	4,57%	3,11%	11,82%
2º Vencimento	11,49%	8,30%	8,01%	5,14%	4,72%	11,91%
3º Vencimento	11,27%	9,18%	8,86%	5,68%	5,81%	11,66%
Período esperado até o vencimento						
1º Vencimento	366	365	365	365	365	365
2º Vencimento	731	730	730	730	730	730
3º Vencimento	1.096	1.095	1.095	1.095	1.095	1.095

Reconciliação de opções de ações em circulação

O número e a média ponderada dos preços do exercício de opções de ações que estão no âmbito do programa de opção de ações são os seguintes:

	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Em circulação em 1º de janeiro	R\$30,91	1.699.881	R\$30,73	1.737.186
Outorgadas durante o exercício	R\$41,23	773.100	R\$20,03	613.750
Exercidas durante o exercício	R\$24,11	(413.688)	R\$20,11	(449.725)
Canceladas durante o exercício	-	-	R\$20,33	(225.030)
Em circulação	R\$36,15	2.059.293	R\$30,91	1.699.881
Exercíveis	R\$25,80	618.358	R\$25,11	535.962

As opções em aberto em 31 de dezembro de 2021 possuem um preço de exercício na faixa entre R\$ 25,80 a R\$ 41,23 (R\$ 20,11 a R\$ 30,91 em 31 de dezembro de 2020).

A média ponderada de preços de ações na data de exercício para opções de compra de ações exercidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 25,80 (R\$ 25,11 em 31 de dezembro de 2020).

b) Plano de ações restritas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2015, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de ações restritas, a vigorar a partir de 11 de novembro de 2015, para diretores e gerentes da Companhia. O plano é administrado pelo Comitê Gestor, criado pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2007.

O número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas anualmente no âmbito do Plano, no somatório de todos os Programas ativos, não excederá a 1% (um por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia.

Os beneficiários do Plano de Ações Restritas adquirirão os direitos às Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas. O período de carência (vesting) é de até 3 anos, com liberações de 30% a partir do primeiro aniversário, 60% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário.

Enquanto os direitos às Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, conforme condições estabelecidas acima, o beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas. Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, a obtenção da autorização da Comissão de Valores Mobiliários para transferência privada de ações, a Companhia transferirá para o nome do beneficiário as respectivas Ações Restritas, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, sem custo para o beneficiário.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 13 de novembro de 2018, 13 de novembro de 2019, 06 de novembro de 2020 e 10 de novembro de 2021 foram aprovados os Programas de Outorga de Ações Restritas de 2018, 2019, 2020 e 2021 com outorga de 48.973 (antes do desdobramento do capital), 153.438 ações, 159.363 ações e 193.275 ações, respectivamente.

Ano da outorga	Valor justo na outorga - R\$ (*)	Quantidade de ações				
		Saldo em 31/12/2020	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Saldo em 31/12/2021
2018	R\$ 54,60	34.663	-	(1.000)	(33.663)	-
2019	R\$ 18,46	96.972	-	(1.766)	(39.329)	55.877
2020	R\$ 27,20	159.363	-	(1.125)	(45.174)	113.064
2021	R\$ 48,07	-	193.275	-	-	193.275
		290.998	193.275	(3.891)	(118.166)	362.216

(*) O plano de 2018 tem o valor de suas ações antes do desdobramento de capital.

Em atendimento ao CPC 10 (R1) (IFRS 2), tomando-se por base os prazos de carência apresentados, foram reconhecidos no resultado os valores com plano de ações restritas em função do decurso do prazo do período de vesting, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. Em contrapartida no passivo circulante, em conta específica de obrigações trabalhistas, os valores de INSS e FGTS (despesa), conforme apresentados abaixo:

	Plano de Ações Restritas	
	31/12/2021	31/12/2020
Despesa	R\$ 4.002	R\$ 2.808
Despesa INSS	R\$ 1.099	R\$ 395
Despesa FGTS	R\$ 1.289	R\$ 358

Em atendimento ao CPC 10 (R1) (IFRS 2), tomando-se por base os prazos de carência apresentados, foram reconhecidos no resultado os valores com plano de opções stock options e plano de ações restritas, em função do decurso do prazo do período de vesting, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital, o valor de R\$ 8.901 (despesa) em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 6.463 em 31 de dezembro de 2020).

29. Cobertura de seguros

O detalhamento dos seguros contratados e as coberturas são demonstrados como segue:

Natureza	Cobertura
Estoques de Grãos e Algodão	R\$ 105.000
Máquinas e Equipamentos	R\$ 60.000
Responsabilidade civil de administradores	R\$ 60.000
Prédios e benfeitorias	R\$ 105.000
Seguro garantia	R\$ 153.772
Aeronave – Casco (*)	R\$ 18.862
Aeronave – Casco SLC Centro Oeste (**)	R\$ 21.038
Aeronave – Reta	R\$ 1.755
Aeronave – Reta SLC Centro Oeste	R\$ 3.458
Empresarial	R\$ 3
Drones	R\$ 10.168
Sementes	R\$ 77.480
Transporte Nacional SLC Centro Oeste	R\$ 2.300
Veículos	Contra terceiros

(*) Valor da cobertura de USD 3.380, convertido pela ptax venda do último dia do mês (Ptax de 5,5805 em 31/12/2021).

(**) Valor da cobertura de USD 3.770 (SLC Centro-oeste), convertido pela ptax venda do último dia do mês (Ptax de 5,5805 em 31/12/2021).

Seguro de estoque de grãos e algodão – Cobertura da colheita, beneficiamento e estoque de soja, milho, algodão. Sendo produção própria ou de terceiros sobre sua responsabilidade. Apólice com vencimento em 18/12/2022.

Seguro de Máquinas e Equipamentos – Cobertura a danos causados a Frota de Máquinas e Equipamentos Agrícolas da controlado e controladora, gerados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão. Cada máquina e equipamento possui seu limite máximo de indenização corresponde ao seu valor segurado. Apólice com vencimento em 09/10/2022.

Seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores – Cobertura sobre danos involuntários causados a terceiros por responsabilidade civil de executivos (diretores e administradores), com poder de gestão na controlada e controladora. Apólices com vencimentos em 30/06/2022.

Seguro de prédios e benfeitorias – Cobertura a danos materiais, causados aos prédios e benfeitorias das Fazendas da controlada e controladora, ocasionados por incêndio, explosão, vendaval e fumaça. Apólice com vencimento em 18/12/2022.

Seguro Garantia – Cobertura de proteção aos possíveis riscos gerados ao patrimônio da empresa, em função do fiel cumprimento das obrigações ocasionadas por processos judiciais trabalhistas. Apólices com vencimento nos períodos de 19/06/2024 e 23/04/2024 (SLC Agrícola) e 16/06/2023, 06/07/2023, 15/07/2024, 05/05/2025, 15/07/2025 (SLC CO).

Seguro da Aeronave – Reta – Cobertura para danos pessoais e/ou materiais, causados a passageiros e tripulantes pela aeronave da SLC Agrícola, incluindo danos causados a bagagens. Apólice com vencimento em 28/07/2022 e 08/08/2022 (SLC CO).

Seguro da Aeronave – Casco – Cobertura de garantia contra danos materiais causados ao casco da aeronave da SLC Agrícola, incluindo responsabilidade civil por danos causados a terceiros. Apólice com vencimento em 17/01/2023 e 26/03/2022 (SLC CO).

Seguro Empresarial – Cobertura Patrimonial Empresarial a danos materiais na estrutura física do prédio e mobiliário do escritório da Matriz da SLC Agrícola S/A, causados por incêndio, explosão e fumaça. Apólice com vencimento em 12/01/2022.

Seguro de Drone – Reta – Cobertura de responsabilidade civil do explorador ou transportador aéreo por danos pessoais e materiais causados a terceiros, por aeronave remotamente pilotada, utilizada para fins empresariais. Apólices com vencimentos em 18/12/2022.

Seguro de Sementes – Cobertura de beneficiamento e depósito de grãos das sementes localizadas nas Fazendas Pamplona e Fazenda Panorama. Apólice com vencimento em 27/06/2022.

Seguro de Veículos – Cobertura da Frota de veículos da controlada e controladora para danos causados a terceiros. Apólices com vencimentos em 09/10/2022.

Seguro de Transporte Nacional – Cobertura dos bens e/ou mercadorias inerentes ao ramo de atividade, devidamente acondicionadas em embalagens apropriadas à sua natureza e viagem. Apólices com vencimentos em 01/05/2022.

30. Receita líquida de vendas

Apresentamos abaixo a receita operacional líquida:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	3.442.787	2.711.983	4.501.090	3.200.054
Venda de produtos	3.952.361	3.161.943	5.087.041	3.731.661
Resultado com operações de hedge	(509.574)	(449.960)	(585.951)	(531.607)
Deduções, impostos e contribuições	(87.212)	(78.699)	(137.880)	(102.507)
Receita operacional líquida	3.355.575	2.633.284	4.363.210	3.097.547

31. Despesas por natureza

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(3.173.798)	(2.408.692)	(4.076.725)	(2.802.782)
Despesas com vendas	(166.407)	(149.471)	(212.559)	(173.964)
Despesas gerais e administrativas	(181.750)	(103.811)	(222.496)	(115.452)
Mais Valia investimento	(9.789)	-	(14.832)	-
Outras despesas operacionais	(12.100)	(7.566)	(13.617)	(10.132)
	(3.543.844)	(2.669.540)	(4.540.229)	(3.102.330)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(94.305)	(83.781)	(145.870)	(119.686)
Despesas com pessoal	(377.129)	(266.013)	(481.985)	(319.572)
Matéria prima e materiais	(1.676.857)	(1.455.134)	(2.239.247)	(1.736.678)
Aluguéis e Arrendamentos	(16.467)	(21.409)	(22.223)	(21.823)
Amortização de Direito de Uso	(175.064)	(119.580)	(133.287)	(73.663)
Varição ativo biológico CPV	(1.129.504)	(659.349)	(1.425.434)	(750.996)
Fretes	(62.418)	(56.708)	(78.566)	(63.602)
Outras despesas	(12.100)	(7.566)	(13.617)	(16.310)
	(3.543.844)	(2.669.540)	(4.540.229)	(3.102.330)

32. Informações por segmento

O Grupo possui dois segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes produtos e serviços, para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração analisa os relatórios internos ao menos uma vez por trimestre.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Segmento de produção agrícola: cultivo, principalmente, das culturas de algodão, soja e milho.
- Segmento de portfólio de terras: aquisição e desenvolvimento de terras para a agricultura.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas a seguir. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela Administração do Grupo. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a gerência acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados dos segmentos.

Informações sobre segmentos reportáveis

	Produção Agrícola		Terras		Eliminações		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita dos produtos e arrendamentos	4.413.541	3.110.558	318.002	225.144	(368.333)	(238.155)	4.363.210	3.097.547
Ativos biológicos	1.961.159	775.534	-	-	-	-	1.961.159	775.534
Custos dos produtos	(4.178.920)	(2.862.619)	(10.199)	(9.983)	112.394	69.820	(4.076.725)	(2.802.782)
Resultado bruto	2.195.780	1.023.473	307.803	215.161	(255.939)	(168.335)	2.247.644	1.070.299
Despesas / receitas operacionais	35.672	(154.485)	105.502	34.604	(475.451)	(169.488)	(334.277)	(289.369)
Despesas com vendas	(212.535)	(173.964)	(26)	-	-	-	(212.561)	(173.964)
Despesas gerais e administrativas	(228.174)	(120.157)	(4.485)	(3.887)	10.164	8.592	(222.495)	(115.452)
Honorários da administração	(18.601)	(14.100)	(352)	(616)	-	-	(18.953)	(14.716)
Outras receitas (despesas) operacionais	504.771	153.736	110.365	39.107	(480.573)	(178.080)	134.563	14.763
Mais valia do investimento	(9.789)	-	-	-	(5.042)	-	(14.831)	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	2.231.452	868.988	413.305	249.765	(731.390)	(337.823)	1.913.367	780.930
Resultado financeiro líquido	(557.422)	(204.823)	7.668	9.401	197.197	103.671	(352.557)	(91.751)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.674.030	664.165	420.973	259.166	(534.193)	(234.152)	1.560.810	689.179
Imposto de renda e contribuição social	(402.435)	(136.836)	(43.545)	(40.682)	15.929	(713)	(430.051)	(178.231)
Lucro consolidado do exercício	1.271.595	527.329	377.428	218.484	(518.264)	(234.865)	1.130.759	510.948

	Produção Agrícola		Terras		Eliminações		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante	5.275.217	4.093.468	53.946	166.105	(219.757)	(58.193)	5.109.406	4.201.380
Ativo não circulante	11.610.347	6.242.100	2.497.077	2.255.731	(6.350.487)	(4.109.520)	7.756.937	4.388.311
Ativo total	16.885.564	10.335.568	2.551.023	2.421.836	(6.570.244)	(4.167.713)	12.866.343	8.589.691
Passivo circulante	4.279.480	2.547.435	28.398	46.707	(475.898)	(257.045)	3.831.980	2.337.097
Passivo não circulante	7.604.879	4.635.116	75.786	70.779	(2.422.378)	(1.604.359)	5.258.287	3.101.536
Patrimônio líquido	5.001.204	3.153.017	2.446.840	2.304.350	(3.671.968)	(2.306.309)	3.776.076	3.151.058
Passivo total	16.885.563	10.335.568	2.551.024	2.421.836	(6.570.244)	(4.167.713)	12.866.343	8.589.691

O Grupo comercializa seus produtos para o mercado interno e externo. Nas vendas para o mercado externo são consideradas as vendas realizadas diretamente, tendo o Grupo como operador, e de forma indireta, com venda para comerciais exportadoras sediadas no Brasil.

As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão assim representadas:

	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	1.220.105	868.314
Venda de produtos	1.220.105	868.314
Mercado externo	3.280.985	2.331.740
Venda de produtos - exportação indireta	1.721.798	1.166.459
Resultado operação de <i>hedge</i> indireta	(28.069)	(133.233)
Venda de produtos - exportação direta	2.145.138	1.696.888
Resultado operação de <i>hedge</i> direta	(557.882)	(398.374)
Receita operacional bruta	4.501.090	3.200.054
Deduções, impostos e contribuições	(137.880)	(102.507)
Receita operacional líquida	4.363.210	3.097.547

As informações de vendas brutas de produtos, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita e podem ser assim apresentadas:

País	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	% Participação	Valor	% Participação
China	587.932	27,41	477.330	28,13
Indonésia	367.011	17,11	416.600	24,55
Turquia	324.747	15,14	103.258	6,09
Vietnã	219.685	10,24	231.467	13,64
Bangladesh	217.713	10,15	149.068	8,78
Paquistão	93.661	4,37	158.442	9,34
Malásia	75.453	3,52	114.331	6,74
Suíça	38.986	1,82	-	-
Austrália	33.959	1,58	-	-
USA	33.454	1,56	-	-

País	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	% Participação	Valor	% Participação
Japão	30.339	1,41	-	-
Alemanha	13.631	0,64	-	-
Tailândia	21.286	0,99	-	-
Coréia	27.319	1,27	23.697	1,40
França	24.409	1,14	-	-
Uruguai	6.206	0,29	-	-
Outros	29.347	1,37	22.695	1,34
	2.145.138	100,00	1.696.888	100,00

O montante da receita proveniente dos principais clientes é assim representado:

Cliente	Produto agrícola				Total	% sobre venda de produto (sem efeito de operações de <i>hedge</i>)
	Algodão em Pluma	Milho a Granel	Soja a Granel	Outras Culturas		
Cargill Agrícola S.A.	-	123.471	575.560	-	699.031	14,95%
Loius Dreyfus Company Suisse S.A.	513.518	42.916	136.646	-	693.080	14,82%
Bunge Alimentos S/A	-	25.763	461.429	-	487.192	10,42%
	513.518	192.150	1.173.635	-	1.879.303	40,20%

33. Evento subsequente

Conforme fato relevante divulgado dia 17 de fevereiro de 2022, a Companhia firmou, um contrato de prestação de serviços especializados de beneficiamento e armazenagem de sementes de soja, junto a Kothe Logística Ltda (parceiro comercial). O presente contrato foi assinado por um prazo de 15 anos, a partir de 2023, e tem como objeto a ampliação da capacidade de beneficiamento e armazenagem de sementes de soja, visando dar suporte ao crescimento da produção de sementes, com aumento da área de atuação de forma mais competitiva. O parceiro comercial, realizará todos os investimentos para construção da Unidade de Beneficiamento e Armazenamento.

Para viabilizar a construção da Unidade de Armazenagem e Beneficiamento, a Companhia vendeu para o parceiro comercial, um total de 29,81 hectares (área agricultável), por um valor de R\$48.000 (quarenta e oito mil reais) por hectare útil, totalizando R\$ 1.430.880,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil e oitocentos e oitenta reais). A área vendida faz parte da Fazenda Paiaguás, localizada no município de Diamantino, Mato Grosso.

Informações corporativas

SLC Agrícola S.A.

Rua Nilo Peçanha, 2900, sala 301

Bairro Boa Vista – Porto Alegre (RS)

CEP: 91330-002

www.slccagricola.com.br ri.slccagricola.com.br

ri@slccagricola.com.br

Ivo Marcon Brum | Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Machado Gelain | Gerente Financeiro e de Relações com Investidores

(55) 51 3230 7864

Alisandra Reis | Coordenadora de Relações com Investidores

(55) 51 3230 7797

Stéfano Bing | Analista de Relações com Investidores

(55) 51 3230 7797

Júlia Soares | Assistente de Relações com Investidores

(55) 51 3230 7737

O horário de atendimento da Equipe de Relações com Investidores é de 08h00 às 18h00.

Eventuais solicitações feitas fora desse horário deverão ser encaminhadas ao endereço eletrônico: ri@slccagricola.com.br.

Procuramos responder a quaisquer solicitações em até 24 horas.



SLC *Agrícola*



Porto Alegre/RS, 02 de setembro de 2022.

Ilmo Sr(s).

Representante(s) Legal(is) de

ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (“ESH THETA”)

Rua Cunha Gago, nº 700, 4º andar, conjunto 41, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05421-001

Prezados Senhores,

SLC AGRÍCOLA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 89.096.457/0001-55, com sede na Av. Nilo Peçanha, nº 2.900, sala 301, bairro Chácara das Pedras, Porto Alegre/RS, CEP 91330-001, (**“SLC”**), em razão da NOTIFICAÇÃO recebida de **ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (“ESH THETA”)**, fundo de investimento inscrito no CNPJ/ME sob o n. 23.799.268/0001-30, com endereço, na Rua Cunha Gago, nº. 700, 4º andar, conjunto nº. 41, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05421-001, vem apresentar resposta à **NOTIFICAÇÃO** recebida, nos termos que seguem.

Em síntese, a Notificação recebida pela SLC solicita que sejam prestadas informações, no prazo de 48 horas, sobre a contratação da Laplace Finanças pela SLC para assessoria da operação de combinação de negócios celebrada entre a SLC e a Terra Santa Agro S.A. (“TESA”).

Em resposta ao questionamento formulado, a SLC pode afirmar que não realizou a contratação da Laplace Finanças, seja direta ou indiretamente através de quaisquer de suas controladas ou subsidiárias, para assessoria na operação que resultou na combinação dos negócios da SLC com a TESA.


Ademais, cumpre esclarecer que a SLC não possui qualquer participação, seja acionária, seja na administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A., e quaisquer demandas ou questionamentos quanto à condução dos negócios realizados no âmbito da Terra Santa Propriedade Agrícolas S.A. não são da alçada da SLC.



Por fim, registramos que o Código de Ética e Conduta do Grupo SLC conduz as atividades de todas as empresas do Grupo, que já possui 77 anos de história e consolidação no mercado agrícola brasileiro. A integridade é um valor da SLC Agrícola, e como tal é observado por todos os *stakeholders*. Deste modo, esta resposta, assim como quaisquer negócios e atividades realizadas pela SLC, observam na íntegra os trechos transcritos e destacados na Notificação.

Sendo o que cabia para o momento, a **SLC Agrícola S.A.** despede-se, renovando votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

DocuSigned by:
Ivo Marcon Brum
Assinado por: IVO MARCON BRUM 46742077034
CPF: 46742077034
Data/Hora da Assinatura: 04/09/2022 16:38:35 BRT
 ICP Brasil
—AE7E16B0980E44E6BE7E3A7B512097E

SLC AGRÍCOLA S.A.

Ivo Marcon Brum

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Porto Alegre/RS, 24 de maio de 2023.

Ilmo Sr(s).

Representante(s) Legal(is) de

ESH THETA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (“ESH THETA”)

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04538-132

Prezados Senhores,

SLC AGRÍCOLA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 89.096.457/0001-55, com sede na Av. Nilo Peçanha, nº 2.900, sala 301, bairro Chácara das Pedras, Porto Alegre/RS, CEP 91330-001, (**“SLC”**), em razão da NOTIFICAÇÃO recebida de **ESH THETA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (“ESH THETA”)**, fundo de investimento inscrito no CNPJ/ME sob o nº 46.997.509/0001-51, com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04538-132, vem apresentar resposta à **NOTIFICAÇÃO** recebida, nos termos que seguem.

Em síntese, a Notificação recebida pela SLC solicita que sejam novamente prestadas informações, no prazo de 48 horas, sobre (i) se a despesa não recorrente com honorários de terceiro reportada no 4º trimestre de 2021, foi paga a (a) administradores e/ou acionistas da Terra Santa, direta ou indiretamente, (b) a representantes dos acionistas da Terra Santa, seja administrador ou gestor, direta ou indiretamente; ou (c) pessoas físicas ou jurídicas que se configurem parte relacionada de administradores e/ou acionistas de acionistas da Terra Santa; e (ii) se realizou pagamento, direta ou indiretamente, que saiba ter como beneficiário alguma dentre as pessoas indicadas no item anterior e que se destinem a remunerar serviços que tenham sido prestados no contexto da operação de combinação de negócios entre a SLC e a TESA, em especial à Laplace e/ou ao Sr. Renato Carvalho Nascimento ou, ainda, à Deméter Capital Empreendimentos e Participações Ltda.

Em resposta ao questionamento formulado, a SLC esclarece que não pagou à nenhuma das pessoas relacionadas nos itens a), b) e c) acima quaisquer valores a título de despesa não recorrente com honorários de terceiros, bem como, qualquer outra despesa ou honorário nessa ou em qualquer outra rubrica e que não efetuou qualquer pagamento, de



forma direta ou indireta, que sabia ter como beneficiário alguma pessoa indicada nos itens acima, a fim de remunerar serviços de assessoria prestados no contexto da operação combinação dos negócios da SLC com a Terra Santa Agro S.A. ("TESA"), em especial à Laplace e/ou ao Sr. Renato Carvalho Nascimento ou, ainda, à Deméter Capital Empreendimentos e Participações Ltda.

Por fim, reforçamos o nosso compromisso com a integridade, que é um valor da SLC, o qual está expresso no nosso Código de Ética e Conduta e dirige as atividades de toda a Companhia.

Sendo o que cabia para o momento, a **SLC Agrícola S.A.** despede-se, renovando votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

SLC AGRÍCOLA S.A.

Ivo Marcon Brum

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

TERRA SANTA AGRO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ n.º 05.799.312/0001-20

NIRE 35.300.380.657 – CVM n.º 02035-4

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2021**

- 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** Realizada às 15h00 horas do dia 22 de abril de 2021, de forma exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM n.º 481, de 2009 (“ICVM 481/09”), considerando-se, portanto, na sede da Companhia, localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão n.º 108, 8º andar, conjunto 81, Cidade Monções, CEP 04.571-150.
- 2. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes e secretariados pelo Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior.
- 3. DIVULGAÇÕES:** Os documentos pertinentes aos assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta de administração da assembleia geral, foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) com 15 (quinze) dias de antecedência da presente data, nos termos da regulamentação aplicável.
- 4. CONVOCAÇÃO:** O edital de convocação foi publicado na forma do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e do artigo 1º da Resolução CVM n.º 25 de 30/03/2021 (“Resolução CVM n.º 25”), no (i) “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, nas edições dos dias 6, 7 e 8 de abril de 2021, nas páginas 116, 69 e 45, respectivamente; e no (ii) jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 6, 7 e 8 de abril de 2021, nas páginas E4, E3 e E3, respectivamente.
- 5. PRESENÇA:** Presentes acionistas titulares de ações representativas de 72,78% (setenta e dois inteiros e setenta e oito centésimos por cento) do capital social total e com direito a voto da Companhia, conforme assinaturas constantes do livro de presença de acionistas da Companhia, realizada pelo presidente da mesa, em nome dos acionistas, nos termos da ICVM n.º 481/09. Presentes, também, o Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior, na qualidade de representante da administração, o Sr. Marcos Reinaldo Severino Peters, membro do Comitê de Auditoria Estatutário e o Sr. Felipe Guedes Resende, na qualidade de representante dos Auditores Independentes. Na forma da regulamentação aplicável, são considerados presentes os acionistas que participaram e votaram por meio do sistema

eletrônico e aqueles que fizeram uso do boletim de voto à distância como meio para exercício do direito de voto.

6. ORDEM DO DIA: A Assembleia Geral da Companhia foi convocada para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) apreciação, discussão e votação das Contas dos Administradores, das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração, bem como tomar conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2020; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2020 e destinação de dividendos, se houver; e (iii) fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia.

7. DELIBERAÇÕES: Instalada a assembleia, após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a assembleia geral deliberou o quanto segue:

7.1. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 15.855.766 (quinze milhões, oitocentas e cinquenta e cinco mil, setecentas e sessenta e seis) ações, a lavratura da ata desta assembleia na forma de sumário contendo transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das S.A., e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes na forma do § 2º do mesmo artigo da Lei das S.A.

7.2. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 6.461.021 (seis milhões, quatrocentas e sessenta e uma e vinte e uma) ações; e 59,25% (cinquenta e nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) de abstenções, representadas por 9.394.745 (nove milhões, trezentas e noventa e quatro mil, setecentas e quarenta e cinco) ações, incluídas as abstenções dos legalmente impedidos, as contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, publicadas no Jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

7.3. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 15.855.766 (quinze milhões, oitocentas e cinquenta e cinco mil, setecentas e sessenta e seis) ações, a não distribuição de dividendos em razão da inexistência de lucro no exercício de 2020 e de lucros acumulados.

7.4. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 99,85% (noventa e nove inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) de votos a favor, representados por 15.831.466 (quinze milhões, oitocentas e trinta e um mil, quatrocentas e sessenta e seis) ações; e 0,15% (quinze centésimos por cento) de votos contrários, representados por 24.300 (vinte e quatro mil e trezentas) ações, o montante global anual da

remuneração dos Administradores da Companhia em R\$ 16.795.316,67 (dezesseis milhões, setecentos e noventa e cinco mil, trezentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos).

7.5. Consignar que, como não foi atingido o percentual mínimo de participação acionária previsto no art. 2º da Instrução CVM n.º 324/2000 para a solicitação de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, este órgão não será instalado no exercício social de 2021, conforme o disposto no art. 27 do Estatuto Social.

8. **DOCUMENTOS E MANIFESTAÇÕES:** Foram recebidas pela mesa, sendo arquivadas na sede da Companhia, as manifestações de voto dos acionistas, inclusive as abstenções.

9. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, o presidente da mesa declarou encerrada a assembleia geral ordinária e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, §1º, da Lei das S.A., a qual, lida e achada conforme, foi assinada pelo presidente da mesa em nome dos acionistas, nos termos da ICVM n.º 481/09. São Paulo, 22 de abril de 2021. **Mesa:** Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes – Presidente; José Humberto Prata Teodoro Júnior – Secretário. **Representante da Administração:** José Humberto Prata Teodoro Júnior. **Representante do Comitê de Auditoria Estatutário:** Marcos Reinaldo Severino Peters. **Acionistas Presentes:** Silvio Tini de Araújo, Bonsucess Holding S.A., Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes, Darci de Araújo, João Batista Lemes Cruvinel, Demeter FIA IE, Demeter Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Gávea Macro Plus Master FIM, Gávea Macro Dolar Master FIM, Gávea Macro II Master FIM, Gávea Macro Master FIM, Bradesco GIF IV FIM – IE, Apoenia Macro Advanced Master Fundo de Investimento Multimercado, City of New York Group Trust, THE DFA INV T CO ON BEH ITS S THE EM SLL CAPS, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, City of Los Angeles Fire And Police Pension Plan e Queensland Investment Trust No. 2

- Confere com a original lavrada em livro próprio. -

São Paulo, 22 de abril de 2021.

Mesa:

Carlos Augusto Reis de A. Fernandes
Presidente

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Secretário

TERRA SANTA AGRO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ n.º 05.799.312/0001-20

NIRE 35.300.380.657 – CVM n.º 02035-4

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2020**

1. **DATA, HORÁRIO E LOCAL:** Realizada às 15h00 horas do dia 10 de junho de 2020, de forma exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM n.º 481, de 2009 (“ICVM 481/09”), considerando-se, portanto, na sede da Companhia, localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão n.º 108, 8º andar, conjunto 81, Cidade Monções, CEP 04.571-150.
2. **MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes e secretariados pelo Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior.
3. **DIVULGAÇÕES:** Os documentos pertinentes aos assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta de administração da assembleia geral, foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) com 15 (quinze) dias de antecedência da presente data, nos termos da regulamentação aplicável.
4. **CONVOCAÇÃO:** O edital de convocação foi publicado na forma do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) no (i) “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, nas edições dos dias 20, 23 e 27 de maio de 2020, nas páginas 31, 56 e 94, respectivamente; e no (ii) jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 20, 23, 27 de maio de 2020, nas páginas E6, E4 e E3, respectivamente.
5. **PRESENÇA:** Presentes acionistas titulares de ações representativas de 69,81% (sessenta e nove inteiros e oitenta e um centésimos por cento) do capital social total e com direito a voto da Companhia, conforme assinaturas constantes do livro de presença de acionistas da Companhia, realizada pelo presidente da mesa, em nome dos acionistas, nos termos da ICVM n.º 481/09. Presentes, também, o Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior, na qualidade de representante da administração, a Sra. Tereza Cristina Grossi Togni e o Sr. Marcos Reinaldo Severino Peters, na qualidade de representantes do Conselho Fiscal, e o Sr.

Leandro Bertucci Lopes, na qualidade de representante dos Auditores Independentes. Na forma da regulamentação aplicável, são considerados presentes os acionistas que participaram e votaram por meio do sistema eletrônico e aqueles que fizeram uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto.

6. ORDEM DO DIA: A Assembleia Geral da Companhia foi convocada para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) apreciação, discussão e votação das Contas dos Administradores, das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração, bem como tomar conhecimento do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2019; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2019 e destinação de dividendos, se houver; (iii) apreciação e aprovação da Proposta da Administração para composição do Conselho de Administração da Companhia; (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos até a Assembleia Geral Ordinária de 2022; e (v) fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia.

7. DELIBERAÇÕES: Instalada a assembleia, após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a assembleia geral deliberou o quanto segue:

7.1. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 15.117.775 (quinze milhões, cento e dezessete mil e setecentas e setenta e cinco) ações, a lavratura da ata desta assembleia na forma de sumário contendo transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das S.A., e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes na forma do § 2º do mesmo artigo da Lei das S.A.

7.2. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 5.935.664 (cinco milhões, novecentas e trinta e cinco mil, seiscentas e sessenta e quatro) ações; e 39,26% (trinta e nove inteiros e vinte e seis centésimos por cento) de abstenções, representadas por 9.182.111 (nove milhões, cento e oitenta e duas mil, cento e onze) ações, incluídas as abstenções dos legalmente impedidos, as contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, publicadas no Jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

7.3. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 15.117.775 (quinze milhões, cento e

dezessete mil e setecentas e setenta e cinco) ações, a não distribuição de dividendos em razão da inexistência de lucro no exercício de 2019 e de lucros acumulados.

7.4. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 15.117.775 (quinze milhões, cento e dezessete mil e setecentas e setenta e cinco) ações, a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia com mandato de 2 (dois) anos, até a Assembleia Geral Ordinária de 2022, conforme Proposta da Administração, quais sejam, os Srs. (a) **SILVIO TINI DE ARAÚJO**, brasileiro, divorciado, bacharel em ciências jurídicas e econômicas, portador da cédula de identidade RG n.º 3.482.808, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 064.065.488-68, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão n.º 108, 12º andar, conjunto 122, Brooklin Novo, CEP 04571-150; (b) **RENATO CARVALHO DO NASCIMENTO**, brasileiro, separado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n.º M4013603, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 633.578.366-53, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, n.º 384, 8º andar, Edifício Platinum Office, Jardim Europa, CEP 04536-001; (c) **CARLOS AUGUSTO REIS DE ATAHAYDE FERNANDES**, brasileiro, divorciado, advogado, portador da cédula de identidade RG n.º 29.496.156-2, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 293.525.618-21, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão n.º 108, 12º andar, conjunto 122, Brooklin Novo, CEP 04571-150; (d) **ARLINDO DE AZEVEDO MOURA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n.º 4018234122, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 100.459.100-49, com endereço no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Engenheiro Coelho Parreira, n.º 535, Ipanema, CEP 91760-320; (e) **JULIO CESAR DE TOLEDO PIZA NETO**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade RG n.º 14.208.972, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 157.429.868-23, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Laplace, n.º 799, Brooklin Paulista, CEP 04622-001; e (f) **EMILIO HUMBERTO CARAZZAI SOBRINHO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n.º 1.102.550, expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 037.321.504-53, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jesuíno Arruda, n.º 131, apto. 14-B, Itaim Bibi, CEP 04532-080.

7.4.1. Consignar que a eleição dos membros do Conselho de Administração foi realizada por chapa, em conformidade com a Proposta da Administração, tendo em vista que não houve o requerimento da adoção do processo de voto múltiplo, nos termos do art. 141 da Lei das S.A..

7.4.2. Consignar que os conselheiros **JULIO CESAR DE TOLEDO PIZA NETO** e **EMILIO HUMBERTO CARAZZAI SOBRINHO** declararam que preenchem os requisitos previstos no parágrafo segundo do artigo 15 do Estatuto Social e o disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO, sendo, portanto, eleitos como membros independentes do Conselho de Administração.

7.4.3. Consignar que, com base nas informações recebidas pela Administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que os conselheiros ora eleitos estão em condições de firmar as declarações de desimpedimento mencionadas no art. 147, §4º, da Lei das S.A., e no art. 2º da Instrução CVM n.º 367/2002, que ficarão arquivadas na sede da Companhia.

7.4.4. Registrar que os membros do Conselho de Administração, ora eleitos, tomarão posse em seus cargos no prazo legal e somente após a assinatura do respectivo termo de posse lavrado no respectivo Livro de Registro de Atas, acompanhado da declaração de desimpedimento mencionada no item 7.4.3 acima.

7.5. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 15.117.775 (quinze milhões, cento e dezessete mil e setecentas e setenta e cinco) ações, o montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia em R\$ 6.654.465,00 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais).

7.6. Consignar que, como não foi atingido o percentual mínimo de participação acionária previsto no art. 2º da Instrução CVM n.º 324/2000 para a solicitação de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, este órgão não será instalado no exercício social de 2020, conforme o disposto no art. 27 do Estatuto Social.

8. DOCUMENTOS E MANIFESTAÇÕES: Foram recebidas pela mesa, sendo arquivadas na sede da Companhia, as manifestações de voto dos acionistas, inclusive as abstenções.

9. ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a tratar, o presidente da mesa declarou encerrada a assembleia geral ordinária e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, §1º, da Lei das S.A., a qual, lida e achada conforme, foi assinada pelo presidente da mesa em nome dos acionistas, nos termos da ICVM n.º 481/09. São Paulo, 10

de junho de 2020. **Mesa:** Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes – Presidente; José Humberto Prata Teodoro Júnior – Secretário. **Representante da Administração:** José Humberto Prata Teodoro Júnior. **Representantes do Conselho Fiscal:** Tereza Cristina Grossi Togni e Marcos Reinaldo Severino Peters. **Acionistas Presentes:** Silvio Tini de Araújo, Bonsucex Holding S.A., Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes, Demeter FIA IE, Demeter Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Gávea Macro Plus Master FIM, Gávea Macro Dolar Master FIM, Gávea Macro II Master FIM, Gávea Macro Master FIM, City of New York Group Trust, THE DFA INV T CO ON BEH ITS S THE EM SLL CAPS e EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU.

- Confere com a original lavrada em livro próprio. -

São Paulo, 10 de junho de 2020.

Mesa:

Carlos Augusto Reis de A. Fernandes
Presidente

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Secretário

TERRA SANTA AGRO S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME sob n.º 05.799.312/0001-20
NIRE n.º 35.300.380.657

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019

1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA: Realizada aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril de 2019 (dois mil e dezenove), às 10:30 horas, na sede social da Companhia, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, n.º 108, 8.º Andar, Conj. 81, Sala 1, Cidade Monções, CEP: 04571-150.

2. CONVOCAÇÃO: Efetuada, nos termos do art. 124, §1º, II da Lei nº 6.404/76 nos dias 5, 6 e 9 de abril de 2019 no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal Diário do Comércio Indústria & Serviços, páginas 84, 25, 94 e B15, B9, B3, respectivamente.

3. PRESENÇA: Com a presença de acionistas representando 72,01% (setenta e dois inteiros e um centésimo por cento), representados por 12.899.483 (doze milhões, oitocentas e noventa e nove mil, quatrocentas e oitenta e três) ações do Capital Social, conforme assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas"; e pelo mapa de votação à distância consolidado divulgado pela Companhia em 23 de abril de 2019, preparado com base nos boletins de voto à distância válidos recebidos diretamente pela Companhia, nos termos da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 481/09, conforme alterada, foi instalada a Assembleia Geral Ordinária. Presentes, ainda, o Sr. Marcos Reinaldo Severino Peters, como representante do Conselho Fiscal da Companhia, e os Srs. Ulysses M. Duarte Magalhães e Ricardo Guimarães Ribeiro, como representante da auditoria externa, KPMG Auditores Independentes.

4. MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes e secretariados pelo Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior.

5. ORDEM DO DIA: (i) Apreciação, discussão e votação das contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, bem como tomar conhecimento do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2018 e destinação de dividendos, se houver, (iii) Definição da instalação do Conselho Fiscal, (iv) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, e (v) Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia.

6. DELIBERAÇÕES:

Os acionistas deliberaram, pelos votos abaixo indicados, o que se segue:

(i) Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 8.602.567 (oito milhões, seiscentas e duas mil, quinhentas e sessenta e sete) ações; e 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos

por cento) de abstenções, representadas por 4.296.916 (quatro milhões, duzentas e noventa e seis, novecentas e dezesseis) ações, incluídas as abstenções dos legalmente impedidos, as contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, publicadas no Jornal DCI – Diário do Comércio Indústria & Serviços e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

(ii) Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 12.899.483 (doze milhões, oitocentas e noventa e nove mil, quatrocentas e oitenta e três), a destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2018, no importe de R\$ 42.261.929,96 (quarenta e dois milhões, duzentos e sessenta e um mil, novecentos e vinte e nove reais e noventa e seis centavos), para dedução de prejuízo fiscal acumulado, nos termos do artigo 34 do Estatuto Social da Companhia.

(iii) Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 12.899.483 (doze milhões, oitocentas e noventa e nove mil, quatrocentas e oitenta e três) ações, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020.

(iv) Considerando a aprovação da instalação do Conselho Fiscal da Companhia, foi aprovada, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 12.899.483 (doze milhões, oitocentas e noventa e nove mil, quatrocentas e oitenta e três) ações, a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020, conforme Proposta da Administração, quais sejam, os Srs. (a) **MARCOS REINALDO SEVERINO PETERS**, brasileiro, divorciado, contador, portador da cédula de identidade RG n.º 8.767.135, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n.º 023.120.398-50, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Caramuru, n.º 295, apto. 113, Saúde, CEP 04138-000 (membro efetivo) e, como seu suplente, **MARCELO ADILSON TAVARONE TORRESI**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n.º 10.364.287-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n.º 117.512.988-76, com endereço no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na Rua José Benedetti, n.º 285, Apto. 201, CEP 09531-000; (b) **MARCEL CECCHI VIEIRA**, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG n.º 20.563.675, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n.º 143.917.738-48, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardoso de Mello Júnior, n.º 607, Alto de Pinheiros, CEP 05462-020 (membro efetivo) e, como seu suplente, **MÁRIO PEIXOTO NETTO**, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade RG n.º 5.003.985, expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/ME sob o n.º 034.020.634-92, com endereço no Município de São Paulo, do Estado de São Paulo, Rua Jerônimo da Veiga, n.º 384, 8º andar, Edifício Platinum Office, Jardim Europa, CEP 04536-001; e (c) **TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI**, brasileira, divorciada, bacharel em administração de empresas e em ciências contábeis, portadora da cédula de identidade RG n.º MG-525.840, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/ME sob o n.º 163.170.686-15, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, n.º 108, 8º Andar, Conj. 81, Cidade Monções, CEP 04.571-150 (membro efetivo) e, como sua suplente, **DÓRIS BEATRIZ FRANÇA WILHELM**, brasileira, divorciada, economista, portadora da cédula de identidade RG n.º 29.334.554-5, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o n.º 184.886.250-49, com endereço no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Hipólito da Costa, n.º 386, Santa Tereza, CEP 90840-110.

(iv.1) Registrar que os membros do Conselho Fiscal, ora eleitos, tomarão posse em seus cargos no prazo legal e somente após (a) a assinatura do respectivo termo de posse lavrado no respectivo Livro de Registro de Atas; e (b) a apresentação de declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável.

(v) Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 12.899.483 (doze milhões, oitocentas e noventa e nove mil, quatrocentas e oitenta e três) ações, o montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia em R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais).

7. ATAS E PUBLICAÇÕES: Foi autorizada pelos acionistas presentes a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com a omissão da assinatura dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, §1º e 2º da Lei nº. 6.404/76.

8. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. São Paulo/SP, 24 de abril de 2019. Mesa: Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes – Presidente. José Humberto Prata Teodoro Júnior – Secretário.

- Confere com a original lavrada em livro próprio. -

Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes
Presidente

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Secretário

9. DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE SOCIAL:

Ficam arquivados na sede social da Companhia os seguintes documentos, numerados sequencialmente e autenticados pelo Secretário da Assembleia, na forma do disposto no artigo 130, § 1º, alínea “a”, da Lei 6.404/76:

- Demonstrações Financeiras do Exercício de 2018 (Doc. 01);
- Proposta da Administração (Doc. 02); e
- Mapa de Votação Consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto à distância (Doc. 03); e
- Declaração de Desimpedimento (Doc. 4).

(Esta página de assinaturas é parte integrante da Assembleia Geral Ordinária da Terra Santa Agro S.A. realizada em 24 de Abril de 2019)

LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS NA AGO DE 24/04/2019				
ACIONISTAS	AÇÕES	% DOS PRESENTES	% DO TOTAL	ASSINATURAS
SILVIO TINI DE ARAUJO	4.291.311	33,27%	23,95%	
BONSUCEX HOLDING S.A.	2.860.752	22,18%	15,97%	
DARCI DE ARAUJO	26.939	0,21%	0,15%	
JOAO BATISTA LEMES CRUVINEL	1.000	0,01%	0,01%	
CARLOS AUGUSTO REIS DE A FERNANDES	5	0,00%	0,00%	
LAPLACE INVESTIMENTOS E GESTAO DE RECURSOS LTDA	4.111.809	31,88%	22,95%	
GAVEA MACRO DOLAR MASTER FIM	91.679	0,71%	0,51%	
GAVEA MACRO II MASTER FIM	317.307	2,46%	1,77%	
GAVEA MACRO MASTER FI MULTIMERCADO	636.769	4,94%	3,55%	
GAVEA MACRO PLUS MASTER FIM	287.207	2,23%	1,60%	
BRADESCO GIF IV FIM - IE	262.605	2,04%	1,47%	
DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND	800	0,01%	0,00%	
THE DFA INV T CO ON BEH ITS S THE EM SLL CAPS	400	0,00%	0,00%	
EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU	5.300	0,04%	0,03%	
CITY OF NEW YORK GROUP TRUST	5.600	0,04%	0,03%	
Total	12.899.483	100,00%	72,01%	

Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes
Presidente

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Secretário

TERRA SANTA AGRO S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF sob nº. 05.799.312/0001-20
NIRE nº. 35.300.380.657

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2018

- 1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA:** Realizada aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril de 2018 (dois mil e dezoito), às 17:30 horas, na sede social da Companhia, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, n.º 108, 8º Andar, Conj. 81, Sala 1, Cidade Monções, CEP: 04571-150.
- 2. CONVOCAÇÃO:** Efetuada, nos termos do art. 124, §1º, II da Lei nº 6.404/76 nos dias 6, 7 e 10 de abril de 2018 no Diário Oficial do Estado de São Paulo e nos dias 6, 7 e 10 de abril de 2018 no Jornal Diário do Comércio Indústria & Serviços.
- 3. PRESENÇA:** Com a presença de acionistas representando 79,55% (setenta e nove inteiros e cinquenta e cinco décimos por cento), representados por 14.250.884 (quatorze milhões, duzentas e cinquenta mil, oitocentas e oitenta e quatro) ações do Capital Social, conforme assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas"; e pelo mapa de votação à distância consolidado divulgado pela Companhia em 26 de abril de 2018, preparado com base nos boletins de voto à distância válidos recebidos diretamente pela Companhia, nos termos da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 481/09, conforme alterada, foi instalada a Assembleia Geral Ordinária. Presentes, ainda, o Sr. Marcos Reinaldo Severino Peters, como representante do Conselho Fiscal da Companhia, e o Sr. Ulysses M. Duarte Magalhães, como representante da auditoria externa, KPMG Auditores Independentes.
- 4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes e secretariados pelo Sr. Cristiano Soares Rodrigues.
- 5. ORDEM DO DIA:** (i) Apreciação, discussão e votação das contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, bem como tomar conhecimento do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2017 e destinação de dividendos, se houver, (iii) Apreciação e aprovação da Proposta da Administração para composição do Conselho de Administração da Companhia, (iv) Definição da instalação do Conselho Fiscal, (v) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, uma vez aprovada sua instalação, e (vi) Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia.
- 6. DELIBERAÇÕES:**

Os acionistas deliberaram, pelos votos abaixo indicados, o que se segue:

(i) Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 10.856.529 (dez milhões, oitocentas e cinquenta e seis mil, quinhentas e vinte e nove) ações; e 18,95% (dezoito inteiros e noventa e cinco décimos por cento) de abstenções, representadas por 3.394.355 (três milhões, trezentas e noventa e quatro mil, trezentas e cinquenta e cinco) ações, incluídas as abstenções dos legalmente impedidos, as contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, publicadas no Jornal DCI – Diário do Comércio Indústria & Serviços e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

(ii) Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 14.250.884 (quatorze milhões, duzentas e cinquenta mil, oitocentas e oitenta e quatro) ações, a destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2017, no importe de R\$ 7.350.137,08 (sete milhões, trezentos e cinquenta mil, cento e trinta e sete reais e oito centavos), para dedução de prejuízo fiscal acumulado, nos termos do artigo 34 do Estatuto Social da Companhia.

(iii) Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 14.250.884 (quatorze milhões, duzentas e cinquenta mil, oitocentas e oitenta e quatro) ações, a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2020, conforme Proposta da Administração, quais sejam, os Srs. (a) **SILVIO TINI DE ARAÚJO**, brasileiro, divorciado, bacharel em ciências jurídicas e econômicas, portador da cédula de identidade RG n.º 3.482.808, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 064.065.488-68, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão n.º 108, 12º andar, conjunto 122, Brooklin Novo, CEP 04571-150, (b) **RENATO CARVALHO DO NASCIMENTO**, brasileiro, separado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n.º M4013603, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 633.578.366-53, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, n.º 384, 8º andar, Edifício Platinum Office, Jardim Europa, CEP 04536-001, (c) **CARLOS AUGUSTO REIS DE ATAHAYDE FERNANDES**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG n.º 29.496.156-2, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 293.525.618-21, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão n.º 108, 12º andar, conjunto 122, Brooklin Novo, CEP 04571-150, (d) **ARLINDO DE AZEVEDO MOURA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n.º 4018234122, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 100.459.100-49, com endereço no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Engenheiro Coelho Parreira, n.º 535, Ipanema, CEP 91760-320, (e) **JULIO CESAR DE TOLEDO PIZA NETO**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade RG n.º 14.208.972, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 157.429.868-23, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Laplace, n.º 799, Brooklin Paulista, CEP 04622-001, e (f) **EMILIO HUMBERTO CARAZZAI SOBRINHO**, brasileiro, casado administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n.º 1.102.550, expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 037.321.504-53, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jesuíno Arruda, n.º 131, apto. 14-B, Itaim Bibi, CEP 04532-080.

(iii.1.) Consignar que os conselheiros **JULIO CESAR DE TOLEDO PIZA NETO** e **EMILIO HUMBERTO CARAZZAI SOBRINHO** declararam que preenchem os requisitos previstos no parágrafo segundo do artigo 15 do Estatuto Social e o disposto no

Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO, sendo, portanto, eleitos como membros independentes do Conselho de Administração.

(iii.2.) Registrar que os membros do Conselho de Administração, ora eleitos, tomarão posse em seus cargos no prazo legal e somente após (i) a assinatura do respectivo termo de posse lavrado no respectivo Livro de Registro de Atas; e (ii) a apresentação de declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável.

(iv) Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 14.250.884 (quatorze milhões, duzentas e cinquenta mil, oitocentas e oitenta e quatro) ações, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

(v) Considerando a aprovação da instalação do Conselho Fiscal da Companhia, foi aprovada, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 14.250.884 (quatorze milhões, duzentas e cinquenta mil, oitocentas e oitenta e quatro) ações, a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária de 2019, conforme Proposta da Administração, quais sejam, os Srs. (a) **MARCOS REINALDO SEVERINO PETERS**, brasileiro, divorciado, contador, portador da cédula de identidade RG n.º 8.767.135, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 023.120.398-50, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Caramuru, n.º 295, apto. 113, Saúde, CEP 04138-000 (membro efetivo) e, como seu suplente, **MARCELO ADILSON TAVARONE TORRESI**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n.º 10.364.287-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 117.512.988-76, com endereço no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na Rua José Benedetti, n.º 285, Apto. 201, CEP 09531-000; (b) **MARCEL CECCHI VIEIRA**, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG n.º 20.563.675, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 143.917.738-48, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardoso de Mello Júnior, n.º 607, Alto de Pinheiros, CEP 05462-020 (membro efetivo) e, como seu suplente, **MÁRIO PEIXOTO NETTO**, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade RG n.º 5.003.985, expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 034.020.634-92, com endereço no Município de São Paulo, do Estado de São Paulo, Rua Jerônimo da Veiga, n.º 384, 8º andar, Edifício Platinum Office, Jardim Europa, CEP 04536-001; e (c) **TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI**, brasileira, divorciada, bacharel em administração de empresas e em ciências contábeis, portadora da cédula de identidade RG n.º MG-525.840, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o n.º 163.170.686-15, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, n.º 108, 8º Andar, Conj. 81, Cidade Monções, CEP 04.571-150 (membro efetivo) e, como sua suplente, **DÓRIS BEATRIZ FRANÇA WILHELM**, brasileira, divorciada, economista, portadora da cédula de identidade RG n.º 29.334.554-5, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 184.886.250-49, com endereço no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Hipólito da Costa, n.º 386, Santa Tereza, CEP 90840-110.

(v.1.) Registrar que os membros do Conselho Fiscal, ora eleitos, tomarão posse em seus cargos no prazo legal e somente após (a) a assinatura do respectivo termo de posse lavrado no respectivo Livro de Registro de Atas; e (b) a apresentação de declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável.

(vi) Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 14.250.884 (quatorze milhões, duzentas e cinquenta mil, oitocentas e oitenta e quatro) ações, o montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia em R\$ 6.720.000,00 (seis milhões e setecentos e vinte mil) reais.

7. ATAS E PUBLICAÇÕES: Foi autorizada pelos acionistas presentes a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei nº. 6.404/76.

8. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 27 de abril de 2018. Mesa: Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes – Presidente. Cristiano Soares Rodrigues - Secretário.

- Confere com a original lavrada em livro próprio. –

Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes
Presidente

Cristiano Soares Rodrigues
Secretário

9. DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE SOCIAL:

Ficam arquivados na sede social da Companhia os seguintes documentos, numerados sequencialmente e autenticados pelo Secretário da Assembleia, na forma do disposto no artigo 130, § 1º, alínea “a”, da Lei 6.404/76:

- Demonstrações Financeiras do Exercício de 2017 (Doc. 01);
- Proposta da Administração (Doc. 02); e
- Mapa de Votação Consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto à distância (Doc. 03).

10. REGISTRO DE VOTOS

O acionista MENCHADEN CAPITAL PLC depositou manifestação de voto favorável a todos os itens da ordem do dia.

(Esta página de assinaturas é parte integrante da Assembleia Geral Ordinária da Terra Santa Agro S.A. realizada em 27 de Abril de 2018)

Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes
Presidente

Cristiano Soares Rodrigues
Secretário

LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS NA AGO DE 27/04/2018				
ACIONISTAS	AÇÕES	% DOS PRESENTES	% DO TOTAL	ASSINATURAS
SILVIO TINI DE ARAUJO	3.388.311	23,78%	18,91%	
BONSUCEX HOLDING S.A.	2.860.752	20,07%	15,97%	
DARCI DE ARAUJO	26.939	0,19%	0,15%	
JOAO BATISTA LEMES CRUVINEL	1.000	0,01%	0,01%	
CARLOS AUGUSTO REIS DE A FERNANDES	6.044	0,04%	0,03%	
LAPLACE INVESTIMENTOS E GESTAO DE RECURSOS LTDA	4.111.809	28,85%	22,95%	
GAVEA CAPITAL HOLDINGS LLC	220.145	1,54%	1,23%	
GAVEA MACRO DOLAR MASTER FIM	90.579	0,64%	0,51%	
GAVEA MACRO II MASTER FIM	376.207	2,64%	2,10%	
GAVEA MACRO MASTER FI MULTIMERCADO	440.069	3,09%	2,46%	
GAVEA MACRO PLUS MASTER FIM	150.407	1,06%	0,84%	
GBW CAPITAL HOLDINGS, LLC	687.658	4,83%	3,84%	
GF PLUS CAPITAL HOLDINGS, LLC	235.458	1,65%	1,31%	
BRADESCO GIF IV FIM - IE	262.605	1,84%	1,47%	
MENHADEN CAPITAL PLC	94.600	0,66%	0,53%	
EWZ INVESTMENTS LLC - SOCOPA SOC CORRETORA PAULISTA S.A.	1.298.301	9,11%	7,25%	

TERRA SANTA AGRO S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF sob nº. 05.799.312/0001-20
NIRE nº. 35.300.380.657

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2017

- 1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA:** Realizada aos 20 (vinte) dias do mês de abril de 2017 (dois mil e dezessete), às 11:00 horas na sede social da Companhia, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, n.º 108, 8º Andar, Conj. 81, Sala 1, Cidade Monções, CEP: 04571-150.
- 2. CONVOCAÇÃO:** Efetuada, nos termos do art. 124, §1º, II da Lei nº 6.404/76 nos dias 5, 6 e 7 de abril de 2017 no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal Diário do Comércio Indústria & Serviços.
- 3. PRESENÇA:** Com a presença de acionistas representando 68,1% (sessenta e oito inteiros e um décimo por cento), representado por 12.198.465 (doze milhões, cento e noventa e oito mil, quatrocentas e sessenta e cinco) ações do Capital Social, conforme assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas", foi instalada a Assembleia Geral Ordinária. Presentes o Sr. Edmundo de Macedo Soares e Silva Filho como representante do Conselho Fiscal da Companhia e a Sra. Aline Lourenço Cardeal da Costa, como representante dos Auditores Independentes da PriceWaterhouseCoopers.
- 4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes e secretariados pelo Sr. Cristiano Soares Rodrigues.
- 5. ORDEM DO DIA:** (a) Apreciação, discussão e votação das contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, bem como tomar conhecimento do parecer do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco e o Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, (b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2016 e destinação de dividendos, se houver, (c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, e (d) Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia.

6. DELIBERAÇÕES:

Os acionistas deliberaram, pelos votos abaixo indicados, o que se segue:

- (a) Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 12.198.465 (doze milhões, cento e noventa e oito mil, quatrocentas e sessenta e cinco) ações, as contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, publicadas no Jornal DCI – Diário do Comércio Indústria & Serviços e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

(b) Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 12.198.465 (doze milhões, cento e noventa e oito mil, quatrocentas e sessenta e cinco) ações, a não distribuição de dividendos em razão da inexistência de lucros no exercício de 2016 e de lucros acumulados.

(c) Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 90,9% (noventa inteiros e nove décimos por cento) de votos a favor, representados por 11.089.311 (onze milhões, oitenta e nove mil, trezentas e onze) ações; e 9,1% (nove inteiros e um décimo por cento) de abstenções, representadas por 1.109.154 (um milhão, cento e nove mil, cento e cinquenta e quatro) ações, a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária de 2018, quais sejam, os Srs. (i) **EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA FILHO**, brasileiro, viúvo, corretor de seguros, portador da carteira de identidade RG nº 3.084.330-3, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 077.239.118-15, com endereço no Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo, na Alameda Bragança nº 49, bairro Vale das Laranjeiras, CEP: 13342-210 (membro efetivo) e, como seu suplente, **CÉLIO DE MELO ALMADA NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 20.412.300-8, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 255.588.078-06, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Franklin Delano Roosevelt, nº 200, 5º e 6º andares, CEP: 01303-020 (membro suplente); (ii) **VANESSA CLARO LOPES**, brasileira, divorciada, contadora, portadora da carteira de identidade RG nº 23.669.532-0, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 162.406.218-03, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Anapurus, nº 883, apto. 142, bloco 2, CEP: 04087-905 (membro efetivo) e, como seu suplente, **RAFAEL REALI ESPOSITO**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da carteira de identidade RG nº 35.120.078, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 313.842.678-67, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 384, 8º andar, Edifício Platinum Office, Jardim Europa, CEP: 04536-001; (iii) **MARCEL CECCHI VIEIRA**, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 20.563.675 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 143.917.738-48, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 384, 8º andar, Edifício Platinum Office, Jardim Europa, CEP: 04536-001 (membro efetivo) e, como seu suplente, **MÁRIO PEIXOTO NETTO**, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade RG nº 5.003.985 expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.020.634-92, com endereço no Município de São Paulo, do Estado de São Paulo, Rua Jerônimo da Veiga, nº 384, 8º andar, Edifício Platinum Office, Jardim Europa, CEP: 04536-001; (iv) **MARCOS REINALDO SEVERINO PETERS**, brasileiro, divorciado, contador, portador da carteira de identidade RG nº 8.767.135, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.120.398-50, com endereço no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Caramuru, nº 295, apto. 113, Saúde, CEP: 04138-000 (membro efetivo) e, como seu suplente, **MARCELO ADILSON TAVARONE TORRESI**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.364.287-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 117.512.988-76, com endereço no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na Rua José Benedetti, nº 285, Apto. 201, CEP: 09531-000.

(c.1.) Registrar que os membros do Conselho Fiscal, ora eleitos, tomarão posse em seus cargos, no prazo legal e somente após, (i) a assinatura do respectivo termo de posse lavrado no respectivo Livro de Registro de Atas; (ii) a apresentação de declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável; e, quando aplicável, (iii) a assinatura do Termo de Anuência ao Regulamento do Novo Mercado.

(d) Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 100% (cem por cento) de votos a favor, representados por 12.198.465 (doze milhões, cento e noventa e oito mil, quatrocentas e sessenta e cinco) ações, o montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia em R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil) reais.

7. ATAS E PUBLICAÇÕES: Foi autorizada pelos acionistas presentes a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei nº. 6.404/76.

8. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 20 de abril de 2017. Mesa: Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes – Presidente. Cristiano Soares Rodrigues - Secretário.

- Confere com a original lavrada em livro próprio. -

Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes
Presidente

Cristiano Soares Rodrigues
Secretário

9. DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE SOCIAL:

Ficam arquivados na sede social da Companhia os seguintes documentos, numerados sequencialmente e autenticados pelo Secretário da Assembleia, na forma do disposto no artigo 130, § 1º, alínea “a”, da Lei 6.404/76:

- Demonstrações Financeiras do Exercício de 2016 (Doc. 01); e
- Proposta da Administração (Doc. 02).

10. REGISTRO DE VOTOS

O acionista SUL AMERICA EXPERTISE II FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES se absteve de votar quanto ao item “c” da ordem do dia.

*(Esta página de assinaturas é parte integrante da Assembleia Geral Ordinária da
Terra Santa Agro S.A. realizada em 20 de Abril de 2017)*

Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes
Presidente

Cristiano Soares Rodrigues
Secretário

LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS NA AGO DE 20/04/2017				
ACIONISTAS	AÇÕES	% DOS PRESENTES	% DO TOTAL	ASSINATURAS
LAPLACE INVESTIMENTOS E GESTÃO DE RECURSOS LTDA	4.111.809	33,71%	22,95%	
BONSUCEX HOLDING S.A.	2.860.752	23,45%	15,97%	
SILVIO TINI DE ARAÚJO	1.949.811	15,98%	10,88%	
DARCI DE ARAÚJO	26.939	0,22%	0,15%	
JOÃO JOSÉ OLIVEIRA DE ARAÚJO	2.825	0,02%	0,02%	
JOÃO BATISTA LEMES CRUVINEL	1.000	0,01%	0,01%	
EWZ INVESTMENTS LLC - SOCOPA SOC CORRETORA PAULISTA S.A.	2.130.131	17,46%	11,89%	
SUL AMERICA EXPERTISE II FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	1.109.154	9,09%	6,19%	
CARLOS AUGUSTO REIS DE A FERNANDES	6.044	0,05%	0,03%	



Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras de 2020





1 AOS ACIONISTAS

Atendendo às disposições legais, a Administração da Terra Santa Agro S.A. – “Terra Santa” ou “Companhia” – tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação com o exercício de 2019. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

2 SOBRE A TERRA SANTA AGRO

A Terra Santa Agro é uma empresa produtora de commodities agrícolas, com foco na produção de soja, milho e algodão. Possui 7 unidades de produção estrategicamente localizadas no estado brasileiro do Mato Grosso, por este apresentar condições favoráveis ao agronegócio, totalizando uma área sob gestão de 131 mil hectares.

Além disso, possui equipamentos e ativos complementares à sua operação agrícola, como equipamentos agrícolas, unidades de armazenagem e algodoceiras.

A Companhia tem suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 – Brasil, bolsa, Balcão, nível mais alto de Governança Corporativa da bolsa brasileira.

3 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2020 foi um ano de grandes transformações para a Terra Santa Agro. No ano marcado pela pandemia mundial do COVID-19, em que praticamente todos os setores da economia foram duramente impactados, o agronegócio se mostrou altamente resiliente. Em um cenário muito atípico que une preços extremamente elevados das commodities agrícolas e Real muito desvalorizado o nosso setor deve viver um dos melhores anos da sua história na safra 2021/22 e a Terra Santa Agro está pronta e preparada para se beneficiar deste cenário econômico extremamente favorável.

Nós sempre tivemos uma visão de longuíssimo prazo, temos trabalhado para construir uma Companhia que durará para sempre. Nesse contexto, desde que nossos indicadores operacionais começaram a se despontar entre os melhores do setor, há alguns anos, que nós começamos a preparar a Companhia para poder capturar oportunidades de crescimento e se figurar como consolidadora em um mercado extremamente fragmentado e, ainda, pouco profissionalizado. Como nós já temos uma estrutura altamente organizada, no mais alto nível de governança



corporativa, faltava ainda estabelecer uma cultura organizacional sólida e que colocasse as pessoas no centro, aumentar, ainda mais, a nossa rentabilidade e resolver o problema do nosso alto nível de endividamento.

A consequência desse trabalho foi o resultado que pôde ser observado trimestre a trimestre em nossos Balanços e nossos releases. Assim, sempre pensando no melhor para nossos stakeholders, em novembro nós decidimos assinar um Memorando de Entendimentos com a SLC Agrícola, por meio do qual a SLC deverá incorporar as operações agrícolas da Terra Santa Agro. Esperamos, com essa transação, resolver o problema do nosso endividamento que é tão danoso para nossa rentabilidade e para o desempenho das nossas atividades operacionais e comerciais e assim melhorar as condições de trabalho de todos os nossos colaboradores e, ao mesmo tempo, gerar valor para os nossos acionistas. Fazendo uma analogia com o nosso negócio, a transação poderia ser vista como uma colheita antecipada dos frutos que viriam por conta do estabelecimento de uma Companhia sólida, sofisticada, inovadora, com visão de futuro e que tem o foco nas pessoas e o resultado como consequência.

Nossas operações seguem acontecendo normalmente, a safra 2020/21 tem demandado constantes replanejamentos que se iniciaram com o atraso do plantio por causa da falta de chuvas em outubro e continuaram por causa do aumento de 5 a 7 dias no ciclo da soja e pelo nível excessivo de chuvas no final de fevereiro e início de março. A maneira como nós nos organizamos, de forma descentralizada e colaborativa, nos ajudou a sermos ágeis e eficientes nas decisões que tomamos e o resultado foi um plantio de algodão e de milho em uma janela muito melhor do que a média do Estado do MT, fator preponderante na definição da produtividade.

Em 2020, a operação da Terra Santa Agro apresentou sólido desempenho, alcançando o maior EBITDA Ajustado de sua história, que totalizou R\$ 222,5 milhões, com crescimento de 48,3% em relação a 2019. Os bons resultados operacionais da safra 2019/20, com recordes de produtividades das culturas de soja e algodão, aliado à desvalorização cambial que impactou positivamente os preços de venda, gerou um EBITDA Ajustado de R\$ 261,8 milhões, contra um EBITDA Ajustado de R\$ 176,3 milhões, acumulado referente à safra 2018/19 até dezembro de 2019. Já o nosso endividamento, apesar do forte resultado operacional, não apresentou redução entre dezembro de 2019 e dezembro de 2020, a contra partida foi um aumento na conta de estoque de algodão que foi marcado em R\$ 28,6 milhões em dezembro de 2020 contra R\$ 7,7 milhões em dezembro de 2019. Com o aumento da área de algodão houve a extensão do período de beneficiamento que nesta safra terminou em 3 de fevereiro de 2021, contra 15 de janeiro de 2020 da safra passada e 17 de janeiro de 2019 na safra retrasada.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer a toda nossa equipe de colaboradores pelo engajamento e empenho, aos nossos fornecedores e acionistas pela confiança e parceria ao longo desse 2020 tão intenso. Com relação a 2021, seguimos confiantes no trabalho de nossa equipe, enquanto aguardamos a conclusão da transação entre a Terra Santa Agro e a SLC, que criará uma gigante na produção de commodities agrícolas, além da criação de uma empresa de terras, um novo marco na história da Terra Santa.

4 DESEMPENHO FINANCEIRO

(R\$ Mil)	2020				2019 (Reapresentado)				Var. %
	SF 2018/19	SF 2019/20	SF 2020/21	Total	SF 2017/18	SF 2018/19	SF 2019/20	Total	
Receita Líquida	204.878	1.027.426	1.158	1.233.462	141.061	627.638	33.998	802.697	53,7%
Receita Líquida dos Produtos	196.460	774.811	-	971.271	113.019	605.507	-	718.526	35,2%
Hedge Accounting	(9.981)	(58.028)	-	(68.009)	(15.454)	(108.020)	-	(123.474)	-44,9%
Avaliação do Ativo Biológico Apropriado à Receita	-	339.667	1.158	340.825	-	136.033	33.998	170.031	100,4%
Produto Agrícola Apropriado à Receita	18.399	(29.024)	-	(10.625)	43.496	(5.882)	-	37.614	-
Custos de Produtos Vendidos	(187.782)	(758.416)	-	(946.198)	(167.169)	(592.643)	-	(759.812)	24,5%
CPV Produtos	(127.666)	(539.584)	-	(667.250)	(74.885)	(486.845)	-	(561.730)	18,8%
Realização Ativo Biológico Apropriado ao Custo	(60.116)	(218.832)	-	(278.948)	(92.284)	(105.798)	-	(198.082)	40,8%
Lucro Bruto	17.096	269.010	1.158	287.264	(26.108)	34.995	33.998	42.885	-
Despesas Operacionais	(316)	(28.031)	(10.519)	(38.866)	(307)	(27.209)	(46.429)	(73.945)	-47,4%
Gerais, Administrativas	-	(34.089)	(3.967)	(38.056)	-	(25.578)	(12.219)	(37.797)	0,7%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	15.100	(2.740)	12.360	-	8.268	(31.518)	(23.250)	-
Despesas com Armazenagem	-	(7.063)	(3.812)	(10.875)	-	(7.849)	(2.692)	(10.541)	3,2%
Despesas com Vendas	(316)	(1.979)	-	(2.295)	(307)	(2.050)	-	(2.357)	-2,6%
Lucro Operacional - EBIT	16.780	240.979	(9.361)	248.398	(26.415)	7.786	(12.431)	(31.060)	-
(+) Depreciação e Amortização	8.458	45.582	1.630	55.670	3.045	47.124	1.759	51.928	7,2%
Resultado Financeiro				(312.205)				(120.847)	158,3%
Receita Financeira	-	-	-	20.497	-	-	-	9.453	116,8%
Despesa Financeira	-	-	-	(156.010)	-	-	-	(127.720)	22,2%
Variação Cambial	-	-	-	(83.969)	-	-	-	2.762	-
Derivativos	-	-	-	(92.723)	-	-	-	(5.342)	-
Lucro (Prejuízo) antes do IR e CS				(63.807)				(151.907)	-58,0%
IR e CSLL Diferido	-	-	-	6.959	-	-	-	17.188	-59,5%
Lucro líquido (Prejuízo) do período				(56.848)				(134.719)	-57,8%
EBITDA	25.238	286.561	(7.731)	304.068	(23.370)	54.910	(10.672)	20.868	-
Margem EBITDA	12,3%	27,9%	-667,6%	24,7%	-16,6%	8,7%	-31,4%	2,6%	-
(+) Hedge Accounting	-	68.009	-	68.009	15.454	108.020	-	123.474	-44,9%
(+) Variação Cambial Operacional	(1.646)	(56.108)	13.234	(44.520)	2.008	(13.019)	(1.265)	(12.276)	262,7%
(+) Provisões não recorrentes e Impairment de ativos	(6.145)	(15.101)	2.741	(12.360)	760	(8.268)	31.518	23.250	-
(+) Derivativos, líquidos	(6.145)	(35.746)	(50.832)	(92.723)	760	(669)	(5.433)	(5.342)	-
EBITDA Ajustado	17.447	247.615	(42.588)	222.474	(5.148)	140.974	14.148	149.974	48,3%
Margem EBITDA Ajustada	8,1%	22,8%	-3677,7%	17,1%	-3,3%	19,2%	41,6%	16,2%	0,9 p.p.

Os resultados contábeis da Companhia levam em consideração o resultado de duas safras distintas para análise trimestral e de três safras distintas no acumulado no ano. O atual período de análise considera a safra corrente (2020/21), que teve início em setembro e apesar de ainda não ter faturamento, já incorre em despesas; a safra 2019/20 e o estoque de passagem da safra 2018/19, esta última apenas para acumulado no ano. Para um melhor efeito de comparação, passaremos a analisar o resultado por safra dentro do trimestre e acumulado no ano.

As aberturas por safra serão apresentadas até a linha de lucro bruto da DRE e para EBITDA e EBITDA Ajustado. Para as demais linhas, continuaremos apresentando apenas os totais por período.

Destacamos que o EBITDA, divulgado desde o 1T20, leva em consideração a adoção do IFRS16 (CPC 06 (R2)), cujos efeitos no balanço patrimonial foram o reconhecimento do direito de uso de ativos arrendados e o passivo de arrendamentos. No resultado, os efeitos foram a substituição do custo/despesa de aluguéis e arrendamentos por depreciação do direito de uso dos bens e juros sobre o passivo de arrendamento. Com isso, o EBITDA da Companhia aumenta, visto que os juros e a depreciação não são considerados para o seu cálculo.

Até 31 de dezembro, os efeitos do IFRS16 eram ajustados como se esta norma não tivesse sido implementada, para permitir comparabilidade com o ano de 2018, no qual o IFRS16 ainda não estava em vigor.

A partir de 2020, passamos a divulgar o EBITDA com os efeitos do IFRS16, comparando com EBITDA de 2019 na mesma metodologia. Adicionalmente, passaremos a ajustar os efeitos das operações de derivativos.



A Companhia efetuou ajustes nas informações contábeis correspondentes das demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e dos fluxos de caixa do exercício findo nesta mesma data, conforme nota explicativa 2.6, a saber:

a) Registro contábil de “operações de performance” adquiridas pela Companhia para cumprir com contratos de ACC / PPE:

Os resultados obtidos com operações de performance adquiridas pela Companhia estão sendo registrados como componente do resultado financeiro, pelo seu valor líquido, na demonstração do resultado, associado ao cumprimento de compromissos de contratos de financiamentos.

Anteriormente, a Companhia reconhecia essas operações como se fosse o principal na operação de venda e, conseqüentemente, reconhecia os efeitos dessas operações nas rubricas de receita líquida de vendas e custo dos produtos vendidos, na demonstração do resultado, pelos montantes contratuais dos produtos embarcados e custo de compra da operação de performance, respectivamente.

b) Classificação dos gastos com fretes sobre vendas na demonstração do resultado apresentada por função:

Na avaliação da Companhia, os gastos com fretes e despesas portuárias (*fobbings*) para o transporte e entrega no destino combinado com o cliente são custos necessários para se cumprir com a obrigação de performance. Logo, devem ser componente do custo dos produtos vendidos (CPV), conforme previsto no CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes na seção de "Custos para cumprir um contrato". Anteriormente, esses gastos estavam registrados como despesas com vendas, na demonstração do resultado.

c) Imposto de Renda Diferido

Sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos, informamos na nota explicativa 11.1 das demonstrações financeiras que identificamos erros nas bases de cálculo de anos anteriores, substancialmente corrigidos em 2020. Com isso, em 31 de dezembro de 2020 o valor total dos créditos diferidos monta em R\$ 466.3 milhões, sendo R\$ 437,3 milhões na controladora (dos quais R\$ 98,4 milhões não ativados) e R\$ 29,0 na subsidiária TS Brasil. Além dos ajustes já efetuados, estamos ainda trabalhando na verificação de incorreções e retificação de obrigações acessórias e estimamos que o valor dos créditos não registrados no ativo aumentará em, pelo menos, R\$ 30,8 milhões. Após essas retificações, assim será compostos o saldo de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social:

Prejuízo fiscal e base negativa	Terra Santa	TS Brasil	Total
Tributos diferidos ativados	338.958	29.016	367.974
Tributos diferidos não ativados em 2020	98.417		98.417
Tributos diferidos - em retificação	30.814		30.814
Tributos diferidos totais	468.189	29.016	497.205

O resultado operacional da Companhia na safra 2019/20 foi bastante sólido, mesmo com o advento da pandemia do COVID-19. Ao longo do ano de 2020, executamos nosso planejamento agrícola de forma bastante eficiente e conseguimos nos beneficiar dos altos preços da soja, algodão e milho, sobretudo por



conta da desvalorização do real frente ao dólar e demanda aquecida advinda, principalmente, da cadeia produtiva de suinocultura na China. Assim, a Companhia registrou em 2020 a maior receita líquida de sua história, totalizando R\$ 1,2 bilhão em 2020, com crescimento de 53,7% sobre 2019.

O EBITDA Ajustado foi de R\$ 222,4 milhões, também o maior já reportado pela Companhia, com crescimento de 48,3% e margem de 17,1%, 0,9 pontos percentuais acima de 2019.

No entanto, a mesma desvalorização do real que muito beneficiou as exportações de nossa produção, também afetou nosso Resultado Financeiro, que totalizou uma despesa de R\$ 312,2 milhões, 158,3% acima de 2019. O impacto no Resultado Financeiro poder atribuído principalmente à Variação Cambial, que encerrou 2020 com uma despesa de R\$ 84,0 milhões contra uma receita de R\$ 2,8 milhões em 2019, além dos Derivativos, que tiveram um saldo negativo de R\$ 92,7 milhões em 2020, frente a uma despesa de R\$ 5,3 milhões em 2019. Diante disso, a Companhia apresentou um Prejuízo Líquido de R\$ 56,8 milhões, ainda assim 57,8% menor que o prejuízo reportado em 2019.

Cabe ressaltar que a safra 2020/2021, que impactará os resultados de 2020, está bem encaminhada, mesmo com o atraso das chuvas no início da safra. Por conta desse atraso, nossa produção de soja deverá sensivelmente menor que na safra anterior, porém estamos otimistas com relação a nossa safra de milho e, sobretudo, algodão.

5 PERSPECTIVA DE MERCADO – AGRONEGÓCIO

A pandemia do COVID-19 e as consequentes medidas de isolamento social para sua contenção tiveram profundo impacto na economia brasileira em 2020. No entanto, enquanto praticamente todos os setores econômicos mostraram retração em 2020, o PIB do agronegócio apresentou uma alta acumulada de 19,66% entre janeiro e novembro, em comparação ao mesmo período de 2019, conforme dados da CNA/Cepea.

Assim como todos os setores da economia, o agronegócio foi evidentemente afetado pela pandemia, porém em diferentes graus em seus diversos segmentos. Segmentos como os de algodão, por exemplo, sofreram fortes impactos negativos, principalmente no primeiro trimestre de 2020, quando ocorreu o auge da paralisação do mercado interno e da crise sanitária em todo o mundo. Contudo, os segmentos do agronegócio que puderam contar com o mercado externo foram altamente beneficiados pela grande desvalorização do real frente ao dólar no ano. Há ainda segmentos do agronegócio que, circunstancialmente, com o aumento da demanda interna pelo efeito do auxílio emergencial e pelas condições bastante favoráveis para exportação por preços recordes, acabaram registrando resultados bastante positivos.

A alta expressiva dos preços de soja e derivados ao longo de 2020 foi sustentada pela demanda doméstica, exportação e desvalorização cambial do real frente ao dólar. No cenário internacional, resquícios da guerra comercial entre EUA e China associados aos baixos níveis de estoques chineses também ajudaram a impulsionar o fluxo das exportações brasileiras de soja no ano. As indústrias chinesas elevaram a demanda pelos derivados da soja visando atender á crescente demanda do setor de proteína animal, que passa por uma profunda reestruturação depois dos problemas sanitários derivados do surto de peste



suína africana que atingiu o país asiático. Cabe ressaltar também que a demanda interna brasileira esteve aquecida em 2020, estimulada particularmente pelas cadeias produtivas de proteína animal. Consequentemente, o Brasil encerrou a temporada com os estoques de soja mais baixos em anos concomitantemente a novos recordes de preços alcançados. Esse cenário estimulou os produtores a anteciparem as negociações da produção das duas próximas safras.

Com a safra *spot* praticamente toda negociada e as vendas antecipadas da soja da safra 2020/21 já superando mais da metade do potencial produtivo para o novo ciclo, é de se esperar que alguns produtores já comecem a vender antecipadamente parte da safra 2021/22, o que poderá dar suporte aos preços no Brasil no médio prazo, deixando pouco espaço para quedas bruscas.

De acordo com a IHS Market, a previsão para área plantada com soja no Brasil para safra 2020/21 é projetada em 38,8 milhões de hectares, um aumento de 5% em relação à safra anterior. O nível alcançado pelas vendas antecipadas de soja na nova safra e a possibilidade de rentabilidade recorde da oleaginosa frente a culturas concorrentes dever gerar migrações entre culturas e expansão da área plantada com a soja no Brasil.

Em relação a produção, a IHS Market estima rendimentos alinhados à média histórica dos últimos cinco anos desconsiderando quebras, o que sugere a colheita de 134,0 milhões de toneladas, com uma oferta 6% maior que a safra passada. Essa estimativa está em linha com a da MB Agro, cuja estimativa inicial é de 133/135 milhões de toneladas de soja. Contudo, a ameaça do La Niña na safra 2020/21 tem gerado algumas incertezas com relação ao potencial produtivo, uma vez que a característica do fenômeno climático é de chuvas abaixo da média. A produção recorde no Brasil deverá ser acompanhada por um forte crescimento da demanda, sobretudo em função de uma demanda potencialmente muito forte do setor de proteína animal.

As exportações também sinalizam um potencial de fluxo recorde, sobretudo pela demanda chinesa que permanece aquecida. Até novembro de 2020, as exportações de soja totalizaram 88,9 milhões de toneladas. De acordo com a MB Agro, a previsão é que o valor continue alto em 2021, porém a definição dependerá efetivamente do resultado da safra que está em desenvolvimento.

Com relação ao milho, os preços da commodity no mercado brasileiro atingiram níveis recordes, impulsionados pela forte demanda doméstica bem como pelo ritmo intenso de exportações. Assim como no caso da soja, o Ministério da Economia zerou a alíquota de importação do milho para conter a alta do preço dos alimentos, neste caso, até 31 de março de 2021. Contudo, não houve maiores impactos no preço do cereal.

O contínuo crescimento das cadeias produtivas de proteína animal além da produção de etanol de milho no Brasil e a desvalorização do real, criaram condições favoráveis a formação de preços atrativos. Nos últimos anos, a venda antecipada da segunda safra de milho ganhou forte intensidade como forma de garantir preços ou mesmo de gerar recursos para financiamento da produção de soja. Neste ano, especificamente, o milho colhido nas lavouras de segunda safra chegou ao mercado com nível recorde de vendas antecipada em função da maior atuação das tradings e indústrias de etanol do Centro-Oeste. Por sua vez, o setor de proteína animal também viu a demanda do setor crescer através das vendas externas



e gradual retomada do consumo doméstico. O efeito disso foi uma maior disputa por lotes remanescentes e ocorrência de cancelamentos de fluxo para o exterior visando atender a forte demanda doméstica. Neste contexto, o fluxo de comercialização de milho segunda safra que será plantado em 2021 também ganha destaque.

Outro fator cada vez mais relevante é a ascensão da produção de etanol de milho, que elevou e transformou a demanda interna e traz renda aos produtores, sobretudo àqueles localizados no interior do país como é o caso dos situados no Mato Grosso. Atualmente existem cinco usinas em funcionamento no Mato Grosso com o uso total de milho na produção de etanol e outras oito usinas flex. Há a previsão da instalação entre 12 a 15 usinas (full e flex) nos próximos anos nos estados do Mato Grosso, Goiás, Rondônia e Paraná. Atualmente, 4% da produção nacional de etanol teve o milho como matéria prima. Este percentual deverá crescer significativamente nos próximos anos, fator que deve elevar ainda mais o consumo interno do cereal.

O acelerado crescimento nas vendas antecipadas do milho também sugere potencial de grande expansão da produção do cereal na temporada 2020/21, com área recorde de 19,2 milhões de hectares plantados, aumento de 4% em relação à safra anterior e, com potencial de produção recorde de 109,5 milhões de toneladas, 6% superior ao ciclo anterior. Na nova temporada, as exportações brasileiras de milho devem contar também com a forte demanda da China. Diante da firme demanda interna e externa, os preços do milho devem se manter em patamares bastante atrativos no novo ciclo.

Quanto ao algodão, a cadeia produtiva alcançou bons resultados na safra 2019/20, marcada por preços elevados, sustentados por um fluxo recorde de exportações. As exportações compensaram os efeitos da queda da demanda doméstica decorrentes da pandemia e das conseqüentes medidas de isolamento social que paralisou por tempo considerável as confecções e o comércio de roupas. A safra brasileira de algodão 2019/20 totalizou um recorde de mais de 3 milhões de toneladas de fibra produzidas, um crescimento expressivo de 8% frente ao ciclo anterior e, chegou ao mercado, com cerca de 80% da produção comercializada, sendo a grande parte contratos fixados com o mercado externo. O efeito cambial e a necessidade de garantir estoques na Ásia, mesmo frente aos efeitos da pandemia, garantiram uma proteção aos produtores contra a volatilidade gerada pela crise econômica.

A desaceleração da comercialização antecipada da safra 2020/21 no Brasil, fez com que a venda de algodão saísse de níveis recordes, convergindo para a média de 10 anos. O risco climático gerado pelo atraso das chuvas no Brasil na última primavera tem gerado sinais de alerta. O estado do Mato Grosso, bem como Goiás, Mato Grosso do Sul e Rondônia, juntos chegam a concentrar cerca de 75% da produção nacional, costumam semear algodão de segunda safra, logo após a colheita da soja. O atraso das chuvas tem prejudicado a implantação das lavouras de soja nesses estados e, em consequência, devem encurtar a janela ideal de plantio do algodão. Tais fatores já apontam para possibilidade de retração na área plantada além do salto nos custos de produção e elevação dos estoques de passagem no Brasil. Estes fatores apontam em uma estimativa inicial para uma provável redução de área plantada na safra 2020/21 da ordem de 10%, de acordo com IHS Market. De qualquer forma, a escalada dos referenciais internacionais de volta aos 60 centavos de dólar na bolsa ICE, a depreciação do real e as linhas de crédito voltadas para investimentos em ampliação da capacidade de armazenagem deverão mitigar a redução da área plantada.



6 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia tem suas ações - “TESA3” - listadas no Novo Mercado da B3, segmento com as melhores práticas de Governança Corporativa, reiterando assim o compromisso com a comunidade financeira e com todos os *stakeholders*. O Conselho de Administração conta com 6 membros (sendo 2 independentes) que respondem pela orientação geral dos negócios.

COMITÊS CONSULTIVOS

A Companhia conta também com 3 comitês consultivos – Comitê Estratégico Financeiro, Comitê de Gente, e Comitê de Governança e de Assuntos Jurídicos. A função principal dos comitês é propiciar ao Conselho de Administração os elementos e subsídios necessários ao processo decisório e de apoiar a Diretoria da Companhia nas políticas aprovadas pelo seu Conselho de Administração.

A Terra Santa Agro conta também com um Comitê de Auditoria Estatutário composto de 3 membros responsáveis, dentre outras obrigações, por fiscalizar as atividades da Administração, rever as demonstrações financeiras da Companhia e reportar suas conclusões aos acionistas.

Por fim, a Terra Santa Agro conta ainda com uma Diretoria composta por 5 membros e um com um departamento de Controles Interno e Riscos que tem como principais objetivos (a) mapear e gerenciar os riscos aos quais a Companhia é exposta, (b) realizar auditorias independentes nas áreas de negócios, (c) gerenciar e apurar relatos realizados pelo o canal de ética e denúncias. Esses instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressas pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da Terra Santa Agro.

7 RECURSOS HUMANOS

Ao final de 2020, a Companhia contava com 1053 colaboradores, uma redução de 6,7% em relação ao ano anterior.

No dia 11 de março de 2020, a Covid-19 foi declarada pandemia global pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Diante disso, a Terra Santa Agro adotou um plano de contingência visando garantir a integridade da saúde física e mental dos seus colaboradores, bem como a segurança e a continuidade de suas operações essenciais, mantendo contato próximo com autoridades, clientes, fornecedores e demais *stakeholders* com o intuito de adotar as melhores decisões e práticas possíveis diante dos desafios e incertezas envolvidos. Para os funcionários das áreas administrativas da Companhia, foi adotado o regime de trabalho *home office*. Paralelamente, todas as instalações e processos foram adequados para garantir o bem-estar dos profissionais que precisam estar em campo, garantindo a continuidade dos nossos serviços. Além disso, todos os funcionários que integram os grupos de risco foram orientados a adotar medidas específicas de isolamento, cuidados e monitoramento e trabalham em regime de *home office*.



CERTIFICADO DE QUALIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO

Em 2020, a Companhia obteve o Certificado de Qualidade no Ambiente de Trabalho emitido pela Atmosfera FIA. Este certificado reconhece todo o esforço dos dirigentes, RH, gestores e demais colaboradores em construir um ambiente de trabalho agradável para trabalhar e que favorece a construção de equipes mais unidas, de uma atmosfera de trabalho mais harmoniosa e de uma empresa mais produtiva. A concessão do certificado foi baseada no resultado da pesquisa FIA Employee Experience (FEEx) – metodologia desenvolvida pela FIA ao longo dos últimos 40 anos – e observou os seguintes critérios: (1) Atingimento de um índice de clima organizacional (i-CO) igual ou superior a 75 pontos e (2) Participação dos funcionários na pesquisa igual ou superior à amostra mínima definida para o porte da Companhia.

8 MERCADO DE CAPITAIS

DESEMPENHO DAS AÇÕES

As ações da Terra Santa (TESA3) encerraram o ano de 2020 cotadas a R\$ 26,01/ação, totalizando um valor de mercado para a Companhia de R\$ 563,2 milhões.

No ano, as ações da TESA3 apresentaram uma valorização de 18%, passando de R\$ 22,00/ação no final de dezembro de 2019 para R\$ 26,01/ação no final de dezembro de 2020. O Ibovespa, no mesmo período, apresentou uma valorização de 2,9%.

As ações da Terra Santa Agro, listadas no nível mais alto de governança corporativa (Novo Mercado), estiveram presentes em 100% dos pregões do ano de 2020. O volume médio diário registrado no período foi de R\$ 1.085 mil e 68.304 ações.

CAPITAL SOCIAL E DISPERSÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia é representado por 21.779.313 (considerando ações emitidas no aumento de capital e bônus de subscrição exercidos e homologados até o momento) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Desse total, 40,7% são detidas por pessoas físicas, 51,5% por investidores institucionais e 7,8% por investidores estrangeiros, perfazendo mais de 6 mil investidores.

A estrutura acionária da Companhia é pulverizada com mais de 98,3% dos investidores brasileiros, no qual o maior acionista detém 43,3%.

9 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS TERRA SANTA E SLC AGRÍCOLA

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando o mercado que assinou, naquela data, um Memorando de Entendimentos não vinculante com a SLC Agrícola S.A., estabelecendo premissas, termos e condições indicativos para uma transação em que a SLC Agrícola assumiria as



operações agrícolas da Terra Santa, por meio da incorporação das ações da Terra Santa pela SLC Agrícola (“Incorporação de Ações”).

Em preparação para a combinação de negócios pretendida, a Terra Santa pretende realizar uma reorganização societária visando a segregação de ativos e passivos vinculados às propriedades rurais e correspondentes benfeitorias, para uma nova sociedade anônima a ser formada, registrada como companhia aberta e listada no Novo Mercado da B3, cujas ações serão detidas pelos acionistas da Terra Santa (“Terra Santa LandCo”), e que não será objeto da transação (“Reorganização Societária”). Como parte da operação, a Terra Santa arrendará propriedades rurais da Terra Santa LandCo para a SLC Agrícola.

Os termos do Memorando foram negociados de forma independente pelos representantes das partes e intervenientes-anuentes. Além das condições usuais para este tipo de operação, tais como celebração dos documentos definitivos, o Memorando estabelece as seguintes condições para a realização da operação: (i) conclusão satisfatória de um processo de diligência a ser realizada na Terra Santa; (ii) aprovação da operação pelos órgãos deliberativos da Terra Santa e da SLC Agrícola, conforme aplicável, incluindo os respectivos conselhos de administração e assembleias gerais de acionistas; (iii) conclusão da Reorganização Societária relacionada à Terra Santa para segregação de determinados ativos e passivos; e (iv) anuência e aprovação de autoridades governamentais, terceiros e credores para a consumação da operação.

A operação da Terra Santa, segue seu curso normal, incluindo-se os Planos de Safra e suas implicações, até a conclusão da operação aqui divulgada.

Após a conclusão do acordo, a Terra Santa LandCo será uma companhia aberta e listada no Novo Mercado da B3, segmento mais alto nível de Governança Corporativa, que terá como foco a aquisição e desenvolvimento de terras.

Em 7 de janeiro de 2021, a Companhia comunicou por meio de Comunicado ao Mercado que, no dia anterior, o CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica havia aprovado a Incorporação de Ações.

10 AUDITORIA INDEPENDENTE

Ao longo do exercício de 2020, em atendimento à instrução nº CVM 381/03, informamos que a PWC prestou serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, bem como, prestou serviços relacionados a compliance tributário com honorários de R\$ 160 mil, que representa 15% dos honorários dos serviços de auditoria externa. Entendemos que estes serviços não representam conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Terra Santa Agro S.A., no exercício das suas atribuições e responsabilidades, examinaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2020 e, com base nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o relatório de auditoria, sem ressalvas, emitido pela PwC Auditores Independentes, concluem que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e recomendam, por unanimidade, a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração.

São Paulo/SP, 10 de março de 2021

Tereza Cristina Grossi Togni
Coordenadora do Comitê

Emilio Humberto Carazzai Sobrinho
Membro do Comitê

Marcos Reinaldo Severino Peters
Membro do Comitê

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.

Os Diretores da Terra Santa Agro S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.799.312/0001-20, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PwC Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício de 2020, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 10 de março de 2021.

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Diretor Presidente

Alexandre Segadilha Adler
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Lambrecht
Diretor Administrativo

Márcio José Ferreira
Diretor Operacional

Paulemar Barros
Diretor Comercial

Terra Santa Agro S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Terra Santa Agro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Terra Santa Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Terra Santa Agro S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terra Santa Agro S.A. e da Terra Santa Agro S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

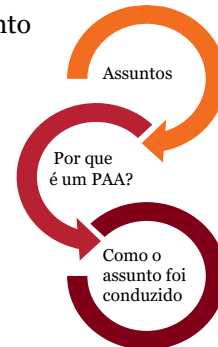
Memorando de entendimentos não vinculante – proposta de combinação de negócios

Chamamos a atenção para a Nota 1.4 às demonstrações financeiras, a qual descreve que, em 26 de novembro de 2020, a Companhia assinou um Memorando de entendimentos não vinculante, vigente por um período de 120 dias a partir de sua assinatura, que estabelece condições indicativas para uma transação de venda da operação agrícola por meio de incorporação de suas ações por potencial comprador, após a realização de uma reorganização societária para a segregação das propriedades rurais e benfeitorias que não serão objeto da transação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Terra Santa Agro S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Situação econômica e financeira da Companhia (Nota 1.2 às demonstrações financeiras)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 131.013 mil na controladora e R\$ 91.003 mil no consolidado.

A administração, baseada em suas projeções de resultados e de fluxos de caixa para os próximos doze meses a partir da data do balanço, possui expectativa de gerar caixa operacional, bem como capacidade de captar novos recursos junto a bancos e parceiros comerciais para suprir necessidades de caixa, independentemente da potencial combinação de negócios, divulgada na Nota 1.4.

Considerando as diferentes ações descritas na Nota 1.2, nem todas dependentes apenas de esforços da administração, bem como as premissas significativas e julgamentos críticos contidos na projeção de fluxos de caixa para os próximos doze meses a partir da data do balanço, determinamos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Dentre outros, efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Obtivemos o memorando de avaliação da capacidade financeira preparado pela administração e confrontamos com as projeções de fluxo de caixa aprovadas pelo Conselho de Administração.
- Realizamos discussões com a administração em relação aos planos e ações divulgados.
- Avaliamos a razoabilidade das projeções de fluxo de caixa para os próximos doze meses a partir da data do balanço, confrontando os dados das principais premissas utilizadas para esse período com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia.
- Verificamos se o cronograma de pagamentos dos empréstimos e financiamentos considerados no fluxo de caixa de doze meses está de acordo com as condições contratuais atuais. Adicionalmente, obtivemos evidência das linhas de crédito disponíveis.
- Testamos os controles internos da Companhia referentes ao monitoramento do cumprimento das cláusulas restritiva (*covenants*) existentes nos

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

contratos de financiamento. Para os *covenants* não cumpridos, inspecionamos os consentimentos (*waiver*) obtidos junto às instituições financeiras correspondentes.

- Analisamos os eventos subsequentes até a data de emissão deste relatório.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações e dados obtidos.

Avaliação do valor recuperável do ágio (Notas 2.10 e 17 às demonstrações financeiras) e realização dos tributos diferidos ativos (Notas 2.16 e 11 às demonstrações financeiras)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas mantém em suas demonstrações financeiras saldo de ágio de R\$ 275.484 mil, resultante de aquisições de negócios ocorridas em anos anteriores. A administração realiza ao menos uma vez por ano o teste de recuperação do ágio e da unidade geradora de caixa ("UGC") a qual o ágio foi alocado. A administração determinou o valor recuperável da UGC pela abordagem do valor em uso, calculado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado.

A Companhia e suas controladas também possuem tributos diferidos ativos provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 367.974 mil, os quais foram registrados com base em estudo que contém as projeções de lucros tributáveis futuros.

As projeções de resultado são base para a elaboração de fluxos de caixa futuros descontados e demandam a adoção de premissas e julgamentos significativos, pela administração, a fim de determinar uma adequada mensuração do valor recuperável da UGC, incluindo o ágio, bem como na mensuração de lucros tributáveis futuros para a avaliação da realização dos tributos diferidos. Variações nessas premissas podem alterar

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Confrontamos os fluxos de caixa futuros utilizados no teste de recuperação do ágio com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração.
- Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, discutimos a adequação do modelo utilizado pela administração para fins da avaliação de recuperabilidade do ágio.
- Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, produtividade, preço de venda e custos de formação da cultura, mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia. Efetuamos também análises de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.
- Adicionalmente, para os tributos diferidos, entendemos e testamos, por amostragem, os ajustes fiscais necessários para projetar os lucros tributáveis futuros, bem como confrontamos os valores de prejuízos fiscais e das bases negativas de

Terra Santa Agro S.A.

Porque é um PAA

significativamente o valor recuperável da UGC, incluindo o ágio, e a realização dos tributos diferidos, com o conseqüente impacto nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

contribuição social, com as escriturações fiscais correspondentes. Avaliamos, também, se as projeções indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Determinação do valor justo dos ativos biológicos (Notas 2.13 e 8 às demonstrações financeiras)

A Companhia mensura seus ativos biológicos pelo valor justo líquido de despesas de venda, por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método requer o exercício de julgamento crítico por parte da administração da Companhia na determinação das premissas significativas, que incluem, entre outras, o preço futuro dos produtos (*commodities*), a cotação futura do dólar estadunidense e a produtividade estimada das lavouras.

Essa foi uma área de foco de nossa auditoria uma vez que variações nas premissas utilizadas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nossa abordagem de auditoria compreendeu, entre outros, os seguintes procedimentos:

- O entendimento e teste dos principais cálculos e premissas que são utilizados na avaliação e mensuração dos ativos biológicos.
- Avaliamos a razoabilidade da metodologia adotada e a consistência das principais informações e premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos, mediante (i) discussão com a administração, (ii) comparação com informações de mercado, quando disponíveis, e (iii) comparação com informações históricas da própria Companhia, considerando aspectos inerentes de cada cultura, bem como sua localidade, identificando e reportando ajustes considerados não relevantes pela Administração.
- Confrontamos as premissas desses cálculos com as premissas utilizadas nas projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração.
- Efetuamos análises de sensibilidade, considerando diferentes cenários de preços das commodities e produtividade das lavouras.

Nossos procedimentos e auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.



Terra Santa Agro S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.22, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 11 de março de 2020, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2020, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.22, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2019, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2019 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Terra Santa Agro S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

Terra Santa Agro S.A.

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

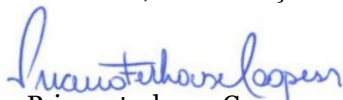
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2021



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Luís Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5

Índice

Balço patrimonial	2
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações do valor adicionado	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações gerais	9
2 Resumo das principais políticas contábeis	11
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	26
4 Caixa e equivalentes de caixa	26
5 Contas a receber de clientes	27
6 Títulos a receber	28
7 Estoques	29
8 Ativos biológicos	30
9 Tributos a recuperar	32
10 Ativos não circulantes mantidos para venda	33
11 Tributos diferidos	34
12 Partes relacionadas	36
13 Investimentos (Controladora)	37
14 Propriedade para investimento	39
15 Direito de uso dos ativos e passivos de arrendamento (Controladora e consolidado)	39
16 Imobilizado	43
17 Intangível	47
18 Fornecedores	49
19 Empréstimos e financiamentos (Controladora e Consolidado)	49
20 Adiantamentos de clientes	53
21 Tributos parcelados	54
22 Provisão para demandas judiciais	54
23 Patrimônio líquido	60
24 Instrumentos financeiros	61
25 Remuneração dos administradores	68
26 Receita líquida de vendas e serviços	68
27 Despesas por natureza	69
28 Resultado financeiro	70
29 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa	70
30 Resultado por ação (Controladora)	71
31 Compromissos (Consolidado)	72
32 Cobertura de seguros	73
33 Informações por segmento	73
34 Eventos subsequentes	74

Terra Santa Agro S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019	2020	2019
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.606	49.931	82.804	50.357	Salários e contribuições sociais		7.936	6.682	7.947	6.698
Contas a receber de clientes	5	18.985	5.984	18.990	6.160	Fornecedores	18	290.436	159.306	290.452	159.337
Títulos a receber	6	5.677	8.611	6.075	11.147	Arrendamentos a pagar	15	52.389	30.354	52.389	30.354
Instrumentos financeiros derivativos	24	17.223		17.223		Tributos a recolher		7.937	9.261	9.786	11.007
Estoques	7	608.415	391.717	610.230	389.819	Empréstimos e financiamentos	19	482.035	355.347	482.035	355.347
Ativos biológicos	8	209.843	213.573	209.843	213.573	Adiantamentos de clientes	20	189.020	195.625	189.020	195.653
Tributos a recuperar	9	28.555	27.289	35.118	39.623	Tributos parcelados	21	6.214	5.780	7.369	6.900
Despesas antecipadas		6.136	449	6.207	580	Instrumentos financeiros derivativos	24	57.334	13.686	57.334	13.686
Outros ativos		24.235	7.010	24.254	7.190	Títulos a pagar		5.387	7.808	5.415	7.876
		967.675	704.564	1.010.744	718.449			1.098.688	783.849	1.101.747	786.858
Ativos não circulantes mantidos para venda	10		10.170		10.170						
		967.675	714.734	1.010.744	728.619						
Não circulante						Não circulante					
Títulos a receber	6	13.026	3.579	13.026	3.579	Empréstimos e financiamentos	19	615.900	474.391	615.900	474.391
Tributos a recuperar	9	29.604	27.920	54.786	52.581	Arrendamentos a pagar	15	273.323	171.793	273.323	171.793
Tributos diferidos	11	241.525	215.486	241.525	215.486	Tributos parcelados	21	9.629	14.713	12.124	17.501
Partes relacionadas	12	442	400			Títulos a pagar		1.053	1.315	1.467	2.807
Depósitos judiciais	22	6.014	5.536	6.033	5.555	Tributos diferidos	11			91.295	72.215
Outros ativos		15.283	15.537	15.283	15.537	Partes relacionadas	12	55.237	171.961		
						Provisão para contingências	22	28.724	19.708	29.023	19.993
						Provisão para perdas em investimentos	13	2.024	2.021		
		305.894	268.458	330.653	292.738			985.890	855.902	1.023.132	758.700
Propriedade para Investimento	14	13.498	4.190	13.498	4.190	Total do passivo		2.084.578	1.639.751	2.124.879	1.545.558
Investimentos	13	1.124.598	1.233.350			Patrimônio líquido	23				
Direito de uso de ativos	15	291.357	193.134	291.357	193.134	Capital social		2.759.721	2.757.844	2.759.721	2.757.844
Imobilizado	16	164.853	167.944	986.440	993.451	Ajuste de avaliação patrimonial		(124.807)	(21.485)	(124.807)	(21.485)
Intangível	17	1.429	960	276.913	276.445	Prejuízos acumulados		(1.850.188)	(1.793.340)	(1.850.188)	(1.793.340)
		1.901.629	1.868.036	1.898.861	1.759.958			784.726	943.019	784.726	943.019
Total do ativo		2.869.304	2.582.770	2.909.605	2.488.577	Total do patrimônio líquido		2.869.304	2.582.770	2.909.605	2.488.577

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 (Reapresentado Nota 2.22)	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.22)
Receita líquida de vendas	26	900.776	593.818	903.262	595.052
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	27	330.200	207.884	330.200	207.645
Realização do valor justo dos ativos biológicos	27	(278.948)	(198.082)	(278.948)	(198.082)
Custo dos produtos vendidos	27	(712.791)	(592.461)	(667.250)	(561.730)
Lucro bruto		239.237	11.159	287.264	42.885
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	27	(2.295)	(2.357)	(2.295)	(2.357)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	27	(47.617)	(45.901)	(48.931)	(48.338)
Resultado de equivalência patrimonial	13	36.713	17.147		
Provisão para perdas em investimentos	13	(3)	(36)		
Outras receitas (despesas), líquidas	27	10.748	(11.103)	12.360	(23.250)
		(2.454)	(42.250)	(38.866)	(73.945)
Lucro (prejuízo) operacional		236.783	(31.091)	248.398	(31.060)
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		19.634	10.130	20.497	9.453
Despesas financeiras		(162.612)	(139.318)	(156.010)	(127.720)
Perdas com derivativos, líquidos		(92.723)	(5.342)	(92.723)	(5.342)
Variações cambiais, líquidas		(83.969)	2.857	(83.969)	2.762
		(319.670)	(131.673)	(312.205)	(120.847)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(82.887)	(162.764)	(63.807)	(151.907)
Imposto de renda e contribuição social	11(b)				
Do exercício					(1.282)
Diferidos		26.039	28.045	6.959	18.470
Prejuízo do exercício		(56.848)	(134.719)	(56.848)	(134.719)
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia		(56.848)	(134.719)	(56.848)	(134.719)
Prejuízo básico por ação (R\$)	30	(2,6237)	(6,5977)		
Prejuízo diluído por ação (R\$)	30	(1,9667)	(4,8468)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Prejuízo do exercício	(56.848)	(134.719)
Outros resultados abrangentes:		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Variação cambial de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	<u>(103.322)</u>	<u>87.391</u>
Outros componentes do resultado abrangente, líquido dos efeitos tributários	<u>(103.322)</u>	<u>87.391</u>
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	<u><u>(160.170)</u></u>	<u><u>(47.328)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<u>Capital</u>				
	<u>Capital social</u>	<u>Gastos com emissão de ações</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Em 1º de janeiro de 2019	2.728.353	(20.851)	(108.876)	(1.658.621)	940.005
Resultado abrangente do exercício					
Integralização de capital	50.000				50.000
Prejuízo do exercício				(134.719)	(134.719)
Conversão de ações - bônus de subscrição	342				342
Variação cambial de <i>hedge</i> de fluxo de caixa			87.391		87.391
Em 31 de dezembro de 2019	<u>2.778.695</u>	<u>(20.851)</u>	<u>(21.485)</u>	<u>(1.793.340)</u>	<u>943.019</u>
Prejuízo do exercício				(56.848)	(56.848)
Conversão de ações - bônus de subscrição	1.877				1.877
Variação cambial de <i>hedge</i> de fluxo de caixa			(103.322)		(103.322)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>2.780.572</u>	<u>(20.851)</u>	<u>(124.807)</u>	<u>(1.850.188)</u>	<u>784.726</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.22)	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.22)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(82.887)	(162.764)	(63.807)	(151.907)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola	(330.200)	(207.884)	(330.200)	(207.645)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	278.948	198.082	278.948	198.082
Depreciações e amortizações	54.044	55.386	55.670	51.928
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	(3.046)	(14.876)	(3.043)	2.366
Resultado da equivalência patrimonial	(36.713)	(17.147)		
Provisão para perdas em investimentos	3	36		
Provisão para contingências	24.594	7.580	24.608	7.865
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável de recebíveis	(2.583)	5.301	(2.417)	5.062
Perda (reversão de perdas) estimadas em estoques	(1.595)	2.147	(1.595)	2.147
Provisão dos créditos tributários ao valor recuperável		(1.356)		(2.168)
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	81.070	5.342	81.070	5.342
Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	14.252	13.288	14.209	13.151
Juros e variações cambiais, líquidos	91.134	197.455	84.184	197.746
Variação nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes	(11.647)	9.681	(11.653)	9.832
Títulos a receber	(4.171)	22.271	(1.020)	41.870
Estoques	225.661	(39.769)	223.285	(33.925)
Ativos biológicos	(392.603)	(10.189)	(392.603)	(10.189)
Tributos a recuperar	(30.555)	(7.866)	(30.131)	(12.046)
Despesas antecipadas	(5.687)	19	(5.627)	78
Outros ativos	(16.971)	(1.755)	(16.810)	(1.923)
Ativos não circulantes mantidos para venda		2.934		2.934
Depósitos judiciais	(11.161)	(1.985)	(11.161)	16.486
Salários e contribuições sociais	1.254	(1.838)	1.249	(1.859)
Fornecedores	188.086	(25.026)	237.656	(54.201)
Tributos a recolher	26.281	25.735	31.209	30.038
Adiantamentos de clientes	(6.605)	50.990	(6.633)	48.958
Arrendamentos e serviços a pagar	18.026	(1.307)	18.026	(1.307)
Pagamentos de demandas judiciais	(4.895)	(12.545)	(4.895)	(12.545)
Títulos a pagar	(2.683)	266	(3.801)	298
Caixa gerado pelas atividades operacionais	59.351	90.206	164.718	144.468
Imposto de renda e contribuição social pagos		(923)		(925)
Juros pagos	(72.472)	(70.832)	(72.543)	(71.219)
Instrumentos financeiros derivativos pagos (recebidos)	(27.903)	7.427	(27.903)	7.427
Caixa líquido (gerado nas) aplicado pelas atividades operacionais - a transportar	(41.024)	25.878	64.272	79.751

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.22)	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.22)
Caixa líquido (gerado nas) aplicado pelas atividades operacionais - de transporte	(41.024)	25.878	64.272	79.751
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento pela venda de ativo	5.195	19.514	5.195	19.514
Aquisição de imobilizado	(18.472)	(19.690)	(18.477)	(19.690)
Aquisição de intangível	(629)	(195)	(628)	(197)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(13.906)	(371)	(13.910)	(373)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento do capital social	1.877	50.342	1.877	50.342
Captações de empréstimos e financiamentos	419.461	285.221	419.461	285.221
Amortização de empréstimos e financiamentos	(374.869)	(360.508)	(374.869)	(364.799)
Pagamentos de custos de captação	(4.118)	(2.531)	(4.118)	(2.531)
Instrumentos financeiros derivativos pagos	(26.742)	(387)	(26.742)	(387)
Recebimento de partes relacionadas, líquidos	71.263	56.215		
Adesão tributos parcelados	656	416	672	691
Pagamento tributos parcelados	(5.306)	(4.068)	(5.580)	(4.898)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	(28.617)	(23.337)	(28.616)	(23.337)
Caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades de financiamentos	53.605	1.363	(17.915)	(59.698)
Redução (aumento) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquida	(1.325)	26.870	32.447	19.680
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.931	23.061	50.357	30.677
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	48.606	49.931	82.804	50.357

As transações e movimentações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa, estão divulgadas na Nota 29.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	(Reapresentado Nota 2.22)		(Reapresentado Nota 2.22)	
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	1.000.172	744.881	1.004.989	746.271
Outras receitas	38.247	22.822	40.229	26.114
Abatimentos e devolução de vendas	(3.124)	(246)	(3.928)	(641)
Reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis	2.583	(5.301)	2.417	(5.062)
Varição do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	330.200	207.884	330.200	207.645
	<u>1.368.078</u>	<u>970.040</u>	<u>1.373.907</u>	<u>974.327</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	(440.196)	(356.940)	(440.196)	(356.940)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(278.948)	(198.082)	(278.948)	(198.082)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(196.953)	(157.648)	(150.262)	(127.490)
Provisão (reversão) para perdas estimadas em estoques	1.595	(2.147)	1.595	(2.147)
Outras despesas	(40.215)	(28.382)	(40.629)	(49.004)
	<u>(954.717)</u>	<u>(743.199)</u>	<u>(908.440)</u>	<u>(733.663)</u>
Valor adicionado bruto	413.361	226.841	465.467	240.664
Depreciação e amortização	<u>(54.044)</u>	<u>(55.386)</u>	<u>(55.670)</u>	<u>(51.928)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>359.317</u>	<u>171.455</u>	<u>409.797</u>	<u>188.736</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	36.713	17.147		
Provisão para perdas em investimentos	(3)	(36)		
Receitas financeiras	153.802	44.118	154.665	43.441
	<u>189.512</u>	<u>29.989</u>	<u>154.665</u>	<u>43.441</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>549.829</u>	<u>232.684</u>	<u>564.462</u>	<u>232.177</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	61.478	60.308	61.578	60.398
Benefícios	2.511	1.938	2.523	1.948
FGTS	4.623	4.753	4.629	4.760
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	13.213	16.282	13.709	16.594
Estaduais	18.232	15.736	19.504	16.655
Municipais	153	143	183	199
Diferidos	(26.039)	(28.045)	(6.959)	(18.470)
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e variações cambiais	532.136	286.528	525.505	274.809
Multas	233	1.328	501	1.571
Aluguéis e arrendamentos	137	8.432	137	8.432
Remuneração de capitais próprios:				
Prejuízo do exercício	<u>(56.848)</u>	<u>(134.719)</u>	<u>(56.848)</u>	<u>(134.719)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>549.829</u>	<u>232.684</u>	<u>564.462</u>	<u>232.177</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Atividades operacionais

A Terra Santa Agro S.A ("Companhia" ou "Terra Santa Agro"), foi constituída em 18 de julho de 2003, sob a denominação de Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda., como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo atualmente sede na Praça General Gentil Falcão, 108 - cj 81, Brooklin Novo, São Paulo - SP.

Em 9 de novembro de 2006, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/no 046/2006, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu à Companhia o registro de "Companhia Aberta", possibilitando a negociação de ações ordinárias de sua emissão no mercado de bolsa de valores (B3).

A Companhia tem como objetivo principal alcançar a excelência operacional na produção de grãos e fibras e no desenvolvimento de terras e, em conjunto com a controlada TS Brasil S.A., exploram atividades agrícolas, com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, e suas atividades consistem basicamente em:

- cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização;
- comercialização de insumos agropecuários;
- beneficiamento do algodão em caroço, próprio e de terceiros; e
- prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas.

Essas atividades são exploradas em terras próprias, arrendadas de terceiros e sob regime de parceria agrícola com a controlada TS Brasil S.A.

1.2 Situação econômica e financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo de R\$ 131.013 e R\$ 91.003 na controladora e consolidado (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 69.115 e R\$ 58.239), respectivamente, substancialmente representado pelos passivos bancários, fornecedores exigíveis, adiantamento de clientes e passivos de arrendamentos nos próximos 12 (doze) meses.

Uma parcela importante dos passivos bancários da Companhia corresponde à dívida de custeio, constituída para financiar a safra, a qual é liquidada com recursos da própria safra. Considerando o êxito já obtido em renegociações com fornecedores e bancos nos últimos anos, a Administração espera que a parcela referente ao custeio, que inclui capital de giro, venha a ser integralmente renovada conforme prática característica do setor.

A geração de caixa da Companhia conta, ainda, com algumas ações implementadas e outras que ainda estão em andamento, tais como:

- (i) Plano de venda de ativos, não operacionais ou pouco rentáveis, em valor aproximado de R\$ 131.241. Até 31 de dezembro de 2020 a Companhia efetuou a venda de R\$ 56.897 equivalente a 43% do plano de venda, sendo que desse montante de vendas, R\$ 49.004 já foi convertido em caixa.
- (ii) Outras alternativas de financiamento por meio de emissões públicas no mercado de capitais e capital próprio. Visando equalizar sua estrutura de capital, reduzindo sua alavancagem, e reforçar

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o capital de giro da Companhia, o Conselho de Administração aprovou em 29 de abril de 2019 por meio da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, aumento de capital no valor de R\$ 50.000, integralizado em 14 de junho de 2019, mediante subscrição privada de novas ações ordinárias. Também, como vantagem adicional aos subscritores das novas ações ordinárias, foram emitidos R\$ 100.000 em bônus de subscrição, que podem ser convertidos até o dia 29 de abril de 2022. Foi realizada a conversão do bônus de subscrição de 17.118 ações, totalizando em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 1.877.

Vale destacar que faz parte das atribuições cotidianas da Companhia o monitoramento contínuo da expectativa de geração de caixa e gestão financeira que contempla a captação de novos recursos necessários para o financiamento das operações nos próximos meses. Por isso, a Administração está confiante na capacidade que a Companhia tem de operacionalizar seus planos de financiamento e na consequente manutenção de sua continuidade operacional. É importante destacar que a Companhia possui patrimônio significativamente superior às suas obrigações financeiras e operacionais, representado majoritariamente por terras agrícolas que tem valor de mercado equivalente a R\$ 1.363.479 conforme indicado por laudo externo de avaliação preparado em outubro de 2020 e que estão sujeitas a condições de garantias divulgadas na Nota 16.5.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações, conforme prazos divulgados na Nota 24.8 (ii). Adicionalmente, a Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme o planejado e que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, próprios ou de terceiros, conforme ações descritas nos parágrafos anteriores. Diante disso, a Administração tem expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

1.3 Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras

O exercício de 2020 trouxe consigo um grande desafio causado pela pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), trazendo sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros.

No referido período, a desvalorização cambial afetou as informações financeiras intermediárias da Companhia, impactando de forma positiva o lucro operacional e prejudicando o resultado financeiro. Adicionalmente, os saldos de ativos e passivos relacionados com o dólar foram aumentados, tais como estoques de produtos agrícolas, ativos biológicos, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Dentro deste novo contexto, o agronegócio é um dos setores menos impactados até o momento. No curto prazo, a administração espera impactos negativos relacionados a atrasos nos embarques de suas mercadorias, com a consequente postergação do fluxo de caixa dos seus recebíveis, sem, contudo, afetar a liquidez da Companhia. Nesse exercício de 2020, a Companhia não teve situação de renegociação de recebíveis por parte dos clientes e não identificou indicadores que pudessem aumentar o risco de não recebimento de seus ativos financeiros. Ademais, não houve qualquer redução nos níveis de atividade da Companhia e a produção agrícola continua ocorrendo normalmente nas suas unidades operacionais.

Em relação a fontes de financiamentos, não se observou alteração significativa nas fontes de recursos, devendo-se ressaltar o importante suporte dos grandes bancos credores em rolagens negociadas no período.

A desvalorização do real frente ao dólar estadunidense, provocada pela crise, foi superior à queda nos preços das *commodities* que a Companhia opera, resultando em um resultado maior do que o esperado para as vendas de algodão e milho da safra 19/20, que ainda não estão 100% comercializados, e um lucro esperado (que vem sendo capturando via fixação de preços) superior ao pré-Covid para todas as culturas.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.4 Potencial combinação de negócios com a SLC Agrícola S.A. – Memorando de entendimentos não vinculante

Conforme comunicado aos acionistas de 26 de novembro de 2020, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante (“Memorando”) com a SLC Agrícola S.A. (“SLC Agrícola”) que estabelece premissas, termos e condições indicativos para uma transação em que a SLC Agrícola assumiria as operações agrícolas da Companhia, por meio da incorporação das ações da Companhia pela SLC Agrícola.

Em preparação para a combinação de negócios pretendida, a Companhia pretende realizar uma reorganização societária visando a segregação de ativos e passivos vinculados às propriedades rurais e correspondentes benfeitorias, para uma nova sociedade anônima a ser formada.

Foi estabelecido um prazo de exclusividade de até 120 dias corridos contados a partir da data de assinatura do Memorando, para que a SLC Agrícola conduza o processo de diligência e as partes e intervenientes-anuentes negociem de boa-fé visando à celebração dos documentos definitivos da operação. Os termos do Memorando foram negociados de forma independente pelos representantes das partes e intervenientes-anuentes. Além das condições usuais para este tipo de operação, tais como celebração dos documentos definitivos, o Memorando estabelece as seguintes condições para a realização da operação: (i) conclusão satisfatória de um processo de diligência a ser realizada na Controladora; (ii) aprovação da operação pelos órgãos deliberativos da Controladora e da SLC Agrícola, conforme aplicável, incluindo os respectivos conselhos de administração e assembleias gerais de acionistas; (iii) conclusão da reorganização societária relacionada à Controladora para segregação de determinados ativos e passivos; e (iv) anuência e aprovação de autoridades governamentais, terceiros e credores para a consumação da operação.

As partes submeteram a operação à aprovação do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, em paralelo à realização da diligência e a negociação dos documentos definitivos da operação, sendo que no dia 6 de janeiro de 2021, foi aprovado pelo CADE a proposta de combinação de negócios com a SLC Agrícola. A decisão do CADE transitou em julgado em 25 de janeiro de 2021.

A efetivação da operação está condicionada a verificação das demais condições precedentes, conforme mencionado acima. A operação da Companhia, segue seu curso normal, incluindo-se os planos de safra e suas implicações, até a conclusão da operação aqui mencionada.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo ativo biológico que está mensurado ao valor justo menos despesas com vendas e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia e suas controladas operam no segmento agrícola e a administração considera como uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

Em 10 de março de 2021, foi autorizada pela administração da Companhia e pelo Conselho de Administração a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os resultados das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados das controladas adquiridas são incluídas nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição do controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia possui investimentos até 31 de dezembro nas seguintes empresas controladas, as quais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Percentual de participação no capital total e votante	
	2020	2019
Buriti Agrícola Ltda.	100,00	100,00
Crateús Algodoeira S.A.	99,48	99,48
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda.	99,98	99,98
Mocuri Agrícola Ltda.	99,94	99,94
TS Brasil S.A.	100,00	100,00

2.3 Conversão de moeda estrangeira

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as companhias atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.3.2 Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. Os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com resgate de até 90 dias da data da aplicação conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) Ativos ao valor justo por meio do resultado; (b) Ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) Ativos ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

(a) Ativos ao valor justo por meio do resultado

Os ativos ao valor justo por meio do resultado são ativos mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) em uma contabilização de *hedge*. A metodologia para apuração do valor justo está descrito na Nota 24.

(b) Ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Quando aplicável, são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercado ativo ou não cotadas em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente, além dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de *hedge* (proteção) em uma contabilização de *hedge*.

(c) Ativos ao custo amortizado

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos ao custo amortizado são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros é imaterial.

2.5.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorrido e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

(a) *Hedge de fluxo de caixa*

Em 12 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de *hedge accounting*. A partir desta data, as variações cambiais incorridas nestes instrumentos financeiros, não designados, foram contabilizadas diretamente a resultado do exercício. O saldo de R\$ 123.697 contabilizado na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" será registrado no resultado conforme cronograma de realização do objeto de *hedge*, estimado para o resultado dos exercícios de 2021 e 2022.

Essa decisão possui caráter estratégico, visto que o câmbio é um componente relevante no segmento da Companhia, que utilizando boas práticas de *hedge* de fluxo de caixa protege analogamente o resultado financeiro.

(b) *Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

2.6 Contas a receber de clientes e títulos a receber

São demonstradas ao valor de realização, ajustados por provisão para perda constituída com base na avaliação da administração quanto a eventuais perdas na realização de contas a receber.

Os montantes a receber de clientes são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Para os saldos de títulos a receber relativos à venda de imóveis e equipamentos o tratamento é semelhante, aplicando-se ainda, o ajuste a valor presente para as parcelas de longo prazo.

2.7 Estoques

Os estoques dos produtos agrícolas são avaliados pelo valor realizável líquido. A Companhia e suas controladas constituem provisão para redução ao valor líquido de realização dos estoques, quando necessário.

Os demais estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor líquido de realização.

O custo dos estoques está baseado no princípio do custo médio e incluem gastos incorridos na aquisição e transportes. No caso de estoques de produtos acabados e estoques de produtos em elaboração, o custo inclui parte dos gastos gerais de fabricação, determinados com base na capacidade normal de operação.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - "Impostos sobre a Renda" e IAS 19 - "Benefícios aos Empregados" (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente;
- passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações da Companhia celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - "Pagamento Baseado em Ações" (equivalentes ao CPC 10) na data de aquisição; e
- ativos classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas" (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa Norma.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.9 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da Companhia e das suas controladas estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e da provisão para baixa decorrente do teste de recuperação (*impairment*). São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear (Nota 16), de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados e ajustados, caso aplicável, ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, quaisquer ganhos ou perdas na baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.10 Ágio

O ágio (*goodwill*) resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O ágio é submetido anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução no seu valor recuperável. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.11 Ativos intangíveis com vida útil definida

Ativos intangíveis, com vida útil definida, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.12 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No final de cada exercício, a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma evidência de perda não recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.13 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas correspondem, substancialmente, às culturas de algodão, soja e milho e são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

As lavouras de algodão, soja e milho são culturas temporárias, nas quais o produto agrícola é colhido após um período que varia de 110 a 180 dias após a data de plantio, dependendo da cultura, variedade, localização geográfica e condições climáticas. Essas lavouras são cultivadas pela Companhia com o objetivo de colher e comercializar o produto agrícola correspondente. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo desses ativos biológicos estão demonstradas na Nota 8. O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com plantio e tratamentos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, quando aplicável (demonstrações intermediárias), sendo registrado no resultado do exercício na rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos".

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso lavouras plantadas a poucos dias do encerramento das demonstrações financeiras ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

2.14 Arrendamentos

A norma sobre Arrendamentos IFRS16/CPC 06(R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para Companhia.

No início do contrato, a Companhia e suas controladas determinam se o contrato é ou contém um arrendamento de acordo com o IFRS16/CPC 06(R2). Após avaliação dos contratos a Companhia reconhece novos ativos relacionados aos contratos de acordo com prazos contratuais.

No arrendamento é reconhecido um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para o contrato de parceria agrícola firmado com a controlada TS Brasil S.A. (100% baseado no resultado da produção), o entendimento da Companhia é pela inaplicabilidade no escopo da norma contábil e, conseqüentemente a Companhia não possui variáveis com base na produção e os arrendamentos não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes a propriedade do ativo subjacente.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser usados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.17 Outros passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.18 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de impostos, devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

As receitas de vendas são reconhecidas na demonstração do resultado quando o controle é transferido ao comprador. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à sua realização.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e o controle legal é transferido.

2.19 Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na Nota 28.

2.20 Resultado por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 - "Resultado por Ação", o lucro líquido (prejuízo) por ação deve ser apresentado como básico e diluído (Nota 30).

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.21 Normas novas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas estão em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, pois após avaliação de seu conteúdo, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. A seguir está uma relação dessas normas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações às IFRS 7 e IFRS 9); e
- Impacto da aplicação inicial da alteração à IFRS 16 – Concessões de Aluguel relacionados à Covid-19 (emendas ao CPC 06/IFRS 16).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.22 Reapresentação de valores correspondentes

A Companhia efetuou ajustes nas demonstrações financeiras correspondentes das demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e dos fluxos de caixa do exercício findo nesta mesma data, em razão de erros identificado na sua preparação, conforme descrito a seguir:

- a) Registro contábil de “operações de *performance*” adquiridas pela Companhia para cumprir com contratos de Adiantamento de Contrato Câmbio:

O resultado obtido com operações de *performance* adquiridas pela Companhia estão sendo registrados como componente do resultado financeiro, pelo seu valor líquido, na demonstração do resultado, associado ao cumprimento de compromissos de contratos de financiamentos. Anteriormente, a Companhia reconhecia essas operações como se fosse o principal na operação de venda e, consequentemente, reconhecia os efeitos dessas operações nas rubricas de Receita líquida de vendas e Custo dos produtos vendidos, na demonstração do resultado, pelos montantes contratuais dos produtos embarcados e custo de compra da operação de *performance*, respectivamente.

Na avaliação da Companhia, sua atuação nessas operações não é caracterizada como principal, nos termos do CPC 47/ IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, haja vista que não exerce nenhuma atividade chave que determine o seu controle sobre o ativo e não possui qualquer risco de crédito associado à operação de exportação. Dessa forma, a Companhia ajustou sua política contábil com base nos seguintes principais pontos:

- Todas as condições comerciais com o exportador já foram previamente acordadas com o vendedor da Operação de *performance*. Não há qualquer participação da Companhia nessas definições que incluem, quantidade, qualidade, preço, data de entrega, condições de pagamentos etc.
- A aquisição da Operação de *performance* pela Companhia e o embarque do produto são formalizadas praticamente em um evento único. O vendedor da Operação de *performance* já tem o produto no local de embarque, quando, documentalmente, transfere os produtos para a Companhia e essa para o exportador. Dessa forma, não há qualquer controle ou risco da Companhia sobre o estoque;

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Determinadas operações são realizadas apenas após a comprovação da liquidação financeira da operação;
- Em outras operações, a Companhia figura apenas como intermediária entre empresas do mesmo grupo econômico, em que a empresa produtora agrícola localizada no Brasil possui um contrato com uma *trading* comercial do mesmo grupo localizada no exterior; e
- O resultado auferido pela Companhia em uma “compra e venda” de Operação de *performance* corresponde à “*performance fee*” que é cobrado pela parte que vendeu a Operação de *performance*.

Os efeitos desse ajuste nas demonstrações financeiras de 2019 estão apresentados a seguir, na Nota 2.22.1.

- b) Classificação dos gastos com exportação e fretes sobre vendas na demonstração do resultado apresentada por função:

Na avaliação da Companhia, os gastos com exportação e fretes para o transporte dos produtos das suas dependências até o destino combinado com o cliente são custos necessários para se cumprir com a obrigação de *performance* e, logo, devem ser componente do custo dos produtos vendidos (CPV), conforme previsto no CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes na seção de "Custos para cumprir um contrato". Anteriormente, esses gastos estavam registrados como Despesas com vendas, na demonstração do resultado.

Esse conceito considera como custo das vendas, os gastos necessários para se cumprir com a obrigação de desempenho e, conseqüentemente, reconhecer a receita. Para a Companhia, os gastos com exportação e frete sobre a venda são necessários para cumprir com sua obrigação de desempenho e, conseqüentemente, reconhecer a receita de vendas. Adicionalmente, os preços de vendas são aumentados nas vendas em que a Companhia tem a obrigação de entregar, substancialmente para remunerar esse custo adicional para se cumprir com a referida obrigação.

Os efeitos desse ajuste nas demonstrações financeiras de 2019 estão apresentados a seguir, na Nota 2.22.1.

- c) Impactos dos pagamentos de passivos de arrendamento com produto agrícola e das liquidações de contas a pagar com mútuos com partes relacionadas na demonstração dos fluxos de caixa:

A Companhia mantém contratos de arrendamentos de terras na modalidade de parceria agrícola, os quais preveem a liquidação mediante a entrega, pelo arrendatário ao arrendador, de uma quantidade fixa de soja em grãos. Dessa forma, a Companhia utiliza dos produtos agrícolas colhidos para liquidar esses passivos de arrendamento. Adicionalmente o produto agrícola objeto dessa transação retorna para Companhia através de operação *intercompany* gerando um contas a pagar na Controladora e um contas a receber na Controlada essa operação é liquidada através de mútuo. Em 2019, a Companhia classificava esses pagamentos como atividades de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa.

De acordo com o CPC 03/ IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa, as atividades de financiamento devem compreender os pagamentos em caixa pelo arrendatário para a redução do passivo relativo ao arrendamento e os pagamentos em caixa pelo adquirente da mercadoria, para redução do contas a pagar e, portanto, a Companhia reavaliou a apresentação dos pagamentos de arrendamentos e do contas a pagar *intercompany* como itens que não movimentam caixa na sua demonstração dos fluxos de caixa, e concluiu que estes valores devem ser divulgados como transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- d) Impactos da reconciliação de matérias-primas consumidas e juros e variações cambiais líquidas na Demonstração do valor adicionado.

O valor das matérias-primas consumidas contempla o valor dos tributos, mesmo que recuperados no registro do estoque, dessa forma foi reconciliados os saldos e realizado a segregação devida nas rubricas mencionadas. Em 2019, a Companhia classificava esses valores como adição de juros e variações cambiais.

Os efeitos desse ajuste nas demonstrações financeiras de 2019 estão apresentados a seguir, na Nota 2.22.1.

2.22.1 Efeitos da reapresentação

A Companhia retificou os valores correspondentes, individuais e consolidados, referentes às demonstrações do resultado e do resultado abrangente, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em conformidade com o CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme demonstrado a seguir:

- a) Demonstração do resultado

	Controladora			
	31 de dezembro de 2019			
	Conforme divulgado anteriormente	Operações de performance	Frete sobre vendas	Reapresentado
Receita líquida de vendas	752.348	(158.530)		593.818
Varição do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	207.884			207.884
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(198.082)			(198.082)
Custo dos produtos vendidos	(722.424)	152.464	(22.501)	(592.461)
Lucro bruto	39.726	(6.066)	(22.501)	11.159
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(24.858)		22.501	(2.357)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(45.901)			(45.901)
Resultado de equivalência patrimonial	17.147			17.147
Provisão para perdas em investimentos	(36)			(36)
Outras receitas líquidas	(11.103)			(11.103)
	(64.751)		22.501	(42.250)
Prejuízo operacional	(25.025)	(6.066)		(31.091)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	10.130			10.130
Despesas financeiras	(137.977)	(1.341)		(139.318)
Derivativos, líquidos	(5.342)			(5.342)
Variações cambiais, líquidas	(4.550)	7.407		2.857
	(137.739)	6.066		(131.673)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(162.764)			(162.764)
Imposto de renda e contribuição social				
Diferidos	28.045			28.045
Prejuízo do exercício	(134.719)			(134.719)
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(134.719)			(134.719)

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	31 de Dezembro de 2020			
	Conforme divulgado anteriormente	Operações de performance	Frete sobre vendas	Reapresentado
Receita líquida de vendas	753.582	(158.530)		595.052
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	207.645			207.645
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(198.082)			(198.082)
Custo dos produtos vendidos	(691.693)	152.464	(22.501)	(561.730)
Lucro bruto	71.452	(6.066)	(22.501)	42.885
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(24.858)		22.501	(2.357)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(48.338)			(48.338)
Outras receitas líquidas	(23.250)			(23.250)
	(96.446)		22.501	(73.945)
Prejuízo operacional	(24.994)	(6.066)		(31.060)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	9.453			9.453
Despesas financeiras	(126.379)	(1.341)		(127.720)
Derivativos, líquidos	(5.342)			(5.342)
Variações cambiais, líquidas	(4.645)	7.407		2.762
	(126.913)	6.066		(120.847)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(151.907)			(151.907)
Imposto de renda e contribuição social				
Do período	(1.282)			(1.282)
Diferidos	18.470			18.470
Prejuízo do exercício	(134.719)			(134.719)
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(134.719)			(134.719)

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Demonstração dos fluxos de caixa

	Controladora - 31 de dezembro de 2019			Consolidado - 31 de dezembro de 2019		
	Conforme divulgado anteriormente	Arrendamentos e Partes relacionadas	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Arrendamentos e Partes relacionadas	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	(162.764)		(162.764)	(151.907)		(151.907)
Ajustes de:						
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	(207.884)		(207.884)	(207.645)		(207.645)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	198.082		198.082	198.082		198.082
Depreciações e amortizações	55.386		55.386	51.928		51.928
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	(14.876)		(14.876)	2.366		2.366
Resultado da equivalência patrimonial	(17.147)		(17.147)			
Provisão para perdas em investimentos	36		36			
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações						
Provisão para demandas judiciais	7.580		7.580	7.865		7.865
Reversão da provisão dos créditos tributários ao valor recuperável	(1.356)		(1.356)	(2.168)		(2.168)
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	5.301		5.301	5.062		5.062
Provisão (reversão) das perdas estimadas em estoques	2.147		2.147	2.147		2.147
Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	13.288		13.288	13.151		13.151
Juros e variações cambiais, líquidos	197.455		197.455	197.746		197.746
Derivativos líquidos	5.342		5.342	5.342		5.342
Variação nos ativos e passivos:						
Contas a receber de clientes	9.681		9.681	9.832		9.832
Títulos a receber	22.271		22.271	41.870		41.870
Estoques	(39.769)		(39.769)	(33.925)		(33.925)
Ativos biológicos	11.198	(21.387)	(10.189)	11.198	(21.387)	(10.189)
Tributos a recuperar	(7.866)		(7.866)	(12.046)		(12.046)
Despesas antecipadas	19		19	78		78
Outros ativos	(1.755)		(1.755)	(1.923)		(1.923)
Ativos não circulantes mantidos para venda	2.934		2.934	2.934		2.934
Depósitos judiciais	(1.985)		(1.985)	16.486		16.486
Salários e contribuições sociais	(1.838)		(1.838)	(1.859)		(1.859)
Fornecedores	(54.229)	36.055	(18.174)	(54.201)		(54.201)
Tributos a recolher	25.735		25.735	30.038		30.038
Adiantamentos de clientes	50.990		50.990	48.958		48.958
Instrumentos financeiros derivativos						
Tributos parcelados						
Arrendamentos a pagar	(1.307)		(1.307)	(1.307)		(1.307)
Pagamentos de demandas judiciais	(12.545)		(12.545)	(12.545)		(12.545)
Mútuos	85.418	(85.418)				
Títulos a pagar	266		266	298		298
Caixa gerado pelas atividades operacionais	167.808	(70.750)	97.058	165.855	(21.387)	144.468
Imposto de renda e contribuição social pagos	(923)		(923)	(925)		(925)
Juros pagos	(72.684)	1.852	(70.832)	(73.071)	1.852	(71.219)
Instrumentos financeiros derivativos pagos	7.427		7.427	7.427		7.427
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	101.628	(68.898)	32.730	99.286	(19.535)	79.751
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aplicações financeiras						
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	19.514		19.514	19.514		19.514
Aquisição de imobilizado	(19.690)		(19.690)	(19.690)		(19.690)
Aquisição de intangível	(195)		(195)	(197)		(197)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(371)		(371)	(373)		(373)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Captações de empréstimos e financiamentos	285.221		285.221	285.221		285.221
Amortização de empréstimos e financiamentos	(360.508)		(360.508)	(364.799)		(364.799)
Pagamentos de custos de captação	(2.531)		(2.531)	(2.531)		(2.531)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	(42.872)	19.535	(23.337)	(42.872)	19.535	(23.337)
Recebimento de partes relacionadas, líquidos		49.363	49.363			
Instrumentos financeiros derivativos recebidos	(387)		(387)	(387)		(387)
Adesão tributos parcelados	416		416	691		691
Pagamento tributos parcelados	(4.068)		(4.068)	(4.898)		(4.898)
Aumento do capital social	50.342		50.342	50.342		50.342
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(74.387)	68.898	(5.489)	(79.233)	19.535	(59.698)
Aumento líquido de caixas e equivalentes de caixa	26.870		26.870	19.680		19.680
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	23.061		23.061	30.677		30.677
Caixas e equivalentes de caixa no final do período	49.931		49.931	50.357		50.357

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Demonstração do valor adicionado

	Controladora - 31 de Dezembro de 2019			Consolidado - 31 de dezembro de 2019		
	Conforme divulgado anteriormente	Operações de performance	Reapresentando	Conforme divulgado anteriormente	Operações de performance	Reapresentando
Receitas						
Vendas de mercadorias e serviços	903.411	(158.530)	744.881	904.801	(158.530)	746.271
Outras receitas	22.822		22.822	26.114		26.114
Abatimentos e devolução de vendas	(246)		(246)	(641)		(641)
(Perda) reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis	(5.301)		(5.301)	(5.062)		(5.062)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	207.884		207.884	207.645		207.645
	<u>1.128.570</u>	<u>(158.530)</u>	<u>970.040</u>	<u>1.132.857</u>	<u>(158.530)</u>	<u>974.327</u>
Insumos adquiridos de terceiros						
Matérias-primas consumidas	(315.768)	(41.172)	(356.940)	(315.768)	(41.172)	(356.940)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(198.082)		(198.082)	(198.082)		(198.082)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(351.284)	193.636	(157.648)	(321.126)	193.636	(127.490)
(Provisão) reversão para perdas estimadas em estoques	(2.147)		(2.147)	(2.147)		(2.147)
Outras despesas	(28.382)		(28.382)	(49.004)		(49.004)
	<u>(895.663)</u>	<u>152.464</u>	<u>(743.199)</u>	<u>(886.127)</u>	<u>152.464</u>	<u>(733.663)</u>
Valor adicionado bruto	<u>232.907</u>	<u>(6.066)</u>	<u>226.841</u>	<u>246.730</u>	<u>(6.066)</u>	<u>240.664</u>
Depreciações e amortizações	(55.386)		(55.386)	(51.928)		(51.928)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>177.521</u>	<u>(6.066)</u>	<u>171.455</u>	<u>194.802</u>	<u>(6.066)</u>	<u>188.736</u>
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	17.147		17.147			
Provisão para perdas em investimentos	(36)		(36)			
Receitas financeiras	44.118		44.118	43.441		43.441
Valor adicionado total a distribuir	<u>238.750</u>	<u>(6.066)</u>	<u>232.684</u>	<u>238.243</u>	<u>(6.066)</u>	<u>232.177</u>
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal:						
Remuneração direta	60.308		60.308	60.398		60.398
Benefícios	1.938		1.938	1.948		1.948
FGTS	4.753		4.753	4.760		4.760
Impostos, taxas e contribuições:						
Federais	16.282		16.282	16.594		16.594
Estaduais	15.736		15.736	16.655		16.655
Municipais	143		143	199		199
Diferidos	(28.045)		(28.045)	(18.470)		(18.470)
Remuneração de capitais de terceiros:						
Juros e variações cambiais	292.594	(6.066)	286.528	280.875	(6.066)	274.809
Multas	1.328		1.328	1.571		1.571
Aluguéis e arrendamentos	8.432		8.432	8.432		8.432
Remuneração de capitais próprios:						
(Prejuízo) lucro líquido do período	(134.719)		(134.719)	(134.719)		(134.719)
Valor adicionado distribuído	<u>238.750</u>	<u>(6.066)</u>	<u>232.684</u>	<u>238.243</u>	<u>(6.066)</u>	<u>232.177</u>

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as demais demonstrações financeiras, apresentadas de forma comparativa, e que compreendem as demonstrações do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e das mutações do patrimônio líquido do exercício de 2019, não sofreram alterações e, portanto, não estão sendo reapresentadas.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: recuperabilidade do ágio, mensuração dos ativos biológicos e realização dos créditos tributários diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Nesse contexto, destaca-se que as projeções de resultados futuros da Companhia, que suportam (i) a avaliação do valor de mercado da Companhia, considerando o seu valor em uso, utilizado para avaliação de *impairment* e do ágio (Nota 17) (ii) a estimativa de resultados tributáveis futuros, que suporta o registro e a manutenção dos créditos tributários diferidos. Adicionalmente, essas projeções apresentam alta sensibilidade, principalmente no que se refere às variações na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* agrícolas e as estimativas de produtividade com as quais a Companhia trabalha.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Bancos em moeda nacional	15.942	28.086	50.140	28.512
Bancos em moeda estrangeira	32.307	21.845	32.308	21.845
Aplicações financeiras (i)	357		356	
	<u>48.606</u>	<u>49.931</u>	<u>82.804</u>	<u>50.357</u>

- (i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e, portanto, foram consideradas como equivalentes de caixa, a taxa média anual de rendimentos incidente sobre aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020, varia entre 90% a 100% do CDI. Essas aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cientes em moeda nacional	3.449	2.744	3.650	2.939
Cientes em moeda estrangeira	16.235	5.293	16.235	5.293
	19.684	8.037	19.885	8.232
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(699)	(2.053)	(895)	(2.072)
	<u>18.985</u>	<u>5.984</u>	<u>18.990</u>	<u>6.160</u>

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer:				
Até 30 dias	17.329	3.663	17.335	3.663
De 31 a 90 dias		101		101
De 91 a 180 dias				
Vencidos:				
Até 30 dias (i)	1.351	3.668	1.351	3.668
De 31 a 90 dias	523	225	523	225
De 91 a 180 dias	62	376	62	376
Acima de 180 dias	419	4	614	199
	<u>19.684</u>	<u>8.037</u>	<u>19.885</u>	<u>8.232</u>

- (i) Os valores foram substancialmente recebidos até a data de publicação destas demonstrações financeiras.

A Administração mantém procedimentos de cobrança e acredita que não incorrerá em perdas relevantes com contas a receber vencidas. Vide Nota 24.8 (i).

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	(2.053)	(106)	(2.072)	(317)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(940)	(2.323)	(1.117)	(2.323)
Valores recuperados no exercício	2.294	376	2.294	568
Saldo final	<u>(699)</u>	<u>(2.053)</u>	<u>(895)</u>	<u>(2.072)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica "Outras receitas, líquidas".

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Por venda de ativo fixo	9.981	16.276	10.401	18.770
Por venda de unidades industriais		2.052		2.052
Subarrendamentos e confissões de dívidas	4.936	3.413	4.936	3.531
Crédito com parceiros agrícolas		65		65
Outros créditos (i)	12.371	493	12.371	493
(-) Ajuste a valor presente	(175)	(470)	(175)	(513)
(-) Provisão para <i>impairment</i>	(8.410)	(9.639)	(8.432)	(9.672)
	18.703	12.190	19.101	14.726
Circulante	(5.677)	(8.611)	(6.075)	(11.147)
Não circulante	13.026	3.579	13.026	3.579

- (i) Refere-se substancialmente ao valor da indenização que foi registrada devido a ocorrência de sinistro causado pelo incêndio na unidade Beneficiadora de Algodão Terra Santa - Deciolândia (MT), o fogo teve início em uma fazenda vizinha, o qual acabou se alastrando, por conta dos fortes ventos, para o pátio de armazenagem de algodão em pluma. A ocorrência possui cobertura por apólice de seguro contra incêndio (Nota 32), que indenizará os prejuízos.

O *aging* dos títulos a receber é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer:				
Até 30 dias	210	474	210	479
De 31 a 90 dias	713	1.127	713	1.128
De 91 a 180 dias	1.186	3.094	1.186	5.288
Acima de 180 dias (i)	15.531	8.548	15.531	8.548
Vencidos:				
Até 30 dias		330		330
De 31 a 90 dias		95		96
De 91 a 180 dias (ii)	1.199	3.449	1.200	3.451
Acima de 180 dias (ii)	8.449	5.182	8.868	5.591
	27.288	22.299	27.708	24.911

- (i) Uma parcela substancial dos títulos a vencer acima de 180 refere-se à indenização registrada devido a ocorrência de sinistro na algodoeira Deciolândia. A Companhia espera receber o montante após conclusão do relatório de regulação acerca da cobertura securitária.
- (ii) A Companhia mantém provisões para os títulos vencidos no montante de R\$ 8.432 além do procedimento de cobrança ativo e acredita que não incorrerá em perdas adicionais.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de títulos a receber são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	(9.639)	(6.285)	(9.672)	(6.366)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(1.975)	(4.709)	(1.975)	(4.739)
Valores recuperados no exercício	3.204	1.355	3.215	1.433
Saldo final	<u>(8.410)</u>	<u>(9.639)</u>	<u>(8.432)</u>	<u>(9.672)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras receitas, líquidas”.

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Produtos agrícolas				
Produtos agrícolas - custos de formação (i)	150.357	136.705	150.357	136.705
Produtos agrícolas - ajuste ao valor realizável líquido (ii)	125.727	56.224	125.727	56.224
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	270.976	164.386	270.976	164.386
Embalagens, acondicionamento e peças de reposição	6.294	6.854	6.294	6.859
Gastos de manutenção nas entressafras	37.493	19.283	39.304	17.365
Outros estoques	18.844	11.136	18.848	11.151
(-) Provisão para <i>impairment</i> (iii)	<u>(1.276)</u>	<u>(2.871)</u>	<u>(1.276)</u>	<u>(2.871)</u>
	<u>608.415</u>	<u>391.717</u>	<u>610.230</u>	<u>389.819</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, 8.463 toneladas de produtos agrícolas, no montante aproximado de R\$ 64.000, estão cedidas em garantia a fornecedores de insumos agrícolas (em 31 de dezembro de 2019 – 36.133 toneladas, no montante aproximado de R\$ 158.000). O montante cedido em garantia inclui os saldos apresentados na rubrica de Ativos biológicos.
- (ii) Esses valores contemplam marcação ao valor justo dos produtos agrícolas enquanto valorizados como ativo biológico no montante de R\$ 155.428 (ganho) na controladora e consolidado (ganho de R\$64.014 em 31 de dezembro de 2019, na controladora e consolidado) e perdas de marcação ao valor realizável líquido enquanto valorizados como produto agrícola no montante de R\$ 29.701 na controladora e no consolidado (perdas de R\$ 7.790 em 31 de dezembro de 2019 na controladora e no consolidado).
- (iii) Refere-se, substancialmente a obsolescência de materiais no estoque que apresentam baixa expectativa de realização e/ou consumo.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão para *impairment* é assim demonstrada:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	(2.871)	(724)
Adições	(357)	(2.345)
Reversões	1.952	198
Saldo final	<u>(1.276)</u>	<u>(2.871)</u>

A despesa com a constituição das perdas estimadas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras receitas, líquidas”.

8 Ativos biológicos

8.1 Movimentação - 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020

	<u>Controladora e Consolidado</u>					
	<u>Algodão</u>	<u>Soja</u>	<u>Milho</u>	<u>Eucalipto</u>	<u>Outras culturas</u>	<u>Total</u>
Saldo dos ativos biológicos em 1º de janeiro de 2020	860	205.281	579		6.853	213.573
Transferência imobilizado				1.704		1.704
Aumento decorrente de plantio e tratamentos culturais	307.520	257.992	61.021		13.105	639.638
Redução decorrente da colheita	(575.000)	(312.574)	(123.978)		(10.266)	(1.021.818)
Variação do valor justo	276.843	30.486	66.009	3.408		376.746
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2020	<u>10.223</u>	<u>181.185</u>	<u>3.631</u>	<u>5.112</u>	<u>9.692</u>	<u>209.843</u>
Ativos biológicos avaliados a valor justo		80.321		5.112		85.433
Lavouras avaliadas ao custo de formação	10.223	100.864	3.631		9.692	124.410
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2020	<u>10.223</u>	<u>181.185</u>	<u>3.631</u>	<u>5.112</u>	<u>9.692</u>	<u>209.843</u>

8.2 Movimentação - 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019

	<u>Controladora e Consolidado</u>				
	<u>Algodão</u>	<u>Soja</u>	<u>Milho</u>	<u>Outras culturas</u>	<u>Total</u>
Saldo dos ativos biológicos em 1º de janeiro de 2019	13.653	211.292		307	225.252
Aumento decorrente de plantio e tratamentos culturais	244.022	243.101	54.516	24.840	566.479
Redução decorrente da colheita	(256.815)	(249.592)	(53.937)	(18.295)	(578.639)
Variação do valor justo		481			481
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2019	<u>860</u>	<u>205.282</u>	<u>579</u>	<u>6.852</u>	<u>213.573</u>
Ativos biológicos avaliados a valor justo		205.282			205.282
Lavouras avaliadas ao custo de formação	860		579	6.852	8.291
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2019	<u>860</u>	<u>205.282</u>	<u>579</u>	<u>6.852</u>	<u>213.573</u>

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia explora cerca de 83,7 mil hectares de terras cultiváveis (85,9 mil hectares em 31 de dezembro de 2019), entre terras próprias e de terceiros, localizadas no Estado de Mato Grosso e nelas são cultivadas culturas temporárias, com destaque para algodão, soja e milho.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor de rentabilidade futura estimada, de acordo com o nível III - Abordagem de Receita estabelecido pelo CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do Valor Justo, para esses ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela Administração da Companhia.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

8.3 Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

- (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para soja e milho e de 15 kg (uma arroba) para o algodão em caroço e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível.
- (ii) O preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) é obtido por meio da decomposição do preço disponível para a pluma de algodão (*commodity*), menos os custos do beneficiamento (descaroçamento) e dos preços atribuíveis aos subprodutos (caroço e fibrilha). O preço do milho e soja são obtidos partindo das cotações disponíveis em mercados ativos, deduzindo os gastos necessários para venda.
- (iii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita, (ii) custos com a Colheita, Carregamento e Transporte (CCT) e, (iii) custo de capital, incluindo o aluguel das terras e de máquinas e equipamentos.
- (iv) Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o valor justo dos ativos biológicos, que são registrados na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício.
- (v) O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos biológicos algodão, milho e outras culturas mantidas pela Companhia estavam mensuradas ao custo de formação, pois não atingiram transformação biológica relevante, necessária para estimar a produtividade e conseqüentemente a mensuração ao valor justo.

As principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos em 31 de dezembro são como segue:

	Controladora e Consolidado		
	Soja		Eucalipto
	2020	2019	2020
Área total estimada de colheita (ha)	56.045	80.526	437
Área total em estagio de marcação (ha)	24.663	52.038	437
Produtividade prevista em sacas/m ³	57	63	265
Preço em U\$	25,73	16,79	7,51
Câmbio	5,20	4,03	5,20
Taxa de desconto (%)	6,00	10,97	6,00

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8.4 Análise de sensibilidade

A Administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos.

A Administração entende que as premissas mais sensíveis as mudanças são a produtividade, preço das *commodities* e a taxa de câmbio. Neste contexto, se as premissas, em conjunto, fossem 10% maiores ou 10% menores em 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Ativo Biológico” e consequentemente a rubrica “Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas” seriam impactadas por R\$ 26.364 e (R\$ 23.216) respectivamente (R\$ 44.185 e (R\$ 39.756) em 31 de dezembro de 2019).

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PIS	6.731	9.659	10.331	12.505
COFINS	31.466	48.768	51.088	76.048
IRRF	29.277	29.311	39.112	37.549
CSLL	9.915	9.913	10.143	10.141
ICMS	4.996	5.000	4.996	5.000
FUNRURAL (i)	23.212		23.212	
Outros tributos	1.518	1.514	4.174	4.113
(-) Provisão para impairment	(48.956)	(48.956)	(53.152)	(53.152)
	58.159	55.209	89.904	92.204
Circulante	(28.555)	(27.289)	(35.118)	(39.623)
Não circulante	29.604	27.920	54.786	52.581

- (i) Refere-se ao valor reconhecido de indébito do Funrural nas vendas com fim específico de exportação, o montante é composto de principal mais atualização SELIC totalizando R\$ 23.212, sendo R\$ 20.649 e R\$ 2.563 de principal e juros respectivamente, segregados entre curto e longo prazo (R\$ 12.184 curto prazo e R\$ 11.028 longo prazo). Adicionalmente foram avaliados os últimos cinco anos para reconhecimento do crédito. As realizações dos valores ocorrem por meio de: (i) compensação com débitos federais sejam tributários e/ou previdenciários, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. possuem saldo de PIS e COFINS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, das saídas internas com benefício da suspensão e vendas destinadas ao mercado externo. As realizações dos créditos ocorrem de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.1 Movimentação provisão para *impairment*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	(48.956)	(54.769)	(53.152)	(59.914)
(-) Provisão para <i>impairment</i>		(4.285)		(4.307)
(+) Baixa de provisão para <i>impairment</i>		10.098		11.069
Saldo final	<u>(48.956)</u>	<u>(48.956)</u>	<u>(53.152)</u>	<u>(53.152)</u>

Pedidos de restituição

Em 2017, a Companhia e a controlada TS Brasil S.A. obtiveram medidas liminares favoráveis relativas aos pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 73.836. O pedido de ressarcimento solicita também a incidência da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - a partir da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento.

A Companhia e sua controlada TS Brasil S.A. apresentaram documentação suporte referente aos pedidos de ressarcimento e alguns destes se encontram em fase de revisão pelas autoridades fiscais. No final de 2017 e no primeiro trimestre de 2018, foram emitidos despachos decisórios parcialmente deferidos para monetização de R\$ 17.619, cuja previsão para recebimento ocorrerá após a concordância das autoridades fiscais para o afastamento da compensação de ofício com demais débitos tributários. Nesse sentido, em 14 de abril de 2020, foi depositado na conta corrente da empresa, ora TS Brasil S.A., o valor atualizado do montante deferido, com correção pela taxa SELIC – obtida via decisão judicial – de R\$ 3.983. Seguidamente, em 22 de julho de 2020, foi depositado na conta corrente da Companhia, leia-se Terra Santa Agro S.A, valor devidamente atualizado do montante deferido, inclusive com correção também pela taxa SELIC – conforme decisão judicial – de R\$ 13.086.

Adicionalmente, houve indeferimento de alguns pedidos de ressarcimento pelas autoridades fiscais no montante aproximado de R\$ 58.969. Foram protocoladas em 2018, manifestações de inconformidade no devido prazo legal e que cujo prazo estimado para julgamento é até 12 meses após o protocolo das manifestações de inconformidade pelas Delegacias de Julgamento (DRJ) da Receita Federal do Brasil (“RFB”). A Companhia entende que o direito postulado é plausível e, portanto, não constitui provisão para perdas. Todavia, tendo em vista a inobservância do prazo de 12 meses sem qualquer manifestação da RFB, a Companhia está avaliando as medidas cabíveis para agilizar a análise das manifestações de inconformidade por parte das autoridades fiscais. Contudo, antes mesmo de tomar tal atitude, inclusive com fulcro em acelerar análise dos pedidos, foram juntados documentos (notas fiscais e laudo técnico) em junho e setembro do corrente ano, corroborando com o requerimento.

10 Ativos não circulantes mantidos para venda

Em abril de 2020 a Companhia firmou contrato de locação do prédio corporativo de Nova Mutum – MT pelo período de 10 anos. Esse ativo estava mantido para venda até a data do aluguel, o qual foi considerado a melhor alternativa para a Companhia. Em junho de 2020 o valor de R\$ 10.170 foi reclassificado para rubrica “Propriedades para investimentos”, em 31 de dezembro de 2020, os valores estão mantidos como “Propriedades para investimentos”.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Tributos diferidos

A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. utilizam a sistemática do lucro real, as demais controladas, conforme apresentado na Nota 13.3, utilizam a sistemática do lucro presumido, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

11.1 Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

Natureza por entidade legal	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Créditos tributários sobre:				
Prejuízos fiscais acumulados	249.235	235.165	270.570	270.570
Contribuição social sobre base negativa acumulada	89.723	84.659	97.404	97.404
Diferenças temporárias:				
Provisão para impairment	8.519	10.306	9.167	10.898
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	14.252	7.554	14.353	7.651
Ajuste a valor presente	6.741	5.520	6.741	5.535
Instrumentos financeiros derivativos	17.600	4.653	17.600	4.653
Provisão para perdas com tributos	1.698	1.698	1.698	1.698
Outras provisões temporárias	9.248	3.706	9.390	4.222
	<u>397.016</u>	<u>353.261</u>	<u>426.923</u>	<u>402.631</u>
Débitos tributários sobre:				
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	44.263	30.675	44.263	30.675
Custo atribuído	6.710	7.846	127.912	129.431
Ajuste a valor presente	4.359	3.056	4.359	3.056
Arrendamentos	1.794	2.533	1.794	2.533
Amortização de ágio	93.665	93.665	93.665	93.665
Outras provisões temporárias	4.700		4.700	
	<u>155.491</u>	<u>137.775</u>	<u>276.693</u>	<u>259.360</u>
Créditos tributários, líquidos	241.525	215.486	241.525	215.486
Débitos tributários, líquidos			(91.295)	(72.215)
Total líquido	<u>241.525</u>	<u>215.486</u>	<u>150.230</u>	<u>143.271</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores das demonstrações financeiras, apenas quando for provável que a Companhia e a controlada TS Brasil S.A. apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Em 2020, a Administração identificou erros nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social de anos anteriores e, recalculou o montante dos créditos tributários diferidos não registrados. Esses ajustes não provocaram qualquer impacto nos tributos diferidos reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras de 2019, uma vez que o montante dos ajustes efetuados nas bases fiscais foi inferior aos créditos tributários não reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2020, os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social não registrados contabilmente, são de R\$ 98.417 (2019 - R\$ 56.904 - reapresentado), na controladora e no consolidado, em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

As despesas de variação cambial vinculadas às operações de hedge accounting (Nota 24.9), que estão registradas na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, estão contidas na base de apuração dos créditos

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

tributários diferidos não registrados contabilmente, conforme entendimentos dos assessores tributários da Administração e, portanto, não serão dedutíveis quando transitarem pelo resultado do exercício. A Administração decidiu pela não constituição dos tributos diferidos passivos sobre essa exclusão fiscal por entender que esses tributos devem transitar pelo resultado do exercício no mesmo momento do registro contábil do crédito tributário correspondente.

Adicionalmente, em 2021, a Administração, também em conjunto com seus assessores tributários, está revisando suas obrigações acessórias e espera apurar montante adicional de crédito tributário, em conformidade com a legislação tributária.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada, não haverá constituição de tributos diferidos ativos e expectativa para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas. Para as projeções do lucro tributável futuro foram utilizadas as mesmas premissas para a avaliação do teste de ágio, conforme divulgado na Nota 17.4.

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Em 2021	24.609	7%	53.125	14%
Em 2022	27.274	8%	27.774	8%
Em 2023	18.775	6%	18.775	5%
Em 2024	19.663	6%	19.663	5%
Em 2025	24.991	7%	24.991	7%
Entre 2026 a 2028	223.646	66%	223.646	61%
	338.958	100%	367.974	100%

11.2 Conciliação do crédito (despesa) efetivo de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(82.887)	(162.764)	(63.807)	(151.907)
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	28.182	55.340	21.694	51.648
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial	12.481	5.818		
Despesas não dedutíveis	(12.078)	(9.844)	(12.189)	(9.891)
Tributos diferidos temporários:				
Crédito tributário não constituído sobre prejuízos fiscais	(6.383)	(23.578)	(6.383)	(50.483)
Outros	3.837	309	3.837	(991)
No resultado do exercício	26.039	28.045	6.959	17.188

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Partes relacionadas

12.1 Saldos

	Controladora	
	2020	2019
Ativo não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
Buriti Agrícola Ltda.	422	381
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	16	15
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
	<u>442</u>	<u>400</u>
Passivo circulante		
Contratos de mútuos (i)		
TS Brasil S.A.	55.237	171.961
	<u>55.237</u>	<u>171.961</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, os mútuos foram atualizados com base em 100% do CDI. O contrato entre as partes tem o vencimento para janeiro de 2022. Conforme mencionado na Nota 13.2, em junho de 2020 foi formalizada a redução de capital social na investida TS Brasil S.A.

12.2 Transações

As transações com partes relacionadas realizadas no exercício são como segue:

Operações	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Compras de mercadorias e produtos				
TS Brasil S.A. (i)	(49.585)	(36.055)		
Resultado com aluguéis e arrendamentos				
Bonsucex Holding S.A. (ii)	(100)	(112)	(100)	(112)
Maria Zilda Oliveira de Araújo (iii)	(400)	(355)	(400)	(355)
Resultado financeiro sobre saldos de mútuo				
TS Brasil S.A.	(7.021)	(13.461)		
Resultado com plano de incentivo				
Admistradores (iv)	(994)		(994)	

- (i) Refere-se a aquisição de produtos agrícolas (soja e milho).
- (ii) Refere-se ao condomínio de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia.
- (iii) Contrato de locação de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia, com vencimento em abril de 2021.
- (iv) Plano de incentivo de adesão voluntária destinado a diretoria estatutária.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Investimentos (Controladora)

13.1 Composição dos investimentos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Investimento	656.624	765.376
Mais-valia das terras	192.490	192.490
Ágio	<u>275.484</u>	<u>275.484</u>
	<u>1.124.598</u>	<u>1.233.350</u>

13.2 Movimentação dos investimentos

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020

	<u>TS Brasil S.A.</u>
Movimentação dos investimentos:	
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	1.233.350
Redução de capital social (i)	(145.465)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>36.713</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	<u>1.124.598</u>

- (i) Através da AGE realizada em 30 de agosto de 2019 foi aprovada a redução do capital julgado excessivo, no montante de R\$ 145.465, sem o cancelamento de ações da subsidiária TS Brasil S.A. Uma vez efetivada a redução do capital social a Companhia tornou-se credora da subsidiária e firmou instrumento particular de cessão de crédito concordando em receber e adquirir, da TSBrasil, a título de adimplemento da dívida de redução de capital, o crédito de mútuo.

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

	<u>TS Brasil S.A.</u>
Movimentação dos investimentos:	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.221.246
Efeito reflexo sobre ajustes de avaliação patrimonial	(237)
Resultado de equivalência patrimonial	17.147
Amortização de intangíveis relacionados a contratos	<u>(4.806)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.233.350</u>

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.3 Informações sobre as investidas

31 de dezembro de 2020

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	Receita líquida	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
TS Brasil S.A.	100,00%	752.550	95.926	656.624	52.070	36.713	36.713
Ecotrans Transporte Ltda.	99,99%		1.490	(1.490)			
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%		531	(531)		(3)	(3)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%		2	(2)			
Mocuri Agrícola Ltda.	99,99%		2	(2)			
							<u>36.710</u>
						Resultado de equivalência patrimonial	36.713
						Provisão para perdas em investimentos	<u>(3)</u>

31 de dezembro de 2019

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	Receita líquida	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
TS Brasil S.A.	100,00%	843.596	78.220	765.376	35.923	17.147	17.147
Ecotrans Transporte Ltda.	99,99%		1.490	(1.490)		(27)	(27)
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%		527	(527)		(9)	(9)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%		2	(2)			
Mocuri Agrícola Ltda.	99,99%		2	(2)			
							<u>17.111</u>
						Resultado de equivalência patrimonial	17.147
						Provisão para perdas em investimentos	<u>(36)</u>

Os fluxos de caixa das controladas impactam as demonstrações financeiras consolidadas, substancialmente, pelo resultado do seu fluxo de caixa operacional, haja vista que as atividades de financiamento e investimento são representadas, em sua maioria, por repasses de recursos entre as partes.

Os saldos referentes a provisão para perdas em investimentos na Controladora estão assim demonstrados:

	Controladora	
	2020	2019
Buriti Agrícola Ltda.	530	527
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	<u>1.490</u>	<u>1.490</u>
	<u>2.024</u>	<u>2.021</u>

13.4 Ágio e mais valia sobre investimentos

	Vida útil	2020	2019
Mais-valia das terras (i)	Indefinida	192.490	192.490
Ágio (ii)	Indefinida	<u>275.484</u>	<u>275.484</u>
		<u>467.974</u>	<u>467.974</u>

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) A mais valia de terras é originária da aquisição da Maeda, em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A), e da Vanguarda Participações S.A. em 06 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013).
- (ii) O ágio sobre investimentos é originário da aquisição da Maeda, em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A), e da Vanguarda Participações S.A., em 06 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013). Esses valores foram alocados com base em laudos de alocação de preço pago (“PPA”), emitidos por avaliadores independentes em 28 de março de 2011 e 03 de outubro de 2012, respectivamente. Adicionalmente, vide divulgação de ativo intangível na Nota 17.

14 Propriedade para investimento

As propriedades são compostas por armazéns de grãos localizados na cidade de Rosário do Sul – RS e, a partir de junho de 2020, também pelo prédio corporativo localizado na cidade de Nova Mutum – MT, os quais não são utilizados pela Companhia e são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de propriedade para investimento, na controladora e consolidado está no montante de R\$ 13.498 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 4.190).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia obteve receitas de aluguéis dos imóveis supracitados no montante de R\$ 125 (não obteve receitas em 2019) e incorreu em despesas de depreciação no montante de R\$ 862. (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 527).

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	4.190	4.717
Adição	10.170	
(-) Depreciação	(862)	(527)
Saldo final	<u>13.498</u>	<u>4.190</u>

15 Direito de uso dos ativos e passivos de arrendamento (Controladora e consolidado)

Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados em uma quantidade fixa de soja em grãos. As oscilações dos preços dessa *commodity* são reconhecidas mensalmente nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento. Os contratos de arrendamentos com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja. Assim, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja de fechamento, na data-base do balanço patrimonial. Consequentemente, os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado da *commodity*.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação aos contratos de arrendamentos com terceiros ressalta-se que:

- não há cláusulas de pagamentos contingentes;
- não há termos de renovação ou de opções de compra, salvo os termos dispostos na Lei 4.504/64 art. 92, § 3º e 95, IV, que tratam dos direitos dos arrendatários nos termos citados anteriormente;
- os contratos firmados são indexados à variação do preço da saca de soja e não há outras cláusulas de reajustamento; e
- não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

15.1 Movimentação dos arrendamentos

As informações sobre os ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamentos da Companhia estão representadas da seguinte forma:

Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020

Direito de uso	Saldo inicial	Adições	Remensuração	Depreciação	Saldo final
Terras para exploração	190.999	4.339	145.003	(51.342)	288.999
Imóveis	1.023	1.569	371	(605)	2.358
Veículos	1.112			(1.112)	
Total	193.134	5.908	145.374	(53.059)	291.357

Passivo de arrendameto	Saldo inicial	Adições	Remensuração	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo final
Terras para exploração	199.899	4.339	145.003	22.551	(48.535)	323.257
Imóveis	1.021	1.569	371	153	(659)	2.455
Veículos	1.227			261	(1.488)	
Total	202.147	5.908	145.374	22.965	(50.682)	325.712

Circulante (52.389)

Não Circulante 273.323

Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019

Direito de uso	Saldo inicial	Adoção inicial	Adição novos contratos	Remensuração dos contratos	Depreciação	Saldo final
Terras para exploração		183.750	19.406	26.807	(38.972)	190.991
Imóveis		434	957	14	(382)	1.023
Veículos		2.323		8	(1.211)	1.120
Total		186.507	20.363	26.829	(40.565)	193.134

Passivo de arrendameto	Saldo inicial	Adoção inicial	Adição novos contratos	Remensuração dos contratos	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo final
Terras para exploração		183.750	19.406	26.807	15.029	(45.093)	199.899
Imóveis		434	957	14	43	(427)	1.021
Veículos		2.323		8	74	(1.178)	1.227
Total		186.507	20.363	26.829	15.146	(46.698)	202.147

Circulante (30.354)

Não Circulante 171.793

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.2 Contratos vigentes, prazo e taxa de desconto

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía contratados 42.993 hectares (em 31 de dezembro de 2019 – 45.631 hectares) de arrendamentos operacionais e parcerias agrícolas mantidos com terceiros, com vencimentos até 2035 conforme abaixo discriminado:

					Consolidado
Unidade	Localização	Estado	Área arrendada (em ha)	Vencimento dos contratos	Valores ponderados (em sacas de soja/ha/ano)
São José	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	14.965	2035	16,40
Ribeiro do Céu	Nov a Mutum	Mato Grosso	2.427	2022	15,45
Guapirama	Diamantino	Mato Grosso	14.693	2023	13,12
Mãe Margarida	Sta. Rita do Trivelato	Mato Grosso	7.570	2024	12,14
Sete Placas	Diamantino	Mato Grosso	620	2025	16,00
Terra Santa	Tabaporã	Mato Grosso	2.718	2026	9,84
			<u>42.993</u>		

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, considerando as particularidades de seu segmento e riscos de suas atividades para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (“spread” de crédito).

A tabela abaixo evidencia os prazos dos contratos, bem como as respectivas taxas praticadas pela Companhia:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa média % a.a.
1	8,66%
2	8,68%
3	8,64%
4	8,65%
5	8,65%
7	8,74%
8	8,90%
10	8,94%
15	9,04%

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.3 Cronograma de amortização

Os vencimentos das parcelas registradas no passivo estão demonstrados como segue:

Cronograma de amortização	
	Total
2021	52.389
2022	53.453
2023	30.438
2024	19.093
2025	12.910
2026	12.784
2027 a 2030	66.427
2031 a 2035	78.218
	<u>325.712</u>

A Companhia tem expectativa de recuperação de PIS e COFINS advindos dos pagamentos das contraprestações de arrendamento conforme cronograma de amortização:

Cronograma de amortização		
Fluxo de Caixa	Nominal	Ajustado a Valor Presente
Contraprestação do arrendamento (i)	74.410	64.767
PIS e COFINS	6.883	5.991

- (i) A expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento destinados a pessoa jurídica.

15.4 Renovações de contratos de arrendamentos

A Companhia possui contrato de parceria agrícola firmado junto a Fazenda São Benedito, de forma contínua e reiterada, desde 2007, o qual foi renovado pelo período de 15 (quinze) anos, mediante Termo de Intenção firmado em abril de 2018 e ratificado através de Contrato de Parceria firmado em 2020, com término em 2035. A despeito do Termo de Intenção e Contratos firmados, há pendência de definição em litígio judicial envolvendo o antigo proprietário do imóvel e um terceiro credor, o que tem a potencialidade de impactar a manutenção da posse pela Companhia sobre a área objeto de parceria agrícola. Independentemente deste cenário fático-jurídico, a Companhia, respaldada por seus assessores legais, tem convicção na manutenção da posse da referida área pelo período contratual (15 anos) e envidará todos os esforços e medidas legais cabíveis e permitidas para ter seu direito preservado e assegurado.

15.5 Divulgações complementares

A Companhia apresenta a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento descontados pela taxa nominal:

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e consolidado

Fluxo dos contratos de arrendamentos	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	410.034	336.689	289.499	255.471	229.423
Fluxo com projeção da inflação	423.056	302.868	259.787	236.526	219.178
Variação	3,18%	-10,05%	-10,26%	-7,42%	-4,47%
Direito de uso					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	233.214	186.356	152.629	133.469	118.645
Fluxo com projeção da inflação	241.014	164.323	134.249	121.995	112.801
Variação	3,34%	-11,82%	-12,04%	-8,60%	-4,93%
Despesas financeira					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	(24.139)	(43.888)	(60.522)	(75.406)	(89.014)
Fluxo com projeção da inflação	(24.547)	(42.054)	(56.791)	(70.398)	(83.206)
Variação	1,69%	-4,18%	-6,16%	-6,64%	-6,52%
Despesa com depreciação					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	(58.143)	(105.001)	(138.728)	(157.888)	(172.712)
Fluxo com projeção da inflação	(59.078)	(98.398)	(127.268)	(144.506)	(158.410)
Variação	1,61%	-6,29%	-8,26%	-8,48%	-8,28%

Para projeção de inflação futura a Companhia utilizou o preço da soja disponível no mercado futuro até a data disponível, inflacionado pelo IPCA - FGV acumulado.

16 Imobilizado

16.1 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 (Controladora)

Custo	Saldo				Saldo final
	inicial	Adições	Baixas	Transferências (i)	
Terras para exploração	1.129				1.129
Edificações e instalações	29.975	180	(17)	1.277	31.415
Máquinas e equipamentos	248.381	2.069	(17.622)	6.278	239.106
Veículos	21.193	183	(6.142)	67	15.301
Aeronaves	14.175				14.175
Móveis e utensílios	10.535	178	(801)	547	10.459
Imobilizações em curso	4.076	28.006	(132)	(26.053)	5.897
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10	56	(56)		10
Correção de solo	91.513			17.023	108.536
Outros imobilizados	3.655	8	(6)	109	3.766
Total	424.642	30.680	(24.776)	(752)	429.794

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Depreciação (ii)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	5%	(8.623)	(1.485)	5		(10.103)
Máquinas e equipamentos	6%	(149.652)	(15.082)	14.257		(150.477)
Veículos	5%	(14.207)	(895)	3.964		(11.138)
Aeronaves	5%	(8.496)	(169)	3.569		(5.096)
Móveis e utensílios	4%	(8.143)	(425)	717		(7.851)
Correção de solo	12%	(64.922)	(12.434)			(77.356)
Outros imobilizados	7%	(2.655)	(265)			(2.920)
Total		(256.698)	(30.755)	22.512		(264.941)

Saldo líquidos	2020	2019
Terras para exploração	1.129	1.129
Edificações e instalações	21.312	21.352
Máquinas e equipamentos	88.629	98.729
Veículos	4.163	6.986
Aeronaves	9.079	5.679
Móveis e utensílios	2.608	2.392
Imobilizações em curso	5.897	4.076
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10	10
Correção de solo	31.180	26.591
Outros imobilizados	846	1.000
Total	164.853	167.944

16.2 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (i)	Saldo final
Terras para exploração	762.413		(1)		762.412
Edificações e instalações	96.680	180	(17)	1.277	98.120
Máquinas e equipamentos	264.443	2.075	(17.623)	6.278	255.173
Veículos	21.205	184	(6.145)	68	15.312
Aeronaves	14.175				14.175
Móveis e utensílios	10.571	178	(806)	547	10.490
Imobilizações em curso	4.076	28.006	(132)	(26.053)	5.897
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10	56	(56)		10
Correção de solo	136.016			17.023	153.039
Outros imobilizados	4.613	6	(8)	(844)	3.767
Total	1.314.202	30.685	(24.788)	(1.704)	1.318.395

Depreciação (ii)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	3%	(24.814)	(3.373)	5		(28.182)
Máquinas e equipamentos	6%	(152.977)	(16.156)	14.257		(154.876)
Veículos	5%	(14.215)	(896)	3.964		(11.147)
Aeronaves	5%	(8.496)	(170)	3.569		(5.097)
Móveis e utensílios	4%	(8.166)	(427)	719		(7.874)
Correção de solo	8%	(109.425)	(12.434)			(121.859)
Outros imobilizados	5%	(2.658)	(262)			(2.920)
Total		(320.751)	(33.718)	22.514		(331.955)

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo líquidos	2020	2019
Terras para exploração	762.412	762.413
Edificações e instalações	69.938	71.866
Máquinas e equipamentos	100.297	111.466
Veículos	4.165	6.990
Aeronaves	9.078	5.679
Móveis e utensílios	2.616	2.405
Imobilizações em curso	5.897	4.076
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10	10
Correção de solo	31.180	26.591
Outros imobilizados	847	1.955
Total	986.440	993.451

- (i) Uma parcela do ativo imobilizado foi transferida para a rubrica de Ativos biológicos, o valor corresponde ao custo de formação do Eucalipto, em 31 de dezembro de 2020 o Eucalipto foi mensurado em sua totalidade ao valor justo, conforme demonstrado na Nota 8 – Ativos biológicos.
- (ii) Parcela da depreciação reconhecida no exercício está alocada nas rubricas de Ativos biológicos e Estoques e serão realizadas mediante vendas no próximo exercício. A depreciação incluída nas demonstrações de fluxo de caixa e valor adicionado considera os valores incorridos no resultado do exercício, conforme demonstrado na Nota 27 – Despesas por natureza.

16.3 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019 (Controladora)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para ativos mantidos p/venda	Saldo final
Terras para exploração	2.086		(63)		(894)	1.129
Edificações e instalações	53.796	331	(11.709)	2.177	(14.620)	29.975
Máquinas e equipamentos	296.927	2.005	(52.575)	2.024		248.381
Veículos	27.887	462	(7.156)			21.193
Aeronaves	14.175					14.175
Móveis e utensílios	9.971	359	(136)	341		10.535
Imobilizações em curso	513	25.175	(82)	(21.530)		4.076
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	181	762	(709)	(224)		10
Correção de solo	75.826		(1.525)	17.212		91.513
Outros imobilizados	3.921		(266)			3.655
Total	485.283	29.094	(74.221)	-	(15.514)	424.642

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para ativos mantidos p/venda	Saldo final
Edificações e instalações	(12.139)	(1.883)	55		5.344	(8.623)
Máquinas e equipamentos	(173.256)	(18.405)	42.009			(149.652)
Veículos	(16.453)	(1.139)	3.385			(14.207)
Aeronaves	(8.496)					(8.496)
Móveis e utensílios	(7.689)	(556)	102			(8.143)
Correção de solo	(55.702)	(10.741)	1.521			(64.922)
Outros imobilizados	(2.611)	(254)	210			(2.655)
Total	(276.346)	(32.978)	47.282	-	5.344	(256.698)

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo líquidos	2019	2018
Terras para exploração	1.129	2.086
Edificações e instalações	21.352	41.657
Máquinas e equipamentos	98.729	123.671
Veículos	6.986	11.434
Aeronaves	5.679	5.679
Móveis e utensílios	2.392	2.282
Imobilizações em curso	4.076	513
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	10	181
Correção de solo	26.591	20.124
Outros imobilizados	1.000	1.310
Total	167.944	208.937

16.4 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para ativos mantidos p/venda	Saldo final
Terras para exploração	786.765		(23.458)		(894)	762.413
Edificações e instalações	120.560	331	(11.768)	2.177	(14.620)	96.680
Máquinas e equipamentos	312.989	2.005	(52.575)	2.024		264.443
Veículos	27.899	462	(7.156)			21.205
Aeronaves	14.175					14.175
Móveis e utensílios	10.008	361	(139)	341		10.571
Imobilizações em curso	513	25.175	(82)	(21.530)		4.076
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	181	762	(709)	(224)		10
Correção de solo	120.334		(1.530)	17.212		136.016
Outros imobilizados	4.873		(260)			4.613
Total	1.398.297	29.096	(97.677)	-	(15.514)	1.314.202

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para ativos mantidos p/venda	Saldo final
Edificações e instalações	(26.460)	(3.773)	75		5.344	(24.814)
Máquinas e equipamentos	(175.508)	(19.478)	42.009			(152.977)
Veículos	(16.458)	(1.142)	3.385			(14.215)
Aeronaves	(8.496)					(8.496)
Móveis e utensílios	(7.708)	(562)	104			(8.166)
Correção de solo	(100.211)	(10.741)	1.527			(109.425)
Outros imobilizados	(2.614)	(254)	210			(2.658)
Total	(337.455)	(35.950)	47.310	-	5.344	(320.751)

Saldo líquidos	2019	2018
Terras para exploração	762.413	786.765
Edificações e instalações	71.866	94.100
Máquinas e equipamentos	111.466	137.481
Veículos	6.990	11.441
Aeronaves	5.679	5.679
Móveis e utensílios	2.405	2.300
Imobilizações em curso	4.076	513
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	10	181
Correção de solo	26.591	20.123
Outros imobilizados	1.955	2.259
Total	993.451	1.060.842

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.5 Imobilizado dado em garantia

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por ativos imobilizados nos montantes totais de R\$ 524.747 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 580.118).

Adicionalmente, em garantia de execução provisória trabalhista, foram oferecidos bens imóveis da Companhia em penhora, cujo valor da averbação é de R\$ 16.375 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 13.992), referente ao processo trabalhista divulgado na Nota 22.4 e a processo tributário.

17 Intangível

17.1 Controladora

	2020		2019	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso de <i>softwares</i>	6.439	(5.184)	1.255	788
Outros intangíveis	174		174	172
	<u>6.613</u>	<u>(5.184)</u>	<u>1.429</u>	<u>960</u>

17.2 Consolidado

	2020		2019	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Contratos de arrendamento de terras	50.137	(50.137)		
Direitos de uso de <i>softwares</i>	6.443	(5.188)	1.255	787
Outros intangíveis	174		174	174
Ágio - Consolidado (<i>goodwill</i>)	<u>275.484</u>		<u>275.484</u>	<u>275.484</u>
	<u>332.238</u>	<u>(55.325)</u>	<u>276.913</u>	<u>276.445</u>

17.3 Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo inicial	960	998	276.445	276.483
Adições	629	195	628	197
(-) Amortização	(160)	(233)	(160)	(235)
(=) Saldo final	<u>1.429</u>	<u>960</u>	<u>276.913</u>	<u>276.445</u>

17.4 Teste dos ágios para verificação de *impairment*

O ágio é alocado ao segmento agrícola, que é considerado pela Administração da Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no valor em uso dos ativos.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor em uso é determinado por modelos de fluxos de caixa descontados a valor presente, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseados em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos, considerando as informações disponíveis no momento do cálculo. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019 foram estimadas pela Administração, com base em informações de mercado e de fontes internas, para refletir as condições econômicas atuais, e consideram:

- **Volumes de vendas** - a melhor estimativa da Administração, com base no desempenho passado, nas expectativas para o desenvolvimento do mercado, nas atuais tendências do setor, e as previsões de inflação para o longo prazo;
- **Preços de venda** - determinado com base na projeção dos preços das *commodities* de acordo com o plano de negócios da Companhia para o ano de 2020, aprovado pelo Conselho de Administração, atualizado de acordo com os contratos de vendas firmados e com os valores de mercado atuais. Nos anos seguintes, a atualização dos preços ocorreu de acordo com a projeção de mercado (CBOT e NYSE) e preço inflacionado pela expectativa de inflação americana (CPI);
- **Taxas de crescimento** - metas de inflação para o mercado nacional e norte-americano, estimada em aproximadamente, 3% (3% em 31 de dezembro de 2019);
- **Taxa de câmbio** - curva de dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- **Margem bruta** - a margem média atual aplicada sobre a receita estimada, considerando o *mix* de vendas e a expectativa de aumento de custos futuros das lavouras;
- **Outros custos operacionais** - representados pelos custos fixos, estimados com base na estrutura atual dos negócios, ajustados pelos aumentos inflacionários, sem considerar reestruturações futuras ou medidas de economias de custo; e

Taxa de desconto - estimada em 9,43 % ao ano (10,97% ao ano em 31 de dezembro de 2019), depois dos impostos, que considera, entre outras variáveis, a estrutura de capital da Companhia e o custo de capital próprio e de terceiros. A taxa antes dos impostos é de 13,43% (15,62% ao ano em 31 de dezembro de 2019).

Como resultado dos testes efetuados, a Administração avaliou não ser necessário constituir provisão para *impairment* do ágio.

17.5 Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2020, o valor recuperável estimado foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 460.000. A Administração identificou que a principal premissa para a qual alterações razoavelmente possíveis poderiam resultar em valor recuperável igual ao valor contábil seria na variação da taxa de desconto (WACC). Neste contexto, se essa premissa fosse 10% maior o valor recuperável estimado seria superior em aproximadamente R\$ 242.000 e se fosse 10% menor o valor recuperável estimado superaria o valor contábil em R\$ 735.000, ou seja, ainda em cenários alternativos não ser necessário constituir provisão para *impairment* do ágio.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
De insumos agrícolas				
Em moeda estrangeira	249.371	136.143	249.371	136.143
(-) Ajuste a valor presente	(11.708)	(8.153)	(11.708)	(8.153)
Em moeda nacional	37.813	17.864	37.813	17.864
(-) Ajuste a valor presente	(1.111)	(836)	(1.111)	(836)
Diversos - em moeda nacional	16.071	14.288	16.087	14.319
	<u>290.436</u>	<u>159.306</u>	<u>290.452</u>	<u>159.337</u>

A Companhia efetua o cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre a compra dos insumos com prazo de pagamento superior a 90 dias, utilizando a taxa média de 7,17% a.a. (2019 – 8,83% a.a.) para os fornecedores de insumos agrícolas, que a Administração entende ser o custo financeiro médio das suas operações com fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2020 os saldos em moeda estrangeira, Controladora e Consolidado, totalizam US\$ 47.989 mil (em 31 de dezembro de 2019 - US\$ 33.777 mil, Controladora e Consolidado).

19 Empréstimos e financiamentos (Controladora e Consolidado)

Modalidade	Indexador	Custo médio ponderado		2020	2019
		2020	2019		
Moeda Nacional					
Aquisição de Imobilizado	R\$	8,06% a.a.	3,80% a.a.	14.247	5.326
Crédito à Exportação	R\$	10,39% a.a.	10,52% a.a.	49.405	45.561
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	9,30% a.a.	10,02% a.a.	83.344	34.977
		<u>9,55% a.a.</u>	<u>9,90% a.a.</u>	<u>146.996</u>	<u>85.864</u>
Moeda Estrangeira					
Crédito à Exportação	US\$ + Libor 6	5,78% a.a.	6,83% a.a.	950.939	739.249
Crédito Rural, Custeio e Projeto	US\$		10,70% a.a.		4.625
		<u>5,78% a.a.</u>	<u>6,85% a.a.</u>	<u>950.939</u>	<u>743.874</u>
Total		<u>6,29% a.a.</u>	<u>7,17% a.a.</u>	<u>1.097.935</u>	<u>829.738</u>
Circulante				<u>(482.035)</u>	<u>(355.347)</u>
Não Circulante				<u>615.900</u>	<u>474.391</u>

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima, substancialmente, dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante no consolidado estão demonstrados como segue:

Modalidade	Saldo contábil	2022	2023	2024 a 2025
Moeda Nacional				
Aquisição de Imobilizado	2.130	1.065	1.065	
Crédito à Exportação	43.167	33.167	10.000	
Crédito Rural, Custeio e Projeto	17.630	15.963	1.667	
	<u>62.927</u>	<u>50.195</u>	<u>12.732</u>	
Moeda Estrangeira				
Crédito à Exportação	552.973	116.918	91.927	344.128
	<u>552.973</u>	<u>116.918</u>	<u>91.927</u>	<u>344.128</u>
Total	<u>615.900</u>	<u>167.113</u>	<u>104.659</u>	<u>344.128</u>
Não Circulante	<u>615.900</u>			

Em 31 de dezembro de 2019 os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante no consolidado estão demonstrados como segue:

Modalidade	Saldo contábil	2021	2022	2023	2024 a 2025
Moeda Nacional					
Aquisição de Imobilizado	3.204	1.074	1.065	1.065	
Crédito à Exportação	5.138		2.600		2.538
Crédito Rural, Custeio e Projeto	13.999	13.999			
	<u>22.341</u>	<u>15.073</u>	<u>3.665</u>	<u>1.065</u>	<u>2.538</u>
Moeda Estrangeira					
Crédito à Exportação	452.050	108.958	138.383	42.897	161.812
	<u>452.050</u>	<u>108.958</u>	<u>138.383</u>	<u>42.897</u>	<u>161.812</u>
Total	<u>474.391</u>	<u>124.031</u>	<u>142.048</u>	<u>43.962</u>	<u>164.350</u>

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Derivativos	Tributos parcelados	Partes relacionadas	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2020	829.738	202.147	13.686	24.401	171.561	1.241.533
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	40.474	(28.617)	(26.742)	(4.907)	71.263	51.471
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	419.461					419.461
(-) Amortização de passivos	(374.869)	(28.617)		(5.579)		(409.065)
(-) Pagamentos de custos de captação	(4.118)					(4.118)
(+) Recebimento de partes relacionadas, líquidos					71.263	71.263
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - financeiro			(26.742)			(26.742)
(+) Adesão parcelamento				672		672
Outras variações	227.723	152.182	53.167	(1)	(188.029)	245.042
(+) Adição novos contratos		5.908				5.908
(+) Aquisição de imobilizado financiados	12.208					12.208
(+) Atualizações juros	77.704	22.965		822	7.021	108.512
(-) Redução de Capital Excessivo					(145.465)	(145.465)
(-) Amortizações juros	(69.242)	(2.478)		(823)		(72.543)
(+/-) Ajustes MTM			92.723			92.723
(+/-) Atualizações variação cambial	203.996	145.374				349.370
(-) Amortização de parceria agrícola		(19.587)				(19.587)
(-) Amortização de contas a pagar					(49.585)	(49.585)
(-) Amortização variação cambial	(1.094)					(1.094)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - operacional			(27.903)			(27.903)
(+) Depósito de margem			(11.653)			(11.653)
(+) Custos de captação apropriado como despesa	4.151					4.151
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.097.935	325.712	40.111	19.493	54.795	1.538.046

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Derivativos	Tributos parcelados	Partes relacionadas	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2019	882.755		1.304	28.608	86.143	998.810
Impacto da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16		186.507				186.507
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(82.109)	(23.337)	(387)	(4.207)	56.215	(53.825)
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	285.221					285.221
(-) Amortização de passivos	(364.799)	(23.337)		(4.898)		(393.034)
(-) Pagamentos de custos de captação	(2.531)					(2.531)
(+) Recebimento de partes relacionadas, líquidos					56.215	56.215
(+) Instrumentos financeiros derivativos pagos - financeiro			(387)			(387)
(+) Adesão parcelamento				691		691
Outras variações	29.092	38.977	12.769	(1.881)	29.203	110.041
(+) Adição novos contratos		20.363				20.363
(+) Atualizações juros	72.061	15.146		1.881		89.088
(+) Aquisição de mercadoria com partes relacionadas					29.203	29.203
(-) Amortizações juros	(69.245)	(1.974)		(1.881)		(73.100)
(+/-) Ajustes MTM			5.342			5.342
(+/-) Atualizações variação cambial	23.637	26.829				50.466
(-) Amortização de parceria agrícola		(21.387)				(21.387)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - operacional			7.427			7.427
(+) Custos de captação apropriado como despesa	2.639					2.639
Saldos em 31 de dezembro de 2019	829.738	202.147	13.686	24.401	171.561	1.241.533

19.1 Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, aval, fiança, fiel depositário, hipoteca, nota promissória e penhor rural. Em relação as modalidades hipoteca e alienação fiduciária de bens imóveis, as terras estão registradas no ativo imobilizado da Companhia conforme Nota 16.5.

Adicionalmente, a integralidade das ações da controlada TS Brasil S.A. foram concedidas em penhor para os bancos Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") e Bradesco S.A. ("Bradesco"). Atualmente, essa controlada possui como principal ativo terras que estão sendo cultivadas pela Companhia e, esses ativos estão em grande parte já concedidos em hipoteca aos mesmos credores e/ou outros bancos.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.2 *Covenants* e Outros compromissos

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros são mantidas cláusulas de *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívidas, a medição destas cláusulas é realizada no encerramento de cada exercício social. A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, alguns dos *covenants* dos empréstimos junto aos bancos Banco do Brasil S.A. e AlmaStone Opportunitie não foram atendidos, mas foram obtidos os *waivers*.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os contratos celebrados possuem *covenants* financeiros padronizados sobre as demonstrações financeiras, conforme segue:

- a) Itaú Unibanco e Bradesco:
 - Limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- b) Banco do Brasil:
 - Limite para relação de 2,3 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- c) Santander:
 - Limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Manutenção de participação mínima dos principais acionistas da Companhia.
- d) Bunge do Brasil:
 - Liquidez corrente superior a 0,9.
- e) AlmaStone Opportunitie:
 - Limite para relação de 6,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Liquidez corrente superior a 0,9;
 - Limite para relação de 0,95 vezes Dívida x Patrimônio líquido.

No âmbito dos contratos de financiamentos firmados junto aos bancos Itaú e Bradesco, a Companhia possui junto as instituições financeiras um incentivo a liquidação antecipada, que consiste em um *fee letter* (despesa), em 6 de agosto de 2020, a Companhia repactuou a dívida com o Banco Bradesco mediante a assinatura previsto nos contratos, o qual torna-se crescente na ausência de liquidação antecipada dos contratos, ou seja, esse valor iniciou com saldo zero e crescerá gradativamente até 2025 (Bradesco e Itaú), quando atingirá o montante de US\$ 15.137 mil, equivalentes a R\$ 78.661 em 31 de dezembro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020 foi assinado pelo Banco Bradesco e Companhia carta de *waiver*, afastando as condições precedentes que impediam o alongamento da dívida, diante disso a Companhia contabilizou a operação conforme fluxo renegociado, incluindo a repercussão sob o *fee letter*. Contudo a nova repactuação trouxe uma cláusula de vencimento antecipado caso as garantias não sejam devidamente registradas em 180 dias a contar da data de assinatura da carta *waiver*.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores da tabela a seguir, em milhares de dólares norte-americanos, somente serão devidos quando da ausência de liquidação antecipada da dívida, ou ao final do contrato.

Período	Itaú US\$	Bradesco US\$	Total US\$
15/06/2021	655	429	1.084
15/12/2021	651	427	1.078
15/06/2022	655	429	1.084
15/12/2022	651	427	1.078
15/06/2023	655	429	1.084
15/12/2023	655	427	1.082
15/06/2024	655	429	1.084
15/12/2024	651	429	1.080
15/06/2025	655	429	1.084
15/12/2025		856	856
	<u>5.883</u>	<u>4.711</u>	<u>10.594</u>

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem provisionado a título de *fee letter* o montante de R\$ 23.598 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 6.843).

20 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Clientes nacionais	13.248	38.228	13.248	38.256
Clientes estrangeiros	175.772	157.397	175.772	157.397
	<u>189.020</u>	<u>195.625</u>	<u>189.020</u>	<u>195.653</u>

Em 31 de dezembro de 2020, os valores da Controladora e do Consolidado, em moeda estrangeira, correspondem a US\$ 31.254 mil (em 31 de dezembro de 2019 - US\$ 39.050 mil, Controladora e Consolidado).

A Companhia possui adiantamentos que correspondem a R\$ 110.880 sobre os quais incidem taxas de juros de 10,0% a.a. (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 103.063 incidem taxas de juros entre 9,0% a 10% a.a.).

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Tributos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS	1.024		1.050	
PRT			2.778	2.778
Previdenciário	14.819	19.976	15.176	20.451
Outros		517	489	1.172
	15.843	20.493	19.493	24.401
Circulante	(6.214)	(5.780)	(7.369)	(6.900)
Não circulante	9.629	14.713	12.124	17.501

22 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora					
	2020			2019		
Causas	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	29.062	(13.192)	15.870	9.563	(2.509)	7.054
Tributárias	11.622		11.622	12.115		12.115
Cíveis	1.232		1.232	539		539
Total	41.916	(13.192)	28.724	22.217	(2.509)	19.708
Depósitos judiciais (ativo não circulante)			6.014			5.536

	Consolidado					
	2020			2019		
Causas	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	29.063	(13.192)	15.871	9.563	(2.509)	7.054
Tributárias	11.622		11.622	12.115		12.115
Cíveis	1.530		1.530	824		824
Total	42.215	(13.192)	29.023	22.502	(2.509)	19.993
Depósitos judiciais (ativo não circulante)			6.033			5.555

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.1 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para os quais não mantêm provisão para contingências nos montantes totais de R\$ 6.014 e R\$ 6.033 na controladora e consolidado, respectivamente (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 5.536 e R\$ 5.555, respectivamente).

22.2 Movimentação das provisões cuja perda é provável

a. Controladora – 1º de janeiro a 31 de dezembro 2020

<u>Causas</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2020	7.054	12.115	539	19.708
Novos processos e complementos	20.190	2.049	680	22.919
Liquidações no exercício	(2.038)	(2.812)	(38)	(4.888)
Depósitos judiciais relacionados	(10.684)			(10.684)
Encargos financeiros no exercício	1.348	270	51	1.669
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	<u>15.870</u>	<u>11.622</u>	<u>1.232</u>	<u>28.724</u>

b. Controladora – 1º de janeiro a 31 de dezembro 2019

<u>Causas</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	6.544	9.660	8.426	24.630
Novos processos e complementos	314	4.693	631	5.638
Liquidações no exercício	(987)	(3.080)	(8.478)	(12.545)
Depósitos judiciais relacionados	44	355	(356)	43
Encargos financeiros no exercício	1.139	487	316	1.942
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>7.054</u>	<u>12.115</u>	<u>539</u>	<u>19.708</u>

c. Consolidado – 1º de janeiro a 31 de dezembro 2020

<u>Causas</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Consolidado Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2020	7.054	12.115	824	19.993
Novos processos e complementos	20.190	2.049	682	22.921
Liquidações no exercício	(2.038)	(2.812)	(45)	(4.895)
Depósitos judiciais relacionados	(10.683)			(10.683)
Encargos financeiros no exercício	1.348	270	69	1.687
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	<u>15.871</u>	<u>11.622</u>	<u>1.530</u>	<u>29.023</u>

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d. Consolidado – 1º de janeiro a 31 de dezembro 2019

Causas	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	6.544	9.660	8.426	24.630
Novos processos e complementos	314	4.693	916	5.923
Liquidações no exercício	(987)	(3.080)	(8.478)	(12.545)
Depósitos judiciais relacionados	44	355	(356)	43
Encargos financeiros no exercício	1.139	487	316	1.942
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.054	12.115	824	19.993

22.3 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas demonstrações financeiras:

Causas	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Tributárias	156.674	157.016
Trabalhistas (i)	2.576	17.114
Cíveis (ii)	48.789	61.035
	208.039	235.165

- (i) A variação no exercício é substancialmente representada pela alteração no prognóstico do processo trabalhista conforme descrito na nota 22.4 (a).
- (ii) A variação no exercício é representada por acordo firmado entre a Companhia e Agropecuária Leyton Ltda. Para extinção de todos os processos nos quais a Companhia figurava em polo ativo e passivo.

a. Tributárias

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se a pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativo; supostos recolhimentos a menor de percentual de diferencial de alíquota em operações estaduais; aproveitamento indevido de créditos de ICMS, referentes à compra de energia elétrica; indeferimentos de pedidos de compensação de créditos de IPI; ausência de declaração de valores referentes à contribuições em guias de recolhimento de FGTS e informações à Previdência Social (GFIP); supostos recolhimentos inferiores ao devido de contribuição previdenciária da agroindústria (SENAR); declarações de indêbitos de IRPJ e CSLL; suposta falta de recolhimento do IRRF sobre ganho de capital auferido sobre pessoas jurídicas em operação de incorporação de ações da Maeda S.A. (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A) pela Companhia; autos de infrações de cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre a receita bruta proveniente das exportações da produção rural de algodão e soja através de tradings e manifestações de inconformidade referentes a Pedidos Eletrônicos de Ressarcimento (PER) e Declarações de Compensação (DCOMP) para compensações de créditos presumidos de IPI; suposta taxa de fiscalização e funcionamento; suposta cobrança de ISS e taxa de alvará de abertura.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam como perda possível em razão da jurisprudência dos tribunais regionais e superiores ainda não estar pacificada quanto aos temas, da pouca especificidade de

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

algumas teses de defesa e, em alguns casos, poucos julgados sobre a matéria em discussão, além de precedência de *leading cases* de casos semelhantes com decisões controvertidas.

b. Trabalhistas

As reclamações trabalhistas com perda classificadas como possíveis cingem-se basicamente a pedidos relativos a acidentes de trabalho e/ou decorrentes das atividades laborais; indenizações por danos materiais e morais em razão de tais fatos; adicionais de insalubridade; reversão de justa causa; horas extraordinárias e reflexos; indenização por estabilidade provisória; responsabilidade solidária em razão de terceirização de serviços; reflexos no 13º salário, férias e outras verbas; e contribuições ao INSS e FGTS.

Trata-se de reclamações usualmente promovidas por ex-colaboradores, pleiteando as verbas e direitos supostamente devidos pela Companhia no interregno do vínculo de trabalho.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as mesmas como possíveis em razão da existência de vasta documentação comprovando o correto pagamento das verbas; além da existência de documentos comprovando a real jornada de trabalho (cartão de ponto); entrega de equipamentos de proteção individual (EPI); treinamentos e orientações de segurança; exames médicos; investigações de acidentes e eventuais desvios de condutas dos colaboradores para aplicação de demissão por justa causa, além de outros documentos referentes ao contrato de trabalho.

c. Cíveis

As ações judiciais cíveis com perda classificadas como possíveis apresentam pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito, execução decorrente de auto de infração ambiental e ação civil pública decorrente de supostos danos causados ao meio ambiente.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as ações cíveis como possíveis por conta da existência de documentos e outros meios de provas aptos a comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos dos autores, além de precedentes jurisprudenciais.

FWA Empreendimentos e Participações S.A.

No terceiro trimestre de 2017, a FWA Empreendimentos e Participações S.A. (“FWA”), ajuizou ação de Rescisão Contratual com pedido de Antecipação de Tutela que tem por objetivo a rescisão do contrato de Compra e Venda de Bens Imóveis e suas benfeitorias, firmado na data de 30 de setembro de 2014 com a Companhia, e por consequência, a rescisão do termo aditivo ao arrendamento e a devolução de caminhões que constituíram a forma de pagamento. Parcialmente deferida a antecipação de tutela em favor da parte autora no sentido de suspender os atos de plantio sobre a área arrendada para a safra 2017/2018, interposto agravo de instrumento no Tribunal de Justiça pela parte Companhia para anular a decisão, visto que já fora efetuado o plantio em aproximadamente 70% da área arrendada litigada. O agravo de instrumento foi julgado improcedente. Interposto agravo regimental, que teve parcial provimento, permitindo à Companhia finalizar o plantio de soja no restante da área litigada. A FWA apresentou agravo interno, sendo o mesmo parcialmente provido para limitar o plantio da safra de soja. Em primeira instância, por sua vez, após a juntada dos acórdãos e decisões proferidas nos agravos de instrumento, em 03 de dezembro de 2018 foi proferida decisão sobre as provas requeridas pelas partes, a Terra Santa se manifestou requerendo a redesignação da audiência de instrução e julgamento, pois uma das testemunhas arroladas pela ré não poderia comparecer. Assim, a audiência foi cancelada, por ter optado o juízo em ouvir as testemunhas através de carta precatória e intimando a FWA a se manifestar sobre os embargos de declaração. A Terra Santa embargou da decisão, apontando

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

obscuridade, uma vez que não requereu fosse a audiência redesignada para oitiva das testemunhas em Nova Mutum - MT. Aguarda-se a apreciação do recurso. Em 21 de março de 2019, a FWA juntou sua manifestação aos embargos opostos pela Terra Santa contra a decisão que indeferiu a juntada de novos documentos pela ré. Em segundo grau, o Tribunal de Justiça negou provimento aos embargos de declaração, condenando ainda a Terra Santa ao pagamento de multa no percentual de 1% sobre o valor da causa. Foi interposto recurso especial contra o acórdão que aguarda julgamento. O recurso especial foi inadmitido, tendo sido interposto agravo de instrumento. Os autos foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça. O STJ deu provimento parcial ao recurso determinando a anulação dos acórdãos dos embargos de declaração opostos em segundo grau. Em face dessa decisão foi interposto agravo interno objetivando tão somente a reforma da decisão para reconhecimento do prequestionamento da tese de preclusão ao direito de recorrer da FWA (preclusão). O STJ negou provimento ao recurso da Companhia. Foram opostos embargos de declaração pela Companhia objetivando esclarecimento sobre a tese de preclusão de recorrer da FWA, tendo o recurso sido rejeitado pelo STJ. Os autos retornarão ao TJMT em razão da anulação pelo STJ dos acórdãos dos embargos de declaração opostos em segundo grau. Na hipótese de reversão do julgamento do agravo interposto pela FWA a Companhia deterá o direito de imissão na posse do imóvel.

Com base no entendimento dos consultores externos a Companhia classifica essa causa como possível e avalia que na hipótese de derrota no referido processo a condenação será fixada em R\$ 8.244 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 7.940 em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado na rubrica de “Outros ativos no ativo não circulante” o valor de R\$ 14.275 (em 31 de dezembro de 2019- R\$ 14.275) referente a adiantamentos realizados sobre o contrato de arrendamento mencionado, montante esse que poderia ser considerado não realizável somente em eventual decisão desfavorável.

Espólio de J.L.F. - pessoa física

Trata-se de ação reivindicatória ajuizada por João Luiz Fabre e outros em face de Laerte Mioranza e Outros, com o objetivo de reintegrar à posse dos imóveis objeto da demanda, situados em Nova Mutum/MT, sob a alegação de terem sido indevidamente alienados pelos Réus em favor de terceiros. Com isso, requerem, ainda, o pagamento de reparação de danos pelo uso das terras. Os Réus apresentaram contestação e os Autores réplica. Foi deferida produção de prova oral e pericial para delimitação da área reivindicada. Encerrada a fase de instrução, foi proferida sentença de procedência, em 20 de agosto de 2019, reconhecendo como de propriedade dos Autores as áreas reivindicadas, além de condenar os Réus ao pagamento de reparação do dano, cujo valor será apurado em liquidação de sentença; foi deferida antecipação de tutela, consistente na reintegração de posse dos imóveis, consignando-se que na hipótese da área estar plantada, os Autores apenas terão a reintegração efetivada após a integral colheita. Foi reconhecida, ainda, a responsabilidade dos Réus Laerte Mioranza, Denice Cassol Mioranza, Juventino Domingos Mioranza e Geni Fochezato Mioranza, pela evicção, em relação aos denunciados à lide Ricardo Augusto de Souza e Silva e Lenir Marcondes Viana Souza e Silva (antigos proprietários). Com o recebimento do mandado de reintegração pela Terra Santa, a Companhia ingressou nos autos na condição de Terceira Interessada, e interpôs recurso de apelação. Em Segunda Instância, a Companhia apresentou Requerimento de atribuição de efeito suspensivo à apelação, o qual foi acolhido pelo TJ/MT, determinando a devolução da posse da área à Companhia. Em 27 de setembro de 2019, foi certificada pelo Oficial de Justiça a devolução da posse do imóvel à Terra Santa. Após apresentação de contrarrazões pelos Autores os autos foram remetidos ao TJMT para julgamento das apelações interpostas. Em 4 de maio de 2020, o Tribunal de Justiça negou provimento as apelações do Réus, em face do acórdão do TJMT foram opostos embargos de declaração objetivando sanar os vícios constantes na decisão colegiada, o qual foi improvido pelo TJMT. Após a publicação da decisão a Companhia avalia a interposição de recurso especial e extraordinário para as Instâncias Superiores. Em decorrência dos efeitos do acórdão da apelação os Autores deram início ao cumprimento provisório da decisão tendo a área objeto do litígio sido reintegrada em 12 de agosto de 2020.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia classifica essa causa como possível e avalia que na hipótese de decisão desfavorável o prejuízo econômico será fixado em R\$ 7.030 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 6.896 em 31 de dezembro de 2019).

22.4 Outras informações

As demais ações consideradas relevantes pela Administração da Companhia são:

a. Reclamações trabalhistas

Em 17 de março de 2009, a Companhia foi notificada da existência da demanda pelo descumprimento de cláusula contratual com M. C. de M. (cláusula penal) e pedido indenizatório em razão de suposta estabilidade. A ação foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias, sendo que o Reclamante deu início a execução provisória da sentença. Na data de 15 de setembro de 2015 foi expedida Carta Precatória para o município de Nova Mutum/MT para penhora dos bens imóveis oferecidos em garantia pela Companhia, conforme divulgado na Nota 16.3. Por não haver mais recursos a serem interpostos, em 19 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado da sentença, iniciando-se a execução definitiva da condenação culminando no bloqueio de R\$ 1.528. Em junho de 2019 foi ajuizada Ação Rescisória, de competência originária do TST, com distribuição de pedido de tutela cautelar, que foi concedida em 1 de julho de 2019, suspendendo a execução e todas as ordens de bloqueio de contas até o julgamento da referida ação. Contra o deferimento da cautelar foi interposto agravo interno pelo Reclamante, em 4 de julho de 2019, mas que restou desprovido pelo Presidente do TST em 11 de julho de 2019. Em sessão realizada no dia 27 de outubro de 2020, a Ação Rescisória foi pautada para julgamento, oportunidade em que o Ministro Relator iniciou proferimento de voto julgando a demanda procedente a fim de reconhecer a incompetência da Justiça do Trabalho e, conseqüentemente, anulando toda a Reclamação Trabalhista promovida. Nesta mesma sessão, após sustentação oral realizada pelas partes, três ministros requereram vista do processo, inclusive o ministro relator. No dia 10 de novembro de 2020 referido caso foi pautado pelo ministro relator, oportunidade em que, diferentemente do observado na sessão anterior, foi proferido voto julgando a Ação Rescisória improcedente, de modo que a cautelar deferida anteriormente restou prejudicada. Desde a publicação do acórdão a Companhia tem adotado todas as medidas processuais cabíveis relativamente à referida decisão.

Em 30 setembro de 2020 o valor da condenação era de R\$ 23.450, dos quais a Companhia provisionava o montante de R\$ 6.638 em 30 setembro de 2020, sendo que o restante do valor atualizado da condenação, correspondente à R\$ 16.811, antes considerado como possível pela Companhia e seus advogados, passou a ser provisionado integralmente, em valores originais (R\$ 23.255 e provisionamento no montante de R\$ 6.443, ambos de 30 de junho de 2020, e o restante do valor da condenação de R\$ 16.811). O valor atualizado da condenação é de R\$ 26.008 em 31 dezembro de 2020, sendo que a Companhia provisiona integralmente esse valor.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social é de R\$ 2.780.572 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 2.778.695), dividido em 21.779.313 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2019 - 21.640.380). Adicionalmente, a Companhia possui R\$ 20.851 de gastos com emissão de ações, referente ao processo de abertura de capital, como conta redutora do capital, totalizando R\$ 2.759.721 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 2.757.844).

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2019, foi aprovada a proposta de aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 50.000, mediante a emissão privada de 3.700.963 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 13,51 (treze reais e cinquenta e um centavos) por ação, bem como a emissão de 7.401.926 bônus de subscrição, que serão conferidos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações emitidas.

Durante o prazo para o exercício do direito de preferência, encerrado em 3 de junho de 2019, foram subscritas 3.498.503 novas ações, ao preço de emissão de R\$ 13,51 ação, o que resultou em um aporte de recursos para a Companhia no valor total de R\$ 47.264. Tendo em vista que o número de sobras de novas ações não subscritas durante o exercício de exercício do direito de preferência ("Sobras") solicitadas foi superior ao total de Sobras disponíveis, as 202.460 Sobras foram rateadas, alocadas e integralizadas pelos subscritores, perfazendo um montante de R\$ 2.736.

Verificou-se nos meses de dezembro de 2019 a dezembro de 2020 o exercício de 138.933 bônus de subscrição e emissão de 138.933 ações ordinárias as titulares do bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social da companhia. Os conselheiros consignaram que os valores pagos no exercício dos bônus de subscrição serão integralmente destinados ao capital social.

Em linha com a proposta de aumento de capital, em 2020, a Companhia registrou em seu patrimônio líquido o montante de R\$ 1.877, referentes a 138.933 ações, sendo essas partes das ações conferidas como vantagem adicional aos subscritores.

23.2 Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação:

- 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.
- 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, ele ficará à disposição da Assembleia para destinação.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Instrumentos financeiros

24.1 Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado que inclui o preço das *commodities*, câmbio, liquidez e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

24.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio e de terceiros.

A Administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de covenants das operações de empréstimos e financiamentos (Nota 19.2). Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

24.4 Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros, estão referenciados na Nota 2.

24.5 Categoria de instrumentos financeiros

Classificação	Controladora		Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	48.606	49.931	82.804	50.357
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	18.985	5.984	18.990	6.160
Títulos a receber	Custo amortizado	20.641	12.190	21.039	14.726
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	17.223		17.223	
Depósitos judiciais	Custo amortizado	6.014	5.536	6.033	5.555
		<u>111.469</u>	<u>73.641</u>	<u>146.089</u>	<u>76.798</u>
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	290.436	159.306	290.452	159.337
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.097.935	829.738	1.097.935	829.738
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	325.712	202.147	325.712	202.147
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	57.334	13.686	57.334	13.686
Títulos a pagar	Custo amortizado	6.440	9.123	6.882	10.683
Partes relacionadas	Custo amortizado	55.237	171.961		
		<u>1.833.094</u>	<u>1.385.961</u>	<u>1.778.315</u>	<u>1.215.591</u>

Em função das operações da Companhia apresentarem natureza comercial e atenderem ao critério de somente principal mais juros, foram classificadas ao “custo amortizado”.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.6 Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, títulos a pagar e mútuos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).
- Para os contratos de câmbio a termo, o valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas (Nível 2).

Em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado estão classificados no Nível 2 no montante líquido de R\$ 40.111 (passivo circulante). Em 31 de dezembro de 2019 R\$ 13.686 (passivo circulante).

24.7 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e, nessa Nota.

24.8 Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração, assessorado pelo Conselho Fiscal, bem como pelo Comitê Estratégico Financeiro tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Os riscos operacionais da Companhia são constantemente avaliados pela auditoria interna, a qual se reporta diretamente ao Conselho Fiscal, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela auditoria interna.

Do ponto de vista dos riscos financeiros, foi criado o Comitê Operacional de Riscos, órgão não estatutário e composto pela diretoria da Companhia, com o objetivo de monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as *commodities* agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

A Administração mantém procedimentos de cobrança de clientes, conforme segue:

- Créditos vencidos acima de 30 (trinta) dias: Efetuar notificação extrajudicial, informando antecipadamente a contraparte quanto a inclusão nos cadastros de restrição ao crédito.
- Cadastramento em órgão de restrição ao crédito: A contraparte será incluída no cadastro de restrição ao crédito após 30 dias decorridos da confirmação do recebimento da notificação extrajudicial.
- Créditos vencidos acima de noventa dias: Será realizada cobrança judicial, reunindo todos os documentos referentes à operação da negociação realizada.

A Companhia e suas controladas efetuam a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas, estabelecendo uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados, principalmente *trading companies*.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes e títulos a receber em 31 de dezembro de 2020:

Nível	Rating	Taxa	Controladora		Consolidado	
			Saldo contábil	Provisão	Saldo contábil	Provisão
Contas a receber de clientes						
Risco baixo	A	0,1%	1.685	(2)	1.685	(2)
Risco razoável	B	0,5%	13.558	(67)	13.558	(67)
Duvidoso	C	10,0%	4.441	(630)	4.447	(631)
Perda	D	100,0%			195	(195)
			19.684	(699)	19.885	(895)
Títulos a receber						
Risco baixo	A	0,1%	11.883	(14)	11.883	(14)
Risco razoável	B	0,5%	2.747	(13)	3.147	(15)
Duvidoso	C	10,0%	4.750	(475)	4.750	(475)
Perda	D	100,0%	7.908	(7.908)	7.928	(7.928)
			27.288	(8.410)	27.708	(8.432)
			46.972	(9.109)	47.593	(9.327)

A Administração entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe a Companhia a riscos significativos de crédito. A Companhia considera o saldo de contas a receber de clientes e títulos a receber como exposto a este risco. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo é de R\$ 48.910 na controladora e R\$ 49.531 no consolidado (R\$ 30.336 na controladora e R\$ 33.143 no consolidado em 31 de dezembro de 2019).

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir e, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou pagamentos de empréstimos e financiamentos, incluindo juros, às instituições financeiras no montante de R\$ 434.608 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 433.936), no consolidado. A Companhia não possuía linhas de créditos contratadas em 31 de dezembro de 2020 que não estivessem sendo utilizadas, porém possui linhas de créditos disponíveis que podem ser contratadas, caso seja necessário.

As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores	303.271				303.271
Empréstimos e financiamentos	535.693	173.388	281.533	200.687	1.191.301
Arrendamentos a pagar	76.528	73.345	107.265	229.423	486.561
Instrumentos financeiros derivativos	57.334				57.334
Títulos a pagar	5.415	1.467			6.882
	<u>978.241</u>	<u>248.200</u>	<u>388.798</u>	<u>430.110</u>	<u>2.045.349</u>

Os valores acima apresentados referem-se ao fluxo de caixa não descontado.

(iii) Risco de taxa de câmbio

A Companhia tem compromissos de venda, bem como de compras e de empréstimos e financiamentos, em moeda estrangeira. A Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Assim, o referido risco de câmbio é calculado levando-se em consideração os seguintes aspectos: (i) o impacto nas contas do balanço que são indexadas à moeda estrangeira; (ii) o impacto no fluxo de caixa das entradas e saídas de fluxo financeiro indexados à moeda estrangeira e; (iii) a Companhia adotava a prática de *hedge accounting*, designando suas dívidas expostas à variação do risco cambial como *hedge* tanto das suas vendas futuras para fins de exportação, bem como vendas futuras indexadas ao dólar norte-americano, como descrito no item 24.9. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui dívidas expostas à variação do risco cambial designadas ao *hedge* no montante de R\$ 620.403, equivalentes a US\$ 119.391 mil (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 522.151, equivalentes a US\$ 129.543 mil).

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2020 que está vinculado as variações da moeda estrangeira. Para fins de análise de sensibilidade, a Administração adotou como cenário I (provável) a taxa de mercado futuro vigente na data-base de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II (possível) esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III (remoto) em 50%. A Companhia entende que estes cenários são razoáveis considerando o seu contexto operacional.

Descrição	Saldos em 2020 em US\$ mil	Cenário I - Provável		Cenário II - Possível		Cenário III - Remoto		
		Taxa	(*) R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	
Ativos								
Depósitos bancários - em moeda estrangeira	6.217	5,2774849	504	6,5969	8.203	7,9162	16.406	
Contas a receber de clientes	3.124	5,2774849	253	6,5969	4.122	7,9162	8.244	
Passivos								
Fornecedores de insumos	47.989	5,2774849	(3.891)	6,5969	(63.316)	7,9162	(126.631)	
Arrendamentos a pagar (i)	62.208	5,2774849	(5.044)	6,5969	(82.075)	7,9162	(164.151)	
Empréstimos e financiamentos (ii)	183.000	5,2774849	(14.839)	6,5969	(241.444)	7,9162	(482.889)	
Efeito líquido no resultado			(23.016)		(374.510)		(749.020)	
Passivos								
Empréstimos e financiamentos (iii)	121.870	5,2774849	(9.882)	6,5969	(160.792)	7,9162	(321.584)	
Efeito líquido no resultado abrangente			(9.882)		(160.792)		(321.584)	
Efeito líquido total no patrimônio líquido			(32.898)		(535.302)		(1.070.604)	

(*) A taxa de conversão (R\$ 5,2774849 para US\$ 1,00) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável para os próximos 12 meses foi obtida na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros na data base de 31 de dezembro de 2020.

- (i) Os contratos de arrendamento estão valorizados pela *commodities*, cujo valor está em dólar.
- (ii) Empréstimos e financiamentos não designados no *hedge accounting* e com efeito no resultado do exercício.
- (iii) Empréstimos e financiamentos designados no *hedge accounting* e com efeito no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de venda em dólar norte-americano de produtos agrícolas, conforme divulgado na Nota 31 no montante de US\$ 101.882, as quais, não foram adicionados na tabela acima, já que ainda não foram faturadas e, portanto, não estão registrados nas contas a receber de clientes.

(iv) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados pela variação da LIBOR, expondo estes passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade abaixo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Em linhas gerais o risco da Companhia está atrelado à variação da Libor, pois os principais contratos estão vinculados a este indexador. Para efeito de análise de sensibilidade de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2020. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi corrigida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Modalidade	Saldo em 2020	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Taxa (*)	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)
Aplicações financeiras							
CDI	356	1,90%		2,38%		2,85%	
Empréstimos e financiamentos							
Libor 6 meses	950.939	0,26%	(2.450)	0,32%	(3.062)	0,39%	(3.675)
Efeito líquido no resultado			<u>(2.450)</u>		<u>(3.062)</u>		<u>(3.675)</u>

(*) As taxas utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram extraídas nos sites dos órgãos oficiais de divulgação dos respectivos índices.

(v) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado são representados, substancialmente, por empréstimos e financiamentos que são corrigidos por taxas de juros variáveis, conforme divulgado nas respectivas notas explicativas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores substancialmente com vencimento em curto prazo. No entendimento da Administração devido a essas características o valor justo destes instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

(vi) Risco dos preços das commodities

A Companhia produz e comercializa soja, milho, girassol e derivados de algodão (caroço e pluma), produtos esses caracterizados como *commodities* agrícolas e oriundos de produção própria.

As *commodities* são negociadas no Brasil e no exterior e possibilitam a adoção de ferramentas de proteção de preços. A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente aos clientes com entrega física.

A Companhia gerencia o risco de exposição a *commodities*, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* e não são utilizados para fins especulativos.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tipo	2020			2019		
	Valor de referência (nocial), em USD mil	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$	Valor de referência (nocial), em USD mil	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$
Ativo						
Hedge/Swap de valor justo (USD)						
NDF de valor justo (USD)			62.233			2.934
Commodities preço - Algodão			54.703			4.641
Commodities preço - Soja	2.684	17.223	17.234			
Passivo						
NDF de valor justo (USD)	(55.250)	(17.335)	(105.902)	(40.000)	(10.311)	(6.311)
Commodities preço - Algodão	(22.528)	(34.069)	(120.991)			
Commodities preço - Soja	(1.467)	(5.930)		(4.925)	(3.375)	(6.606)
	<u>(76.561)</u>	<u>(40.111)</u>	<u>(92.723)</u>	<u>(44.925)</u>	<u>(13.686)</u>	<u>(5.342)</u>

24.9 Hedge accounting

Conforme descrito na Nota 2.5.4, em 12 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de *hedge accounting*. A partir desta data, as variações cambiais incorridas nestes instrumentos financeiros, não designados, foram contabilizadas diretamente a resultado do exercício.

Desde agosto de 2013, a Companhia efetuava a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting*, para os instrumentos financeiros não derivativos de proteção de fluxos de caixa das receitas de exportação de soja, algodão em pluma, caroço de algodão e milho, documentando: (i) o relacionamento do *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em tomar o *hedge*; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*.

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* na conta ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) afete o resultado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido (no caso, receita de vendas).

Os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
No início do exercício	(21.485)	(108.876)
Varição do valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(171.331)	(37.809)
Valores transferidos para a demonstração do resultado	68.009	123.474
Parcela ineficaz da perda transferida para o resultado financeiro		1.726
No final do exercício	<u>(124.807)</u>	<u>(21.485)</u>

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contrato de financiamentos	Exercício de realização		
	2021	2022	Total Geral
Crédito à Exportação (PPE)	(48.991)	(75.401)	(124.392)
Crédito à Exportação (ACC)		(415)	(415)
Efeito no patrimônio líquido	<u>(48.991)</u>	<u>(75.816)</u>	<u>(124.807)</u>

25 Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração (fixa e variável) dos diretores e conselheiros nos exercícios foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Remuneração de conselheiros		
Remuneração fixa	(1.608)	(1.974)
Remuneração da diretoria		
Remuneração fixa	(2.867)	(2.478)
Remuneração variável	(1.543)	(1.400)
Encargos sociais	<u>(871)</u>	<u>(927)</u>
	<u>(6.889)</u>	<u>(6.779)</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

26 Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.22)	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.22)
Receita bruta de vendas e serviços	<u>1.000.172</u>	<u>744.881</u>	<u>1.004.989</u>	<u>746.271</u>
Variação cambial (<i>Hedge</i> fluxo de caixa)	<u>(68.009)</u>	<u>(123.474)</u>	<u>(68.009)</u>	<u>(123.474)</u>
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(3.124)	(246)	(3.928)	(641)
Impostos sobre vendas	<u>(28.263)</u>	<u>(27.343)</u>	<u>(29.790)</u>	<u>(27.104)</u>
Total das deduções de vendas	<u>(31.387)</u>	<u>(27.589)</u>	<u>(33.718)</u>	<u>(27.745)</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>900.776</u>	<u>593.818</u>	<u>903.262</u>	<u>595.052</u>

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
		(Reapresentado Nota 2.22)		(Reapresentado Nota 2.22)
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(133.714)	(117.849)	(87.132)	(86.765)
Matéria-prima	(386.871)	(315.768)	(386.871)	(315.768)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola	330.200	207.884	330.200	207.645
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(278.948)	(198.082)	(278.948)	(198.082)
Despesa com pessoal	(62.957)	(61.402)	(63.094)	(61.605)
Remuneração dos administradores	(6.889)	(6.779)	(6.889)	(6.779)
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(76.554)	(55.438)	(76.337)	(56.292)
Depreciações e amortizações	(54.044)	(55.386)	(55.670)	(51.928)
Fretes, comissões e despesas portuárias	(36.716)	(24.975)	(36.716)	(24.975)
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	3.046	14.876	3.043	(2.366)
Reversão de (perda) por redução ao valor recuperável de recebíveis	2.583	(5.301)	2.417	(5.062)
Reversão (perda) para perdas estimadas de estoques	1.595	(2.147)	1.595	(2.147)
Reversão (perda) de ativos (i)	10.089	(13.003)	12.061	(11.501)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(11.523)	(8.650)	(12.523)	(10.487)
	<u>(700.703)</u>	<u>(642.020)</u>	<u>(654.864)</u>	<u>(626.112)</u>

- (i) Em 2020, refere-se substancialmente ao valor reconhecido de indébito do Funrural nas vendas com fim específico de exportação, conforme divulgado na Nota 9.

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do exercício nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
		(Reapresentado Nota 2.22)		(Reapresentado Nota 2.22)
Custo dos produtos vendidos	(712.791)	(592.461)	(667.250)	(561.730)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	330.200	207.884	330.200	207.645
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(278.948)	(198.082)	(278.948)	(198.082)
Despesas com vendas	(2.295)	(2.357)	(2.295)	(2.357)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(47.617)	(45.901)	(48.931)	(48.338)
Outras receitas operacionais	10.748	(11.103)	12.360	(23.250)
	<u>(700.703)</u>	<u>(642.020)</u>	<u>(654.864)</u>	<u>(626.112)</u>

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.22)	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.22)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	62	626	62	643
Ajuste a valor presente de recebíveis	246	874	289	1.011
Juros ativos (i)	11.500	949	12.629	383
Variações monetárias ativas		1.957	337	2.375
Descontos obtidos	7.826	5.724	7.180	5.041
	<u>19.634</u>	<u>10.130</u>	<u>20.497</u>	<u>9.453</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(63.104)	(68.155)	(63.104)	(68.372)
Juros sobre arrendamentos	(22.874)	(15.146)	(22.874)	(15.146)
Juros passivos e multa de mora (ii)	(23.114)	(23.808)	(16.159)	(11.277)
Variações monetárias passivas	(16.388)	(5.565)	(16.725)	(6.175)
Ajuste a valor presente de fornecedores de insumos	(14.498)	(14.162)	(14.498)	(14.162)
IOF	(1.804)	(2.995)	(1.804)	(3.021)
Amortização de custos de captação	(4.142)	(2.706)	(4.142)	(2.706)
Custos contratuais de empréstimos - <i>fee latter</i>	(14.996)	(4.014)	(14.996)	(4.014)
Outras despesas	(1.692)	(2.767)	(1.708)	(2.847)
	<u>(162.612)</u>	<u>(139.318)</u>	<u>(156.010)</u>	<u>(127.720)</u>
Derivativos, líquidos				
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	134.168	33.988	134.168	33.988
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(226.891)	(39.330)	(226.891)	(39.330)
	<u>(92.723)</u>	<u>(5.342)</u>	<u>(92.723)</u>	<u>(5.342)</u>
Variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais ativas	183.025	67.535	183.025	67.466
Variações cambiais passivas	(266.994)	(64.678)	(266.994)	(64.704)
	<u>(83.969)</u>	<u>2.857</u>	<u>(83.969)</u>	<u>2.762</u>
Resultado financeiro	<u>(319.670)</u>	<u>(131.673)</u>	<u>(312.205)</u>	<u>(120.847)</u>

- (i) Refere-se substancialmente a cálculo de juros Selic sobre tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou ressarcimento. Em 2020 a Companhia registrou um ganho de R\$ 8.399 relativos a juros Selic sobre pedido eletrônico de ressarcimento.
- (ii) Refere-se substancialmente a multas e juros sobre tributos a recolher e parcelamentos tributários, juros sobre fornecedores e adiantamento de clientes. Adicionalmente, na controladora, inclui juros sobre operações de mútuo com partes relacionadas.

29 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir relacionamos as transações no exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.22)	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.22)
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	27.605	25.717	32.431	31.362
Venda de ativos a prazo	148	16.735	148	16.735
Aquisição de imobilizado financiado	12.208	9.404	12.208	9.406
Arrendamentos liquidados com produtos agrícolas	19.587	21.387	19.587	21.387
Fornecedores liquidados com operação de mútuo	49.585	36.055	49.585	36.055

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Resultado por ação (Controladora)

30.1 Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício (Nota 23). A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro (prejuízo) diluído por ação.

	Controladora	
	2020	2019
Prejuízo utilizado na apuração do Prejuízo básico e diluído por ação	(56.848)	(134.719)
Quantidade de ações no exercício (milhares) - média ponderada do exercício	21.667	20.419
Prejuízo por ação - básico e diluído (R\$)	<u>(2,6237)</u>	<u>(6,5977)</u>

30.2 Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: bônus de subscrição de ações, conforme mencionado na Nota 23.1. Os bônus de subscrição têm como objetivos principais garantir maior atratividade para os subscritores do aumento de capital, mitigar a diluição imediata relacionada ao aumento de capital e permitir a capitalização adicional da Companhia ao longo do prazo de três anos. Os bônus de subscrição foram emitidos em uma única série e cada bônus de subscrição, confere a seu titular o direito de subscrever uma nova ação ordinária de emissão da Companhia ao preço de exercício de R\$ 13,51 por ação.

A quantidade de bônus de subscrição ainda não convertidos em ações Companhia, é considerada como um potencial aumento de capital pressupondo-se o seu exercício.

	Controladora	
	2020	2019
Prejuízo utilizado na apuração do Prejuízo básico e diluído por ação	(56.848)	(134.719)
Quantidade de ações no exercício (milhares) - média ponderada do exercício	21.667	20.419
Conversão presumida de bônus de subscrição (milhares)	7.238	7.377
Quantidade de ações no exercício (milhares) - média ponderada do exercício para o lucro diluído	28.905	27.796
Prejuízo por ação - básico e diluído (R\$)	<u>(1,9667)</u>	<u>(4,8468)</u>

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Compromissos (Consolidado)

31.1 Vendas futuras

Os compromissos futuros existentes em 31 de dezembro de 2020 referem-se a Companhia e a controlada TS Brasil S.A., como segue:

								Consolidado
<u>Produto</u>	<u>Data de Entrega</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Contratos</u>	<u>Unidade</u>	<u>Moeda</u>	<u>Frete</u>	<u>Preço</u>	<u>Montante</u>
Safra 18/19								
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/20	1.000	3	LP	DÓLAR	CIF	0,7413	1.635
Safra 19/20								
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/20	4.691	12	LP	DÓLAR	CIF	0,6822	7.056
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/20	340	1	LP	REAL	CIP	3,2939	2.470
Algodão em Pluma	Jan a Mar/21	11.205	9	LP	DÓLAR	CIF	0,6981	17.245
Algodão em Pluma	Jan a Mar/21	2.500	1	LP	REAL	CIP	3,3700	18.574
Safra 20/21 (ii)								
Soja em Grãos	Jan a Mar/21	46.014	8	SC	DÓLAR	FOB	A FIXAR	
Soja em Grãos	Jan a Mar/21	20.000	2	SC	REAL	FOB	96,54	1.931
Soja em Grãos	Jan a Mar/21	139.986	27	SC	DÓLAR	FOB	16,08	2.251
Algodão em Pluma	Jul a Set/21	2.750	3	LP	DÓLAR	FOB	A FIXAR	
Algodão em Pluma	Jul a Set/21	4.665	7	LP	DÓLAR	FOB	0,66	6.791
Algodão em Pluma	Out a Dez/21	10.750	7	LP	DÓLAR	CIF	A FIXAR	
Algodão em Pluma	Out a Dez/21	12.835	10	LP	DÓLAR	CIF	0,64	18.104
Algodão em Pluma	Out a Dez/21	10.000	5	LP	REAL	CIP	3,3440	73.722
Algodão em Pluma	Jan a Mar/21	6.800	4	LP	DÓLAR	CIF	A FIXAR	
Algodão em Pluma	Jan a Mar/21	5.500	4	LP	DÓLAR	CIF	0,77	9.347
Milho em Grãos	Abr a Jun/21	6.000	1	SC	REAL	FOB	42,30	254
Milho em Grãos	Jul a Set/21	117.393	18	SC	REAL	FOB	26,27	3.084
Safra 21/22 (ii)								
Soja em Grãos	Jan a Mar/22	76.000	15	SC	DÓLAR	FOB	18,74	1.424
Soja em Grãos	Jan a Mar/22	22.300	6	SC	REAL	FOB	103,07	2.298
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	4.250	8	LP	DÓLAR	CIF	0,66	6.183
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	1.250	1	LP	DÓLAR	CIP	0,65	1.791
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	250	1	LP	REAL	CIP	3,98	2.195
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	11.750	6	LP	DÓLAR	CIF	0,66	17.148
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	2.500	1	LP	DÓLAR	CIP	0,65	3.582
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	5.950	1	LP	DÓLAR	FOB	0,71	9.266
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	750	1	LP	REAL	CIP	3,98	6.584
Milho em Grãos	Jul a Set/22	9.000	2	SC	DÓLAR	FOB	6,50	59
Milho em Grãos	Jul a Set/22	10.200	3	SC	REAL	FOB	39,57	404
							DÓLAR	101.882
							REAL	111.516

- (i) Os volumes de 1.000 toneladas de Algodão em Pluma da safra 18/2019 e 5.003 da safra 19/2020, devido ao atraso logístico por parte do cliente, foram embarcados até a data de publicação destas demonstrações financeiras. A Companhia não sofreu penalidades contratuais devido ao atraso nos embarques.
- (ii) A comercialização de produto agrícola na Companhia segue a premissa de Lucro Esperado/Relação de troca, nesta premissa são levados em conta o planejamento agrícola, preços de insumos, gestão das exposições cambial, gestão de risco, ferramentas de derivativos, ou seja, a decisão da venda não leva em conta apenas o preço das *commodities*, mas sim uma série de fatores, visto que muitas vezes os preços da *commodities* estão altos, porém os insumos comprados também acompanham essa alta, essa gestão visa mitigar os riscos dos compromissos futuros e para isso os preços não devem ser analisados isoladamente.

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido (não auditado). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Valor segurado</u>
Responsabilidade civil	91.469
Riscos diversos - Imobilizado	<u>437.949</u>
	<u><u>529.418</u></u>

33 Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento agrícola como o único segmento operacional e explora as atividades agrícolas com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, baseando-se nos relatórios utilizados pela Diretoria Executiva da Companhia e pelo Conselho de Administração, os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas. As metas e avaliações de desempenho são definidas e acompanhadas considerando o segmento como um todo.

O segmento agrícola abrange, principalmente, a produção e comercialização de soja, milho e algodão cujas atividades consistem basicamente em: cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização e beneficiamento de algodão em caroço.

A Companhia apresenta a receita líquida de vendas e serviços obtida na comercialização de seus produtos nos mercados interno e externo, como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Mercado Interno	300.384	163.366
Mercado Externo	<u>602.878</u>	<u>431.686</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u><u>903.262</u></u>	<u><u>595.052</u></u>

A receita líquida de vendas, por segmento geográfico, elaboradas de acordo com o país de destino da receita, são assim representadas:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Brasil	52%	61%
Europa	32%	28%
Ásia	5%	2%
América do Norte	<u>10%</u>	<u>9%</u>
Total	<u><u>100%</u></u>	<u><u>100%</u></u>

Terra Santa Agro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O detalhamento da receita líquida de vendas por produto é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Soja	357.675	298.404
Milho	56.097	57.908
Algodão em pluma	504.712	324.975
Caroço de algodão	36.440	26.353
Revenda de produtos	16.347	10.886
Variação cambial (Hedge fluxo de caixa)	(68.009)	(123.474)
Receita líquida de vendas e serviços	<u>903.262</u>	<u>595.052</u>

Os principais clientes da Companhia que individualmente representaram 10% ou mais das receitas totais são como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Bunge Alimentos S.A.	14%	20%
ADM do Brasil Ltda.	14%	12%
Amaggi Exportação e Importação Ltda	6%	11%

34 Eventos subsequentes

Conforme divulgado na Nota 1.4, foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, a proposta sobre a potencial combinação de negócios com a SLC Agrícola S.A. (Potencial Operação).

* * *

Terra Santa
Agro S.A.

**Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações dos resultados	13
Demonstração dos resultados abrangentes	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	16
Demonstrações do valor adicionado	17
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	18
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	85
Parecer do Conselho Fiscal	93
Declaração da Diretoria	94



Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras de 2019





1 AOS ACIONISTAS

Atendendo às disposições legais, a Administração da Terra Santa Agro S.A. – “Terra Santa” ou “Companhia” – tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em comparação com o ano de 2018. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

2 SOBRE A TERRA SANTA AGRO

A Terra Santa Agro é uma empresa produtora de commodities agrícolas, com foco na produção de soja, milho e algodão. Possui 7 unidades de produção estrategicamente localizadas no estado brasileiro do Mato Grosso, por este apresentar condições favoráveis ao agronegócio, totalizando uma área sob gestão de aproximadamente 132,7 mil hectares.

Além disso, possui equipamentos e ativos complementares à sua operação agrícola, a saber:

- 412 equipamentos agrícolas em uso, sendo 267 próprios
- 7 unidades de armazenagem, sendo 5 próprias
- 3 algodozeiras próprias

A Companhia tem suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 – Brasil, bolsa, Balcão, nível mais alto de Governança Corporativa da bolsa brasileira.

3 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Terra Santa Agro passou por uma reestruturação operacional e financeira nos últimos anos, reduzimos a área plantada, renegociamos a dívida, reestruturamos o time... Em tempos de baixa geração de caixa e dívida demasiadamente alta, as decisões operacionais e estratégicas ficam limitadas a aquilo que é possível fazer, o *timing* de compra dos insumos e de venda das commodities fica comprometido, por vezes até mesmo o *timing* das operações fica comprometido e o foco é conseguir todas as linhas de crédito possíveis, para citar alguns dos impactos. Fiéis aos nossos valores, a Terra Santa Agro não considerou nenhuma só vez não honrar com seus compromissos e a consequência foi a construção, ao longo desses anos, de parcerias sólidas e duradouras. A necessidade nos tornou uma Companhia capaz de fazer muito com muito pouco.

Hoje, com uma dívida um pouco menor e uma geração de caixa muito mais robusta, os impactos nas decisões de curto prazo já começam ser percebidos quando vemos fatores técnicos sobressaírem-se sobre financeiros em nossas decisões táticas e estratégicas. No longo prazo já é possível enxergar, em nossas projeções mais conservadoras, o endividamento convergir para níveis aceitáveis.



Esse novo momento da Companhia torna possível uma série de mudanças, possibilita investirmos em uma cultura organizacional mais inclusiva, com o empoderamento dos nossos colaboradores e a descentralização das decisões, além de abrir espaço para investirmos nossa energia na criação de um ambiente mais propício à inovação, com equipes multifuncionais trabalhando em conjunto para co-criar. Em 2019, ensaiamos os primeiros passos nessa direção e os resultados já começam a ser percebidos: encontramos um caminho para seguir aumentando a nossa produção de algodão sem a necessidade de investimento em maquinário ou em estrutura de beneficiamento e superamos a marca de 63,3 sacas de soja por hectare na safra 2019/20, novo recorde da Companhia, o que temos intenção de superar na safra 2020/21.

Nosso resultado de 2019 foi marcado por preços internacionais de algodão historicamente baixos e, apesar dos nossos bons índices de produtividade, nosso EBITDA Ajustado da safra 2018/19, marcado em 31/12/2019, foi de R\$ 146,4 milhões, contra R\$ 180,4 milhões da safra 2017/18 (dados finalizados). Adicionalmente à nossa geração de caixa operacional, fizemos um aumento de capital de R\$ 50 milhões em 29/04/2019 e seguimos com a implementação do programa de venda de ativos iniciado em 2018 que gerou, em 2019, um caixa de R\$ 19,7 milhões.

Mantemos o nosso foco e a principal destinação da nossa geração de caixa segue sendo a redução do endividamento bancário e com clientes e fornecedores, que passou de US\$ 310,5 em 31/12/2018 para US\$ 286,3 em 31/12/2019.

Entre os principais projetos da Terra Santa Agro para 2020 destacam-se a reorganização dos nossos processos na cadeia de suprimentos e a aplicação de inteligência avançada em compras, a implementação de uma gestão de gastos ampla com base em PDCA, a aplicação de *data science* em nosso planejamento agrícola, consolidação da aplicação da inteligência de mercado e riscos nas operações de compra de insumos e de venda de commodities, início da expansão agrícola e a revisão da Visão da Companhia.

Por fim, estamos otimistas com a capacidade da Companhia em gerar resultados operacionais no longo prazo e, com isso, dar continuidade a nossa estratégia de redução do endividamento.

4 DESEMPENHO FINANCEIRO

EBITDA Ajustado (R\$ Mil)	2019				2018				Var. %
	SF 17/2018	SF 18/2019	SF 19/2020	Total	SF 16/2017	SF 17/2018	SF 18/2019	Total	
Receita Líquida	141.061	786.168	33.998	961.227	98.619	977.431	42.957	1.119.007	-14,1%
Receita Líquida dos Produtos	113.019	764.036	-	877.055	92.390	744.129	5.049	841.568	4,2%
Hedge Accounting	(15.454)	(108.019)	-	(123.473)	(1.514)	(20.870)	(262)	(22.646)	445,2%
Avaliação do Ativo Biológico Apropriado à Receita	-	136.033	33.998	170.031	-	293.655	36.353	330.008	-48,5%
Produto Agrícola Apropriado à Receita	43.496	(5.882)	-	37.614	7.743	(39.483)	1.817	(29.923)	-
Custos de Produtos Vendidos	(158.627)	(731.148)	-	(889.775)	(99.392)	(800.051)	(6.854)	(906.297)	-1,8%
CPV Produtos	(66.343)	(625.350)	-	(691.693)	(63.475)	(564.125)	(4.433)	(632.033)	9,4%
Realização Ativo Biológico Apropriado ao Custo	(92.284)	(105.798)	-	(198.082)	(35.917)	(235.926)	(2.421)	(274.264)	-27,8%
Lucro Bruto	(17.566)	55.020	33.998	71.452	(773)	177.380	36.103	212.710	-66,4%
Despesas Operacionais	(8.968)	(41.049)	(46.429)	(96.446)	(5.880)	(56.265)	(13.757)	(75.902)	27,1%
Gerais, Administrativas	-	(25.426)	(12.219)	(37.645)	-	(25.979)	(11.611)	(37.590)	0,1%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	8.269	(31.519)	(23.250)	-	(2.661)	837	(1.824)	-
Despesas com Armazenagem	-	(8.002)	(2.691)	(10.693)	-	(11.012)	(2.983)	(13.995)	-23,6%
Despesas com Vendas	(8.968)	(15.890)	-	(24.858)	(5.880)	(16.613)	-	(22.493)	10,5%
Lucro Operacional - EBIT	(26.534)	13.971	(12.431)	(24.994)	(6.653)	121.115	22.346	136.808	-
Resultado Financeiro				(126.913)				(103.093)	23,1%
Receita Financeira				9.453				36.947	-74,4%
Despesa Financeira				(126.379)				(131.298)	-3,7%
Variação Cambial				(4.645)				(16.170)	-71,3%
Derivativos				(5.342)				7.428	-
Lucro (Prejuízo) antes do IR e CS				(151.907)				33.715	-
IR e CSLL				17.188				8.547	101,1%
Lucro líquido (Prejuízo) do período				(134.719)				42.262	-
EBITDA	(26.534)	64.141	(10.673)	26.934	(1.867)	147.944	26.179	172.256	-84,4%
EBITDA Ajustado	(14.529)	113.632	16.815	115.918	1.806	163.704	30.714	196.224	-40,9%

O resultado anual da Companhia é impactado pelo resultado de 3 safras distintas. Para uma melhor compreensão, iremos analisá-los de forma separada. O ano de 2019, por exemplo, é impactado (i) pelo resultado da safra 2017/18, principalmente estoque de passagem do algodão da safra 2017/18; (ii) pelo resultado da safra 2018/19, 100% do faturamento da soja e milho e parte do faturamento do algodão e (iii) resultado da safra 2019/20, principalmente marcações do ativo biológico da soja e custos incorridos até o momento.

O resultado operacional da safra 2018/19 ficou dentro das expectativas da Companhia. No caso da soja, comparativamente à safra 2017/18, a produtividade, impactada pela baixa luminosidade observada no mês de novembro de 2018 e pelo alto percentual de variedades precoces, sofreu uma redução de 1,3%, encerrando a safra 2018/19 com produtividade de 58,5 scs/ha. O resultado do milho, por sua vez, ficou aquém das nossas expectativas iniciais. Em comparação à safra 2017/18, a produtividade, impactada pelo avanço da área de milho sobre áreas com solos marginalmente menos argilosos, que faz com que a safra fique mais suscetível a intempéries climáticas, sofreu redução de 5,2%, encerrando a safra 2018/19 com produtividade de 111 scs/ha. Já o resultado do algodão em caroço ficou acima das nossas expectativas iniciais. Em comparação à safra 2017/18, a produtividade, impactada pelas boas condições climáticas, bom manejo técnico e operacional das lavouras, encerrou a safra em 288,0 @/ha, um novo recorde para a Companhia.

Não obstante aos bons resultados operacionais apresentados, a safra 2018/19 apresentou-se desafiadora diante da combinação de queda no preço das *commodities* no mercado internacional e preços dos insumos estáveis em dólares, aliado a desvalorização do real ocorrido ao longo do ano. A consequência imediata deste fato foi a piora da relação de troca entre produto e insumo, o que impactou o resultado da Companhia no ano.



Adicionalmente ao descrito acima, o resultado da Companhia foi impactado negativamente (i) pelo valor do *hedge accounting* realizado no período, em função da reciclagem do saldo da variação cambial das dívidas acumuladas no Patrimônio Líquido para o resultado conforme cronograma de vencimento das mesmas e (ii) *impairment* de ativos e tributos e reavaliação do prognóstico pelos assessores jurídicos dos ativos da Construrio.

Diante deste cenário, a Companhia registrou um prejuízo bruto de R\$ 134,7 milhões, contra um lucro líquido de R\$ 42,3 milhões verificado em 2018.

Outra métrica que merece destaque é o EBITDA Ajustado que foi de R\$ 115,9 milhões, com margem de 10,7%, contra um EBITDA Ajustado de R\$ 196,2 milhões, com margem de 17,2%, verificado no mesmo período do ano anterior.

No que diz respeito à geração de caixa operacional, vale ressaltar que a Companhia vem continuamente gerando caixa, o qual está sendo destinado para amortizar dívida bancária, bem como reduzir as contas de fornecedores de insumos, adiantamento de clientes e tributos parcelados. As contas de dívida líquida e de fornecedores de insumos, adiantamento de clientes e tributos parcelados apresentaram em conjunto redução de US\$ 24,9 milhões.

Não podemos deixar de mencionar que a safra 2019/20, que impactará os resultados financeiros de 2020, está muito bem encaminhada. A colheita da soja está praticamente finalizada e, apesar da seca no início do período de plantio, a expectativa é de uma produtividade média de 3.798 kg/ha (63,3 scs/ha), novo recorde para a Companhia.

O plantio de algodão de 2ª safra foi concluído dentro da janela ideal e apresenta bom desenvolvimento. O plantio de milho foi concluído com 95% da área inicialmente planejada devido ao término do período agronomicamente adequado.

Além disso, é importante enfatizar o avanço na comercialização da safra 2019/20, onde temos fixado 94%, 80% e 64% da safra de soja, milho e algodão respectivamente, dentro da estratégia da Companhia de buscar sempre a melhor rentabilidade para a cultura.

5 PERSPECTIVA DE MERCADO – AGRONEGÓCIO

Em 2019, principalmente no segundo semestre, a volatilidade dos mercados se manteve elevada por conta dos temores relacionados a desaceleração da economia mundial, repercussões da guerra comercial entre EUA e China e o Brexit, o que levou ao afrouxamento monetário dos bancos centrais das principais economias do mundo. Em meio a um cenário de juros menores e temores crescentes de uma desaceleração mais abrupta ao longo do próximo ano, o dólar se fortaleceu em nível mundial.

Do lado doméstico, os ventos contrários vindo do mercado externo foram atenuados por uma política econômica consistente, uma posição externa confortável e por expectativas de inflação bem ancoradas. No entanto, persistem as dificuldades no do lado fiscal em meio a um aumento da dívida pública e das despesas obrigatórias.



No agronegócio, apesar das boas produtividades registradas nas culturas, a margem de rentabilidade ficou menor, impacto direto da alta nos custos de produção, puxado pela desvalorização cambial. A queda no preço das *commodities* foi compensada, de certa forma, pela desvalorização cambial.

A cotação internacional da soja encerrou o ano de 2019 cotada a US\$ 9,44/bu, valor 4,1% superior ao registrado no fim de setembro de 2019. Quando comparado ao preço de encerramento em 2018, observa-se um incremento de 6,9%.

As cotações da soja no ano de 2019 foram marcadas por alta volatilidade diante da: (I) Guerra Comercial entre China e Estados Unidos; (II) Crise africana da peste suína e (III) Surto “Coronavírus”.

Sobre a Guerra Comercial, em dezembro, foi anunciada a “Fase 1” do acordo entre China e Estado Unidos. Este acordo refletiu positivamente nos preços da *commodity*. Neste primeiro momento, os Estados Unidos reduziram algumas tarifas sobre os produtos chineses e a China se comprometeu a aumentar a compra de produtos agrícolas norte-americanos, podendo chegar num total de US\$ 30-40 bilhões nos próximos dois anos. Uma vez cumprido o acordo, o resultado é um significativo aumento nas exportações americanas para a China.

Vale dizer que, mesmo com o aumento da importação de produtos dos Estados Unidos, a demanda mundial pela soja também é crescente, então o que pode acontecer é que os destinos de exportação de soja do Brasil sofram alterações, tornando-se menos dependente do mercado chinês.

No que diz respeito a crise da peste suína africana, ainda não há indícios de que a doença esteja controlada, portanto, a demanda chinesa por carne se mantém elevada.

Também no mês de dezembro, a China anunciou a aparição de um novo vírus, o Coronavírus. A primeira medida para evitar a disseminação do vírus foi a restrição na movimentação de pessoas, o que impactou negativamente na atividade econômica do país, isto é, menor geração de renda e de consumo. Como consequência, observa-se a falta de produtos no mercado interno acompanhado de uma redução acentuada da importação de carnes e grãos.

O esperado é que, com o passar do tempo, a escassez de alimentos resulte em uma aceleração da demanda para reposição dos estoques.

No Brasil, o plantio da safra 2019/20 foi um pouco atrasado, quando comparado a safra passada, diante da irregularidade das chuvas. No entanto, foi em linha com a média das últimas 5 safras, isto é, dentro do período normal, o que aponta excelentes produtividades. Até o início da segunda quinzena de fevereiro, 23% da área de soja brasileira já havia sido colhida. O período de colheita deve se estender até final de março.

Na Argentina, o plantio já foi finalizado e as lavouras encontram-se em excelentes condições de cultivo.

As cotações do milho apresentaram leve desvalorização, encerrando o trimestre cotado a US\$ 3,87/bu, valor 0,2% inferior em relação ao terceiro trimestre. Quando comparado ao preço de encerramento do ano de 2018, observa-se uma alta de 3,5%.



No mercado interno, mesmo diante dos ótimos níveis de produção de milho safrinha, os preços continuaram reagindo em alta. A demanda interna para carnes, bem como para etanol se manteve bastante aquecida.

Na Argentina, o plantio já foi finalizado, em patamares semelhantes aos da safra passada. Por outro lado, com a volta das “Retenciones”, que são os impostos sobre a exportação do milho, espera-se que no médio/longo prazo, a área de milho diminua no país.

Já nos Estados Unidos, diferentemente do ano de 2019, em que o milho sofreu com o clima, espera-se que em 2020 a área seja maior que a de soja, o que pode refletir na acomodação dos preços internacionais.

As cotações do algodão apresentaram uma valorização de 15,4% encerrando o trimestre cotado a US\$ 0,69/lb. Quando comparado ao preço de encerramento do ano de 2018, observa-se uma queda de 4,5%.

A safra 2018/19 de algodão foi histórica para o Brasil. Ultrapassando a Índia, o Brasil passou a ocupar o segundo lugar de maior exportador mundial de pluma, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Apesar dos excelentes resultados na produção, o cenário de preços foi bastante desafiador diante: (i) do crescimento da produção mundial de algodão; (ii) redução da relação estoque/uso mundial; (iii) elevado estoque da China e (iv) questões políticas relacionadas à Guerra Comercial entre China e Estados Unidos.

6 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia tem suas ações - “TESA3” - listadas no Novo Mercado da B3, segmento com as melhores práticas de Governança Corporativa, reiterando assim o compromisso com a comunidade financeira e com todos os acionistas. O Conselho de Administração conta com 6 membros (sendo 2 independentes) que respondem pela orientação geral dos negócios.

A Companhia conta também com 4 comitês consultivos – Comitê Estratégico Financeiro, Comitê de Gente, Comitê de Inovação E Comitê de Governança e de Assuntos Jurídicos. A função principal dos comitês é propiciar ao Conselho de Administração os elementos e subsídios necessários ao processo decisório e de apoiar a Diretoria da Companhia nas políticas aprovadas pelo seu Conselho de Administração.

A Terra Santa Agro conta ainda com um Conselho Fiscal composto de 3 membros responsáveis, dentre outras obrigações, por fiscalizar as atividades da Administração, rever as demonstrações financeiras da Companhia e reportar suas conclusões aos acionistas.

Por fim, a Terra Santa Agro conta ainda com uma Diretoria composta por 4 membros e um auditor interno que tem como principais objetivos (a) mapear e gerenciar os riscos aos quais a Companhia é exposta, (b) realizar auditorias independentes nas áreas de negócios, (c) gerenciar e apurar relatos realizados pelo o canal de ética e denúncias. Esses instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressas pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da Terra Santa Agro.



7 MERCADO DE CAPITAIS

DESEMPENHO DAS AÇÕES

As ações da Terra Santa (TESA3) encerraram o ano de 2019 cotadas a R\$ 22,00/ação, totalizando um valor de mercado para a Companhia de R\$ 476,4 milhões.

No ano, as ações da TESA3 apresentaram uma valorização de 80%, passando de R\$ 16,75/ação no final de dezembro de 2018 para R\$ 22,00/ação no final de dezembro de 2019. O Ibovespa, no mesmo período, apresentou uma valorização de 32%.

As ações da Terra Santa Agro, listadas no nível mais alto de governança corporativa (Novo Mercado), estiveram presentes em 100% dos pregões do ano de 2018. O volume médio diário registrado no período foi de R\$ 402,8 mil e 57 negócios.

AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL

Em 29 de abril, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social no montante de R\$ 50.000.000, mediante a subscrição privada de 3.700.963 novas ações e emissão de 7.401.926 bônus de subscrição, como vantagem adicional, sendo que cada Nova Ação subscrita dará direito a 2 Bônus de Subscrição. O preço de emissão das novas ações, bem como o preço de exercício do bônus de subscrição foi ficado em R\$ 13,51 por ação.

Adicionalmente, desde o dia 24 de junho de 2019, os bônus de subscrição da Companhia (código TESA 12), entregues como vantagem adicional aos subscritores das ações ordinárias emitidas pela Companhia começaram a ser negociados na B3 S.A.

Os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos mensalmente, entre o 10º dia útil e o 15º dia útil de cada mês, ou até o seu vencimento (29 de abril de 2022). Os titulares dos Bônus de Subscrição deverão manifestar sua intenção de exercício do Bônus por meio de solicitação de exercício a ser efetuada por meio de seu agente de custódia à B3 ou, para os acionistas com ações na custódia do Itaú Corretora, nas agências especializadas no atendimento aos acionistas.

As características, prazos e procedimentos a serem adotados acerca do aumento de capital estão descritos no Aviso aos Acionistas divulgado no dia 29 de abril de 2019 e disponíveis para consulta nos sites da B3, CVM e da própria Companhia.

CAPITAL SOCIAL E DISPERSÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia é representado por 21.654.435 (considerando ações emitidas no aumento de capital e bônus de subscrição exercidos até o momento) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Desse total, 33,8% são detidas por pessoas físicas, 57,7% por investidores institucionais e 8,5% por investidores estrangeiros, perfazendo mais de 6 mil investidores.

A estrutura acionária da Companhia é pulverizada com mais de 98,2% dos investidores brasileiros, no qual o maior acionista detém 42,5%.



8 AUDITORIA INDEPENDENTE

Ao longo do exercício de 2019, em atendimento à instrução nº CVM 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, bem como, a KPMG Assessores Ltda. prestou serviços relacionados a revisão de impostos diretos e indiretos com honorários de R\$ 193 mil e, serviços de revisão do preenchimento das declarações do imposto sobre a propriedade territorial rural com honorários de R\$ 24,4 mil, que representam 23,5% e 2,9%, respectivamente, dos honorários dos serviços de auditoria externa. Entendemos que estes serviços não representam conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixas e equivalentes de caixa	3	49.931	23.061	50.357	30.677
Contas a receber de clientes	4	5.984	16.976	6.160	17.111
Títulos a receber	5	8.611	4.814	11.147	20.571
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	2.647	-	2.647
Estoques	6	395.652	337.275	393.755	339.835
Ativos biológicos	7	213.573	225.252	213.573	225.252
Tributos a recuperar	8	27.289	12.850	39.623	16.841
Despesas antecipadas		449	468	580	658
Outros ativos		3.075	1.437	3.254	1.448
Ativos não circulantes mantidos para venda	9	10.170	2.934	10.170	2.934
Total do ativo circulante		714.734	627.714	728.619	657.974
Não circulante					
Títulos a receber	5	3.579	9.826	3.579	9.833
Tributos a recuperar	8	27.920	57.547	52.581	91.204
Tributos diferidos	10	215.486	186.538	215.486	186.538
Depósitos judiciais	21	5.536	3.508	5.555	21.998
Mútuos com partes relacionadas	11	400	356	-	-
Outros ativos		15.537	15.420	15.537	15.420
Total		268.458	273.195	292.738	324.993
Propriedade para investimento					
Propriedade para investimento	13	4.190	4.717	4.190	4.717
Investimentos	12	1.233.350	1.221.246	-	-
Direitos de uso dos ativos	14	193.134	-	193.134	-
Imobilizado	15	167.944	208.937	993.451	1.060.842
Intangível	16	960	998	276.445	276.483
Total do ativo não circulante		1.868.036	1.709.093	1.759.958	1.667.035
Total do ativo		2.582.770	2.336.807	2.488.577	2.325.009

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Salários e contribuições sociais		6.682	8.520	6.698	8.557
Fornecedores	17	159.306	192.460	159.337	192.461
Arrendamentos a pagar	14	30.354	13.251	30.354	13.251
Tributos a recolher		9.261	9.263	11.007	11.069
Empréstimos e financiamentos	18	355.347	318.694	355.347	319.781
Tributos parcelados	20	5.780	5.322	6.900	6.943
Adiantamentos de clientes	19	195.625	144.635	195.653	146.695
Instrumentos financeiros derivativos	23	13.686	3.951	13.686	3.951
Títulos a pagar		7.808	7.389	7.876	7.426
Total do passivo circulante		783.849	703.485	786.858	710.134
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	474.391	559.912	474.391	562.974
Arrendamentos a pagar	14	171.793	-	171.793	-
Mútuos com partes relacionadas	11	171.961	86.499	-	-
Tributos parcelados	20	14.713	18.823	17.501	21.665
Títulos a pagar		1.315	1.468	2.807	2.959
Tributos diferidos	10	-	-	72.215	62.642
Provisão para demandas judiciais	21	19.708	24.630	19.993	24.630
Provisão para perdas em investimentos	12	2.021	1.985	-	-
Total do passivo não circulante		855.902	693.317	758.700	674.870
Total do passivo		1.639.751	1.396.802	1.545.558	1.385.004
Patrimônio líquido					
Capital social	22	2.757.844	2.707.502	2.757.844	2.707.502
Ajustes de avaliação patrimonial		(21.485)	(108.876)	(21.485)	(108.876)
Prejuízos acumulados		(1.793.340)	(1.658.621)	(1.793.340)	(1.658.621)
Total do patrimônio líquido		943.019	940.005	943.019	940.005
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.582.770	2.336.807	2.488.577	2.325.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida de vendas e serviços	25	752.348	794.412	753.582	818.922
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	26	207.884	297.759	207.645	300.085
Realização do valor justo dos ativos biológicos	26	(198.082)	(274.264)	(198.082)	(274.264)
Custo dos produtos vendidos	26	(722.424)	(641.987)	(691.693)	(632.033)
Lucro bruto		39.726	175.920	71.452	212.710
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	26	(24.858)	(22.483)	(24.858)	(22.493)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	26	(39.122)	(42.054)	(41.559)	(44.973)
Remuneração dos administradores	24	(6.779)	(6.611)	(6.779)	(6.611)
Resultado de equivalência patrimonial	12	17.147	23.602	-	-
Provisão para perdas em investimentos	12	(36)	(232)	-	-
(Perda) reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis	26	(5.301)	344	(5.062)	169
Outras (despesas) receitas, líquidas	26	(5.802)	2.044	(18.188)	(1.994)
		(64.751)	(45.390)	(96.446)	(75.902)
(Prejuízo) lucro antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social		(25.025)	130.530	(24.994)	136.808
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		10.130	35.142	9.453	36.947
Despesas financeiras		(137.977)	(137.237)	(126.379)	(131.298)
Derivativos, líquidos		(5.342)	7.428	(5.342)	7.428
Variações cambiais, líquidas		(4.550)	(16.162)	(4.645)	(16.170)
		(137.739)	(110.829)	(126.913)	(103.093)
(Prejuízo) lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social		(162.764)	19.701	(151.907)	33.715
Imposto sobre a renda e contribuição social	10(b)				
Corrente		-	-	(1.282)	-
Diferido		28.045	22.561	18.470	8.547
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(134.719)	42.262	(134.719)	42.262
(Prejuízo) lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia		(134.719)	42.262	(134.719)	42.262
(Prejuízo) lucro por ação ordinária:					
Básico e diluído - em R\$	29			(6,5977)	2,3592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(134.719)	42.262
Outros resultados abrangentes:		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	87.391	(84.745)
Alteração no regime de tributação em 1ª de janeiro de 2018	-	(8.205)
	<u>87.391</u>	<u>(92.950)</u>
Resultado abrangente total	<u>(47.328)</u>	<u>(50.688)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	<u>Capital</u>					Total do patrimônio líquido
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	
Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2017	2.728.353	(20.851)	1.890	(15.926)	(1.701.546)	991.920
Impacto da adoção do CPC 48 / IFRS 9	-	-	-	-	(1.272)	(1.272)
Saldo apresentado em 1º de janeiro de 2018	<u>2.728.353</u>	<u>(20.851)</u>	<u>1.890</u>	<u>(15.926)</u>	<u>(1.702.818)</u>	<u>990.648</u>
Resultado abrangente do período						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	42.262	42.262
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	(92.950)	-	(92.950)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(92.950)</u>	<u>42.262</u>	<u>(50.688)</u>
Transações de capital						
Efeitos com plano de opções de ações reconhecidos no exercício	-	-	45	-	-	45
Efeitos com descontinuidade plano de opções	-	-	(1.935)	-	1.935	-
Total de transações de capital	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.890)</u>	<u>-</u>	<u>1.935</u>	<u>45</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>2.728.353</u>	<u>(20.851)</u>	<u>-</u>	<u>(108.876)</u>	<u>(1.658.621)</u>	<u>940.005</u>
Saldo apresentado em 1º de janeiro de 2019	2.728.353	(20.851)	-	(108.876)	(1.658.621)	940.005
Resultado abrangente do exercício						
Integralização de capital	50.000	-	-	-	-	50.000
Conversão de ações - bônus de subscrição	342	-	-	-	-	342
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(134.719)	(134.719)
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	87.391	-	87.391
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	<u>50.342</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>87.391</u>	<u>(134.719)</u>	<u>3.014</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	<u>2.778.695</u>	<u>(20.851)</u>	<u>-</u>	<u>(21.485)</u>	<u>(1.793.340)</u>	<u>943.019</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo) lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social		(162.764)	19.701	(151.907)	33.715
Ajustes de:					
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	26	(207.884)	(297.759)	(207.645)	(300.085)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	26	198.082	274.264	198.082	274.264
Depreciações e amortizações	26	55.386	32.146	51.928	35.448
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	26	(14.876)	(955)	2.366	(995)
Resultado da equivalência patrimonial	12.3	(17.147)	(23.602)	-	-
Provisão para perdas em investimentos	12.3	36	232	-	-
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações		-	45	-	45
Provisão para demandas judiciais		7.580	8.143	7.865	8.143
Reversão da provisão dos créditos tributários ao valor recuperável		(1.356)	(7.909)	(2.168)	(4.441)
Impairment de propriedade para investimento		-	2.603	-	2.603
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	4 e 5	5.301	(344)	5.062	(169)
Provisão das perdas estimadas em estoques	6	2.147	20	2.147	20
Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	27	13.288	10.612	13.151	9.607
Juros e variações cambiais, líquidos		198.861	95.314	197.747	95.035
Derivativos MTM líquidos	27	5.342	7.428	5.341	7.428
Variação nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		9.681	(4.651)	9.832	(4.801)
Títulos a receber	28	22.271	7.966	41.870	11.778
Estoques		(39.769)	(51.080)	(33.925)	(51.064)
Ativos biológicos		11.198	(20.630)	11.198	(20.630)
Tributos a recuperar	28	(7.866)	(7.894)	(12.046)	(7.772)
Despesas antecipadas		19	231	78	3.522
Outros ativos		(1.755)	(1.614)	(1.923)	(1.617)
Ativos não circulantes mantidos para venda		2.934	42	2.934	42
Depósitos judiciais		(1.985)	(1.050)	16.486	(2.042)
Salários e contribuições sociais		(1.838)	(2.810)	(1.859)	(2.877)
Fornecedores	28	(54.229)	31.830	(54.201)	26.646
Tributos a recolher	28	25.735	10.799	30.038	13.202
Adiantamentos de clientes		50.990	(4.464)	48.958	(2.593)
Instrumentos financeiros derivativos	18	7.040	(3.215)	7.040	(3.215)
Tributos parcelados	28	(5.058)	13.749	(4.207)	12.801
Arrendamentos a pagar		(1.307)	(5.950)	(1.307)	(2.986)
Pagamentos de demandas judiciais	21	(12.545)	(2.864)	(12.545)	(2.864)
Mútuos		85.418	41.131	-	-
Títulos a pagar		266	(1.796)	298	(2.166)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		171.196	117.669	168.688	123.982
Imposto de renda e contribuição social pagos		(923)	-	(925)	-
Juros pagos	18	(72.684)	(70.682)	(73.071)	(70.970)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		97.589	46.987	94.692	53.012
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		-	466	-	710
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	28	19.514	14.920	19.514	14.920
Aquisição de imobilizado	28	(19.690)	(14.782)	(19.690)	(14.972)
Aquisição de intangível		(195)	(155)	(197)	(159)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(371)	449	(373)	499
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos e financiamentos	18	285.221	263.944	285.221	268.823
Amortização de empréstimos e financiamentos	18	(360.508)	(297.262)	(364.799)	(300.647)
Pagamentos de custos de captação		(2.531)	(1.571)	(2.531)	(1.571)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	14	(42.872)	-	(42.872)	-
Aumento do capital social	22	50.342	-	50.342	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(70.348)	(34.889)	(74.639)	(33.395)
Aumento líquido de caixas e equivalentes de caixa		26.870	12.547	19.680	20.116
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	3	23.061	10.514	30.677	10.561
Caixas e equivalentes de caixa no final do período	3	49.931	23.061	50.357	30.677

Informações suplementares ao fluxo de caixa estão demonstradas na nota explicativa 28.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	903.411	850.035	904.801	877.633
Outras receitas	22.822	6.545	26.114	7.656
Abatimentos e devolução de vendas	(246)	(496)	(641)	(1.425)
(Perda) reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis	(5.301)	344	(5.062)	169
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	207.884	297.759	207.645	300.085
	<u>1.128.570</u>	<u>1.154.187</u>	<u>1.132.857</u>	<u>1.184.118</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	(315.768)	(314.892)	(315.768)	(314.892)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(198.082)	(274.264)	(198.082)	(274.264)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(351.284)	(264.178)	(321.126)	(252.970)
Provisão para perdas estimadas em estoques	(2.147)	(20)	(2.147)	(20)
Outras despesas	(28.382)	(9.882)	(49.004)	(15.275)
	<u>(895.663)</u>	<u>(863.236)</u>	<u>(886.127)</u>	<u>(857.421)</u>
Valor adicionado bruto	232.907	290.951	246.730	326.697
Depreciações e amortizações	(55.386)	(32.146)	(51.928)	(35.448)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>177.521</u>	<u>258.805</u>	<u>194.802</u>	<u>291.249</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	17.147	23.602	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(36)	(232)	-	-
Receitas financeiras	44.118	59.849	43.441	61.654
	<u>44.118</u>	<u>59.849</u>	<u>43.441</u>	<u>61.654</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>238.750</u>	<u>342.024</u>	<u>238.243</u>	<u>352.903</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	60.308	65.845	60.398	65.944
Benefícios	1.938	1.780	1.948	1.790
FGTS	4.753	5.309	4.760	5.316
	<u>66.999</u>	<u>72.934</u>	<u>67.106</u>	<u>73.050</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	16.282	20.581	16.594	22.024
Estaduais	15.736	15.100	16.655	16.068
Municipais	143	279	199	396
Diferidos	(28.045)	(22.561)	(18.470)	(8.547)
	<u>4.116</u>	<u>13.399</u>	<u>14.978</u>	<u>29.941</u>
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e variações cambiais	292.594	182.736	280.875	176.381
Multas	1.328	3.135	1.571	3.711
Aluguéis e arrendamentos	8.432	27.558	8.432	27.558
	<u>302.354</u>	<u>213.429</u>	<u>290.878</u>	<u>207.650</u>
Remuneração de capitais próprios:				
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(134.719)	42.262	(134.719)	42.262
	<u>(134.719)</u>	<u>42.262</u>	<u>(134.719)</u>	<u>42.262</u>
Valor adicionado distribuído	<u>238.750</u>	<u>342.024</u>	<u>238.243</u>	<u>352.903</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Atividades operacionais

A Terra Santa Agro S.A ("Companhia" ou "Terra Santa Agro"), foi constituída em 18 de julho de 2003, sob a denominação de Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda., como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo atualmente sede na Praça General Gentil Falcão, 108 - cj 81, Brooklin Novo, São Paulo - SP.

Em 9 de novembro de 2006, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/nº 046/2006, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu à Companhia o registro de "Companhia Aberta", possibilitando a negociação de ações ordinárias de sua emissão no mercado de bolsa de valores (B3).

A Companhia tem como objetivo principal alcançar a excelência operacional na produção de grãos e fibras e no desenvolvimento de terras e, em conjunto com a controlada TS Brasil S.A., exploram atividades agrícolas, com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, e suas atividades consistem basicamente em:

- cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização;
- comercialização de insumos agropecuários;
- beneficiamento do algodão em caroço, próprio e de terceiros; e
- prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas.

Essas atividades são exploradas em terras próprias, arrendadas de terceiros e sob regime de parceria agrícola com a controlada TS Brasil S.A.

1.2 Situação econômica e financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas apresentaram um capital circulante líquido negativo de R\$ 69.115 e R\$ 58.239 na controladora e consolidado, respectivamente, substancialmente representado pelos passivos bancários, fornecedores exigíveis, adiantamentos de clientes e passivos de arrendamentos nos próximos 12 (doze) meses.

Uma parcela importante dos passivos bancários da Companhia corresponde à dívida de custeio, constituída para financiar a safra e liquidada com recursos da própria safra. Considerando o êxito já obtido em renegociações com fornecedores e bancos nos últimos anos, a Administração espera que a parcela referente ao custeio, que inclui capital de giro, venha a ser integralmente renovada conforme prática característica do setor.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 134.719 tendo como principal motivo o reconhecimento dos efeitos do *hedge accounting* no resultado no valor correspondente a R\$ 87.391, provisionamento de R\$ 5.061 de *impairment* de recebíveis, R\$ 3.012 de baixa de tributos por ausência de expectativa de recuperação e R\$ 11.489 de *impairment* de imobilizado que acabaram por refletir em seus resultados.

A Companhia teve aumento da geração operacional de caixa nesse exercício e Administração entende que este resultado tem como origem algumas ações implementadas e outras que ainda estão em andamento, tais como:

- i. Tratativas junto às principais instituições financeiras credoras com o objetivo de explorar alternativas que possibilitem a adequação do fluxo de caixa financeiro ao fluxo de geração de caixa operacional. No último trimestre de 2018, a Companhia concluiu a negociação para o alongamento do prazo de pagamento de seu passivo bancário com o Itaú Unibanco S.A. (nota explicativa 18), envolvendo parte da dívida de curto prazo e parte da dívida estrutural, no montante de US\$ 85,1 milhões (equivalente a R\$ 333,0 milhões). Dando continuidade ao processo de reestruturação das dívidas, a Companhia tem a expectativa de repactuação da dívida com o Banco Bradesco ainda no primeiro semestre de 2020.
- ii. Plano de venda de ativos, não operacionais ou pouco rentáveis, em valor aproximado de R\$ 103.823. Até o encerramento do exercício, a Companhia efetuou a venda de R\$ 50.630 equivalente a 48,76% do compromisso assumido em seu plano inicial.
- iii. Outras alternativas de financiamento por meio de emissões públicas no mercado de capitais e capital próprio. Visando equalizar sua estrutura de capital, reduzindo sua alavancagem, e reforçar o capital de giro da Companhia, o Conselho de Administração aprovou em 29 de abril de 2019 através, de Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, aumento de capital no valor de R\$ 50.000, mediante subscrição privada de novas ações ordinárias e de bônus de subscrição, atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações ordinárias. Durante 2019 foi realizada a conversão do bônus de subscrição no valor de R\$ 342, totalizando em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 50.342.

Vale destacar que faz parte das atribuições cotidianas da Companhia o monitoramento contínuo da expectativa de geração de caixa e gestão financeira que contempla a captação de novos recursos necessários para o financiamento das operações nos próximos meses. Por isso, a Administração está confiante na capacidade que a Companhia tem de operacionalizar seus planos de financiamento e na consequente manutenção de sua continuidade operacional. É importante destacar que a Companhia possui patrimônio significativamente superior às suas obrigações financeiras e operacionais, representado majoritariamente por terras agrícolas que tem valor de mercado equivalente a R\$ 1.235.580 conforme indicado por avaliação interna preparada pela administração e que estão sujeitas a condições de garantias divulgadas na nota explicativa 15.5. Para o exercício de 2019 a Administração analisou internamente a posição de terras e concluiu não ter alterações relevantes em relação ao laudo emitido anteriormente.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações, conforme prazos divulgados na nota explicativa 23 (g) (ii). Adicionalmente, a Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme o planejado e que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, próprios ou de terceiros, conforme ações descritas nos parágrafos anteriores. Diante disso, a Administração tem expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS))

emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos foi aplicado. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 2.2.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS's não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Em 11 de março de 2020, foi autorizada pela Administração da Companhia e pelo Conselho de Administração a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.2 Adoção de novas normas e alteração de políticas contábeis

Na preparação dessas demonstrações financeiras a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2019.

2.2.1 CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

	Controladora			Consolidado		
	Dilvgado 31/12/2018	Ajustes adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16	Valor ajustado em 01/01/2019	Dilvgado 31/12/2018	Ajustes adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16	Valor ajustado em 01/01/2019
Ativo						
Total do ativo circulante	627.714	-	627.714	657.974	-	657.974
Direito de uso	-	186.507	186.507	-	186.507	186.507
Outros ativos não circulante	1.709.093	-	1.709.093	1.667.035	-	1.667.035
Total do ativo não circulante	1.709.093	186.507	1.895.600	1.667.035	186.507	1.853.542
Total do ativo	2.336.807	186.507	2.523.314	2.325.009	186.507	2.511.516
Passivo						
Circulante						
Arrendamentos a pagar	13.251	28.915	42.166	13.251	28.915	42.166
Outros passivos circulantes	690.234	-	690.234	696.883	-	696.883
Total do passivo circulante	703.485	28.915	732.400	710.134	28.915	739.049
Arrendamentos a pagar	-	157.592	157.592	-	157.592	157.592
Outros passivos não circulantes	693.317	-	693.317	674.870	-	674.870
Total do passivo não circulante	693.317	157.592	850.909	674.870	157.592	832.462
Total do patrimônio líquido	940.005	-	940.005	940.005	-	940.005
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.336.807	186.507	2.523.314	2.325.009	186.507	2.511.516

A norma sobre Arrendamentos - CPC 06(R2) (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva modificada como método de transição a partir de 1º de janeiro de 2019, com efeitos prospectivos, portanto, os exercícios comparativos não estão sendo reapresentados e contemplam a abordagem da norma vigente à data base. A utilização desta abordagem impactou substancialmente os contratos de arrendamentos de terras agricultáveis e alugueis de frota de veículos e imóvel mantidos até a adoção da norma como arrendamento mercantil operacional.

As premissas consideradas para adoção inicial do CPC 06(R2) / IFRS 16 na Companhia foram:

- Prazo de arrendamento mercantil - exercícios pelo qual a Companhia contratou o arrendamento mercantil do imóvel. A Companhia adotou o prazo firmado em cada contrato, pois entende que não possui uma obrigação executável além do prazo contratual estabelecido. Determinou-se também o uso da percepção tardia (*hindsight*), para determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros;
- Isenção de reconhecimento - A Companhia optou pela isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo inferior a 12 meses e arrendamentos de baixo valor, considerando ativos subjacentes com valor inferior a R\$ 20 mil. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido;
- Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário - a Companhia considerou, para todos os contratos, taxas de juros necessárias para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia na data de adoção da norma.

Para identificar as taxas adotadas, a Companhia considera a taxa livre de risco, ajustada pelos efeitos inflacionários e risco de crédito do país, adicionada aos fatores de risco de crédito da Companhia e prêmio específico dos ativos arrendados.

As taxas utilizadas pela Companhia variam conforme a classe dos ativos arrendados conforme segue:

- Terras agricultáveis: entre 8,64% e 9,04% alocadas a cada contrato de acordo com o prazo contratual remanescente dos mesmos;
- Veículos e imóveis: em 10,65% alocadas a cada contrato de acordo com o prazo contratual remanescente dos mesmos, bem como o índice de atualização determinado nos instrumentos contratuais (IGPM, IPCA, entre outros);

- Mensuração do ativo de direito de uso - A Companhia não incluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso;
- Amortização do ativo de direito de uso - Os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma a vida útil desses ativos na ausência de perda ao valor recuperável será o prazo contratual, o que for menor. A Companhia adota a alocação da amortização do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações no plano de negócios;
- Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento - O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada exercício durante o prazo do arrendamento mercantil. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do exercício à medida em que são incorridos;
- Valor recuperável do ativo de direito de uso - A Companhia continuará aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sendo que efetuará periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base nas projeções futuras da Companhia; e
- Arrendamentos classificados anteriormente como arrendamento financeiro - A Companhia optou por manter na rubrica de imobilizado e passivo de arrendamento pelos valores imediatamente anteriores a data de adoção.

Inventário de contratos

Durante o exercício de 2019, a Companhia efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), substancialmente aqueles contratos de arrendamento mercantil que se encontravam no contexto de arrendamento mercantil operacional (IAS 17 / CPC 06 (R1)), avaliando, se, contém, ou não, contratos de arrendamento ou contratos de prestação de serviço de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Após avaliação e inventário dos contratos a Companhia reconheceu novos ativos relacionados aos contratos de: (i) arrendamentos e parcerias agrícolas para cultivo dos ativos biológicos no estado de Mato Grosso (18 contratos) e com prazos contratuais até 2035; (ii) aluguel de escritório administrativo localizado na cidade de São Paulo (1 contrato) vigente até abril de 2020; (iii) aluguel de escritório administrativo localizado na cidade de Cuiabá (1 contrato) vigente até novembro de 2024; e (iv) aluguel de frota de veículos para utilização nas atividades diárias dos colaboradores para as unidades produtoras (1 contrato) vigente até o final de 2020.

Para o contrato de parceria agrícola firmado com a controlada TS Brasil S.A. (100% baseado no resultado da produção), o entendimento da Companhia é pela inaplicabilidade no escopo da norma contábil e, conseqüentemente a Companhia não possui variáveis com base na produção e os arrendamentos não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes a propriedade do ativo subjacente.

2.2.2 ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 trata da aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais,

prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Companhia analisou decisões tributárias relevantes de tribunais superiores e se estas conflitam de alguma forma com as posições adotadas pela Companhia. Para posições fiscais incertas conhecidas a Companhia revisou as opiniões legais correspondentes e jurisprudências e, não identificou impactos a serem registrados, uma vez que concluiu não ser provável que as autoridades fiscais não aceitem as posições adotadas.

2.2.3 Hedge accounting

Em 12 de fevereiro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de *hedge accounting*. A partir desta data, as variações cambiais incorridas nestes instrumentos financeiros foram contabilizadas diretamente a resultado do exercício. O saldo de R\$ 21.485 contabilizado na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial” será transferido ao resultado conforme cronograma de realização do objeto de *hedge*, estimado para os resultados de 2020 a 2022. Em 31 de dezembro de 2019 este impacto foi de R\$ 87.391.

Essa decisão possui caráter estratégico, visto que o câmbio é um componente relevante no segmento da Companhia, que utilizando boas práticas de *hedge* de fluxo de caixa protege analogamente o resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2019 o montante da variação cambial dos instrumentos financeiros não mais designados para *hedge accounting* foi negativo em R\$ 1.193 e foram registrados na rubrica Despesas financeiras da demonstração do resultado do exercício.

Para o exercício comparativo caso essa política estivesse em vigor, o montante de R\$ 6.715 impactaria negativamente o resultado do exercício anterior. Conseqüentemente, o resultado por ação seria impactado negativamente em R\$ 0,33.

2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas são incluídas nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia possui investimentos até 31 de dezembro nas seguintes empresas controladas, as quais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Percentual de participação no capital total e votante	
	2019	2018
Buriti Agrícola Ltda.	100,00	100,00
Crateús Algodoeira S.A.	99,48	99,48
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda.	99,98	99,98
Mocuri Agrícola Ltda.	99,94	99,94
TS Brasil S.A. (i)	100,00	100,00

(i) Anteriormente denominada Vanguarda do Brasil S.A.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

2.4.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as companhias atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.4.2 Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14** - classificação e determinação se um contrato contém um arrendamento.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** - determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- **Nota explicativa 10** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 14** - determinação da taxa de desconto utilizada para o cálculo do passivo com arrendamento;
- **Notas explicativas 15 e 16** - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados, ativos intangíveis e ágio:
 - principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 21** - reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais e de passivos contingentes:
 - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente à Diretoria.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas aos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** - ativos biológicos;
- **Nota explicativa 13** - propriedade para investimento; e
- **Nota explicativa 23** - instrumentos financeiros.

2.6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com resgate de até 90 dias da data da aplicação conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.8 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros,

e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas	
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia e suas controladas documentam o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia e suas controladas também documentam a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um instrumento é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do instrumento é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do instrumento reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do instrumento é reconhecida imediatamente no resultado.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo exercício ou em exercícios em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A política aplicada às informações comparativas apresentadas para 2018 é similar àquela aplicada para 2019. Conforme mencionado na nota explicativa 2.2.3, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de *hedge accounting*.

2.9 Contas a receber de clientes e títulos a receber

São demonstradas ao valor de realização, ajustados por provisão para perda constituída com base na avaliação da Administração quanto a eventuais perdas na realização de contas a receber, conforme abaixo discriminado:

As perdas esperadas de crédito são constituídas considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de *impairment*; e (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro de 2019.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Os montantes a receber de clientes são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Para os saldos de títulos a receber relativos à venda de imóveis e equipamentos o tratamento é semelhante, aplicando-se ainda, o ajuste a valor presente para as parcelas de longo prazo.

2.10 Estoques

Os estoques dos produtos agrícolas são avaliados pelo valor realizável líquido. A Companhia e suas controladas constituem provisão para redução ao valor líquido de realização dos estoques.

Os demais estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor líquido de realização.

O custo dos estoques está baseado no princípio do custo médio e incluem gastos incorridos na aquisição e transportes. No caso de estoques de produtos acabados e estoques de produtos em elaboração, o custo inclui parte dos gastos gerais de fabricação, determinados com base na capacidade normal de operação.

2.11 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

2.12 Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado

anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.13 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da Companhia e das suas controladas estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e da provisão para baixa decorrente do teste de recuperação (*impairment*). São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados e ajustados, caso aplicável, ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis (em anos) estimadas para o exercício, corrente e comparativo, são as seguintes:

	2019	2018
Edificações e instalações	28	28
Máquinas e equipamentos	13	13
Veículos	11	11
Aeronaves	2	2
Móveis e utensílios	9	9
Correção de solo	3	3
Outros imobilizados	2	2

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, quaisquer ganhos ou perdas na baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.14 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado.

2.15 Ágio

O ágio (*goodwill*) resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

2.16 Ativos intangíveis com vida útil definida

Ativos intangíveis, com vida útil definida, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para o exercício, corrente e comparativo, para os direitos de uso de software são 5 anos.

2.17 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No final de cada exercício, a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma evidência de perda não recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O ágio é submetido anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução no seu valor recuperável. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda

por redução no valor recuperável não é revertida em s subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.18 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas correspondem, substancialmente, às culturas de algodão, soja e milho e são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

As lavouras de algodão, soja e milho são culturas temporárias, nas quais o produto agrícola é colhido após um período de tempo que varia de 110 a 180 dias após a data de plantio, dependendo da cultura, variedade, localização geográfica e condições climáticas. Essas lavouras são cultivadas pela Companhia com o objetivo de colher e comercializar o produto agrícola correspondente. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo desses ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 7.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela metodologia de fluxo de caixa descontado com plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, quando aplicável, sendo registrado no resultado do exercício na rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas".

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de vendas se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso de lavouras plantadas a poucos dias do encerramento das demonstrações financeiras ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

2.19 Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são divulgados separadamente.

(i) Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2)/IFRS 16.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(a) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A taxa média de empréstimo incremental da Companhia que foi de 8,77% ao ano.

A Companhia avaliou os impactos provocados pelo *misleading* na plena aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16, conforme orientação da CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, e não identificou variações materiais que pudessem trazer distorções aos usuários dessas demonstrações financeiras. A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso e aqueles que, anteriormente, eram classificados como “arrendamento mercantil a pagar”, que não atendem à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento em “arrendamento por direito de uso” e “arrendamento a pagar” no balanço patrimonial.

(b) Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(c) Como arrendador

A Companhia não possui operações de arrendamento na condição de arrendador.

(ii) ***Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019***

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Companhia determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
 - fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(a) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o

arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

(b) Como arrendador

A Companhia não possui operações de arrendamento na condição de arrendador.

2.20 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.21 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo

em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser usados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.22 Outros passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.23 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita operacional é reconhecida quando há transferência do controle de bens e serviços prometidos aos clientes e mensurada em um montante que reflita a remuneração em que a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca desses bens. Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 47 / IFRS 15, as etapas desse novo processo compreendem: (i) identificação do contrato; (ii) identificação da obrigação de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação e; (v) reconhecimento da receita. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos, descontos e eliminações de receitas entre partes relacionadas.

Assim, o momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda de grãos, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente ou retirado nas unidades produtoras da Companhia e suas controladas; entretanto, para exportações, a transferência ocorre mediante o carregamento de pluma de algodão e eventualmente do caroço de algodão no respectivo navio localizado no porto.

Em casos esporádicos a Companhia e suas controladas efetuam prestação de serviços de armazenagem de grãos e as receitas são reconhecidas na medida que os serviços são prestados.

2.24 Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio, aplicações financeiras, clientes, empréstimos e financiamentos, variação monetária e cambial ativa e passiva, e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na nota explicativa 27.

2.25 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020.

A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); e
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bancos em moeda nacional	28.086	1.211	28.512	8.811
Bancos em moeda estrangeira	21.845	21.749	21.845	21.749
Aplicações financeiras	-	101	-	117
	<u>49.931</u>	<u>23.061</u>	<u>50.357</u>	<u>30.677</u>

4 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Clientes em moeda nacional	2.744	3.398	2.939	3.744
Clientes em moeda estrangeira	<u>5.293</u>	<u>13.684</u>	<u>5.293</u>	<u>13.684</u>
	<u>8.037</u>	<u>17.082</u>	<u>8.232</u>	<u>17.428</u>
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	<u>(2.053)</u>	<u>(106)</u>	<u>(2.072)</u>	<u>(317)</u>
	<u>5.984</u>	<u>16.976</u>	<u>6.160</u>	<u>17.111</u>

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer:				
Até 30 dias	3.663	14.188	3.663	14.266
De 31 a 90 dias	101	1.356	101	1.428
Vencidos:				
Até 30 dias	3.668	1.449	3.668	1.449
De 31 a 90 dias	225	-	225	-
De 91 a 180 dias	376	76	376	76
Acima de 180 dias	<u>4</u>	<u>13</u>	<u>199</u>	<u>209</u>
	<u>8.037</u>	<u>17.082</u>	<u>8.232</u>	<u>17.428</u>

A Administração mantém procedimentos de cobrança e acredita que não incorrerá em perdas nestes clientes. Vide nota explicativa 23 g (i).

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	(106)	(18)	(317)	(18)
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9	-	(18)	-	(38)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(2.139)	(817)	(2.162)	(1.025)
Reversão	192	747	407	764
Saldo final	<u>(2.053)</u>	<u>(106)</u>	<u>(2.072)</u>	<u>(317)</u>

5 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Por venda de ativo fixo	16.276	8.471	18.770	10.516
Por venda da fábrica de óleo	-	-	-	13.800
Por venda de unidades industriais	2.052	6.921	2.052	6.921
Subarrendamentos e confissões de dívidas	3.413	4.726	3.531	4.726
Crédito com parceiros agrícolas	65	618	65	618
Outros créditos	493	380	493	380
	<u>22.299</u>	<u>21.116</u>	<u>24.911</u>	<u>36.961</u>
(-) Ajuste a valor presente	(470)	(191)	(513)	(191)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	<u>(9.639)</u>	<u>(6.285)</u>	<u>(9.672)</u>	<u>(6.366)</u>
	<u>12.190</u>	<u>14.640</u>	<u>14.726</u>	<u>30.404</u>
Circulante	<u>8.611</u>	<u>4.814</u>	<u>11.147</u>	<u>20.571</u>
Não circulante	<u>3.579</u>	<u>9.826</u>	<u>3.579</u>	<u>9.833</u>

O *aging* dos títulos a receber é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer:				
Até 30 dias	474	214	479	219
De 31 a 90 dias	1.127	935	1.128	935
De 91 a 180 dias	3.094	1.393	5.288	1.395
De 181 a 360 dias	8.548	2.133	8.548	2.136
Acima de 360 dias	-	10.944	-	10.952
Mediante condições (i)	-	-	-	14.200
Vencidos:				
Até 30 dias	330	620	330	2.247
De 31 a 90 dias	95	-	96	-
De 91 a 180 dias	3.449	-	3.451	-
Acima de 360 dias	5.182	4.877	5.591	4.877
	22.299	21.116	24.911	36.961

- (i) O montante foi pago pelos compradores de ativo fixo e da fábrica de óleo após a Companhia comprovar a efetiva baixa de cédulas hipotecárias.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de títulos a receber são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	(6.285)	(4.907)	(6.366)	(4.907)
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9	-	(1.792)	-	(1.889)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(10.865)	(1.193)	(11.284)	(1.194)
Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas	7.511	1.607	7.978	1.624
Saldo final	(9.639)	(6.285)	(9.672)	(6.366)

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras despesas”.

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos agrícolas				
Produtos agrícolas - custos de formação (i)	155.988	99.277	154.070	101.591
Produtos agrícolas - ajustes ao valor justo e valor realizável líquido (ii)	56.224	49.673	56.224	49.912
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	164.386	177.145	164.386	177.145
Embalagens, acondicionamento e peças de reposição	6.854	6.322	6.859	6.327
Adiantamentos a fornecedores	3.935	1.071	3.935	1.071
Outros estoques	11.136	4.511	11.151	4.513
(-) Provisão para <i>impairment</i> (iii)	(2.871)	(724)	(2.871)	(724)
	395.652	337.275	393.755	339.835

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, 36.133 toneladas de produtos agrícolas, no montante aproximado de R\$ 158.429, estão cedidas em garantia a fornecedores de insumos agrícolas (em 31 de dezembro de 2018 - 272.118 toneladas, no montante aproximado de R\$ 120.692). O montante cedido em garantia inclui os saldos apresentados na rubrica de Ativos biológicos.
- (ii) Esses valores contemplam um ganho de marcação ao valor justo dos produtos agrícolas enquanto valorizados como ativo biológico no montante de R\$ 64.014 na controladora e no consolidado (ganho de R\$ 92.547 em 31 de dezembro de 2018, na controladora e consolidado) e perdas de marcação ao valor realizável líquido enquanto valorizados como produto agrícola no montante de R\$ 7.790 na controladora e no consolidado (perdas de R\$ 42.873 e 42.635 em 31 de dezembro de 2018 na controladora e no consolidado).
- (iii) Refere-se, substancialmente a obsolescência de materiais no estoque que apresentam baixa expectativa de realização.

A movimentação da provisão para *impairment* é assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	(724)	(704)
Adições	(2.147)	(20)
Saldo final	(2.871)	(724)

A despesa com a constituição das perdas estimadas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras despesas”.

7 Ativos biológicos

a. Movimentação - 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019

	Controladora e Consolidado				
	Algodão	Soja	Milho	Outras culturas	Total
Ativos biológicos em 1º de janeiro de 2019					
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	-	33.516	-	-	33.516
Ativo biológico - custos de formação	13.653	177.776	-	307	191.736
	13.653	211.292	-	307	225.252
Aumento decorrente de plantio e tratamentos culturais	244.022	243.101	54.516	24.840	566.479
Redução decorrente da colheita	(256.815)	(249.592)	(53.937)	(18.295)	(578.639)
Variação do valor justo	-	(481)	-	-	(481)
Ativos biológicos em 31 de dezembro de 2019	860	205.282	579	6.852	213.573
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	-	33.997	-	-	33.997
Ativo biológico - custos de formação	860	171.285	579	6.852	179.576
	860	205.282	579	6.852	213.573

b. Movimentação - 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018

	Controladora e Consolidado				Total
	Algodão	Soja	Milho	Outras culturas	
Ativos biológicos em 1 de janeiro de 2018					
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	-	35.454	-	-	35.454
Ativo biológico - custos de formação	-	167.016	-	214	167.230
	-	202.470	-	214	202.684
Aumento decorrente de plantio e tratamentos culturais	198.766	258.812	70.519	8.403	536.500
Redução decorrente da colheita	(185.113)	(248.052)	(70.519)	(8.310)	(511.994)
Variação do valor justo	-	(1.938)	-	-	(1.938)
Ativos biológicos em 31 de dezembro de 2018	<u>13.653</u>	<u>211.292</u>	<u>-</u>	<u>307</u>	<u>225.252</u>
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	-	33.516	-	-	33.516
Ativo biológico - custos de formação	13.653	177.776	-	307	191.736
	<u>13.653</u>	<u>211.292</u>	<u>-</u>	<u>307</u>	<u>225.252</u>

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia explorava cerca de 85,9 mil hectares de terras cultiváveis (94,6 mil hectares em 31 de dezembro de 2018), entre terras próprias e de terceiros, localizadas no Estado de Mato Grosso e nelas são cultivadas culturas temporárias, com destaque para algodão, soja e milho.

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor de rentabilidade futura estimada, de acordo com o nível III - Abordagem de Receita estabelecido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), para esses ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela Administração da Companhia.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

c. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

- (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para soja e milho e arrobas de 15 kg para o algodão em caroço e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível.
- (ii) O preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) é obtido por meio da decomposição do preço disponível para a pluma de algodão (*commodity*), menos os custos do beneficiamento (descaroçamento) e dos preços atribuíveis aos subprodutos (caroço e fibrilha).
- (iii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratamentos culturais) até a colheita, (ii) custos com a Colheita, Carregamento e Transporte (CCT) e, (iii) custo de capital, incluindo o aluguel das terras e de máquinas e equipamentos.
- (iv) Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o valor justo dos ativos biológicos, que são registrados na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício.

- (v) O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

As principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo em 31 de dezembro de 2019 dos ativos biológicos são como segue:

Premissas da cultura de Soja	2019	2018
Área total estimada de colheita (ha)	80.526	91.063
Área total em estágio de marcação (ha)	52.038	51.641
Produtividade prevista em sacas/arrobos, líquido de parcerias agrícolas	63,00	59,54
Preços em US\$/saca	16,79	16,51
Cotação cambial (US\$ 1 / R\$)	4,03	3,87
Taxa de desconto anual %	10,97	13,55

d. Análise de sensibilidade

A Administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos.

A Administração entende que as premissas mais sensíveis as mudanças são a produtividade, preço da *commodities* e a taxa de câmbio. Neste contexto, se as premissas fossem 10% maiores ou 10% menores em 31 de dezembro de 2019, a rubrica Ativo Biológico ajuste a valor justo seria apresentada com R\$ 78.182 e (R\$ 5.759) respectivamente.

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
PIS	8.502	11.411	10.601	13.479
COFINS	43.442	49.708	67.274	78.590
IRRF	1.545	2.252	9.783	7.273
CSLL	200	198	428	426
ICMS	5	4.276	5	4.298
Outros tributos	1.515	2.552	4.113	3.979
	55.209	70.397	92.204	108.045
Circulante	27.289	12.850	39.623	16.841
Não circulante	27.920	57.547	52.581	91.204

A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. possuem saldo de PIS e COFINS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, das saídas internas com benefício da suspensão e vendas destinadas ao mercado externo.

As realizações dos créditos ocorrem de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

A Companhia reavaliou a recuperabilidade de seus créditos tributários e efetuou a baixa de R\$ 9.773 por falta de expectativa de recuperação.

Pedidos de restituição

Em 2017, a Companhia e a controlada TS Brasil S.A. obtiveram medidas liminares favoráveis relativas aos pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 73.836. O pedido de ressarcimento solicita também a incidência da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - a partir da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento. Por falta de previsão legal, a Companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2019 a atualização pela taxa Selic no montante aproximado de R\$ 3.850 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 3.112).

A Companhia e sua controlada TS Brasil S.A. apresentaram documentação suporte referente aos pedidos de ressarcimento e alguns destes se encontram em fase de revisão pelas autoridades fiscais. No final de 2017 e no primeiro trimestre de 2018, foram emitidos despachos decisórios parcialmente deferidos para monetização de R\$ 17.619, cuja previsão para recebimento ocorrerá após a concordância das autoridades fiscais para o afastamento da compensação de ofício com demais débitos tributários.

Adicionalmente, houve indeferimento de alguns pedidos de ressarcimento pelas autoridades fiscais no montante aproximado de R\$ 58.969. Foram protocoladas em 2018, manifestações de inconformidade no devido prazo legal e que cujo prazo estimado para julgamento é até 12 meses após o protocolo das manifestações de inconformidade pelas Delegacias de Julgamento (DRJ) da Receita Federal do Brasil (“RFB”). A Companhia entende que o direito postulado é plausível e portanto, não constitui provisão para perdas. Todavia, exaurido o prazo de 12 meses sem qualquer manifestação da RFB, está avaliando as medidas cabíveis para obter a apreciação das manifestações de inconformidade por parte das autoridades fiscais.

9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Em dezembro de 2018, a Companhia firmou contrato de venda do complexo algodoeiro Roda Velha no montante de R\$ 12.500 e o comprador foi imitado na posse do imóvel em maio de 2019. Desta forma, nesta data, foram reconhecidos os efeitos contábeis da alienação dos ativos.

Dando continuidade ao processo de desmobilização, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui o valor de R\$ 10.170 de ativos mantidos para venda referente a unidade de Nova Mutum – MT (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 2.934).

10 Tributos diferidos

A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. utilizam a sistemática do lucro real, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

a. Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

Natureza por entidade legal	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Créditos tributários sobre:				
Prejuízos fiscais acumulados	235.165	224.344	270.570	270.570
Contribuição social sobre base negativa acumulada	84.659	80.763	97.404	97.404
Diferenças temporárias:				
Provisão para <i>impairment</i>	10.306	3.494	10.898	4.176
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	7.554	9.365	7.651	9.365
Ajuste a valor presente	5.520	3.705	5.535	3.705
Instrumentos financeiros derivativos	4.653	443	4.653	443
Provisão para perdas com tributos	1.698	3.214	1.698	3.260
Outras provisões temporárias	3.706	2.222	4.222	2.738
	<u>353.261</u>	<u>327.550</u>	<u>402.631</u>	<u>391.661</u>
Débitos tributários sobre:				
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	(30.675)	(28.284)	(30.675)	(28.366)
Custo atribuído	(7.846)	(16.617)	(129.431)	(143.288)
Ajuste a valor presente	(3.056)	(2.446)	(3.056)	(2.446)
Arrendamentos	(2.533)	-	(2.533)	-
Amortização de ágio	(93.665)	(93.665)	(93.665)	(93.665)
	<u>(137.775)</u>	<u>(141.012)</u>	<u>(259.360)</u>	<u>(267.765)</u>
Total líquido	<u>215.486</u>	<u>186.538</u>	<u>142.144</u>	<u>123.896</u>
Créditos tributários, líquidos	215.486	186.538	215.486	186.538
Débitos tributários, líquidos	-	-	(72.215)	(62.642)

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias dedutíveis entre as bases de cálculo desses tributos e os valores das demonstrações financeiras, apenas quando for provável que a Companhia e as controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social apurados até 31 de dezembro de 2019 não registrados são de R\$ 138.306 (R\$ 102.541 em 31 de dezembro de 2018), na controladora e no consolidado em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada, não haverá constituição de tributos diferidos ativos e expectativa para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas. Para as projeções do lucro tributável futuro foram utilizadas as mesmas premissas para a avaliação do teste de ágio, conforme divulgado na nota explicativa 16.d.

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Em 2020	2.607	1%	24.507	7%
Em 2021	3.661	1%	25.233	7%
Em 2022	14.693	5%	19.371	5%
Em 2023	28.711	9%	28.711	8%
Em 2024	37.347	12%	37.347	10%
Em 2025	43.902	14%	43.902	12%
Em 2026 a 2028	188.903	59%	188.903	51%
	319.824	100%	367.974	100%

b. Conciliação do crédito (despesa) efetivo de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(162.764)	19.701	(151.907)	33.715
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	55.340	(6.698)	51.648	(11.463)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial	5.818	7.946	-	-
Despesas não dedutíveis	(9.844)	(7.162)	(9.891)	(8.520)
Tributos diferidos temporários:				
Crédito tributário reconhecido sobre prejuízos fiscais	(50.483)	(9.176)	(50.483)	(9.176)
Crédito tributário constituído sobre prejuízos fiscais de exercícios anteriores	26.905	36.824	26.905	36.824
Apuração de tributos de controladas pelo lucro presumido	-	-	(6)	(78)
Outros	309	827	(985)	960
No resultado do exercício	28.045	22.561	17.188	8.547
Imposto corrente	-	-	(1.282)	-
Imposto diferido	28.045	22.561	18.470	8.547
Taxa efetiva	(17,2%)	114,5%	(11,3%)	25,4%

11 Partes relacionadas

a. Saldos

	Controladora	
	2019	2018
Ativo não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
Buriti Agrícola Ltda.	381	337
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	15	15
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
	400	356
Passivo não circulante		
Contratos de mútuos (i)		
TS Brasil S.A.	171.961	86.499
	171.961	86.499

- (i) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os mútuos foram atualizados com base em 100% do CDI. O contrato entre as partes tem o vencimento para janeiro de 2022.

b. Transações

As transações com partes relacionadas realizadas no exercício são como segue:

Operações	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Compras de mercadorias com TS Brasil S.A. (i)	(36.055)	(10.856)	-	-
Resultado com aluguéis e arrendamentos				
Bonsucex Holding S.A. (ii)	(112)	(21)	-	(21)
Maria Zilda Oliveira de Araújo (iii)	(355)	(376)	-	(376)
Resultado financeiro sobre saldos de mútuo				
TS Brasil S.A.	(13.461)	(7.941)	-	-

- (i) Refere-se a aquisição de produtos agrícolas (soja e milho).
- (ii) Refere-se ao condomínio de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia.
- (iii) Contrato de locação de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia, com vencimento em abril de 2020.

12 Investimentos (Controladora)

12.1 Composição dos investimentos

	Controladora	
	2019	2018
Investimentos	765.376	748.466
Mais-valia das terras	192.490	197.296
Ágio	275.484	275.484
	1.233.350	1.221.246

12.2 Movimentação dos investimentos

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019 (Controladora)

	TS Brasil S.A.
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.221.246
Efeito reflexo sobre ajustes de avaliação patrimonial	(237)
Resultado de equivalência patrimonial	17.147
Amortização de intangíveis relacionados a contratos	(4.806)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.233.350

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 (Controladora)

	Maeda	TS Brasil S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	258.086	943.513	1.201.599
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9	-	(78)	(78)
Incorporação de acervo líquido incluindo alocação do ágio e mais-valia	(258.994)	258.994	-
Efeito reflexo sobre ajustes de avaliação patrimonial	-	(179)	(179)
Resultado de equivalência patrimonial	927	22.675	23.602
Amortização de intangíveis relacionados a contratos	(19)	(3.679)	(3.698)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	1.221.246	1.221.246

12.3 Informações sobre as investidas

31 de dezembro de 2019

Investida	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido/ (PL negativo)	Receita líquida	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
TS Brasil S.A.	100,00%	843.596	78.220	765.376	35.923	17.147	17.147
Ecotrans Transporte Ltda.	99,98%	-	1.490	(1.490)	-	(27)	(27)
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%	-	527	(527)	-	(9)	(9)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%	-	2	(2)	-	-	-
Mocuri Agrícola Ltda.	99,94%	-	2	(2)	-	-	-
							17.111
							17.147
							(36)

31 de dezembro de 2018

Investida	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido/ (PL negativo)	Receita líquida	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
TS Brasil S.A.	100,00%	823.528	75.062	748.466	43.603	22.675	22.675
Maeda	100,00%	-	-	-	-	927	927
Ecotrans Transporte Ltda.	99,98%	-	1.463	(1.463)	-	(34)	(34)
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%	-	518	(518)	-	(198)	(198)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%	-	2	(2)	-	-	-
Mocuri Agrícola Ltda.	99,94%	-	2	(2)	-	-	-
							23.370
							23.602
							(232)

Os fluxos de caixa das controladas impactam as demonstrações financeiras consolidadas, substancialmente, pelo resultado do seu fluxo de caixa operacional, haja vista que as atividades de financiamento e investimento são representadas, em sua maioria, por repasses de recursos entre as partes.

Os saldos referentes a provisão para perdas em investimentos na Controladora estão assim demonstrados:

	Controladora	
	2019	2018
Buriti Agrícola Ltda.	527	518
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	1.490	1.463
	2.021	1.985

12.4 Ágio, mais valia e intangíveis sobre investimentos

	2018	Baixa por Venda / Perda	Impairment (iii)	2019
Mais-valia das terras (i)	197.296	(938)	(3.868)	192.490
Ágio (ii)	275.484	-	-	275.484
	<u>472.780</u>	<u>(938)</u>	<u>(3.868)</u>	<u>467.974</u>

- (i) A mais valia sobre investimentos é originário da aquisição da Maeda em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A) e da Vanguarda Participações S.A. em 06 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013).
- (ii) O ágio sobre investimentos é originário da aquisição da Maeda em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A) e da Vanguarda Participações S.A. em 06 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013). Estes valores foram alocados com base em laudos de alocação de preço pago (“PPA”), emitidos por avaliadores independentes em 28 de março de 2011 e 03 de outubro de 2012, respectivamente. Adicionalmente, vide divulgação de ativo intangível na nota explicativa 16.
- (iii) *Impairment* por ausência de expectativa de recuperabilidade.

13 Propriedade para investimento

As propriedades são compostas por armazéns de grãos localizados em Rosário do Sul - RS, os quais não são utilizados pela Companhia e são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. Este imóvel é objeto de garantia em discussão de causa tributária. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de propriedade para investimento, na controladora e consolidado está no montante de R\$ 4.190 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 4.717).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não obteve receitas de alugueis do imóvel supracitado e incorreu em despesas de depreciação no montante de R\$ 527. (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 529).

14 Direito de uso dos ativos e passivos de arrendamento

Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados em uma quantidade fixa de soja em grãos. As oscilações dos preços dessa *commodity* são reconhecidas mensalmente nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento.

Os contratos de arrendamentos com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja. Assim, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja de fechamento, na data-base do balanço patrimonial. Consequentemente, os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado da *commodity*.

Em relação aos contratos de arrendamentos com terceiros ressalta-se que:

- não há cláusulas de pagamentos contingentes;
- não há termos de renovação ou de opções de compra, salvo os termos dispostos na Lei 4.504/64 art. 92, § 3º e 95, IV, que tratam dos direitos dos arrendatários nos termos citados anteriormente;

- os contratos firmados são indexados à variação do preço da saca de soja e não há outras cláusulas de reajustamento;
- não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

14.1 Movimentação dos arrendamentos

As informações sobre os ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamentos da Companhia estão representadas da seguinte forma:

Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019 (*Controladora e Consolidado*)

Direito de uso	Saldo inicial	Adoção inicial	Adição novos contrato	Remensuração dos contratos	Depreciação	Saldo final
Terras para exploração	-	183.750	19.406	26.815	(38.972)	190.999
Imóveis	-	434	957	14	(382)	1.023
Veículos	-	2.323	-	-	(1.211)	1.112
Total	-	186.507	20.363	26.829	(40.565)	193.134

Passivo de arrendamentos	Saldo inicial	Adoção inicial	Adição novos contrato	Remensuração dos contratos	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo final
Terras para exploração	13.251	170.499	19.406	26.807	15.029	(45.093)	199.899
Imóveis	-	434	957	14	43	(427)	1.021
Veículos	-	2.323	-	8	74	(1.178)	1.227
Total	13.251	173.256	20.363	26.829	15.146	(46.698)	202.147
Circulante							30.354
Não circulante							171.793

14.2 Contratos vigentes, prazo e taxa de desconto

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía contratados 45.361 hectares (em 31 de dezembro de 2018 - 55.618 hectares) de arrendamentos operacionais e parcerias agrícolas mantidos com terceiros, com vencimentos até 2035 conforme abaixo discriminado:

Consolidado

Unidade	Localização	Estado	Área arrendada (em ha)	Vencimento dos contratos	Valores ponderados (em sacas de soja/ha/ano)
São José	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	10.295	2021	12,64
Ribeiro do Céu	Nova Mutum	Mato Grosso	2.427	2022	7,37
Guapirama	Diamantino	Mato Grosso	14.693	2023	12,38
Parecis	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	4.670	2023	12,85
Mãe Margarida	Sta. Rita do Trivelato	Mato Grosso	7.372	2021	10,86
Sete Placas	Diamantino	Mato Grosso	3.186	2020	12,64
Terra Santa	Tabaporã	Mato Grosso	2.718	2026	9,84
			45.361		

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, considerando as particularidades de seu segmento e riscos de suas atividades para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (“*spread*” de crédito).

A tabela abaixo evidencia os prazos dos contratos, bem como as respectivas taxas praticadas pela Companhia:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa média % a.a.
1	8,66%
2	8,68%
3	8,64%
4	8,65%
5	8,65%
7	8,74%
8	8,90%
10	8,94%
15	9,04%

14.3 Cronograma de amortização

Os vencimentos das parcelas registradas no passivo estão demonstrados como segue:

Ano	Total
2020	30.354
2021	28.855
2022	27.735
2023	15.547
2024	9.378
2025	6.208
2026 a 2030	33.888
2031 a 2035	50.182
	202.147

A Companhia tem expectativa de recuperação de PIS e COFINS advindos dos pagamentos das contraprestações de arrendamento conforme cronograma de amortização:

Fluxo de Caixa	Nominal	Ajustado Valor Presente
Contraprestação do arrendamento (i)	48.750	38.321
PIS e COFINS	4.509	3.545

- (i) A expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento destinados a pessoa jurídica.

14.4 Divulgações complementares

A Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento descontados pela taxa nominal:

Controladora e Consolidado	2020	2021	2022	2023	2024
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	172.981	143.924	115.995	100.338	90.933
Fluxo com projeção da inflação	203.413	145.577	112.834	93.026	79.693
Variação	17,59%	1,15%	-2,72%	-7,29%	-12,36%
Direito de uso					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	156.148	123.604	97.885	79.707	70.099
Fluxo com projeção da inflação	183.960	146.812	114.801	97.550	89.489
Variação	17,81%	18,78%	17,28%	22,39%	27,66%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	(86.086)	(73.264)	(62.778)	(53.900)	(45.910)
Fluxo com projeção da inflação	(115.735)	(100.652)	(87.837)	(76.586)	(66.144)
Variação	34,44%	37,38%	39,92%	42,09%	44,07%
Despesa com depreciação					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	(163.342)	(153.734)	(135.556)	(109.837)	(77.293)
Fluxo com projeção da inflação	(183.929)	(171.818)	(150.227)	(119.989)	(81.751)
Variação	12,60%	11,76%	10,82%	9,24%	5,77%

Para projeção de inflação futura a Companhia utilizou o preço da soja disponível no mercado futuro até a data disponível, inflacionado pelo IPCA - FGV acumulado.

15 Imobilizado

15.1 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019 (Controladora)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transf. para ativos mantidos p/venda	Saldo inicial
Terras para exploração	2.086	-	(63)	-	(894)	1.129
Edificações e instalações	53.796	331	(11.709)	2.177	(14.620)	29.975
Máquinas e equipamentos	296.927	2.005	(52.575)	2.024	-	248.381
Veículos	27.887	462	(7.156)	-	-	21.193
Aeronaves	14.175	-	-	-	-	14.175
Móveis e utensílios	9.971	359	(136)	341	-	10.535
Imobilizações em curso	513	25.175	(82)	(21.530)	-	4.076
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	181	762	(709)	(224)	-	10
Correção de solo	75.826	-	(1.525)	17.212	-	91.513
Outros imobilizados	3.921	-	(266)	-	-	3.655
Total	485.283	29.094	(74.221)	-	(15.514)	424.642

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transf. para ativos mantidos p/venda	Saldo inicial
Edificações e instalações	(12.139)	(1.883)	55	-	5.344	(8.623)
Máquinas e equipamentos	(173.256)	(18.405)	42.009	-	-	(149.652)
Veículos	(16.453)	(1.139)	3.385	-	-	(14.207)
Aeronaves	(8.496)	-	-	-	-	(8.496)
Móveis e utensílios	(7.689)	(556)	102	-	-	(8.143)
Imobilizações em Curso	-	-	-	-	-	-
Florestamento e Reflorestamento	-	-	-	-	-	-
Correção de solo	(55.702)	(10.741)	1.521	-	-	(64.922)
Outros imobilizados	(2.611)	(254)	210	-	-	(2.655)
Total	(276.346)	(32.978)	47.282	-	5.344	(256.698)

Saldo líquidos	2019	2018
Terras para exploração	1.129	2.086
Edificações e instalações	21.352	41.657
Máquinas e equipamentos	98.729	123.671
Veículos	6.986	11.434
Aeronaves	5.679	5.679
Móveis e utensílios	2.392	2.282
Imobilizações em curso	4.076	513
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	10	181
Correção de solo	26.591	20.124
Outros imobilizados	1.000	1.310
Total	167.944	208.937

15.2 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transf. para ativos mantidos p/venda	
					Saldo inicial	
Terras para exploração	786.765	-	(23.458)	-	(894)	762.413
Edificações e instalações (i)	120.560	331	(11.768)	2.177	(14.620)	96.680
Máquinas e equipamentos	312.989	2.005	(52.575)	2.024	-	264.443
Veículos	27.899	462	(7.156)	-	-	21.205
Aeronaves	14.175	-	-	-	-	14.175
Móveis e utensílios	10.008	361	(139)	341	-	10.571
Imobilizações em curso	513	25.175	(82)	(21.530)	-	4.076
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	181	762	(709)	(224)	-	10
Correção de solo	120.334	-	(1.530)	17.212	-	136.016
Outros imobilizados	4.873	-	(260)	-	-	4.613
Total	1.398.297	29.096	(97.677)	-	(15.514)	1.314.202

Depreciação acumulada (ii)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transf. para ativos mantidos p/venda	
					Saldo inicial	
Edificações e instalações	(26.460)	(3.773)	75	-	5.344	(24.814)
Máquinas e equipamentos	(175.508)	(19.478)	42.009	-	-	(152.977)
Veículos	(16.458)	(1.142)	3.385	-	-	(14.215)
Aeronaves	(8.496)	-	-	-	-	(8.496)
Móveis e utensílios	(7.708)	(562)	104	-	-	(8.166)
Correção de solo	(100.211)	(10.741)	1.527	-	-	(109.425)
Outros imobilizados	(2.614)	(254)	210	-	-	(2.658)
Total	(337.455)	(35.950)	47.310	-	5.344	(320.751)

Saldo líquidos	2019	2018
Terras para exploração	762.413	786.765
Edificações e instalações	71.866	94.100
Máquinas e equipamentos	111.466	137.481
Veículos	6.990	11.441
Aeronaves	5.679	5.679
Móveis e utensílios	2.405	2.300
Imobilizações em curso	4.076	513
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	10	181
Correção de solo	26.591	20.123
Outros imobilizados	1.955	2.259
Total	993.451	1.060.842

(i) Refere-se ao valor recuperável do imóvel trazido ao valor justo R\$ 11.489, transferido para Ativo Circulante mantido para venda.

(ii) Parcela da depreciação reconhecida no exercício está alocada nas rubricas de Ativos Biológicos e Estoques, nos montantes de R\$ 29.349 e R\$ 452, respectivamente (em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 27.836 e R\$ 127) e, serão realizadas mediante vendas no próximo exercício. A depreciação incluída nas demonstrações de fluxo de caixa e valor adicionado considera os valores incorridos no resultado do exercício, conforme demonstrado na nota explicativa 26 - Despesas por natureza.

15.3 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 (Controladora)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transf. para ativos mantidos p/venda	Saldo inicial
Terras para exploração	2.314	-	(46)	-	(182)	2.086
Edificações e instalações	55.028	28	(69)	330	(1.521)	53.796
Máquinas e equipamentos	323.040	321	(24.952)	3.110	(4.592)	296.927
Veículos	34.730	103	(7.153)	207	-	27.887
Aeronaves	14.175	-	-	-	-	14.175
Móveis e utensílios	10.293	165	(478)	29	(38)	9.971
Imobilizações em curso	1.148	13.371	(12)	(13.994)	-	513
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	556	1.198	(1.557)	(16)	-	181
Correção de solo	65.625	-	-	10.201	-	75.826
Outros imobilizados	4.189	-	(401)	133	-	3.921
Total	511.098	15.186	(34.668)	-	(6.333)	485.283

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transf. para ativos mantidos p/venda	Saldo inicial
Edificações e instalações	(10.584)	(1.897)	20	-	322	(12.139)
Máquinas e equipamentos	(173.385)	(21.365)	18.436	-	3.058	(173.256)
Veículos	(18.254)	(1.604)	3.405	-	-	(16.453)
Aeronaves	(8.461)	(35)	-	-	-	(8.496)
Móveis e utensílios	(7.342)	(762)	387	-	28	(7.689)
Correção de solo	(48.530)	(7.172)	-	-	-	(55.702)
Outros imobilizados	(2.317)	(294)	-	-	-	(2.611)
Total	(268.873)	(33.129)	22.248	-	3.408	(276.346)

Saldo líquidos	2018	2017
Terras para exploração	2.086	2.314
Edificações e instalações	41.657	44.444
Máquinas e equipamentos	123.671	149.655
Veículos	11.434	16.476
Aeronaves	5.679	5.714
Móveis e utensílios	2.282	2.951
Núcleo de Produção Santa Clara	-	-
Imobilizações em curso	513	1.148
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	181	556
Correção de solo	20.124	17.095
Outros imobilizados	1.310	1.872
Total	208.937	242.225

15.4 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transf. par ativo mantidos p/venda	Saldo inicial
Terras para exploração	786.993	-	(46)	-	(182)	786.765
Edificações e instalações	121.830	28	(107)	330	(1.521)	120.560
Máquinas e equipamentos	333.873	4.537	(24.952)	4.123	(4.592)	312.989
Veículos	34.742	103	(7.153)	207	-	27.899
Aeronaves	14.175	-	-	-	-	14.175
Móveis e utensílios	10.330	165	(478)	29	(38)	10.008
Imobilizações em curso	1.150	13.379	(12)	(14.004)	-	513
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	556	2.210	(1.557)	(1.028)	-	181
Correção de solo	110.133	-	-	10.201	-	120.334
Outros imobilizados	5.490	-	(759)	142	-	4.873
Total	1.419.272	20.422	(35.064)	-	(6.333)	1.398.297

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transf. para ativos mantidos p/venda	Saldo inicial
Edificações e instalações	(23.169)	(3.658)	45	-	322	(26.460)
Máquinas e equipamentos	(174.771)	(22.231)	18.436	-	3.058	(175.508)
Veículos	(18.257)	(1.606)	3.405	-	-	(16.458)
Aeronaves	(8.461)	(35)	-	-	-	(8.496)
Móveis e utensílios	(7.356)	(767)	387	-	28	(7.708)
Correção de solo	(92.136)	(8.075)	-	-	-	(100.211)
Outros imobilizados	(2.320)	(294)	-	-	-	(2.614)
Total	(326.470)	(36.666)	22.273	-	3.408	(337.455)

Saldo líquidos	2018	2017
Terras para exploração	786.765	786.993
Edificações e instalações	94.100	98.661
Máquinas e equipamentos	137.481	159.102
Veículos	11.441	16.485
Aeronaves	5.679	5.714
Móveis e utensílios	2.300	2.974
Imobilizações em curso	513	1.150
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	181	556
Correção de solo	20.123	17.997
Outros imobilizados	2.259	3.170
Total	1.060.842	1.092.802

15.5 Imobilizado dado em garantia

Em 31 de dezembro de 2019 os empréstimos e financiamentos estão garantidos por terras nos montantes totais de R\$ 580.116 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 615.801).

Adicionalmente, em sede de execução provisória trabalhista, foram oferecidos bens imóveis da Companhia em penhora, cujo valor da averbação é de R\$ 13.992 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 9.388), referente ao processo trabalhista divulgado na nota explicativa 21.4 a.

16 Intangível

a. Controladora

	2019		2018	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso de <i>softwares</i>	5.812	(5.024)	788	824
Outros intangíveis	172	-	172	174
	<u>5.984</u>	<u>(5.024)</u>	<u>960</u>	<u>998</u>

b. Consolidado

	2019		2018	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso de <i>softwares</i>	5.812	(5.028)	787	825
Outros intangíveis	172	-	174	174
Ágio - Consolidado (<i>goodwill</i>)	275.484	-	275.484	275.484
	<u>331.610</u>	<u>(55.165)</u>	<u>276.445</u>	<u>276.483</u>

c. Movimentação do Intangível de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	998	1.243	276.483	280.427
Adições	197	155	197	159
(-) Amortização	(235)	(400)	(235)	(405)
(-) Amortização de intangíveis relacionados a contratos	-	-	-	(3.698)
(=) Saldo final	<u>960</u>	<u>998</u>	<u>276.445</u>	<u>276.483</u>

d. Teste dos ágios para verificação de *impairment*

O ágio é alocado ao segmento agrícola, que é considerado pela Administração da Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). O valor recuperável dessa UGC é determinado com base em um modelo de cálculo híbrido, que considera o valor em uso dos ativos, exceto as terras que são consideradas pelo seu valor de venda e que oneram o fluxo de caixa descontado pelo seu custo de arrendamento.

O valor de venda das terras foi determinado com base em laudo de avaliação de especialista independente contratado pela Administração da Companhia elaborado em 2018 e internamente atualizado pela Companhia para 2019. O valor em uso é determinado por modelos de fluxos de caixa

descontados a valor presente, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseados em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos, considerando as informações disponíveis no momento do cálculo. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram estimadas pela Administração, com base em informações de mercado e dados internos, e consideram:

- **Volumes de vendas** - a melhor estimativa da Administração, com base no desempenho passado, nas expectativas para o desenvolvimento do mercado, nas atuais tendências do setor, e as previsões de inflação para o longo prazo;
- **Preços de venda** - determinado com base na projeção dos preços das *commodities* de acordo com o plano de negócios da Companhia para o ano de 2019, aprovado pelo Conselho de Administração, atualizado de acordo com os contratos de vendas firmados e com os valores de mercado atuais. Nos anos seguintes, a atualização dos preços ocorreu de acordo com a projeção de mercado (CBOT e NYSE) e preço inflacionado pela expectativa de inflação americana (CPI);
- **Taxas de crescimento** - metas de inflação para o mercado nacional e norte-americano;
- **Taxa de câmbio** - curva de dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- **Margem bruta** - a margem média atual aplicada sobre a receita estimada, considerando o *mix* de vendas e a expectativa de aumento de custos futuros das lavouras;
- **Outros custos operacionais** - representados pelos custos fixos, estimados com base na estrutura atual dos negócios, ajustados pelos aumentos inflacionários, sem considerar reestruturações futuras ou medidas de economias de custo; e
- **Taxa de desconto** - estimada em 10,97 % ao ano (10,93% ao ano em 31 de dezembro de 2018), depois dos impostos, que considera, entre outras variáveis, a estrutura de capital da Companhia e o custo de capital próprio e de terceiros.

Como resultado dos testes efetuados, a Administração avaliou não ser necessário constituir provisão para *impairment* do ágio.

Análise de sensibilidade:

Em 31 de dezembro de 2019, o valor recuperável estimado foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 690.000. A Administração identificou que a principal premissa para a qual alterações razoavelmente possíveis poderiam resultar em valor recuperável igual ao valor contábil seria na variação da taxa de desconto (WACC).

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
De insumos agrícolas				
Em moeda estrangeira	136.143	146.590	136.143	146.590
(-) Ajuste a valor presente	(8.153)	(6.958)	(8.153)	(6.958)
Em moeda nacional	17.864	44.376	17.864	44.376
(-) Ajuste a valor presente	(836)	(237)	(836)	(237)
Diversos - em moeda nacional	14.288	8.689	14.319	8.690
	<u>159.306</u>	<u>192.460</u>	<u>159.337</u>	<u>192.461</u>
Circulante	<u>159.306</u>	<u>192.460</u>	<u>159.337</u>	<u>192.461</u>

A Companhia efetua o cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre a compra dos insumos com prazo de pagamento superior a 90 dias, utilizando a taxa média de 8,83% a.a. (2018 - 7,5% a.a.) para os fornecedores de insumos agrícolas, que a Administração entende ser o custo financeiro médio das suas operações com fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2019 os saldos em moeda estrangeira, Controladora e Consolidado, totalizam US\$ 33.777 mil (em 31 de dezembro de 2018 - US\$ 36.286 mil, Controladora e Consolidado).

18 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Indexador	Custo médio ponderado		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018
Moeda Nacional							
Aquisição de Imobilizado	R\$	3,80% a.a.	4,07% a.a.	5.326	13.059	5.326	13.059
Crédito à Exportação	R\$	10,52% a.a.	12,82% a.a.	45.561	65.506	45.561	65.506
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	10,02% a.a.	12,38% a.a.	34.977	52.397	34.977	52.397
		<u>9,87% a.a.</u>	<u>11,77% a.a.</u>	<u>85.864</u>	<u>130.962</u>	<u>82.864</u>	<u>130.962</u>
Moeda Estrangeira							
Aquisição de Imobilizado	US\$ + Libor 6	-	7,88% a.a.	-	3.741	-	7.890
Crédito à Exportação	US\$ + Libor 6	6,83% a.a.	8,32% a.a.	739.249	743.903	739.249	743.903
Crédito Rural, Custeio e Projeto	US\$	10,70% a.a.	-	4.625	-	4.625	-
		<u>6,12% a.a.</u>	<u>8,32% a.a.</u>	<u>743.874</u>	<u>747.644</u>	<u>743.874</u>	<u>751.793</u>
Total		<u>6,19% a.a.</u>	<u>8,83% a.a.</u>	<u>829.738</u>	<u>878.606</u>	<u>829.738</u>	<u>882.755</u>
Circulante				<u>355.347</u>	<u>318.694</u>	<u>355.347</u>	<u>319.781</u>
Não Circulante				<u>474.391</u>	<u>559.912</u>	<u>474.391</u>	<u>562.974</u>

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima, substancialmente, dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante no consolidado estão demonstrados como segue:

Modalidade	Saldo contábil	2021	2022	2023	2024 a 2025
Moeda Nacional					
Aquisição de Imobilizado	3.204	1.074	1.065	1.065	-
Crédito à Exportação	5.138	-	2.600	-	2.538
Crédito Rural, Custeio e Projeto	<u>13.999</u>	<u>13.999</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>22.341</u>	<u>15.073</u>	<u>3.665</u>	<u>1.065</u>	<u>2.538</u>
Moeda Estrangeira					
Crédito à Exportação	<u>452.050</u>	<u>108.958</u>	<u>138.383</u>	<u>42.897</u>	<u>161.812</u>
	<u>452.050</u>	<u>108.958</u>	<u>138.383</u>	<u>42.897</u>	<u>161.812</u>
Total	<u><u>474.391</u></u>	<u><u>124.031</u></u>	<u><u>142.048</u></u>	<u><u>43.962</u></u>	<u><u>164.350</u></u>

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento (consolidado):

	<u>Empréstimos e financiamentos</u>	<u>Arrendamento</u>	<u>Total da dívida</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	882.755	13.251	896.006
Impacto da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	173.256	173.256
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(79.578)	(42.872)	(122.450)
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	285.221	-	285.221
(-) Amortização de passivos	(364.799)	(42.872)	(407.671)
Outras variações	26.561	58.512	85.073
(+) Adição novos contratos	-	20.363	20.363
(+) Atualizações juros	72.061	15.146	87.207
(-) Amortizações juros	(69.245)	(3.826)	(73.071)
(+/-) Atualizações variação cambial	23.637	26.829	50.466
(-) Custos de captação apropriado como despesa	108	-	108
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	<u>829.738</u>	<u>202.147</u>	<u>1.031.885</u>

(i) **Garantias**

Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, aval, fiança, fiel depositário, hipoteca, nota promissória e penhor rural. Em relação as modalidades hipoteca e alienação fiduciária de bens imóveis, as terras estão registradas no ativo imobilizado da Companhia conforme nota explicativa 15.5.

Adicionalmente, a integralidade das ações da controlada TS Brasil S.A. foram concedidas em penhor para os bancos Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”) e Bradesco S.A. (“Bradesco”). Atualmente, essa controlada possui como principal ativo terras que estão sendo cultivadas pela Companhia e, esses ativos estão em grande parte já concedidos em hipoteca aos mesmos credores e/ou outros bancos.

(ii) **Covenants e Outros compromissos**

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros são mantidas cláusulas de *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívidas.

A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, alguns dos *covenants* dos empréstimos junto aos bancos Bradesco, Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”) e Bunge S/A não foram atendidos. A Companhia obteve junto as respectivas instituições financeiras, os respectivos *waivers*, de modo a não resultar em impactos significativos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os contratos celebrados possuem *covenants* financeiros padronizados sobre as demonstrações financeiras, conforme segue:

a) Itaú Unibanco:

Limite para relação de 5,6 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.

b) Bradesco e Banco do Brasil:

Limite para relação de 2,9 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.

c) Santander:

Limite para relação de 6,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
Manutenção de liquidez corrente superior a 1,1 vezes para todos os exercícios.
Manutenção de relação de patrimônio líquido sobre ativo total superior a 0,50 vezes.

d) Bunge S/A:

Liquidez corrente superior a 1.

No âmbito dos contratos de financiamentos firmados junto aos bancos Itaú e Bradesco, a Companhia possui junto as instituições financeiras um incentivo a liquidação antecipada, que consiste em um *fee letter* (despesa) previsto nos contratos, o qual torna-se crescente na ausência de liquidação antecipada dos contratos, ou seja, esse valor iniciou com saldo zero e crescerá gradativamente até 2022 (Bradesco) e 2025 (Itaú), quando atingirá o montante de US\$ 15.136 mil, equivalentes a R\$ 60.998 em 31 de dezembro de 2019.

Os valores da tabela abaixo, em milhares de dólares norte-americanos, somente serão devidos quando da ausência de liquidação antecipada da dívida, ou ao final do contrato.

	Itaú	Bradesco	Total
Exercício	US\$	US\$	US\$
15/12/2019	596	1.102	1.698
15/06/2020	367	488	855
15/12/2020	367	667	1.034
15/06/2021	367	789	1.156
15/12/2021	367	1.027	1.394
15/06/2022	612	861	1.473
15/12/2022	612	1.058	1.670
15/06/2023	612	-	612
15/12/2023	612	-	612
15/06/2024	978	-	978
15/12/2024	978	-	978
15/06/2025	1.339	-	1.339
15/12/2025	1.339	-	1.339
	9.144	5.992	15.136

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia tem provisionado a título de *fee letter* o montante de R\$ 6.843 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 2.698).

19 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cientes nacionais	38.228	4.820	38.256	6.880
Cientes estrangeiros	157.397	139.815	157.397	139.815
	195.625	144.635	195.653	146.695

Em 31 de dezembro de 2019, os valores da Controladora e do Consolidado, em moeda estrangeira, correspondem a US\$ 39.050 mil (em 31 de dezembro de 2018 - US\$ 36.083 mil, Controladora e Consolidado).

A Companhia possui adiantamentos que correspondem a R\$ 103.063 sobre os quais incidem taxas de juros 9,0% a 10,0% a.a. (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 97.382 incidem taxas de juros entre 8,5% a 10% a.a.).

20 Tributos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
PRT	-	99	2.778	3.492
Previdenciário	19.976	24.046	20.451	24.615
Outros	517	-	1.172	501
	<u>20.493</u>	<u>24.145</u>	<u>24.401</u>	<u>28.608</u>
Circulante	<u>5.780</u>	<u>5.322</u>	<u>6.900</u>	<u>6.943</u>
Não circulante	<u>14.713</u>	<u>18.823</u>	<u>17.501</u>	<u>21.665</u>

21 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

Causas	Consolidado					
	2019			2018		
	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	9.563	(2.509)	7.054	9.097	(2.553)	6.544
Tributárias	12.115		12.115	9.660	-	9.660
Cíveis (i)	824		824	8.788	(362)	8.426
Total	<u>22.502</u>	<u>(2.509)</u>	<u>19.993</u>	<u>27.545</u>	<u>(2.915)</u>	<u>24.630</u>

(i) A redução ocorreu em razão de reversão de provisão da contingência cível no valor de R\$ 7.746. O valor de R\$ 824 mil se refere a contingência cível da controlada TS Brasil.

21.1 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para os quais não mantêm provisão para contingências nos montantes totais de R\$ 5.536 (controladora) e R\$ 5.555 (consolidado), respectivamente (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 3.508 e R\$ 21.998, respectivamente).

Em razão do julgamento, as partes firmaram acordo judicial para encerramento da lide, homologado em 15 de abril de 2019, pactuando que a propriedade da área permanecerá com a Agropecuária Leyton Ltda. e, conseqüentemente, foi realizada a devolução dos valores depositados a título de direito de preferência para empresa TS Brasil S.A. Homologado acordo, os valores foram devolvidos da conta da Companhia na data de 30 de julho de 2019, devidamente atualizados no valor total de R\$ 17.811, referente aos depósitos efetuados no total de R\$ 15.132 de principal.

21.2 Movimentação das provisões cuja perda estimada é provável, de 1º de janeiro a 31 de dezembro 2019 (Consolidado)

Causas	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.544	9.660	8.426	24.630
Novos processos e complementos	314	4.693	916	5.923
Pagamentos no exercício	(987)	(3.080)	(8.478)	(12.545)
Depósitos judiciais relacionados	44	355	(356)	43
Encargos financeiros no exercício	1.139	487	316	1.942
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>7.054</u>	<u>12.115</u>	<u>824</u>	<u>19.993</u>

21.3 Ações com perda classificadas como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas demonstrações financeiras:

Causas	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Tributárias (i)	157.016	113.824
Trabalhistas	17.114	16.206
Cíveis (ii)	<u>61.035</u>	<u>49.327</u>
	<u>235.165</u>	<u>179.357</u>

- (i) A variação no exercício é substancialmente representada por autos de infração emitidos pela Secretaria Estadual de Fazenda do Estado de Mato Grosso referente a cobrança de ICMS em operações com mercadorias que foram efetivamente exportadas no período de 2011 a 2012 e reavaliação de contingências no âmbito administrativo envolvendo pedido de compensação de créditos de PIS/COFINS não homologado pela Receita Federal do Brasil.
- (ii) A variação no exercício é representada por acordo firmado entre a Companhia e Agropecuária Leyton Ltda. para extinção de todos os processos nos quais a Companhia figurava em polo ativo e passivo. Não houve honorários devidos aos advogados de ambas as partes. O aumento está relacionado ao processo de Espólio de J.L.F. - pessoa física mencionado na letra "c" abaixo.

a. **Tributárias**

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se a pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativo; supostos recolhimentos a menor de percentual de diferencial de alíquota em operações estaduais (ICMS); aproveitamento indevido de créditos de ICMS, referentes à compra de energia elétrica; indeferimentos de pedidos de compensação de créditos de IPI; ausência de declaração de valores referentes à contribuições em guias de recolhimento de FGTS e informações à Previdência Social (GFIP); supostos recolhimentos inferiores ao devido de contribuição previdenciária da agroindústria (SENAR); declarações de indêbitos de IRPJ e CSLL; suposta falta de recolhimento do IRRF sobre ganho de capital auferido sobre pessoas jurídicas em operação de incorporação de ações da Maeda S.A. (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A.) pela Companhia; autos de

infrações de cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre a receita bruta proveniente das exportações da produção rural de algodão e soja através de *tradings*; e manifestações de inconformidade referentes a Pedidos Eletrônicos de Ressarcimento (PER) e Declarações de Compensação (DCOMP) para compensações de créditos presumidos de IPI.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam como perda possível em razão da jurisprudência dos tribunais regionais e superiores ainda não estar pacificada quanto aos temas, da pouca especificidade de algumas teses de defesa e, em alguns casos, poucos julgados sobre a matéria em discussão, além de precedência de *leading cases* de casos semelhantes com decisões controvertidas.

b. *Trabalhistas*

As reclamationárias trabalhistas com perda classificada como possível cingem-se basicamente a pedidos relativos a acidentes de trabalho e/ou decorrentes das atividades laborais; indenizações por danos materiais e morais em razão de tais fatos; adicionais de insalubridade; reversão de justa causa; horas extraordinárias e reflexos; indenização por estabilidade provisória; responsabilidade solidária em razão de terceirização de serviços; reflexos no 13º salário, férias e outras verbas; e contribuições ao INSS e FGTS.

Tratam-se de reclamationárias usualmente promovidas por ex-colaboradores, pleiteando as verbas e direitos supostamente devidos pela Companhia no interregno do vínculo de trabalho.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as mesmas como possíveis em razão da existência de vasta documentação comprovando o correto pagamento das verbas; além da existência de documentos comprovando a real jornada de trabalho (cartão de ponto); entrega de equipamentos de proteção individual (EPI); treinamentos e orientações de segurança; exames médicos; investigações de acidentes e eventuais desvios de condutas dos colaboradores para aplicação de demissão por justa causa, além de outros documentos referentes ao contrato de trabalho.

c. *Cíveis*

As ações judiciais cíveis com perda classificada como possível apresentam pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito, execução decorrente de auto de infração ambiental e ação civil pública decorrente de supostos danos causados ao meio ambiente.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as ações cíveis como possíveis por conta da existência de documentos e outros meios de provas aptos a comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos dos autores, além de precedentes jurisprudenciais.

FWA Empreendimentos e Participações S.A.

No terceiro trimestre de 2017, a FWA Empreendimentos e Participações S.A. (“FWA”), ajuizou ação de Rescisão Contratual com pedido de Antecipação de Tutela que tem por objetivo a rescisão do contrato de Compra e Venda de Bens Imóveis e suas benfeitorias, firmado na data de 30 de setembro de 2014 com a Companhia, e por consequência, a rescisão do termo aditivo ao arrendamento e a devolução de caminhões que constituíram a forma de pagamento. Parcialmente deferida a antecipação de tutela em favor da parte autora no sentido de suspender os atos de plantio sobre a área arrendada para a safra 2017/2018, interposto agravo de instrumento no Tribunal de Justiça pela parte Companhia para anular a decisão, visto que já fora efetuado o plantio em aproximadamente 70% da área arrendada litigada. O agravo de instrumento foi julgado improcedente. Interposto agravo regimental, que teve parcial provimento, permitindo à Companhia finalizar o plantio de soja no restante da área litigada. A FWA apresentou agravo interno, sendo o mesmo parcialmente provido para limitar o plantio da safra de soja. Em primeira instância, por sua vez, após a juntada dos acórdãos e decisões proferidas nos

agravos de instrumento, em 03 de dezembro de 2018 foi proferida decisão sobre as provas requeridas pelas partes, a Terra Santa se manifestou requerendo a redesignação da audiência de instrução e julgamento, pois uma das testemunhas arroladas pela ré não poderia comparecer. Assim, a audiência foi cancelada, por ter optado o juízo em ouvir as testemunhas através de carta precatória e intimando a FWA a se manifestar sobre os embargos de declaração. A Terra Santa embargou da decisão, apontando obscuridade, uma vez que não requereu fosse a audiência redesignada para oitiva das testemunhas em Nova Mutum - MT. Aguarda-se a apreciação do recurso. Em 21 de março de 2019, a FWA juntou sua manifestação aos embargos opostos pela Terra Santa contra a decisão que indeferiu a juntada de novos documentos pela ré. Em segundo grau, o Tribunal de Justiça negou provimento aos embargos de declaração, condenando ainda a Terra Santa ao pagamento de multa no percentual de 1% sobre o valor da causa. Foi interposto recurso especial contra o acórdão que aguarda julgamento. O recurso especial foi inadmitido, tendo sido interposto agravo de instrumento. Os autos foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça - STJ. O STJ em 19 de dezembro de 2019 deu provimento parcial ao recurso determinando a anulação dos acórdãos dos embargos de declaração opostos em segundo grau. Em face dessa decisão foi interposto agravo interno objetivando tão somente a reforma da decisão para reconhecimento do prequestionamento da tese de preclusão ao direito de recorrer da FWA (preclusão). Na hipótese de provimento desse recurso a Companhia deterá o direito de imissão na posse do imóvel.

Com base no entendimento dos consultores externos a Companhia classifica essa causa como possível e avalia que na hipótese de derrota no referido processo a condenação será fixada em R\$ 7.940 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 7.654 em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrado na rubrica de “Outros ativos” no Ativo Não Circulante” o valor de R\$ 14.275 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 14.275) referente a adiantamentos realizados sobre o contrato de arrendamento mencionado, montante esse que poderia ser considerado não realizável somente em eventual decisão desfavorável.

Espólio de J.L.F. - pessoa física

Trata-se de ação reivindicatória ajuizada por J. L. F. - pessoa física e outros (Autores) em face de L.M. - pessoa física e outros (Réus), com o objetivo de reintegrar a posse dos imóveis objeto da demanda, situados em Nova Mutum/MT, sob a alegação de terem sido indevidamente alienados pelos Réus em favor de terceiros. Com isso, requerem, ainda, o pagamento de reparação de danos pelo uso das terras. Os Réus apresentaram contestação e os Autores réplica. Foi deferida produção de prova oral e pericial para delimitação da área reivindicada. Encerrada a fase de instrução, foi proferida sentença de procedência, em 20 de agosto de 2019, reconhecendo como de propriedade dos Autores as áreas reivindicadas, além de condenar os Réus ao pagamento de reparação do dano, cujo valor será apurado em liquidação de sentença; foi deferida antecipação de tutela, consistente na reintegração de posse dos imóveis, consignando-se que na hipótese da área estar plantada, os Autores apenas terão a reintegração efetivada após a integral colheita. Foi reconhecida, ainda, a responsabilidade de alguns Réus pela evicção, em relação aos denunciados à lide (antigos proprietários). Com o recebimento do mandado de reintegração pela Terra Santa, a Companhia ingressou nos autos na condição de Terceira Interessada, e interpôs recurso de apelação. Em Segunda Instância, a Companhia apresentou Requerimento de atribuição de efeito suspensivo à apelação, o qual foi acolhido pelo Tribunal de Justiça - TJ/MT, determinando a devolução da posse da área à Companhia. Em 27 de setembro de 2019, foi certificada pelo Oficial de Justiça a devolução da posse do imóvel à Terra Santa. Após apresentação de contrarrazões pelos Autores os autos foram remetidos ao TJ/MT para julgamento das apelações interpostas.

A Companhia classifica essa causa como possível e avalia que na hipótese de decisão desfavorável o prejuízo econômico será fixado em R\$ 6.896 em 31 de dezembro de 2019.

21.4 Outras informações

As demais ações consideradas relevantes pela Administração da Companhia são:

a. Reclamações trabalhistas

Em 17 de março de 2009 a Companhia foi notificada da existência da demanda pelo descumprimento de cláusula contratual com M. C. de M. (cláusula penal) e pedido indenizatório em razão de suposta estabilidade. A ação foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias e ainda está pendente de julgamento de Agravo Regimental junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). O Reclamante deu início a execução provisória da sentença, sendo que na data de 15 de setembro de 2015 foi expedida Carta Precatória para o município de Nova Mutum para penhora dos bens imóveis oferecidos em garantia pela Companhia, conforme divulgado na nota explicativa 15.5. Por não haver mais recursos a serem interpostos, em 19 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado da sentença, iniciando-se a execução definitiva da condenação culminando no bloqueio de R\$ 1.486, valor este já levantado em favor do reclamante. Ajuizada Ação Rescisória, de competência originária do TST, com pedido de liminar para suspensão da execução definitiva. Concedida liminar para suspender a execução definitiva e todas as ordens de bloqueio de contas até o julgamento definitivo da referida ação, que pende de julgamento. O valor atualizado da condenação é de R\$ 22.715 em 31 de dezembro de 2019, dos quais a Companhia provisiona o montante de R\$ 6.069 em 31 de dezembro de 2019, sendo que o restante do valor atualizado da condenação de R\$ 16.645, é considerado possível pela Companhia e seus advogados em razão da possibilidade de redução do valor atualizado da cláusula penal de R\$ 5.000 para R\$ 1.000, em valores originais.

b. Ação cível - Construrio Ltda.

Trata-se de ação de reintegração de posse cumulada com perdas e danos movida pela Construrio Ltda. em face de ex-investidor da Companhia (Processo no 1031/2006/2ª Vara/Comarca de Nova Mutum). Nesta ação foi proferida sentença, que após a oposição de embargos de declaração, rejeitado pelo juiz, foi publicada em 1º de fevereiro de 2012, julgando procedentes os pedidos para: (i) determinar a reintegração na posse da Construrio Ltda.; e (ii) condenar o réu ao pagamento de indenização pelo período de utilização da posse, devendo o quantum indenizatório ser apurado em liquidação de sentença. Foi interposto recurso de apelação, que foi recebido e julgado improcedente. Interpusemos Recurso Especial (REsp), ao qual foi negado seguimento. Em razão da decisão que negou seguimento ao REsp, foi interposto Agravo Regimental, também improvido. Por fim, foi interposto recurso de embargos de declaração, que foi julgado improcedente e a ação transitou em julgado. A execução definitiva da sentença está em trâmite e o autor já foi reintegrado na posse do imóvel. A Companhia realizou a baixa integral do valor provisionado em decorrência do encerramento do processo sem a necessidade de liquidação financeira (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 7.426).

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social é de R\$ 2.778.695 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 2.728.353), dividido em 21.640.380 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2018 - 17.914.118). Adicionalmente, a Companhia possui R\$ 20.851 de gastos com emissão de ações, referente ao processo de abertura de capital, como conta redutora do capital, totalizando R\$ 2.757.844 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 2.707.502).

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2019, foi aprovada a proposta de aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 50.000, mediante a emissão privada de 3.700.963

novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 13,51 (treze reais e cinquenta e um centavos) por ação, bem como a emissão de 7.401.926 bônus de subscrição, que serão conferidos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações emitidas.

Durante o prazo para o exercício do direito de preferência, encerrado em 3 de junho de 2019, foram subscritas 3.498.503 novas ações, ao preço de emissão de R\$ 13,51 ação, o que resultou em um aporte de recursos para a Companhia no valor total de R\$ 47.264. Tendo em vista que o número de sobras de novas ações não subscritas durante o exercício de exercício do direito de preferência (“Sobras”) solicitadas foi superior ao total de Sobras disponíveis, as 202.460 Sobras foram rateadas, alocadas e integralizadas pelos subscritores, perfazendo um montante de R\$ 2.736.

Em linha com a proposta de aumento de capital, a Companhia registrou em seu patrimônio líquido o montante de R\$ 342, referentes a 25.299 ações, sendo essas parte das ações conferidas como vantagem adicional aos subscritores.

b. Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação:

- 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.
- 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, o mesmo ficará à disposição da Assembleia para destinação.

23 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado, câmbio, liquidez e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

b. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio e de terceiros.

A Administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de *covenants* das operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 18 (ii)). Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

c. Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros. Conforme descrito na nota explicativa

2, exceto pelo tópico 2.2.1, as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelas adoções das novas normas.

d. Categoria de instrumentos financeiros

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	49.931	23.061	50.357	30.677
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	-	2.647	-	2.647
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.984	16.976	6.160	17.111
Títulos a receber	Custo amortizado	12.190	14.640	14.726	30.404
Outros ativos	Custo amortizado	<u>18.612</u>	<u>17.213</u>	<u>18.791</u>	<u>16.868</u>
		<u>86.717</u>	<u>74.537</u>	<u>90.034</u>	<u>97.707</u>
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	159.306	192.460	159.337	192.461
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	829.738	878.606	829.738	882.755
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	202.147	13.251	202.147	13.251
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	13.686	3.951	13.686	3.951
Títulos a pagar	Custo amortizado	9.123	8.857	10.683	10.385
Mútuos	Custo amortizado	<u>171.961</u>	<u>86.499</u>	-	-
		<u>1.385.961</u>	<u>1.183.624</u>	<u>1.215.591</u>	<u>1.102.803</u>

Em função das operações da Companhia apresentarem natureza comercial e atenderem ao critério de somente principal mais juros, foram classificadas ao “custo amortizado”.

e. Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, títulos a pagar e mútuos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o Pronunciamento Técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).
- Para os contratos de câmbio a termo, o valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.

Em 31 de dezembro de 2019 os instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado estão classificados no Nível 2 no montante de R\$ 13.686 (passivo circulante). Em 31 de dezembro de 2018 R\$ 2.647 (ativo circulante) e R\$ 3.951 (passivo circulante) respectivamente.

f. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, nessa nota explicativa.

g. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração, assessorado pelo Conselho Fiscal, bem como pelo Comitê Estratégico Financeiro tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Os riscos operacionais da Companhia são constantemente avaliados pela auditoria interna, a qual se reporta diretamente ao Conselho Fiscal, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela auditoria interna.

Do ponto de vista dos riscos financeiros, foi criado o Comitê Operacional de Riscos, órgão não estatutário e composto pela diretoria da Companhia, com o objetivo de monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as *commodities* agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

A Administração mantém procedimentos de cobrança de clientes, conforme segue:

- (a) Créditos vencidos acima de 30 (trinta) dias: Efetuar notificação extrajudicial, informando antecipadamente a contraparte quanto a inclusão nos cadastros de restrição ao crédito.
- (b) Cadastramento em órgão de restrição ao crédito: A contraparte será incluída no cadastro de restrição ao crédito após 30 dias decorridos da confirmação do recebimento da notificação extrajudicial.
- (c) Créditos vencidos acima de noventa dias: Será realizada cobrança judicial, reunindo todos os

documentos referentes à operação da negociação realizada.

A Companhia e suas controladas efetuam a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas, estabelecendo uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível. Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados, principalmente *trading companies*.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes e títulos a receber em 31 de dezembro de 2019:

Contas a receber			Controladora		Consolidado	
Nível	Rating	Taxa	Saldo contábil	Provisão	Saldo contábil	Provisão
Risco baixo	A	0,1%	23	-	23	-
Risco razoavel	B	0,5%	2.866	(33)	2.865	(32)
Duvidoso	C	10,0%	3.475	(347)	3.671	(367)
Perda	D	100,0%	1.673	(1.673)	1.673	(1.673)
			8.037	(2.053)	8.232	(2.072)
Títulos a receber						
Risco baixo	A	0,1%	4.944	(5)	4.944	(4)
Risco razoavel	B	0,5%	4.216	(21)	6.806	(34)
Duvidoso	C	10,0%	1.257	(126)	1.258	(126)
Perda	D	100,0%	11.882	(11.882)	11.903	(11.903)
			22.299	(12.034)	24.911	(12.067)
			30.336	(14.087)	33.143	(14.139)

A Administração entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe a Companhia a riscos significativos de crédito. A Companhia considera o saldo de contas a receber de clientes e títulos a receber como exposto a este risco. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 30.336 na controladora e R\$ 33.143 no consolidado (R\$ 31.616 na controladora e R\$ 47.515 no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir e, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou pagamentos de empréstimos e financiamentos, incluindo juros e custos de captação, às instituições financeiras no montante de R\$ 433.936 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 373.188), no consolidado. A Companhia não possuía linhas de créditos contratadas em 31 de dezembro de 2019 que não estivessem sendo utilizadas.

As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de

vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Fornecedores	159.337	-	-	-	159.337
Empréstimos e financiamentos	412.087	153.927	318.434	106.746	991.194
Arrendamentos a pagar	31.668	61.503	33.825	91.556	218.552
Instrumentos financeiros derivativos	13.686	-	-	-	13.686
Títulos a pagar	7.876	17.501	-	-	25.377
	624.654	232.931	352.259	198.302	1.408.146

Os valores acima apresentados referem-se ao desembolso de caixa descontado.

(iii) Risco de taxa de câmbio

A Companhia tem compromissos de venda, bem como de compras e de empréstimos e financiamentos, em moeda estrangeira. A Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Assim, o referido risco de câmbio é calculado levando-se em consideração os seguintes aspectos: (i) o impacto nas contas do balanço que são indexadas a moeda estrangeira; (ii) o impacto no fluxo de caixa das entradas e saídas de fluxo financeiro indexados à moeda estrangeira e; (iii) a Companhia adotava a prática de *hedge accounting* (vide nota explicativa 2.2.3), designando suas dívidas expostas à variação do risco cambial como *hedge* tanto das suas vendas futuras para fins de exportação, bem como vendas futuras indexadas ao dólar norte-americano, como descrito no item (h).

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2019 que está vinculado as variações da moeda estrangeira. Para fins de análise de sensibilidade, a Administração adotou como cenário I (provável) a taxa de mercado futuro vigente na data-base de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II (possível) esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III (remoto) em 50%.

Descrição	Exposição líquida em US\$ mil	Cenário I - Provável		Cenário II - Possível		Cenário III - Remoto	
		Taxa (*)	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)
Ativos							
Depósitos bancários	5.420	4,0964	356	5,1205	5.550	6,1446	11.101
Contas a receber de clientes	1.313	4,0964	86	5,1205	1.345	6,1446	2.690
Passivos							
Fornecedores de insumos	33.777	4,0964	(2.219)	5,1205	(34.590)	6,1446	(69.181)
Arrendamentos a pagar	50.152	4,0964	(3.295)	5,1205	(51.360)	6,1446	(102.721)
Empréstimos e financiamentos (1)	39.830	4,0964	<u>(2.616)</u>	5,1205	<u>(40.790)</u>	6,1446	<u>(81.579)</u>
Efeito líquido no resultado			<u>(7.688)</u>		<u>(119.845)</u>		<u>(239.690)</u>
Passivos							
Empréstimos e financiamentos (2)	144.722	4,1064	<u>(10.951)</u>	5,1330	<u>(148.571)</u>	6,1596	<u>(297.141)</u>
Efeito líquido no resultado abrangente			<u>(10.951)</u>		<u>(148.571)</u>		<u>(297.141)</u>
Efeito líquido total no patrimônio líquido			<u>(18.639)</u>		<u>(268.416)</u>		<u>(536.831)</u>

(i) Os contratos de arrendamento estão valorizados pela *commodities*, cujo valor está em dólar.

(*) A taxa de conversão (R\$ 4,1064 para US\$ 1,00) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável para os próximos 12 meses foi obtida na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros na data base de 31 de dezembro de 2019.

(1) Empréstimos e financiamentos não designados no *hedge accounting* e com efeito no resultado do exercício.

(2) Empréstimos e financiamentos designados no *hedge accounting* e com efeito no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de venda em dólar norte-americano de produtos agrícolas, conforme divulgado na nota explicativa 30 no montante de US\$ 72.171 mil, as quais, não foram adicionados na tabela acima, já que ainda não foram faturadas e, portanto, não estão registrados nas contas a receber de clientes.

(iv) **Risco de taxa de juros**

A Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados pela variação da LIBOR, expondo estes passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade abaixo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Em linhas gerais o risco da Companhia está atrelado a variação da Libor, pois os principais contratos estão vinculados a este indexador. Para efeito de análise de sensibilidade de empréstimos e

financiamentos em 31 de dezembro de 2019, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2019. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi corrigida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Modalidade	Exposição líquida em R\$ mil	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Taxa a.a (*)	R\$ ganho (perda)	Taxa a.a	R\$ ganho (perda)	Taxa a.a	R\$ ganho (perda)
Empréstimos e financiamentos							
Libor 6 meses	739.249	1,91%	(14.135)	2,39%	(17.669)	2,87%	(21.203)
Efeito líquido no resultado			(14.135)		(17.669)		(21.203)

(*) As taxas utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram extraídas nos sites dos órgãos oficiais de divulgação dos respectivos índices.

(v) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado são representados, substancialmente, por empréstimos e financiamentos que são corrigidos por taxas de juros variáveis, conforme divulgado nas respectivas notas explicativas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores substancialmente com vencimento em curto prazo. No entendimento da Administração devido a essas características o valor justo destes instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

(vi) Risco dos preços das commodities

A Companhia produz e comercializa soja, milho, girassol e derivados de algodão (caroço e pluma), produtos esses caracterizados como *commodities* agrícolas e oriundos de produção própria.

As *commodities* são negociadas no Brasil e no exterior e possibilitam a adoção de ferramentas de proteção de preços. A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente aos clientes com entrega física.

A Companhia gerencia o risco de exposição a *commodities*, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* e não são utilizados para fins especulativos.

Tipo	Controladora e Consolidado					
	2019			2018		
	Valor de referência (nacional) em USD	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$	Valor de referência (nacional) em USD	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no Resultado Financeiro em R\$
Ativo						
Hedge/Swap de valor justo (USD)	-	-	2.934	-	-	-
Commodities moeda - Milho	-	-	-	-	-	(673)
Commodities preço - Milho	-	-	-	-	-	210
Commodities preço - Algodão	-	-	4.641	14.468	2.647	6.349
	-	-	7.575	14.468	2.647	5.886
Passivo						
NDF de valor justo (USD)	(40.000)	(10.311)	(6.311)	26.900	(3.951)	1.724
Commodities moeda - Milho	-	-	-	-	-	(503)
Commodities preço - Algodão	(4.925)	(3.375)	(6.606)	-	-	321
	(44.925)	(13.686)	(12.917)	26.900	(3.951)	1.542
Ganho (perda)			(5.342)			7.428

h. Hedge accounting

Desde agosto de 2013, a Companhia efetuava a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting* (vide nota explicativa 2.2.3) para os instrumentos financeiros não derivativos de proteção de fluxos de caixa das receitas de exportação de soja, algodão em pluma, caroço de algodão e milho, documentando: (i) o relacionamento do *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em tomar o *hedge*; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*.

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* na conta ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) afete o resultado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido (no caso, receita de vendas).

Em 31 de dezembro de 2019, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Contrato de financiamentos	Exercício de realização			Total Geral
	2020	2021	2022	
Crédito à Exportação	(5.868)	(1.285)	(13.916)	(21.069)
Aquisição de Imobilizado	(104)	(208)	(104)	(416)
Efeito no patrimônio líquido	(5.972)	(1.493)	(14.020)	(21.485)

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos em outros resultados abrangentes durante o exercício:

	2019	2018
No início do exercício	(108.876)	(15.926)
Alteração no regime de tributação	-	(8.205)
Saldo após alteração do regime de tributação	(108.876)	(24.131)
Variação do valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(37.809)	(108.450)
Valores eficazes transferidos para a demonstração do resultado	123.474	22.646
Parcela ineficaz da perda transferida para o resultado financeiro	1.726	1.059
Total das movimentações ocorridas no exercício	87.391	(84.745)
No final do exercício	(21.485)	(108.876)

24 Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração (fixa e variável) dos diretores e conselheiros nos exercícios foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Remuneração de conselheiros		
Remuneração fixa	(1.974)	(1.531)
Remuneração da diretoria		
Remuneração fixa	(2.478)	(3.007)
Remuneração variável	(1.400)	(1.147)
Multas contratuais	-	(161)
Encargos sociais	(927)	(765)
	(6.779)	(6.611)

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

25 Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas e serviços	903.411	850.035	904.801	877.633
Variação cambial (<i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(123.474)	(22.646)	(123.474)	(22.646)
(-) Devoluções e abatimentos	(246)	(496)	(641)	(1.425)
(-) Impostos sobre vendas	(27.343)	(32.481)	(27.104)	(34.640)
Receita líquida de vendas e serviços	752.348	794.412	753.582	818.922

26 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(270.313)	(202.591)	(239.229)	(190.256)
Matéria-prima	(315.768)	(314.892)	(315.768)	(314.892)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola	207.884	297.759	207.645	300.085
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(198.082)	(274.264)	(198.082)	(274.264)
Despesas com pessoal	(62.513)	(66.764)	(62.716)	(67.142)
Remuneração dos administradores	(6.779)	(6.611)	(6.779)	(6.611)
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(55.438)	(54.006)	(56.292)	(54.981)
Depreciações e amortizações	(55.386)	(32.146)	(51.928)	(35.448)
Fretes, comissões e despesas portuárias	(24.975)	(22.530)	(24.975)	(22.541)
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	14.876	955	(2.366)	995
Reversão de (perda) por redução ao valor recuperável de recebíveis	(5.301)	344	(5.062)	169
Provisão para perdas estimadas de estoques	(2.147)	(20)	(2.147)	(20)
Reversão de <i>impairment</i> de ativos	(8.715)	5.939	(7.742)	2.470
Provisões não recorrentes	(4.288)	(1.759)	(3.759)	(873)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(7.539)</u>	<u>(16.666)</u>	<u>(9.376)</u>	<u>(18.805)</u>
	<u>(794.484)</u>	<u>(687.252)</u>	<u>(778.576)</u>	<u>(682.114)</u>

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do exercício nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos produtos vendidos	(722.424)	(641.987)	(691.693)	(632.033)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	207.884	297.759	207.645	300.085
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(198.082)	(274.264)	(198.082)	(274.264)
Despesas com vendas	(24.858)	(22.483)	(24.858)	(22.493)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(39.122)	(42.054)	(41.559)	(44.973)
Remuneração dos administradores	(6.779)	(6.611)	(6.779)	(6.611)
(Perda) reversão de perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	(5.301)	344	(5.062)	169
Outras (despesas) receitas operacionais	<u>(5.802)</u>	<u>2.044</u>	<u>(18.188)</u>	<u>(1.994)</u>
	<u>(794.484)</u>	<u>(687.252)</u>	<u>(778.576)</u>	<u>(682.114)</u>

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	626	69	643	163
Ajuste a valor presente de recebíveis	874	79	1.011	1.084
Juros ativos	949	25.833	383	26.498
Variações monetárias ativas	1.957	2.332	2.375	2.332
Descontos obtidos	5.724	6.829	5.041	6.870
	10.130	35.142	9.453	36.947
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(68.155)	(96.830)	(68.372)	(97.196)
Juros sobre arrendamentos	(15.146)	-	(15.146)	-
Juros passivos e multa de mora (i)	(23.808)	(20.037)	(11.277)	(13.583)
Variações monetárias passivas	(5.565)	(2.412)	(6.175)	(2.412)
Ajuste a valor presente de fornecedores de insumos	(14.162)	(10.691)	(14.162)	(10.691)
IOF	(2.995)	(1.709)	(3.021)	(1.792)
Amortização de custos de captação	(2.706)	(3.224)	(2.706)	(3.224)
Outras despesas	(5.440)	(2.334)	(5.520)	(2.400)
	(137.977)	(137.237)	(126.379)	(131.298)
Derivativos, líquidos				
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	33.988	24.707	33.988	24.707
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(39.330)	(17.279)	(39.330)	(17.279)
	(5.342)	7.428	(5.342)	7.428
Variações cambiais, líquidas (ii)				
Variações cambiais ativas	67.535	97.185	67.466	97.426
Variações cambiais passivas	(72.085)	(113.347)	(72.111)	(113.596)
	(4.550)	(16.162)	(4.645)	(16.170)
Resultado financeiro	(137.739)	(110.829)	(126.913)	(103.093)

- (i) Refere-se substancialmente a multas e juros sobre tributos a recolher e parcelamentos tributários, juros sobre fornecedores e adiantamentos de clientes. Adicionalmente, na controladora, inclui juros sobre operações de mutuo com partes relacionadas.
- (ii) Em 2018 inclui variações cambiais líquidas, originárias de contas a pagar e receber no montante de R\$ 4.026.

28 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir relacionamos as transações no exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	25.717	8.457	31.362	11.019
Venda de ativos a prazo	16.735	4.408	16.735	6.358
Aquisição de imobilizado financiado	9.404	404	9.406	207

29 Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do (prejuízo) lucro básico e do (prejuízo) lucro diluído por ação.

	Consolidado	
	2019	2018
(Prejuízo) lucro utilizado na apuração do (prejuízo) lucro básico e diluído por ação	(134.719)	42.262
Quantidade de ações no exercício (em milhares) - média ponderada do exercício	20.419	17.914
(Prejuízo) lucro por ação - básico e diluído (R\$)	(6,5977)	2,3592

30 Compromissos (Consolidado)

a. Vendas futuras

Os compromissos futuros existentes em 31 de dezembro de 2019 referem-se a Companhia e a controlada TS Brasil S.A., como segue:

Consolidado								
Produto	Data de Entrega	Qtde.	Contratos	Unidade	Moeda	Frete	Preço	Montante
<u>Safra 18/19</u>								
Algodão em Pluma (ii)	Out a Dez/19	9.531	19	LP	DÓLAR	CIF	0,78	16.479
Algodão em Pluma (ii)	Out a Dez/19	139	1	LP	REAL	CIF	2,99	913
Algodão em Pluma (ii)	Out a Dez/19	1.504	2	LP	DÓLAR	FOB	0,71	2.368
Algodão em Pluma (ii)	Out a Dez/19	243	2	LP	REAL	FOB	2,76	1.481
Caroço de Algodão (iii)	Out a Dez/19	6.246	12	TON	REAL	FOB	362,74	2.266
Algodão em Pluma	Jan a Mar/20	13.201	16	LP	DÓLAR	CIF	0,73	21.151
Algodão em Pluma	Jan a Mar/20	1.190	1	LP	REAL	CIF	3,27	8.574
<u>Safra 19/20</u>								
Algodão em Pluma	Jul a Set/20	4.250	7	LP	DÓLAR	CIF	A FIXAR	-
Algodão em Pluma	Jul a Set/20	6.083	5	LP	DÓLAR	CIF	0,71	9.458
Algodão em Pluma	Out a Dez/20	4.750	7	LP	DÓLAR	CIF	A FIXAR	-
Algodão em Pluma	Out a Dez/20	14.093	10	LP	DÓLAR	CIF	0,68	21.213
Algodão em Pluma	Jan a Mar/21	4.000	2	LP	DÓLAR	CIF	A FIXAR	-
Milho em Grãos	Jul a Set/20	135.000	18	SC	REAIS	FOB	22,78	3.075
Soja em Grãos	Jan a Mar/20	123.000	19	SC	DÓLAR	FOB	A FIXAR	-
Soja em Grãos	Jan a Mar/20	91.000	18	SC	DÓLAR	FOB	16,50	1.502
Soja em Grãos	Jan a Mar/20	15.000	2	SC	REAIS	FOB	71,00	1.065
					DÓLAR			
					(i)			72.171
					REAL			13.234

(i) Em milhares de dólares. Em 31 de dezembro de 2019, o montante em dólar equivale a R\$ 290.900.

(ii) Não entrega de 9.670 ton de algodão na condição CIF e 1.747 ton na condição FOB no 4º trimestre de 2019 devido insuficiência de cadência de navios no porto de Santos, alta produção de algodão em pluma do país e alta concentração de embarque no porto de Santos-SP. A expectativa da Companhia é no sentido de que a situação seja normalizada até o 1º trimestre de 2020.

(iii) Não entrega de 6.246 ton de caroço de algodão, cujos embarques estavam previstos para último mês de 2019 e não foram realizados por atrasos de embarques por parte do cliente, situação sendo regularizada em janeiro de 2020.

31 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

	Valor segurado
Responsabilidade civil	186.300
Riscos diversos - Imobilizado	280.193
	<u>271.886</u>

32 Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento agrícola como o único segmento operacional e explora as atividades agrícolas com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, baseando-se nos relatórios utilizados pela Diretoria Executiva da Companhia e pelo Conselho de Administração, os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas. As metas e avaliações de desempenho são definidas e acompanhadas considerando o segmento como um todo.

O segmento agrícola abrange, principalmente, a produção e comercialização de soja, milho e algodão cujas atividades consistem basicamente em: cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização e beneficiamento de algodão em caroço.

A Companhia apresenta a receita líquida de vendas e serviços obtida na comercialização de seus produtos nos mercados interno e externo, como segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Mercado interno	163.366	492.671
Mercado externo	590.216	326.251
Receita líquida de vendas e serviços	<u>753.582</u>	<u>818.922</u>

A receita líquida de vendas, por segmento geográfico, elaboradas de acordo com o país de destino da receita, são assim representadas:

	Consolidado	
	2019	2018
América do Sul	61%	70%
Europa	28%	19%
Ásia	2%	5%
América do Norte	9%	6%
Total	<u>100%</u>	<u>100%</u>

O detalhamento da receita líquida de vendas por produto é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2019	2018
Soja	298.404	296.869
Milho	57.908	86.272
Algodão em pluma	324.975	330.948
Caroço de algodão	26.353	18.937
Revenda de produtos	169.416	108.542
Varição cambial (<i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(123.474)	(22.646)
Total	753.582	818.922

Os principais clientes da Companhia que individualmente representaram 10% ou mais das receitas totais são como segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Bunge Alimentos S.A.	20%	16%
ADM do Brasil Ltda.	12%	10%
Amaggi Exportação e Importação Ltda.	11%	10%



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Terra Santa Agro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Terra Santa Agro S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Terra Santa Agro S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Veja as Notas 2.5, 2.21 e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que foram considerados como recuperáveis com base em projeções realizadas sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas utilizam-se de certas premissas e estimativas significativas na determinação dos lucros tributáveis futuro, tais como o crescimento econômico projetado, preço das <i>commodities</i> e inflação de custos, bem como a determinação do prazo de utilização e interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos.</p> <p>Devido ao grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas e, do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer para o valor dos ativos fiscais diferidos reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à determinação das projeções de geração de lucros tributáveis futuros elaborados e aprovados pela Administração;– Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo a expectativa de crescimento, preços de vendas das <i>commodities</i>, produtividade das áreas agrícolas, inflação de custos e a consistência dessas premissas com o plano de negócio da Companhia, bem como, a análise de sensibilidade das principais premissas significativas utilizadas;– Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos, sobre a adequação da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos, tendo como referência a legislação tributária vigente; e– Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas quanto a apresentação das informações relevantes relacionadas a esse assunto. <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, no tocante a sua recuperabilidade, assim como as respectivas divulgações, são apropriados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Avaliação do valor recuperável da unidade geradora de caixa relativas a ágio originado em combinação de negócios

Veja as Notas 2.5, 2.15, 2.17, 12.4 e 16d das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia possui ágio, oriundo de combinação de negócios, cuja recuperabilidade está fundamentada na expectativa de rentabilidade futura de sua respectiva unidade geradora de caixa (UGC). Para a avaliação anual do valor recuperável da UGC, são utilizadas premissas e julgamentos significativos na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, incluindo crescimento econômico projetado, preços de vendas das <i>commodities</i>, produtividade das áreas agrícolas, taxas de câmbio e de desconto.</p> <p>Devido ao grau de complexidade do julgamento e estimativas utilizados na avaliação do valor recuperável da UGC, bem como ao impacto que eventuais alterações nas premissas significativas utilizadas nessa avaliação poderiam ocasionar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à determinação do valor recuperável da UGC relacionadas ao ágio por expectativa de rentabilidade futura oriundo de combinação de negócios com base em estudos realizados pela Administração;– Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da adequação e consistência das premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da UGC relacionada ao ágio por expectativa de rentabilidade futura por meio dos fluxos de caixa descontados, bem como, a avaliação da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas incluindo a expectativa de crescimento, preços de vendas das <i>commodities</i>, produtividade das áreas agrícolas, inflação de custos e a consistência dessas premissas com o plano de negócio da Companhia, bem como, a análise de sensibilidade das principais premissas significativas utilizadas;– Comparação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas adotadas pela Companhia e com dados obtidos externamente, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, bem como a avaliação da análise de sensibilidade e os impactos de possíveis mudanças nessas premissas; e– Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas quanto a apresentação das informações relevantes relacionadas a esse assunto. <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos apropriados os saldos do ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Mensuração do valor justo dos ativos biológicos

Veja as Notas 2.5, 2.18 e 7 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas mensuraram seus ativos biológicos, que correspondem principalmente ao cultivo dos produtos agrícolas, principalmente soja, milho e algodão com base no seu valor justo a partir da fase de pré colheita. Essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas ao preço de vendas das <i>commodities</i>, à produtividade, taxa de desconto e áreas plantadas.</p> <p>Devido ao grau de complexidade das estimativas utilizadas na mensuração ao valor justo dos ativos biológicos, bem como o impacto que eventuais alterações nas premissas significativas utilizadas poderiam ocasionar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho operacional dos controles internos chave relacionados à mensuração do valor justo dos ativos biológicos;– Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da adequação das premissas utilizadas para determinar o valor justo dos ativos biológicos, incluindo o preço de vendas das <i>commodities</i>, a produtividade, taxa de desconto e áreas plantadas, e comparação das informações históricas disponíveis com dados observáveis de mercado, bem como análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas; e– Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas quanto a apresentação das informações relevantes relacionadas a esse assunto. <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que o saldo dos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações, são apropriados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Operações de arrendamento: mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento

Veja as Notas 2.2.1, 2.5, 2.19, 14 e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia possui contratos de arrendamentos que foram caracterizados dentro do escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. Esse pronunciamento introduziu aspectos contábeis complexos para o reconhecimento e a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento.</p> <p>Em função do alto grau de julgamento envolvido na determinação de premissas utilizadas na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, como opções de renovação e cancelamento, que devem ser consideradas na determinação do prazo dos arrendamentos, além da complexidade das estimativas, como das taxas de desconto utilizadas na mensuração, incluindo o fato de ser a aplicação inicial de uma norma contábil e o impacto financeiro que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia poderiam causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados a mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento;– Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto, incluindo a comparação das premissas usadas pela Companhia e suas controladas com dados obtidos externamente, e análise de sensibilidade sobre as taxas de desconto, bem como os impactos de possíveis mudanças nas referidas taxas;– Avaliação, em base amostral, dos contratos que, potencialmente, poderiam conter arrendamentos e da determinação do prazo de arrendamento, incluindo análise das cláusulas de renovação em função dos fatos e circunstâncias relevantes que pudessem criar incentivos econômicos para o seu exercício;– Avaliação, com base em uma amostra de contratos, dos valores considerados na mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, incluindo a análise dos dados utilizados na mensuração e recálculo dos valores reconhecidos; e– Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas quanto a apresentação das informações relevantes relacionadas a esse assunto. <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que os saldos de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento, assim como as respectivas divulgações, são apropriados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião,

essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Terra Santa Agro S. A., no exercício das suas atribuições e responsabilidades legais, examinaram as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e, com base nesses exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o relatório de auditoria, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes, concluem que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e opinam, por unanimidade, pelo seu encaminhamento para a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada nos termos da Lei.

São Paulo/SP, 11 de março de 2020

Tereza Cristina Grossi Togni
Presidente do Conselho Fiscal

Marcel Cecchi Vieira
Conselheiro Fiscal

Marcos Reinaldo Severino Peters
Conselheiro Fiscal

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.

Os Diretores da Terra Santa Agro S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.799.312/0001-20, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício de 2019, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 11 de março de 2020.

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Marcelo Lambrecht
Diretor Administrativo

Márcio José Ferreira
Diretor Operacional

Paulemar Barros
Diretor Comercial

Terra Santa
Agro S.A.

**Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	11
Demonstração dos resultados abrangentes	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	16
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	91
Parecer do Conselho Fiscal	98
Declaração da Diretoria	99



Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras de 2018



1 AOS ACIONISTAS

Atendendo às disposições legais, a Administração da Terra Santa Agro S.A. – “Terra Santa” ou “Companhia” – tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, em comparação com o ano de 2017. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

2 SOBRE A TERRA SANTA AGRO

A Terra Santa Agro é uma empresa produtora de commodities agrícolas, com foco na produção de soja, milho e algodão. Possui 7 unidades de produção estrategicamente localizadas no estado brasileiro do Mato Grosso, por este apresentar condições favoráveis ao agronegócio, totalizando uma área sob gestão de aproximadamente 143,2 mil hectares.

Além disso, possui equipamentos e ativos complementares à sua operação agrícola, a saber:

- 446 equipamentos agrícolas em uso, sendo 347 próprios
- 7 unidades de armazenagem, sendo 5 próprias
- 3 algodozeiras próprias

A Companhia tem suas ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, nível mais alto de Governança Corporativa da bolsa brasileira.

3 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia apresentou no ano de 2018 o maior EBITDA Ajustado e, ao mesmo tempo, a menor área cultivada da sua história, R\$ 196,2 milhões e 176.921 hectares respectivamente. O EBITDA Estimado da safra 2017/18 está em R\$ 185,0 milhões (o número final será divulgado após a comercialização da totalidade dos produtos da safra) ou R\$ 1.752/ ha útil, um aumento de 118% e 127% contra a safra 2016/17, respectivamente. Esses números são consequência de muita dedicação, comprometimento e competência do time Terra Santa Agro, além de condições de mercado favoráveis. Ênfase para o alto nível de excelência do nosso planejamento técnico-agronômico e a para nossa capacidade adaptativa para lidar com os desafios climáticos e operacionais.

O maior destaque foi a cultura de algodão que apresentou uma margem de contribuição de R\$ 158,5 milhões na safra 2017/18 contra R\$ 51,5 na safra 2016/17, este incremento foi impulsionado pelo aumento de 18% na área que passou de 27.144 ha em 2016/17 para 31.860 ha em 2017/18, 7,6% na produtividade que atingiu 287,9@/ha, o maior nível já registrado pela Companhia, e também por uma



melhora nos preços que passaram de US\$ 0,7479/ libra na safra 2016/17 para US\$ 0,7920/ libra na safra 2017/18.

Em relação à lavoura de soja houve uma redução na margem de contribuição que foi de R\$ 73,8 milhões na safra 2016/17 para R\$ 63,5 milhões na safra 2017/18. Essa redução é explicada, principalmente, pela redução da área que passou de 106.562 ha na safra 2016/17 para 100.655 ha na safra 2017/18, uma vez que o EBITDA por hectare apresentou uma variação de 8% entre as safra 2016/17 e 2017/18.

Os resultados do milho na safra 2017/18 também foram positivos, apesar da leve redução na área que passou de 51.204 ha na safra 2016/17 para 41.184 ha na safra 2017/18 houve um aumento na margem de contribuição que passou de R\$ 6,6 milhões negativos na safra 2016/17 para R\$ 13,2 milhões na safra 2017/18. Destaque para a produtividade também recorde de 126,7 scs/ha.

Os números também são positivos em relação à safra 2018/19. A colheita dos 91.063 ha de soja foi finalizada no dia 15/03, com produtividades similares às do ano passado e as lavouras de algodão e milho foram ambas instaladas dentro da janela ideal de plantio.

Nossos bons, e consistentes, resultados operacionais confirmam que a fase de reestruturação operacional já ficou para trás há algum tempo. Abre-se espaço, assim, para colocarmos nosso foco no desenvolvimento de uma cultura empresarial em que inovação e co-criação ganham relevância, além de nos permitir explorar possibilidades estratégicas acerca do futuro da Companhia. Porém, antes de colocarmos em prática qualquer estratégia de crescimento e investimentos, temos que enfrentar o desafio que o nosso alto nível de endividamento nos traz.

Um dos reflexos do nosso bom resultado operacional foi a redução na dívida líquida em US\$ 14,9 milhões que passou de US\$ 234,8 milhões em 31/12/2017 para US\$ 219,9 milhões em 31/12/2018. Contudo, esse valor ainda é pouco expressivo quando comparado com o endividamento total da Companhia.

Por isso, com o objetivo de aumentar a geração de caixa e acelerar o ritmo de redução do endividamento, colocamos em prática, em 2018, um plano de venda de ativos no montante de R\$103,8 milhões, dos quais cerca de R\$ 40,0 milhões haviam sido vendidos até 15/03/2019.

Adicionalmente, com o mesmo fim, iniciamos no final do ano de 2018 o processo de renegociação para reestruturação da dívida bancária da Companhia junto ao Itaú Unibanco SA – Nassau Branch. Essas medidas são necessárias e contribuem para a desalavancagem da Companhia.

Por fim, a Administração está otimista com a capacidade da Companhia em gerar resultados operacionais no longo prazo e, com isso, melhorar seu nível de endividamento.

4 DESEMPENHO FINANCEIRO

Demonstração de Resultados (R\$ Mil)	2018	2017	Var. %
Receita Líquida	1.119.007	796.315	40,5%
Receita Líquida de Vendas	818.922	657.793	24,5%
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	300.085	138.522	116,6%
Custos de Produtos Vendidos	(906.297)	(681.644)	33,0%
CPV Produtos	(632.033)	(590.449)	7,0%
Realização Ativo Biológico Apropriado ao Custo	(274.264)	(91.195)	200,7%
Lucro Bruto	212.710	114.671	85,5%
Margem Bruta	19,0%	14,4%	4,6 p.p.
Despesas Operacionais	(75.902)	(66.280)	14,5%
Lucro Operacional - EBIT	136.808	48.391	182,7%
Margem Operacional	12,2%	6,1%	6,1 p.p.
Resultado Financeiro	(103.093)	(90.439)	14,0%
Lucro Antes do IR e CS	33.715	(42.048)	-
Margem do Lucro Antes do IR e CS	3,0%	-5,3%	-
Lucro líquido do período	42.262	7.350	475,0%
Margem Líquida	3,8%	0,9%	2,9 p.p.
(+) IR e CSLL	(8.547)	(49.398)	-82,7%
(+) Resultado Financeiro	103.093	90.439	14,0%
(+) Depreciação e Amortização Despesa	8.290	8.389	-1,2%
(+) Depreciação e Amortização Custo	27.158	28.850	-5,9%
EBITDA	172.256	85.630	101,2%
Margem EBITDA	15,4%	10,8%	4,6 p.p.
(+) Hedge Accounting	22.646	21.366	6,0%
(+) Variação Cambial Operacional ⁽¹⁾	(4.026)	5.081	-
(+) Provisões não recorrentes e <i>Impairment</i> de ativos	3.385	(18.085)	-
(+) Provisões não recorrentes	873	1.083	-19,4%
(+) <i>Impairment</i> de ativos	(2.470)	(1.299)	90,1%
(+) Resultado/Baixas de ativos imobilizado	(995)	649	-
(+) Contingências civis/tributária/trabalhista ⁽¹⁾	5.977	86	-
(+) Perdas estimadas de estoques/recebíveis	-	(18.604)	-
(+) Programas de regularização tributária ⁽¹⁾	1.918	25.033	-92,3%
(+) Stock Options	45	137	-67,1%
EBITDA Ajustado	196.224	119.162	64,7%
Margem EBITDA Ajustada	17,2%	14,6%	2,6 p.p.

(1) Vide divulgação nas notas explicativas 25 Despesas por Natureza e 26 Resultado Financeiro

Os bons resultados apresentados pela Companhia no ano de 2018 são reflexo de melhores margens apresentadas pelas culturas de soja, algodão e milho na safra 2017/18 quando comparadas à safra 2016/17, refletidas nas margens de faturamento e na marcação dos ativos biológicos dessas culturas combinados às boas produtividades, preços de venda em dólares em linha ou acima do orçamento e otimização de custos.

Diante deste cenário, a Companhia registrou um lucro bruto de R\$ 212,7 milhões, com margem bruta de 19,0%, contra um lucro bruto de R\$ 114,7 milhões e margem bruta de 14,4% verificado em 2017.

As despesas operacionais, por sua vez, apresentaram um incremento de 14,5%, impactada, principalmente, pela linha de despesas com vendas que registrou um valor de R\$ 16,6 milhões em 2017, contra um valor de R\$ 22,5 milhões em 2018 diante de um maior faturamento do algodão em pluma no período. Não obstante, vale ressaltar a queda nas despesas gerais e administrativas, que passaram de R\$



38,2 milhões em 2017 para R\$ 35,1 milhões, reflexo principalmente da redução nas despesas com pessoal, que passou de 19,1 milhões em 2017 para 16,7 milhões em 2018. Essa queda deve-se ao esforço contínuo da Companhia na redução de suas despesas corporativas e adequação de seu quadro de pessoal sem perda de eficiência e qualidade.

O lucro líquido registrado pela Companhia foi de R\$ 42,3 milhões, o maior verificado em sua história, fruto do intenso trabalho realizado ao longo dos últimos anos, que teve início com o turnaround operacional da Companhia em 2013, aliado a uma série de ações nas esferas comerciais e administrativas nos anos subsequentes, que acabaram por se refletir em seus resultados financeiros.

Outra métrica que merece destaque é o EBITDA Ajustado que foi de R\$ 196,2 milhões, com margem de 17,2%, contra um EBITDA Ajustado de R\$ 119,5 milhões, com margem de 14,6%, verificado no mesmo período do ano anterior.

No que diz respeito ao endividamento líquido bancário, comparativamente a dezembro de 2017, o mesmo apresentou um aumento de 9,7%, passando de R\$ 776,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 852,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Quando analisado em dólares, verifica-se uma sensível redução da dívida líquida em dólares, que passou de US\$ 234,8 milhões em dezembro de 2017 para US\$ 219,9 milhões em dezembro de 2018. Não obstante, o nível de endividamento, medido através da relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, encontra-se patamar superior a 4x, ainda considerado elevado pela Administração.

Diante do exposto acima, iniciamos no final do ano de 2018 o processo de renegociação para reestruturação da dívida bancária da Companhia junto ao Itaú Unibanco SA – Nassau Branch. Essas medidas são necessárias e contribuem para a desalavancagem da Companhia.

5 PERSPECTIVA DE MERCADO – AGRONEGÓCIO

Em 2018, o cenário macroeconômico foi marcado por incertezas políticas locais, que trouxeram volatilidade na economia, bem como por instabilidades financeiras internacionais.

No cenário externo, merece destaque a guerra comercial entre EUA e China, o que gerou menor liquidez e menor apetite dos investidores em países emergentes. Além disso, o dólar ganhou força frente ao real e os custos de financiamento se elevaram mundialmente.

No cenário doméstico, por outro lado, o impacto deste cenário internacional conturbado teve efeito limitado diante de uma política econômica consistente e expectativas de inflação bem ancoradas, o que levou a atividade econômica a seguir em processo de recuperação após período de recessão recente. Não obstante a esse cenário econômico mais positivo, o cenário fiscal continua se deteriorando, o que torna a aprovação de reformas, especialmente, a previdenciária, urgentes.

No agronegócio, apesar das boas produtividades registradas nas culturas, a margem de rentabilidade ficou menor, impacto direto da alta nos custos de produção, puxado pela alta dos preços dos insumos como fertilizantes e outros fatores como o possível impacto no setor da política de tabelamento de fretes, instituída pelo governo federal em resposta à crise oriunda da greve dos caminhoneiros ocorrida em maio.



No campo de análise dos insumos, o ano de 2018 foi de alta nos preços de defensivos (redução da produção chinesa devido à política ambiental) e fertilizantes e não há sinalização de baixa nas perspectivas, ou seja, a expectativa é que os preços praticados em 2018 se mantenham em 2019.

No caso da soja, segundo o Departamento Agrícola dos Estados Unidos (USDA), o Brasil produziu 118,88 milhões de toneladas de soja em grãos, valor de 4,21% maior que os 114,07 milhões de soja em grãos produzidos na safra 2016/2017. Um dos fatores que contribuiu para esta alta foi um aumento da área de 3,7%, passando de 33,90 milhões de hectares para 35,15 milhões. Outro efeito que contribuiu para o desenvolvimento do agronegócio foi a baixa produtividade de soja da Argentina com redução de 34%, que fez que os preços mundiais se mantivessem elevados.

No que tange a formação dos preços, ela é muito sensível a disputa comercial entre China e EUA. Em dezembro foi anunciada trégua de 90 dias no avanço das tarifas protecionistas dos EUA, mas mesmo assim o cenário continua incerto. Nesta trégua a China se comprometeu a comprar mais produto dos EUA, no entanto os 25% de tarifa continuam.

Num cenário de manutenção da guerra comercial, a área plantada da soja nos EUA pode ser menor, o que diminuiria o estoque do país. Para o Brasil, caso seja mantida a disputa, o fator que continuará a dar suporte na formação dos preços, será o prêmio. Caso o cenário se desenhe para o fim da guerra comercial, a tendência é que os preços fiquem em patamares acima de USD 10/bu e que os prêmios recuem, diante do alívio dos estoques locais.

No Brasil, vale destacar que a produção de milho 20% inferior na safra 2017/18 quando comparada a safra 2016/17. Além da queda na produção brasileira, a demanda também foi abaixo do esperado em 2018. O último trimestre de 2018 foi marcado por preços mais elevados e queda do dólar, no entanto a preferência de plantio se mantém ao lado da soja.

Por fim, o cenário de algodão tomou rumo de virada positiva após 3 anos de margens apertadas. Os preços nominais da fibra, puxados por altas no mercado internacional e desvalorização do real, atingiram os patamares mais elevados desde 2011.

As perspectivas também estão favoráveis para a cultura, merecendo destaque: (i) demanda chinesa mais aquecida; (ii) crescimento nas exportações brasileiras e (iii) cenário de preços da pluma positivo, sustentado ao patamar de USD 0,80/lp diante do aumento da produção mundial.

6 GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia tem suas ações - “TESA3” - listadas no Novo Mercado da B3, segmento com as melhores práticas de Governança Corporativa, reiterando assim o compromisso com a comunidade financeira e com todos os acionistas. O Conselho de Administração conta com 6 membros (sendo 2 independentes) que respondem pela orientação geral dos negócios.

A Companhia conta também com 3 comitês consultivos – Comitê Estratégico Financeiro, Comitê de Gente, Comitê de Inovação. A função principal dos comitês é propiciar ao Conselho de Administração os



elementos e subsídios necessários ao processo decisório e de apoiar a Diretoria da Companhia nas políticas aprovadas pelo seu Conselho de Administração.

A Terra Santa Agro conta ainda com um Conselho Fiscal composto de 3 membros responsáveis, dentre outras obrigações, por fiscalizar as atividades da Administração, rever as demonstrações financeiras da Companhia e reportar suas conclusões aos acionistas.

Por fim, a Terra Santa Agro conta ainda com uma Diretoria composta por 5 membros e um auditor interno que tem como principais objetivos (a) mapear e gerenciar os riscos aos quais a Companhia é exposta, (b) realizar auditorias independentes nas áreas de negócios, (c) gerenciar e apurar relatos realizados pelo o canal de ética e denúncias. Esses instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressas pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da Terra Santa Agro.

O capital social da Companhia é representado por 17.914.118 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Desse total, 33,8% são detidas por pessoas físicas, 57,7% por investidores institucionais e 8,5% por investidores estrangeiros, perfazendo mais de 6 mil investidores.

A estrutura acionária da Companhia é pulverizada com mais de 98,5% dos investidores brasileiros, no qual o maior acionista detém 40,1%.

As ações da Terra Santa (TESA3) encerraram o 4º trimestre de 2018 cotadas a R\$ 12,24/ação, totalizando um valor de mercado para a Companhia de R\$ 219,7 milhões.

No ano de 2018, as ações da TESA3 apresentaram uma desvalorização de 17,8%, passando de R\$ 14,89/ação no final de dezembro 2017 para R\$ 12,24/ação no final de dezembro de 2018. O Ibovespa, no mesmo período, apresentou uma valorização de 15,0%.

As ações da Terra Santa Agro, listadas no nível mais alto de governança corporativa (Novo Mercado), estiveram presentes em 100% dos pregões do ano de 2018. O volume médio diário registrado no período foi de R\$ 425,7 mil e 42 negócios.

7 AUDITORIA INDEPENDENTE

Ao longo do exercício de 2018, em atendimento à instrução nº CVM 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, bem como, a KPMG Assessores Ltda. prestou serviços relacionados a revisão de impostos diretos e indiretos com honorários de R\$ 184 mil e, serviços de revisão do preenchimento das declarações do imposto sobre a propriedade territorial rural com honorários de R\$ R\$ 23,3 mil, que representam 20,7% e 2,6%, respectivamente, dos honorários dos serviços de auditoria externa. Entendemos que estes serviços não representam conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

Terra Santa Agro S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Caixas e equivalentes de caixa	3	23.061	10.514	30.677	10.561
Títulos e valores mobiliários		-	466	-	710
Contas a receber de clientes	4	16.976	12.523	17.111	12.719
Títulos a receber	5	4.814	7.839	20.571	26.187
Instrumentos financeiros derivativos	22	2.647	-	2.647	-
Estoques	6	337.275	259.057	339.835	259.067
Ativos biológicos	7	225.252	202.684	225.252	202.684
Tributos a recuperar	8	12.850	12.356	16.841	17.671
Despesas antecipadas		468	699	658	4.180
Outros ativos		1.437	2.484	1.448	2.490
Ativos não circulantes mantidos para venda	9	2.934	51	2.934	51
Total do ativo circulante		627.714	508.673	657.974	536.320
Não circulante					
Títulos a receber	5	9.826	11.339	9.833	11.339
Tributos a recuperar	8	57.547	50.695	91.204	89.180
Tributos diferidos	10	186.538	171.567	186.538	171.567
Depósitos judiciais	20	3.508	2.725	21.998	20.223
Adiantamentos para futuro aumento de capital	11	356	336	-	-
Outros ativos		15.420	12.759	15.420	12.761
Total do realizável a longo prazo		273.195	249.421	324.993	305.070
Propriedade para investimento					
Investimentos	12	1.221.246	1.201.599	-	-
Imobilizado	14	208.937	242.225	1.060.842	1.092.802
Intangível	15	998	1.243	276.483	280.427
Total do ativo não circulante		1.709.093	1.702.328	1.667.035	1.686.139
Total do ativo		2.336.807	2.211.001	2.325.009	2.222.459

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Salários e contribuições sociais		8.520	11.330	8.557	11.434
Fornecedores	16	192.460	150.940	192.461	151.079
Tributos a recolher		9.263	6.921	11.069	8.886
Empréstimos e financiamentos	17	318.694	227.673	319.781	230.089
Mútuos	11	-	45.348	-	-
Tributos parcelados	19	5.322	2.355	6.943	5.642
Adiantamentos de clientes	18	144.635	142.934	146.695	143.123
Instrumentos financeiros derivativos	22	3.951	11.947	3.951	11.947
Arrendamentos a pagar		13.251	19.201	13.251	16.237
Dívida com a União - PESA		-	2.923	-	2.923
Títulos a pagar		7.389	6.645	7.426	6.914
Total do passivo circulante		703.485	628.217	710.134	588.274
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	559.912	561.607	562.974	561.607
Mútuos	11	86.499	-	-	-
Tributos parcelados	19	18.823	7.307	21.665	10.165
Títulos a pagar		1.468	579	2.959	2.207
Tributos diferidos	10	-	-	62.642	48.668
Provisão para demandas judiciais	20	24.630	19.618	24.630	19.618
Provisão para perdas em investimentos	12	1.985	1.753	-	-
Total do passivo não circulante		693.317	590.864	674.870	642.265
Total do passivo		1.396.802	1.219.081	1.385.004	1.230.539
Patrimônio líquido					
Capital	21	2.707.502	2.707.502	2.707.502	2.707.502
Reservas de capital		-	1.890	-	1.890
Ajustes de avaliação patrimonial	22.h	(108.876)	(15.926)	(108.876)	(15.926)
Prejuízos acumulados		(1.658.621)	(1.701.546)	(1.658.621)	(1.701.546)
Total do patrimônio líquido		940.005	991.920	940.005	991.920
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.336.807	2.211.001	2.325.009	2.222.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida de vendas	24	794.412	588.630	818.922	657.793
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	25	297.759	128.616	300.085	138.522
Realização do valor justo dos ativos biológicos	25	(274.264)	(81.950)	(274.264)	(91.195)
Custo dos produtos vendidos	25	(641.987)	(559.933)	(632.033)	(590.449)
Lucro bruto		175.920	75.363	212.710	114.671
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	25	(22.483)	(12.527)	(22.493)	(16.584)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	25	(42.054)	(47.490)	(44.973)	(50.376)
Honorários da administração	23	(6.611)	(7.544)	(6.611)	(7.544)
Resultado de equivalência patrimonial	12	23.602	(499)	-	-
Provisão para perdas em investimentos	12	(232)	(310)	-	-
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	25	344	21.110	169	21.110
Outras receitas (despesas), líquidas	25	2.044	4.349	(1.994)	(12.886)
		(45.390)	(42.911)	(75.902)	(66.280)
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social		130.530	32.452	136.808	48.391
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		35.142	30.028	36.947	50.961
Despesas financeiras		(137.237)	(108.723)	(131.298)	(142.148)
Derivativos, líquidos		7.428	(2.355)	7.428	(2.355)
Variações cambiais, líquidas		(16.162)	2.136	(16.170)	3.103
		(110.829)	(78.914)	(103.093)	(90.439)
Lucro (prejuízo) antes do imposto sobre a renda e da contribuição social		19.701	(46.462)	33.715	(42.048)
Imposto sobre a renda e contribuição social	10(b)				
Diferido		22.561	53.812	8.547	49.398
Lucro líquido do exercício		42.262	7.350	42.262	7.350
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia		42.262	7.350	42.262	7.350
Lucro por ação ordinária:					
Básico e diluído - em R\$	28			2,3592	0,4103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	42.262	7.350
Outros resultados abrangentes:		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	(84.745)	10.302
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	(3.503)
Alteração no regime de tributação em 1ª de janeiro de 2018	<u>(8.205)</u>	<u>-</u>
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	<u>(92.950)</u>	<u>6.799</u>
Resultado abrangente total	<u>(50.688)</u>	<u>14.149</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital				Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Gastos com emissão de ações	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial		
Saldo reapresentado em 1º de janeiro de 2017		2.728.353	(20.851)	2.108	(22.725)	(1.709.249)	977.636
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.350	7.350
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	6.799	-	6.799
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		-	-	-	6.799	7.350	14.149
Transações de capital							
Efeitos com plano de opções de ações reconhecidos no exercício	29	-	-	(218)	-	353	135
Total de transações de capital		-	-	(218)	-	353	135
Saldo em 31 de dezembro de 2017		<u>2.728.353</u>	<u>(20.851)</u>	<u>1.890</u>	<u>(15.926)</u>	<u>(1.701.546)</u>	<u>991.920</u>
Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2017		2.728.353	(20.851)	1.890	(15.926)	(1.701.546)	991.920
Impacto da adoção do CPC 48 / IFRS 9	2.2	-	-	-	-	(1.272)	(1.272)
Saldo apresentado em 1º de janeiro de 2018		<u>2.728.353</u>	<u>(20.851)</u>	<u>1.890</u>	<u>(15.926)</u>	<u>(1.702.818)</u>	<u>990.648</u>
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	42.262	42.262
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	(92.950)	-	(92.950)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		-	-	-	(92.950)	42.262	(50.688)
Transações de capital							
Efeitos com plano de opções de ações reconhecidos no exercício	29	-	-	45	-	-	45
Efeitos com descontinuidade plano de opções	29	-	-	(1.935)	-	1.935	-
Total de transações de capital		-	-	(1.890)	-	1.935	45
Saldo em 31 de dezembro de 2018		<u>2.728.353</u>	<u>(20.851)</u>	<u>-</u>	<u>(108.876)</u>	<u>(1.658.621)</u>	<u>940.005</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto sobre a renda e da contribuição social		19.701	(46.462)	33.715	(42.048)
Ajustes de:					
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	25	(297.759)	(128.616)	(300.085)	(138.522)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	25	274.264	81.950	274.264	91.195
Depreciações e amortizações	25	32.146	33.226	35.448	37.239
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	25	(955)	646	(995)	649
Resultado da equivalência patrimonial	12.3	(23.602)	499	-	-
Provisão para perdas em investimentos	12.3	232	310	-	-
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	29.a	45	135	45	135
Provisão para demandas judiciais		8.143	7.371	8.143	7.371
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	5	(344)	(21.110)	(169)	(21.110)
Provisão das perdas estimadas em estoques	6	20	121	20	121
Reversão da provisão dos créditos tributários ao valor recuperável	25	(7.909)	(1.831)	(4.441)	(2.462)
Adesão a parcelamentos tributários		-	2.148	-	24.005
Impairment de propriedade para investimento		2.603	-	2.603	-
Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	26	10.612	7.377	9.607	6.802
Juros e variações cambiais, líquidos		102.742	92.074	102.463	134.215
Variação nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		(4.651)	(12.140)	(4.801)	(7.098)
Títulos a receber	27	7.966	8.558	11.778	12.752
Estoques		(51.080)	(27.258)	(51.064)	18.897
Ativos biológicos		(20.630)	(29.151)	(20.630)	(29.151)
Tributos a recuperar	27	(7.894)	(24.482)	(7.772)	(36.432)
Despesas antecipadas		231	(102)	3.522	(742)
Outros ativos		(1.614)	3.573	(1.617)	4.193
Ativos não circulantes mantidos para venda		42	-	42	-
Depósitos judiciais		(1.050)	(210)	(2.042)	(12.391)
Salários e contribuições sociais		(2.810)	1.059	(2.877)	160
Fornecedores	27	31.830	(35.101)	26.646	(34.531)
Tributos a recolher	27	10.799	7.164	13.202	8.979
Adiantamentos de clientes		(4.464)	78.220	(2.593)	40.244
Tributos parcelados	27	13.749	26.391	12.801	7.526
Arrendamentos a pagar		(5.950)	3.783	(2.986)	819
Dívida com a União - PESA		(3.430)	(3.181)	(3.430)	(3.181)
Pagamentos de demandas judiciais	20	(2.864)	(7.500)	(2.864)	(7.500)
Mútuos		41.131	42.228	-	-
Títulos a pagar		1.634	333	1.264	210
Caixa gerado pelas atividades operacionais		120.884	60.022	127.197	60.344
Juros pagos		(70.682)	(49.645)	(70.970)	(49.838)
Instrumentos financeiros derivativos (pagos) recebidos - NDF		(3.215)	3.921	(3.215)	3.921
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		46.987	14.298	53.012	14.427
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		466	(466)	710	(710)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	27	14.920	1.217	14.920	1.217
Aquisição de imobilizado	27	(14.782)	(10.349)	(14.972)	(10.398)
Aquisição de intangível		(155)	(337)	(159)	(342)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		449	(9.935)	499	(10.233)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos e financiamentos	17	263.944	156.166	268.823	156.166
Amortização de empréstimos e financiamentos	17	(297.262)	(149.620)	(300.647)	(151.868)
Pagamentos de custos de captação	17	(1.571)	(1.928)	(1.571)	(1.928)
Instrumentos financeiros derivativos pagos - Swap	17	-	(235)	-	(235)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(34.889)	4.383	(33.395)	2.135
Aumento líquido de caixas e equivalentes de caixa		12.547	8.746	20.116	6.329
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício		10.514	1.768	10.561	4.232
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício		23.061	10.514	30.677	10.561

Informações suplementares ao fluxo de caixa estão demonstradas na nota explicativa 27.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Vendas de mercadorias e produtos	850.035	637.570	877.633	712.382
Outras receitas	6.545	15.208	7.656	18.596
Abatimentos e devolução de vendas	(496)	(1.281)	(1.425)	(2.043)
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	344	21.110	169	21.110
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	297.759	128.616	300.085	138.522
	<u>1.154.187</u>	<u>801.223</u>	<u>1.184.118</u>	<u>888.567</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	(314.892)	(303.706)	(314.892)	(303.706)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(274.264)	(81.950)	(274.264)	(91.195)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(264.178)	(192.984)	(252.970)	(210.694)
Provisão para perdas estimadas em estoques	(20)	(121)	(20)	(121)
Outras despesas	(9.882)	(13.834)	(15.275)	(34.883)
	<u>(863.236)</u>	<u>(592.595)</u>	<u>(857.421)</u>	<u>(640.599)</u>
Valor adicionado bruto	290.951	208.628	326.697	247.968
Depreciações e amortizações	(32.146)	(33.226)	(35.448)	(37.239)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>258.805</u>	<u>175.402</u>	<u>291.249</u>	<u>210.729</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	23.602	(499)	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(232)	(310)	-	-
Receitas financeiras	59.849	43.515	61.654	65.402
	<u>342.024</u>	<u>218.108</u>	<u>352.903</u>	<u>276.131</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	65.845	60.165	65.944	73.944
Benefícios	1.780	1.418	1.790	1.426
FGTS	5.309	4.436	5.316	5.538
	<u>72.934</u>	<u>66.019</u>	<u>73.050</u>	<u>80.908</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	20.581	16.922	22.024	20.227
Estaduais	15.100	12.307	16.068	14.275
Municipais	279	242	396	267
Diferidos	(22.561)	(53.812)	(8.547)	(49.398)
	<u>13.399</u>	<u>(24.341)</u>	<u>29.941</u>	<u>(14.629)</u>
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e variações cambiais	182.736	133.198	176.381	152.974
Multas	3.135	5.964	3.711	19.610
Aluguéis e arrendamentos	27.558	29.918	27.558	29.918
	<u>213.429</u>	<u>169.080</u>	<u>207.650</u>	<u>202.502</u>
Remuneração de capitais próprios:				
Lucro líquido do exercício	42.262	7.350	42.262	7.350
	<u>42.262</u>	<u>7.350</u>	<u>42.262</u>	<u>7.350</u>
Valor adicionado distribuído	<u>342.024</u>	<u>218.108</u>	<u>352.903</u>	<u>276.131</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Atividades operacionais

A Terra Santa Agro S.A ("Companhia" ou "Terra Santa Agro"), foi constituída em 18 de julho de 2003, sob a denominação de Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda., como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo atualmente sede na Praça General Gentil Falcão, 108 - cj 81, Brooklin Novo, São Paulo - SP.

Em 9 de novembro de 2006, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/nº 046/2006, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu à Companhia o registro de "Companhia Aberta", possibilitando a negociação de ações ordinárias de sua emissão no mercado de bolsa de valores (B3).

A Companhia tem como objetivo principal alcançar a excelência operacional na produção de grãos e fibras e no desenvolvimento de terras e, em conjunto com a controlada TS Brasil S.A., exploram atividades agrícolas, com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, e suas atividades consistem basicamente em:

- cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização;
- comercialização de insumos agropecuários;
- beneficiamento do algodão em caroço, próprio e de terceiros;
- prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas;
- Essas atividades são exploradas em terras próprias, arrendadas de terceiros e sob regime de parceria agrícola com a parte relacionada TS Brasil S.A.

1.2 Incorporação da Maeda S.A. Agroindustrial

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2018, a controlada Vanguarda do Brasil S.A. efetuou a incorporação da controlada Maeda S.A. Agroindustrial ("Maeda"), com base em laudo de avaliação a valor contábil de 31 de dezembro de 2017 emitido por peritos avaliadores independentes, com acervo líquido incorporado, incluindo as variações patrimoniais até esta data, no montante de R\$ 106.160, com intuito de reorganização administrativa, operacional, financeira e jurídica dos negócios da Companhia, segregando e redistribuindo seus ativos, passivos e projetos de maneira a otimizar a sua estrutura de capital e de gestão e, ao mesmo tempo, permitir realocar tais ativos e passivos com maior eficiência. Após a incorporação, a Maeda foi extinta. Nesta mesma data, foi aprovada, por unanimidade dos acionistas presentes, a alteração da denominação social da controlada de Vanguarda do Brasil S.A. para TS Brasil S.A.

1.3 Situação econômica e financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas apresentaram um capital circulante líquido negativo de R\$ 75.771 e R\$ 52.160 na controladora e consolidado, respectivamente, substancialmente representado pelos passivos bancários e fornecedores exigíveis nos próximos 12 (doze) meses.

Uma parcela importante dos passivos bancários da Companhia corresponde à dívida de custeio, constituída para financiar a safra, e liquidada com recursos da própria safra. Considerando o êxito já obtido em renegociações com fornecedores e bancos nos últimos anos, a Administração espera que a parcela referente ao custeio, que inclui capital de giro, venha a ser integralmente renovada, conforme prática característica do setor.

O lucro líquido registrado pela Companhia foi de R\$ 42.262, o maior verificado em sua história, fruto do intenso trabalho realizado ao longo dos últimos anos, que teve início com o *turnaround* operacional da Companhia em 2013, aliado a uma série de ações nas esferas comerciais e administrativas nos anos subsequentes, que acabaram por se refletir em seus resultados financeiros.

A Companhia concluiu a negociação para o alongamento do prazo de pagamento dos empréstimos e financiamentos com o Itaú Unibanco S.A., conforme divulgado na nota explicativa 17.

A geração operacional de caixa da Companhia apresenta melhora significativa. Entre os principais fatores estão: melhoria dos indicadores operacionais, em especial a produtividade e a redução dos custos operacionais e a desvalorização da taxa de câmbio. Adicionalmente, a Administração possui as seguintes ações em andamento: (i) tratativas junto às principais instituições financeiras credoras com o objetivo de explorar alternativas que possibilitem a adequação do fluxo de caixa financeiro ao fluxo de geração de caixa operacional; (ii) plano de venda de ativos, não operacionais ou pouco rentáveis, em valor aproximado de R\$ 101.000, a ser realizado até o final de 2019; e (iii) outras alternativas de financiamento por meio de emissões públicas no mercado de capitais.

Adicionalmente, faz parte das atribuições cotidianas da Companhia o monitoramento contínuo da expectativa de geração de caixa e gestão financeira que contempla a captação de novos recursos necessários para o financiamento das operações nos próximos meses. Por isso, a Administração está confiante na capacidade que a Companhia tem de operacionalizar seus planos de financiamento e na consequente manutenção de sua continuidade operacional. É importante destacar que a Companhia possui patrimônio significativamente superior às suas obrigações financeiras e operacionais, representado majoritariamente por terras agrícolas que tem valor de mercado equivalente a R\$ 1.235.580 conforme indicado por avaliação efetuada emitida em março de 2019, referente ao exercício de 2018, por avaliador independente e, que estão sujeitas a condições de garantias divulgadas na nota explicativa 14.5.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações, conforme prazos divulgados na nota explicativa 22 g. Adicionalmente, a Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme o planejado e que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, próprios ou de terceiros,

conforme ações descritas nos parágrafos anteriores. Diante disso, a Administração tem expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia e suas controladas do Grupo no qual o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 2.2.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Em 20 de março de 2019, foi autorizada pela Administração da Companhia e pelo Conselho de Administração a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.2 Adoção de novas normas

A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, o CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. A Administração avaliou e não identificou efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa ou requer julgamento significativo.

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47 / IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

Devoluções

De acordo com o CPC 30 / IAS 18, a receita era reconhecida quando uma estimativa razoável das devoluções pudesse ser feita, desde que todos os outros critérios para reconhecimento de receita fossem atendidos. Se não fosse possível efetuar uma estimativa razoável, o reconhecimento da receita era diferido até que o período de devolução tenha decorrido ou uma estimativa razoável das devoluções pudesse ser feita. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada. Essa mudança na política contábil não trouxe reflexos em registros contábeis.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia e suas controladas adotaram as alterações consequentes ao CPC 26 / IAS 1 Apresentação de Demonstrações Contábeis, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros seja apresentada em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em ‘Outras receitas (despesas), líquidas’.

Consequentemente, a Companhia e suas controladas reclassificaram a reversão das perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 21.110, reconhecidas pelo CPC 38 / IAS 39, de ‘Outras receitas (despesas), líquidas’ para ‘reversão de perda por redução ao valor recuperável de recebíveis’ na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros são apresentadas na rubrica de “despesas financeiras”, similar à apresentação no CPC 38 / IAS 39, e não apresentadas separadamente na demonstração do resultado devido a considerações sobre relevância.

Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA e valor justo por meio do resultado - VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 / IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38 / IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

Para uma explicação de como a Companhia classifica e mensura os instrumentos financeiros e contabiliza os ganhos e perdas relacionados conforme o CPC 48 / IFRS 9, veja nota explicativa 22.

As categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018 estão demonstradas na nota explicativa 22. O efeito da adoção do CPC 48 / IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu a abordagem de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

Para as contas e títulos a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

Perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes de baixo risco e clientes de alto risco e a carteira de clientes foi segmentada com base em características comuns de risco de crédito, como posição no mercado e histórico de atrasos e inadimplência.

A Companhia adotou o CPC 48 / IFRS 9 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. determinaram que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 resultaram em uma provisão adicional conforme segue abaixo, que teve como contrapartida a rubrica de prejuízos acumulados, conforme quadro abaixo apresentado:

	Controladora	Consolidado
Provisão para perdas de crédito no contas a receber de clientes (nota explicativa 4)	(18)	(18)
Provisão para perdas de crédito em títulos a receber (nota explicativa 5)	(4.907)	(4.907)
Provisão para perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2017 conforme CPC 38 / IAS 39	(4.925)	(4.925)
Provisão para perdas de crédito esperadas reconhecida na adoção do CPC 48 / IFRS 9 - contas a receber de clientes	(18)	(38)
Provisão para perdas de crédito esperadas reconhecida na adoção do CPC 48 / IFRS 9 - títulos a receber	(1.792)	(1.889)
Provisão para perdas em 1º de janeiro de 2018 conforme CPC 48 / IFRS 9	(6.735)	(6.852)
Provisão para perdas de crédito no contas a receber de clientes (nota explicativa 4)	(36)	(56)
Provisão para perdas de crédito em títulos a receber (nota explicativa 5)	(6.699)	(6.796)
	(6.735)	(6.852)

Os efeitos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 acima apresentados foram contabilizados no patrimônio líquido em 01 de Janeiro de 2018 líquidos de impostos diferidos no montante de R\$ 655.

Contabilidade de Hedge (“*hedge accounting*”)

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de *hedge* previsto no CPC 48 / IFRS 9. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de *hedge* estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*.

Para se qualificar para a contabilidade de cobertura de acordo com a CPC 38 / IAS 39, um *hedge* tinha de ser altamente eficaz, prospectiva e retrospectivamente. Por conseguinte, a Companhia tinha de realizar duas avaliações de eficácia para cada relação de cobertura. A avaliação prospectiva apoiava a expectativa de que a relação de cobertura seria eficaz no futuro. A avaliação retrospectiva determinava que a relação de cobertura tinha sido eficaz no período de reporte. O CPC 48 / IFRS 9 eliminou a avaliação retrospectiva.

De acordo com o CPC 38 / IAS 39, a cobertura seria considerada altamente eficaz se o deslocamento ocorresse dentro do intervalo de 80% – 125%. O CPC 48 / IFRS 9 eliminou esta avaliação, cabendo a Companhia efetuar o julgamento se a relação de *hedge* é eficaz.

As alterações desta norma contábil relacionadas ao *hedge* de fluxo de caixa não trouxeram impacto para a Companhia, visto que a norma supracitada trouxe maior flexibilização para a utilização do *hedge accounting*.

Para uma explicação de como a Companhia aplica a contabilidade de *hedge* nos termos do CPC 48 / IFRS 9, veja nota explicativa 22.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas são incluídas nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia possui investimentos até 31 de dezembro nas seguintes empresas controladas, as quais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Percentual de participação no capital total e votante	
	2018	2017
Buriti Agrícola Ltda.	100,00	100,00
Crateús Algodoeira S.A.	99,48	99,48
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda.	99,98	99,98
Mocuri Agrícola Ltda.	99,94	99,94
Vanguarda do Brasil S.A.	100,00	100,00
Maeda (i)	-	100,00

(i) Vide nota explicativa 1.2.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as companhias atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.3.2 Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 17** - taxa efetiva de juros sobre empréstimos e financiamentos (*fee letter*).
- **Nota explicativa 30(b)** - classificação e determinação se um contrato contém um arrendamento.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** - determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
 - **Nota explicativa 10** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
 - **Notas explicativas 14 e 15** - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados, ativos intangíveis e ágio:
- principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 20** - reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais e de passivos contingentes:
- principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 22** - designação e mensuração da efetividade dos instrumentos financeiros reconhecido pelo *hedge accounting*; e

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho Fiscal da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** - ativos biológicos;
- **Nota explicativa 13** - propriedade para investimento;
- **Nota explicativa 22** - instrumentos financeiros; e
- **Nota explicativa 29** - transações de pagamento baseado em ações.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda; e
- os passivos para transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com resgate de até 90 dias da data da aplicação conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.7 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do

dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

A Companhia e suas controladas classificavam os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos para venda	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por <i>impairment</i> , juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa

do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge - política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia e suas controladas documentam o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia e suas controladas também documentam a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um instrumento é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do instrumento é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do instrumento reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do instrumento é reconhecida imediatamente no resultado.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em

períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge - política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A política aplicada às informações comparativas apresentadas para 2017 é similar àquela aplicada para 2018.

2.8 Contas a receber de clientes e títulos a receber

São demonstradas ao valor de realização, ajustados por provisão para perda constituída com base na avaliação da Administração quanto a eventuais perdas na realização de contas a receber, conforme abaixo discriminado:

As perdas esperadas de crédito são constituídas considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de *impairment*, e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro de 2018.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Os montantes a receber de clientes são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Para os saldos de títulos a receber relativos à venda de imóveis e equipamentos o tratamento é semelhante, aplicando-se ainda, o ajuste a valor presente para as parcelas de longo prazo.

2.9 Estoques

Os estoques dos produtos agrícolas são avaliados pelo valor realizável líquido. A Companhia e suas controladas constituem provisão para redução ao valor líquido de realização dos estoques.

Os demais estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor líquido de realização.

O custo dos estoques está baseado no princípio do custo médio e incluem gastos incorridos na aquisição e transportes. No caso de estoques de produtos acabados e estoques de produtos em elaboração, o custo inclui parte dos gastos gerais de fabricação, determinados com base na capacidade normal de operação.

2.10 Ativos não circulantes mantidos pra venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa.

Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

2.11 Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, a qual

requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.12 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da Companhia e das suas controladas estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e da provisão para baixa decorrente do teste de recuperação (*impairment*). São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados e ajustados, caso aplicável, ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para o exercício, corrente e comparativo, são as seguintes:

	2018	2017
Edificações e instalações	28	29
Máquinas e equipamentos	13	14
Veículos	11	11
Aeronaves	2	3
Móveis e utensílios	9	9
Correção de solo	3	2
Outros imobilizados	2	5

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, quaisquer ganhos ou perdas na baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.13 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

2.14 **Ágio**

O ágio (*goodwill*) resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

2.15 **Ativos intangíveis com vida útil definida**

Ativos intangíveis, com vida útil definida, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para o exercício, corrente e comparativo, para os direitos de uso de software são 5 anos.

2.16 **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis**

No final de cada exercício, a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma evidência de perda não recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O ágio é submetido anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução no seu valor recuperável. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.17 **Ativos biológicos**

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas correspondem, substancialmente, às culturas de algodão, soja e milho e são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

As lavouras de algodão, soja e milho são culturas temporárias, nas quais o produto agrícola é colhido após um período de tempo que varia de 110 a 180 dias após a data de plantio, dependendo da cultura, variedade, localização geográfica e condições climáticas. Essas lavouras são cultivadas pela Companhia com o objetivo de colher e comercializar o produto agrícola correspondente. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo desses ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 7.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com plantio e tratamentos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais

variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, quando aplicável, sendo registrado no resultado do período na rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas".

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso de lavouras plantadas a poucos dias do encerramento das demonstrações financeiras ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

2.18 Arrendamentos

(vi) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, a Companhia e suas controladas determinam se o contrato é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, separam-se os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a conclusão for para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia e suas controladas.

(vii) *Ativos arrendados*

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial individual e consolidado.

(viii) *Pagamentos de arrendamentos*

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

2.19 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as

incertezas relativas. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.20 Acordos de pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Qualquer mudança no valor justo do passivo é reconhecida no resultado como despesa de pessoal.

Os detalhes a respeito dos acordos de pagamentos baseados em ações com executivos da Companhia estão descritos na nota explicativa 29.

2.21 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas

controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser usados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.22 Outros passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.23 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita operacional é reconhecida quando há transferência do controle de bens e serviços prometidos aos clientes e mensurada em um montante que reflita a remuneração em que a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca desses bens. Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 47 / IFRS 15, as etapas desse novo processo compreendem: (i) identificação do contrato; (ii) identificação da obrigação de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação e; (v) reconhecimento da receita. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos (vide divulgação em nota explicativa 2.2), descontos e eliminações de receitas entre partes relacionadas.

Considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa, não há alterações substanciais introduzidas pela nova norma contábil, em comparação ao exercício anterior.

Assim, o momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda de grãos, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente ou retirado nas unidades produtoras da Companhia e suas controladas; entretanto, para exportações, a transferência ocorre mediante o carregamento de pluma de algodão e eventualmente do caroço de algodão no respectivo navio localizado no porto. Em casos esporádicos, a Companhia e suas controladas efetuam prestação de serviços de armazenagem de grãos e as receitas são reconhecidas na medida que os serviços são prestados.

2.24 Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na nota explicativa 26.

2.25 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial.

IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos de terras de terceiros com a finalidade de cultivo dos ativos biológicos, veículos e imóveis. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento durante o prazo do contrato, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros atuais da Companhia.

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. O Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme descrito abaixo.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento no valor aproximado de R\$ 170.000 a R\$ 190.000 em 1º de janeiro de 2019, na controladora e no consolidado. Esta avaliação está em andamento considerando a complexidade dos fatores envolvidos, que incluem a determinação

da taxa de desconto para trazer a valor presente os fluxos de caixa projetados (incluindo efeitos fiscais).

A Companhia espera que a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, conforme nota explicativa 17 (ii).

Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- a Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis e fiscais estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas e reconhecendo em 1º de janeiro de 2019.

Na transição, os passivos de arrendamento serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos e financiamentos. Os ativos de direito de uso serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- IFRIC 23 / ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas;

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS e;
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

3 Caixas e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Bancos em moeda nacional	1.211	105	8.811	132
Bancos em moeda estrangeira	21.749	4.572	21.749	4.572
Aplicações financeiras (i)	101	5.837	117	5.857
	<u>23.061</u>	<u>10.514</u>	<u>30.677</u>	<u>10.561</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são substancialmente representadas por certificados de depósito bancários e/ou compromissadas rentabilizadas em média a 99% a.a. dos certificados de depósito interbancário - CDI (89% a.a. em 31 de dezembro de 2017). A Companhia pode resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrições.

4 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Clientes em moeda nacional	3.398	7.442	3.744	7.638
Clientes em moeda estrangeira	13.684	5.099	13.684	5.099
	<u>17.082</u>	<u>12.541</u>	<u>17.428</u>	<u>12.737</u>
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	<u>(106)</u>	<u>(18)</u>	<u>(317)</u>	<u>(18)</u>
	<u>16.976</u>	<u>12.523</u>	<u>17.111</u>	<u>12.719</u>

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer:				
Até 30 dias	14.188	5.301	14.266	5.372
De 31 a 90 dias	1.356	158	1.428	211
De 91 a 180 dias	-	5.994	-	6.001
Acima de 180 dias	-	958	-	958
Mediante condições	-	112	-	112
Vencidos:				
Até 30 dias	1.449	-	1.449	65
De 31 a 180 dias	76	-	76	-
Acima de 180 dias	13	18	209	18
	<u>17.082</u>	<u>12.541</u>	<u>17.428</u>	<u>12.737</u>

A Administração mantém procedimentos de cobrança e acredita que não incorrerá em perdas

nestes clientes. Vide nota explicativa 22 (g) (i).

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	(18)	(18)	(18)	(18)
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9	(18)	-	(38)	-
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(817)	-	(1.025)	-
Reversão	747	-	764	-
Saldo final	<u>(106)</u>	<u>(18)</u>	<u>(317)</u>	<u>(18)</u>

5 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Por venda de ativo fixo	8.471	6.088	10.516	11.640
Por venda da fábrica de óleo	-	-	13.800	13.800
Por venda de unidades industriais	6.921	11.898	6.921	11.898
Subarrendamentos e confissões de dívidas	4.726	3.074	4.726	3.074
Crédito com parceiros agrícolas	618	1.060	618	1.060
Outros créditos	380	2.086	380	2.086
	<u>21.116</u>	<u>24.206</u>	<u>36.961</u>	<u>43.558</u>
(-) Ajuste a valor presente	(191)	(121)	(191)	(1.125)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	<u>(6.285)</u>	<u>(4.907)</u>	<u>(6.366)</u>	<u>(4.907)</u>
	<u>14.640</u>	<u>19.178</u>	<u>30.404</u>	<u>37.526</u>
Circulante	<u>4.814</u>	<u>7.839</u>	<u>20.571</u>	<u>26.187</u>
Não circulante	<u>9.826</u>	<u>11.339</u>	<u>9.833</u>	<u>11.339</u>

O *aging* dos títulos a receber é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer:				
Até 30 dias	214	179	219	179
De 31 a 90 dias	935	2.056	935	2.056
De 91 a 180 dias	1.393	2.652	1.395	4.277
De 181 a 360 dias	2.133	3.033	2.136	4.657
Acima de 360 dias	10.944	11.379	10.952	11.379
Mediante condições (i)	-	-	14.200	16.103
Vencidos:				
Até 30 dias	620	-	2.247	-
De 91 a 360 dias	-	101	-	101
Acima de 360 dias	4.877	4.806	4.877	4.806
	<u>21.116</u>	<u>24.206</u>	<u>36.961</u>	<u>43.558</u>

- (i) O montante será pago pelos compradores de ativo fixo e da fábrica de óleo após a Companhia comprovar a efetiva baixa de cédulas hipotecárias, previstas para o primeiro semestre de 2019.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de títulos a receber são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	(4.907)	(26.017)	(4.907)	(26.017)
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9	(1.792)	-	(1.889)	-
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(1.193)	(144)	(1.194)	(144)
Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas	1.607	20.304	1.624	20.304
Títulos a receber de contrapartes baixadas durante o exercício como incobráveis	-	950	-	950
Saldo final	<u>(6.285)</u>	<u>(4.907)</u>	<u>(6.366)</u>	<u>(4.907)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras despesas”.

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Produtos agrícolas				
Produtos agrícolas - custos de formação	72.180	61.706	72.196	61.737
Produtos agrícolas - ajustes ao valor justo e valor realizável líquido (i)	49.673	24.240	49.912	24.212
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	177.145	122.088	177.145	122.088
Embalagens, acondicionamento e peças de reposição	6.322	5.356	6.327	5.360
Adiantamentos a fornecedores	1.071	3.555	1.071	3.555
Gastos de manutenção nas entressafras	27.097	38.691	29.395	38.691
Outros estoques	4.511	4.125	4.513	4.128
(-) Provisão para <i>impairment</i> (ii)	<u>(724)</u>	<u>(704)</u>	<u>(724)</u>	<u>(704)</u>
	<u>337.275</u>	<u>259.057</u>	<u>339.835</u>	<u>259.067</u>

- (i) Esses valores contemplam um ganho de marcação ao valor justo dos produtos agrícolas enquanto valorizados como ativo biológico no montante de R\$ 92.547, na controladora e no consolidado (ganho de R\$ 34.864 em 31 de dezembro de 2017, na controladora e consolidado), e perdas de marcação ao valor realizável líquido enquanto valorizados como produto agrícola nos montantes de R\$ 42.873 na controladora e R\$ 42.635 no consolidado, respectivamente (perdas de R\$ 10.624 e 10.652 em 31 de dezembro de 2017, na controladora e no consolidado, respectivamente).
- (ii) Refere-se, substancialmente, a obsolescência de materiais no estoque que apresentam baixa expectativa de realização.

Em 31 de dezembro de 2018, 272.118 toneladas de produtos agrícolas, no montante aproximado de R\$ 120.692, estão cedidas em garantia a fornecedores de insumos agrícolas (em 31 de dezembro de 2017 - 27.128 toneladas, no montante aproximado de R\$ 100.145). O montante cedido em garantia inclui os saldos apresentados na rubrica de Ativos biológicos.

A movimentação da provisão para *impairment* é assim demonstrada:

	2018	2017
Saldo inicial	(704)	(583)
Adições	<u>(20)</u>	<u>(121)</u>
Saldo final	<u>(724)</u>	<u>(704)</u>

A despesa com a constituição das perdas estimadas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras despesas”.

7 Ativos biológicos

a. Movimentação - 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018

	Controladora e Consolidado				
	Algodão	Soja	Milho	Outras culturas	Total
Saldo dos ativos biológicos em 1º de janeiro de 2018					
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	-	35.454	-	-	35.454
Ativo biológico - custos de formação	-	167.016	-	214	167.230
	-	202.470	-	214	202.684
Aumento decorrente de plantio e tratamentos culturais	198.766	258.812	70.519	8.403	536.500
Redução decorrente da colheita	(185.113)	(248.052)	(70.519)	(8.310)	(511.994)
Varição do valor justo	-	(1.938)	-	-	(1.938)
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2018	<u>13.653</u>	<u>211.292</u>	<u>-</u>	<u>307</u>	<u>225.252</u>
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	-	33.516	-	-	33.516
Ativo biológico - custos de formação	13.653	177.776	-	307	191.736
	<u>13.653</u>	<u>211.292</u>	<u>-</u>	<u>307</u>	<u>225.252</u>

b. Movimentação - 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017

	Controladora e Consolidado				
	Algodão	Soja	Milho	Outras culturas	Total
Saldo dos ativos biológicos em 1º de janeiro de 2017					
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	-	13.826	-	-	13.826
Ativo biológico - custos de formação (i)	-	180.656	-	679	181.335
	-	194.482	-	679	195.161
Aumento decorrente de plantio e tratamentos culturais	156.368	244.120	98.742	2.967	502.197
Redução decorrente da colheita	(156.368)	(257.760)	(98.742)	(3.432)	(516.302)
Varição do valor justo	-	21.628	-	-	21.628
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>	<u>202.470</u>	<u>-</u>	<u>214</u>	<u>202.684</u>
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	-	35.454	-	-	35.454
Ativo biológico - custos de formação	-	167.016	-	214	167.230
	<u>-</u>	<u>202.470</u>	<u>-</u>	<u>214</u>	<u>202.684</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia explorava cerca de 94,6 mil hectares de terras cultiváveis (108,7 mil hectares em 31 de dezembro de 2017), entre terras próprias e de terceiros, localizadas no Estado de Mato Grosso e nelas são cultivadas culturas temporárias, com destaque para algodão, soja e milho.

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor de rentabilidade futura estimada, de acordo com o nível III – Abordagem de Receita estabelecido pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), para esses ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela Administração da Companhia.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

c. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

- (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para a soja e, (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível.
- (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita, (ii) custos com a Colheita, Carregamento e Transporte (CCT) e, (iii) custo de capital, incluindo o aluguel das terras e de máquinas e equipamentos.
- (iii) Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o valor justo dos ativos biológicos, que são registrados na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício.
- (iv) O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

d. Análise de sensibilidade

A Administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos.

As principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos são como segue:

Premissas da cultura de Soja	2018	2017
Área total estimada de colheita (ha)	91.063	100.653
Área total em estagio de marcação (ha)	51.641	71.394
Produtividade prevista em sacas/arrobos, líquido de parcerias agrícolas	59,54	56,71
Preços em US\$/saca	16,51	17,99
Cotação cambial (US\$ 1 / R\$)	3,87	3,31

A Administração entende que as premissas mais sensíveis às mudanças são a produtividade, o preço das *commodities* e as taxas de câmbio, e, nesse contexto, verificou se essas premissas fossem 10% maiores ou 10% menores em 31 de dezembro de 2018, a rubrica ativo biológico – ajuste a valor justo seria apresentada com R\$ 66.396 e 3.767, respectivamente.

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
PIS	11.411	8.845	13.479	14.237
COFINS	49.708	39.643	78.590	72.752
IRRF	2.252	8.366	7.273	11.793
CSLL	198	149	426	292
ICMS	4.276	4.305	4.298	4.356
Outros tributos	2.552	1.743	3.979	3.421
	70.397	63.051	108.045	106.851
Circulante	12.850	12.356	16.841	17.671
Não circulante	57.547	50.695	91.204	89.180

A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. possuem saldo de PIS e COFINS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, das saídas internas com benefício da suspensão e vendas destinadas ao mercado externo.

As realizações dos créditos ocorrem de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

Pedidos de restituição

Em junho de 2017, a Companhia e a controlada TS Brasil S.A. obtiveram medidas liminares favoráveis relativas aos pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 73.836. O pedido de ressarcimento solicita também a incidência da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - a partir da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento. Por falta de previsão legal, a Companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2018 a atualização pela taxa Selic no montante aproximado de R\$ 3.112 (em 31 de dezembro de 2017 – R\$ 1.898).

A Companhia e sua controlada TS Brasil S.A. apresentaram documentação suporte referente aos pedidos de ressarcimento e alguns destes se encontram em fase de revisão pelas autoridades fiscais. No final de 2017 e no primeiro trimestre de 2018, foram emitidos despachos decisórios parcialmente deferidos para monetização de R\$ 17.619, cuja previsão para recebimento ocorrerá após a concordância das autoridades fiscais para o afastamento da compensação de ofício com demais débitos tributários.

Adicionalmente, em dezembro de 2017 e março de 2018, houve indeferimento de alguns pedidos de ressarcimento pelas autoridades fiscais no montante aproximado de R\$ 58.969 mil. Foram protocoladas em 2018, manifestações de inconformidade no devido prazo legal e que

cujo prazo legal para julgamento é até 12 meses após o protocolo das manifestações de inconformidade pelas Delegacias de Julgamento (DRJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRFB”).

9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Refere-se substancialmente ao complexo algodoeiro de Roda Velha, localizado em São Desidério – Bahia. É composto por terreno, construções civis e máquinas de beneficiamento de algodão. O imóvel e o maquinário não se encontram em operação pela Companhia. Os ativos estão mensurados exclusivamente a custo histórico no montante de R\$ 2.925.

Em dezembro de 2018, a Companhia firmou contrato de venda no montante de R\$ 12.500 e o comprador deverá ser imitado na posse do imóvel em maio de 2019. Assim, nesta data, serão reconhecidos os efeitos contábeis da alienação dos ativos.

10 Tributos diferidos

A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. utilizam a sistemática do lucro real, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

a. Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Natureza por entidade legal				
Créditos tributários sobre:				
Prejuízos fiscais acumulados	224.344	212.864	270.570	270.570
Contribuição social sobre base negativa acumulada	80.763	76.630	97.404	97.404
Diferenças temporárias:				
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	-	-	-	10
Provisão para <i>impairment</i>	3.494	2.151	4.176	2.734
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	9.365	7.570	9.365	7.570
Ajuste a valor presente	3.705	41	3.705	383
Instrumentos financeiros derivativos	443	4.062	443	4.062
Provisão para perdas com tributos	3.214	3.214	3.260	3.260
<i>Hedge accounting</i> (i)	-	8.204	-	8.204
Outras provisões temporárias	2.222	1.477	2.738	2.046
	<u>327.550</u>	<u>316.213</u>	<u>391.661</u>	<u>396.243</u>
Débitos tributários sobre:				
Variação cambial (i)	-	(29.697)	-	(31.356)
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	(28.284)	(20.296)	(28.366)	(20.296)
Custo atribuído	(16.617)	(19.623)	(143.288)	(146.662)
Ajuste a valor presente	(2.446)	(98)	(2.446)	(98)
Amortização de ágio	(93.665)	(74.932)	(93.665)	(74.932)
	<u>(141.012)</u>	<u>(144.646)</u>	<u>(267.765)</u>	<u>(273.344)</u>
Total líquido	<u>186.538</u>	<u>171.567</u>	<u>123.896</u>	<u>122.899</u>
Créditos tributários, líquidos	186.538	171.567	186.538	171.567
Débitos tributários, líquidos	-	-	(62.642)	(48.668)

- (i) No exercício de 2018, a Companhia e a controlada TS Brasil S.A. optaram pela tributação da variação cambial pelo regime de competência, implicando na realização do passivo diferido mediante compensação com os créditos tributários diferidos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias dedutíveis entre as bases de cálculo desses tributos e os valores das demonstrações financeiras, apenas quando for provável que a Companhia e as controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social apurados até 31 de dezembro de 2018 não registrados são de R\$ 102.541 (R\$ 93.365 em 31 de dezembro de 2017), na controladora e no consolidado, em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada não há constituição de tributos diferidos ativos. Não há prescrição para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas.

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Em 2019	18.200	6%	34.100	9%
Em 2020	9.200	3%	27.499	7%
Em 2021	12.800	4%	31.799	9%
Em 2022	31.000	10%	40.669	11%
Em 2023	52.500	17%	52.500	14%
Em 2024	58.100	19%	58.100	16%
Em 2025	59.800	20%	59.800	16%
Em 2026	63.507	21%	63.507	18%
	305.107	100%	367.974	100%

b. Conciliação do crédito efetivo de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	19.701	(46.462)	33.715	(42.048)
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	(6.698)	15.797	(11.463)	14.296
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial	7.947	(275)	-	-
Despesas não dedutíveis	(7.162)	(7.753)	(8.520)	(7.880)
Tributos diferidos temporários:				
Crédito tributário não reconhecido sobre prejuízos fiscais	(9.176)	(24.798)	(9.176)	(24.798)
Crédito tributário constituído sobre prejuízos fiscais de exercícios anteriores	36.824	67.988	36.824	67.988
Apuração de tributos de controladas pelo lucro presumido	-	-	(78)	(156)
Outros	826	2.853	960	(52)
No resultado do exercício	<u>22.561</u>	<u>53.812</u>	<u>8.547</u>	<u>49.398</u>
Taxa efetiva	114,5%	(115,8%)	25,4%	(117,5%)

11 Partes relacionadas

a. Saldos

	Controladora	
	2018	2017
Ativo não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
Buriti Agrícola Ltda.	337	317
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	15	15
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
	<u>356</u>	<u>336</u>
Passivo circulante		
Arrendamentos a pagar		
TS Brasil S.A.	-	2.964
Contratos de mútuos (i)		
Maeda	-	6.712
TS Brasil S.A.	-	38.636
	<u>-</u>	<u>45.348</u>
	<u>-</u>	<u>48.312</u>

Passivo não circulante

Contratos de mútuos (i)

TS Brasil S.A.

	86.499	-
	86.499	-

- (i) No segundo trimestre, a Companhia e a controlada firmaram aditivo para renovação das operações de mútuo com vencimento para dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os mútuos foram atualizados com base em 100% do CDI.

b. Transações

As transações com partes relacionadas realizadas no exercício são como segue:

Operações	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Venda de mercadorias e produtos				
TS Brasil S.A.	-	2	-	-
Custo dos produtos vendidos				
TS Brasil S.A.	-	(2)	-	-
Compras de mercadorias e produtos				
TS Brasil S.A. (i)	(10.856)	(22.126)	-	-
Resultado com aluguéis e arrendamentos				
Bonsucex Holding S.A. (ii)	(21)	(40)	(21)	(40)
Maria Zilda Oliveira de Araújo (iii)	(376)	(424)	(376)	(424)
Resultado financeiro sobre saldos de mútuo				
Maeda	-	(3.001)	-	-
TS Brasil S.A.	(7.941)	(630)	-	-

- (i) Refere-se a aquisição de produtos agrícolas (soja e milho em grãos).

- (ii) Referia-se a aluguel de imóvel residencial destinado ao ex-diretor presidente da Companhia.

- (iii) Contrato de locação de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia, com vencimento em abril de 2020.

12 Investimentos (Controladora)

12.1 Composição dos investimentos

	Controladora	
	2018	2017
Investimentos	748.466	725.121
Mais-valia das terras	197.296	197.296
Intangíveis relacionados a contratos	-	3.698
Ágio	275.484	275.484
	1.221.246	1.201.599

12.2 Movimentação dos investimentos

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 (Controladora)

	Maeda	TS Brasil S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	258.086	943.513	1.201.599
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9	-	(78)	(78)
Incorporação de acervo líquido, incluindo alocação do ágio (i)	(258.994)	258.994	-
Efeito reflexo sobre ajustes de avaliação patrimonial	-	(179)	(179)
Resultado de equivalência patrimonial	927	22.675	23.602
Amortização de intangíveis relacionados a contratos	(19)	(3.679)	(3.698)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	1.221.246	1.221.246

(i) Vide divulgação da nota explicativa 1.2.

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 (Controladora)

	Maeda	Vanguarda do Brasil S.A.	Crateús Algodoeira S.A.	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	268.328	937.551	166	1.206.045
Resultado de equivalência patrimonial	(10.009)	9.676	(166)	(499)
Amortização de mais valia dos ativos líquidos	(233)	(3.714)	-	(3.947)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>258.086</u>	<u>943.513</u>	<u>-</u>	<u>1.201.599</u>

12.3 Informações sobre as investidas

31 de dezembro de 2018

Investida	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido / (PL negativo)	Receita líquida	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
TS Brasil S.A.	100,00%	823.528	75.062	748.466	43.603	22.675	22.675
Maeda	100,00%	-	-	-	-	927	927
Ecotrans Transporte Ltda.	99,99%	-	1.463	(1.463)	-	(34)	(34)
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%	-	518	(518)	-	(198)	(198)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%	-	2	(2)	-	-	-
Mocuri Agrícola Ltda.	99,99%	-	2	(2)	-	-	-
							<u>23.370</u>
				Resultado de equivalência patrimonial			23.602
				Provisão para perdas em investimentos			<u>(232)</u>

31 de dezembro de 2017

Investida	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido / (PL negativo)	Receita líquida	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
Vanguarda do Brasil S.A. (i)	100,00%	668.375	48.487	619.888	82.436	9.676	9.676
Maeda.	100,00%	116.853	11.620	105.233	12.018	(10.009)	(10.009)
Ecotrans Transporte Ltda. (ii)	99,99%	-	1.429	(1.429)	-	(48)	(48)
Buriti Agrícola Ltda. (ii)	100,00%	-	322	(322)	-	(260)	(260)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%	-	2	(2)	-	(168)	(168)
Mocuri Agrícola Ltda. (ii)	99,99%	-	2	(2)	-	-	-
							(809)
							(499)
							(310)

Os fluxos de caixa das controladas impactam as demonstrações financeiras consolidadas, substancialmente, pelo resultado do seu fluxo de caixa operacional, haja vista que as atividades de financiamento e investimento são representadas, em sua maioria, por repasses de recursos entre as partes.

Os saldos referentes a provisão para perdas em investimentos na Controladora estão assim demonstrados:

	<u>Controladora</u>	
	2018	2017
Buriti Agrícola Ltda.	518	320
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	<u>1.463</u>	<u>1.429</u>
	<u>1.985</u>	<u>1.753</u>

12.4 Ágio, mais valia e intangíveis sobre investimentos

	2017	Amortização	2018
Mais-valia das terras	197.296	-	197.296
Intangíveis relacionados a contratos	3.698	(3.698)	-
Ágio	<u>275.484</u>	<u>-</u>	<u>275.484</u>
	<u>476.478</u>	<u>(3.698)</u>	<u>472.780</u>

O ágio sobre investimentos é originário da aquisição da Maeda em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na TS Brasil S.A. - vide nota explicativa 1.2) e da Vanguarda Participações S.A. em 06 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013). Estes valores foram alocados com base em laudos de alocação de preço pago (“PPA”), emitidos por avaliadores independentes em 28 de março de 2011 e 3 de outubro de 2012, respectivamente. Adicionalmente, vide divulgação de ativo intangível na nota explicativa 15.

13 Propriedade para investimento

As propriedades são compostas por armazéns de grãos localizados em Rosário do Sul - RS, os quais não são utilizados pela Companhia e são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. Na data de aquisição em 30 de junho de 2017, o valor de custo dos ativos era de R\$ 8.113, conforme laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Este imóvel é objeto de garantia em discussão de causa tributária.

Em 2018, a Companhia contratou avaliadores externos e independentes para determinar o valor justo da propriedade para investimento, estimado em R\$ 4.717. Os valores recuperáveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso e uma perda por *impairment* no montante de R\$ 2.603 foi reconhecida em contrapartida de Outras receitas (despesas), líquidas, no resultado do exercício, resultando no alinhamento do valor contábil para seu valor recuperável (31 de dezembro de 2017 – R\$ 7.840).

Em 2018, a Companhia não obteve receitas de alugueis do imóvel supracitado e incorreu em despesas de depreciação no montante de R\$ 529 (em 31 de dezembro de 2017 – R\$ 273).

14 Imobilizado

14.1 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 (Controladora)

Custo	Saldo				Transferência para ativos mantidos p/venda	Saldo final
	inicial	Adições	Baixas	Transferências		
Terras para exploração	2.314	-	(46)	-	(182)	2.086
Edificações e instalações	55.028	28	(69)	330	(1.521)	53.796
Máquinas e equipamentos	323.040	321	(24.952)	3.110	(4.592)	296.927
Veículos	34.730	103	(7.153)	207	-	27.887
Aeronaves	14.175	-	-	-	-	14.175
Móveis e utensílios	10.293	165	(478)	29	(38)	9.971
Imobilizações em curso	1.148	13.371	(12)	(13.994)	-	513
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	556	1.198	(1.557)	(16)	-	181
Correção de solo	65.625	-	-	10.201	-	75.826
Outros imobilizados	4.189	-	(401)	133	-	3.921
Total	511.098	15.186	(34.668)	-	(6.333)	485.283

Terra Santa Agro S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018*

Depreciação acumulada	Saldo				Transferência para ativos mantidos p/venda	Saldo final
	inicial	Adições	Baixas	Transferências		
Edificações e instalações	(10.584)	(1.897)	20	-	322	(12.139)
Máquinas e equipamentos	(173.385)	(21.365)	18.436	-	3.058	(173.256)
Veículos	(18.254)	(1.604)	3.405	-	-	(16.453)
Aeronaves	(8.461)	(35)	-	-	-	(8.496)
Móveis e utensílios	(7.342)	(762)	387	-	28	(7.689)
Correção de solo	(48.530)	(7.172)	-	-	-	(55.702)
Outros imobilizados	<u>(2.317)</u>	<u>(294)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.611)</u>
Total	<u><u>(268.873)</u></u>	<u><u>(33.129)</u></u>	<u><u>22.248</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>3.408</u></u>	<u><u>(276.346)</u></u>

Saldo líquidos	2018	2017
Terras para exploração	2.086	2.314
Edificações e instalações	41.657	44.444
Máquinas e equipamentos	123.671	149.655
Veículos	11.434	16.476
Aeronaves	5.679	5.714
Móveis e utensílios	2.282	2.951
Imobilizações em curso	513	1.148
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	181	556
Correção de solo	20.124	17.095
Outros imobilizados	<u>1.310</u>	<u>1.872</u>
Total	<u><u>208.937</u></u>	<u><u>242.225</u></u>

Parcela da depreciação reconhecida no exercício está alocada nas rubricas de Ativos Biológicos e Estoques e serão realizadas mediante vendas no próximo exercício. A depreciação incluída nas demonstrações de fluxo de caixa e valor adicionado considera os valores incorridos no resultado do exercício, conforme demonstrado na nota explicativa 25 - Despesas por natureza.

14.2 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 (Controladora)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terras para exploração	2.314	-	-	-	2.314
Edificações e instalações	53.503	548	(35)	1.012	55.028
Máquinas e equipamentos	325.607	1.679	(7.595)	3.349	323.040
Veículos	35.227	-	(497)	-	34.730
Aeronaves	15.524	-	(1.349)	-	14.175
Móveis e utensílios	10.092	195	(73)	79	10.293
Imobilizações em curso	2.167	13.408	(9)	(14.418)	1.148
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	209	2.043	(1.309)	(387)	556
Correção de solo	55.815	-	-	9.810	65.625
Outros imobilizados	<u>3.665</u>	<u>-</u>	<u>(31)</u>	<u>555</u>	<u>4.189</u>
Total	<u><u>504.123</u></u>	<u><u>17.873</u></u>	<u><u>(10.898)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>511.098</u></u>

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	(8.753)	(1.834)	1	2	(10.584)
Máquinas e equipamentos	(160.034)	(18.837)	5.488	(2)	(173.385)
Veículos	(16.981)	(1.681)	408	-	(18.254)
Aeronaves	(7.987)	(1.334)	860	-	(8.461)
Móveis e utensílios	(6.516)	(880)	54	-	(7.342)
Correção de solo	(42.105)	(6.425)	-	-	(48.530)
Outros imobilizados	<u>(1.841)</u>	<u>(476)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.317)</u>
Total	<u><u>(244.217)</u></u>	<u><u>(31.467)</u></u>	<u><u>6.811</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(268.873)</u></u>

Saldo líquidos	2017	2016
Terras para exploração	2.314	2.314
Edificações e instalações	44.444	44.750
Máquinas e equipamentos	149.655	165.573
Veículos	16.476	18.246
Aeronaves	5.714	7.537
Móveis e utensílios	2.951	3.576
Imobilizações em curso	1.148	2.167
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	556	209
Correção de solo	17.095	13.710
Outros imobilizados	<u>1.872</u>	<u>1.824</u>
Total	<u><u>242.225</u></u>	<u><u>259.906</u></u>

14.3 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para ativos mantidos p/venda	Saldo final
Terras para exploração	786.993	-	(46)	-	(182)	786.765
Edificações e instalações	121.830	28	(107)	330	(1.521)	120.560
Máquinas e equipamentos	333.873	4.537	(24.952)	4.123	(4.592)	312.989
Veículos	34.742	103	(7.153)	207	-	27.899
Aeronaves	14.175	-	-	-	-	14.175
Móveis e utensílios	10.330	165	(478)	29	(38)	10.008
Imobilizações em curso	1.150	13.379	(12)	(14.004)	-	513
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	556	2.210	(1.557)	(1.028)	-	181
Correção de solo	110.133	-	-	10.201	-	120.334
Outros imobilizados	<u>5.490</u>	<u>-</u>	<u>(759)</u>	<u>142</u>	<u>-</u>	<u>4.873</u>
Total	<u><u>1.419.272</u></u>	<u><u>20.422</u></u>	<u><u>(35.064)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(6.333)</u></u>	<u><u>1.398.297</u></u>

Terra Santa Agro S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018*

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para ativos mantidos p/venda	Saldo final
Edificações e instalações	(23.169)	(3.658)	45	-	322	(26.460)
Máquinas e equipamentos	(174.771)	(22.231)	18.436	-	3.058	(175.508)
Veículos	(18.257)	(1.606)	3.405	-	-	(16.458)
Aeronaves	(8.461)	(35)	-	-	-	(8.496)
Móveis e utensílios	(7.356)	(767)	387	-	28	(7.708)
Correção de solo	(92.136)	(8.075)	-	-	-	(100.211)
Outros imobilizados	(2.320)	(294)	-	-	-	(2.614)
Total	(326.470)	(36.666)	22.273	-	3.408	(337.455)

Saldo líquidos	2018	2017
Terras para exploração	786.765	786.993
Edificações e instalações	94.100	98.661
Máquinas e equipamentos	137.481	159.102
Veículos	11.441	16.485
Aeronaves	5.679	5.714
Móveis e utensílios	2.300	2.974
Imobilizações em curso	513	1.150
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	181	556
Correção de solo	20.123	17.997
Outros imobilizados	2.259	3.170
Total	1.060.842	1.092.802

Parcela da depreciação reconhecida no exercício está alocada nas rubricas de Ativos Biológicos e Estoques e serão realizadas mediante vendas no próximo exercício. A depreciação incluída nas demonstrações de fluxo de caixa e valor adicionado considera os valores incorridos no resultado do exercício, conforme demonstrado na nota explicativa 25 - Despesas por natureza.

14.4 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terras para exploração	786.993	-	-	-	786.993
Edificações e instalações	120.725	783	(698)	1.020	121.830
Máquinas e equipamentos	335.969	2.175	(7.650)	3.379	333.873
Veículos	35.239	-	(497)	-	34.742
Aeronaves	15.524	-	(1.349)	-	14.175
Móveis e utensílios	10.130	199	(79)	80	10.330
Imobilizações em curso	2.198	13.409	(9)	(14.448)	1.150
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	209	2.052	(1.309)	(396)	556
Correção de solo	100.323	-	-	9.810	110.133
Outros imobilizados	4.966	-	(31)	555	5.490
Total	1.412.276	18.618	(11.622)	-	1.419.272

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	(19.824)	(3.549)	206	(2)	(23.169)
Máquinas e equipamentos	(160.766)	(19.496)	5.489	2	(174.771)
Veículos	(16.982)	(1.683)	408	-	(18.257)
Aeronaves	(7.987)	(1.334)	860	-	(8.461)
Móveis e utensílios	(6.527)	(885)	56	-	(7.356)
Correção de solo	(83.798)	(8.338)	-	-	(92.136)
Outros imobilizados	(1.844)	(476)	-	-	(2.320)
Total	(297.728)	(35.761)	7.019	-	(326.470)

Saldo líquidos	2017	2016
Terras para exploração	786.993	786.993
Edificações e instalações	98.661	100.901
Máquinas e equipamentos	159.102	175.203
Veículos	16.485	18.257
Aeronaves	5.714	7.537
Móveis e utensílios	2.974	3.603
Imobilizações em curso	1.150	2.198
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	556	209
Correção de solo	17.997	16.525
Outros imobilizados	3.170	3.121
Total	1.092.802	1.114.547

14.5 Imobilizado dado em garantia

Em 31 de dezembro de 2018 os empréstimos e financiamentos estão garantidos por terras nos montantes totais de R\$ 615.801 (31 de dezembro de 2017 – 632.862).

15 Intangível

a. Controladora

	2018		2017	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso de <i>softwares</i>	5.615	(4.791)	824	1.069
Outros intangíveis	174	-	174	174
	5.789	(4.791)	998	1.243

b. Consolidado

	2018		2017	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Contratos de arrendamento de terras	50.137	(50.137)	-	3.698
Direitos de uso de <i>softwares</i>	5.620	(4.795)	825	1.071
Outros intangíveis	174	-	174	174
Ágio - Consolidado (<i>goodwill</i>)	275.484	-	275.484	275.484
	331.415	(54.932)	276.483	280.427

c. Movimentação do Intangível de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	1.243	1.364	280.427	284.496
Adições	155	337	159	342
(-) Amortização	(400)	(458)	(405)	(464)
(-) Amortização de intangíveis relacionados a contratos	-	-	(3.698)	(3.947)
(=) Saldo final	998	1.243	276.483	280.427

d. Teste dos ágios para verificação de *impairment*

O ágio é alocado ao segmento agrícola, que é considerado pela Administração da Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). O valor recuperável dessa UGC é determinado com base em um modelo de cálculo híbrido, que considera o valor em uso dos ativos, exceto as terras que são consideradas pelo seu valor de venda e que oneram o fluxo de caixa descontado pelo seu custo de arrendamento.

O valor de venda das terras foi determinado com base em laudo de avaliação de especialista independente contratado pela Administração da Companhia. O valor em uso é determinado por modelos de fluxos de caixa descontados a valor presente, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseados em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos, considerando as informações disponíveis no momento do cálculo. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram estimadas pela Administração, com base em informações de mercado e dados internos, e consideram:

- **volumes de vendas** - a melhor estimativa da Administração, com base no desempenho passado, nas expectativas para o desenvolvimento do mercado, nas atuais tendências do setor, e as previsões de inflação para o longo prazo.
- **preços de venda** - determinado com base na projeção dos preços das *commodities* de acordo com o plano de negócios da Companhia para o ano de 2018, aprovado pelo Conselho de Administração, atualizado de acordo com os contratos de vendas firmados e com os valores de mercado atuais. Nos anos seguintes, a atualização dos preços ocorreu de acordo com a projeção de mercado (CBOT e NYSE) e preço inflacionado pela expectativa de inflação americana (CPI).
- **taxas de crescimento** - metas de inflação para o mercado nacional e norte-americano.
- **taxa de câmbio** - curva de dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- **margem bruta** - a margem média atual aplicada sobre a receita estimada, considerando o *mix* de vendas e a expectativa de aumento de custos futuros das lavouras.
- **Outros custos operacionais** - representados pelos custos fixos, estimados com base na estrutura atual dos negócios, ajustados pelos aumentos inflacionários, sem considerar reestruturações

futuras ou medidas de economias de custo.

- **Taxa de desconto** - estimada em 10,93 % ao ano (10,20% ao ano em 31 de dezembro de 2017), depois dos impostos, que considera, entre outras variáveis, a estrutura de capital da Companhia e o custo de capital próprio e de terceiros.

Como resultado dos testes efetuados, a Administração avaliou não ser necessário constituir provisão para *impairment* do ágio.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade para uma mudança simultânea nas entradas principais com base em premissas razoavelmente possíveis não revelou qualquer cenário provável, segundo a qual o valor recuperável seria inferior a seu valor contábil. Dessa forma os resultados dos testes para os exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017 não levaram ao reconhecimento de perdas por valores recuperáveis nestes ativos.

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
De insumos agrícolas				
Em moeda estrangeira	146.590	127.368	146.590	127.368
(-) Ajuste a valor presente	(6.958)	(5.811)	(6.958)	(5.811)
Em moeda nacional	44.376	19.498	44.376	19.498
(-) Ajuste a valor presente	(237)	(278)	(237)	(278)
Diversos - em moeda nacional	8.689	10.163	8.690	10.302
	192.460	150.940	192.461	151.079

A Companhia efetua o cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre a compra dos insumos com prazo de pagamento superior a 90 dias, utilizando a taxa média de 7,5% a.a. (2017 - 7,31% a.a.) para os fornecedores de insumos agrícolas, que a Administração entende ser o custo financeiro médio das suas operações com fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos em moeda estrangeira, Controladora e Consolidado, totalizam a US\$ 36.286 mil (em 31 de dezembro de 2017 - US\$ 38.503 mil, Controladora e Consolidado).

17 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Indexador	Custo médio ponderado		Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
Moeda Nacional							
Aquisição de Imobilizado	R\$	4,07% a.a.	4,27% a.a.	13.059	21.150	13.059	21.150
Crédito à Exportação	R\$	12,82% a.a.	12,56% a.a.	65.506	8.255	65.506	8.255
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	12,38% a.a.	11,49% a.a.	52.397	36.402	52.397	38.818
		<u>11,77% a.a.</u>	<u>9,38% a.a.</u>	<u>130.962</u>	<u>65.807</u>	<u>130.962</u>	<u>68.223</u>
Moeda Estrangeira							
Aquisição de Imobilizado	US\$ + Libor 6	7,88% a.a.	6,84% a.a.	3.741	6.457	7.890	6.457
Crédito à Exportação	US\$ + Libor 6	8,32% a.a.	7,33% a.a.	743.903	717.016	743.903	717.016
		<u>8,32% a.a.</u>	<u>7,33% a.a.</u>	<u>747.644</u>	<u>723.473</u>	<u>751.793</u>	<u>723.473</u>
Total		<u>8,83% a.a.</u>	<u>7,50% a.a.</u>	<u>878.606</u>	<u>789.280</u>	<u>882.755</u>	<u>791.696</u>
Circulante				<u>318.694</u>	<u>227.673</u>	<u>319.781</u>	<u>230.089</u>
Não Circulante				<u>559.912</u>	<u>561.607</u>	<u>562.974</u>	<u>561.607</u>

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima, substancialmente, dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante no consolidado estão demonstrados como segue:

Modalidade	Saldo contábil	2020	2021	2022	2023 a 2025
Moeda Nacional					
Aquisição de Imobilizado	5.797	1.879	1.462	1.391	1.065
Crédito à Exportação	12.000	12.000	-	-	-
Crédito Rural, Custeio e Projeto	<u>14.584</u>	<u>1.750</u>	<u>12.834</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>32.381</u>	<u>15.629</u>	<u>14.296</u>	<u>1.391</u>	<u>1.065</u>
Moeda Estrangeira					
Aquisição de Imobilizado	3.063	1.021	1.021	1.021	-
Crédito à Exportação	<u>527.530</u>	<u>103.081</u>	<u>73.621</u>	<u>153.376</u>	<u>197.452</u>
	<u>530.593</u>	<u>104.102</u>	<u>74.642</u>	<u>154.397</u>	<u>197.452</u>
Total	<u><u>562.974</u></u>	<u><u>119.731</u></u>	<u><u>88.938</u></u>	<u><u>155.788</u></u>	<u><u>198.517</u></u>

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento (consolidado):

	Empréstimos e financiamentos	NDF	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2018	791.696	11.947	803.643
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(33.395)	(3.215)	(36.610)
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	268.823	-	268.823
(-) Amortização de empréstimos e financiamentos	(300.647)	-	(300.647)
(-) Pagamentos de custos de captação	(1.571)	-	(1.571)
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos pagos	-	(3.215)	(3.215)
Outras variações	124.454	(7.428)	117.026
(+) Atualizações juros	70.405	-	70.405
(-) Amortizações juros	(70.970)	-	(70.970)
(+/-) Ajustes MTM	-	(7.428)	(7.428)
(+/-) Atualizações variação cambial	121.849	-	121.849
(-) Custos de captação apropriado como despesa	3.170	-	3.170
Saldos em 31 de dezembro de 2018	882.755	1.304	884.059

No último trimestre de 2018, a Companhia concluiu a negociação para o alongamento do prazo de pagamento de seu passivo bancário com o Itaú Unibanco S.A., envolvendo parte da dívida de curto prazo e parte da dívida estrutural, equivalente a US\$ 85,1 milhões (equivalente a R\$ 333,0 milhões), que foi alongada para um prazo de 7 anos e sem alteração material no custo da dívida da Companhia, sujeito a condições precedentes.

(i) Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, aval, fiança, fiel depositário, hipoteca, nota promissória e penhor rural. Em relação as modalidades hipoteca e alienação fiduciária de bens imóveis, as terras estão registradas no patrimônio e de suas controladas conforme nota explicativa 14.

Adicionalmente, a integralidade das ações da controlada TS Brasil S.A. foram concedidas em penhor para os bancos Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”) e Bradesco S.A. (“Bradesco”) Atualmente, essa controlada possui como principal ativo terras que estão sendo cultivadas pela Companhia e, esses ativos estão em grande parte já concedidos em hipoteca aos mesmos credores ou outros bancos.

(ii) Covenants e Outros compromissos

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívidas. A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os *covenants* dos empréstimos junto aos bancos Bradesco, Santander (Brasil) S.A. (“Santander”) e Banco do Brasil S.A. não foram atendidos mas foram obtidos os *waiver* até o encerramento do exercício. Excepcionalmente, para o exercício findo nesta data, os *waiver* obtidos permitiram a classificação dos saldos observando os vencimentos contratuais, conforme condições abaixo:

- a) Bradesco e Banco do Brasil:
Limite para relação de até 6,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
- b) Santander:
Limite para relação de até 6,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
Relação de liquidez corrente seja inferior a 1,1 vezes;
Relação de patrimônio líquido sobre ativo total inferior a 0,50 vezes.

Para os períodos a se iniciarem após 1º de janeiro de 2019, os contratos celebrados possuem *covenants* financeiros padronizados, conforme segue:

- a) Itaú Unibanco:
Limite para relação de 5,6 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- b) Bradesco e Banco do Brasil:
Limite para relação de 4,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- c) Santander:
Limite para relação de 3,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;

Manutenção de liquidez corrente superior a 1,1 vezes para todos os períodos
Manutenção de relação de patrimônio líquido sobre ativo total superior a 0,50 vezes.

No âmbito dos contratos de financiamentos firmados junto aos bancos Itaú e Bradesco, a Companhia possui um incentivo a liquidação antecipada, através da criação de um *fee letter* (despesa) crescente previsto nos contratos pela ausência de liquidação antecipada dos contratos, ou seja, esse valor iniciou com saldo zero e crescerá gradativamente até 2022 (Bradesco) e 2025 (Itaú), quando atingirá o montante de US\$ 15.136 mil, equivalentes a R\$ 58.649. Os valores da tabela abaixo somente serão devidos quando da ausência de liquidação antecipada da dívida, ou ao final da mesma.

Período	Itaú	Bradesco	Total
15/06/2019	876	574	1.450
15/12/2019	806	528	1.334
15/06/2020	273	488	761
15/12/2020	655	667	1.322
15/06/2021	651	789	1.440
15/12/2021	655	1.027	1.682
15/06/2022	651	861	1.512
15/12/2022	655	1.058	1.713
15/06/2023	651	-	651
15/12/2023	655	-	655
15/06/2024	655	-	655
15/12/2024	655	-	655
15/06/2025	651	-	651
15/12/2025	655	-	655
	9.144	5.992	15.136

(*) dólares norte-americanos.

A Companhia possui a intenção de efetuar a liquidação antecipada da dívida, conforme seu plano de capitalização cujos esforços encontram-se em andamento e observou esta premissa para cálculo da taxa efetiva do *fee letter*. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem provisionado o montante de R\$ 2.698 (em 31 de dezembro de 2017 – R\$ 1.380).

18 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Clientes nacionais	4.820	1.614	6.880	1.803
Clientes estrangeiros	139.815	141.320	139.815	141.320
	144.635	142.934	146.695	143.123

Em 31 de dezembro de 2018, os valores da Controladora e do Consolidado, em moeda estrangeira, correspondem a US\$ 36.083 mil (em 31 de dezembro de 2017 - US\$ 42.721 mil, Controladora e Consolidado).

A Companhia possui adiantamentos que correspondem a R\$ 97.382 sobre os quais incidem taxas de juros entre 8,5% a 10% a.a. (em 31 de dezembro de 2017 – R\$ 89.950 incidem taxas de juros entre 8,5% a 10% a.a.).

19 Tributos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	-	-	-	268
PRT	99	759	3.492	6.607
Previdenciário (i)	24.046	8.903	24.615	8.904
Outros	-	-	501	28
	<u>24.145</u>	<u>9.662</u>	<u>28.608</u>	<u>15.807</u>
Circulante	<u>5.322</u>	<u>2.355</u>	<u>6.943</u>	<u>5.642</u>
Não circulante	<u>18.823</u>	<u>7.307</u>	<u>21.665</u>	<u>10.165</u>

- (i) Em dezembro de 2018, a Companhia e a controlada TS Brasil S.A. efetuaram o parcelamento de débitos previdenciários originários da comercialização de produtos agrícolas no momento de R\$ 16.594 mil e R\$ 588 mil respectivamente.

20 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

Causas	Consolidado					
	2018			2017		
	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	9.097	(2.553)	6.544	9.796	(2.286)	7.510
Tributárias	9.660	-	9.660	6.651	-	6.651
Cíveis	<u>8.788</u>	<u>(362)</u>	<u>8.426</u>	<u>5.819</u>	<u>(362)</u>	<u>5.457</u>
Total	<u>27.545</u>	<u>(2.915)</u>	<u>24.630</u>	<u>22.266</u>	<u>(2.648)</u>	<u>19.618</u>
Depósitos judiciais (ativo não circulante)			<u>21.998</u>			<u>20.223</u>

20.1 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são representados substancialmente por uma ação proposta pela controlada TS Brasil S.A. no exercício de 2011, que visa à declaração do direito de preferência para a aquisição de imóvel rural, objeto de contrato de arrendamento anterior e sua consequente adjudicação. A sentença de primeiro grau julgou improcedente a ação.

Em agosto de 2013, os autores interpuseram recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento, mantendo-se a improcedência, mas reduzindo o valor da condenação. Foram opostos embargos de declaração pelos autores e apelados, os quais foram rejeitados. Em continuidade foi interposto recurso especial pelos autores apelantes e outro pelos réus apelados, sendo aquele admitido e este inadmitido na origem.

Os réus interpuseram recurso de agravo em face da decisão que negou seguimento ao seu recurso especial e os autores interpuseram medida cautelar para antecipar os efeitos do recurso especial admitido. A parte autora peticionou informando o depósito do valor destinando à caução, sendo deferida liminar para conferir efeito suspensivo ao recurso especial e assegurar a posse do imóvel litigado até julgamento do referido recurso. Em continuidade, com base na cautela, análise dos cenários possíveis e o constante no voto do Desembargador, os autores entenderam por realizar em julho de 2017, o depósito complementar de R\$ 11.558 para eliminar eventual obstáculo ao reconhecimento do direito de preferência da TS Brasil S.A. na aquisição do imóvel litigado. Processo em fase recursal no STJ, sob o nº 1.578.771/MT, não proveu o recurso da TS Brasil S.A., por unanimidade, por entender que a análise das questões demandaria revolvimento de matéria fática. A TS Brasil S.A. opôs embargos de declaração com pedido de efeito suspensivo, tendo este sido negado (efeito suspensivo), por entender o ministro que a liminar de manutenção de posse concedida na ação cautelar segue vigente até trânsito em julgado do recurso especial. Os embargos aguardam julgamento.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor contábil atualizado do depósito judicial supracitado é de R\$ 18.160 (R\$ 17.363 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para os quais não mantêm provisão para contingências nos montantes totais de R\$ 3.508 (controladora) e R\$ 21.998 (consolidado), respectivamente (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 2.725 e R\$ 20.223, respectivamente).

20.2 Movimentação das provisões cuja perda estimada é provável, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 (Consolidado)

Causas	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	7.510	6.651	5.457	19.618
Novos processos e complementos	1.964	1.307	453	3.724
Pagamentos no exercício	(2.799)	-	(65)	(2.864)
Depósitos judiciais relacionados	(267)	-	-	(267)
Encargos financeiros no exercício	136	1.702	2.581	4.419
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>6.544</u>	<u>9.660</u>	<u>8.426</u>	<u>24.630</u>

20.3 Movimentação das provisões cuja perda estimada é provável, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 (Consolidado)

Causas	Consolidado				Total
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Tributos sub-judice	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8.246	2.630	4.839	4.080	19.795
Novos processos e complementos	1.297	4.738	1.177	-	7.212
Baixas no exercício	(1.988)	(4.953)	(559)	-	(7.500)
Depósitos judiciais relacionados	(48)	-	-	-	(48)
Encargos financeiros no exercício	3	-	-	156	159
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>7.510</u>	<u>2.415</u>	<u>5.457</u>	<u>4.236</u>	<u>19.618</u>

20.4 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas demonstrações financeiras:

Causas	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Tributárias	113.824	63.501
Trabalhistas	16.206	16.303
Cíveis	49.327	54.640
	<u>179.357</u>	<u>134.444</u>

a. Tributárias

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se a pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativo; supostos recolhimentos a menor de percentual de diferencial de alíquota em operações estaduais; aproveitamento de créditos de ICMS indevidamente, referentes à compra de energia elétrica; indeferimentos de pedidos de compensação de créditos de IPI; ausência de declaração de valores referentes a contribuições em guias de recolhimento de FGTS e informações à Previdência Social (GFIP); supostos recolhimentos inferiores ao devido de contribuição previdenciária da agroindústria (SENAR); declarações de indêbitos de IRPJ e CSLL; suposta falta de recolhimento do IRRF sobre ganho de capital auferido sobre pessoas jurídicas em operação de incorporação de ações da Maeda S.A. pela Companhia; autos de infrações de cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre a receita bruta proveniente das exportações da produção rural de algodão e soja através de *tradings* e manifestações de inconformidade referentes a Pedidos Eletrônicos de Ressarcimento (PER) e Declarações de Compensação (DCOMP) para compensações de créditos presumidos de IPI.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam como perda possível em razão da jurisprudência dos tribunais regionais e superiores ainda não estar pacificada quanto aos temas, da pouca especificidade de algumas teses de defesa e em alguns casos, poucos julgados sobre a matéria em discussão, além de precedência de *leading cases* de casos semelhantes com decisões controvertidas.

O aumento observado no passivo contingente deve-se substancialmente ao contingenciamento de novos processos administrativos tributários, individualmente não relevantes, e atualização monetária de processos já existentes.

b. Trabalhistas

As reclamatórias trabalhistas com perda classificada como possível cingem-se basicamente a pedidos relativos a acidentes de trabalho e/ou decorrente das atividades laborais; indenizações por danos materiais e morais em razão de tais fatos; adicionais de insalubridade; reversão de justa causa; horas extraordinárias e reflexos; indenização por estabilidade provisória; responsabilidade solidária em razão de terceirização de serviços; reflexos no 13º salário, férias e outras verbas; e contribuições ao INSS e FGTS.

Tratam-se de reclamatórias usualmente promovidas por ex-colaboradores, pleiteando as verbas e direitos supostamente sonegados pela Companhia no interregno do vínculo de trabalho.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as mesmas como possíveis em razão da existência de vasta documentação comprovando o correto pagamento das verbas; além da existência de documentos comprovando a real jornada de trabalho (cartão de ponto); entrega de equipamentos de proteção individual (EPI); treinamentos e orientações de segurança; exames médicos; investigações de acidentes e eventuais desvios de condutas dos colaboradores para aplicação de demissão por justa causa, além de outros documentos referentes ao contrato de trabalho.

c. Cíveis

As ações judiciais cíveis com perda classificada como possível apresentam pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito, execução decorrente de auto de infração ambiental e ação civil pública decorrentes de supostos danos causados ao meio ambiente.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as ações cíveis como possíveis por conta da existência de documentos e outros meios de provas aptos a comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos dos autores, além de precedentes jurisprudenciais.

A redução observada no passivo contingente deve-se substancialmente a revisão de prognóstico da causa abaixo mencionada, parcialmente equalizada pelo contingenciamento de novos processos cíveis, individualmente não relevantes, e atualização monetária de processos já existentes.

FWA Empreendimentos e Participações S.A.

No terceiro trimestre de 2017, a FWA Empreendimentos e Participações S.A. (“FWA”), ajuizou ação de Rescisão Contratual com pedido de Antecipação de Tutela que tem por objetivo a rescisão do contrato de Compra e Venda de Bens Imóveis e suas benfeitorias, firmado na data de 30 de setembro de 2014 com a Companhia, e por consequência, a rescisão do termo aditivo ao arrendamento e a devolução de caminhões que constituíram a forma de pagamento. Em sede de primeiro grau foi parcialmente deferida a antecipação de tutela em favor da parte autora no sentido de suspender os atos de plantio sobre a área arrendada para a safra 2017/2018, ao que foi interposto agravo de instrumento no Tribunal de Justiça pela parte Companhia para anular a decisão, visto que já fora efetuado o plantio em aproximadamente 70% da área arrendada litigada e já haviam sido adquiridos os insumos para o plantio do restante da área. O agravo de instrumento foi julgado improcedente, mantendo-se a decisão do juízo de primeiro grau. Diante da manutenção da decisão foi interposto agravo regimental para que o Tribunal, em retratação, permitisse o plantio nos 30% de área remanescente, tendo em vista os irreparáveis prejuízos que seriam aferidos pela Companhia caso a decisão se mantivesse. O agravo regimental teve parcial provimento, permitindo à Companhia finalizar o plantio de soja no restante da área litigada. A FWA apresentou agravo interno contra a decisão que concedeu o direito de plantio na área restante, sendo o mesmo parcialmente provido para limitar o plantio a safra de soja. Em novo agravo interposto pela FWA, houve decisão que determinou a desocupação dos imóveis pela Companhia no prazo de 30 (trinta) dias. A Companhia interpôs agravo interno visando a revogação da ordem de desocupação, que restou desprovido. Em razão desta decisão, foram interpostos embargos de declaração, que aguardam julgamento. Quanto ao processo principal, em trâmite na Comarca de Nova Mutum - MT, já foi realizada audiência de conciliação e especificação de provas a serem produzidas. Aguardando contrarrazões aos embargos de declaração.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado na rubrica de “Outros ativos no ativo não circulante” o valor de R\$ 14.275 referente a adiantamentos realizados sobre o contrato de arrendamento mencionado, montante esse que poderia ser considerado não realizável somente em eventual decisão desfavorável.

Com base no entendimento dos consultores externos a Companhia avalia que na hipótese de derrota no referido processo a condenação será fixada em R\$ 7.654 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 47.417).

20.5 Outras informações

As demais ações consideradas relevantes pela Administração da Companhia são:

a. Reclamações trabalhistas

Em 17 de março de 2009, a Companhia foi notificada da existência da demanda pelo descumprimento de cláusula contratual com M. C. de M. (cláusula penal) e pedido indenizatório em razão de suposta estabilidade. A ação foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias e ainda está pendente de julgamento de Agravo Regimental junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). O Reclamante deu início a execução provisória da sentença, sendo que na data de 15 de setembro de 2015 foi expedida Carta Precatória para o município de Nova Mutum para penhora dos bens imóveis oferecidos em garantia pela Companhia. O valor atualizado da condenação é de R\$ 20.247 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 17.512), dos quais a Companhia provisiona o montante de R\$ 5.310 em 31 de dezembro de 2018 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 4.789), sendo que o restante do valor atualizado da condenação de R\$ 14.937, é considerado possível pela Companhia e seus advogados em razão da possibilidade de redução do valor atualizado da cláusula penal (de R\$ 5.000 para R\$ 1.000, em valores originais).

b. Ação cível - Construrio Ltda.

Trata-se de ação de reintegração de posse cumulada com perdas e danos movida pela Construrio Ltda. em face de ex-investidor da Companhia (Processo no 1031/2006/2ª Vara/Comarca de Nova Mutum). Nesta ação foi proferida sentença, que após a oposição de embargos de declaração, rejeitado pelo juiz, foi publicada em 1º de fevereiro de 2012, julgando procedentes os pedidos para: (i) determinar a reintegração na posse da Construrio Ltda.; e (ii) condenar o réu ao pagamento de indenização pelo período de utilização da posse, devendo o quantum indenizatório ser apurado em liquidação de sentença. Foi interposto recurso de apelação, que foi recebido e julgado improcedente. Interpusemos Recurso Especial (REsp), ao qual foi negado seguimento. Em razão da decisão que negou seguimento ao REsp, foi interposto Agravo Regimental, também improvido. Por fim, foi interposto recurso de embargos de declaração, que foi julgado improcedente e a ação transitou em julgado. A execução definitiva da sentença está em trâmite e o autor já foi reintegrado na posse do imóvel. Está pendente apenas a apuração do valor da indenização pelo uso da terra. A possibilidade de perda é provável no montante de R\$ 7.426, o qual está provisionado em 31 de dezembro de 2018 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 5.000).

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social era representado por 17.914 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no montante de R\$ 2.728.353. Adicionalmente, a Companhia possui R\$ 20.851 de gastos com emissão de ações, referente ao processo de abertura de capital, como conta redutora do capital.

As ações de emissão da Companhia são exclusivamente ordinárias e têm a forma nominativa, escritural e sem valor nominal.

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

b. Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação:

- 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.
- 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, o mesmo ficará à disposição da Assembleia para destinação.

22 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

b. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio, que inclui capital e reservas e o capital de terceiros.

A Administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de *covenants* das operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 17 (ii)). Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

c. Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros, estão divulgados na nota explicativa 2.

d. Categoria de instrumentos financeiros

	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	Controladora		Consolidado	
			2018	2017	2018	2017
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	23.061	10.514	30.677	10.561
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	-	466	-	710
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	2.647	-	2.647	-
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	16.976	12.523	17.111	12.719
Títulos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	14.640	19.178	30.404	37.526
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	17.213	15.579	16.868	15.251
			<u>74.537</u>	<u>58.260</u>	<u>97.707</u>	<u>76.767</u>

Passivo						
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	192.460	150.940	192.461	151.079
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado	878.606	789.280	882.755	791.696
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	3.951	11.947	3.951	11.947
Dívida com a União - PESA	Outros passivos	Custo amortizado	-	2.923	-	2.923
Títulos a pagar	Outros passivos	Custo amortizado	8.857	7.224	10.385	9.121
Mútuos	Outros passivos	Custo amortizado	86.499	45.348	-	-
			<u>1.170.373</u>	<u>1.007.662</u>	<u>1.089.552</u>	<u>966.766</u>

Em função das operações da Companhia apresentarem natureza comercial e atenderem ao critério de somente principal mais juros, foram classificadas ao “custo amortizado”.

e. Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, dívida com a União - PESA, títulos a pagar e mútuos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o Pronunciamento Técnico CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Para os contratos de câmbio a termo, o valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.

Em 31 de dezembro de 2018, os instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado estão classificados no nível 2 nos montantes de R\$ 2.647 (ativo circulante) e 3.951 (passivo circulante), respectivamente (em 31 de dezembro de 2017, passivo de R\$ 11.947).

f. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, nessa nota explicativa.

g. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração, assessorado pelo Conselho Fiscal, bem como pelo Comitê Estratégico Financeiro tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Os riscos operacionais da Companhia são constantemente avaliados pela auditoria interna, a qual se reporta diretamente ao Conselho Fiscal, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela auditoria interna.

Do ponto de vista dos riscos financeiros, foi criado o Comitê Operacional de Riscos, órgão não estatutário e composto pela diretoria da Companhia, com o objetivo de monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as *commodities* agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

A Administração mantém procedimentos de cobrança de clientes, conforme segue:

- (a) Créditos vencidos acima de 30 (trinta) dias: Efetuar notificação extrajudicial, informando antecipadamente a contraparte quanto a inclusão nos cadastros de restrição ao crédito.
- (b) Cadastramento em órgão de restrição ao crédito: A contraparte será incluída no cadastro de restrição ao crédito após 30 dias decorridos da confirmação do recebimento da notificação extrajudicial.
- (c) Créditos vencidos acima de noventa dias: Será realizada cobrança judicial, reunindo todos os documentos referentes à operação da negociação realizada.

A Companhia reconhece estimativa de perdas sobre títulos vencidos há mais de 180 dias ou quando o cliente não tem solvência. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas efetuam a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas.

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados, principalmente *trading companies*.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito

esperadas de contas a receber de clientes e títulos a receber em 31 de dezembro de 2018:

			Controladora		Consolidado	
Contas a receber de clientes						
Nível	Rating	Taxa	Saldo contábil	Provisão	Saldo contábil	Provisão
Risco baixo	A	0,1%	2.638	(3)	2.638	(3)
Risco razoável	B	0,5%	14.200	(79)	14.200	(79)
Duvidoso	C	10,0%	244	(24)	394	(39)
Perda	D	100,0%	-	-	197	(196)
			17.082	(106)	17.428	(317)
Títulos a receber						
Risco baixo	A	0,1%	-	-	-	-
Risco razoável	B	0,5%	2.269	(11)	18.094	(90)
Duvidoso	C	10,0%	13.970	(1.397)	13.990	(1.399)
Perda	D	100,0%	4.877	(4.877)	4.877	(4.877)
			21.116	(6.285)	36.961	(6.366)
			38.198	(6.391)	54.389	(6.683)

Em função do mencionado acima, a Administração entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe a Companhia a riscos significativos de crédito. A Companhia considera o saldo de contas a receber de clientes e títulos a receber, como exposto a este risco. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo é de R\$ 31.616 na controladora e R\$ 47.515 no consolidado (R\$ 31.701 na controladora e R\$ 50.245 em 31 de dezembro de 2017).

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir e, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou pagamentos de empréstimos e financiamentos, incluindo juros e custos de captação, às instituições financeiras no montante de R\$ 373.188 (em 31 de dezembro de 2017 – R\$ 203.634), no consolidado. A Companhia não possuía linhas de créditos contratadas em 31 de dezembro de 2018, que não estivessem sendo utilizadas.

As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado			Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	199.656	-	-	199.656
Empréstimos e financiamentos	426.084	288.981	366.986	1.082.051
Instrumentos financeiros derivativos	3.951	-	-	3.951
Títulos a pagar	7.426	21.665	-	29.091
	637.117	310.646	366.986	1.314.749

Os valores acima apresentados referem-se ao desembolso de caixa não descontado.

(iii) Risco de taxa de câmbio

A Companhia tem compromissos de venda, bem como de compras e de empréstimos e financiamentos, em moeda estrangeira. A Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Assim, o referido risco de câmbio é calculado levando-se em consideração os seguintes aspectos: (i) o impacto nas contas do balanço que são indexadas a moeda estrangeira; (ii) o impacto no fluxo de caixa das entradas e saídas de fluxo financeiro indexados à moeda estrangeira e; (iii) a Companhia adota a prática de *hedge accounting*, designando suas dívidas expostas à variação do risco cambial como *hedge* tanto das suas vendas futuras para fins de exportação, bem como vendas futuras indexadas ao dólar norte-americano, como descrito no item (h).

As variações cambiais dos empréstimos e financiamentos designados são classificadas na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido e tais valores são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica “Receita líquida de vendas”, de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2018. Para fins de análise de sensibilidade, a Administração adotou como cenário I (provável) a taxa de mercado futuro vigente na data-base de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II (possível) esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III (remoto) em 50%.

Descrição	Exposição líquida em US\$ mil	Cenário I - Provável		25%		50%	
		Taxa (*)	R\$ ganho (perda)	Cenário II - Possível		Cenário III - Remoto	
				Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)
Ativos							
Depósitos bancários	5.613	3,9802	592	4,9752	5.585	5,9703	11.170
Contas a receber de clientes	3.532	3,9802	372	4,9752	3.514	5,9703	7.028
Passivos							
Fornecedores de insumos	37.832	3,9802	(3.987)	4,9752	(37.644)	5,9703	(75.288)
Empréstimos e financiamentos (1)	19.220	3,9802	<u>(2.026)</u>	4,9752	<u>(19.125)</u>	5,9703	<u>(38.250)</u>
Efeito líquido no resultado			<u>(5.049)</u>		<u>(47.670)</u>		<u>(95.340)</u>
Passivos							
Empréstimos e financiamentos (2)	174.801	3,9802	<u>(18.422)</u>	4,9752	<u>(173.935)</u>	5,9703	<u>(347.869)</u>
Efeito líquido em ajustes de avaliação patrimonial			<u>(18.422)</u>		<u>(173.935)</u>		<u>(347.869)</u>

(*) A taxa de conversão (R\$ 3,9802 para US\$ 1,00) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável para os próximos 12 meses foi obtida na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros na data base de 31 de dezembro de 2018.

- (1) Empréstimos e financiamentos não designados no *hedge accounting* e com efeito no resultado do exercício.
(2) Empréstimos e financiamentos designados no *hedge accounting* e com efeito no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de venda em dólar norte-americano de produtos agrícolas, conforme divulgado na nota explicativa 30 no montante de US\$ 95.442 mil. Não foram adicionados na tabela acima, já que ainda não foram faturadas e portanto não estão registrados nas contas a receber de clientes.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia nominados em dólares norte-americanos estão designados no *hedge accounting*. Eventuais perdas nesses instrumentos em função da apreciação da taxa do dólar norte-americano frente ao real resultarão, em contrapartida, ganhos dos itens protegidos (no caso, as receitas da Companhia) e vice-versa.

(iv) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados pela variação da LIBOR, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade abaixo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade, e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2018. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi corrigida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Modalidade	Exposição líquida em R\$ mil	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Taxa a.a (*)	R\$ ganho (perda)	Taxa a.a	R\$ ganho (perda)	Taxa a.a	R\$ ganho (perda)
Aplicações financeiras							
CDI	117	6,40%	(7)	8,00%	9	9,60%	11
Empréstimos e financiamentos							
Libor 6 meses	751.793	2,88%	<u>(21.674)</u>	3,60%	<u>(27.093)</u>	4,32%	<u>(32.511)</u>
Efeito líquido no resultado			<u>(21.681)</u>		<u>(27.084)</u>		<u>(32.500)</u>

(*) As taxas utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram extraídas nos sites dos órgãos oficiais de divulgação dos respectivos índices.

(v) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado são representados, substancialmente, por aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos que são corrigidos por taxas de juros variáveis, conforme divulgado nas respectivas notas explicativas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores substancialmente com vencimento em curto prazo. No entendimento da Administração devido a essas características o valor justo destes instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

(vi) Risco dos preços das commodities

A Companhia produz e comercializa soja, milho, girassol e derivados de algodão (caroço e pluma), produtos esses caracterizados como *commodities agrícolas* e oriundos de produção própria.

As *commodities* são negociadas no Brasil e no exterior e possibilitam a adoção de ferramentas de proteção de preços.

A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente aos clientes com entrega física.

A Companhia gerencia o risco de exposição a *commodities*, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* e não são utilizados para fins especulativos.

Tipo	2018			2017		
	Valor de referência (nacional), em USD	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$	Valor de referência (nacional), em USD	Valor justo (mercado) em R\$	Perda no Resultado Financeiro em R\$
<i>Swaps de moeda e taxa de juros</i>						
<i>Hedge/Swap de valor justo (USD)</i>	-	-	-	-	-	(181)
Ativo						
<i>Commodities moeda - Milho</i>	-	-	(673)	-	-	-
<i>Commodities preço - Milho</i>	-	-	210	-	-	-
<i>Commodities preço - Algodão</i>	14.468	2.647	6.349	-	-	-
	14.468	2.647	5.886	-	-	(181)
Passivo						
<i>NDF de valor justo (USD)</i>	26.900	(3.951)	1.724	12.776	(11.947)	(2.174)
<i>Commodities moeda - Milho</i>	-	-	(503)	-	-	-
<i>Commodities preço - Algodão</i>	-	-	321	-	-	-
	26.900	(3.951)	1.542	12.776	(11.947)	(2.174)

h. Hedge accounting

Desde agosto de 2013, a Companhia efetua a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting* para os instrumentos financeiros não derivativos de proteção de fluxos de caixa das receitas de exportação de soja, algodão em pluma, caroço de algodão e milho, documentando: (i) o relacionamento do *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em tomar o *hedge*; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*.

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* em conta específica no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) afete o resultado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido (no caso, receita de vendas).

Em 31 de dezembro de 2018, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Contrato de financiamentos	Exercício de realização				Total Geral
	2019	2020	2021	2022	
Crédito à Exportação	(96.709)	(6.174)	(4.010)	(325)	(107.218)
Aquisição de Imobilizado	(1.481)	-	-	(177)	(1.658)
Efeito no patrimônio líquido	(98.190)	(6.174)	(4.010)	(502)	(108.876)

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos em outros resultados abrangentes durante o exercício:

	2018	2017
No início do exercício	(15.926)	(22.725)
Alteração no regime de tributação em 1º de janeiro de 2018	(8.205)	-
Saldo após alteração do regime de tributação	(24.131)	(22.725)
Varição do valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(108.450)	(11.065)
Valores eficazes transferidos para a demonstração do resultado	22.646	21.367
Parcela ineficaz da perda transferida para o resultado financeiro	1.059	-
Tributos diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	(3.503)
Total das movimentações ocorridas no exercício	(84.745)	6.799
No final do exercício	(108.876)	(15.926)

23 Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração (fixa e variável) dos diretores e conselheiros no exercício foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Remuneração de conselheiros		
Remuneração fixa	(1.531)	(1.164)
Remuneração da diretoria		
Remuneração fixa	(3.007)	(3.929)
Remuneração variável	(1.147)	(976)
Multas contratuais	(161)	(217)
Encargos sociais	(765)	(1.258)
	(6.611)	(7.544)

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

24 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas e serviços	850.035	637.570	877.633	712.382
Variação cambial (<i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(22.646)	(21.367)	(22.646)	(21.367)
(-) Devoluções e abatimentos	(496)	(1.281)	(1.425)	(2.043)
(-) Impostos sobre vendas	(32.481)	(26.292)	(34.640)	(31.179)
	<u>794.412</u>	<u>588.630</u>	<u>818.922</u>	<u>657.793</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>794.412</u>	<u>588.630</u>	<u>818.922</u>	<u>657.793</u>

25 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(202.591)	(152.287)	(190.256)	(157.477)
Matéria-prima	(314.892)	(303.706)	(314.892)	(303.706)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola	297.759	128.616	300.085	138.522
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(274.264)	(81.950)	(274.264)	(91.195)
Despesas com pessoal	(66.719)	(60.462)	(67.097)	(76.003)
Plano com opção de ações	(45)	(135)	(45)	(137)
Honorários da administração	(6.611)	(7.544)	(6.611)	(7.544)
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(54.006)	(53.653)	(54.981)	(59.970)
Depreciações e amortizações	(32.146)	(33.226)	(35.448)	(37.239)
Fretes, comissões e despesas portuárias	(22.530)	(12.538)	(22.541)	(17.241)
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	955	(646)	995	(649)
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	344	21.110	169	21.110
Provisão para perdas estimadas de estoques	(20)	(121)	(20)	(121)
<i>Impairment</i> de ativos	5.939	1.923	2.470	1.299
Provisões não recorrentes	(1.759)	(1.363)	(873)	(1.083)
Outras despesas operacionais, líquidas (i)	(16.666)	613	(18.805)	(17.968)
	<u>(687.252)</u>	<u>(555.369)</u>	<u>(682.114)</u>	<u>(609.402)</u>
	<u>(687.252)</u>	<u>(555.369)</u>	<u>(682.114)</u>	<u>(609.402)</u>

- (i) Em 2017, inclui reversão de provisão de recebíveis no montante de R\$ 18.604. Em 2018, inclui provisões relacionadas a adesão ao programa de regularização fiscal no montante de R\$ 1.918 (2017 – R\$ 25.033) e contingências civis, trabalhistas e tributárias no montante de R\$ 5.977 (2017 – R\$ 86).

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do exercício nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos produtos vendidos	(641.987)	(559.933)	(632.033)	(590.449)
Varição do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	297.759	128.616	300.085	138.522
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(274.264)	(81.950)	(274.264)	(91.195)
Despesas com vendas	(22.483)	(12.527)	(22.493)	(16.584)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(42.054)	(47.490)	(44.973)	(50.376)
Honorários da administração	(6.611)	(7.544)	(6.611)	(7.544)
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	344	21.110	169	21.110
Outras receitas (despesas) operacionais	2.044	4.349	(1.994)	(12.886)
	<u>(687.252)</u>	<u>(555.369)</u>	<u>(682.114)</u>	<u>(609.402)</u>

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	69	123	163	137
Ajuste a valor presente de recebíveis	79	95	1.084	1.089
Juros ativos	25.833	18.320	26.498	19.328
Variações monetárias ativas	2.332	1.882	2.332	1.882
Descontos obtidos	6.829	3.323	6.870	3.347
Ganhos adesão PERT - Lei 13.496/17	-	6.285	-	25.178
	<u>35.142</u>	<u>30.028</u>	<u>36.947</u>	<u>50.961</u>

Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(96.830)	(71.584)	(97.196)	(71.809)
Juros passivos e multa de mora (i)	(20.037)	(22.498)	(13.583)	(55.248)
Variações monetárias passivas	(2.412)	(2.546)	(2.412)	(2.552)
Ajuste a valor presente de fornecedores de insumos	(10.691)	(7.472)	(10.691)	(7.891)
IOF	(1.709)	(793)	(1.792)	(795)
Amortização de custos de captação	(3.224)	(2.004)	(3.224)	(2.004)
Outras despesas	(2.334)	(1.826)	(2.400)	(1.849)
	<u>(137.237)</u>	<u>(108.723)</u>	<u>(131.298)</u>	<u>(142.148)</u>
Derivativos, líquidos				
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	24.707	11.294	24.707	11.294
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(17.279)	(13.649)	(17.279)	(13.649)
	<u>7.428</u>	<u>(2.355)</u>	<u>7.428</u>	<u>(2.355)</u>
Variações cambiais, líquidas (ii)				
Variações cambiais ativas	97.185	54.484	97.426	57.092
Variações cambiais passivas	(113.347)	(52.348)	(113.596)	(53.989)
	<u>(16.162)</u>	<u>2.136</u>	<u>(16.170)</u>	<u>3.103</u>
Resultado financeiro	<u>(110.829)</u>	<u>(78.914)</u>	<u>(103.093)</u>	<u>(90.439)</u>

- (i) Refere-se substancialmente a multas e juros sobre tributos a recolher e parcelamentos tributários, juros sobre fornecedores e adiantamento de clientes. Adicionalmente, na controladora, inclui juros sobre operações de mutuo com partes relacionadas.
- (ii) Em 2018, inclui variações cambiais líquidas, originárias de contas a pagar e a receber, no montante de R\$ 4.026 (2017 – R\$ 5.081).

27 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir relacionamos as transações no exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	8.457	6.198	11.019	8.800
Venda de ativos a prazo	4.408	1.491	6.358	2.879
Aquisição de imobilizado financiado	404	7.524	207	8.220

28 Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>Consolidado</u>	
	2018	2017
Lucro utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	42.262	7.350
Quantidade de ações no período (em milhares) - média ponderada do período	<u>17.914</u>	<u>17.914</u>
Lucro por ação - básico e diluído (R\$)	<u><u>2,3592</u></u>	<u><u>0,4103</u></u>

29 Pagamentos baseados em ações

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações para os seus executivos. De acordo com as condições do plano, conforme aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2009 e, posteriormente regulamentadas pelo Conselho de Administração em 7 e 26 de outubro de 2010, os executivos definidos para participação do plano receberam opções para a compra de ações ordinárias.

Cada opção de compra pode ser convertida em uma ação ordinária da Companhia no momento do exercício da opção. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito a dividendos ou ao voto.

A quantidade de opções concedida foi definida pelo Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Recursos Humanos, e não está vinculada ao atingimento de metas individuais ou coletivas da Companhia.

As opções de ações concedidas têm como uma de suas condições para exercício a permanência dos executivos na Companhia. Na situação de desligamento da Companhia, a opção deverá ser exercida no prazo de 30 dias ou perderá sua validade.

Em função do encerramento do contrato do ex-diretor presidente Sr. Arlindo de Azevedo Moura, ocorrido em abril de 2018, aliado ao não-exercício das opções então vigentes no prazo acima destacado, as opções de compras de ações concedidas perderam sua validade e o montante equivalente as opções de R\$ 1.935 foi reclassificado para a rubrica de “Prejuízos Acumulados”.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía planos de opções de compra concedidas aos membros da Diretoria Executiva.

a. Movimentações nas opções de compra de ações durante o exercício (controladora e consolidado)

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	103.698	88.884
Concedidas durante o exercício	-	22.221
Prescritas durante o exercício	<u>(103.698)</u>	<u>(7.407)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>103.698</u>

As despesas reconhecidas no exercício foram:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Despesas com pessoal - opção de ações	<u>(45)</u>	<u>(135)</u>

30 Compromissos (Consolidado)

a. Vendas futuras

Os compromissos futuros existentes em 31 de dezembro de 2018 referem-se a Companhia e suas controladas, como segue:

Consolidado							
Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Moeda	Frete	Preço
Safra 17/18							
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/18	11.357	25	LP	DÓLAR	CIF	0,81
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/18	173	1	LP	DÓLAR	FOB	0,71
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/18	1.145	1	LP	REAL	FOB	2,31
Algodão em Pluma	Jan a Mar/19	3.839	4	LP	DÓLAR	FOB	0,80
Milho em Grãos (ii)	Out a Dez/18	5.300	5	SC	REAL	FOB	16,90
Caroço de Algodão (iii)	Out a Dez/18	2.303	9	TON	REAL	FOB	369,00
Caroço de Algodão	Jan a Mar/19	13	1	TON	REAL	FOB	200,00

Safra 18/19

Algodão em Pluma	Jul a Set/19	6.508	12	LP	DÓLAR	CIF	0,79
Algodão em Pluma	Jul a Set/19	5.427	5	LP	DÓLAR	FOB	0,73
Algodão em Pluma	Out a Dez/19	14.454	15	LP	DÓLAR	CIF	0,81
Algodão em Pluma	Out a Dez/19	6.091	2	LP	DÓLAR	FOB	0,71
Algodão em Pluma	Jan a Mar/20	4.525	2	LP	DÓLAR	CIF	0,82
Milho em Grãos	Jul a Set/19	30.000	1	SC	DÓLAR	FOB	5,08
Milho em Grãos	Jul a Set/19	118.000	12	SC	REAIS	FOB	20,01
Milho em Grãos	Out a Dez/19	3.000	1	SC	REAIS	FOB	20,00
Milho Pipoca	Jul a Set/19	11.497	1	SC	REAIS	FOB	45,00
Soja em Grãos (iv)	Out a Dez/18	3.058	3	SC	REAIS	FOB	16,54
Soja em Grãos	Jan a Mar/19	31.000	5	SC	DÓLAR	FOB	A Fixar
Soja em Grãos	Jan a Mar/19	189.393	29	SC	DÓLAR	FOB	17,11
Soja em Grãos	Jan a Mar/19	10.000	2	SC	REAIS	FOB	67,05
Soja em Grãos	Abr a Jun/19	5.000	1	SC	DÓLAR	FOB	17,80
Caroço de Algodão	Jul a Set/19	1.250	1	TON	DÓLAR	CIF	202,00
Caroço de Algodão	Jul a Set/19	19.234	8	TON	REAIS	FOB	351,00
Caroço de Algodão	Out a Dez/19	7.666	3	TON	REAIS	FOB	267,00
Caroço de Algodão	Out a Dez/19	3.750	1	TON	DÓLAR	CIF	202,00

- (ii) Não entrega de 12.675 tons de algodão em pluma devido a chuvas e clima desfavorável no final do beneficiamento, ocasionando atraso e inviabilizando a apresentação do volume mensal de *take-ups* previstos em contratos e dificuldades logísticas por parte dos clientes. Não há nenhuma penalidade para a Companhia.
- (iii) Não entrega de 5.300 tons de milho por atraso gerado principalmente com a implementação da tabela de frete e, com previsão de regularização para abril de 2019. Não há nenhuma penalidade para a Companhia.
- (iv) Não entrega de 2.303 tons de caroço de algodão devido a dificuldades logísticas por parte dos clientes, com previsão de regularização para os próximos meses. Não há nenhuma penalidade para a Companhia.
- (v) Não entrega de 3.058 tons de soja em grãos devido condições climáticas que impediram o avanço da colheita no final de dezembro de 2018, cuja entrega foi realizada em janeiro de 2019. Não há nenhuma penalidade para a Companhia.

b. Arrendamentos e parcerias agrícolas

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía contratados 55.618 hectares de arrendamentos operacionais e parcerias agrícolas mantidos com terceiros, com vencimentos até 2026, conforme abaixo discriminado:

Unidade	Localização	Estado	Área arrendada (em ha)	Vencimento dos contratos	Valores ponderados (em sacas de soja/ha/ano)	Tipo de arrendamento
São José	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	10.295	2021	11,25	Operacional
Ribeiro do Céu	Nova Mutum	Mato Grosso	10.771	2021	9,67	Operacional
Guapirama	Diamantino	Mato Grosso	16.213	2023	11,95	Operacional
Parecis	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	4.670	2023	12,85	Operacional
Mãe Margarida	Sta. Rita do Trivelato	Mato Grosso	7.765	2021	10,67	Operacional
Sete Placas	Diamantino	Mato Grosso	3.186	2020	13,60	Operacional
Terra Santa	Tabaporã	Mato Grosso	2.718	2026	9,75	Operacional
			55.618			

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos e aluguéis mercantis operacionais, em reais, da Companhia, são assim resumidos:

Fluxo de pagamentos	Valores
Pagamentos em até 1 ano	42.319
Pagamentos em mais de 1 ano e até 5 anos	108.230
Pagamentos em mais de 5 anos	<u>134.231</u>
Total de pagamentos mínimos futuros de arrendamentos	<u><u>284.780</u></u>

Os valores acima apresentados referem-se ao desembolso de caixa não descontado.

Os contratos de arrendamentos com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade. Assim, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data-base do balanço patrimonial. Consequentemente, os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado da *commodity*.

Em relação aos contratos de arrendamentos com terceiros ressalta-se que:

- não há cláusulas de pagamentos contingentes;
- não há termos de renovação ou de opções de compra, salvo os termos dispostos na Lei 4.504/64 art. 92, § 3º e 95, IV, que tratam dos direitos dos arrendatários nos termos citados anteriormente;
- os contratos firmados são indexados à variação do preço da saca de soja e não há outras cláusulas de reajustamento;
- não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

31 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

	Valor segurado
Responsabilidade civil	85.595
Riscos diversos - Imobilizado	<u>259.240</u>
	<u><u>344.835</u></u>

32 Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento agrícola como o único segmento operacional e explora as atividades agrícolas com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, baseando-se nos relatórios utilizados pela Diretoria Executiva da Companhia e pelo Conselho de Administração, os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas. As metas e avaliações de desempenho são definidas e acompanhadas considerando o segmento como um todo.

O segmento agrícola abrange, principalmente, a produção e comercialização de soja, milho e algodão cujas atividades consistem basicamente em: cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização e beneficiamento de algodão em caroço.

A Companhia apresenta a receita líquida de vendas obtida na comercialização de seus produtos nos mercados interno e externo, como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Mercado interno	492.671	492.092
Mercado externo	326.251	165.701
Receita líquida de vendas e serviços	<u>818.922</u>	<u>657.793</u>

A receita líquida de vendas, por segmento geográfico, elaboradas de acordo com o país de destino da receita, são assim representadas:

	Consolidado	
	2018	2017
Brasil	70%	76%
Ásia	5%	15%
Europa	19%	7%
América do Norte	6%	2%
Total	<u>100%</u>	<u>100%</u>

O detalhamento da receita líquida de vendas por produto é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
Soja	296.869	320.294
Milho	86.272	87.428
Algodão em pluma	330.948	181.741
Caroço de algodão	18.937	24.517
Revenda de produtos	108.542	65.180
Variação cambial (<i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(22.646)	(21.367)
Total	<u>818.922</u>	<u>657.793</u>

Os principais clientes da Companhia nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2018 e 2017, que individualmente representaram 10% ou mais das receitas totais são como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Bunge Alimentos S.A.	16%	24%
ADM do Brasil Ltda.	10%	12%
Amaggi Exportação e Importação Ltda	10%	11%

33 **Eventos subsequentes**

Em 12 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de *hedge accounting*. A partir desta data, as variações cambiais incorridas nestes instrumentos financeiros serão contabilizadas diretamente a resultado do exercício. Esta decisão não trouxe nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e o saldo contabilizado na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" será reciclado ao resultado conforme cronograma de realização do objeto de *hedge*, estimado para os resultados de 2019 a 2022, conforme divulgado na nota explicativa 22 h.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Terra Santa Agro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Terra Santa Agro S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Terra Santa Agro S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Veja as Notas 2.21 e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas reconheceram ativos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerados recuperáveis com base nas projeções de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer certas premissas e julgamentos significativos e, a interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos. O valor recuperável dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeções dos lucros tributáveis futuros e depende da capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar materialmente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por esses motivos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos relevantes relacionados com a preparação e revisão dos estudos técnicos e análises da projeção de lucros tributáveis futuros elaborados pela Companhia.Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, especialmente as relativas às expectativas de preços de vendas das <i>commodities</i>, produtividade das áreas agrícolas, custos operacionais e administrativos e a consistência dessas premissas com o plano de negócios da Companhia, bem como efetuamos a análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas.Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos, sobre a adequação da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos, tendo como referência a legislação tributária vigente.Avaliamos se as projeções indicam lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizados.Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

	<p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, no tocante à sua recuperabilidade, assim como as respectivas divulgações, são apropriados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>
--	--

Avaliação do valor recuperável de ágios originados em combinações de negócios

Veja as Notas 2.11, 2.14, 2.16, 12.4 e 15d das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Combinações de negócios ocorridas em anos anteriores resultaram em reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente. A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa futuros, incluindo preços de vendas das <i>commodities</i>, produtividade das áreas agrícolas, taxas de câmbio, de crescimento e de desconto, que podem resultar em impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por esses motivos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos relevantes relacionados com a preparação e revisão dos estudos técnicos e análises do valor recuperável disponibilizados pela Companhia. - Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas chaves utilizadas na determinação dos fluxos de caixa descontados, e efetuamos a análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela Companhia. - Comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados com o valor contábil da respectiva unidade geradora de caixa, e avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores dos ágios por expectativa de rentabilidade futura originados em combinações de negócios, no tocante à sua recuperabilidade, assim como as respectivas divulgações, são apropriados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes</p>

KPMG Auditores Independentes: uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firma-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes: a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative (“KPMG International”), a Swiss entity.

ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Mensuração dos ativos biológicos

Veja as Notas 2.17 e 7 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Devido à relevância dos julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas pela Companhia para mensurar o valor justo dos ativos biológicos, tais como, preços de vendas das <i>commodities</i>, produtividade, área estimada, custos operacionais e custos estimados de venda no momento que atingem o ponto de colheita e, do impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos relevantes da Companhia relacionados a mensuração do valor justo dos ativos biológicos.- Avaliamos, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia para mensurar o valor justo dos ativos biológicos e comparamos com informações históricas disponíveis e com dados observáveis de mercado, bem como efetuamos a análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas.- Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, especificamente em relação às premissas utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos e análise de sensibilidade. <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que, no tocante à sua mensuração, o saldo dos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações, são apropriados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Designação de contabilidade de proteção ("hedge accounting")

Veja as Notas 2.7.4 e 22.h das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
--------------------------------	--

A Companhia designa passivos financeiros relevantes em moeda estrangeira como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa com objetivo de proteção do risco cambial de transações futuras previstas (objeto de *hedge*) em relação às receitas futuras consideradas de alta probabilidade de ocorrência. A designação desses instrumentos financeiros como contabilidade de *hedge*, a determinação de sua efetividade requerem o cumprimento de certas obrigações formais e, requerem que a Companhia faça julgamentos significativos em relação à proteção efetiva dos riscos de variação cambial. Adicionalmente, alterações nessas designações poderiam resultar em impactos significativos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por esses motivos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos da Companhia sobre o processo de identificação, designação, valorização e gerenciamento desses instrumentos financeiros.
- Com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos a documentação preparada pela Companhia, para demonstrar a conciliação entre o objeto do *hedge* versus o instrumento designado para contabilidade de proteção e efetuamos o recálculo do teste de efetividade de cobertura prospectivo preparado pela Companhia.
- Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos apropriado o valor dos instrumentos financeiros designados como contabilidade de proteção de variação cambial, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre

esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães

Contador CRC RJ-092095/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Terra Santa Agro S. A., no exercício das suas atribuições e responsabilidades legais, examinaram as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e a Proposta de destinação do resultado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, com base nesses exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o relatório de auditoria, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes, concluem que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e opinam, por unanimidade, pelo seu encaminhamento para a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada nos termos da Lei.

São Paulo, 20 de março de 2019

Tereza Cristina Grossi Togni
Presidente do Conselho Fiscal

Marcel Cecchi Vieira
Conselheiro Fiscal

Marcos Reinaldo Severino Peters
Conselheiro Fiscal

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.

Os Diretores da Terra Santa Agro S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.799.312/0001-20, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício de 2018, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 20 de março de 2019.

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Martin Oberlander Holz
Diretor Financeiro

Marcelo Lambrecht
Diretor Administrativo

Márcio José Ferreira
Diretor Operacional


Paulemar Barros
Diretor Comercial

Terra Santa Agro S.A.

**Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balancos patrimoniais	22
Demonstrações dos resultados	23
Demonstração dos resultados abrangentes	24
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	25
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	26
Demonstrações do valor adicionado	27
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	28
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	99
Parecer do Conselho Fiscal	106
Declaração da diretoria	107



Relatório da Administração
e Demonstrações
Financeiras de 2017





1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Na safra 2016/2017, a produção brasileira de grãos bateu recorde. Foram colhidos 237,7 milhões de toneladas, 27,4% acima do ciclo anterior. O bom desenvolvimento da safra ocorreu em praticamente todas as 15 culturas anuais, entre elas a soja, milho e algodão. O ciclo foi de recuperação, após um ano muito afetado pelo clima.

Na Terra Santa Agro, os resultados alcançados não foram diferentes, conforme abaixo:

- Soja: a Companhia encerrou a colheita da soja com produtividade média final de 3.602 kg/ha (60,0 scs/ha), 6,7% acima da meta inicial da Companhia e 10,0% acima da média prevista para o estado do Mato Grosso (considerando média do estado conforme divulgada no 6º Levantamento da Safra da CONAB, em março de 2018).
- Algodão (2ª safra): a colheita foi encerrada com uma produtividade média de 4.014 kg/ha (267,6 @/ha), valor ligeiramente acima da meta inicial da Companhia. Vale destacar, o rendimento obtido nesta safra para a pluma de algodão, que passou de 40,4% na safra 2015/16 para 41,1% na safra 2016/17, beneficiando a produtividade da pluma, que alcançou 1.660 kg/ha (110,7@/ha), 2,7% acima da meta inicial de 1.617 kg/ha (107,8@/ha).
- Milho (2ª safra): a colheita foi encerrada com uma produtividade média de 6.912 kg/ha (115,2 scs/ha), valor 2,9% inferior à meta de 7.122 kg/ha (118,7 scs/ha).

Como reflexo do bom desempenho operacional registrado na safra 2016/17, a Companhia encerrou o ano com resultados positivos, tendo apresentado no 4T17 e 2017 lucro líquido de R\$ 27,0 milhões e R\$ 7,4 milhões, respectivamente, contra um prejuízo de R\$ 4,5 milhões e R\$ 152,4 milhões no 4T16 e 2016. Além disso, registrou um EBITDA Ajustado de R\$ 26,5 milhões e R\$ 68,8 milhões no 4T17 e 2017, respectivamente, contra um EBITDA de R\$ 0,6 milhão e EBITDA de R\$ 52,7 milhões, respectivamente, em iguais períodos do ano anterior.

No que diz respeito à geração de caixa operacional, vale observar que no 4T17, este valor foi de R\$ 22,1 milhões, contra a geração de caixa operacional de R\$ 14,2 milhões no 4T16. Quando analisamos os números acumulados no ano, a geração de caixa operacional foi de R\$ 14,4 milhões, contra R\$ 69,1 milhões em 2016. Vale ressaltar que, a geração de caixa de 2017 foi impactada pela postergação negociada com fornecedores da safra 2015/16 no montante de R\$ 63,7 milhões, cujo pagamento se deu no 1º trimestre de 2017, bem como pelo cumprimento de todas as obrigações bancárias (juros) para o ano. Caso não houvesse a postergação de pagamentos de fornecedores citada, a geração de caixa da Companhia seria de R\$ 78,1 milhões em 2017.

Não podemos deixar de mencionar que a safra 2017/18, que impactará os resultados financeiros de 2018, está muito bem encaminhada. A colheita da soja foi finalizada e, apesar da seca no início do período de plantio, atingimos uma produtividade média de 3.534 kg/ha (58,9 scs/ha), 1,9% acima da meta inicial da Companhia e 9,0 % acima da média prevista para o estado do Mato Grosso (considerando média do



estado conforme divulgada no 6º Levantamento da Safra da Conab, em março de 2018). Vale ressaltar que, por conta do período de seca no início do plantio, 13,9 mil hectares de soja sofreram impacto. Após análises de rentabilidade, a Companhia optou por adotar as seguintes ações: (i) replantio de soja e plantio do milho de 2ª safra, (ii) replantio com algodão de 1ª safra e (iii) seguir com cultura, mesmo com baixas produtividades e plantio de algodão de 2ª safra. Se desconsiderássemos essas áreas, a produtividade da soja seria de 3.693 kg/ha (61,5 scs/ha).

O plantio de algodão de 2ª safra foi concluído dentro da janela ideal e apresenta bom desenvolvimento. O plantio de milho foi concluído com 95% da área inicialmente planejada devido ao término do período agronomicamente adequado.

Além disso, é importante enfatizar o avanço na comercialização da safra 2017/18, onde temos fixado 96%, 76% e 74% da safra de soja, milho e algodão respectivamente, a preços em dólares dentro do orçamento da Companhia.

Por fim, a Administração está otimista com a safra 2017/18 e tem certeza que a mesma também será uma safra de conquistas para Terra Santa Agro e seus acionistas.



DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA

Demonstração de Resultados (R\$ Mil)	4T17	4T16 Reapresentado	Var. %	2017	2016 Reapresentado	Var. %
Receita Líquida	216.725	152.263	42,3%	796.315	820.031	-2,9%
Receita Líquida dos Produtos	173.277	110.574	56,7%	679.159	765.325	-11,3%
Hedge Accounting	(1.705)	2.852	-	(21.366)	(54.314)	-60,7%
Avaliação do Ativo Biológico Apropriado à Receita	35.037	16.477	112,6%	133.933	118.427	13,1%
Produto Agrícola Apropriado à Receita	10.116	22.360	-54,8%	4.589	(9.407)	-

No 4T17, a receita líquida totalizou R\$ 216,7 milhões, valor 42,3% superior a igual período do ano anterior, impactado, majoritariamente, pelo incremento da receita líquida dos produtos em R\$ 62,7 milhões. A avaliação do ativo biológico e produto agrícola apropriado à receita, por sua vez, impactou positivamente a receita líquida total em R\$ 6,3 milhões quando comparado ao 4T16. Por fim, a variação cambial das dívidas designadas para *hedge accounting* no 4T17 impactou negativamente em R\$ 4,6 milhão quando comparado ao 4T16.

Em 2017, a Receita Líquida da Companhia totalizou R\$ 796,3 milhões, valor 2,9% inferior ante o ano de 2016, em decorrência, principalmente, da redução da receita líquida dos produtos em R\$ 86,2 milhões. A variação cambial das dívidas designadas para *hedge accounting* no 2017 impactaram negativamente em R\$ 21,4 milhões, contra um impacto negativo de R\$ 54,3 milhões em 2016.

A Receita Líquida é impactada (a) pela receita líquida dos produtos; (b) pela apropriação da variação do valor justo do ativo biológico e do produto agrícola e (c) pelo *hedge accounting*.

(a) Receita Líquida dos Produtos

A receita líquida dos produtos vendidos apresentou desempenho 56,7% superior em comparação ao 4T16, em decorrência do maior faturamento de algodão e milho, uma combinação direta de maior área plantada para essas duas culturas na safra 2016/17 quando comparada à safra 2015/16, bem como de maiores produtividades.

Já em 2017, a receita líquida dos produtos vendidos apresentou desempenho 11,3% inferior em comparação a 2016 como reflexo direto (i) da apreciação do real frente ao dólar ao longo do ano e (ii) redução de 9,3% na área plantada da safra 2016/17 em comparação a safra 2015/16, compensada tanto pelas produtividades elevadas de soja milho e algodão quanto por preços em dólares superiores aos obtidos na safra 2015/16.

Abaixo segue um quadro comparativo da composição da receita líquida dos produtos da Companhia no 4T17 e 2017, comparado com o mesmo período do ano anterior:

(R\$ Mil)	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
Receita Líquida dos Produtos	173.277	110.574	56,7%	679.159	765.325	-11,3%
Soja	-	-	-	320.295	326.987	-2,0%
Milho	21.081	14.312	47,3%	87.439	107.204	-18,4%
Algodão em Pluma	107.260	80.824	32,7%	181.741	189.710	-4,2%
Caroço de algodão	9.455	11.508	-17,8%	24.517	28.796	-14,9%
Outros ⁽¹⁾	35.481	3.930	-	65.167	112.627	-42,1%

(1) girassol e revenda de grãos/pluma/insumos



(toneladas)	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
Quantidade faturada	133.242	80.138	66,3%	807.068	771.029	4,7%
Soja	-	-	-	361.638	337.953	7,0%
Milho	89.124	46.722	90,8%	354.943	349.349	1,6%
Algodão em pluma	21.043	16.940	24,2%	36.907	38.920	-5,2%
Caroço de algodão	23.020	15.806	45,6%	51.439	43.225	19,0%
Outros ⁽¹⁾	55	670	-91,8%	2.141	1.582	35,3%

(1) girassol

(toneladas)	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
Soja	-	-	-	361.638	337.953	7,0%
Milho	89.124	46.722	90,8%	354.943	349.349	1,6%
Algodão em pluma	21.043	16.940	24,2%	36.907	38.920	-5,2%
Caroço de algodão	23.020	15.806	45,6%	51.439	43.225	19,0%
Outros ⁽¹⁾	55	670	-91,8%	2.141	1.582	35,3%

(b) Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas

Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas	45.153	38.837	16,3%	138.522	109.020	27,1%
Avaliação dos Ativos Biológicos	35.037	16.477	112,6%	133.933	118.427	13,1%
Soja	35.454	14.878	138,3%	103.227	39.114	163,9%
Milho	-	-	-	(33.478)	44.642	-
Algodão	(417)	1.599	-	64.183	34.671	85,1%
Outros ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-
Avaliação dos Produtos Agrícolas	10.116	22.360	-54,8%	4.589	(9.407)	-
Soja	256	(962)	-	5.617	(2.378)	-
Milho	(6.183)	6.725	-	(199)	(3.314)	-94,0%
Algodão	16.043	16.597	-3,3%	(830)	(3.717)	-77,7%
Outros ⁽¹⁾	-	-	-	-	2	-

(1) girassol

Ativos Biológicos:

No 4T17, a avaliação do ativo biológico reconhecida na receita foi positiva em R\$ 45,1 milhões, em comparação com a marcação positiva de R\$ 38,8 milhões verificada no 4T16, resultado da cultura de soja, que apresentou marcação positiva de R\$ 35,4 milhões, contra uma marcação positiva de R\$ 14,9 milhões no 4T16, reflexo das melhoras das premissas para a marcação do valor justo da cultura entre os anos.

Em 2017, a avaliação do ativo biológico teve um incremento R\$ 15,5 milhões quando comparado a 2016, principalmente pela (i) marcação positiva da soja de R\$ 103,3 milhões contra a marcação positiva de R\$ 39,1 milhões e (ii) pela marcação positiva de algodão de R\$ 64,2 milhões contra uma marcação positiva de R\$ 34,7 milhões em 2016.

As marcações positivas foram reflexo da expectativa de resultado positivo das culturas, considerando estimativas de produtividade, preço de mercado e custo de cada cultura.



Produtos Agrícolas:

No 4T17, a avaliação dos produtos agrícolas foi positiva em R\$ 10,1 milhões, em comparação com a marcação positiva de R\$ 22,4 milhões no 4T16 devido ao valor estimado de realização dos produtos considerando preço de mercado e contratos a termo.

Já em 2017, a avaliação dos produtos agrícolas foi positiva em R\$ 4,6 milhões, em comparação com a marcação negativa de R\$ 9,4 milhões em 2016.

Os preços considerados no cálculo do ativo biológico não correspondem aos preços já fixados pela Companhia (contratos a termo), pois, conforme Pronunciamento Técnico – CPC 29, o ativo biológico deve ser mensurado pelo valor justo, sem considerar os valores já contratados para venda futura.

Já no caso da avaliação dos produtos agrícolas, o Pronunciamento Técnico – CPC 16 determina que a mensuração seja feita pelo valor líquido realizável, ou seja, considerando os volumes vendidos ao preço comercializado e o saldo restante a preço de mercado.

* Em ambos os casos, descontam-se todas as despesas de venda (tributos, fretes, custos portuários, comissões, etc.).

(c) Hedge Accounting

No 4T17, tivemos o impacto negativo de R\$ 1,7 milhão, contra um impacto positivo de R\$ 2,8 milhões no 4T16. Em 2017, o impacto negativo foi de R\$ 21,4 milhões contra um impacto negativo de R\$ 54,3 milhões na Receita Líquida, verificados em 2016, referente à realização de parte da variação cambial alocada no patrimônio líquido, a qual deve sempre ser efetivada no momento da realização do objeto da proteção, que no nosso caso é a comercialização das *commodities* atreladas ao dólar.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Demonstração de Resultados (R\$ Mil)	4T17	4T16 Reapresentado	Var. %	2017	2016 Reapresentado	Var. %
Custos de Produtos Vendidos	(163.120)	(123.651)	31,9%	(681.644)	(840.954)	-18,9%
CPV Produtos	(135.818)	(99.832)	36,0%	(590.449)	(716.263)	-17,6%
Realização Ativo Biológico Apropriado ao Custo	(27.302)	(23.819)	14,6%	(91.195)	(124.691)	-26,9%

No 4T17, o Custo de Produtos Vendidos da Companhia totalizou R\$ 163,1 milhões, valor 31,9% superior ao 4T16, em decorrência do aumento do CPV de Produtos Agrícolas em R\$ 36,0 milhões e pela realização do ativo biológico apropriado ao custo negativa em R\$ 27,3 milhões. Em 2017, houve redução de 18,9%, passando de R\$ 840,9 milhões em 2016 para R\$ 681,6 milhões em 2017.

O CPV dos Produtos apresentou aumento de 36% no 4T17, reflexo de um maior faturamento de milho e algodão no trimestre quando comparado à igual período do ano anterior.

Em 2017, o CPV dos Produtos apresentou queda de 17,6%, equivalente a R\$ 125,8 milhões, influenciado por: (i) redução de área plantada na safra 2016/17 em comparação com a safra 2015/16; (ii) menor dólar médio do custo de insumos na safra 2016/17, no valor de R\$ 3,24 quando comparado do dólar médio dos insumos da safra 2015/16, de R\$ 3,61 e (ii) menor volume de operações de revenda de produtos.



Abaixo, segue quadro comparativo da composição do CPV dos produtos no 4T17 e 2017, comparado com o mesmo período do ano anterior:

(R\$ Mil)	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
CPV Produtos	(135.818)	(99.832)	36,0%	(590.449)	(716.263)	-17,6%
Soja	-	-	-	(267.572)	(319.543)	-16,3%
Milho	(19.424)	(14.790)	31,3%	(99.510)	(103.776)	-4,1%
Algodão Pluma	(71.307)	(74.973)	-4,9%	(136.248)	(158.145)	-13,8%
Caroço de Algodão	(9.488)	(6.241)	52,0%	(19.730)	(16.728)	17,9%
Outros ⁽¹⁾	(35.599)	(3.828)	-	(67.389)	(118.071)	-42,9%

(1) Girassol e Revenda de grãos/pluma/insumos

MARGEM POR CULTURA

Soja

Soja Faturada		4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
Quantidade Faturada	Ton	-	-	-	361.638	337.953	7,0%
Receita Líquida	R\$ Mil	-	-	-	320.295	326.987	-2,0%
Preço Médio de Venda	R\$ Mil / Ton	-	-	-	0,89	0,97	-8,5%
CPV	R\$ Mil	-	-	-	(267.572)	(319.543)	-16,3%
Custo Médio de Venda	R\$ Mil / Ton	-	-	-	(0,74)	(0,95)	-21,7%
Margem Unitária	R\$ Mil / Ton	-	-	-	0,146	0,022	-

Em 2017, a margem da soja foi positiva em R\$ 0,146 mil/ton contra uma margem positiva de R\$ 0,022 mil/ton verificada em 2016. Este aumento de margem foi decorrente, principalmente, do aumento da produtividade em 20,1% e o menor custo de produção em R\$/hectare, que teve como reflexo a queda do custo médio da cultura em 21,7%, compensado, parcialmente, por uma queda no preço médio de venda em 8,5%.

O preço médio de venda passou de R\$ 0,97 mil/ton em 2016 para R\$ 0,89 mil/ton em 2017, como consequência direta da valorização do real frente ao dólar, uma vez que os preços em dólares praticados na safra 2016/17 (preço bruto de US\$ 18,00 por sc, na fazenda) são superiores aos preços em dólares praticados na safra 2015/16 (preço bruto de US\$ 16,18 por sc, na fazenda). Também contribuiu para a redução do preço líquido médio o aumento da tributação do Estado do MT sobre a soja (Facs e Fethab), que dobrou a alíquota em meados de 2016 (quando já tínhamos faturado quase a totalidade do produto) e que foi mantida durante todo o ano de 2017.

O custo médio de venda passou de R\$ 0,95 mil/ton em 2016 para R\$ 0,74 mil/ton em 2017 como consequência (i) aumento de 20,1% na produtividade da safra 2016/17 quando comparada com a safra 2015/16; (ii) menor custo dos insumos, em função do dólar médio de aquisição de insumos (R\$ 3,61 na safra 2015/16 contra R\$ 3,24 na safra 2016/17) e (iii) aumento da eficiência operacional, traduzida na redução dos custos em R\$/hectare nas demais contas.

Esse resultado demonstra melhores margens ao produtor da cultura da soja na safra 2016/17 quando comparada à safra 2015/16, principalmente por conta da produtividade.



Algodão

Algodão Faturado		4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
Algodão em pluma							
Quantidade Faturada	Ton	21.043	16.940	24,2%	36.907	38.920	-5,2%
Receita Líquida	R\$ Mil	107.260	80.824	32,7%	181.741	189.710	-4,2%
Preço Médio de Venda	R\$ Mil / Ton	5,10	4,77	6,8%	4,92	4,87	1,0%
CPV	R\$ Mil	(71.307)	(74.973)	-4,9%	(136.248)	(158.145)	-13,8%
Custo Médio de Venda	R\$ Mil / Ton	(3,39)	(4,43)	-23,4%	(3,69)	(4,06)	-9,1%
Margem Unitária	R\$ Mil / Ton	1,709	0,345	394,7%	1,233	0,811	52,0%
Caroço de algodão							
Quantidade Faturada	Ton	23.020	15.806	45,6%	51.439	43.225	19,0%
Receita Líquida	R\$ Mil	9.455	11.508	-17,8%	24.517	28.796	-14,9%
Preço Médio de Venda	R\$ Mil / Ton	0,41	0,73	-43,6%	0,48	0,67	-28,5%
CPV	R\$ Mil	(9.488)	(6.241)	52,0%	(19.730)	(16.728)	17,9%
Custo Médio de Venda	R\$ Mil / Ton	(0,41)	(0,39)	4,4%	(0,38)	(0,39)	-0,9%
Margem Unitária	R\$ Mil / Ton	(0,001)	0,333	-	0,093	0,279	-66,7%

O faturamento do algodão ao longo do ano de 2017 contempla o faturamento de duas safras distintas, ou seja, ao longo do ano foi comercializado algodão das safras 2015/16 e 2016/17. Diante disto, compararemos os dados do 4º trimestre que nos traz uma comparação da safra 2015/16 e 2016/17.

No 4T17, o faturamento do algodão em pluma totalizou 21,0 mil toneladas, um aumento de 24,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, gerando uma receita líquida de R\$ 107,3 milhões. Já o faturamento do caroço de algodão passou de 15,8 mil toneladas no 4T16 para 23,0 mil toneladas no 4T17, incremento de 45,6%, gerando uma receita líquida de R\$ 9,5 milhões.

A margem unitária bruta do algodão em pluma no 4T17 foi positiva, totalizando R\$ 1,709 mil/ton, contra R\$ 0,345 mil/ton no 4T16, impactado, principalmente, por: (i) maior preço médio de venda, que passou de R\$ 4,77 mil/ton no 4T16 para R\$ 5,10 mil/ton no 4T17, um aumento de 6,8%, decorrente de melhores preços da *commodity* em 2017 em comparação com o ano anterior; (ii) menor custo médio de venda, que passou de R\$ 4,43 mil/ton no 4T16 para R\$ 3,39 mil/ton no 4T17, decorrente da produtividade 17% superior na safra 2016/17 em comparação com a safra anterior e (iii) de custos em R\$ por hectare mais baixos, em decorrência, principalmente, da redução do dólar de aquisição dos insumos na safra 2016/17.

O caroço de algodão passou de uma margem unitária positiva de R\$ 0,333 mil/ton no 4T16 para uma margem unitária negativa de R\$ 0,001 mil/ton no 4T17, em decorrência da queda no preço médio de venda que passou de R\$ 0,73 mil/ton no 4T16 para R\$ 0,41 mil/ton no 4T17. Tal redução explica-se pela alteração das condições logísticas de venda, que, no ano de 2016, teve um volume substancial de caroço vendido com entrega no porto por conta do vendedor, fato que não se repetiu em 2017.



Milho

Milho Faturado		4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
Quantidade Faturada	Ton	89.124	46.722	90,8%	354.943	349.349	1,6%
Receita Líquida	R\$ Mil	21.081	14.312	47,3%	87.439	107.204	-18,4%
Preço Médio de Venda	R\$ Mil / Ton	0,24	0,31	-22,8%	0,25	0,31	-19,7%
CPV	R\$ Mil	(19.424)	(14.790)	31,3%	(99.510)	(103.776)	-4,1%
Custo Médio de Venda	R\$ Mil / Ton	(0,22)	(0,32)	-31,2%	(0,28)	(0,30)	-5,6%
Margem Unitária	R\$ Mil / Ton	0,019	(0,010)	-	(0,034)	0,010	-

Da mesma forma que ocorreu com o algodão, o faturamento do milho no ano fiscal de 2017 contempla dados da safra 2015/16 e 2016/17, motivo pelo qual comentaremos os dados do 4T17.

No 4T17, a quantidade faturada de milho foi de 89,1 mil toneladas contra 46,7 mil toneladas no 4T16, fruto de uma maior área plantada de milho e maiores produtividades na safra 2016/17 quando comparada à safra 2015/16. No ano de 2016, o estoque de passagem de milho foi de 9.532 toneladas em comparação com o estoque de passagem de 851 toneladas em 31 de dezembro de 2017.

A margem unitária do milho foi positiva em R\$ 0,019 mil/ton no 4T17, contra uma margem negativa de R\$ 0,010 mil/ton verificada no 4T16.

CUSTO DE PRODUÇÃO

Na tabela abaixo apresentam-se os custos para a safra 2016/17 bem como o previsto para a safra 2017/18.

Cultura	Safra 2016/17 Previsto						Safra 2017/18 Previsto					
	Estimativa Atual			% Realizado do total da Estimativa			Estimativa Atual			% Realizado do total da Estimativa		
	R\$/ha	Composição		%	% Realizado por		R\$/ha	Composição		%	% Realizado por	
		% R\$	% US\$		% R\$	% US\$		% R\$	% US\$		% R\$	% US\$
Soja 1ª safra	(2.510)	57%	43%	100%	100%	100%	(2.475)	57%	43%	15%	15%	16%
Algodão 2ª safra	(6.651)	44%	56%	97%	93%	100%	(6.225)	45%	55%	3%	8%	0%
Milho 1ª safra	(2.706)	59%	41%	100%	100%	100%	(2.561)	58%	42%	5%	8%	0%
Milho 2ª safra	(1.928)	60%	40%	100%	100%	100%	(1.935)	60%	40%	5%	6%	4%
Milho 2ª safra alternativo	(1.397)	63%	37%	100%	100%	100%	(1.309)	69%	31%	3%	5%	0%
Outros (1)	(1.739)	50%	50%	100%	100%	100%						

(1) Girassol

Como forma de fornecer cada vez mais informações acerca da composição de nossos custos, apresenta-se abaixo a composição percentual de nosso custo total de produção por item.



LUCRO BRUTO

Demonstração de Resultados (R\$ Mil)	4T17	4T16 Reapresentado	Var. %	2017	2016 Reapresentado	Var. %
Receita Líquida	216.725	152.263	42,3%	796.315	820.031	-2,9%
Receita Líquida dos Produtos	173.277	110.574	56,7%	679.159	765.325	-11,3%
Hedge Accounting	(1.705)	2.852	-	(21.366)	(54.314)	-60,7%
Avaliação do Ativo Biológico Apropriado à Receita	35.037	16.477	112,6%	133.933	118.427	13,1%
Produto Agrícola Apropriado à Receita	10.116	22.360	-54,8%	4.589	(9.407)	-
Custos de Produtos Vendidos	(163.120)	(123.651)	31,9%	(681.644)	(840.954)	-18,9%
CPV Produtos	(135.818)	(99.832)	36,0%	(590.449)	(716.263)	-17,6%
Realização Ativo Biológico Apropriado ao Custo	(27.302)	(23.819)	14,6%	(91.195)	(124.691)	-26,9%
Lucro Bruto (Prejuízo)	53.605	28.612	87,4%	114.671	(20.923)	-
<i>Margem Bruta</i>	<i>24,7%</i>	<i>18,8%</i>	<i>5,9 p.p.</i>	<i>14,4%</i>	<i>-2,6%</i>	<i>-</i>

No 4T17, Companhia apresentou um lucro bruto de R\$ 53,6 milhões, com margem bruta positiva de 24,7% contra um lucro bruto de R\$ 28,6 milhões e margem bruta positiva de 18,8% verificado no 4T16.

Em 2017, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$ 114,7 milhões, com margem bruta de 14,4%, contra um prejuízo bruto de R\$ 20,9 milhões e margem bruta negativa de 2,6% verificado em 2016.

O resultado bruto positivo registrado tanto no 4T17 quanto no ano de 2017 é reflexo das boas margens obtidas pelas culturas, onde a combinação de boas produtividades, preços de venda em dólares em linha ou acima do orçamento e otimização de custos, contribuiriam para a melhoria do lucro bruto, apesar da apreciação do real frente ao dólar ao longo de 2017.

As avaliações das linhas de ativo biológico (receita e custo) e produto agrícola totalizaram R\$ 42,7 milhões positivos em 2017. Em 2016, a avaliação dessas contas foi negativa em R\$ 6,3 milhões, ou seja, apresentou uma variação comparativa positiva de R\$ 49,0 milhões em 2017.

Salienta-se que em 2017 tivemos um impacto negativo de R\$ 21,4 milhões de variação cambial de operações designadas no *hedge accounting*, decorrente principalmente da variação cambial entre a data de designação do instrumento de proteção e a data de pagamento/realização do objeto da proteção (receita atrelada ao dólar).

DESPESAS OPERACIONAIS

Demonstração de Resultados (R\$ Mil)	4T17	4T16 Reapresentado	Var. %	2017	2016 Reapresentado	Var. %
Despesas Operacionais	(20.303)	(32.004)	-36,6%	(66.280)	(114.859)	-42,3%
Gerais, Administrativas	(8.840)	(10.008)	-11,7%	(38.202)	(38.287)	-0,2%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1.946	(9.022)	-	8.224	(35.901)	-
Despesas com Armazenagem	(3.777)	(3.114)	21,3%	(19.718)	(15.955)	23,6%
Despesas com Vendas	(9.632)	(9.860)	-2,3%	(16.584)	(24.716)	-32,9%

Em 2017, a Companhia registrou despesas operacionais de R\$ 66,3 milhões ante R\$ 114,9 milhões em 2016, uma redução de 42,3%, impactada, principalmente, pela linha outras receitas (despesas) operacionais que registrou um valor negativo de R\$ 35,9 milhões em 2016, conforme detalhado abaixo, contra um valor positivo de R\$ 8,2 milhões em 2017.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 38,2 milhões, praticamente estável em relação ao ano de 2016.



As outras receitas (despesas) operacionais apresentaram resultado positivo de R\$ 8,2 milhões em 2017 em comparação a R\$ 35,9 milhões negativos em 2016, merecendo destaque:

2017		2016	
Reversão Camera	(+) R\$ 20,3 MM	Bonificação Insumos	(+) R\$ 2,9 MM
PEPRO Milho	(+) R\$ 6,9 MM	Impairment Camera	(-) R\$ 20,3MM
Bonificação Insumos	(+) R\$ 4,4 MM	Impairment PIS, COFINS e ICMS	(-) R\$ 8,5 MM
Débitos PRT e PERT	(-) R\$ 24,0 MM	Impairment Bahia e Núcleo Santa Clara	(-) R\$ 4,4 MM
		Perda de Crédito de Recebíveis	(-) R\$ 5,0 MM

As despesas com armazenagem totalizaram R\$ 19,7 milhões em 2017, valor 23,6% superior ao mesmo período do ano anterior, motivado (i) pela locação de um armazém adicional localizado na UP Cachoeira e (ii) pelo maior processamento de soja e milho quando comparado a igual período do ano anterior.

Por fim, as despesas com vendas totalizaram R\$ 16,6 milhões em 2017, valor 32,9% inferior aos R\$ 24,7 milhões registrados em 2016. As despesas com vendas da Companhia são compostas por despesas logísticas para levar os produtos, em especial algodão em pluma, até os clientes/porto. A redução nas despesas de vendas é substancialmente explicada pela redução do volume de exportação de caroço de algodão. No ano de 2016, exportamos 23.268 toneladas de caroço de algodão, cuja despesa logística (frete, custos portuários) ficaram por conta da Companhia. No ano de 2017, a exportação de caroço de algodão foi de apenas 2.144 toneladas. Tal diferença de volume representou redução de R\$ 8,5 milhões nesta rubrica.

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

EBITDA

Demonstração de Resultados (R\$ Mil)	4T17	4T16 Reapresentado	Var. %	2017	2016 Reapresentado	Var. %
Lucro líquido (prejuízo) do período	27.034	(4.485)	-	7.350	(152.355)	-
Margem Líquida	12,5%	-2,9%	-	0,9%	-18,6%	-
(+) IR e CSLL	(7.611)	(1.989)	282,7%	(49.398)	(18.253)	170,6%
(+) Resultado Financeiro	13.879	3.082	350,3%	90.439	34.825	159,7%
(+) Depreciação e Amortização Despesa	2.157	2.034	6,0%	8.389	8.222	2,0%
(+) Depreciação e Amortização Custo	5.426	5.358	1,3%	28.850	32.988	-12,5%
EBITDA	40.885	4.000	-	85.630	(94.573)	-
Margem EBITDA	18,9%	2,6%	16,3 p.p.	10,8%	-11,5%	-

O EBITDA apresentado pela Companhia em 2017 foi de R\$ 85,6 milhões ante um EBITDA negativo de R\$ 94,6 milhões registrado em 2016, resultando em uma margem EBITDA de 10,8%, ante a margem negativa de 11,5% registrada em 2016.

EBITDA AJUSTADO

Com o objetivo de fornecer melhores elementos para análise, a Companhia apresenta, além do EBITDA calculado de acordo com os critérios da CVM, o EBITDA Ajustado. Nesse cálculo, de forma a aproximar o cálculo da real geração de caixa operacional, que é a definição conceitual do EBITDA, são excluídos os efeitos decorrentes da variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas (apropriado na receita), como também o efeito da apropriação do valor justo dos ativos biológicos apropriados ao custo



dos produtos agrícolas vendidos. Por outro lado, são incluídos no ajuste do EBITDA a variação cambial das operações de revenda de grãos/pluma/insumos, provisões e ajustes não recorrentes.

Adicionalmente, incluímos no ajuste do EBITDA as variações cambiais e monetárias, positivas ou negativas, decorrentes de contas a receber (vendas de produtos) e a pagar (fornecedores de insumos e arrendamentos) indexadas a moeda estrangeira e a produto. Pelo fato de tais variações serem derivadas da operação normal da Companhia e não por dívida financeira, entendemos como mais adequado que façam parte do cálculo do EBITDA (Ajustado) da Companhia.

Demonstração de Resultados (R\$ Mil)	4T17	4T16 Reapresentado	Var. %	2017	2016 Reapresentado	Var. %
EBITDA	40.885	4.000	-	85.630	(94.573)	-
Margem EBITDA	18,9%	2,6%	16,3 p.p.	10,8%	-11,5%	-
(+) Ativos Biológicos apropriados a Receita e ao CPV	(17.851)	(15.018)	18,9%	(47.327)	15.671	-
(+) Hedge Accounting	1.705	(2.852)	-	21.366	54.314	-60,7%
(+) Variação Cambial	(6.004)	5.070	-	5.083	35.023	-85,5%
(+) Provisões não recorrentes e Impairment de ativos	527	9.325	-94,3%	(21.157)	41.838	-
(+) Programas de regularização tributária	7.211	-	-	24.903	-	-
(+) Outros	64	103	-37,9%	293	416	-29,6%
EBITDA Ajustado	26.537	628	-	68.792	52.689	30,6%
Margem EBITDA Ajustada ⁽¹⁾	15,3%	0,6%	14,7 p.p.	10,1%	6,9%	3,2 p.p.

(1) Margens calculadas sobre Receita Líquida dos Produtos

Em 2017, o EBITDA Ajustado foi positivo em R\$ 68,8 milhões contra um EBITDA Ajustado positivo de R\$ 52,7 milhões verificado em 2016.

HEDGE ACCOUNTING DO FLUXO DE CAIXA

A Companhia, por ter grande parte da venda de seus produtos atrelada ao dólar, com o objetivo de evitar volatilidade sem efeito caixa nos seus resultados e aproximar as demonstrações à sua realidade, decidiu designar, a partir de 1º de agosto de 2013, suas dívidas bancárias nominadas em dólar como hedge de suas vendas futuras indexadas ao dólar, em conformidade com as normas IAS 39 e CPC 38.

O saldo da variação cambial passiva decorrente das dívidas bancárias designadas no *hedge accounting* totalizou R\$ 15,9 milhões em dezembro de 2017 (R\$ 24,1 milhões bruto de IRPJ/CSLL), o qual foi registrado temporariamente no patrimônio líquido e só será levado ao resultado à medida em que se realizarem as receitas em dólar, objeto de proteção dos instrumentos financeiros designados no *hedge accounting*.

Em 2017, a variação cambial negativa de R\$ 21,4 milhões referentes às dívidas bancárias que estavam designadas para o *hedge accounting* foi reconhecida no resultado.

Por fim, é importante salientar que o resultado da Companhia ainda poderá ser impactado pela variação cambial de clientes, fornecedores em dólar e dívidas que não fazem parte do *hedge accounting* implementado pela Companhia.



RESULTADO FINANCEIRO

Em 2017, apresentamos um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 90,4 milhões, contra um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 34,8 milhões verificado em 2016, conforme composição abaixo demonstrada.

Demonstração de Resultados (R\$ Mil)	4T17	4T16 Reapresentado	Var. %	2017	2016 Reapresentado	Var. %
Resultado Financeiro	(13.879)	(3.082)	350,3%	(90.439)	(34.825)	159,7%
Receita Financeira	35.526	7.375	381,7%	50.961	31.060	64,1%
Receita Financeira - Ordinária	10.351	7.375	40,4%	25.786	31.060	-17,0%
Programas de regularização tributária	25.175	-	-	25.175	-	-
Despesa Financeira	(39.723)	(30.239)	31,4%	(142.148)	(117.087)	21,4%
Despesa Financeira - Ordinária	(28.024)	(30.239)	-7,3%	(98.886)	(117.087)	-15,5%
Programas de regularização tributária	(11.699)	-	-	(43.262)	-	-
Variação Cambial	(9.099)	20.820	-	3.103	56.170	-94,5%
Variação Cambial Caixa	(2.370)	10.908	-	6.442	23.728	-72,9%
Variação Cambial Competência	(6.729)	9.912	-	(3.339)	32.442	-
Derivativos	(583)	(1.038)	-43,8%	(2.355)	(4.968)	-52,6%

Em 2017, as receitas financeiras atingiram R\$ 51,0 milhões, ante R\$ 31,1 milhões em 2016. Do total das receitas no ano, R\$ 25,2 milhões referem-se a descontos obtidos à adesão aos programas de regularização tributária (PRT e PERT); R\$ 21,2 milhões referem-se a juros e variações monetárias dos recebíveis da Companhia e R\$ 3,3 milhões a descontos obtidos.

As despesas financeiras, por sua vez, totalizaram R\$ 142,1 milhões em 2017, valor 21,4% superior aos R\$ 117,1 milhões registrados no mesmo período do ano anterior, diferença substancialmente representada pelo reconhecimento de R\$ 43,3 milhões de juros e atualização monetária de débitos tributários incluídos programas de regularização tributária (PRT e PERT). Desconsiderando esse valor, a despesa financeira em 2017 foi de R\$ 98,9 milhões, 15,5% inferior ao verificado em 2016.

A variação cambial impactou positivamente o resultado financeiro da Companhia em R\$ 3,1 milhão em 2017, em comparação com o resultado positivo de R\$ 56,2 milhões em 2016.

RESULTADO LÍQUIDO

Demonstração de Resultados (R\$ Mil)	4T17	4T16 Reapresentado	Var. %	2017	2016 Reapresentado	Var. %
Lucro (Prejuízo) Antes do IR e CS	19.423	(6.474)	-	(42.048)	(170.607)	-75,4%
<i>Margem do Lucro (Prejuízo) Antes do IR e CS</i>	<i>9,0%</i>	<i>-4,3%</i>	<i>-</i>	<i>-5,3%</i>	<i>-20,8%</i>	<i>15,5 p.p.</i>
IR e CSLL	7.611	1.989	282,7%	49.398	18.252	170,6%
Impostos Correntes	-	(2)	-	-	(6)	-
Impostos Diferidos	7.611	1.991	282,3%	49.398	18.258	170,6%
Lucro líquido (prejuízo) do período	27.034	(4.485)	-	7.350	(152.355)	-
<i>Margem Líquida</i>	<i>12,5%</i>	<i>-2,9%</i>	<i>-</i>	<i>0,9%</i>	<i>-18,6%</i>	<i>-</i>

Em 2017, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 7,4 milhões ante um prejuízo líquido de R\$ 152,4 milhões em 2016, reflexo de (i) de uma safra 2016/17 com produtividades e margens superiores à safra anterior, apesar da valorização do real frente do dólar ter afetado fortemente as receitas; (ii) reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa da Camera, no valor de R\$ 20,3 milhões; e (iii) ganhos líquidos de R\$ 23,3 milhões auferidos nos programas de regularização tributária de 2017 (PRT e PERT).



PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA (PRT E PERT)

Com os objetivos de reduzir litígios tributários e promover a regularização fiscal, o Governo Federal lançou, ao longo do exercício de 2017, o Programa de Regularização Tributária – PRT (Medida Provisória 766/17) e Programa Especial de Regularização Tributária – PERT (Lei 13.496/17), por meio do qual puderam ser liquidadas, sob condições especiais, quaisquer dívidas para com a Fazenda Nacional, vencidas até 30 de abril de 2017.

A Companhia e suas controladas, Maeda S.A. Agroindustrial e Vanguarda do Brasil S.A., após análise de seus débitos, optaram pela adesão aos programas de parcelamento supramencionados.

Considerando ser este um evento não recorrente e com efeito significativo no demonstrativo de resultados, apresentamos abaixo, DRE ProForma desconsiderando adesão a esses dois programas.

	2017	Efeito dos Programas	2017 - Sem PRT/PERT
Lucro (prejuízo) bruto	114.671	0	114.671
Receitas (despesas) operacionais	(66.280)	(24.903)	(41.377)
Despesas gerais, administrativas e com vendas	(66.960)	(898)	(66.062)
Honorários da administração	(7.544)		(7.544)
Outras receitas (despesas), líquidas	8.224	(24.005)	32.229
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social	48.391	(24.903)	73.294
Resultado financeiro	(90.439)	(18.087)	(69.997)
Receitas financeiras	50.961	25.175	25.786
Despesas financeiras	(142.148)	(43.262)	(98.886)
Variações cambiais, líquidas	3.103		3.103
Derivativos	(2.355)		(2.355)
Prejuízo antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	(42.048)	(42.990)	3.297
Imposto sobre a renda e contribuição social			
Corrente	-	-	-
Diferido	49.398	67.988	(18.590)
Lucro líquido (prejuízo) do período	7.350	24.998	(15.293)

HEDGE COMERCIAL

Como parte do procedimento de *hedge* adotado, a Companhia busca o travamento de suas margens, ou seja, à medida que assume compromissos decorrentes da compra de insumos, vende parte de sua produção. Na tabela a seguir, apresentamos a posição comercializada e faturada da safra, 2016/17 e 2017/18.



Safra	Produto	Moeda	% comercializado ⁽¹⁾	% faturado ⁽²⁾	Preço Vendido FOB - Fazenda ⁽³⁾	Preço Porto	
2016/17	Soja	R\$	2%	2%	22,58/Bushel	US\$ 10,78/Bushel ^(?)	
		USD	85%	85%	8,19/Bushel		
		Arrendamento	13%	13%	N/A		
		Total	100%	100%			
	Milho	R\$	64%	64%	7,09/Bushel		
		USD	36%	36%	2,10/Bushel		
		Total	100%	100%			
	Algodão	R\$	0%	0%	0,00/ libra peso		
		USD	100%	67%		US\$ 0,7447/ libra peso	
		Total	100%	67%			
	Caroço	R\$	98%	82%	426 /Ton		
		USD	0%	0%	0,00 /Ton		
		Total	98%	0%			
	2017/18	Soja ⁽⁵⁾	R\$	0%	0%	0,00/Bushel	US\$ 10,64/Bushel ^(?)
			USD	84%	0%	7,78/Bushel	
Arrendamento			12%	0%	N/A		
Total			96%	0%			
Milho		R\$	19%	0%	7,08/Bushel		
		USD	57%	0%	2,15/Bushel		
		Total	76%	0%			
Algodão		R\$	0%	0%	0,00/ libra peso		
		USD	75%	0%		US\$ 0,7785/ libra peso	
		Total	75%	0%			
Caroço		R\$	72%	0%	380/Ton		
		USD	0%	0%	USD 0,00 /bu		
		Total	0%	0%			
2018/19		Algodão	R\$	0%	0%	0,00/ libra peso	
			USD	23%	0%		US\$ 0,7893/ libra peso
	Total		23%	0%			

(1) Percentual comercializado até 28/02/2018

(2) Percentual do total da produção faturado até a 31/12/2017

(3) Preço Equivalente considerando Frete de US\$ 95 por tonelada para safra 2016/17

(4) Preço Equivalente considerando Frete de US\$ 105,00 por tonelada para safra 2017/18

(5) Percentual fixado Flat Price (todos os componentes de preço)

ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO

Comparativamente a setembro de 2017, o endividamento bancário da Companhia apresentou uma redução de 0,3%, passando de R\$ 794,2 milhões no 3T17 para R\$ 791,7 milhões no 4T17, conforme demonstrado no quadro abaixo:

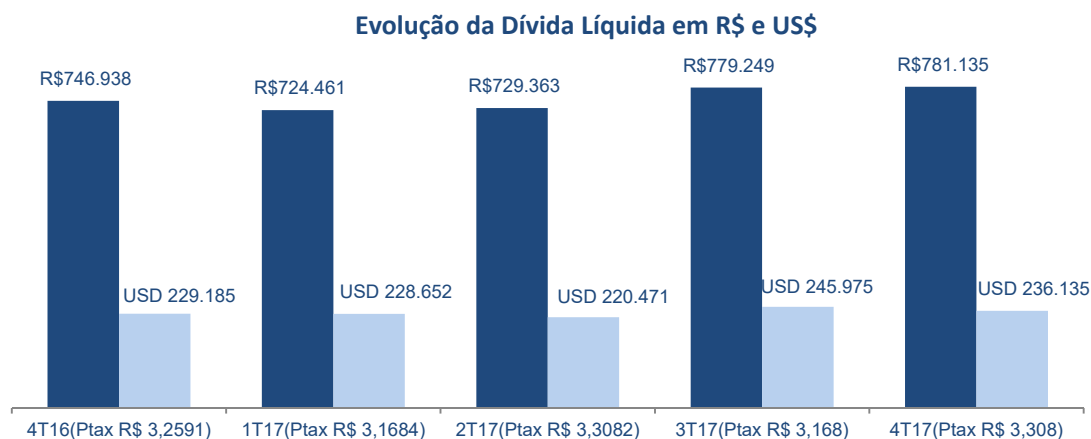
Composição do Endividamento	4T17	3T17
Endividamento do trimestre anterior	798,7	736,4
(+) Captações no trimestre	26,8	90,3
(-) Amortizações no trimestre	(76,6)	(14,9)
(+ / -) Variação cambial e juros	46,9	(13,1)
Endividamento	795,8	798,7
(-) Custo de Transação (+) Outros sem efeito caixa	(4,1)	(4,5)
Endividamento no final do trimestre	791,7	794,2

A dívida em dólar em dezembro de 2017 representou 91% do total, com um custo médio de 7,33% a.a. Já o custo médio da totalidade da dívida da Companhia no 4T17 é de 7,50% a.a.



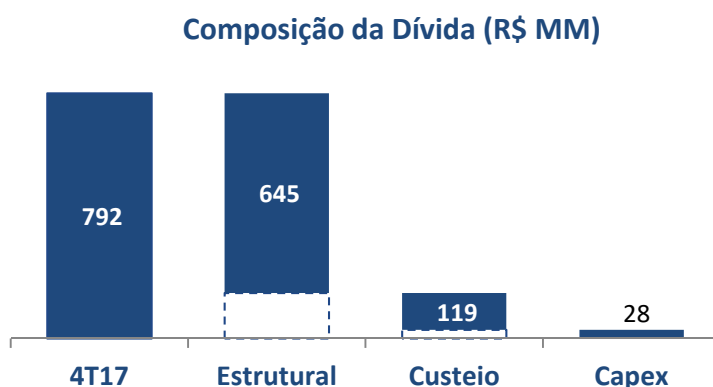
Vale ressaltar que a contratação de dívidas em moeda estrangeira tem um hedge natural, visto que as receitas da Companhia são, em sua maioria, dolarizadas.

Abaixo apresentamos um gráfico com evolução da dívida líquida da Companhia em reais e convertida para dólares.



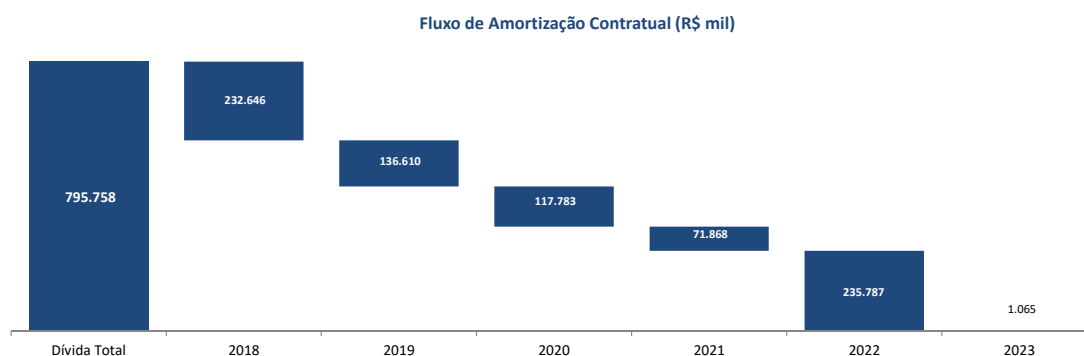
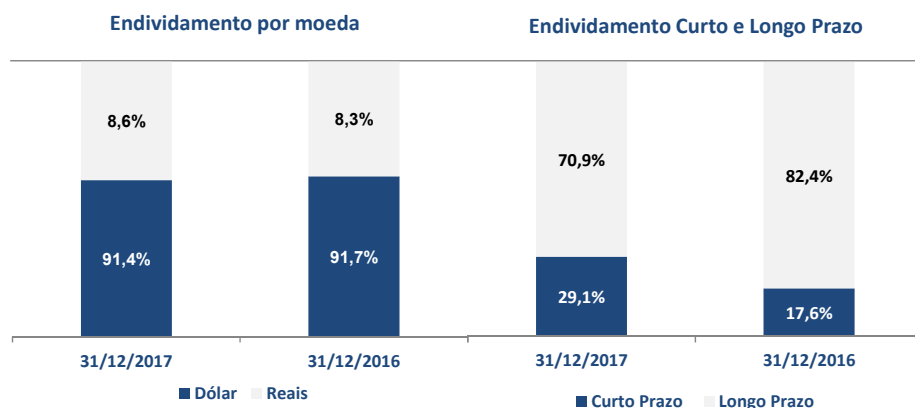
Para uma melhor compreensão da composição do endividamento da Companhia, apresenta-se a abertura abaixo:

- **Dívida Estrutural:** composta por dívidas de longo prazo, principalmente PPE (pré-pagamento de exportação). O *duration* destas dívidas é de 2,7 anos.
- **Custeio:** composta por dívidas para capital de giro e custeio agrícola. São dívidas de curto prazo e as principais linhas contratadas são crédito agrícola e ACC (adiantamento de contrato de câmbio). O *duration* destas dívidas é de 0,5 ano.
- **Capex:** composta por linhas de financiamento para aquisição de máquinas e ativo fixo. O *duration* destas dívidas é de 1,4 anos.





Nos gráficos abaixo, apresentamos a composição do endividamento em curto e longo prazo, por moeda e o fluxo de amortizações atual.



GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

Com o objetivo de apresentar o resultado da Companhia desconsiderando os efeitos que não impactam seu caixa, apresenta-se o quadro abaixo com a geração de caixa operacional.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (R\$ Mil)	4T17	4T16 Reapresentado	2017	2016 Reapresentado
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	19.424	(6.474)	(42.048)	(170.607)
(+) Ajustes do resultado que não afetam o caixa	33.637	45.057	125.570	191.465
(+/-) Variações das contas patrimoniais operacionais	(5.628)	(13.992)	(23.178)	120.071
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(2)	-	(6)
(-) Juros pagos	(25.160)	(17.393)	(49.838)	(75.889)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - NDF	(203)	4.536	3.921	4.109
Geração de caixa operacional	22.070	11.732	14.427	69.143

A geração de caixa operacional foi positiva em R\$ 22,1 milhões e R\$ 14,4 milhões no 4T17 e 2017, respectivamente, contra a geração de caixa operacional positiva de R\$ 11,7 milhões e R\$ 69,1 milhões no 4T16 e 2016. Vale ressaltar que, a geração de caixa de 2017 foi impactada pela postergação negociada com fornecedores da safra 2015/16 no montante de R\$ 63,7 milhões, cujo pagamento se deu no 1º trimestre de 2017, bem como pelo cumprimento de todas as obrigações bancárias (juros) para o ano. Desconsiderando a postergação de pagamentos de fornecedores citada, a geração de caixa da Companhia seria de R\$ 78,1 milhões em 2017.



VALOR LÍQUIDO DOS ATIVOS

Apresentamos na tabela abaixo o valor líquido dos ativos da Companhia.

Valor Líquido dos Ativos (NAV)	2017
R\$ milhões	
(+) Fazendas Próprias + Infraestrutura ⁽¹⁾⁽²⁾	1.663
(+) Contas a Receber / Títulos a Receber	50
(+) Estoques	259
(+) Ativos Biológicos	203
(+) Caixa	11
(+) Subtotal	2.186
(-) Fornecedores	151
(-) Adiantamento de Clientes	143
(-) Dívida Bancária	792
(-) Subtotal	1.086
(=) Valor Líquido dos Ativos (NAV)	1.100
Nº Ações (milhões)	17,9
Valor Líquido dos Ativos por Ação	61,40
Valor da Ação (R\$ por Ação) em 31/12/2017	14,89
Desconto do preço da Ação no mercado em Relação ao NAV	75,7%

(1) Considerado Laudo de Avaliação da Deloitte de 31 de outubro de 2017

(2) Não foram descontados os impostos sobre o ganho de capital da venda das terras em função da Companhia possuir, em 31 de dezembro de 2017, créditos acumulados de IRPJ e CSLL originados de Prejuízo Fiscal, Base de Cálculo Negativa da CSLL e Ágio Fiscal a amortizar no valor de R\$ 465,0 milhões.



3 - SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

A empresa KPMG Auditores Independentes foi contratada, em 2017, para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações financeiras da Companhia.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria, prestou serviços de assessoria tributária envolvendo a revisão de impostos diretos e indiretos. Por esses serviços, foi realizado o pagamento de R\$ 184,0 mil (valor bruto, com impostos), que representam 22% dos honorários de auditoria. Entendemos que estes serviços não representam conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

Terra Santa Agro S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Circulante					
Caixas e equivalentes de caixa	3	10.514	1.768	10.561	4.232
Títulos e valores mobiliários		466	-	710	-
Contas a receber de clientes	4	12.523	210	12.719	5.164
Títulos a receber	5	7.839	3.602	26.187	9.070
Estoques	6	259.057	160.712	259.067	205.930
Ativos biológicos	7	202.684	195.161	202.684	195.161
Tributos a recuperar	8	12.356	16.451	17.671	17.549
Despesas antecipadas		699	597	4.180	3.438
Outros ativos		2.484	3.629	2.490	4.239
Ativos não circulantes mantidos para venda		51	210	51	210
Total do ativo circulante		508.673	382.340	536.320	444.993
Não circulante					
Títulos a receber	5	11.339	8.818	11.339	24.385
Tributos a recuperar	8	50.695	26.485	89.180	59.208
Tributos diferidos	9	171.567	148.063	171.567	151.532
Depósitos judiciais	20	2.725	2.563	20.223	7.880
Adiantamentos para futuro aumento de capital	10	336	56	-	-
Outros ativos		12.759	15.028	12.761	15.046
Total do realizável a longo prazo		249.421	201.013	305.070	258.051
Propriedade para investimento					
Investimentos	11	1.201.599	1.206.045	-	-
Imobilizado	13	242.225	259.906	1.092.802	1.114.547
Intangível	14	1.243	1.364	280.427	284.496
Total do ativo não circulante		1.702.328	1.668.328	1.686.139	1.657.094
Total do ativo		2.211.001	2.050.668	2.222.459	2.102.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Circulante					
Salários e contribuições sociais		11.330	10.271	11.434	11.274
Fornecedores	15	150.940	174.163	151.079	177.245
Tributos a recolher		6.921	5.955	8.886	8.707
Empréstimos e financiamentos	16	227.673	131.897	230.089	131.897
Mútuos	10	45.348	2.840	-	-
Tributos parcelados	19	2.355	1.251	5.642	2.075
Adiantamentos de clientes	17	142.934	64.714	143.123	102.143
Instrumentos financeiros derivativos	22	11.947	5.907	11.947	5.907
Arrendamentos a pagar		19.201	15.453	16.237	15.453
Dívida com a União - PESA	18	2.923	3.236	2.923	3.236
Títulos a pagar		6.645	6.443	6.914	6.850
Total do passivo circulante		628.217	422.130	588.274	464.787
Não circulante					
Fornecedores	15	-	2.067	-	2.090
Empréstimos e financiamentos	16	561.607	619.273	561.607	619.273
Tributos parcelados	19	7.307	4.898	10.165	5.256
Títulos a pagar		579	448	2.207	2.061
Tributos diferidos	9	-	-	48.668	8.211
Dívida com a União - PESA	18	-	2.978	-	2.978
Provisão para demandas judiciais	20	19.618	19.795	19.618	19.795
Provisão para perdas em investimentos	11	1.753	1.443	-	-
Total do passivo não circulante		590.864	650.902	642.265	659.664
Total do passivo		1.219.081	1.073.032	1.230.539	1.124.451
Patrimônio líquido					
Capital	21	2.707.502	2.707.502	2.707.502	2.707.502
Reservas de capital		1.890	2.108	1.890	2.108
Ajustes de avaliação patrimonial		(15.926)	(22.725)	(15.926)	(22.725)
Prejuízos acumulados		(1.701.546)	(1.709.249)	(1.701.546)	(1.709.249)
Total do patrimônio líquido		991.920	977.636	991.920	977.636
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.211.001	2.050.668	2.222.459	2.102.087

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016 (reapresentado)	2017	2016 (reapresentado)
Receita líquida de vendas	24	588.630	636.146	657.793	711.011
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	25	128.616	120.540	138.522	109.020
Realização do valor justo dos ativos biológicos	25	(81.950)	(114.792)	(91.195)	(124.691)
Custo dos produtos vendidos	25	<u>(559.933)</u>	<u>(704.394)</u>	<u>(590.449)</u>	<u>(716.263)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		75.363	(62.500)	114.671	(20.923)
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	25	(12.527)	(3.137)	(16.584)	(24.716)
Despesas gerais e administrativas	25	(47.490)	(45.161)	(50.376)	(48.845)
Honorários da administração	23	(7.544)	(5.396)	(7.544)	(5.396)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(499)	10.012	-	-
Provisão para perdas em investimentos	11	(310)	(197)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	25	<u>25.459</u>	<u>(30.491)</u>	<u>8.224</u>	<u>(35.902)</u>
		<u>(42.911)</u>	<u>(74.370)</u>	<u>(66.280)</u>	<u>(114.859)</u>
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social		<u>32.452</u>	<u>(136.870)</u>	<u>48.391</u>	<u>(135.782)</u>
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		30.028	30.227	50.961	31.060
Despesas financeiras		(108.723)	(118.541)	(142.148)	(117.087)
Derivativos, líquidos		(2.355)	(4.968)	(2.355)	(4.968)
Variações cambiais, líquidas		<u>2.136</u>	<u>57.056</u>	<u>3.103</u>	<u>56.170</u>
		<u>(78.914)</u>	<u>(36.226)</u>	<u>(90.439)</u>	<u>(34.825)</u>
Prejuízo antes do imposto sobre a renda e da contribuição social		<u>(46.462)</u>	<u>(173.096)</u>	<u>(42.048)</u>	<u>(170.607)</u>
Imposto sobre a renda e contribuição social	9(b)				
Corrente		-	-	-	(6)
Diferido		<u>53.812</u>	<u>20.741</u>	<u>49.398</u>	<u>18.258</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>7.350</u>	<u>(152.355)</u>	<u>7.350</u>	<u>(152.355)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia		<u>7.350</u>	<u>(152.355)</u>	<u>7.350</u>	<u>(152.355)</u>
Lucro (prejuízo) por ação ordinária:					
Básico e diluído	28			<u>0,4103</u>	<u>(8,5048)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.350	(reapresentado) (152.355)
Outros resultados abrangentes:		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	10.302	163.264
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	<u>(3.503)</u>	<u>(55.510)</u>
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	<u>6.799</u>	<u>107.754</u>
Resultado abrangente total	<u><u>14.149</u></u>	<u><u>(44.601)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	<u>Capital</u>						Total do patrimônio líquido
	Nota	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2016, como previamente divulgado		2.728.353	(20.851)	2.708	(173.183)	(1.514.988)	1.022.039
Impacto da retificação de erros		-	-	-	42.704	(42.704)	-
Saldo rerepresentado em 1º de janeiro de 2016		2.728.353	(20.851)	2.708	(130.479)	(1.557.692)	1.022.039
Resultado abrangente do exercício							
Impacto da retificação de erros			-	-	-	(4.277)	(4.277)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(148.078)	(148.078)
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	107.754	-	107.754
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		-	-	-	107.754	(152.355)	(44.601)
Transações de capital							
Efeitos com plano de opções de ações reconhecidos no exercício	29	-	-	(600)	-	798	198
Total de transações de capital		-	-	(600)	-	798	198
Saldo rerepresentado em 31 de dezembro de 2016		<u>2.728.353</u>	<u>(20.851)</u>	<u>2.108</u>	<u>(22.725)</u>	<u>(1.709.249)</u>	<u>977.636</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2017, como previamente divulgado		2.728.353	(20.851)	2.108	(69.706)	(1.662.268)	977.636
Impacto da retificação de erros		-	-	-	46.981	(46.981)	-
Saldo rerepresentado em 1º de janeiro de 2017		2.728.353	(20.851)	2.108	(22.725)	(1.709.249)	977.636
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.350	7.350
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	6.799	-	6.799
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		-	-	-	6.799	7.350	14.149
Transações de capital							
Efeitos com plano de opções de ações reconhecidos no exercício	29	-	-	(218)	-	353	135
Total de transações de capital		-	-	(218)	-	353	135
Saldo em 31 de dezembro de 2017		<u>2.728.353</u>	<u>(20.851)</u>	<u>1.890</u>	<u>(15.926)</u>	<u>(1.701.546)</u>	<u>991.920</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2017 (reapresentado)	2016 (reapresentado)	2017 (reapresentado)	2016 (reapresentado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto sobre a renda e da contribuição social					
Ajustes de:					
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	25	(128.616)	(120.540)	(138.522)	(109.020)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	25	81.950	114.792	91.195	124.691
Depreciações e amortizações	25	33.226	26.705	37.239	41.210
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	25	646	1.815	649	2.174
Resultado da equivalência patrimonial	11.3	499	(10.012)	-	-
Provisão para perdas em investimentos	11.3	310	197	-	-
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	29.b	135	198	135	198
Provisão para demandas judiciais		(129)	2.120	(129)	2.120
Provisão (reversão) das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	5	(21.110)	21.973	(21.110)	21.973
Provisão das perdas estimadas em estoques	6	121	155	121	155
Provisão (reversão) dos créditos tributários ao valor recuperável	25	(1.831)	6.618	(2.462)	8.468
Adesão a parcelamentos tributários		2.148	-	24.005	-
Impairment de ativos, incluindo ágio alocado a contratos		-	3.045	-	4.035
Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	26	7.377	5.684	6.802	6.584
Juros e variações cambiais, líquidos		92.074	92.110	134.215	88.877
Variação nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		(12.140)	51.111	(7.098)	10.178
Títulos a receber	27	8.558	42.224	12.752	34.948
Estoques		(27.258)	103.023	18.897	87.311
Ativos biológicos		(29.151)	12.761	(29.151)	14.822
Tributos a recuperar	27	(24.482)	5.995	(36.432)	(12.435)
Despesas antecipadas		(102)	211	(742)	2.590
Outros ativos		3.573	4.496	4.193	4.259
Depósitos judiciais		(210)	(1.350)	(12.391)	(1.761)
Salários e contribuições sociais		1.059	2.153	160	2.434
Fornecedores	27	(35.101)	7.161	(34.531)	6.426
Tributos a recolher	27	7.164	8.329	8.979	10.807
Adiantamentos de clientes		78.220	(31.729)	40.244	(18.513)
Tributos parcelados		26.391	6.149	7.526	4.994
Arrendamentos a pagar		3.783	(24.805)	819	(24.805)
Dívida com a União - PESA		(3.181)	(3.235)	(3.181)	(3.235)
Mútuos		42.228	(16.099)	-	-
Títulos a pagar		333	1.551	210	2.051
Caixa gerado pelas atividades operacionais					
		60.022	139.710	60.344	140.929
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	(6)
Juros pagos		(49.645)	(75.889)	(49.838)	(75.889)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos - NDF		3.921	4.109	3.921	4.109
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais					
		14.298	67.930	14.427	69.143
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		(466)	5.298	(710)	5.298
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	27	1.217	5.522	1.217	5.691
Aquisição de imobilizado	27	(10.349)	(10.813)	(10.398)	(10.905)
Aquisição de intangível		(337)	(39)	(342)	(39)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento					
		(9.935)	(32)	(10.233)	45
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos e financiamentos	16	156.166	131.724	156.166	131.724
Amortização de empréstimos e financiamentos	16	(149.620)	(215.602)	(151.868)	(215.602)
Pagamentos de custos de captação	16	(1.928)	(1.234)	(1,928)	(1,234)
Instrumentos financeiros derivativos pagos - Swap	16	(235)	(5.258)	(235)	(5,258)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento					
		4.383	(90.370)	2.135	(90,370)
Aumento (redução) líquidos de caixas e equivalentes de caixa					
		8.746	(22,472)	6,329	(21,182)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício					
		1,768	24,240	4,232	25,414
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício					
		10,514	1,768	10,561	4,232

Informações suplementares ao fluxo de caixa estão demonstradas na nota explicativa 27.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (reapresentado)	2017	2016 (reapresentado)
Receitas				
Vendas de mercadorias e produtos	637.570	733.091	712.382	798.218
Outras receitas	15.208	10.660	18.596	11.955
Abatimentos e devolução de vendas	(1.281)	(1.896)	(2.043)	(1.920)
Reversão (perdas) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21.110	(21.791)	21.110	(21.791)
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	128.616	120.540	138.522	109.020
	<u>801.223</u>	<u>840.604</u>	<u>888.567</u>	<u>895.482</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	(303.706)	(273.369)	(303.706)	(273.369)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(81.950)	(114.792)	(91.195)	(124.691)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(192.984)	(364.458)	(210.694)	(344.476)
Perdas estimadas em estoques	(121)	(155)	(121)	(155)
Outras despesas	(13.834)	(27.251)	(34.883)	(34.954)
	<u>(592.595)</u>	<u>(780.025)</u>	<u>(640.599)</u>	<u>(777.645)</u>
Valor adicionado bruto	<u>208.628</u>	<u>60.579</u>	<u>247.968</u>	<u>117.837</u>
Depreciações e amortizações	(33.226)	(26.705)	(37.239)	(41.210)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>175.402</u>	<u>33.874</u>	<u>210.729</u>	<u>76.627</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(499)	10.012	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(310)	(197)	-	-
Receitas financeiras	43.515	71.960	65.402	72.173
Valor adicionado total a distribuir	<u>218.108</u>	<u>115.649</u>	<u>276.131</u>	<u>148.800</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	60.165	52.197	73.944	90.235
Benefícios	1.418	1.288	1.426	1.334
FGTS	4.436	3.910	5.538	7.010
	<u>66.019</u>	<u>57.395</u>	<u>80.908</u>	<u>98.579</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	16.922	36.712	20.227	23.422
Estaduais	12.307	7.223	14.275	10.782
Municipais	242	88	267	117
Diferidos	(53.812)	(20.741)	(49.398)	(18.258)
	<u>(24.341)</u>	<u>23.282</u>	<u>(14.629)</u>	<u>16.063</u>
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e variações cambiais	133.198	154.796	152.974	153.283
Multas	5.964	1.155	19.610	1.854
Aluguéis e arrendamentos	29.918	31.376	29.918	31.376
	<u>169.080</u>	<u>187.327</u>	<u>202.502</u>	<u>186.513</u>
Remuneração de capitais próprios:				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.350	(152.355)	7.350	(152.355)
	<u>7.350</u>	<u>(152.355)</u>	<u>7.350</u>	<u>(152.355)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>218.108</u>	<u>115.649</u>	<u>276.131</u>	<u>148.800</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Atividades operacionais

A Terra Santa Agro S.A. ("Companhia" ou "Terra Santa Agro"), foi constituída em 18 de julho de 2003, sob a denominação de Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda., como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo atualmente sede na Praça General Gentil Falcão, 108 - cj 81, Brooklin Novo, São Paulo - SP.

Em 9 de novembro de 2006, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/nº 046/2006, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu à Companhia o registro de "Companhia Aberta", possibilitando a negociação de ações ordinárias de sua emissão no mercado de bolsa de valores (B3).

Em 28 de outubro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade dos acionistas presentes, a alteração da denominação social da Companhia de Vanguarda Agro S.A. para Terra Santa Agro S.A., em homenagem a uma de suas fazendas localizada no norte do Estado de Mato Grosso.

Essa alteração teve por objetivo registrar o novo ciclo que se iniciou após a conclusão do "turnaround" operacional iniciado em 2013 e da reestruturação da dívida bancária em 2016.

A Companhia manterá a identidade organizacional criada e desenvolvida, a qual tem como objetivo principal alcançar a excelência operacional na produção de grãos e fibras e no desenvolvimento de terras.

A Companhia e as controladas Maeda S.A. Agroindustrial e Vanguarda do Brasil S.A. exploram atividades agrícolas, com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, e suas atividades consistem basicamente em:

- cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização;
- comercialização de insumos agropecuários;
- beneficiamento do algodão em caroço, próprio e de terceiros;
- prestação de serviços de armazenagem de insumos e produtos agrícolas;
- prestação de serviços de preparo de solo e colheita com máquinas agrícolas.

Essas atividades são exploradas em terras próprias, arrendadas de terceiros e sob regime de parceria agrícola com as partes relacionadas Vanguarda do Brasil S.A. e Maeda S.A. Agroindustrial.

1.2 Situação econômica e financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas apresentaram um capital circulante líquido negativo de R\$ 119.544 e R\$ 51.954, na controladora e consolidado, respectivamente, substancialmente representado pelos passivos bancários exigíveis nos próximos 12 meses e, na controladora, por operações de mútuos junto as controladas Maeda S.A. Agroindustrial e Vanguarda do Brasil S.A..

A Companhia possui contratos de mútuo no montante de R\$ 45.348 junto as suas controladas, nas quais as partes concedem entre si um crédito de R\$ 120.000 e tais transações foram efetuadas com prazos de vencimento variáveis e renováveis, atualizados com base em 100% do CDI. Os recursos captados são originários da comercialização de produtos agrícolas feitas pelas controladas.

Uma parcela importante dos passivos bancários da Companhia corresponde à dívida de custeio, constituída para financiar a safra, e liquidada com recursos da própria safra. Essa modalidade tem substancial representação no custeio de safra da Companhia e tem sido liquidada com recursos da safra seguinte. Considerando o êxito já obtido em renegociações com fornecedores e bancos nos últimos anos, a Administração espera que a parcela referente ao custeio, que inclui capital de giro, venha a ser integralmente renovada, conforme prática característica do setor.

A Companhia mantém o monitoramento contínuo de seu fluxo de caixa operacional, buscando alternativas para a captação de novos recursos que são necessários para o financiamento de suas operações nos próximos doze meses, o que leva a Administração a ter plena confiança na capacidade da Companhia em operacionalizar seus planos para o financiamento de suas operações e manutenção de sua continuidade operacional. Caso a Administração, por algum motivo não esperado, não concretize com êxito esses planos e em havendo a possibilidade de *default*, terá que renegociar com seus principais credores novos prazos e condições que possam ser cumpridos levando em consideração o potencial de geração de caixa operacional da Companhia. Importante destacar que a Companhia possui patrimônio suficiente, principalmente representado por terras agrícolas, os quais possuem valor de mercado, equivalente a R\$ 1.349.500, conforme avaliação efetuada em outubro de 2017 por consultoria externa, valor este consideravelmente superior ao valor contábil, para fazer frente às suas obrigações financeiras e operacionais.

Adicionalmente, cumpre esclarecer que, por metodologia, a margem operacional esperada das culturas não foi totalmente reconhecida nas demonstrações financeiras, em função de parte das lavouras de soja não terem alcançado os critérios para reconhecimento do valor justo (transformação biológica relevante).

Por fim, destaca-se que no caso das culturas de milho e algodão (cultura com maior perspectiva de rentabilidade nessa safra), nenhum valor havia sido marcado como avaliação do ativo biológico, em função de (i) parte significativa dessas culturas ainda não ter sido plantada até o encerramento do exercício; e (ii) a parte já plantada estava em estágio incipiente de ciclo vegetativo, não demandando marcação do valor justo dos ativos biológicos.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Em 27 de março de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia e pelo Conselho de Administração a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.2 Reapresentação de valores correspondentes

2.2.1 Retificação de erro

A Companhia identificou valores reconhecidos em exercícios anteriores como ajustes de avaliação patrimonial decorrentes de variação cambial de passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa para proteção do risco cambial de transações futuras previstas (objeto de *hedge*), cujos montantes deveriam ter sido reclassificados para o resultado de exercícios anteriores no momento em que as referidas transações ocorreram.

Dessa forma, a Companhia retificou os valores correspondentes individuais e consolidados referentes aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016, às demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado (informação suplementar) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8). Os impactos nos valores correspondentes são demonstrados a seguir:

a. Balanços patrimoniais - Controladora

	31 de dezembro de 2016			1º de janeiro de 2016		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Total do ativo	2.050.668	-	2.050.668	2.359.618	-	2.359.618
	31 de dezembro de 2016			1º de janeiro de 2016		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Total do passivo	1.073.032	-	1.073.032	1.337.579	-	1.337.579
Patrimônio líquido						
Capital	2.707.502	-	2.707.502	2.707.502	-	2.707.502
Reservas de capital	2.108	-	2.108	2.708	-	2.708
Ajustes de avaliação patrimonial	(69.706)	46.981	(22.725)	(173.183)	42.704	(130.479)
Prejuízos acumulados	(1.662.268)	(46.981)	(1.709.249)	(1.514.988)	(42.704)	(1.557.692)
Total do patrimônio líquido	977.636	-	977.636	1.022.039	-	1.022.039
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.050.668	-	2.050.668	2.359.618	-	2.359.618

O efeito do ajuste é nulo entre o saldo total de ativos e o saldo total de passivos.

b. Balanços patrimoniais - Consolidado

	31 de dezembro de 2016			1º de janeiro de 2016		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Total do ativo	2.102.087	-	2.102.087	2.396.399	-	2.396.399
	31 de dezembro de 2016			1º de janeiro de 2016		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Total do passivo	1.124.451	-	1.124.451	1.374.360	-	1.374.360
Patrimônio líquido						
Capital	2.707.502	-	2.707.502	2.707.502	-	2.707.502
Reservas de capital	2.108	-	2.108	2.708	-	2.708
Ajustes de avaliação patrimonial	(69.706)	46.981	(22.725)	(173.183)	42.704	(130.479)
Prejuízos acumulados	(1.662.268)	(46.981)	(1.709.249)	(1.514.988)	(42.704)	(1.557.692)
Total do patrimônio líquido	977.636	-	977.636	1.022.039	-	1.022.039
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.102.087	-	2.102.087	2.396.399	-	2.396.399

O efeito do ajuste é nulo entre o saldo total de ativos e o saldo total de passivos.

c. Demonstrações dos resultados - Controladora

	2016		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Receita líquida de vendas	658.390	(22.244)	636.146
Outros	(698.646)	-	(698.646)
Prejuízo bruto	(40.256)	(22.244)	(62.500)
Despesas operacionais, líquidas	(74.370)	-	(74.370)
Prejuízo antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social	(114.626)	(22.244)	(136.870)
Resultado financeiro	(51.989)	15.763	(36.226)
Prejuízo antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	(166.615)	(6.481)	(173.096)
Imposto sobre a renda e contribuição social Diferido	18.537	2.204	20.741
Prejuízo do exercício	(148.078)	(4.277)	(152.355)
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(148.078)	(4.277)	(152.355)

d. Demonstrações dos resultados - Consolidado

	2016		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Receita líquida de vendas	733.255	(22.244)	711.011
Outros	(731.934)	-	(731.934)
Lucro (prejuízo) bruto	1.321	(22.244)	(20.923)
Despesas operacionais, líquidas	(114.859)	-	(114.859)
Prejuízo antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social	(113.538)	(22.244)	(135.782)
Resultado financeiro	(50.588)	15.763	(34.825)
Prejuízo antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	(164.126)	(6.481)	(170.607)
Imposto sobre a renda e contribuição social Corrente	(6)	-	(6)
Diferido	16.054	2.204	18.258
Prejuízo do exercício	(148.078)	(4.277)	(152.355)
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(148.078)	(4.277)	(152.355)
Prejuízo por ação ordinária: Básico e diluído (em R\$)	(8,26605)	(0,23875)	(8,50480)

e. Demonstrações dos resultados abrangentes - Controladora e Consolidado

	2016		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Prejuízo do exercício	(148.078)	(4.277)	(152.355)
Outros resultados abrangentes:			
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado			
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	156.783	6.481	163.264
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	(53.306)	(2.204)	(55.510)
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	103.477	4.277	107.754
Resultado abrangente total	(44.601)	-	(44.601)

f. Demonstrações do valor adicionado - Controladora e Consolidado

	2016 - Controladora			2016 - Consolidado		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Receitas						
Vendas de mercadorias e produtos	733.091	-	733.091	798.218	-	798.218
Outras receitas	10.660	-	10.660	11.955	-	11.955
Abatimentos e devolução de vendas	(1.896)	-	(1.896)	(1.920)	-	(1.920)
Reversão (perdas) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(21.791)	-	(21.791)	(21.791)	-	(21.791)
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	120.540	-	120.540	109.020	-	109.020
	<u>840.604</u>	<u>-</u>	<u>840.604</u>	<u>895.482</u>	<u>-</u>	<u>895.482</u>
Insumos adquiridos de terceiros						
Matérias-primas consumidas	(273.369)	-	(273.369)	(273.369)	-	(273.369)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(114.792)	-	(114.792)	(124.691)	-	(124.691)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(364.458)	-	(364.458)	(344.476)	-	(344.476)
Perdas estimadas em estoques	(155)	-	(155)	(155)	-	(155)
Outras despesas	(27.251)	-	(27.251)	(34.954)	-	(34.954)
	<u>(780.025)</u>	<u>-</u>	<u>(780.025)</u>	<u>(777.645)</u>	<u>-</u>	<u>(777.645)</u>
Valor adicionado bruto	<u>60.579</u>	<u>-</u>	<u>60.579</u>	<u>117.837</u>	<u>-</u>	<u>117.837</u>
Depreciação e amortização	(26.705)	-	(26.705)	(41.210)	-	(41.210)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>33.874</u>	<u>-</u>	<u>33.874</u>	<u>76.627</u>	<u>-</u>	<u>76.627</u>
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	10.012	-	10.012	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(197)	-	(197)	-	-	-
Receitas financeiras	41.742	30.218	71.960	42.575	29.598	72.173
Valor adicionado total a distribuir	<u>85.431</u>	<u>30.218</u>	<u>115.649</u>	<u>119.202</u>	<u>29.598</u>	<u>148.800</u>
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal:						
Remuneração direta	52.197	-	52.197	90.235	-	90.235
Benefícios	1.288	-	1.288	1.334	-	1.334
FGTS	3.910	-	3.910	7.010	-	7.010
Impostos, taxas e contribuições:						
Federais	36.712	-	36.712	23.422	-	23.422
Estaduais	7.223	-	7.223	10.782	-	10.782
Municipais	88	-	88	117	-	117
Diferidos	(18.537)	(2.204)	(20.741)	(16.054)	(2.204)	(18.258)
Remuneração de capitais de terceiros:						
Juros e variações cambiais	118.097	36.699	154.796	117.204	36.079	153.283
Multas	1.155	-	1.155	1.854	-	1.854
Aluguéis e arrendamentos	31.376	-	31.376	31.376	-	31.376
Remuneração de capitais próprios:						
Prejuízo do período	(148.078)	(4.277)	(152.355)	(148.078)	(4.277)	(152.355)
Valor adicionado distribuído	<u>85.431</u>	<u>30.218</u>	<u>115.649</u>	<u>119.202</u>	<u>29.598</u>	<u>148.800</u>

g. Demonstrações dos fluxos de caixa - Controladora e Consolidado

Não há impacto nos totais das atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.2.2 Abertura de contas nas informações correspondentes da demonstração de resultado e ajuste na demonstração do valor adicionado de 2016

Sem impactar o total da despesas operacionais, líquidas e o resultado financeiro, na controladora e no consolidado e, com o objetivo de segregar a apresentação e divulgação das informações financeiras e a comparabilidade com 2017, a Companhia efetuou certas aberturas nas informações correspondentes da demonstração do resultado de 2016. Ressaltamos que se trata segregação de contas dentro do mesmo grupo de contas do resultado de 2016, pois as mesmas

foram assim demonstradas em 2017 e abertas da mesma forma em 2016 para fins comparativos. Vide notas explicativas 23, 25 e 26.

Adicionalmente, a Companhia efetuou ajustes nas informações correspondentes da demonstração do valor adicionado de 2016. As variações cambiais ativas líquidas e parcela dos ganhos com instrumentos financeiros derivativos atreladas as operações, anteriormente apresentadas na rubrica de “Juros e variações cambiais”, passaram a ser apresentadas na rubrica de “Receitas financeiras”. Com isso, a geração e a distribuição de valor adicionado nas demonstrações individuais e consolidadas foram aumentadas em R\$ 30.218 e R\$ 29.598, respectivamente.

2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas são incluídas nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia possui investimentos até 31 de dezembro nas seguintes empresas controladas, as quais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Percentual de no capital total e votante	
	2017	2016
Buriti Agrícola Ltda.	100,00	100,00
Crateús Algodoeira S.A.	99,48	99,48
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda.	99,98	99,98
Mocuri Agrícola Ltda.	99,94	99,94
Vanguarda do Brasil S.A.	100,00	100,00
Maeda S.A. Agroindustrial	100,00	100,00

2.4 Conversão de moeda estrangeira

2.4.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as companhias atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.4.2 Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 16** - taxa efetiva de juros sobre empréstimos e financiamentos (*fee letter*).
- **Nota explicativa 30(b)** - classificação de arrendamento mercantil.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** - determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- **Nota explicativa 9** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 13 e 14** - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados, ativos intangíveis e ágio:
 - principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

- **Notas explicativas 20** - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências e de passivos contingentes:
 - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 22** - designação e mensuração da efetividade dos instrumentos financeiros reconhecido pela contabilidade de proteção (“*hedge accounting*”); e
- **Nota explicativa 29** - avaliação e mensuração do pagamento baseado em ações.

(i) *Mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho Fiscal da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** - ativos biológicos;
- **Nota explicativa 12** - propriedade para investimento;
- **Nota explicativa 22** - instrumentos financeiros; e

- **Nota explicativa 29** - transações de pagamento baseado em ações.

2.6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;
- os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda; e
- os passivos para transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com resgate de até 90 dias da data da aplicação conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.8 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando, e somente quando, ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando, e somente quando: (a) os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram; ou (b) transfere o ativo financeiro e a transferência se qualifica para desreconhecimento.

A transferência de um ativo financeiro é efetuada se, e apenas se: (a) transferir os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do ativo financeiro; ou (b) reter os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do ativo financeiro, mas assume uma obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a um ou mais destinatários em um acordo que satisfaça as condições referidas pela norma contábil, efetuando a avaliação da extensão em que ela retém os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro.

A remoção de um passivo financeiro (ou parte de um) de seu balanço patrimonial ocorre quando, e somente quando, for extinto, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada.

2.8.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) disponíveis para venda; e (c) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

- a. **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado**
Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são ativos mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) em uma contabilização de *hedge*. A metodologia para apuração do valor justo está descrita na Nota 22.
- b. **Disponíveis para venda**
Quando aplicável, são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercado ativo ou não cotadas em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente.
- c. **Empréstimos e recebíveis**
São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros é imaterial.

2.8.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.8.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, mútuos, empréstimos e financiamentos, dívida com a União - PESA e títulos a pagar.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorrido e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

2.8.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia e suas controladas adotam a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia e suas controladas, no início da operação, avalia a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. Também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 21 (c), bem como as movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

a. Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

b. Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

2.9 Contas a receber de clientes e títulos a receber

São demonstradas ao valor de realização, ajustados por provisão para perda constituída com base na avaliação da Administração quanto a eventuais perdas na realização de contas a receber.

Os montantes a receber de clientes são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Para os saldos de títulos a receber relativos à venda de imóveis e equipamentos o tratamento é semelhante, aplicando-se ainda, o ajuste a valor presente para as parcelas de longo prazo.

2.10 Estoques

Os estoques dos produtos agrícolas são avaliados pelo valor realizável líquido. A Companhia e suas controladas constituem provisão para redução ao valor líquido de realização dos estoques, quando necessário.

Os demais estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor líquido de realização.

O custo dos estoques está baseado no princípio do custo médio e incluem gastos incorridos na aquisição e transportes. No caso de estoques de produtos acabados e estoques de produtos em elaboração, o custo inclui parte dos gastos gerais de fabricação, determinados com base na capacidade normal de operação.

2.11 Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.12 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da Companhia e das suas controladas estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e da provisão para baixa decorrente do teste de recuperação (*impairment*). São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados e ajustados, caso aplicável, ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para o exercício, corrente e comparativo, são as seguintes:

	2017	2016
Edificações e instalações	29	28
Máquinas e equipamentos	14	14
Veículos	11	11
Aeronaves	3	5
Móveis e utensílios	9	7
Correção de solo	2	2
Outros imobilizados	5	5

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, quaisquer ganhos ou perdas na baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.13 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

2.14 Ágio

O ágio (*goodwill*) resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

2.15 Ativos intangíveis com vida útil definida

Ativos intangíveis, com vida útil definida, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para o exercício, corrente e comparativo, para os direitos de uso de software são 5 anos.

2.16 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No final de cada exercício, a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma evidência de perda não recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O ágio é submetido anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução no seu valor recuperável. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.17 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas correspondem, substancialmente, às culturas de algodão, soja e milho e são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

As lavouras de algodão, soja e milho são culturas temporárias, nas quais o produto agrícola é colhido após um período de tempo que varia de 110 a 180 dias após a data de plantio, dependendo da cultura, variedade, localização geográfica e condições climáticas. Essas lavouras são cultivadas pela Companhia com o objetivo de colher e comercializar o produto agrícola correspondente. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo desses ativos biológicos estão demonstradas na Nota 7.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com plantio e tratamentos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, quando aplicável, sendo registrado no resultado do período na rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas".

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso de lavouras plantadas a poucos dias do encerramento das demonstrações financeiras ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

2.18 Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, a Companhia e suas controladas determinam se o contrato é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, separam-se os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a conclusão for para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia e suas controladas.

(ii) *Ativos arrendados*

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial individual e consolidado.

(iii) *Pagamentos de arrendamentos*

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

2.19 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.20 Acordos de pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Qualquer mudança no valor justo do passivo é reconhecida no resultado como despesa de pessoal.

Os detalhes a respeito dos acordos de pagamentos baseados em ações com executivos da Companhia estão descritos na Nota 29.

2.21 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser usados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.22 Outros passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.23 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda de grãos, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente ou retirado nas unidades produtoras da Companhia e suas controladas; entretanto, para exportações, a transferência ocorre mediante o carregamento de pluma de algodão e eventualmente caroço de algodão no respectivo navio localizado no porto. Em casos esporádicos, a Companhia e suas controladas efetuam prestação de serviços de armazenagem de grãos e as receitas são reconhecidas na medida que os serviços são prestados.

2.24 Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na Nota 26.

2.25 Normas novas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras nem planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Espera-se que as seguintes normas tenham um impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

IFRS 9/ CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/ CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Administração avaliou o novo pronunciamento e:

- Não é esperado impacto relevante na classificação, mensuração e avaliação de ativos e passivos financeiros, incluindo reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros;
- As novas regras sobre contabilidade de *hedge* estão alinhadas com as práticas de administração de risco da Companhia. As atuais relações de cobertura serão mantidas qualificadas como *hedge* após a adoção da IFRS 9/CPC 48.
- No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a Administração não espera um aumento relevante na provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como em relação às perdas nos investimentos mantidos ao custo amortizado.

Portanto, considerando seus ativos e passivos financeiros, a Administração não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Efeitos de transição: A Companhia e suas controladas aproveitarão a isenção que lhes permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos prejuízos acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15/ CPC 47 - "Receita de Contrato com Cliente" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/ CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/ CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A Companhia e suas controladas possuem como operações geradoras de receitas conforme segue:

- Venda de produção de soja;

- Venda de produção de milho;
- Venda de produção de algodão em pluma;
- Venda de produção de caroço de algodão;
- Venda de produção de fibrilha de algodão;
- Venda de produção de outras culturas (girassol, sorgo, etc.);
- Revenda de mercadorias;
- Revenda de defensivos em troca por sementes;
- Revenda de insumos e materiais que sobram da operação agrícola;
- Prestação de serviço de armazenagem para a órgãos públicos; e
- Venda de imobilizados usados cuja vida útil exauridas (máquinas e implementos agrícolas, veículos, caminhões, etc.).

A Administração avaliou essa nova norma e em sua opinião não deve ter efeito relevante em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa.

Efeitos de transição: A Companhia e suas controladas planejam adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, não serão aplicados os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

A Companhia e suas controladas planejam utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

IFRS 16 / CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 / CPC 06 (R2) entra em vigor para exercícios a serem iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/ CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos da adoção da norma, uma vez que mantém operações de arrendamento de terras de terceiros com a finalidade de cultivo dos ativos biológicos, totalizando 69 mil hectares de terras agriculturáveis e compromissos futuros na ordem de R\$ 118.588 (vide nota explicativa 30 (b)).

A Administração concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O

impacto real da aplicação da IFRS 16 / CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamentos nessa data, a avaliação se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 / CPC 06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros. A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 / CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos e financiamentos descritos na nota explicativa 16 (ii).

Efeitos de transição: A Companhia e suas controladas aplicarão a IFRS 16 / CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 / CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17 / CPC 06, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

3 Caixas e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Bancos em moeda nacional	105	1.647	132	2.762
Bancos em moeda estrangeira	4.572	1	4.572	1.330
Aplicações financeiras (i)	5.837	120	5.857	140
	<u>10.514</u>	<u>1.768</u>	<u>10.561</u>	<u>4.232</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são substancialmente representadas por certificados de depósito bancários e/ou compromissadas rentabilizadas em média a 89% a.a. do CDI (5% a.a. em 31 de dezembro de 2016 - aplicações automáticas de curto prazo). A Companhia pode resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrições.

4 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Clientes em moeda nacional	7.442	-	7.638	18
Clientes em moeda estrangeira	5.099	228	5.099	5.164
	12.541	228	12.737	5.182
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18)	(18)	(18)	(18)
	12.523	210	12.719	5.164

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer:				
Até 30 dias	5.301	210	5.372	4.169
De 31 a 90 dias	158	-	211	-
De 91 a 180 dias	5.994	-	6.001	-
Acima de 180 dias	958	-	958	-
Mediante condições	112	-	112	-
Vencidos:				
Até 30 dias	-	-	65	995
Acima de 180 dias	18	18	18	18
	12.541	228	12.737	5.182

A Administração mantém procedimentos de cobrança e acredita que não incorrerá em perdas nestes clientes. Vide nota explicativa 22 (g) (i).

A Companhia e suas controladas efetuaram análise da realização dos saldos vencidos e constituíram provisão para *impairment* para os valores com baixa possibilidade de recuperação.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	18	182	18	182
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	-	18	-	18
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	-	(182)	-	(182)
Saldo final	18	18	18	18

5 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Por venda de ativo fixo	6.088	10.704	11.640	19.506
Por venda da fábrica de óleo	-	-	13.800	13.800
Por venda de unidades industriais (i)	11.898	20.304	11.898	20.304
Subarrendamentos e confissões de dívidas	3.074	4.062	3.074	5.714
Crédito com parceiros agrícolas	1.060	1.464	1.060	1.464
Outros créditos	2.086	2.071	2.086	433
(-) Ajuste a valor presente	(121)	(168)	(1.125)	(1.749)
(-) Provisão para <i>impairment</i> (i)	(4.907)	(26.017)	(4.907)	(26.017)
	19.178	12.420	37.526	33.455
Circulante	7.839	3.602	26.187	9.070
Não circulante	11.339	8.818	11.339	24.385

- (i) Em 30 de junho de 2017, a Companhia concluiu a assinatura do Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças (“Instrumento”) com a Camera Agroalimentos S.A. no montante de R\$ 35.000, resultando no recebimento de R\$ 2.000 na data da assinatura, na transferência de um armazém de grãos localizado em Rosário do Sul - RS no montante de R\$ 8.113 (classificado como Propriedade para Investimento) e, recebíveis em parcelas mensais e semestrais. O saldo remanescente é garantido por Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Imóvel entre as partes, cujo imóvel foi avaliado por meio de laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes.

Em função deste acordo, a provisão para *impairment*, constituída no exercício anterior, foi revertida no montante de R\$ 20.304.

O instrumento prevê que a cada pagamento do valor negociado será calculado um bônus de adimplência de 52,1739%, de forma que para cada R\$ 1,00 amortizado, o valor de R\$ 1,521739 será abatido do valor negociado, desde que o devedor venha a cumprir rigorosamente as condições e vencimentos pactuados. Até a data-base do balanço patrimonial, o acordo vem sendo cumprido e não há histórico de inadimplência.

O *aging* dos títulos a receber é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer:				
Até 30 dias	179	31	179	45
De 31 a 90 dias	2.056	2.156	2.056	2.156
De 91 a 180 dias	2.652	833	4.277	2.458
De 180 a 360 dias	3.033	616	4.657	2.241
Acima de 360 dias	11.379	7.247	11.379	10.496
Mediante condições (i)	-	-	16.103	16.103
Vencidos:				
Até 30 dias	-	1	-	-
De 31 a 90 dias	-	30	-	-
De 91 a 180 dias	-	18	-	18
De 180 a 360 dias	101	1.631	101	1.632
Acima de 360 dias	4.806	26.042	4.806	26.072
	24.206	38.605	43.558	61.221

- (i) O montante será pago pelos compradores de ativo fixo e da fábrica de óleo após a Companhia comprovar a efetiva baixa e cancelamento da garantia da dívida com o PESA nas matrículas dos imóveis, previsto para novembro de 2018.

As movimentações na provisão para *impairment* de títulos a receber são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	26.017	4.062	26.017	4.062
		21.95		21.95
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	144	5	144	5
Reversão de provisão de perda para crédito de liquidação duvidosa	(20.304)	-	(20.304)	-
Títulos a receber de contrapartes baixadas durante o exercício como incobráveis	(950)	-	(950)	-
Saldo final	4.907	26.017	4.907	26.017
		7		7

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Produtos agrícolas				
Produtos agrícolas - custos de formação	61.706	6.393	61.737	51.056
Produtos agrícolas - ajustes ao valor justo e valor realizável líquido (i)	24.240	(798)	24.212	(1.487)
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	122.088	98.000	122.088	98.148
Embalagens, acondicionamento e peças de reposição	5.356	4.895	5.360	5.771
Adiantamentos a fornecedores	3.555	462	3.555	462
Gastos de manutenção nas entressafras	38.691	47.983	38.691	47.983
Outros estoques	4.125	4.360	4.128	4.580
(-) Provisão para <i>impairment</i> (ii)	(704)	(583)	(704)	(583)
	259.057	160.712	259.067	205.930

- (i) Esses valores contemplam um ganho de marcação ao valor justo dos produtos agrícolas enquanto valorizados como ativo biológico no montante de R\$ 34.864, na controladora e no consolidado (ganho de R\$ 1.055 em 31 de dezembro de 2016, na controladora e consolidado) e, uma perda de marcação ao valor realizável líquido enquanto valorizados como produto agrícola no montante de R\$ 10.24 e 10.652, na controladora e no consolidado, respectivamente (perda de R\$ 1.853 e 2.542 em 31 de dezembro de 2016, na controladora e no consolidado).
- (ii) Refere-se, substancialmente, a obsolescência de materiais no estoque que apresentam baixa expectativa de realização.

Em 31 de dezembro de 2017, 27.128 toneladas de produtos agrícolas, no montante aproximado de R\$ 100.145, estão cedidas em garantia a fornecedores de insumos agrícolas (em 31 de dezembro de 2016 - 2.723 toneladas, no montante aproximado de R\$ 11.898). O montante cedido em garantia inclui os saldos apresentados na rubrica de Ativos biológicos.

A movimentação da provisão para *impairment* é assim demonstrada:

	2017	2016
Saldo inicial	583	428
Adições	121	585
Reversões	-	(430)
Saldo final	704	583

A despesa com a constituição das perdas estimadas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras despesas”.

7 Ativos biológicos

a. Movimentação - 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017

	Controladora e Consolidado				Total
	Algodão	Soja	Milho	Outras culturas	
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2016					
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	-	13.826	-	-	13.826
Ativo biológico - custos de formação (i)	-	180.656	-	679	181.335
	-	194.482	-	679	195.161
Aumento decorrente de plantio e tratamentos culturais	156.368	244.120	98.742	2.967	502.197
Redução decorrente da colheita	(156.368)	(257.760)	(98.742)	(3.432)	(516.302)
Variação do valor justo	-	21.628	-	-	21.628
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2017	-	202.470	-	214	202.684
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	-	35.454	-	-	35.454
Ativo biológico - custos de formação (i)	-	167.016	-	214	167.230
	-	202.470	-	214	202.684

- (i) Conforme política de valorização do ativo biológico adotada pela Companhia, parcela significativa do seu ativo biológico ainda não apresentava transformação biológica (entre 45 e 73 dias após o plantio, a depender do ciclo e variedade da cultura) e, portanto, o ativo foi mantido pelo custo de formação.

b. Movimentação - 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016

	Controladora e Consolidado				
	<u>Algodão</u>	<u>Soja</u>	<u>Milho</u>	<u>Outras culturas</u>	<u>Total</u>
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2015					
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	-	3.811	-	-	3.811
Ativo biológico - custos de formação	-	214.126	-	-	214.126
	-	217.937	-	-	217.937
Aumento decorrente de plantio e tratos culturais	130.038	293.474	92.547	957	517.016
Redução decorrente da colheita	(130.038)	(326.944)	(92.547)	(278)	(549.807)
Variação do valor justo	-	10.015	-	-	10.015
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2016	-	194.482	-	679	195.161
Ativos biológicos avaliados a valor justo	-	13.826	-	-	13.826
Lavouras avaliadas ao custo de formação	-	180.656	-	679	181.335
	-	194.482	-	679	195.161

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia explorava cerca de 108,7 mil hectares de terras cultiváveis (113,2 mil hectares em 31 de dezembro de 2016), entre terras próprias e de terceiros. As áreas exploradas pela Companhia estão localizadas no Estado de Mato Grosso e nelas são cultivadas culturas temporárias, com destaque para algodão, soja e milho.

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor de rentabilidade futura estimada, de acordo com o nível III - Abordagem de Receita estabelecido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), para esses ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela Administração da Companhia.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

c. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

- (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para a soja e, (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível.
- (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita, (ii) custos com a Colheita, Carregamento e Transporte (CCT) e, (iii) custo de capital, incluindo o aluguel das terras e de máquinas e equipamentos.
- (iii) Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o valor justo dos ativos biológicos, que são registrados na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício.

- (iv) O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

d. Análise de sensibilidade

A Administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos.

As principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos são como segue:

Premissas da cultura de soja	2017	2016
Área total estimada de colheita (ha)	100.653	106.562
Área total em estágio de marcação (ha)	71.394	54.519
Produtividade prevista em sacas/arobas, líquido de parcerias agrícolas	56,71	46,97
Preços em US\$/saca	17,99	18,14
Cotação cambial (US\$ 1 / R\$)	3,31	3,28

A Administração entende que as premissas mais sensíveis às mudanças são a produtividade, o preço das *commodities* e as taxas de câmbio, e, nesse contexto, verificou se essas premissas fossem 10% maiores ou 10% menores em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas na demonstração do resultado, seria apresentada com R\$ 72.889 e 1.575, respectivamente.

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
PIS (i)	11.678	8.336	17.345	14.036
COFINS (i)	52.557	36.221	86.932	62.793
IRPJ/IRRF	36.133	37.730	39.560	39.217
CSLL	9.861	9.994	10.004	10.163
ICMS	13.758	13.579	13.944	13.937
Outros tributos	1.743	1.586	3.421	3.428
(-) Provisão para <i>impairment</i> (ii)	(62.679)	(64.510)	(64.355)	(66.817)
	63.051	42.936	106.851	76.757
Circulante	12.356	16.451	17.671	17.549
Não circulante	50.695	26.485	89.180	59.208

- (i) Referem-se, principalmente, a créditos oriundos da aquisição de insumos, fretes e matéria-prima.
- (ii) Refere-se a *impairment* (provisão para perda) de créditos tributários de IRPJ, CSLL, ICMS, PIS e COFINS, realizado com base na projeção de realização dos impostos.

A Companhia possui saldo de PIS e COFINS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, das saídas internas com benefício da suspensão e vendas destinadas ao mercado externo.

As realizações dos créditos ocorrem de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

Em maio de 2017, com auxílio de assessores jurídicos externos, a Companhia e suas controladas optaram por solicitar o cancelamento dos pedidos de compensações de PIS e COFINS, para quitação de débitos tributários, ainda não homologados junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRFB”). O valor total dos créditos tributários de PIS e COFINS registrados devido ao cancelamento dos pedidos de compensações foi de R\$ 27.229.

Os débitos tributários em aberto oriundos desse cancelamento, foram incluídos no Programa de Regularização Tributária (“PRT”), conforme detalhamento na nota explicativa 19 - Tributos Parcelados.

Pedidos de restituição

Em junho de 2017, a Companhia e suas controladas Maeda S.A. Agroindustrial e Vanguarda do Brasil S.A. obtiveram medidas liminares favoráveis relativas aos pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 73.836. O pedido de ressarcimento solicita também a incidência da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - a partir da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento. Por falta de previsão legal, a Companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2017 a atualização pela taxa Selic no montante aproximado de R\$ 1.898.

A Companhia e suas controladas Maeda S.A. Agroindustrial e Vanguarda do Brasil S.A. apresentaram documentação suporte referente aos pedidos de ressarcimento e alguns destes se encontram em fase de revisão pelas autoridades fiscais. Em dezembro de 2017, houve os primeiros despachos decisórios parcialmente deferidos para monetização de R\$ 9.204, cuja previsão para recebimento ocorrerá após a concordância das autoridades fiscais para o afastamento da compensação de ofício com demais débitos tributários.

Adicionalmente, houve indeferimento de alguns pedidos de ressarcimento pelas autoridades fiscais. Foram protocoladas manifestações de inconformidade no devido prazo legal e que serão julgadas nos próximos 12 meses pelas Delegacias de Julgamento (DRJ) da SRFB.

As movimentações na provisão para *impairment* de tributos a recuperar são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	(64.510)	(57.892)	(66.817)	(58.349)
Adições	-	(6.618)	-	(8.468)
Reversões	1.831	-	2.462	-
Saldo final	(62.679)	(64.510)	(64.355)	(66.817)

9 Tributos diferidos

A Companhia e as controladas Maeda S.A. Agroindustrial e Vanguarda do Brasil S.A. utilizam a sistemática do lucro real, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

a. Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

Natureza por entidade legal	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Créditos tributários sobre:				
Prejuízos fiscais acumulados	212.864	181.012	270.570	270.570
Contribuição social sobre base negativa acumulada	76.630	65.164	97.404	97.404
Diferenças temporárias:				
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	-	-	10	156
Provisão para <i>impairment</i>	2.151	9.469	2.734	10.519
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	7.570	7.615	7.570	6.228
Ajuste a valor presente de recebíveis	41	57	383	594
Instrumentos financeiros derivativos	4.062	2.008	4.062	2.008
Provisão para perdas com tributos	3.214	3.225	3.260	3.331
<i>Hedge accounting</i>	8.204	35.908	8.204	35.908
Outras provisões temporárias	1.477	1.328	2.046	1.924
	<u>316.213</u>	<u>305.786</u>	<u>396.243</u>	<u>428.642</u>
Débitos tributários sobre:				
Variação cambial	29.697	1.746	31.356	2.833
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	20.296	4.430	20.296	5.027
Custo atribuído	19.623	21.393	146.662	148.694
Ajuste a valor presente - PESA	98	88	98	88
<i>Hedge accounting</i>	-	73.867	-	73.867
Amortização ágio	74.932	56.199	74.932	56.199
	<u>144.646</u>	<u>157.723</u>	<u>273.344</u>	<u>286.708</u>
Créditos tributários, líquidos	171.567	148.063	171.567	151.532
Débitos tributários, líquidos	-	-	(48.668)	(8.211)
Total líquido	<u>171.567</u>	<u>148.063</u>	<u>122.899</u>	<u>143.321</u>

Os impostos de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias dedutíveis entre as bases de cálculo desses tributos e os valores das demonstrações financeiras, apenas quando for provável que a Companhia e as controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social apurados até 31 de dezembro de 2017 e não registrados são de R\$ 93.365 (R\$ 131.633 em 31 de dezembro de 2016), na controladora e no consolidado, em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada não há constituição de tributos diferidos ativos. Não há prescrição para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas.

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Em 2018	18.800	6%	29.697	8%
Em 2019	18.600	6%	32.896	9%
Em 2020	31.699	11%	46.895	13%
Em 2021	40.599	14%	56.895	15%
Em 2022	48.399	17%	65.695	18%
Entre 2023 a 2025	131.397	46%	135.896	37%
	289.494	100%	367.974	100%

b. Conciliação do crédito efetivo de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (reapresentado)	2017	2016 (reapresentado)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(46.462)	(173.096)	(42.048)	(170.607)
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	15.797	58.853	14.296	58.006
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial	(275)	3.337	-	-
Despesas não dedutíveis	(7.753)	(13.936)	(7.880)	(14.326)
Tributos diferidos temporários:				
Crédito tributário não reconhecido sobre prejuízos fiscais	(24.798)	(27.386)	(24.798)	(27.386)
Crédito tributário constituído sobre prejuízos fiscais de exercícios anteriores	67.988	-	67.988	-
(i) Apuração de tributos de controladas pelo lucro presumido	-	-	(156)	(357)
Outros	2.853	(127)	(52)	2.315
No resultado do exercício	53.812	20.741	49.398	18.252

- (i) Constituição no exercício de R\$ 67.988 de créditos tributários diferidos em função da adesão de débitos tributários ao PRT/PERT, conforme nota explicativa 19 - Tributos Parcelados.

10 Partes relacionadas

a. Saldos

	Controladora	
	2017	2016
Ativo circulante		
Títulos a receber		
Agropecuária Margarida Ltda (i)	-	2.057
Outros ativos		
FWA Empreendimentos e Participações S.A. (i)	-	2.379
	-	4.436
	-	4.436
 Ativo não circulante		
Títulos a receber		
Agropecuária Margarida Ltda (i)	-	4.914
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
Buriti Agrícola Ltda.	317	38
Crateús Algodoeira S.A.	2	1
Ecotrans Transporte Ltda.	15	15
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
Outros ativos		
FWA Empreendimentos e Participações S.A. (i)	-	14.276
	336	19.246
	336	19.246
	Controladora	
	2017	2016
Passivo circulante		
Arrendamentos a pagar		
Vanguarda do Brasil S.A.	2.964	-
	2.964	-
Contratos de mútuos (ii)		
Maeda S.A. Agroindustrial	6.712	2.631
Vanguarda do Brasil S.A.	38.636	209
	45.348	2.840
	48.312	2.840

- (i) Em fevereiro de 2017, a Companhia foi informada pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda., na qualidade de gestora do Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado VNT ("Fundo") detido pelo investidor Otaviano Olavo Pivetta, que foram alienadas, em leilão realizado na B3, a totalidade das 2.147.952 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia de sua titularidade, representativas de 11,99% do capital social. Com a venda das ações, a participação do Fundo no capital social da Companhia fica reduzida a 0,0% (zero). Com isso, na avaliação da Companhia, o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2016 deixou de ser categorizado como Partes relacionadas a partir da data de venda das ações. Os saldos referente a essas transações são apresentados nas rubricas de Títulos a receber e Outros ativos. Adicionalmente, vide divulgação na nota explicativa 20.
- (ii) Os saldos apresentados no passivo circulante, correspondem a operações de mútuo, com prazos de vencimento variáveis e renováveis, atualizados com base em taxas e/ou indexadores acordados entre as partes. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 as transações foram atualizadas com base em 100% do CDI.

b. Transações

As transações com partes relacionadas realizadas no exercício são como segue:

Operações	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Venda de mercadorias e produtos				
Vanguarda do Brasil S.A. (i)	2	170.926	-	-
Maeda S.A Agroindustrial	8	6.463	-	-
Custo dos produtos vendidos				
Vanguarda do Brasil S.A. (i)	(2)	(97.232)	-	-
Compras de mercadorias e produtos				
Vanguarda do Brasil S.A.	(22.126)	(5.236)	-	-
Maeda S.A Agroindustrial	(4.579)	(5.448)	-	-
Venda de ativo fixo				
Vanguarda do Brasil S.A.	722	-	-	-
Compra de ativo fixo				
Vanguarda do Brasil S.A.	-	(593)	-	-
Maeda S.A Agroindustrial	-	(70)	-	-
Resultado com aluguéis e arrendamentos				
Bonsucex Holding S.A. (ii)	(40)	(45)	(40)	(45)
Maria Zilda Oliveira de Araújo (iii)	(424)	(431)	(424)	(431)
Resultado financeiro sobre saldos de mútuo				
Maeda S.A Agroindustrial	(3.001)	(1.426)	-	-
Vanguarda do Brasil S.A.	(630)	(2.017)	-	-

(i) Refere-se substancialmente a vendas de estoques para a controlada.

(ii) Refere-se a aluguel de imóvel residencial destinado a executivo da Companhia., com vencimento em 2018.

(iii) Contrato de locação de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia, com vencimento em abril de 2020.

11 Investimentos (Controladora)

11.1 Composição dos investimentos

	Controladora	
	2017	2016
Investimentos	725.121	725.620
Mais-valia das terras	197.296	197.296
Intangíveis relacionados a contratos	3.698	7.645
Ágio	275.484	275.484
	<u>1.201.599</u>	<u>1.206.045</u>

11.2 Movimentação dos investimentos

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017

	Maeda S.A. Agroindustrial	Vanguarda do Brasil S.A.	Crateús Algodoeira S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	268.328	937.551	166	1.206.045
Resultado de equivalência patrimonial	(10.009)	9.676	(166)	(499)
Amortização de mais valia dos ativos líquidos	(233)	(3.714)	-	(3.947)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>258.086</u>	<u>943.513</u>	<u>-</u>	<u>1.201.599</u>

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016

	Maeda S.A. Agroindustrial	Vanguarda do Brasil S.A.	Crateús Algodoeira S.A.	Buriti Agrícola Ltda.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	266.835	914.412	168	496	1.181.911
Aumento de capital	-	18.146	-	341	18.487
Resultado de equivalência patrimonial	2.144	8.707	(2)	(837)	10.012
Amortização de mais valia dos ativos líquidos	(651)	(3.714)	-	-	(4.365)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>268.328</u>	<u>937.551</u>	<u>166</u>	<u>-</u>	<u>1.206.045</u>

11.3 Informações sobre as investidas

31 de dezembro de 2017

Investida	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido / (PL negativo)	Receita líquida	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
Vanguarda do Brasil S.A.	100,00%	668.375	48.487	619.888	82.436	9.676	9.676
Maeda S.A. Agroindustrial.	100,00%	116.853	11.620	105.233	12.018	(10.009)	(10.009)
Ecotrans Transporte Ltda.	99,99%	-	1.429	(1.429)	-	(48)	(48)
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%	-	322	(322)	-	(260)	(260)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%	-	2	(2)	-	(168)	(168)
Mocuri Agrícola Ltda.	99,99%	-	2	(2)	-	-	-
							<u>(809)</u>
Resultado de equivalência patrimonial							<u>(499)</u>
Provisão para perdas em investimentos							<u>(310)</u>

31 de dezembro de 2016

Investida	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido / (PL Negativo)	Receita líquida	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
Vanguarda do Brasil S.A. (i)	100,00%	662.946	52.734	610.212	225.174	8.707	8.707
Maeda S.A. Agroindustrial.	100,00%	116.813	1.571	115.242	10.671	2.144	2.144
Ecotrans Transporte Ltda.	99,99%	-	1.381	(1.381)	-	(136)	(136)
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%	1	61	(60)	-	(897)	(897)
Mocuri Agrícola Ltda.	99,99%	-	2	(2)	-	(1)	(1)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%	168	2	166	-	(2)	(2)
							9.815
							10.012
							(197)

Os fluxos de caixa das controladas impactam as demonstrações financeiras consolidadas, substancialmente, pelo resultado do seu fluxo de caixa operacional, haja vista que as atividades de financiamento e investimento são representadas, em sua maioria, por repasses de recursos entre as partes.

Os saldos referentes a provisão para perdas em investimentos na Controladora estão assim demonstrados:

	Controladora	
	2017	2016
Buriti Agrícola Ltda.	320	60
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
Crateús Algodoeira S.A.	2	-
Ecotrans Transporte Ltda.	1.429	1.381
	1.753	1.443

11.4 Ágio sobre investimentos

a. Maeda S.A. Agroindustrial

	2016	Amortização acumulada	2017
Mais-valia das terras	36.598	-	36.598
Intangíveis relacionados a contratos	466	(233)	233
Ágio	116.022	-	116.022
	153.086	(233)	152.853

O ágio sobre investimentos acima apresentado é originário da aquisição da Maeda S.A. Agroindustrial em 23 de dezembro de 2010. Estes valores foram alocados com base em laudo de alocação de preço pago (“PPA”) emitido em 28 de março de 2011 por avaliadores independentes. Adicionalmente, vide divulgação da nota explicativa 14.

b. Vanguarda do Brasil S.A.

	2016	Amortização acumulada	2017
Mais-valia das terras	160.698	-	160.698
Intangíveis relacionados a contratos	7.179	(3.714)	3.465
Ágio	159.462	-	159.462
	327.339	(3.714)	323.625
	327.339	(3.714)	323.625

O ágio sobre investimentos acima apresentado é originário da aquisição da Vanguarda Participações S.A. em 06 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013). Estes valores foram alocados com base em laudo de PPA emitido em 3 de outubro de 2012 por avaliadores independentes. Adicionalmente, vide divulgação da nota explicativa 14.

12 Propriedade para investimento

As propriedades são compostas por armazéns de grãos alugados a terceiros em Rosário do Sul - RS, resultantes da assinatura do Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças com a Camera Agroalimentos S.A firmado em 30 de junho de 2017.

Estes imóveis são mantidos para rendimentos de aluguel, não são ocupados pela Companhia e são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear.

Na data de aquisição e em 31 de dezembro de 2017, o valor de custo dos ativos era de R\$ 8.113, conforme laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes e, o valor contábil residual dos ativos, líquido de depreciação é de R\$ 7.840, sendo objeto de garantia em discussão de causa tributária. Devido a aquisição ter sido realizada recentemente com laudo de avaliação patrimonial do imóvel, o valor justo da propriedade para investimento em 31 de dezembro de 2017 é o mesmo que o valor contábil.

13 Imobilizado

13.1 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 (Controladora)

Custo	inicial	Adições	Baixas	Transferências	final
Terras para exploração	2.314	-	-	-	2.314
Edificações e instalações	53.503	548	(35)	1.012	55.028
Máquinas e equipamentos	325.607	1.679	(7.595)	3.349	323.040
Veículos	35.227	-	(497)	-	34.730
Aeronaves	15.524	-	(1.349)	-	14.175
Móveis e utensílios	10.092	195	(73)	79	10.293
Imobilizações em curso	2.167	13.408	(9)	(14.418)	1.148
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	209	2.043	(1.309)	(387)	556
Correção de solo	55.815	-	-	9.810	65.625
Outros imobilizados	3.665	-	(31)	555	4.189
Total	504.123	17.873	(10.898)	-	511.098

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	(8.753)	(1.834)	1	2	(10.584)
Máquinas e equipamentos	(160.034)	(18.837)	5.488	(2)	(173.385)
Veículos	(16.981)	(1.681)	408	-	(18.254)
Aeronaves	(7.987)	(1.334)	860	-	(8.461)
Móveis e utensílios	(6.516)	(880)	54	-	(7.342)
Correção de solo	(42.105)	(6.425)	-	-	(48.530)
Outros imobilizados	(1.841)	(476)	-	-	(2.317)
Total	(244.217)	(31.467)	6.811	-	(268.873)

Saldo líquidos	2017	2016
Terras para exploração	2.314	2.314
Edificações e instalações	44.444	44.750
Máquinas e equipamentos	149.655	165.573
Veículos	16.476	18.246
Aeronaves	5.714	7.537
Móveis e utensílios	2.951	3.576
Imobilizações em curso	1.148	2.167
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	556	209
Correção de solo	17.095	13.710
Outros imobilizados	1.872	1.824
Total	242.225	259.906

13.2 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016 (Controladora)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para mantidos p/venda	Saldo final
Terras para exploração	2.443		(129)			2.314
Edificações e instalações	64.807	183	(12.331)	877	(33)	53.503
Máquinas e equipamentos	355.399	1.364	(32.166)	3.230	(2.220)	325.607
Veículos	39.624	-	(4.075)	71	(393)	35.227
Aeronaves	15.524	-	-	-	-	15.524
Móveis e utensílios	13.372	85	(3.513)	177	(29)	10.092
Imobilizações em curso	3.105	6.733	-	(7.671)	-	2.167
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	330	1.210	(268)	(1.063)	-	209
Correção de solo	68.608	4.767	(21.691)	4.131	-	55.815
Outros imobilizados	3.689	-	(272)	248	-	3.665
Total	566.901	14.342	(74.445)		(2.675)	504.123

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para mantidos p/venda	Saldo final
Edificações e instalações	(8.923)	(1.910)	2.070	-	10	(8.753)
Máquinas e equipamentos	(163.011)	(19.309)	20.973	-	1.313	(160.034)
Veículos	(18.032)	(1.746)	2.548	-	249	(16.981)
Aeronaves	(6.112)	(1.875)	-	-	-	(7.987)
Móveis e utensílios	(8.327)	(989)	2.786	-	14	(6.516)
Correção de solo	(57.646)	(4.733)	20.274	-	-	(42.105)
Outros imobilizados	(1.577)	(487)	223	-	-	(1.841)
Total	(263.628)	(31.049)	48.874		1.586	(244.217)

Saldo líquidos	2016	2015
Terras para exploração	2.314	2.443
Edificações e instalações	44.750	55.884
Máquinas e equipamentos	165.573	192.388
Veículos	18.246	21.592
Aeronaves	7.537	9.412
Móveis e utensílios	3.576	5.045
Imobilizações em curso	2.167	3.105
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	209	330
Correção de solo	13.710	10.962
Outros imobilizados	1.824	2.112
Total	259.906	303.273

13.3 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 (Consolidado)

Custo	inicial	Adições	Baixas	Transferências	final
Terras para exploração	786.993	-	-	-	786.993
Edificações e instalações	120.725	783	(698)	1.020	121.830
Máquinas e equipamentos	335.969	2.175	(7.650)	3.379	333.873
Veículos	35.239	-	(497)	-	34.742
Aeronaves	15.524	-	(1.349)	-	14.175
Móveis e utensílios	10.130	199	(79)	80	10.330
Imobilizações em curso	2.198	13.409	(9)	(14.448)	1.150
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	209	2.052	(1.309)	(396)	556
Correção de solo	100.323	-	-	9.810	110.133
Outros imobilizados	4.966	-	(31)	555	5.490
Total	1.412.276	18.618	(11.622)	-	1.419.272

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	(19.824)	(3.549)	206	(2)	(23.169)
Máquinas e equipamentos	(160.766)	(19.496)	5.489	2	(174.771)
Veículos	(16.982)	(1.683)	408	-	(18.257)
Aeronaves	(7.987)	(1.334)	860	-	(8.461)
Móveis e utensílios	(6.527)	(885)	56	-	(7.356)
Correção de solo	(83.798)	(8.338)	-	-	(92.136)
Outros imobilizados	(1.844)	(476)	-	-	(2.320)
Total	(297.728)	(35.761)	7.019	-	(326.470)

Saldo líquidos	2017	2016
Terras para exploração	786.993	786.993
Edificações e instalações	98.661	100.901
Máquinas e equipamentos	159.102	175.203
Veículos	16.485	18.257
Aeronaves	5.714	7.537
Móveis e utensílios	2.974	3.603
Imobilizações em curso	1.150	2.198
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	556	209
Correção de solo	17.997	16.525
Outros imobilizados	3.170	3.121
Total	1.092.802	1.114.547

13.4 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Impairment	Transferência para mantidos p/venda	Saldo final
Terras para exploração	787.122	-	(129)	-	-	-	786.993
Edificações e instalações	132.710	183	(13.038)	943	(40)	(33)	120.725
Máquinas e equipamentos	367.387	1.450	(32.506)	3.778	-	(4.140)	335.969
Veículos	44.265	-	(4.075)	71	-	(5.022)	35.239
Aeronaves	15.524	-	-	-	-	-	15.524
Móveis e utensílios	13.500	86	(3.513)	177	-	(120)	10.130
Núcleo de produção Santa Clara	11.034	-	-	-	(11.034)	-	-
Imobilizações em curso	3.534	6.796	-	(8.132)	-	-	2.198
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	535	1.295	(405)	(1.216)	-	-	209
Correção de solo	113.116	4.767	(21.691)	4.131	-	-	100.323
Outros imobilizados	5.018	-	(272)	248	(28)	-	4.966
Total	1.493.745	14.577	(75.629)		(11.102)	(9.315)	1.412.276

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Impairment	Transferência para mantidos p/venda	Saldo final
Edificações e instalações	(18.489)	(3.656)	2.291	-	20	10	(19.824)
Máquinas e equipamentos	(165.001)	(19.843)	20.982	-	-	3.096	(160.766)
Veículos	(22.661)	(1.747)	2.548	-	-	4.878	(16.982)
Aeronaves	(6.112)	(1.875)	-	-	-	-	(7.987)
Móveis e utensílios	(8.414)	(995)	2.785	-	-	97	(6.527)
Núcleo de produção Santa Clara	(10.622)	(32)	-	-	10.654	-	-
Correção de solo	(97.019)	(7.053)	20.274	-	-	-	(83.798)
Outros imobilizados	(1.586)	(488)	223	-	6	-	(1.845)
Total	(329.904)	(35.689)	49.103	-	10.680	8.081	(297.729)

Saldo líquidos	2016	2015
Terras para exploração	786.993	787.122
Edificações e instalações	100.901	114.221
Máquinas e equipamentos	175.203	202.386
Veículos	18.257	21.604
Aeronaves	7.537	9.412
Móveis e utensílios	3.603	5.086
Núcleo de produção Santa Clara	-	412
Imobilizações em curso	2.198	3.534
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	209	535
Correção de solo	16.525	16.097
Outros imobilizados	3.121	3.433
Total	1.114.547	1.163.842

Imobilizado dado em garantia

Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por terras nos montantes totais de R\$ 632.862 (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 611.216)

14 Intangível

a. Controladora

	2017		2016	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso de <i>softwares</i>	5.457	(4.388)	1.069	1.190
Outros intangíveis	174	-	174	174
	<u>5.631</u>	<u>(4.388)</u>	<u>1.243</u>	<u>1.364</u>

b. Consolidado

	2017		2016	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Contratos de arrendamento de terras (Vanguarda)	45.505	(42.040)	3.465	7.179
Contratos de arrendamento de terras (Maeda)	4.632	(4.399)	233	466
Direitos de uso de <i>softwares</i>	5.461	(4.390)	1.071	1.193
Outros intangíveis	174	-	174	174
Ágio - Consolidado (<i>goodwill</i>)	275.484	-	275.484	275.484
	<u>331.256</u>	<u>(50.829)</u>	<u>280.427</u>	<u>284.496</u>

c. Teste dos ágios para verificação de *impairment*

O ágio é alocado ao segmento agrícola, que é considerado pela Administração da Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). O valor recuperável dessa UGC é determinado com base em um modelo de cálculo híbrido, que considera o valor em uso dos ativos, exceto as terras que são consideradas pelo seu valor de venda e que oneram o fluxo de caixa descontado pelo seu custo de arrendamento.

O valor de venda das terras foi determinado com base em laudo de avaliação de especialista independente contratado pela Administração da Companhia. O valor em uso é determinado por modelos de fluxos de caixa descontados a valor presente, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseados em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos, considerando as informações disponíveis no momento do cálculo. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram estimadas pela Administração, com base em informações de mercado e dados internos, e consideram:

- **volume de vendas** - a melhor estimativa da Administração, com base no desempenho passado, nas expectativas da Administração para o desenvolvimento do mercado, nas atuais tendências do setor, e as previsões de inflação para o longo prazo.
- **preço de venda** - determinado com base em cotações futuras disponíveis no mercado financeiro para o período de dois anos.
- **taxas de crescimento** - metas de inflação para o mercado nacional e norte-americano.
- **taxa de câmbio** - curva de dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- **margem bruta** - a margem média atual aplicada sobre a receita estimada, considerando o *mix* de vendas e a expectativa de aumento de custos futuros das lavouras.

- **Outros custos operacionais** - representados pelos custos fixos, estimados com base na estrutura atual dos negócios, ajustados pelos aumentos inflacionários, sem considerar quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.
- **Taxa de desconto** - estimada em 10,20 % ao ano, depois dos impostos, que considera, entre outras variáveis, a estrutura de capital da Companhia e o custo de capital próprio e de terceiros.

Como resultado dos testes efetuados, a Administração avaliou não ser necessário constituir qualquer provisão para *impairment* do ágio.

Análise de sensibilidade:

Os testes de *impairment* em ágio e outros ativos intangíveis foram realizados em 30 de setembro de 2017 e 2016 de acordo com a IAS 36/CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A análise de sensibilidade para uma mudança simultânea nas entradas principais com base em premissas razoavelmente possíveis não revelou qualquer cenário provável, segundo a qual o valor recuperável seria inferior a seu valor contábil. Dessa forma os resultados dos testes com data base em 31 de dezembro 2017 e 2016 não levaram ao reconhecimento de perdas por valores recuperáveis nestes ativos.

14.1 Movimentação do Intangível de 1º de janeiro a 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	1.364	1.876	284.496	289.374
Adições	337	39	342	39
(-) Amortização	(458)	(551)	(464)	(552)
(-) Apropriação mais-valia	-	-	(3.947)	(4.365)
(=) Saldo final	1.243	1.364	280.427	284.496

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
De insumos agrícolas				
Em moeda estrangeira	127.368	152.580	127.368	152.580
(-) Ajuste a valor presente	(5.811)	(3.564)	(5.811)	(3.564)
Em moeda nacional	19.498	19.598	19.498	19.598
(-) Ajuste a valor presente	(278)	(476)	(278)	(476)
Diversos - em moeda nacional	10.163	8.092	10.302	11.197
	150.940	176.230	151.079	179.335
Circulante	150.940	174.163	151.079	177.245
Não circulante	-	2.067	-	2.090

A Companhia e a controlada Vanguarda do Brasil S.A. efetuam o cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre a compra dos insumos com prazo de pagamento superior a 90 dias, utilizando a taxa média de 7,31% a.a. (2016 - 5% a.a.) para os fornecedores de insumos em moeda estrangeira e nacional, que a Administração entende ser o custo financeiro médio das suas operações com fornecedores. Em 31 de dezembro de 2017, os saldos em moeda estrangeira, da Companhia e Consolidado, totalizam a US\$ 38.503 mil, equivalentes a R\$ 127.368 (em 31 de dezembro de 2016 - US\$ 46.922 mil, equivalentes a R\$ 152.580 - Companhia e Consolidado).

16 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Indexador	Custo médio ponderado		Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016
Moeda Nacional							
Crédito Rural e Custeio	R\$	11,63% a.a.	17,04% a.a.	35.729	14.789	38.145	14.789
Aquisição de Imobilizado (BNDES Finame e FCO)	R\$	3,94% a.a.	3,86% a.a.	20.468	32.088	20.468	32.088
Conta garantida	R\$	-	13,63% a.a.	-	1.849	-	1.849
Aquisição de Imobilizado (Arrendamento Mercantil)	R\$	14,28% a.a.	14,28% a.a.	682	1.278	682	1.278
Crédito à Exportação Indireta (CCB, CCE e NCE)	R\$	12,56% a.a.	18,21% a.a.	8.255	11.355	8.255	11.355
Custeio de Projeto (BNDES PCA)	R\$	3,50% a.a.	3,50% a.a.	673	1.293	673	1.293
Compra de Créditos à Vista - duplicatas	R\$	-	-	-	-	-	-
		<u>9,38% a.a.</u>	<u>10,06% a.a.</u>	<u>65.807</u>	<u>62.652</u>	<u>68.223</u>	<u>62.652</u>
Moeda Estrangeira							
Crédito à Exportação (PPE)	US\$	7,28% a.a.	7,10% a.a.	638.386	559.731	638.386	559.731
Crédito à Exportação (ACC)	US\$	7,75% a.a.	7,07% a.a.	78.630	71.069	78.630	71.069
Aquisição de Imobilizado (Finimp e Res. 2770)	US\$ + Libor 6	6,84% a.a.	6,32% a.a.	6.457	11.699	6.457	11.699
Crédito à Exportação Indireta (CCB, CCE e NCE)	US\$	-	6,75% a.a.	-	46.019	-	46.019
		<u>7,33% a.a.</u>	<u>7,06% a.a.</u>	<u>723.473</u>	<u>688.518</u>	<u>723.473</u>	<u>688.518</u>
Total		<u><u>7,50% a.a.</u></u>	<u><u>7,31% a.a.</u></u>	<u><u>789.280</u></u>	<u><u>751.170</u></u>	<u><u>791.696</u></u>	<u><u>751.170</u></u>
Circulante				<u>227.673</u>	<u>131.897</u>	<u>230.089</u>	<u>131.897</u>
Não Circulante				<u>561.607</u>	<u>619.273</u>	<u>561.607</u>	<u>619.273</u>

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima, substancialmente, dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Modalidade	Saldo contábil	2019	2020	2021	2022 a 2023
Moeda Nacional					
Crédito Rural e Custeio	-	-	-	-	-
Aquisição de Imobilizado (BNDES Finame e FCO)	11.673	6.153	1.764	1.443	2.313
Conta garantida	-	-	-	-	-
Aquisição de Imobilizado (Arrendamento Mercantil)	-	-	-	-	-
Crédito à Exportação Indireta (CCB, CCE e NCE)	3.900	3.900	-	-	-
Custeio de Projeto (BNDES PCA)	52	52	-	-	-
	<u>15.625</u>	<u>10.105</u>	<u>1.764</u>	<u>1.443</u>	<u>2.313</u>
Moeda Estrangeira					
Crédito à Exportação (PPE)	488.819	106.134	98.882	53.516	230.287
Crédito à Exportação (ACC)	54.133	16.253	16.274	16.297	5.309
Aquisição de Imobilizado (Finimp e Res. 2770)	3.030	3.030	-	-	-
	<u>545.982</u>	<u>125.417</u>	<u>115.156</u>	<u>69.813</u>	<u>235.596</u>
Crédito à Exportação Indireta (CCB e CCE)	-	-	-	-	-
	<u>561.607</u>	<u>135.522</u>	<u>116.920</u>	<u>71.256</u>	<u>237.909</u>
Total	<u><u>561.607</u></u>	<u><u>135.522</u></u>	<u><u>116.920</u></u>	<u><u>71.256</u></u>	<u><u>237.909</u></u>

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento (consolidado):

	Empréstimos e financiamentos	Swap	NDF	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2017	751.170	54	5.853	757.077
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	2.370	(235)	-	2.135
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	156.166	-	-	156.166
(-) Amortização de empréstimos e financiamentos	(151.868)	-	-	(151.868)
(-) Pagamentos de custos de captação	(1.928)	-	-	(1.928)
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos pagos/recebidos	-	(235)	-	(235)
Outras variações	38.156	181	6.094	44.431
(+) Captações sem efeito caixa	14.139	-	-	14.139
(+) Atualizações juros	57.066	-	-	57.066
(-) Amortizações juros	(49.838)	-	-	(49.838)
(+/-) Ajustes MTM	-	181	6.094	6.275
(+/-) Atualizações variação cambial	14.841	-	-	14.841
(-) Custos de captação apropriado como despesa	1.948	-	-	1.948
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>791.696</u>	<u>-</u>	<u>11.947</u>	<u>803.643</u>

(i) Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, aval, fiança, fiel depositário, hipoteca, nota promissória e penhor rural.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos que estão garantidos na modalidade hipoteca e alienação fiduciária de bens imóveis com terras registradas em seu patrimônio e de suas controladas conforme nota explicativa 13.

No âmbito da reestruturação realizada em 2016, a Companhia concedeu penhor de 100% das ações das controladas Maeda S.A. Agroindustrial e Vanguarda do Brasil S.A., para os bancos Itaú Unibanco S.A. e Bradesco S.A. Atualmente, essas empresas possuem como principal ativo terras que estão sendo cultivadas pela Companhia. Importante mencionar que esses ativos estão em grande parte já concedidos em hipoteca aos mesmos credores ou outros bancos.

(ii) Covenants e Outros compromissos

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívidas. A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os *covenants* dos empréstimos junto aos bancos Itaú Unibanco S.A., Bradesco S.A., Santander (Brasil) S.A. e Banco do Brasil S.A. não foram atendidos mas foram obtidos os *waiver* até o encerramento do exercício. Os *waiver* obtidos permitiram a classificação dos saldos observando os vencimentos contratuais.

Os contratos celebrados no âmbito da renegociação, em especial junto ao Banco do Brasil, Itaú Unibanco e Bradesco, possuem *covenants* financeiros padronizados, notadamente um limite para relação de 5,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado (3,5 vezes Dívida x EBITDA Ajustado para o contrato do Santander) e cujo índice neste exercício foi de 11,85, e além da obrigatoriedade de manutenção da participação societária dos principais acionistas.

No âmbito dos contratos de reestruturação da dívida, a Companhia possui um incentivo a liquidação antecipada da dívida assumida junto aos bancos Itaú Unibanco e Bradesco. Esse incentivo foi realizado através da criação de um *fee letter* (despesa) crescente previsto nos contratos pela ausência de liquidação antecipada do contrato, ou seja, esse valor iniciou com saldo zerado e crescerá gradativamente até 2022 quando atingirá o montante de US\$ 15.537 mil, equivalentes a R\$ 51.396.

Os valores da tabela abaixo somente serão devidos quando da ausência de liquidação antecipada da dívida, ou ao final da mesma.

Período	Valor em milhares de USD (*)
15/06/2019	1.488
15/12/2019	1.369
15/06/2020	1.265
15/12/2020	1.730
15/06/2021	2.046
15/12/2021	2.664
15/06/2022	2.232
15/12/2022	2.743
	<hr/>
	15.537

(*) dólares norte-americanos

A Companhia possui a intenção de efetuar a liquidação antecipada da dívida, conforme seu plano de capitalização cujos esforços encontram-se em andamento e previstos para finalização no primeiro semestre de 2018, e observou esta premissa para cálculo da taxa efetiva do *fee letter*. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tem provisionado o montante de R\$ 1.380.

17 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Clientes nacionais	1.614	5.038	1.803	13.306
Clientes estrangeiros	141.320	59.676	141.320	88.837
	<u>142.934</u>	<u>64.714</u>	<u>143.123</u>	<u>102.143</u>

Em 31 de dezembro de 2017, os valores da Controladora e do Consolidado, em moeda estrangeira, correspondem a US\$ 42.721 mil (em 31 de dezembro de 2016 - US\$ 18.374 mil e US\$ 27.021 mil, Controladora e Consolidado).

A Companhia possui adiantamentos que correspondem a R\$ 3.044 sobre os quais incidem taxas de juros entre 8,5% a 10% a.a.

18 Dívida com a União - PESA (Controladora e Consolidado)

	2017	2016
Valor do principal + juros futuros	149.867	138.118
Aplicações financeiras vinculadas - CTN	(146.655)	(131.643)
Valos presente dos juros futuros	<u>(289)</u>	<u>(261)</u>
	<u>2.923</u>	<u>6.214</u>
Circulante	<u>2.923</u>	<u>3.236</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>2.978</u>

Em 1998, mediante aditivo contratual e operação de securitização, foram alongados, junto à instituição financeira federal, os vencimentos de financiamentos para custeio agrícola, sob o amparo da Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA). Consoante contratos firmados, a atualização monetária desses financiamentos (IGP-M) é capitalizada para amortização no vencimento da operação, previsto para novembro de 2018, e os juros atualmente incidentes, de 3% ao ano, são liquidados a cada ano, para fins de seu cálculo, o IGP-M incidente sobre o principal está limitado a 9,5% ao ano. A partir de 2001, a União passou a ser credora desses financiamentos, conforme Medida Provisória nº 2.196/03, sem modificações nas condições pactuadas em contrato firmado junto à instituição financeira.

Em garantia desses financiamentos foram oferecidos avais, hipotecas e outros bens (vide nota explicativa 5), bem como aplicações financeiras em Certificados do Tesouro Nacional (CTN), com vencimento igual ao dos financiamentos. Segundo as condições pactuadas, a atualização monetária pelo IGP-M e os juros de 12% ao ano dessas aplicações são capitalizados para que, no seu vencimento, o montante apurado seja igual ao montante dos financiamentos.

Devido às especificidades desse instrumento financeiro (prazo alongado e encargos subsidiados), a Administração da Companhia, vem registrando o referido instrumento utilizando o conceito de ajuste a valor presente, calculando o valor dessa obrigação com base no fluxo de desembolsos futuros trazidos a valor presente, descontados por uma taxa de juros, referencial para a data em que a transação foi contratada, de 12% ao ano.

19 Tributos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ICMS	-	-	268	681
PRT/PERT (i)	759	-	6.607	-
Previdenciário	8.903	6.149	8.904	6.535
Outros	-	-	28	115
	<u>9.662</u>	<u>6.149</u>	<u>15.807</u>	<u>7.331</u>
Circulante	<u>2.355</u>	<u>1.251</u>	<u>5.642</u>	<u>2.075</u>
Não circulante	<u>7.307</u>	<u>4.898</u>	<u>10.165</u>	<u>5.256</u>

- (i) Neste exercício, a Companhia e as controladas Maeda S.A. Agroindustrial e Vanguarda do Brasil S.A. optaram pela adesão ao Programa de Regularização Tributária - PRT (instituído pela Medida Provisória 766/2017 e cujo prazo de vigência encerrou-se em dia 1º de junho de 2017) e ao Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (instituído pela Medida Provisória 783/2017 e convertido na Lei nº 13.496/2017), respectivamente.
- A Companhia e suas controladas optaram pela adesão de débitos tributários nos âmbitos da SRFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e apresenta abaixo a movimentação dos débitos incluídos em ambos os programas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.149	7.331
Inclusão em parcelamentos ordinários	12.716	13.461
Inclusão no PRT/PERT	31.157	93.858
Migração parcelamentos ordinários para PRT/PERT	(6.710)	(7.337)
Encargos financeiros no exercício	3.765	13.223
Pagamentos em espécie no exercício	(5.997)	(13.236)
Ganho adesão parcelamento	(6.284)	(25.176)
Liquidação com créditos tributários diferidos	(25.134)	(66.317)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>9.662</u>	<u>15.807</u>

Com isso, a Companhia e suas controladas utilizaram R\$ 66.317 de créditos tributários diferidos de prejuízos fiscais de IRPJ e de base negativa de CSLL, anteriormente não registrados, para liquidação parcial do saldo remanescente dos parcelamentos aderidos no âmbito da SRFB.

20 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

Causas	Consolidado					
	2017			2016		
	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	9.796	(2.286)	7.510	10.485	(2.239)	8.246
Tributárias	2.415	-	2.415	2.630	-	2.630
Cíveis	5.819	(362)	5.457	5.201	(362)	4.839
Tributos sub-júdice	4.236	-	4.236	4.080	-	4.080
Total	22.266	(2.648)	19.618	22.396	(2.601)	19.795
Depósitos judiciais (ativo não circulante)			<u>20.223</u>			<u>7.880</u>

20.1 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são representados substancialmente por uma ação proposta pela controlada Vanguarda do Brasil S.A. no exercício de 2011, que visa à declaração do direito de preferência para a aquisição de imóvel rural, visto que objeto de contrato de arrendamento anterior, pelos autores, e sua consequente adjudicação. Houve despacho favorável à parte autora. Houve contestação pelos réus e réplica pela autora, tendo decidido o juiz pela rejeição das preliminares arguidas pela parte ré e julgou improcedente a ação.

Em 12 de agosto de 2013, os autores interpuseram recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento, mantendo-se a improcedência, mas reduzindo o valor da condenação proferida no juízo de primeiro grau. Foram opostos embargos de declaração pelos autores e apelados, os quais foram rejeitados. Em continuidade foi interposto recurso especial pelos autores apelantes e outro pelos réus apelados, sendo aquele admitido e este inadmitido na origem.

Os réus interpuseram recurso de agravo em face da decisão que negou seguimento ao seu recurso especial e os autores interpuseram medida cautelar para antecipar os efeitos do recurso especial admitido. A parte autora peticionou informando o depósito do valor destinando à caução, sendo deferida a liminar para conferir efeito suspensivo ao recurso especial dos réus e assegurar a posse do imóvel litigado até o julgamento final do referido recurso. Em continuidade, com base na cautela, análise dos cenários possíveis e o constante no voto do Desembargador, os autores entenderam por realizar o depósito complementar em julho de 2017 no montante de R\$ 11.558 para eliminar eventual obstáculo ao reconhecimento do direito de preferência da controlada Vanguarda do Brasil S.A. na aquisição do imóvel litigado. O processo se encontra concluso com o relator para julgamento.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor contábil atualizado do depósito judicial supracitado é de R\$ 17.363 (R\$ 7.117 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para os quais não mantêm provisão para contingências nos montantes totais de R\$ 2.725 (controladora) e R\$ 20.223 (consolidado), respectivamente (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 2.563 e R\$ 7.880, respectivamente).

20.2 Movimentação das provisões cuja perda estimada é provável, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 (Consolidado)

Causas	Controladora e Consolidado				Total
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Tributos sub-judice	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8.246	2.630	4.839	4.080	19.795
Novos processos e complementos	1.297	4.738	1.177	-	7.212
Baixas no exercício	(1.988)	(4.953)	(559)	-	(7.500)
Depósitos judiciais relacionados	(48)	-	-	-	(48)
Encargos financeiros no exercício	3	-	-	156	159
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>7.510</u>	<u>2.415</u>	<u>5.457</u>	<u>4.236</u>	<u>19.618</u>

20.3 Movimentação das provisões cuja perda estimada é provável, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016 (Consolidado)

Causas	Controladora e Consolidado				Total
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Tributos sub-judice	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	7.806	2.430	4.757	3.863	18.856
Novos processos e complementos	2.884	200	87	-	3.171
Baixas no exercício	(2.687)	-	(5)	-	(2.692)
Depósitos judiciais relacionados	(1.181)	-	-	-	(1.181)
Encargos financeiros no exercício	1.424	-	-	217	1.641
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>8.246</u>	<u>2.630</u>	<u>4.839</u>	<u>4.080</u>	<u>19.795</u>

20.4 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas demonstrações financeiras:

Causas	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Tributárias	63.501	80.896
Trabalhistas	16.303	17.438
Cíveis	54.640	7.050
	134.444	105.384

a. *Tributárias*

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se a pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativo; supostos recolhimentos a menor de percentual de diferencial de alíquota em operações estaduais; aproveitamento de créditos de ICMS indevidamente, referentes à compra de energia elétrica; indeferimentos de pedidos de compensação de créditos de IPI; ausência de declaração de valores referentes a contribuições em guias de recolhimento de FGTS e informações à Previdência Social (GFIP); supostos recolhimentos inferiores ao devido de contribuição previdenciária da agroindústria (SENAR); declarações de débitos de IRPJ e CSLL; suposta falta de recolhimento do IRRF sobre ganho de capital auferido sobre pessoas jurídicas em operação de incorporação de ações da Maeda S.A. pela Companhia; autos de infrações de cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre a receita bruta proveniente das exportações da produção rural de algodão e soja através de *tradings* e manifestações de inconformidade referentes a Pedidos Eletrônicos de Ressarcimento (PER) e Declarações de Compensação (DCOMP) para compensações de créditos presumidos de IPI.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam como perda possível em razão da jurisprudência dos tribunais regionais e superiores ainda não estar pacificada quanto aos temas, da pouca especificidade de algumas teses de defesa e em alguns casos, poucos julgados sobre a matéria em discussão, além de precedência de *leading cases* de casos semelhantes com decisões controvertidas.

b. *Trabalhistas*

As reclamationárias trabalhistas com perda classificada como possível cingem-se basicamente a pedidos relativos a acidentes de trabalho e/ou decorrente das atividades laborais; indenizações por danos materiais e morais em razão de tais fatos; adicionais de insalubridade; intervalo intrajornada; reversão de justa causa; horas extras e reflexos; horas *in itinere*; adicional de transferência; indenização por estabilidade provisória; adicional noturno; responsabilidade subsidiária em razão de terceirização de serviços; reflexos no 13º salário, férias e outras verbas; e contribuições ao INSS e FGTS.

Tratam-se de reclamationárias usualmente promovidas por ex-colaboradores, pleiteando as verbas e direitos supostamente sonegados pela Companhia no interregno do vínculo de trabalho.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as mesmas como possíveis em razão da existência de vasta documentação comprovando o correto pagamento das verbas, principalmente horas extraordinárias; horas *in itinere* e reflexos; além da existência de documentos comprovando a real jornada de trabalho (cartão de ponto); entrega de equipamentos de proteção individual (EPI); treinamentos e orientações de segurança; exames médicos; investigações de acidentes e eventuais desvios de condutas dos colaboradores para aplicação de demissão por justa causa; e além de outros documentos referentes ao contrato de trabalho.

c. Cíveis

As ações judiciais cíveis com perda classificada como possível apresentam pedidos de cobrança em razão de contratos de locação de veículos, inadimplemento contratual em prestações de serviços, cobrança de danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito, execução decorrente de auto de infração ambiental e ação civil pública decorrentes de supostos danos causados ao meio ambiente.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as ações cíveis como possíveis por conta da existência de documentos e outros meios de provas aptos a comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos dos autores, além de precedentes jurisprudenciais.

FWA Empreendimentos e Participações S.A.

No terceiro trimestre de 2017, a FWA Empreendimentos e Participações S.A., ajuizou ação de Rescisão Contratual com pedido de Antecipação de Tutela que tem por objetivo a rescisão do contrato de Compra e Venda de Bens Imóveis e suas benfeitorias, firmado na data de 30 de setembro de 2014 com a Companhia, e por consequência, a rescisão do termo aditivo ao arrendamento e a devolução de caminhões que constituíram a forma de pagamento. Em sede de primeiro grau foi parcialmente deferida a antecipação de tutela em favor da parte autora no sentido de suspender os atos de plantio sobre a área arrendada para a safra 2017/2018, ao que foi interposto agravo de instrumento no Tribunal de Justiça pela parte Companhia para anular a decisão, visto que já fora efetuado o plantio em aproximadamente 70% da área arrendada litigada e já haviam sido adquiridos os insumos para o plantio do restante da área. O agravo de instrumento foi julgado improcedente, mantendo-se a decisão do juízo de primeiro grau. Diante da manutenção da decisão foi interposto agravo regimental para que o Tribunal, em retratação, permitisse o plantio nos 30% de área remanescente, tendo em vista os irreparáveis prejuízos que seriam aferidos pela Companhia caso a decisão se mantivesse. O agravo regimental teve parcial provimento, permitindo à Companhia finalizar o plantio de soja no restante da área litigada. A FWA apresentou agravo interno contra a decisão que concedeu o direito de plantio na área restante, sendo o mesmo parcialmente provido para limitar o plantio a safra de soja. Em novo agravo interposto pela FWA, houve decisão que determinou a desocupação dos imóveis pela Companhia no prazo de 30 (trinta) dias. A Companhia interpôs agravo interno visando a revogação da ordem de desocupação. Quanto ao processo principal, em trâmite na Comarca de Nova Mutum, já foi realizada audiência de conciliação e especificação de provas a serem produzidas, estando os autos conclusos ao juiz para despacho saneador.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado na rubrica de “Outros Ativos” o valor de R\$ 14.275 referente a adiantamentos realizados sobre o contrato de arrendamento mencionado, montante esse que poderia ser considerado não realizável somente em eventual decisão desfavorável.

O valor atualizado da causa é de R\$ 47.417 e a Companhia avalia, com auxílio de seus consultores externos, o risco de perda do processo como perda possível.

20.5 Outras informações

As ações consideradas relevantes pela Administração da Companhia são:

a. Reclamações trabalhistas

Em 17 de março de 2009, a Companhia foi notificada da existência da demanda pelo descumprimento de cláusula contratual com Marcos César de Moraes (cláusula penal) e pedido indenizatório em razão de suposta estabilidade. A ação foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias e ainda está pendente de julgamento de Agravo Regimental junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). O Reclamante deu início a execução provisória da sentença, sendo que na data de 15 de setembro de 2015 foi expedida Carta Precatória para o município de Nova Mutum para penhora dos bens imóveis oferecidos em garantia pela Companhia. O valor atualizado da condenação é de R\$ 17.512, dos quais a Companhia provisiona o montante de R\$ 4.789 em 31 de dezembro de 2017, sendo que o restante do valor atualizado da condenação de R\$ 12.722, é considerado possível pela Companhia e seus advogados em razão da possibilidade de redução do valor atualizado da cláusula penal (de R\$ 5.000 para R\$ 1.000, em valores originais).

b. Tributos em discussão judicial

A controlada Maeda S.A. Agroindustrial, baseada na opinião favorável dos seus consultores jurídicos, vem contestando a exigibilidade e, também, requerendo, administrativa ou judicialmente, o reconhecimento de créditos compensados com determinados impostos e contribuições.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém provisão para perda provável no montante de R\$ 4.236 (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 4.080), referente aos créditos presumidos de IPI tomados sobre exportações do período compreendido entre 2000 e 2002, os quais foram compensados com débitos tributários nos meses de novembro e dezembro de 2003 e julho de 2004.

c. Ação cível - Construrio Ltda.

Trata-se de ação de reintegração de posse cumulada com perdas e danos movida pela Construrio Ltda. em face de ex-investidor da Companhia (Processo no 1031/2006/2ª Vara/Comarca de Nova Mutum). Nesta ação foi proferida sentença, que após a oposição de embargos de declaração, rejeitado pelo juiz, foi publicada em 1º de fevereiro de 2012, julgando procedentes os pedidos para: (i) determinar a reintegração na posse da Construrio Ltda.; e (ii) condenar o réu ao pagamento de indenização pelo período de utilização da posse, devendo o quantum indenizatório ser apurado em liquidação de sentença. Foi interposto recurso de apelação, que foi recebido e julgado improcedente. Interpusemos Recurso Especial (REsp), ao qual foi negado seguimento. Em razão da decisão que negou seguimento ao REsp, foi interposto Agravo Regimental, também improvido. Por fim, foi interposto recurso de embargos de declaração, que foi julgado improcedente e a ação transitou em julgado. A execução definitiva da sentença está em trâmite e o autor já foi reintegrado na posse do imóvel. Está pendente apenas a apuração do valor da indenização pelo uso da terra. A possibilidade de perda é provável no montante de R\$ 5.000 (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 5.146), o qual está provisionado.

21 Patrimônio líquido (reapresentado)

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o capital social era representado por 17.914 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no montante de R\$ 2.728.353.

As ações de emissão da Companhia são exclusivamente ordinárias e têm a forma nominativa, escritural e sem valor nominal.

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

b. Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação:

- 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.
- 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, o mesmo ficará à disposição da Assembleia para destinação.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017, o valor da reserva de *hedge* de fluxo de caixa apresenta uma perda de R\$ 15.926 (em 31 de dezembro de 2016 - perda de R\$ 22.725).

	2017	2016 (reapresentado)
No início do exercício (i)	(22.725)	(130.479)
Variação do valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(11.065)	123.419
Valores eficaz transferidos para a demonstração do resultado	21.367	54.314
Parcela ineficaz da perda transferida para o resultado financeiro	-	(14.469)
Tributos diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(3.503)	(55.510)
No final do exercício	(15.926)	(22.725)

(i) Veja nota explicativa 2.2.

22 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

b. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio, que inclui capital e reservas e o capital de terceiros.

A Administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de *covenants* das operações de empréstimos e financiamentos (Nota 16 (ii)). Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

c. Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros, estão divulgados na Nota 2.

d. Categoria de instrumentos financeiros

		Controladora		Consolidado	
	Categoria de instrumento financeiro	2017	2016	2017	2016
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	10.514	1.768	10.561	4.232
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	466	-	710	-
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	12.523	210	12.719	5.164
Títulos a receber	Empréstimos e recebíveis	19.178	12.420	37.526	33.455
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	15.579	18.713	15.251	19.285
		58.260	33.111	76.767	62.136
Passivo					
Fornecedores	Outros passivos	150.940	176.230	151.079	179.335
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	789.280	751.170	791.696	751.170
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	11.947	5.907	11.947	5.907
Dívida com a União - PESA	Outros passivos	2.923	6.214	2.923	6.214
Títulos a pagar	Outros passivos	7.224	6.891	9.121	8.911
Mútuos	Outros passivos	45.348	2.840	-	-
		1.007.662	949.252	966.766	951.537

e. Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, dívida com a União - PESA, títulos a pagar e mútuos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o Pronunciamento Técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Em 31 de dezembro de 2017, todos os passivos financeiros consolidados mensurados ao valor justo por meio do resultado estão classificados no nível 2 e são como segue:

	2017	2016
Passivo		
Instrumentos financeiros derivativos	11.947	5.907

f. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, nessa nota explicativa.

g. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração, assessorado pelo Conselho Fiscal, bem como pelo Comitê Estratégico Financeiro tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Os riscos operacionais da Companhia são constantemente avaliados pela auditoria interna, a qual se reporta diretamente ao comitê de auditoria e gestão de riscos, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela auditoria interna.

Do ponto de vista dos riscos financeiros, foi criado o Comitê Operacional de Riscos, órgão não estatutário e composto pela diretoria da Companhia, com o objetivo de monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as *commodities* agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

A Administração mantém procedimentos de cobrança de clientes, conforme segue:

- (a) Créditos vencidos acima de trinta dias: Efetuar notificação extrajudicial, informando antecipadamente a contraparte quanto a inclusão nos cadastros de restrição ao crédito.
- (b) Cadastramento em órgão de restrição ao crédito: A contraparte será incluída no cadastro de restrição ao crédito após trinta dias decorridos da confirmação do recebimento da notificação extrajudicial.
- (c) Créditos vencidos acima de noventa dias: Será realizada cobrança judicial, reunindo todos os documentos referentes à operação da negociação realizada.

A Companhia reconhece estimativa de perdas sobre títulos vencidos há mais de 180 dias ou quando o cliente não tem solvência. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas efetuam a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados, principalmente *trading companies*.

Em função do mencionado acima, a Administração entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe a Companhia a riscos significativos de crédito. A Companhia considera o saldo de contas a receber de clientes e títulos a receber, como exposto a este risco. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo é de R\$ 31.701 na controladora e R\$ 50.245 no consolidado (R\$ 12.630 na controladora e de R\$ 38.619 no consolidado em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou pagamentos de empréstimos e financiamentos, incluindo juros e custos de captação, às instituições financeiras no montante de R\$ 203.634 (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 292.725). A Companhia não possuía linhas de créditos contratadas em 31 de dezembro de 2017, que não estivessem sendo utilizadas.

As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	157.168	-	-	157.168
Empréstimos e financiamentos	302.602	549.276	24.848	876.726
Instrumentos financeiros derivativos	11.947	-	-	11.947
Dívida com a União - PESA	3.212	-	-	3.212
Títulos a pagar	6.914	2.207	-	9.121
	<u>481.843</u>	<u>551.483</u>	<u>24.848</u>	<u>1.058.174</u>

Conforme mencionado em 2016, a Companhia obteve êxito na renegociação de seu passivo bancário e vem renegociando os demais débitos de curto prazo dentro das políticas de gerenciamento de risco de liquidez.

(iii) Risco de taxa de câmbio

A Companhia tem compromissos de venda, bem como de compras e de empréstimos e financiamentos, em moeda estrangeira. A Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Assim, o referido risco de câmbio é calculado levando-se em consideração os seguintes aspectos: (i) o impacto nas contas do balanço que são indexadas a moeda estrangeira; (ii) o impacto no fluxo de caixa das entradas e saídas de fluxo financeiro indexados à moeda estrangeira e; (iii) desde agosto de 2013, a Companhia adotou a prática de *hedge accounting*, designando suas dívidas expostas à variação do risco cambial como *hedge* tanto das suas vendas futuras para fins de exportação, bem como vendas futuras indexadas ao dólar norte-americano, como descrito no item (h).

As variações cambiais dos empréstimos e financiamentos designados são classificadas na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, líquidas de tributos diferidos, e tais valores são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica “Receita líquida de vendas”, de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2017. Para fins de análise de sensibilidade, a Administração adotou como cenário I (provável) a taxa de mercado futuro vigente na data-base de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II (possível) esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III (remoto) em 50%.

Descrição	Exposição líquida em US\$ mil	Cenário I - Provável		25%		50%	
		Cenário II - Possível		Cenário III - Remoto			
		Taxa (*)	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)
Ativos							
Depósitos bancários	1.382	3,4343	175	4,2929	1.187	5,1514	2.373
Contas a receber de clientes	1.541	3,4343	195	4,2929	1.323	5,1514	2.647
Adiantamentos a fornecedores	1.075	3,4343	136	4,2929	923	5,1514	1.845
Passivos							
Fornecedores de insumos	38.503	3,4343	(4.863)	4,2929	(33.058)	5,1514	(66.115)
Empréstimos e financiamentos	218.704	3,4343	(27.622)	4,2929	(187.774)	5,1514	(375.548)
Adiantamentos de clientes	42.721	3,4343	(5.396)	4,2929	(36.679)	5,1514	(73.358)
Efeito líquido no resultado			<u>(37.375)</u>		<u>(254.078)</u>		<u>(508.155)</u>

(*) A taxa de conversão (R\$ 3,4343 para US\$ 1,00) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável para os próximos 12 meses foi obtida na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros na data base de 31 de dezembro de 2017.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de venda em dólar norte-americano de produtos agrícolas, conforme divulgado na Nota 30, no montante de US\$ 95.512 mil. Não foram adicionados na tabela acima, já que ainda não foram faturadas e portanto não estão registrados nas contas a receber de clientes.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia nominados em dólar norte-americano estão designados no *hedge accounting*. Eventuais perdas nesses instrumentos em função da apreciação do dólar norte-americano frente ao real resultarão, em contrapartida, ganhos dos itens protegidos (no caso, as receitas da Companhia) e vice-versa.

(iv) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados pela variação da LIBOR, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade abaixo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade, e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2017. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi corrigida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Modalidade	Exposição líquida em R\$ mil	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Taxa (*)	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)
Aplicações financeiras							
CDI	5.857	7,00%	(410)	8,75%	512	10,50%	615
Empréstimos e financiamentos							
Libor 6 meses	6.457	1,84%	(119)	2,30%	(149)	2,76%	(179)
Efeito líquido no resultado			(529)		363		436

(*) As taxas utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram extraídas nos sites dos órgãos oficiais de divulgação dos respectivos índices.

(v) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado são representados, substancialmente, por aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos que são corrigidos por taxas de juros variáveis, conforme divulgado nas respectivas notas explicativas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores substancialmente com vencimento em curto prazo. No entendimento da Administração devido a essas características o valor justo destes instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

(vi) Risco dos preços das commodities

A Companhia produz e comercializa soja, milho, girassol e derivados de algodão (caroço e pluma), produtos esses caracterizados como *commodities agrícolas* e oriundos de produção própria.

As *commodities* são negociadas no Brasil e no exterior e possibilitam a adoção de ferramentas de proteção de preços.

A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente aos clientes com entrega física.

A Companhia gerencia o risco de exposição a *commodities*, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* e não são utilizados para fins especulativos.

Tipo	2017			2016		
	Valor de referência (nocial) em USD	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$	Valor de referência (nocial) em USD	Valor justo (mercado) em R\$	Perda no resultado financeiro em R\$
Swaps de moeda e taxa de juros						
Hedge/Swap de valor justo (USD)	-	-	(181)	5.617	(54)	(4)
NDF de valor justo (USD)	12.776	(11.947)	(2.174)	7.697	(5.853)	(1.744)
Opção de venda (USD)	-	-	-	-	-	(3.220)

h. Hedge accounting

Desde agosto de 2013, a Companhia efetua a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting* para os instrumentos financeiros não derivativos de proteção de fluxos de caixa das receitas de exportação de soja, algodão em pluma, caroço de algodão e milho, documentando: (i) o relacionamento do *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em tomar o *hedge*; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*.

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* em conta específica no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) afete o resultado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido (no caso, receita de vendas).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

	Exercício de realização					Total Geral
	2018	2019	2020	2021	2022	
Contrato de financiamentos						
Crédito à Exportação (PPE)	(7.745)	(10.879)	(695)	(530)	(44)	(19.893)
Crédito à Exportação (ACC)	(1.419)	-	-	-	-	(1.419)
Aquisição de Imobilizado (Finimp e Res. 2770)	(1.021)	(960)	-	-	-	(1.981)
Crédito à Exportação Indireta (CCB, CCE e NCE)	(228)	(227)	(227)	(155)	-	(837)
	(10.413)	(12.066)	(922)	(685)	(44)	(24.130)
Vendas/resultado financeiro	(10.413)	(12.066)	(922)	(685)	(44)	(24.130)
(-) Tributos diferidos	3.540	4.102	313	233	15	8.204
Efeito no patrimônio líquido	(6.873)	(7.964)	(609)	(452)	(29)	(15.926)

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos em outros resultados abrangentes durante o exercício:

	2017	2016 (reapresentado)
Saldo em 1º de janeiro (reapresentado)	(22.725)	(130.479)
Variação do valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(11.065)	123.419
Valores eficazes transferidos para a demonstração do resultado	21.367	54.314
Valores eficazes transferidos para a demonstração do resultado	<u>-</u>	<u>(14.469)</u>
Total das movimentações ocorridas no exercício	<u>10.302</u>	<u>163.264</u>
Tributos diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa	<u>(3.503)</u>	<u>(55.510)</u>
 Saldo em 31 de dezembro	 <u>(15.926)</u>	 <u>(22.725)</u>

23 Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração (fixa e variável) dos diretores e conselheiros no exercício foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016 (reapresentado)
Remuneração de conselheiros		
Remuneração fixa	(1.164)	(866)
Remuneração da diretoria		
Remuneração fixa	(3.929)	(3.132)
Remuneração variável	(976)	(499)
Benefícios rescisórios	(217)	-
Encargos sociais	<u>(1.258)</u>	<u>(899)</u>
	<u>(7.544)</u>	<u>(5.396)</u>

Com o objetivo de melhoria na apresentação e divulgação das informações financeiras e comparabilidade com 2017, a Companhia reclassificou o valor de R\$ 309 de remuneração dos administradores para a rubrica de despesas gerais e administrativas.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Adicionalmente, ver Nota 29 para pagamentos baseados em ações.

24 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (reapresentado)	2017	2016 (reapresentado)
Receita bruta de vendas e serviços	637.570	733.091	712.382	798.218
Variação cambial (<i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(21.367)	(54.314)	(21.367)	(54.314)
(-) Devoluções e abatimentos	(1.281)	(1.896)	(2.043)	(1.920)
(-) Impostos sobre vendas	(26.292)	(40.735)	(31.179)	(30.973)
Receita líquida de vendas e serviços	588.630	636.146	657.793	711.011

25 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (reapresentado)	2017	2016 (reapresentado)
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(152.287)	(333.566)	(157.477)	(272.327)
Matéria-prima	(303.706)	(273.369)	(303.706)	(273.369)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola	128.616	120.540	138.522	109.020
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(81.950)	(114.792)	(91.195)	(124.691)
Despesas com pessoal	(60.616)	(55.997)	(76.138)	(97.197)
Honorários da administração	(7.544)	(5.396)	(7.544)	(5.396)
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(53.653)	(47.753)	(59.970)	(65.942)
Depreciações e amortizações	(33.226)	(26.705)	(37.239)	(41.210)
Fretes, comissões e despesas portuárias	(12.538)	(3.180)	(17.241)	(26.527)
Resultado de equivalência patrimonial	(499)	10.012	-	-
Provisão para perda em investimentos	(310)	(197)	-	-
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	(646)	(1.815)	(649)	(2.174)
Reversão (perdas estimadas) em créditos de liquidação duvidosa	21.110	(21.791)	21.110	(21.791)
(Provisão) reversão dos créditos tributários ao valor recuperável	1.831	(6.618)	2.462	(8.468)
Perdas estimadas de estoques	(121)	(155)	(121)	(155)
Outras despesas, líquidas	(639)	(12.234)	(20.216)	(16.566)
	(556.178)	(773.016)	(609.402)	(846.793)

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do exercício nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (reapresentado)	2017	2016 (reapresentado)
Custo dos produtos vendidos	(559.933)	(704.394)	(590.449)	(716.263)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	128.616	120.540	138.522	109.020
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(81.950)	(114.792)	(91.195)	(124.691)
Despesas com vendas (i)	(12.527)	(3.137)	(16.584)	(24.716)
Despesas gerais e administrativas (i)	(47.490)	(45.161)	(50.376)	(48.845)
Honorários da administração	(7.544)	(5.396)	(7.544)	(5.396)
Resultado de equivalência patrimonial	(499)	10.012	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(310)	(197)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (ii)	25.459	(30.491)	8.224	(35.902)
	(556.178)	(773.016)	(609.402)	(846.793)

- (i) Com o objetivo de melhoria na apresentação e divulgação das informações financeiras e comparabilidade com 2017, a Companhia reclassificou, além dos valores mencionados na nota explicativa 23, os montantes de R\$ 3.137 e 24.716, controladora e consolidado, respectivamente, anteriormente apresentados na rubrica de despesas gerais e administrativas para a rubrica de despesas com vendas.
- (ii) As Outras receitas (despesas) operacionais foram impactadas pela adesão de débitos tributários ao PRT/PERT pelo valor de R\$ 2.148 na controladora e R\$ 24.005 no consolidado.

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (reapresentado)	2017	2016 (reapresentado)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	123	769	137	844
Ajuste a valor presente de recebíveis	95	1.940	1.089	2.323
Juros ativos	18.320	21.247	19.328	21.405
Variações monetárias ativas	1.882	4.336	1.882	4.511
Descontos obtidos	3.323	1.935	3.347	1.977
Ganhos adesão PERT - Lei 13.496/17 (i)	6.285	-	25.178	-
	30.028	30.227	50.961	31.060
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(71.584)	(81.112)	(71.809)	(81.116)
Juros passivos e multa de mora (ii)	(22.498)	(14.947)	(55.248)	(12.027)
Variações monetárias passivas	(2.546)	(7.782)	(2.552)	(7.782)
Ajuste a valor presente de fornecedores de insumos	(7.472)	(7.624)	(7.891)	(8.907)
IOF	(793)	(1.140)	(795)	(1.200)
Amortização de custos de captação	(2.004)	(3.900)	(2.004)	(3.900)
Outras despesas	(1.826)	(2.036)	(1.849)	(2.155)
	(108.723)	(118.541)	(142.148)	(117.087)
Derivativos, líquidos (iii)				
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	11.294	11.515	11.294	11.515
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(13.649)	(16.483)	(13.649)	(16.483)
	(2.355)	(4.968)	(2.355)	(4.968)
Variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais ativas	54.484	117.932	57.092	136.531
Variações cambiais passivas	(52.348)	(60.876)	(53.989)	(80.361)
	2.136	57.056	3.103	56.170
Resultado financeiro	(78.914)	(36.226)	(90.439)	(34.825)

- (i) A adesão de débitos tributários ao PRT/PERT proporcionou uma redução de multas e juros nos montantes de R\$ 6.285 na controladora e R\$ 25.178 no consolidado.
- (ii) Os juros passivos e multa de mora foram impactadas pela adesão de débitos tributários ao PRT/PERT pelos montantes de R\$ 8.063 na controladora e R\$ 43.262 no consolidado.
- (iii) Com o objetivo de melhoria na apresentação e divulgação das informações financeiras e comparabilidade com 2017, a Companhia reclassificou os valores de derivativos, líquidos de R\$ 4.968, controladora e consolidado, anteriormente apresentados nos grupos de receitas e despesas financeiras para grupo específico.

27 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir relacionamos as transações no exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	6.198	10.872	8.800	12.086
Aumento de capital em controladas	-	18.487	-	-
Venda de ativos a prazo	1.491	15.588	2.879	15.646
Aquisição de imobilizado financiado	7.524	3.529	8.220	3.672

28 Resultado por ação

As tabelas a seguir reconciliam o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro (prejuízo) diluído por ação.

	Consolidado	
	2017	2016 (reapresentado)
Lucro (prejuízo) utilizado na apuração do prejuízo básico e diluído por ação	7.350	(152.355)
Quantidade de ações no período (em milhares) - média ponderada do período	17.914	17.914
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (R\$)	0,4103	(8,5048)

29 Pagamentos baseados em ações

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações para os seus executivos. De acordo com as condições do plano, conforme aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2009 e, posteriormente regulamentadas pelo Conselho de Administração em 7 e 26 de outubro de 2010, os executivos definidos para participação do plano receberam opções para a compra de ações ordinárias.

Cada opção de compra pode ser convertida em uma ação ordinária da Companhia no momento do exercício da opção. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito a dividendos ou ao voto.

A quantidade de opções concedida foi definida pelo Conselho de Administração da Companhia, assessorado pelo Comitê de Recursos Humanos, e não está vinculada ao atingimento de metas individuais ou coletivas da Companhia.

Na mesma metodologia o Conselho de Administração da Companhia aprovou nos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, a outorga de opções de compras de ações ao seu diretor presidente. O executivo receberá opções para a compra de ações ordinárias por um preço de exercício por opção de R\$ 99,90, R\$ 104,40, R\$ 30,00, R\$ 10,59 e R\$ 11,92, respectivamente.

As opções de ações concedidas têm como uma de suas condições para exercício a permanência dos executivos na Companhia. Na situação de desligamento da Companhia, a opção deverá ser exercida no prazo de 30 dias ou perderá sua validade. Em 31 de dezembro de 2017, temos vigente no programa, as opções de compras de ações concedidas ao diretor presidente.

Apresentamos abaixo o demonstrativo dos planos outorgados pela Companhia e vigentes:

1ª Outorga	24 meses	36 meses	
Data da outorga	14/03/2013	14/03/2013	
Volatilidade do preço da ação	39,70% a.a.	39,70% a.a.	
“Vesting period”	24 meses	36 meses	
Prazo para exercício após o “vesting period”	36 meses	36 meses	
Número de opções	7.407	7.407	
Valor justo - R\$	53,89	59,35	
Valor da opção - R\$	99,90	99,90	
2ª Outorga	12 meses	24 meses	36 meses
Data da outorga	18/02/2014	18/02/2014	18/02/2014
Volatilidade do preço da ação	27,03% a.a.	27,03% a.a.	27,03% a.a.
“Vesting period”	12 meses	24 meses	36 meses
Prazo para exercício após o “vesting period”	36 meses	36 meses	36 meses
Número de opções	7.407	7.407	7.407
Valor justo - R\$	27,30	33,00	38,40
Valor da opção - R\$	104,40	104,40	104,40
3ª Outorga	12 meses	24 meses	36 meses
Data da outorga	24/02/2015	24/02/2015	24/02/2015
Volatilidade do preço da ação	57,33% a.a.	57,33% a.a.	57,33% a.a.
“Vesting period”	12 meses	24 meses	36 meses
Prazo para exercício após o “vesting period”	36 meses	36 meses	36 meses
Número de opções	7.407	7.407	7.407
Valor justo - R\$	16,80	18,30	21,00
Valor da opção - R\$	30,00	30,00	30,00
4ª Outorga	12 meses	24 meses	36 meses
Data da outorga	23/02/2016	23/02/2016	23/02/2016
Volatilidade do preço da ação	51,64% a.a.	51,64% a.a.	51,64% a.a.
“Vesting period”	12 meses	24 meses	36 meses
Prazo para exercício após o “vesting period”	36 meses	36 meses	36 meses
Número de opções	7.407	7.407	7.407
Valor justo - R\$	2,23	2,73	3,16
Valor da opção - R\$	10,59	10,59	10,59
5ª Outorga	12 meses	24 meses	36 meses
Data da outorga	24/01/2017	24/01/2017	24/01/2017
Volatilidade do preço da ação	65,88% a.a.	65,88% a.a.	65,88% a.a.
“Vesting period”	12 meses	24 meses	36 meses
Prazo para exercício após o “vesting period”	36 meses	36 meses	36 meses
Número de opções	7.407	7.407	7.407
Valor justo - R\$	7,59	8,34	8,96
Valor da opção - R\$	11,92	11,92	11,92

a. Valor justo das opções de compra de ações outorgadas durante o exercício (controladora e consolidado)

A Companhia reconhece a despesa com o plano de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga.

A determinação do valor das opções de outorga de opções de compra foi efetuada com base na metodologia de precificação de opções *Black & Scholes*. Este modelo foi adotado por sua ampla utilização pelo mercado financeiro para avaliar este tipo de ativo.

O modelo *Black-Scholes* utiliza como premissa o vencimento em anos. As opções de ações avaliadas possuem prazo de carência para exercício e validade de 36 meses a partir de cada vencimento. O vencimento em anos representa a quantidade de dias anualizada até a validade das opções de ações.

As opções foram precificadas de acordo a volatilidade de preços históricos e foram calculadas com base na metodologia *Exponential Weighted Moving Average* para o prazo de 60 dias, utilizadas as cotações relativas a 14 de março de 2013 (1ª outorga), 18 de fevereiro de 2014 (2ª outorga), 24 de fevereiro de 2015 (3ª outorga) e 23 de fevereiro de 2016 (4ª outorga) e 24 de janeiro de 2017 (5ª outorga).

b. Movimentações nas opções de compra de ações durante o exercício (controladora e consolidado)

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	88.884	70.369
Concedidas durante o exercício	22.221	22.221
Prescritas durante o exercício	(7.407)	(3.706)
Saldo em 31 de dezembro	103.698	88.884

A despesa é registrada *pro-rata-temporis*, durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido. As despesas reconhecidas no exercício foram:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Despesas com pessoal - opção de ações	(135)	(198)

30 Compromissos (Consolidado)

a. Vendas futuras

Os compromissos futuros existentes em 31 de dezembro de 2017 referem-se a Companhia e suas controladas, como segue:

Consolidado							
Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Moeda	Frete	Preço
Safra 16/17							
Algodão em Pluma (i)	Jul a Set/17	4.008	18	LP	DÓLAR	CIF	0,71
Algodão em Pluma (i)	Jul a Set/17	567	3	LP	DÓLAR	FOB	0,72
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/17	5.947	29	LP	DÓLAR	CIF	0,77
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/17	1.548	3	LP	DÓLAR	FOB	0,72
Algodão em Pluma	Jan a Mar/18	2.283	3	LP	DÓLAR	CIF	0,76
Algodão em Pluma	Abr a Jun/18	150	1	LP	DÓLAR	CIF	0,79
Caroço de Algodão (ii)	Out a Dez/17	7.285	12	TON	REAL	FOB	388,04
Caroço de Algodão	Jan a Mar/18	3.754	2	TON	REAL	FOB	412,80
Safra 17/18							
Algodão em Pluma	Jul a Set/18	12.633	24	LP	DÓLAR	CIF	0,77
Algodão em Pluma	Jul a Set/18	4.351	1	LP	DÓLAR	FOB	0,76
Algodão em Pluma	Out a Dez/18	21.467	25	LP	DÓLAR	CIF	0,76
Algodão em Pluma	Out a Dez/18	1.000	1	LP	DÓLAR	FOB	0,77
Soja em Grãos	Jan a Mar/18	269.661	27	SC	DÓLAR	FOB	17,07
Soja em Grãos	Jan a Mar/18	1.649	2	SC	DÓLAR	FOB	58,79
Soja em Grãos	Abr a Jun/18	8.750	3	SC	DÓLAR	FOB	17,01
Milho em Grãos	Jul a Set/18	15.000	3	SC	DÓLAR	FOB	A Fixar
Milho em Grãos	Jul a Set/18	45.000	7	SC	DÓLAR	FOB	5,03
Milho em Grãos	Jul a Set/18	20.000	2	SC	REAL	FOB	17,10
Caroço de Algodão	Jul a Set/18	8.172	4	TON	REAL	FOB	491,04
Caroço de Algodão	Out a Dez/18	14.500	2	TON	REAL	FOB	393,00
Girassol em Grãos	Out a Dez/18	3.000	1	SC	DÓLAR	CIF	21,00

- (i) Não entrega de 12.070 ton de pluma de algodão nos terceiro e quarto trimestre de 2017, devido atraso nas apresentações dos *take-ups*, originado principalmente pelas chuvas ocorridas em meados do mês de agosto, onde houve a alteração na ordem do produto para beneficiamento, havendo a necessidade de beneficiar primeiramente o algodão que pegou chuva e isso ocasionou uma demora maior para a formação de lotes de algodão com cor branca, objeto da maioria dos contratos. Adicionalmente, houve baixa cadência de navios no porto de Santos/SP e pouca disponibilidade de *container* (causada por uma queda drástica das importações), o que vem ocasionando atraso nos embarques por parte dos clientes. Com o fim da safra, as entregas estarão sendo regularizadas ao longo do próximo trimestre.
- (ii) Não entrega de 7.285 ton de caroço de algodão no quarto trimestre de 2017, ocasionado principalmente por problemas de logística no estado de Mato Grosso. A forte alta do frete de milho inviabilizou para muitos clientes a retirada do caroço de algodão nos meses de julho e agosto. Com o fim da safra de milho, o fluxo de carretas foi normalizado e os clientes tendem a regularizar a retirada e conclusão dos contratos.

b. Arrendamentos e parcerias agrícolas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratados 68.938 hectares de arrendamentos operacionais e parcerias agrícolas mantidos com terceiros, com vencimentos até 2026, conforme abaixo discriminado:

Unidade	Localização	Estado	Área arrendada (em ha)	Vencimento dos contratos	Valores ponderados (em sacas de soja/ha/ano)	Tipo de arrendamento
São José	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	10.295	2021	12,64	Operacional
Ribeiro do Céu	Nova Mutum	Mato Grosso	14.584	2024	10,17	Operacional
Guapirama	Diamantino	Mato Grosso	16.213	2020	11,44	Operacional
Parecis	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	8.920	2023	12,11	Operacional
Mãe Margarida	Sta. Rita do Trivelato	Mato Grosso	7.765	2021	10,86	Operacional
Sete Placas	Diamantino	Mato Grosso	3.186	2020	13,15	Operacional
Cachoeira	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	5.257	2018	13,25	Operacional
Terra Santa	Tabaporã	Mato Grosso	2.718	2026	9,84	Operacional
			68.938			

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos e aluguéis mercantis operacionais, em reais, da Companhia, são assim resumidos:

Fluxo de pagamentos	Valores
Pagamentos em até 1 ano	39.115
Pagamentos em mais de 1 ano e até 5 anos	69.843
Pagamentos em mais de 5 anos	9.630
 Total de pagamentos mínimos futuros de arrendamentos	118.588

Os contratos de arrendamentos com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade. Assim, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data de cada balanço. Conseqüentemente, os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado da *commodity*.

Em relação aos contratos de arrendamentos com terceiros ressalta-se que:

- não há cláusulas de pagamentos contingentes;
- não há termos de renovação ou de opções de compra, salvo os termos dispostos na Lei 4.504/64 art. 92, § 3º e 95, IV, que tratam dos direitos dos arrendários nos termos citados anteriormente;
- os contratos firmados são indexados à variação do preço da saca de soja e não há outras cláusulas de reajustamento;
- não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

31 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo.

	Valor segurado
Responsabilidade civil	82.000
Riscos diversos - Imobilizado	375.137
	457.137

32 Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento agrícola como o único segmento operacional e explora as atividades agrícolas com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, baseando-se nos relatórios utilizados pela Diretoria Executiva da Companhia e pelo Conselho de Administração, os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas. As metas e avaliações de desempenho são definidas e acompanhadas considerando o segmento como um todo.

O segmento agrícola abrange, principalmente, a produção e comercialização de soja, milho e algodão cujas atividades consistem basicamente em: cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização e beneficiamento de algodão em caroço.

A Companhia apresenta a receita líquida de vendas obtida na comercialização de seus produtos nos mercado interno e externo, como segue:

	Consolidado	
	2017	2016 (reapresentado)
Mercado interno	492.092	452.884
Mercado externo	165.701	258.127
Receita líquida de vendas e serviços	657.793	711.011

A receita líquida de vendas, por segmento geográfico, elaboradas de acordo com o país de destino da receita, são assim representadas:

	2017	2016
Brasil	76%	63%
Europa	15%	14%
América do Norte	7%	17%
Ásia	2%	6%
Total	100%	100%

O detalhamento por produto da receita líquida de vendas é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016 (reapresentado)
Soja	320.294	326.987
Milho	87.428	107.204
Algodão em pluma	181.741	189.710
Caroço de algodão	24.517	28.796
Revenda de produtos	65.180	112.628
Variação cambial (<i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(21.367)	(54.314)
Total	657.793	711.011

Os principais clientes da Companhia durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, que individualmente representaram 10% ou mais das receitas totais são como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Bunge Alimentos S.A.	24%	17%
ADM do Brasil Ltda.	12%	4%
Amaggi Exportação e Importação Ltda	11%	7%

33 Eventos subsequentes

Em reunião realizada em 1º de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia acolheu a indicação do Comitê de Gente para preenchimento do cargo vago de Diretor Vice-Presidente e elegeu, para preencher o cargo vago de Diretor Vice-Presidente, o Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior.

Nesta mesma data, a controlada Vanguarda do Brasil S.A efetuou a incorporação da Controlada Maeda S.A. Agroindustrial, com base em laudo de avaliação a valor contábil de 31 de dezembro de 2017, com acervo líquido de R\$ 108.880, emitido por peritos avaliadores independentes, com intuito de reorganização administrativa, operacional, financeira e jurídica dos negócios da Companhia, segregando e redistribuindo seus ativos, passivos e projetos de maneira a otimizar a sua estrutura de capital e de gestão e, ao mesmo tempo, permitir realocar tais ativos e passivos com maior eficiência.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Terra Santa Agro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Terra Santa Agro S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Terra Santa Agro S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Notas explicativas de nº 2.21 e 9) - Controladora e Consolidado

A Companhia e suas controladas reconheceram ativos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerados recuperáveis com base na projeção de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias. O valor recuperável dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros e depende da capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar materialmente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por essas razões, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos, estudos técnicos e análises da projeção de lucros tributáveis futuros disponibilizadas pela Companhia.

Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e a metodologia utilizadas pela Companhia, especialmente as relativas às expectativas de preços de vendas das *commodities* (soja, milho e algodão), produtividade das áreas agrícolas, custos operacionais e administrativos e a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e com os dados disponíveis no mercado.

Avaliamos, com auxílio de especialistas em finanças corporativas, a análise de sensibilidade de resultados elaborada pela Companhia considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chave e comparamos o orçamento aprovado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais.

Analisamos à data das demonstrações financeiras, as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados pela Companhia para sua utilização.

Avaliamos ainda se as projeções da Companhia indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização dos prejuízos fiscais não utilizados e das diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia, principalmente as relativas às expectativas de realização de ativos fiscais diferidos.

Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, no tocante a sua recuperabilidade, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas como um todo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Avaliação do valor recuperável de ágios por expectativa de rentabilidade futura originados em combinações de negócios (Notas explicativas de nº 2.11, 2.14, 2.16, 11.3 e 14c) - Controladora e Consolidado

Combinações de negócios ocorridas em anos anteriores resultaram em reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente. A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo preços de vendas das *commodities* (soja, milho e algodão), produtividade das áreas agrícolas, taxas de câmbio, de crescimento e de desconto, que podem resultar em impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por essas razões, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável disponibilizados pela Companhia.

Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas e a metodologia utilizadas pela Companhia e comparamos com dados disponíveis no mercado. Adicionalmente, avaliamos a análise de sensibilidade de resultados preparada pela Companhia considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chave e comparamos o orçamento aprovado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros.

Comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados e avaliamos a adequação das divulgações da Companhia, principalmente as relativas as premissas adotadas no cálculo do valor recuperável das Unidades Geradoras de Caixa às quais foram atribuídos os ágios.

Avaliamos também a adequação das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados para testar a mensuração do valor recuperável das Unidades Geradoras de Caixa às quais foram atribuídos os ágios sobre combinações de negócios, consideramos que a mensuração preparada pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas como um todo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Valorização dos ativos biológicos (Notas explicativas de nº 2.17 e 7) - Controladora e Consolidado

Devido à relevância dos julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas pela Companhia para calcular o valor justo dos ativos biológicos, tais como, preços de vendas das *commodities* (soja, milho e algodão), produtividade, área estimada, custos operacionais e custos estimados de venda no momento que atingem o ponto de colheita e, do impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e efetividade operacional dos controles internos chave da Companhia relacionados ao cálculo do valor justo dos ativos biológicos, bem como, se as políticas da Companhia que regem a técnica de mensuração estão condizentes com a norma contábil.

Avaliamos, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia para calcular o valor justo dos ativos biológicos e comparamos com os dados disponíveis no mercado. Adicionalmente, avaliamos a análise de sensibilidade de resultados preparada pela Companhia considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chave e, comparamos o orçamento aprovado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros.

Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação as premissas utilizadas para calcular o valor justo dos ativos biológicos e a análise de sensibilidade.

Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que a valorização dos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas como um todo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Designação de contabilidade de proteção ("*hedge accounting*") (Notas explicativas de nº 2.2, 2.8.4 e 22.h) - Controladora e Consolidado

A Companhia designa passivos financeiros em moeda estrangeira como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa com objetivo de proteção do risco cambial de transações futuras previstas (objeto de *hedge*) em relação às receitas futuras consideradas de alta probabilidade de ocorrência. A designação desses instrumentos financeiros como contabilidade de *hedge* e a mensuração de sua efetividade requerem o cumprimento de certas obrigações formais, e incluem a necessidade de que a Companhia faça julgamentos significativos em relação à proteção efetiva dos riscos de variação cambial. Em função do referido, bem como do potencial impacto que alterações nessas designações poderiam ter sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho do processo de identificação, designação, valorização e gerenciamento desses instrumentos financeiros. Com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos a documentação preparada para designação, valorização e efetividade da estratégia de contabilidade de *hedge* da Companhia, comparando com o desempenho passado e a estimativa futura de proteção de riscos.

Avaliamos ainda a adequação das divulgações sobre as premissas, os julgamentos, as estratégias de proteção e a exposição ao risco de crédito das contrapartes.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumariados acima, consideramos aceitável a contabilidade de *hedge* dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas como um todo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2016 (derivados das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015) e 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.2, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 27 de março de 2018, sem qualquer modificação e, apresentados para fins de comparação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

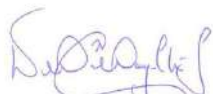
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Terra Santa Agro S. A., no exercício das suas atribuições e responsabilidades legais, examinaram as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e a Proposta de destinação do resultado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e, com base nesses exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer favorável, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes, concluem que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e opinam, por unanimidade, pelo seu encaminhamento para a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada nos termos da Lei.

São Paulo, 27 de março de 2018

Edmundo de Macedo Soares e Silva Filho Vanessa Claro Lopes
Presidente do Conselho Fiscal Conselheira Fiscal

Marcel Cecchi Vieira Marcos Reinaldo Severino Peters
Conselheiro Fiscal Conselheiro Fiscal



DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.

Os Diretores da Terra Santa Agro S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81 - Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.799.312/0001-20, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício de 2017, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 27 de março de 2018.


Arlindo de Azevedo Moura

Cristiano Soares Rodrigues

José Humberto Prata Teodoro Junior

Márcio José Ferreira

Sandro Marcelo Costa



Relatório da Administração
e Demonstrações
Financeiras de 2016





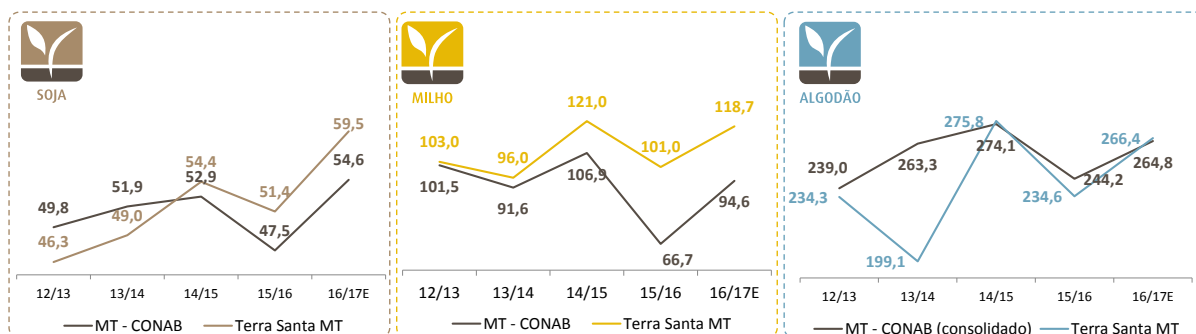
1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No final de 2015 e início de 2016, as condições climáticas para a safra 2015/16 apontavam para um cenário difícil. A forte seca causada pelo evento climático *El Niño* no Mato Grosso e na região do "Mapitoba" e o excesso de chuvas no Centro-Oeste na época da colheita da 1ª safra, bem como o encerramento prematuro das chuvas nas culturas de 2ª safra, causaram perdas expressivas para as empresas produtoras de grãos e fibras.

Na Terra Santa Agro não foi diferente. Conforme descrito nos Releases dos Resultados do 2T16 e 3T16, a ocorrência desse fenômeno, impactou negativamente a cultura da soja, bem como prejudicou as produtividades da 2ª safra do algodão e do milho, conforme descrito abaixo.

- Soja: o excesso de chuvas durante o mês de janeiro e março em algumas regiões do estado do Mato Grosso prejudicou a colheita da cultura, refletindo na queda de produtividade, que totalizou 3.084 kg/ha (51,4 scs/ha). Na Bahia, também houve queda de produtividade devido ao déficit hídrico na época da colheita e desenvolvimento da cultura. A produtividade média final da Companhia foi de 3.002 kg/ha (50,0 scs/ha).
- Algodão (2ª safra): (i) o estresse hídrico, ocorrido nos meses de abril e maio; (ii) as altas temperaturas, que aceleraram o ciclo da cultura, afetando a formação das maçãs; e (iii) a ocorrência de chuvas de forma não uniforme, com índices entre 80 a 216 mm no mês de agosto, impactaram diretamente a produtividade da lavoura, cuja produtividade média foi 3.519 kg/ha (234,6 @/ha);
- Milho (2ª safra): a irregularidade das chuvas no estado do Mato Grosso, causou impacto negativo na produtividade da cultura, que registrou média de 6.060 kg/ha (101,0 scs/ha).

Não obstante as quedas de produtividades verificadas, é importante ressaltar que estas foram superiores às médias para o estado do Mato Grosso, conforme apresentado no gráfico abaixo, o que demonstra que as medidas operacionais adotadas desde 2013 colocam a Terra Santa em outro patamar dentro os produtores agrícolas, onde devemos buscar ser sempre comparativamente melhores que nossos vizinhos (que sofre com o mesmo microclima) e que a média do estado.



Calculando as perdas estimadas de produtividade pelo preço médio realizado nas culturas, ajustadas pelas despesas de venda (impostos, fretes, etc.), estimamos que o impacto desse fenômeno climático foi de



aproximadamente R\$ 72,0 milhões no ano safra 2015/16, que afetou o resultado de 2016 desde a linha de receita líquida. Por mais danoso que seja, ainda foi muito melhor do que o potencial de perda, quando comparamos as perdas de safras de diversos vizinhos de lavoura, os quais sofreram com mesmo microclima que a Terra Santa. Atribuímos essa diferença ao respeito às janelas de plantio, o escalonamento da colheita, a um manejo bem feito e à correção de solo.

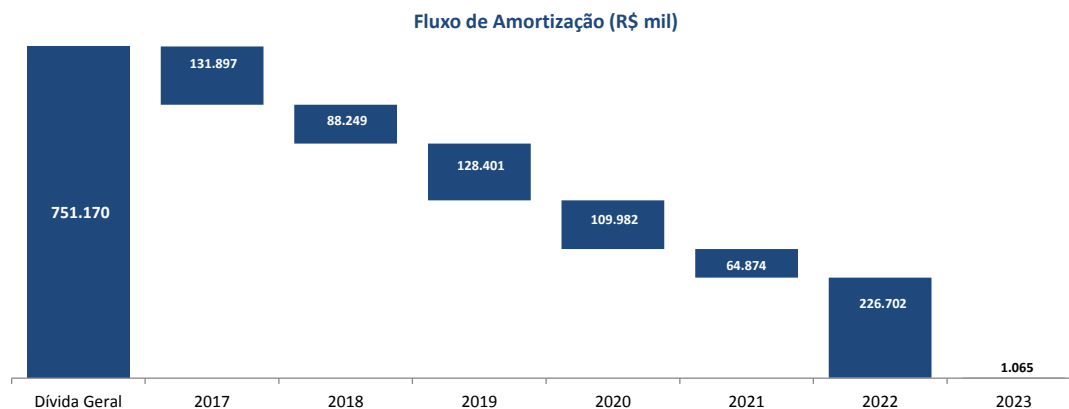
Entretanto, mesmo com as adversidades acima mencionadas, registramos um EBITDA Ajustado de R\$ 53,0 milhões em 2016, 99,6% superior ao valor de 2015, que foi de R\$ 26,5 milhões.

É importante ressaltar, em 2016, a geração de caixa operacional de R\$ 69,1 milhões, quando comparado à geração de caixa operacional de R\$ 86,1 milhões em 2015.

No que diz respeito ao endividamento da Companhia, vale observar que, tanto a dívida líquida em reais quanto a dívida convertida em dólares apresentaram reduções, em relação a 2015, de 21,6% e 6,1%, respectivamente.

Conforme mencionado nos relatórios anteriores, a administração trabalhou, ao longo de 2016, conjuntamente com as instituições financeiras para o alongamento do prazo de pagamento de seus financiamentos para a adequação do fluxo de caixa financeiro ao fluxo de geração de caixa operacional. Considerando a conclusão da reestruturação da dívida da Companhia, aproximadamente 80% das dívidas da Companhia estão no longo prazo, situação inversa à 2015, quando 89% estavam no curto prazo.

Apresentamos abaixo gráfico demonstrando o fluxo de amortização com a conclusão do processo.



Ainda no que tange a parte financeira da Companhia, foi criada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, uma Política de Gestão de Riscos, cujo objetivo é proteger o caixa da Companhia diante de suas exposições em *commodities* e câmbio. Por esta política, foi criado um Comitê de Riscos, que, em reuniões quinzenais, analisa as exposições da Companhia e as formas de mitigação a serem usadas.

Não podemos deixar de mencionar que a safra 2016/17, que impactará os resultados financeiros de 2017, está muito bem encaminhada. A soja encontra-se em fase final de colheita e, apesar das chuvas que dificultaram a colheita, temos como expectativa final de produtividade 3.570 kg/ha (59,5 scs/ha), 5,7% acima da meta inicial da Companhia e 9,0% acima da média prevista para o estado do Mato Grosso (considerando média do estado conforme divulgada no 5º Levantamento da Safra da Conab, em fevereiro de 2017). O plantio de algodão de 2ª safra foi concluído dentro da janela ideal e apresenta bom



desenvolvimento. O plantio de milho foi concluído com 95% da área inicialmente planejada devido ao término do período agronomicamente adequado.

Os resultados operacionais demonstram otimismo em relação ao ano de 2017 e vão ao encontro da “Visão” definida pela Companhia que é “Ser até 2020 a melhor empresa de produção agrícola e de desenvolvimento de terras do Brasil”. Para nós, melhor não significa ser a maior, mas sim a mais eficiente operacionalmente e mais eficiente em custo. Os resultados operacionais apresentados nas últimas duas safras demonstram que estamos no caminho correto e estamos confiantes de que, em 2017, o desempenho operacional verificado nos últimos anos seja refletido nos resultados financeiro da Companhia.



2. SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

A empresa PricewaterhouseCopers foi contratada, em 2012, pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria, prestou serviços de assessoria tributária. Por esses serviços, foi realizado o pagamento de R\$ 95 mil (valor bruto, com impostos).

As informações não contábeis, assim como outras informações operacionais, não foram revisadas pelos auditores independentes.



3. RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCO

O Comitê de Auditoria e Gestão de Risco da Terra Santa Agro S.A., no cumprimento de suas atribuições, baseia-se, para suas análises e avaliações, em informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, dos Auditores Externos e dos executivos responsáveis pela gestão de riscos e pelos controles internos nos diversos segmentos da Organização.

O Comitê de Auditoria e Gestão de Risco tem como principais responsabilidades:

- (i) Supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia e de suas controladas, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Externa e
- (ii) Avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

No decorrer do ano de 2016, o Comitê de Auditoria e Gestão de Risco reuniu-se em 4 (quatro) ocasiões, apresentando ao Conselho de Administração da Companhia suas ponderações e recomendações e em reunião realizada em 7 de março de 2017, foram discutidas e analisadas as demonstrações financeiras de 31/12/2016.

Conclusão

O Comitê de Auditoria e Gestão de Risco, com base nas informações recebidas e nas atividades desenvolvidas no período, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação e considerando o Relatório elaborado pela PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes, entende que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31/12/2016 foram elaboradas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo/SP, 7 de Março de 2017

Marcos Reinaldo Severino Peters
Presidente e Membro

Carlos Augusto R. de Athayde F.
Membro Efetivo

Marcelo Lambrecht
Membro Efetivo



4. PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **TERRA SANTA AGRO S. A.**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes (PricewaterhouseCoopers), sem ressalvas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

À vista das análises dos documentos acima mencionados, opinam que eles refletem com fidelidade a situação patrimonial e econômico-financeira da Companhia, estando em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

São Paulo, 8 de março de 2017.

Edmundo de Macedo Soares e Silva Filho

Vanessa Claro Lopes

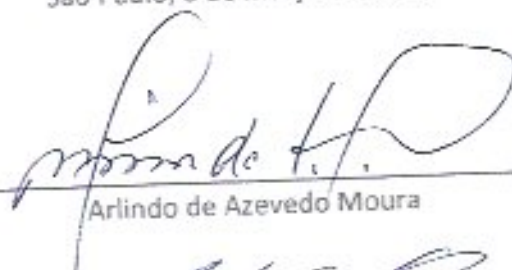
Marcel Cecchi Vieira

5. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.

Os Diretores da Terra Santa Agro S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.799.312/0001-20, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício de 2016, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 8 de março de 2017.


Arlindo de Azevedo Moura


Cristiano Soares Rodrigues


Márcio José Ferreira


Sandro Marcelo Costa

Terra Santa Agro S.A. e Terra Santa Agro S.A. e empresas controladas

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Terra Santa Agro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Terra Santa Agro S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Terra Santa Agro S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terra Santa Agro S.A. e da Terra Santa Agro S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

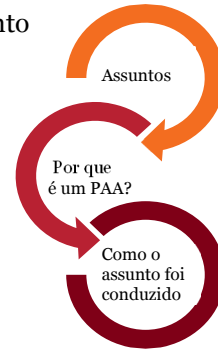
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Terra Santa Agro S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Situação econômica e financeira da Companhia (Nota 1.2 às demonstrações financeiras)

No exercício de 2016, a Companhia finalizou as negociações para o alongamento de parcela significativa de suas dívidas bancárias. Apesar desse alongamento ter resultado em um fluxo de pagamentos mais favorável, a Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2016, excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 19.794 mil. A administração possui expectativa, baseada em suas projeções de resultados e de fluxos de caixa para os próximos doze meses a partir da data do balanço, de gerar caixa operacional, bem como de captar novos recursos junto a bancos e parceiros comerciais para suprir necessidades de caixa.

Consideramos que esse foi um dos principais assuntos de nossa auditoria porque a avaliação da administração está fundamentada em projeções de resultados futuros, preparadas com base em premissas que podem não se concretizar.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Dentre outros, efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

Obtivemos o memorando de avaliação da capacidade financeira preparado pela administração e confrontamos com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração.

Avaliamos e testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a razoabilidade do modelo de cálculo utilizados pela administração para preparar as Projeções.

Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, produtividade, preço de venda e custos de formação da cultura, bem como dos níveis de captação de recursos, mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, linhas de créditos disponíveis e com informações históricas da própria Companhia.

Efetuamos análises de sensibilidade para as principais premissas das Projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.

Verificamos se o cronograma de pagamento dos financiamentos considerados nas projeções está de acordo com as condições contratuais determinadas quando do alongamento das dívidas bancárias.

Terra Santa Agro S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Testamos os controles internos da Companhia referentes ao monitoramento do cumprimento das cláusulas restritiva (covenants) existentes nos contratos de financiamento. Para os covenants não cumpridos, inspecionamos os consentimentos (waiver) obtidos junto às instituições financeiras correspondentes.

Efetuamos a leitura das divulgações realizadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Títulos a receber e processo arbitral envolvendo a Companhia (Nota 3.2 e Nota 6 (c) às demonstrações financeiras)

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2016, títulos a receber pela venda de ativos no montante de R\$ 20.304 mil, cujo devedor encontra-se em recuperação judicial. Em 2016, essa contraparte iniciou procedimento arbitral requerendo a rescisão do contrato de venda e a devolução dos valores já pagos. Diante dessa medida adotada pela contraparte, a administração registrou, em 2016, provisão para perdas da totalidade do crédito constituído.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria em razão do valor envolvido, bem como da importância dessa avaliação, que requer o exercício de julgamento da administração para determinar os desdobramentos desse assunto e os impactos nas suas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a obtenção de confirmação da posição do assessor jurídico externo da Companhia que avalia as probabilidades da Companhia obter êxito no recebimento dos títulos ou, eventualmente, incorrer em perdas adicionais, considerando os desdobramentos das ações tomadas pelas partes envolvidas.

Avaliamos as premissas utilizadas pela administração para o registro da provisão para perdas frente ao risco de não recebimento do ativo e potenciais obrigações oriundas desse processo e leitura das divulgações realizadas nas notas explicativas.

Consideramos que os julgamentos e critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para perdas são razoáveis e que as divulgações efetuadas são consistentes com os dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

Impairment do ágio (Goodwill) (Notas 2.10 e 14 às demonstrações financeiras) e recuperabilidade dos ativos de tributos diferidos (Nota 10 (a) às demonstrações financeiras)

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas mantém em suas demonstrações financeiras saldo de ágio (Goodwill) de R\$ 275.484 mil, resultante de aquisições de negócios ocorridas em anos anteriores. A Companhia e suas controladas também possuem ativos de tributos diferidos provenientes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 367.974 mil, os quais foram registrados com base em estudo que contém as projeções de lucros tributáveis futuros.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve premissas e julgamentos críticos por parte da administração na determinação dos fluxos de caixa futuros esperados da Companhia e de suas controladas.

Focamos nossos trabalhos nas projeções de resultado, pois envolvem estimativas e julgamentos críticos da administração na preparação dos fluxos de caixa futuros, os quais, se alterados, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos apurados pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- Confrontamos os fluxos de caixa futuros utilizados no teste de recuperação do ágio com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração, projeções essas objeto de procedimentos de auditoria descritos no PAA "Situação econômica e financeira da Companhia", acima descrito.
- Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, discutimos a adequação do modelo utilizado pela administração para fins da avaliação de recuperabilidade do ágio.
- Especificamente para as terras, obtivemos os respectivos laudos de avaliação, preparados por avaliadores independentes contratados pela administração, e confrontamos as principais premissas apresentadas nesse laudo com as informações internas da Companhia, ou, quando aplicável, com informações e dados de mercado.
- Adicionalmente, para os tributos diferidos, entendemos e testamos, por amostragem, os ajustes fiscais necessários para projetar os lucros tributáveis futuros, bem como confrontamos os valores de prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias, com as escriturações fiscais correspondentes.
- Efetuamos a leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.



Terra Santa Agro S.A.

Porque é um PAA

Determinação do valor justo dos ativos biológicos (Nota 8 às demonstrações financeiras)

A Companhia avalia seus ativos biológicos pelo valor justo, que totalizam R\$ 195.161 mil em 31 de dezembro de 2016. Essa avaliação requer o exercício de julgamento crítico por parte da administração da Companhia na determinação das premissas, que incluem, entre outras, o preço futuro dos produtos (*commodities*), a cotação futura do dólar estadunidense e a produtividade estimada das lavouras.

Essa foi uma área de foco de nossa auditoria uma vez que variações nas premissas utilizadas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, com impacto imediato nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos envolveram, dentre outros, o entendimento e teste dos principais cálculos e premissas que são utilizados na avaliação e mensuração dos ativos biológicos.

Avaliamos a razoabilidade da metodologia adotada e a consistência das principais informações e premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos, mediante (i) discussão com a administração, (ii) comparação com informações de mercado, quando disponíveis, e (iii) comparação com informações históricas da própria Companhia, considerando aspectos inerentes de cada cultura, bem como sua localidade.

Confrontamos as premissas desses cálculos com as premissas utilizadas nas projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração, projeções essas objeto de procedimentos de auditoria descritos no PAA "Situação econômica e financeira da Companhia", acima descrito.

Efetuamos análises de sensibilidade, considerando diferentes cenários de preços das *commodities* e produtividade das lavouras.

Efetuamos a leitura das divulgações efetuadas nas notas.

Nossos procedimentos e auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.



Terra Santa Agro S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Terra Santa Agro S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.




Terra Santa Agro S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 08 de março de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"


Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PRO35795/O-1 "T" SP

Índice

Balances patrimoniais	2
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações gerais	9
2 Resumo das principais políticas contábeis	12
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	23
4 Caixa e equivalentes de caixa	24
5 Contas a receber de clientes	25
6 Títulos a receber	26
7 Estoques	27
8 Ativos biológicos	28
9 Tributos a recuperar	32
10 Tributos diferidos	33
11 Partes relacionadas	36
12 Investimentos (Controladora)	40
13 Imobilizado	44
14 Intangível	48
15 Fornecedores	49
16 Empréstimos e financiamentos (Controladora e consolidado)	50
17 Adiantamentos de clientes	53
18 Dívida com a união - PESA (Controladora e consolidado)	53
19 Provisão para contingências	54
20 Patrimônio líquido	57
21 Instrumentos financeiros	58
22 Remuneração dos administradores	65
23 Receita líquida de vendas	66
24 Despesas por natureza	66
25 Resultado financeiro	67
26 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa	68
27 Resultado por ação	68
28 Pagamentos baseados em ações	68
29 Compromissos (Consolidado)	71
30 Cobertura de seguros (Não auditado)	73
31 Eventos subsequentes	73

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015	2016	2015
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.768	24.240	4.232	25.414	Salários e contribuições sociais		10.271	8.117	11.274	8.840
Títulos e valores mobiliários			5.005		5.005	Fornecedores	15	174.163	170.131	177.245	174.946
Contas a receber de clientes	5	210	51.481	5.164	15.917	Tributos a recolher		5.955	5.520	8.707	7.008
Títulos a receber	6	3.602	20.962	9.070	34.333	Empréstimos e financiamentos	16	131.897	872.094	131.897	872.094
Estoques	7	160.712	239.443	205.930	300.232	Partes relacionadas	11	2.840	4.821		
Ativos biológicos	8	195.161	217.937	195.161	217.937	Adiantamentos de clientes	17	64.714	96.177	102.143	121.750
Partes relacionadas	11	2.379	2.061	2.379	2.061	Tributos parcelados		1.251		2.075	1.291
Tributos a recuperar	9	16.451	16.126	17.549	19.317	Instrumentos financeiros derivativos	21	5.907	2.088	5.907	2.088
Despesas antecipadas		597	808	3.438	6.028	Arrendamentos e serviços a pagar		15.453	39.802	15.453	39.802
Outros ativos		1.250	1.664	1.860	2.056	Dívida com a União - PESA	18	3.236	3.075	3.236	3.075
						Títulos a pagar		6.443	4.555	6.850	5.507
		382.130	579.727	444.783	628.300			422.130	1.206.380	464.787	1.236.401
Ativos não circulantes mantidos para venda		210		210		Não circulante					
		382.340	579.727	444.993	628.300	Fornecedores	15	2.067	504	2.090	504
						Empréstimos e financiamentos	16	619.273	106.042	619.273	106.042
Não circulante						Tributos parcelados		4.898		5.256	933
Títulos a receber	6	8.818	36.269	24.385	36.269	Títulos a pagar		448	164	2.061	731
Tributos a recuperar	9	26.485	50.460	59.208	65.724	Tributos diferidos	10			8.211	6.506
Tributos diferidos	10	148.063	179.855	151.532	184.102	Dívida com a União - PESA	18	2.978	4.387	2.978	4.387
Partes relacionadas	11	14.332	19.020	14.276	16.655	Provisão para contingências	19	19.795	18.856	19.795	18.856
Depósitos judiciais	19	2.563	2.394	7.880	7.300	Provisão para perdas em investimentos	11	1.443	1.246		
Outros ativos		751	4.833	770	4.833			650.902	131.199	659.664	137.959
		201.012	292.831	258.051	314.883	Total do passivo		1.073.032	1.337.579	1.124.451	1.374.360
Investimentos	12	1.206.046	1.181.911			Patrimônio líquido	20				
Imobilizado	13	259.906	303.273	1.114.547	1.163.842	Capital		2.707.502	2.707.502	2.707.502	2.707.502
Intangível	14	1.364	1.876	284.496	289.374	Reservas de capital		2.108	2.708	2.108	2.708
		1.668.328	1.779.891	1.657.094	1.768.099	Ajuste de avaliação patrimonial		(69.706)	(173.183)	(69.706)	(173.183)
						Prejuízos acumulados		(1.662.268)	(1.514.988)	(1.662.268)	(1.514.988)
Total do ativo		2.050.668	2.359.618	2.102.087	2.396.399	Total do patrimônio líquido		977.636	1.022.039	977.636	1.022.039
						Total do passivo e do patrimônio líquido		2.050.668	2.359.618	2.102.087	2.396.399

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita líquida de vendas	23	658.390	769.210	733.255	853.167
Varição do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	24	120.540	85.605	109.020	77.960
Realização do valor justo dos ativos biológicos	24	(114.792)	(68.830)	(124.691)	(39.353)
Custo dos produtos vendidos	24	(704.394)	(785.563)	(716.263)	(841.201)
Lucro (prejuízo) bruto		(40.256)	422	1.321	50.573
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais, administrativas e com vendas	24	(47.989)	(68.118)	(73.252)	(79.798)
Honorários da administração	22	(5.705)	(6.542)	(5.705)	(6.542)
Resultado de equivalência patrimonial	12	10.012	18.910		
Provisão para perdas em investimentos	12	(197)	(82)		
Impairment de ativos e gastos com desmobilização	1.5	(5.056)	(54.894)	(5.323)	(54.894)
Outras receitas (despesas), líquidas	24	(25.435)	(3.288)	(30.579)	19.057
		(74.370)	(114.014)	(114.859)	(122.177)
Prejuízo operacional		(114.626)	(113.592)	(113.538)	(71.604)
Resultado financeiro	25				
Receitas financeiras		41.742	48.387	42.575	54.962
Despesas financeiras		(135.024)	(112.538)	(133.570)	(118.737)
Variações cambiais, líquidas		41.293	(38.131)	40.407	(63.056)
		(51.989)	(102.282)	(50.588)	(126.831)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(166.615)	(215.874)	(164.126)	(198.435)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	10(b)			(6)	(359)
Diferido	10(b)	18.537	54.374	16.054	37.294
Prejuízo do exercício		(148.078)	(161.500)	(148.078)	(161.500)
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia		(148.078)	(161.500)	(148.078)	(161.500)
Prejuízo básico e diluído por ação	27	(8,2660)	(0,4147)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora e consolidado	
	2016	2015
Prejuízo do exercício	(148.078)	(161.500)
Outros resultados abrangentes:		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Variação cambial de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	156.783	(176.864)
Tributos diferidos sobre outros resultados abrangentes	(53.306)	60.134
Outros componentes do resultado abrangente, líquido dos efeitos tributários	103.477	(116.730)
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	(44.601)	(278.230)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Em milhares de reais

	<u>Capital</u>					Total do patrimônio líquido	
	Nota	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reservas de capital	Ajuste de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados
Em 1º de janeiro de 2015		2.674.991	(20.851)	2.986	(56.453)	(1.354.228)	1.246.445
Integralização de capital	20 (a)	53.362					53.362
Prejuízo do exercício						(161.500)	(161.500)
Variação cambial de <i>hedge</i> de fluxo de caixa, líquida dos impostos	20 (c)				(116.730)		(116.730)
Efeitos com plano de opções de ações reconhecidos no exercício	28			(278)		740	462
Em 31 de dezembro de 2015		<u>2.728.353</u>	<u>(20.851)</u>	<u>2.708</u>	<u>(173.183)</u>	<u>(1.514.988)</u>	<u>1.022.039</u>
Em 1º de janeiro de 2016		2.728.353	(20.851)	2.708	(173.183)	(1.514.988)	1.022.039
Prejuízo do exercício						(148.078)	(148.078)
Variação cambial de <i>hedge</i> de fluxo de caixa, líquida dos impostos	20 (c)				103.477		103.477
Efeitos com plano de opções de ações reconhecidos no exercício	28			(600)		798	198
Em 31 de dezembro de 2016		<u>2.728.353</u>	<u>(20.851)</u>	<u>2.108</u>	<u>(69.706)</u>	<u>(1.662.268)</u>	<u>977.636</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(166.615)	(215.874)	(164.126)	(198.435)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Varição do valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola	(120.540)	(85.605)	(109.020)	(77.960)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	114.792	68.830	124.691	39.353
Depreciações e amortizações	26.705	43.017	41.210	55.363
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	1.815	229	2.174	171
Resultado da equivalência patrimonial	(10.012)	(18.910)		
Provisão para perdas em investimentos	197	82		
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	198	462	198	462
Provisão para contingências	2.120	(14.452)	2.120	(14.452)
Ganhos na adesão de parcelamentos tributários				(232)
Provisão das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	21.973	481	21.973	481
Provisão (reversão) das perdas estimadas em estoques	155	(381)	155	(381)
Provisão dos créditos tributários ao valor recuperável	6.618	19.433	8.468	19.475
Créditos tributários extemporâneos tomados no exercício		(337)		(10.305)
Impairment de ativos, incluindo ágio alocado a contratos	3.045	54.894	4.035	54.894
Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	5.684	3.755	6.584	6.669
Juros e variações cambiais, líquidos	82.394	193.954	79.161	209.032
Varição nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes	51.111	(41.896)	10.178	(1.017)
Títulos a receber	42.224	2.072	34.948	(8.260)
Estoques	103.023	28.172	87.311	14.051
Ativos biológicos	12.761	43.235	14.822	45.768
Tributos a recuperar	5.995	(6.627)	(12.435)	(14.906)
Despesas antecipadas	211	145	2.590	4.106
Outros ativos	4.496	144	4.259	(233)
Depósitos judiciais	(1.350)	(1.055)	(1.761)	(1.456)
Salários e contribuições sociais	2.153	(2.754)	2.434	(2.160)
Fornecedores	7.161	32.124	6.426	(79.156)
Tributos a recolher	8.329	7.746	10.807	1.917
Adiantamentos de clientes	(31.729)	70.662	(18.513)	90.020
Tributos parcelados	6.149	(1.307)	4.994	(1.129)
Arrendamentos e serviços a pagar	(24.805)	6.937	(24.805)	6.937
Partes relacionadas	(16.099)	(47.562)		
Títulos a pagar	1.551	(690)	2.051	826
Caixa gerado pelas atividades operacionais	139.710	138.924	140.929	139.443
Imposto de renda e contribuição social pagos			(6)	(37)
Juros pagos	(75.889)	(52.696)	(75.889)	(52.696)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos (pagos) - NDF	4.109	(557)	4.109	(557)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - a transportar	67.930	85.671	69.143	86.153

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - de transporte	67.930	85.671	69.143	86.153
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	5.298	(4.263)	5.298	(4.263)
Recebimento pela venda de ativo	5.522	1.355	5.691	1.355
Pagamento de terras		(1.000)		(1.000)
Aquisição de imobilizado	(10.813)	(23.563)	(10.905)	(23.568)
Aquisição de intangível	(39)	(610)	(39)	(610)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(32)	(28.081)	45	(28.086)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital		53.362		53.362
Captações de empréstimos e financiamentos	131.724	262.235	131.724	262.235
Amortização de empréstimos e financiamentos	(215.602)	(474.369)	(215.602)	(474.369)
Pagamentos de custos de captação	(1.234)	(10.179)	(1.234)	(10.179)
Instrumentos financeiros derivativos pagos - Swap	(5.258)	(9.196)	(5.258)	(9.196)
Pagamento de partes relacionadas, líquidos		(1.803)		(1.803)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(90.370)	(179.950)	(90.370)	(179.950)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquida	(22.472)	(122.360)	(21.182)	(121.883)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.240	146.600	25.414	147.297
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.768	24.240	4.232	25.414

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Vendas de mercadorias e produtos	733.091	909.203	798.218	985.839
Outras receitas	10.219	9.419	11.514	24.174
PEPRO - Prêmio equalizador pago ao produtor	441	1.245	441	10.262
Abatimentos e devolução de vendas	(1.896)	(3.179)	(1.920)	(3.485)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(21.791)	(533)	(21.791)	(533)
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	120.540	85.605	109.020	77.960
	<u>840.604</u>	<u>1.001.760</u>	<u>895.482</u>	<u>1.094.217</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	(273.369)	(293.649)	(273.369)	(313.538)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(114.792)	(68.830)	(124.691)	(39.353)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(364.458)	(389.021)	(344.476)	(393.498)
Perdas estimadas em estoques	(155)	381	(155)	381
Impairment de ativos e gastos com desmobilização	(5.056)	(54.894)	(5.323)	(54.894)
Outras despesas	(22.195)	(26.023)	(29.631)	(27.273)
	<u>(780.025)</u>	<u>(832.036)</u>	<u>(777.645)</u>	<u>(828.175)</u>
Valor adicionado bruto	60.579	169.724	117.837	266.042
Depreciação e amortização	(26.705)	(43.017)	(41.210)	(55.363)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	33.874	126.707	76.627	210.679
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	10.012	18.910		
Provisão para perdas em investimentos	(197)	(82)		
Receitas financeiras	41.742	48.387	42.575	54.962
	<u>41.742</u>	<u>48.387</u>	<u>42.575</u>	<u>54.962</u>
Valor adicionado total a distribuir	85.431	193.922	119.202	265.641
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	52.197	84.194	90.235	100.231
Benefícios	1.288	1.253	1.334	1.299
FGTS	3.910	6.660	7.010	7.980
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	36.712	30.566	23.422	33.477
Estaduais	7.223	10.925	10.782	12.255
Municipais	88	142	117	217
Diferidos	(18.537)	(54.374)	(16.054)	(37.294)
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e variações cambiais	118.097	245.214	117.204	275.203
Multas	1.155	756	1.854	1.755
Aluguéis e arrendamentos	31.376	30.086	31.376	32.018
Remuneração de capitais próprios:				
Prejuízo do exercício	(148.078)	(161.500)	(148.078)	(161.500)
	<u>(148.078)</u>	<u>(161.500)</u>	<u>(148.078)</u>	<u>(161.500)</u>
Valor adicionado distribuído	85.431	193.922	119.202	265.641

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A. (anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Atividades operacionais

A Terra Santa Agro S.A., nova denominação da Vanguarda Agro S.A. ("Companhia" ou "Terra Santa Agro"), foi constituída em 18 de julho de 2003, sob a denominação de Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda., como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo atualmente sede na Praça General Gentil Falcão, 108 – cj 81, Brooklin Novo, São Paulo - SP.

Em 9 de novembro de 2006, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/nº 046/2006, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu à Companhia o registro de "Companhia Aberta", possibilitando a negociação de ações ordinárias de sua emissão no mercado de bolsa de valores.

Em 28 de outubro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade dos acionistas presentes, a alteração da denominação social da Companhia para Terra Santa Agro S.A., em homenagem a uma de suas fazendas localizada no norte do Estado de Mato Grosso.

Essa alteração tem por objetivo registrar o novo ciclo que se inicia após a conclusão do “turnaround” operacional iniciado em 2013 e da reestruturação da dívida bancária.

A Companhia manterá a identidade organizacional criada e desenvolvida ao longo dos últimos 3 anos, a qual tem como objetivo principal alcançar a excelência operacional na produção de grãos e fibras e no desenvolvimento de terras.

A Companhia explora atividades agrícolas, com destaque para as culturas de soja, milho e algodão. Também participa no capital de outras empresas, cujas atividades consistem basicamente em:

- . cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização;
- . comercialização de insumos agropecuários;
- . beneficiamento do algodão em caroço, próprio e de terceiros;
- . prestação de serviços de armazenagem de insumos e produtos agrícolas;
- . prestação de serviços de preparo de solo e colheita com máquinas agrícolas.

Essas atividades são exploradas em terras próprias, arrendadas de terceiros e sob regime de parceria agrícola com as partes relacionadas Vanguarda do Brasil S.A. e Maeda S.A. Agroindustrial.

1.2 Situação econômica e financeira da Companhia

(a) Reestruturação financeira

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo de R\$ 19.794, substancialmente representado por dívidas de curto prazo com passivos bancários e com fornecedores, nos montantes de R\$ 131.897 e R\$ 177.254, respectivamente. Essas obrigações são mais representativas no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas nos últimos meses de cada exercício, quando há a necessidade de maior volume de capital de giro disponível, uma vez que é o período que elas possuem compromissos a liquidar da safra anterior, e necessitam de recursos para o plantio da safra seguinte.

A situação financeira atual já considera o êxito obtido pela Companhia na renegociação das suas dívidas bancárias concluída em novembro de 2016, e que resultou no alongamento de parte das dívidas

Terra Santa Agro S.A. (anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

bancárias reclassificando do passivo circulante para o passivo de longo prazo, o montante de R\$ 592.371. Ainda, como resultado dessa renegociação, a administração repactuou o prazo de pagamento para, aproximadamente, 80% do passivo bancário da Companhia, que passou a ter prazo médio de pagamento do principal superior a 5 anos, considerando período de carência variável de 2 a 5 anos para amortização. Os custos financeiros da operação estão mencionados na Nota 16.

A administração considera que o fluxo financeiro renegociado está adequado à expectativa de geração de caixa operacional da Companhia para os próximos anos, sendo esse um passo fundamental para o equacionamento de sua estrutura de capital, criando condições para focar no seu desenvolvimento e fortalecimento operacional e financeiro.

Não obstante o êxito obtido nessas renegociações, a Companhia mantém o monitoramento contínuo de seu fluxo de caixa operacional, buscando alternativas para a captação de novos recursos que são necessários para o financiamento de suas operações nos próximos 12 meses.

Nesse contexto, a administração da Companhia vem trabalhando com a negociação de prazos para o pagamento de fornecedores, captação de recursos em linhas de crédito oferecidas por instituições financeiras que não fizeram parte da renegociação citada anteriormente, operações de *barter* e outros mecanismos financeiros oferecidos pelo mercado, com o objetivo de cumprir com suas obrigações no curto prazo. Nesse cenário, a Companhia já obteve êxito na renegociação das obrigações com fornecedores (Nota 15), para as quais haviam pagamentos em atraso, com vistas a assegurar a manutenção das relações comerciais para o financiamento da safra 2016/2017.

Adicionalmente, considerando o sucesso obtido na renegociação de seus passivos bancários, o montante das linhas de crédito e de outras fontes de captação que estão à disposição da administração, bem como o estágio e o bom andamento das negociações já iniciadas com fornecedores, além do êxito já obtido em renegociações com fornecedores e bancos nos últimos anos e a consistência de seu plano de negócio, levam a administração a ter plena confiança na capacidade da Companhia em operacionalizar seus planos para o financiamento de suas operações e manutenção de sua continuidade operacional. Nesse contexto, todavia, considerando que seus planos futuros podem não se concretizar, a administração pode avaliar, ainda, a possibilidade de contar com recursos financeiros de seus acionistas ou de terceiros para suprir eventuais necessidades de caixa.

(b) Resultado operacional e expectativas futuras

O resultado da Companhia na safra 2015/2016 foi impactado, de forma significativa, pela queda de produtividades das culturas de soja, algodão e milho, em função dos efeitos climáticos do fenômeno *El Niño*, sentidos de forma ampla em todo o setor. Tal fenômeno ocasionou falta de chuvas em períodos críticos de formação de grãos e fibra no decorrer do ano safra e fez com que a Companhia obtivesse, em relação ao seu plano inicial de produção, queda de produtividades de soja, algodão e milho (segunda safra e alternativo) na ordem de 9,8%, 6% e 19,4%, respectivamente.

Importante salientar que o ano safra 2015/2016 foi um ano difícil para o setor agrícola, pois, além das adversidades climáticas ocasionadas pelo *El Niño*, as receitas também foram afetadas pela apreciação de 16,5% do Real frente ao Dólar durante o ano, o que fez com que as receitas atreladas ao dólar (a maior parte das receitas da Companhia) sofressem com esta apreciação.

As projeções de resultado e geração de caixa mostram que as medidas que estão sendo adotadas ao longo dos últimos anos: (i) maiores investimentos em correção e perfil de solos; (ii) devolução de arrendamentos em áreas e regiões com baixo potencial de geração de resultado; (iii) austeridade em

Terra Santa Agro S.A. (anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

custos e despesas operacionais; (iv) investimento nas melhores tecnologias disponíveis no mercado (sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas); e (v) reforço da cultura organizacional e capacitação de pessoas, estão fazendo com que a Companhia consiga, em anos bons, produzir melhor do que a média, e em anos ruins, como este que se encerrou, consiga perder menos que a média dos demais produtores.

Essa estimativa já pode ser confirmada se observarmos a produtividade obtida até o momento na safra de soja 2016/2017, que iniciou a sua colheita nos últimos dias de dezembro e, até a data destas demonstrações financeiras tem apresentado produtividade acima de nossas projeções iniciais e em linha com as áreas de maior produtividade nas regiões de nossas lavouras.

Por esses motivos, a administração acredita que os fatores ocorridos na safra 2015/2016 não são recorrentes e que, nas próximas safras, a Companhia possa alcançar os níveis adequados de produtividade em todas as culturas que planta e consiga gerar resultados e caixa para fazer frente aos compromissos operacionais e financeiros assumidos.

1.3 Arrendamentos – encerramento das operações no Estado da Bahia

Neste exercício, a Companhia firmou termos de encerramento antecipado dos contratos de arrendamentos, equivalentes a, aproximadamente, 12,1 mil hectares localizados no Estado da Bahia.

Esta decisão faz parte da estratégia da Companhia, com foco na produtividade/rentabilidade da operação e no perfil de risco, e priorizando áreas com melhor histórico climático, aumentando sua lucratividade e otimizando a utilização do seu capital de giro empregado.

Com isso, a Administração reconheceu contabilmente a baixa por *impairment* dos ativos relacionados a essas áreas de arrendamento devolvidas, no montante de R\$ 4.081 (Nota 1.5), e encerra suas avaliações quanto a devoluções de arrendamentos e entende que as áreas que se encontram no portfólio da Companhia atendem aos critérios de produtividade e rentabilidade previstos em seu plano de negócios.

1.4 Núcleo Santa Clara

O Núcleo de Produção Santa Clara consistia em um projeto da Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A. (antiga denominação da Terra Santa Agro S.A.) para produção de mamona no sul do Piauí.

Nesse projeto, o Instituto de Terras do Piauí doou para Enguia Gen PI Ltda. (empresa não pertencente ao Grupo) uma área de 17,9 mil hectares para o desenvolvimento de um projeto completo, envolvendo a construção de casas, lavouras, escola, posto médico e toda infraestrutura para que aproximadamente 600 famílias selecionadas produzissem mamona. No instrumento de doação ficou acordado que após 10 (dez) anos de parceria rural haveria a doação dessas áreas de terras aos parceiros.

A Buriti Agrícola Ltda., controlada integral da Companhia, ficou responsável pelo projeto, que envolvia além de toda a infraestrutura, material para o plantio, adiantamentos de safra no valor de R\$ 164 reais por família mensalmente e parte da produção seria dividida em uma proporção 80% (parceiro) e 20% (empresa). Além disso, a controlada se comprometeria a comprar 80% da produção de mamona destes parceiros.

Com o desenvolvimento do projeto e amparado em estudos da Embrapa, a produção de mamona naquela região do Piauí mostrou-se inviável para prosseguimento do projeto. Paralelamente, a controlada Buriti Agrícola Ltda. manteve suas obrigações, liberando os agricultores de produzir mamona.

Terra Santa Agro S.A. (anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com isso, a controlada protocolou pedido de devolução da área ao Governo do Piauí, para que o Estado efetivasse as transferências das terras aos parceiros, sendo aceito pela Procuradoria do Estado do Piauí.

Em 15 de junho de 2016, foi firmada escritura pública entre a Enguia Gen PI Ltda. e o Instituto de Terras do Piauí confirmando a reversão da doação sem ônus contratuais à controlada, porém, sem ressarcimento dos investimentos efetuados na área.

Em razão da reversão da doação, a controlada reconheceu contabilmente a baixa por *impairment* dos ativos vinculados a essa operação no montante total de R\$ 267.

1.5 Impairment de ativos e gastos com desmobilização

Em razão do processo de devolução de áreas iniciada em 2015, a Companhia reconheceu a baixa de ativos, apresentada na linha de *Impairment* de ativos e gastos com desmobilização, cuja natureza é como segue:

	Bahia	Áreas devolvidas (i)	Núcleo Santa Clara (ii)	Total
Ágio alocado a contratos	(348)			(348)
Multas contratuais	(622)			(622)
Investimento em ativo fixo	(25)		(422)	(447)
Investimentos em solo	(781)			(781)
Resultado com ativos fixos mantidos para venda	(655)	(438)	155	(938)
Liquidação de obrigações com estoques	(225)			(225)
Créditos tributários de ICMS	(165)			(165)
Gastos com desmobilização	(1.260)	(537)		(1.797)
	<u>(4.081)</u>	<u>(975)</u>	<u>(267)</u>	<u>(5.323)</u>

(i) Refere-se substancialmente a gastos com rescisões de colaboradores, máquinas, entre outros a fim de operacionalizar a devolução de áreas nos estados de Mato Grosso e Piauí, ocorrida em 2015.

(ii) O Núcleo Santa Clara estava vinculado com a operação da controlada Buriti Agrícola Ltda.

Em 2015, a Companhia reconheceu contabilmente a baixa por *impairment* dos ativos relacionados a devolução e/ou subarrendamentos de contratos de arrendamentos, equivalentes a, aproximadamente, 40,5 mil hectares localizados nos Estados de Mato Grosso, Bahia e Piauí, no montante total de R\$ 54.894, dos quais R\$ 45.819 refere-se ao valor residual dos investimentos em solo e em infraestrutura realizados nessas áreas e, R\$ 9.075 refere-se ao valor residual do intangível (mais-valia) apurado quando da aquisição dos referidos contratos de arrendamento (Notas 13 e 14).

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Terra Santa Agro S.A. **(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo ativo biológico que está mensurado ao valor justo menos despesas com vendas e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia e suas controladas operam no segmento agrícola e a administração considera como uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

Em 8 de março de 2017, foi autorizada pela administração da Companhia e pelo Conselho de Administração a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Terra Santa Agro S.A. (anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas são incluídas nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia possui investimentos até 31 de dezembro nas seguintes empresas controladas, as quais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Percentual de participação no capital total e votante	
	2016	2015
Buriti Agrícola Ltda.	100,00	100,00
Crateús Algodoeira S.A.	99,48	99,48
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda.	99,98	99,98
Mocuri Agrícola Ltda.	99,94	99,94
Vanguarda do Brasil S.A.	100,00	100,00
Maeda S.A. Agroindustrial	100,00	100,00

2.3 Conversão de moeda estrangeira

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as companhias atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.3.2 Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com resgate de até 90 dias da data da aplicação conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) disponíveis para venda; e (c) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

(a) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são ativos mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) em uma contabilização de *hedge*. A metodologia para apuração do valor justo está descrito na Nota 21.

(b) Disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercado ativo ou não cotadas em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente.

(c) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros é imaterial.

2.5.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). São

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorrido e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

**2.5.4 Instrumentos financeiros derivativos e
atividades de *hedge***

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia e suas controladas adotam a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia e suas controladas, no início da operação, avalia a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. Também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 21 (h), bem como as movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

(a) *Hedge* de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

Terra Santa Agro S.A. (anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". Entretanto, quando a operação prevista protegida por *hedge* resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, estoques ou ativos fixos), os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação, no caso de bens do ativo imobilizado.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

(b) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

2.6 Contas a receber de clientes e títulos a receber

São demonstradas ao valor de realização, ajustados por provisão para perda constituída com base na avaliação da administração quanto a eventuais perdas na realização de contas a receber.

Os montantes a receber de clientes são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Para os saldos de títulos a receber relativos à venda de imóveis e equipamentos o tratamento é semelhante, aplicando-se ainda, o ajuste a valor presente para as parcelas de longo prazo.

2.7 Estoques

Os estoques dos produtos agrícolas são avaliados pelo valor realizável líquido. A Companhia e suas controladas constituem provisão para redução ao valor líquido de realização dos estoques, quando necessário.

Os demais estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor líquido de realização.

O custo dos estoques está baseado no princípio do custo médio e incluem gastos incorridos na aquisição e transportes. No caso de estoques de produtos acabados e estoques de produtos em elaboração, o custo inclui parte dos gastos gerais de fabricação, determinados com base na capacidade normal de operação.

Terra Santa Agro S.A. (anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - "Impostos sobre a Renda" e IAS 19 - "Benefícios aos Empregados" (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente;
- passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações da Companhia celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - "Pagamento Baseado em Ações" (equivalentes ao CPC 10) na data de aquisição; e
- ativos classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas" (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa Norma.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.9 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da Companhia e das suas controladas estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e da provisão para baixa decorrente do teste de recuperação (*impairment*). São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Terra Santa Agro S.A. (anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear (Nota 13), de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados e ajustados, caso aplicável, ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, quaisquer ganhos ou perdas na baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.10 Ágio

O ágio (*goodwill*) resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O ágio é submetido anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução no seu valor recuperável. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.11 Ativos intangíveis com vida útil definida

Ativos intangíveis, com vida útil definida, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.12 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No final de cada exercício, a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma evidência de perda não recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.13 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas correspondem, substancialmente, às culturas de algodão, soja e milho e são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

Terra Santa Agro S.A. (anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As lavouras de algodão, soja e milho são culturas temporárias, nas quais o produto agrícola é colhido após um período de tempo que varia de 110 a 180 dias após a data de plantio, dependendo da cultura, variedade, localização geográfica e condições climáticas. Essas lavouras são cultivadas pela Companhia com o objetivo de colher e comercializar o produto agrícola correspondente. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo desses ativos biológicos estão demonstradas na Nota 8.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com plantio e tratamentos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, quando aplicável (demonstrações intermediárias), sendo registrado no resultado do período na rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos".

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso lavouras plantadas a poucos dias do encerramento das demonstrações financeiras ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

2.14 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Terra Santa Agro S.A. (anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16 Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito dos acordos de pagamentos baseados em ações com executivos da Companhia estão descritos na Nota 28. A Companhia e suas controladas não possuem transações de pagamentos baseados em ações com fornecedores de serviços externos.

2.17 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser usados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.18 Outros passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.19 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Terra Santa Agro S.A. (anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de impostos, devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

As receitas de vendas são reconhecidas na demonstração do resultado quando riscos significantes são transferidos ao comprador. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à sua realização.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

2.20 Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na Nota 26.

2.21 Resultado por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 - "Resultado por Ação", o lucro líquido (prejuízo) deve ser apresentado como básico e diluído (Nota 27).

2.22 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRS 9/ CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 10 de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/ CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 15/ CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/ CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/ CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração avaliou essa nova norma e em sua opinião não deve ter efeito relevante em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa.

Terra Santa Agro S.A. (anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/ CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Administração está avaliando os impactos da adoção da norma, uma vez que mantém operações de arrendamento de terras de terceiros com a finalidade de cultivo dos ativos biológicos, totalizando 74 mil hectares de terras agriculturáveis e compromissos futuros na ordem de R\$ 176 milhões (vide nota explicativa 29 (b)). Por ora, o entendimento da administração é de que o referido montante seja reconhecido como ativo e passivo no balanço patrimonial. Dada a complexidade do tema, pode ser que, até a adoção inicial dessa norma, haja revisão dessa conclusão.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: mensuração dos ativos biológicos, vida útil dos ativos imobilizados, realização dos créditos tributários diferidos e tributos a recuperar, realização de contas e/ou títulos a receber (provisão para devedores duvidosos), valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Nesse contexto, destaca-se que as projeções de resultados futuros da Companhia, que suportam (i) a avaliação do valor de mercado da Companhia, considerando o seu valor em uso, utilizado para avaliação de *impairment* e do ágio (Nota 14) (ii) a estimativa de resultados tributáveis futuros, que suporta o registro e a manutenção dos créditos tributários diferidos. Adicionalmente, essas projeções apresentam alta sensibilidade, principalmente no que se refere às variações na taxa de câmbio e nos preços das commodities agrícolas e as estimativas de produtividade com as quais a Companhia trabalha.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**3.2 Julgamentos críticos na aplicação das
políticas contábeis da entidade - Títulos a receber
por venda de ativos e processo arbitral relacionado**

A provisão para redução ao valor recuperável de títulos a receber é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. Conforme divulgado na Nota 6 (c) a seguir, a Companhia possui títulos a receber pela venda de ativos no montante de R\$ 20.304, em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Esse crédito está garantido pela alienação fiduciária de um imóvel (unidade industrial de São Luiz Gonzaga) que, na avaliação da administração, era suficiente para garantir a recuperabilidade do referido crédito.

No entanto, em setembro de 2016, foi instaurado, a pedido da contraparte, procedimento arbitral sigiloso que questiona a legitimidade do crédito da Companhia e requer a rescisão do contrato de venda com a devolução dos valores já pagos.

Nesse contexto, a administração da Companhia, considerando a opinião de seus consultores jurídicos, entende: (i) que o êxito na recuperação do crédito é possível e, em atendimento as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, decidiu constituir provisão para *impairment* na totalidade do valor do crédito constituído, e (ii) que o procedimento arbitral instaurado não deverá se materializar em perdas adicionais para a Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Bancos em moeda nacional	1.647	17	2.762	298
Bancos em moeda estrangeira	1	255	1.330	444
Aplicações financeiras (i)	120	23.968	140	24.672
	<u>1.768</u>	<u>24.240</u>	<u>4.232</u>	<u>25.414</u>

(i) A Companhia pode resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrição.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Clientes em moeda nacional		2.325		4.064
Clientes em moeda estrangeira	228	7.701	5.182	12.035
Partes relacionadas (i)		41.637		
	228	51.663	5.182	16.099
(-) Provisão para <i>impairment</i>	(18)	(182)	(18)	(182)
	<u>210</u>	<u>51.481</u>	<u>5.164</u>	<u>15.917</u>

(i) Referia-se à venda de algodão em caroço para a controlada Vanguarda do Brasil S.A. (Nota 11).

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer:				
Até 30 dias	228	2.967	4.169	5.337
De 31 a 90 dias		734		1.983
De 91 a 180 dias		41.602		53
Acima de 180 dias		5.757		5.757
Vencidos:				
Até 30 dias		35	1.013	2.334
De 31 a 90 dias		368		435
Acima de 180 dias		200		200
	<u>228</u>	<u>51.663</u>	<u>5.182</u>	<u>16.099</u>

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	182	263	182	263
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	18	27	18	94
Valores recuperados no exercício	(182)	(56)	(182)	(123)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício com o incobráveis		(52)		(52)
Saldo final	18	182	18	182

A Companhia e suas controladas efetuaram análise da realização dos saldos vencidos e constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores com baixa possibilidade de recuperação.

6 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Por venda de terras/armazéns (a)	1.236	1.235	10.038	15.195
Por venda da fábrica de óleo (b)		13.800	13.800	13.800
Por venda de unidades industriais (c)	20.304	20.304	20.304	20.304
Partes relacionadas (d)	6.971	20.313	6.971	20.056
Confissões de dívidas	4.062	4.062	4.062	4.062
Outros créditos	6.033	3.688	6.046	3.688
(-) Ajuste a valor presente	(169)	(2.109)	(1.749)	(2.441)
(-) Provisão para <i>impairment</i>	(26.017)	(4.062)	(26.017)	(4.062)
	12.420	57.231	33.455	70.602
Circulante	(3.602)	(20.962)	(9.070)	(34.333)
Não circulante	8.818	36.269	24.385	36.269

- (a) Os títulos a receber pelas vendas de imobilizados referem-se substancialmente:
(i) à alienação, em setembro de 2010, da fazenda situada no município de Edéia (GO). O saldo residual em aberto no montante de R\$ 2.302 será pago pela compradora a partir da apresentação, pela Companhia, de comprovação da efetiva baixa e cancelamento da garantia da dívida com o PESA nas matrículas dos imóveis; e (ii) à venda, em setembro de 2016, de uma área com benfeitorias constituídas de armazém de grãos, máquinas e implementos no município de Paranatinga – MT. O saldo em aberto, no montante de R\$ 6.500, será recebido em parcelas semestrais até o exercício de 2018.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Refere-se à venda da unidade de esmagamento de caroço de algodão localizada no município de Itumbiara – GO. O valor de R\$ 13.800 será pago pela compradora no prazo de sete dias contados a partir da apresentação, pela Companhia, de comprovação da efetiva baixa e cancelamento da garantia da dívida com o PESA nas matrículas dos imóveis, previsto para novembro de 2018. Os títulos estão descontados a valor presente no reconhecimento inicial a uma taxa de juros de 5% a.a. Em 2016, esses títulos foram cedidos pela Companhia à controlada Maeda S.A. Agroindustrial para a liquidação de operações de mútuo (Nota 11 (a)).
- (c) As unidades industriais de Rosário do Sul I e II e São Luiz Gonzaga foram alienadas em 10 de novembro de 2011 por R\$ 55.455, dos quais R\$ 25.000 foram recebidos na data da venda e R\$ 30.455 a ser recebido em 36 prestações mensais consecutivas. O saldo em 31 de dezembro de 2016 corresponde às parcelas vencidas entre dezembro de 2012 e novembro de 2014, com provisão de *impairment* para sua totalidade, conforme descrito na nota explicativa 3.2.
- (d) O saldo em aberto refere-se a venda de maquinário agrícola, defensivos, fertilizantes e outros ativos, ocorrida no exercício, conforme Nota Explicativa 11 (c).

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Produtos agrícolas				
Produtos agrícolas - custos de formação	6.393	43.677	46.953	79.062
Produtos agrícolas - ajuste ao valor realizável líquido	(798)	3.469	2.616	28.302
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	98.000	140.374	98.148	140.374
Embalagens e material de acondicionamento	692	725	1.024	831
Peças de reposição	4.203	5.693	4.747	5.920
Adiantamentos a fornecedores	462	354	462	362
Gastos de manutenção nas entressafras	47.983	40.080	47.983	40.167
Outros estoques	4.360	5.499	4.580	5.642
(-) Provisão para <i>impairment</i> (i)	(583)	(428)	(583)	(428)
	<u>160.712</u>	<u>239.443</u>	<u>205.930</u>	<u>300.232</u>

(i) Refere-se, substancialmente, a obsolescência de materiais no estoque que apresentam baixa expectativa de realização.

Os insumos, sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, peças de reposição, embalagens, material de acondicionamento e outros materiais são avaliados pelo custo médio de aquisição.

Os produtos agrícolas provenientes da colheita dos ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no ponto de colheita. Após colhidos, são mensurados pelo valor realizável líquido, conforme Pronunciamento Técnico CPC 16.

Em 31 de dezembro de 2016, 2.723 toneladas de produtos agrícolas, no montante aproximado de R\$ 11.898, estão cedidas em garantia a fornecedores de insumos agrícolas (2015 – 6.928 toneladas, no montante aproximado de R\$ 34.635).

A movimentação da provisão para *impairment* é assim demonstrada:

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial	428	809
Adições	585	260
Reversões	(430)	(641)
Saldo final	<u>583</u>	<u>428</u>

A despesa com a constituição das perdas estimadas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas), líquidas”.

8 Ativos biológicos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia explorava cerca de 113,2 mil hectares de terras cultiváveis (em dezembro de 2015 – 124,8 mil hectares), entre terras próprias e de terceiros. As áreas exploradas pela Companhia estão localizadas no Estado de Mato Grosso e nelas são cultivadas culturas temporárias com destaque para algodão, soja e milho.

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para esses ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela administração da Companhia.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

(a) Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo:

- (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para a soja e o milho e arrobas para o algodão em caroço e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível.
- (ii) O preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) foi obtido por meio da decomposição do preço disponível para a pluma de algodão (*commodity*), menos os custos do beneficiamento (descaroçamento) e dos preços atribuíveis aos subprodutos (caroço e fibrilha).
- (iii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita, (ii) custos com a Colheita, Carregamento e Transporte (CCT) e (iii) custo de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos).
- (iv) Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o valor justo dos ativos biológicos, que são registrados na rubrica de ativos biológicos e tem como contra partida a rubrica "Variação no valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício.
- (v) O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Análise de sensibilidade:

A administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos.

As principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos em 31 de dezembro são como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Área total estimada de colheita (há)	106.562	123.110
Área total em estagio de marcação (há)	54.519	36.980
Produtividade prevista em sacas, líquido de parcerias agrícolas	46,97	43,16
Soja em US\$	18,14	13,81
Cotação cambial	3,28	4,00

A administração entende que as premissas mais sensíveis à mudanças são a produtividade, o preço das commodities e as taxas de câmbio, e, nesse contexto, verificou se essas premissas fossem 10% menores em 31 de dezembro de 2016, a rubrica Ativo biológico, no balanço patrimonial da Companhia, seria apresentado a menor em R\$ 31.568; Por outro lado, se as mesmas premissas apresentassem variação positiva de 10% na mesma data base, o saldo de Ativo biológico seria apresentado a maior por R\$ 38.843.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação - 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016

	Controladora e Consolidado				
	Algodão	Soja	Milho	Outras culturas	Total
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2015		217.937			217.937
Aumento decorrente de plantio e tratamentos culturais	130.038	293.474	92.547	957	517.016
Redução decorrente da colheita	(130.038)	(326.944)	(92.547)	(278)	(549.807)
Varição do valor justo		10.015			10.015
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2016		<u>194.482</u>		<u>679</u>	<u>195.161</u>
Ativos biológicos avaliados a valor justo		143.636			143.636
Lavouras avaliadas ao custo de formação (i)		50.846		679	51.525
		<u>194.482</u>		<u>679</u>	<u>195.161</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, conforme política de valorização do ativo biológico adotada pela Companhia, parcela significativa do seu ativo biológico ainda não apresentava transformação biológica (a partir do 73º dia após o plantio, conforme estimativa) e, portanto, o ativo foi mantido pelo custo de formação.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Movimentação - 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015

	Controladora e Consolidado				
	Algodão	Soja	Milho	Outras culturas	Total
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2014	23.305	239.258	1.496	432	264.491
Aumento decorrente de plantio e tratos culturais	126.815	315.875	99.000	18.262	559.952
Redução decorrente da colheita, vendas e perdas	(150.120)	(340.515)	(100.496)	(18.694)	(609.825)
Varição do valor justo		3.319			3.319
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2015	<u>23.305</u>	<u>217.937</u>	<u>1.496</u>	<u>432</u>	<u>217.937</u>
Ativos biológicos avaliados a valor justo		95.763			95.763
Lavouras avaliadas ao custo de formação (i)		122.174			122.174
		<u>217.937</u>			<u>217.937</u>

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
ICMS (*)	13.579	14.226	13.937	14.383
COFINS (*)	36.221	51.687	62.793	65.877
PIS (*)	8.336	10.913	14.036	14.002
IRPJ	27.848	27.848	28.023	28.025
IRRF	8.084	9.695	9.396	10.205
CSLL	9.994	9.994	10.163	10.158
Outros tributos	1.586	242	3.428	2.222
(-) Provisão para <i>impairment</i> (**)	(62.712)	(58.019)	(65.019)	(59.831)
	42.936	66.586	76.757	85.041
Circulante	(16.451)	(16.126)	(17.549)	(19.317)
Não circulante	26.485	50.460	59.208	65.724

(*) Referem-se, principalmente, a créditos oriundos da aquisição de insumos e matéria-prima, bem como da utilização de serviços relativos ao processo de produção de biodiesel (frete e energia elétrica).

(**) Refere-se a *impairment* (provisão para perda) de créditos tributários de IRPJ, CSLL, ICMS, PIS e COFINS.

A Companhia possui saldo de PIS e COFINS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, das saídas internas com benefício da suspensão e vendas destinadas ao mercado externo.

As realizações dos créditos ocorrem de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

A administração, com o apoio dos seus consultores tributários, e considerando a *expertise* na produção agroindustrial da controlada Vanguarda do Brasil S.A. (Nota 11), implementou, a partir de 21 de setembro de 2015, um novo modelo de negócio que, além dos benefícios operacionais, tem maximizado a realização desses créditos acumulados. Atualmente, a administração não espera incorrer em perdas adicionais na realização dos mesmos.

Em 2016, a Companhia e suas controladas Maeda S.A. Agroindustrial e Vanguarda do Brasil S.A. por se enquadrarem nos requisitos estabelecidos pela Portaria MF 348/2010 (Procedimento Especial de ressarcimento de créditos de PIS/COFINS), e ante a resistência da Administração Fiscal em efetuar a disponibilização de tais valores à título de ressarcimento antecipado, pleitearam judicialmente a declaração e reconhecimento do direito ao procedimento especial de ressarcimento de créditos de PIS/COFINS previsto no diploma normativo citado, para determinar que a autoridade fazendária cumpra o disposto no art. 2º da Portaria MF 348/2010 e promova o ressarcimento antecipado de 50% do total dos créditos pleiteados, abstendo-se, ainda, de realizar a compensação de ofício com débitos suspensos nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional - CTN.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Tributos diferidos

A Companhia e as controladas Maeda S.A. Agroindustrial e Vanguarda do Brasil S.A. utilizam a sistemática do lucro real, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

(a) Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

Natureza por entidade legal	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Créditos tributários sobre:				
Prejuízos fiscais acumulados	181.012	173.220	270.570	270.570
Contribuição social sobre base negativa acumulada	65.164	62.359	97.404	97.404
Diferenças temporárias:				
Tributos com exigibilidade suspensa	1.387	1.313	1.387	1.313
Provisão para <i>impairment</i>	9.469	1.780	10.519	3.120
Provisão para contingências	6.228	6.153	6.228	6.163
Ajuste a valor presente de recebíveis de longo prazo	57	717	594	830
Instrumentos financeiros derivativos	2.008	263	2.008	263
Provisão para perdas com tributos	3.225	2.283	3.331	2.283
<i>Hedge accounting</i>	35.908	89.215	35.908	89.215
Outras provisões temporárias	1.328	1.062	1.924	1.063
	<u>305.786</u>	<u>338.365</u>	<u>430.029</u>	<u>472.224</u>
Débitos tributários sobre:				
Variação cambial (i)	1.746		2.833	
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	4.430	2.475	5.027	10.916
Custo atribuído	21.393	27.112	148.694	154.752
Ajuste a valor presente	88	2.242	88	2.250
Outras provisões temporárias				29
<i>Hedge accounting</i>	73.867	89.215	73.867	89.215
Amortização ágio (lucros futuros)	56.199	37.466	56.199	37.466
	<u>157.723</u>	<u>158.510</u>	<u>286.708</u>	<u>294.628</u>
Créditos tributários, líquidos	148.063	179.855	151.532	184.102
Débitos tributários, líquidos			(8.211)	(6.506)
Total líquido	<u>148.063</u>	<u>179.855</u>	<u>143.321</u>	<u>177.596</u>

(i) No exercício de 2016, a Companhia e suas controladas optaram pela tributação da variação cambial pelo regime de caixa.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, associadas a ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e os impostos diferidos ativos sobre as diferenças temporárias

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia e as controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social apurados até 31 de dezembro de 2016 e não registrados são de R\$ 131.633, na controladora e no consolidado, em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada não há constituição de tributos diferidos ativos. Não há prescrição para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas.

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Em 2017			14.121	4%
Em 2018	6.990	3%	22.858	6%
Em 2019	23.709	10%	40.819	11%
Em 2020	32.317	13%	50.294	14%
Em 2021	41.253	17%	58.850	16%
Entre 2022 a 2023	111.589	45%	145.293	39%
Entre 2024 a 2025	30.318	12%	35.740	10%
	246.176	100%	367.975	100%

A estimativa de realização dos ativos e passivos de tributos diferidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo de tributos diferidos				
Ativo de tributos diferidos a ser recuperado em até 12 meses	1.110	31.983	16.364	54.689
Ativo de tributos diferidos a ser recuperado depois de 12 meses	304.676	306.382	413.665	417.535
	305.786	338.365	430.029	472.224
Passivo de imposto diferido				
Passivo de tributos diferidos a ser recuperado em até 12 meses	4.243	38.210	4.840	44.198
Passivo de tributos diferidos a ser recuperado depois de 12 meses	153.480	120.300	281.868	250.430
	157.723	158.510	286.708	294.628
Ativo de tributos diferidos, líquido	148.063	179.855	143.321	177.596

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de
renda e contribuição social**

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(166.615)	(215.874)	(164.126)	(198.435)
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	56.649	73.397	55.803	67.468
Tributos sobre exclusões (adições):				
De equivalência patrimonial	3.337	6.402		
Despesas não dedutíveis	(13.936)	(37)	(14.326)	(1.337)
Crédito tributário não constituído sobre prejuízos fiscais	(27.386)	(23.356)	(27.386)	(23.356)
Apuração de tributos de controladas pelo lucro presumido			(357)	(441)
Outros	(127)	(2.032)	2.314	(5.399)
No resultado do exercício	<u>18.537</u>	<u>54.374</u>	<u>16.048</u>	<u>36.935</u>

(c) Lei nº 12.973/14

Conforme determina a Lei nº 12.973/14, a partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Partes relacionadas

(a) Saldos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes				
Vanguarda do Brasil S.A. (i)		41.637		
Títulos a receber (Nota 7)				
Vanguarda do Brasil S.A.		257		
Agropecuária Margarida Ltda. (ii)	2.057	20.056	2.057	20.056
Partes relacionadas				
Adiantamento de arrendamento				
FWA Empreendimentos e Participações S.A. (iii)	2.379	2.061	2.379	2.061
	4.436	64.011	4.436	22.117
Ativo não circulante				
Partes relacionadas				
Adiantamentos para futuro aumento de capital	56	6		
Adiantamento de arrendamento				
FWA Empreendimentos e Participações S.A. (iii)	14.276	16.655	14.276	16.655
Contratos de mútuo (iv)				
Vanguarda do Brasil S.A.		2.359		
Títulos a receber (Nota 7)				
Agropecuária Margarida Ltda. (ii)	4.914		4.914	
	19.246	19.020	19.190	16.655
			Controladora	
			2016	2015
Passivo circulante				
Contratos de mútuos (iv)				
Maeda S.A. Agroindustrial			2.631	4.821
Vanguarda do Brasil S.A.			209	
			2.840	4.821

- (i) Referia-se, substancialmente, às contas receber pela venda dos estoques de algodão em caroço à controlada, que assumiu o processo de beneficiamento do produto, para a produção de pluma e caroço de algodão, para posterior comercialização, em seu próprio nome, com o mercado externo. Essa operação foi realizada no contexto do contrato de locação das usinas de beneficiamento de algodão Deciolândia e Ribeiro do Céu, da Companhia para a sua controlada Vanguarda do Brasil S.A., e que incluiu as construções, benfeitorias, máquinas, implementos e bens imóveis existentes nessas unidades, com o objetivo de melhoria operacional. O montante foi integralmente recebido no exercício.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Refere-se a venda de insumos agrícolas e ativo fixo (Item (c), abaixo), efetuada pela Companhia e sua controlada Vanguarda do Brasil S.A. à Agropecuária Margarida Ltda., empresa controlada pelo Sr. Otaviano Olavo Pivetta, em condições normais de mercado.
- (iii) A parte relacionada FWA Empreendimentos e Participações S.A. é controlada pelo Sr. Otaviano Olavo Pivetta e mantém, desde 2011, contrato de arrendamento de área agriculturável com a Companhia. A área explorável é de 3.813 hectares, com custo médio anual de R\$ 2.379, sendo que o contrato firmado possui vigência até 2024.
- (iv) Os saldos apresentados no ativo não circulante e no passivo circulante, correspondem a operações de mútuo, com prazos de vencimento variáveis e renováveis, atualizados com base em taxas e/ou indexadores acordados entre as partes.

Os saldos referentes a provisão para perdas em investimentos na Controladora estão assim demonstrados:

	Controladora	
	2016	2015
Buriti Agrícola Ltda.	60	
Mocuri Agrícola Ltda.	2	1
Ecotrans Transporte Ltda.	1.381	1.245
	1.443	1.246

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações

As transações com partes relacionadas realizadas no exercício são como segue:

Operações	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Venda de mercadorias e produtos				
Vanguarda do Brasil S.A. (i)	170.926	85.040		
Agropecuária Margarida Ltda. (ii)	27.543	7.979	30.656	9.543
Custos				
Custo dos produtos vendidos				
Vanguarda do Brasil S.A. (i)	(97.232)	(49.932)		
Agropecuária Margarida Ltda. (ii)	(27.907)	(7.481)	(29.114)	(8.672)
Reembolso de despesas com partilhadas				
Agropecuária Margarida Ltda. (iii)	481	416	481	481
Venda de ativos				
Agropecuária Margarida Ltda. (iv)	768	(904)	768	(904)
Resultado com aluguéis e arrendamentos				
Vanguarda do Brasil S.A. (v)	791	383		
Bonsucex Holding S.A. (vi)	(45)	(14)	(45)	(14)
Maria Zilda Oliveira de Araújo (vii)	(431)	(200)	(431)	(200)
FWA Empreendimentos e Participações S.A.	(2.061)	(2.473)	(2.061)	(2.473)
Resultado financeiro sobre saldos de mútuo				
Maeda S.A Agroindustrial	(1.426)	(732)		
Maeda Armazéns Gerais S.A				
Vanguarda do Brasil S.A.	(2.017)	335		
Crateús Algodoeira S.A.		(7)		
Acionistas indiretos - Família Maeda		(206)		(206)

- (i) Refere-se substancialmente a vendas de algodão em caroço para a controlada Vanguarda do Brasil S.A.
- (ii) Refere-se a vendas de milho e insumos agrícolas, efetuada pela Companhia e sua controlada Vanguarda do Brasil S.A. à Agropecuária Margarida Ltda., empresa controlada pelo Sr. Otaviano Olavo Pivetta, em condições normais de mercado.
- (iii) Reembolso de energia elétrica consumida pela parte relacionada Agropecuária Margarida Ltda. em unidade da Companhia.
- (iv) Refere-se a vendas de maquinário agrícola ocorridas no exercício.
- (v) Refere-se a aluguel de unidades de beneficiamento de algodão.
- (vi) Refere-se a aluguel de imóvel residencial destinado ao executivo Arlindo de Azevedo Moura.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vii) Contrato de locação de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia, conforme contrato firmado em 30 de abril de 2015, pelo prazo de 5 anos.

(c) Subarrendamentos de área e venda de ativos – Agropecuária Margarida Ltda.

Em outubro de 2015, a Companhia efetuou o subarrendamento de áreas com produtividade abaixo do ponto de equilíbrio, no total de 17,4 mil hectares, para a parte relacionada Agropecuária Margarida Ltda. Essa transação foi aprovada pelo Conselho de Administração e efetuada objetivando atender aos melhores interesses da Companhia.

Considerando que a decisão foi deliberada e aprovada em 6 de outubro de 2015 e que a janela ideal de plantio da soja ocorre até a primeira semana de novembro, não havia tempo hábil para a parte relacionada Agropecuária Margarida Ltda. assumir a condução das operações de plantio. Com isso, a Companhia conduziu o plantio nas áreas subarrendadas no estado de Mato Grosso, conforme Nota 6 (d). Essa operação resultou em uma perda contábil no exercício de 2015 no montante de R\$ 904, resultante de gastos não reembolsáveis, tais como: rescisões de colaboradores, gastos com máquinas que não seriam aproveitadas pela parte relacionada, entre outros e foi contabilizada na rubrica “Outras receitas (despesas), líquidas”.

Em 2016, dando continuidade ao processo de subarrendamento e desmobilização dessas áreas, a Companhia também vendeu insumos e maquinários agrícolas, no montante de R\$ 15.908, para essa mesma parte relacionada.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor a receber pelas operações acima descritas totaliza a R\$ 6.971, com vencimentos até 2020. A movimentação desses recebíveis no exercício foi como segue:

Em 31 de dezembro de 2015	20.056
(+) Venda de maquinário agrícola e outros ativos	8.450
(+) Venda de defensivos e fertilizantes	6.355
(+) Venda de peças, acessórios e outros bens de pequeno valor	1.103
(-) Recebimentos pelos gastos com o preparo de solo e plantio	(25.798)
(-) Recebimento pela venda de maquinário agrícola	(2.968)
(-) Variação cambial/monetária do saldo em aberto	(227)
	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2016	6.971
Circulante	<hr/> (2.057)
Não circulante	<hr/> <hr/> 4.914

No último trimestre de 2016, a Companhia renegociou os valores em atraso junto à parte relacionada, estabelecendo novo cronograma para o recebimento do montante ainda não liquidado.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Investimentos (Controladora)

12.1 Informações sobre as investidas

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	Receita líquida	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
Vanguarda do Brasil S.A. (i)	100,00%	662.946	52.734	610.212	225.174	8.707	8.707
Maeda S.A. Agroindustrial.	100,00%	116.813	1.571	115.242	10.671	2.144	2.144
Ecotrans Transporte Ltda. (ii)	99,99%		1.381	(1.381)		(136)	(136)
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%	1	61	(60)		(897)	(897)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%	168	2	166		(2)	(2)
Mocuri Agrícola Ltda. (ii)	99,99%		2	(2)		(1)	(1)
							<u>9.815</u>

Os fluxos de caixa das controladas impactam as demonstrações financeiras consolidadas, substancialmente, pelo resultado do seu fluxo de caixa operacional, haja vista que as atividades de financiamento e investimento são representados, em sua maioria, por repasses de recursos entre as partes.

- (i) O resultado do exercício compreende o montante de R\$ 3.394 referente ao alinhamento de prática contábil na demonstração financeira da sociedade controlada para fins de consolidação, referente a valorização dos produtos agrícolas a valor de mercado em 31 de dezembro de 2016, nos termos do parágrafo 36 do Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.
- (ii) Provisão para perda nos investimentos conforme demonstrado nas Notas 11 e 24.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.2 Movimentação dos investimentos

(a) 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016

	<u>Maeda S.A.</u> <u>Agroindustrial</u>	<u>Vanguarda do</u> <u>Brasil S.A.</u>	<u>Crateús</u> <u>Algodoeira</u> <u>S.A.</u>	<u>Buriti</u> <u>Agrícola Ltda.</u>	<u>Total</u>
Movimentação dos investimentos:					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	266.835	914.412	168	496	1.181.911
Aumento de capital (i)		18.146		341	18.488
Resultado de equivalência patrimonial	2.144	8.707	(2)	(837)	10.012
Amortização de mais valia dos ativos líquidos	(651)	(3.714)			(4.365)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>268.328</u>	<u>937.551</u>	<u>166</u>		<u>1.206.046</u>

- (i) Em 2016, a Companhia integralizou os saldos de adiantamentos para futuro aumento de capital nas controladas Vanguarda do Brasil S.A. e Buriti Agrícola Ltda. durante o exercício.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015

	Maeda S.A. Agroindustrial	Vanguarda do Brasil S.A.	Maeda Armazéns Gerais S.A.	Crateús Algodoeira S.A.	Buriti Agrícola Ltda.	Total
Movimentação dos investimentos:						
Saldos em 31 de dezembro de 2014	253.450	840.402	4.254	168	91	1.098.365
Aumento de capital (i)	2.396	75.999			1.512	79.907
Resultado de equivalência patrimonial	7.856	12.083	78		(1.107)	18.910
Incorporação de acervo líquido (ii)	4.332		(4.332)			
Amortização de mais valia dos ativos líquidos	(527)	(5.669)				(6.196)
Baixa do ágio por <i>impairment</i> (iii)	(672)	(8.403)				(9.075)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>266.835</u>	<u>914.412</u>		<u>168</u>	<u>496</u>	<u>1.181.911</u>

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.3 Ágio sobre investimentos

(a) Maeda S.A. Agroindustrial

	Vida útil	2015	Amortização	2016
Mais-valia das terras	Indefinida	36.598		36.598
Intangíveis relacionados a contratos	8 anos	1.117	(651)	466
Ágio	Indefinida	116.022		116.022
		153.737	(651)	153.086

(b) Vanguarda do Brasil S.A.

	Vida útil	2015	Amortização	2016
Mais-valia das terras	Indefinida	160.698		160.698
Intangíveis relacionados a contratos	7,2 anos	10.893	(3.714)	7.179
Ágio	Indefinida	159.462		159.462
		331.053	(3.714)	327.339

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

13.1 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016 (Controladora)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para mantidos p/venda	Saldo final
Terras para exploração	2.443		(129)			2.314
Edificações e instalações	64.807	183	(12.331)	877	(33)	53.503
Máquinas e equipamentos	355.399	1.364	(32.166)	3.230	(2.220)	325.607
Veículos	39.624		(4.075)	71	(393)	35.227
Aeronaves	15.524					15.524
Móveis e utensílios	13.372	85	(3.513)	177	(29)	10.092
Imobilizações em curso	3.105	6.733		(7.671)		2.167
Adiantamento para aquisição de imobilizado	330	1.210	(268)	(1.063)		209
Correção de solo	68.608	4.767	(21.691)	4.131		55.815
Outros imobilizados	3.689		(272)	248		3.665
Total	566.901	14.342	(74.445)		(2.675)	504.123

Depreciação	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para mantidos p/venda	Saldo final
Edificações e instalações	3%	(8.923)	(1.910)	2.070		10	(8.753)
Máquinas e equipamentos	6%	(163.011)	(19.309)	20.973		1.313	(160.034)
Veículos	5%	(18.032)	(1.746)	2.548		249	(16.981)
Aeronaves	12%	(6.112)	(1.875)				(7.987)
Móveis e utensílios	8%	(8.327)	(989)	2.786		14	(6.516)
Correção de solo	11%	(57.646)	(4.733)	20.274			(42.105)
Outros imobilizados	11%	(1.577)	(487)	223			(1.841)
Total		(263.628)	(31.049)	48.874		1.586	(244.217)

Saldo líquidos	2016	2015
Terras para exploração	2.314	2.443
Edificações e instalações	44.750	55.884
Máquinas e equipamentos	165.573	192.388
Veículos	18.246	21.592
Aeronaves	7.537	9.412
Móveis e utensílios	3.576	5.045
Imobilizações em curso	2.167	3.105
Adiantamento para aquisição de imobilizado	209	330
Correção de solo	13.710	10.962
Outros imobilizados	1.824	2.112
Total	259.906	303.273

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015 (Controladora)

<u>Custo</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Impairment</u>	<u>Transferência para mantidos p/venda</u>	<u>Saldo final</u>
Terras para exploração	2.443						2.443
Edificações e instalações	60.737	244	(235)	5.292	(1.231)		64.807
Máquinas e equipamentos	349.223	1.005	(2.625)	8.192	(373)	(23)	355.399
Veículos	38.242	779	(657)	1.260			39.624
Aeronaves	17.266		(853)	232		(1.121)	15.524
Móveis e utensílios	13.553	155	(409)	73			13.372
Imobilizações em curso	7.616	20.044	(407)	(24.148)			3.105
Adiantamento para aquisição de imobilizado	3.241	1.967	(381)	(4.497)			330
Correção de solo	124.837		(4.415)	12.268	(64.082)		68.608
Outros imobilizados	13.161	7	(4.234)	1.328	(6.573)		3.689
Total	630.319	24.201	(14.216)		(72.259)	(1.144)	566.901

<u>Depreciação</u>	<u>Taxa média ponderada anual de depreciação</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transfe_rências</u>	<u>Impairment</u>	<u>Transfe_rência para disponível para venda</u>	<u>Saldo final</u>
Edificações e instalações	3%	(7.723)	(1.691)	177	(1)	315		(8.923)
Máquinas e equipamentos	6%	(144.320)	(20.143)	1.241		204	7	(163.011)
Veículos	5%	(16.524)	(1.926)	418				(18.032)
Aeronaves	13%	(5.239)	(2.250)	744			633	(6.112)
Móveis e utensílios	8%	(7.546)	(1.066)	285				(8.327)
Correção de solo	10%	(78.980)	(7.096)	4.415		24.015		(57.646)
Outros imobilizados	11%	(4.707)	(2.231)	3.455	1	1.905		(1.577)
Total		(265.039)	(36.403)	10.735		26.439	640	(263.628)

<u>Saldo líquidos</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Terras para exploração	2.443	2.443
Edificações e instalações	55.884	53.014
Máquinas e equipamentos	192.388	204.903
Veículos	21.592	21.718
Aeronaves	9.412	12.027
Móveis e utensílios	5.045	6.007
Imobilizações em curso	3.105	7.616
Adiantamento para aquisição de imobilizado	330	3.241
Correção de solo	10.962	45.857
Outros imobilizados	2.112	8.454
Total	303.273	365.280

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.3 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Impairment	Transferência para mantidos p/venda	Saldo final
Terras para exploração	787.122		(129)				786.993
Edificações e instalações	132.710	183	(13.038)	943	(40)	(33)	120.725
Máquinas e equipamentos	367.387	1.450	(32.506)	3.778		(4.140)	335.969
Veículos	44.265		(4.075)	71		(5.022)	35.239
Aeronaves	15.524						15.524
Móveis e utensílios	13.500	86	(3.513)	177		(120)	10.130
Núcleo de produção Santa Clara	11.034				(11.034)		
Imobilizações em curso	3.534	6.796		(8.132)			2.198
Adiantamento para aquisição de imobilizado	535	1.295	(405)	(1.216)			209
Correção de solo	113.116	4.767	(21.691)	4.131			100.323
Outros imobilizados	5.018		(272)	248	(28)		4.966
Total	1.493.745	14.577	(75.629)		(11.102)	(9.315)	1.412.276

Depreciação	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Impairment	Transferência para mantidos p/venda	Saldo final
Edificações e instalações	3%	(18.489)	(3.656)	2.291		20	10	(19.824)
Máquinas e equipamentos	6%	(165.001)	(19.843)	20.982			3.096	(160.766)
Veículos	5%	(22.661)	(1.747)	2.548			4.878	(16.982)
Aeronaves	12%	(6.112)	(1.875)					(7.987)
Móveis e utensílios	9%	(8.414)	(995)	2.785			97	(6.527)
Núcleo de produção Santa Clara	1%	(10.622)	(32)			10.653		
Correção de solo	8%	(97.019)	(7.053)	20.274				(83.798)
Outros imobilizados	8%	(1.585)	(488)	223		6		(1.844)
Total		(329.903)	(35.689)	49.103		10.679	8.081	(297.729)

Saldo líquidos	2016	2015
Terras para exploração	786.993	787.122
Edificações e instalações	100.901	114.221
Máquinas e equipamentos	175.203	202.386
Veículos	18.257	21.604
Aeronaves	7.537	9.412
Móveis e utensílios	3.603	5.086
Núcleo de produção Santa Clara		412
Imobilizações em curso	2.198	3.534
Adiantamento para aquisição de imobilizado	209	535
Correção de solo	16.525	16.097
Outros imobilizados	3.122	3.433
Total	1.114.547	1.163.842

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.4 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe_ rências	Impairment	Transferência para mantidos p/venda	Saldo final
Terras para exploração	787.122						787.122
Edificações e instalações	122.985	265	(235)	10.926	(1.231)		132.710
Máquinas e equipamentos	351.890	1.005	(2.625)	17.513	(373)	(23)	367.387
Veículos	42.872	790	(657)	1.260			44.265
Aeronaves	17.266		(853)	232		(1.121)	15.524
Móveis e utensílios	13.646	155	(409)	108			13.500
Núcleo de produção Santa Clara	11.034						11.034
Imobilizações em curso	18.281	20.860	(407)	(35.200)			3.534
Adiantamento para aquisição de imobilizado	7.084	1.979	(93)	(8.435)			535
Correção de solo	169.345		(4.415)	12.268	(64.082)		113.116
Outros imobilizados	14.490	7	(4.234)	1.328	(6.573)		5.018
Total	1.556.015	25.061	(13.928)		(72.259)	(1.144)	1.493.745

Depreciação	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe_ rências	Impairment	Transfe_ rência para disponível para venda	Saldo final
Edificações e instalações	3%	(15.741)	(3.284)	216	5	315		(18.489)
Máquinas e equipamentos	6%	(146.067)	(20.382)	1.241	(4)	204	7	(165.001)
Veículos	4%	(21.153)	(1.926)	418				(22.661)
Aeronaves	13%	(5.239)	(2.250)	744			633	(6.112)
Móveis e utensílios	8%	(7.628)	(1.071)	285				(8.414)
Núcleo de produção Santa Clara	1%	(10.558)	(64)					(10.622)
Correção de solo	11%	(113.134)	(12.315)	4.415		24.015		(97.019)
Outros imobilizados	8%	(4.712)	(2.232)	3.455	(1)	1.905		(1.585)
Total		(324.232)	(43.524)	10.774		26.439	640	(329.903)

Saldo líquidos	2015	2014
Terras para exploração	787.122	787.122
Edificações e instalações	114.221	107.244
Máquinas e equipamentos	202.386	205.823
Veículos	21.604	21.719
Aeronaves	9.412	12.027
Móveis e utensílios	5.086	6.018
Núcleo de produção Santa Clara	412	476
Imobilizações em curso	3.534	18.281
Adiantamento para aquisição de imobilizado	535	7.084
Correção de solo	16.097	56.211
Outros imobilizados	3.433	9.778
Total	1.163.842	1.231.783

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

(a) Controladora

	2016		2015		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxa anual de amortização
Direitos de uso de <i>softwares</i>	5.122	(3.929)	1.193	1.705	12%
Outros intangíveis	171		171	171	
	<u>5.293</u>	<u>(3.929)</u>	<u>1.364</u>	<u>1.876</u>	

(b) Consolidado

	2016		2015		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxa anual de amortização
Contratos de arrendamento de terras (Vanguarda)	37.615	(30.436)	7.179	10.893	13,89%
Contratos de arrendamento de terras (Maeda) (*)	3.474	(3.008)	466	1.117	12,50%
Direitos de uso de <i>softwares</i>	5.126	(3.930)	1.196	1.705	12%
Outros intangíveis	171		171	175	
Ágio - Consolidado (<i>goodwill</i>)	<u>275.484</u>		<u>275.484</u>	<u>275.484</u>	
	<u>321.870</u>	<u>(37.374)</u>	<u>284.496</u>	<u>289.374</u>	

(*) A amortização acumulada inclui a baixa por *impairment* no montante de R\$ 348, reconhecida no exercício em razão da devolução de áreas de terra com rentabilidade abaixo do ponto de equilíbrio.

(c) Testes do ágio para verificação de *impairment*

O ágio é alocado ao segmento agrícola, que é considerado pela administração da Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). O valor recuperável dessa UGC é determinado com base em um modelo de cálculo híbrido, que considera o valor em uso dos ativos, exceto as terras que são consideradas pelo seu valor de venda e que oneram o fluxo de caixa descontado pelo seu custo de arrendamento.

O valor de venda das terras foi determinado com base em laudo de avaliação de especialista independente contratado pela administração da Companhia. O valor em uso é determinado por modelos de fluxos de caixa descontados a valor presente, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseados em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de dez anos, considerando as informações disponíveis no momento do cálculo. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram estimadas pela administração, com base em informações de mercado e dados internos, e consideram:

- volume de vendas - a melhor estimativa da administração para os dois primeiros anos, e acréscimo de 2% para os anos seguintes, com base no desempenho passado, nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado, nas atuais tendências do setor, e as previsões de inflação para o longo prazo.
- preço de venda - determinado com base em cotações futuras disponíveis no mercado financeiro para o período de dois anos.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- taxas de crescimento – metas de inflação para o mercado nacional e americano.
- taxa de câmbio – curva de dólar divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- margem bruta - a margem média atual aplicada sobre a receita estimada, considerando o *mix* de vendas e a expectativa de aumento de custos futuros das lavouras.
- Outros custos operacionais - representados pelos custos fixos, estimados com base na estrutura atual dos negócios, ajustados pelos aumentos inflacionários, sem considerar quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.
- Taxa de desconto - estimada em 15,76% ao ano, depois dos impostos, que considera, entre outras variáveis, a estrutura de capital da Companhia e o custo de capital próprio e de terceiros.

Como resultado dos testes efetuados, a administração avaliou não ser necessário constituir qualquer provisão para *impairment* do ágio.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
De insumos agrícolas				
Em moeda estrangeira	152.580	161.734	152.580	162.658
(-) Ajuste a valor presente	(3.564)	(4.746)	(3.564)	(4.746)
Em moeda nacional	19.598	4.298	19.598	4.818
(-) Ajuste a valor presente	(476)	(76)	(476)	(76)
De bens - em moeda nacional	771	1.403	866	3.486
Diversos - em moeda nacional	7.321	8.022	10.331	9.310
	176.230	170.635	179.335	175.450
Circulante	(174.163)	(170.131)	(177.245)	(174.946)
Não circulante	2.067	504	2.090	504

A Companhia e a controlada Vanguarda do Brasil S.A. efetuam o cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre a compra dos insumos com prazo de pagamento superior a 90 dias, utilizando a taxa média de 5% ao ano para os fornecedores de insumos em moeda estrangeira e nacional, que a administração entende ser o custo financeiro médio das suas operações com fornecedores. Em 31 de dezembro de 2016, os saldos em moeda estrangeira, da Companhia e Consolidado, totalizam a US\$ 46.922 mil (2015 – US\$ 41.419 mil e US\$ 41.656 mil, respectivamente).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam R\$ 14.110 de contas a pagar a fornecedores vencidos, os quais foram, substancialmente, pagos ou renegociados até a publicação destas demonstrações financeiras.

Esses atrasos são oriundos, principalmente, do fato de que o ciclo agrícola é dinâmico e o faturamento de todo o algodão e milho não ocorre até o encerramento do exercício e normalmente não gera constrições para a Companhia, gerando apenas uma necessidade de renegociação, normalmente através de cessão de contratos celebrados.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Empréstimos e financiamentos (Controladora e consolidado)

Modalidade	Indexador	Custo médio ponderado		2016	2015
		2016	2015		
Moeda Nacional					
Crédito Rural e Custeio	R\$	17,04% a.a.	18,13% a.a.	14.789	14.628
Aquisição de Imobilizado (BNDES Finame e FCO)	R\$	3,86% a.a.	3,82% a.a.	32.088	45.733
Conta garantida	R\$	13,63% a.a.		1.849	
Aquisição de Imobilizado (Arrendamento Mercantil)	R\$	14,28% a.a.	14,28% a.a.	1.278	1.800
Crédito à Exportação Indireta (CCB, CCE e NCE)	R\$	18,21% a.a.	17,72% a.a.	11.355	61.495
Custeio de Projeto (BNDES PCA)	R\$	3,50% a.a.	3,50% a.a.	1.293	2.451
		<u>10,06% a.a.</u>	<u>12,40% a.a.</u>	<u>62.652</u>	<u>126.107</u>
Moeda Estrangeira					
Crédito à Exportação (PPE)	US\$	7,10% a.a.	6,61% a.a.	559.731	667.677
Crédito à Exportação (ACC)	US\$	7,07% a.a.	5,70% a.a.	71.069	84.290
Aquisição de Imobilizado (Finimp e Res. 2770)	US\$ + Libor 6	6,32% a.a.	5,96% a.a.	11.699	21.078
Crédito à Exportação Indireta (CCB, CCE e NCE)	US\$	6,75% a.a.	3,76% a.a.	46.019	78.984
		<u>7,06% a.a.</u>	<u>6,25% a.a.</u>	<u>688.518</u>	<u>852.029</u>
Total		<u>7,31% a.a.</u>	<u>7,05% a.a.</u>	751.170	978.136
Circulante				(131.897)	(872.094)
Não Circulante				<u>619.273</u>	<u>106.042</u>

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima, substancialmente, dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2016, os vencimentos têm a seguinte composição por exercício social, conforme cronograma de desembolso (incluindo juros futuros):

Modalidade	Total do fluxo não descontado	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023
Moeda Nacional						
Crédito Rural e Custeio	15.759	15.759				
Aquisição de Imobilizado (BNDES Finame e FCO)	34.277	12.473	8.805	6.080	2.519	4.400
Conta garantida	1.849	1.849				
Aquisição de Imobilizado (Arrendamento Mercantil)	1.448	724	724			
Crédito à Exportação Indireta (CCB, CCE e NCE)	14.219	6.169	3.602	4.448		
Custeio de Projeto (BNDES PCA)	1.340	655	633	52		
	<u>68.892</u>	<u>37.629</u>	<u>13.764</u>	<u>10.580</u>	<u>2.519</u>	<u>4.400</u>
Moeda Estrangeira						
Crédito à Exportação (PPE)	722.708	100.175	88.773	124.492	110.566	298.702
Crédito à Exportação (ACC)	80.539	31.218	13.581	12.762	11917	11061
Aquisição de Imobilizado (Finimp e Res. 2770)	12.370	5.786	3.438	3.146		
Crédito à Exportação Indireta (CCB e CCE)	55.414	4.687	14.824	14.002	13.198	8.703
	<u>871.031</u>	<u>141.866</u>	<u>120.616</u>	<u>154.402</u>	<u>135.681</u>	<u>318.466</u>
Total	939.923	<u>179.495</u>	<u>134.380</u>	<u>164.982</u>	<u>138.200</u>	<u>322.866</u>
Circulante		<u>(179.495)</u>				
Não Circulante		<u>760.428</u>				

**Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por alienação fiduciária de bens móveis, imóveis e produto, aval, fiança, fiel depositário, hipoteca, nota promissória, penhor rural e mercantil.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos que estão garantidos na modalidade hipoteca e alienação fiduciária de bens imóveis com terras registradas em seu patrimônio e de suas controladas com valor contábil de R\$ 611.217.

Adicionalmente, no âmbito da reestruturação mencionada na Nota 1.2 (a), a Companhia concedeu penhor de 100% das ações das subsidiárias Maeda S.A. Agroindustrial e Vanguarda do Brasil S.A., para os bancos Itaú Unibanco S.A. e Bradesco S.A. Atualmente, essas empresas são não operacionais e possuem como principal ativo terras que estão sendo cultivadas pela Companhia. Importante mencionar que esses ativos estão em grande parte já concedidos em hipoteca aos mesmos credores ou outros bancos.

(b) Covenants e Outros Compromissos

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívida. A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas e, quando aplicável, negocia a obtenção de cartas de *waiver* antes do encerramento do exercício social. Em 31 de dezembro de 2016, a administração obteve as cartas de *waiver* das instituições financeiras para aqueles contratos cujos *covenants* financeiros não foram atendidos.

Essa situação é diferente daquela verificada em 31 de dezembro de 2015, quando a Companhia, em fase de reestruturação da sua dívida bancária, não atendeu aos *covenants* exigidos em determinados contratos de empréstimos e não obteve cartas de *waiver*, o que resultou na reclassificação do montante de R\$ 395.337 para o passivo circulante naquela data.

Os contratos celebrados no âmbito da renegociação, em especial Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Bradesco S.A., possuem *covenants* financeiros padronizados, notadamente um limite para relação da Dívida x EBITDA Ajustado, além da obrigatoriedade de manutenção da participação societária dos principais acionistas (Nota 31).

Importante mencionar que a Companhia e os credores Itaú Unibanco S.A. e Bradesco S.A. já definiram os incentivos por pagamento antecipado da linha, cujos custos são crescentes à medida que o contrato se aproxima de seu vencimento final, ou seja, a Companhia possui um incentivo financeiro ao pré-pagamento da dívida renegociada.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Clientes nacionais	5.038	48.225	13.306	53.914
Clientes estrangeiros	59.676	47.952	88.837	67.836
	<u>64.714</u>	<u>96.177</u>	<u>102.143</u>	<u>121.750</u>

Em 31 de dezembro de 2016, os valores da Companhia e do Consolidado, em moeda estrangeira, correspondem a US\$ 18.374 mil e US\$ 27.021 mil, respectivamente (2015 – US\$ 12.280 mil e US\$ 17.372 mil, respectivamente).

18 Dívida com a união - PESA (Controladora e consolidado)

Em 1998, mediante aditivo contratual e operação de securitização, foram alongados, junto à instituição financeira federal, os vencimentos de financiamentos para custeio agrícola, sob o amparo da Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA). Consoante contratos firmados, a atualização monetária desses financiamentos (IGP-M) é capitalizada para amortização no vencimento da operação, previsto para novembro de 2018, e os juros atualmente incidentes, de 3% ao ano, são liquidados a cada ano, para fins de seu cálculo, o IGP-M incidente sobre o principal está limitado a 9,5% ao ano. A partir de 2001, a União passou a ser credora desses financiamentos, conforme Medida Provisória nº 2.196/03, sem modificações nas condições pactuadas em contrato firmado junto à instituição financeira.

Em garantia desses financiamentos foram oferecidos avais, hipotecas e bens do ativo imobilizado, bem como aplicações financeiras em Certificados do Tesouro Nacional (CTN), com vencimento igual ao dos financiamentos. Segundo as condições pactuadas, a atualização monetária pelo IGP-M e os juros de 12% ao ano dessas aplicações são capitalizados para que, no seu vencimento, o montante apurado seja igual ao montante dos financiamentos.

Devido às especificidades desse instrumento financeiro (prazo alongado e encargos subsidiados), a administração da Companhia, em linha com as novas práticas contábeis, introduzidas pela Lei nº 11.638/07, vem registrando o referido instrumento utilizando o conceito de Ajuste a Valor Presente, calculando o valor dessa obrigação com base no fluxo de desembolsos futuros trazidos a valor presente, descontados por uma taxa de juros, referencial para a data em que a transação foi contratada, de 12% ao ano.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo originário referente ao PESA foi incorporado por meio do acervo líquido cindido da controlada Maeda S.A. Agroindustrial.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valor do principal + juros futuros	138.118	118.887
Aplicações financeiras vinculadas - CTN	(131.643)	(109.654)
Valos presente dos juros futuros	<u>(261)</u>	<u>(1.771)</u>
	6.214	7.462
Circulante	<u>(3.236)</u>	<u>(3.075)</u>
Não circulante	<u>2.978</u>	<u>4.387</u>

19 Provisão para contingências

A administração, com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado					
	<u>2016</u>			<u>2015</u>		
Causas	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	10.485	(2.239)	8.246	8.864	(1.058)	7.806
Tributárias	2.630		2.630	2.430		2.430
Cíveis	5.201	(362)	4.839	5.119	(362)	4.757
Tributos sub-júdice	<u>4.080</u>		<u>4.080</u>	<u>3.863</u>		<u>3.863</u>
Total	<u>22.396</u>	<u>(2.601)</u>	<u>19.795</u>	<u>20.276</u>	<u>(1.420)</u>	<u>18.856</u>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas subsidiárias possuem depósitos judiciais para os quais não mantêm provisão para contingências nos montantes totais de R\$ 2.563 (controladora) e R\$ 7.880 (consolidado), respectivamente (2015 - R\$ 2.394 e R\$ 7.300, respectivamente).

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.1 Movimentação das provisões cuja perda estimada é provável, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016 (Controladora e consolidado):

Causas	Controladora e Consolidado				
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Tributos sub-judice	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	7.806	2.430	4.757	3.863	18.856
Novos processos e complementos	2.884	200	87		3.171
Baixas no exercício	(2.687)		(5)		(2.692)
Depósitos judiciais relacionados	(1.181)				(1.181)
Encargos financeiros no exercício	1.424			217	1.641
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>8.246</u>	<u>2.630</u>	<u>4.839</u>	<u>4.080</u>	<u>19.795</u>

19.2 Movimentação das provisões cuja perda estimada é provável, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015 (Controladora e consolidado):

Causas	Controladora e Consolidado				
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Tributos sub-judice	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	7.582	3.016	4.290	18.259	33.147
Novos processos e complementos	4.730		698		5.428
Baixas no exercício	(4.768)	(586)	(231)	(16.390)	(21.975)
Depósitos judiciais relacionados	262			(101)	161
Encargos financeiros no período				2.095	2.095
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>7.806</u>	<u>2.430</u>	<u>4.757</u>	<u>3863</u>	<u>18.856</u>

19.3 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas demonstrações financeiras:

Causas	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Tributárias	80.896	56.571
Trabalhistas	17.438	17.763
Cíveis	7.050	7.075
	<u>105.384</u>	<u>81.409</u>

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.4 Outras informações

As ações consideradas relevantes pela administração da Companhia são:

(a) Reclamações trabalhistas -

Em 17 de março de 2009, a Companhia foi notificada da existência da demanda pelo descumprimento de cláusula contratual com Marcos César de Moraes (cláusula penal) e pedido indenizatório em razão de suposta estabilidade. A ação foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias e ainda está pendente de julgamento de Agravo Regimental junto ao TST. O Reclamante deu início a execução provisória da sentença, sendo que na data de 15 de setembro de 2015 foi expedida Carta Precatória para o município de Nova Mutum para penhora dos bens imóveis oferecidos em garantia pela Companhia. O valor atualizado da condenação é de R\$ 17.667 (2015 – R\$ 13.935), dos quais a Companhia provisiona o montante de R\$ 5.146 (2015 – R\$ 3.739), sendo que o restante do valor atualizado da condenação de R\$ 12.521 (2015 - R\$ 10.194), é considerado possível pela Companhia e seus advogados em razão da possibilidade de redução do valor atualizado da cláusula penal (de R\$ 5.000 para R\$ 1.000, em valores originais).

(b) Tributos em discussão judicial

A controlada Maeda S.A. Agroindustrial, baseada na opinião favorável dos seus consultores jurídicos, vem contestando a exigibilidade e, também, requerendo, administrativa ou judicialmente, o reconhecimento de créditos compensados com determinados impostos e contribuições.

Os saldos foram incorporados pela Companhia por meio do acervo líquido cindido da Maeda S.A. Agroindustrial em 23 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém provisão para perda provável no montante de R\$ 4.080 (2015 - R\$ 3.863), referente aos créditos presumidos de IPI tomados sobre exportações do período compreendido entre 2000 e 2002, os quais foram compensados com débitos tributários nos meses de novembro e dezembro de 2003 e julho de 2004.

(c) Ação cível - Construrio Ltda.

Trata-se de ação de reintegração de posse cumulada com perdas e danos movida pela Construrio Ltda. em face de Otaviano Pivetta (Processo no 1031/2006/2ª Vara/Comarca de Nova Mutum). Nesta ação foi proferida sentença, que após a oposição de embargos de declaração, rejeitado pelo juiz, foi publicada em 10 de fevereiro de 2012, julgando procedentes os pedidos para: (i) determinar a reintegração na posse da Construrio Ltda.; e (ii) condenar o réu ao pagamento de indenização pelo período de utilização da posse, devendo o quantum indenizatório ser apurado em liquidação de sentença. Foi interposto recurso de apelação, que foi recebido e julgado improcedente. Interpusemos Recurso Especial (REsp), ao qual foi negado seguimento. Em razão da decisão que negou seguimento ao REsp, foi interposto Agravo Regimental, também improvido. Por fim, foi interposto recurso de embargos de declaração, que foi julgado improcedente e a ação transitou em julgado. A execução definitiva da sentença está em trâmite e o autor já foi reintegrado na posse do imóvel. Está pendente apenas a apuração do valor da indenização pelo uso da terra. A possibilidade de perda é provável no montante de R\$ 4.192, valor este que está provisionado.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital social era representado por 17.914 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

As ações de emissão da Companhia são exclusivamente ordinárias e têm a forma nominativa, escritural e sem valor nominal.

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

(b) Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação:

- 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.
- 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, o mesmo ficará à disposição da Assembleia para destinação.

(c) Reserva de *hedge* de fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2016, o valor da reserva de *hedge* de fluxo de caixa apresenta uma perda de R\$ 69.706 (2015 – perda de R\$ 173.183).

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
No início do exercício	(173.183)	(56.453)
Variação do valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	123.419	(276.223)
Valores eficaz transferidos para a demonstração do resultado	32.070	99.359
Parcela ineficaz da perda transferida para o resultado financeiro	1.295	
Tributos diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa	<u>(53.307)</u>	<u>60.134</u>
No final do exercício	<u><u>(69.706)</u></u>	<u><u>(173.183)</u></u>

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Instrumentos financeiros

(a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

(b) Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio, que inclui capital e reservas e o capital de terceiros.

A administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de *covenants* das operações de financiamento (Nota 16 (b)). Como parte dessa revisão, a administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

(c) Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros, estão referenciados na Nota 2.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Categoria de instrumentos financeiros

Categoria de instrumento financeiro	Controladora		Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	1.768	24.240	4.232	25.414
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis		5.005		5.005
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	210	51.481	5.164	15.917
Títulos a receber	Empréstimos e recebíveis	12.420	57.231	26.233	50.437
Títulos a receber	Valor justo por meio do resultado			7.222	20.165
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	16.711	21.081	16.655	18.716
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	2.563	2.394	7.880	7.300
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	2.001	6.497	2.630	6.889
		<u>35.673</u>	<u>167.929</u>	<u>70.016</u>	<u>149.843</u>
Passivo					
Fornecedores	Outros passivos	176.230	170.635	179.335	175.450
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	751.170	978.136	751.170	978.136
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	5.907	2.088	5.907	2.088
Dívida com a União - PESA	Outros passivos	6.214	7.462	6.214	7.462
Títulos a pagar	Outros passivos	6.443	4.555	6.850	5.507
Partes relacionadas	Outros passivos	2.840	4.821		
Arrendamentos e serviços a pagar	Outros passivos	15.453	39.802	15.453	39.802
		<u>964.257</u>	<u>1.207.499</u>	<u>964.929</u>	<u>1.208.445</u>

(e) Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o Pronunciamento Técnico CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro, todos os ativos e passivos financeiros consolidados mensurados ao valor justo por meio do resultado estão classificados no nível 2 e são como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo		
Títulos e valores mobiliários		5.005
Passivo		
Instrumentos financeiros derivativos	5.907	2.088

(f) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, nessa nota explicativa.

(g) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, bem como pelo Comitê Estratégico Financeiro tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Os riscos operacionais da Companhia são constantemente avaliados pela auditoria interna, a qual se reporta diretamente ao comitê de auditoria e gestão de riscos, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela auditoria interna.

Do ponto de vista dos riscos financeiros, foi criado o Comitê Operacional de Riscos, órgão não estatutário e composto pela diretoria da Companhia, com o objetivo de monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as *commodities* agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia trabalha com controle rigoroso de análise de crédito dos clientes. Adicionalmente, a administração entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe o Grupo a riscos significativos de crédito.

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 2016, a Companhia efetuou pagamentos de empréstimos e financiamentos às instituições financeiras no montante de R\$ 215.602. A Companhia não possuía linhas de créditos contratadas em 31 de dezembro de 2016, que não estivessem sendo utilizadas.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016					
Fornecedores	174.163	2.067			176.230
Em empréstimos e financiamentos	131.897	216.650	402.623		751.170
Dívida com a União - PESA	3.236	2.978			6.214
Arrendamentos e serviços a pagar	15.453				15.453
Partes relacionadas	2.840				2.840
Títulos a pagar	6.443				6.443
	<u>334.032</u>	<u>221.695</u>	<u>402.623</u>		<u>958.350</u>
Em 31 de dezembro de 2015					
Fornecedores	170.131	504			170.635
Em empréstimos e financiamentos	872.094	53.513	47.574	4.955	978.136
Dívida com a União - PESA	3.075	2.771	1.616		7.462
Arrendamentos e serviços a pagar	39.802				39.802
Partes relacionadas	4.821				4.821
Títulos a pagar	4.555				4.555
	<u>1.094.478</u>	<u>56.788</u>	<u>49.190</u>	<u>4.955</u>	<u>1.205.411</u>
	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016					
Fornecedores	177.245	2.090			179.335
Em empréstimos e financiamentos	131.897	216.650	402.623		751.170
Dívida com a União - PESA	3.236	2.978			6.214
Títulos a pagar	6.850				6.850
Arrendamentos e serviços a pagar	15.453				15.453
	<u>334.681</u>	<u>221.718</u>	<u>402.623</u>		<u>959.022</u>
Em 31 de dezembro de 2015					
Fornecedores	174.946	504			175.450
Em empréstimos e financiamentos	872.094	53.513	47.574	4.955	978.136
Dívida com a União - PESA	3.075	2.771	1.616		7.462
Títulos a pagar	5.507				5.507
Arrendamentos e serviços a pagar	39.802				39.802
	<u>1.095.424</u>	<u>56.788</u>	<u>49.190</u>	<u>4.955</u>	<u>1.206.357</u>

Conforme mencionado na Nota 1.2, a Companhia obteve êxito na renegociação de seu passivo bancário e vem renegociando os demais débitos de curto prazo dentro das políticas de gerenciamento de risco de liquidez.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Risco de taxa de câmbio

A Companhia tem compromissos de venda, bem como de compras e de empréstimos e financiamentos, em moeda estrangeira. A Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Assim, o referido risco de câmbio é calculado levando-se em consideração dois principais aspectos: (i) o impacto nas contas do balanço que são indexadas a moeda estrangeira; (ii) o impacto no fluxo de caixa das entradas e saídas de fluxo financeiro indexados a moeda estrangeira e; (iii) desde agosto de 2013, a Companhia adotou a prática de *hedge accounting*, designando suas dívidas expostas à variação do risco cambial como *hedge* tanto das suas vendas futuras para fins de exportação, bem como vendas futuras indexadas ao dólar, como descrito no item (h).

As variações cambiais dos empréstimos e financiamentos designados são classificadas na rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, líquidas de tributos diferidos, e tais valores são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica “Receita líquida de vendas”, de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2016. Para fins de análise de sensibilidade, a administração adotou como cenário I (provável) a taxa de mercado futuro vigente no exercício de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II (possível) esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III (remoto) em 50%.

Descrição	Saldos em 31 de dezembro em US\$ mil	Taxa (*)	R\$ ganho (perda)	25%		50%	
				Cenário II - Possível		Cenário III - Remoto	
				Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)
Ativos							
Depósitos bancários - em moeda estrangeira	408	3,5327	112	4,4159	360	5,2991	721
Contas a receber de clientes	1.590	3,5327	435	4,4159	1.404	5,2991	2.809
Adiantamentos a fornecedores	142	3,5327	39	4,4159	125	5,2991	250
Passivos							
Fornecedores de insumos	46.817	3,5327	(12.810)	4,4159	(41.348)	5,2991	(82.695)
Empréstimos e financiamentos	211.260	3,5327	(57.806)	4,4159	(186.581)	5,2991	(373.162)
Adiantamento de clientes	27.258	3,5327	(7.458)	4,4159	(24.074)	5,2991	(48.148)
Efeito líquido no resultado			(77.489)		(250.112)		(500.225)

(*) A taxa de conversão (R\$ 3,5327 para US\$ 1,00) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável para os próximos 12 meses foi obtida na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros na data base de 31 de dezembro de 2016.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de venda em dólar de produtos agrícolas, conforme divulgado na Nota 29, no montante de US\$ 53.759 mil. Não foram adicionados na tabela acima, já que ainda não foram faturadas e portanto não estão registrados nas contas a receber de clientes.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos e financiamentos da Companhia nominados em dólar estão designados no *hedge accounting*. Eventuais perdas nesses instrumentos em função da apreciação do dólar frente ao real resultarão, em contrapartida, ganhos dos itens protegidos (no caso, as receitas da Companhia) e vice-versa.

(iv) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos indexados pela variação da LIBOR e do IGPM, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade abaixo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

**Análise de sensibilidade de variação
nas taxas de juros**

Para efeito de análise de sensibilidade, e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2016. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi corrigida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Modalidade	Saldos em 31 de dezembro de 2016	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Taxa (*)	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)
Aplicações financeiras							
CDI	140	13,63%	19	17,04%	24	20,45%	29
Empréstimos e financiamentos							
Libor 6 meses	11.699	1,32%	(154)	1,65%	(193)	1,98%	(231)
Efeito líquido no resultado			(135)		(169)		(202)

(*) As taxas utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram extraídas nos sites dos órgãos oficiais de divulgação dos respectivos índices.

**(v) Valor de mercado dos
instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado são representados, substancialmente, por aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos que são corrigidos por taxas de juros variáveis, conforme divulgado nas respectivas notas explicativas. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores substancialmente com vencimento em curto prazo. No entendimento da administração devido a essas características o valor justo destes instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vi) Risco dos preços das *commodities*

A Companhia gerencia o risco de exposição a *commodities*, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* e não são utilizados para fins especulativos. Os instrumentos financeiros (*Swap*) destacados abaixo foram contratados pela Companhia como proteção para variações relativas à Libor.

Tipo	2016			2015		
	Valor de referência (nocional), em USD	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$	Valor de referência (nocional), em USD	Valor justo (mercado) em R\$	Perda no resultado financeiro em R\$
<i>Swaps</i> de moeda e taxa de juros						
<i>Hedge/Swap</i> de valor justo (USD)	5.617	(54)	(723)	12.000	(773)	(9.196)
<i>NDF</i> de valor justo (USD)	7.697	(5.853)	4.109			(557)
Opção de venda (USD)			(4.536)	4.725	(1.315)	

No cenário acima apresentado, para as opções de compra e venda foram efetuadas análises de sensibilidade para cenários com variações de 25% e em 50% na taxa do dólar estadunidense. Em ambos os casos, o instrumento atinge a barreira e a operação perde o efeito.

(h) *Hedge accounting*

Desde agosto de 2013, a Companhia efetua a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting* para os instrumentos financeiros não derivativos de proteção de fluxos de caixa das receitas de exportação de soja, algodão em pluma, caroço de algodão e milho, documentando: (i) o relacionamento do *hedge*, (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em tomar o *hedge*, (iii) a identificação do instrumento financeiro, (iv) o objeto ou transação coberta, (v) a natureza do risco a ser coberto, (vi) a descrição da relação de cobertura, (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*.

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* em conta específica no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) afete o resultado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido (no caso, receita de vendas).

Em 31 de dezembro de 2016, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contrato de financiamentos	Exercício de realização						Total Geral
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Crédito à Exportação (PPE)	(365)	(12.133)	(21.509)	(19.412)	(19.914)	(39.094)	(112.427)
Crédito à Exportação (ACC)	2.442						2.442
Aquisição de Imobilizado (Finimp e Res. 2770)	(1.076)	(967)	(916)				(2.959)
Crédito à Exportação Indireta (CCB, CCE e NCE)	(193)	2.043	2.043	2.043	1.393		7.329
	808	(11.057)	(20.382)	(17.369)	(18.521)	(39.094)	(105.615)
Vendas/resultado financeiro	808	(11.057)	(20.382)	(17.369)	(18.521)	(39.094)	(105.615)
(-) Tributos diferidos	(274)	3.759	6.930	5.905	6.297	13.292	35.909
Efeito no patrimônio líquido	534	(7.298)	(13.452)	(11.464)	(12.224)	(25.802)	(69.706)

22 Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração dos diretores e conselheiros no exercício foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Remuneração de conselheiros	1.149	1.620
Remuneração dos administradores	3.631	3.839
Encargos sociais	925	1.083
	5.705	6.542

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Adicionalmente, ver Nota 28 para pagamentos baseados em ações.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas e serviços	733.091	909.203	798.218	985.839
Variação cambial (<i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(32.070)	(99.359)	(32.070)	(99.359)
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(1.896)	(3.179)	(1.920)	(3.485)
Impostos sobre vendas	(40.735)	(37.455)	(30.973)	(29.828)
Total das deduções de vendas	(42.631)	(40.634)	(32.893)	(33.313)
Receita líquida de vendas e serviços	<u>658.390</u>	<u>769.210</u>	<u>733.255</u>	<u>853.167</u>

24 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas nas demonstrações do resultado de acordo com sua função:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(333.566)	(320.448)	(272.327)	(325.180)
Matéria-prima	(273.369)	(293.649)	(273.369)	(313.538)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola	120.540	85.605	109.020	77.960
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(114.792)	(68.830)	(124.691)	(39.353)
Despesas com pessoal	(55.688)	(90.131)	(96.888)	(107.636)
Honorários da administração	(5.705)	(6.542)	(5.705)	(6.542)
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(47.753)	(72.488)	(65.942)	(78.519)
Depreciações e amortizações	(26.705)	(43.017)	(41.210)	(55.363)
Frete, comissões e despesas portuárias	(3.180)	(17.714)	(26.527)	(24.488)
Resultado de equivalência patrimonial	10.012	18.910		
Provisão para perda em investimentos	(197)	(82)		
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	(1.815)	(229)	(2.174)	(171)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(21.791)	(533)	(21.791)	(533)
Provisão dos créditos tributários ao valor recuperável	(6.618)	(19.433)	(8.468)	(19.475)
<i>Impairment</i> de ativos e gastos com desmobilização	(5.056)	(54.894)	(5.323)	(54.894)
Perdas estimadas de estoques	(155)	381	(155)	381
PEPRO - Prêmio equalizador pago ao produtor	441	1.245	441	10.262
Outras receitas e despesas, líquidas	(7.619)	(953)	(11.684)	12.318
	<u>(773.016)</u>	<u>(882.802)</u>	<u>(846.793)</u>	<u>(924.771)</u>

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do exercício nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custo dos produtos vendidos	(704.394)	(785.563)	(716.263)	(841.201)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	120.540	85.605	109.020	77.960
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(114.792)	(68.830)	(124.691)	(39.353)
Despesas gerais, administrativas e com vendas	(47.989)	(68.118)	(73.252)	(79.798)
Honorários da administração	(5.705)	(6.542)	(5.705)	(6.542)
Resultado de equivalência patrimonial	10.012	18.910		
Provisão para perdas em investimentos	(197)	(82)		
Impairment de ativos e gastos com desmobilização	(5.056)	(54.894)	(5.323)	(54.894)
Outras receitas (despesas) operacionais	(25.435)	(3.288)	(30.579)	19.057
	(773.016)	(882.802)	(846.793)	(924.771)

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	769	2.279	844	2.303
Ajuste a valor presente de recebíveis	1.940	1.593	2.323	1.946
Juros ativos	21.247	22.880	21.405	25.411
Variações monetárias ativas	4.336	1.968	4.511	2.057
Descontos obtidos	1.935	4.626	1.977	8.204
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	11.515	15.041	11.515	15.041
	41.742	48.387	42.575	54.962
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(81.112)	(72.628)	(81.116)	(72.636)
Juros passivos e multa de mora	(14.947)	(3.993)	(12.027)	(6.102)
Variações monetárias passivas	(7.782)	(1.884)	(7.782)	(1.884)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(16.483)	(22.950)	(16.483)	(22.950)
Ajuste a valor presente de fornecedores de insumos	(7.624)	(5.348)	(8.907)	(8.615)
IOF	(1.140)	(928)	(1.200)	(1.641)
Amortização de custos de captação	(3.900)	(2.424)	(3.900)	(2.424)
Outras despesas	(2.036)	(2.383)	(2.155)	(2.485)
	(135.024)	(112.538)	(133.570)	(118.737)
Variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais ativas	117.932	79.050	136.531	114.480
Variações cambiais passivas	(76.639)	(117.181)	(96.124)	(177.536)
	41.293	(38.131)	40.407	(63.056)
Resultado financeiro	(51.989)	(102.282)	(50.588)	(126.831)

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**26 Transações que não afetaram o
caixa e equivalentes de caixa**

A seguir relacionamos as transações no exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	10.872	7.088	12.086	7.088
Aumento de capital em controladas (Nota 13.2)	18.487	79.907		
Venda de ativos a prazo	15.588	1.569	15.646	1.301
Aquisição de imobilizado a prazo	3.529	638	3.672	1.493

27 Resultado por ação

As tabelas a seguir reconciliam o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	Controladora	
	2016	2015
Prejuízo utilizado na apuração do prejuízo básico e diluído por ação	(148.078)	(161.500)
Quantidade de ações no período (em milhares) - média ponderada do exercício (i)	17.914	389.399
Prejuízo por ação - básico e diluído (R\$)	<u>(8,2660)</u>	<u>(0,4147)</u>

(i) Em 18 de setembro de 2015, houve o grupamento de ações na proporção de 30 (trinta) para uma (1).

Instrumentos antidiluidores

Os instrumentos abaixo relacionados não possuem efeitos diluidores e, como consequência, a quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico.

	2016	2015
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionada a pagamentos baseados em ações (em milhares)	89	70

28 Pagamentos baseados em ações

(a) Controladora

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações para os seus executivos. De acordo com as condições do plano, conforme aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2009 e, posteriormente regulamentadas pelo Conselho de Administração em 7 e 26 de outubro de 2010, os executivos definidos para participação do plano receberam opções para a compra de ações ordinárias.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cada opção de compra dos empregados pode ser convertida em uma ação ordinária da Companhia no momento do exercício da opção. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito a dividendos ou ao voto.

A quantidade de opções concedida foi definida pelo Conselho de Administração da Companhia, assessorado pelo Comitê de Recursos Humanos, e não está vinculada ao atingimento de metas individuais ou coletivas da Companhia.

Na mesma metodologia o Conselho de Administração da Companhia aprovou nos exercícios de 2013, 2014, 2015 e no exercício corrente, a outorga de opções de compras de ações ao seu CEO, Arlindo de Azevedo Moura. O executivo receberá opções para a compra de ações ordinárias por um preço de exercício de R\$ 99,90, R\$ 104,40, R\$ 30,00 e R\$ 10,59, respectivamente.

As opções de ações concedidas têm como uma de suas condições para exercício a permanência dos executivos na Companhia. Na situação de desligamento da Companhia, a opção deverá ser exercida no prazo de 30 dias ou perderá sua validade. Em 31 de dezembro de 2016, temos vigente no programa, as opções de compras de ações concedidas ao executivo Arlindo de Azevedo Moura.

Apresentamos abaixo o demonstrativo dos planos outorgados pela Companhia:

1ª Outorga	12 meses	24 meses	36 meses
Data da outorga	14/03/2013	14/03/2013	14/03/2013
Volatilidade do preço da ação “ <i>Vesting period</i> ”	39,70% a.a. 12 meses	39,70% a.a. 24 meses	39,70% a.a. 36 meses
Prazo para exercício após o “ <i>vesting period</i> ”	36 meses	36 meses	36 meses
Número de opções	7.407	7.407	7.407
Valor justo - R\$	47,66	53,89	59,35
Valor da opção - R\$	99,90	99,90	99,90
2ª Outorga	12 meses	24 meses	36 meses
Data da outorga	18/02/2014	18/02/2014	18/02/2014
Volatilidade do preço da ação “ <i>Vesting period</i> ”	27,03% a.a. 12 meses	27,03% a.a. 24 meses	27,03% a.a. 36 meses
Prazo para exercício após o “ <i>vesting period</i> ”	36 meses	36 meses	36 meses
Número de opções	7.407	7.407	7.407
Valor justo - R\$	27,30	33,00	38,40
Valor da opção - R\$	104,40	104,40	104,40
3ª Outorga	12 meses	24 meses	36 meses
Data da outorga	24/02/2015	24/02/2015	24/02/2015
Volatilidade do preço da ação “ <i>Vesting period</i> ”	57,33% a.a. 12 meses	57,33% a.a. 24 meses	57,33% a.a. 36 meses
Prazo para exercício após o “ <i>vesting period</i> ”	36 meses	36 meses	36 meses
Número de opções	7.407	7.407	7.407
Valor justo - R\$	16,80	18,30	21,00
Valor da opção - R\$	30,00	30,00	30,00

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4ª Outorga	12 meses	24 meses	36 meses
Data da outorga	23/02/2016	23/02/2016	23/02/2016
Volatilidade do preço da ação	51,64% a.a.	51,64% a.a.	51,64% a.a.
“Vesting period”	12 meses	24 meses	36 meses
Prazo para exercício após o “vesting period”	36 meses	36 meses	36 meses
Número de opções	7.407	7.407	7.407
Valor justo - R\$	2,23	2,73	3,16
Valor da opção - R\$	10,59	10,59	10,59

**(b) Valor justo das opções de compra de ações
outorgadas durante o exercício
(controladora e consolidado)**

A Companhia reconhece a despesa com o plano de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga.

A determinação do valor das opções de outorga de opções de compra foi a metodologia de precificação de opções *Black & Scholes*. Este modelo foi adotado por sua ampla utilização pelo mercado financeiro para avaliar este tipo de ativo.

O modelo *Black-Scholes* utiliza como premissa o vencimento em anos. As *Stock Options* avaliadas possuem prazo de carência para exercício e validade de 36 meses a partir de cada vencimento. O vencimento em anos representa a quantidade de dias anualizada até a validade das *Stock Options*.

As opções foram precificadas de acordo a volatilidade de preços históricos e foi calculada com base na metodologia *Exponential Weighted Moving Average* para o prazo de 60 dias, utilizadas as cotações relativas a 14 de março de 2013 (1ª outorga), 18 de fevereiro de 2014 (2ª outorga), 24 de fevereiro de 2015 (3ª outorga) e 23 de fevereiro de 2016 (4ª outorga).

**(c) Movimentações nas opções de compra de ações
durante o exercício (controladora e consolidado)**

	Quantidade de opções
Saldo em 1º de janeiro de 2016	70.369
Concedidas durante o exercício	22.221
Prescritas durante o exercício	(3.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>88.884</u>

A despesa é registrada *pro-rata-temporis*, durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido. As despesas reconhecidas no exercício foram:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Despesas com pessoal - opção de ações	<u>198</u>	<u>462</u>

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Compromissos (Consolidado)

(a) Vendas futuras

Os compromissos futuros existentes em 31 de dezembro de 2016 referem-se a Companhia e suas controladas, como segue:

							Consolidado
Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Moeda	Frete	Preço
Safra 15/16							
Algodão em Pluma	Out a Dez/16	5.933	11	LP	DÓLAR	CIF	0,67
Algodão em Pluma	Out a Dez/16	640	3	LP	DÓLAR	FOB	0,70
Algodão em Pluma	Jan a Mar/17	922	4	LP	DÓLAR	CIF	0,74
Algodão em Pluma	Jan a Mar/17	451	2	LP	DÓLAR	FOB	0,72
Algodão em Pluma	Jan a Mar/17	117	2	LP	REAL	FOB	2,78
Caroço de Algodão	Out a Dez/16	2.186	2	TON	DÓLAR	CIF	234,00
Caroço de Algodão	Out a Dez/16	65	1	TON	REAL	FOB	630,00
Caroço de Algodão	Jan a Mar/17	450	1	TON	REAL	FOB	780,00
Milho	Jan a Mar/17	9.116	1	SC	REAL	CIF	20,00
Safra 16/17							
Algodão em Pluma	Jul a Set/17	11.549	21	LP	DÓLAR	CIF	0,71
Algodão em Pluma	Out a Dez/17	11.651	14	LP	DÓLAR	CIF	0,71
Caroço de Algodão	Jul a Set/17	7.000	2	TON	REAL	CIF	619,00
Caroço de Algodão	Jul a Set/17	3.000	2	TON	REAL	FOB	550,00
Caroço de Algodão	Out a Dez/17	1.000	1	TON	REAL	FOB	550,00
Milho	Jul a Set/17	98.000	9	SC	DÓLAR	FOB	4,77
Milho	Jul a Set/17	30.000	1	SC	DÓLAR	FOB	A Fixar
Milho	Jul a Set/17	36.000	4	SC	REAL	FOB	18,03
Milho	Out a Dez/17	5.000	1	SC	REAL	FOB	16,70
Soja	Jan a Mar/17	171.500	32	SC	DÓLAR	FOB	17,69
Soja	Jan a Mar/17	1.049	1	SC	REAL	CIF	66,50
Soja	Jan a Mar/17	22.741	12	SC	REAL	FOB	62,64
Soja	Abr a Jun/17	72.000	12	SC	DÓLAR	FOB	19,00
Soja	Abr a Jun/17	300	1	SC	REAL	FOB	71,00

Para os produtos da safra 15/16:

- (i) Refere-se a algodão em pluma não entregues devido a atraso na apresentação/aprovação de *take-up*, reflexos de chuvas que ocorreram em período de colheita e prejudicaram a qualidade visual do algodão, ocasionando maior tempo de negociação e aprovação dos lotes. Também, houve atrasos em função de baixa cadência de navio em porto e pouca disponibilidade de transporte rodoviário para entrega no mercado interno. Todos os *take-up* foram aprovados entre novembro e dezembro e os embarques foram realizados no primeiro trimestre de 2017.
- (ii) Refere-se a caroço de algodão não entregues devido diversas omissões de navios no porto de Paranaguá, gerando atrasos em embarques com navios já nomeados. Os embarques foram realizados no primeiro trimestre de 2017.

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Arrendamento e parceria agrícola

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía contratados 74.288 mil hectares de arrendamento operacional e parceria agrícola mantido com terceiros, com vencimentos até 2026, conforme abaixo discriminado:

Consolidado						
Unidade	Localização	Estado	Área arrendada (em ha)	Vencimento dos contratos	Valores ponderados (em sacas de soja/ha/ano)	Tipo de arrendamento
São José	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	10.295	2021	12,64	Operacional
Ribeiro do Céu	Nov a Mutum	Mato Grosso	18.122	2024	9,05	Operacional
Guapirama	Diamantino	Mato Grosso	16.213	2020	11,39	Operacional
Parecis	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	8.920	2023	12,11	Operacional
Mãe Margarida	Sta. Rita do Trivelato	Mato Grosso	7.765	2021	10,86	Operacional
Sete Placas	Diamantino	Mato Grosso	4.966	2020	11,91	Operacional
Cachoeira	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	5.257	2018	13,25	Operacional
Terra Santa	Tabaporã	Mato Grosso	2.750	2026	7,66	Operacional
			74.288			

Os compromissos futuros relacionados a esses contratos estão fixados em sacas de soja de acordo com o preço médio, na região de cada unidade, na data do seu respectivo pagamento.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos e aluguéis mercantis operacionais, em reais, da Companhia, são assim resumidos:

Fluxo de pagamentos	Valores
Pagamentos em até 1 ano	49.919
Pagamentos em mais de 1 ano e até 5 anos	107.173
Pagamentos em mais de 5 anos	19.128
Total de pagamentos mínimos futuros de arrendamentos	176.220

Os contratos de arrendamento com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade. Assim, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data de cada balanço. Conseqüentemente, os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado da *commoditie*.

Em relação aos contratos de arrendamento com terceiros ressalta-se que:

- não há cláusulas de pagamento contingente;
- não há termos de renovação ou de opções de compra, salvo os termos dispostos na Lei 4.504/64 art. 92, § 3º e 95, IV;

Terra Santa Agro S.A.
(anteriormente denominada Vanguarda Agro S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- os contratos firmados são indexados à variação do preço da saca de soja e não há outras cláusulas de reajustamento;
- não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

30 Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo.

	<u>Valor segurado</u>
Responsabilidade civil	80.000
Riscos diversos - Imobilizado	<u>242.868</u>
	<u><u>322.868</u></u>

31 Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2017, a Companhia foi informada pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda., na qualidade de gestora do Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado VNT (“Fundo”) detido pelo investidor Otaviano Olavo Pivetta, que foram alienadas, em leilão realizado na BM&F Bovespa, a totalidade das 2.147.952 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia de sua titularidade, representativas de 11,99% do capital social. Com venda de suas respectivas ações, a participação do Fundo no capital social da Companhia fica reduzida a 0,0% (zero), enquanto o acionista BONSUCEX HOLDING S.A., consideradas as aquisições de ações em leilão realizado nesta data, conjuntamente com seus acionistas, aumentaram sua participação no capital social da Companhia para 27,019%, correspondentes a 4.840.327 ações ordinárias.

Em 10 de fevereiro de 2017, em razão da transação mencionada acima, o Sr. Otaviano Olavo Pivetta apresentou carta de renúncia ao cargo de Conselheiro de Administração da Companhia. O Conselho de Administração aprovou a renúncia em 21 de fevereiro de 2017, quando também designou o Sr. Christophe Malik Akli como conselheiro independente substituto com prazo de mandato até a Assembleia Geral a ser realizada pela Companhia.

* * *

1 Informações gerais

1.1 Atividades operacionais

A Terra Santa Agro S.A ("Companhia" ou "Terra Santa Agro"), foi constituída em 18 de julho de 2003, sob a denominação de Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda., como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo atualmente sede na Praça General Gentil Falcão, 108 - cj 81, Brooklin Novo, São Paulo - SP.

Em 9 de novembro de 2006, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/no 046/2006, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu à Companhia o registro de "Companhia Aberta", possibilitando a negociação de ações ordinárias de sua emissão no mercado de bolsa de valores (B3). Em 10 de agosto de 2021 foi protocolado o pedido de cancelamento de registro de Companhia aberta em virtude da conclusão da combinação de negócio. Conforme detalhado na Nota 33, a partir de 1º de agosto de 2021, a SLC Agrícola S.A. ("SLC") passou a controlar a Companhia.

A Companhia tem como objetivo principal alcançar a excelência operacional na produção de grãos e fibras e no desenvolvimento de terras e, em conjunto com a controlada TS Brasil S.A., exploram atividades agrícolas, com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, e suas atividades consistem basicamente em:

- cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização;
- comercialização de insumos agropecuários;
- beneficiamento do algodão em caroço, próprio e de terceiros; e
- prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas.

A partir de 1º de agosto de 2021, no contexto da reorganização societária divulgada na Nota 1.2, essas atividades serão exploradas em terras de propriedade da TS Brasil S.A. ("TS Brasil") e de terceiros na modalidade de arrendamento (Nota 33).

1.2 Reorganização societária

Os acionistas da Companhia finalizaram o processo de reorganização societária para viabilizar a venda da operação agrícola para a SLC, conforme fato relevante divulgado ao mercado em 26 de novembro de 2020. As terras e benfeitorias localizadas nessas propriedades, pertencentes à sua controlada TS Brasil, e que foram até 30 de junho de 2021, exploradas pela Companhia em regime de parceria agrícola, não integraram o acervo vendido.

Como resultado dessa reestruturação, a Companhia criou uma subsidiária direta, denominada Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("TS Agro"), que obteve registro no Novo Mercado e fará a gestão das referidas terras e benfeitorias. Os acionistas da TS Agro são os mesmos acionistas da Companhia antes da conclusão da reorganização societária, mantendo a mesma estrutura acionária.

Essa reorganização societária incluiu os seguintes passos:

- Em 26 de novembro de 2020, foi celebrado Memorando de Entendimento entre a Companhia e a SLC ("Memorando"), não vinculante, visando uma combinação de negócios entre as empresas, através da aquisição da operação agrícola da Companhia pela SLC por incorporação. O Memorando também esclarece que as terras e benfeitorias não serão envolvidas nessa transação;
- Em 7 de janeiro de 2021 essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e, em 25 de março de 2021 foi assinado o Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da referida combinação dos negócios;

- Em 11 de janeiro de 2021, foi constituída a TS Agro com capital social subscrito de R\$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 200,00 (duzentos reais) já integralizados;
- Em 31 de março de 2021, a Companhia integralizou, na TS Agro, acervo líquido representado por ativos e passivos, avaliados em R\$ 673.588, conforme custo contábil, com a emissão de 673.588.731 ações da TS Agro;
- Em 28 de abril de 2021, foi aprovada a redução do capital da Companhia, com a entrega das ações da TS Agro para os seus acionistas, com a sua efetivação sujeita ao transcurso do prazo de 60 dias para a oposição de credores, bem como a superação de cumprimento de condições do Acordo. Adicionalmente, em 21 de junho de 2021, foi aprovada a incorporação das ações da Companhia pela SLC, também sujeita às mesmas condições retro mencionadas. Essas operações foram efetivadas e implementadas em 1º de agosto de 2021;
- Em 14 de julho de 2021, a TS Agro obteve o registro de companhia aberta na categoria A perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e, em 15 de julho de 2021, a TS Agro foi listada no segmento do Novo Mercado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em linha com o plano inicial dos acionistas da Companhia; e
- Em 1º de agosto de 2021, foi efetivada a formalização do contrato de arrendamento das terras e benfeitorias controladas pela TS Agro para a Companhia, por um prazo de 20 anos e com preço definido em 17 sacas de soja por hectare ao ano, a serem renegociados a cada 3 anos, acrescido de R\$ 70.000 para nessa mesma data, e que também compõem o custo do referido arrendamento a ser apropriado ao longo do prazo do contrato de forma linear (Nota 33).

1.3 Ativos e passivos contingentes decorrentes do acordo de associação

No âmbito do acordo, os acionistas da Companhia em 30 de junho de 2021, por meio da TS Agro, estabeleceram a obrigação, irrevogável e incondicional, de indenizar, defender e manter indene a SLC e a Companhia, após 1º de agosto de 2021, decorrente de perdas provenientes de período anterior à referida data.

Nos termos do acordo, entende-se como perda indenizável todo e qualquer ato, fato, omissão ou evento relacionado à Companhia, suas controladas e afiliadas, independentemente de conhecimento ou não, bem como quaisquer contingências relacionadas aos ativos adquiridos pela SLC nessa combinação de negócios. Consigna-se, ainda, que o dever de indenizar da Companhia se limitará ao valor agregado de R\$ 250.000, observadas as exceções previstas no Acordo.

Adicionalmente, também nos termos do acordo, se convencionou a obrigação de indenização pela SLC para com os acionistas da Companhia, também por meio da TS Agro, contra toda e qualquer perda decorrente de ou relacionadas a qualquer declaração falsa ou violação de garantia ou não satisfação ou descumprimento, pela SLC, de qualquer obrigação contida no Acordo. Assevera-se, igualmente, que o dever de indenizar da SLC também se limitará ao valor de R\$ 250.000, observadas as exceções previstas no acordo.

O Acordo também determina que a Companhia manterá o registro contábil, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis, de determinados ativos e passivos em suas demonstrações financeiras, os quais compreendem provisão para contingências classificadas como perda provável, créditos tributários, títulos a pagar e a receber, entre outros ativos, passivos e teses jurídicas materializadas ou não. Esses direitos e obrigações não estão sujeitos aos limites de indenização mencionados anteriormente, e serão repassados ou cobrados da TS Agro no mesmo momento em que forem monetizados ou liquidados pela Companhia. Em 30 de junho de 2021, esses direitos e obrigações, registrados na Companhia, e que serão transferidos, são estimados nos seguintes montantes:

Títulos a receber	5.021
Tributos a recuperar	54.613
Depósitos judiciais	4.768
Propriedades para investimentos	3.400
Títulos a pagar	(4.773)
Provisão para contingências	(23.478)
Ativos e passivos, líquidos	<u>39.551</u>

1.4 Situação econômica e financeira da Companhia

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e o Consolidado apresentaram capital circulante líquido negativo em R\$ 75.677 e R\$ 125.193, respectivamente, substancialmente representados pelos passivos bancários, fornecedores e passivos de arrendamentos exigíveis nos próximos 12 (doze) meses.

A despeito de a Companhia estar em processo de combinação de negócios com a SLC (Notas 1.2 e 33), com potencial alteração na estratégia de liquidação de suas dívidas após a conclusão da operação, a Administração mantém o acompanhamento das alternativas existentes para o financiamento de suas atividades operacionais e a manutenção da sua capacidade de liquidação das obrigações contratadas.

Nesse contexto, a Administração, com base na capacidade financeira da controladora da Companhia na data de aprovação dessas demonstrações financeiras, confirma a sua intenção de liquidação e não renovação de todos os passivos bancários da Companhia incluindo as dívidas de custeio e de capital de giro, em aberto na data base dessas demonstrações financeiras.

Vale destacar que faz parte das atribuições cotidianas da Companhia o monitoramento contínuo da expectativa de geração de caixa e gestão financeira que contempla a gestão de recursos necessários para o financiamento das operações nos próximos meses.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir as obrigações pactuadas com seus credores.

1.5 Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras

O exercício de 2020 e o primeiro semestre de 2021 trouxeram consigo um grande desafio causado pela pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), trazendo sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros.

Dentro deste novo contexto, o agronegócio é um dos setores menos impactados até o momento. Neste período, a Companhia não teve situação de renegociação de recebíveis por parte dos clientes e não identificou indicadores que pudessem aumentar o risco de não recebimento de seus ativos financeiros. Ademais, não houve qualquer redução nos níveis de atividade da Companhia e a produção agrícola continua ocorrendo normalmente nas suas unidades operacionais.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações financeiras foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB)*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Conforme descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas informações financeiras trimestrais - ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Dessa forma, estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação, métodos de cálculo e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de

2020, publicadas em 10 de março de 2021, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Em 13 de agosto de 2021, foi autorizada pela administração da Companhia a conclusão das informações trimestrais – ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2021, estando aprovadas para divulgação.

2.2 Hedge accounting

Em 12 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de *hedge accounting*. A partir desta data, as variações cambiais incorridas nestes instrumentos financeiros, não designados, foram contabilizadas diretamente a resultado do exercício. O saldo de R\$ 90.950 contabilizado na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial” será registrado no resultado conforme cronograma de realização do objeto de hedge, estimado para o resultado dos exercícios de 2021 a 2022.

Essa decisão possui caráter estratégico, visto que o câmbio é um componente relevante no segmento da Companhia, que utilizando boas práticas de *hedge* de fluxo de caixa protege analogamente o resultado financeiro.

2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas são incluídas nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de consolidação consistente com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na Nota 2.2 daquelas demonstrações financeiras.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência

histórica e em outros fatores, incluindo as expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias e a Companhia declara que permanecem válidas como descritas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

2.5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações estão em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021 e a sua adição não teve impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- **Alterações ao IAS 1/CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e IAS 8/CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro” IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros, IAS 39/ CPC 38 – Instrumentos Financeiros – reconhecimento e mensuração e IFRS 7/ CPC 40 – Instrumentos financeiros - Evidenciação, IFRS 4/ CPC 11 - Contratos de Seguro e IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). Os contratos da Companhia e de suas controladas vinculados a LIBOR foram revistos e a administração espera atualizá-los por taxas alternativas equivalentes, assim que a taxa LIBOR não estiver mais disponível. A Administração concluiu que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição.

Adicionalmente, as seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Com base na avaliação da Administração, a adoção dessas normas pelo Grupo não terá impactos relevantes em suas informações contábeis.

- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado":** em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”:** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”:** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Bancos em moeda nacional	38	15.942	10.623	50.140
Bancos em moeda estrangeira	6.662	32.307	6.662	32.308
Aplicações financeiras (i)	3	357	12.403	356
	<u>6.703</u>	<u>48.606</u>	<u>29.688</u>	<u>82.804</u>

- (i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e, portanto, foram consideradas como equivalentes de caixa, a taxa média anual de rendimentos incidente sobre aplicações financeiras em 30 de junho de 2021, varia entre 90% a 100% do CDI. Essas aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha.

4 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Clientes em moeda nacional	16.764	3.449	16.960	3.650
Clientes em moeda estrangeira	1.283	16.235	1.283	16.235
	18.047	19.684	18.243	19.885
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.651)	(699)	(1.651)	(895)
	16.396	18.985	16.592	18.990

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
A vencer:				
Até 30 dias	600	17.329	600	17.335
De 91 a 180 dias	16.217		16.217	
Vencidos:				
Até 30 dias (i)	165	1.351	165	1.351
De 31 a 90 dias	984	523	984	523
De 91 a 180 dias		62		62
Acima de 180 dias	81	419	277	614
	18.047	19.684	18.243	19.885

- (i) Os valores vencidos foram substancialmente recebidos até a data de publicação destas demonstrações financeiras.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	(699)	(2.053)	(895)	(2.072)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(1.650)	(940)	(1.650)	(1.117)
Valores recuperados no exercício	698	2.294	698	2.294
Reversão de provisão			196	
Saldo final	(1.651)	(699)	(1.651)	(895)

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas".

5 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Por venda de ativo fixo	5.874	9.981	6.294	10.401
Subarrendamentos e confissões de dívidas	4.964	4.936	4.964	4.936
Outros créditos (i)	415	12.371	415	12.371
(-) Ajuste a valor presente	(178)	(175)	(178)	(175)
(-) Provisão para <i>impairment</i>	(6.054)	(8.410)	(6.076)	(8.432)
	5.021	18.703	5.419	19.101
Circulante	(4.435)	(5.677)	(4.833)	(6.075)
Não circulante	586	13.026	586	13.026

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, refere-se substancialmente ao valor da indenização de sinistro causado pelo incêndio na unidade Beneficiadora de Algodão Terra Santa - Deciolândia (MT), o fogo teve início em uma fazenda vizinha, o qual acabou se alastrando, por conta dos fortes ventos, para o pátio de armazenagem de algodão em pluma. A ocorrência foi indenizada em 30 de abril de 2021, conforme cobertura de apólice de seguro contra incêndio (Nota 30).

O *aging* dos títulos a receber é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
A vencer:				
Até 30 dias	175	210	175	210
De 31 a 90 dias	1.241	713	1.241	713
De 91 a 180 dias	616	1.186	616	1.186
Acima de 180 dias	2.756	15.531	2.756	15.531
Vencidos:				
Até 30 dias	167		167	
De 31 a 90 dias	182		182	
De 91 a 180 dias	441	1.199	441	1.200
Acima de 180 dias (i)	5.675	8.449	6.095	8.868
	11.253	27.288	11.673	27.708

- (i) Os valores não provisionados foram substancialmente recebidos até a data de publicação destas demonstrações financeiras.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de títulos a receber são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	(8.410)	(9.639)	(8.432)	(9.672)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(662)	(1.975)	(662)	(1.975)
Valores recuperados no exercício	3.018	3.204	3.018	3.215
Saldo final	<u>(6.054)</u>	<u>(8.410)</u>	<u>(6.076)</u>	<u>(8.432)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas), líquidas”.

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Produtos agrícolas				
Produtos agrícolas - custos de formação (i)	23.337	150.357	23.477	150.357
Produtos agrícolas - ajuste ao valor realizável líquido (ii)	4.249	125.727	4.249	125.727
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	133.743	270.976	133.743	270.976
Embalagens, acondicionamento e peças de reposição	21.868	6.294	21.865	6.294
Gastos de manutenção nas entressafras (iv)	37.166	37.493	37.538	39.304
Outros estoques	12.557	18.844	12.603	18.848
(-) Provisão para <i>impairment</i> (iii)	(763)	(1.276)	(763)	(1.276)
	<u>232.157</u>	<u>608.415</u>	<u>232.712</u>	<u>610.230</u>

- (i) Em 30 de junho de 2021, 33.043 toneladas de produtos agrícolas, no montante aproximado de R\$17.000, estão cedidas em garantia a fornecedores de insumos agrícolas (em 31 de dezembro de 2020 – 8.463 toneladas, no montante aproximado de R\$ 64.000). O montante total cedido em garantia, inclui também, saldos apresentados na rubrica de Ativos biológicos.
- (ii) Esses valores contemplam a marcação ao valor justo dos produtos agrícolas enquanto valorizados como ativo biológico no montante de R\$ 13.457 (ganho) na controladora e no consolidado (ganho de R\$155.428 em 31 de dezembro de 2020, na controladora e consolidado) e perda de marcação ao valor realizável líquido enquanto valorizados como produto agrícola no montante de R\$ 9.208 na controladora e no consolidado (perdas de R\$ 29.701 em 31 de dezembro de 2020 na controladora e no consolidado).
- (iii) Refere-se, substancialmente, a obsolescência de materiais no estoque que apresentam baixa expectativa de realização.
- (iv) Refere-se à custos para preparo de solo e manutenções agrícolas acumulados no período entre o fim da colheita – da principal ou das principais culturas – e o início do plantio da próxima safra das respectivas culturas. Em 30 junho de 2021, o saldo de R\$ 37.166 será substancialmente apropriado à cultura de soja assim que iniciado o seu plantio (2020 – R\$ 37.493, substancialmente apropriado às culturas de algodão e milho).

A movimentação da provisão para *impairment*, na controladora e no consolidado, é assim demonstrada:

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	(1.276)	(2.871)
Adições	(644)	(357)
Reversões	1.157	1.952
Saldo final	<u>(763)</u>	<u>(1.276)</u>

A despesa com a constituição das perdas estimadas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas), líquidas”.

7 Ativos biológicos (Controladora e Consolidado)

7.1 Movimentação - 1º de janeiro a 30 de junho de 2021

	Controladora e Consolidado					
	Algodão	Soja	Milho	Eucalipto	Outras culturas	Total
Saldo dos ativos biológicos em 1º de janeiro de 2021	10.223	181.185	3.631	5.112	9.692	209.843
Aumento decorrente de plantio e tratamentos culturais	274.154	71.254	83.006		7.138	435.552
Redução decorrente da colheita	(7.200)	(304.258)	(75.612)		(5.831)	(392.901)
Varição do valor justo	77.029	51.819	34.168	711		163.727
Saldo dos ativos biológicos em 30 de junho de 2021	<u>354.206</u>	<u> </u>	<u>45.193</u>	<u>5.823</u>	<u>10.999</u>	<u>416.221</u>
Ativos biológicos avaliados a valor justo	224.875		18.933	5.620		249.428
Lavouras avaliadas ao custo de formação	129.331		26.260	203	10.999	166.793
Saldo dos ativos biológicos em 30 de junho de 2021	<u>354.206</u>	<u> </u>	<u>45.193</u>	<u>5.823</u>	<u>10.999</u>	<u>416.221</u>

7.2 Movimentação - 1º de janeiro a 30 de junho de 2020

	Controladora e Consolidado					
	Algodão	Soja	Milho	Outras culturas	Total	
Saldo dos ativos biológicos em 1º de janeiro de 2020	860	205.282	579	6.852	213.573	
Aumento decorrente de plantio e tratamentos culturais	241.741	68.016	52.364	6.969	369.090	
Redução decorrente da colheita	(21.589)	(239.301)	(26.285)	(4.646)	(291.821)	
Varição do valor justo	151.942	(33.997)	3.531		121.476	
Saldo dos ativos biológicos em 30 de junho de 2020	<u>372.954</u>	<u> </u>	<u>30.189</u>	<u>9.175</u>	<u>412.318</u>	
Ativos biológicos avaliados a valor justo	348.643		28.058		376.701	
Lavouras avaliadas ao custo de formação	24.311		2.133	9.175	35.619	
Saldo dos ativos biológicos em 30 de junho de 2020	<u>372.954</u>	<u> </u>	<u>30.191</u>	<u>9.175</u>	<u>412.320</u>	

Em 30 de junho de 2021, a Companhia explora cerca de 83,7 mil hectares de terras cultiváveis (83,7 mil hectares em 31 de dezembro de 2020), entre terras próprias e de terceiros, localizadas no Estado de Mato Grosso e nelas são cultivadas culturas temporárias, com destaque para algodão, soja e milho.

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor de rentabilidade futura estimada, de acordo com o nível III - Abordagem de Receita estabelecido pelo CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do Valor Justo, para esses ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela Administração da Companhia.

7.3 Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

- (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para soja e milho de 15 kg (uma arroba) para o algodão em caroço e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível.

- (ii) O preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) é obtido por meio da decomposição do preço disponível para a pluma de algodão (*commodity*), menos os custos do beneficiamento (descaroçamento) e dos preços atribuíveis aos subprodutos (caroço e fibrilha). O preço do milho e da soja são obtidos partindo das cotações disponíveis em mercados ativos, deduzindo os gastos necessários para venda.
- (iii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita, (ii) custos com a Colheita, Carregamento e Transporte (CCT) e, (iii) custo de capital, incluindo o aluguel das terras e de máquinas e equipamentos.
- (iv) Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o valor justo dos ativos biológicos, que são registrados na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício.
- (v) O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

As principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo em 30 de junho dos ativos biológicos são como segue:

	Controladora e Consolidado					
	Algodão		Milho		Eucalipto	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Área total estimada de colheita (ha)	36.002	40.250	23.863	25.136	437	437
Área total em estágio de marcação (ha)	35.235	38.442	22.812	16.084	437	437
Produtividade prevista em arrobas/sacas/m ³	276	289	98	105	288	265
Preço em U\$	10,58	7,80	4,46	5,59	7,20	6,51
Câmbio	5,00	5,48	5,00	5,48	5,00	5,48
Taxa de desconto (%)	6,00	8,00	6,00	8,00	6,00	6,00

7.4 Análise de sensibilidade

A Administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos.

A Administração entende que as premissas mais sensíveis às mudanças são a produtividade, o preço da *commodities* e a taxa de câmbio. Neste contexto, se as premissas fossem 10% maiores ou 10% menores em 30 de junho de 2021, a rubrica "Ativo Biológico" e conseqüentemente a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" seriam impactadas por R\$ 43.121 e (R\$ 35.437) respectivamente.

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
PIS	7.158	6.731	10.806	10.331
COFINS	30.011	31.466	49.704	51.088
IRRF	29.278	29.277	39.390	39.112
CSLL	9.915	9.915	10.143	10.143
ICMS	4.987	4.996	4.987	4.996
FUNRURAL (i)	20.702	23.212	20.702	23.212
Outros tributos	1.518	1.518	4.117	4.174
(-) Provisão para impairment	<u>(48.956)</u>	<u>(48.956)</u>	<u>(53.152)</u>	<u>(53.152)</u>
	54.613	58.159	86.697	89.904
Circulante	<u>(25.014)</u>	<u>(28.555)</u>	<u>(31.916)</u>	<u>(35.118)</u>
Não circulante	<u>29.599</u>	<u>29.604</u>	<u>54.781</u>	<u>54.786</u>

- (i) Refere-se ao valor reconhecido de indébito do Funrural nas vendas com fim específico de exportação, o montante é composto de principal mais atualização SELIC e foram reconhecidos inicialmente pelo valor de R\$ 23.212, dos quais R\$ 2.510 já foram compensados. A realização dos valores ocorre por meio de: (i) compensação com débitos federais sejam tributários e/ou previdenciários, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

A Companhia e a controlada TS Brasil possuem saldo de PIS e COFINS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, das saídas internas com benefício da suspensão e vendas destinadas ao mercado externo. As realizações dos créditos ocorrem de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

Em 2021 e 2020 não ocorreram movimentação na provisão para *impairment* de tributos a recuperar.

Pedidos de restituição

Em 2017, a Companhia e a controlada TS Brasil S.A. obtiveram medidas liminares favoráveis relativas aos pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS, os quais envolvem valores equivalentes a R\$ 23.768. O pedido de ressarcimento solicita também a incidência da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - a partir da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento.

No entanto, no que tange à Companhia, foi apresentada documentação suporte referente aos pedidos de ressarcimento e alguns destes se encontram em fase de revisão pelas autoridades fiscais. No final de 2017 e no primeiro trimestre de 2018, foram emitidos despachos decisórios parcialmente deferidos para monetização de R\$ 13.086, cuja previsão para recebimento ocorrerá após a concordância das autoridades fiscais para o afastamento da compensação de ofício com demais débitos tributários. Nesse sentido, em 14 de abril de 2020, foi depositado na conta corrente da Companhia o valor atualizado do montante deferido, conforme indicado acima, com correção pela taxa SELIC, obtida via decisão judicial.

Adicionalmente, frente aos pedidos da Companhia e sua controlada, houve indeferimento de uma parte dos créditos pelas autoridades fiscais, no montante aproximado de R\$ 14.603. Foram protocoladas em 2018, manifestações de inconformidade no devido prazo legal, cujo prazo estimado para julgamento é até 12 meses após o protocolo das manifestações de inconformidade pelas Delegacias de Julgamento (DRJ) da Receita Federal do Brasil (“RFB”). A Companhia entende que o direito postulado é plausível e, portanto, não constitui provisão para perdas. Todavia, tendo em vista a inobservância do prazo de 12 meses sem qualquer manifestação da RFB, a Companhia está avaliando as medidas cabíveis para agilizar

a análise das manifestações de inconformidade por parte das autoridades fiscais. Contudo, antes mesmo de tomar tal atitude, inclusive com fulcro tornar o direito mais plausível, foram juntados documentos (notas fiscais e laudo técnico) em junho e setembro de 2020, corroborando com o pedido realizado anteriormente. Até 30 de junho de 2021, não houve modificações relevantes no processo que pudessem modificar a expectativa de recuperabilidade dos referidos créditos.

9 Tributos diferidos

A Companhia e a controlada TS Brasil utilizam a sistemática do lucro real, as demais controladas, conforme apresentado na Nota 11.3, utilizam a sistemática do lucro presumido, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

9.1 Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

Natureza por entidade legal	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Créditos tributários sobre:				
Prejuízos fiscais acumulados	292.405	249.235	304.037	270.570
Contribuição social sobre base negativa acumulada	105.266	89.723	109.454	97.404
Diferenças temporárias:				
Provisão para impairment	3.764	8.519	3.936	9.167
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	12.438	14.252	12.986	14.353
Ajuste a valor presente	3.822	6.741	3.822	6.741
Instrumentos financeiros derivativos	12.905	17.600	12.905	17.600
Provisão para perdas com tributos	1.698	1.698	1.698	1.698
Outras provisões temporárias	14.729	9.248	15.110	9.390
	<u>447.027</u>	<u>397.016</u>	<u>463.948</u>	<u>426.923</u>
Débitos tributários sobre:				
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	22.506	44.263	22.506	44.263
Custo atribuído	1.906	6.710	122.912	127.912
Ajuste a valor presente	1.243	4.359	1.243	4.359
Arrendamentos	8.511	1.794	8.511	1.794
Amortização de ágio	93.665	93.665	93.665	93.665
Variação cambial - Hedge fluxo de caixa	30.923		30.923	
Depreciação acelerada incentivada	14.594		14.594	
Outras provisões temporárias		4.700		4.700
	<u>173.348</u>	<u>155.491</u>	<u>294.354</u>	<u>276.693</u>
Créditos tributários, líquidos	273.679	241.525	273.679	241.525
Débitos tributários, líquidos			(104.085)	(91.295)
Total líquido	<u>273.679</u>	<u>241.525</u>	<u>169.594</u>	<u>150.230</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores das demonstrações financeiras, apenas quando for provável que a Companhia e a controlada TS Brasil apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Em 2020, a Administração identificou erros nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social de anos anteriores, e recalculou o montante dos créditos tributários diferidos não registrados. Esses ajustes não provocaram qualquer impacto nos tributos diferidos reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, uma vez que o montante dos ajustes efetuados nas bases fiscais foi inferior aos créditos tributários não reconhecidos contabilmente.

Adicionalmente, conforme orientação dos seus assessores tributários, como parte desses ajustes, a Administração recompôs as referidas bases com as despesas de variação cambial vinculadas às operações de hedge accounting, que estão registradas na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial. Os tributos diferidos resultantes dessa inclusão foram registrados como débitos tributários diferidos em 2021,

quando também houve com o reconhecimento dos créditos tributários correspondentes, conforme impacto verificado no saldo de prejuízo fiscal acumulado.

A Administração decidiu reconhecer fiscalmente a depreciação acelerada incentivada dos bens do ativo imobilizado que são parte da operação agrícola e, conseqüentemente, reconheceu passivo de tributo diferido no montante de R\$ 14.594.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada, não haverá constituição de tributos diferidos ativos e expectativa para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas. Para as projeções do lucro tributável futuro foram utilizadas as mesmas premissas para a avaliação do teste de ágio, conforme divulgado na Nota 15.4.

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Em 2021	22.182	6%	37.494	9%
Em 2022	26.667	7%	27.175	7%
Em 2023	45.656	11%	45.656	11%
Em 2024	44.444	11%	44.444	11%
Em 2025	50.248	13%	50.248	12%
Entre 2026 a 2028	208.474	52%	208.474	51%
	<u>397.671</u>	<u>100%</u>	<u>413.491</u>	<u>101%</u>

Em 30 de junho de 2021, os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social não registrados contabilmente, são de R\$ 129.941 (2020 - R\$ 98.417), na controladora e no consolidado, em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

9.2 Conciliação do crédito (despesa) efetivo de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(78.166)	20.206	(65.377)	36.000
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	26.576	(6.870)	22.228	(12.240)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial	6.212	10.410		
Despesas não dedutíveis	(1.883)	(11.728)	(4.281)	(11.742)
Tributos diferidos temporários:				
Crédito tributário não constituído sobre prejuízos fiscais	(1.444)	(10.363)	(1.444)	(10.363)
Outros	2.692		2.861	
No resultado do exercício	32.153	(18.551)	19.364	(34.345)

10 Partes relacionadas

10.1 Saldos

Em 30 de junho de 2021, os mútuos foram atualizados com base em 100% do CDI. O contrato entre as partes tem o vencimento para janeiro de 2022. Conforme mencionado na Nota 1.2 o saldo passivo de mútuo foi incluído no acervo para constituição do capital da subsidiária TS Agro.

	Controladora	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativo não circulante		
Mútuo		
TS Brasil S.A.	9.484	
TS Agro S.A.	13.476	
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
Buriti Agrícola Ltda.	444	422
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	16	16
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
	23.424	442
Passivo não circulante		
TS Brasil S.A.		55.237
		55.237

10.2 Transações

As transações com partes relacionadas realizadas no exercício são como segue:

Operações	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Compras de mercadorias e produtos (i)	(41.113)	(41.459)		(41.459)
Resultado com aluguéis e arrendamentos (ii)	(212)	(259)	(212)	(259)
Resultado financeiro sobre saldos de mútuo (iii)	(901)	(2.291)		(2.291)
Resultado com plano de incentivo (iv)	994	(953)	994	(953)
Venda de bens do ativo imobilizado (v)	40.870			
Venda de ativos classificados como propriedades para investimentos (Nota 12)	9.763			

- (i) Refere-se a aquisição de produtos agrícolas (soja e milho).
- (ii) Refere-se ao condomínio de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia.
- (iii) Contrato de locação de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia.
- (iv) Plano de incentivo de adesão voluntária destinado a diretoria estatutária.
- (v) Em 28 de fevereiro de 2021, no contexto da reorganização societária divulgada na Nota 1.2, a Companhia firmou contrato de compra e venda de ativos com a TS Brasil, substancialmente representados por benfeitorias realizadas nas propriedades agrícolas da TS Brasil. Essa operação foi realizada pelo valor residual que esses ativos estavam registrados. A Administração entende que o custo contábil é a melhor referência para o registro dessa operação, em linha com as demais transações que envolveram a referida reorganização societária. Essas operações foram liquidadas a vista com saldo de mútuo.

11 Investimentos (Controladora)

11.1 Composição dos investimentos

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Investimento	674.592	656.624
Mais-valia das terras		192.490
Ágio	275.484	275.484
	<u>950.076</u>	<u>1.124.598</u>

11.2 Movimentação dos investimentos

Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021

	Mais-valia das terras	Ágio	TS Agro S.A.	TS Brasil S.A.	Total
Movimentação dos investimentos:					
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	192.490	275.484		656.624	1.124.598
Distribuição de dividendos				(31.818)	(31.818)
Resultado de equivalência patrimonial			1.001	17.269	18.270
Adequação da estrutura de capital para reorganização societária (i)	(192.490)		673.588	(642.075)	(160.977)
Saldos em 30 de junho de 2021	<u>275.484</u>	<u>275.484</u>	<u>674.592</u>	<u>674.592</u>	<u>950.076</u>

- (i) Refere-se aos efeitos da reestruturação societária conforme mencionado na nota 1.2.

Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020

	Mais-valia das terras	Ágio	TS Brasil S.A.	Total
Movimentação dos investimentos:				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	192.490	275.484	765.376	1.233.350
Redução de capital social			(145.465)	(145.465)
Resultado de equivalência patrimonial			36.713	36.713
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>192.490</u>	<u>275.484</u>	<u>656.624</u>	<u>1.124.598</u>

11.3 Informações sobre as investidas

Em 30 de junho de 2021

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	Receita líquida	Resultado do período	Efeito no resultado da controladora
TS Agro S.A.	100,00%	836.814	160.489	676.325		18.270	18.270
Ecotrans Transporte Ltda.	99,99%		1.490	(1.490)			
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%		531	(531)			
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%		2	(2)			
Mocuri Agrícola Ltda.	99,99%		2	(2)			
							<u>18.270</u>
						Resultado de equivalência patrimonial	<u>18.270</u>

Em 31 de dezembro de 2020

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	Receita líquida	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
TS Brasil S.A.	100,00%	749.232	94.984	654.248	42.645	30.622	30.622
Ecotrans Transporte Ltda.	99,99%		1.490	(1.490)			
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%		529	(529)		(3)	(3)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%		2	(2)			
Mocuri Agrícola Ltda.	99,99%		2	(2)			
							<u>30.619</u>
						Resultado de equivalência patrimonial	30.621
						Provisão para perdas em investimentos	<u>(2)</u>

Os fluxos de caixa das controladas impactam as demonstrações financeiras consolidadas, substancialmente, pelo resultado do seu fluxo de caixa operacional, haja vista que as atividades de financiamento e investimento são representadas, em sua maioria, por repasses de recursos entre as partes.

Os saldos referentes a provisão para perdas em investimentos na Controladora estão assim demonstrados:

	Controladora	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Buriti Agrícola Ltda.	530	530
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	1.490	1.490
	<u>2.024</u>	<u>2.024</u>

11.4 Ágio e mais valia sobre investimentos

	Vida útil	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Mais-valia das terras (i)	Indefinida		192.490
Ágio (ii)	Indefinida	<u>275.484</u>	<u>275.484</u>
		<u>275.484</u>	<u>467.974</u>

- (i) A mais valia de terras é originária da aquisição da Maeda, em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A), e da Vanguarda Participações S.A. em 06 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013). Em 31 de março de 2021, a referida mais valia foi integralizada no capital social da TS Agro, no contexto da reorganização societária mencionada na Nota 1.2.
- (ii) O ágio sobre investimentos é originário da aquisição da Maeda, em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A), e da Vanguarda Participações S.A., em 6 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013). Esses valores foram alocados com base em laudos de alocação de preço pago (“PPA”), emitidos por avaliadores independentes em 28 de março de 2011 e 03 de outubro de 2012, respectivamente, e está relacionado ao resultado das operações agrícolas da Companhia. Adicionalmente, vide divulgação de ativo intangível na Nota 15.

12 Propriedade para investimento

As propriedades são compostas por armazéns de grãos localizados na cidade de Rosário do Sul – RS e, a partir de junho de 2020, também pelo prédio corporativo localizado na cidade de Nova Mutum – MT, os quais não são utilizados pela Companhia e são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Companhia obteve receitas de aluguéis dos imóveis supracitados no montante de R\$ 150 e incorreu em despesas de depreciação no montante de R\$ 404. (em 30 de junho de 2020 - R\$ 311).

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	13.498	4.190	13.498	4.190
Adição		10.170		10.170
Baixa para adequação da estrutura de capital (-) Depreciação	(9.763)	(862)	(404)	(862)
Saldo final	<u>3.400</u>	<u>13.498</u>	<u>13.094</u>	<u>13.498</u>

13 Direito de uso dos ativos e passivos de arrendamento (Controladora e consolidado)

Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados em uma quantidade fixa de soja em grãos. As oscilações dos preços dessa *commodity* são reconhecidas mensalmente nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento.

Os contratos de arrendamentos com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja. Assim, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja de fechamento, na data-base do balanço patrimonial. Consequentemente, os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado da *commodity*.

Em relação aos contratos de arrendamentos com terceiros ressalta-se que:

- não há cláusulas de pagamentos contingentes;
- não há termos de renovação ou de opções de compra, salvo os termos dispostos na Lei 4.504/64 art. 92, § 3º e 95, IV, que tratam dos direitos dos arrendatários nos termos citados anteriormente;
- os contratos firmados são indexados à variação do preço da saca de soja e não há outras cláusulas de reajustamento; e
- não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

13.1 Movimentação dos arrendamentos

As informações sobre os ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamentos da Companhia estão representadas da seguinte forma:

Movimentação de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021 (Controladora e Consolidado).

Direito de uso	Saldo inicial		Remensuração	Depreciação	Saldo final
Terras para exploração	288.999		16.952	(32.472)	273.479
Imóveis	2.358		204	(307)	2.255
Total	291.357		17.156	(32.779)	275.734

Passivo de arrendameto	Saldo inicial		Juros apropriados	Pagamentos	Saldo final
Terras para exploração	323.257		16.952	(74.581)	284.239
Imóveis	2.455		204	(357)	2.359
Total	325.712		17.156	(74.938)	286.598
Circulante					(56.102)
Não Circulante					230.496

Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 (Controladora e Consolidado).

Direito de uso	Saldo inicial		Adições	Remensuração	Depreciação	Saldo final
Terras para exploração	190.999		4.339	145.003	(51.342)	288.999
Imóveis	1.023		1.569	371	(605)	2.358
Veículos	1.112				(1.112)	
Total	193.134		5.908	145.374	(53.059)	291.357

Passivo de arrendameto	Saldo inicial		Adições	Remensuração	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo final
Terras para exploração	199.899		4.339	145.003	22.551	(48.535)	323.257
Imóveis	1.021		1.569	371	153	(659)	2.455
Veículos	1.227				261	(1.488)	
Total	202.147		5.908	145.374	22.965	(50.682)	325.712
Circulante							(52.389)
Não Circulante							273.323

Adicionalmente, conforme divulgado na Nota 1.2, no contexto da reorganização societária do Grupo, em 1º de agosto de 2021, a Companhia firmou contrato de arrendamento de terras e benfeitorias com a

TS Brasil, o qual deverá, no reconhecimento inicial, aumentar o valor do ativo de direito de uso no montante estimado de R\$ 830.000.

13.2 Contratos vigentes, prazo e taxa de desconto

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía contratados 42.993 hectares (em 31 de dezembro de 2020 – 42.993 hectares) de arrendamentos operacionais e parcerias agrícolas mantidos com terceiros, com vencimentos até 2035 conforme abaixo discriminado:

<u>Unidade</u>	<u>Localização</u>	<u>Estado</u>	<u>Área arrendada (em ha)</u>	<u>Vencimento dos contratos</u>	<u>Valores ponderados (em sacas de soja/ha/ano)</u>
São José	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	14.965	2035	16,40
Ribeiro do Céu	Nov a Mutum	Mato Grosso	2.427	2022	15,45
Guapirama	Diamantino	Mato Grosso	14.693	2023	13,12
Mãe Margarida	Sta. Rita do Trivelato	Mato Grosso	7.570	2024	12,14
Sete Placas	Diamantino	Mato Grosso	620	2025	16,00
Terra Santa	Tabaporã	Mato Grosso	2.718	2026	9,84
			<u>42.993</u>		

A Companhia calculou suas taxas de desconto considerando as particularidades de seu segmento e riscos de suas atividades para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (“spread” de crédito).

A tabela abaixo evidencia os prazos dos contratos, bem como as respectivas taxas praticadas pela Companhia:

<u>Contratos por prazo e taxa de desconto</u>	
<u>Prazos contratos</u>	<u>Taxa média % a.a.</u>
1	8,66%
2	8,68%
3	8,64%
4	8,65%
5	8,65%
7	8,74%
8	8,90%
10	8,94%
15	9,04%

13.3 Cronograma de amortização

Os vencimentos das parcelas registradas no passivo estão demonstrados como segue:

<u>Cronograma de amortização</u>	
	<u>Total</u>
2021	5.375
2022	59.232
2023	34.208
2024	21.831
2025	14.642
2027 a 2030	76.420
2031 a 2035	113.613
	<u>325.321</u>

A Companhia tem a expectativa de recuperação de PIS e COFINS advindos dos pagamentos das contraprestações de arrendamento conforme cronograma de amortização:

Fluxo de Caixa	Cronograma de amortização	
	Nominal	Ajustado a Valor Presente
Contraprestação do arrendamento (i)	74.410	64.767
PIS e COFINS	6.883	5.991

(i) A expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento destinados a pessoa jurídica.

(ii)

13.4 Renovações de contratos de arrendamentos

A Companhia possui contrato de parceria agrícola firmado junto a Fazenda São Benedito, de forma contínua e reiterada, desde 2007, o qual foi renovado pelo período de 15 (quinze) anos, mediante de Termo de Intenção firmado em abril de 2018 e ratificado através de Contrato de Parceria firmado em 2020, com término em 2035. A despeito do Termo de Intenção e Contratos firmados, há pendência de definição em litígio judicial envolvendo o antigo proprietário do imóvel e um terceiro credor, o que tem a potencialidade de impactar a manutenção da posse pela Companhia sobre a área objeto de parceria agrícola. Independentemente deste cenário fático-jurídico, a Companhia, respaldada por seus assessores legais, tem convicção na manutenção da posse da referida área pelo período contratual (15 anos) e envidará todos os esforços e medidas legais cabíveis e permitidas para ter seu direito preservado e assegurado.

Adicionalmente, a Companhia possui contrato de arrendamento de terras junto à Massa Falida Zulli (Fazenda Sete Placas), para o qual está em andamento uma ação declaratória pleiteando a sua renovação automática, os andamentos dessas discussões indicaram que há algum risco da Companhia não mais contar com a referidas áreas em suas atividades operacionais. Nesse contexto, o departamento jurídico da Companhia monitora a evolução desses temas e, até 30 de junho de 2021, não há indicativos de perda provável como resultado dessas ações.

13.5 Divulgações complementares

A Companhia apresenta a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento descontados pela taxa nominal:

Fluxo dos contratos de arrendamentos	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	410.034	336.689	289.499	255.471	229.423
Fluxo com projeção da inflação	423.056	302.868	259.787	236.526	219.178
Variação	3,18%	-10,05%	-10,26%	-7,42%	-4,47%
Direito de uso					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	233.214	186.356	152.629	133.469	118.645
Fluxo com projeção da inflação	241.014	164.323	134.249	121.995	112.801
Variação	3,34%	-11,82%	-12,04%	-8,60%	-4,93%
Despesas financeira					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	(24.139)	(43.888)	(60.522)	(75.406)	(89.014)
Fluxo com projeção da inflação	(24.547)	(42.054)	(56.791)	(70.398)	(83.206)
Variação	1,69%	-4,18%	-6,16%	-6,64%	-6,52%
Despesa com depreciação					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	(58.143)	(105.001)	(138.728)	(157.888)	(172.712)
Fluxo com projeção da inflação	(59.078)	(98.398)	(127.268)	(144.506)	(158.410)
Variação	1,61%	-6,29%	-8,26%	-8,48%	-8,28%

Para projeção de inflação futura a Companhia utilizou o preço da soja disponível no mercado futuro até a data disponível, inflacionado pelo IPCA - FGV acumulado.

14 Imobilizado

14.1 Movimentação de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021 (Controladora)

Custo	Saldo				Saldo final	
	inicial	Adições	Baixas (i)	Transferências		
Terras para exploração	1.129		(1.129)			
Edificações e instalações	31.415	27	(29.569)	(1.457)	416	
Máquinas e equipamentos	239.106	6.292	(60.240)	4.259	189.417	
Veículos	15.301	19	(908)	45	14.457	
Aeronaves	14.175		(2.558)		11.617	
Móveis e utensílios	10.459	180	(449)	64	10.254	
Imobilizações em curso	5.897	6.346	(4.485)	(5.206)	2.552	
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10		(10)			
Correção de solo	108.536		(7.973)	1.305	101.868	
Outros imobilizados	3.766	21	(651)	990	4.126	
Total	429.794	12.885	(107.972)		334.707	
Taxa média ponderada anual de depreciação						
Depreciação (ii)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	7%	(10.103)	(251)	9.386	825	(143)
Máquinas e equipamentos	7%	(150.477)	(8.370)	39.894	(427)	(119.380)
Veículos	5%	(11.138)	(395)	638	(22)	(10.917)
Aeronaves	5%	(5.096)	(327)	763		(4.660)
Móveis e utensílios	4%	(7.851)	(211)	372	13	(7.677)
Correção de solo	12%	(77.356)	(5.959)	7.919		(75.396)
Outros imobilizados	9%	(2.920)	(186)	632	(389)	(2.863)
Total		(264.941)	(15.699)	59.604		(221.036)

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo líquidos		
Terras para exploração		1.129
Edificações e instalações	273	21.312
Máquinas e equipamentos	70.037	88.629
Veículos	3.540	4.163
Aeronaves	6.957	9.079
Móveis e utensílios	2.577	2.608
Imobilizações em curso	2.552	5.897
Adiantamento para aquisição de imobilizado		10
Correção de solo	26.472	31.180
Outros imobilizados	1.263	846
Total	113.671	164.853

14.2 Movimentação de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terras para exploração	762.412				762.412
Edificações e instalações	98.120	81	(9.500)	(342)	88.359
Máquinas e equipamentos	255.173	1.993	(46.830)	4.693	215.029
Veículos	15.312		(638)	45	14.719
Aeronaves	14.175		(2.558)		11.617
Móveis e utensílios	10.490	103	(391)	85	10.287
Imobilizações em curso	5.897	11.912	(4.485)	(6.776)	6.548
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10		(10)		
Correção de solo	153.039		(10.832)	1.305	143.512
Outros imobilizados	3.766	2	(632)	990	4.126
Total	1.318.394	14.091	(75.876)		1.256.609

Depreciação (ii)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	4%	(28.182)	(1.653)	9.466	825	(19.544)
Máquinas e equipamentos	7%	(154.876)	(9.296)	41.461	(427)	(123.138)
Veículos	5%	(11.147)	(395)	638	(22)	(10.926)
Aeronaves	5%	(5.097)	(326)	763		(4.660)
Móveis e utensílios	4%	(7.874)	(211)	386	13	(7.686)
Correção de solo	8%	(121.859)	(5.958)	10.832		(116.985)
Outros imobilizados	9%	(2.920)	(186)	632	(389)	(2.863)
Total		(331.955)	(18.025)	64.178		(285.802)

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo líquidos		
Terras para exploração	762.412	762.412
Edificações e instalações	68.815	69.938
Máquinas e equipamentos	92.196	100.297
Veículos	3.542	4.165
Aeronaves	6.957	9.078
Móveis e utensílios	2.601	2.616
Imobilizações em curso	6.548	5.897
Adiantamento para aquisição de imobilizado		10
Correção de solo	26.473	31.180
Outros imobilizados	1.263	847
Total	970.807	986.440

14.3 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 (Controladora)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (iii)	Saldo final
Terras para exploração	1.129				1.129
Edificações e instalações	29.975	180	(17)	1.277	31.415
Máquinas e equipamentos	248.381	2.069	(17.622)	6.278	239.106
Veículos	21.193	183	(6.142)	67	15.301
Aeronaves	14.175				14.175
Móveis e utensílios	10.535	178	(801)	547	10.459
Imobilizações em curso	4.076	28.006	(132)	(26.053)	5.897
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10	56	(56)		10
Correção de solo	91.513			17.023	108.536
Outros imobilizados	3.655	8	(6)	109	3.766
Total	424.642	30.680	(24.776)	(752)	429.794

Depreciação (ii)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	(8.623)	(1.485)	5		(10.103)
Máquinas e equipamentos	(149.652)	(15.082)	14.257		(150.477)
Veículos	(14.207)	(895)	3.964		(11.138)
Aeronaves	(8.496)	(169)	3.569		(5.096)
Móveis e utensílios	(8.143)	(425)	717		(7.851)
Correção de solo	(64.922)	(12.434)			(77.356)
Outros imobilizados	(2.655)	(265)			(2.920)
Total	(256.698)	(30.755)	22.512		(264.941)

Saldo líquidos	2020	2019
Terras para exploração	1.129	1.129
Edificações e instalações	21.312	21.352
Máquinas e equipamentos	88.629	98.729
Veículos	4.163	6.986
Aeronaves	9.079	5.679
Móveis e utensílios	2.608	2.392
Imobilizações em curso	5.897	4.076
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10	10
Correção de solo	31.180	26.591
Outros imobilizados	846	1.000
Total	164.853	167.944

14.4 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (iii)	Saldo final
Terras para exploração	762.413		(1)		762.412
Edificações e instalações	96.680	180	(17)	1.277	98.120
Máquinas e equipamentos	264.443	2.075	(17.623)	6.278	255.173
Veículos	21.205	184	(6.145)	68	15.312
Aeronaves	14.175				14.175
Móveis e utensílios	10.571	178	(806)	547	10.490
Imobilizações em curso	4.076	28.006	(132)	(26.053)	5.897
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	10	56	(56)		10
Correção de solo	136.016			17.023	153.039
Outros imobilizados	4.613	6	(8)	(844)	3.767
Total	1.314.202	30.685	(24.788)	(1.704)	1.318.395

Depreciação (ii)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	(24.814)	(3.373)	5		(28.182)
Máquinas e equipamentos	(152.977)	(16.156)	14.257		(154.876)
Veículos	(14.215)	(896)	3.964		(11.147)
Aeronaves	(8.496)	(170)	3.569		(5.097)
Móveis e utensílios	(8.166)	(427)	719		(7.874)
Correção de solo	(109.425)	(12.434)			(121.859)
Outros imobilizados	(2.658)	(262)			(2.920)
Total	(320.751)	(33.718)	22.514		(331.955)

Saldo líquidos	2020	2019
Terras para exploração	762.412	762.413
Edificações e instalações	69.938	71.866
Máquinas e equipamentos	100.297	111.466
Veículos	4.165	6.990
Aeronaves	9.078	5.679
Móveis e utensílios	2.616	2.405
Imobilizações em curso	5.897	4.076
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	10	10
Correção de solo	31.180	26.591
Outros imobilizados	847	1.955
Total	986.440	993.451

- (i) Refere-se, substancialmente, à venda de ativos imobilizados para a controlada TS Brasil S.A (Nota 10). Essa operação faz parte do processo de reorganização societária Nota 1.2.
- (ii) Parcela da depreciação reconhecida no exercício está alocada nas rubricas de Ativos biológicos e Estoques e serão realizadas mediante vendas no próximo exercício. A depreciação incluída nas demonstrações de fluxo de caixa e valor adicionado considera os valores incorridos no resultado do exercício, conforme demonstrado na Nota 25 – Despesas por natureza.
- (iii) Uma parcela do ativo imobilizado foi transferida para a rubrica de Ativos biológicos, o valor corresponde ao custo de formação do Eucalipto, em 31 de dezembro de 2020 o Eucalipto foi mensurado em sua totalidade ao valor justo, conforme demonstrado na Nota 7 – Ativos biológicos.

14.5 Imobilizado dado em garantia

Em 30 de junho de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas estão garantidos por ativos imobilizados da TS Brasil, no montante de R\$ 553.822 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 524.747). Do referido montante, o valor de R\$ 86.417 está garantindo operações financeiras das controladas e R\$ 467.406 da Companhia (em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 82.858 e R\$ 441.890, respectivamente).

Adicionalmente, em garantia de execução provisória trabalhista, foram oferecidos bens imóveis da Companhia em penhora, cujo valor da averbação é de R\$ 16.375 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 16.375), referente ao processo trabalhista divulgado na Nota 20.4 e a processo tributário.

15 Intangível

15.1 Controladora

	30 de junho de 2021		31 de dezembro de 2020
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Direitos de uso de <i>softwares</i>	6.001	(5.239)	762
Outros intangíveis	174		174
	<u>6.175</u>	<u>(5.239)</u>	<u>936</u>

15.2 Consolidado

	30 de junho de 2021		31 de dezembro de 2020
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Direitos de uso de <i>softwares</i>	6.871	(5.243)	1.628
Outros intangíveis	174		174
Ágio - Consolidado (<i>goodwill</i>)	275.484		275.484
	<u>282.529</u>	<u>(5.243)</u>	<u>277.286</u>

15.3 Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	1.429	960	276.913	276.445
Adições		629	969	628
(-) Amortização	(55)	(160)	(55)	(160)
(-) Baixa para adequação da estrutura de capital	(438)		(541)	
(=) Saldo final	<u>936</u>	<u>1.429</u>	<u>277.286</u>	<u>276.913</u>

15.4 Teste dos ágios para verificação de *impairment*

O ágio é alocado ao segmento agrícola, que é considerado pela Administração da Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no valor em uso dos ativos.

O valor em uso é determinado por modelos de fluxos de caixa descontados a valor presente, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseados em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos, considerando as informações disponíveis no momento do cálculo. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso, em 31 de dezembro de 2020 foram estimadas pela Administração, com base em informações de mercado e de fontes internas, para refletir as condições econômicas atuais, e consideram:

- **Volumes de vendas** - a melhor estimativa da Administração, com base no desempenho passado, nas expectativas para o desenvolvimento do mercado, nas atuais tendências do setor, e as previsões de inflação para o longo prazo;
- **Preços de venda** - determinado com base na projeção dos preços das *commodities* de acordo com o plano de negócios da Companhia para o ano de 2021, aprovado pelo Conselho de Administração, atualizado de acordo com os contratos de vendas firmados e com os valores de mercado atuais. Nos anos seguintes, a atualização dos preços ocorreu de acordo com a projeção de mercado (CBOT e NYSE) e

preço inflacionado pela expectativa de inflação americana (CPI);

- **Taxas de crescimento** - metas de inflação para o mercado nacional e norte-americano, estimada em aproximadamente, 3% (3% em 31 de dezembro de 2019);
- **Taxa de câmbio** - curva de dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- **Margem bruta** - a margem média atual aplicada sobre a receita estimada, considerando o *mix* de vendas e a expectativa de aumento de custos futuros das lavouras;
- **Outros custos operacionais** - representados pelos custos fixos, estimados com base na estrutura atual dos negócios, ajustados pelos aumentos inflacionários, sem considerar reestruturações futuras ou medidas de economias de custo; e
- **Taxa de desconto** - estimada em 9,43 % ao ano, depois dos impostos, que considera, entre outras variáveis, a estrutura de capital da Companhia e o custo de capital próprio e de terceiros. A taxa antes dos impostos em 31 de dezembro de 2020 é de 13,43% ao ano.

Como resultado dos testes efetuados, a Administração avaliou não ser necessário constituir provisão para *impairment* do ágio.

15.5 Análise de sensibilidade:

Em 31 de dezembro de 2020, data base de realização do teste anual de *impairment*, o valor recuperável estimado foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 460.000. A Administração identificou que a principal premissa para a qual alterações razoavelmente possíveis poderiam resultar em valor recuperável igual ao valor contábil seria na variação da taxa de desconto (WACC). Neste contexto, se essa premissa fosse 10% maior o valor recuperável estimado seria superior em aproximadamente R\$ 242.000 e se fosse 10% menor o valor recuperável estimado superaria o valor contábil em R\$ 735.000, ou seja, ainda em cenários alternativos não ser necessário constituir provisão para *impairment* do ágio.

Em 30 de junho de 2021, considerando os impactos da reorganização societária do Grupo, a Administração entende não haver a necessidade de qualquer provisão para perda para o ágio registrado, haja vista que o resultado estimado da operação agrícola está sendo preservado.

16 Fornecedores

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
De insumos agrícolas				
Em moeda estrangeira	281.466	237.663	281.466	237.663
Em moeda nacional	25.495	36.702	25.495	36.702
Diversos - em moeda nacional	<u>15.143</u>	<u>16.071</u>	<u>15.186</u>	<u>16.087</u>
	<u><u>322.104</u></u>	<u><u>290.436</u></u>	<u><u>322.147</u></u>	<u><u>290.452</u></u>

A Companhia efetua o cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre a compra dos insumos com prazo de pagamento superior a 90 dias, utilizando a taxa média de 6,29% a.a. (2020 – 7,17% a.a.) para os fornecedores de insumos agrícolas, que a Administração entende ser o custo financeiro médio das suas operações com fornecedores.

Em 30 de junho de 2021 os saldos em moeda estrangeira, Controladora e Consolidado, totalizam US\$ 56.963 mil (em 31 de dezembro de 2020 - US\$ 47.989 mil, Controladora e Consolidado).

17 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Indexador	Custo médio ponderado		Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Moeda Nacional							
Aquisição de Imobilizado	R\$	10,69% a.a.	8,06% a.a.	10.527	14.247	13.447	14.247
Crédito à Exportação	R\$	19,78% a.a.	10,39% a.a.	38.750	49.405	65.155	49.405
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	8,88% a.a.	9,30% a.a.	80.262	83.344	111.757	83.344
		12,74% a.a.	9,55% a.a.	129.539	146.996	190.359	146.996
Moeda Estrangeira							
Crédito à Exportação	US\$ + Libor 6	5,15% a.a.	5,78% a.a.	652.618	950.939	702.098	950.939
		5,15% a.a.	5,78% a.a.	652.618	950.939	702.098	950.939
Total		6,77% a.a.	6,29% a.a.	782.157	1.097.935	892.457	1.097.935
Circulante				(287.521)	(482.035)	(362.348)	(482.035)
Não Circulante				494.636	615.900	530.109	615.900

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima, substancialmente, dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Os vencimentos das parcelas que serão liquidadas após o período de doze meses, conforme datas de pagamentos vigentes na data de encerramento dessas informações contábeis intermediárias estão demonstrados como segue:

Modalidade	Saldo contábil	Controladora		
		2022	2023	2024 a 2025
Moeda Nacional				
Crédito à Exportação	27.992		27.992	
Crédito Rural, Custeio e Projeto	2.667	1.000	1.667	
	30.659	1.000	29.659	
Moeda Estrangeira				
Crédito à Exportação	463.977	44.243	88.486	331.248
	463.977	44.243	88.486	331.248
Total	494.636	45.243	118.145	331.248
Consolidado				
Modalidade	Saldo contábil	2022	2023	2024 a 2025
Moeda Nacional				
Aquisição de Imobilizado	1.065		1.065	
Crédito à Exportação	42.990	5.000	37.990	
Crédito Rural, Custeio e Projeto	16.301	11.300	5.001	
	60.356	16.300	44.056	
Moeda Estrangeira				
Crédito à Exportação	469.753	50.019	88.486	331.248
	469.753	50.019	88.486	331.248
Total	530.109	66.319	132.542	331.248

Em 31 de dezembro de 2020, os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante na controladora e no consolidado estão demonstrados como segue:

Modalidade	Saldo contábil	2022	2023	2024 a 2025
Moeda Nacional				
Aquisição de Imobilizado	2.130	1.065	1.065	
Crédito à Exportação	43.167	33.167	10.000	
Crédito Rural, Custeio e Projeto	17.630	15.963	1.667	
	<u>62.927</u>	<u>50.195</u>	<u>12.732</u>	
Moeda Estrangeira				
Crédito à Exportação	552.973	116.918	91.927	344.128
	<u>552.973</u>	<u>116.918</u>	<u>91.927</u>	<u>344.128</u>
Total	<u>615.900</u>	<u>167.113</u>	<u>104.659</u>	<u>344.128</u>

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Consolidado				
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Derivativos	Tributos parcelados	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.097.935	325.712	40.111	19.493	1.483.251
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(154.344)	(33.805)	(64.107)	(3.205)	(255.461)
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	83.444				83.444
(-) Amortização de passivos	(237.680)	(33.805)		(3.342)	(274.827)
(-) Pagamentos de custos de captação	(108)				(108)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - financeiro			(64.107)		(64.107)
(+) Adesão parcelamento				137	137
Outras variações	(51.134)	(5.309)	57.378	(2.670)	(1.735)
(+) Aquisição de imobiliza do financiados	11.704				11.704
(+) Atualizações juros	38.381	18.668		246	57.295
(-) Amortizações juros	(32.536)	(2.926)		(1)	(35.463)
(-) Compensações com contas a receber de clientes PPE	(50.613)				(50.613)
(+/-) Ajustes MTM			70.357		70.357
(+/-) Atualizações variação cambial	(20.478)	17.155			(3.323)
(-) Amortização de parceria agrícola		(38.206)			(38.206)
(-) Outras variações				(2.915)	(2.915)
(-) Amortização variação cambial	(349)				(349)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - operacional			(12.979)		(12.979)
(+) Custos de captação apropriado como despesa	2.757				2.757
Saldos em 30 de junho de 2021	<u>892.457</u>	<u>286.598</u>	<u>33.382</u>	<u>13.618</u>	<u>1.226.055</u>
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Derivativos	Tributos parcelados	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2020	829.738	202.147	13.686	24.401	1.069.972
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(110.363)	(25.519)		(1.094)	(136.976)
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	97.942				97.942
(-) Amortização de passivos	(208.305)	(25.519)		(1.094)	(234.918)
Outras variações	243.324	26.335	6.151	(1.566)	274.244
(+) Adição novos contratos		5.908			5.908
(+) Atualizações juros	31.715	10.170		505	42.390
(-) Amortizações juros	(34.582)	(2.210)			(36.792)
(+/-) Ajustes MTM			35.473		35.473
(+/-) Atualizações variação cambial	245.947	32.054			278.001
(-) Amortização de parceria agrícola		(19.587)			(19.587)
(-) Outras variações				(2.071)	(2.071)
(-) Amortização variação cambial	(1.094)				(1.094)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - operacional			(29.322)		(29.322)
(+) Custos de captação apropriado como despesa	1.338				1.338
Saldos em 30 de junho de 2020	<u>962.699</u>	<u>202.963</u>	<u>19.837</u>	<u>21.741</u>	<u>1.207.240</u>

	Controladora				
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Derivativos	Tributos parcelados	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.097.935	325.712	40.111	19.493	1.483.251
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(153.151)	(33.805)	(64.107)	(3.211)	(254.274)
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	73.444				73.444
(-) Amortização de passivos	(226.487)	(33.805)		(3.342)	(263.634)
(-) Pagamentos de custos de captação	(108)				(108)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - financeiro			(64.107)		(64.107)
(+) Adesão parcelamento				131	131
Outras variações	(162.627)	(5.309)	57.378	(3.364)	(113.922)
(+) Aquisição de imobilizado financiados	11.704				11.704
(+) Atualizações juros	33.827	18.668		246	52.741
(-) Adequação da estrutura de capital	(117.747)				(117.747)
(-) Amortizações juros	(27.261)	(2.926)		(244)	(30.431)
(-) Compensações com contas a receber de clientes PPE	(50.613)				(50.613)
(+/-) Ajustes MTM			70.357		70.357
(+/-) Atualizações variação cambial	(14.945)	17.155			2.210
(-) Amortização de parceria agrícola		(38.206)			(38.206)
(-) Outras variações				(3.366)	(3.366)
(-) Amortização variação cambial	(349)				(349)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - operacional			(12.979)		(12.979)
(+) Custos de captação apropriado como despesa	2.757				2.757
Saldos em 30 de junho de 2021	782.157	286.598	33.382	12.918	1.115.055
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Derivativos	Tributos parcelados	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2020	829.738	202.147	13.686	24.401	1.069.972
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(110.363)	(25.519)		(1.094)	(136.976)
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	97.942				97.942
(-) Amortização de passivos	(208.305)	(25.519)		(1.094)	(234.918)
Outras variações	243.324	26.335	6.151	(1.566)	274.244
(+) Adição novos contratos		5.908			5.908
(+) Atualizações juros	31.715	10.170		505	42.390
(-) Amortizações juros	(34.582)	(2.210)			(36.792)
(+/-) Ajustes MTM			35.473		35.473
(+/-) Atualizações variação cambial	245.947	32.054			278.001
(-) Amortização de parceria agrícola		(19.587)			(19.587)
(-) Outras variações				(2.071)	(2.071)
(-) Amortização variação cambial	(1.094)				(1.094)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - operacional			(29.322)		(29.322)
(+) Custos de captação apropriado como despesa	1.338				1.338
Saldos em 30 de junho de 2020	962.699	202.963	19.837	21.741	1.207.240

17.1 Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, aval, fiança, fiel depositário, hipoteca, nota promissória e penhor rural. Em relação as modalidades hipoteca e alienação fiduciária de bens imóveis, as terras estão registradas no ativo imobilizado da Companhia conforme Nota 14.5.

Adicionalmente, a integralidade das ações da controlada TS Brasil S.A. foram concedidas em penhor para os bancos Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”) e Bradesco S.A. (“Bradesco”). Atualmente, essa controlada possui como principal ativo terras que estão sendo cultivadas pela Companhia e, esses ativos estão em grande parte já concedidos em hipoteca aos mesmos credores e/ou outros bancos.

17.2 Covenants e outros compromissos

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros são mantidas cláusulas de *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívidas, a medição destas cláusulas é realizada no encerramento de cada exercício social.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os contratos celebrados possuem *covenants* financeiros padronizados sobre as demonstrações financeiras, conforme segue:

- a) Itaú Unibanco e Bradesco (medição anual):
 - Limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;

- Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- b) Banco do Brasil (medição anual):
- Limite para relação de 2,3 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- c) Santander (medição anual):
- Limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Manutenção de participação mínima dos principais acionistas da Companhia.
- d) AlmaStone Opportunitie (medição anual):
- Limite para relação de 6,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Liquidez corrente superior a 0,9;
 - Limite para relação de 0,95 vezes Dívida x Patrimônio líquido.

No âmbito dos contratos de financiamentos firmados junto aos bancos Itaú e Bradesco, a Companhia possui junto as instituições financeiras um incentivo a liquidação antecipada, que consiste em um *fee letter* (despesa), o qual torna-se crescente na ausência de liquidação antecipada dos contratos, ou seja, esse valor iniciou com saldo zero e crescerá gradativamente até 2025 (Bradesco e Itaú), quando atingirá o montante de US\$ 9.510 mil, equivalentes a R\$ 47.568 em 30 de junho de 2021.

Em 15 de dezembro de 2020, foi assinado pelo Banco Bradesco e Companhia carta de *waiver*, afastando as condições precedentes que impediam o alongamento da dívida, diante disso a Companhia contabilizou a operação conforme fluxo renegociado, incluindo a repercussão sob o *fee letter*. Contudo a nova repactuação trouxe uma cláusula de vencimento antecipado caso as garantias não sejam devidamente registradas em 180 dias a contar da data de assinatura da carta *waiver*. Em junho de 2021, por ainda não ter concluído as condições precedentes, a administração obteve nova anuência/*waiver* junto ao Banco Bradesco alongando para mais 60 dias o prazo para cumprimento das condições precedentes.

Os valores da tabela a seguir, em milhares de dólares norte-americanos, somente serão devidos quando da ausência de liquidação antecipada da dívida, ou ao final do contrato.

Período	Itaú US\$	Bradesco US\$	Total US\$
15/12/2021	651	427	1.078
15/06/2022	655	429	1.084
15/12/2022	651	427	1.078
15/06/2023	655	429	1.084
15/12/2023	655	427	1.082
15/06/2024	655	429	1.084
15/12/2024	651	429	1.080
15/06/2025	655	429	1.084
15/12/2025		856	856
	5.228	4.282	9.510

Em 31 de março de 2021, a Companhia tem provisionado a título de *fee letter* o montante de R\$ 28.955 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 23.598).

18 Outras obrigações

A Companhia incorreu em multas contratuais (“*washout*”), referente à não cumprimento de contratos comerciais de venda de soja da safra 20/2021, totalizando o valor de R\$ 50.273 (Nota 26), dos quais o valor de R\$ 19.129 já foi liquidado até a data base dessas demonstrações financeiras. Em 30 de junho de 2021, o saldo a pagar é de R\$ 31.144, a ser liquidado da seguinte forma: (a) pagamento de R\$ 11.886 em 2 de agosto de 2021; e (b) conversão do valor de R\$ 19.258 em adiantamento para liquidação de contratos futuros da safra 21/2022.

Devido ao processo de reorganização societária a Companhia contratou junto a instituições financeiras serviço de consultoria e assessoria, os serviços contratados foram registrados em sua totalidade no valor de R\$ 12.000 e será liquidado após efetivação do acordo de associação (Nota 1.2).

19 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Clientes nacionais	12.748	13.248	12.748	13.248
Clientes estrangeiros	4.114	175.772	4.114	175.772
	<u>16.863</u>	<u>189.020</u>	<u>16.863</u>	<u>189.020</u>

Em 30 de junho de 2021, os valores da Controladora e do Consolidado, em moeda estrangeira, correspondem a US\$ 822 mil (em 31 de dezembro de 2020 - US\$ 31.254 mil, Controladora e Consolidado).

A Companhia possui adiantamentos que correspondem a R\$ 3.783 sobre os quais incidem taxas de juros entre 9,0% a 10% a.a. (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 110.880 incidem taxas de juros entre 9,0% a 10% a.a.).

20 Tributos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
ICMS	836	1024	845	1.050
PRT				2.778
Previdenciário	12.082	14.819	12.375	15.176
Outros			398	489
	<u>12.918</u>	<u>15.843</u>	<u>13.618</u>	<u>19.493</u>
Circulante	<u>(6.293)</u>	<u>(6.214)</u>	<u>(6.540)</u>	<u>(7.369)</u>
Não circulante	<u>6.625</u>	<u>9.629</u>	<u>7.078</u>	<u>12.124</u>

21 Provisão para contingências

A Administração, com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

Controladora						
2021			2020			
Causas	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	34.635	(13.103)	21.532	29.062	(13.192)	15.870
Tributárias	1.003		1.003	11.622		11.622
Cíveis	943		943	1.232		1.232
Total	36.581	(13.103)	23.478	41.916	(13.192)	28.724
Depósitos judiciais (ativo não circulante)			<u>4.768</u>			<u>6.014</u>

Consolidado						
2021			2020			
Causas	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	35.470	(13.169)	22.301	29.063	(13.192)	15.871
Tributárias	6.104		6.104	11.622		11.622
Cíveis	1.720		1.720	1.530		1.530
Total	43.294	(13.169)	30.125	42.215	(13.192)	29.023
Depósitos judiciais (ativo não circulante)			<u>5.968</u>			<u>6.033</u>

20.1 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para os quais não mantêm provisão para contingências nos montantes totais de R\$ 4.768 e R\$ 5.968 na controladora e consolidado, respectivamente (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 6.014 e R\$ 6.033, respectivamente).

20.2 Movimentação das provisões cuja perda é provável

a. Controladora – 1º de janeiro a 30 de junho de 2021

Causas	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	15.870	11.622	1.232	28.724
Novos processos e complementos	77	30	122	229
Liquidações no período	(2.147)	(5.687)	(481)	(8.315)
Depósitos judiciais relacionados	89	(5.098)		(5.009)
Encargos financeiros no exercício	<u>7.643</u>	<u>136</u>	<u>70</u>	<u>7.849</u>
Saldos em 30 de Junho de 2021	<u>21.532</u>	<u>1.003</u>	<u>943</u>	<u>23.478</u>

b. Controladora – 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020

Causas	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	7.054	12.115	539	19.708
Novos processos e complementos	20.190	2.049	680	22.919
Liquidações no período	(2.038)	(2.812)	(38)	(4.888)
Depósitos judiciais relacionados	(10.684)			(10.684)
Encargos financeiros no exercício	<u>1.348</u>	<u>270</u>	<u>51</u>	<u>1.669</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>15.870</u>	<u>11.622</u>	<u>1.232</u>	<u>28.724</u>

c. Consolidado – 1º de janeiro a 30 de junho de 2021

Causas	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	15.871	11.622	1.530	29.023
Novos processos e complementos	77	30	122	229
Liquidações no período	(1.315)	(5.687)	(21)	(7.023)
Depósitos judiciais relacionados	23			23
Encargos financeiros no exercício	7.645	139	89	7.873
Saldos em 30 de Junho de 2021	<u>22.301</u>	<u>6.104</u>	<u>1.720</u>	<u>30.125</u>

d. Consolidado – 1º de janeiro a 31 de dezembro 2020

Causas	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	7.054	12.115	824	19.993
Novos processos e complementos	20.190	2.049	682	22.921
Liquidações no período	(2.038)	(2.812)	(45)	(4.895)
Depósitos judiciais relacionados	(10.683)			(10.683)
Encargos financeiros no exercício	1.348	270	69	1.687
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>15.871</u>	<u>11.622</u>	<u>1.530</u>	<u>29.023</u>

20.3 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas demonstrações financeiras:

Causas	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Tributárias	177.421	156.674
Trabalhistas	2.575	2.576
Cíveis	73.951	48.789
	<u>253.947</u>	<u>208.039</u>

a. Tributárias

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se a pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativo; supostos recolhimentos a menor de percentual de diferencial de alíquota em operações estaduais; aproveitamento indevido de créditos de ICMS, referentes à compra de energia elétrica; indeferimentos de pedidos de compensação de créditos de IPI; ausência de declaração de valores referentes à contribuições em guias de recolhimento de FGTS e informações à Previdência Social (GFIP); supostos recolhimentos inferiores ao devido de contribuição previdenciária da agroindústria (SENAR); declarações de indébitos de IRPJ e CSLL; suposta falta de recolhimento do IRRF sobre ganho de capital auferido sobre pessoas jurídicas em operação de incorporação de ações da Maeda S.A. (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A) pela Companhia; autos de infrações de cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre a receita bruta proveniente das exportações da produção rural de algodão e soja através de tradings e manifestações de inconformidade referentes a Pedidos Eletrônicos de Ressarcimento (PER) e Declarações de Compensação (DCOMP) para compensações de créditos presumidos de IPI; suposta taxa de fiscalização e funcionamento; suposta cobrança de ISS e taxa de alvará de abertura .

Os escritórios e advogados responsáveis classificam como perda possível em razão da jurisprudência dos tribunais regionais e superiores ainda não estar pacificada quanto aos temas, da pouca especificidade de algumas teses de defesa e, em alguns casos, poucos julgados sobre a matéria em discussão, além de precedência de *leading cases* de casos semelhantes com decisões controvertidas.

b. Trabalhistas

As reclamações trabalhistas com perda classificada como possível cingem-se basicamente a pedidos relativos a acidentes de trabalho e/ou decorrentes das atividades laborais; indenizações por danos materiais e morais em razão de tais fatos; adicionais de insalubridade; reversão de justa causa; horas extraordinárias e reflexos; indenização por estabilidade provisória; responsabilidade solidária em razão de terceirização de serviços; reflexos no 13º salário, férias e outras verbas; e contribuições ao INSS e FGTS.

Tratam-se de reclamações usualmente promovidas por ex-colaboradores, pleiteando as verbas e direitos supostamente devidos pela Companhia no interregno do vínculo de trabalho.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as mesmas como possíveis em razão da existência de vasta documentação comprovando o correto pagamento das verbas; além da existência de documentos comprovando a real jornada de trabalho (cartão de ponto); entrega de equipamentos de proteção individual (EPI); treinamentos e orientações de segurança; exames médicos; investigações de acidentes e eventuais desvios de condutas dos colaboradores para aplicação de demissão por justa causa, além de outros documentos referentes ao contrato de trabalho.

c. Cíveis

As ações judiciais cíveis com perda classificada como possível apresentam pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito, execução decorrente de auto de infração ambiental e ação civil pública decorrente de supostos danos causados ao meio ambiente.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as ações cíveis como possíveis por conta da existência de documentos e outros meios de provas aptos a comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos dos autores, além de precedentes jurisprudenciais.

FWA Empreendimentos e Participações S.A.

No terceiro trimestre de 2017, a FWA Empreendimentos e Participações S.A. (“FWA”), ajuizou ação de Rescisão Contratual com pedido de Antecipação de Tutela, cujo objetivo é a rescisão do contrato de Compra e Venda de Bens Imóveis e suas benfeitorias, firmado na data de 30 de setembro de 2014 com a Companhia, e por consequência, a rescisão do termo aditivo ao arrendamento e a devolução de caminhões que constituíram a forma de pagamento. Parcialmente deferida a antecipação de tutela em favor da parte autora no sentido de suspender os atos de plantio sobre a área arrendada para a safra 2017/2018, interposto agravo de instrumento no Tribunal de Justiça pela parte Companhia para anular a decisão, visto que já fora efetuado o plantio em aproximadamente 70% da área arrendada litigada. O agravo de instrumento foi julgado improcedente. Interposto agravo regimental, que teve parcial provimento, permitindo à Companhia finalizar o plantio de soja no restante da área litigada. A FWA apresentou agravo interno, sendo o mesmo parcialmente provido para limitar o plantio da safra de soja. Em primeira instância, por sua vez, após a juntada dos acórdãos e decisões proferidas nos agravos de instrumento, em 03 de dezembro de 2018 foi proferida decisão sobre as provas requeridas pelas partes, a Terra Santa se manifestou requerendo a redesignação da audiência de instrução e julgamento, pois uma das testemunhas arroladas pela ré não poderia comparecer. Assim, a audiência foi cancelada, por ter optado o juízo em ouvir as testemunhas através de carta precatória e intimando a FWA a se manifestar sobre os embargos de declaração. A Terra Santa embargou da decisão, apontando obscuridade, uma vez que não requereu fosse a audiência redesignada para oitiva das testemunhas em Nova Mutum - MT. Aguarda-se a apreciação do recurso. Em 21 de março de 2019, a FWA juntou sua manifestação aos embargos opostos pela Terra Santa contra a decisão que indeferiu a juntada de novos documentos pela

ré. Em segundo grau, o Tribunal de Justiça negou provimento aos embargos de declaração, condenando ainda a Terra Santa ao pagamento de multa no percentual de 1% sobre o valor da causa. Foi interposto recurso especial contra o acórdão que aguarda julgamento. O recurso especial foi inadmitido, tendo sido interposto agravo de instrumento. Os autos foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça. O STJ deu provimento parcial ao recurso determinando a anulação dos acórdãos dos embargos de declaração opostos em segundo grau. Em face dessa decisão foi interposto agravo interno objetivando tão somente a reforma da decisão para reconhecimento do prequestionamento da tese de preclusão ao direito de recorrer da FWA (preclusão). O STJ negou provimento ao recurso da Companhia. Foram opostos embargos de declaração pela Companhia objetivando esclarecimento sobre a tese de preclusão de recorrer da FWA, tendo o recurso sido rejeitado pelo STJ. Os autos retornaram ao TJMT em razão da anulação pelo STJ dos acórdãos dos embargos de declaração opostos em segundo grau. Na hipótese de reversão do julgamento do agravo interposto pela FWA a Companhia deterá o direito de imissão na posse do imóvel.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam essa causa como possível e avaliam que na hipótese de derrota no referido processo a condenação será fixada em R\$ 8.643 em 30 de junho de 2021 (R\$ 8.244 em 31 de dezembro de 2020).

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui registrado na rubrica de “Outros ativos”, no ativo não circulante, o valor de R\$ 14.275 (em 31 de dezembro de 2020- R\$ 14.275) referente a adiantamentos realizados sobre o contrato de arrendamento mencionado, montante esse que poderia ser considerado não realizável somente em eventual decisão desfavorável.

Espólio de J.L.F. - pessoa física

Trata-se de ação reivindicatória ajuizada por João Luiz Fabre e outros em face de Laerte Mioranza e Outros, com o objetivo de reintegrar à posse dos imóveis objeto da demanda, situados em Nova Mutum/MT, sob a alegação de terem sido indevidamente alienados pelos Réus em favor de terceiros. Com isso, requerem, ainda, o pagamento de reparação de danos pelo uso das terras. Os Réus apresentaram contestação e os Autores réplica. Foi deferida produção de prova oral e pericial para delimitação da área reivindicada. Encerrada a fase de instrução, foi proferida sentença de procedência, em 20 de agosto de 2019, reconhecendo como de propriedade dos Autores as áreas reivindicadas, além de condenar os Réus ao pagamento de reparação do dano, cujo valor será apurado em liquidação de sentença; foi deferida antecipação de tutela, consistente na reintegração de posse dos imóveis, consignando-se que na hipótese da área estar plantada, os Autores apenas terão a reintegração efetivada após a integral colheita. Foi reconhecida, ainda, a responsabilidade dos Réus Laerte Mioranza, Denice Cassol Mioranza, Juventino Domingos Mioranza e Geni Fochezato Mioranza, pela evicção, em relação aos denunciados à lide Ricardo Augusto de Souza e Silva e Lenir Marcondes Viana Souza e Silva (antigos proprietários). Com o recebimento do mandado de reintegração pela Terra Santa, a Companhia ingressou nos autos na condição de Terceira Interessada, e interpôs recurso de apelação. Em Segunda Instância, a Companhia apresentou Requerimento de atribuição de efeito suspensivo à apelação, o qual foi acolhido pelo TJ/MT, determinando a devolução da posse da área à Companhia. Em 27 de setembro de 2019, foi certificada pelo Oficial de Justiça a devolução da posse do imóvel à Terra Santa. Após apresentação de contrarrazões pelos Autores os autos foram remetidos ao TJMT para julgamento das apelações interpostas. Em 4 de maio de 2020, o Tribunal de Justiça negou provimento as apelações do Réus, em face do acórdão do TJMT foram opostos embargos de declaração objetivando sanar os vícios constantes na decisão colegiada, o qual foi improvido pelo TJMT. Em janeiro de 2021, foi interposto recurso especial contra o acórdão que aguarda julgamento. Em decorrência dos efeitos do acórdão da apelação os Autores deram início ao cumprimento provisório da decisão tendo a área objeto do litígio sido reintegrada em 12 de agosto de 2020.

O escritório e advogados responsáveis classificam essa causa como possível e avalia que na hipótese de decisão desfavorável o prejuízo econômico será fixado em R\$ 7.506 em 30 de junho de 2021 (R\$ 7.030 em 31 de dezembro de 2020).

20.4 Outras informações

As demais ações consideradas relevantes pela Administração da Companhia são:

α. Reclamações trabalhistas

Em 17 de março de 2009, a Companhia foi notificada da existência da demanda pelo descumprimento de cláusula contratual com M. C. de M. (cláusula penal) e pedido indenizatório em razão de suposta estabilidade. A ação foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias, sendo que o Reclamante deu início a execução provisória da sentença. Na data de 15 de setembro de 2015 foi expedida Carta Precatória para o município de Nova Mutum/MT para penhora dos bens imóveis oferecidos em garantia pela Companhia, conforme divulgado na Nota 16.3. Por não haver mais recursos a serem interpostos, em 19 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado da sentença, iniciando-se a execução definitiva da condenação culminando no bloqueio de R\$ 1.528. Em junho de 2019 foi ajuizada Ação Rescisória, de competência originária do TST, com distribuição de pedido de tutela cautelar, que foi concedida em 1 de julho de 2019, suspendendo a execução e todas as ordens de bloqueio de contas até o julgamento da referida ação. Contra o deferimento da cautelar foi interposto agravo interno pelo Reclamante, em 4 de julho de 2019, mas que restou desprovido pelo Presidente do TST em 11 de julho de 2019. Em sessão realizada no dia 27 de outubro de 2020, a Ação Rescisória foi pautada para julgamento, oportunidade em que o Ministro Relator iniciou proferimento de voto julgando a demanda procedente a fim de reconhecer a incompetência da Justiça do Trabalho e, conseqüentemente, anulando toda a Reclamação Trabalhista promovida. Nesta mesma sessão, após sustentação oral realizada pelas partes, três ministros requereram vista do processo, inclusive o ministro relator. No dia 10 de novembro de 2020 referido caso foi pautado pelo ministro relator, oportunidade em que, diferentemente do observado na sessão anterior, foi proferido voto julgando a Ação Rescisória improcedente, de modo que a cautelar deferida anteriormente restou prejudicada. Foram opostos embargos de declaração objetivando sanar os vícios constantes na decisão colegiada o qual pende de julgamento. Desde a publicação do acórdão a Companhia tem adotado todas as medidas processuais cabíveis relativamente à referida decisão. Em dezembro de 2020 a Companhia protocolou Pedido de Providências perante o CNJ objetivando a apuração de atos praticados pelo TST no âmbito da ação rescisória. O CNJ determinou o arquivamento do feito por entender que não estavam presentes indícios necessários para instauração de processo disciplinar, sendo que em face dessa decisão foi apresentado recurso administrativo pela Companhia. Em junho de 2021 foi formalizado o pedido de desistência nos autos do Pedido de Providências, sendo que nesse mesmo mês foi protocolada Reclamação perante o STF.

Em 30 setembro de 2020 o valor da condenação era de R\$ 23.450, dos quais a Companhia provisionava o montante de R\$ 6.638 em 30 setembro de 2020, sendo que o restante do valor atualizado da condenação, correspondente à R\$ 16.811, antes considerado como possível pela Companhia e seus advogados, passou a ser provisionado integralmente, em valores originais (R\$ 23.255 e provisionamento no montante de R\$ 6.443, ambos de 30 de junho de 2020, e o restante do valor da condenação de R\$ 16.811).

O valor atualizado da condenação é de R\$ 33.558 em 30 de junho de 2021 (R\$ 26.008 em 31 de março de 2021), sendo que a Companhia provisiona integralmente esse valor

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

Em 30 de junho de 2021, o capital social é de R\$ 2.866.226 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 2.780.573), dividido em 28.951.940 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2020 - 21.779.313). Adicionalmente, a Companhia possui R\$ 20.851 de gastos com emissão de ações, referente ao processo de abertura de capital, como conta redutora do capital, totalizando R\$ 2.759.754 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 2.759.721).

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2019, foi aprovada a proposta de aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 50.000, mediante a emissão privada de 3.700.963 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 13,51 (treze reais e cinquenta e um centavos) por ação, bem

como a emissão de 7.401.926 bônus de subscrição, que serão conferidos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações emitidas.

Durante o prazo para o exercício do direito de preferência, encerrado em 3 de junho de 2019, foram subscritas 3.498.503 novas ações, ao preço de emissão de R\$ 13,51 por ação, o que resultou em um aporte de recursos para a Companhia no valor total de R\$ 47.264. Tendo em vista que o número de sobras de novas ações não subscritas durante o exercício de exercício do direito de preferência (“Sobras”) solicitadas foi superior ao total de Sobras disponíveis, as 202.460 Sobras foram rateadas, alocadas e integralizadas pelos subscritores, perfazendo um montante de R\$ 2.736.

Verificou-se nos meses de dezembro de 2020 a junho de 2021, o exercício de 7.172.627 bônus de subscrição e a emissão no mesmo numero de ações ordinárias aos titulares dos referidos bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia. Os conselheiros consignaram que os valores pagos no exercício dos bônus de subscrição serão integralmente destinados ao capital social.

Em linha com a proposta de aumento de capital, em 2021, a Companhia registrou em seu patrimônio líquido o montante de R\$ 85.653, referentes a 7.171.326 ações, sendo essas parte das ações conferidas como vantagem adicional aos subscritores.

22.2 Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação:

- 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.
- 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, o mesmo ficará à disposição da Assembleia para destinação.

23 Instrumentos financeiros derivativos

23.1 Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado, câmbio, liquidez e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

23.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio e de terceiros.

A Administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de *covenants* das operações de empréstimos e financiamentos (Nota 17.2). Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

23.3 Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros. Conforme descrito na Nota 2, exceto pelo tópico 2.2.1, as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

23.4 Categoria de instrumentos financeiros

Classificação	Controladora		Consolidado		
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	6.703	48.606	29.688	82.804
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	16.396	18.985	16.592	18.990
Títulos a receber	Custo amortizado	5.021	18.703	5.419	19.101
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	19.214	17.223	19.214	17.223
Depósitos judiciais	Custo amortizado	4.768	6.014	5.968	6.033
		<u>52.102</u>	<u>109.531</u>	<u>76.881</u>	<u>144.151</u>
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	322.104	290.436	322.147	290.452
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	782.157	1.097.935	892.457	1.097.935
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	286.598	325.712	286.598	325.712
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	52.596	57.334	52.596	57.334
Títulos a pagar	Custo amortizado	4.773	6.440	8.084	6.882
Tributos parcelados	Custo amortizado	12.918		13.618	
Partes relacionadas	Custo amortizado		55.237		
		<u>1.461.146</u>	<u>1.833.094</u>	<u>1.575.500</u>	<u>1.778.315</u>

Em função das operações da Companhia apresentarem natureza comercial e atenderem ao critério de somente principal mais juros, foram classificadas ao “custo amortizado”.

23.5 Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, títulos a pagar e mútuos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o Pronunciamento Técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).
- Para os contratos de câmbio a termo, o valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.

Em 30 de junho de 2021 os instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado estão classificados no Nível 2 no montante líquido de R\$ 33.382 (passivo circulante). Em 31 de dezembro de 2020 R\$ 40.111 (passivo circulante).

23.6 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. Conforme divulgado na Nota 33, em 2 de agosto de 2021 a gestão da Companhia passa a ser realizada pela SLC, incluindo a gestão dos riscos de mercado, câmbio, liquidez e de crédito, que passam a seguir as determinações da SLC.

23.7 Estrutura do gerenciamento de risco

Em 30 de junho de 2021, o Conselho de Administração, assessorado pelo Conselho Fiscal, bem como pelo Comitê Estratégico Financeiro tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Os riscos operacionais da Companhia são constantemente avaliados pela auditoria interna, a qual se reporta diretamente ao Comitê Estratégico Financeiro, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela auditoria interna.

Do ponto de vista dos riscos financeiros, foi criado o Comitê Operacional de Riscos, órgão não estatutário e composto pela diretoria da Companhia, com o objetivo de monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as *commodities* agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

A Administração mantém procedimentos de cobrança de clientes, conforme segue:

- (a) Créditos vencidos acima de 30 (trinta) dias: Efetuar notificação extrajudicial, informando antecipadamente a contraparte quanto a inclusão nos cadastros de restrição ao crédito.
- (b) Cadastramento em órgão de restrição ao crédito: A contraparte será incluída no cadastro de restrição ao crédito após 30 dias decorridos da confirmação do recebimento da notificação extrajudicial.
- (c) Créditos vencidos acima de noventa dias: Será realizada cobrança judicial, reunindo todos os documentos referentes à operação da negociação realizada.

A Companhia e suas controladas efetuam a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas, estabelecendo uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados, principalmente *trading companies*.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de títulos a receber em 30 de junho de 2021:

Nível	Rating	Taxa	Controladora		Consolidado	
			Saldo contábil	Provisão	Saldo contábil	Provisão
Contas a receber de clientes						
Risco baixo	A	0,1%	1.514	(2)	1.710	(2)
Risco razoavel	B	0,5%	42		42	
Duvidoso	C	10,0%	16.491	(1.649)	16.491	(1.649)
Perda	D	100,0%				
			18.047	(1.651)	18.243	(1.651)
Títulos a receber						
Risco baixo	A	0,1%				
Risco razoavel	B	0,5%	1.460	(7)	1.860	(9)
Duvidoso	C	10,0%	4.163	(417)	4.163	(417)
Perda	D	100,0%	5.630	(5.630)	5.650	(5.650)
			11.253	(6.054)	11.673	(6.076)
			29.300	(7.705)	29.916	(7.727)

A Administração entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe a Companhia a riscos significativos de crédito. A Companhia considera o saldo de títulos a receber como exposto a este risco. Em 30 de junho de 2021, o saldo é de R\$ 11.253 na controladora e R\$ 11.673 no consolidado (R\$ 46.972 na controladora e R\$ 47.593 no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir e, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

No período findo em 30 de junho de 2021, a Companhia efetuou pagamentos de empréstimos e financiamentos, incluindo custos de captação e juros, às instituições financeiras no montante de R\$ 321.463 (em 30 de junho de 2020 - R\$ 56.343), no consolidado. A Companhia não possuía linhas de créditos contratadas em 30 de junho de 2021 que não estivessem sendo utilizadas, porém possui linhas de créditos disponíveis que podem ser contratadas, caso seja necessário.

As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 30 de junho de 2021					
Fornecedores	325.803				325.803
Empréstimos e financiamentos	350.459	156.726	463.181		970.366
Arrendamentos a pagar	89.186	63.368	107.464	246.619	506.637
Instrumentos financeiros derivativos	52.596				52.596
Tributos parcelados	6.606	4.332	6.277		17.215
Títulos a pagar	6.172	1.912			8.084
	<u>830.822</u>	<u>226.338</u>	<u>576.922</u>	<u>246.619</u>	<u>1.880.701</u>

Os valores acima apresentados referem-se ao fluxo de caixa não descontado.

Conforme divulgado na nota 1.3, em 1º de agosto de 2021, a Companhia passou a ser controlada pela SLC, a qual utiliza passivos financeiros derivativos e não derivativos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerradas antes do vencimento contratual. Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes.

(iii) **Risco de taxa de câmbio**

A Companhia tem compromissos de venda, bem como de compras e de empréstimos e financiamentos, em moeda estrangeira. A Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Assim, o referido risco de câmbio é calculado levando-se em consideração os seguintes aspectos: (i) o impacto nas contas do balanço que são indexadas à moeda estrangeira; (ii) o impacto no fluxo de caixa das entradas e saídas de fluxo financeiro indexados à moeda estrangeira e; (iii) a Companhia adotava a prática de *hedge accounting*, designando suas dívidas expostas à variação do risco cambial como *hedge* tanto das suas vendas futuras para fins de exportação, bem como vendas futuras indexadas ao dólar norte-americano, como descrito na Nota 22.8. Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui dívidas expostas à variação do risco cambial designadas ao *hedge* no montante de R\$ 576.755, equivalentes a US\$ 115.307 mil (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 620.403, equivalentes a US\$ 119.391 mil).

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 30 de junho de 2021 que está vinculado as variações da moeda estrangeira. Para fins de análise de sensibilidade, a Administração adotou como cenário I (provável) a taxa de mercado futuro vigente na data-base de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II (possível) esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III (remoto) em 50%.

Descrição	Saldos em 2021 em US\$ mil	Cenário I - Provável						25%		50%	
		Taxa (*)		R\$ ganho (perda)		Taxa		R\$ ganho (perda)		Taxa	
Ativos											
Depósitos bancários - em moeda estrangeira	1.332	5,2740159	362	6,5925	1.756	7,9110	3.512				
Contas a receber de clientes	257	5,2740159	70	6,5925	338	7,9110	676				
Passivos											
Fornecedores de insumos	56.272	5,2740159	(15.312)	6,5925	(74.195)	7,9110	(148.389)				
Arrendamentos a pagar (i)	56.826	5,2740159	(15.463)	6,5925	(74.926)	7,9110	(149.851)				
Empréstimos e financiamentos (ii)	140.366	5,2740159	(38.196)	6,5925	(185.073)	7,9110	(370.147)				
Efeito líquido no resultado			<u>(68.539)</u>		<u>(332.099)</u>		<u>(664.199)</u>				
Passivos											
Empréstimos e financiamentos (iii)	115.307	5,2740159	(31.377)	6,5925	(152.033)	7,9110	(304.066)				
Efeito líquido no resultado abrangente			<u>(31.377)</u>		<u>(152.033)</u>		<u>(304.066)</u>				
Efeito líquido total no patrimônio líquido			<u>(99.916)</u>		<u>(484.132)</u>		<u>(968.265)</u>				

(*) A taxa de conversão (R\$ 5,2740159 para US\$ 1,00) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável para os próximos 12 meses foi obtida na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros na data base de 30 de junho de 2021.

- (i) Os contratos de arrendamento estão valorizados pela *commodities*, cujo valor está em dólar.
- (ii) Empréstimos e financiamentos não designados no *hedge accounting* e com efeito no resultado do exercício.
- (iii) Empréstimos e financiamentos designados no *hedge accounting* e com efeito no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de venda em dólar norte-americano de produtos agrícolas, conforme divulgado na Nota 29 no montante de US\$ 133.606 mil, as quais, não foram adicionados na tabela acima, já que ainda não foram faturadas e, portanto, não estão registrados nas contas a receber de clientes.

(iv) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados pela variação da LIBOR, expondo estes passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade abaixo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Em linhas gerais o risco da Companhia está atrelado à variação da Libor, pois os principais contratos estão vinculados a este indexador. Para efeito de análise de sensibilidade de empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2021, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2021. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi corrigida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Modalidade	Saldos em 2021	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Taxa (*)	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)
Aplicações financeiras							
CDI	12.403	4,15%		5,19%		6,23%	
Empréstimos e financiamentos							
Libor 6 meses	702.098	0,16%	(1.120)	0,20%	(1.400)	0,24%	(1.680)
Efeito líquido no resultado			<u>(1.120)</u>		<u>(1.400)</u>		<u>(1.680)</u>

- (*) As taxas utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram extraídas nos sites dos órgãos oficiais de divulgação dos respectivos índices.

(v) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado são representados, substancialmente, por empréstimos e financiamentos que são corrigidos por taxas de juros variáveis, conforme divulgado nas respectivas notas explicativas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores substancialmente com vencimento em curto prazo. No entendimento da Administração devido a essas características o valor justo destes instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

(vi) Risco dos preços das commodities

A Companhia produz e comercializa soja, milho, girassol e derivados de algodão (caroço e pluma), produtos esses caracterizados como *commodities* agrícolas e oriundos de produção própria.

As *commodities* são negociadas no Brasil e no exterior e possibilitam a adoção de ferramentas de proteção de preços. A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente aos clientes com entrega física.

A Companhia gerencia o risco de exposição a *commodities*, através do monitoramento contínuo dos

fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* e não são utilizados para fins especulativos.

Tipo	2021			2020		
	Valor de referência (notional), em USD mil	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$	Valor de referência (notional), em USD mil	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$
Ativo						
NDF de valor justo (USD)	10.000	153	45.031			62.233
Commodities preço - Algodão	4.213	19.061	84.457			54.703
Commodities preço - Soja			68.833	2.684	17.223	17.234
Passivo						
NDF de valor justo (USD)	160.000	(38.110)	(118.553)	(55.250)	(17.335)	(105.902)
Commodities preço - Algodão	(4.213)	(14.486)	(76.072)	(22.528)	(34.069)	(120.991)
Commodities preço - Soja			(74.053)	(1.467)	(5.930)	
	<u>170.000</u>	<u>(33.382)</u>	<u>(70.357)</u>	<u>(76.561)</u>	<u>(40.111)</u>	<u>(92.723)</u>

23.8 Hedge accounting

Conforme descrito na Nota 2.2, em 12 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de *hedge accounting*. A partir desta data, as variações cambiais incorridas nestes instrumentos financeiros, não designados, foram contabilizadas diretamente a resultado do exercício.

Desde agosto de 2013, a Companhia efetuava a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting*, para os instrumentos financeiros não derivativos de proteção de fluxos de caixa das receitas de exportação de soja, algodão em pluma, caroço de algodão e milho, documentando: (i) o relacionamento do *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em tomar o *hedge*; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*.

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* na conta ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) afete o resultado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido (no caso, receita de vendas).

Os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
No início do exercício	(124.807)	(21.485)
Varição do valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	37.866	(205.181)
Valores transferidos para a demonstração do resultado	(4.009)	29.823
No final do período	<u>(90.950)</u>	<u>(196.843)</u>

Contrato de financiamentos	Exercício de realização		
	2021	2022	Total Geral
Crédito à Exportação (PPE)	(32.374)	(58.576)	(90.950)

24 Remuneração dos administradores (Controladora e consolidado)

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração (fixa e variável) dos diretores e conselheiros nos exercícios foi a seguinte:

	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Remuneração de conselheiros		
Remuneração fixa	(804)	(804)
Remuneração da diretoria		
Remuneração fixa	(1.536)	(1.331)
Remuneração variável (i)	(7.817)	(1.314)
Encargos sociais	(468)	(402)
	<u>(10.625)</u>	<u>(3.851)</u>

- (i) Em 30 de junho de 2021, foi provisionado pela administração, o montante de R\$ 3.070 referente à bônus de produtividade da safra 2020/2021, em função dos resultados positivos auferidos pela Companhia em comparação ao seu orçamento. Adicionalmente, em 31 de março de 2021, foi provisionado o montante de R\$ 3.448 referente à bônus de produtividade da safra 2019/2020, também em função dos resultados positivos auferidos.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

25 Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Receita bruta de vendas e serviços	635.262	543.595	635.262	546.519
Variação cambial (<i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(4.009)	(29.823)	(4.009)	(29.823)
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(4.916)	(122)	(4.916)	(506)
Impostos sobre vendas	(16.003)	(18.729)	(16.003)	(20.083)
Total das deduções de vendas	<u>(20.919)</u>	<u>(18.851)</u>	<u>(20.919)</u>	<u>(20.589)</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>610.334</u>	<u>494.921</u>	<u>610.334</u>	<u>496.107</u>

26 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(113.615)	(83.339)	(73.682)	(44.827)
Matéria-prima	(204.750)	(202.814)	(204.750)	(202.814)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola	273.207	238.667	273.208	241.487
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(312.636)	(151.869)	(312.636)	(151.869)
Despesas com pessoal	(34.190)	(35.431)	(34.394)	(35.501)
Remuneração dos administradores	(10.625)	(3.851)	(10.625)	(3.851)
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(53.419)	(44.796)	(55.338)	(45.011)
Depreciações e amortizações	(47.836)	(30.677)	(51.234)	(31.343)
Fretes, comissões e despesas portuárias	(18.754)	(17.113)	(18.754)	(17.113)
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	10.481	450	11.638	450
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável de recebíveis	1.404	1.513	1.600	1.311
Reversão de perdas estimadas de estoques	513	1.183	513	1.183
Provisão para perdas comerciais - washout (i)	(50.273)		(50.273)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.060	(4.038)	1.418	(2.341)
	<u>(553.433)</u>	<u>(332.115)</u>	<u>(523.309)</u>	<u>(290.239)</u>

- (i) No trimestre findo em 30 de junho de 2021, foi reconhecido no resultado do período o montante de R\$ 50.273 referente a não entrega do volume de soja de 45.161 toneladas, a quebra dos contratos foi ocasionada pela queda na produtividade verificada na safra de soja 2020/21, quando comparada às últimas safras da Companhia, e os fatores principais foram: (a) atraso das chuvas em setembro e outubro de 2020, o que acabou impossibilitando o plantio da soja conforme o projetado e (b) condições climáticas desfavoráveis no início do ciclo da cultura (Nota 18).

Tais valores estão apresentados nas demonstrações do resultado do período nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Custo dos produtos vendidos	(439.490)	(396.322)	(399.955)	(358.035)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	273.207	238.667	273.208	241.487
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(312.636)	(151.869)	(312.636)	(151.869)
Despesas com vendas	(790)	(316)	(790)	(316)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(53.110)	(26.540)	(58.618)	(27.523)
Outras (despesas) receitas operacionais	(20.614)	4.265	(24.518)	6.017
	<u>(553.433)</u>	<u>(332.115)</u>	<u>(523.309)</u>	<u>(290.239)</u>

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	6	35	28	35
Ajuste a valor presente de recebíveis		104		104
Juros ativos	6.041	851	5.967	1.979
Variações monetárias ativas				337
Descontos obtidos	2.455	3.442	2.348	3.443
	<u>8.502</u>	<u>4.432</u>	<u>8.343</u>	<u>5.898</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(28.143)	(30.570)	(32.038)	(30.570)
Juros sobre arrendamentos	(18.668)	(8.901)	(18.668)	(8.901)
Juros passivos e multa de mora (i)	(20.171)	(8.372)	(20.199)	(6.139)
Variações monetárias passivas	(135)	(259)	(135)	(596)
Ajuste a valor presente de fornecedores de insumos	(11.578)	(7.673)	(11.578)	(7.673)
IOF	(1.788)	(582)	(2.310)	(582)
Amortização de custos de captação	(2.758)	(1.338)	(2.758)	(1.338)
Outras despesas	(2.406)	(1.178)	(2.414)	(1.189)
	<u>(85.647)</u>	<u>(58.873)</u>	<u>(90.100)</u>	<u>(56.988)</u>
Derivativos, líquidos				
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	198.321	63.134	198.321	63.134
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(268.678)	(98.607)	(268.678)	(98.607)
	<u>(70.357)</u>	<u>(35.473)</u>	<u>(70.357)</u>	<u>(35.473)</u>
Variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais ativas	80.477	67.471	88.732	67.471
Variações cambiais passivas	(86.312)	(150.776)	(89.020)	(150.776)
	<u>(5.835)</u>	<u>(83.305)</u>	<u>(288)</u>	<u>(83.305)</u>
Resultado financeiro	<u>(153.337)</u>	<u>(173.219)</u>	<u>(152.402)</u>	<u>(169.868)</u>

- (i) Refere-se substancialmente a multas e juros sobre tributos a recolher e parcelamentos tributários, juros sobre fornecedores e adiantamentos de clientes. Adicionalmente, na controladora, inclui juros sobre operações de mútuo com partes relacionadas.

28 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir relacionamos as transações no período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2021</u>	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>30 de junho de 2021</u>	<u>30 de junho de 2020</u>
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	8.779	7.280	9.267	8.216
Venda de ativos a prazo		3.122		3.122
Aquisição de imobilizado financiado	11.704		11.704	
Arrendamentos liquidados com produtos agrícolas	28.943	19.587	28.943	19.587
Dividendos recebidos com operação de mútuo	7.406			
Venda de imobilizado recebida com operação de mútuo	40.870			
Venda de propriedades recebida com operação de mútuo	9.763			

29 Resultado por ação

29.1 Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício (Nota 21). A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro (prejuízo) diluído por ação.

	<u>Controladora</u>	
	<u>30 de junho de 2021</u>	<u>30 de junho de 2020</u>
Resultado utilizado na apuração do lucro (prejuízo) básico por ação	<u>(46.013)</u>	<u>1.655</u>
Quantidade de ações (milhares) - média ponderada do período	<u>23.038</u>	<u>21.656</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$)	<u>(1,9972)</u>	<u>0,0764</u>

29.2 Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: bônus de subscrição de ações, conforme mencionado na Nota 21.1. Os bônus de subscrição têm como objetivos principais garantir maior atratividade para os subscritores do aumento de capital, mitigar a diluição imediata relacionada ao aumento de capital e permitir a capitalização adicional da Companhia ao longo do prazo de três anos. Os bônus de subscrição foram emitidos em uma única série e cada bônus de subscrição, confere a seu titular o direito de subscrever uma nova ação ordinária de emissão da Companhia ao preço de exercício de R\$ 13,51 por ação.

A quantidade de bônus de subscrição ainda não convertidos em ações Companhia, é considerada como um potencial aumento de capital pressupondo-se o seu exercício.

	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Resultado utilizado na apuração do lucro (prejuízo) diluído por ação	(46.013)	1.655
Quantidade de ações (milhares) - média ponderada do período	23.038	21.656
Conversão presumida de bônus de subscrição (milhares)		7.360
Quantidade de ações (milhares) - média ponderada do período	23.038	29.016
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$)	(1,9972)	0,0570

30 Compromissos (Consolidado)

30.1 Vendas futuras

Os compromissos futuros existentes em 30 de junho de 2021 referem-se a Companhia e a controlada TS Brasil, como segue:

Consolidado								
<u>Produto</u>	<u>Data de Entrega</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Contratos</u>	<u>Unidade</u>	<u>Moeda</u>	<u>Frete</u>	<u>Preço</u>	<u>Montante</u>
Safra 20/21								
Caroço de Algodão	Jul a Set/21	31.752	17	TON	REAL	FOB	1.437,0100	45.629
Caroço de Algodão	Out a Dez/21	9.700	9	TON	REAL	FOB	1.254,64	12.170
Caroço de Algodão	Jan a Mar/22	800	1	TON	REAL	FOB	1.100,00	880
Algodão em Pluma	Jul a Set/21	8.000	10	LP	DÓLAR	CIF	0,71	12.540
Algodão em Pluma	Jul a Set/21	500	1	LP	REAL	CIP	3,51	3.869
Algodão em Pluma	Out a Dez/21	22.550	17	LP	DÓLAR	CIF	0,7276	36.172
Algodão em Pluma	Out a Dez/21	11.500	6	LP	REAL	CIP	3,37	85.330
Algodão em Pluma	Jan a Mar/22	14.550	10	LP	DÓLAR	CIF	0,6855	21.989
Milho em Grãos	Abr a Jun/21	4.150	2	SC	REAL	FOB	43,9500	182
Milho em Grãos	Jul a Set/21	114.393	18	SC	REAL	FOB	26,29	3.007
Milho em Grãos	Out a Dez/21	3.000	1	SC	REAL	FOB	25,70	77
Safra 21/22								
Soja em Grãos	Jan a Mar/22	92.000	18	SC	DÓLAR	FOB	19,38	1.783
Soja em Grãos	Jan a Mar/22	37.300	10	SC	REAL	FOB	116,13	4.332
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	6.375	11	LP	DÓLAR	CIF	0,71	10.007
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	1.250	2	LP	DÓLAR	CIP	0,65	1.799
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	250	1	LP	REAL	CIP	3,98	2.195
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	23.125	12	LP	DÓLAR	CIF	0,72	36.523
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	2.500	2	LP	DÓLAR	CIP	0,65	3.597
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	750	1	LP	REAL	CIP	3,98	6.584
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	5.950	1	LP	DÓLAR	FCA	0,67	8.723
Milho em Grãos	Jul a Set/22	51.000	6	SC	DÓLAR	FOB	9,30	474
Milho em Grãos	Jul a Set/22	18.200	4	SC	REAL	FOB	43,72	796
					DÓLAR			133.607
					REAL			165.051

31 Cobertura de seguros (Consolidado)

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido (não revisado). Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Valor segurado</u>
Responsabilidade civil	12.851
Riscos diversos - Imobilizado	<u>486.698</u>
	<u>499.549</u>

32 Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento agrícola como o único segmento operacional e explora as atividades agrícolas com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, baseando-se nos relatórios utilizados pela Diretoria Executiva da Companhia e pelo Conselho de Administração, os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas. As metas e avaliações de desempenho são definidas e acompanhadas considerando o segmento como um todo.

O segmento agrícola abrange, principalmente, a produção e comercialização de soja, milho e algodão cujas atividades consistem basicamente em: cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização e beneficiamento de algodão em caroço.

A Companhia apresenta a receita líquida de vendas e serviços obtida na comercialização de seus produtos nos mercados interno e externo, como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2021</u>	<u>30 de junho de 2020</u>
Mercado Interno	176.460	219.134
Mercado Externo	<u>433.874</u>	<u>276.973</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>610.334</u>	<u>496.107</u>

A receita líquida de vendas, por segmento geográfico, elaboradas de acordo com o país de destino da receita, são assim representadas:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2021</u>	<u>30 de junho de 2020</u>
Brasil	64%	69%
Europa	21%	21%
Ásia	7%	6%
América do Norte	<u>8%</u>	<u>4%</u>
Total	<u>100%</u>	<u>100%</u>

O detalhamento da receita líquida de vendas por produto é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Soja	254.229	332.443
Milho	22.794	4.167
Algodão em pluma	294.850	172.422
Caroço de algodão	5.842	3.535
Revenda de produtos/outros	36.628	13.363
Varição cambial (Hedge fluxo de caixa)	(4.009)	(29.823)
Receita líquida de vendas e serviços	<u>610.334</u>	<u>496.107</u>

Os principais clientes da Companhia que individualmente representaram 10% ou mais das receitas totais são como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Bunge Alimentos S.A.	22%	23%
ADM do Brasil Ltda.	16%	19%
Amaggi Exportação e Importação Ltda	9%	10%

33 Eventos subsequentes

Conclusão da combinação de negócios

No dia 2 de agosto de 2021, foi divulgado ao mercado a conclusão dos atos de confirmação do fechamento da combinação dos negócios da Companhia com a SLC, mediante incorporação das ações da Companhia pela SLC, de acordo com os artigos 252, 224 e 225 da Lei nº 6.404/76 (“Incorporação de Ações” ou “Operação”), visando a conclusão da Operação. Com isso, foi confirmado o fechamento da Operação, com a data de eficácia da redução de capital e consumação da Incorporação de Ações em 1º de agosto de 2021, a data de início das negociações das novas ações da SLC e das ações TS Agro em 2 de agosto de 2021 e a liquidação e o crédito das ações em 4 de agosto de 2021.

Contrato de arrendamento

Em 1º de agosto de 2021, a Companhia assinou o contrato de arrendamento de terras com a TS Brasil, o contrato de arrendamento incluí as benfeitorias existentes nas terras arrendadas. A duração do contrato é de 20 anos, vigente a partir de 1º de setembro de 2021. O preço médio negociado foi estipulado em 17 sacas de soja por hectare, revisado a cada três anos, acrescido de R\$ 70.000, que também compõe o preço do arrendamento. No dia 2 de agosto de 2021 a Companhia pagou à TS Brasil S.A., o montante de R\$ 70.000.

Redução de capital excessivo

Em continuidade ao processo de reorganização societária, em 1º de agosto de 2021, foi realizado na Companhia a redução de capital excessivo no montante de R\$ 676.326, equivalente ao valor patrimonial contábil do investimento detido na TS Agro. O pagamento da redução de capital foi realizado mediante entrega de 100% das ações da TS Agro para os acionistas na proporção das respectivas participações. Os acionistas da Companhia receberam ações da TS Agro no valor patrimonial de R\$ 30,92 por ação. A redução de capital tornou-se eficaz no dia 1º de agosto de 2021, após o cumprimento cumulativo do (i) transcurso do prazo de sessenta dias para oposição de credores, previstos no artigo 174 da Lei 6.404/76 e (ii) superação das condições suspensivas no acordo de associação com a SLC.

Cédula de Produto Rural Financeira

Em 22 de julho de 2021, a Companhia contratou R\$ 30.000 de Cédula de Produto Rural Financeira (CPR) com vencimento para 20 de agosto de 2021, mediante taxa de mercado. A operação foi realizada com o Itaú BBA com aval da SLC, nova controladora.

* * *

Release 3T21

Porto Alegre, 10 de novembro de 2021 - SLC AGRÍCOLA S.A. (B3;SLCE3; ADR's: SLCJY; Bloomberg: SLCE3BZ; Reuters: SLCE3.SA), apresenta hoje seus resultados do terceiro trimestre de 2021. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas de acordo com as normas internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*). As informações foram elaboradas em base consolidada e estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

NOTA: A partir de 01/07/2021, a Companhia passou a ter o controle da gestão e diretrizes dos negócios da Terra Santa Agro S.A., passando essa a ser uma subsidiária integral da SLC Agrícola S.A. A partir deste trimestre, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas passarão a incorporar os resultados da Terra Santa Agro S.A.

Para manter a comparabilidade entre os períodos, os dados relativos ao 3T20 e 9M20 refletem a combinação entre os dados divulgados pela SLC Agrícola e pela Terra Santa Agro em ambos os períodos.

Nomenclaturas:

Neste Release os termos abaixo terão o seguinte significado:

“Dados Combinados”: soma dos dados divulgados pela SLC Agrícola S.A. (Consolidado) com os dados divulgados pela Terra Santa Agro S.A. (Controladora), atualmente subsidiária integral da SLC agrícola S.A.

“3T20 Combinado”: Significa estritamente a soma dos dados divulgados pela SLC Agrícola S.A. (relativos ao 3T20 – julho a setembro/2020) + Dados divulgados pela Terra Santa Agro S.A. (Controladora, relativos ao 3T20 – julho a setembro/2020), atualmente subsidiária integral da SLC agrícola S.A.

“3T20”: Significa dados com base nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas que consideram as operações da Companhia e de suas controladas. Relativo ao terceiro trimestre de 2020 (julho a setembro).

“3T21”: Significa dados com base nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas que consideram as operações da Companhia e de suas controladas relativo ao terceiro trimestre de 2021 (julho a setembro). A partir desse trimestre a Terra Santa Agro S.A., subsidiária integral da SLC Agrícola S.A., passa a integrar as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

“9M20 combinado”: Significa estritamente a soma dos dados divulgados pela SLC Agrícola S.A. (relativos ao 9M20 – janeiro a setembro/2020) + Dados divulgados pela Terra Santa Agro S.A. (Controladora, relativos ao 3T20 (julho a setembro/2020), atualmente subsidiária integral da SLC Agrícola S.A.

“9M20”: Significa dados com base nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas que consideram as operações da Companhia e de suas controladas relativo ao período acumulado de nove meses (janeiro a setembro de 2020).

“9M21”: Significa dados com base nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas que consideram as operações da Companhia e de suas controladas relativo ao período acumulado de nove meses (janeiro a setembro/2021). A partir desse trimestre a Terra Santa Agro S.A., subsidiária

“AH”: Refere-se à variação horizontal percentual entre dois períodos e AV refere-se à representatividade percentual da conta sobre um determinado total. consolidadas.

Teleconferência de Resultados 3T21

Data 11/11/2021

Quinta-feira

Português

10h00 (horário de Brasília)
08h00 (horário de Nova York)
13h00 (horário de Londres)
Tel.: +55 (11) 2188-0155
Código de acesso:1622

Inglês

11h00 (horário de Brasília)
9h00 (horário de Nova York)
14h00 (horário de Londres)
Tel.: +55 (11) 2188-0155
Tel. :+55 1 646 843 60 54 (NY)
Código de acesso 9426

CONTATOS

Equipe de Relações com Investidores



Ivo Marcon Brum

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Frederico Logemann

Gerente de Relações com Investidores e Planejamento Estratégico



Alisandra Reis

Coordenadora de Relações com Investidores



Stéfano Bing

Analista de Relações com Investidores



Júlia Soares

Assistente de Relações com Investidores

Fale com o RI:

ri@slcagricola.com.br
(55) (51) 32307864/7797

Acesse nosso site:

<http://ri.slcagricola.com.br>
<https://www.slcagricola.com.br/>

**Rua Bernardo Pires, 128, 3º andar |
Bairro Santana | Porto Alegre/RS | CEP 90620/010**

SUMÁRIO

SUMÁRIO	4
Índice de Referências – Figuras e Gráficos	5
Índice de Tabelas	6
Mensagem da Administração	8
Panorama de Mercado	12
Desempenho Financeiro	22
Informações Adicionais	35
Localização das Unidades de Produção e Matriz.....	38
Aviso Legal	39
Anexo 1 Balanço Patrimonial - Ativo	40
Anexo 2 Balanço Patrimonial – Passivo.....	41
Anexo 3 Demonstração do Resultado do Exercício.....	42
Anexo 4 Demonstração do Fluxo de Caixa	43
Anexo 5 Balanço Patrimonial – Ativo - Combinado.....	44
Anexo 6 Balanço Patrimonial – Passivo combinado	45
Anexo 7 Demonstração do Resultado do Exercício Combinado	46
Anexo 8 Demonstração do Fluxo de Caixa- Combinado.....	47

Índice de Referências – Figuras e Gráficos

Figura 1 Variação nos preços, Commodities selecionadas, janeiro/2020 a outubro/2021- Base100	12
Figura 2 Preços do Algodão no mercado internacional x Brasil.	12
Figura 3 Algodão – Volume de Produção de Algodão no Brasil	12
Figura 4 Volume de Importação de Algodão por Safra na China	13
Figura 5 Algodão – Oferta e demanda Mundial	13
Figura 6 Algodão – Exportação Acumulada janeiro-setembro de Algodão no Brasil.....	13
Figura 7 Soja – Preço no Mercado Internacional x Brasil	14
Figura 8 Soja – Comparativo anual vendas de soja Estados Unidos para China e todos os países	14
Figura 9 Soja – Exportação Acumulada janeiro-setembro de Soja no Brasil	15
Figura 10 Soja – Balanço Global de Oferta e demanda	15
Figura 11 Preços do Milho no Mercado Internacional x Brasil.....	16
Figura 12 Comparativo anual vendas de milho Estados Unidos para China e todos os países ...	16
Figura 13 Milho – Produção de Milho no Brasil	17
Figura 14 Milho Balanço Global de Oferta e Demanda	17
Figura 15 Evolução da Relação Dívida Líquida x EBITDA Ajustado	30
Figura 16 Timeline nova Matriz de Materialidade	33
Figura 17 Movimentação da Dívida Bruta Ajustada (R\$ mil)	37
Figura 18 Cronograma de Amortização da Dívida Bruta Ajustada (R\$ mil)	37
Figura 19 Perfil do Endividamento Bruto Ajustado.....	37
Figura 20 Endividamento Bruto Ajustado por Indexador e Instrumento	37

Índice de Tabelas

Tabela 1 Contraprestação a ser transferida SLC Agrícola X Terra Santa Propriedades Agrícolas (1).....	8
Tabela 2 Cálculo do Ágio Combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A.	8
Tabela 3 Premiações 3T21.....	11
Tabela 4 Área plantada por cultura safra 2019/20 x 2020/21	18
Tabela 5 Produtividade Realizada Safra 2020/21	18
Tabela 6 Detalhamento do Custo de Produção por Cultura Orçado (R\$/ha) - Safra 2020/21	19
Tabela 7 Custo de Produção em R\$/ha Safra 2020/21	19
Tabela 8 Área plantada por cultura safra 2020/21 x 2021/22	20
Tabela 9 Produtividade Orçada Safra 2021/22	20
Tabela 10 Produtividade Orçada Safra 2021/22	21
Tabela 11 Custo de Produção em R\$/ha Safra 2021/22.....	21
Tabela 12 Reconciliação do EBITDA Ajustado	22
Tabela 13 Receita Líquida.....	23
Tabela 14 Volume Faturado (tons)	23
Tabela 15 Volume Faturado (cabeças)	23
Tabela 16 Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	23
Tabela 17 Custo dos Produtos Vendidos	24
Tabela 18 Realização do valor Justo dos Ativos Biológicos.....	24
Tabela 19 Resultado Bruto - Algodão em Pluma.....	25
Tabela 20 Resultado Bruto - Caroço de Algodão	25
Tabela 21 Resultado Bruto - Soja	25
Tabela 22 Resultado Bruto - Milho	26
Tabela 23 Resultado Bruto – Rebanho Bovino	26
Tabela 24 - Resultado Bruto	26
Tabela 25 - Despesas com vendas	27
Tabela 26 Despesas Administrativas.....	27
Tabela 27 Resultado Financeiro Líquido Ajustado	28
Tabela 28 Resultado Líquido	28
Tabela 29 Fluxo de Caixa Resumido.....	29
Tabela 30 CAPEX	29
Tabela 31 Dívida Financeira Líquida.....	30
Tabela 32 Posição Atualizada de Hedge	31
Tabela 33 Retorno s/ Patrimônio Líquido.....	34
Tabela 34 Retorno s/ Ativo Líquido.....	34
Tabela 35 Retorno S/Capital Investido	34
Tabela 36 Área Plantada Safra 2021/22	35
Tabela 37 Portfólio de terras.....	35
Tabela 38 Banco de terras.....	36
Tabela 39 Parque de Máquinas e Capacidade de Armazenagem	36
Tabela 40 Valor líquido dos Ativos – NAV.....	36

DASHBOARD

ONDE ESTAMOS NO CICLO



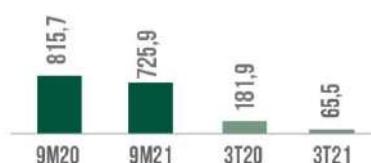
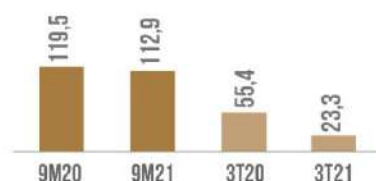
PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

PRODUTIVIDADE (KG/ HA)	SAFRA 2020/21	SAFRA 2021/22	Δ%
	REALIZADO (A)	ORÇADO (B)	(B)/A
ALGODÃO EM PLUMA 1a. SAFRA	1.899	1.871	-1,5%
ALGODÃO EM PLUMA 2a. SAFRA	1.607	1.804	12,3%
CAROÇO DE ALGODÃO	2.287	2.299	0,5%
SOJA (COMERCIAL + SOJA SEMENTE)	3.970	3.765	-5,2%
MILHO 2a. SAFRA	5.715	7.663	34,0%

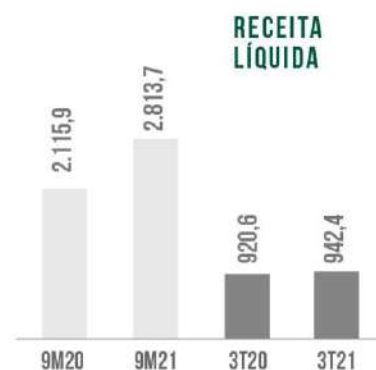
STATUS DA COLHEITA 20/21 E DO PLANTIO 21/22



COMERCIALIZAÇÃO (mil toneladas)



FINANCEIROS (R\$ Mil)



Mensagem da Administração

Desempenho Operacional Safra 2020/21

Finalizamos a safra 2020/21, com a colheita do algodão e do milho. Na soja, a produtividade atingiu 3.970kg/ha, 4º ano consecutivo de recorde, ficando 5,8% superior ao projeto inicial e 12,5% superior à média nacional (CONAB – outubro /2021). O Algodão de 1ª e 2ª safra finalizou com uma produtividade média de 1.815 Kg/ha, 2,1% inferior ao projeto inicial, mas 3,9% superior à safra 2019/20 e 5,6% superior à média nacional. No milho 2ª safra obtivemos 5.715Kg/ha de produtividade, com queda de 24,7% em relação ao projeto inicial, mas 41,2% superior à média nacional (CONAB – outubro/2021). A queda de produtividade no milho e algodão foi ocasionada principalmente pela irregularidade na distribuição dos volumes de chuva ao longo dos meses de março e abril, principalmente nas fazendas do Mato Grosso do Sul.

Conclusão da Operação de Combinação de Negócios com a Terra Santa

A partir de 01/07 a companhia passou a ter o controle da gestão dos negócios da Terra Santa Agro S.A. (subsidiária integral). Após a finalização da incorporação das ações da Terra Santa Agro S.A., foram emitidas 2.516.454 novas ações ordinárias da SLC Agrícola, em favor dos acionistas da Terra Santa. Essa emissão de ações teve como objetivo a troca da totalidade de ações e bônus de subscrição da Terra Santa Agro S.A.

Em 29 de outubro a operação foi concluída, com o acordo de ajuste de preço entre as partes envolvidas na combinação de negócios. Esse ajuste de preço final da operação resultará em um pagamento de R\$ 20 milhões da Terra Santa Propriedades Agrícolas em favor da SLC Agrícola, isso implicará na quitação mútua entre as partes. Esse valor será composto da seguinte forma: (i) O valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), bem como qualquer valor adicional decorrente do Contrato de Assessoria Financeira firmado entre a Terra Santa Agro e Bancos Assessores, será pago pela Terra Santa Propriedades Agrícolas, diretamente aos bancos assessores, decorrente dos custos de assessoria pela transação que são de responsabilidade da Terra Santa Propriedades Agrícolas; (ii) O valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) será pago em moeda corrente nacional.

Alguns Ativos e Passivos não foram assumidos pela SLC Agrícola, assim superveniências ativas (contingências e títulos a pagar) e passivas (títulos a receber, tributos a recuperar, outras ativos e propriedades para investimento) previstas em Acordo de Associação e Outras Avenças, serão conduzidas pela Companhia, quando da liquidação serão recebidos ou cobrados dos antigos acionistas sem ônus ou bônus por parte da Companhia. O montante de ativos e passivos contingentes, resultou em um passivo líquido contingente de R\$ 53.828 mil.

A seguir a abertura da contraprestação transferida pela SLC Agrícola à Terra Santa Propriedades Agrícolas:

Tabela 1 Contraprestação transferida SLC Agrícola X Terra Santa Propriedades Agrícolas⁽¹⁾

(R\$ mil)	01/07/2021
Número de ações ordinárias emitidas pela SLC Agrícola na data da transação	2.516.454
Multiplicado pela cotação da ação da SLC Agrícola na data da transação (a) (em R\$)	52
Valor justo das ações emitidas na transação (Em milhares de reais)	130.856
Contraprestação em caixa decorrente de direito de uso do arrendamento entre Terra Santa e TS Brasil S.A	70.000
Variação dos ativos e passivos	(203.486)
Valor presente dos créditos fiscais	195.488
Valor justo da contraprestação transferida	192.858

⁽¹⁾Para maiores informações vide nota 2.2 do ITR

Em relação ao valor justo da contraprestação transferida, foi recebido Ativos Líquidos no montante de R\$ 145.503 mil, conforme abaixo:

Tabela 2 Cálculo do Ágio Combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A.

(R\$ mil)	01/07/2021
Valor justo da contraprestação transferida	192.858
Valor dos ativos e passivos adquiridos	145.503
Valor do ágio	47.355

⁽¹⁾Para maiores informações vide nota 2.2 do ITR

Essa transação resultou em um valor de ágio de R\$47.355 mil, maiores detalhamentos podem ser vistos na nota explicativa 2.2 do ITR.

A integração dos processos, sistemas e pessoas está ocorrendo gradualmente e de forma positiva, aproveitando as melhores práticas das equipes envolvidas. Essa combinação de negócios está em linha com a nossa estratégia atual, percorrendo a busca pelo atingimento do pilar de Crescimento Asset Light.

Desempenho Financeiro

Como, a partir de 01/07, a Companhia passou a ter o controle da gestão dos negócios da Terra Santa Agro S.A., as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas passaram a incorporar os resultados da Terra Santa Agro S.A.

Para manter a comparabilidade entre os períodos, os dados relativos ao 3T20 e 9M20 refletem a combinação entre os dados divulgados pela SLC Agrícola e pela Terra Santa Agro em ambos os períodos. Todas as análises que constam desse release, foram conduzidas em relação aos períodos combinados. A seguir algumas definições importantes:

“3T20 Combinado”: Significa estritamente a soma dos dados divulgados pela SLC Agrícola S.A. (relativos ao 3T20 – julho a setembro/2020) mais os Dados divulgados pela Terra Santa Agro S.A. (Controladora, relativos ao 3T20 – julho a setembro/2020), atualmente subsidiária integral da SLC agrícola S.A.

“9M20 combinado”: Significa estritamente a soma dos dados divulgados pela SLC Agrícola S.A. (relativos ao 9M20 – janeiro a setembro/2020) + Dados divulgados pela Terra Santa Agro S.A. (Controladora, relativos ao 3T20 (julho a setembro/2020), atualmente subsidiária integral da SLC Agrícola S.A.

Receita Líquida. A Receita Líquida cresceu 2,4% no 3T21 e 33,0% no 9M21, em relação ao mesmo período do ano anterior. Em destaque, preços superiores faturados em ambos os períodos. Cabe salientar que nesse trimestre tivemos a contribuição de R\$112,8 milhões de Receita Líquida proveniente da Terra Santa.

EBITDA Ajustado. No trimestre o EBITDA ajustado foi recorde, finalizando o período em R\$330,6 milhões com crescimento de 36,6%. A Margem EBITDA Ajustada foi de 35,1%, aumento de 8,8 p.p. frente ao 3T20. As principais variações no trimestre foram: o maior Resultado Bruto das culturas, adicionado a mensuração do valor justo das propriedades para investimento, parcialmente compensado pelas despesas Gerais e Administrativas. O EBITDA Ajustado oriundo da operação da Terra Santa no trimestre foi de R\$17,1 milhões.

No 9M21, atingimos um marco importante, ultrapassando pela primeira vez 1 bilhão de reais, com a realização de R\$1,108 bilhão de EBITDA Ajustado, com aumento de 94,6% em relação ao 9M21. A Margem EBITDA ajustada foi de 39,4%, com crescimento de 12,5p.p. Esse relevante avanço do EBITDA Ajustado se refere substancialmente ao incremento do Resultado Bruto, reflexo dos maiores preços faturados para todas as culturas e produtividade recorde atingida para a soja.

Resultado Líquido. Atingimos um lucro líquido de R\$113,7 milhões no 3T21 e R\$937,8 milhões no 9M21. No trimestre o Lucro Líquido advindo da operação da Terra Santa, foi de R\$20,2 milhões. Em ambos os períodos com um crescimento bastante robusto e com incremento de margem líquida, de 18,1p.p. no trimestre e 19,3p.p. no período acumulado de 9 meses. Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram o aumento do Resultado Bruto, (efeito dos melhores preços de venda faturados), e o reflexo positivo da dinâmica de contabilização dos Ativos Biológicos (Receita – Custo), devido às expectativas de margens superiores em relação à safra anterior.

Endividamento. O endividamento líquido ajustado da Companhia encerrou o período em R\$2,2 bilhões, apresentando aumento de R\$1,5 bilhão em relação à 2020, e a relação Dívida Líquida/EBITDA é atualmente de **1,47 vezes**. A dívida líquida foi impactada principalmente em

função do aumento na Necessidade de Capital de Giro e do investimento da aquisição na Terra Santa Agro e o novo contrato de arrendamento da Agrícola Xingú.

Recompra de Ações. Em 13 de setembro, divulgamos via Fato Relevante aprovação do Conselho de Administração para a realização de um novo Programa de Recompra de ações, no montante de 2.000.000 (dois milhões de ações). O plano de recompra está em andamento e as ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para alienação e ou canceladas. A companhia comunicará aos seus acionistas oportunamente, quando da finalização do referido programa.

Avaliação de Terras

Em agosto, foi concluída a nova avaliação do portfólio de terras da SLC Agrícola, que apresentou um valor total de R \$6,941 bilhões, um aumento de 75,2% em relação a 2020. O valor médio do hectare cultivável está atualmente em R\$ 35.693 (trinta e cinco reais e seiscentos e noventa e três mil). O que eleva o valor do NAV (Valor Líquido dos Ativos) da Companhia para R\$8,3 bilhões (posição 3T21), que corresponde a um NAV por ação de R\$43,34 (quarenta e três reais e trinta e quatro centavos).

Bonificação de Ações. O Conselho de Administração da Companhia deliberou, nesta data, submeter à Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a ser convocada pela Companhia, aumento do capital social, no valor total de **R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)**, por meio da incorporação de parte do saldo da conta de Reservas Estatutárias, com bonificação de ações, a **razão de 10% (dez por cento)**, que corresponderá à emissão de 19.311.145 novas ações ordinárias, com custo unitário atribuído às ações bonificadas **de R\$ 25,89 (vinte e cinco reais e oitenta e nove centavos)**.

Maiores detalhes serão divulgados através de Fato Relevante na data de hoje e posteriormente quando da divulgação dos documentos relativos à matéria para fins da (AGE).

Posição de Hedge

Avançamos na nossa posição de hedge, para a safra 21/22, atingindo níveis de preços internacionais, para todas as nossas culturas, (mais detalhes na tabela 32), o que nos possibilitam a manutenção de margens em 2022. Adicionalmente também já evoluímos no hedge para a safra 22/23, devido à realização da compra de alguns insumos, conforme explicado a seguir:

Compra de Insumos Safra 2022/23

Em relação as compras de insumos para a safra 2022/23, já adquirimos em torno de 20% da demanda de defensivos e 70% da demanda de Cloreto de Potássio. Em ambos os produtos comprados, conseguimos obter bons preços em relação aos preços atuais de mercado.

A nossa estratégia para a compra do restante dos insumos é aguardar a adequada relação de troca entre o preço dos insumos e os preços das commodities, uma vez que, no momento atual, há um forte incremento nos preços dos insumos. Em linha com a nossa estratégia de hedge que visa a proteção da margem operacional da Companhia e vem assegurando a manutenção de bons níveis de margens para a operação.

ESG

Nesse Release, a seção sobre ESG é dedicada à nossa pesquisa de **Materialidade**. Estamos conduzindo uma nova pesquisa de Materialidade junto aos nossos stakeholders, que será utilizada para revelar os temas de maior interesse e relevância estratégica, aqueles que podem influenciar decisões e ações da organização e de seus stakeholders, refletindo impactos econômicos, ambientais e sociais significativos dentro e fora da organização.

A partir disso, serão identificados os temas prioritários que serão apresentados e validados pela alta gestão da empresa e darão suporte na construção do Relatório Integrado de 2021.

Na safra 2020/2021 (agosto/2021), encerramos o ciclo de expansão via transformação de terras possibilitando, assim, a divulgação de compromisso de não abertura de novas áreas para a produção agrícola. Em linha com esse compromisso, até o 2T21, havia 2.872 hectares que estavam em processo de licenciamento, ou seja, aguardando a liberação de licença ambiental

para abertura, mesmo já sendo concedido a licença ambiental, a Companhia vai destinar essa área para o banco de terras de vegetação nativa remanescente. Com essa adição, atualmente a companhia possui 100,2 mil hectares de áreas dedicadas a Reserva Legal e Preservação Permanente.

Nesse trimestre a SLC Agrícola doou, através do Instituto SLC, R\$1 milhão de reais, que resultou em 180 toneladas de alimentos que vão contribuir para melhorar a realidade de milhares de brasileiros, e uma das instituições beneficiadas é o banco de Alimentos do RS.

Ao todo, associações, entidades e famílias de mais de 30 municípios, localizados em sete estados brasileiros, receberam cestas básicas

COVID-19

A companhia teve ocorrências da COVID-19 entre seus colaboradores ao longo do trimestre, mas ressalta que suas operações **não foram impactadas até o presente momento, seguindo o curso normal das suas atividades.** O Comitê de Crise, segue responsável pela elaboração e acompanhamento contínuo do “Plano de Contingência COVID-19” e do “Guia de Enfrentamento do COVID-19.

Premiações

No total foram 7 reconhecimentos em diferentes e importantes frentes do nosso negócio. Essa retribuição nos deixa orgulhosos da nossa equipe e nos fortalece ainda mais para continuarmos sendo referência no ramo agrícola. Confira a seguir a lista das premiações:

Tabela 3 Premiações 3T21

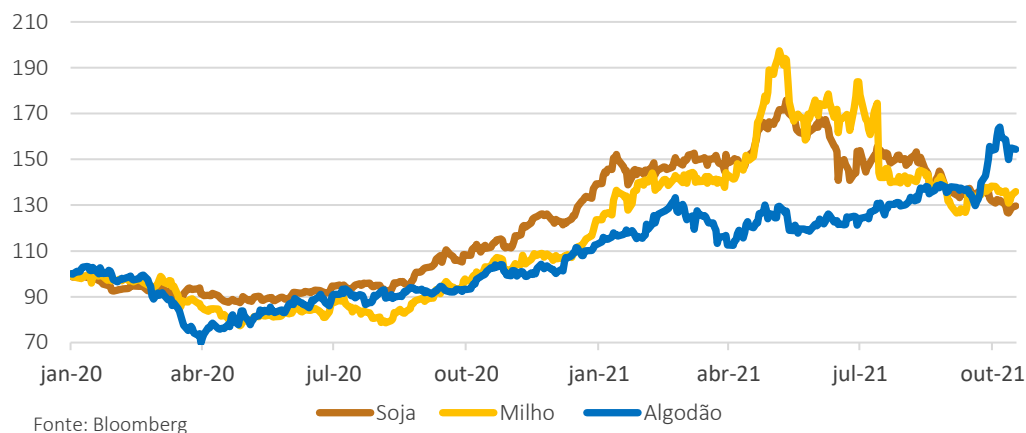
Prêmio	Classificação
100 Open Startups 2021	TOP 5 ranking Agronegócio 5º lugar
Lugares Incríveis Para Trabalhar FIA UOL	52ª Ranking Geral entre 120 premiadas 16ª Ranking Grande Porte entre 34 premiadas
A Granja	Premiada Categoria Produtor de Milho
Gupy Destaca	1ª Edição Prêmio - Reconhecida na lista 100 RHs mais inspiradores do país Destaque categorias Desenvolvimento e Inovação em atração
Época 360º	25º lugar ranking geral 419 empresas participaram 3º lugar Região Sul 1º lugar Agronegócio 18 empresas participantes Dimensões setor Agro: 5º lugar Desempenho Financeiro 1º lugar Governança Corporativa 2º lugar Inovação 3º lugar Visão de Futuro 12º lugar Pessoas 2º lugar Sustentabilidade
As Melhores da Dinheiro Istoé	1º lugar Agronegócio Reconhecimento nas gestões: 3º lugar Sustentabilidade Financeira. 1º lugar Recursos Humanos 1º lugar Inovação e Qualidade 1º lugar Responsabilidade Social 2º lugar Governança Corporativa
Top Ser Humano ABRH RS	Premiada Case: “Educação Inclusiva: a aprendizagem continuada para desafiar e transformar”.

A Administração

Panorama de Mercado

Commodities

Figura 1 Variação nos preços, Commodities selecionadas, janeiro/2020 a outubro/2021- Base100



Algodão

O terceiro trimestre de 2021 foi marcado pela alta nas cotações do algodão no contrato spot da Bolsa de Nova Iorque, onde a cotação da fibra superou a marca de 100 ct/lb. A redução de área plantada no território americano para o ciclo 2021/22, bem como para o Brasil em 2020/21, foram os grandes responsáveis pela variação de preços sob o ponto de vista da oferta.

Figura 2 Preços do Algodão no mercado internacional x Brasil.

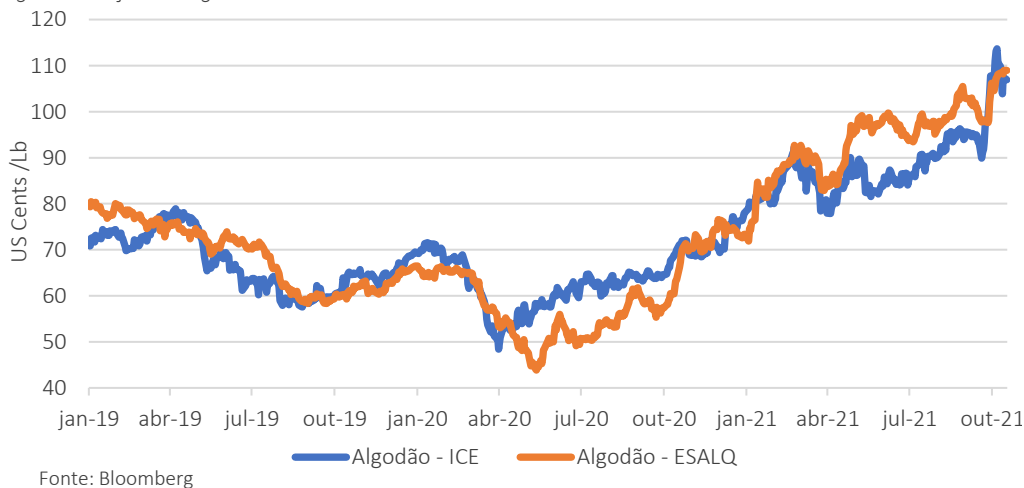
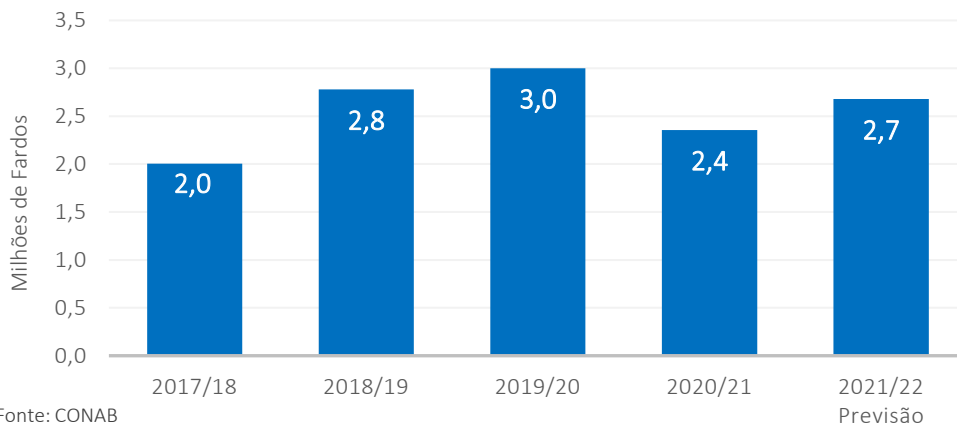


Figura 3 Algodão – Volume de Produção de Algodão no Brasil

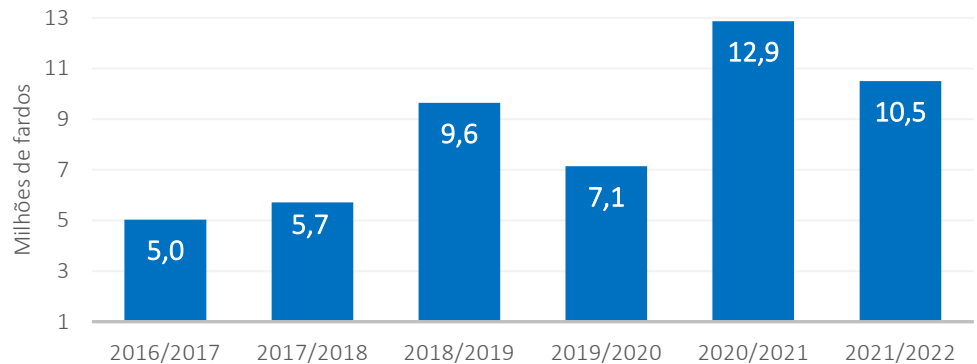


“alta nas cotações do algodão no contrato spot da Bolsa de Nova Iorque, onde a cotação da fibra superou a marca de **100 ct/lb.**”

Para o ciclo 2021/22 espera-se uma recuperação da produção brasileira de Algodão em Pluma, porém com estimativa final de produção ainda inferior às máximas observadas durante o ciclo 2019/20, segundo estimativas oficiais da CONAB.

Com relação ao cenário de demanda, destaca-se o crescimento das importações pela China. Onde estima-se que no ciclo 2020/21 o volume importado tenha atingido aproximadamente 12,9 milhões de fardos, maior volume dos últimos seis anos. Para 2021/22 o volume também é superior à média dos últimos seis anos, com volume de aproximadamente 10,5 milhões de fardos

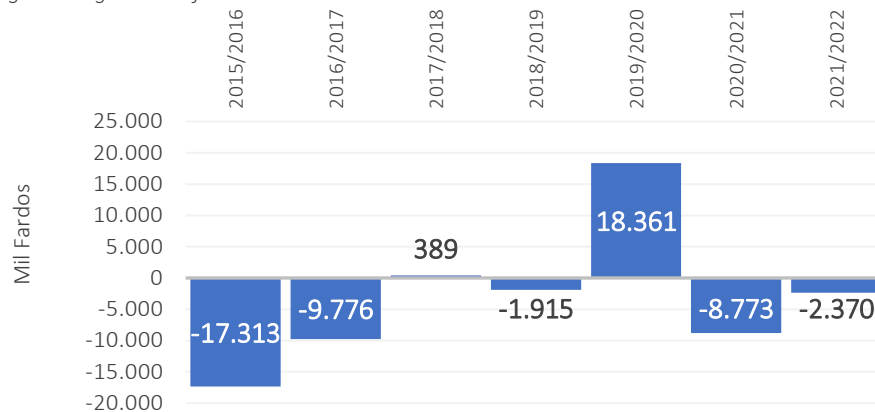
Figura 4 Volume de Importação de Algodão por Safra na China



Fonte: USDA

A expectativa de estabilização do consumo global da fibra e o cenário de diminuição de produção nos principais países exportadores, aliada às incertezas provocadas ao longo dos ciclos anteriores resultantes da pandemia de Covid-19 a nível global, são fatores que vem colaborando para que o balanço mundial entre oferta e demanda feche em 2021/2022 em uma condição de déficit de aproximadamente 2,3 milhões de fardos, segundo estimativas do USDA.

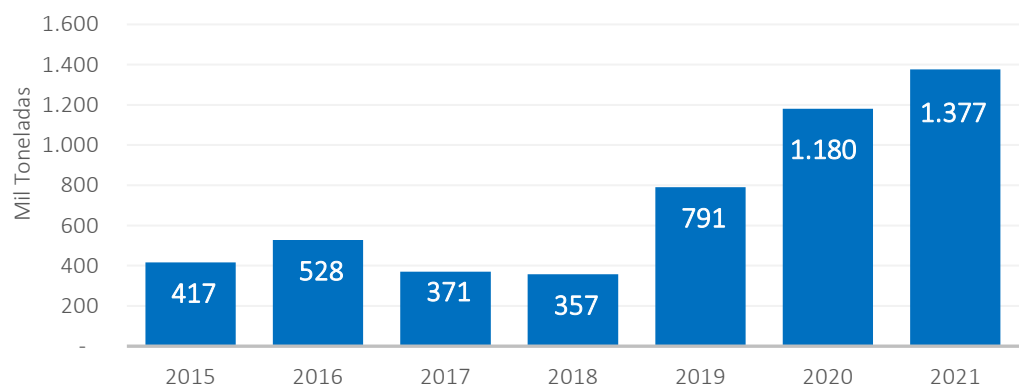
Figura 5 Algodão – Oferta e demanda Mundial



Fonte:USDA

Com relação às exportações brasileiras, a demanda pela fibra nacional manteve ao longo do acumulado dos nove primeiros meses do ano a sua tendência de crescimento, onde volumes mensais recordes de embarques foram 17% superiores em relação ao mesmo período do ano anterior, colaborando para a manutenção da posição brasileira de segundo maior exportador mundial de algodão.

Figura 6 Algodão – Exportação Acumulada janeiro-setembro de Algodão no Brasil



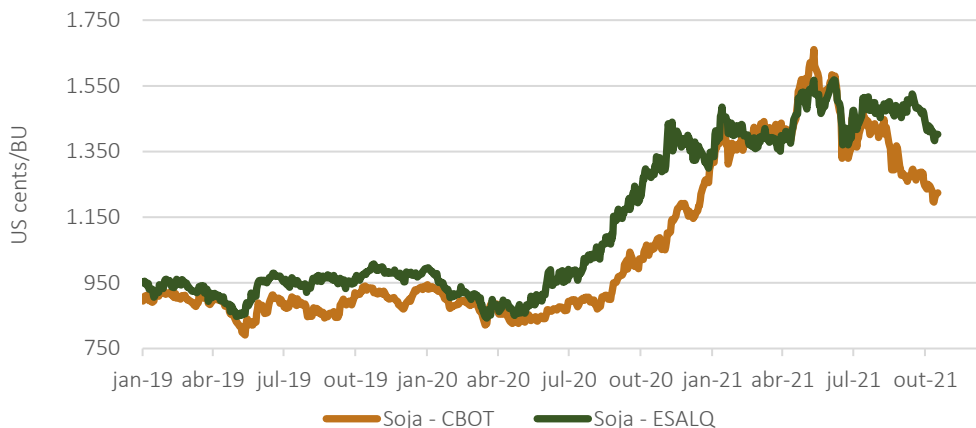
Fonte: MDIC

Soja

As cotações da soja no contrato spot da CBOT e os preços pagos pela oleaginosa na base Paranaguá/CEPEA apresentaram significativa volatilidade ao longo de 2021.

As cotações observadas em Chicago, somada aos prêmios pagos e a depreciação cambial permitiram que os preços da soja atingissem patamares superiores aos observados no ciclo passado, e, mais recentemente, resultassem em cotações superiores a 170,00 R\$/SC, segundo levantamento CEPEA na base Paranaguá, cujo a cotação equivalente aproxima-se a 13,50 USD/Bu.

Figura 7 Soja – Preço no Mercado Internacional x Brasil

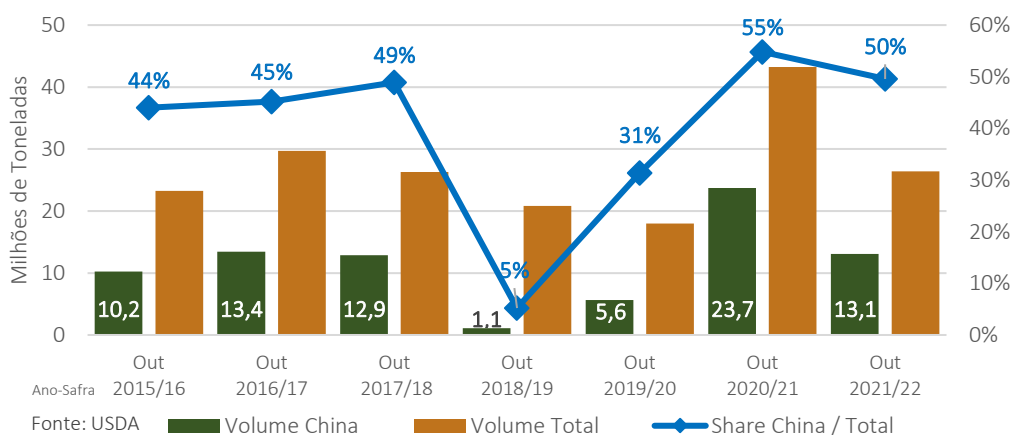


"cotações superiores a 170,00 R\$/SC, segundo levantamento CEPEA na base Paranaguá, cujo a cotação equivalente aproxima-se a 13,50 USD/Bu.

O volume de vendas de soja norte-americana vem sendo importante fator de suporte às cotações da oleaginosa na bolsa de Chicago, uma vez que o volume comprometido para a China no total geral, evidencia a normalização da comercialização entre os Estados Unidos e o país asiático.

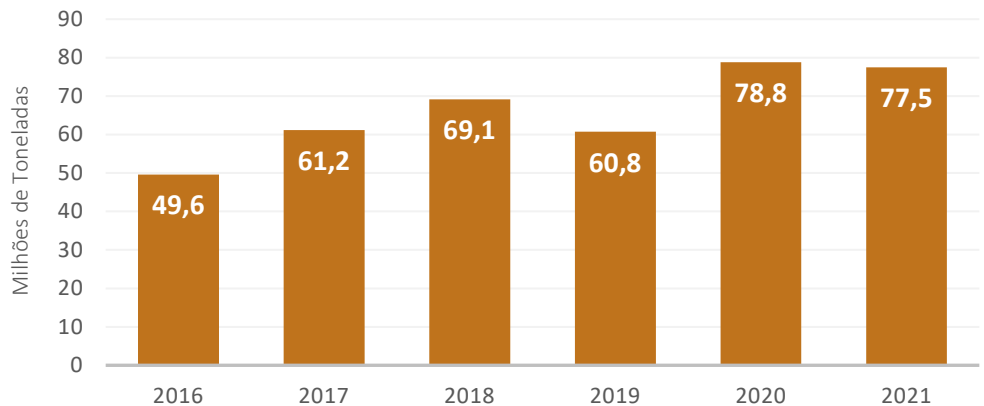
Após os ciclos de 2018/2019 e 2019/2020, período em que China e Estados Unidos estavam em um processo de disputa comercial, e assim diminuíram o volume comercializado entre si, houve bastante incerteza com relação ao acúmulo de estoques nos Estados Unidos devido à redução de demanda chinesa, fato este que pesou negativamente na formação de preços do mercado internacional.

Figura 8 Soja – Comparativo anual vendas de soja Estados Unidos para China e todos os países



Com relação ao Brasil, as exportações da oleaginosa no acumulado nos primeiros nove meses do ano mantiveram a tendência de crescimento observada ao longo dos últimos anos, registrando um volume de 77,5 milhões de toneladas embarcadas. Esse volume aproximadamente 2% inferior ao mesmo período do ano anterior, consolidando o Brasil como importante fornecedor de soja ao mercado global.

Figura 9 Soja – Exportação Acumulada janeiro-setembro de Soja no Brasil

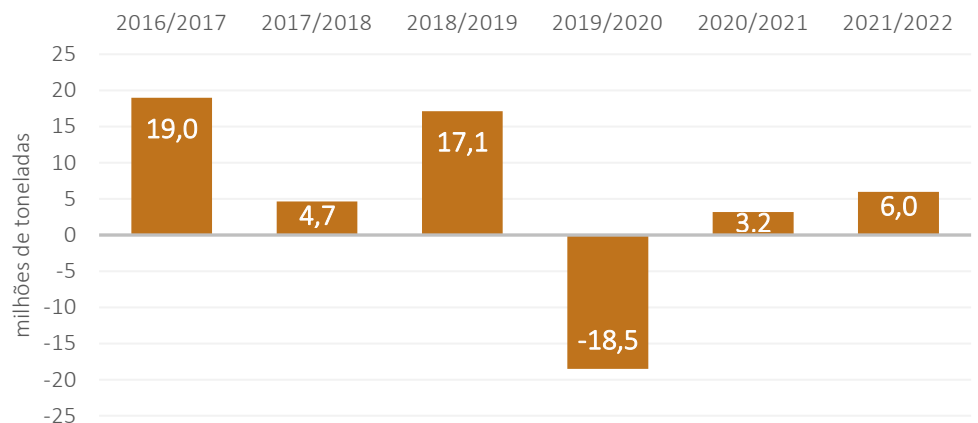


Fonte:MDIC

“volume aproximadamente 2% inferior à mesmo período do ano anterior, consolidando o Brasil como importante fornecedor de soja ao mercado global.”

Já a nível mundial, para o ciclo atual 2021/22, a relação entre oferta e demanda deverá apresentar um superávit de aproximadamente 6,0 milhões de toneladas em sequência ao balanço positivo de 3,2 milhões de toneladas em 2020/2021 e negativo de 18,5 milhões de toneladas em 2019/20.

Figura 10 Soja – Balanço Global de Oferta e demanda

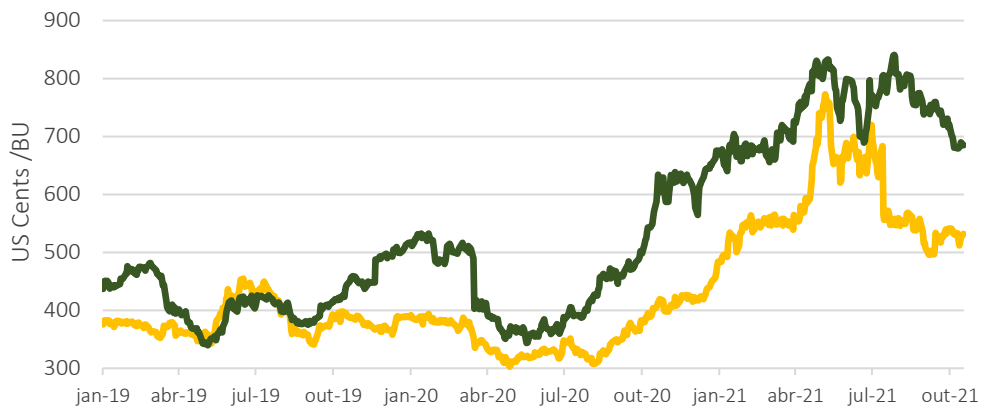


Fonte: USDA

Milho

Os preços de milho no contrato Spot da CBOT e no mercado doméstico brasileiro seguiram apresentando cotações em níveis superiores à média histórica dos últimos anos, mantendo parte da trajetória de alta iniciada em meados de 2020.

Figura 11 Preços do Milho no Mercado Internacional x Brasil



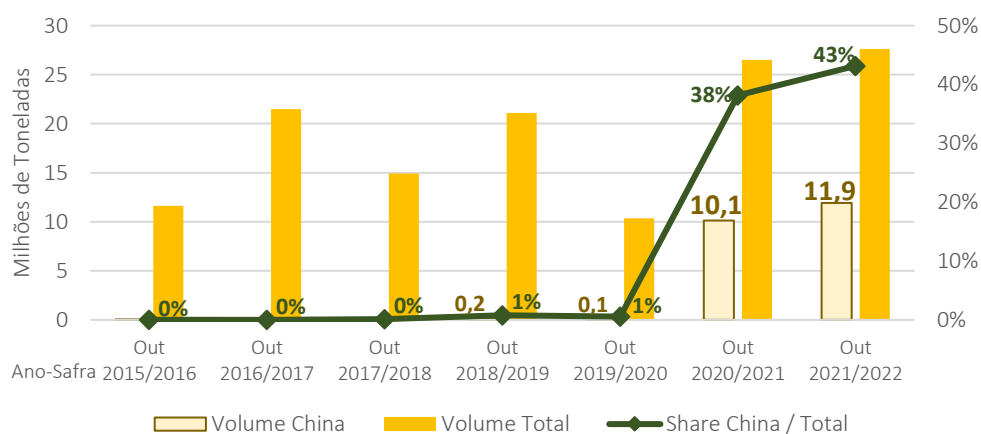
Fonte: Bloomberg

Milho - CBOT Milho - B3

Ao longo do terceiro trimestre de 2021, o cenário de demanda firme, medido principalmente pelas vendas americanas de milho para a China seguiram fornecendo suporte às cotações do grão em Chicago.

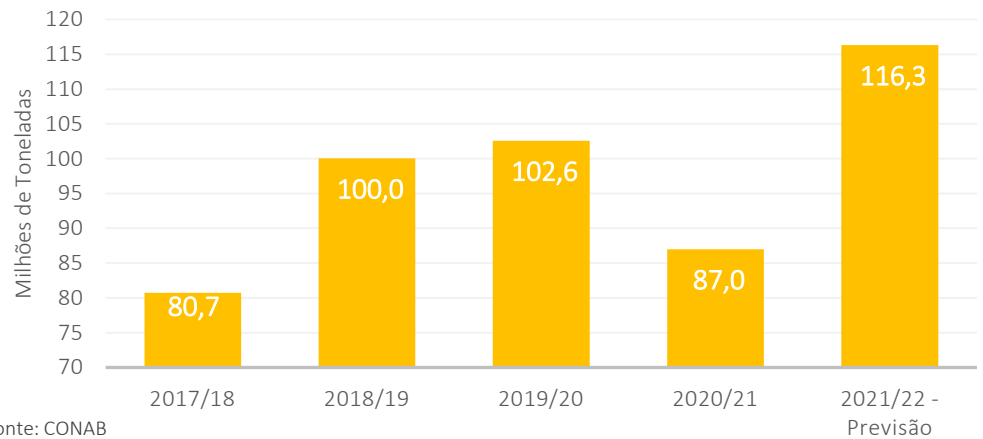
O volume de vendas de milho norte-americano vem sendo importante fator de suporte às cotações do cereal na bolsa de Chicago, uma vez que o volume total comprometido está bastante à frente de safras anteriores e gera uma expectativa de estoque final no país em níveis inferiores ao histórico recente.

Figura 12 Comparativo anual vendas de milho Estados Unidos para China e todos os países



No cenário brasileiro, onde importantes regiões produtoras de milho de segunda safra enfrentaram condições climáticas adversas para desenvolvimento das lavouras, a produção em 2020/21 encerrou em aproximadamente 87 milhões de toneladas, patamar 15% inferior ao ciclo passado.

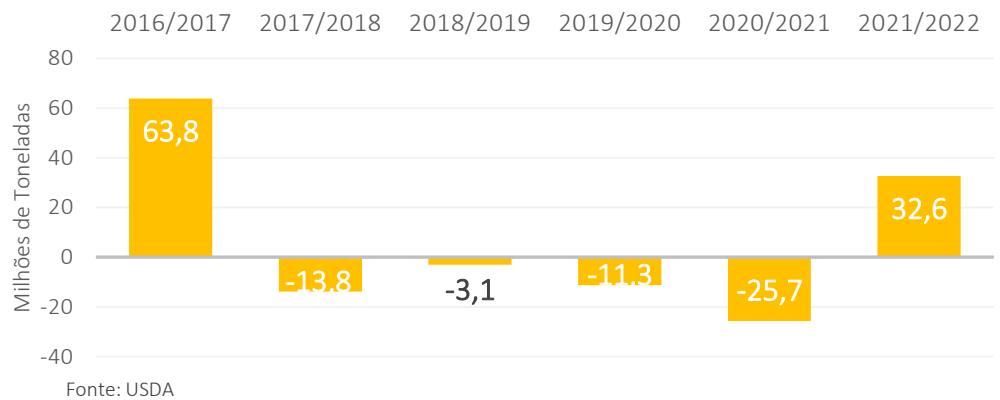
Figura 13 Milho – Produção de Milho no Brasil



Sendo assim, as dinâmicas locais de oferta e demanda alinhadas às condições de incerteza com relação aos números do país no âmbito de consumo e exportação deverão seguir como os principais balizadores de formação de preços no mercado doméstico Brasileiro.

No cenário mundial, a diferença entre oferta e demanda deverá apresentar um volume de 25,7 milhões de toneladas de consumo superior a produção, sendo este também importante fator a ser acompanhado como balizador na formação dos preços futuros do milho no mercado internacional.

Figura 14 Milho Balanço Global de Oferta e Demanda



Desempenho Operacional - Safra 2020/21

O 3T21 foi marcado pela conclusão da colheita do algodão safra e das culturas de segunda safra, como o milho e o algodão.

Área Plantada

A seguir apresentamos a posição final da área plantada na safra 2020/21. Maiores detalhamentos da área plantada podem ser encontrados na seção de “Informações Adicionais” desse documento.

Tabela 4 Área plantada por cultura safra 2019/20 x 2020/21

Mix de culturas	Área plantada 2019/20 -----ha-----	Área Plantada 2020/21 ⁽¹⁾	Participação 2020/21 %	Δ%
Algodão	125.462	109.604	23,7%	-12,6%
Algodão 1ª safra	74.054	78.011	16,8%	5,3%
Algodão 2ª safra	51.408	31.594	6,8%	-38,5%
Soja (Comercial +Soja Semente)	235.444	229.449	49,5%	-2,5%
Milho 2ª safra	82.392	106.470	23,0%	29,2%
Outras culturas ⁽²⁾	5.270	17.644	3,8%	234,8%
Área Total	448.568	463.167	100,0%	3,3%

⁽¹⁾ Fatores climáticos poderão afetar a projeção de área plantada.

⁽²⁾ Outras Culturas (Milho 1ª safra 6.393,58 ha, milho semente 460,79 ha, Milho pipoca 987,17 ha, Trigo 631,08 ha, Pecuária 3.526,71, Semente de Braquiária 5.258,62 ha e Feijão Mungo 386,10) total 17.644,05 ha.

Produtividades

Tabela 5 Produtividade Realizada Safra 2020/21

Produtividade (kg/ha)	Safra 2019/20 Realizado (a)	Safra 2020/21 Orçado (b)	Safra 2020/21 Realizado (c)	Δ% (c) x (a)	Δ% (b) x (a)	Δ% (c) x (b)
Algodão em pluma 1ª safra	1.785	1.878	1.899	6,4%	5,2%	1,1%
Algodão em pluma 2ª safra	1.713	1.792	1.607	-6,2%	4,6%	-10,3%
Caroço de algodão	2.161	2.328	2.287	5,8%	7,7%	-1,8%
Soja (Comercial + Semente)	3.867	3.753	3.970	2,7%	-2,9%	5,8%
Milho 2ª safra	7.300	7.589	5.715	-21,7%	4,0%	-24,7%

Soja Comercial

Atingimos pelo **4º ano consecutivo novo recorde de produtividade**, o que está em linha com a estratégia atual da Companhia de foco em maximizar a eficiência da operação. Essa produtividade foi 5,8% superior ao projeto inicial e 12,5% superior à média nacional (estimativa outubro/2021- CONAB).

Soja Semente

Produzimos um total de 696,0 mil sacas de Sementes de Soja, com indicador de qualidade médio de 93,8% de germinação oficial. Hoje, nossa produção é realizada em 4 estados, totalmente focada em melhoria da qualidade e atendimento aos nossos clientes. Para melhor oferta de opções de variedades, temos o licenciamento de 4 marcas para venda direta e 2 marcas verticalizadas. A produção final será divulgada no 4T21, após a finalização dos embarques da safra.

Algodão Semente

Nossa produção de sementes de Algodão é estimada em 80 mil sacas. Até o momento, estamos com o indicador de qualidade médio de 94,5% de germinação oficial. Atualmente, temos o licenciamento de 3 marcas de sementes de algodão, com um portfólio variado de produtos para o nosso cliente. A operação de deslincamento de sementes tem previsão de término no dia 15/11. Atualmente estamos realizando o TSI (Tratamento industrial de sementes) para entrega final dos lotes até o mês de dezembro. A produção final será divulgada no 4T21, após a finalização dos embarques.

Braquiária Semente

As sementes de braquiária já foram finalizadas com um volume de 100 mil kg, cujo destino será para venda externa, através da marca SLC Sementes. No momento estamos embarcando o volume a ser entregue aos clientes. O indicador de qualidade médio é de (pureza oficial 92,3%, germinação 90,2%, e o VC (Valor cultural) 83,3%).

Algodão 1ª Safra

A colheita encerrou no dia 24 de setembro com produtividade de 1.899 kg/ha de algodão em pluma. A produção foi 1,1% superior ao projeto e 6,4% superior a produtividade atingida na safra anterior.

Algodão 2ª safra

A colheita foi encerrada no dia 16 de setembro com produtividade de 1.607 kg/ha de algodão em pluma. A produção foi 10,3% inferior ao projeto e 6,2% inferior a produtividade atingida na safra anterior. Esse declínio na produtividade estimada ocorreu devido à irregularidade na distribuição dos volumes de chuva ao longo dos meses de março e abril, principalmente nas fazendas do Mato Grosso.

Milho 2ª Safra

No dia 08 de outubro a colheita de milho foi finalizada em nossas áreas com produtividade de 5.715 kg/ha. Produzimos 24,7% abaixo do projetado e 21,7% inferior a produtividade atingida na safra anterior. Assim como no algodão, a irregularidade também afetou as áreas de milho no Mato Grosso. Já nas áreas do Mato Grosso do sul foi a baixa precipitação pluviométrica que acarretou a menor produtividade.

Custo de Produção Orçado - Safra 2020/21

Tabela 6 Detalhamento do Custo de Produção por Cultura Orçado (R\$/ha) - Safra 2020/21

%	Algodão	Soja	Milho	Média 2020/21	Média 2019/20
Custos Variáveis	82,5	75,9	81,9	79,9	79,5
Sementes	8,5	12,7	16,6	10,5	12,1
Fertilizantes	19,7	20,5	39,4	21,4	22,1
Defensivos	28,1	22,3	12,4	24,4	23,8
Pulverização Aérea	2,1	1,4	0,9	1,8	1,7
Combustíveis e lubrificantes	3,3	4,8	3,3	3,9	3,6
Mão-de-obra	0,9	0,8	0,8	0,8	0,6
Beneficiamento	9,7	2,9	2,0	6,5	6,2
Manutenção de máquinas e implementos	4,0	4,7	2,9	4,1	4,1
Outros	6,2	5,8	3,6	6,5	5,3
Custos Fixos	17,5	24,1	18,1	20,1	20,5
Mão-de-obra	7,0	9,0	6,0	7,7	8,1
Depreciações e amortizações	4,0	6,1	3,8	4,8	4,8
Amortização do Direito de Uso -Arrendamentos	4,2	6,1	6,4	5,1	5,1
Outros	2,3	2,9	1,9	2,5	2,5

Tabela 7 Custo de Produção em R\$/ha Safra 2020/21

Total (R\$/ha)	Realizado 2019/20 (a)	Orçado 2020/21 (b)	Realizado 2020/21 ⁽¹⁾ (c)	Δ% (b x a)	Δ% (c x b)
Algodão 1ª safra	9.362	9.899	10.971	5,7%	10,8%
Algodão 2ª safra	8.264	9.306	9.951	12,6%	6,9%
Soja	3.015	3.300	3.529	9,5%	6,9%
Milho 2ª safra	2.545	2.858	2.990	12,3%	4,6%
Custo médio total	4.735⁽²⁾	5.168⁽²⁾	5.582⁽²⁾	9,1%	8,0%

⁽¹⁾ Os valores podem sofrer alteração até o final do beneficiamento do algodão e da comercialização dos grãos.

⁽²⁾ Ponderado pelas áreas da safra 2020/21, para evitar alterações oriundas de variações no mix de produtos.

Os custos por hectare orçados para a safra 2020/21 apresentaram aumento médio em Reais de 9,1% em relação ao realizado da safra 2019/20, basicamente em função da desvalorização do Real frente ao dólar no período, visto que aproximadamente 60% dos custos são dolarizados. Esse efeito é compensado dentro da Política de Hedge, que determina a venda em dólar futuro na mesma curva do câmbio do pagamento dos insumos. Relativo ao custo de produção Orçado x Realizado de 2020/21, estamos tendo incremento de 8,0% relativo ao aumento no câmbio para compra dos insumos em dólar em relação ao orçamento, também compensado pelo aumento na receita. Além disso, tivemos impactos com preços de combustíveis, fretes e energia, acima da previsão de inflação, considerada no orçamento.

Desempenho Operacional - Safra 2021/22

Área Plantada

Nossa estimativa atual é de **667,9 mil** hectares de área plantada com um crescimento de **44,2%** frente ao ano safra anterior. A seguir, apresentamos o quadro com a primeira intenção de área plantada no ano-safra 2021/22, e o comparativo com a safra anterior. Maiores detalhamentos podem ser encontrados na seção de “Informações Adicionais” desse documento.

Tabela 8 Área plantada por cultura safra 2020/21 x 2021/22

Mix de culturas	Área plantada	Área Plantada	Participação	Δ%
	2020/21	2021/22 ⁽¹⁾	2021/22	
	-----ha-----		%	
Algodão	109.604	175.961	26,3%	60,5%
Algodão 1ª safra	78.011	86.021	12,9%	10,3%
Algodão 2ª safra	31.594	89.940	13,5%	184,7%
Soja (Comercial +Soja Semente)	235.444	335.556	50,2%	42,5%
Milho 2ª safra	106.470	121.572	18,2%	14,2%
Outras culturas ⁽²⁾	11.649	34.792	5,2%	198,7%
Área Total	463.167	667.881	100,0%	44,2%

⁽¹⁾ Fatores climáticos poderão afetar a projeção de área plantada.

⁽²⁾ Outras Culturas (Milho 1ª safra 13.818,10 ha, milho semente 606,69 ha, Milho pipoca 2.010,55 ha, Trigo 636,48 ha, Pecuária 3.869,48, Semente de Braquiária 6.873,52 ha e Feijão Mungo 6.976,99) total 34.791,81 ha.

Produtividades

Tabela 9 Produtividade Orçada Safra 2021/22

Produtividade (kg/ha)	Safra 2020/21	Safra 2021/22	Δ%
	Realizado (a)	Orçado (b)	(b) x (a)
Algodão em pluma 1ª safra	1.899	1.871	-1,5%
Algodão em pluma 2ª safra	1.607	1.804	12,3%
Caroço de algodão	2.287	2.299	0,5%
Soja (Comercial + Semente)	3.970	3.765	-5,2%
Milho 2ª safra	5.715	7.653	34,0%

Soja Comercial

A semeadura da soja superprecoce e precoce, que possibilita a implantação das culturas de segunda safra, algodão e milho, em época adequada, teve início no dia 24 de setembro. A área semeada até 28 de outubro era de 238.247 ha, o que representa 70,8% da área prevista para a soja. Conseguimos implantar 100% da soja superprecoce e precoce, na janela ideal para alto potencial produtivo da soja e colheita da soja na melhor janela para plantio da 2ª safra de algodão e milho. Até o momento, as lavouras apresentam um ótimo desenvolvimento.

Soja Semente

Estimamos uma produção total de 800 mil sacas de sementes de Soja, com indicador de qualidade médio acima de 90% de germinação oficial (SLC Sementes Garante). Hoje, nossa produção é realizada em 4 estados, totalmente focada na qualidade e atendimento aos nossos clientes. Para melhor oferta de opções de variedades, temos o licenciamento de 4 marcas para venda direta e 2 marcas verticalizadas.

Algodão Semente

Estimamos a produção total de sementes de Algodão de 90 mil sacas, com o indicador de qualidade médio de 90% de germinação oficial (SLC Sementes Garante). Atualmente, temos o licenciamento de 3 marcas de sementes de algodão, com um portfólio variado de produtos para o nosso cliente.

Custo de Produção - Safra 2021/22

Tabela 10 Produtividade Orçada Safra 2021/22

%	Algodão	Soja	Milho	Média 2021/22	Média 2020/21
Custos Variáveis	82,0	76,2	81,9	79,9	79,8
Sementes	9,2	16,1	16,6	12,0	10,5
Fertilizantes	24,2	19,4	39,4	24,3	21,4
Defensivos	25,3	21,5	12,4	22,0	24,4
Pulverização Aérea	1,2	0,7	0,9	1,0	1,8
Combustíveis e Lubrificantes	3,6	4,2	3,3	3,7	3,9
Mão-de-obra	0,8	1,0	0,8	0,8	0,8
Beneficiamento	8,1	1,8	2,0	5,3	6,5
Manutenção de máquinas e implementos	3,4	4,2	2,9	3,5	4,1
Outros	6,2	7,3	3,8	7,3	6,5
Custos Fixos	18,0	23,8	18,1	20,1	20,2
Mão-de-obra	6,9	8,5	6,0	7,3	7,7
Depreciações e amortizações	3,7	5,6	3,8	4,3	4,8
Amortização do Direito de Uso -Arrendamentos	5,5	7,1	6,4	6,4	5,1
Outros	1,9	2,6	1,9	2,1	2,5

Tabela 11 Custo de Produção em R\$/ha Safra 2021/22

Total (R\$/ha)	Realizado 2020/21 ⁽¹⁾	Orçado 2021/22	Δ%
Algodão 1ª safra	10.971	12.658	15,4%
Algodão 2ª safra	9.951	10.863	9,2%
Soja	3.529	4.131	17,1%
Milho 2ª safra	2.990	3.939	31,7%
Custo médio total	5.608⁽²⁾	6.509⁽²⁾	16,1%

⁽¹⁾ Os valores podem sofrer alteração até o final do beneficiamento do algodão e da comercialização dos grãos.

⁽²⁾ Ponderado pelas áreas da safra 2021/22, para evitar alterações oriundas de variações no mix de produtos.

Os custos por hectare orçados para a safra 2021/22 apresentam aumento médio em Reais de 16,1% em relação ao realizado da safra 2020/21.

Os principais fatores que contribuíram para esse aumento são:

- (i) aumento dos nossos principais insumos, tais como: sementes e fertilizantes;
- (ii) custos superiores com combustíveis e energia (aumento de preço e tarifa);
- (iii) aumento dos custos com arrendamentos, vinculados ao preço da saca de soja. A área plantada em áreas arrendadas passou de 58%, (safra 20/21) para 69% na (safra 21/22);

Desempenho Financeiro

Análise do Demonstrativo de Resultados

A partir desse trimestre, passamos a divulgar os dados contábeis do 3T21 e 9M21, considerando a incorporação da empresa Terra Santa Agro S.A. (subsidiária integral da SLC Agrícola). Para fins de comparação, preparamos os períodos do 9M20 e do 3T20 de forma combinada, ou seja, somando os números realizados no 3T20 pela SLC Agrícola e pela Terra Santa Agro S.A. (controladora).

EBITDA Ajustado

Atingimos um **marco importante no EBITDA Ajustado** para o período acumulado dos nove meses **ultrapassando pela primeira vez 1 bilhão de reais**. Ainda no trimestre, também foi registrado mais um recorde para o período.

No trimestre, o EBITDA Ajustado atingiu R\$330,6 milhões, com crescimento de 36,6%. A Margem EBITDA Ajustada foi de 35,1%, aumento de 8,8 p.p. frente ao 3T20. As principais variações no trimestre foram: o maior Resultado Bruto das culturas, adicionado a mensuração do valor justo das propriedades para investimento, parcialmente compensado pelas despesas Gerais e Administrativas. No trimestre a Terra Santa contribui com um EBITDA Ajustado de R\$17,1 milhões.

Alcançamos R\$1,108 bilhão de EBITDA Ajustado nos 9M21, representando um aumento de 94,6% em relação ao 9M20. A margem EBITDA Ajustada, também recorde, registrou 39,4%, aumento de 12,5p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse relevante avanço do EBITDA Ajustado se refere substancialmente ao incremento do Resultado Bruto, reflexo dos maiores preços faturados para todas as culturas e produtividade recorde atingida para a soja.

Tabela 12 Reconciliação do EBITDA Ajustado

(R\$ mil)	9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Receita Líquida	2.115.856	1.971.778	2.813.708	33,0%	920.595	776.517	942.369	2,4%
Var. Valor Justo Ativos Biológicos ⁽¹⁾	813.519	690.204	1.583.061	94,6%	98.062	(25.253)	201.128	105,1%
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(2.099.304)	(1.930.171)	(2.698.667)	28,6%	(903.592)	(734.459)	(934.982)	3,5%
Custo dos Produtos	(1.503.801)	(1.364.838)	(1.722.346)	14,5%	(689.984)	(551.021)	(683.870)	-0,9%
Realiz.-Valor Justo Ativos Biológicos ⁽¹⁾	(595.503)	(565.333)	(976.321)	63,9%	(213.608)	(183.438)	(251.112)	17,6%
Resultado Bruto	830.071	731.811	1.698.102	104,6%	115.065	16.805	208.515	81,2%
(-) Despesas com vendas	(105.329)	(101.873)	(123.901)	17,6%	(26.707)	(23.251)	(37.736)	41,3%
(-) Gerais e administrativas	(80.333)	(72.523)	(155.174)	93,2%	(32.979)	(25.169)	(79.010)	139,6%
Gerais e administrativas	(56.125)	(48.315)	(91.734)	63,4%	(23.575)	(15.765)	(45.999)	95,1%
Participação resultados	(24.208)	(24.208)	(63.440)	162,1%	(9.404)	(9.404)	(33.011)	251,0%
(-) Honorários da ADM	(11.468)	(11.468)	(14.333)	25,0%	(2.583)	(2.583)	(3.166)	22,6%
(-) Outras rec. (desp.) operacionais	(8.361)	(152)	105.814	n.m.	(9.002)	(793)	96.777	n.m.
(=) Resultado da Atividade	624.580	545.795	1.510.508	141,8%	43.794	(34.991)	185.380	323,3%
(+) Deprec. e amortização	98.128	84.982	99.555	1,5%	48.637	35.491	38.799	-20,2%
EBITDA	722.708	630.777	1.610.063	122,8%	92.431	500	224.179	142,5%
(-) Var.-Valor Justo-Ativos Biológicos ⁽⁴⁾	(813.519)	(690.204)	(1.583.061)	94,6%	(98.062)	25.253	(201.128)	105,1%
(+) Realiz. Valor Justo-Ativos Biológicos ⁽⁵⁾	595.503	565.333	976.321	63,9%	213.608	183.438	251.112	17,6%
(+) Baixas Ativo Imobilizado	6.192	6.046	8.653	39,7%	1.362	1.216	872	-36,0%
(+) Outras Transações – Imobilizado	916	916	618	-32,5%	675	675	(5)	n.m.
(+) Mais Valia (nota)	-	-	8.909	n.m.	-	-	8.909	100,0%
(+) Ajuste amortização - IFRS 16 ⁽⁶⁾	57.879	49.457	86.855	50,1%	31.967	23.545	46.673	46,0%
EBITDA Ajustado^(2 e 3)	569.679	562.325	1.108.358	94,6%	241.981	234.627	330.612	36,6%
Margem EBITDA Ajustado^(2 e 3)	26,9%	28,5%	39,4%	12,5p.p.	26,3%	30,2%	35,1%	8,8p.p.

⁽¹⁾ Excluindo os efeitos dos Ativos Biológicos, pois não representam efeito caixa. ⁽²⁾ Excluído a Baixa do Ativo Imobilizado e Outras Transações de Imobilizado sem efeito caixa; ⁽³⁾ Variação do valor justo dos Ativos Biológicos (nota explicativa 28 ITR) ⁽⁴⁾ Realização do valor justo os Ativos Biológicos (nota explicativa 27 ITR); ⁽⁵⁾ Amortização dos ativos de direito de uso - arrendamentos.

Receita Líquida

Tabela 13 Receita Líquida

(R\$ mil)	9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Receita Líquida	2.115.856	1.971.778	2.813.708	33,0%	920.595	776.517	942.369	2,4%
Algodão em pluma	881.712	809.902	1.041.268	18,1%	402.745	330.935	197.167	-51,0%
Caroço de algodão	98.207	81.770	173.643	76,8%	68.477	52.040	137.234	100,4%
Soja	1.107.992	1.098.854	1.319.080	19,1%	297.601	288.463	165.631	-44,3%
Milho	287.191	241.519	379.188	32,0%	238.516	192.844	352.643	47,8%
Rebanho Bovino	7.073	7.073	19.640	177,7%	6.704	6.704	9.823	46,5%
Outras	38.986	37.965	140.904	261,4%	35.463	34.442	101.558	186,4%
Resultado de hedge	(305.305)	(305.305)	(260.015)	-14,8%	(128.911)	(128.911)	(21.687)	-83,2%

Tabela 14 Volume Faturado (tons)

(Toneladas)	9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	1.813.654	1.609.274	1.700.934	-6,1%	956.904	752.524	847.399	-11,4%
Algodão em pluma	119.501	107.499	112.923	-5,5%	55.391	43.389	23.252	-58,0%
Caroço de algodão	203.434	162.539	173.936	-14,5%	145.881	104.986	130.423	-10,6%
Soja	815.698	814.225	725.935	-11,0%	181.899	180.426	65.463	-64,0%
Milho	643.068	497.225	629.935	-2,0%	551.031	405.188	588.113	6,7%
Outras	31.953	27.786	58.205	82,2%	22.702	18.535	40.148	76,8%

Tabela 15 Volume Faturado (cabeças)

(Cabeças)	9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	2.720	2.720	4.314	58,6%	2.572	2.572	2.087	-18,9%
Rebanho Bovino	2.720	2.720	4.314	58,6%	2.572	2.572	2.087	-18,9%

A Receita líquida cresceu 2,4% e 33,0% em relação ao 3T20 e ao 9M20, respectivamente.

No trimestre, apesar de preços faturados superiores para todas as culturas, tivemos um menor volume faturado de algodão e soja. No caso do algodão, a menor disponibilidade de navios e containers impactou o volume previsto a ser embarcado no trimestre. Para a soja, o menor volume expedido no 3T21, deve ser mais do que recuperado no 4T21, devido a estratégia de vendas, para obtenção de melhores preços. O faturamento de rebanho bovino obteve um incremento de 46,5%, mesmo com redução do volume faturado, devido ao incremento no preço unitário faturado (vide seção Resultado por Cultura – Rebanho Bovino). Nesse período também temos uma adição de R\$112,8 milhões proveniente da Terra Santa Agro.

O crescimento da Receita Líquida de 33,0% no 9M21 frente ao 9M20, reflete principalmente os maiores preços faturados para todos os nossos produtos. No caso do Rebanho bovino, tivemos aumento da quantidade de cabeças faturadas e aumento do preço unitário, contribuindo para o aumento e 177,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 16 Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos

(R\$ mil)	9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Var. Valor Justo - Ativos Biológicos	813.519	690.204	1.583.061	94,6%	98.062	(25.253)	201.128	105,1%
Algodão em pluma	407.113	298.465	623.001	53,0%	82.477	(26.171)	161.468	95,8%
Caroço de algodão	28.208	28.208	143.838	409,9%	(1.710)	(1.710)	69.237	n.m.
Soja	233.115	233.115	725.639	211,3%	-	-	-	-
Milho	75.658	62.353	79.844	5,5%	14.709	1.404	(32.938)	-323,9%
Rebanho Bovino	2.738	2.738	10.744	292,4%	1.224	1.224	3.366	175,0%
Outras	66.687	65.325	(5)	n.m.	1.362	-	(5)	n.m.

O cálculo da Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos (“VVJAB”) reflete a expectativa de margem bruta (preço de venda *na fazenda* deduzido dos custos unitários incorridos) das lavouras que se encontram em transformação biológica relevante no período de apuração.

Nesse trimestre finalizamos a apropriação da Variação do Valor Justo referente à cultura do algodão e do milho.

A VVJAB do algodão apresentou alta de 95,8% no 3T21 frente ao 3T20. Esse aumento é devido às melhores expectativas de produtividade e melhores preços para a cultura, frente ao ano safra anterior, apesar da menor área plantada na safra 20/21. Além disso, no 3T20, tivemos uma marcação negativa VVJAB de R\$26.171, dada revisão na expectativa (para baixo) da estimativa de produtividade para a cultura, naquele período. No período acumulado, houve crescimento de 53,0% na VVJAB devido principalmente às melhores margens estimadas para a safra 20/21, frente a safra 2019/20.

A VVJAB para o milho apresentou apropriação negativa no trimestre devido à queda de produtividade, frente à safra 2019/20. No 9M20, apresenta aumento de 5,5% devido ao aumento de área plantada e preços superiores, que mais do que compensaram queda de produtividade.

Custo dos Produtos vendidos

Tabela 17 Custo dos Produtos Vendidos

(R\$ mil)	9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Custo produtos vendidos	(1.503.801)	(1.364.838)	(1.722.346)	14,5%	(689.984)	(551.021)	(683.870)	-0,9%
Algodão em pluma	(499.419)	(450.088)	(524.487)	5,0%	(225.840)	(176.509)	(101.781)	-54,9%
Caroço de algodão	(60.425)	(51.852)	(78.799)	30,4%	(46.311)	(37.738)	(67.545)	45,9%
Soja	(652.022)	(638.804)	(649.321)	-0,4%	(179.760)	(166.542)	(120.307)	-33,1%
Milho	(240.580)	(176.620)	(339.529)	41,1%	(213.615)	(149.655)	(320.006)	49,8%
Rebanho Bovino	(5.698)	(5.698)	(14.511)	154,7%	(5.351)	(5.351)	(7.218)	34,9%
Outros	(45.657)	(41.776)	(115.699)	153,4%	(19.107)	(15.226)	(67.013)	250,7%

O custo dos produtos vendidos no trimestre teve queda de 0,9%, substancialmente devido aos menores volumes faturados no período de algodão e soja.

No acumulado do período, houve aumento de 14,5% frente ao 9M20, explicado pelo aumento nos custos unitários, em linha com o aumento do custo por hectare quando comparado à safra anterior.

No caso do milho, o aumento do custo unitário é reflexo de dois fatores: o aumento do custo por hectare e a queda de produtividade, quando comparamos a safra atual (2020/21) com a anterior.

O Rebanho Bovino, apresentou aumento do custo unitário em ambos os períodos, devido ao aumento do preço de aquisição da arroba do boi e preço dos principais insumos.

Tabela 18 Realização do valor Justo dos Ativos Biológicos

(R\$ mil)	9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Realização VJAB⁽¹⁾	(595.503)	(565.333)	(976.321)	63,9%	(213.608)	(183.438)	(251.112)	17,6%
Algodão em pluma	(158.325)	(139.140)	(195.594)	23,5%	(85.096)	(65.911)	(84.636)	-0,5%
Caroço de algodão	(12.530)	(12.530)	(43.413)	246,5%	(9.172)	(9.172)	(39.132)	326,6%
Soja	(300.627)	(301.236)	(672.249)	123,6%	(62.857)	(63.466)	(72.587)	15,5%
Milho	(57.178)	(45.584)	(61.781)	8,1%	(51.603)	(40.009)	(53.063)	2,8%
Outros	(66.843)	(66.843)	(3.284)	-95,1%	(4.880)	(4.880)	(1.694)	-65,3%

⁽¹⁾ Valor Justo dos Ativos Biológicos

A Realização do Valor Justo dos Ativos Biológicos ("RVJAB") é a contrapartida da Variação do Valor Justo (apurado no período de colheita), e é contabilizada à medida que os produtos são faturados.

A RVJAB foi 17,6% e 63,9% superior, no 3T21 e 9M21 respectivamente. No trimestre temos como principais impactos o aumento da RVAB do caroço de algodão e da soja, ambos com expectativas de margens superiores à safra anterior quando realizada a marcação.

No 9M21, a RVJAB apresenta aumento, o que reflete a expectativa de margens superiores à safra anterior.

Resultado Bruto por Cultura

Para contribuir com o melhor entendimento das margens por cultura, o resultado de hedge cambial é alocado entre o algodão, soja e milho, nessa seção.

Algodão em Pluma e Caroço de Algodão

Tabela 19 Resultado Bruto - Algodão em Pluma

Algodão em Pluma		9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	Ton	119.501	107.499	112.923	-5,5%	55.391	43.389	23.252	-58,0%
Receita Líquida	R\$/mil	881.712	809.902	1.041.268	18,1%	402.745	330.935	197.167	-51,0%
Result. de hedge cambial	R\$/mil	(210.660)	(210.660)	(240.750)	14,3%	(100.401)	(100.401)	(22.973)	-77,1%
Rec. Líq.aj. p/res. Hed.cambial	R\$/mil	671.052	599.242	800.518	19,3%	302.344	230.534	174.194	-42,4%
Preço Unitário	R\$/ton	5.615	5.574	7.089	26,2%	5.458	5.313	7.492	37,2%
Custo Total	R\$/mil	(499.419)	(450.088)	(524.487)	5,0%	(225.840)	(176.509)	(101.781)	-54,9%
Custo Unitário	R\$/ton	(4.179)	(4.187)	(4.645)	11,1%	(4.077)	(4.068)	(4.377)	7,4%
Resultado Bruto Unitário	R\$/ton	1.436	1.387	2.444	70,2%	1.381	1.245	3.114	125,5%

Resultado Bruto unitário superiores, subindo 125,5% e 70,2% no 3T21 e no 9M21, respectivamente em relação ao mesmo período do ano anterior. A elevação dos preços faturados em ambos os períodos, parcialmente compensado pelo aumento dos custos unitários, contribuíram para o aumento do Resultado Bruto Unitário do algodão. No trimestre 84% do algodão faturado é proveniente da safra 20/21.

Tabela 20 Resultado Bruto - Caroço de Algodão

Caroço de algodão		9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	Ton	203.434	162.539	173.936	-14,5%	145.881	104.986	130.423	-10,6%
Receita Líquida	R\$/mil	98.207	81.770	173.643	76,8%	68.477	52.040	137.234	100,4%
Preço Unitário	R\$/ton	483	503	998	106,8%	469	496	1.052	124,2%
Custo Total	R\$/mil	(60.425)	(51.852)	(78.799)	30,4%	(46.311)	(37.738)	(67.545)	45,9%
Custo Unitário	R\$/ton	(297)	(319)	(453)	52,5%	(317)	(359)	(518)	63,1%
Resultado Bruto Unitário	R\$/ton	186	184	545	193,6%	152	136	534	251,7%

Houve forte elevação dos preços unitários, mais do que compensando o aumento do custo unitário. Atingindo crescimento no resultado bruto unitário de 251,7% no 3T21 e 193,6% no 9M21, quando comparados em relação ao mesmo período do ano anterior.

Soja

Tabela 21 Resultado Bruto - Soja

Soja		9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	Ton	815.698	814.225	725.935	-11,0%	181.899	180.426	65.463	-64,0%
Receita Líquida	R\$/mil	1.107.992	1.098.854	1.319.080	19,1%	297.601	288.463	165.631	-44,3%
Result. de hedge cambial	R\$/mil	(76.604)	(76.604)	(19.861)	-74,1%	(14.499)	(14.499)	518	-103,6%
Rec. Líquida aj. p/res. hedge cambial	R\$/mil	1.031.388	1.022.250	1.299.219	26,0%	283.102	273.964	166.149	-41,3%
Preço Unitário	R\$/ton	1.264	1.255	1.790	41,5%	1.556	1.518	2.538	63,1%
Custo Total	R\$/mil	(652.022)	(638.804)	(649.321)	-0,4%	(179.760)	(166.542)	(120.307)	-33,1%
Custo Unitário	R\$/ton	(799)	(785)	(894)	11,9%	(988)	(923)	(1.838)	86,0%
Resultado Bruto Unitário	R\$/ton	465	471	895	92,5%	568	595	700	23,3%

Aumento de 23,3% e de 92,5% no Resultado Bruto unitário da soja, versus o 3T20 e ao 9M20. Notadamente impacto de preços faturados superiores, parcialmente compensados pelo aumento do custo unitário.

No trimestre o custo unitário da soja, apresenta elevação de 86,0%, devido a custos complementares relativos a fazendas que já haviam encerrado o volume faturado.

No período acumulado de 9 meses o custo unitário está levemente superior ao aumento do custo por hectare na safra 20/21 frente a safra 19/20. Devido ao mix de fazendas que faturam no período.

Milho

Tabela 22 Resultado Bruto - Milho

Milho		9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	Ton	643.068	497.225	629.935	-2,0%	551.031	405.188	588.113	6,7%
Receita Líquida	R\$/mil	287.191	241.519	379.188	32,0%	238.516	192.844	352.643	47,8%
Result. de hedge cambial	R\$/mil	(18.041)	(18.041)	1.413	n.m.	(14.011)	(14.011)	1.413	n.m.
Rec. Líquida aj. p/res. hedge cambial	R\$/mil	269.150	223.478	380.601	41,4%	224.505	178.833	354.056	57,7%
Preço Unitário	R\$/ton	419	449	604	44,4%	407	441	602	47,8%
Custo Total	R\$/mil	(240.580)	(176.620)	(339.529)	41,1%	(213.615)	(149.655)	(320.006)	49,8%
Custo Unitário	R\$/ton	(374)	(355)	(539)	44,1%	(388)	(369)	(544)	40,4%
Resultado Bruto Unitário	R\$/ton	44	94	65	46,8%	20	72	58	193,0%

Preços superiores faturados no 3T21 e no 9M21, quando comparados ao mesmo período do ano anterior, mais do que compensando o aumento do custo unitário. O maior custo unitário verificado em ambos os períodos é relativo à queda da produtividade na safra 2020/21 frente a safra 2019/20.

Rebanho Bovino

Tabela 23 Resultado Bruto – Rebanho Bovino

Rebanho Bovino		9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Quantidade faturada	CB	2.720	2.720	4.314	58,6%	2.572	2.572	2.087	-18,9%
Receita Líquida	R\$/mil	7.073	7.073	19.640	177,7%	6.704	6.704	9.823	46,5%
Result. de hedge cambial	R\$/mil	-	-	(817)	n.m.	-	-	(645)	n.m.
Rec. Líquida aj. p/res. hedge cambial	R\$/mil	7.073	7.073	18.823	166,1%	6.704	6.704	9.178	36,9%
Preço Unitário	R\$/mil	2.600	2.600	4.363	67,8%	2.607	2.607	4.398	68,7%
Custo Total	R\$/mil	(5.698)	(5.698)	(14.511)	154,7%	(5.351)	(5.351)	(7.218)	34,9%
Custo Unitário	R\$/mil	(2.095)	(2.095)	(3.364)	60,6%	(2.080)	(2.080)	(3.459)	66,2%
Resultado Bruto Unitário	R\$/mil	506	506	1.000	97,7%	526	526	939	78,5%

Para ambos os períodos atingimos crescimento do Resultado Bruto unitário, principalmente devido aos melhores preços faturados, que mais do que compensaram o aumento do custo unitário.

Resultado Bruto

Tabela 24 - Resultado Bruto

(R\$ mil)	9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Lucro Bruto	830.071	731.811	1.698.102	104,6%	115.065	16.805	208.515	81,2%
Algodão em pluma	171.633	149.154	282.276	64,5%	76.504	54.025	78.658	2,8%
Caroço de algodão	37.782	29.918	88.599	134,5%	22.166	14.302	63.444	186,2%
Soja	379.366	383.446	649.898	71,3%	103.342	107.422	45.842	-55,6%
Milho	28.570	46.858	41.072	43,8%	10.890	29.178	34.050	212,7%
Rebanho Bovino	1.375	1.375	4.312	213,6%	1.353	1.353	1.960	44,9%
Outras	(6.671)	(3.811)	25.205	n.m.	16.356	19.216	34.545	111,2%
Ativos Biológicos	218.016	124.871	606.740	178,3%	(115.546)	(208.691)	(49.984)	-56,7%

Realizando a exclusão dos efeitos dos Ativos Biológicos (Variação e Realização do Valor justo), temos a realização efetiva das margens dos produtos faturados. Nessa análise, no trimestre houve um acréscimo de 12,1% no Resultado Bruto frente ao 3T20, devido principalmente à expansão das margens em todas as culturas, com exceção da soja. No acumulado do período, houve aumento de 78,3%, no Resultado Bruto, com incremento em todas as culturas, notadamente em virtude dos melhores preços faturados.

Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas apresentaram aumento de 41,3% no trimestre, principalmente devido a um ajuste na linha de “outros”, relativo aos gastos com royalties de soja semente, realizado no 3T20. Além disso, no trimestre ocorreu queda das despesas com fretes, devido ao menor volume faturado no período e aumento as despesas com comissões. No 9M21 frente ao 9M20, as despesas com vendas foram 17,6% superiores, com destaque para as despesas com comissões, exportação e armazenagem, ambas despesas indexadas à moeda estrangeira, impactadas pela desvalorização do Real frente ao Dólar no período.

Tabela 25 - Despesas com vendas

(R\$ mil)	9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Frete	34.448	34.448	37.995	10,3%	12.422	12.422	10.540	-15,2%
Armazenagem	33.514	30.577	37.231	11,1%	12.744	9.807	13.933	9,3%
Comissões	10.831	10.831	16.373	51,2%	2.369	2.369	3.882	63,9%
Classificação de Produtos	1.029	1.029	1.032	0,3%	571	571	467	-18,2%
Despesas com Exportação	23.693	23.693	27.506	16,1%	8.150	8.150	5.116	-37,2%
Outros	1.814	1.295	3.764	107,5%	(9.549)	(10.068)	3.798	n.m.
Total	105.329	101.873	123.901	17,6%	26.707	23.251	37.736	41,3%
% Receita líquida	5,0%	5,2%	4,4%	-0,6%	2,9%	3,0%	4,0%	-6,9%

Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas (excluindo valores relativos ao Programa de Participação nos Resultados), apresentaram aumento de 95,1% e 63,4% no 3T21 e nos 9M21, respectivamente, no comparativo com o mesmo período do ano anterior.

Em ambos os períodos as três principais variações são explicadas as seguir:

- (i) Aumento de Gastos com Pessoal, devido principalmente a despesas com ajustes/aumentos de quadro de pessoal. Além disso, tivemos pagamento de *bônus retention* referente a manutenção dos colaboradores da Terra Santa Agro S.A. (subsidiária integral da SLC Agrícola) frente à combinação de negócios entre a SLC Agrícola e Terra Santa Agro S.A.
- (ii) Acréscimo nas despesas com Honorários de Terceiros, sendo maior parte referente às despesas com assessorias respectivas à combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A.;
- (iii) Aumento com Despesas de Manutenção de Software.
- (iv) Incremento da conta de doações, pela aderência da SLC Agrícola, por meio do Instituto SLC, a uma campanha nacional que beneficiou entidades que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social em cidades nos Estados em que estão as sedes de suas fazendas e de sua Matriz, em Porto Alegre (RS). Ao todo, associações, entidades e famílias de mais de 30 municípios, localizados em sete estados brasileiros, receberam cestas básicas. O montante disponibilizado foi de R\$ 1 milhão, que resultou em 180 toneladas de alimentos.

Tabela 26 Despesas Administrativas

(R\$ mil)	9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Gastos com pessoal	31.532	27.871	40.763	29,3%	13.217	9.556	17.654	33,6%
Honorários de terceiros	5.138	3.739	26.240	410,7%	2.697	1.298	17.573	551,6%
Depreciações e amortizações	2.475	1.521	2.225	-10,1%	1.436	482	991	-31,0%
Despesas com viagens	983	832	817	-16,9%	133	(18)	431	224,1%
Manutenção de Software	3.943	3.599	6.174	56,6%	1.606	1.262	3.073	91,3%
Propaganda e Publicidade	1.677	1.639	2.034	21,3%	334	296	578	73,1%
Despesas de comunicação	2.418	2.477	3.235	33,8%	825	884	1.325	60,6%
Aluguéis	863	827	1.546	79,1%	352	316	547	55,4%
Conting. Tribut., Trabalh. e Amb.	34	34	452	n.m.	(14)	(14)	319	n.m.
Energia Elétrica	202	130	932	361,4%	103	31	846	721,4%
Impostos e Taxas Diversas	1.005	977	1.811	80,2%	382	354	527	38,0%
Contribuições e doações	2.230	2.230	3.306	48,3%	598	598	1.845	208,5%
Outros	3.625	2.439	2.199	-39,3%	1.906	720	290	-84,8%
Subtotal	56.125	48.315	91.734	63,4%	23.575	15.765	45.999	95,1%
% Receita líquida	2,7%	2,5%	3,3%	0,6%	2,6%	2,0%	4,9%	2,3%
Participação nos Resultados	24.208	24.208	63.440	162,1%	9.404	9.404	33.011	251,0%
Total	80.333	72.523	155.174	93,2%	32.979	25.169	79.010	139,6%

Resultado Financeiro Líquido

Dado que a parte dolarizada do endividamento da Companhia é “swapada” para Reais (em linha com a Política de Gestão de Riscos) a variação cambial sobre a dívida em Dólar acaba por não impactar o Resultado Financeiro quando analisamos os números de forma agregada, pois eventuais ganhos e perdas sobre a dívida em dólares, oriundos da variação cambial são compensados por ganhos/perdas em igual proporção no respectivo *swap*.

Tabela 27 Resultado Financeiro Líquido Ajustado

(R\$ mil)	9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Juros	(74.240)	(50.562)	(38.594)	-48,0%	(38.597)	(14.919)	(9.141)	-76,3%
Variação cambial	(6.056)	11.943	(53.095)	776,7%	(13.561)	4.438	(38.432)	183,4%
Variação monetária	(16.129)	-	(2.595)	-83,9%	(16.129)	-	(2.600)	-83,9%
AVP(1)	(49.640)	(43.547)	(103.603)	108,7%	(21.045)	(14.952)	(49.644)	135,9%
Outras rec. (desp.) financeiras	(32.953)	(4.700)	11.590	-135,2%	(29.221)	(968)	16.158	-155,3%
Total	(179.018)	(86.866)	(186.297)	4,1%	(118.553)	(26.401)	(83.659)	-29,4%
% Receita líquida	-6,4%	-4,41%	-6,9%	-0,5p.p.	-12,9%	-3,40%	-8,9%	4,0p.p.

(1) AVP: Ajuste Valor Presente - Passivo arrendamento (IFRS16)

No trimestre e no acumulado 2021 o Resultado Financeiro Líquido ajustado apresentou aumento em relação ao mesmo período do ano passado.

A seguir as principais variações:

- (i) Aumento do valor de Ajuste a Valor Presente de Arrendamentos, no 3T21 e 9M21, oriundos do alongamento de alguns contratos, entrada dos contratos de arrendamento da Terra Santa e também como, aumento no preço da saca de soja em Reais (indexador dos contratos).
- (ii) Acréscimo na conta de variação cambial, sendo negativa, em função da apreciação da taxa de câmbio no 3T21 e 9M21, o que impactou os valores a pagar para fornecedores fixados em dólar.
- (iii) Na conta de juros, no trimestre e no período acumulado de nove meses, houve redução, apesar do aumento da dívida líquida, reflexo da aquisição da Terra Santa e o aumento do CDI médio no período. Essa redução ocorre em função do ajuste positivo da reversão de valores na liquidação de *fee letter* do endividamento oriundos da terra santa

Resultado Líquido

Tabela 28 Resultado Líquido

(R\$ mil)	9M20 Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	3T20 Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Result. antes dos tributos s/ lucro	445.561	458.928	1.324.213	197,2%	(74.759)	(61.392)	101.723	n.m.
IR e Contribuição Social s/ lucro	(148.323)	(142.151)	(386.414)	160,5%	19.510	25.682	12.031	-38,3%
Lucro Líquido Consolidado do Período	297.238	316.777	937.799	215,5%	(55.249)	(35.710)	113.754	n.m.
Atrib. sócios da empresa controladora	285.932	305.471	882.596	208,7%	(43.288)	(23.749)	121.011	-379,5%
Atrib. sócios da empresa não controladores	11.306	11.306	55.204	388,3%	(11.961)	(11.961)	(7.257)	-39,3%
Margem Líquida	14,0%	16,1%	33,3%	19,3p.p.	-6,00%	-4,60%	12,1%	18,1p.p.

Atingimos um lucro líquido R\$113,7 milhões no 3T21 e R\$937,8 milhões no 9M21. Em ambos os períodos com um crescimento bastante robusto e com incremento de margem líquida de 18,1p.p. no trimestre e 19,3p.p. no período acumulado de 9 meses.

No trimestre os principais fatores que contribuíram para o aumento do lucro líquido, foram o incremento no Resultado Bruto e o resultado positivo da mensuração do valor justo das propriedades para investimento. No período acumulado de 9 meses, a principal variação foi o aumento do resultado bruto, (efeito dos melhores preços de venda faturados). Em ambos os períodos a dinâmica de contabilização dos Ativos Biológicos (Receita – Custo), refletiu de forma positiva às expectativas de margens superiores em relação à safra anterior, colaborando no lucro líquido do período.

Análise do Demonstrativo de Fluxo de Caixa

A geração de caixa livre foi positiva no trimestre, em R\$82,4 milhões, refletindo a melhora no fluxo de caixa que é característica normal para essa época do ano (término do pagamento de insumos da safra e aumento nos volumes recebidos de algodão).

No acumulado do ano, no entanto, a geração de caixa livre ainda é negativa, em R\$366,8 milhões. Essa situação será revertida no quarto trimestre, à medida que será realizado o faturamento do algodão da safra 2020/21 e também à medida que as contas de capital de giro refletem maior liberação de caixa. Nessas variações não está sendo considerado o montante pago relativo à combinação de negócios com a Terra Santa Agro S.A.

Tabela 29 Fluxo de Caixa Resumido

(R\$ mil)	9M20	9M21	AH	3T20	3T21	AH
Caixa Gerado nas Operações	760.548	1.097.539	44,3%	291.507	341.408	17,1%
Variações nos Ativos e Passivos	(533.420)	(865.894)	62,3%	91.513	(76.677)	n.m.
Caixa Líquido Ativ.de Investimento	(182.106)	(376.675)	106,8%	(51.762)	(164.250)	217,3%
<i>Em imobilizado</i>	(166.191)	(283.643)	70,7%	(46.978)	(88.999)	89,4%
<i>Em intangível</i>	(15.915)	(27.415)	72,3%	(4.784)	(10.340)	116,1%
<i>Aquisição de investimentos em controladas</i>	-	(63.297)	100,0%	-	(63.297)	100,0%
<i>Outros investimentos</i>	-	(1.614)	100,0%	-	(1.614)	100,0%
<i>Pagamento devolução de terras</i>	-	(706)	100,0%	-	(706)	100,0%
Caixa livre apresentado	(45.022)	(145.030)	422,1%	331.258	100.481	-69,7%
Var.conta de Aplic.Financeiras ⁽¹⁾	(45.332)	12	-100,0%	(11.704)	6	-100,0%
Arrendamentos Pagos ⁽²⁾	(113.140)	(221.856)	96,1%	(4.406)	(17.952)	307,4%
Recuperação de ações	-	168	100,0%	-	-	-
Pagamento de Custas CRA	-	(131)	100,0%	-	(121)	100,0%
Caixa Livre Ajustado	(113.450)	(366.837)	n.m.	315.148	82.414	50,1%

⁽¹⁾ As variações da referida conta não possuem efeito caixa.

⁽²⁾ Em função da adoção do IFRS 16, o pagamento de arrendamentos passou a ser contabilizado, no Demonstrativo de Fluxo de Caixa, na seção de Atividades de Financiamento. No entanto, deve ser considerado como um desembolso de caixa operacional.

Imobilizado /CAPEX

Tabela 30 CAPEX

(R\$ mil)	9M20				3T20			
	Combinado (a)	9M20 (b)	9M21 (c)	AH c x a	Combinado (a)	3T20 (b)	3T21 (c)	AH c x a
Máq., implementos e equipamentos	83.172	82.557	142.035	70,8%	13.222	12.607	67.762	412,5%
Aquisição de terras	102	102	322	215,7%	-	-	-	-
Correção de solo	56.758	48.792	88.544	56,0%	45.405	37.439	67.235	48,1%
Obras e instalações	17.834	17.101	39.690	122,6%	6.175	5.442	12.300	99,2%
Usina de beneficiamento de algodão	3.781	3.409	2.331	-38,3%	1.872	1.500	1.860	-0,6%
Armazém de Grãos	2.415	2.185	359	-85,1%	626	396	220	-64,9%
Limpeza de solo	8.974	8.974	18.494	106,1%	4.700	4.700	10.499	123,4%
Veículos	1.234	1.136	1.321	7,1%	1.015	917	401	-60,5%
Aeronaves	701	21	440	-37,2%	680	-	440	-35,3%
Software	14.123	13.988	27.186	92,5%	5.316	5.181	8.352	57,1%
Benfeitorias imóveis próprios	19	19	-	-100,0%	19	19	-	-100,0%
Benfeitorias imóveis de Terceiros	998	998	940	-5,8%	322	322	1	-99,7%
Prédios	106	106	-	-100,0%	-	-	-	-
Outros	9.813	9.763	16.089	64,0%	4.797	4.747	4.981	3,8%
Total	200.030	189.151	337.751	68,9%	84.149	73.270	174.051	106,8%

No trimestre os maiores investimentos foram realizados em máquinas, implementos e equipamentos, correção de solo e em obras e instalações.

Em máquinas, implementos e equipamentos destaca-se investimentos em maquinários para a Fazenda Paysandu. Em correção de solo, foram feitas várias correções em diversas fazendas, com destaque para as fazendas Paysandu, Paiaguás, Planorte e Pantanal.

Obras e instalações os investimentos mais relevantes foram realizados nas fazendas Pamplona (investimentos em irrigação, telemetria e reformas de casas); Planeste (ampliação da prensa da algodoeira, abrigo calador, melhorias na sala de classificação e melhorias nos batedores e descaroçadores); Planalto (construção de curral) e Panorama (aeração do piso do depósito de caroço, projetores de led e materiais para bancos de capacitadores).

Endividamento

A Dívida Líquida Ajustada da Companhia encerrou o terceiro trimestre de 2021 em R\$ 2,2 bilhões, apresentando um **aumento de R\$ 1,5 bilhão** em relação ao fechamento de 2020. A dívida líquida foi impactada principalmente em função do aumento na Necessidade de Capital de Giro, oriunda, por sua vez, do volume de pagamentos dos insumos agrícolas da safra 2020/21 e 2021/22 e da liquidação total do endividamento da Terra Santa. Cabe salientar que o aumento do endividamento nesse período do ano é esperado, considerando o ciclo financeiro do negócio.

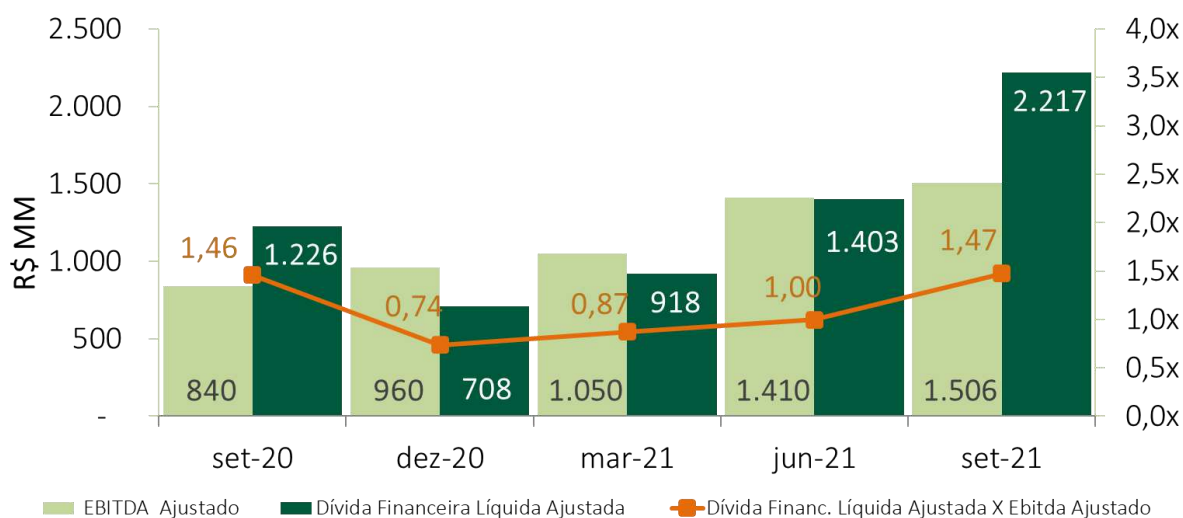
Tabela 31 Dívida Financeira Líquida

Linha de Crédito (R\$ mil)	Taxas médias anuais de juros (%)			Consolidado	
	Indexador	2020	9M21	2020	9M21
Aplicados no Imobilizado					
Finame – BNDES	Pré e Cesta de Moedas	5,4%	5,5%	57.053	45.403
Aplicados no Capital de Giro				2.377.936	2.937.253
Crédito Rural	Pré	4,3%	5,5%	12.186	16.053
CRA	CDI ⁽¹⁾	3,7%	7,2%	841.616	886.466
Capital de Giro	CDI ⁽¹⁾	3,1%	7,3%	577.936	920.032
Financiamento à Exportação	CDI ⁽¹⁾	3,2%	7,4%	946.198	1.114.701
Total do Endividamento⁽³⁾		3,4%	7,3%	2.434.989	2.982.655
(+/-) Ganhos/perdas c/derivativos vinculado a Aplicações e Dívidas ⁽²⁾				121.794	39.740
(=) Dívida Bruta (Ajustada)				2.313.195	2.942.915
(-) Caixa				1.604.716	726.095
(=) Dívida Líquida (Ajustada)				708.479	2.216.820
EBITDA dos últimos 12 meses				960.262	1.506.296
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado				0,74	1,47

⁽¹⁾ Taxa de Juros final com swap; ⁽²⁾ Operações com ganhos e perdas de Derivativos (nota 24 letra e do ITR);

⁽³⁾ O Total do endividamento é diferente da posição contábil devido aos custos de transações com CRA, vide nota 17 da ITR.

Figura 15 Evolução da Relação Dívida Líquida x EBITDA Ajustado



Posição de Hedge

Hedge cambial e de commodities agrícolas

As receitas de vendas da Companhia são geradas, principalmente, pela comercialização de commodities agrícolas como algodão, soja e milho; produtos que são cotados em dólares nas bolsas internacionais *Chicago Board of Trade - CBOT* e *Intercontinental Exchange Futures US – ICE*.

Dessa forma, temos uma exposição ativa à variação da taxa de câmbio e aos preços dessas commodities. Com o objetivo de proteção contra a variação da taxa de câmbio são utilizados instrumentos de derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de vendas e compras a termo de moeda – NDF (*Non Deliverable Forward*).

Em linha com a Política de Gestão de Risco da Companhia – cujo objetivo é o alcance de uma margem operacional pré-estabelecida com a conjunção dos fatores Preço, Câmbio e Custo – a maior parte dos instrumentos de proteção contra a variação dos preços das commodities é realizada através de vendas antecipadas diretamente com nossos clientes (*forward contracts*). Além disso, são utilizados contratos de futuros e de opções, negociados em ambiente de bolsa, e operações financeiras de swaps e opções, com instituições financeiras.

A seguir apresentamos nossa posição de hedge de commodities (em relação ao volume de total de faturamento estimado) e de câmbio (em relação à receita total em dólar estimada) – aberta em hedge comercial e hedge financeiro – atualizada até 08 de novembro:

Tabela 32 Posição Atualizada de Hedge

Hedge de câmbio – SOJA				Hedge de Commodity – SOJA			
Ano agrícola	2020/21	2021/22	2022/23	Ano Agrícola	2020/21	2021/22	2022/23
%	100,5	40,5	10,0	%	99,2	49,3	7,4
R\$/USD	5,2505	5,5640	6,1986	USD/bu ⁽²⁾	12,42	12,46	13,27
Compromissos % ⁽¹⁾	-	25,1	59,3	Compromissos % ⁽¹⁾	-	10,9	20,3

Hedge de câmbio – Algodão				Hedge de Commodity – Algodão			
Ano agrícola	2020/21	2021/22	2022/23	Ano agrícola	2020/21	2021/22	2022/23
%	96,7	40,7	15,0	%	97,3	65,4	10,0
R\$/USD	5,4333	5,9015	6,2946	US\$/lb ⁽²⁾	70,8	78,2	80,56
Compromissos % ⁽¹⁾	-	27,6	50,8	Compromissos % ⁽¹⁾	-	-	-

Hedge de câmbio – Milho				Hedge de Commodity – Milho			
Ano agrícola	2020/21	2021/22	2022/23	Ano agrícola	2020/21	2021/22	2022/23
%	102,1	48,7	24,7	%	96,7	59,9	38,5
R\$/USD	5,2327	5,7101	6,3320	R\$/saca ⁽³⁾	41,01	53,89	61,17
Compromissos % ⁽¹⁾	-	17,3	40,3	Compromissos % ⁽¹⁾	-	-	-

⁽¹⁾ Compromissos com pagamentos de títulos fixados em dólar, hedge natural com pagamentos de terras e arrendamentos em sacas de soja. ⁽²⁾ Base FOB Porto - os preços nas nossas unidades de produção são influenciados ainda por despesas de transporte e possíveis desconto de qualidade. ⁽³⁾ Preço fazenda.

Comunicação ESG com os stakeholders

PARTICIPE DA NOSSA PESQUISA DE MATERIALIDADE

Queremos ouvir a sua opinião para definir os temas de sustentabilidade mais relevantes para o próximo Relatório Integrado da SLC Agrícola.

Pesquisa de Materialidade

Desde 2016 a SLC Agrícola publica relatórios anuais de sustentabilidade em conformidade com o Standard da Global Reporting Initiative (GRI), na opção Essencial e alinhados com os princípios do Pacto Global e com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), assumindo o compromisso esperado do setor privado para o alcance das metas da Agenda 2030 da ONU. A partir do terceiro ciclo, houve um avanço na medida em que passamos a adotar o International Framework. O propósito é informar aos nossos provedores de capital e aos demais públicos como criamos e compartilhamos valor de forma sustentável.

O Relato Integrado nos possibilita aprimorar a qualidade das informações financeiras e não financeiras em harmonia com nossas boas práticas de gestão. A partir do ciclo 2018 o Relatório Integrado e o Relatório de Administração da SLC Agrícola foram publicados de forma simultânea, tendo em vista que, juntos, expressam a visão integrada da Companhia.

No ciclo 2019 evoluímos ainda mais e incluímos na publicação o nosso Posicionamento em Sustentabilidade e os Eixos Prioritários de atuação da Companhia em relação aos principais desafios relacionados aos temas que envolvem a Sustentabilidade na visão da nossa Empresa, integrando assim este processo ao Sonho Grande que é “impactar positivamente gerações futuras, sendo líder mundial em eficiência no negócio agrícola e respeito ao planeta”.

O primeiro processo de materialidade da SLC Agrícola foi realizado em 2016, com direcionamento para o relato GRI, sendo revisto em 2018, considerando a relevância da matriz sob a perspectiva do framework do Relato Integrado, quando foi confirmada a aderência dos temas materiais identificados anteriormente.

O engajamento com os principais grupos de stakeholders se manteve por meio dos canais de relacionamento formais e da pesquisa de clima, que identificam demandas dos públicos interno e externo. No novo ciclo para elaboração do Relatório Integrado de 2021 a Companhia decidiu realizar uma ampla revisão da matriz de materialidade.

Esse processo teve início com uma avaliação setorial na busca por benchmarkings, referências de sustentabilidade e indicadores (KPIs). A segunda etapa consistiu na priorização dos públicos, através da elaboração dos grupos de stakeholders, exercício de priorização e fechamento do mailing para direcionamento da consulta interna e externa.

As demais etapas que consistem no engajamento através da aplicação de questionários, entrevistas e consolidação com o fechamento do sumário executivo e aprovação da matriz de materialidade deverá ocorrer no 4º trimestre desse ano.

Figura 16 Timeline nova Matriz de Materialidade



Os resultados obtidos irão revelar a nova matriz com os temas de maior interesse e relevância estratégica, aqueles que podem influenciar decisões e ações da organização e de seus stakeholders, refletindo impactos econômicos, ambientais e sociais significativos dentro e fora da organização. A partir disso serão identificados os temas prioritários que serão apresentados e validados pela alta gestão da Empresa e darão suporte na construção do Relatório Integrado de 2021.

Indicadores de Retorno

A Companhia entende que o cálculo de Retorno sobre o Patrimônio Líquido, Retorno sobre o Ativo Líquido e Retorno sobre o Capital Investido deve considerar, além do resultado líquido do período ou resultado operacional do período, também a apreciação anual líquida (com base no relatório independente da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., realizado todos os anos) do valor de suas terras.

Tabela 33 Retorno s/ Patrimônio Líquido

(R\$ milhões)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Lucro Líquido ⁽¹⁾	70	121	16	289	405	293	511
Apreciação de Terras Líquida ⁽²⁾	428	140	199	19	110	142	216
Subtotal	498	261	215	308	515	435	727
Patrimônio Líquido ⁽³⁾	3.771	3.911	4.346	4.438	4.641	4.973	5.361
Retorno	13,2%	6,7%	4,9%	6,9%	11,1%	8,7%	13,6%

⁽¹⁾ Mesmo em períodos que contemplam resultados líquidos oriundos de venda de terras, nessa análise é considerado apenas o lucro da "operação agrícola", visto que os ganhos com apreciação de terras estão sendo considerados em linha específica.

⁽²⁾ Baseado em laudo independente (Deloitte), atualizado em outubro/2020; valores líquidos de impostos.

⁽³⁾ Ajustado pela apreciação de terras

Tabela 34 Retorno s/ Ativo Líquido

(R\$ milhões)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Lucro Líquido ⁽¹⁾	70	121	16	289	405	293	511
Apreciação de Terras Líquida ⁽²⁾	428	140	199	19	110	142	216
Subtotal	498	261	215	308	515	435	727
Ativo Líquido	4.859	5.005	5.026	5.097	5.443	6.551	7.352
Capital de Giro	733	739	561	613	603	912	1.150
Ativo Fixo ⁽³⁾	4.126	4.266	4.465	4.484	4.840	5.639	6.202
Retorno	10,2%	5,2%	4,3%	6,0%	9,5%	6,6%	9,9%

⁽¹⁾ Mesmo em períodos que contemplam resultados líquidos oriundos de venda de terras, nessa análise é considerado apenas o lucro da "operação agrícola", visto que os ganhos com apreciação de terras estão sendo considerados em linha específica.

⁽²⁾ Baseado em laudo independente (Deloitte), atualizado em outubro/2020; valores líquidos de impostos.

⁽³⁾ Ajustado pela apreciação de terras.

Tabela 35 Retorno S/Capital Investido

(R\$ milhões)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Resultado Operacional ⁽¹⁾	190	285	110	513	657	536	780
Alíquota de IRPJ	21,3%	27,3%	0,0%	26,3%	30,5%	24,0%	26,0%
IR Ajustado	(40)	(78)	20	(135)	(200)	(129)	(203)
Res. Operacional Ajustado	150	207	130	378	457	407	577
Apreciação de terras Líquida ⁽²⁾	428	140	199	19	110	142	216
Res. Operacional c/ Terras	578	347	329	397	567	549	793
Capital Investido	4.731	5.005	5.255	5.104	5.584	5.947	6.154
Dívida Bruta (CP e LP)	1.332	1.795	1.974	1.578	1.586	1.859	2.313
Caixa	372	701	1.065	749	643	885	1.520
Dívida Líquida	960	1.094	909	829	943	974	793
Patrimônio Líquido ⁽³⁾	3.771	3.911	4.346	4.275	4.641	4.973	5.361
Retorno s/Capital Investido	12,2%	6,9%	6,3%	7,8%	10,2%	9,2%	12,9%

⁽¹⁾ Mesmo em períodos que contemplam resultados operacionais oriundos de venda de terras, nessa análise é considerado apenas o resultado da "operação agrícola", visto que os ganhos com apreciação de terras estão sendo considerados em linha específica.

⁽²⁾ Baseado em laudo independente (Deloitte), atualizado em outubro/2020; valores líquidos de impostos.

⁽³⁾ Ajustado pela apreciação de terras

Informações Adicionais

Área Plantada – safra 2020/21 e 2021/22

Tabela 36 Área Plantada Safra 2021/22

Mix de áreas	Área plantada	Área Plantada	Participação 2021/22	Δ%
	2020/21	2021/22 ⁽¹⁾		
	ha		%	
Área de 1ª Safra	322.035	447.038	66,8%	38,8%
Área Própria	110.273	112.014	16,7%	1,6%
Área Arrendada	135.006	252.244	37,7%	86,8%
Área de Sociedades ⁽²⁾	41.594	41.163	6,2%	-1,0%
Área LandCo	35.162	41.617	6,2%	18,4%
Área de 2ª Safra	141.133	221.751	33,2%	57,1%
Área Própria	51.155	53.340	8,0%	4,3%
Área Arrendada	60.757	136.644	20,4%	124,9%
Área de Sociedades ⁽²⁾	14.228	14.391	2,2%	1,1%
Área LandCo ⁽³⁾	14.993	17.376	2,6%	15,9%
Área Total	463.167	668.790	100,0%	44,4%

⁽¹⁾ Fatores climáticos poderão afetar a projeção de área plantada.

⁽²⁾ Áreas pertencentes ao Grupo Roncador e Mitsui.

⁽³⁾ A SLC Agrícola detém participação de 81,23% na SLC LandCo.

Portfólio de terras

Em 10 de novembro de 2021 contávamos com o seguinte portfólio de terras sob controle:

Tabela 37 Portfólio de terras

Safra 2021/22 (ha)		Própria ⁽¹⁾	SLC LandCo ⁽²⁾	Arrendada	Sociedades	Sob Controle	Total Plantada ⁽³⁾
Fazenda	Estado						
		ha					
Pamplona	GO	17.994		8.596		26.590	27.190
Pantanal	MS			26.259		26.259	43.939
Planalto	MS	15.006		1.635		16.641	22.602
Pampeira	MT			24.065		24.065	41.378
Piracema	MT			12.605		12.605	23.786
Pejuçara	MT			14.466		14.466	27.348
Pirapora	MT			11.418		11.418	20.759
Próspera	MT			16.999		16.999	30.772
Planorte	MT	23.454				23.454	31.769
Paiaguás	MT	28.129		17.321		45.450	66.273
Perdizes ⁽⁵⁾	MT	28.893	13.288			42.181	26.495
Pioneira ⁽⁴⁾	MT				19.814	19.814	34.205
Panorama	BA		10.373	14.189		24.562	21.736
Paladino ⁽⁵⁾	BA				21.350	21.350	21.350
Piratini	BA		25.356			25.356	14.219
Paysandu	BA			32.473		32.473	38.001
Palmares	BA	16.195	831	16.936		33.962	25.766
Parceiro	BA	27.564	3.680	6.933		38.177	11.080
Parnaíba	MA	26.193		11.309		37.502	42.723
Palmeira	MA		10.200	16.679		26.879	23.468
Planeste	MA		22.783	20.359		43.142	64.047
Parnaguá	PI	19.416				19.416	9.883
Paineira ⁽⁶⁾	PI	12.892				12.892	
Total	-	215.736	86.511	252.244	41.164	595.653	668.790

⁽¹⁾Área própria, inclui Reserva legal. ⁽²⁾Atualmente a SLC Agrícola possui 81,23% da LandCo, e o fundo Valiance 18,77% ⁽³⁾Incluindo segunda safra. Fatores climáticos poderão afetar a projeção de área plantada. ⁽⁴⁾ Fazenda Pioneira faz parte da operação conjunta com o Grupo Roncador ⁽⁵⁾ Fazenda Perdizes e Fazenda Paladino fazem parte da operação conjunta com a Mitsui na SLC-Mit. ⁽⁶⁾ Fazenda arrendada para terceiros.

Banco de terras

Até o 2T21, havia 2.872 hectares que estavam em processo de licenciamento, ou seja, aguardando a liberação de licença ambiental para abertura. Informamos que de acordo com o nosso compromisso divulgado junto ao mercado a companhia encerrou o ciclo de abertura de novas áreas na safra 20/21 (agosto/2021), desta forma, essa área será destinada ao banco de terras de vegetação nativa remanescente. Atualmente a companhia possui 100,2 mil hectares de áreas dedicadas a Reserva Legal e Preservação Permanente. Adicionalmente também houve redução no banco de terras em 15.662 mil hectares, uma vez que essas áreas estão sendo plantadas pela primeira vez na safra 21/22.

A seguir demonstramos a posição atual do nosso banco de terras.

Tabela 38 Banco de terras

Hectares	Em processo de desenvolvimento agrícola*	Em processo de licenciamento
SLC Agrícola		
Parnaíba	1.464	-
Parnaguá	-	-
Parceiro	2.527	-
Sub Total	3.991	-
SLC LandCo		
Palmeira ⁽¹⁾	-	-
Piratini	2.180	-
Parceiro ⁽¹⁾	-	-
Sub Total	2.180	-
Total	6.171	-

⁽¹⁾Áreas adquiridas pela SLC LandCo que serão exploradas juntamente a essas fazendas.*Em desenvolvimento para plantio comercial.

Parque de máquinas e Capacidade de Armazenagem

Tabela 39 Parque de Máquinas e Capacidade de Armazenagem

	2018	2019	2020	2T21	3T21
Maquinário (quantidade)	867	873	871	863	1172
Tratores	216	212	211	213	343
Colheitadeiras de grãos	209	206	196	173	217
Colheitadeiras de algodão	76	85	92	87	104
Plantadeiras	212	209	210	214	299
Pulverizadores autopropelidos	154	161	162	176	209
Capacidade de armazenagem (toneladas)					
Grãos	764.000	764.000	764.000	764.000	1.054.920
% Produção ⁽¹⁾	52%	52%	44%	44%	61%
Algodão	125.148	125.148	125.148	125.148	190.447
% Produção ⁽¹⁾	60%	60%	63%	63%	72%

⁽¹⁾ Estimativa com base na área plantada e produtividades estimadas para o ano-safra 2021/22 para o 3T21

Valor Líquido dos Ativos

Tabela 40 Valor líquido dos Ativos – NAV

(R\$ milhões)	3T21
Fazendas SLC Agrícola ⁽¹⁾	4.800
Fazendas SLC LandCo ⁽¹⁾	1.360
Infra-estrutura (excl. terras)	1.535
Contas a Receber (excl. derivativos)	33
Estoques	3.466
Ativos Biológicos	399
Caixa	639
Subtotal	12.231
Fornecedores	1.076
Dívida Bruta ajustada pelo resultado das operações com derivativos	2.786
Dívidas relativas à compra de terras	-
Subtotal	3.862
Valor Líquido dos Ativos	8.369
Valor Líquido dos Ativos por Ação (193.111.454.000 ações)	43,3

⁽¹⁾ Baseado em laudo de avaliação independente (Deloitte, 2021), líquido de impostos.

NOTA: Todas as contas são ajustadas pela participação da SLC Agrícolas nas subsidiárias/joint ventures

Endividamento

Figura 17 Movimentação da Dívida Bruta Ajustada (R\$ mil)

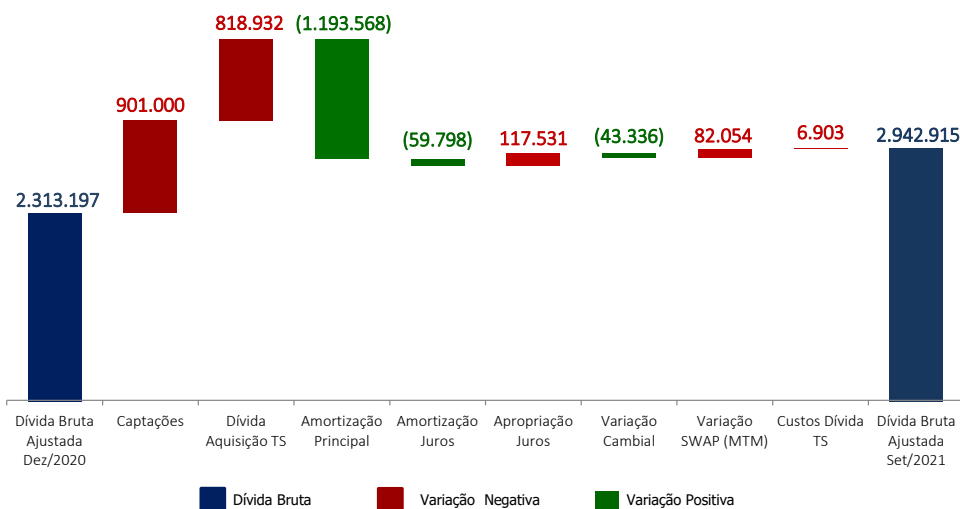


Figura 18 Cronograma de Amortização da Dívida Bruta Ajustada (R\$ mil)

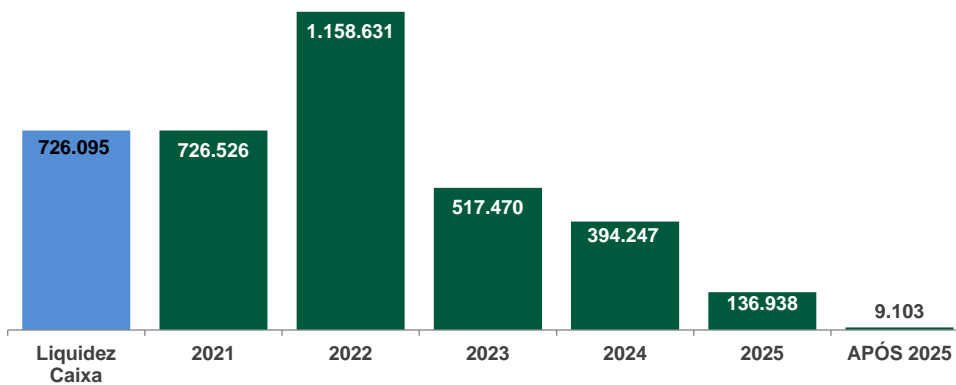


Figura 19 Perfil do Endividamento Bruto Ajustado

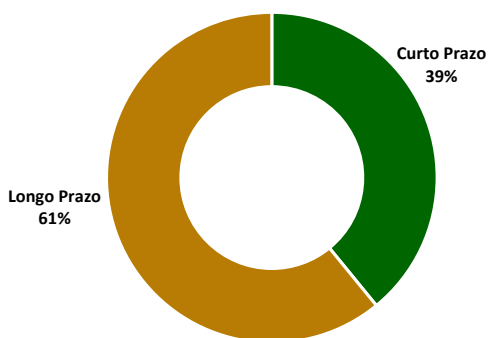
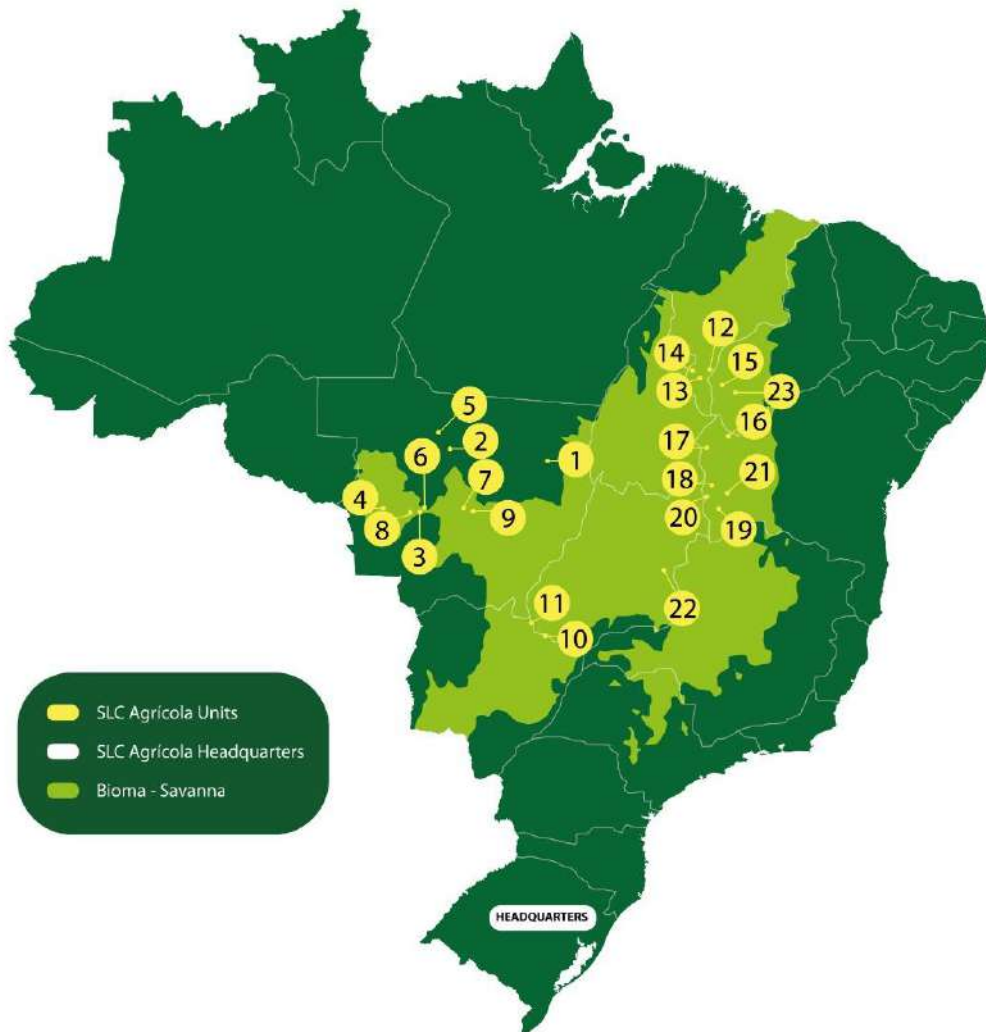


Figura 20 Endividamento Bruto Ajustado por Indexador e Instrumento



Localização das Unidades de Produção e Matriz



Fazendas operadas pela SLC Agrícola

- | | |
|--|---|
| 1. Pioneira (MT) – 34.205 ha ⁽¹⁾ | 13. Palmeira (MA) – 23.468 ha ⁽¹⁾ |
| 2. Perdizes (MT) – 26.495 ha ⁽¹⁾ | 14. Planeste (MA) – 64.047 ha ⁽¹⁾ |
| 3. Paiaguás (MT) – 66.273 ha ⁽¹⁾ | 15. Parnaguá (PI) – 9.883 ha ⁽¹⁾ |
| 4. Planorte (MT) – 31.769 ha ⁽¹⁾ | 16. Parceiro (BA) – 11.080 ha ⁽¹⁾ |
| 5. Próspera (MT) - 30.772 ⁽²⁾ | 17. Palmares (BA) -25.766 ha ⁽¹⁾ |
| 6. Pejucara (MT) – 27.348 ⁽²⁾ | 18. Paladino (BA) -21.350 ha ⁽¹⁾ |
| 7. Piracema (MT) – 23,786 ⁽²⁾ | 19. Piratini (BA) – 14.219 ha ⁽¹⁾ |
| 8. Pampeira (MT) – 41.378 ⁽²⁾ | 20. Panorama (BA) – 21.736 ha ⁽¹⁾ |
| 9. Pirapora (MT) – 20.759 ⁽²⁾ | 21. Paysandu (BA) – 38.001 ⁽²⁾ |
| 10. Pantanal (MS) – 43.939 ha ⁽¹⁾ | 22. Pamplona (GO) -27.190 ha ⁽¹⁾ |
| 11. Planalto (MS) -22.602 ha ⁽¹⁾ | 23. Paineira (PI) - Arrendada |
| 12. Parnaíba (MA) – 42.723 ha ⁽¹⁾ | |

Observações:

⁽¹⁾ Inclui 1ª e 2ª safra

⁽²⁾ Serão plantadas na safra 2021/22

Aviso Legal

Nós fazemos declarações sobre eventos futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia. As ressalvas com relação a declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "estima" ou expressões semelhantes. As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da nossa capacidade de controle ou previsão.

Anexo 1 Balanço Patrimonial - Ativo

R\$ (mil)	31/12/2020	AV	30/09/2021	AV	AH
Ativo Circulante	4.201.380	48,9%	5.245.361	40,9%	24,8%
Caixa e equivalentes de caixa	1.604.053	18,7%	725.420	5,7%	-54,8%
Contas a receber de clientes	207.283	2,4%	85.418	0,7%	-58,8%
Adiantamento a fornecedores	3.580	0,0%	20.566	0,2%	n.m.
Estoques	1.301.082	15,1%	3.641.559	28,4%	179,9%
Ativos biológicos	891.804	10,4%	435.268	3,4%	-51,2%
Tributos a recuperar	39.447	0,5%	99.749	0,8%	152,9%
Títulos a receber	31.207	0,4%	48.544	0,4%	55,6%
Operações com derivativos	98.587	1,1%	136.057	1,1%	38,0%
Créditos com partes relacionadas	8	0,0%	20	0,0%	150,0%
Outras contas a receber	6.217	0,1%	15.323	0,1%	146,5%
Despesas antecipadas	17.141	0,2%	36.864	0,3%	115,1%
Ativos mantidos para venda	971	0,0%	573	0,0%	-41,0%
Ativo Não Circulante	4.388.311	51,1%	7.580.072	59,1%	72,7%
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	663	0,0%	675	0,0%	1,8%
Tributos a recuperar	111.203	1,3%	152.677	1,2%	37,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.480	0,2%	424.977	3,3%	n.m.
Operações com derivativos	146.785	1,7%	156.580	1,2%	6,7%
Títulos a receber	2.700	0,0%	24.077	0,2%	791,7%
Adiantamento a fornecedores	59.814	0,7%	76.285	0,6%	27,5%
Despesas antecipadas	437	0,0%	23	0,0%	-94,7%
Outros créditos	13.705	0,2%	19.620	0,2%	43,2%
	355.787	4,1%	854.914	6,7%	140,3%
Investimentos	-	0,0%	1.614	0,0%	n.m.
Propriedades para investimento	224.194	2,6%	333.486	2,6%	48,7%
Ativo de Direito de uso	828.496	9,6%	2.933.494	22,9%	254,1%
Imobilizado	2.944.544	34,3%	3.346.896	26,1%	13,7%
Intangível	35.290	0,4%	109.668	0,9%	210,8%
	4.032.524	46,9%	6.725.158	52,4%	66,8%
ATIVO TOTAL	8.589.691	100%	12.825.433	100%	49%

Anexo 2 Balanço Patrimonial – Passivo

R\$ (mil)	31/12/2020	AV	30/09/2021	AV	AH
Passivo Circulante	2.337.097	27,2%	4.040.434	31,5%	72,9%
Fornecedores	1.101.769	12,8%	1.129.503	8,8%	2,5%
Empréstimos e financiamentos	377.547	4,4%	1.174.190	9,2%	211,0%
Impostos, taxas e contribuições diversas	57.186	0,7%	79.569	0,6%	39,1%
Obrigações sociais e trabalhistas	79.989	0,9%	120.571	0,9%	50,7%
Adiantamento de clientes	68.264	0,8%	309.477	2,4%	353,4%
Débitos com partes relacionadas	118	0,0%	150	0,0%	27,1%
Operações com derivativos	358.969	4,2%	646.665	5,0%	80,1%
Títulos a pagar	12.273	0,1%	53.120	0,4%	332,8%
Provisões p/ riscos tributários, ambientais trabalhistas e cíveis	5.429	0,1%	31.953	0,2%	488,6%
Dividendos a pagar	86.332	1,0%	9	0,0%	-100,0%
Arrendamentos a pagar	5.283	0,1%	-	0,0%	-100,0%
Passivo de arrendamento com terceiros	162.258	1,9%	475.513	3,7%	193,1%
Outras contas a pagar	21.680	0,3%	19.714	0,2%	-9,1%
Passivo Não Circulante	3.101.536	36,1%	4.939.318	38,5%	59,3%
Empréstimos e financiamentos	2.039.736	23,7%	1.793.876	14,0%	-12,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	230.802	2,7%	306.397	2,4%	32,8%
Operações com derivativos	58.152	0,7%	182.825	1,4%	214,4%
Títulos a pagar	706	0,0%	52.629	0,4%	n.m.
Provisões p/ riscos tributários, ambientais trabalhistas e cíveis	-	-	-	0,0%	n.m.
Outras obrigações	114	0,0%	81	0,0%	-28,9%
Passivo de arrendamento com terceiros	772.026	9,0%	2.603.510	20,3%	237,2%
Patrimônio Líquido Consolidado	3.151.058	36,7%	3.845.681	30,0%	22,0%
Capital social	947.522	11,0%	1.012.522	7,9%	6,9%
Reserva de capital	97.504	1,1%	167.599	1,3%	71,9%
(-) Ações em tesouraria	(52.921)	-0,6%	(74.899)	-0,6%	41,5%
Reservas de lucros	978.074	11,4%	862.055	6,7%	-11,9%
Lucros acumulados	-	0,0%	885.217	6,9%	n.m.
Outros resultados abrangentes	970.200	11,3%	742.617	5,8%	-23,5%
Participação dos acionistas não controladores	210.679	2,5%	250.570	2,0%	18,9%
PASSIVO TOTAL	8.589.691	100%	12.825.433	100,0%	49,3%

Anexo 3 Demonstração do Resultado do Exercício

(R\$ mil)	9M20	9M21	AH	3T20	3T21	AH
Receita Operacional Líquida	1.971.778	2.813.708	42,7%	776.517	942.369	21,4%
Algodão em Pluma	809.902	1.041.268	28,6%	330.935	197.167	-40,4%
Caroço de Algodão	81.770	173.643	112,4%	52.040	137.234	163,7%
Soja	1.098.854	1.319.080	20,0%	288.463	165.631	-42,6%
Milho	241.519	379.188	57,0%	192.844	352.643	82,9%
Rebanho Bovino	7.073	19.640	177,7%	6.704	9.823	46,5%
Outras	37.965	140.904	271,1%	34.442	101.558	194,9%
Resultado de Hedge	(305.305)	(260.015)	n.m.	(128.911)	(21.687)	-83,2%
Varição dos Ativos Biológicos	690.204	1.583.061	129,4%	(25.253)	201.128	-896,5%
Custos do Produtos	(1.364.838)	(1.722.346)	26,2%	(551.021)	(683.870)	24,1%
Algodão em Pluma	(450.088)	(524.487)	16,5%	(176.509)	(101.781)	-42,3%
Caroço de Algodão	(51.852)	(78.799)	52,0%	(37.738)	(67.545)	79,0%
Soja	(638.804)	(649.321)	1,6%	(166.542)	(120.307)	-27,8%
Milho	(176.620)	(339.529)	92,2%	(149.655)	(320.006)	113,8%
Rebanho Bovino	(5.698)	(14.511)	154,7%	(5.351)	(7.218)	34,9%
Outras	(41.776)	(115.699)	177,0%	(15.226)	(67.013)	340,1%
Realização do Valor Justo dos Ativos Biológicos	(565.333)	(976.321)	72,7%	(183.438)	(251.112)	36,9%
Resultado Bruto	731.811	1.698.102	132,0%	16.805	208.515	n.m.
Despesas/Receitas Operacionais	(186.016)	(187.594)	0,8%	(51.796)	(23.135)	-55,3%
Despesas com Vendas	(101.873)	(123.901)	21,6%	(23.251)	(37.736)	62,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(72.523)	(155.174)	114,0%	(25.169)	(79.010)	213,9%
Gerais e Administrativas	(48.315)	(91.734)	89,9%	(15.765)	(45.999)	191,8%
Participação nos Resultados	(24.208)	(63.440)	162,1%	(9.404)	(33.011)	251,0%
Honorários da Administração	(11.468)	(14.333)	25,0%	(2.583)	(3.166)	22,6%
Mais Valia Líquida de impostos	-	(8.909)	100,0%	-	(8.909)	100,0%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(152)	114.723	n.m.	(793)	105.686	n.m.
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	545.795	1.510.508	176,8%	(34.991)	185.380	-629,8%
Receitas Financeiras	316.266	588.883	86,2%	78.242	395.990	406,1%
Despesas Financeiras	(403.133)	(775.178)	92,3%	(104.643)	(479.647)	358,4%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	458.928	1.324.213	188,5%	(61.392)	101.723	-265,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(142.151)	(386.414)	171,8%	25.682	12.031	-53,2%
Corrente	(20.443)	(177.998)	770,7%	(16.128)	(38.530)	138,9%
Diferido	(121.708)	(208.416)	71,2%	41.810	50.561	20,9%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	316.777	937.799	196,0%	(35.710)	113.754	-418,5%
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	305.471	882.596	188,9%	(23.749)	121.011	-609,5%
Atribuído a Sócios Não Controladores	11.306	55.203	388,3%	(11.961)	(7.257)	-39,3%

Anexo 4 Demonstração do Fluxo de Caixa

R\$ (mil)	9M20	9M21	AH	3T20	3T21	AH
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	224.302	231.645	3,3%	380.194	264.731	-30,4%
Caixa Gerado nas Operações	760.548	1.097.539	44,3%	291.507	341.408	17,1%
Lucro Líquido (prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	458.928	1.324.213	188,5%	(61.392)	101.724	-265,7%
Depreciação e amortização	84.982	99.555	17,1%	35.491	38.798	9,3%
Resultado nas baixas do ativo imobilizado	6.046	9.157	51,5%	1.216	875	-28,0%
Juros, Var.Cambial e Atual. Monetária	213.201	97.906	-54,1%	58.231	108.636	86,6%
Remuneração baseada em ações	4.597	5.901	28,4%	1.543	1.971	27,7%
Variação dos Ativos Biológicos	(124.871)	(606.740)	n.m.	208.687	49.985	-76,0%
Provisão ajuste de estoque a valor de mercado	(14)	3.511	n.m.	(345)	3.511	n.m.
Provisão (reversão) part. Nos resultados e contingências trabalhistas	24.251	63.851	163,3%	9.390	33.084	252,3%
Provisão p/Perda Impostos a Recuperar	-	3.676	100,0%	-	3.590	100,0%
Valor Justo das Propriedades para Investimento	175	(105.892)	n.m.	59	(105.991)	n.m.
Outros	249	11.944	n.m.	130	8.909	n.m.
AVP - Passivo de Arrendamento	43.547	103.602	137,9%	14.952	49.643	232,0%
Amortização de Direito de Uso (IFRS 16)	49.457	86.855	75,6%	23.545	46.673	98,2%
Variações nos Ativos e Passivos	(533.420)	(865.894)	62,3%	91.513	(76.677)	-183,8%
Contas a receber de clientes	69.235	139.912	102,1%	(70.346)	26.311	-137,4%
Estoques e ativos biológicos	(187.683)	(514.438)	174,1%	(42.725)	(364.922)	754,1%
Tributos a recuperar	(16.088)	(50.839)	216,0%	6.005	290	-95,2%
Aplicações financeiras	45.332	(12)	-100,0%	11.704	(6)	-100,1%
Outras contas a receber	(24.359)	11.599	n.m.	(23.579)	34.854	n.m.
Adiantamento a fornecedores	409	(17.012)	n.m.	17	(18.030)	n.m.
Fornecedores	(269.890)	(328.612)	21,8%	331.207	362.818	9,5%
Obrigações fiscais e sociais	(24.301)	(106.108)	336,6%	(13.654)	(60.122)	340,3%
Obrigações com partes relacionadas	3	20	566,7%	9	8	-11,1%
Operações com derivativos	(148.416)	(27.785)	-81,3%	(3.024)	(70.918)	n.m.
Títulos a pagar	(706)	6.626	n.m.	-	6.626	n.m.
Adiantamento de clientes	129.682	224.350	73,0%	(100.514)	92.942	n.m.
Arrendamentos a pagar	183	(5.283)	n.m.	254	-	-100,0%
Outras contas a pagar	15.716	(16.670)	n.m.	10.391	(13.258)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social pagos	(49.588)	(135.142)	172,5%	(3.104)	(63.926)	n.m.
Juros sobre empréstimos pagos	(72.949)	(46.500)	-36,3%	(11.128)	(9.344)	-16,0%
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(182.106)	(376.675)	106,8%	(51.762)	(164.250)	217,3%
Em imobilizado	(166.191)	(283.643)	70,7%	(46.978)	(88.999)	89,4%
Em intangível	(15.915)	(27.415)	72,3%	(4.784)	(10.340)	116,1%
Pagamento devolução terras	-	(706)	100,0%	-	-	-
Aquisição de Investimentos em Controlada	-	(63.297)	100,0%	-	(63.297)	100,0%
Outros Investimentos	-	(1.614)	100,0%	-	(1.614)	100,0%
Caixa Líquido Antes das Atividades de Financiamento	45.022	(145.030)	-422,1%	331.258	100.481	-69,7%
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	195.382	(733.603)	-475,5%	(130.909)	(645.369)	393,0%
Alienação e Recompra de ações	3.124	(23.641)	n.m.	463	(28.359)	n.m.
Empréstimos e financiamentos tomados	919.822	870.869	-5,3%	61.698	315.879	412,0%
Dividendos pagos	(466.928)	(202.342)	-56,7%	(114.916)	36.357	n.m.
Empréstimos e financiamentos pagos	(147.496)	(1.156.633)	684,2%	(73.748)	(951.294)	n.m.
Arrendamentos Pagos	(113.140)	(221.856)	96,1%	(4.406)	(17.952)	307,4%
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	240.404	(878.633)	-465,5%	200.349	(544.888)	-372,0%
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	829.427	1.604.053	93,4%	869.482	1.270.308	46,1%
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.069.831	725.420	-32,2%	1.069.831	725.420	-32,2%
Caixa Livre Apresentado	45.022	(145.030)	-422,1%	331.258	100.481	-69,7%
Variação da conta de aplicações financeiras	(45.332)	12	-100,0%	(11.704)	6	-100,1%
Arrendamentos Pagos	(113.140)	(221.856)	96,1%	(4.406)	(17.952)	307,4%
Pagamento de Custas CRA	-	(131)	100,0%	-	(121)	100,0%
Recompra de Ações	-	168	-	-	-	-
Caixa Livre Ajustado	(113.450)	(366.837)	n.m.	315.148	82.414	-73,8%

⁽¹⁾ As variações da referida conta não possuem efeito caixa.

⁽²⁾ Em função da adoção do IFRS 16, o pagamento de arrendamentos passou a ser contabilizado, no Demonstrativo de Fluxo de Caixa, na seção de Atividades de Financiamento. No entanto, deve ser considerado como um desembolso de caixa operacional.

Anexo 5 Balanço Patrimonial – Ativo - Combinado

R\$ (mil)	31/12/2020 Combinado	30/09/2021	AV	AH
Ativo Circulante	5.105.007	5.245.361	40,9%	2,7%
Caixa e equivalentes de caixa	1.619.226	725.420	5,7%	-55,2%
Contas a receber de clientes	223.814	85.418	0,7%	-61,8%
Adiantamento a fornecedores	3.580	20.566	0,2%	n.m.
Estoques	2.081.543	3.641.559	28,4%	74,9%
Ativos biológicos	933.313	435.268	3,4%	-53,4%
Tributos a recuperar	64.785	99.749	0,8%	54,0%
Títulos a receber	38.607	48.544	0,4%	25,7%
Operações com derivativos	98.587	136.057	1,1%	38,0%
Créditos com partes relacionadas	8	20	0,0%	150,0%
Outras contas a receber	6.217	15.323	0,1%	146,5%
Despesas antecipadas	20.120	36.864	0,3%	83,2%
Ativos mantidos para venda	15.207	573	0,0%	-96,2%
Ativo Não Circulante	5.458.977	7.580.072	59,1%	38,9%
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	663	675	0,0%	1,8%
Tributos a recuperar	155.820	152.677	1,2%	-2,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	454.190	424.977	3,3%	n.m.
Operações com derivativos	146.785	156.580	1,2%	6,7%
Títulos a receber	18.187	24.077	0,2%	32,4%
Adiantamento a fornecedores	59.814	76.285	0,6%	27,5%
Despesas antecipadas	437	23	0,0%	-94,7%
Outros créditos	35.019	19.620	0,2%	-44,0%
	870.915	854.914	6,7%	-1,8%
Investimentos	-	1.614	0,0%	n.m.
Propriedades para investimento	237.967	333.486	2,6%	40,1%
Ativo de Direito de uso	1.139.069	2.933.494	22,9%	157,5%
Imobilizado	3.174.405	3.346.896	26,1%	5,4%
Intangível	36.621	109.668	0,9%	199,5%
	4.588.062	6.725.158	52,4%	46,6%
ATIVO TOTAL	10.563.984	12.825.433	100%	21,4%

Anexo 6 Balanço Patrimonial – Passivo combinado

R\$ (mil)	31/12/2020			
	Combinado	30/09/2021	AV	AH
Passivo Circulante	3.320.588	4.040.434	31,5%	21,7%
Fornecedores	1.378.615	1.129.503	8,8%	-18,1%
Empréstimos e financiamentos	829.520	1.174.190	9,2%	41,6%
Impostos, taxas e contribuições diversas	76.456	79.569	0,6%	4,1%
Obrigações sociais e trabalhistas	89.299	120.571	0,9%	35,0%
Adiantamento de clientes	192.492	309.477	2,4%	60,8%
Débitos com partes relacionadas	118	150	0,0%	27,1%
Operações com derivativos	398.240	646.665	5,0%	62,4%
Títulos a pagar	20.015	53.120	0,4%	165,4%
Provisões p/ riscos tributários, ambientais trabalhistas e cíveis	5.429	31.953	0,2%	488,6%
Dividendos a pagar	86.332	9	0,0%	-100,0%
Arrendamentos a pagar	60.134	-	0,0%	-100,0%
Passivo de arrendamento com terceiros	162.258	475.513	3,7%	193,1%
Outras contas a pagar	21.680	19.714	0,2%	-9,1%
Passivo Não Circulante	4.065.079	4.939.318	38,5%	21,5%
Empréstimos e financiamentos	2.684.506	1.793.876	14,0%	-33,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	227.580	306.397	2,4%	34,6%
Operações com derivativos	58.152	182.825	1,4%	214,4%
Títulos a pagar	3.289	52.629	0,4%	n.m.
Provisões p/ riscos tributários, ambientais trabalhistas e cíveis	-	-	0,0%	n.m.
Outras obrigações	51.893	81	0,0%	-99,8%
Passivo de arrendamento com terceiros	1.039.659	2.603.510	20,3%	150,4%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	0,0%	n.m.
Patrimônio Líquido Consolidado	3.178.317	3.845.681	30,0%	21,0%
Capital social	2.943.185	1.012.522	7,9%	-65,6%
Reserva de capital	97.504	167.599	1,3%	71,9%
(-) Ações em tesouraria	(52.921)	(74.899)	-0,6%	41,5%
Reservas de lucros	978.074	862.055	6,7%	-11,9%
Lucros acumulados	(1.806.787)	885.217	6,9%	n.m.
Outros resultados abrangentes	808.583	742.617	5,8%	-8,2%
Participação dos acionistas não controladores	210.679	250.570	2,0%	18,9%
PASSIVO TOTAL	10.563.984	12.825.433	100,0%	21,4%

Anexo 7 Demonstração do Resultado do Exercício Combinado

(R\$)	9M20			3T20		
	Combinado	9M21	AH	Combinado	3T21	AH
Receita Operacional Líquida	2.115.856	2.813.708	33,0%	920.595	942.369	2,4%
Algodão em Pluma	881.712	1.041.268	18,1%	402.745	197.167	-51,0%
Caroço de Algodão	98.207	173.643	76,8%	68.477	137.234	100,4%
Soja	1.107.992	1.319.080	19,1%	297.601	165.631	-44,3%
Soja Semente	-	-	n.m.	-	-	n.m.
Milho	287.191	379.188	32,0%	238.516	352.643	47,8%
Rebanho Bovino	7.073	19.640	177,7%	6.704	9.823	46,5%
Outras	38.986	140.904	261,4%	35.463	101.558	186,4%
Resultado de Hedge	(305.305)	(260.015)	n.m.	(128.911)	(21.687)	-83,2%
Varição dos Ativos Biológicos	813.519	1.583.061	94,6%	98.062	201.128	105,1%
Custos do Produtos	(1.503.801)	(1.722.346)	14,5%	(689.984)	(683.870)	-0,9%
Algodão em Pluma	(499.419)	(524.487)	5,0%	(225.840)	(101.781)	-54,9%
Caroço de Algodão	(60.425)	(78.799)	30,4%	(46.311)	(67.545)	45,9%
Soja	(652.022)	(649.321)	-0,4%	(179.760)	(120.307)	-33,1%
Soja Semente	-	-	n.m.	-	-	n.m.
Milho	(240.580)	(339.529)	41,1%	(213.615)	(320.006)	49,8%
Rebanho Bovino	(5.698)	(14.511)	154,7%	(5.351)	(7.218)	34,9%
Outras	(45.657)	(115.699)	153,4%	(19.107)	(67.013)	250,7%
Realização do Valor Justo dos Ativos Biológicos	(595.503)	(976.321)	63,9%	(213.608)	(251.112)	17,6%
Resultado Bruto	830.071	1.698.102	104,6%	115.065	208.515	n.m.
Despesas/Receitas Operacionais	(205.491)	(187.594)	-8,7%	(71.271)	(23.135)	-67,5%
Despesas com Vendas	(105.329)	(123.901)	17,6%	(26.707)	(37.736)	41,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(80.333)	(155.174)	93,2%	(32.979)	(79.010)	139,6%
Gerais e Administrativas	(56.125)	(91.734)	63,4%	(23.575)	(45.999)	95,1%
Participação nos Resultados	(24.208)	(63.440)	162,1%	(9.404)	(33.011)	251,0%
Honorários da Administração	(11.468)	(14.333)	25,0%	(2.583)	(3.166)	22,6%
Mais Valia Líquida de impostos	-	(8.909)	n.m.	-	(8.909)	n.m.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(8.361)	114.723	n.m.	(9.002)	105.686	n.m.
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	624.580	1.510.508	141,8%	43.794	185.380	323,3%
Receitas Financeiras	326.925	588.883	80,1%	88.901	395.990	345,4%
Despesas Financeiras	(505.944)	(775.178)	53,2%	(207.454)	(479.647)	131,2%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	445.561	1.324.213	197,2%	(74.759)	101.723	-236,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(148.323)	(386.414)	160,5%	19.510	12.031	-38,3%
Corrente	(20.443)	(177.998)	770,7%	(16.128)	(38.530)	138,9%
Diferido	(127.880)	(208.416)	63,0%	35.638	50.561	41,9%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	297.238	937.799	215,5%	(55.249)	113.754	-305,9%
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	285.932	882.596	208,7%	(43.288)	121.011	-379,5%
Atribuído a Sócios Não Controladores	11.306	55.203	388,3%	(11.961)	(7.257)	-39,3%

Anexo III à Proposta da Administração

Informações Financeiras consolidadas Pro Forma da SLC Agrícola S.A., considerando os efeitos da Incorporação de Ações, tendo como referência a data-base de 31 de dezembro de 2020, acompanhadas de relatório de asseguarção razoável da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

**Informações Financeiras Consolidadas
Condensadas não auditadas *pro forma***

SLC Agrícola S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório de Asseguração do Auditor Independente

SLC Agrícola S.A.

Informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório de asseguarção do auditor independente	1
Balanço patrimonial consolidado condensado não auditado pro forma	4
Demonstração do resultado consolidada condensada não auditada pro forma	6
Notas explicativas às informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma ..	7

Relatório de asseguração emitido por auditor independente sobre a compilação de informações financeiras consolidadas condensadas pro forma para atendimento à instrução CVM 565

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
SLC Agrícola S.A.
Porto Alegre - RS

Concluimos nosso trabalho de asseguração para emissão de relatório sobre a compilação de informações financeiras consolidadas condensadas pro forma da SLC Agrícola S.A. (“Companhia”), elaborada sob responsabilidade de sua administração, para atendimento à Instrução no 565, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações financeiras consolidadas pro forma compreendem o balanço patrimonial consolidado pro forma em 31 de dezembro de 2020, a demonstração do resultado consolidado pro forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas notas explicativas. Os critérios aplicáveis com base nos quais a administração da Companhia compilou as informações financeiras consolidadas condensadas pro forma estão especificados no Comunicado CTG 06 - Apresentação de Informações Financeiras Pro forma, e estão sumariados nas notas explicativas que integram as informações financeiras consolidadas condensadas pro forma.

As informações financeiras consolidadas condensadas pro forma foram compiladas pela administração da Companhia para ilustrar o impacto da aquisição da Terra Santa Agro S.A. (“Terra Santa”) (a “transação”) apresentada na nota explicativa 1 sobre o balanço patrimonial consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2020, como se a transação tivesse ocorrido naquela data, e sua demonstração consolidada do resultado para o exercício findo naquela data, como se a transação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020. Como parte desse processo, informações sobre a posição patrimonial e financeira e do desempenho operacional da Companhia foram extraídas pela administração da Companhia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificação, em 17 de março de 2021. Adicionalmente, as informações sobre a posição patrimonial e financeira e o desempenho operacional da Terra Santa foram extraídas pela administração da Companhia das demonstrações financeiras consolidadas da Terra Santa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sobre as quais foi emitido, por outros auditores independentes, relatório de auditoria em 10 de março de 2021, sem modificação e com parágrafo de ênfase chamando a atenção para a transação.

Responsabilidades da administração da Companhia pelas informações financeiras consolidadas condensadas pro forma

A administração da Companhia é responsável pela compilação das informações financeiras consolidadas condensadas pro forma com base no Comunicado CTG 06.

Responsabilidades do auditor independente

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião, conforme requerido pela Comissão de Valores Mobiliários, sobre se as informações financeiras consolidadas condensadas pro forma foram compiladas pela administração da Companhia, em todos os aspectos relevantes, com base no Comunicado CTG 06 - Apresentação de Informações Financeiras Pro forma.

Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3420 (R1) - Trabalho de Asseguração sobre a Compilação de Informações Financeiras Pro forma Incluídas em Prospecto, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, equivalente à Norma Internacional emitida pela Federação Internacional de Contadores ISAE 3420. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que os procedimentos de auditoria sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que a administração da Companhia compilou, em todos os aspectos relevantes, as informações financeiras consolidadas condensadas pro forma com base no Comunicado CTG 06 - Apresentação de Informações Financeiras Pro forma.

Para os fins deste trabalho, não somos responsáveis pela atualização ou reemissão de quaisquer relatórios ou opiniões sobre quaisquer informações financeiras históricas usadas na compilação das informações financeiras consolidadas condensadas pro forma.

A finalidade das informações financeiras consolidadas condensadas pro forma é a de exclusivamente ilustrar o impacto do evento ou da transação relevante sobre as informações financeiras históricas da entidade, como se o evento ou a transação tivesse ocorrido na data anterior selecionada para propósito ilustrativo. Dessa forma, nós não fornecemos qualquer asseguração de que o resultado real do evento ou da transação em 31 de dezembro de 2020 teria sido conforme apresentado.

Um trabalho de asseguração razoável sobre se as informações financeiras consolidadas condensadas pro forma foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios aplicáveis, envolve a execução de procedimentos para avaliar se os critérios aplicáveis adotados pela administração da Companhia na compilação das informações financeiras consolidadas condensadas pro forma oferecem base razoável para apresentação dos efeitos relevantes diretamente atribuíveis ao evento ou à transação, e para obter evidência suficiente apropriada sobre se:

- Os correspondentes ajustes pro forma proporcionam efeito apropriado a esses critérios; e
- As informações financeiras consolidadas condensadas pro forma refletem a aplicação adequada desses ajustes às informações financeiras históricas.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor independente, levando em consideração seu entendimento sobre a Companhia, sobre a natureza do evento ou da transação com relação à qual as informações financeiras consolidadas condensadas pro forma foram compiladas, bem como outras circunstâncias relevantes do trabalho. O trabalho envolve ainda a avaliação da apresentação geral das informações financeiras consolidadas condensadas pro forma.


Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre a compilação das informações financeiras consolidadas condensadas pro forma.

Opinião

Em nossa opinião, as informações financeiras consolidadas condensadas pro forma foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base no Comunicado CTG 06 - Apresentação de Informações Financeiras Pro forma.

Porto Alegre 03 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP15199/O-6



Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-RS067795/O-5

SLC Agrícola S.A.

Balço patrimonial consolidado condensado não auditado pro forma

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	SLC Agrícola	Terra Santa	Reorganização societária Nota 3.1	Ajustes pro forma	Nota	Total pro forma
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.604.053	82.804	-	-		1.686.857
Contraprestação vinculada a ajuste de preço	-	-	-	192.599	4.1	192.599
Contas a receber de clientes	207.283	18.990	-	-		226.273
Títulos a receber	31.207	6.075	(6.075)	-		31.207
Adiantamento a fornecedores	3.580	-	-	-		3.580,00
Estoques	1.301.082	610.230	-	-		1.911.312
Ativo biológico	891.804	209.843	-	4.429	4.3a	1.106.076
Tributos a recuperar	39.447	35.118	(6.564)	-		68.001
Operações com derivativos	98.587	17.223	-	-		115.810
Créditos com partes relacionadas	8	-	-	-		8
Despesas antecipadas	17.141	6.207	(71)	-		23.277
Outros ativos	971	24.254	(19)	-		25.206
Outras contas a receber	6.217	-	-	-		6.217
Total do ativo circulante	4.201.380	1.010.744	(12.729)	197.028		5.396.423
Ativo não circulante						
Aplicações financeiras de longo prazo	663	-	-	-		663
Tributos a recuperar	111.203	54.786	(25.182)	-		140.807
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.480	241.525	-	93.665	4.3h	355.670
Operações com derivativos	146.785	-	-	-		146.785
Adiantamento a fornecedores	59.814	-	-	-		59.814
Despesas antecipadas	437	-	-	-		437
Depósitos judiciais	-	6.033	-	-		6.033
Outras contas a receber	13.705	-	-	-		13.705
Títulos a receber	2.700	13.026	(13.026)	-		2.700,00
Outros ativos	-	15.283	-	-		15.283
Propriedade para investimento	224.194	13.498	(9.834)	-		227.858
Direito de uso de ativos	828.496	291.357	-	1.115.328	4.3b	2.235.181
Imobilizado	2.944.544	986.440	(856.224)	103.139	4.3c	3.177.899
Intangível	35.290	276.913	-	(265.250)	4.3d	46.953
Total do ativo não circulante	4.388.311	1.898.861	(904.266)	1.046.882		6.429.788
Total do ativo	8.589.691	2.909.605	(916.995)	1.243.910		11.826.911

	SLC Agrícola	Terra Santa	Reorganização societária Nota 3.1	Ajustes pro forma	Nota	Total pro forma
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	1.101.769	290.452	-	-		1.392.221
Contraprestação vinculada aos contratos de arrendamento	-	-	-	70.000	4.1	70.000
Empréstimos e financiamentos	377.547	482.035	(50.948)	-		808.634
Obrigações fiscais	57.186	9.786	(374)	-		66.598
Obrigações sociais e trabalhistas	13.157	7.947	-	13.417	4.3g	34.521
Adiantamento de clientes	68.264	189.020	-	-		257.284
Débitos com partes relacionadas	118	-	-	-		118
Operações com derivativos	358.969	57.334	-	-		416.303
Títulos a pagar	12.273	5.415	(29)	-		17.659
Tributos parcelados	-	7.369	(1.114)	15	4.3f	6.270
Provisões para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis	71.931	-	-	-		71.931
Provisões para passivos ambientais e de desativação	330	-	-	-		330
Dividendos a pagar	86.332	-	-	-		86.332
Arrendamento a pagar	5.283	-	-	-		5.283
Passivo arrendamento com terceiros	162.258	52.389	-	28.546	4.3b	243.193
Outras contas a pagar	21.680	-	-	15.920	4.3e	37.600
Total do passivo circulante	2.337.097	1.101.747	(52.465)	127.898		3.514.277
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	2.039.736	615.900	(60.009)	-		2.595.627
Imposto de renda e contribuição social diferidos	230.802	91.295	(91.295)	58.784	4.3i	289.586
Operações com derivativos	58.152	-	-	-		58.152
Tributos parcelados	-	12.124	(2.429)	17	4.3f	9.712
Provisões para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis	-	29.023	(298)	6.033	4.2	34.758
Títulos a pagar	706	1.467	(1.069)	-		1.104
Passivo arrendamento com terceiros	772.026	273.323	-	1.015.388	4.3b	2.060.737
Outras obrigações	114	-	-	-		114
Total do passivo não circulante	3.101.536	1.023.132	(155.100)	1.080.222		5.049.790
Patrimônio Líquido	3.151.058	784.726	(709.430)	35.790	4.3k	3.262.144
Total passivo e patrimônio líquido	8.589.691	2.909.605	(916.995)	1.243.910		11.826.211

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*.

SLC Agrícola S.A.

Demonstração do resultado consolidada condensada não auditada pro forma
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	SLC Agrícola	Terra Santa	Reclassificações Nota 2	Reorganização societária Nota 3.2	Ajustes pro forma	Nota	Total pro forma
Receita líquida de vendas	3.097.547	903.262	-	(1.192)	-		3.999.617
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	775.534	330.200	-	-	-		1.105.734
Realização do valor justo dos ativos biológicos	-	(278.948)	278.948	-	-		-
Custo dos produtos vendidos	(2.802.782)	(667.250)	(278.948)	-	-		(3.748.980)
Lucro bruto	1.070.299	287.264	-	(1.192)	-		1.356.371
Receitas (despesas) operacionais:							
Despesas com vendas	(173.964)	(2.295)	-	-	-		(176.259)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(130.168)	(48.931)	-	8.131	(64.992)	4.3l	(235.960)
Outras receitas (despesas), líquidas	14.763	12.360	-	(13.273)	-		13.850
Total das receitas (despesas) operacionais	(289.369)	(38.866)	-	(5.142)	(64.992)		(398.369)
Lucro antes do resultado financeiro	780.930	248.398	-	(6.334)	(64.992)		958.002
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	429.678	20.497	337.024	(338)	-		786.861
Despesas financeiras	(521.429)	(156.010)	(493.885)	3.176	(36.597)	4.3m	(1.204.745)
Perdas com derivativos, líquidos	-	(92.723)	92.723	-	-		-
Variações cambiais, líquidas	-	(83.969)	64.138	19.831	-		-
Total do resultado financeiro	(91.751)	(312.205)	-	22.669	(36.597)		(417.884)
Lucro (prejuízo) antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	689.179	(63.807)	-	16.335	(101.589)		540.118
Imposto de renda e contribuição social							
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(111.392)	-	-	-	-		(111.392)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(66.839)	6.959	-	13.526	34.540	4.3j	(11.814)
Lucro (prejuízo) do exercício	510.948	(56.848)	-	29.861	(67.049)		416.912
Atribuível aos							
Controladores	488.674	(56.848)	-	29.861	(67.049)		394.638
Não controladores	22.274	-	-	-	-		22.274
Lucro por ação							
Lucro básico por ação - em Reais	2,60966					4.3n	2,19690
Lucro diluído por ação - em Reais	2,59868					4.3n	2,18555

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*.

1. Descrição da transação e base de apresentação das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*

a) Descrição da transação

Em 26 de novembro de 2020, a SLC Agrícola S.A. (“SLC Agrícola”) assinou um Memorando de Entendimento não vinculante com a Terra Santo Agro S.A. (“Terra Santa”) que estabelece premissas, termos e condições indicativas para uma transação em que a SLC Agrícola irá adquirir as operações agrícolas da Terra Santa, por meio da incorporação das ações da Terra Santa pela SLC Agrícola (“Incorporação de Ações” ou “Transação”). Posteriormente, em 25 de março de 2021, a SLC Agrícola e a Terra Santa celebraram o Acordo de Associação e Outras Avenças (“Acordo”), onde foram detalhados e acordados em forma final os termos e condições para a Transação.

Como parte da Transação:

- A Terra Santa realizará uma reorganização societária (“Reorganização Societária”) com o objetivo de segregar os ativos e passivos relacionados à TS Brasil S.A. (“TS LandCo”), os quais estarão fora do escopo da Transação (Terra Santa antes da Transação é a atual controladora da TS LandCo). A Reorganização Societária consistirá em:
 - (i) Constituição da TS Agro S.A. (“TS Agro”) como controlada direta da Terra Santa. Nesta etapa, tanto a TS LandCo quanto TS Agro, estão sob controle direto da Terra Santa.
 - (ii) Em uma etapa preliminar, Terra Santa transferirá e aportará na TS Agro a totalidade das ações da controlada TS LandCo e, conseqüentemente, todos seus imóveis, ativos, obrigações, passivos e direitos que serão segregados (especialmente propriedades rurais e correspondentes benfeitorias), não compreendidos no escopo da Transação. Nesta etapa, a TS Agro e a TS LandCo estão sob controle da Terra Santa direto e indireto, respectivamente.
 - (iii) Em seguida, haverá a implementação de redução de capital da Terra Santa, mediante a entrega das ações da TS Agro aos seus acionistas (acionistas da Terra Santa antes da conclusão da Transação), a ser consumada como parte da implementação da Transação. Nesta etapa a Terra Santa não possui mais o controle da TS Agro e da TS LandCo.
- Após a Reorganização Societária, conforme previsto no Acordo, a Terra Santa também celebrará, na data de fechamento da Transação, contratos de arrendamento com a TS LandCo, com prazo de vigência inicial de 20 anos e preços em condições de mercado.

1. Descrição da transação e base de apresentação das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--Continuação

a) Descrição da transação--Continuação

- Adicionalmente, em troca da totalidade das ações da Terra Santa e consequente aquisição do controle da Terra Santa, a SLC Agrícola, emitirá e atribuirá um direito de participação aos acionistas da Terra Santa, incluindo aqueles detentores de “Bônus de subscrição”, a possibilidade de participar no aumento de capital, em um total de 2.516.454 ações ordinárias, as quais representarão na data de fechamento, em bases totalmente diluídas, 1,3% do capital social total e votante da SLC Agrícola.

A Transação está condicionada à obtenção da aprovação dos acionistas da SLC Agrícola e da Terra Santa em suas respectivas assembleias gerais de acionistas e consumação da Reorganização Societária, bem como à verificação de outras determinadas condições precedentes usuais para operações desta natureza. A operação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, sem restrições no dia 7 de janeiro de 2021.

b) Base de elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma

As informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* foram preparadas e são apresentadas conforme a Orientação Técnica OCPC 06 - "Apresentação de Informações Financeiras *Pro Forma*", emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* foram compiladas unicamente para ilustrar os efeitos no balanço patrimonial consolidado e no resultado consolidado, caso a combinação de negócios entre SLC Agrícola e Terra Santa tivesse ocorrido em 31 de dezembro de 2020 para fins de balanço patrimonial consolidado *pro forma* e para fins de demonstração consolidada do resultado *pro forma* não auditado como se essa tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020.

Destacamos que estas informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* foram compiladas, elaboradas, formatadas e são apresentadas exclusivamente para fins informativos e não devem ser interpretadas como indicativo de nossas futuras informações financeiras consolidadas nem como a nossa demonstração de resultado consolidada efetiva, caso todas as combinações de negócios acima mencionados tivessem ocorrido nas datas ora mencionadas para fins do balanço patrimonial consolidado *pro forma* e demonstração de resultado consolidado *pro forma*. Consequentemente, não são necessariamente indicativos dos resultados das operações em períodos futuros ou da posição financeira consolidada, e não devem ser utilizadas para nenhum outro propósito.

1. Descrição da transação e base de apresentação das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--Continuação

b) Base de elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--Continuação

Levando-se em conta os comentários acima, as informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* para o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e demonstração de resultado levantada para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, são baseadas em premissas consideradas razoáveis pela Administração para apresentar os efeitos significativos das transações contempladas e que os ajustes *pro forma* são diretamente relacionados à Transação e factualmente suportáveis e dão efeito adequado a essas estimativas e premissas. No entanto, devem ser lidas em conjunto com as informações financeiras consolidadas históricas da SLC Agrícola e da Terra Santa que fizeram parte das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*, incluindo suas notas explicativas, abaixo detalhadas:

As informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* se baseiam nas:

- Demonstrações financeiras consolidadas da SLC Agrícola para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e também com as normas internacionais de relatório financeiros (“IFRS”) emitidas pela *International Accounting Standards Board* (“IASB”), auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes, sem modificação de opinião; e
- Demonstrações financeiras consolidadas da Terra Santa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e também com as normas internacionais de relatório financeiros (“IFRS”) emitidas pela *International Accounting Standards Board* (“IASB”), auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem modificação de opinião.

1. Descrição da transação e base de apresentação das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--Continuação

b) Base de elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--Continuação

As informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* refletem a Transação utilizando o método de aquisição estabelecido pelo CPC15 (R1)/IFRS 3 - Combinações de Negócios, onde a SLC Agrícola é tratada como a adquirente. Esta norma exige, entre outras coisas, que os ativos adquiridos e passivos assumidos sejam reconhecidos aos seus valores justos na data de aquisição. A mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos pode ter certo grau de subjetividade, além de diversas metodologias igualmente aceitas, e é possível que outros profissionais, aplicando julgamento razoável aos mesmos fatos e circunstâncias, possam desenvolver resultados diferentes. Além disso, a contraprestação transferida deve ser mensurada na data de aquisição pelo preço de mercado e este requerimento particular resultará em uma contraprestação transferida diferente dos montantes assumidos nas informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*. A contabilização da aquisição é dependente de análises e estudos da mensuração dos valores justos que será determinada quando a Companhia concluir as avaliações detalhadas e os cálculos necessários. Os resultados dessas avaliações dependem de informações do mercado e condições que ocorrerão nessa data. Dessa forma, os ajustes *pro forma* são preliminares e foram preparados com o exclusivo propósito de apresentar informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*. Divergências entre as estimativas preliminares e a contabilização final da aquisição podem ocorrer e essas divergências podem gerar impactos materiais nas informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* e nos resultados das operações ou da posição financeira consolidada em períodos futuros.

A avaliação final será baseada nos ativos tangíveis e intangíveis adquiridos e passivos assumidos na data efetiva da Transação. Ajustes no preço de aquisição e na avaliação final poderão impactar na alocação do preço de aquisição, poderão afetar o valor justo alocado aos ativos e passivos e resultar em uma alteração relevante nas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas, incluindo, mas não limitadas, a um aumento ou redução no ágio e alteração nas despesas de depreciação e despesas financeiras, e os respectivos efeitos tributários.

Passivos e custos adicionais podem ser incorridos em conexão com a Transação e com qualquer reestruturação societária definitiva. Estes passivos e custos adicionais não foram contemplados neste documento porque as informações necessárias para estimar razoavelmente estes custos e para elaborar planos de reestruturação detalhados não estão disponíveis. Estes custos serão reconhecidos quando incorridos em períodos futuros.

1. Descrição da transação e base de apresentação das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--Continuação

b) Base de elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas pro forma--Continuação

As informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* não refletem nenhuma otimização de custos, sinergias operacionais ou crescimento da receita, que a SLC Agrícola possa experimentar com o resultado da Transação. Adicionalmente, não refletem os custos para integrar as operações da SLC Agrícola e Terra Santa ou os custos necessários para atingir essas otimizações de custo e sinergias operacionais, como fornecimento, desenvolvimento e eficiência da estrutura administrativa e crescimento de receita.

2. Reclassificações

Partindo das demonstrações financeiras históricas da SLC Agrícola e da Terra Santa, efetuamos reclassificações para alinhar as classificações das rubricas da Terra Santa com o plano de contas da SLC Agrícola tais como:

- Despesa de valor justos dos ativos biológicos que foram apresentados em rubrica distinta na Terra Santa e são considerados como parte da composição do “Custo dos produtos vendidos” na SLC Agrícola; e
- Reclassificação dos ganhos e perdas apresentados de forma líquida em rubrica distinta (Perdas líquidas com derivativos e Despesas líquidas e das variações cambiais) na Terra Santa, e no qual para a SLC Agrícola, o ganho e perda são apresentados nas rubricas de “Receita financeira” e “Despesa financeira”, respectivamente.

Não houve ajustes por diferenças de práticas contábeis.

3. Reorganização societária da Terra Santa

Devido à Reorganização Societária mencionada na nota 1, foram realizadas transferências de certos ativos e passivos da Terra Santa para a TS Agro.

3. Reorganização societária da Terra Santa--Continuação

3.1. Ajustes Reorganização Societária (Balanço Patrimonial)

Este quadro representa os ativos e passivos a serem transferidos da Terra Santa para a TS Agro, através do aporte de acervo líquido, conforme Reorganização Societária:

	<u>31/12/2020</u>	
<u>Ativos e passivos segregados</u>		
Ativo circulante		
Títulos a receber	(6.075)	a)
Tributos a recuperar	(6.564)	b)
Despesas antecipadas	(71)	
Outros ativos	(19)	
Total do ativo circulante	<u>(12.729)</u>	
Ativo não circulante		
Tributos a recuperar	(25.182)	b)
Títulos a receber	(13.026)	a)
Propriedade para investimento	(9.834)	c)
Imobilizado	(856.224)	d)
Total do ativo não circulante	<u>(904.266)</u>	
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	(50.948)	e)
Obrigações fiscais	(374)	f)
Títulos a pagar	(29)	f)
Tributos parcelados	(1.114)	f)
Total do passivo circulante	<u>(52.465)</u>	
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	(60.009)	e)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(91.295)	g)
Tributos parcelados	(2.429)	f)
Provisões para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis	(298)	h)
Títulos a pagar	(1.069)	f)
Total do passivo não circulante	<u>(155.100)</u>	
Patrimônio líquido	<u>(709.430)</u>	

3. Reorganização societária da Terra Santa--Continuação

3.1. Ajustes Reorganização Societária (Balanço Patrimonial)--Continuação

a) Títulos a receber

Corresponde a títulos a receber de responsabilidade da TS Brasil S.A., segregados para fins da Reorganização Societária, apresentando abertura conforme abaixo:

	<u>31/12/2020</u>
Venda de ativo fixo (i)	10.401
Subarrendamento e confissão de dívidas	4.936
Outros créditos (ii)	12.371
Ajuste a valor presente	(175)
Provisão para perdas de crédito esperadas	<u>(8.432)</u>
	<u>19.101</u>
Circulante	6.075
Não circulante	13.026

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, R\$934 referem-se a receita de venda de ativos que foram transferidos como parte da Reorganização societária, reconhecida no grupo de "Outras receitas (despesas), líquidas". Vide nota 3.2c.

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, R\$12.073 se refere a saldo de sinistro de máquinas e equipamentos reconhecida no grupo de "Outras receitas (despesas), líquidas". Vide nota 3.2c.

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas:

	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	(9.672)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(1.975)
Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas	3.215
	<u>(8.432)</u>
Efeito resultado reconhecido em Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 3.2c)	<u>1.240</u>

Movimentação do ajuste a valor presente:

	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial em 1º. de janeiro de 2020	(513)
Reversão de ajuste a valor presente	338
	<u>(175)</u>
Efeito de resultado reconhecido em receitas financeiras (Nota 3.2)	<u>338</u>

3. Reorganização societária da Terra Santa--Continuação

3.1. Ajustes Reorganização Societária (Balanço Patrimonial)--Continuação

b) Tributos a recuperar

Tributos a recuperar de responsabilidade da TS Brasil S.A. segregados para fins da Reorganização Societária, referentes a PIS, COFINS, INSS e IRRF sobre mútuos. Não houve efeito destes tributos a recuperar no resultado.

c) Propriedade para investimento

Conforme previsto no Acordo, o prédio corporativo localizado na cidade de Nova Mutum não faz parte do escopo da Transação e, portanto, foi segregado na Transação. A receita de aluguel relacionada a este ativo reconhecida no resultado da Terra Santa no exercício de 2020 foi de R\$125 reconhecida no grupo de “Outras receitas (despesas), líquidas” (Nota 3.2c) e a despesa de depreciação reconhecida linearmente correspondeu a R\$862 reconhecida no grupo de “Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem” (Nota 3.2b).

d) Imobilizado

Conforme previsto na Reorganização Societária, as “Terras para exploração” serão transferidas para a TS LandCo e será celebrado, na data de fechamento da Transação, contratos de arrendamento entre Terra Santa e TS LandCo, com prazo de vigência inicial de 20 anos e preços em condições de mercado. Os demais ativos são correlacionados com as terras. A seguir a abertura do imobilizado:

Composição	31/12/2020	
	Saldo líquidos dos ativos	Depreciação reconhecida em Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem (Nota 3.2b)
Terras para exploração	762.412	-
Edificações e instalações	68.974	(3.327)
Máquinas e equipamentos	22.683	(3.654)
Veículos	2	-
Móveis e utensílios	29	(5)
Imobilizado em curso	2.123	-
Outros imobilizados	1	-
Total do imobilizado	856.224	(6.986)

3. Reorganização societária da Terra Santa--Continuação

3.1. Ajustes Reorganização Societária (Balanço Patrimonial)--Continuação

e) Empréstimos e financiamentos

Conforme apresentado na Nota 1, abaixo estão apresentados os empréstimos e financiamentos que não farão parte da Transação e conseqüentemente não haverá obrigação pela SLC Agrícola como parte da consideração transferida:

	31/12/2020			Efeito no resultado	
	Saldo devedor	Circulante	Não circulante	Despesa de juros reconhecida em despesas financeiras (Nota 3.2d)	Varição cambial reconhecida em variações cambiais, líquidas (Nota 3.2)
Em moeda nacional	49.585	14.569	35.016	(2.154)	-
Em dólares americanos	61.372	36.379	24.993	(989)	(19.831)
	110.957	50.948	60.009	(3.143)	(19.831)

f) Obrigações fiscais, Títulos a pagar e tributos parcelados

Saldos segregados de obrigação da TS Brasil S.A. que foram segregados para fins da Reorganização societária:

	Circulante	Não circulante	Saldo total em 31/12/2020	Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 3.2c)	Despesa de juros reconhecida em despesas financeiras (Nota 3.2d)
Obrigações fiscais	374	-	374	-	-
Títulos a pagar	29	1.069	1.098	(1.099)	-
Tributos parcelados	1.114	2.429	3.543	-	(33)
	1.517	3.498	5.015	(1.099)	(33)

g) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferido no valor de R\$91.295 de responsabilidade e registrado na TS Brasil S.A. que foram segregados para fins da Reorganização Societária.

h) Provisões para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis

Provisão para contingências cíveis de responsabilidade da TS Brasil que foram segregados para fins da Reorganização Societária, no resultado do exercício foi reconhecido R\$13 no grupo de "Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem" (Nota 3.2b) relacionado às atualizações.

3. Reorganização societária da Terra Santa--Continuação

3.2. Efeitos da Reorganização Societária na demonstração de resultado:

	<u>31/12/2020</u>	
Receita líquida de vendas	<u>(1.192)</u>	a)
Lucro bruto	<u>(1.192)</u>	
Receitas (despesas) operacionais:		
Despesas com vendas		
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	8.131	b)
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>(13.273)</u>	c)
Total das receitas (despesas) operacionais	<u>(5.142)</u>	
Prejuízo antes do resultado financeiro	<u>(6.334)</u>	
Receitas financeiras	(338)	Nota 3.1a
Despesas financeiras	3.176	d)
Variações cambiais, líquidas	<u>19.831</u>	Nota 3.1e
Total do resultado financeiro	<u>22.669</u>	
Resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	16.335	
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>13.526</u>	e)
Efeito total da Reorganização Societária na Demonstração de resultado	<u>29.861</u>	

a) Receita

Receita da venda de terras para exploração da área de Iporanga, que foram segregados para fins de Reorganização Societária.

	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta	(1.704)
Impostos sobre vendas	158
Desconto	<u>354</u>
Receita líquida	<u>(1.192)</u>
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem (Nota 3.2b)	210
Resultado líquido da venda	<u><u>(982)</u></u>

3. Reorganização societária da Terra Santa--Continuação

3.2. Efeitos da Reorganização Societária na demonstração de resultado--Continuação

b) Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem

	<u>31/12/2020</u>
Despesa de depreciação propriedade para investimento (nota 3.1c)	862
Despesa de depreciação imobilizado (nota 3.1d)	6.986
Despesa de depreciação imobilizado - Venda de ativo (nota 3.2a)	210
Despesa de atualização de juros sobre as contingências (nota 3.1h)	13
Despesa antecipada	60
	<u>8.131</u>

c) Outras receitas (despesas), líquidas

	<u>31/12/2020</u>
Venda de ativos (nota 3.1a)	(934)
Sinistro de ativo (nota 3.1a)	(12.073)
Provisão para perdas de crédito esperadas (nota 3.1a)	(1.240)
Receita de aluguel de propriedade para investimento (nota 3.1c)	(125)
Provisão de prestadores de serviços (nota 3.1f)	1.099
	<u>(13.273)</u>

d) Despesa financeiras

	<u>31/12/2020</u>
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos - Reorganização Societária (Nota 3.1e)	3.143
Juros sobre tributos parcelados (nota 3.1f)	33
	<u>3.176</u>

e) Imposto de renda e contribuição social - diferido

	<u>31/12/2020</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido da TS Brasil S.A. (a)	19.080
Resultado antes do imposto de renda - Reorganização societária	16.335
Efeito da despesa de imposto de renda (34%) (b)	(5.554)
	<u>13.526</u>

(a) - (b) Imposto de renda e contribuição social - diferido Reorganização Societária

4. Ajustes e premissas pro forma

As informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma* foram elaboradas e apresentadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas históricas da SLC Agrícola e da Terra Santa, e os ajustes *pro forma* foram determinados com base em premissas e nas melhores estimativas da Administração da SLC Agrícola e incluem os seguintes ajustes:

4.1. Contraprestação estimada da Transação

Está apresentado abaixo uma estimativa preliminar da contraprestação a ser transferida pela SLC Agrícola a Terra Santa:

	<u>Total</u>
Número de ações ordinárias a serem emitidas pela SLC Agrícola na data da Transação	2.516.454
Multiplicado pelo valor da ação da SLC Agrícola negociado entre as partes (*) (em R\$)	50,47
Emissão de ações estimada (Em milhares de reais)	127.005
Contraprestação em caixa decorrente de direito de uso do arrendamento entre Terra Santa e TS LandCo (a)	70.000
Variação dos ativos e passivos (+/-) (b)	(384.249)
Valor presente dos créditos fiscais (c)	191.650
Valor justo da contraprestação a receber	(4.406)

(*) Representa o preço de mercado das ações da SLC Agrícola em 23 de abril de 2021. Utilizando como premissa a cotação da ação da SLC Agrícola entre a data de assinatura do Acordo (25 de março de 2021) e a data do presente documento, que é um intervalo de possíveis resultados baseado no percentual de aumentos e baixas, foi determinado que este é razoável à luz da volatilidade do mercado, baseado nas flutuações diárias e nos desvios padrões associados, tendo em vista que as cotações das ações da SLC Agrícola anteriores ao Acordo valorizaram em função de outros eventos não relacionados à Transação. Com base nessa volatilidade, uma variação de 1% para 22% no preço de mercado mudaria a contraprestação transferida estimada em R\$1.270 a R\$27.900.

(a) Refere-se a consideração a ser transferida em caixa no montante de R\$70.000, decorrente da remuneração adicional, complementar ao pagamento do arrendamento (o qual já reflete o valor justo de um arrendamento em condições semelhantes) referente aos contratos de arrendamentos a serem celebrados entre Terra Santa e TS LandCo em conexão com a Transação. Esta a remuneração está sendo tratada como parte do preço da Transação e incluída como ajuste no *pro forma* dado: (i) a natureza dos contratos; (ii) que os contratos de arrendamento foram negociados em conjunto com a Transação; e (iii) que era uma condição para a assinatura do Acordo, ou seja, uma condição para obtenção do controle da Terra Santa e obtenção desse contrato (ativo de direito de uso e passivo de arrendamento).

(b) Variação dos ativos e passivos é composta pela variação entre 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020 dos seguintes itens conforme previsto no Acordo:

Capital de Giro - significa a diferença entre (i) a soma dos itens do ativo circulante; e (ii) a soma dos itens do passivo circulante. Entre os itens do ativo circulante que entram na definição de capital de giro, estão incluídos os seguintes itens: (a) contas a receber; (b) estoques; (c) ativos biológicos; (d) adiantamentos diversos para Terceiros e funcionários; (e) despesas antecipadas. Entre os itens do passivo circulante que entram na definição de capital de giro, estão incluídos os seguintes itens: (a) salários e contribuições sociais; (b) fornecedores; (c) tributos a recolher; (d) adiantamentos de clientes; (e) tributos parcelados - circulante e não circulante. Para fins de esclarecimento, não serão computados no cálculo do Capital de Giro itens que tenham sido utilizados na apuração do Endividamento

Capital de giro base – significa R\$266.899, na data base de 30 de junho de 2020, calculados de acordo com as bases, premissas e metodologias descritas no Acordo.

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.1. Contraprestação estimada da Transação--Continuação

Imobilizado Base - significa R\$ 104.000, na data base de 30 de junho de 2020, que conforme as bases descritas no Memorando de Entendimento referem-se aos ativos imobilizados que permanecerão na Terra Santa.

Dívida Líquida Base - significa R\$ 485.000, na data base de 30 de junho de 2020, calculados de acordo com as bases, premissas e metodologias descritas no Memorando de Entendimento.

Endividamento líquido - composto pela soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e derivativos passivos, subtraídos por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa dos bônus subscrição e derivativos ativos.

Créditos Fiscais - significa créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, gerados em decorrência da existência de saldos de prejuízos fiscais e base negativa, aos quais serão pagos pela SLC Agrícola, conforme descrito na letra "c" abaixo.

- (c) Conforme descrito no Acordo, o valor equivalente a 50% do valor final do benefício tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, apurado pela Terra Santa e validado pela SLC Agrícola através de relatório dos créditos, será trazido a valor presente por uma taxa de desconto de CDI futuro mais 1,5%, considerando 4 parcelas anuais a contar da data de fechamento, sendo de 30% cada nos três primeiros anos e 10% no quarto ano. O montante será pago à TS LandCo em até dez dias após a definição final dos valores da Transação.

Ajuste pro forma

Variação dos ativos e passivos (+/-) (b)	(384.249)
Valor presente dos créditos fiscais (c)	191.650
Contraprestação vinculada a ajuste de preço (b) + (c)	<u>(192.599)</u>

Esta formação da contraprestação a ser transferida preliminar foi utilizada para preparar os ajustes *pro forma* nas informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*. A SLC Agrícola e a Terra Santa são entidades que atuam em um segmento que utilizam calendário safra (junho) para definição de negócios e transações. A contraprestação a ser transferida final será determinada após aprovação em assembleia e com os números presentes na data de fechamento da transação. A contraprestação final a ser transferida pode diferir materialmente da informação preliminar utilizada nos ajustes *pro forma*.

4.2. Valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos a serem assumidos

A SLC Agrícola realizou uma análise preliminar de avaliação do valor justo dos ativos da Terra Santa a serem adquiridos e passivos a serem assumidos, baseado em informações disponíveis à data destas informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*. Utilizando a contraprestação total para a Transação, a SLC Agrícola estimou a alocação do preço de compra. A tabela a seguir resume a alocação do preço de compra preliminar como se a data da Transação tivesse ocorrido em 31 de dezembro de 2020:

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.2. Valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos a serem assumidos-- Continuação

Valor justo estimado da contraprestação total a receber (Nota 4.1)	(4.406)
(-) Valor justo dos ativos a serem adquiridos	2.029.605
Caixa e equivalentes de caixa	82.804
Contas a receber de clientes	18.990
Estoques	610.230
Ativo biológico	214.272
Tributos a recuperar	58.158
Operações com derivativos	17.223
Despesas antecipadas	6.136
Outros ativos	39.518
Imposto de renda e contribuição social diferidos	335.190
Depósitos judiciais	6.033
Propriedade para investimento	3.664
Direito de uso de ativos	402.603
Imobilizado	233.355
Intangível	1.429
(+) Valor justo dos passivos a serem assumidos	2.035.433
Fornecedores	290.452
Empréstimos e financiamentos	986.979
Obrigações fiscais	9.412
Obrigações sociais e trabalhistas	21.364
Adiantamento de clientes	189.020
Operações com derivativos	57.334
Títulos a pagar	5.784
Tributos parcelados	15.982
Arrendamento a pagar	365.563
Provisões para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis (*)	34.758
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58.785
Ágio pro forma	10.234

(*) Em relação aos passivos contingentes assumidos, o valor demonstrado no quadro corresponde ao valor histórico das contingências registradas, uma vez que a avaliação é preliminar. A SLC Agrícola não reconheceu passivo contingente como previsto no IFRS 3, tendo em vista as informações disponíveis. A SLC Agrícola aplicará os requerimento de reconhecimento estabelecido no parágrafo 23 do CPC 15 (IFRS 3), no qual um passivo contingente é reconhecido na data da aquisição da transação desde que: (i) represente uma obrigação presente oriunda de eventos passados e (ii) possa ser mensurado de forma confiável, quando a Transação for consumada. Adicionalmente, conforme previsto no Acordo: i) a SLC Agrícola será reembolsada para perdas indenizáveis, até o limite de R\$250.000 e ii) a SLC Agrícola poderá compensar eventuais perdas decorrentes de variação nos valores de endividamento e de capital de giro ou de caixa operacional com valores devidos no âmbito dos contratos de arrendamento que serão celebrados na data de fechamento entre Terra Santa e TS LandCo, mencionado na nota 1. A Terra Santa possui depósitos judiciais para os quais não possui provisão para contingências no montante de R\$6.033, sendo que, à luz do Acordo, estes valores foram considerados como parte das provisões para contingências para fins de *Pro forma*.

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.2. Valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos a serem assumidos-- Continuação

Esta alocação do preço de compra preliminar foi utilizada para preparar os ajustes *pro forma* nas informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*. A alocação do preço de compra final será determinada quando a SLC Agrícola tiver concluído as avaliações detalhadas e os cálculos necessários na data de fechamento da transação. A alocação final pode diferir materialmente da alocação preliminar utilizada nos ajustes *pro forma*. A alocação final pode incluir (1) mudanças no valor da contraprestação a ser transferida, pelos fatores mencionados na nota 4.1 relacionado a calendário safra e (2) alterações nos valores justos dos ativos e passivos.

Os ajustes *pro forma* baseiam-se em informações disponíveis atualmente e determinadas estimativas e premissas e, portanto, os efeitos reais dessas transações podem divergir dos ajustes *pro forma*. Incluímos apenas ajustes materiais que sejam diretamente atribuíveis à proposta da Transação, devidamente suportados e que se espera que impactem continuamente os resultados consolidados que foram incluídos nas informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*.

4.3. Ajustes pro forma

Uma descrição geral dos ajustes *pro forma* está apresentada abaixo:

a) Ativo biológico

Ativo biológico	209.843
Uniformização de premissas (*)	4.429
	214.272

(*) Valor mensurado utilizando a taxa de desconto utilizada pela SLC Agrícola no cálculo dos ativos biológicos e preço médio das sacas de soja já vendidas de janeiro até março da Terra Santa. Os ativos biológicos, como mencionado anteriormente, são realizados de janeiro a março, e o seu efeito do ajuste não se refletiu na demonstração do resultado *pro forma*, pois não se espera que tenha um impacto contínuo.

b) Arrendamentos

Conforme mencionado na nota 1, a Terra Santa celebrará contratos de arrendamento com a TS LandCo como parte da transação. Tais contratos são de arrendamento rural para exploração agrícola, onde a Terra Santa realizará atividades de exploração agropecuária intensiva, mediante plantio de culturas agrícolas, armazenagem e beneficiamento.

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.3. Ajustes pro forma--Continuação

b) Arrendamentos--Continuação

Foram celebrados 5 contratos com prazo médio de 20 anos. Esses contratos foram enquadrados como arrendamentos sob o escopo do CPC 06 (R2) (IFRS 16) e foram considerados como componente de arrendamento valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto.

Na a data da adoção inicial destes contratos, o montante de ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento, atualizados a valor presente.

A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela “curva ponderada do CDI/Pré”, somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente. A taxa aplicada para os 5 contratos de arrendamentos foi de 7,58%.

Cabe destacar que os contratos de arrendamento de terra são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção, sendo os valores do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento convertidos para reais utilizando-se a cotação da soja em cada região. Os valores dos pagamentos podem sofrer variação significativa até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja em cada região.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 o passivo de arrendamento da Terra Santa foi remensurado e o ativo de direito de uso teve o mesmo valor ajustado para refletir os termos favoráveis ou desfavoráveis do arrendamento quando comparado com os termos do mercado. Ao todo, 14 contratos foram remensurados utilizando os termos de mercado conforme apresentado abaixo:

i) *Ativo de direito de uso*

Direito de uso <i>pro forma</i> - novos contratos (*)	1.004.082
Direito de uso - contratos existentes (**)	111.246
<i>Remensuração dos contratos</i>	39.754
<i>Valor justo - termos favoráveis de contrato</i>	71.492
Saldo em 31/12/2020	1.115.328

(*) Considerando uma depreciação linear com base no prazo dos contratos e a contabilização do ativo de direito de uso em 1º. de janeiro de 2020, o efeito da depreciação no resultado seria de R\$22.273 registrado no grupo de “Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem” (Nota 4.3I).

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.3. Ajustes pro forma--Continuação

b) Arrendamentos--Continuação

i) *Ativo de direito de uso*--Continuação

(**) Contratos de arrendamento remensurados em 31 de dezembro de 2020, estimados com base no custo de arrendamento dos terrenos por sacas/hectare ao valor de mercado (17 sacas/hectare para o ativo de direito de uso e média de 12,65 sacas para o passivo de arrendamento, aplicando a taxa de desconto praticada pela SLC Agrícola de forma interpolada para cada prazo de contrato variando entre 2,7% a 7,13%. A depreciação foi considerada de forma linear no resultado considerando como se o ativo de direito de uso tivesse sido contabilizado em 1º. de janeiro de 2020. A depreciação deste efeito gerou um impacto de R\$27.083 no grupo de "Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem" (Nota 4.3l).

ii) *Passivo de arrendamento*

A composição do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está abaixo apresentada:

Passivo de arrendamento - novos contratos (*)	1.004.082
Remensuração dos contratos existentes (**)	39.754
Saldo em 31/12/2020	1.043.836
Circulante	28.546
Não circulante	1.015.388

(*) Para o efeito do resultado o passivo foi estimado como se tivesse sido contabilizado em 1 de janeiro de 2020, com o efeito dos juros sobre este arrendamento totalizando R\$34.440 registrados no grupo de "Despesas financeiras" (Nota 4.3m).

(**) Contratos de arrendamento remensurados em 31 de dezembro de 2020, estimados com base no custo de arrendamento dos terrenos por sacas/hectare a valor de mercado considera 12,65 sacas para o passivo de arrendamento, aplicando a taxa de desconto praticada pela SLC Agrícola de forma interpolada para cada prazo de contrato variando entre 2,7% a 7,13%. Caso o passivo de arrendamento destes contratos tivesse sido contabilizado em 1 de janeiro de 2020, o efeito da despesa de juros destes contratos foi de R\$2.125 registrado em "Despesas financeiras" (Nota 4.3m).

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.3. Ajustes pro forma--Continuação

c) Imobilizado

A tabela a seguir representa o ajuste no imobilizado da Terra Santa ao seu valor justo:

Metodologia		Valor justo estimado (em milhares de reais)	Vida útil média remanescente estimada	Despesa com depreciação estimada pro forma utilizando o método linear reconhecida em despesas administrativas e gerais (Nota 4.3I) Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (em milhares de reais)
Edificações e instalações	Método do custo de reprodução ou reposição	3.425	7 anos	(234)
Máquinas e equipamentos	Método do custo de reprodução ou reposição	83.834	7,5 anos	(13.457)
Veículos	Método do custo de reprodução ou reposição	7.039	5 anos	(1.399)
Aeronaves	abordagem de mercado	7.645	21,1 anos	(363)
Móveis e utensílios	Método do custo de reprodução ou reposição	1.196	6,8 anos	(183)
Total		103.139		(15.636)

O cálculo do valor justo é preliminar e sujeito a alterações. Os ativos fixos foram avaliados pelo método de do custo de reprodução ou reposição e abordagem de mercado, em que o investimento necessário à aquisição de novos bens, idênticos ou com características e capacidades semelhantes aos bens existentes (objetos da avaliação), indicando se quanto valeriam caso fossem executados novamente, mantendo sua concepção original.

d) Intangível

Eliminação do saldo histórico de ágio reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas da Terra Santa	(275.484)
Reconhecimento do ágio na aquisição (nota 4.2)	10.234
Total	(265.250)

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.3. Ajustes pro forma--Continuação

e) Custos de transação

Representa o ajuste dos custos de transação estimados de R\$ 15.920 relacionados à Transação. Os custos relacionados à Transação consistem em custos com assessoria financeira, assessoria geral, assessoria jurídica, avaliadores e outros honorários profissionais. O balanço patrimonial consolidado histórico e a demonstração do resultado da SLC Agrícola e da Terra Santa não refletem nenhum custo de transação relacionado à Transação nos períodos apresentados.

f) Tributos parcelados

Efeito da atualização do passivo decorrente do parcelamento de impostos (FETHAB e débito ICMS) considerando o IGP-DI trazidos a valor presente por uma taxa livre de risco (SELIC).

g) Obrigações sociais e trabalhistas

Bônus retenção dos funcionários Terra Santa (i)	9.200
Programa de incentivo - Remuneração baseada em ações Terra Santa (ii)	4.217
	<hr/> 13.417 <hr/>

(i) Refere-se a provisão do bônus de retenção dos funcionários da Terra Santa previsto no Acordo no valor de R\$9.200, o qual possui a finalidade de manter os funcionários até no mínimo a data de fechamento da Transação.

(ii) Refere-se a provisão do pagamento do plano de incentivo de remuneração baseada em ações da Terra Santa que conforme previsto em Acordo deverão ser liquidadas em dinheiro antes da data de fechamento da Transação. Conforme indicado no Acordo, são 101.621 ações distribuídas com 4 executivos os quais estão sendo consideradas como "fully vested" para fins de *pro forma*. O valor de fechamento da ação da Terra Santa em 23 de abril de 2021 foi de R\$41,50.

h) Impostos diferidos

Refere-se a R\$93.665 de imposto de renda e contribuição social diferido passivo gerado pelo benefício da amortização da base fiscal do ágio registrado na Terra Santa. Conforme apresentado na nota 4.3d, em decorrência da aquisição de controle da SLC Agrícola pela Terra Santa, referido ágio histórico será eliminado e atribuído valor zero para fins do *pro forma* e, portanto, o imposto de renda e contribuição social diferido passivo correspondente também deve ser eliminado.

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.3. Ajustes pro forma--Continuação

h) Impostos diferidos--Continuação

Adicionalmente, conforme apresentado nas notas explicativas às demonstrações financeiras históricas da Terra Santa de 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$98.417 de imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre o saldo de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social acumulados não foi reconhecido no balanço patrimonial da Terra Santa por não atenderem os requerimentos da norma contábil do crédito tributário correspondente.

Apesar do CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinações de negócios, quando a combinação de negócios é inicialmente contabilizada, possibilitar o reconhecimento em separado do ativo fiscal diferido decorrente do benefício potencial da compensação de prejuízos fiscais, quando esse satisfaça os critérios estabelecidos pelo CPC 32, tributos sobre lucro, o ativo fiscal diferido decorrente da base de prejuízo fiscal acumulado da Terra Santa não foi reconhecido e não foi considerado no *pro forma*; uma vez que a avaliação e a alocação do preço é preliminar, pois ainda dependem de fatores que terão impacto até a data de fechamento da Transação como o plano de liquidação ou reestruturação das dívidas assumidas e conseqüente aumento da base tributável da Terra Santa.

Caso o referido ativo fiscal diferido fosse considerado, o resultado da Transação seria um ganho por compra vantajosa *pro forma* de R\$94.032, o ativo total *pro forma* seria de R\$11.924.628, o patrimônio líquido *pro forma* seria de R\$3.328.590.

i) Efeito do imposto de renda e contribuição social - balanço patrimonial

O ajuste *pro forma* no balanço patrimonial consolidado condensado não auditado pro forma em 31 de dezembro de 2020 refere-se ao cálculo de tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias líquidas em combinações de negócios no montante de R\$172.898 compostos pela remensuração do ativo biológico, mais valia de imobilizados e remensuração dos contratos de arrendamento.

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.3. Ajustes pro forma--Continuação

j) Efeito do imposto de renda e contribuição social - demonstração do resultado

Reflete o efeito do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos nas informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas *pro forma*, com base na alíquota nominal de 34% sobre os ajustes *pro forma*.

O efeito do imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes pro formas realizados nas demonstrações do resultado consolidado *pro forma* não auditadas para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2020 somam o montante de R\$34.540 aplicando a alíquota de imposto de renda e contribuição social vigente de 34%, sobre uma base de ajustes de R\$101.589.

k) Patrimônio líquido

O ajuste *pro forma* no patrimônio líquido é composto da seguinte forma:

	<u>Em milhares de reais</u>
Eliminação de contas do patrimônio líquido da Terra Santa (pós Reorganização Societária)	(75.295)
Ações a serem emitidas pela SLC Agrícola na conclusão da transação (Nota 4.1)	127.005
Custos de transação (Nota 4.3e)	(15.920)
Total	<u>35.790</u>

l) Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem

Depreciação da mais valia do imobilizado (nota 4.3c)	(15.636)
Depreciação do ativo de direito de uso (nota 4.3b)	(22.273)
Depreciação da remensuração dos contratos (nota 4.3b)	(27.083)
	<u>(64.992)</u>

m) Despesas financeiras

Despesa de juros passivo de arrendamento (nota 4.3b)	(34.440)
Despesa de juros - remensuração dos contratos (nota 4.3b)	(2.125)
Tributos parcelados - juros passivos (nota 4.3f)	(32)
	<u>(36.597)</u>

4. Ajustes e premissas pro forma--Continuação

4.3. Ajustes pro forma--Continuação

n) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação foi ajustado considerando a emissão de 2.516.454 ações da SLC Agrícola, conforme demonstrado abaixo:

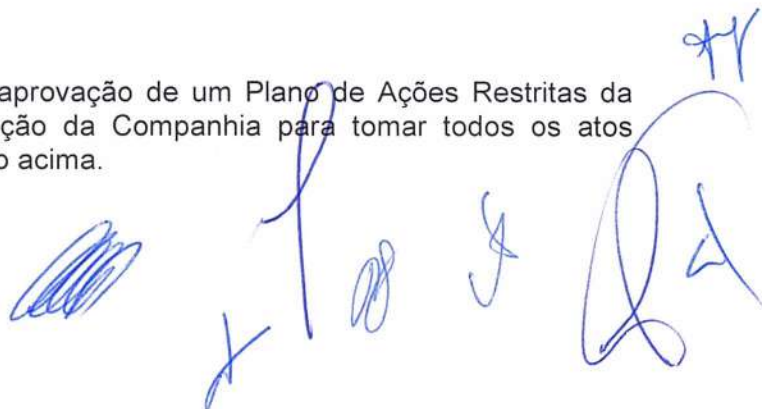
	Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	
	Básico	Diluído
Número médio ponderado de ações SLC Agrícola - Em milhares de ações	187.256	188.242
Ações emitidas pela SLC Agrícola - Em milhares de ações	2.516	2.516
Número médio ponderado de ações <i>pro forma</i>	189.772	190.758
Lucro líquido <i>pro forma</i> atribuíveis aos controladores	416.912	416.912
Lucro por ação <i>pro forma</i> (em reais)	2,19690	2,18555

TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A.
CNPJ/ME Nº 40.337.136/0001-06
NIRE 35.300.562.917

COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 23 de dezembro de 2021, às 15h00min, na sede da **TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A.**, companhia localizada na Praça General Gentil Falcão, nº 108, Conj. 81, Sala 04, 8º andar, Cidade Monções, CEP 04571-150, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 40.337.136/0001-06 ("Companhia"), de forma presencial, observando que a reunião foi gravada e ficará arquivada na sede da Companhia pelo prazo previsto na referida instrução da CVM.
- 2. CONVOCAÇÃO:** Edital de convocação publicado na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), no jornal "Valor Econômico", nas edições dos dias 02, 03 e 04 de dezembro de 2021, nas folhas E5, E3 e E2, respectivamente, e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 02, 03 e 04 de dezembro de 2021, nas folhas 29, 21 e 17, respectivamente. O Edital de Convocação, a Proposta da Administração e demais documentos pertinentes à ordem do dia, conforme legislação aplicável, foram colocados à disposição dos acionistas na sede na sede social da Companhia e por meio digital seguro mediante requisição dos acionistas. Foram também, divulgados ao mercado, eletronicamente nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.
- 3. PRESENCAS:** Presentes acionistas da Companhia representando, aproximadamente, 83,68% (oitenta e três vírgula sessenta e oito por cento) representados por 80.522.304 (oitenta milhões, quinhentos e vinte e dois mil e trezentos e quatro) ações do capital social com direito a voto, conforme lista de presenças assinada pelos membros da mesa na forma do art. 21-V, §2º, da Instrução CVM nº 481. Presentes também o Sr. Cesar Henrique Gallo do Prado, na qualidade de representante da administração.
- 4. MESA:** Presidente: Sr. Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto; e Secretário: Sr. Nicolas Aires de Paiva.
- 5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a aprovação de um Plano de Ações Restritas da Companhia; e (ii) a autorização à administração da Companhia para tomar todos os atos necessários para implementação da deliberação acima.



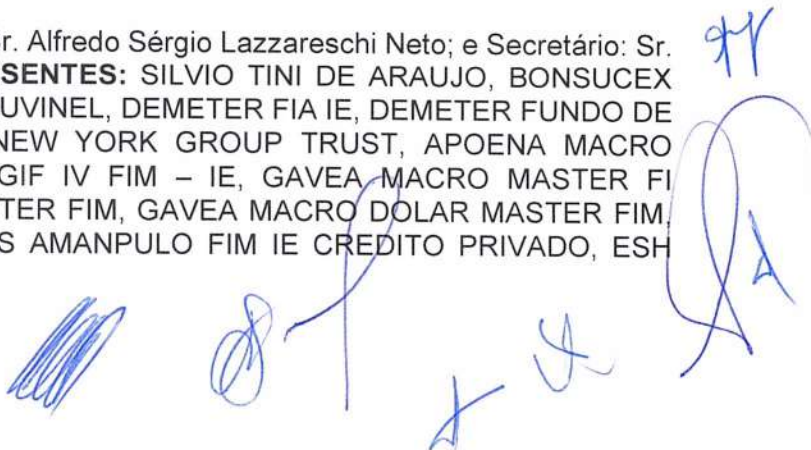
6. **LEITURA DE DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA:** (i) Dispensada, por unanimidade de votos, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia, uma vez que todos já foram devidamente e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas; e (ii) Foi autorizada, por unanimidade, a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

7. **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações, cujos votos encontram-se detalhados abaixo:

- (i) os acionistas aprovaram, por maioria dos votos, tendo sido computados 88,99% (oitenta e oito vírgula noventa e nove por cento) de votos a favor, representados por 71.659.801 (sete e um milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e uma) ações e 11,01% (onze vírgula zero um por cento) de votos contrários, representados por 8.862.503 (oito milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e quinhentos e três) ações, a criação do Plano Ações Restritas, cujos termos e condições estão anexos à presente Ata da Assembleia Geral Extraordinária como **Anexo I**; e
- (ii) os acionistas aprovaram, por maioria dos votos, tendo sido computados 88,99% (oitenta e oito vírgula noventa e nove por cento) de votos a favor, representados por 71.659.801 (sete e um milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e uma) ações e 11,01% (onze vírgula zero um por cento) de votos contrários, representados por 8.862.503 (oito milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e quinhentos e três) ações, a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias e adequadas à administração e implementação do Plano Ações Restritas, bem como praticar todos e quaisquer atos e firmar todos e quaisquer documentos necessários à sua efetivação.

8. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos. Foram recebidos 2 (dois) protestos e manifestações dos acionistas ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO e CENTAURO I FIM CP INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO, bem como da Mesa, os quais constam como Anexos II, III e IV. Os acionistas presentes aprovaram a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do § 1º do art. 130 da Lei das S.A., e a sua publicação com a omissão da assinatura dos acionistas, nos termos do § 2º do art. 130 da Lei das S.A., após, a ata foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. São Paulo - SP, 23 de dezembro de 2021.

9. **ASSINATURAS: MESA:** Presidente: Sr. Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto; e Secretário: Sr. Nicolas Aires de Paiva. **ACIONISTAS PRESENTES:** SILVIO TINI DE ARAUJO, BONSUCEX HOLDING S.A., JOAO BATISTA LEMES CRUVINEL, DEMETER FIA IE, DEMETER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, CITY OF NEW YORK GROUP TRUST, APOENA MACRO ADVANCED MASTER FIM, BRADESCO GIF IV FIM – IE, GAVEA MACRO MASTER FI MULTIMERCADO, GAVEA MACRO II MASTER FIM, GAVEA MACRO DOLAR MASTER FIM, GAVEA MACRO PLUS MASTER FIM, EOS AMANPULO FIM IE CREDITO PRIVADO, ESH

Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page. There are several distinct signatures, including a large one on the right and several smaller ones below it.

THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO e CENTAURO I FIM CP INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO.

São Paulo - SP, 23 de dezembro de 2021

Mesa:



Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto
Presidente



Nicolas Aires de Paiva
Secretário

Acionistas:



SILVIO TINI DE ARAUJO



BONSUCEX HOLDING S.A.



JOAO BATISTA LEMES CRUVINEL



DEMETER FIA IE



DEMETER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES



CITY-OF NEW YORK GROUP TRUST



APOENA MACRO ADVANCED MASTER FIM



BRDESCO GIF IV FIM - IE



GAVEA MACRO MASTER FI MULTIMERCADO




GAVEA MACRO II MASTER FIM



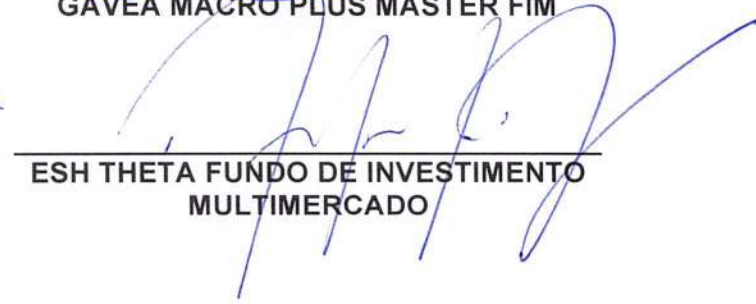
GAVEA MACRO DOLAR MASTER FIM



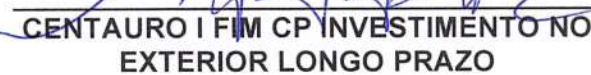
GAVEA MACRO PLUS MASTER FIM



EOS AMANPULO FIM IE CREDITO PRIVADO

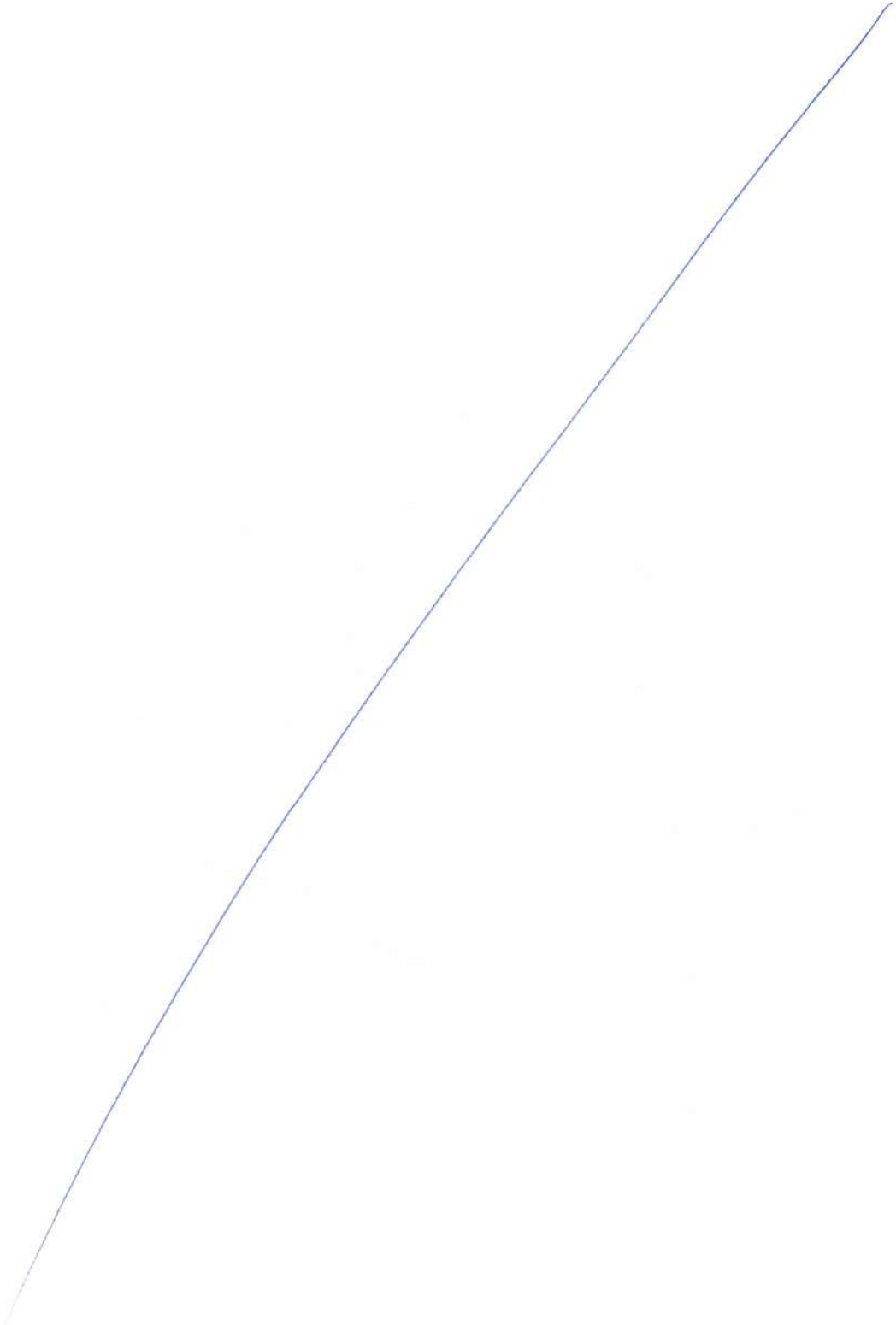


ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO



CENTAURO I FIM CP INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO

**ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TERRA SANTA
PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A. REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021**



**PLANO DE AÇÕES RESTRITAS DA TERRA SANTA PROPRIEDADES
AGRÍCOLAS S.A.**

Este Plano de Ações Restritas da **TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A.** ("**Companhia**"), aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 23 de dezembro de 2021 ("**Plano**"), estabelece as condições gerais do incentivo de longo prazo por meio da outorga de Ações Restritas de emissão da Companhia aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço elegíveis da Companhia, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas.

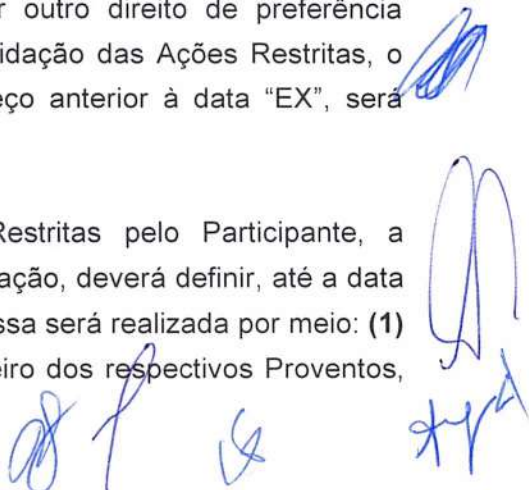
1. Ação Restrita

1.1. Cada Ação Restrita atribuí ao seu titular o direito ao recebimento de 1 (uma) ação ordinária (B3: LAND3) de emissão da Companhia ("**Ação**"), acrescida do valor em dinheiro dos respectivos Proventos, estritamente nos termos e condições estabelecidos neste Plano.

1.1.1. O termo "**Ação Restrita**" significa o direito a receber uma Ação em determinada data futura, condicionado ao cumprimento do *Vesting* previsto no item 7 deste Plano, a título de gratificação (bônus em ações), não constituindo natureza salarial.

1.1.2. O termo "**Proventos**" significa o valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio, restituições de capital ou outros proventos em dinheiro atribuídos às Ações Restritas, declarados entre a data de outorga e a data de liquidação das Ações Restritas. Na hipótese de subscrição ou qualquer outro direito de preferência declarado entre a data de outorga e a data de liquidação das Ações Restritas, o valor do direito, calculado com base no último preço anterior à data "EX", será também considerado como Provento.

1.2. Quando de cada exercício das Ações Restritas pelo Participante, a Companhia, por meio de seu Conselho de Administração, deverá definir, até a data de liquidação do exercício das Ações Restritas, se essa será realizada por meio: **(1)** da entrega de Ações, acrescidas do valor em dinheiro dos respectivos Proventos,



ou **(2)** do pagamento em dinheiro do valor equivalente à quantidade de Ações Restritas exercidas, multiplicadas pelo preço médio ponderado por volume financeiro das Ações nos pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), ocorridos nos 2 (dois) meses imediatamente anteriores ao mês da data de pagamento (“**Valor da Ação Restrita**”), acrescido do valor em dinheiro dos respectivos Proventos, sem qualquer correção ou atualização monetária.

1.3. Exceto pelos direitos acima descritos, as Ações Restritas não atribuem quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até a liquidação dos exercícios das Ações Restritas, no caso de a liquidação ser feita com Ações.

2. Administração

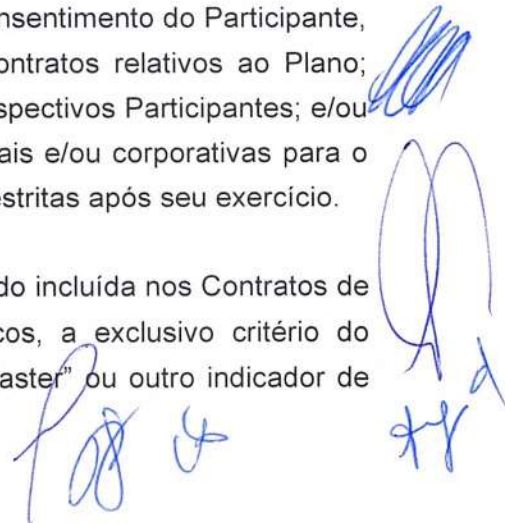
2.1. O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, dispondo de amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas, de acordo com as melhores práticas do mercado e respeitando os limites deste Plano.

2.2. O Conselho de Administração poderá aprovar, anualmente ou em outra periodicidade ou ocasião especial que julgar apropriada, Programas de Ações Restritas (“**Programas**”).

2.3. Em cada Programa serão definidos os Participantes, o número de Ações Restritas outorgadas, a distribuição das Ações Restritas entre os Participantes, a data de vigência e as demais respectivas regras específicas de cada Programa, observados os termos e condições gerais estabelecidos neste Plano.

2.4. O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo: (i) alterar ou extinguir o Plano; e/ou (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos, desde que não altere ou prejudique, sem o consentimento do Participante, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em contratos relativos ao Plano; e/ou (iii) decidir pela outorga de Ações Restritas aos respectivos Participantes; e/ou (iv) estabelecer metas mínimas de performance pessoais e/ou corporativas para o *Vesting*; e/ou (v) restrições à transferência da Ações Restritas após seu exercício.

2.4.1. O termo “**Meta Mínima de Performance**”, quando incluída nos Contratos de Ações Restritas (conforme definido abaixo) específicos, a exclusivo critério do Conselho de Administração, corresponderá ao “KPI Master” ou outro indicador de



performance da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração para fins de cada Contrato de Ações Restritas.

2.4.2 A eventual Meta Mínima de Performance fixada para o *Vesting* das Ações Restritas será definida pelo Conselho de Administração quando da aprovação de cada outorga e constará do Contrato de Ações Restritas a ser celebrado com cada um dos Participantes, podendo funcionar como um multiplicador da quantidade de Ações Restritas individuais. Os indicadores a serem avaliados serão formalizados aos Participantes no momento da comunicação da Outorga das Ações Restritas.

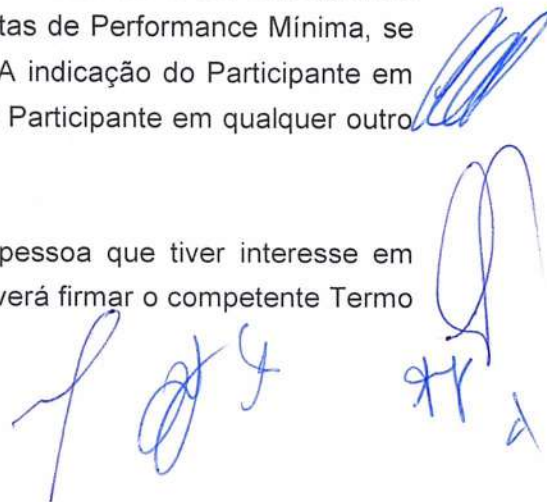
2.5. O Conselho de Administração poderá agregar novos Participantes aos Programas em curso, bem como tratar de forma diferenciada administradores e empregados da Companhia que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia, equiparação ou equidade, a estender a todos as condições que entenda aplicável somente a algum ou alguns, inclusive com relação ao estabelecimento de Meta Mínima de Performance.

3. Elegibilidade

3.1. Dentre os administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia e de suas controladas, são elegíveis ao Plano (i) Diretores; (ii) Conselheiros, inclusive os Independentes; (iii) outros empregados; ou (iv) pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia, preferencialmente Key People, a critério do Conselho de Administração.

3.2. Em cada Plano, o Conselho de Administração indicará a seu exclusivo critério, dentre os elegíveis, aqueles aos quais serão oferecidas Ações Restritas ("**Participantes**"), bem como a quantidade de Ações Restritas a ser outorgada a cada Participante, levando em consideração as Metas de Performance Mínima, se estabelecidas para aquele Participante específico. A indicação do Participante em determinado Plano não implica sua indicação como Participante em qualquer outro Plano.

3.3. A adesão a cada Plano é voluntária, e a pessoa que tiver interesse em participar de cada Plano para o qual foi indicado deverá firmar o competente Termo de Adesão, no prazo fixado em cada Plano.

Handwritten signatures in blue ink, including a large scribble at the top right and several distinct signatures below it.

4. Natureza Jurídica e Retenção de Imposto

4.1. Os termos e as condições de cada Ação Restrita serão estabelecidos em um Contrato de Outorga de Ações Restritas e Outras Avenças ("**Contrato de Ações Restritas**"), a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante.

4.2. O Contrato de Ações Restritas constitui um direito condicional de gratificação, a ser recebida pelo Participante se e quando ocorrer o cumprimento do *Vesting* e o exercício das Ações Restritas, e observará a legislação tributária, previdenciária e trabalhista incidente sobre as Ações entregues ou valores pagos aos Participantes.

4.3. A Companhia deverá fazer a retenção do Imposto de Renda na Fonte, quando da liquidação dos exercícios das Ações Restritas. A Companhia calculará o Imposto de Renda na Fonte quando da liquidação dos exercícios das Ações Restritas, com base na quantidade de Ações Restritas exercidas, multiplicadas pelo Valor da Ação Restrita (definido no item 1.2), acrescido do valor em dinheiro dos respectivos Proventos, sem qualquer correção ou atualização monetária.

4.4. Em caso de recebimento em Ações, a Companhia deverá compensar o valor do Imposto de Renda na Fonte a ser retido com o valor dos eventuais Proventos devidos ao Participante, bem como reduzir a quantidade de Ações a serem transferidas ao Participante, na medida que se fizer necessária para custear a retenção do Imposto e Renda na Fonte.

4.5. As Ações Restritas são pessoais e intransferíveis, não podendo, em hipótese alguma, ser cedidas, transferidas ou empenhadas a quaisquer terceiros, nem os direitos e obrigações a elas inerentes, ressalvadas as exceções previstas na Cláusula 17 (Morte).

5. Limite Máximo de Diluição Societária Referencial

5.1. Embora o Plano não implique diluição societária, pelo fato de que não prevê a possibilidade de emissão de ações para liquidação do exercício das Ações Restritas, o Plano estará limitado a uma Diluição Societária Referencial máxima de até 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia representado por ações ordinárias na data de aprovação de cada Plano. A "**Diluição Societária Referencial**" corresponde ao percentual obtido pela divisão da quantidade máxima

de ações abrangidas pelas Ações Restritas, opções de compra de ações e outros direitos em aberto decorrentes de todos planos de incentivos baseados em ações ordinárias da Companhia, na data de aprovação de cada Plano (já exercíveis ou ainda não exercíveis), pela soma dessa quantidade com a quantidade total de ações ordinárias de emissão da Companhia antes da aprovação de cada Plano, multiplicando o quociente obtido por 100.

6. Grupamento, Desdobramento ou Bonificação

6.1. Na hipótese de grupamento, desdobramento, bonificação ou qualquer provento em novas ações, a liquidação do exercício das Ações Restritas será feita com títulos "EX", ajustando-se a quantidade de Ações objeto de cada Ação Restrita proporcionalmente ao percentual do grupamento, desdobramento, bonificação ou outro provento em novas ações. Caso o evento societário permita a conversão da quantidade de Ações Restritas em múltiplos inteiros do lote padrão, o ajuste será efetuado no dia em que a ação passar a ser negociada "EX" no mercado à vista.

6.2. Nenhuma fração de Ação será vendida, concedida ou emitida na liquidação do exercício das Ações Restritas, podendo o Conselho de Administração promover ajustes adicionais aos termos e condições das Ações Restritas em aberto, se necessário, em função de modificações na estrutura acionária da Companhia, e tal decisão será definitiva e obrigatória.

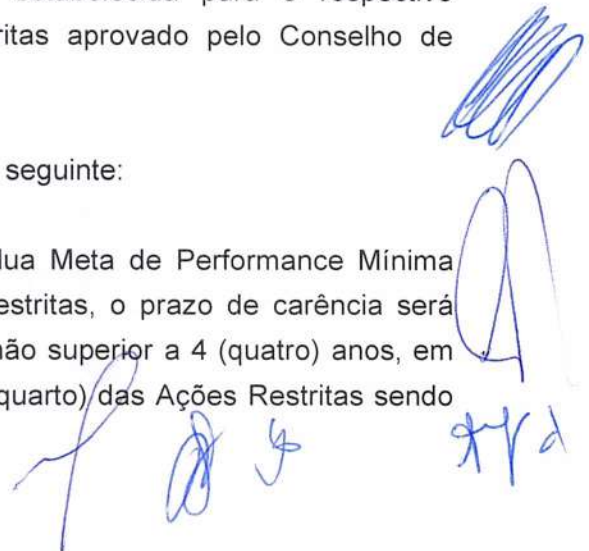
7. Aquisição do Direito (Vesting)

7.1. A aquisição do direito ao exercício das Ações Restritas ("**Vesting**") estará sujeita ao cumprimento cumulativo:

(1) da Meta de Performance Mínima, caso estabelecida para o respectivo Participante em seu Contrato de Ações Restritas aprovado pelo Conselho de Administração; e

(2) do respectivo prazo de carência, observado o seguinte:

(a) caso o Contrato de Ações Restritas inclua Meta de Performance Mínima como condição da outorga de Ações Restritas, o prazo de carência será aplicável de forma gradual, em período não superior a 4 (quatro) anos, em parcelas iguais e anuais de até 1/4 (um quarto) das Ações Restritas sendo



que, desde que atingida ou superada a Meta de Performance Mínima, a primeira parcela tornar-se-á exercível pelo Participante a partir do 1º dia útil do ano civil seguinte ao ano da Data de Verificação (conforme definida abaixo) e as demais no 1º dia útil dos anos civis subsequentes ("**Prazo de Carência com Meta de Performance Mínima**"); e

- (b) Caso o Contrato de Ações Restritas não inclua Meta de Performance Mínima, a outorga das Ações Restritas será imediata, porém o prazo de carência aplicável à totalidade das Ações Restritas determinado em período não superior a 4 (quatro) anos ("**Prazo de Carência sem Meta de Performance Mínima**") e, em conjunto com o Prazo de Carência com Meta de Performance Mínima, "**Prazo de Carência**").

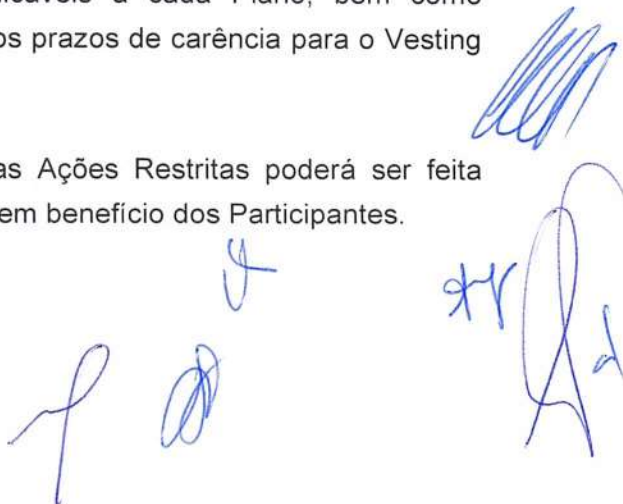
7.1.1. A verificação do cumprimento da Meta de Performance Mínima de cada Contrato de Ações Restritas, caso aplicável, deverá ocorrer em reunião do Conselho de Administração a ser realizada até o final do mês de abril subsequente ao exercício social correspondente à Meta de Performance Mínima ("**Data de Verificação**").

7.1.2. Em caso de atingimento da Meta de Performance Mínima do Contrato de Ações Restritas, caso aplicável, o *Vesting* de cada uma das parcelas anuais das Ações Restritas ocorrerá à medida em que for sido cumprido o respectivo Prazo de Carência com Meta de Performance Mínima ("**Ações Restritas Vested**").

7.1.3. Em caso de não atingimento da Meta Mínima de Performance, caso aplicável, as Ações Restritas outorgadas no Plano restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

7.2. O Conselho de Administração poderá a seu exclusivo critério alterar as regras de *Vesting* das Ações Restritas aplicáveis a cada Plano, bem como dispensar excepcionalmente o cumprimento dos prazos de carência para o *Vesting* das Ações Restritas.

7.3. A alteração das regras de *Vesting* das Ações Restritas poderá ser feita durante a vigência dos Programas, desde que em benefício dos Participantes.

The image shows several handwritten signatures in blue ink at the bottom right of the page. There are four distinct signatures, some appearing to be initials or names, written in a cursive style.

8. Forma e Prazo Máximo de Exercício das Ações Restritas

8.1. O Participante poderá exercer as Ações Restritas Vested durante o prazo máximo de exercício decadencial de 2 (dois) meses, a partir da respectiva data de Vesting (“**Prazo Máximo de Exercício das Ações Restritas**”).

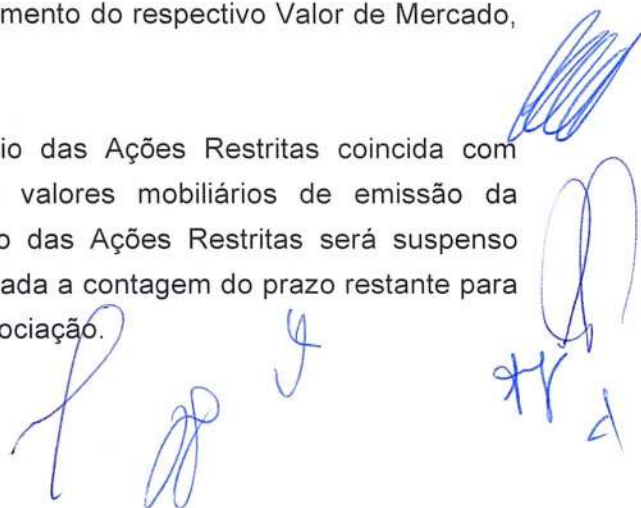
8.2. O exercício das Ações Restritas será feito mediante entrega do competente Termo de Exercício de Ações Restritas devidamente preenchido e assinado pelo Participante.

8.3. O Diretor de Relações com Investidores poderá estabelecer a qualquer tempo restrições para o exercício das Ações Restritas ou a venda das Ações resultantes da liquidação dos exercícios, em datas que coincidam com períodos de vedação à negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia.

8.4. Exercida a Ação Restrita, o Conselho de Administração autorizará a Diretoria a realizar a liquidação do exercício das Ações Restritas mediante a utilização das Ações mantidas em tesouraria ou mediante pagamento em dinheiro de quantia equivalente à quantidade de Ações Restritas, multiplicadas pelo Valor da Ação Restrita, conforme item 1.2. Em ambos os casos, o valor dos Proventos será pago em dinheiro.

8.5. Salvo se o Conselho de Administração estabelecer e divulgar datas fixas para o exercício das Ações Restritas pelos Participantes e a liquidação dos exercícios de Ações Restritas, a Companhia terá até o final do mês subsequente ao mês do recebimento do Termo de Exercício de Ações Restritas para efetuar a transferência das Ações para o Participante, contra a assinatura da competente ordem de transferência de ações ou o pagamento do respectivo Valor de Mercado, conforme o caso.

8.6. Caso o Prazo Máximo de Exercício das Ações Restritas coincida com período de vedação à negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, o Prazo Máximo de Exercício das Ações Restritas será suspenso durante o período de vedação, sendo retomada a contagem do prazo restante para exercício tão logo cessada a vedação à negociação.



8.7. As Ações Restritas não exercidas durante o Prazo Máximo de Exercício das Ações Restritas serão consideradas expiradas e automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

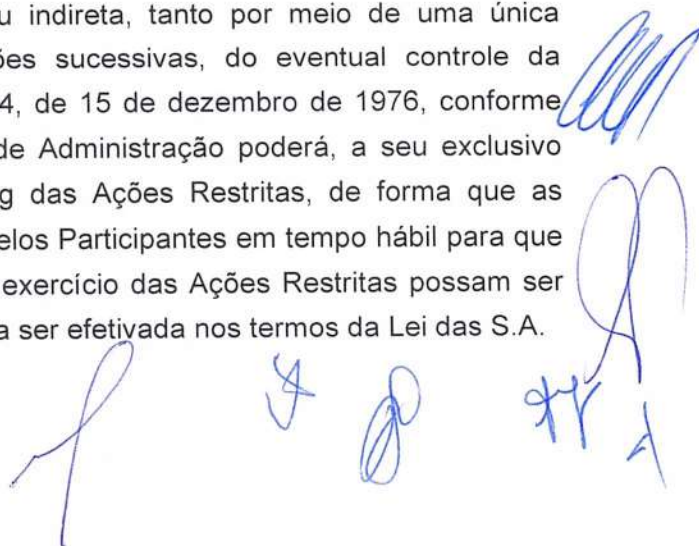
9. Reorganizações Societárias

9.1. A outorga das Ações Restritas nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações.

9.2. O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das Ações Restritas por ações restritas de emissão da sociedade sucessora da Companhia, com os ajustes apropriados na quantidade de Ações Restritas; (b) a antecipação do Vesting das Ações Restritas, de forma que as Ações Restritas possam ser exercidas pelos Participantes em tempo hábil para permitir a inclusão das Ações decorrentes da liquidação do exercício das Ações Restritas na operação em questão; e/ou (c) o resgate antecipado das Ações Restritas, mediante o pagamento em dinheiro da quantia a que o Participante faria jus nos termos do Plano caso as Ações Restritas fossem exercidas na data do resgate. Os ajustes efetuados no Plano serão vinculativos e os Participantes que discordem desses ajustes terão o direito de renunciar às suas Ações Restritas, não cabendo por parte do Participante qualquer questionamento em relação à decisão do Conselho de Administração.

10. Alienação de Controle

10.1. No caso de alienação, direta ou indireta, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, do eventual controle da Companhia, nos termos da Lei n°. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, aprovar antecipação do Vesting das Ações Restritas, de forma que as Ações Restritas possam ser exercidas pelos Participantes em tempo hábil para que as Ações decorrentes da liquidação do exercício das Ações Restritas possam ser vendidas na oferta pública de aquisição a ser efetivada nos termos da Lei das S.A.



11. Dissolução, Liquidação ou Falência

11.1. Na hipótese de dissolução, liquidação ou falência da Companhia, as Ações Restritas até então outorgadas extinguir-se-ão automaticamente.

12. Não Interferência na Relação de Emprego ou Mandato

12.1. Nenhuma disposição deste Plano poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Participantes empregados, além daqueles inerentes a este Plano, e nem conferirá direitos aos Participantes relativos à garantia de permanência como empregado ou administrador ou interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho, de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Participante.

12.2. Nenhuma disposição deste Plano conferirá, ainda, a qualquer Participante administrador, direito de permanência até o término do seu mandato, ou interferirá de qualquer modo no direito da Companhia em destituí-lo, nem assegurará o direito à sua reeleição para o cargo.

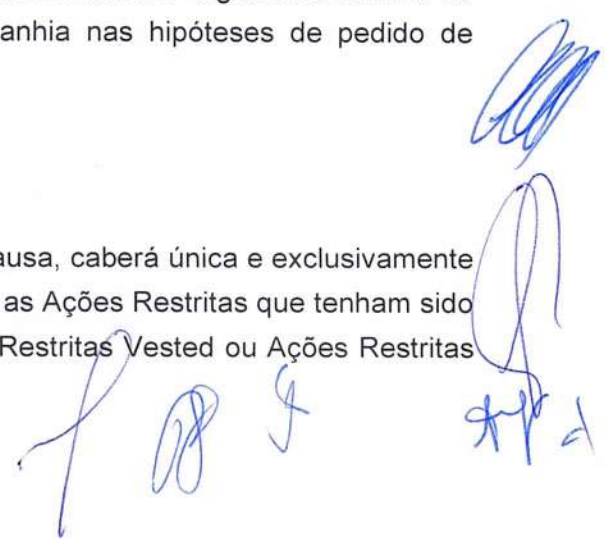
13. Pedido de Demissão

13.1. Em caso de Pedido de Demissão, o Participante terá o direito de exercer as Ações Restritas Vested, no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, contado da data do Desligamento. Todas as Ações Restritas ainda não exercíveis ("**Ações Restritas Unvested**"), restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

13.1.1. Para fins deste Plano, o termo "**Pedido de Demissão**" significa o término da relação jurídica do Participante com a Companhia nas hipóteses de pedido de demissão ou renúncia ao cargo.

14. Desligamento sem Justa Causa

14.1. Em caso de Desligamento sem Justa Causa, caberá única e exclusivamente ao Conselho de Administração decidir se todas as Ações Restritas que tenham sido concedidas ao Participante, sejam elas Ações Restritas Vested ou Ações Restritas Unvested, restarão automaticamente extintas.



14.1.1. Para fins deste Plano, o termo "**Desligamento sem Justa Causa**" significa o término da relação jurídica do Participante com a Companhia nas hipóteses de substituição ou não reeleição como administrador estatutário e rescisão, sem justa causa ou comum acordo, de contrato de trabalho.

15. Desligamento por Justa Causa

15.1. Em caso de Desligamento por Justa Causa, todas as Ações Restritas que lhe tenham sido concedidas, sejam elas Ações Restritas Vested ou Ações Restritas Unvested, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

15.1.1. Para fins do presente Plano, o termo "**Desligamento por Justa Causa**" significa o término da relação jurídica do titular da Ação Restrita com a Companhia por justa causa, nas hipóteses previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, no caso dos Participantes que sejam empregados e, no caso dos Participantes que sejam administradores não-empregados, as seguintes hipóteses: (a) desídia do Participante no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; (b) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (c) a prática, pelo Participante, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou suas controladas ou coligadas; (d) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Participante e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, desde que devidamente comprovado; (e) violação significativa do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador estatutário; (f) descumprimento do Estatuto Social, do Código de Ética e Conduta e demais disposições societárias aplicáveis ao Participante, como administrador; e (g) descumprimento das obrigações previstas na Lei das S.A., aplicável aos administradores de sociedades anônimas, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas nos artigos 153 a 157 da Lei das S.A.

16. Aposentadoria ou Invalidez Permanente

16.1. No caso de Aposentadoria ou invalidez permanente do Participante, todas as Ações Restritas Vested poderão ser exercidas no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, contados da data de Aposentadoria ou da constatação de invalidez permanente do Participante, e todas as Ações Restritas Unvested poderão ser exercidas em seus prazos e regras normais de Vesting, sujeito à condição de que o

Participante não atue em empresa concorrente e eventuais condições adicionais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

16.1.1. Considera-se "**Aposentadoria**", para os fins deste Plano, o término da relação jurídica do titular da Ação Restrita com a Companhia por efetivo encerramento da carreira e aposentadoria do Participante, mediante aprovação caso-a-caso do Conselho de Administração, a seu exclusivo critério. Caso o pedido de Aposentadoria seja de iniciativa do próprio Participante, ao avaliar o pedido o Conselho de Administração levará em consideração (i) a antecedência do pedido, a ser formulado com pelo menos 6 (seis) meses de antecedência; (ii) o eventual plano de atividade profissional pós-desligamento do Participante, que não deverá contemplar qualquer atuação em atividades concorrentes com as da Companhia; (iii) outras circunstâncias aplicáveis ao caso. A decisão do Conselho de Administração será discricionária e desvinculada das regras para aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, nos termos das regras da previdência oficial (INSS) ou das regras para suplementação de aposentadoria de qualquer plano privado eventualmente patrocinado pela Companhia.

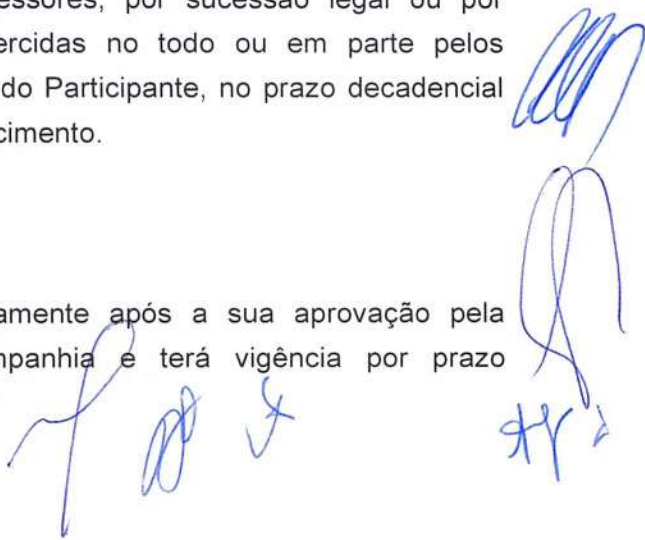
16.2. Na hipótese de vir a ser constatada a atuação do Participante em atividades concorrentes com as da Companhia, o Conselho de Administração poderá declarar extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Ações Restritas Unvested em aberto que tenham sido concedidas ao Participante.

17. Morte

17.1. No caso de morte do Participante, todas as Ações Restritas Unvested tornar-se-ão exercíveis antecipadamente. As Ações Restritas Vested ou Unvested estender-se-ão aos seus herdeiros e sucessores, por sucessão legal ou por imposição testamentária, podendo ser exercidas no todo ou em parte pelos herdeiros, sucessores ou cônjuges meeiros do Participante, no prazo decadencial de 12 (doze) meses, contado da data do falecimento.

18. Prazo de Vigência do Plano

18.1. O Plano entrará em vigor imediatamente após a sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e terá vigência por prazo indeterminado.



18.2 O Plano poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Ações Restritas ainda em aberto concedidas com base nele.

19. Disposições Gerais

19.1. Cada Participante será responsável pela observância da legislação tributária vigente e pelo respectivo recolhimento de tributos incidentes sobre as Ações e/ou o ganho de capital decorrente da venda das ações exercidas.

19.2. Qualquer Ação Restrita outorgada fica sujeita a todos os termos e condições aqui estabelecidos, termos e condições estes que prevalecerão em caso de inconsistência a respeito de disposições de qualquer contrato ou documento mencionado neste instrumento.

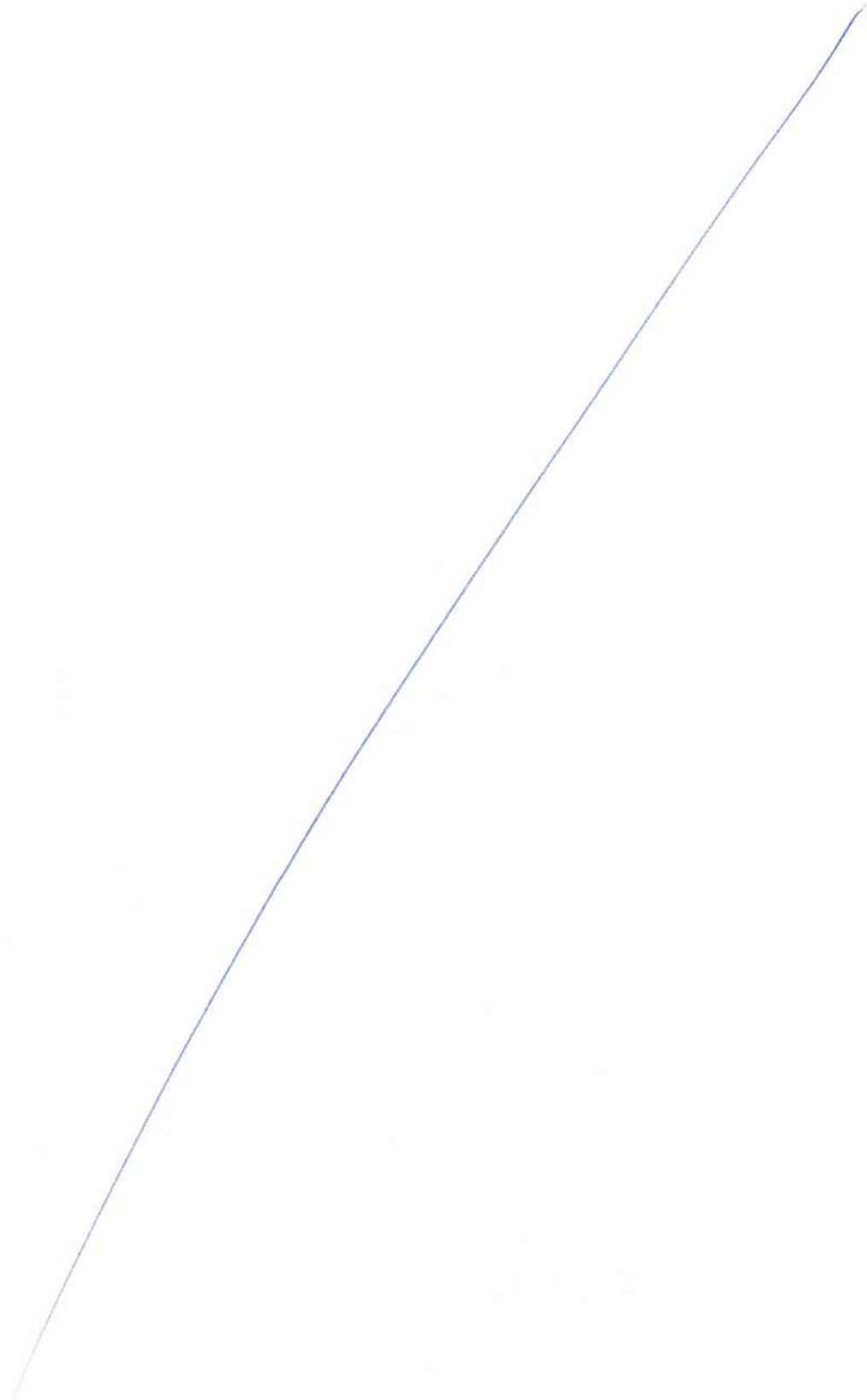
19.3. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração.

19.4. Qualquer alteração legal significativa no tocante à legislação, regulamentação ou jurisprudência de mercado de capitais, tributária, previdenciária ou trabalhista aplicáveis a planos de incentivo de longo prazo, poderá levar à revisão parcial ou integral do Plano, ou mesmo sua suspensão ou extinção, a critério do Conselho de Administração.

19.5. O Conselho de Administração poderá ainda estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais, durante a vigência do Plano, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes. Tal tratamento particular não constituirá precedente invocável por outros Participantes.

Several handwritten signatures in blue ink are present in the bottom right corner of the page. There are approximately five distinct signatures, some appearing to be initials or full names, written in a cursive style.

**ANEXO II À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TERRA SANTA
PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A. REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021**



Handwritten blue ink marks, including a signature and a date '23/12/21'.

São Paulo, 23 de dezembro de 2021.

Ao

Sr. Presidente, mesa da Assembleia Geral Extraordinária da Terra Santa Propriedades S.A.

Praça General Gentil Falcão, n.º 108, 8º Andar, Conj. 81, Sala 4, Cidade Monções,
São Paulo, SP, CEP 04571-150

Ref.: Razões de Protesto e Manifestação de Voto do item (i) da Ordem do Dia da AGE
23.12.2021 - Plano de Ações Restritas da Companhia

Prezado Sr. Presidente, membros da mesa, acionistas e demais presentes, boa tarde.

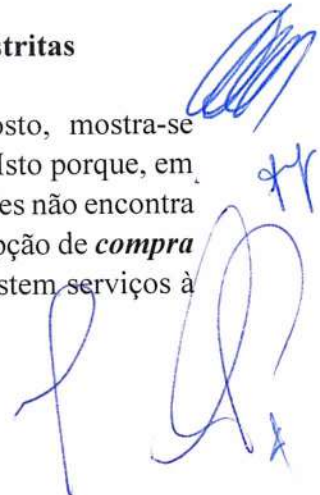
Os acionistas da Terra Santa Propriedades S.A. ("Companhia"), **ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO e CENTAURO I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO**, detentores, em conjunto, de ações ordinárias que representam participação acionária superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia ("Acionistas Minoritários") vêm declinar, sucintamente, as razões de protesto e manifestação de voto quanto ao item (i) da ordem do dia da assembleia geral extraordinária da Companhia, a se realizar, nesta data de 23.12.2021, às 15 horas:

I. Protesto pelo impedimento de Voto dos Acionistas-administradores, diretos e indiretos, para a deliberação sobre o Plano de Ações Restritas

1. Nos termos do artigo 115, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 6.404/1976 ("Lei das S.A."), apresentam os Acionistas Minoritários protestam à mesa desta AGE pelo reconhecimento do impedimento de voto dos administradores-acionistas, diretos ou indiretos, para votar na matéria prevista no item (i) da ordem do dia.

II. Manifestação de Voto: Ilegalidade do Plano de Ações Restritas

2. A aprovação do Plano de Ações Restritas, na forma como proposto, mostra-se totalmente contrário ao regime legal e a sistemática instituída pela Lei das S.A. Isto porque, em primeiro lugar, a estrutura do Plano de Ações Restritas baseada na doação de ações não encontra permissivo no artigo 168, § 3º, da LSA, que autoriza a Companhia a outorgar "opção de **compra** de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à companhia ou a sociedade sob seu controle".



3. Vale dizer, quando o legislador concedeu autorização para que as companhias outorguem “opção de compra de ações”, autorizou a celebração de negócio jurídico de compra e venda cuja formação depende da satisfação das condições estipuladas no plano e na manifestação de vontade do beneficiário, na forma do artigo 481, do Código Civil.

4. Não é encontrada na LSA qualquer disposição que afaste a incidência das vedações de que o administrador pratique (i) ato de liberalidade às custas da companhia [art. 154, § 2º, a), da LSA]; ou (ii) extraia benefícios por contratar com a companhia que administra em condições que não sejam “razoáveis ou equitativas, ou idênticas às que prevalecem no mercado” (art. 156, § 1º, da LSA).

5. No aspecto, o Plano de Ações Restritas viola, inclusive, a disposição do artigo 4º, parágrafo único, inciso I, da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015 (“ICVM 567/15”), que exige que “O plano de outorga de opções e os modelos de remuneração a que se refere o inciso I do caput deverão: I – conter os parâmetros de cálculo do preço de exercício das opções de ações ou do cálculo do preço das ações, conforme o caso”.

6. E, dessas violações, resultarão, inclusive, a criação de passivo fiscal em prejuízo da Companhia e de seus acionistas, eis que o caráter gratuito retira a natureza mercantil do negócio jurídico oriundo da execução do plano de doação, acarretando encargos fiscais à Companhia que não foram informados nas propostas da administração.¹

¹ Veja-se, nesse sentido, o seguinte precedente do TRF 3ª Região:

DIREITO TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PLANO DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL ACIONÁRIO. OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES. "STOCK OPTION PLAN". REMUNERAÇÃO DECORRENTE DE CONTRATO DE TRABALHO. NÃO CONFIGURADA. CONTRATO DE NATUREZA MERCANTIL. GANHO DE CAPITAL. ALÍQUOTA DE 15%. APELAÇÃO PROVIDA.

1. O plano de opção de compra de ações (“stock option plan”) caracteriza-se pela possibilidade dada a executivos, diretores e determinados empregados de obterem lucros com as ações da companhia em que trabalham. Contribui para a permanência dos participantes do plano nos quadros da sociedade e reflete diretamente no crescimento da empresa.

2. Trata-se de relação contratual para concessão futura do direito de compra de ações a profissionais de alta qualificação no mercado de trabalho que, depois de preenchidos os requisitos estabelecidos, podem ou não exercer a prerrogativa mediante o pagamento de um preço prefixado, ou seja, negocia-se o direito de comprar uma ação a preço fixo, em data futura.

3. Apesar do Plano de Opção de Compra de Ações se inserir em uma relação de emprego, não está diretamente atrelado ao contrato de trabalho, sendo que a imprevisibilidade do resultado da operação refuta a ideia de remuneração por serviços prestados. Isso porque, ao aderir ao Plano, o interessado o faz de forma voluntária, assumindo o risco do mercado financeiro.

4. Ademais, o empregado que adere ao Plano não recebe as ações da empresa de forma gratuita. Na verdade, desembolsa um valor para adquirir os títulos, constituindo oportunidade de investimento. Portanto, não há como considerar tal procedimento como contraprestação pelo trabalho prestado.

5. Presentes, portanto, a voluntariedade na adesão, onerosidade na outorga das ações e risco quanto à variação de preço das ações, características típicas de um contrato mercantil.

6. O titular desse direito deve ter a faculdade de utilizá-lo segundo e quando entender conveniente. Assim, o fato gerador do imposto de renda se dá na alienação das ações em valor superior ao da aquisição, na forma de ganho de capital (diferença positiva entre o preço de alienação das ações e o correspondente custo de aquisição) sujeito à tributação pelo imposto de renda à alíquota de 15% (quinze por cento).

7. Apelação provida, para conceder a segurança pleiteada.

(TRF 3ª Região, 4ª Turma, ApCiv - APELAÇÃO CÍVEL - 5026819-04.2017.4.03.6100, Rel. Desembargador Federal MARLI MARQUES FERREIRA, julgado em 18/06/2021, DJEN DATA: 07/07/2021)

7. Saliente-se, ademais, que o plano que a administração pretende ver aprovado nesta AGE admite a possibilidade de serem doadas ações, não em decorrência do atingimento de metas ou de resultados em benefício da Companhia, mas por mera liberalidade daqueles que administrarão o plano, conforme se vê dos itens 7.1 e 7.1.1. Isso, contudo, configurava hipótese de abuso de poder de controle nos termos do art. 1º, XII, da revogada Instrução CVM nº 323, de 19 de janeiro de 2000 (“ICVM 323/00”), por instituir plano de opção de compra de ações sem o efetivo comprometimento com a obtenção de resultados, em prejuízo da companhia e dos acionistas minoritários.

8. Mostra-se evidente, desta forma, que o plano de doação de ações submetido a esta AGE afigura-se ilegal, inclusive, por resultar em diluição injustificada dos acionistas da Companhia (art. 170, § 1º, da LSA), mormente diante do fato de que é admitida a possibilidade de doação de ações por liberalidade, sem que quaisquer resultados sejam exigidos dos beneficiários em favor da Companhia ou de seus acionistas.

9. Pelo exposto, os Acionistas Minoritários manifestam:

a) **Protesto** pelo reconhecimento, pela mesa dessa assembleia, do impedimento de voto dos administradores-acionistas, diretos e indiretos, vedando-se a participação ou não se computando os votos desses na deliberação sobre a matéria em questão, forte no artigo 115, parágrafo 1º, da Lei das S.A.; e

b) **Voto desfavorável** em relação proposta de aprovação do Plano de Ações Restritas.

10. Isto posto, os Acionistas Minoritários aguardam o posicionamento da Mesa quanto aos pedidos e fundamentos apresentados acima, estando dispostos a tomar todas as medidas cabíveis para assegurar os seus direitos e fazer valer as disposições da lei societária brasileira.

Cordialmente,

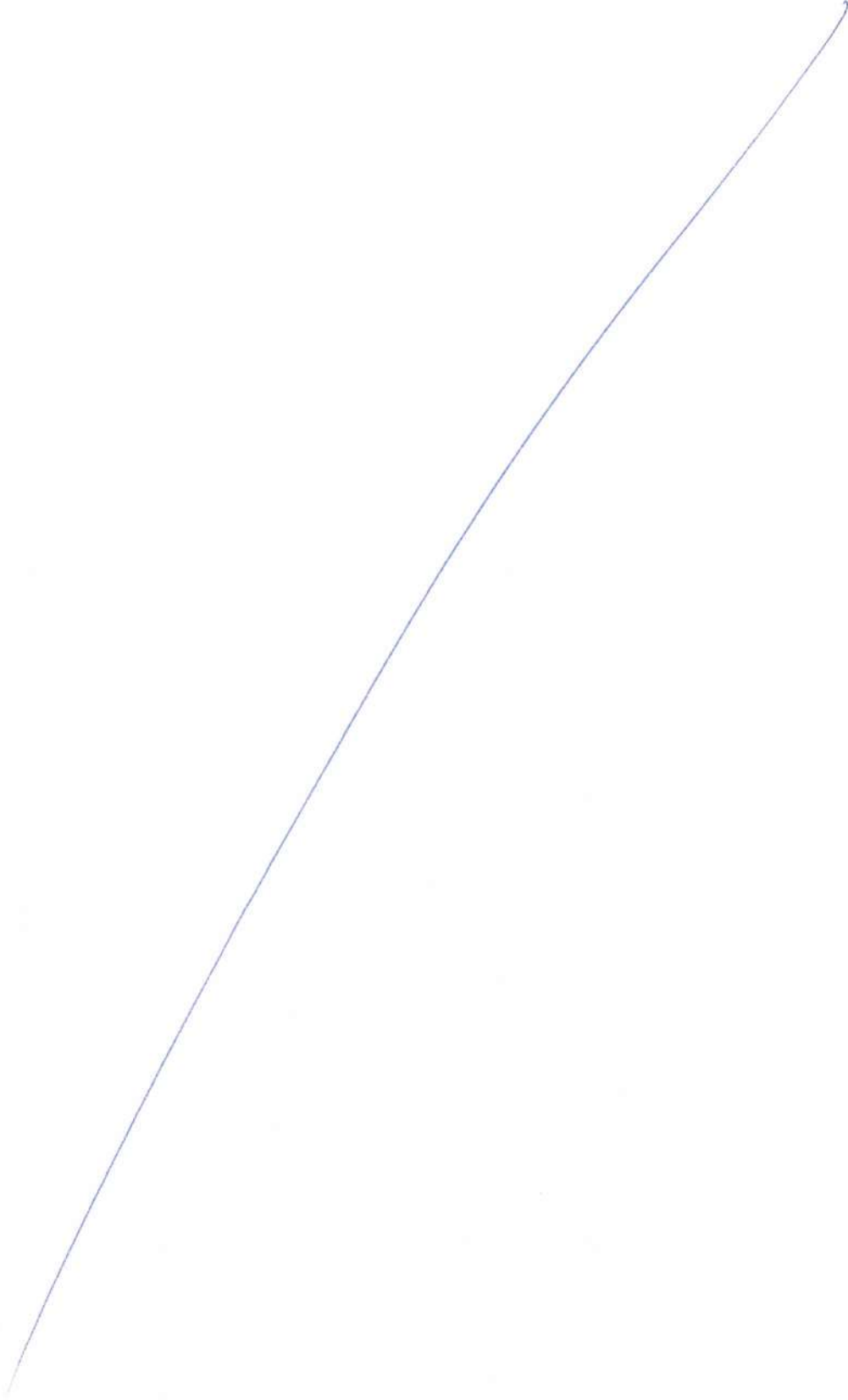
ESH THETA FUNDO DE INVEST MULTIMERCADO

Por: Rafael Barud Casqueira Pimenta
Cargo: Procurador – OAB/SP 414.763

**CENTAURO I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO
INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO**

Por: Cesar Augusto Fagundes Verch
Cargo: Procurador – OAB/RS 77.536

**ANEXO III À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TERRA SANTA
PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A. REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021**



São Paulo, 23 de dezembro de 2021.

Ao

Sr. Presidente, mesa da Assembleia Geral Extraordinária da Terra Santa Propriedades S.A.

Praça General Gentil Falcão, n.º 108, 8º Andar, Conj. 81, Sala 4, Cidade Monções, São Paulo, SP, CEP 04571-150

Ref.: Razões de Protesto pela Deliberação acerca da Propositura de Ação de Responsabilidade contra os Administradores da Companhia e Impedimento de Voto

Prezado Sr. Presidente, membros da mesa, acionistas e demais presentes, boa tarde.

Os acionistas da Terra Santa Propriedades S.A. ("Companhia"), **ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO e CENTAURO I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO**, detentores, em conjunto, de ações ordinárias que representam participação acionária superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia ("Acionistas Minoritários") vêm declinar, sucintamente, as razões de protesto pela deliberação acerca da propositura de ação de responsabilidade contra os administradores da companhia e impedimento de voto dos administradores-acionistas, diretos e indiretos:

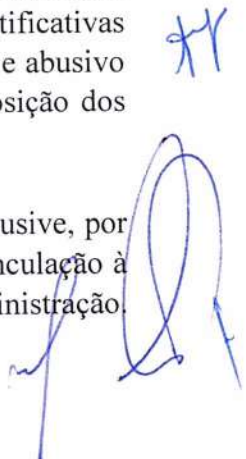
I. Razões de Protesto:

a. Deliberação acerca da Propositura de Ação de Responsabilidade Contra os Administradores da Companhia

1. Os Acionistas Minoritários protestam pela deliberação pelos acionistas acerca da propositura de ação de responsabilidade contra os administradores da Companhia, nos termos do artigo 159, da Lei Federal nº. 6.404/1976 ("Lei das S.A."). A proposta de deliberação de ação de responsabilidade ora apresentada é consequência direta da aprovação da matéria (i) da ordem do dia desta AGE, estando a deliberação autorizada pelo parágrafo 1º, da disposição do artigo 159.

2. Conforme já demonstrado dos termos do protesto e da manifestação de voto relativo ao item (i) da ordem do dia desta AGE – os quais integram este protesto como justificativas complementares –, a aprovação da matéria resulta em benefício sabidamente ilícito e abusivo aos administradores da Companhia, pelo que são esses responsáveis pela recomposição dos prejuízos que venham a ser causados pela Companhia.

3. Conforme já demonstrado, o Plano de Ações Restritas afigura-se ilegal, inclusive, por autorizar expressamente a doação de ações por mera liberalidade, sem qualquer vinculação à resultados que sejam obtidos em proveito da Companhia ou metas atingidas pela administração.



4. Soma-se a isso, a aprovação, na AGE de 21.12.2021, da (i) migração do Plano de Incentivo TESA 2019 para a Companhia manifestamente abusivo e ilegal; e (ii) a fixação de remuneração à administração correspondente a 50% do lucro líquido da Companhia; pelo que são igualmente responsáveis os administradores da Companhia pelo ressarcimento dos valores que venham a auferir a esse título.

5. Com efeito, a aprovação da propositura de ação de responsabilidade contra os administradores se justifica pela violação de seus deveres de diligência e lealdade (arts. 152, 153, 154, 155, 156, 158, Lei das S.A.) para com os interesses da Companhia (ou por omissão em impedir a realização – 158, § 1º, Lei das S.A.).

b. Impedimento de voto dos acionistas-administradores, diretos e indiretos, para deliberar sobre a propositura de ação de responsabilidade contra a administração.

6. Os Acionistas Minoritários protestam à mesa desta AGE pelo reconhecimento do impedimento de voto dos acionistas-administradores, diretos e indiretos, para participar da deliberação sobre a propositura da ação de responsabilidade.

7. Registre-se que o protesto dos Acionistas Minoritários em relação à participação dos Administradores-Acionistas na deliberação sobre a propositura de ação de responsabilidade contra os administradores encontra fundamento no artigo 115, § 1º, da Lei das S.A. Isto porque, tratando-se os administradores de acionistas diretos e/ou indiretos da Companhia, confunde-se na figura destes as posições de administrador e acionista, pelo que atuarão interessados no resultado da deliberação com objetivo de proteger o patrimônio pessoal, conforme entendimento sedimentado no âmbito da CVM (PAS n. RJ2014/10556).

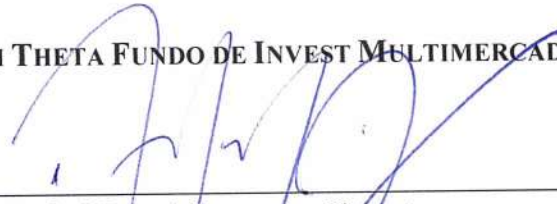
8. Pelo exposto, os Acionistas Minoritários protestam:

- i. Pela deliberação e aprovação da propositura de ação de responsabilidade contra os administradores, em consequência direta dos itens (i) e (iii) da ordem do dia dessa AGE, nos termos do artigo 159, parágrafo 1º, da Lei das S.A.; e
- ii. Pelo reconhecimento, pela mesa dessa assembleia, do impedimento de voto dos administradores-acionistas, diretos e indiretos, vedando-se a participação ou não se computando os votos desses na deliberação sobre a propositura de ação de responsabilidade contra a administração, forte no artigo 115, parágrafo 1º, da Lei das S.A.

9. Isto posto, os Acionistas Minoritários aguardam o posicionamento da Mesa quanto aos pedidos e fundamentos apresentados acima, estando dispostos a tomar todas as medidas cabíveis para assegurar os seus direitos e fazer valer as disposições da lei societária brasileira.


Cordialmente,

ESH THETA FUNDO DE INVEST MULTIMERCADO



Por: Rafael Barud Casqueira Pimenta
Cargo: Procurador – OAB/SP 414.763

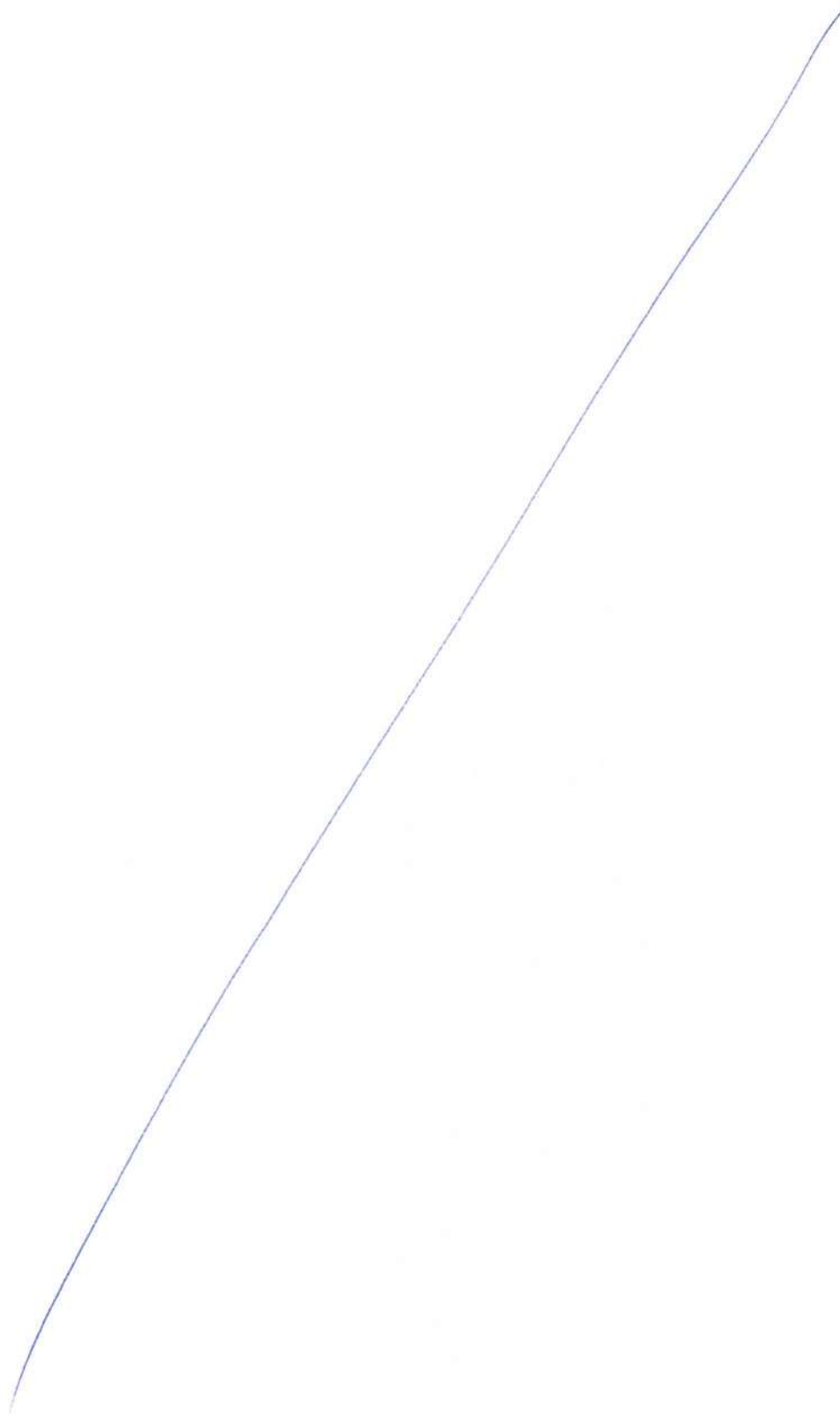
**CENTAURO I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO
INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO**



Por: Cesar Augusto Fagundes Verch
Cargo: Procurador – OAB/RS 77.536

94

**ANEXO IV À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TERRA SANTA
PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A. REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 2021**



ANEXO IV – ATA DA AGE DE 23/12/2021

A Mesa indeferiu o pedido dos acionistas Fundos Esh Theta e Centauro I de deliberação sobre a propositura de ação de responsabilidade contra os administradores da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. porque, dentre outras razões, a referida proposta: (i) não consta da ordem do dia desta Assembleia Geral Extraordinária; (ii) não decorre diretamente da aprovação de nenhuma das matérias objeto da ordem do dia; (iii) não tem fundamento legal e sequer reúne elementos mínimos para deliberação; (iv) configura mais um ato de comportamento abusivo dos acionistas Fundos Esh Theta e Centauro I, a exemplo do que tais acionistas já vêm fazendo no Judiciário e na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.



Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto
Presidente da Mesa (OAB/SP 154.169)

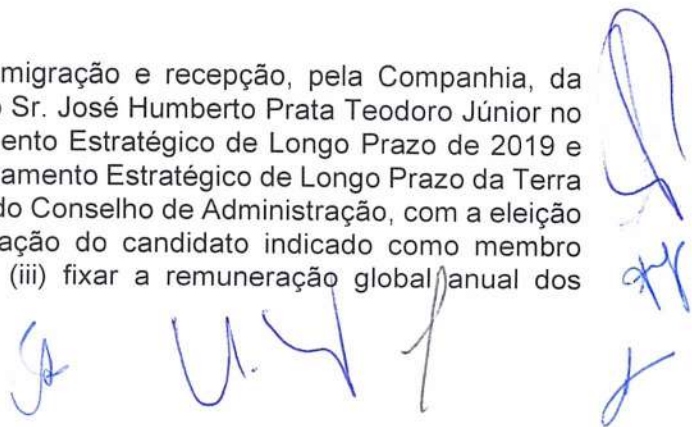


TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A.
CNPJ/ME N° 40.337.136/0001-06
NIRE 35.300.562.917

COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2021**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 21 de dezembro de 2021, às 15h00min, na sede da **TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A.**, companhia localizada na Praça General Gentil Falcão, nº 108, Conj. 81, Sala 04, 8º andar, Cidade Monções, CEP 04571-150, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 40.337.136/0001-06 ("Companhia"), de forma parcialmente digital, que permitiu a participação e votação à distância conforme autoriza o art. 4º, §2º, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM nº 481"), bem como das Instruções Normativas DREI n.º 81/20 e n.º 55/21, observando que a reunião foi gravada e ficará arquivada na sede da Companhia pelo prazo previsto na referida instrução da CVM.
- 2. CONVOCAÇÃO:** Edital de convocação publicado na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), no jornal "Valor Econômico", nas edições dos dias 20, 21, 22, 23 e 24 de novembro de 2021, nas folhas C5, E3 e E2, respectivamente, e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 20, 23 e 24 de novembro de 2021, nas folhas 11, 22 e 44 respectivamente. O Edital de Convocação, a Proposta da Administração e demais documentos pertinentes à ordem do dia, conforme legislação aplicável, foram colocados à disposição dos acionistas na sede na sede social da Companhia e por meio digital seguro mediante requisição dos acionistas. Foram também, divulgados ao mercado, eletronicamente nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.
- 3. PRESENCAS:** Presentes acionistas da Companhia representando, aproximadamente, 83,75% (oitenta e três vírgula e setenta e cinco por cento), representados por 80.594.332 (oitenta mil, quinhentos e noventa e quatro mil e trezentos e trinta e duas) ações do capital social com direito a voto, conforme lista de presenças assinada pelos membros da mesa na forma do art. 21-V, §2º, da Instrução CVM nº 481, bem como registros e informações constantes dos mapas analíticos elaborados pelo agente escriturador e pela própria Companhia, na forma do artigo 21-W, incisos I e II, e artigo 21-V, inciso III da Instrução CVM nº 481. Presentes também o Sr. Cesar Henrique Gallo do Prado, na qualidade de representante da administração.
- 4. MESA:** Presidente: Sr. Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto; e Secretário: Sr. Nicolas Aires de Paiva.
- 5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a migração e recepção, pela Companhia, da outorga realizada pela Terra Santa Agro S.A. ao Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior no âmbito dos Programas de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo de 2019 e 2020, sob a égide do Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo da Terra Santa Agro S.A.; (ii) a alteração da composição do Conselho de Administração, com a eleição de um novo membro, bem como a caracterização do candidato indicado como membro independente do Conselho de Administração; (iii) fixar a remuneração global anual dos

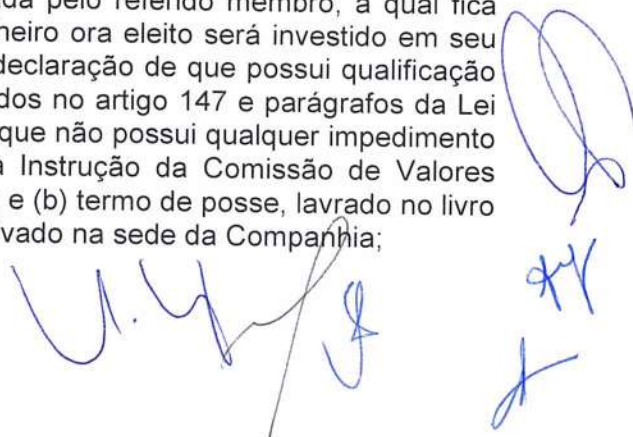


administradores da Companhia; e (iv) a autorização à administração da Companhia para tomar todos os atos necessários para implementação das deliberações acima.

6. LEITURA DE DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA: (i) Dispensada por unanimidade de votos a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia, uma vez que todos já foram devidamente e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas; e (ii) Foi autorizada, por unanimidade, a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

7. DELIBERAÇÕES: Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações, cujos votos encontram-se detalhados no **Anexo I** à presente ata:

- (i) os acionistas aprovaram, por maioria dos presentes, tendo sido computados 89,01% (oitenta e nove vírgula zero um por cento) de votos a favor, representados por 71.659.801 (setenta e uma milhões, seiscentas e cinquenta e nove mil, oitocentas e uma) ações e 11,09% (onze vírgula zero nove por cento) de votos contrários, representados por 8.934.531 (oito milhões, novecentas e trinta e quatro mil, quinhentas e trinta e uma) ações, a migração e recepção, pela Companhia, da outorga realizada pela Terra Santa Agro S.A. ao Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior no âmbito dos Programas de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo de 2019 e 2020, sob a égide do Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo da Terra Santa Agro S.A., aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Terra Santa Agro S.A. de 29 de abril de 2019, de modo que a Companhia passará a assumir todos os direitos e obrigações da Terra Santa Agro S.A. perante o Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior no âmbito de referida outorga, mantendo-se os mesmos termos e condições originais constantes da referida outorga;
- (ii) os acionistas aprovaram, por maioria dos presentes, tendo sido computados 89% (oitenta e nove por cento) de votos a favor, representados por 71.725.941 (setenta e uma milhões, setecentas e vinte e cinco mil, novecentas e quarenta e uma) ações e 11% (onze por cento) de votos contrários, representados por 8.868.391 (oito milhões, oitocentas e sessenta e oito mil, trezentas e noventa e uma) ações, a eleição do Sr. Ricardo Baldin, brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis, portador da cédula de identidade RG n.º 1005553266, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o n.º 163.678.040-72, com endereço comercial no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, n.º 108, 8º Andar, Conj. 81, Cidade Monções, CEP: 04.571-150, como membro independente do Conselho de Administração, com mandato unificado de 1 (um) ano, com término na data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício que se encerrará em 31 de dezembro de 2021, cuja independência foi atestada por meio de declaração encaminhada pelo referido membro, a qual fica arquivada na sede da Companhia. O Conselheiro ora eleito será investido em seu respectivo cargo mediante assinatura de (a) declaração de que possui qualificação necessária e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 147 e parágrafos da Lei das S.A., para o exercício do seu cargo, e de que não possui qualquer impedimento legal que obste sua eleição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 367 de 29 de maio 2002; e (b) termo de posse, lavrado no livro de atas do Conselho de Administração e arquivado na sede da Companhia;



- (iii) os acionistas aprovaram, por maioria dos presentes, tendo sido computados 89% (oitenta e nove por cento) de votos a favor, representados por 71.725.941 (setenta e uma milhões, setecentas e vinte e cinco mil, novecentas e quarenta e uma) ações e 11% (onze por cento) de votos contrários, representados por 8.868.391 (oito milhões, oitocentas e sessenta e oito mil, trezentas e noventa e uma) ações, o montante global anual total da remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício de 2021 em até R\$ 9.022.423,91 (nove milhões, vinte e dois mil, quatrocentos e vinte e três reais e noventa e um centavos);
- (iv) os acionistas aprovaram, por maioria dos presentes, tendo sido computados 89% (oitenta e nove por cento) de votos a favor, representados por 71.725.941 (setenta e uma milhões, setecentas e vinte e cinco mil, novecentas e quarenta e uma) ações e 11% (onze por cento) de votos contrários, representados por 8.868.391 (oito milhões, oitocentas e sessenta e oito mil, trezentas e noventa e uma) ações, a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias à implementação das deliberações acima.


8. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos. Os acionistas presentes aprovaram a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do § 1º do art. 130 da Lei das S.A., e a sua publicação com a omissão da assinatura dos acionistas, nos termos do § 2º do art. 130 da Lei das S.A., após, a ata foi lida, achada conforme e assinada pelos integrantes da mesa. Os Acionistas que participaram da assembleia de forma presencial ou por meio de boletim de voto à distância são considerados presentes e assinantes desta Ata e do Livro de Presenças, sendo certo que o seu registro em Ata foi realizado pelo Presidente e Secretário da Reunião, tudo nos termos das Instruções Normativas DREI n.º 81/20 e n.º 55/21 e do art. 21-V, §2º, da Instrução CVM n.º 481. Foram recebidos 4 (quatro) protestos e manifestações dos acionistas ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO e CENTAURO I FIM CP INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO, bem como da Mesa, os quais constam como **Anexos II, III, IV, V e VI**.

ASSINATURAS: MESA: Presidente: Sr. Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto; e Secretário: Sr. Nicolas Aires de Paiva. **ACIONISTAS PRESENTES:** SILVIO TINI DE ARAUJO, BONSUCEX HOLDING S.A., JOAO BATISTA LEMES CRUVINEL, DEMETER FIA IE, DEMETER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, CITY OF LOS ANGELES FIRE AND POLICE PENSION PLAN, THE DFA INV T CO ON BEH ITS S THE EM SLL CAPS, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, CITY OF NEW YORK GROUP TRUST, APOENA MACRO ADVANCED MASTER FIM, BRADESCO GIF IV FIM – IE, GAVEA MACRO MASTER FI MULTIMERCADO, GAVEA MACRO II MASTER FIM, GAVEA MACRO DOLAR MASTER FIM, GAVEA MACRO PLUS MASTER FIM, EOS AMANPULO FIM IE CREDITO PRIVADO, ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, CENTAURO I FIM CP INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO e MARK KAMINITZ.

Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo - SP, 21 de dezembro de 2021

Mesa:



Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto
Presidente

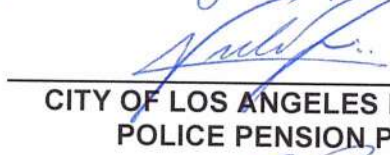



Nicolas Aires de Paiva
Secretário

Acionistas:


SILVIO TINI DE ARAUJO


JOAO BATISTA LEMES CRUVINEL


CITY OF LOS ANGELES FIRE AND
POLICE PENSION PLAN



EMER MKTS CORE EQ PORT DFA
INVEST DIMENS GROU


APOENA MACRO ADVANCED MASTER
FIM


GAVEA MACRO II MASTER FIM

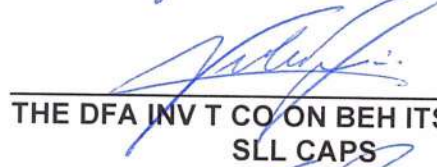

BRADESCO GIF IV FIM - IE



GAVEA MACRO PLUS MASTER FIM


ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO
MARK KAMINITZ


BONSUCEX HOLDING S.A.


DEMETER FIA IE


THE DFA INV T CO ON BEH ITS S THE EM
SLL CAPS

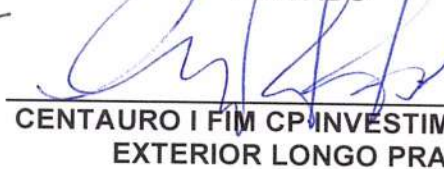

CITY OF NEW YORK GROUP TRUST


GAVEA MACRO MASTER FI
MULTIMERCADO

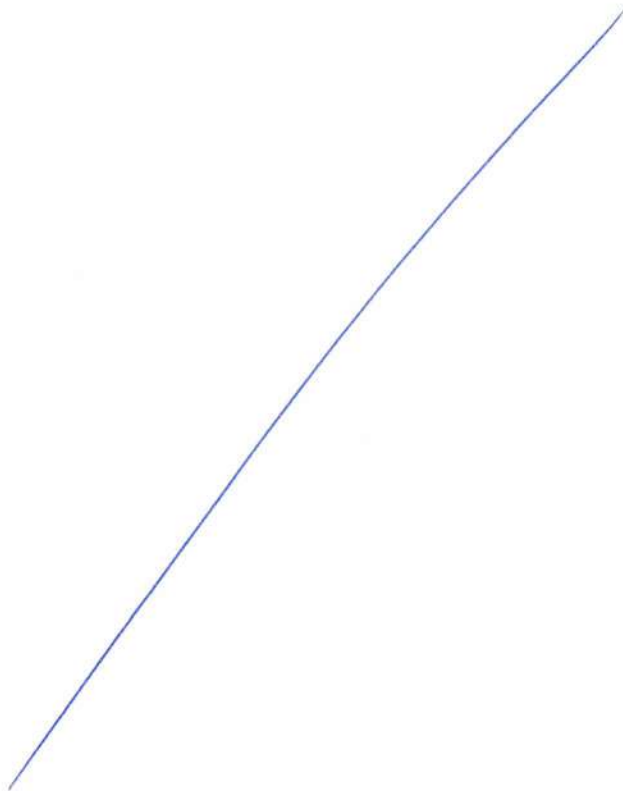

GAVEA MACRO DOLAR MASTER FIM


DEMETER FUNDO DE INVESTIMENTO EM
ACOES


EOS AMANPULO FIM IE CREDITO
PRIVADO


CENTAURO I FIM CP INVESTIMENTO NO
EXTERIOR LONGO PRAZO

**ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TERRA SANTA
PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A. REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2021**



**PLANO DE INCENTIVO AO ALINHAMENTO
ESTRATÉGICO DE LONGO PRAZO**

DA

TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A.

Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária
da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.
realizada em 21 de dezembro de 2021

PLANO DE INCENTIVO AO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DE LONGO PRAZO

O presente Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo é regido pelas disposições abaixo e pela legislação aplicável.

Definições

1.1. As expressões abaixo, quando consignadas nesse documento com iniciais em maiúsculo, terão os significados a elas atribuídos a seguir:

“Ações Próprias” significam as ações de emissão da Companhia negociadas na B3 sob o código LAND3, adquiridas, com recursos próprios, pelos Participantes na B3, até a Data Término de Aquisição;

“Ações Plano” significam as ações de emissão da Companhia negociadas na B3 sob o código LAND3, mantidas em tesouraria e cedidas de forma não onerosa aos Participantes pela Companhia após cumpridas as condições para sua cessão, de acordo com as regras do presente Plano, dos Programas e dos respectivos Contratos de Cessão;

“Aposentadoria Acordada” significa a aposentadoria do Participante planejada em comum acordo entre o respectivo Participante e a Companhia ou as sociedades por ela controladas;

“B3” significa B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão;

“Companhia” significa Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A., sociedade por ações, com sede na Praça General Gentil Falcão, nº 108, 8º Andar, Conj. 81, Sala 4, Cidade Monções, CEP: 04571-150, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 40.337.136/0001-06 e NIRE sob o nº 35.300.562.917;

“Conselho de Administração” significa o Conselho de Administração da Companhia;

“Contrato(s) de Cessão” significam os instrumentos particulares de cessão não onerosa de Ações Plano celebrados individualmente entre a Companhia e cada um dos Participantes, por meio dos quais a Companhia cederá de forma não onerosa Ações Plano aos Participantes;

“Desligamento” significa o término da relação jurídica entre um Participante e a Companhia ou sociedades por ela controladas, por qualquer motivo, incluindo a renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador e/ou estabelecimento de vínculo empregatício com a Companhia ou as sociedades por ela controladas, pedido de demissão voluntária ou demissão pela Companhia, com ou sem justa causa, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento;

“Participante(s)” significam as Pessoas Elegíveis que manifestaram a vontade de aderir ao presente Plano e ao respectivo Programa mediante a assinatura do respectivo Termo de Adesão;

“Período de Lock Up” significa o prazo durante o qual o Participante deverá manter em sua propriedade as Ações Próprias e as Ações Plano nos termos e condições estabelecidas neste Plano, no respectivo Programa e no Contrato de Cessão. O Período de *Lock Up* será de 12 (doze) meses (i) contados a partir da Data Término de Aquisição, para as Ações Próprias e (ii) contados a partir da data da aquisição de propriedade, através de transferência, por meio de cessão não onerosa, das Ações Plano.

“Pessoa(s) Elegível(is)” significam os diretores estatutários da Companhia eleitos pelo Conselho de Administração para participar de cada Programa;

“Plano” significa o presente Plano de Incentivo de Alinhamento Estratégico de Longo Prazo;

“Data Término de Aquisição” significa o prazo fatal estabelecido no Programa para aquisição das Ações Próprias pelos Participantes a cada Programa;

“Programa(s)” significam os programas de cessão não onerosa de Ações Plano que poderão ser criados, aprovados e/ou cancelados pelo Conselho de Administração, os quais deverão observar os termos e condições deste Plano;

“Termo de Adesão” significa declaração unilateral de Pessoa Elegível por meio da qual se registrará a manifestação de vontade de aderir ao Plano e a cada Programa, respeitando todas as suas condições.

“Valor de Investimento” possui o significado atribuído ao termo na Cláusula 5.6 deste Plano.

2. Objetivos do Plano

2.1. O Plano tem por objetivo incentivar: (a) o alinhamento de interesses dos Participantes e dos acionistas da Companhia e das sociedades por ela controladas; e (b) a permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades por ela controladas, por meio da concessão, aos Participantes, da oportunidade de receberem Ações Plano mediante o cumprimento das condições estipuladas no Plano, incluindo o investimento voluntário de recursos financeiros próprios na aquisição e manutenção, a partir da Data Término de Aquisição até o fim do Período de Lock Up, de Ações Próprias sob sua conta e risco.

2.2. Na condição de contrato mercantil de investimento em ações, a aquisição de Ações Próprias e de Ações Plano representam atos que decorrem da vontade do Participante, o qual reconhece e está informado sobre os riscos inerentes às operações de renda variável de perda financeira em seu investimento.

2.3. O Participante deverá manifestar expressamente o seu de acordo, por escrito ou por meio eletrônico, com as condições do Plano no ato de assinatura do respectivo Termo de Adesão.

3. Participantes

3.1. A cada Programa, o Conselho de Administração poderá eleger as Pessoas Elegíveis que poderão decidir, voluntariamente, em participar do Programa mediante a assinatura dos respectivos Termos de Adesão, tornando-se, assim, Participantes.

4. Administração do Plano

4.1. O Plano e seus Programas serão administrados pelo Conselho de Administração.

4.2. Obedecidas as condições gerais do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração, de acordo com o permitido pela lei e pelo Estatuto Social da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano e dos seus Programas, incluindo:

- (i)** Eleger as Pessoas Elegíveis em favor das quais poderão ser cedidas as Ações Plano e determinar os termos individuais, por Participante, dessas cessões;
- (ii)** Aprovar critérios objetivos para a aquisição, pela Companhia, das Ações Plano objeto dos Contratos de Cessão;
- (iii)** Autorizar a cessão não onerosa de ações em tesouraria para satisfazer a entrega das Ações Plano, nos termos do Plano, dos Contratos de Cessão e da lei e regulamentação aplicáveis;
- (iv)** Tomar outras providências necessárias para a administração deste Plano e dos seus Programas, incluindo a supervisão de sua adequada implementação;
- (v)** Propor eventuais alterações deste Plano e, caso necessário, submetê-las à aprovação da Assembleia Geral da Companhia; e
- (vi)** Criar Programas e definir a quantidade de Ações Plano objeto de cada Programa, observado o percentual previsto na Cláusula 6.1 abaixo.

4.3. As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente às matérias do Plano e seus Programas.

5. Cessão Não Onerosa de Ações Plano

5.1. O Conselho de Administração da Companhia poderá aprovar, anualmente, o Programa para

cessão não onerosa de Ações Plano, hipótese em que deverá aprovar as Pessoas Elegíveis em favor das quais poderão ser cedidas as Ações Plano nos termos deste Plano e do respectivo Programa.

5.2. As Pessoas Elegíveis poderão participar e fazer jus à cessão não onerosa de Ações Plano de um ou mais Programas simultaneamente, a critério do que for definido em cada Programa.

5.3. A cessão não onerosa de Ações Plano será formalizada mediante a celebração de Contrato de Cessão entre a Companhia e cada Participante.

5.4. O Contrato de Cessão deverá especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Plano objeto da cessão, bem como os termos e condições para a entrega das Ações Plano.

5.5. O direito a ser elegível à condição de Participante de Ações Plano será condicionado ao prévio investimento voluntário, por parte dos Participantes, na aquisição de Ações Próprias, por meio de recursos financeiros próprios, conforme previsto nas Cláusulas 5.6 a 5.8 abaixo.

5.6. Os Participantes poderão investir voluntariamente com recursos financeiros próprios e deverão, caso optem por participar de determinado Programa, manifestar por meio do Termo de Adesão o valor de sua intenção firme de investimento em Ações Próprias ("Valor de Investimento").

5.7. Uma vez manifestada a vontade de aderir ao presente Plano e ao respectivo Programa por meio da assinatura do Termo de Adesão, os Participantes deverão comprovar a realização do investimento nos termos da Cláusula 5.5 acima e a plena e legítima titularidade e propriedade das Ações Próprias adquiridas até a Data Término de Aquisição, mediante a entrega à Companhia de extrato que confirme a aquisição e titularidade das Ações Próprias.

5.8. A definição da quantidade de Ações Plano a ser cedida a cada Participante dar-se-á pelo do Conselho de Administração, com plena capacidade discricionária para fazê-lo.

5.8.1. A quantidade máxima de Ações Plano a serem cedidas a todos os beneficiários elegíveis deve ser previamente definida pelo Conselho de Administração.

5.8.2. A quantidade de Ações Plano máxima concedida a cada Participante não pode ultrapassar 1 (uma) Ação Plano para cada 1 (uma) Ação Própria adquirida, conforme decisão discricionária do Conselho de Administração, a partir da análise dos seguintes indicadores, dentre outros: (a) desempenho da Companhia; (b) o nível de desafio esperado para a Companhia nos exercícios seguintes à aprovação de cada Programa; e (c) valor das ações da Companhia (LAND3) negociadas na B3 na data de aprovação de cada Programa.

5.9. A cessão não onerosa das Ações Plano para os Participantes somente se dará com o cumprimento das condições e prazos previstos neste Plano, nos seus Programas e nos Contratos

de Cessão, de modo que a assinatura do Termo de Adesão não garante aos Participantes quaisquer direitos sobre as Ações Plano ou mesmo representa a garantia do seu recebimento.

5.10. A Data Término de Aquisição a ser estabelecida no Programa poderá ser prorrogada ou suspensa nos casos em que haja impedimento, por questões legais ou regulatórias, para a aquisição das Ações Próprias por determinado(s) Participante(s).

5.11. A Companhia poderá, para fins de gerenciamento deste Plano, contratar corretora de valores mobiliários, a qual deverá ser utilizada pelos Participantes para adquirir as Ações Próprias e mantê-las sob sua titularidade ininterrupta desde a data de sua aquisição até o fim do Período de *Lock Up*.

5.12. Os Contratos de Cessão serão celebrados individualmente com cada Participante, observados os termos e condições definidos neste Plano e no respectivo Programa.

6. Ações Sujeitas ao Plano

6.1. Poderão ser cedidas aos Participantes, no âmbito deste Plano, ações representativas de, no máximo, 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia nesta data, o qual poderá ser ajustado nos termos da Cláusula 10.2 deste Plano, respeitadas as disposições da lei e regulamentação aplicável.

6.2. Com o propósito de satisfazer a cessão não onerosa de Ações Plano nos termos deste Plano, a Companhia, de acordo com a lei e regulamentação aplicáveis, transferirá as Ações Plano, por meio de operação privada nos termos e condições do Contrato de Cessão aplicável.

6.3. As Ações Plano cedidas nos termos deste Plano manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie, ressalvada eventual disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração.

6.4. Os Participantes deverão assumir no Termo de Adesão e nos Contratos de Cessão, a obrigação de observar a legislação aplicável e demais políticas da Companhia para a negociação de suas Ações Próprias e Ações Plano.

7. Condições da Cessão Não Onerosa das Ações Plano

7.1. Sem prejuízo de outras condições estabelecidas nos Programas e respectivos Contratos de Cessão, as Ações Plano serão cedidas de forma não onerosa aos Participantes desde que: (i) permaneçam continuamente vinculados como integrantes da Companhia ou de sociedades controladas pela Companhia, e, cumulativamente, (ii) mantenham, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a Data Término de Aquisição até o fim do Período de *Lock Up*.

7.2. Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas na Cláusula 7.1 e todas as demais condições aplicáveis ao Plano e aos Programas, e desde que observados os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, a Companhia transferirá, por meio de operação privada, formalizada em Contrato de Cessão, para os Participantes:

- (i) 1/3 das Ações Plano, após 12 (doze) meses da data da celebração do Termo de Adesão;
- (ii) 1/3 das Ações Plano, após 24 (vinte e quatro) meses da data da celebração do Termo de Adesão; e
- (iii) 1/3 das Ações Plano, após 36 (trinta e seis) meses da data da celebração do Termo de Adesão.

7.3. A Companhia arcará com os eventuais custos incidentes para a realização da transferência das Ações Plano para os Participantes.

7.3.1. Os tributos incidentes sobre a cessão não onerosa deverão ser arcados pelo contribuinte, nos termos determinados pela legislação de regência.

7.4. Adicionalmente ao previsto na Cláusula 8ª deste Plano, cessarão todos os efeitos de pleno direito que decorram deste Plano ou do(s) respectivo(s) Programa(s), automaticamente, caso a Companhia venha a ser dissolvida, liquidada ou se tiver sua falência decretada.

7.4.1. Nessa circunstância, todos os Participantes, automaticamente, perderão a condição de "pessoa elegível" ao Plano e respectivo(s) Programa(s), sem qualquer direito à indenização.

8. Hipóteses de Desligamento da Companhia e seus Efeitos

8.1. Na hipótese de Desligamento de um Participante, exceto no caso de Aposentadoria Acordada, o Participante perderá o direito ao recebimento da propriedade das Ações Plano ainda pendentes de transferência de titularidade pela Companhia sob este Plano, qualquer Programa e Contrato de Cessão, o qual restará automaticamente resilido na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante.

8.2. Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de Aposentadoria Acordada, o Participante fará jus ao recebimento da totalidade das Ações Plano ainda pendentes de cessão pela Companhia, conforme previsto no Contrato de Cessão.

8.3. Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de (i) falecimento, ou (ii) invalidez permanente, os herdeiros ou sucessores legais (para a hipótese descrita em (i)) ou o

representante legal (para a hipótese descrita em (ii)) farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência de qualquer dos eventos estabelecidos nesta cláusula, da totalidade das Ações Plano ainda pendentes de transferência pela Companhia, conforme previsto no Contrato de Cessão.

8.4. Não obstante o disposto nas Cláusulas 8.1 a 8.3 acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer regras diversas sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida ou conforme necessário para cumprir com outras leis aplicáveis.

9. Prazo de Vigência do Plano

9.1. O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanecerá vigente por prazo indeterminado.

10. Disposições Gerais

10.1. A cessão não onerosa de Ações Plano nos termos deste Plano não impedirá a Companhia de realizar o cancelamento de seu registro de companhia aberta e não impedirá a Companhia e/ou as sociedades por ela controladas de realizar operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, desde que sejam observados os Programas já instituídos e os Contratos de Cessão já celebrados, cabendo ao Conselho de Administração avaliar se será necessário propor ajustes à Assembleia Geral da Companhia, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, sem prejuízos à Companhia e/ou as sociedades por ela controladas ou ao direito dos Participantes.

10.2. Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia avaliar a necessidade de ajustes neste Plano e nos Programas e Contratos de Cessão de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Participantes.

10.3. Este Plano e os Contratos de Cessão correlatos (i) não criam outros direitos além daqueles expressamente previstos em seus próprios termos, (ii) não conferem estabilidade nem garantia de emprego ou de permanência na condição de Integrante, (iii) não prejudicam o direito da Companhia ou das sociedades por ela controladas de, a qualquer tempo e conforme o caso, rescindir o contrato de trabalho, caso existentes, ou de encerrar o mandato ou o relacionamento com o Participante, e (iv) não asseguram o direito de reeleição ou recondução a funções na Companhia ou nas sociedades controladas pela Companhia.

10.4. Cada Pessoa Elegível eleita pelo Conselho de Administração e interessada em aderir ao presente Plano, deverá fazê-lo expressamente ao assinar por escrito ou por meio eletrônico o

Termo de Adesão.

10.5. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, às leis e normas societárias em geral ou outras que possam afetar os termos do presente Plano, poderá levar à revisão integral deste Plano e dos Programas e Contratos de Cessão de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

10.6. Este Plano deverá ser regido e interpretado sob as Leis da República Federativa do Brasil, sendo que quaisquer disputas, controvérsias oriundas ou relacionadas ao Plano serão submetidas ao foro a ser estabelecido nos respectivos Contratos de Cessão.

10.7. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, consultada, quando o entender conveniente, a Assembleia Geral da Companhia.

10.8. Caso qualquer cálculo decorrente deste Plano resulte em fração de ação (e não em número inteiro), este será arredondado para cima.

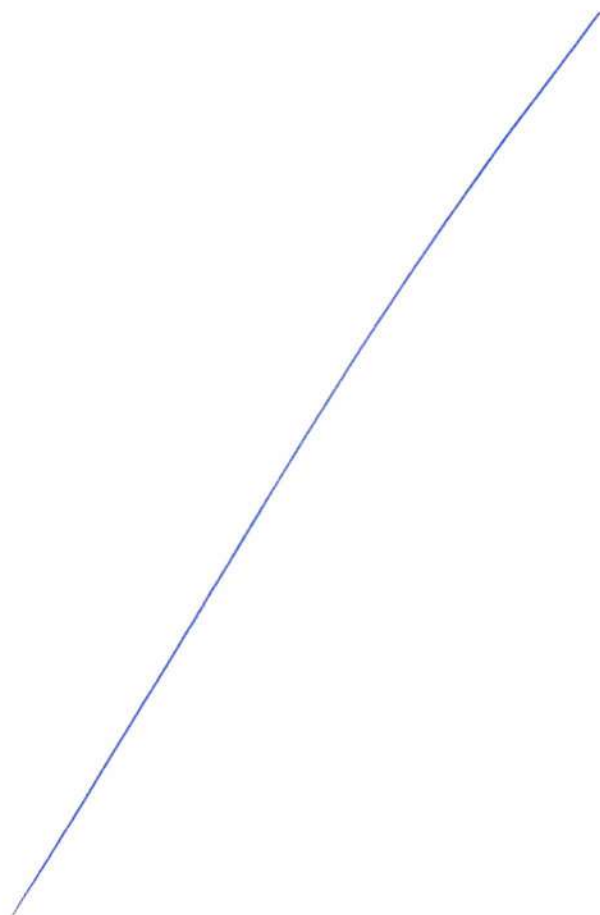
10.9. Caso qualquer provisão deste Plano ou a aplicação de qualquer provisão deste Plano a qualquer pessoa ou circunstância seja considerada inválida ou inexecutável, o restante do Plano e a aplicação de tal provisão a qualquer outra pessoa ou circunstância não será afetada. E a provisão considerada inválida ou inexecutável deverá ser revisada na medida (e somente na medida) em que seja necessária para que seja válida e executável.

São Paulo/SP, 21 de dezembro de 2021

Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto
Presidente da Mesa

Nicolas Aires de Paiva
Secretário da Mesa

**ANEXO II À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TERRA SANTA
PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A. REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2021**



Recebido pelo
secretário - AGE 21/12/21

A

HY

São Paulo, 21 de dezembro de 2021.

Ao

Sr. Presidente, mesa da Assembleia Geral Extraordinária da Terra Santa Propriedades S.A.

Praça General Gentil Falcão, n.º 108, 8º Andar, Conj. 81, Sala 4, Cidade Monções,
São Paulo, SP, CEP 04571-150

Ref.: Razões de Protesto e Manifestação de Voto item (i) Ordem do Dia AGE 21.12.2021

Prezado Sr. Presidente, membros da mesa, acionistas e demais presentes, boa tarde.

Os acionistas da Terra Santa Propriedades S.A. ("Companhia"), **ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO e CENTAURO I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO**, detentores, em conjunto, de ações ordinárias que representam participação acionária superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia ("Acionistas Minoritários") vêm declinar as razões de protesto e manifestação de voto quanto ao item (i) da ordem do dia da assembleia geral extraordinária da Companhia, a se realizar, nesta data de 21.12.2021, às 15 horas:

I. Razões de Protesto:

a. Falha Informacional quanto à proposta de Migração e Recepção, pela Companhia, da Outorga de ações prevista no Plano de Incentivo da Terra Santa Agro S.A.

1. Os Acionistas Minoritários protestam pela suspensão da deliberação constante do item (i) da ordem do dia, pelos seguintes motivos:

- a. As informações públicas disponíveis ao mercado, a saber, **(i)** ata (e respectivos anexos) de AGE da Terra Santa Agro ("TESA") realizada em 29.04.2019, aprovando, entre outras matérias, o Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo da TESA ("Plano de Incentivo TESA 2019"); **(ii)** atas de Reunião do Conselho de

A

HY

- Administração da TESA, realizadas em **(ii.i)** 22.05.2019, aprovando o Programa de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo da Terra Santa Agro S.A. do ano de 2019; **(ii.ii)** 22.10.2019, aprovando a quantidade de ações do Plano a ser cedida a cada Participante referentes ao ano de 2019; e **(ii.iii)** 14.07.2020, Programa de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo da Terra Santa; dão conta que não houve aprovação, pelo Conselho de Administração, da quantidade de ações relativamente ao programa referente ao ano de 2020, não existindo no sistema da CVM registro de apresentação da respectiva ata de reunião do Conselho de Administração da TESA;
- b. Nos termos das Cláusulas 4.2 (vi)¹ e 5.8² do Plano de Incentivo TESA 2019, a prévia aprovação pelo Conselho de Administração da TESA da quantidade de ações a ser cedida a cada participante constituía-se em condição necessária para que esses fizessem jus a qualquer direito decorrente do Plano de Incentivo TESA 2019;
- c. Nos termos da cláusula 8.1 do Plano de Incentivo TESA 2019, “*Na hipótese de Desligamento de um Participante (...) o Participante perderá o direito ao recebimento da propriedade das Ações Plano ainda pendentes de transferência de titularidade pela Companhia sob este Plano, qualquer Programa e Contrato de Cessão, o qual restará automaticamente resilido na data de Desligamento³, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante*”;
- d. Nos termos da ata de reunião do Conselho de Administração da TESA, realizada em 01.08.2021, item (v), procedeu-se ao “registro da renúncia dos seguintes indivíduos que compunham a Diretoria da Companhia: (a) **José Humberto Prata Teodoro Junior**, como Diretor Executivo; e (b) Marcelo Lambrecht, como Diretor Executivo”, deflagrando a falsidade da declaração de prestada em nome da Companhia nos autos da tutela cautelar antecedente com pedido liminar nº 1136278-50.2021.8.26.0100, intentado pelos Acionistas Minoritários (“Processo Cautelar”), nos seguintes termos “**José Humberto não foi ‘desligado’ em nenhum momento. Como TESA e TSPA então faziam parte do mesmo grupo econômico, José Humberto foi apenas transferido da TESA para a TSPA, figurando como Diretor da TSPA até hoje, tendo direito a receber suas ações incentivadas da sucessora da TESA, em cumprimento ao Plano/Programa**”;
- e. Nos termos da cláusula 5.9. do Plano de Incentivo TESA 2019, “*A cessão não onerosa das Ações Plano para os Participantes somente se dará com o cumprimento das condições e prazos previstos neste Plano, nos seus Programas e nos Contratos de Cessão, de modo que a assinatura do Termo de Adesão não garante aos Participantes*”;

¹ 4.2. Obedecidas as condições gerais do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração, de acordo com o permitido pela lei e pelo Estatuto Social da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano e dos seus Programas, incluindo: (i) Eleger as Pessoas Elegíveis em favor das quais poderão ser cedidas as Ações Plano e **determinar os termos individuais, por Participante, dessas cessões**;

² 5.8. **A definição da quantidade de Ações Plano a ser cedida a cada Participante dar-se-á pelo do Conselho de Administração**, com plena capacidade discricionária para fazê-lo.

³ Conforme definido no Plano TESA 2019, “**‘Desligamento’ significa o término da relação jurídica entre um Participante e a Companhia ou sociedades por ela controladas, por qualquer motivo, incluindo a renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador e/ou estabelecimento de vínculo empregatício com a Companhia ou as sociedades por ela controladas, pedido de demissão voluntária ou demissão pela Companhia, com ou sem justa causa, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento**”;

HY

quaisquer direitos sobre as Ações Plano ou mesmo representa a garantia do seu recebimento”.

- f. Nos termos da cláusula 10.1 do Plano de Incentivo TESA 2019, “*A cessão não onerosa de Ações Plano nos termos deste Plano não impedirá a Companhia de realizar o cancelamento de seu registro de companhia aberta e não impedirá a Companhia e/ou as sociedades por ela controladas de realizar operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, desde que sejam observados os Programas já instituídos e os Contratos de Cessão já celebrados, cabendo ao Conselho de Administração avaliar se será necessário propor ajustes à Assembleia Geral da Companhia (TESA), de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, sem prejuízos à Companhia e/ou as sociedades por ela controladas ou ao direito dos Participantes*”, não tendo havido aprovação pelo Conselho de Administração ou por Assembleia Geral da TESA de qualquer alteração no Plano de Incentivo TESA 2019;
- g. Nenhum fato relevante ou comunicado ao mercado divulgado sobre a operação entre TESA e SLC Agrícola S.A. (“SLC”) fez menção à assunção ou sucessão de obrigações da TESA pela Companhia, tratando-se de informação absolutamente inédita e omitida dos acionistas da Companhia que “*na combinação de negócios decidiu-se pela manutenção da regra geral do Plano/Programa de Incentivo para José Humberto agora dentro do contexto da TSPA (Companhia), motivo pelo qual tais matérias precisam ser submetidas a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária*”, conforme declarado judicialmente pelos procuradores da Companhia, nos autos do Processo Cautelar;
- h. Faz-se necessário, nesse contexto, previamente a qualquer deliberação sobre a eventual “transferência e migração (...) ‘da outorga realizada pela Terra Santa Agro S.A.’ ao Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior”, esclarecimentos escorreitos aos acionistas, como por exemplo: (i) quando e em que atos não comunicados ao mercado se deu tal outorga? (ii) em que contexto os membros da administração da Companhia, anteriormente no desempenho das funções de administradores da TESA, resolveram obrigar a Companhia à doação de ações ao Sr. José Humberto Prata Teodoro Junior, violando o que dispunha expressamente o Plano de Incentivo TESA 2019 quanto à inexistência de qualquer direito dos participantes senão com a satisfação integral de suas condições e prazos, não garantindo a assinatura de termo de adesão a outorga de ações? (iii) foi outorgado, ocultamente e em desacordo ao Plano de Incentivo TESA 2019, obrigação de doação contra a Companhia de qual quantidade de ações de sua emissão?

b. Impedimento de Voto do Acionista-administrador José Humberto Prata Teodoro Júnior quanto à Migração e Recepção, pela Companhia, da Outorga de ações prevista no Plano de Incentivo da Terra Santa Agro S.A.

2. Nos termos do artigo 115, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 6.404/1976 (“Lei das S.A.”), apresentam os Acionistas Minoritários protestam à mesa desta AGE pelo reconhecimento do impedimento de voto do acionista-administrador José Humberto Prata Teodoro Júnior quanto à matéria prevista no item (i) da ordem do dia.

HY

II. Manifestação de voto

3. As cláusulas antes referidas do Plano de Incentivo TESA 2019 são de interpretação inquestionável quanto à inexistência de outorga de ações ou constituição de qualquer direito em benefício do Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior, exceto em relação às ações já transferidas a ele no âmbito da execução do Plano de Incentivo TESA 2019.

4. Conforme dispunha a cláusula 5.9 do Plano de Incentivo TESA 2019, o direito à cessão não onerosa sujeitava-se à integral satisfação das condições e prazos, não representando a assinatura do Termo de Adesão garantia de “quaisquer direitos sobre as Ações Plano ou mesmo representa a garantia do seu recebimento”.

5. Nesse contexto, poderia o Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior nutrir, quando muito, mera expectativa de direito ao recebimento das ações referentes ao ano de 2019, cuja quantidade que seria a ele conferida foi determinada na reunião do Conselho de Administração realizada em 22.10.2019. Já quanto ao ano de 2020, não poderia, sequer, deter o Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior qualquer expectativa quanto ao seu recebimento, eis que não houve aprovação e determinação pelo Conselho de Administração da TESA da quantidade de ações que lhe caberiam, condição essa exigida pela cláusula 5.8 do Plano de Incentivo TESA 2019.

6. Não obstante, com a renúncia do Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior ao cargo de Diretor da TESA, hipótese abarcada expressamente pela definição de “Desligamento” prevista no Plano de Incentivo TESA 2019, teve incidência a cláusula 8.1 do Plano de Incentivo TESA 2019:

“Na hipótese de Desligamento de um Participante (...) **o Participante perderá o direito ao recebimento da propriedade das Ações Plano ainda pendentes de transferência de titularidade** pela Companhia sob este Plano, qualquer Programa e Contrato de Cessão, **o qual restará automaticamente resiliado na data de Desligamento⁴, de pleno direito**, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante”.

7. Com efeito, nenhuma outorga foi realizada ou direito foi constituído em favor do Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior contra a TESA (e muito menos contra a Companhia), mostrando-se a proposta de aprovação de recepção e migração de inexistente outorga de ações uma tentativa de induzir os acionistas em erro e de ato abuso manifesto, configurando-se a

⁴ Conforme definido no Plano TESA 2019, “*Desligamento*’ significa o término da relação jurídica entre um Participante e a Companhia ou sociedades por ela controladas, por qualquer motivo, **incluindo a renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador e/ou estabelecimento de vínculo empregatício com a Companhia ou as sociedades por ela controladas, pedido de demissão voluntária ou demissão pela Companhia, com ou sem justa causa, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento**”;

tentativa de impor violação aos direitos individuais e diminuição patrimonial aos acionistas da Companhia.

8. Diz-se violação aos direitos individuais dos acionistas, pois tenta a administração impor aos acionistas, através de aprovação majoritária, o uso dos lucros acumulados pela Companhia na aquisição de suas próprias ações no mercado para fins de doá-las ao Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior, sem que exista qualquer direito deste ou obrigação decorrente do Plano de Incentivo TESA 2019, caracterizando-se, por isso, (i) cerceamento ao direito à participação nos lucros da Companhia (art. 109, I, Lei das S.A.) que serão destinados à recompra de ações; e (ii) diluição injustificada dos acionistas, haja vista que, nos termos do artigo 30 da Lei das S.A., a aquisição pela Companhia de suas próprias ações e a manutenção em tesouraria tem efeito de dedução da conta de patrimônio líquido (art. 182, parágrafo 5º, Lei das S.A.), que sabe-se representa saldo do patrimônio da companhia sobre o qual detém os acionistas participação. Daí Luiz Alberto Colonna Rosman sustentar:

O valor que o titular da opção ganha ao exercê-la não tem origem no patrimônio da companhia, mas no dos acionistas desta, pois *a subscrição (ou compra) de ações por valor inferior ao de mercado, quando do exercício da opção, implica diluição da participação dos acionistas*; para estes, é contrapartida da valorização de todas as ações da companhia para a qual contribuam a boa gestão dos administradores ou os serviços prestados pelos empregados ou outras pessoas naturais.

(...)

Em princípio *deve haver, portanto, uma relação entre (a) o valor das participações de que os acionistas estão, potencialmente, abrindo mão ao ser aprovada a outorga de opção de compra pela companhia e (b) os benefícios que serão auferidos pela companhia em razão dos serviços prestados pelos outorgados.*⁵

9. Pelo exposto, os Acionistas Minoritários manifestam:

a. **Protesto:**

- i. **Pela suspensão da deliberação** quanto ao item (i) da ordem do dia, devido à necessidade de esclarecimento e informações a serem prestadas aos acionistas, na forma do artigo 135, parágrafo 3º, da Lei das S.A.; e
- ii. **Pelo reconhecimento**, pela mesa dessa assembleia, **do impedimento de voto do Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior** para deliberar sobre a matéria prevista no item (i) da ordem do dia.

b. **Voto desfavorável** em relação à matéria constante do item (i) desta assembleia.

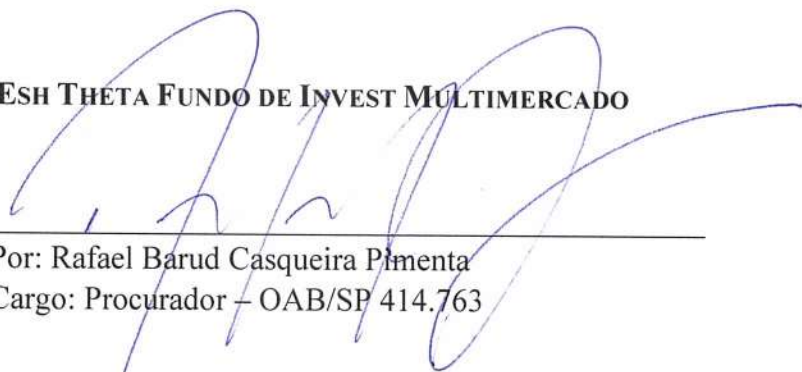
⁵ ROSMAN, Luiz Alberto Colonna; Pedreira, José Luiz Bulhões (Coord.); e LAMY FILHO, Alfredo (Coord). *Direito das Companhias*. Rio de Janeiro. Forense. p. 1.393-1.394.

HY

10. Isto posto, os Acionistas Minoritários aguardam o posicionamento da Mesa quanto aos pedidos e fundamentos apresentados acima, estando dispostos a tomar todas as medidas cabíveis para assegurar os seus direitos e fazer valer as disposições da lei societária brasileira.


Cordialmente,

ESH THETA FUNDO DE INVEST MULTIMERCADO



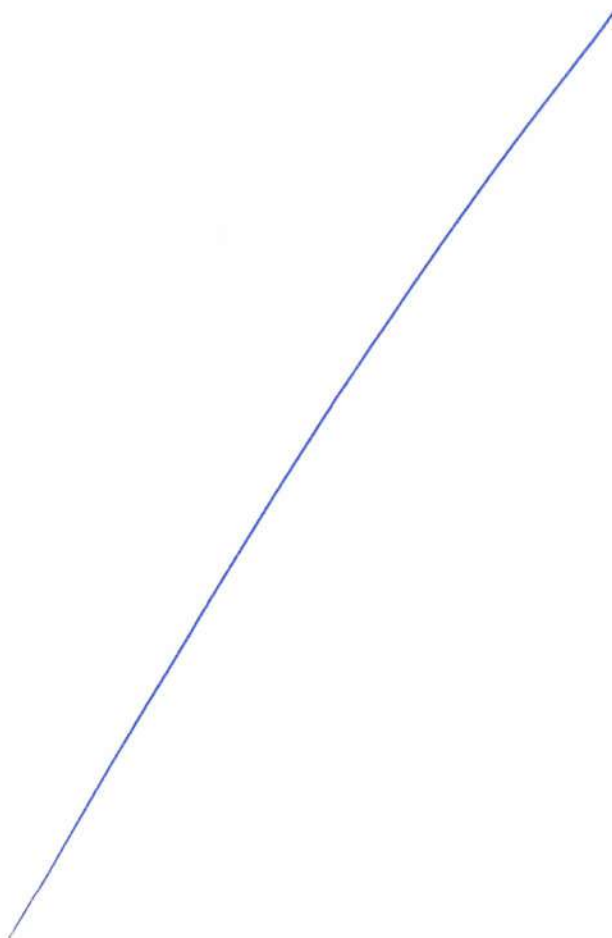
Por: Rafael Barud Casqueira Pimenta
Cargo: Procurador – OAB/SP 414.763

**CENTAURO I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO
INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO**



Por: Cesar Augusto Fagundes Verch
Cargo: Procurador – OAB/RS 77.536

**ANEXO III À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TERRA SANTA
PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A. REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2021**



Recebido pelo
secretário

HT

São Paulo, 21 de dezembro de 2021.

Ao

Sr. Presidente, mesa da Assembleia Geral Extraordinária da Terra Santa Propriedades S.A.

Praça General Gentil Falcão, n.º 108, 8º Andar, Conj. 81, Sala 4, Cidade Monções,
São Paulo, SP, CEP 04571-150

Ref.: Manifestação de Voto item (ii) Ordem do Dia da AGE 21.12.2021

Prezado Sr. Presidente, membros da mesa, acionistas e demais presentes, boa tarde.

Os acionistas da Terra Santa Propriedades S.A. ("Companhia"), **ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO e CENTAURO I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO**, detentores, em conjunto, de ações ordinárias que representam participação acionária superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia ("Acionistas Minoritários") vêm declinar, sucintamente, manifestação de voto quanto ao item (ii) da ordem do dia da assembleia geral extraordinária da Companhia, a se realizar, nesta data de 21.12.2021, às 15 horas:

1. A Companhia explora, atualmente, a atividade de arrendamento de suas terras para um único arrendatário, a SLC Agrícola S.A. ("SLC"), com o qual mantém contrato de arrendamento de prazo de vigência de 20 (vinte) anos.
2. Basicamente, restringe-se a atuação da Companhia à administração de recebíveis provenientes do(s) contrato(s) de arrendamento firmado(s) com a SLC, não se justificando a ampliação do Conselho de Administração da Companhia ante à pouca complexidade da atividade desenvolvida.
3. Aliás, vê-se das reuniões do Conselho de Administração relativas ao 2º semestre de 2021, que não tem sido desempenhado por tal órgão maior papel estratégico a justificar a aprovação da proposta.
4. Em verdade, a proposta de ampliação do Conselho de Administração se dá no contexto da prática de atos de abuso por parte dos administradores e dos acionistas que representam, do que são exemplos as matérias constantes do item (i) e (iii) da ordem do dia desta AGE.

JK

5. Pelo exposto, os Acionistas Minoritários manifestam **voto desfavorável** em relação proposta de ampliação do Conselho de Administração da Companhia.

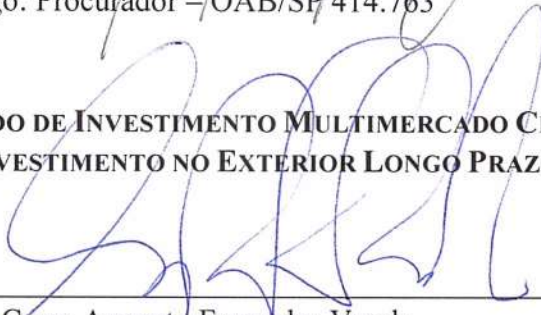
Cordialmente,



ESH THETA FUNDO DE INVEST MULTIMERCADO

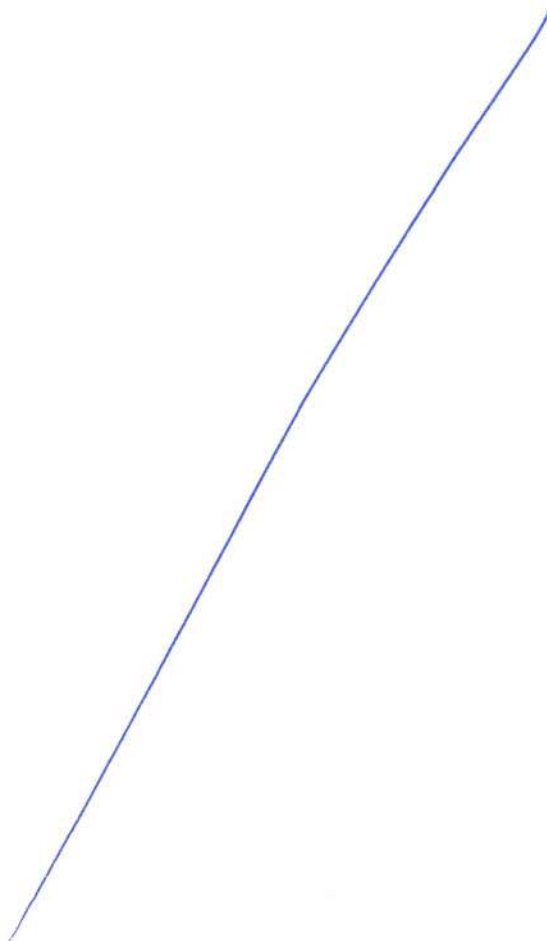
Por: Rafael Barud Casqueira Pimenta
Cargo: Procurador – OAB/SP 414.763

**CENTAURO I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO
INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO**



Por: Cesar Augusto Fagundes Verch
Cargo: Procurador – OAB/RS 77.536

**ANEXO IV À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TERRA SANTA
PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A. REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2021**



São Paulo, 21 de dezembro de 2021.

Ao

Sr. Presidente, mesa da Assembleia Geral Extraordinária da Terra Santa Propriedades S.A.

Praça General Gentil Falcão, n.º 108, 8º Andar, Conj. 81, Sala 4, Cidade Monções,
São Paulo, SP, CEP 04571-150

Ref.: Manifestação de Voto item (iii) Ordem do Dia da AGE 21.12.2021

Prezado Sr. Presidente, membros da mesa, acionistas e demais presentes, boa tarde.

Os acionistas da Terra Santa Propriedades S.A. ("Companhia"), **ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO e CENTAURO I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO**, detentores, em conjunto, de ações ordinárias que representam participação acionária superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia ("Acionistas Minoritários") vêm declinar, sucintamente, as razões de protesto e manifestação de voto quanto ao item (iii) da ordem do dia da assembleia geral extraordinária da Companhia, a se realizar, nesta data de 21.12.2021, às 15 horas:

I. Protesto pelo impedimento de Voto dos Acionistas-administradores, diretos e indiretos, para a deliberação sobre a aprovação da remuneração da administração

1. Nos termos do artigo 115, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 6.404/1976 ("Lei das S.A."), apresentam os Acionistas Minoritários protesto à mesa desta AGE pelo reconhecimento do impedimento de voto dos administradores-acionistas, diretos ou indiretos, para votar na matéria prevista no item (iii) da ordem do dia.

II. Manifestação de Voto: Abusividade da fixação de remuneração à administração que representa cerca de 50% do lucro líquido registrado pela Companhia até 31.09.2021

2. Em primeiro lugar, merece registro que já houve deliberação acerca da remuneração da administração para o exercício de 2021, tendo sido decidido na AGE realizada 22 de março de 2021 que no exercício de 2021 não haveria remuneração à administração, senão vejamos:

A remuneração global dos membros da Diretoria levará em consideração as regras estabelecidas no art. 152 da Lei n.º 6.404/76 e será aprovado pela acionista da Companhia, reunida em Assembleia Geral, a cada exercício, sendo certo que, neste primeiro exercício social, não será fixada remuneração.

3. Não obstante isso, ao final do exercício social, pretende a própria administração aprovar remuneração no montante de **R\$ 9 milhões**, o que **corresponde a mais de 50% do lucro líquido acumulado ao final de setembro de 2021**. A proposta, neste contexto, evidencia nítido caráter de abusividade, violando frontalmente o art. 152 e 154, da Lei Federal n.º. 6.404/1976 (“Lei das S.A.”).

4. Saliente-se que a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) já decidiu pela condenação de administradores e acionistas por aprovação de remunerações abusivas no âmbito de processos sancionadores (Processos RJ-2011-5211 e RJ-2014-5099), entendendo tratar-se de violação ao artigo 152 e 154 da Lei das S.A.

5. No processo n.º. RJ2014/5099 a condenação pautou-se, entre outros aspectos, pelo entendimento de que se afiguravam abusivas remunerações que alcançavam cerca de 13% do lucro líquido da companhia em questão, o que evidencia quão ilegal e escandalosa se mostra a proposta da administração de aprovação de remuneração equivalente a 50% do lucro líquido registrado até 31.09.2021

6. Pelo exposto, os Acionistas Minoritários:

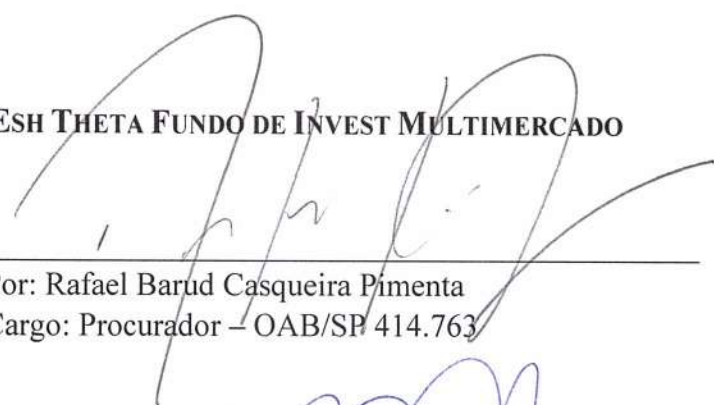
- a. Protestam pelo reconhecimento, pela mesa dessa assembleia, do impedimento de voto dos administradores-acionistas, diretos e indiretos, para votar na matéria prevista no item (iii) da ordem do dia, na forma do artigo 115, § 1º, Lei das S.A.; e
- b. Manifestam **voto desfavorável** em relação proposta de fixação de remuneração à administração em montante que representa cerca de 50% do lucro líquido da Companhia, até 31.09.2021.

JK

7. Isto posto, os Acionistas Minoritários aguardam o posicionamento da Mesa quanto aos pedidos e fundamentos apresentados acima, estando dispostos a tomar todas as medidas cabíveis para assegurar os seus direitos e fazer valer as disposições da lei societária brasileira.


Cordialmente,

ESH THETA FUNDO DE INVEST MULTIMERCADO



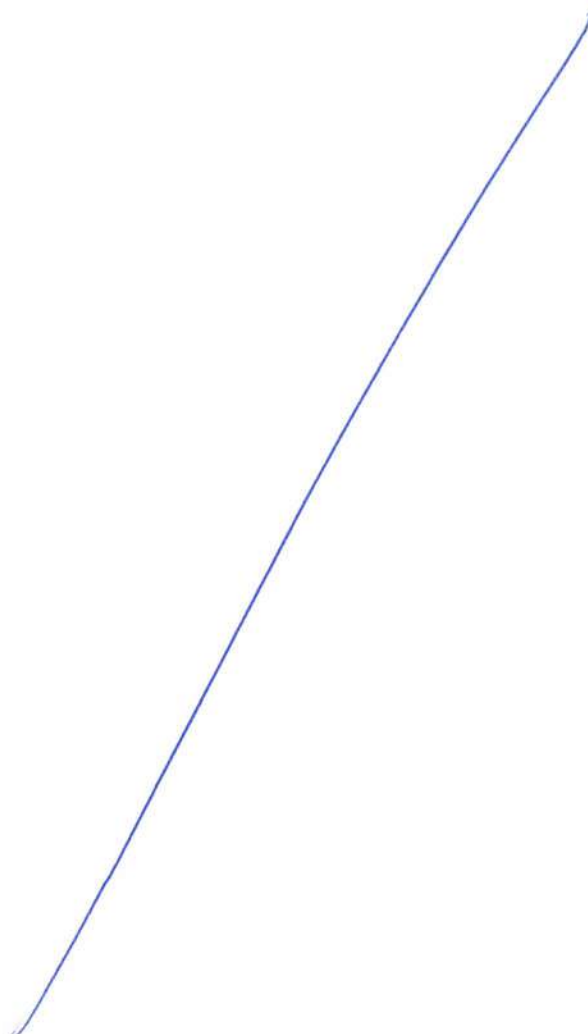
Por: Rafael Barud Casqueira Pimenta
Cargo: Procurador – OAB/SP 414.763

**CENTAURO I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO
INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO**



Por: Cesar Augusto Fagundes Verch
Cargo: Procurador – OAB/RS 77.536

**ANEXO V À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TERRA SANTA
PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A. REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2021**



São Paulo, 21 de dezembro de 2021.

Ao

Sr. Presidente, mesa da Assembleia Geral Extraordinária da Terra Santa Propriedades S.A.

Praça General Gentil Falcão, n.º 108, 8º Andar, Conj. 81, Sala 4, Cidade Monções, São Paulo, SP, CEP 04571-150

Ref.: Razões de Protesto pela Deliberação acerca da Propositura de Ação de Responsabilidade contra os Administradores da Companhia e Impedimento de Voto

Prezado Sr. Presidente, membros da mesa, acionistas e demais presentes, boa tarde.

Os acionistas da Terra Santa Propriedades S.A. ("Companhia"), **ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO e CENTAURO I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO**, detentores, em conjunto, de ações ordinárias que representam participação acionária superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia ("Acionistas Minoritários") vêm declinar, sucintamente, as razões de protesto pela deliberação acerca da propositura de ação de responsabilidade contra os administradores da companhia e impedimento de voto dos administradores-acionistas, diretos e indiretos:

I. Razões de Protesto:

a. Deliberação acerca da Propositura de Ação de Responsabilidade Contra os Administradores da Companhia

1. Os Acionistas Minoritários protestam pela deliberação acerca da propositura de ação de responsabilidade contra os administradores da Companhia pelos acionistas, nos termos do artigo 159, da Lei Federal n.º. 6.404/1976 ("Lei das S.A."). A proposta de deliberação de ação de responsabilidade ora apresentada é consequência direta da aprovação das matérias (i) e/ou (iii) da ordem do dia desta AGE, estando a deliberação a esse respeito autorizada pelo parágrafo 1º, do artigo 159.

2. Conforme já demonstrado nos protestos e manifestações de voto relativos aos itens (i) e (iii) da ordem do dia desta AGE – os quais integram este protesto como justificativas complementares –, a aprovação de tais matérias resulta em benefício sabidamente ilícito e abusivo aos administradores da Companhia, pelo que são esses responsáveis pela recomposição dos prejuízos que venham a ser causados pela Companhia.

3. Conforme já demonstrado, foram cancelados e revogados todos e quaisquer direitos ou outorgas de ações ao Sr. José Humberto Prata Teodoro Júnior, mostrando-se a aprovação da migração do Plano de Incentivo TESA 2019 para a Companhia ato manifestamente abusivo e

HY

ilegal. Sujeita-se a administração à responsabilidade pela integral reparação dos danos que venham a ser suportados pela Companhia, especialmente com os valores que forem despendidos no programa de recompra de ações pela companhia.

4. Igualmente, mostra-se ilegal e claramente abusiva a fixação de remuneração à administração correspondente a 50% do lucro líquido da Companhia, pelo que são igualmente responsáveis os administradores da Companhia pelo ressarcimento dos valores que venham a auferir a esse título.

5. Com efeito, a aprovação da propositura de ação de responsabilidade contra os administradores se justifica pela violação de seus deveres de diligência e lealdade (arts. 152, 153, 154, 155, 156, 158, Lei das S.A.) para com os interesses da Companhia (ou por omissão – 158, § 1º, Lei das S.A.).

b. Impedimento de Voto dos Acionistas-administradores, diretos e indiretos, para deliberar sobre a propositura de ação de responsabilidade contra a administração.

6. Os Acionistas Minoritários protestam à mesa desta AGE pelo reconhecimento do impedimento de voto dos acionistas-administradores, diretos e indiretos, para participar da deliberação sobre a propositura da ação de responsabilidade.

7. Registre-se que o protesto dos Acionistas Minoritários em relação à participação dos Administradores-Acionistas na deliberação sobre a propositura de ação de responsabilidade contra os administradores encontra fundamento no artigo 115, § 1º, da Lei das S.A. Isto porque, tratando-se os administradores de acionistas (diretos e/ou indiretos) da Companhia, confunde-se na figura destes as posições de administrador e acionista, pelo que atuarão interessados no resultado da deliberação com objetivo de proteger seu patrimônio pessoal, conforme entendimento sedimentado no âmbito da CVM (PAS n. RJ2014/10556).

8. Pelo exposto, os Acionistas Minoritários protestam:

- i. Pela deliberação e aprovação da propositura de ação de responsabilidade contra os administradores, em consequência direta dos itens (i) e (iii) da ordem do dia dessa AGE, nos termos do artigo 159, parágrafo 1º, da Lei das S.A.; e
- ii. Pelo reconhecimento, pela mesa dessa assembleia, do impedimento de voto dos administradores-acionistas, diretos e indiretos, vedando-se a participação ou não se computando os votos desses na deliberação sobre a propositura de ação de responsabilidade contra a administração, forte no artigo 115, parágrafo 1º, da Lei das S.A.

9. Isto posto, os Acionistas Minoritários aguardam o posicionamento da Mesa quanto aos pedidos e fundamentos apresentados acima, estando dispostos a tomar todas as medidas cabíveis para assegurar os seus direitos e fazer valer as disposições da lei societária brasileira.

Cordialmente,



ESH THETA FUNDO DE INVEST MULTIMERCADO

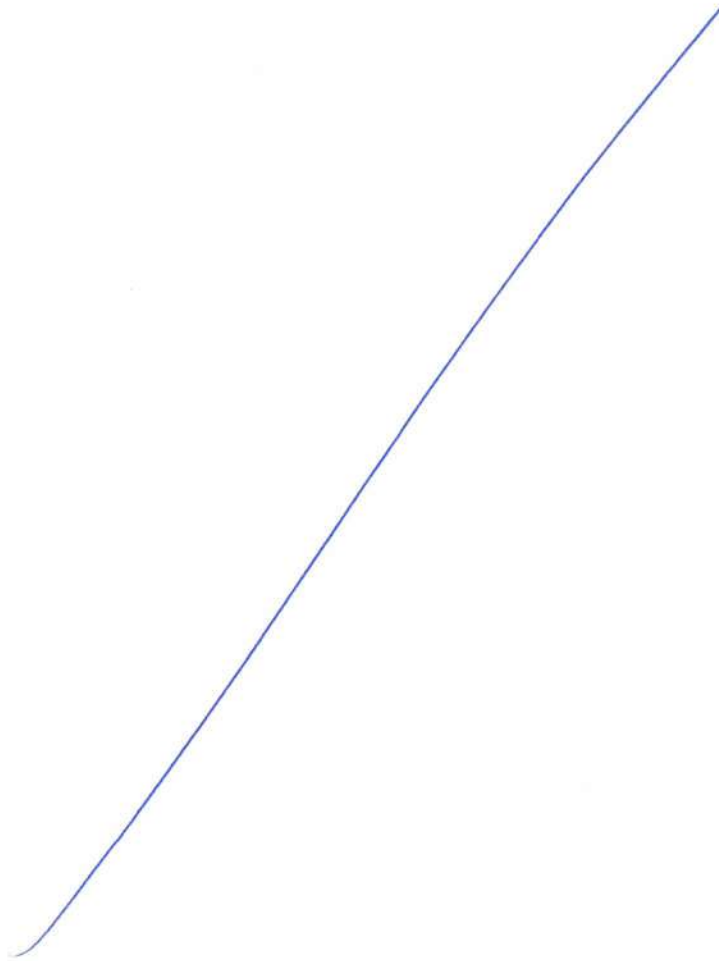
Por: Rafael Barud Casqueira Pimenta
Cargo: Procurador – OAB/SP 414.763



**CENTAURO I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO
INVESTIMENTO NO EXTERIOR LONGO PRAZO**

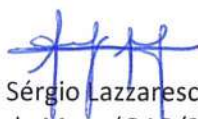
Por: Cesar Augusto Fagundes Verch
Cargo: Procurador – OAB/RS 77.536

**ANEXO VI À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TERRA SANTA
PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A. REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2021**



ANEXO VI – ATA DA AGE DE 21/12/2021

A Mesa indeferiu o pedido dos acionistas Fundos Esh Theta e Centauro I de deliberação sobre a propositura de ação de responsabilidade contra os administradores da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. porque, dentre outras razões, a referida proposta: (i) não consta da ordem do dia desta Assembleia Geral Extraordinária; (ii) não decorre diretamente da aprovação de nenhuma das matérias objeto da ordem do dia; (iii) não tem fundamento legal e sequer reúne elementos mínimos para deliberação; (iv) configura mais um ato de comportamento abuso dos acionistas Fundos Esh Theta e Centauro I, a exemplo do que já tais acionistas vêm fazendo no Judiciário e na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.



Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto
Presidente da Mesa (OAB/SP 154.169)



TERRA SANTA PROPRIEDADES AGRÍCOLAS S.A

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 40.337.136/0001-06

FATO RELEVANTE
RESULTADO LAUDO AVALIAÇÃO DAS TERRAS

A Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. (“Companhia”) (B3: LAND3; Bloomberg: LAND3:BZ; Refinitiv: LAND3.SA), em cumprimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, comunica aos acionistas e ao mercado em geral o resultado do laudo de avaliação de terras da Companhia realizado pela consultoria independente Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.

O valor da terra nua das propriedades da Companhia foi avaliado em R\$ 2.529.720.000 contra um valor de R\$ 1.235.580.000, referente ao laudo de 2018, uma valorização de 105%. O valor das edificações e benfeitorias destas propriedades, bem como a avaliação do escritório de Nova Mutum e da unidade Deciolândia resultou em um valor de mercado de R\$ 167.957.000, perfazendo um valor de mercado total das propriedades de R\$ 2.697.677.000.

A Companhia, em cumprimento a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e ao regulamento do Novo Mercado, manterá seus acionistas e o mercado informados sobre a existência de qualquer informação ou fato relevante envolvendo a Companhia, através da B3, da CVM e do website – www.terrasantapa.com.br.

São Paulo, 27 de outubro de 2021.

José Humberto Prata Teodoro Junior

Diretor Presidente e de Relações com Investidores



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica



Laudo de Avaliação

SOLICITANTE : ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

PROPRIETÁRIOS : TS BRASIL S.A., OTAVIANO OLAVO PIVETTA E OUTROS

TIPO DE BENS : IMÓVEIS RURAIS E URBANO

**MUNICÍPIOS : DIAMANTINO, SANTA RITA DO TRIVELATO, NOVA MUTUM,
CAMPO NOVO DO PARECIS, NOVA MARINGÁ E TABAPORÃ
ESTADO DO MATO GROSSO**

FINALIDADE : DETERMINAÇÃO DO ATUAL VALOR DE MERCADO

DATA : 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Porto Alegre, 18 de novembro de 2022

À

Diretoria da

ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

Av. Presidente Wilson, 231 - Centro

Rio de Janeiro - RJ

Prezados Senhores,

Em atendimento à solicitação de V. Sas., servimo-nos da presente para encaminhar-lhes o laudo de avaliação de imóveis de propriedade de **TS BRASIL S.A.**, **OTAVIANO OLAVO PIVETTA** e **OUTROS** com vistas à determinação do atual valor de mercado desses bens.

Trata este laudo de imóveis rurais e urbano situados nos municípios de Diamantino, Santa Rita do Trivelato, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis, Nova Maringá e Tabaporã, no estado do Mato Grosso.

Este laudo foi realizado em consonância com a NBR 14653, partes 1, 2 e 3, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e, também, com os preceitos da ASA (American Society of Appraisers).

Atenciosamente,

FACTUM - Avaliações e Consultoria Ltda.

1. RESUMO

Valor de MercadoR\$ 4.270.000.000,00

(Quatro bilhões e duzentos e setenta milhões de reais)

2. INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A Factum Brasil declara que nenhum de seus sócios ou funcionários possui interesse financeiro no resultado desta avaliação, portanto, trabalhamos com independência em relação à metodologia utilizada e aos valores apurados.

A Factum Brasil responsabiliza-se pela escolha da metodologia de avaliação utilizada e entende que através dela os resultados são confiáveis. A metodologia escolhida, as conclusões, critérios e demais informações pertinentes estão fundamentados neste laudo.

3. QUALIFICAÇÃO DOS AVALIADORES

A Factum Brasil é especializada em avaliações de bens em geral (bens móveis e imóveis e negócios). Atua também com controles patrimoniais e assessoria empresarial. Na sua carteira de clientes há diversas empresas nacionais multinacionais de médio e grande porte.

Sua sede é na cidade de Porto Alegre, RS, e está inscrita no CNPJ sob o nº 08.272.086/0001-13 e no Conselho Regional de Engenharia do RS sob o nº 149.214.

O corpo técnico da empresa é composto por profissionais especializados na área de Avaliações. Os responsáveis técnicos pela elaboração deste laudo são os seguintes:

Cláudio Renk Obino – engenheiro agrônomo, com experiência de mais de 40 anos na área de licenciamentos e serviços ambientais, inventários e avaliações de ativos florestais, geoprocessamento e mapeamentos temáticos, laudos ambientais e processos na legislação fundiária.

Paulo Rondelli Silveira – Responsável Técnico da Empresa, engenheiro civil, formado pela PUC/RS e atual conselheiro do IGEL (Instituto Gaúcho de Engenharia Legal) e participante de diversos cursos, ciclos de estudos e palestras. Possui mais de 35 anos de experiência na área de avaliações e presta serviços de avaliações econômicas a diversas empresas, assessorando-as em suas negociações.

João Paulo M. Silveira – Diretor da Empresa, engenheiro civil formado pela PUC/RS e cursos de MBA e PósMBA na FGV. Possui experiência no Brasil e no exterior em avaliações, tanto como executor de serviços quanto em cursos de aperfeiçoamento. Além disso, possui certificado de qualificação técnica emitida pelo IBAPE Nacional (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia), sendo apto comprovadamente para o bom exercício da profissão.

João Humberto Ferro Costa – Responsável Técnico da Empresa, arquiteto e urbanista formado pelas Faculdades Integradas Bennett/RJ. Possui mais de 15 anos de experiência nas áreas de arquitetura, avaliações patrimoniais e perícias.

4. INFORMAÇÕES GERAIS

4.1. Vistoria

Não foi possível vistoriar os imóveis, portanto maiores detalhes como aguadas (e outorgas); classificação detalhada de solo; tipos e quantidade de benfeitorias; dentre outras informações, podem não estar constantes neste Laudo. Também não tivemos acesso aos CAR (Cadastro Ambiental Rural) e CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural) dos imóveis.

4.2. Ocupação

Os imóveis destinam-se à atividade agroindustrial e estão ocupados pelos proprietários e/ou terceiros.

4.3. Classificação da Circunvizinhança

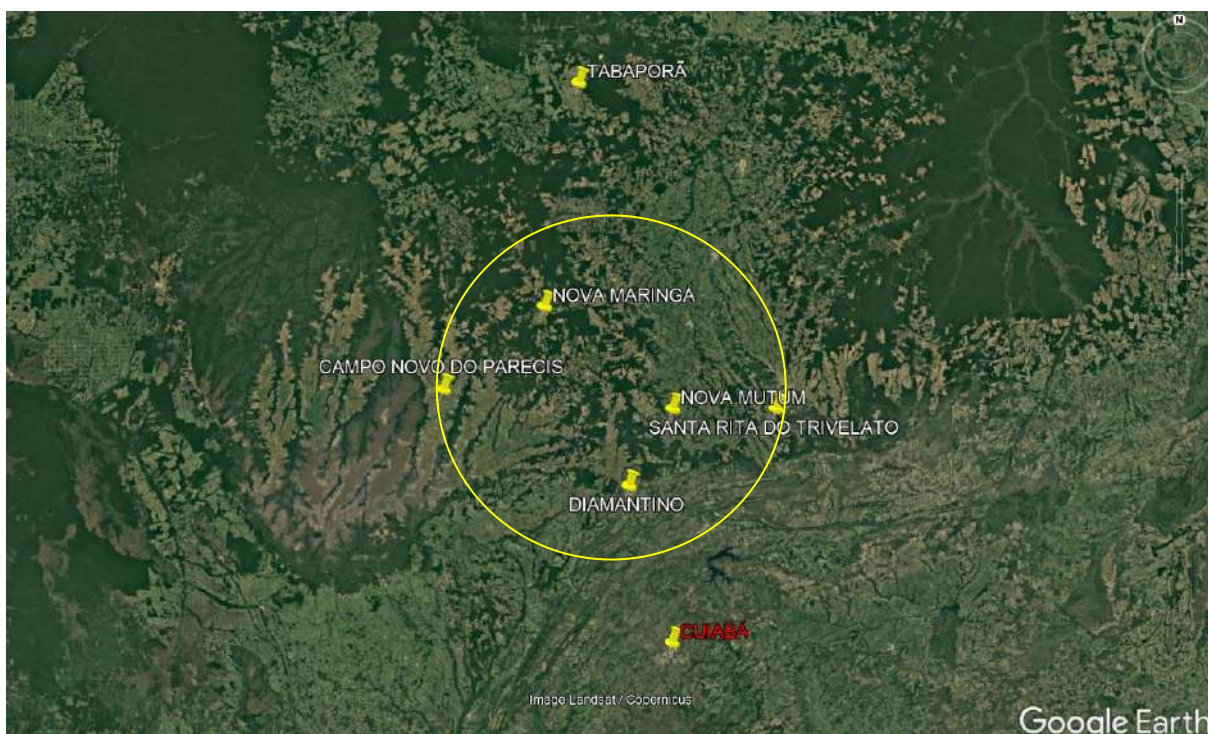
A circunvizinhança caracteriza-se por ser zona rural.

4.4. Liquidez

Temos que a liquidez destas fazendas é média (ou normal). Mesmo que a economia brasileira esteja “tumultuada” e haja incerteza sobre o futuro, o bem não se torna menos atrativo. Por se tratar de imóveis destinados à economia primária, a demanda existe inclusive para interesses estrangeiros.

4.5. Localização e Situação

As fazendas localizam-se nos municípios de Diamantino, Santa Rita do Trivelato, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis, Nova Maringá e Tabaporã, no Estado do Mato Grosso. Todos são municípios com baixa população, com sedes municipais pequenas, variando de cerca de 10 mil a 30 mil habitantes por município.



A distância de Cuiabá a Diamantino, cidade mais próxima da capital, conforme o Google Earth é de 182 km. Com exceção de Tabaporã, as demais fazendas ficam dentro de um raio de aproximadamente 150 km umas das outras.

4.6. Titularidade

Foram fornecidas 35 matrículas, que estão anexadas ao final deste laudo. Os imóveis estão descritos pelas matrículas dos Registros de Imóveis das cidades de Diamantino, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis, São José do Rio Claro e Tabaporã, MG. A soma das matrículas fornecidas totaliza 56.743,7494 ha.

Nº	Matrícula	Área (ha)	Nome	Município
1	426	1.300,0000	Gleba Brasília Land	Santa Rita do Trivelato
2	427	1.075,0000	Gleba Brasília Land	Santa Rita do Trivelato
3	1.936	131,0000	Faz. Reunidas Campina Verde	Nova Mutum
4	14.139	949,0934	Fazenda Ribeiro Velho	Nova Mutum
5	14.144	836,8555	Fazenda Água Limpa	Nova Mutum
6	14.146	11,8225	Fazenda Ribeiro do Céu	Nova Mutum
7	19.145	5,0037	Area II Loc Irmandade	Nova Mutum
8	19.414	400,8486	Fazenda Coopervale	Nova Mutum
9	22.789	648,9574	Fazenda Ribeiro Velho - Gleba A	Nova Mutum
10	3.918	5.574,9494	Fazenda São José - Area A	Campo Novo do Parecis
11	3.919	640,5557	Fazenda São José - Area B	Campo Novo do Parecis
12	3.920	2.488,9882	Fazenda São José	Campo Novo do Parecis
13	3.921	1.846,7426	Fazenda São José	Campo Novo do Parecis
14	3.922	2.448,0763	Fazenda São José	Campo Novo do Parecis
15	3.937	3.457,5787	Fazenda Sarandi	Campo Novo do Parecis
16	10.162	677,3016	Fazenda Pôr do Sol	Campo Novo do Parecis
17	6.620	1.598,2400	Lote B-1	Nova Maringá
18	6.621	750,7371	Lote A-1	Nova Maringá
19	6.622	1.583,7483	Lote B-2 - Fazenda Iporana	Nova Maringá
20	6.623	776,6293	Lote A-2	Nova Maringá
21	6.624	1.777,6181	Lote A-1-1 - Fazenda Iporanga	Nova Maringá
22	6.678	3.144,5751	Lote B-4	Nova Maringá
23	6.679	1.480,7262	Lote A-4 - Fazenda Iporanga	Nova Maringá
24	6.680	1.688,2484	Lote A-13 - Fazenda Iporanga	Nova Maringá
25	1.990	2.831,3412	Lote 5 - Fazenda Rio dos Peixes	Tabaporã
26	2.560	2.807,8686	Lote 7 -	Tabaporã
27	2.561	2.817,7295	Lote 9	Tabaporã
28	2.562	2.828,1293	Lote 8	Tabaporã
29	2.673	4.108,2792	Lote 10	Tabaporã
30	2.814	2.804,1662	Lote 6 - Fazenda Terra Santa	Tabaporã
31	2.815	26,9660	Lote 6 - Fazenda Terra Santa	Tabaporã
32	36.235	53,7846	Gleba Sucuína III	Diamantino
33	39.730	2.902,4807	Fazenda São Francisco	Diamantino
34	43.676	260,7080	Fazenda São Luiz	Diamantino
35	2.666	9,0000		Diamantino
TOTAL		56.743,7494		

5. OS IMÓVEIS

5.1. Terra Nua

As áreas da região apresentam normalmente relevo predominantemente plano e destinam-se ao plantio de soja, algodão, milho, feijão, etc.

As diversas áreas possuem formatos irregulares e têm suas divisas e dimensões detalhadas nas suas respectivas matrículas (constantes em anexo), motivo pelo qual deixaremos de aqui descrevê-las.

5.2. Características Gerais do Solo

De acordo com o Mapa de Solos do Estado de Mato Grosso, disponibilizado pela Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral, os municípios dos diversos imóveis apresentam os seguintes tipos predominantes de solo:

Nova Mutum

- Latossolo vermelho-amarelo distrófico
- Latossolo vermelho-escuro distrófico

Santa Rita do Trivelato

- Areias quartzosas distróficas

Campo Novo do Parecis

- Areias quartzosas distróficas
- Latossolo vermelho-escuro distrófico
- Latossolo vermelho-amarelo distrófico

Nova Maringá

- Latossolo vermelho-amarelo distrófico
- Latossolo vermelho-escuro distrófico

Tabaporã

- Latossolo vermelho-escuro distrófico
- Latossolo vermelho-amarelo distrófico

Diamantino

- Latossolo vermelho-amarelo distrófico
- Areias quartzosas distróficas

5.2.1. LATOSSOLO VERMELHO AMARELO

Bem drenados, são solos caracterizados pelo horizonte B latossólico de cores vermelhas a vermelho-amareladas, com teores de Fe_2O_3 iguais ou inferiores a 11%, normalmente superiores a 7%, quando a textura é argilosa ou muito argilosa.

São solos profundos, possuindo características físicas que se refletem em boa drenagem interna, boa aeração e ausência de impedimentos físicos à mecanização e penetração de raízes, condições extremamente favoráveis ao aproveitamento agrícola. Suas características químicas são as principais limitações ao aproveitamento agrícola, impondo a execução de práticas para correção destas limitações com adubação e calagem dentro de manejo agroecológico. São intensivamente utilizados, ora com pastagens plantadas (textura média), ora com lavouras (textura argilosa).

O relevo onde ocorre é suave ondulado ou plano, sob vegetação de Cerrado e Floresta. Distribuem-se por praticamente todas as regiões do Estado do Mato Grosso tendo suas ocorrências mais significativas no extremo Norte (município de Apiacás), Noroeste (municípios de Aripuanã e Juína), Planalto dos Parecis, Planície do Guaporé (Comodoro e Vila Bela da Santíssima Trindade), Bacia do Alto Paraguai (Diamantino, Nortelândia, Denise e Barra do Bugres, entre outros), Chapada dos Guimarães e a Planície do Araguaia (Barra do Garças, Água Boa, Canarana e São Félix do Araguaia).

5.2.2. LATOSSOLO VERMELHO ESCURO

São solos minerais com teores médios a altos de Fe_2O_3 . Possuem textura argilosa, muito argilosa ou média. Suas condições físicas aliadas ao relevo plano ou suavemente ondulado favorecem sua utilização para a agricultura. Os de textura

média são mais pobres e podem ser degradados facilmente por compactação e erosão.

Fonte: Laboratório Laborsolo.

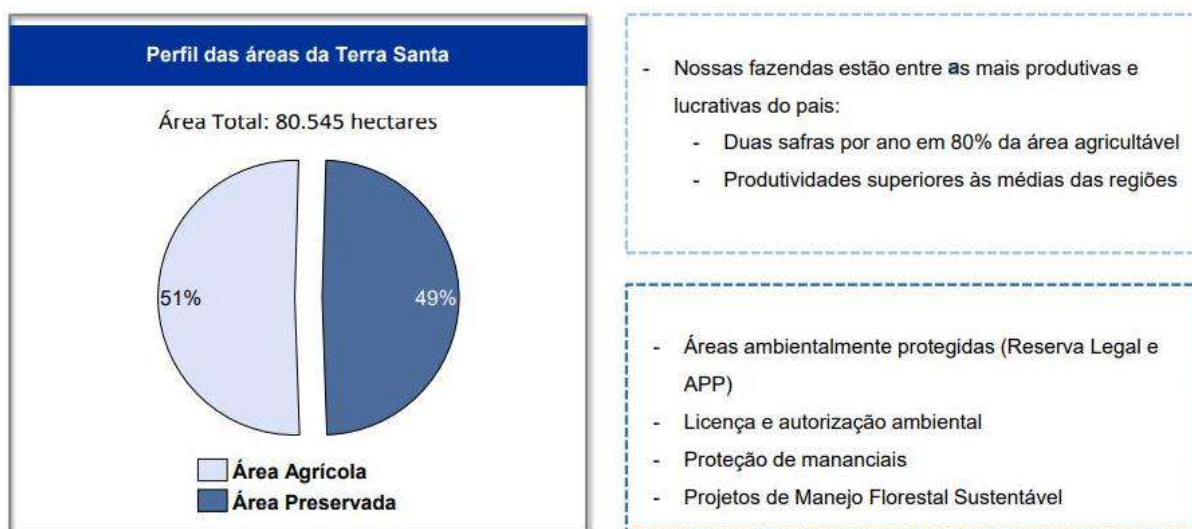
5.2.3. AREIAS QUARTZOSAS

Geralmente são solos profundos, de pelo menos 2 metros de profundidade, e ocorrem em 15,2% do bioma, com extensas áreas no Mato Grosso do Sul, Oeste da Bahia, Sul do Pará, Maranhão e Piauí. Se as Areais Quartzosas ocorrem em cabeceiras de drenagem e adjacentes a mananciais, devem ser destinados à preservação. Nelas normalmente predominam o cerrado ralo, o cerrado sentido restrito e cerradão.

Fonte: Laboratório Laborsolo

5.3. As Fazendas

De acordo com as informações fornecidas pelo contratante, este laudo contempla 7 fazendas localizadas no Mato Grosso num total de 80.545 ha, superfície que serviu de base para os cálculos, não obstante as matrículas fornecidas concluírem com uma área menor.





Fazenda	Área Arrendada (Ha)	Arrendatário/Atividade
1 - Fazenda São Francisco	1.438,7	SLC Agrícola
2 - Fazenda Mãe Margarida	4.176,8	SLC Agrícola
3 - Fazenda Ribeiro do Céu	8.937,7	SLC Agrícola
4 - Fazenda Terra Santa	14.858,5	SLC Agrícola
5 - Fazenda São José	9.687,4	SLC Agrícola
6 - Fazenda C-Vale	103,5	Fabio Rochemback
7 - Fazenda Iporanga	-	Manejo Florestal
Total	39.202,6	

6. AVALIAÇÃO

Devido ao tipo de imóveis – propriedades rurais – utilizamos o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado.

Tal método é aquele que identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis (características intrínsecas e extrínsecas), constituintes da pesquisa de mercado.

Conforme pesquisa realizada, levantamos 39 amostras comparáveis para fins de determinação do valor de mercado, dos quais 33 serviram de base para os cálculos de inferência estatística.

A partir da citada pesquisa, cujas informações mais detalhadas constam em anexo, identificamos o seguinte comportamento imobiliário:

$$VUnit = f (Uso ; Área Aberta)$$

onde:

- VUnit: variável dependente ou explicada que representa o valor unitário (R\$/ha), aplicável sobre a área da propriedade.
- Uso: variável independente, ou explicativa, tipo código alocado, que expressa a vocação predominante da área rural, sendo 3 = agricultura, 2 = agricultura e pecuária e 1 = pecuária.
- Área Aberta: variável independente (explicativa), quantitativa, que expressa a relação entre a área aberta da propriedade e a sua área total.

Obs.: a variável “Área” não se mostrou significativa sob o ponto de vista estatístico, motivo pelo qual não consideramos na pesquisa. Além disso, salientamos que áreas rurais são vendidas tendo por parâmetro sacos de soja por hectare ou arroba de boi por hectare, independem da área. Por exemplo, em certa região a terra para pecuária é vendida por R\$ 20.000,00/ha, independe se tiver 500, 1.000 ou 10.000 ha, o valor unitário permanece o mesmo.

Essas variáveis são passíveis de testes estatísticos para a averiguação de sua real influência na formação dos preços. Ao serem injetadas no modelo e sujeitas aos testes de hipóteses, quando apresentam confiabilidade aos níveis de significância exigidos pela Norma, pela análise de seus regressores, faz-se possível encontrar a fórmula matemática que interpreta a formação dos preços no mercado. Neste contexto, a avaliação deixa de ser uma mera “opinião” do avaliador e passa a ser considerada como uma interpretação científica (estatística) do mercado, ensejando assim a determinação do valor procurado para o imóvel que se está avaliando.

Mediante tratamento estatístico utilizado para a amostra coletada, obteve-se que o modelo de melhor representatividade dos elementos pesquisados, tendo como variável dependente o Valor Unitário (VUnit), possui a seguinte configuração matemática:

$$VUnit = 14.385,017 * e^{(0,12144985 * Uso^2)} * e^{(0,86244637 * ÁreaAberta^2)}$$

- Coeficiente de correlação geral: $r = 0,94456$
- Os demais parâmetros estatísticos constam em anexo

As propriedades avaliadas apresentam os seguintes atributos:

- Uso = 3 (uso predominante para agricultura)
- Área Aberta = 0,49 (39.880 / 80.545)

Logo, o valor unitário inferido para as propriedades é de:

$$V_{Unit} = 14385,017 * e^{(0,12144985 * 3^2)} * e^{(0,86244637 * 0,49^2)} =$$

$$V_{Unit} = R\$ 52.789,34/ha$$

Intervalo de confiança: - Lim Infer. = R\$ 47.135,63/ha
- Lim Sup. = R\$ 59.121,19/ha

Valor unitário adotado, em números arredondados: **R\$ 53.000,00/ha**

(Cinquenta e três mil reais por hectare)

Tal cifra é equivalente a aproximadamente 325 sacos de soja/ha.

Logo, o valor total das propriedades importa em:

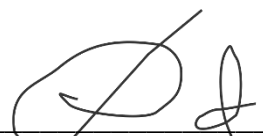
$$VI = 80.545,00 \text{ ha} \times R\$ 53.000,00/ha = R\$ 4.268.885,00$$

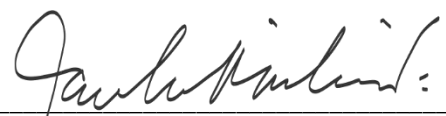
ou, em números comerciais

R\$ 4.270.000.000,00

(Quatro bilhões e duzentos e setenta milhões de reais)

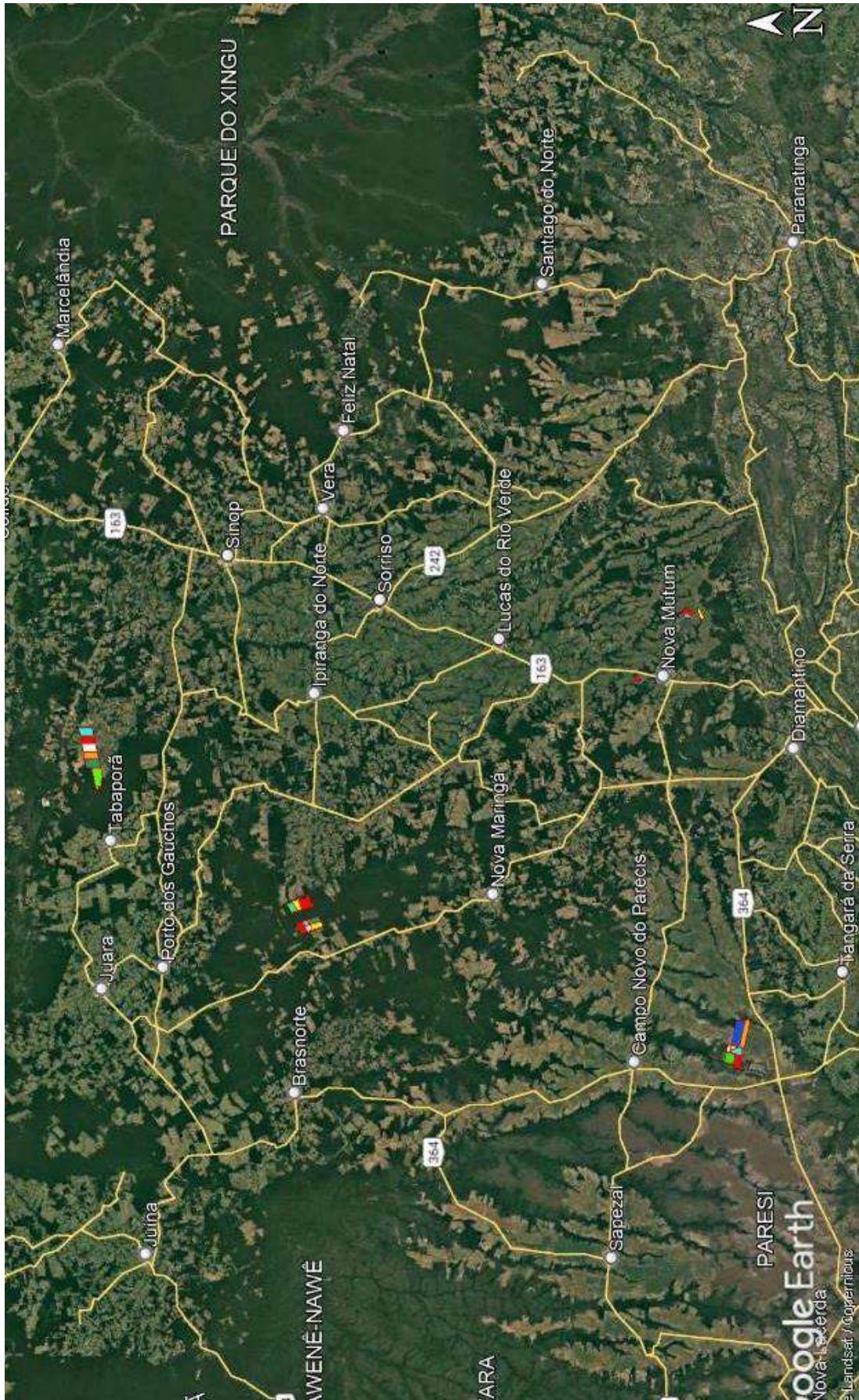
Nova Mutum, 18 de novembro de 2022


Eng. Agrº Cláudio Renck Obino
CREA/RS 44.669

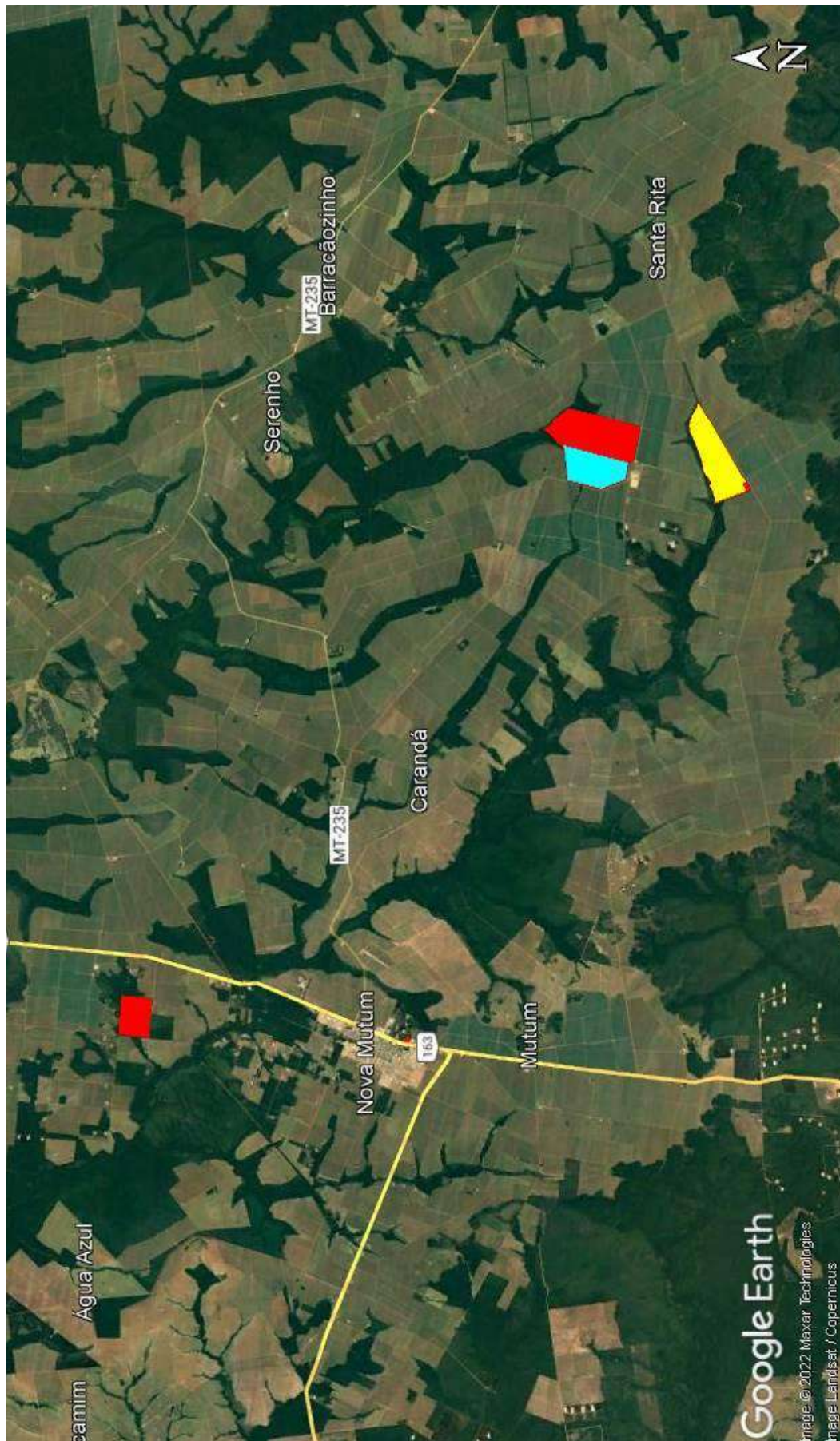

Eng. Paulo Rondelli Silveira
CREA/RS 32.777



VISTAS AÉREAS DAS FAZENDAS



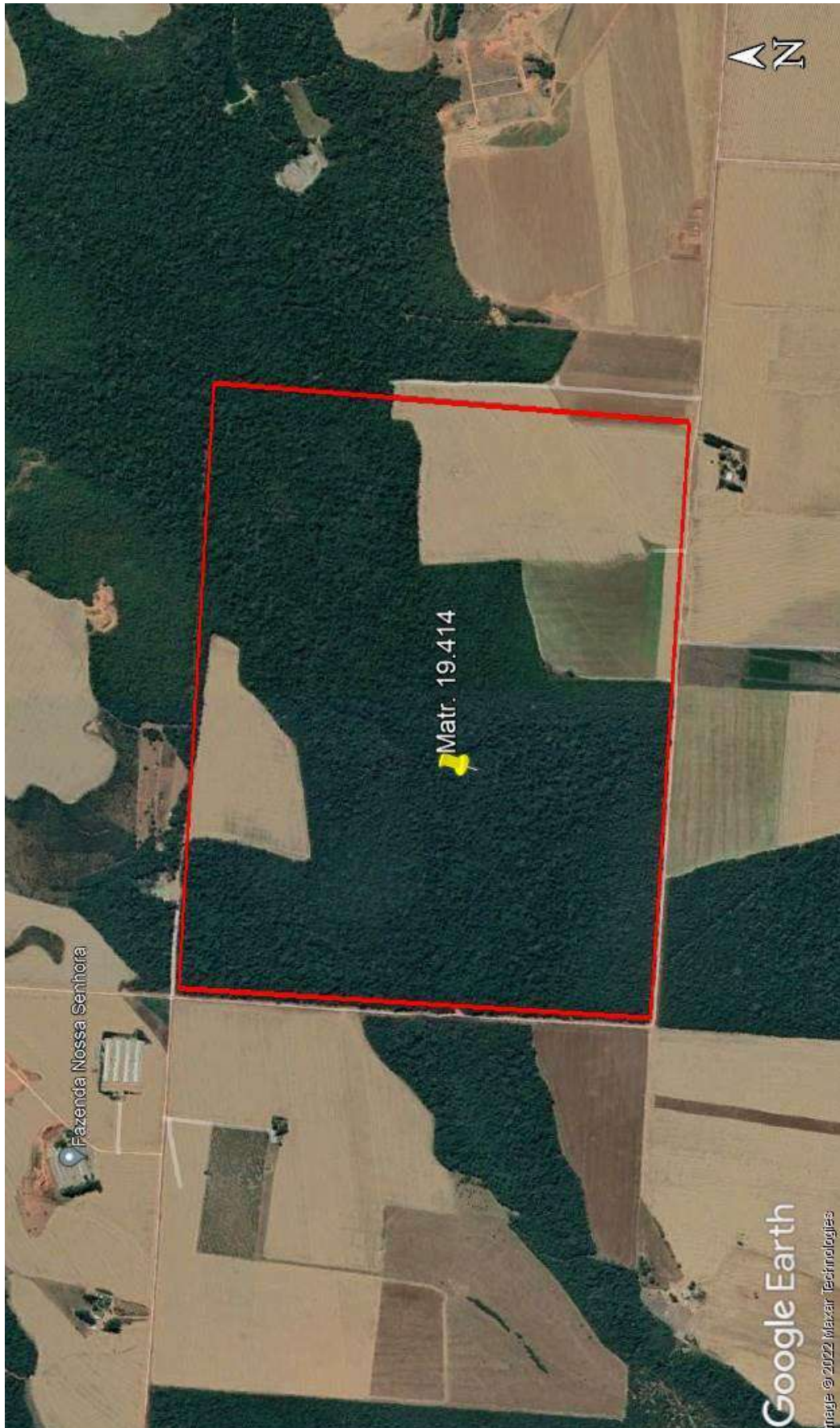
Situação das fazendas no contexto estadual

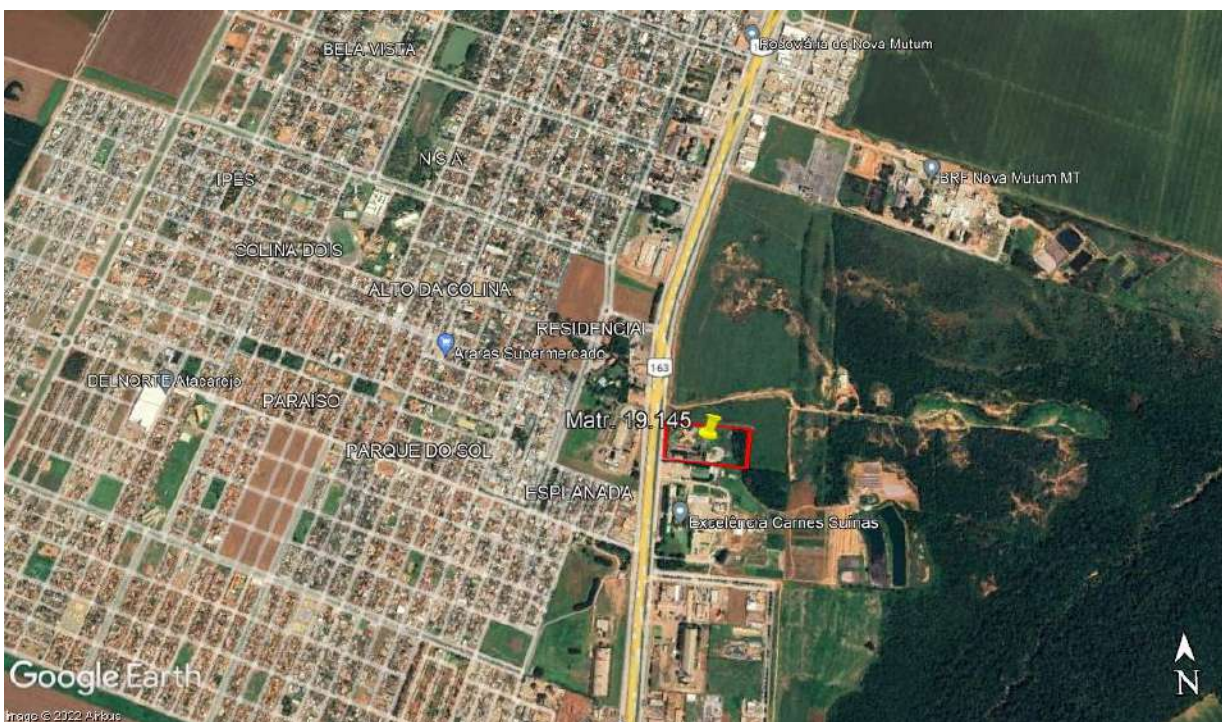


Situação das fazendas no município de Nova Mutum

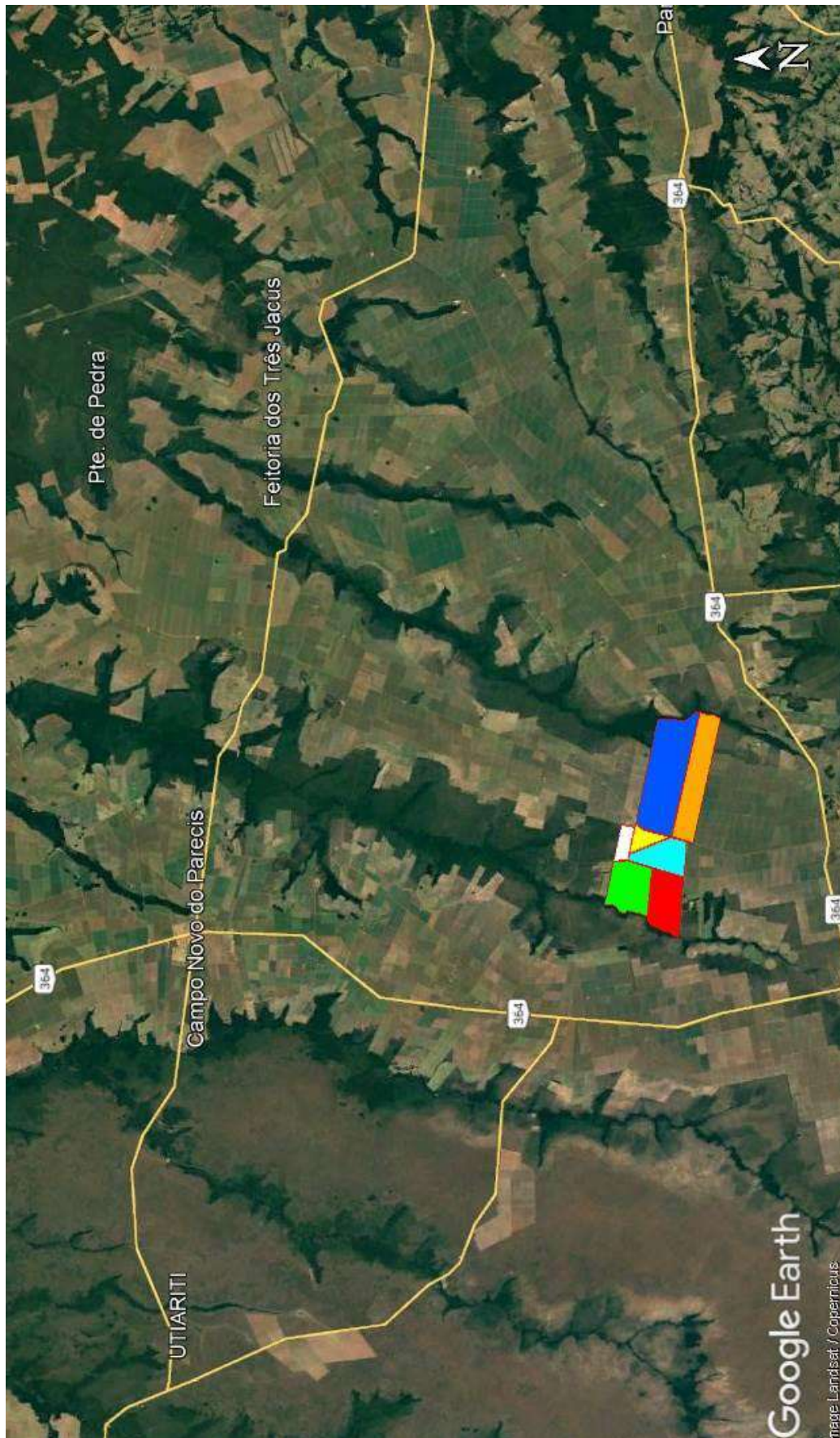




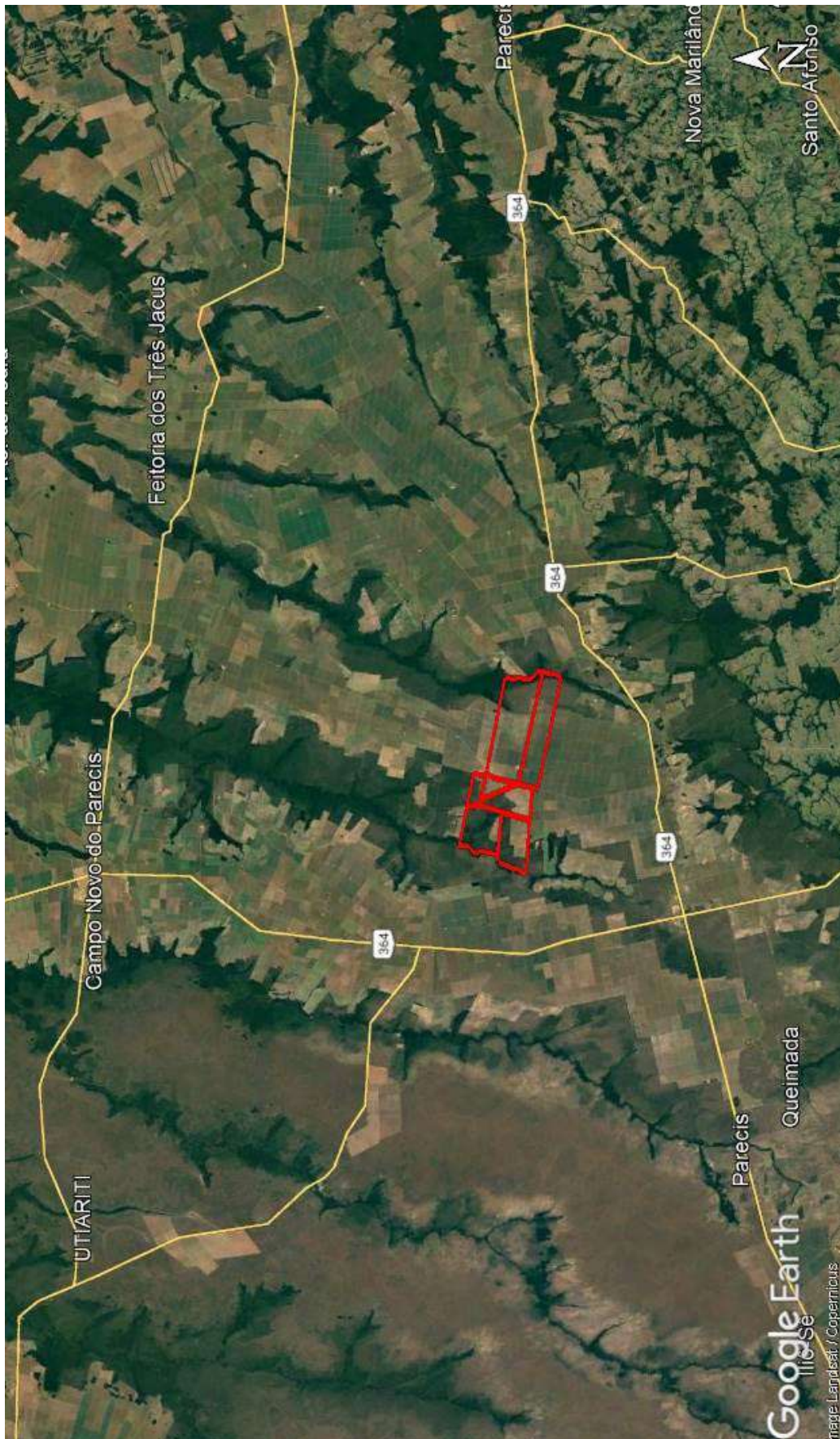




Vistas aéreas do imóvel de Matrícula nº 19.145 na zona urbana de Nova Mutum

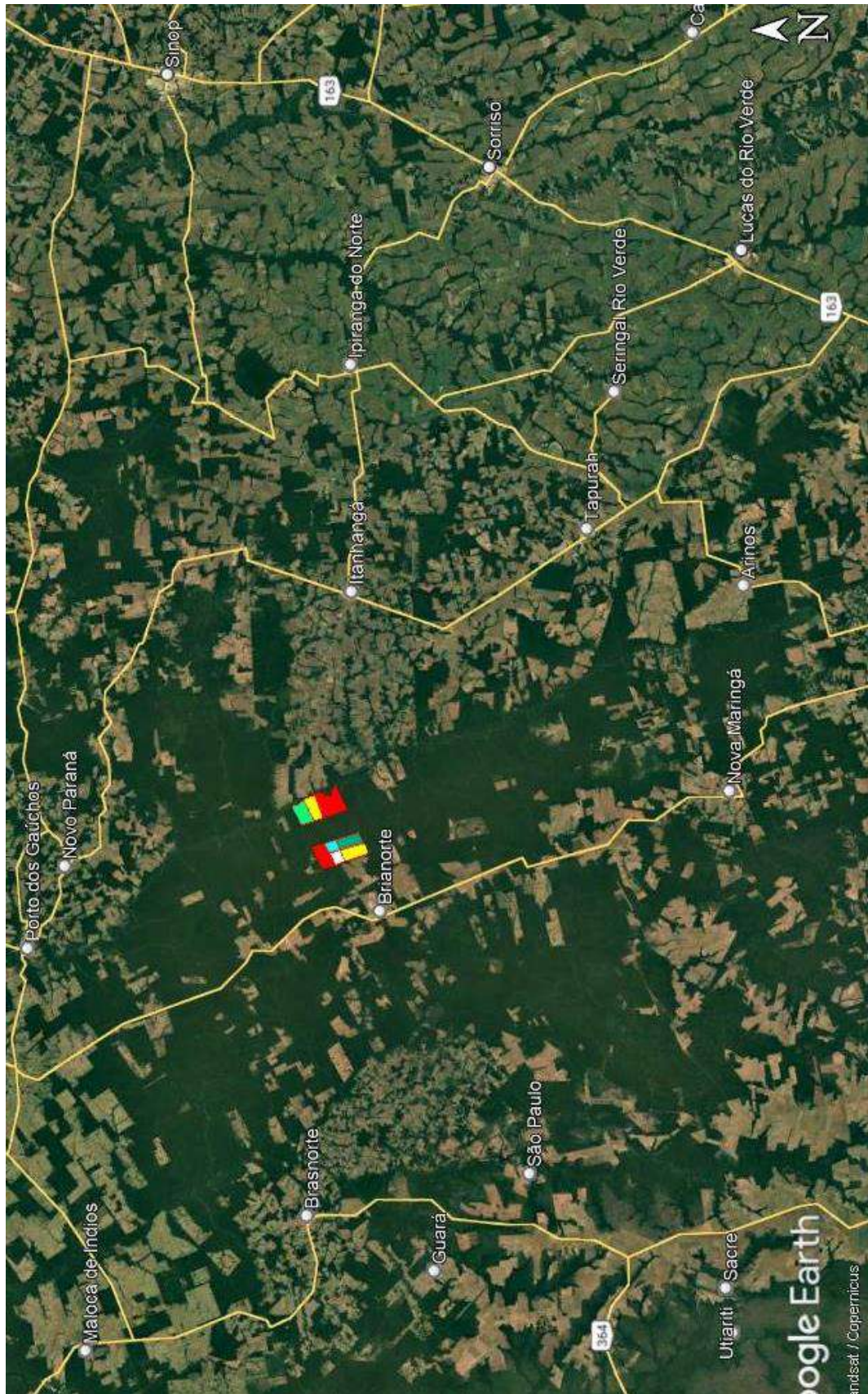


Situação das fazendas no município de Campo Novo do Parecis

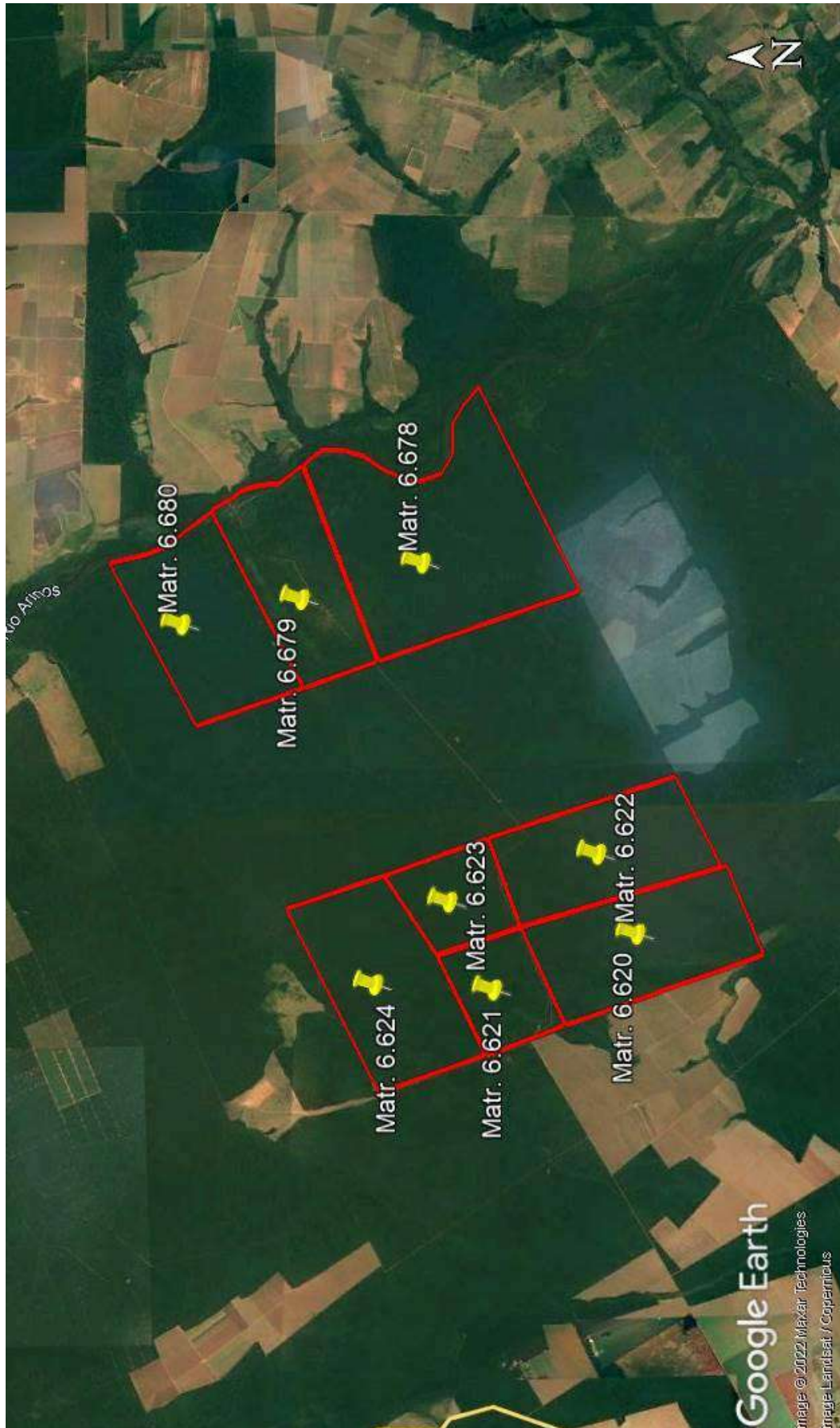


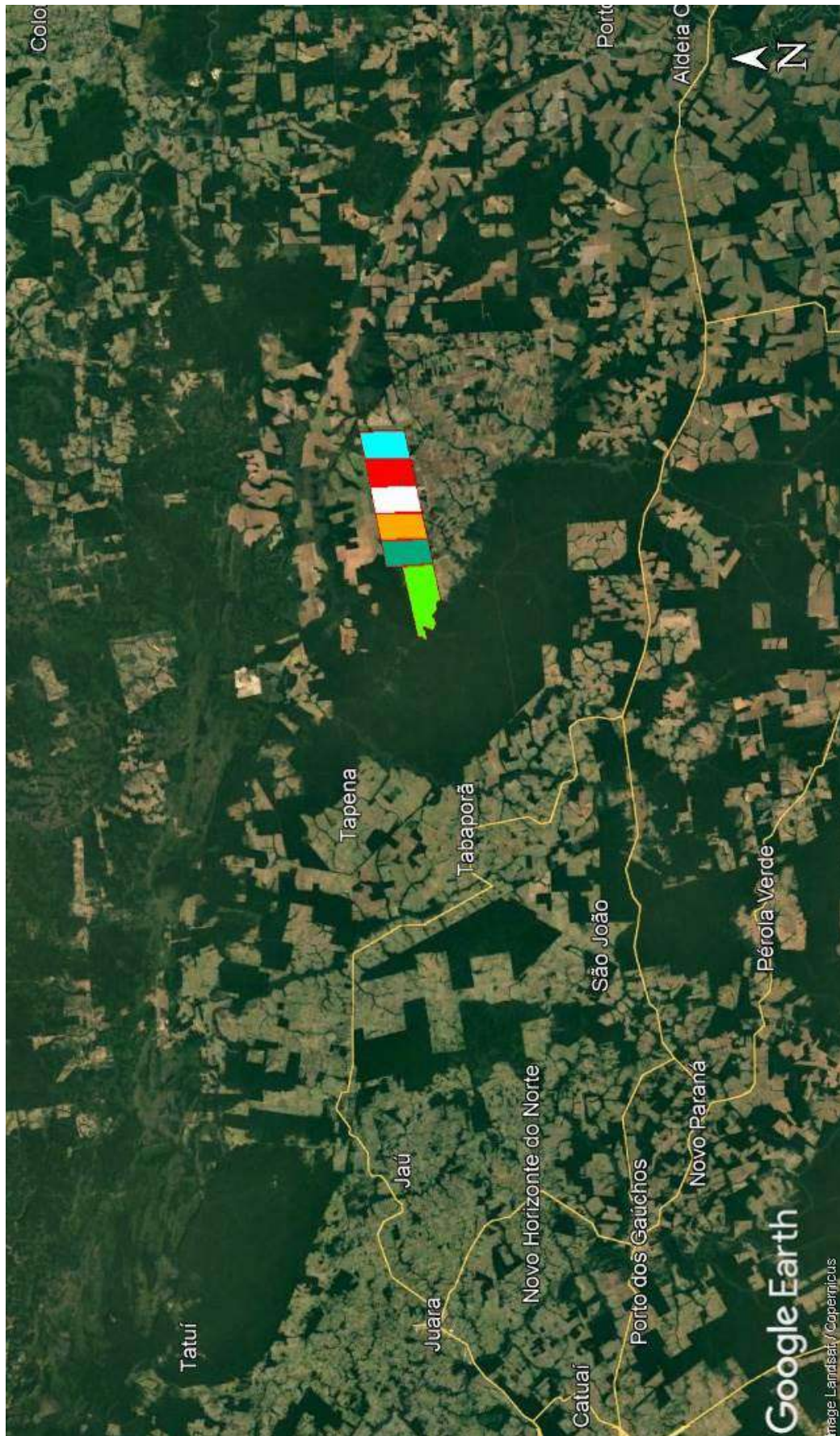
Situação das fazendas no município de Campo Novo do Parecis



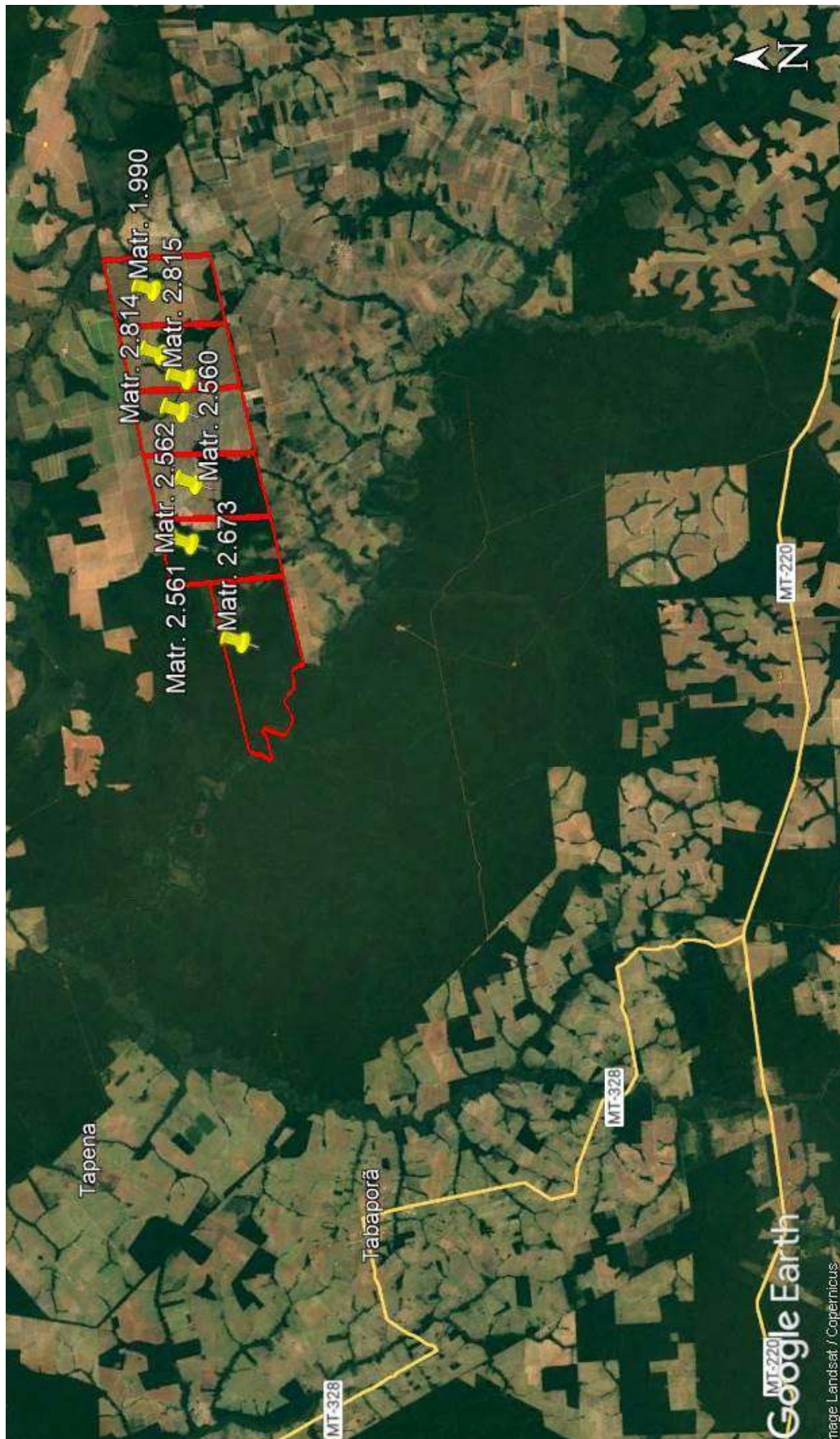


Situação das fazendas no município de Nova Maringá





Situação das fazendas no município de Tabaporã



Situação das fazendas no município de Tabaporã



Vistas das fazendas em Tabaporã



PESQUISA DE MERCADO
E
TRATAMENTO ESTATÍSTICO

DADO	MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA TOTAL (ha)	VALOR	VUnit (R\$/m²)	TELEFONE	CONTATO	LINK	USO	ÁREA ABERTA (%)	ÁREA ABERTA (ha)
1	DIAMANTINO	IMÓVEL LOCALIZADO ÀS MARGENS DA RODOVIA MT 249, A 100 KM DE NOVA MUTUM	3.200,00	R\$ 190.680.000,00	59.587,50	(65) 99909-0101	CASA MINEIRA	https://www.casamineira.com.br/moveldavenda/rural/3-quartos-a-venda-no-zona-rural-diamantino/?source=mt&utm_medium=CPC&utm_campaign=50225p_gatilho_milha	3	Agricultura	1.600,00
2	DIAMANTINO	IMÓVEL LOCALIZADO A 5,7 KM DA CIDADE DE DIAMANTINO -MT, PRÓXIMO A REGIÃO CONHECIDA COMO PONTE	339,00	R\$ 5.424.000,00	16.000,00	(65) 3626-1000	BENTO IMÓVEIS	https://www.zapimoveis.com.br/moveldavenda-em-diamantino-a-venda-339000-m-por-5424000-zona-rural-diamantino-mt/EAD74_BENV?from=sale	1	Pecuária	118,00
3	DIAMANTINO	IMÓVEL LOCALIZADO ÀS MARGENS DA RODOVIA MT 249, A CEM KM DE NOVA MUTUM, LOCALIZADO A 20 KM DA CIDADE DE DIAMANTINO, 30 KM DA RODOVIA BR - 364, PRÓXIMO A UM PONTO TURÍSTICO CONHECIDO COMO CACHOEIRA DO ASCARI	3.270,00	R\$ 255.000.000,00	77.981,65	(44) 99714-5233	WIMÓVEIS	https://www.wimoveis.com.br/propriedades/fazenda-agrila-65-propriedade-algoao-2959608257.html	3	Agricultura	1.700,00
4	DIAMANTINO	IMÓVEL LOCALIZADO ÀS MARGENS DA RODOVIA MT 249, A 40 KM DE NOVA UBRATÁ, A 10 KM DA RODOVIA MT-242	1.144,00	R\$ 32.400.000,00	28.321,68	(11) 4154-5889	PARNABA IMÓVEIS	https://parnabaimoveis.com.br/moveldavenda-a-venda-em-diamantino-mt/3868	3	Agricultura	350,00
5	NOVA UBRATÁ	IMÓVEL ESTÁ LOCALIZADO EM ESTRADA RURAL A 40 KM DE NOVA UBRATÁ, A 10 KM DA RODOVIA	1.097,00	R\$ 70.000.000,00	63.810,39	(65) 99952-2109	JULIO PEREIRA	https://mt.ok.com.br/regiao-de-ondonopolis-e-sinop/terrenos/fazenda-polana-agricultura-88392id-258371382	3	Agricultura	750,00
6	NOBRES	IMÓVEL ESTÁ LOCALIZADO ÀS MARGENS DA MT-241 EM LOCALIDADE CONHECIDA COMO FLANÇÃO	210,00	R\$ 5.000.000,00	23.809,52	(65) 99909-0101	ZAP IMÓVEIS	https://www.zapimoveis.com.br/moveldavenda-fazenda-sitio-chacara-zona-rural-nobres-mt-210m2-id-2555130759/	1	Pecuária	50,00
7	NOBRES	IMÓVEL ESTÁ LOCALIZADO ÀS MARGENS DA MT-241 EM LOCALIDADE CONHECIDA COMO FLANÇÃO	883,00	R\$ 20.000.000,00	22.650,68	(65) 99952-2109	ZAP IMÓVEIS	https://www.zapimoveis.com.br/moveldavenda-fazenda-sitio-chacara-nobres-mt-440000m2-id-257887548/	2	AgriPec	600,00
8	NOBRES	IMÓVEL ESTÁ LOCALIZADO ÀS MARGENS DA MT-241 A 40 KM DE NOBRES SENTIDO PEDRAS	440,00	R\$ 13.000.000,00	29.545,45	(65) 99909-0101	ZAP IMÓVEIS	https://www.zapimoveis.com.br/moveldavenda-fazenda-sitio-chacara-7-257887548/	3	Agricultura	160,00
9	CAMPO NOVO DO PARECIS	ZONA RURAL - CAMPO NOVO DO PARECIS - MT	10.628,00	R\$ 960.000.000,00	90.344,44	(49) 3199-3713	GO HOME	https://www.zapimoveis.com.br/moveldavenda-fazenda-sitio-chacara-nobres-mt-440000m2-id-257887548/	3	Agricultura	8.650,00
10	CAMPO NOVO DO PARECIS	RODOVIA MT 235 KM 50 DE CAMPO NOVO DO PARECIS SENTIDO A NOVA MUTUM) + 5 KM A DIREITA DIAMANTINO MT. FICA A 97 KM DA CIDADE DE CAMPO NOVO DO PARECIS, PORÉM ESTÁ NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO.	1.502,00	R\$ 214.544.000,00	142.838,88	(65) 3626-1000	BENTO IMÓVEIS	https://www.imoveisweb.com.br/propriedades/fazenda-em-campo-novo-do-parecis-nt-1502000m2-id-257338920/	3	Agricultura	1.024,00
11	CAMPO NOVO DO PARECIS	FAZENDA A 5 KM DO POSTO NORTE, DISTRITO DE MARECHAL RONDON	1.600,00	R\$ 105.000.000,00	65.625,00	(19) 3306-1980	IZALINO DA SILVA	https://www.imoveisweb.com.br/propriedades/fazenda-em-campo-novo-do-parecis-nt-1600000m2-id-253229592/	3	Agricultura	800,00
12	CAMPO NOVO DO PARECIS	ZONA RURAL - CAMPO NOVO DO PARECIS - MT. LOGÍSTICA FICA 80 KM DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT ESTRADA CHÃO E FICA 50 KM DO ARMAZÉM	5.000,00	R\$ 108.000.000,00	21.600,00	(17) 99100-5773	IBR IMÓVEIS	https://www.imoveisweb.com.br/propriedades/fazenda-a-venda-1-598-hectares-por-45100.000.000-2949767591.html?utm_source=Twitter&utm_medium=cp&utm_campaign=gr-premium_tovt	3	Agricultura	3.540,00
13	CAMPO NOVO DO PARECIS	ZONA RURAL - CAMPO NOVO DO PARECIS - MT	1.598,00	R\$ 100.000.000,00	62.576,22	(63) 3609-4777	PONTER	https://www.zapimoveis.com.br/moveldavenda-fazenda-sitio-chacara-3-zona-rural-nova-marina-mt-350000m2-id-25733898/	3	Agricultura	1.140,00
14	NOVA MARINGÁ	FAZENDA EM NOVA MARINGÁ-MT	350,00	R\$ 6.868.000,00	25.337,14	(43) 3628-7071	GH IMÓVEIS	https://www.zapimoveis.com.br/moveldavenda-fazenda-sitio-chacara-15-km-da-cidade-2498000m2-id-2574687592/	2	AgriPec	110,00
15	NOVA MARINGÁ	15 KM DA CIDADE	2.498,00	R\$ 275.520.000,00	110.296,24	(65) 3626-1000	BENTO IMÓVEIS	https://www.zapimoveis.com.br/moveldavenda-fazenda-sitio-chacara-15-km-da-cidade-5200000m2-id-2574687592/	3	Agricultura	1.981,00
16	NOVA MARINGÁ	ZONA RURAL - NOVA MARINGÁ-MT	5.200,00	R\$ 100.000.000,00	19.230,77	-	PEDRO SOARES	https://www.zapimoveis.com.br/moveldavenda-fazenda-sitio-chacara-15-km-da-cidade-5200000m2-id-2574687592/	2	AgriPec	1.350,00

CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA

DADOS

Total da Amostra : 39
Utilizados : 33
Outlier : 0

VARIÁVEIS

Total : 3
Utilizadas : 3
Grau Liberdade : 30

MODELO LINEAR DE REGRESSÃO – Escala da Variável Dependente: ln(y)

COEFICIENTES

Correlação : 0,85147
Determinação : 0,72500
Ajustado : 0,70667

VARIAÇÃO

Total : 9,33500
Residual : 2,56710
Desvio Padrão : 0,29252

F-SNEDECOR

F-Calculado : 39,54593
Significância : < 0,01000

D-WATSON

D-Calculado : 1,73061
Resultado Teste : Não auto-regressão 90%

NORMALIDADE

Intervalo Classe	% Padrão	% Modelo
-1 a 1	68	75
-1,64 a +1,64	90	87
-1,96 a +1,96	95	96

MODELO UTILIZADO NA ESTIMATIVA DE VALOR (Moda)

$$Y = 14.385,017493 * 2,718^{(0,121450 * X1^2)} * 2,718^{(0,862446 * X2^2)}$$

MODELO DE ESTIMATIVA – PRINCIPAIS INDICADORES

AMOSTRA

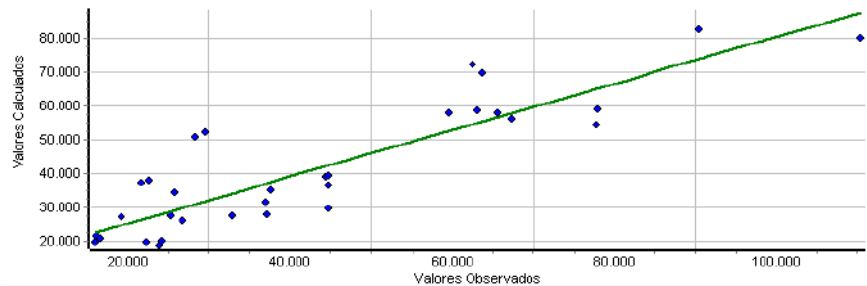
Média : 42546,74
Variação Total : 18377166411,63
Variância : 556883830,66
Desvio Padrão : 23598,39

MODELO

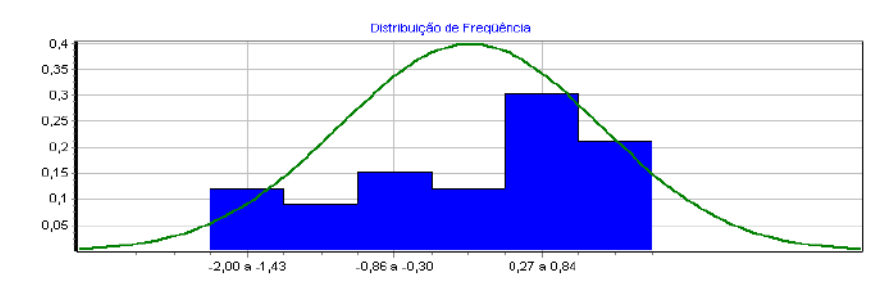
Coefic. Aderência : 0,75517
Variação Residual : 4499271359,52
Variância : 149975711,98
Desvio Padrão : 12246,46



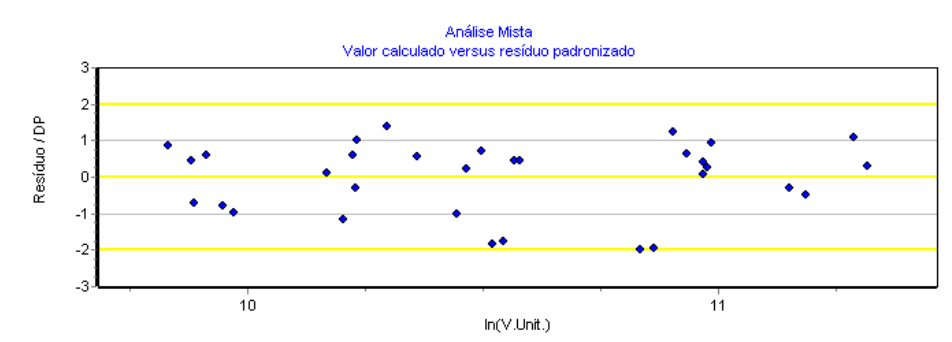
GRÁFICO DE ADERÊNCIA (Valor Observado X Valor Calculado)



Histograma de Resíduos Padronizados X Curva Normal Padrão



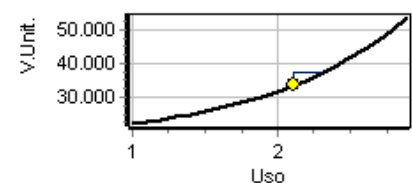
Distribuição de Valores Ajustados X Resíduos Padronizados



DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

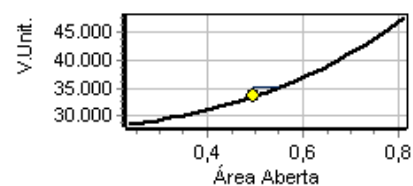
Uso

Tipo: Código Alocado
Amplitude: 1 a 3
Impacto esperado na dependente: Positivo
10% da amplitude na média: 11,40% na estimativa
Micronumerosidade: atendida



Área Aberta

Tipo: Quantitativa
Amplitude: 0,24 a 0,81
Impacto esperado na dependente: Positivo
10% da amplitude na média: 5,31% na estimativa



VUnit

Tipo: Dependente
Amplitude: 16000,00 a 110296,24
Micronumerosidade para o modelo: atendida

PARÂMETROS DE ANÁLISE DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

VARIÁVEL	Escala Linear	T-Student Calculado	Significância (Soma das Caudas)	Determ. Ajustado (Padrão = 0,70667)
Uso	x^2	7,21	0,01	0,22392
Área Aberta	x^2	2,76	0,99	0,64429

MATRIZ DE CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS (Valores em percentual)

- MATRIZ SUPERIOR – PARCIAIS
- MATRIZ INFERIOR – ISOLADAS

Variável	Forma Linear	Uso	Área Aberta	VUnit
X_1	x^2		19	80
X_2	x^2	31		45
Y	$\ln(y)$	81	50	



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

TITULARIDADE



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica



Apresentação da Factum Brasil

A empresa Factum Brasil é representada pelos seus diretores e responsáveis técnicos, contando com experiência e tradição de profissionais com mais de 40 anos de atuação no mercado. Prestamos nossos serviços visando sempre às melhores práticas do mercado em consultoria empresarial.

Nossa visão é ser referência nos serviços de consultoria de engenharia e de avaliações e temos como missão satisfazer e superar as necessidades de nossos clientes, trabalhando com integridade e buscando preservar nossas relações com as pessoas e com o meio ambiente.

Os valores buscados pela Factum Brasil são:

- ◆ Satisfação Total do Cliente
- ◆ Qualidade e Excelência dos serviços prestados
- ◆ Práticas da Governança Corporativa
- ◆ Inovação, Agilidade e Competência
- ◆ Transparência
- ◆ Sigilo das Informações

DADOS CADASTRAIS

FACTUM - AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S – LTDA

CNPJ: 08.272.086/0001-13

CREA-RS: nº 149.214

Endereço: Rua Vasco da Gama, nº 720, conj. 401 – Bairro Rio Branco

Porto Alegre/RS - CEP 90420-110

Fone: (51) 3388-6828

e-mail: contato@factumbrasil.com.br

ÁREA DE ATUAÇÃO

A Factum Brasil presta serviços de assessoria e consultoria em Avaliações e Controle Patrimonial para os seguintes tipos de bens:

- | | |
|---|------------------------------------|
| ◆ Imóveis Urbanos, Rurais e Industriais | ◆ Ativos Biológicos e Jazidas |
| ◆ Máquinas e Equipamentos | ◆ Fundo de Comércio e Concessões |
| ◆ Instalações Industriais | ◆ Valor de Marca |
| ◆ Móveis e Utensílios, Informática | ◆ Análises de Investimento |
| ◆ Veículos | ◆ Avaliações Econômicas |
| ◆ Perícias Judiciais | ◆ Estudos de Viabilidade Econômica |

NORMAS E INSTITUIÇÕES

As normas e instituições que norteiam os serviços prestados pela Factum Brasil estão assim representadas:



EQUIPE FACTUM BRASIL

A Factum Brasil possui uma equipe multidisciplinar de consultores altamente qualificados e especializados. Nossa equipe realiza treinamentos de educação continuada, buscando a melhoria de seus processos e serviços.

A Factum Brasil compõe sua equipe multidisciplinar com profissionais das áreas de:

- ◆ Engenharia
- ◆ Arquitetura
- ◆ Administração
- ◆ Contabilidade
- ◆ Tecnologia da Informação
- ◆ Tecnólogos

Nossos colaboradores são especializados e possuem certificações em diversos cursos, sendo alguns deles os seguintes:

- ◆ American Society of Appraisers – ASA
- ◆ IGEL – Instituto Gaúcho de Engenharia Legal e de Avaliações
- ◆ Gestão Empresarial – FGV
- ◆ ISO 9001:2000 – Bureau Veritás
- ◆ IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícias
- ◆ IFRS para todos – IBRACON
- ◆ Participação em diversos congressos, seminários e palestras



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

EXPERIÊNCIAS





FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica





FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

Parecer Técnico
Acerca da Avaliação dos Termos do Contrato de
Arrendamento das Terras da LandCo para a Terra Santa
Agro

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2022.

Sumário

1. OBJETIVO	3
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO	4
2.1. Reorganização Societária	4
2.2. Contrato de Arrendamento das Terras.....	5
3. CARACTERIZAÇÃO DAS TERRAS DA LANDCO	6
4. DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO.....	13
4.1. Precificação dos Contratos de Arrendamento	13
4.2. Prazos dos Contratos de Arrendamento de Áreas destinadas à Cultura de Soja ...	14
5. ANÁLISE DOS RETORNOS ESPERADOS EM INVESTIMENTOS	15
5.2. Impacto do Prazo nos Preços dos Contratos de Arrendamento.....	18
6. AVALIAÇÃO DAS TERRAS DA LANDCO	23
6.1. Análise do Valor Teórico de Mercado do Arrendamento.....	23
6.2. Análise das Divergências entre os Valores Praticados na Negociação e os Valores Encontrados.....	24
7. ANÁLISE DOS IMPACTOS FINANCEIROS DO AJUSTE NO VALOR DO ARRENDAMENTO	26
8. CONCLUSÃO.....	28
9. ANEXOS	30

1. OBJETIVO

A Meden Consultoria Empresarial Ltda. ("Meden Consultoria"), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 27.936.447/0001-23, foi nomeada pela Esh Theta Fundo de Investimento Multimercado ("Esh Theta" ou "Esh Capital") para elaborar Parecer Técnico cujo objetivo é apresentar uma visão independente e especializada acerca dos termos do contrato de arrendamento firmado entre a LandCo e a Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("Terra Santa ou "TESA"), para fornecer insumos que possam indicar ou não a conformidade desses termos, em duração e valor cobrado, com o que é praticado costumeiramente no mercado.

Neste Parecer Técnico foram utilizados como insumos as seguintes informações e documentos disponibilizados à Meden Consultoria:

- i. Fatos Relevantes emitidos pela Terra Santa;
- ii. Fatos Relevantes emitidos pela SLC Agrícola S.A.;
- iii. Fatos relevantes de compras ou arrendamento de terras por companhias de capital aberto;
- iv. Pesquisas em sítios eletrônicos acerca do mercado de compra, venda e arrendamento de propriedades rurais;
- v. Laudo de avaliação sobre o valor de mercado das propriedades arrendadas da LandCo, elaborado por terceiros; e
- vi. Outras informações pertinentes.

Tais documentos foram analisados levando em consideração as legislações e normas vigentes, tais quais:

- i. Lei 4.504/64 – Estatuto da Terra
- ii. Lei 6.404/76 – Lei das S.A. ("LSA");
- iii. Literatura nacional e internacional acerca da avaliação de ativos; e
- iv. Outras informações pertinentes.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

2.1. Reorganização Societária

Em 26 de novembro de 2020, a SLC Agrícola S.A. ("SLC" ou "SLC Agrícola") anunciou a seus acionistas e ao mercado em geral que assinou, na data em questão, um Memorando de Entendimentos não vinculante, estabelecendo premissas, termos e condições indicativas para uma transação em que assumiria as operações agrícolas da Terra Santa Agro S.A. ("TESA") por meio da incorporação de ações da Terra Santa, segregando os ativos e passivos vinculados às propriedades rurais e benfeitorias para uma nova sociedade anônima, a ser formada e registrada como companhia aberta ("Terra Santa LandCo", "TS LandCo" ou "LandCo") e que não seria objeto da operação. Como parte da operação, a Terra Santa arrendaria as propriedades da LandCo para a SLC Agrícola.

Em 25 de março de 2021, dando continuidade ao comunicado citado acima, SLC Agrícola e Terra Santa comunicaram a existência do Acordo que já estabelecia os termos e condições para a implementação da combinação dos negócios da SLC Agrícola aos da operação agrícola da Terra Santa (excluindo terras e benfeitorias), mediante incorporação das ações da Terra Santa pela SLC, de acordo com os artigos 252, 224 e 225 da Lei das S.A.

Sujeitos a termos e condições previstos no acordo, na data da incorporação foram emitidas pela SLC agrícola aos acionistas detentores de Bônus de Subscrição da Terra Santa um total de 2.516.454 (duas milhões, quinhentas e dezesseis mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, as quais representaram, na Data de Fechamento, em bases totalmente diluídas, 1,3% do capital social votante da SLC.

Para fins de relação de troca, a ação da SLC foi avaliada em R\$ 25,83 por ação, determinado pelo preço médio ponderado por volume nos 60 pregões da B3 anteriores a 26 de novembro de 2020.

Além disso, foi previsto no Acordo que a Terra Santa celebraria, na Data de Fechamento, contratos de arrendamento com a TS LandCo, com prazo de vigência inicial de 20 anos e preços e condições pré-definidos.

No dia 20 de maio de 2021, foi emitido um Fato Relevante ao mercado por parte da SLC Agrícola S.A., em conjunto com a Terra Santa Agro S.A., em cumprimento ao disposto na LSA e na Instrução CVM 358/02, no qual foram aprovados: (i) a assinatura do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações ("Protocolo"); e (ii) a Proposta da Administração à Assembleia Geral Extraordinária, por meio dos quais foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da Operação, mediante incorporação de Ações.

2.2. Contrato de Arrendamento das Terras

Segundo fato relevante, em setembro de 2021, começou a vigorar o contrato de arrendamento para a safra de 2021/22 celebrado entre Terra Santa LandCo e Terra Santa Agro, a segunda incorporada à SLC. De acordo com o fato relevante, os termos do contrato estabelecidos preveem um prazo inicial de 20 anos, podendo ser estendido em caso de concordância das partes envolvidas. O preço estipulado foi de 17 sacas de soja por hectare por ano (considerado pelas partes como "preço em condições de mercado") acrescido do valor de R\$ 70 milhões, pago pela TESA à LandCo, em 02 de agosto de 2021, à título de adiantamento de clientes, e que também compõe o preço do referido arrendamento a ser apropriado ao longo do prazo do contrato de forma linear. A receita é registrada de forma mensal e linear, com pagamento efetivo sendo realizados anualmente no mês de abril.

3. CARACTERIZAÇÃO DAS TERRAS DA LANDCO

No contrato de arrendamento firmado entre as partes, foram arrendadas 7 fazendas no estado do Mato Grosso, sendo duas delas não-operacionais, com o objetivo de constituir a reserva legal obrigatória.

As fazendas estão apresentadas na tabela abaixo, sendo a informação obtida diretamente de relatório da Terra Santa:

	Composição e ocupação das áreas próprias				
	Área imóvel	Área utilizável		ARL	APP
	hectares	Cultivando	Vegetação Nativa	Área Reserva Legal	Área Preservação Permanente
1 - Fazenda São Francisco	3.173,8	1.586,7	259,2	1.808,1	238,4
2 - Fazenda Mãe Margarida	5.854,7	4.259,8	-	1.374,2	220,7
3 - Fazenda Ribeiro do Céu	12.100,4	9.036,2	-	2.752,3	312,0
4 - Fazenda Terra Santa	29.081,3	15.095,2	-	12.930,6	1.036,3
5 - Fazenda São José	17.153,5	9.798,8	-	7.224,4	130,2
Unidades Produção	67.344	39.777	259	25.890	1.936
6 - Fazenda Iporanga	12.800,5	-	2.500,0	12.774,5	526
7 - Fazenda C-Vale	400,6	103,5	-	271,3	25
Total.....	80.545	39.880	2.759	38.935	2.488

Das 5 fazendas operacionais, 4 estão localizadas na região de referência de Sorriso, região bastante produtiva dentro do estado, com exceção da Fazenda São Francisco situada na região referência de Diamantino. A Fazenda de São José se localiza na região de Campo Novo do Parecis enquanto a Fazenda Iporanga está localizada na região de Nova Maringá.

Em seu Formulário de Referência de 2021, a Terra Santa Participações disponibiliza algumas informações importantes para melhor entendimento das características das áreas rurais. Estas informações estão dispostas abaixo, junto com o link de acesso ao Google Maps que localiza cada uma das fazendas operacionais:

Fazenda São Francisco: localizada no município de Diamantino, estado do Mato Grosso, a fazenda, em 31 de dezembro de 2020, possuía uma área de 3.173,8 hectares, sendo 1.586,7 hectares agriculturáveis. Apresentamos abaixo principais características da fazenda, tais como qualidade do solo e estrutura de apoio.

Composição das áreas

CAR – Cadastro Ambiental Rural

Área total da propriedade	3.173,8	100%
Área agricultável	1.586,7	50%
APP, RL e Preservação permanente	1.587,3	50%
Área cercada com aptidão agricultura	268,2	



Qualidade do solo

Composição do solo, aptidão e safras/ano

Teor de argila no solo	Área (ha)	Taxa de desfrute
Acima 60%	-	-
35 a 60% de argila	430	27% - 2 safras anuais
15 a 30% de argila	938	59% - 2 safras anuais
Abaixo 15% argila	221	14% - 1 safra anual
Sede e benfeitorias		RS 1.000.000
Total	1.587	100% - 96% - 2 safras/ano



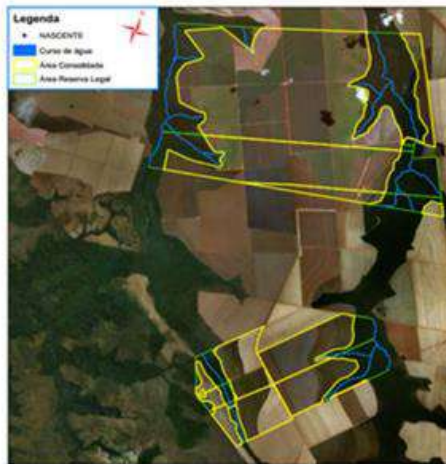
<https://www.google.com.br/maps/@-14.3725105,-56.2647532,8885m/data=!3m1!1e3>

Fazenda Mãe Margarida: localizada no município de Santa Rita do Trivelato, estado do Mato Grosso, a fazenda, em 31 de dezembro de 2020, possuía uma área de 5.854,7 hectares, sendo 4.259,8 hectares agriculturáveis. Apresentamos abaixo principais características da fazenda, tais como qualidade do solo e estrutura de apoio.

Composição das áreas

CAR – Cadastro Ambiental Rural

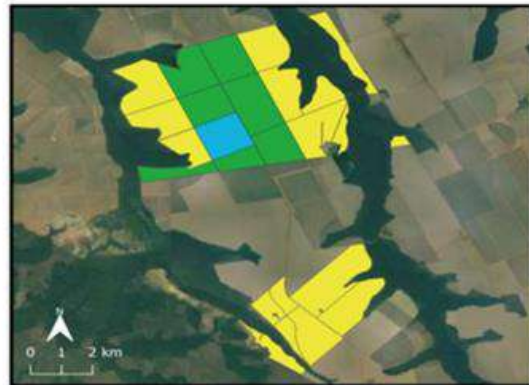
Área total da propriedade	5.854,7	100%
Área agricultável	4.259,8	73%
APP, RL e Preservação permanente	1.594,9	27%



Qualidade do solo

Composição do solo, aptidão e safras/ano

Teor de argila no solo	Área (ha)	Taxa de aproveitamento	Taxa de aproveitamento
Acima 60%	217 5%	2 safras anuais	
35 a 60% de argila	1.311 31%	2 safras anuais	
15 a 30% de argila	2.732 64%	2 safras anuais	
Abaixo 15% argila			
Sede e benfeitorias			RS 19.850.000
Total	4.260 100%	100% - 2 safras/ano	



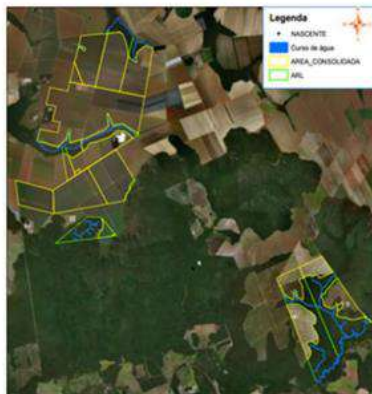
<https://goo.gl/maps/34Fut3oj6cUHKkCm8>

Fazenda Ribeiro do Céu: localizada no município de Nova Mutum, estado do Mato Grosso, a fazenda, em 31 de dezembro de 2020, possuía uma área de 12.100,4 hectares, sendo 9.036,2 hectares agriculturáveis. Apresentamos abaixo principais características da fazenda, tais como qualidade do solo e estrutura de apoio.

Composição das áreas

CAR – Cadastro Ambiental Rural

Área total da propriedade	12.100,4	100%
Área agricultável	9.036,2	75%
APP, RL e Preservação permanente	3.064,2	25%

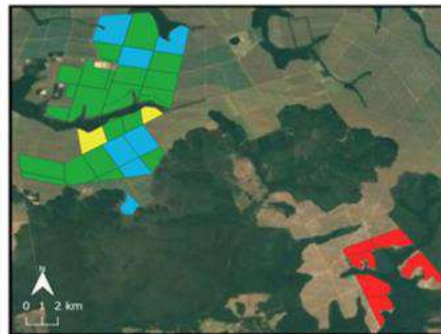


Qualidade do solo

Composição do solo, aptidão e safras/ano

Teor de argila no solo	Área (ha)	Taxa de uso
Acima 60%	1.985	22%
35 a 60% de argila	4.991	55%
15 a 30% de argila	388	4%
Abaixo 15% argila	1.675	19%
Sede e benfeitorias		R\$ 59.700.000
Total	9.036	100%

81% - 2 safras/ano






<https://goo.gl/maps/EMwyKpf5RrtuBVwy9>

Fazenda Terra Santa: localizada no município de Tabaporã, estado do Mato Grosso, a fazenda, em 31 de dezembro de 2020, possuía uma área de 29.061,3 hectares, sendo 15.095,2 hectares agriculturáveis. Apresentamos abaixo principais características da fazenda, tais como qualidade do solo e estrutura de apoio.

Composição das áreas


CAR – Cadastro Ambiental Rural

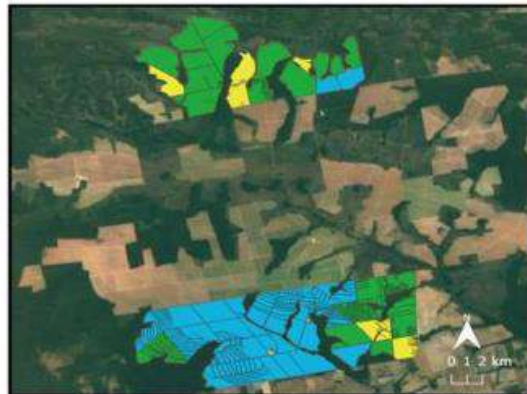
	Área total da propriedade	29.061,3	100%
	Área agricultável	15.095,2	52%
	APP, RL e Preservação permanente	13.965,9	48%



Qualidade do solo

Composição do solo, aptidão e safras/ano

Teor de argila no solo	Área (ha)	Taxa de safra	Taxa de desfrute	
	Acima 60%	6.999	46%	2 safras anuais
	35 a 60% de argila	6.281	42%	2 safras anuais
	15 a 30% de argila	1.815	12%	2 safras anuais
	Abaixo 15% argila	-	-	-
Sede e benfeitorias			RS 40.000.000	
Total	15.095	100%	100% - 2 safras/ano	



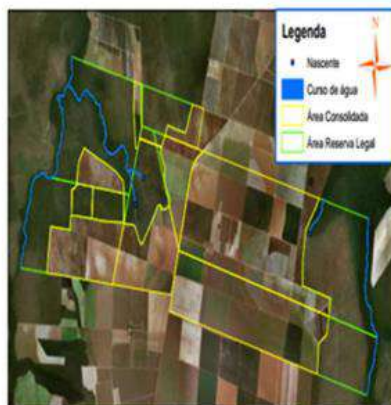
<https://goo.gl/maps/eoJSzxuEWyzBoyyw7>

Fazenda São José: localizada no município de Campo Novo dos Parecis, estado do Mato Grosso, a fazenda, em 31 de dezembro de 2020, possuía uma área de 17.153,5 hectares, sendo 9.798,8 hectares agriculturáveis. Apresentamos abaixo principais características da fazenda, tais como qualidade do solo e estrutura de apoio.

Composição das áreas

CAR – Cadastro Ambiental Rural

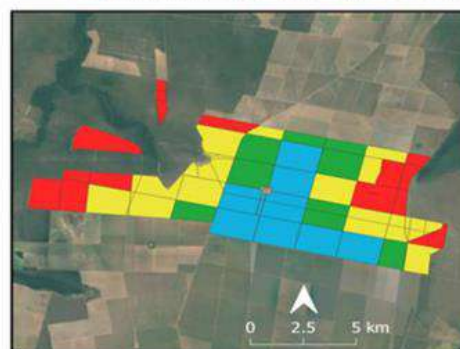
Área total da propriedade	17.153,5	100%
Área agricultável	9.798,8	57%
APP, RL e Preservação permanente	7.354,6	43%



Qualidade do solo

Composição do solo, aptidão e safras/ano

Teor de argila no solo	Área (ha)	Taxa de safra	Taxa de desfrute
Acima 60%	2.498	25%	2 safras anuais
35 a 60% de argila	1.837	19%	2 safras anuais
15 a 30% de argila	3.112	32%	2 safras anuais
Abaixo 15% argila	2.352	24%	1 safra anual
Sede e benfeitorias			R\$ 23.500.000
Total	9.798	100%	76% - 2 safras/ano



<https://goo.gl/maps/LgSuYm7TRgGnkuZP6>

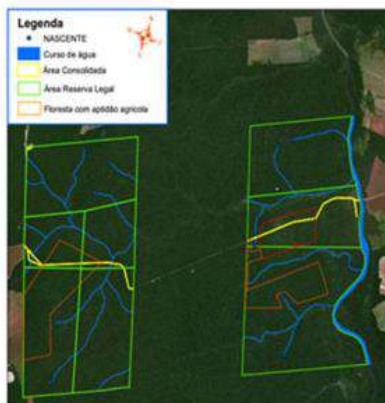
Fazenda Iporanga: localizada no município de Nova Maringá, estado do Mato Grosso, a fazenda, em 31 de dezembro de 2020, possuía uma área de 12.800,55 hectares, sendo 7.354,6 hectares de APP, reserva legal e preservação permanente. Na Fazenda Iporanga temos o projeto de extração de madeira devidamente licenciada, conforme Licença do Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, Licenciado pela SEMA/MT, para extração de madeira nativa.

Apresentamos abaixo principais características da fazenda, tais como qualidade do solo e estrutura de apoio.

Composição das áreas

CAR – Cadastro Ambiental Rural

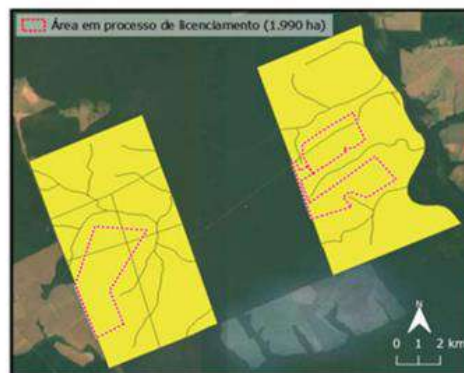
Área total da propriedade	12.800,5	100%
Área agricultável	0,0	0%
APP, RL e Preservação permanente	7.354,6	57%
Área floresta com aptidão agricultura	1.990,0	16%
Área floresta excedente RL	3.455,9	27%



Qualidade do solo

Composição do solo, aptidão e safras/ano

Teor de argila no solo	Área (ha)	Taxa desfrute
Acima 80%	-	-
35 a 60% de argila	-	-
15 a 30% de argila	12.801	100% - 1.990 em Licença
Abaixo 15% argila	-	-
Sede e benfeitorias		R\$ 400.000
Total	1.990	2% - 2 safras/ano



4. DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

4.1. Precificação dos Contratos de Arrendamento

Uma propriedade rural é apenas mais um ativo que um investidor, uma empresa ou outra instituição pode ter. E em posse de qualquer tipo de ativo, um agente econômico racional deve observar os ganhos e as perdas ao mantê-lo em posse, incluindo outras oportunidades que poderiam ser aproveitadas em caso de um repasse, troca ou venda do ativo. Por isso, assim como é realizado para outros veículos de investimento, espera-se que os agentes envolvidos em uma transação de propriedades rurais realizem uma análise acerca dos riscos incorridos e retornos desejados para se sentirem confortáveis na tomada de decisão sobre a manutenção ou não do ativo.

No caso específico de uma fazenda produtiva, há alguns meios de rentabilização possíveis. Alguns são claramente menos rentáveis, como a manutenção da fazenda inativa para ganhar apenas com a valorização do terreno em si. Outros irão depender dos objetivos e interesses do investidor, como a decisão entre operar a fazenda e lucrar não só com a valorização da terra, mas também com a venda dos produtos; a venda da fazenda para alocar o capital em outro ativo ou o arrendamento desta terra para que terceiros a operem, lucrando com a valorização da terra e os valores recebidos pelo arrendamento.

Para tomar essa decisão, há de se verificar os preços praticados no mercado para venda das fazendas, para arrendamentos e, por fim, avaliar a capacidade e o interesse de operar por conta própria a produção. No caso avaliado neste laudo, com base no que foi realizado, é possível descartar a última opção.

Com isso, é essencial realizar tanto a avaliação a mercado das terras quanto os valores de arrendamento praticados pelo mercado para que assim se obtenha a taxa de capitalização, ou seja, a taxa de retorno sobre o patrimônio obtida pelo proprietário ao arrendar as suas terras.

Em relação aos métodos de precificação específicos do mercado de fazendas de soja, é comum a prática da estipulação do preço por meio de sacas de soja, tanto para venda quanto para o aluguel das terras, havendo uma maior correlação entre o que é cobrado e o que é produzido para pagar pelas terras, reduzindo o efeito do ciclo do

preço da *commodity* ao longo do prazo do arrendamento, bem como da negociação e fechamento da venda da fazenda em questão.

Vale ressaltar que, independentemente da forma em que são apresentados os preços do aluguel de um determinado bem, fato é que o preço para se arrendar um ativo necessariamente deve ter uma relação com o valor de venda deste ativo, sendo o valor do aluguel representante da taxa de rentabilidade esperada pelo investidor do capital que foi aplicado no bem em questão.

4.2. Prazos dos Contratos de Arrendamento de Áreas destinadas à Cultura de Soja

A legislação que aborda o tema de arrendamento de terras é o Estatuto de Terras, bem como o Decreto 69.566/66 que o regulamentou. Neles, são estabelecidos os termos aos quais é possível se realizar este tipo de contrato. No artigo 13, inciso II do Decreto, fica estabelecido um prazo mínimo de 3 anos de duração do contrato de arrendamento “nos casos de arrendamento em que ocorra atividade de exploração de lavoura temporária e ou de pecuária de pequeno e médio porte; ou em todos os casos de parceria”, em que se enquadra a fazenda arrendada entre Terra Santa Agro e Terra Santa Propriedades Agrícolas.

No entanto, apesar do mínimo estabelecido por lei, o prazo costuma ser maior do que apenas os três anos. O prazo estipulado precisa ser compatível à utilização da terra, de modo que um prazo muito curto não permite ao arrendatário aproveitar da melhora de produtividade da terra ao longo dos anos, dado o trato contínuo do solo com ferramental e conhecimento específico.

No entanto, há do outro lado da operação alguém exposto às mudanças de cenário econômico, risco de crédito do arrendatário, dentre outros riscos que tendem a reduzir o prazo, contrapondo o lado do arrendatário.

No presente estudo foram levantados diversos anúncios de arrendamento de propriedades rurais destinadas à cultura de soja, com o objetivo de averiguar os prazos de arrendamento praticados neste mercado. A tabela a seguir apresenta um resumo dos resultados encontrados:

#	Cidade	UF	Cultura	Topografia	Área Total (ha)	Prazo
1	Paranatinga	MT	Soja	Plana	15800	10
2	Nova Xavantina	MT	Soja	Plana	2800	10
3	Juara	MT	Soja	Plana	5000	10
4	São José do Xingu	MT	Soja	Plana	9283	10
5	Planalto da Serra	MT	Soja	Plana	2150	de 6 a 10
6	Vila Rica	MT	Soja	Plana	1000	de 10 a 12
7	Confresa	MT	Soja	Plana	5000	15
8	Paranatinga	MT	Soja	Plana	1260	7,3
9	Gaúcha do Norte	MT	Soja	Plana	2500	12
10	Juara	MT	Soja	Plana	12000	10
11	Torixoréu	MT	Soja	Plana	1200	8
12	Pontes e Lacerda	MT	Soja	Plana	10000	8

Prazo Mínimo	6
Prazo Médio ¹	10
Prazo Máximo	15
Moda	10

(1) Foi utilizada a média entre maior e menor prazo no caso de prazos indefinidos

Conforme é possível verificar, os prazos de arrendamento de terras destinadas para plantio de soja da amostra analisada variam entre 6 anos e 15 anos, sendo a média identificada de 10 anos, significativamente inferior ao prazo do contrato estabelecido entre LandCo e SLC Agrícola.

5. ANÁLISE DOS RETORNOS ESPERADOS EM INVESTIMENTOS

5.1. Impacto do Valor de Mercado do Ativo nos Preços dos Contratos de Arrendamento

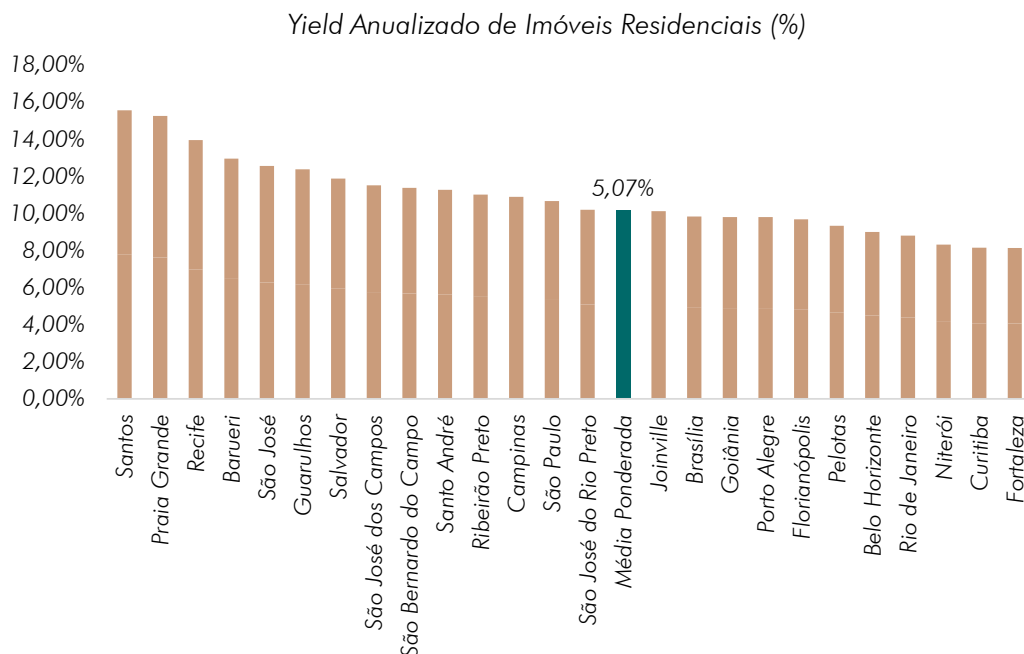
Retorno esperado é uma forma de avaliar a atratividade que pode ser obtida por investimentos. Ele é feito ponderando o que é a expectativa de recebimentos possíveis por conta desse investimento com o risco assumido para que esse retorno se concretize ou não.

Quando olhamos com essa ótica para o mercado imobiliário, traçamos esse paralelo utilizando o percentual de aluguel cobrado em relação ao valor total do imóvel. Além dos retornos oriundos da locação de uma propriedade, há a valorização do imóvel em si, mas esta é bastante imprevisível, pode sofrer traumas como perda do visual, aumento de insegurança no local, dentre outros e, além disso, é mais difícil de se projetar de forma precisa.

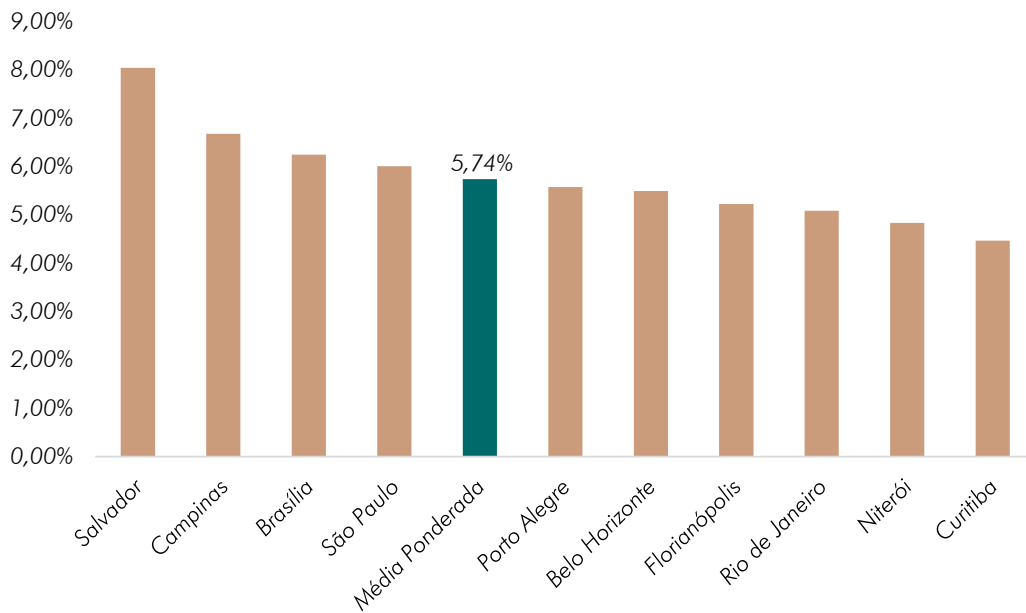
Logo, um olhar apenas para o percentual do imóvel cobrado como aluguel permite uma análise mais completa e solidifica melhor o entendimento do conceito do retorno esperado aplicado ao mercado imobiliário.

Essa métrica é tão utilizada que a FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) criou um relatório mensal em parceria com a Zap Imóveis no qual apresenta um comparativo entre os percentuais praticados em cidades diferentes, a evolução destes percentuais, dentre outros números (o fiipe zap+).

Abaixo estão apresentados os gráficos dos percentuais praticados para aluguéis residenciais e comerciais, respectivamente, do informe de setembro de 2022:



Yield Anualizado de Imóveis Comerciais (%)

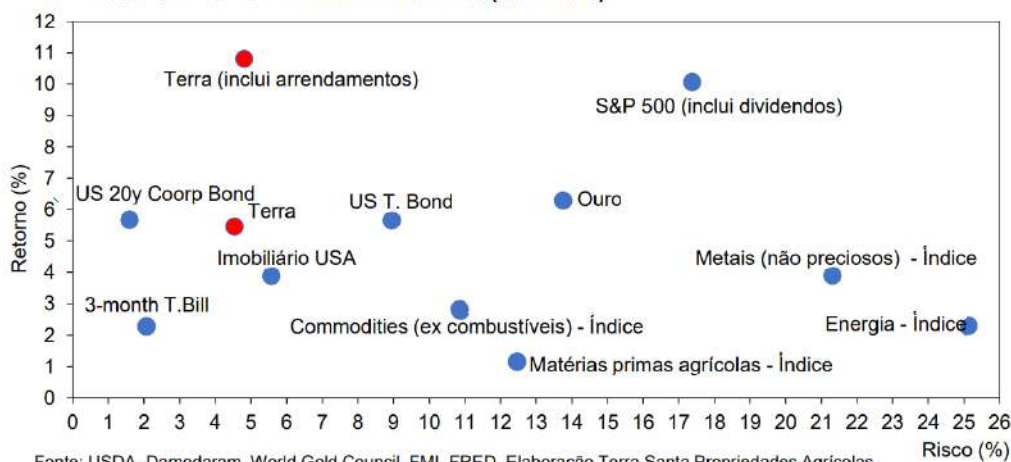


Consoante com a definição apresentada acima, na imagem a seguir, retirada de um documento emitido pela própria Terra Santa, observamos a visão da companhia (para expor informações sobre a transação realizada) sobre diferentes perfis de risco e os retornos por eles esperado.

Nela, é possível observar as relações de risco e retorno para diversos tipos de ativo:

Entre as diferentes classes de ativos aqui selecionadas terra se destaca com a melhor relação risco vs. retorno.

PERFIL DE RISCO VS. RETORNO PARA DIFERENTES ATIVOS (1992 – 2020)



Fonte: USDA, Damodaram, World Gold Council, FMI, FRED, Elaboração Terra Santa Propriedades Agrícolas.

Nota 1: Arrendamento anterior a 1998 estimado como yield médio do período 1998-2020

Nota 2: Risco medido como desvio padrão dos retornos

Nota 3: US 20y Coop Bond: títulos cooperativos com classificação AAA da Moody's e vencimento de 20 anos ou mais

Os pontos onde se encontram os ativos “Terra” e a “Terra (inclui arrendamentos)” estão inclusive representados com cor diferente para que se possa visualizar melhor a transição de um perfil de risco/retorno para o outro com a mudança na atividade fim da companhia.

Quando observamos a diferença entre as duas, em atividade e remuneração do capital, podemos concluir que a diferença da rentabilidade se trata exatamente da remuneração recebida por terceiros pelo arrendamento da terra.

De acordo com o próprio gráfico apresentado pela Terra Santa, a rentabilidade do arrendamento exigida deveria ser de cerca de 5,5%.

No entanto, utilizando os termos do acordo de arrendamento realizado entre as partes, os valores de sacas de soja, o preço da saca considerado no próprio documento de onde foi extraído a tabela, a metragem de área útil e o valor, conforme laudo da Deloitte, exposto nas demonstrações financeiras da SLC (que inclui as benfeitorias), chega-se a uma taxa de retorno de 3,96% ao ano, o que diverge significativamente do que deveria ser exigido, segundo relatório da própria companhia.

Características Gerais	Sacas de soja ¹	Preço da saca ¹	Hectares (área útil) ¹	Valor Arrendamento (R\$ MM) ¹	Valor Deloitte (R\$ MM) ²	Taxa de Retorno Real (sem valorização da terra)
Fluxo anual do arrendamento	17	R\$ 157,30	39.326,00	R\$ 105,16	R\$ 2.657,95	3,96% <= Anual 0,32% <= mensal 2,61% <=Anual Líquido de IR e CSLL

(1) Segundo documento emitido pela Terra Santa - "Combinação de Negócios da SLC Agrícola e da Terra Santa Agro"

(2) Segundo Demonstrações Financeiras da SLC Agrícola do 4T21

No presente relatório, para definição dos valores teóricos de mercado do arrendamento, tendo em vista as diferenças de taxas de retorno apresentadas acima, retiradas de documentos da própria TESA ou SLC, utilizou-se tanto a rentabilidade calculada com base no *yield* implícito da própria transação entre TESA e SLC quanto a rentabilidade informada pela própria companhia, de forma que o resultado apurado se encontra em um intervalo de valores.

5.2. Impacto do Prazo nos Preços dos Contratos de Arrendamento

Assim como citado anteriormente, prazos maiores costumam estar atrelados a retornos esperados maiores e isto decorre de alguns fatores, dentre eles a preferência pela liquidez e o aumento do risco de recebimento.

A teoria da preferência pela liquidez diz que os rendimentos de investimentos de curto prazo devem ser menores que os de longo prazo. Isso acontece porque, *ceteris paribus*, qualquer agente econômico sempre preferirá ter a possibilidade de trocar seus ativos de modo a maximizar sua utilidade com os bens que possui.

Segundo Keynes, a moeda deve ser vista em sua dupla função, de meio de troca e de reserva de valor, ou seja, ela possui a capacidade de ser intermediária em transações entre bens na sociedade, mas também de representar a riqueza ao longo do tempo. Sua característica de convertibilidade em qualquer tipo de ativo permite segurança e confiabilidade para os agentes econômicos, especialmente em momentos de incerteza.

Com isso é possível deduzir que um menor prazo para poder converter bens em dinheiro, e posteriormente em outros bens, deve ser tratado como positivo e possui valor. O oposto, ou seja, um maior prazo para converter seus ativos em dinheiro ou outros bens, deve ser tratado como ônus (a exemplo de um contrato de arrendamento com prazo mais extenso que o comum).

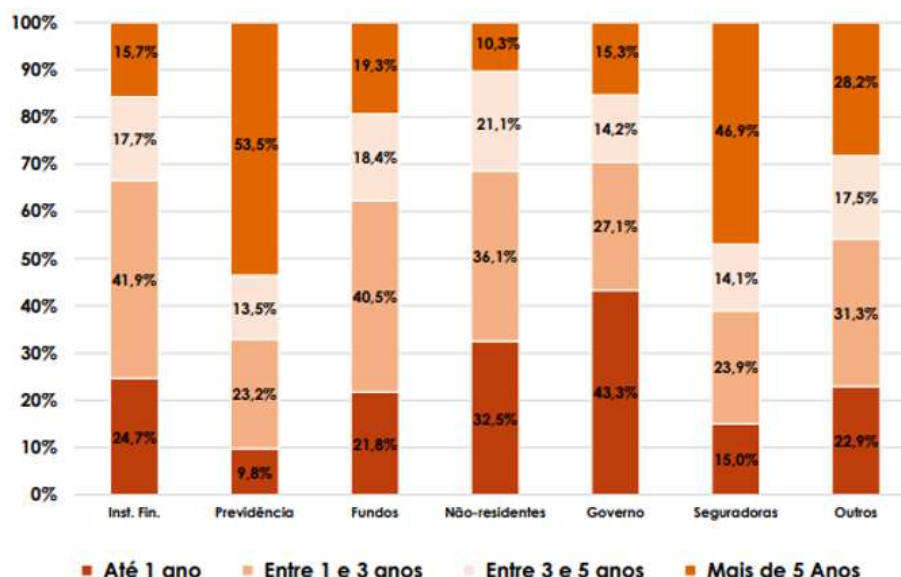
Assim como em qualquer relação de troca de bens, cláusulas que oneram alguma parte deveriam ser compensadas com ajuste na parte financeira, de modo a se atingir uma relação justa entre as partes.

Este efeito pode ser observado de forma mais prática quando olhamos para a composição da carteira de títulos públicos de cada tipo de investidor, segundo o próprio relatório mensal do tesouro.

O tesouro emite um relatório mensal sobre a dívida pública federal, buscando apresentar mais transparência sobre os dados envolvendo o endividamento do país. Neste relatório, uma das informações apresentadas é o da composição dos prazos dos títulos em posse de cada tipo de investidor.

Este gráfico é apresentado abaixo:

Distribuição por prazo de vencimento, por detentor



Fonte: Relatório Mensal da Dívida Pública Federal – Junho de 2022

Como é possível observar, há uma discrepância relevante entre a posse de títulos de mais de 5 anos pela categoria de previdência e seguradoras em relação ao resto das categorias e isto não é injustificado, dado a natureza dos mesmos.

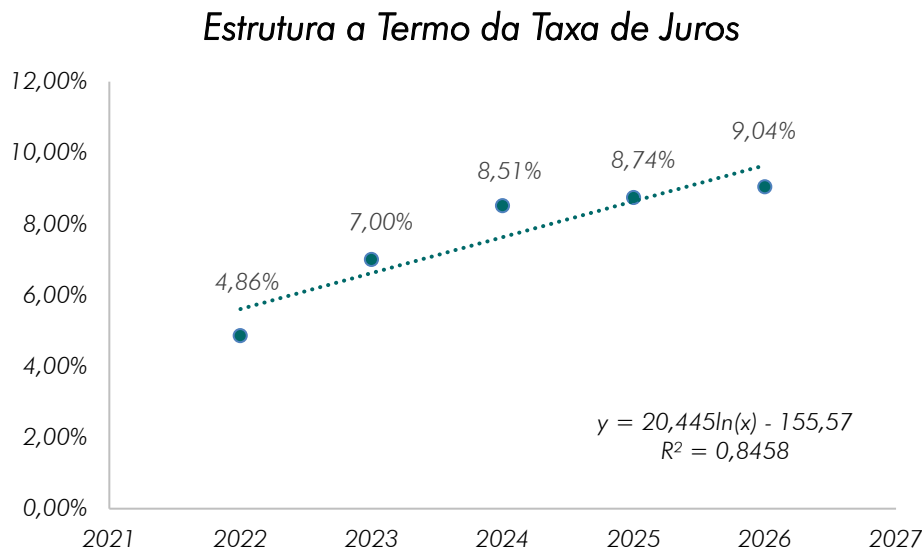
Enquanto isso, para investidores tradicionais, que buscam o maior retorno ajustado ao risco possível, a filosofia de investimento é outra e isso pode ser percebido no mesmo gráfico acima, em que a posse deste tipo de dívida é bem menos presente e que prazos mais curtos e um maior giro da carteira (troca dos ativos em carteira por meio da venda de um e compra de outro) é mais desejado, de modo a aproveitar das diversas oportunidades de investimento que o mercado pode vir a apresentar.

A consequência natural deste desequilíbrio entre oferta e demanda é uma diferença na taxa de retorno exigida a depender do prazo praticado, o que também é observado por meio dos títulos públicos, porém neste caso é por meio da Estrutura a Termo da Taxa de Juros.

Com base nos critérios de não pagamento de cupom e taxa pré-fixada de juros para facilitar a visualização do retorno total esperado, o título ideal para esta análise é a Letra do Tesouro Nacional - LTN. Os dados usados são extraídos diretamente do site do

Tesouro Direto. Como há taxas de compra e de venda, bem como essas taxas variam ao longo do dia, a taxa utilizada foi a média entre a taxa de compra e a taxa de venda do momento de abertura do pregão.

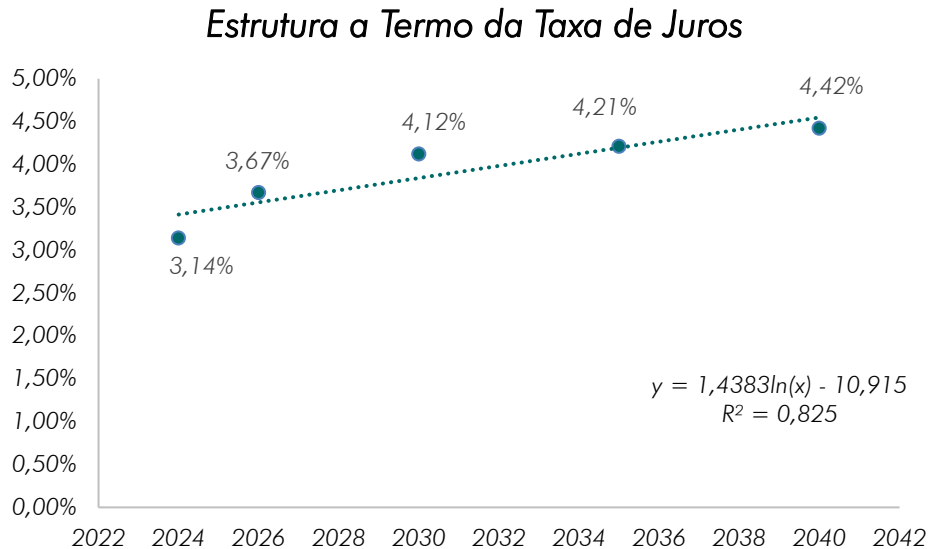
No eixo horizontal, está o ano de vencimento de cada título LTN. No vertical, a taxa anual de retorno para este título.



Contudo, além da LTN, podemos observar este mesmo efeito na Nota do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B). Apesar de haver uma leve distorção por conta do risco de reinvestimento, a NTN-B possui prazos de vencimento mais compatíveis com os prazos dos arrendamentos, caso que não ocorre na LTN, que costuma ser utilizada para dívidas de prazo menor.

O gráfico abaixo apresenta a estrutura a termo da taxa de juros para os títulos da NTN-B, com vencimento em 15/08 de todos os títulos com vencimento até 2040 (2024, 2026, 2030, 2035 e 2040).

As taxas observadas no gráfico devem ser somadas ao IPCA esperado do período para se chegar na taxa total de retorno esperada para estes títulos.



Com base nos gráficos observados, fica evidente que há uma correlação entre prazos e taxas praticadas.

Trazendo para o mercado de arrendamento de terras em questão, observamos que a grande maioria dos arrendamentos possuem, em média, prazos de 10 anos, enquanto o arrendamento acertado entre SLC e Terra Santa possui um prazo de 20 anos.

Com o intuito de corrigir essa diferença entre os prazos da transação e aqueles praticados pelo mercado, no presente trabalho utilizou-se como parâmetro os spreads analisados na curva da NTN-B, cujo prêmio aponta para um percentual de 7,28% (considerando o título de 2040 - 4,42% - em relação ao título de 2030 - 4,12%).

Este prêmio pode ser aplicado na relação dos arrendamentos padrão de mercado (10 anos), contra o arrendamento em questão (20 anos), especialmente pelo fato de que a data base utilizada para a obtenção das taxas coincide com a data do acordo do arrendamento. Além disso, os prazos de vencimento dos títulos também são bastante similares ao vencimento dos dois tipos de arrendamento citados acima, caso fossem acordados na data base utilizada.

6. AVALIAÇÃO DAS TERRAS DA LANDCO

Conforme apresentado nos anexos do presente relatório, a Esh Capital contratou uma empresa especializada na avaliação de propriedades rurais ("Factum Brasil") para realização de estudo acerca do valor de mercado das terras da LandCo.

De acordo com o referido laudo, emitido na data de 18 de novembro de 2022, a avaliação realizada foi elaborada em consonância com a NBR 14653, partes 1 e 2 prescritas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e, também, com os preceitos da ASA (*American Society of Appraisers*), utilizando-se do Método Comparativo Direto de Dados de Mercado para concluir sobre o valor das propriedades objeto do presente trabalho.

Na análise foram levantadas 39 amostras comparáveis para fins de determinação do valor de mercado das terras da LandCo, das quais 33 se mostraram pertinentes e foram utilizadas para os cálculos de inferência estatística realizada, para a qual foram considerados os fatores liquidez, localização do terreno, área, características do solo, condição de propriedade. A partir de então, aplicou-se a homogeneização de fatores para chegar no valor estimado para o m² das propriedades rurais.

Assim, o referido laudo de avaliação, anexado ao presente relatório, concluiu por um valor para as terras da LandCo de **R\$ 4.270.000.000,00 (Quatro bilhões e duzentos e setenta milhões de reais)**, significativamente superior aos valores da transação, apresentados nos fatos relevantes divulgados pela TESA e SLC.

6.1. Análise do Valor Teórico de Mercado do Arrendamento

Considerando as análises elaboradas no decorrer do presente trabalho, a partir da aplicação dos percentuais de retorno apurados para arrendamento de propriedades rurais, as características do contrato de arrendamento firmado entre LandCo e SLC (antiga Terra Santa Agro) e o valor de mercado das terras apurado no laudo elaborado pela Factum Brasil (em anexo), procedeu-se com o cálculo do valor teórico de mercado de arrendamento das terras da LandCO.

6.2. Análise das Divergências entre os Valores Praticados na Negociação e os Valores Encontrados

Conforme descrito anteriormente, a partir da análise dos fatos relevantes divulgados ao mercado, é possível identificar os termos relacionados à operação de arrendamento das terras da LandCo, no âmbito da combinação de negócios estabelecida entre SLC e TESA.

A tabela a seguir apresenta um resumo dos termos da negociação:

R\$ milhões

Valores Divulgados - Operação TESA x SLC		
Valor da Terra ⁽¹⁾	R\$	2.657,95
Valor do Arrendamento ⁽²⁾	R\$	93,60
Prazo do Arrendamento		20 anos
Yeild Implícito ⁽³⁾		3,52%

(1) Segundo Demonstrações Financeiras da Terra Santa do 4T21

(2) Considerado o valor do arrendamento de 17 sacas de soja, sendo o valor da saca de soja de R\$ 157,30

(3) Representa o percentual de retorno teórico exigido, considerando os valores de arrendamento negociados e o valor da terra segundo as informações constantes na Demonstração Financeira da Terra Santa.

No presente relatório, foram examinados documentos divulgados no mercado e outros documentos fornecidos pela Esh Capital que, conforme pormenorizadamente descrito no decorrer do presente trabalho, levam às seguintes conclusões acerca dos valores teóricos de mercado para as terras da LandCo:

R\$ milhões

Valor Teórico de Mercado do Arrendamento		
Valor de Mercado Apurado ⁽¹⁾	R\$	4.270,00
Prazo do Contrato		20 anos
Fator de Ajuste Prazo		1,07
Taxa de Retorno (Yield)	3,52%	5,50%
Valor Estimado de Mercado do Arrendamento das Terras	R\$ 161,31	R\$ 251,95

(1) Conforme laudo de avaliação da empresa especializada Factum Brasil

Ressalta-se que foram utilizados tanto a rentabilidade calculada com base no *yield* implícito da própria transação entre TESA e SLC quanto a rentabilidade informada pela própria companhia, de forma que o resultado apurado se encontra em um intervalo de valores.

Considerando as premissas apresentadas no presente trabalho, o valor teórico de mercado para arrendamento das terras da LandCo encontra-se no intervalo entre **R\$ 161,31 (cento e sessenta e um virgula trinta e um milhões de reais) e R\$ 251,95 (duzentos e cinquenta e um virgula noventa e cinco milhões de reais), substancialmente acima do valor de R\$ 105,16 (noventa e três reais vírgula sessenta milhões de reais)** do contrato de arrendamento firmado.

Conforme é possível observar, há uma discrepância significativa quando comparados os valores estabelecidos na negociação do arrendamento e os valores apurados no presente relatório.

7. ANÁLISE DOS IMPACTOS FINANCEIROS DO AJUSTE NO VALOR DO ARRENDAMENTO

Para fins ilustrativos, a partir dos resultados encontrados e das divergências identificadas entre o valor de arrendamento acordado na operação entre TESA e SLC e o valor teórico de mercado do arrendamento (considerando as premissas expostas no presente laudo), o presente capítulo tem por finalidade apurar o impacto financeiro teórico gerado caso a operação tivesse ocorrido nos preços teóricos de mercado calculados e demonstrados anteriormente.

Para apuração do impacto financeiro, utilizou-se da metodologia do fluxo de caixa descontado, através da projeção de cenários considerando os diferentes valores de arrendamento, pelo período do contrato de arrendamento de 20 anos.

A taxa de desconto referente ao passivo de arrendamento, melhor proxy da taxa de desconto ideal para ser usada no fluxos de caixa descontados do arrendamento, não está explícita nas demonstrações financeiras da SLC, sendo definida apenas como "A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela 'curva ponderada do CDI/Pré', somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente" (retirado das Demonstrações Financeiras, nota explicativa 3, item "q) Operações de arrendamento"). Com isso, na impossibilidade de recompor esta taxa, dada a falta das premissas utilizadas, foi utilizada a taxa de desconto que a Terra Santa emprega para descontar os adiantamentos dos fluxos referentes ao ano de 2022, explicitado na nota explicativa 17 das Demonstrações Financeiras do 4º trimestre de 2021 (Adiantamento a Clientes), de 8,66%.

Os valores de arrendamento foram ajustados anualmente pelo IPCA apresentado nas projeções do Boletim Focus (edição de 18 de novembro de 2022). Como as projeções do Focus terminam em 2025, para 2026 em diante foi repetida a taxa projetada para 2025, dado ser a melhor proxy para estes anos subsequentes.

A tabela abaixo apresenta o resumo do fluxo projetado, contendo a taxa de desconto aplicada, o fluxo anual inicial, o valor presente líquido e a diferença observada de cada cenário estimado em relação ao cenário atual.

Comparação dos cenários (em R\$ milhões)	Taxa de Desconto ¹	Fluxo Anual	VPL	Diferença Observada (vs. cenário base)
Cenário Atual	8,66%	R\$ 105,16	R\$ 4.925,63	R\$ -
Cenário Estimado com Yield (3,52%)	8,66%	R\$ 161,31	R\$ 5.630,96	R\$ 705,33
Cenário Estimado com Yield (5,5%)	8,66%	R\$ 251,95	R\$ 6.769,55	R\$ 1.843,92

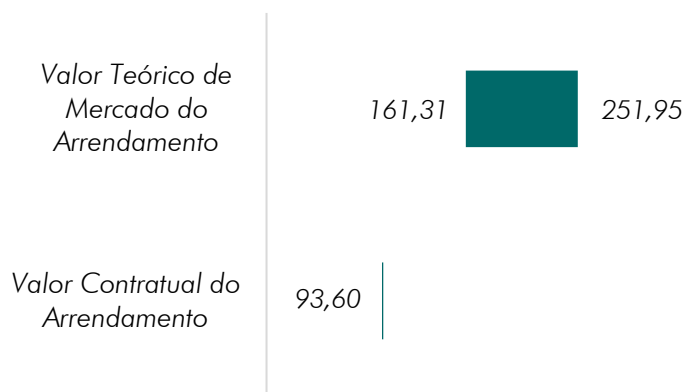
(1) Taxa de Desconto utilizada para trazer os fluxos de recebíveis do arrendamento na nota explicativa 17 das Demonstrações Financeiras da Terra Santa

Como é possível observar na tabela acima, o impacto financeiro apurado, considerando os valores teóricos de mercado calculados e as premissas descritas anteriormente, **encontra-se em um intervalo de valores que vai de R\$ 700 milhões (considerando o valor teórico de mercado do arrendamento de R\$ 161 milhões de reais por ano) podendo chegar a R\$ 1,8 bilhões (considerando o valor teórico de mercado do arrendamento de R\$ 252 milhões de reais por ano).**

8. CONCLUSÃO

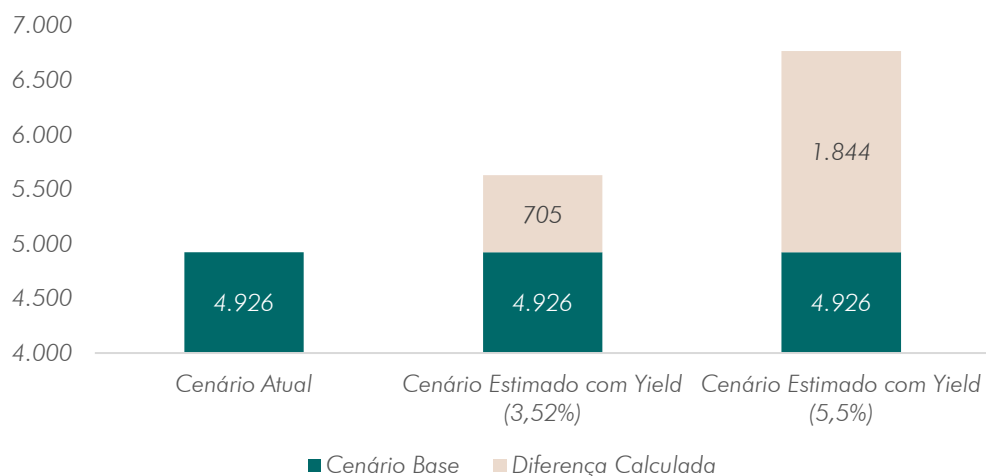
Com base nas análises realizadas pela Meden Consultoria, à luz da legislação aplicável, normas reguladoras, interpretações de experts na matéria e documentação disponibilizada, foram identificadas discrepâncias significativas entre os valores teóricos de mercado de venda e arrendamento das terras da LandCo e os valores divulgados ao mercado acerca da recente combinação de negócios realizada entre TESA e SLC envolvendo o arrendamento das respectivas propriedades.

Análise Comparativa dos Resultados



Ainda, a tabela a seguir apresenta o impacto financeiro teórico considerando os valores de arrendamento apurados acima ("Cenários Estimados") e os termos do contrato de arrendamento estabelecidos ("Cenário Atual"), divulgados em fatos relevantes ao mercado.

VPL dos Cenários Analisados (R\$ mil)



A ausência de acesso aos contratos, documentação suporte e outros documentos relevantes não divulgados ao mercado impossibilita uma conclusão mais acurada a respeito dos termos e valores negociados na operação.

Este relatório crítico é composto por 30 (trinta) páginas.

É o parecer.

**LUCAS
PASQUALINI
DE
LIMA:140936
07761**

Assinado de forma digital por LUCAS PASQUALINI DE LIMA:14093607761
Dados: 2022.12.16 19:01:16 -03'00'

Lucas Pasqualini de Lima
Sócio Diretor
CREA/RJ 2018118048

**FELLIPE
FRANCO
ROSMAN:11
141150700**

Assinado de forma digital por FELLIPE FRANCO ROSMAN:11141150700
Dados: 2022.12.16 18:36:09 -03'00'

Fellipe Franco Rosman
Sócio Diretor
CORECON 26895

**ANTONIO
LUIZ
FEIJO
NICOLAU**

Assinado de forma digital por ANTONIO LUIZ FEIJO NICOLAU
Dados: 2022.12.16 18:37:02 -03'00'

Antonio Luiz Feijó Nicolau
Sócio Diretor
OAB/RJ 167543

9. ANEXOS

1. Fluxo de Caixa Descontado dos pagamentos anuais referentes ao arrendamento das propriedades
2. Laudo de Avaliação das propriedades rurais de LandCo

ANEXO I

Comparação dos cenários (em R\$ milhões)		Cenário Atual	Cenário Estimado com Yield (3,52%)	Cenário Estimado com Yield (4,51%)	Cenário Estimado com Yield (5,5%)	IPCA
Taxa de Desconto ¹		8,66%	8,66%	8,66%	8,66%	
Fluxo Anual		R\$ 105,16	R\$ 161,31	R\$ 206,63	R\$ 251,95	
A n o d o C o n t r a t o	2022	R\$ 111,35	R\$ 170,80	R\$ 218,78	R\$ 266,77	5,88%
	2023	R\$ 116,92	R\$ 179,35	R\$ 229,74	R\$ 280,13	5,01%
	2024	R\$ 121,02	R\$ 185,63	R\$ 237,78	R\$ 289,93	3,50%
	2025	R\$ 124,65	R\$ 191,20	R\$ 244,92	R\$ 298,63	3,00%
	2026	R\$ 128,39	R\$ 196,93	R\$ 252,26	R\$ 307,59	3,00%
	2027	R\$ 132,24	R\$ 202,84	R\$ 259,83	R\$ 316,82	3,00%
	2028	R\$ 136,20	R\$ 208,93	R\$ 267,63	R\$ 326,32	3,00%
	2029	R\$ 140,29	R\$ 215,20	R\$ 275,65	R\$ 336,11	3,00%
	2030	R\$ 144,50	R\$ 221,65	R\$ 283,92	R\$ 346,20	3,00%
	2031	R\$ 148,83	R\$ 228,30	R\$ 292,44	R\$ 356,58	3,00%
	2032	R\$ 153,30	R\$ 235,15	R\$ 301,22	R\$ 367,28	3,00%
	2033	R\$ 157,90	R\$ 242,20	R\$ 310,25	R\$ 378,30	3,00%
	2034	R\$ 162,64	R\$ 249,47	R\$ 319,56	R\$ 389,65	3,00%
	2035	R\$ 167,51	R\$ 256,96	R\$ 329,15	R\$ 401,34	3,00%
	2036	R\$ 172,54	R\$ 264,66	R\$ 339,02	R\$ 413,38	3,00%
	2037	R\$ 177,72	R\$ 272,60	R\$ 349,19	R\$ 425,78	3,00%
	2038	R\$ 183,05	R\$ 280,78	R\$ 359,67	R\$ 438,55	3,00%
	2039	R\$ 188,54	R\$ 289,21	R\$ 370,46	R\$ 451,71	3,00%
	2040	R\$ 194,19	R\$ 297,88	R\$ 381,57	R\$ 465,26	3,00%
2041	R\$ 200,02	R\$ 306,82	R\$ 393,02	R\$ 479,22	3,00%	
VPL		R\$ 4.925,63	R\$ 5.630,96	R\$ 6.200,25	R\$ 6.769,55	
Diferença Observada do Cenário Atual		R\$ -	R\$ 705,33	R\$ 1.274,62	R\$ 1.843,92	

(1) Taxa de Desconto utilizada para trazer os fluxos do arrendamento no balanço da SLC

ANEXO II



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica



Laudo de Avaliação

SOLICITANTE : ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

PROPRIETÁRIOS : TS BRASIL S.A., OTAVIANO OLAVO PIVETTA E OUTROS

TIPO DE BENS : IMÓVEIS RURAIS E URBANO

**MUNICÍPIOS : DIAMANTINO, SANTA RITA DO TRIVELATO, NOVA MUTUM,
CAMPO NOVO DO PARECIS, NOVA MARINGÁ E TABAPORÃ
ESTADO DO MATO GROSSO**

FINALIDADE : DETERMINAÇÃO DO ATUAL VALOR DE MERCADO

DATA : 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Porto Alegre, 18 de novembro de 2022

À

Diretoria da

ESH THETA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

Av. Presidente Wilson, 231 - Centro

Rio de Janeiro - RJ

Prezados Senhores,

Em atendimento à solicitação de V. Sas., servimo-nos da presente para encaminhar-lhes o laudo de avaliação de imóveis de propriedade de **TS BRASIL S.A.**, **OTAVIANO OLAVO PIVETTA** e **OUTROS** com vistas à determinação do atual valor de mercado desses bens.

Trata este laudo de imóveis rurais e urbano situados nos municípios de Diamantino, Santa Rita do Trivelato, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis, Nova Maringá e Tabaporã, no estado do Mato Grosso.

Este laudo foi realizado em consonância com a NBR 14653, partes 1, 2 e 3, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e, também, com os preceitos da ASA (American Society of Appraisers).

Atenciosamente,

FACTUM - Avaliações e Consultoria Ltda.

1. RESUMO

Valor de MercadoR\$ 4.270.000.000,00

(Quatro bilhões e duzentos e setenta milhões de reais)

2. INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A Factum Brasil declara que nenhum de seus sócios ou funcionários possui interesse financeiro no resultado desta avaliação, portanto, trabalhamos com independência em relação à metodologia utilizada e aos valores apurados.

A Factum Brasil responsabiliza-se pela escolha da metodologia de avaliação utilizada e entende que através dela os resultados são confiáveis. A metodologia escolhida, as conclusões, critérios e demais informações pertinentes estão fundamentados neste laudo.

3. QUALIFICAÇÃO DOS AVALIADORES

A Factum Brasil é especializada em avaliações de bens em geral (bens móveis e imóveis e negócios). Atua também com controles patrimoniais e assessoria empresarial. Na sua carteira de clientes há diversas empresas nacionais multinacionais de médio e grande porte.

Sua sede é na cidade de Porto Alegre, RS, e está inscrita no CNPJ sob o nº 08.272.086/0001-13 e no Conselho Regional de Engenharia do RS sob o nº 149.214.

O corpo técnico da empresa é composto por profissionais especializados na área de Avaliações. Os responsáveis técnicos pela elaboração deste laudo são os seguintes:

Cláudio Renk Obino – engenheiro agrônomo, com experiência de mais de 40 anos na área de licenciamentos e serviços ambientais, inventários e avaliações de ativos florestais, geoprocessamento e mapeamentos temáticos, laudos ambientais e processos na legislação fundiária.

Paulo Rondelli Silveira – Responsável Técnico da Empresa, engenheiro civil, formado pela PUC/RS e atual conselheiro do IGEL (Instituto Gaúcho de Engenharia Legal) e participante de diversos cursos, ciclos de estudos e palestras. Possui mais de 35 anos de experiência na área de avaliações e presta serviços de avaliações econômicas a diversas empresas, assessorando-as em suas negociações.

João Paulo M. Silveira – Diretor da Empresa, engenheiro civil formado pela PUC/RS e cursos de MBA e PósMBA na FGV. Possui experiência no Brasil e no exterior em avaliações, tanto como executor de serviços quanto em cursos de aperfeiçoamento. Além disso, possui certificado de qualificação técnica emitida pelo IBAPE Nacional (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia), sendo apto comprovadamente para o bom exercício da profissão.

João Humberto Ferro Costa – Responsável Técnico da Empresa, arquiteto e urbanista formado pelas Faculdades Integradas Bennett/RJ. Possui mais de 15 anos de experiência nas áreas de arquitetura, avaliações patrimoniais e perícias.

4. INFORMAÇÕES GERAIS

4.1. Vistoria

Não foi possível vistoriar os imóveis, portanto maiores detalhes como aguadas (e outorgas); classificação detalhada de solo; tipos e quantidade de benfeitorias; dentre outras informações, podem não estar constantes neste Laudo. Também não tivemos acesso aos CAR (Cadastro Ambiental Rural) e CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural) dos imóveis.

4.2. Ocupação

Os imóveis destinam-se à atividade agroindustrial e estão ocupados pelos proprietários e/ou terceiros.

4.3. Classificação da Circunvizinhança

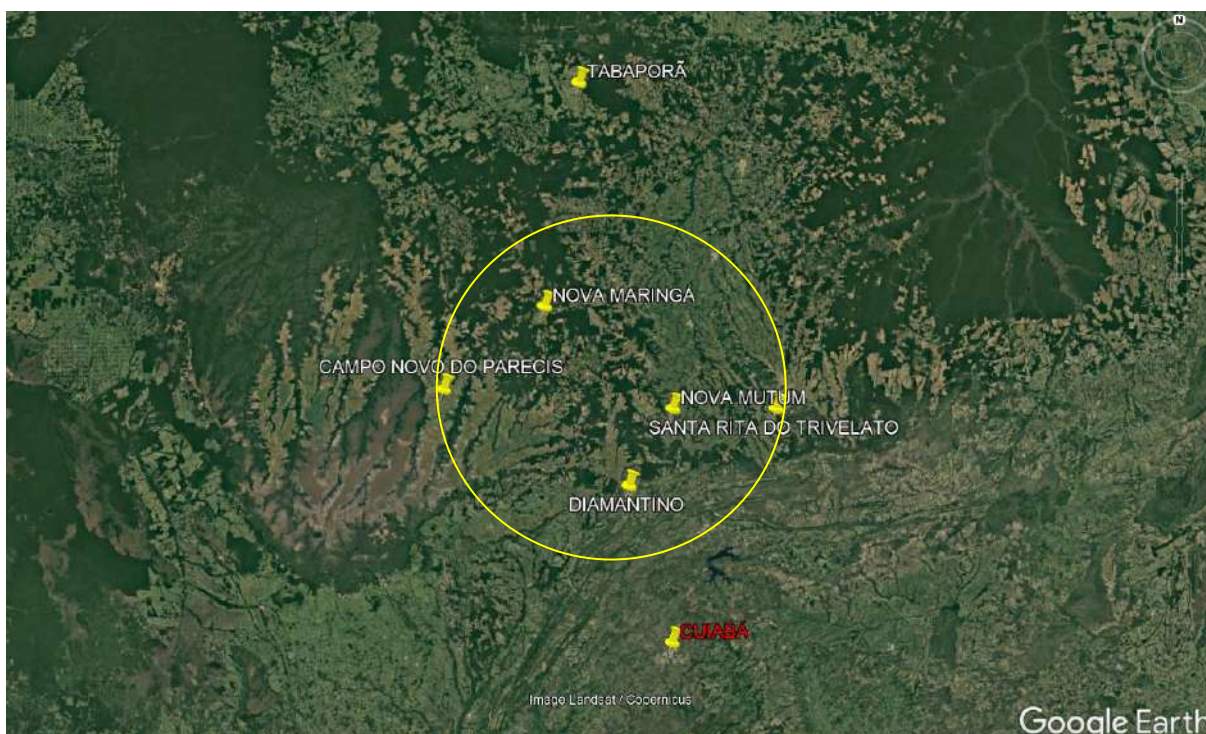
A circunvizinhança caracteriza-se por ser zona rural.

4.4. Liquidez

Temos que a liquidez destas fazendas é média (ou normal). Mesmo que a economia brasileira esteja “tumultuada” e haja incerteza sobre o futuro, o bem não se torna menos atrativo. Por se tratar de imóveis destinados à economia primária, a demanda existe inclusive para interesses estrangeiros.

4.5. Localização e Situação

As fazendas localizam-se nos municípios de Diamantino, Santa Rita do Trivelato, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis, Nova Maringá e Tabaporã, no Estado do Mato Grosso. Todos são municípios com baixa população, com sedes municipais pequenas, variando de cerca de 10 mil a 30 mil habitantes por município.



A distância de Cuiabá a Diamantino, cidade mais próxima da capital, conforme o Google Earth é de 182 km. Com exceção de Tabaporã, as demais fazendas ficam dentro de um raio de aproximadamente 150 km umas das outras.

4.6. Titularidade

Foram fornecidas 35 matrículas, que estão anexadas ao final deste laudo. Os imóveis estão descritos pelas matrículas dos Registros de Imóveis das cidades de Diamantino, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis, São José do Rio Claro e Tabaporã, MG. A soma das matrículas fornecidas totaliza 56.743,7494 ha.

Nº	Matrícula	Área (ha)	Nome	Município
1	426	1.300,0000	Gleba Brasília Land	Santa Rita do Trivelato
2	427	1.075,0000	Gleba Brasília Land	Santa Rita do Trivelato
3	1.936	131,0000	Faz. Reunidas Campina Verde	Nova Mutum
4	14.139	949,0934	Fazenda Ribeiro Velho	Nova Mutum
5	14.144	836,8555	Fazenda Água Limpa	Nova Mutum
6	14.146	11,8225	Fazenda Ribeiro do Céu	Nova Mutum
7	19.145	5,0037	Area II Loc Irmandade	Nova Mutum
8	19.414	400,8486	Fazenda Coopervale	Nova Mutum
9	22.789	648,9574	Fazenda Ribeiro Velho - Gleba A	Nova Mutum
10	3.918	5.574,9494	Fazenda São José - Area A	Campo Novo do Parecis
11	3.919	640,5557	Fazenda São José - Area B	Campo Novo do Parecis
12	3.920	2.488,9882	Fazenda São José	Campo Novo do Parecis
13	3.921	1.846,7426	Fazenda São José	Campo Novo do Parecis
14	3.922	2.448,0763	Fazenda São José	Campo Novo do Parecis
15	3.937	3.457,5787	Fazenda Sarandi	Campo Novo do Parecis
16	10.162	677,3016	Fazenda Pôr do Sol	Campo Novo do Parecis
17	6.620	1.598,2400	Lote B-1	Nova Maringá
18	6.621	750,7371	Lote A-1	Nova Maringá
19	6.622	1.583,7483	Lote B-2 - Fazenda Iporana	Nova Maringá
20	6.623	776,6293	Lote A-2	Nova Maringá
21	6.624	1.777,6181	Lote A-1-1 - Fazenda Iporanga	Nova Maringá
22	6.678	3.144,5751	Lote B-4	Nova Maringá
23	6.679	1.480,7262	Lote A-4 - Fazenda Iporanga	Nova Maringá
24	6.680	1.688,2484	Lote A-13 - Fazenda Iporanga	Nova Maringá
25	1.990	2.831,3412	Lote 5 - Fazenda Rio dos Peixes	Tabaporã
26	2.560	2.807,8686	Lote 7 -	Tabaporã
27	2.561	2.817,7295	Lote 9	Tabaporã
28	2.562	2.828,1293	Lote 8	Tabaporã
29	2.673	4.108,2792	Lote 10	Tabaporã
30	2.814	2.804,1662	Lote 6 - Fazenda Terra Santa	Tabaporã
31	2.815	26,9660	Lote 6 - Fazenda Terra Santa	Tabaporã
32	36.235	53,7846	Gleba Sucuína III	Diamantino
33	39.730	2.902,4807	Fazenda São Francisco	Diamantino
34	43.676	260,7080	Fazenda São Luiz	Diamantino
35	2.666	9,0000		Diamantino
TOTAL		56.743,7494		

5. OS IMÓVEIS

5.1. Terra Nua

As áreas da região apresentam normalmente relevo predominantemente plano e destinam-se ao plantio de soja, algodão, milho, feijão, etc.

As diversas áreas possuem formatos irregulares e têm suas divisas e dimensões detalhadas nas suas respectivas matrículas (constantes em anexo), motivo pelo qual deixaremos de aqui descrevê-las.

5.2. Características Gerais do Solo

De acordo com o Mapa de Solos do Estado de Mato Grosso, disponibilizado pela Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral, os municípios dos diversos imóveis apresentam os seguintes tipos predominantes de solo:

Nova Mutum

- Latossolo vermelho-amarelo distrófico
- Latossolo vermelho-escuro distrófico

Santa Rita do Trivelato

- Areias quartzosas distróficas

Campo Novo do Parecis

- Areias quartzosas distróficas
- Latossolo vermelho-escuro distrófico
- Latossolo vermelho-amarelo distrófico

Nova Maringá

- Latossolo vermelho-amarelo distrófico
- Latossolo vermelho-escuro distrófico

Tabaporã

- Latossolo vermelho-escuro distrófico
- Latossolo vermelho-amarelo distrófico

Diamantino

- Latossolo vermelho-amarelo distrófico
- Areias quartzosas distróficas

5.2.1. LATOSSOLO VERMELHO AMARELO

Bem drenados, são solos caracterizados pelo horizonte B latossólico de cores vermelhas a vermelho-amareladas, com teores de Fe_2O_3 iguais ou inferiores a 11%, normalmente superiores a 7%, quando a textura é argilosa ou muito argilosa.

São solos profundos, possuindo características físicas que se refletem em boa drenagem interna, boa aeração e ausência de impedimentos físicos à mecanização e penetração de raízes, condições extremamente favoráveis ao aproveitamento agrícola. Suas características químicas são as principais limitações ao aproveitamento agrícola, impondo a execução de práticas para correção destas limitações com adubação e calagem dentro de manejo agroecológico. São intensivamente utilizados, ora com pastagens plantadas (textura média), ora com lavouras (textura argilosa).

O relevo onde ocorre é suave ondulado ou plano, sob vegetação de Cerrado e Floresta. Distribuem-se por praticamente todas as regiões do Estado do Mato Grosso tendo suas ocorrências mais significativas no extremo Norte (município de Apiacás), Noroeste (municípios de Aripuanã e Juína), Planalto dos Parecis, Planície do Guaporé (Comodoro e Vila Bela da Santíssima Trindade), Bacia do Alto Paraguai (Diamantino, Nortelândia, Denise e Barra do Bugres, entre outros), Chapada dos Guimarães e a Planície do Araguaia (Barra do Garças, Água Boa, Canarana e São Félix do Araguaia).

5.2.2. LATOSSOLO VERMELHO ESCURO

São solos minerais com teores médios a altos de Fe_2O_3 . Possuem textura argilosa, muito argilosa ou média. Suas condições físicas aliadas ao relevo plano ou suavemente ondulado favorecem sua utilização para a agricultura. Os de textura

média são mais pobres e podem ser degradados facilmente por compactação e erosão.

Fonte: Laboratório Laborsolo.

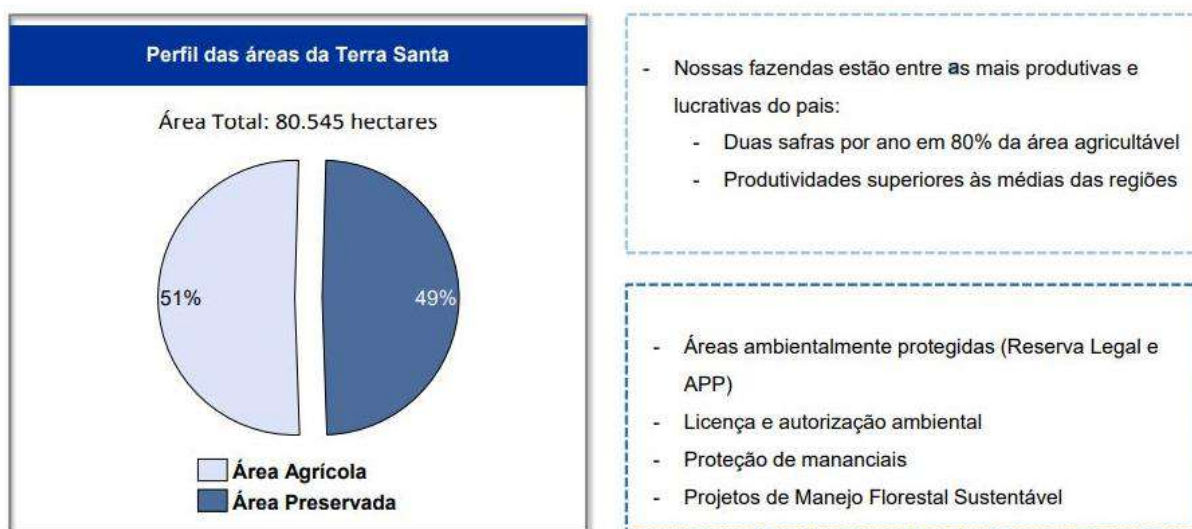
5.2.3. AREIAS QUARTZOSAS

Geralmente são solos profundos, de pelo menos 2 metros de profundidade, e ocorrem em 15,2% do bioma, com extensas áreas no Mato Grosso do Sul, Oeste da Bahia, Sul do Pará, Maranhão e Piauí. Se as Areais Quartzosas ocorrem em cabeceiras de drenagem e adjacentes a mananciais, devem ser destinados à preservação. Nelas normalmente predominam o cerrado ralo, o cerrado sentido restrito e cerrado.

Fonte: Laboratório Laborsolo

5.3. As Fazendas

De acordo com as informações fornecidas pelo contratante, este laudo contempla 7 fazendas localizadas no Mato Grosso num total de 80.545 ha, superfície que serviu de base para os cálculos, não obstante as matrículas fornecidas concluírem com uma área menor.





Fazenda	Área Arrendada (Ha)	Arrendatário/Atividade
1 - Fazenda São Francisco	1.438,7	SLC Agrícola
2 - Fazenda Mãe Margarida	4.176,8	SLC Agrícola
3 - Fazenda Ribeiro do Céu	8.937,7	SLC Agrícola
4 - Fazenda Terra Santa	14.858,5	SLC Agrícola
5 - Fazenda São José	9.687,4	SLC Agrícola
6 - Fazenda C-Vale	103,5	Fabio Rochemback
7 - Fazenda Iporanga	-	Manejo Florestal
Total	39.202,6	

6. AVALIAÇÃO

Devido ao tipo de imóveis – propriedades rurais – utilizamos o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado.

Tal método é aquele que identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis (características intrínsecas e extrínsecas), constituintes da pesquisa de mercado.

Conforme pesquisa realizada, levantamos 39 amostras comparáveis para fins de determinação do valor de mercado, dos quais 33 serviram de base para os cálculos de inferência estatística.

A partir da citada pesquisa, cujas informações mais detalhadas constam em anexo, identificamos o seguinte comportamento imobiliário:

$$VUnit = f (Uso ; Área Aberta)$$

onde:

- VUnit: variável dependente ou explicada que representa o valor unitário (R\$/ha), aplicável sobre a área da propriedade.
- Uso: variável independente, ou explicativa, tipo código alocado, que expressa a vocação predominante da área rural, sendo 3 = agricultura, 2 = agricultura e pecuária e 1 = pecuária.
- Área Aberta: variável independente (explicativa), quantitativa, que expressa a relação entre a área aberta da propriedade e a sua área total.

Obs.: a variável “Área” não se mostrou significativa sob o ponto de vista estatístico, motivo pelo qual não consideramos na pesquisa. Além disso, salientamos que áreas rurais são vendidas tendo por parâmetro sacos de soja por hectare ou arroba de boi por hectare, independem da área. Por exemplo, em certa região a terra para pecuária é vendida por R\$ 20.000,00/ha, independe se tiver 500, 1.000 ou 10.000 ha, o valor unitário permanece o mesmo.

Essas variáveis são passíveis de testes estatísticos para a averiguação de sua real influência na formação dos preços. Ao serem injetadas no modelo e sujeitas aos testes de hipóteses, quando apresentam confiabilidade aos níveis de significância exigidos pela Norma, pela análise de seus regressores, faz-se possível encontrar a fórmula matemática que interpreta a formação dos preços no mercado. Neste contexto, a avaliação deixa de ser uma mera “opinião” do avaliador e passa a ser considerada como uma interpretação científica (estatística) do mercado, ensejando assim a determinação do valor procurado para o imóvel que se está avaliando.

Mediante tratamento estatístico utilizado para a amostra coletada, obteve-se que o modelo de melhor representatividade dos elementos pesquisados, tendo como variável dependente o Valor Unitário (VUnit), possui a seguinte configuração matemática:

$$VUnit = 14.385,017 * e^{(0,12144985 * Uso^2)} * e^{(0,86244637 * ÁreaAberta^2)}$$

- Coeficiente de correlação geral: $r = 0,94456$
- Os demais parâmetros estatísticos constam em anexo

As propriedades avaliadas apresentam os seguintes atributos:

- Uso = 3 (uso predominante para agricultura)
- Área Aberta = 0,49 (39.880 / 80.545)

Logo, o valor unitário inferido para as propriedades é de:

$$V_{Unit} = 14385,017 * e^{(0,12144985 * 3^2)} * e^{(0,86244637 * 0,49^2)} =$$

$$V_{Unit} = R\$ 52.789,34/ha$$

Intervalo de confiança: - Lim Infer. = R\$ 47.135,63/ha
- Lim Sup. = R\$ 59.121,19/ha

Valor unitário adotado, em números arredondados: **R\$ 53.000,00/ha**

(Cinquenta e três mil reais por hectare)

Tal cifra é equivalente a aproximadamente 325 sacos de soja/ha.

Logo, o valor total das propriedades importa em:

$$VI = 80.545,00 \text{ ha} \times R\$ 53.000,00/ha = R\$ 4.268.885,00$$

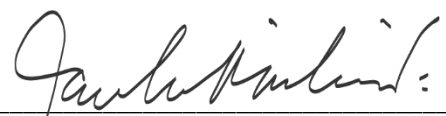
ou, em números comerciais

R\$ 4.270.000.000,00

(Quatro bilhões e duzentos e setenta milhões de reais)

Nova Mutum, 18 de novembro de 2022


Eng. Agrº Cláudio Renck Obino
CREA/RS 44.669

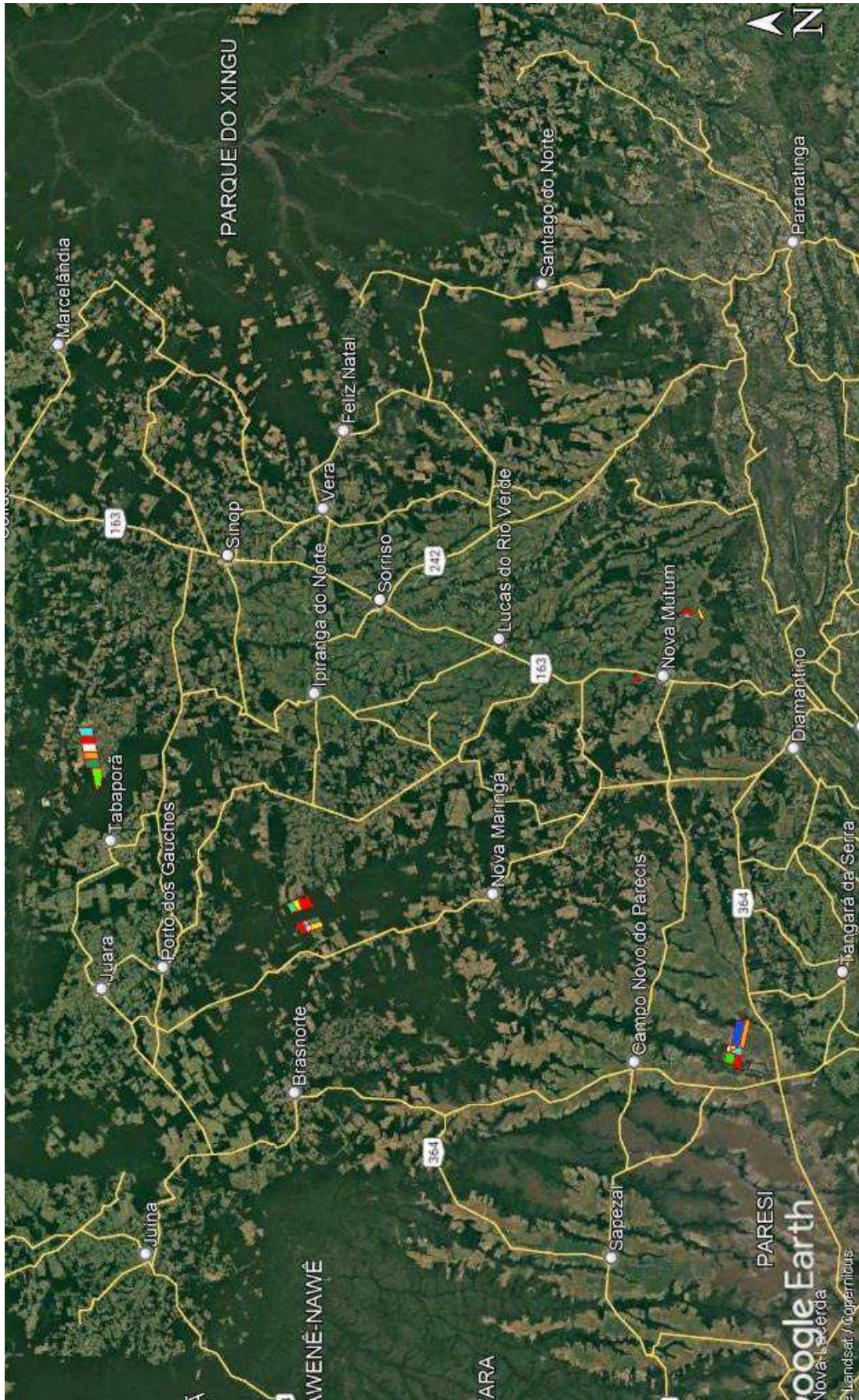

Eng. Paulo Rondelli Silveira
CREA/RS 32.777



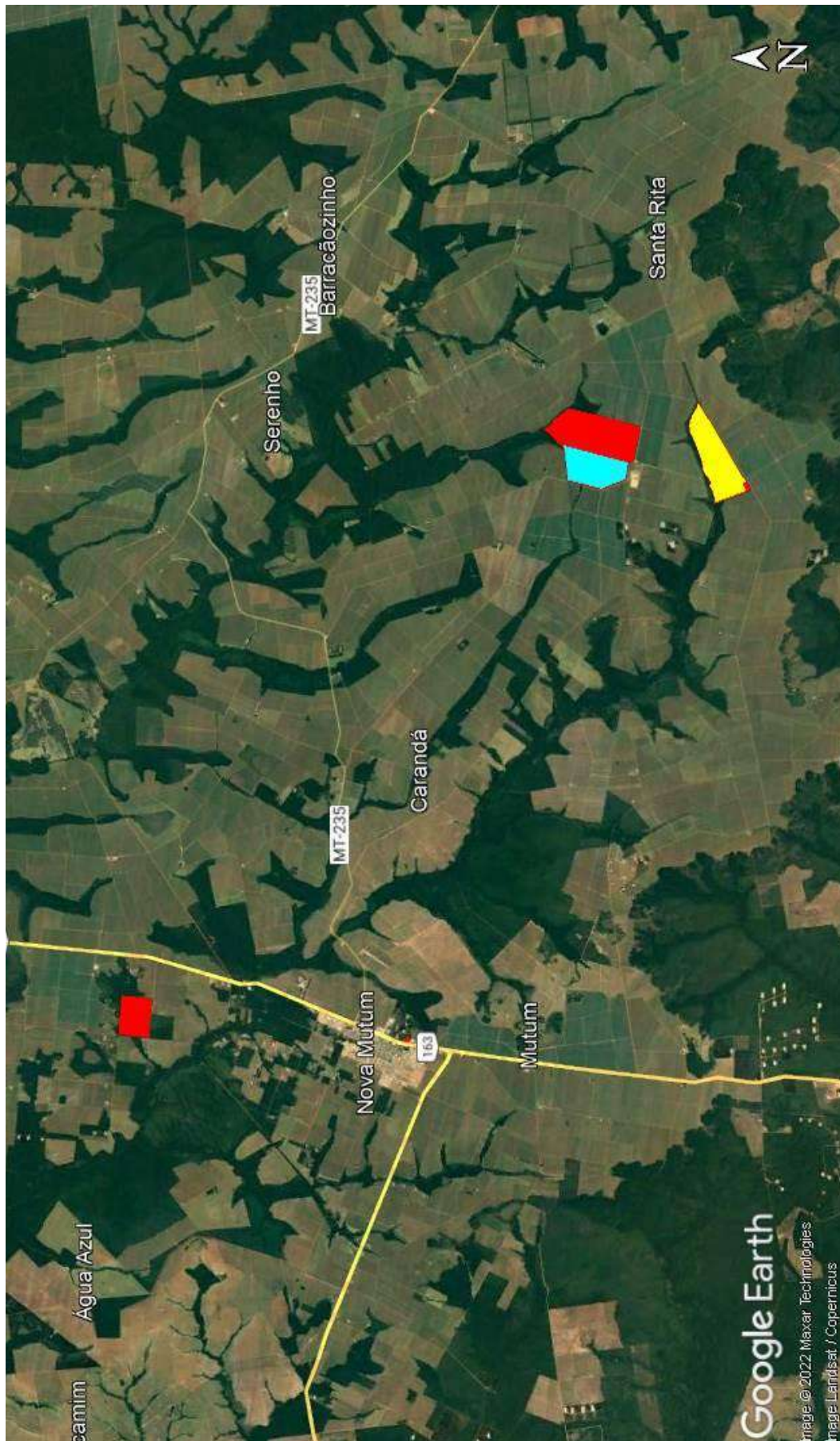
FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

VISTAS AÉREAS DAS FAZENDAS



Situação das fazendas no contexto estadual

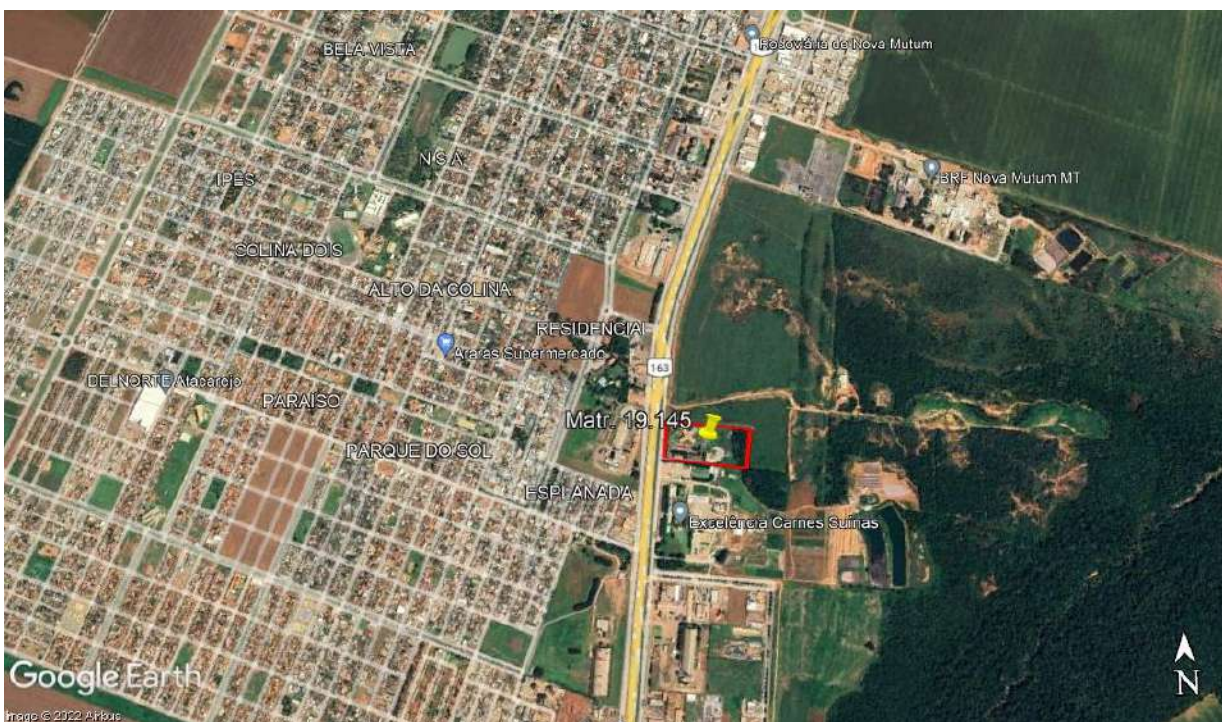


Situação das fazendas no município de Nova Mutum

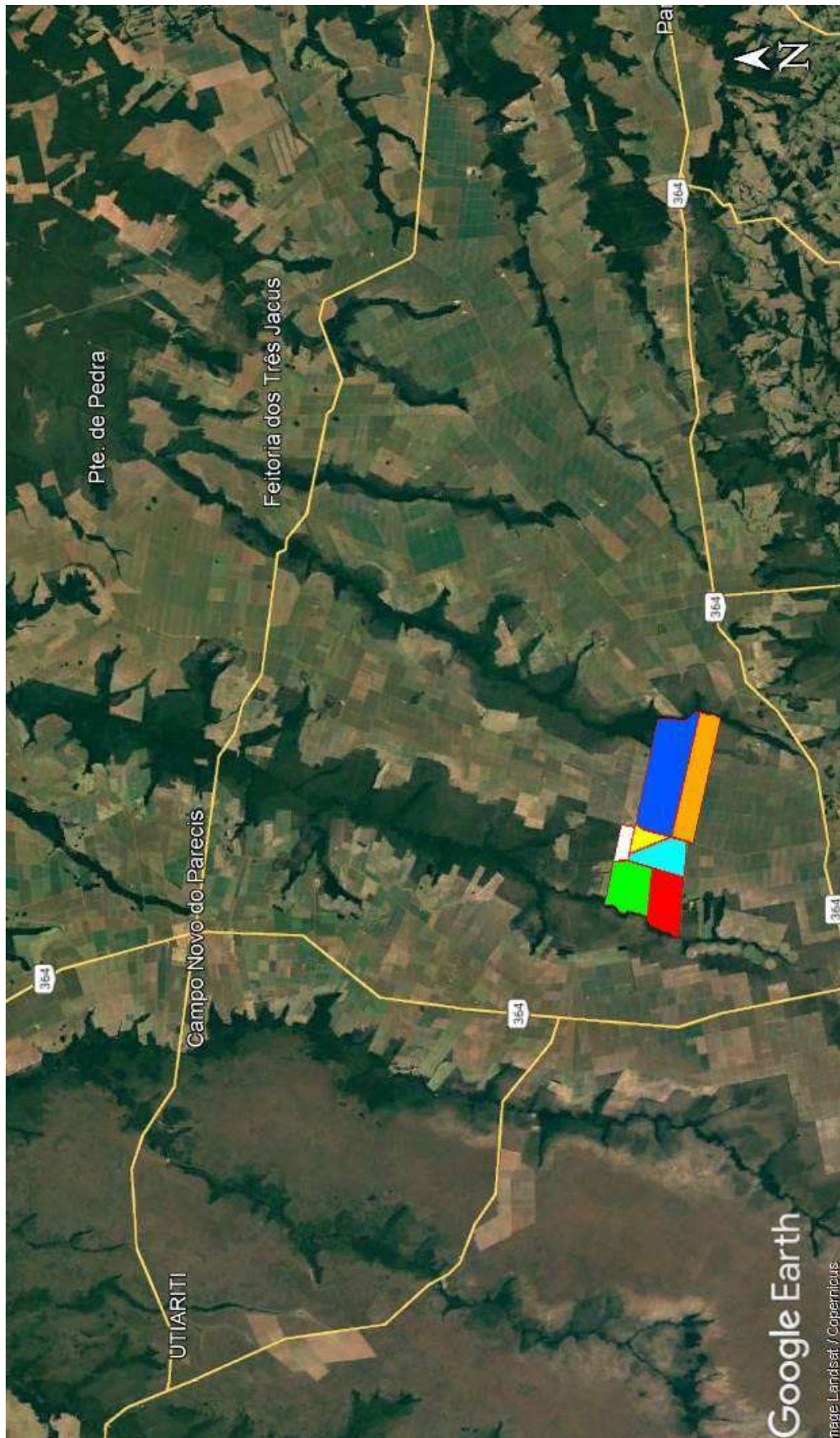




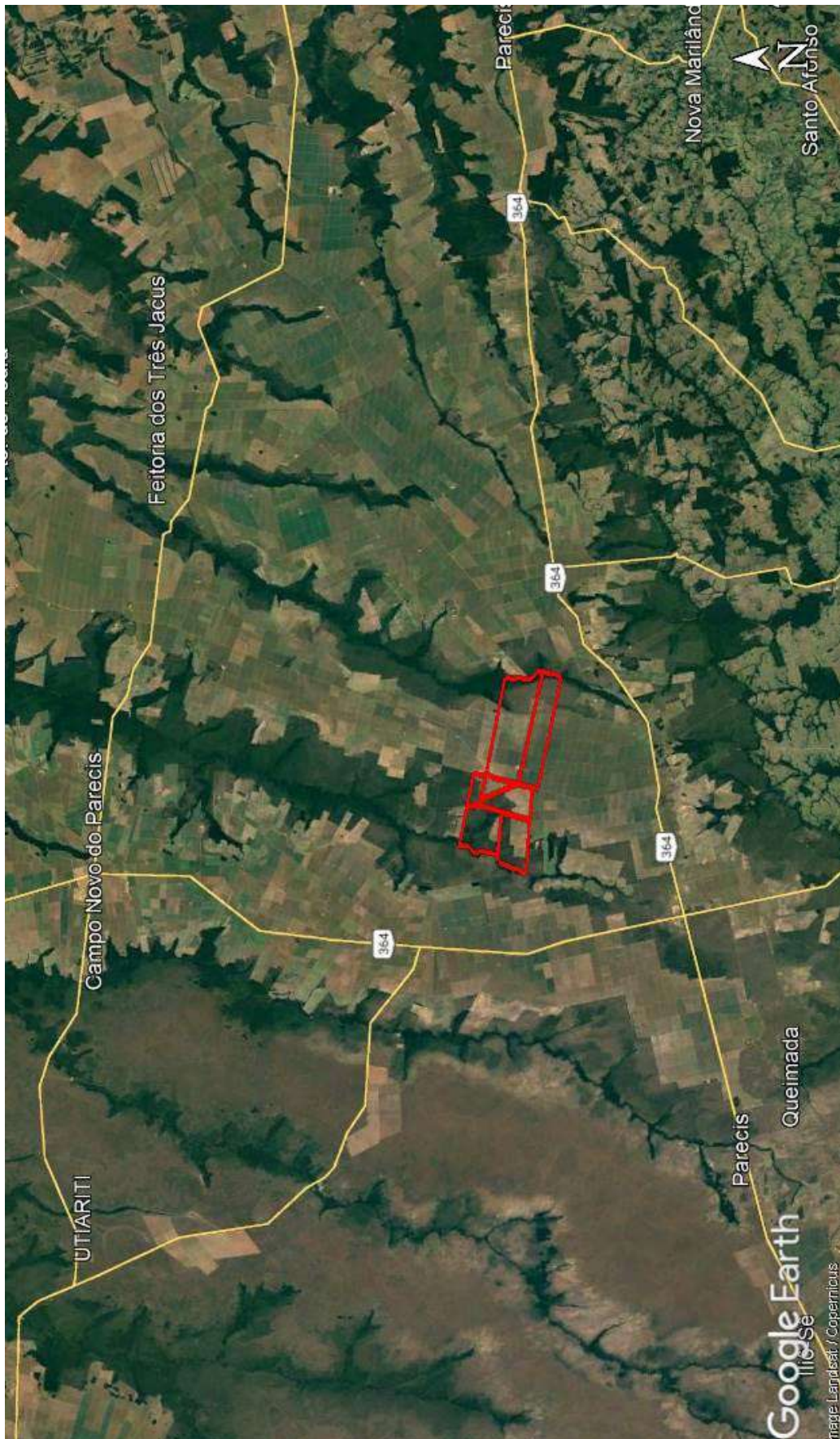




Vistas aéreas do imóvel de Matrícula nº 19.145 na zona urbana de Nova Mutum

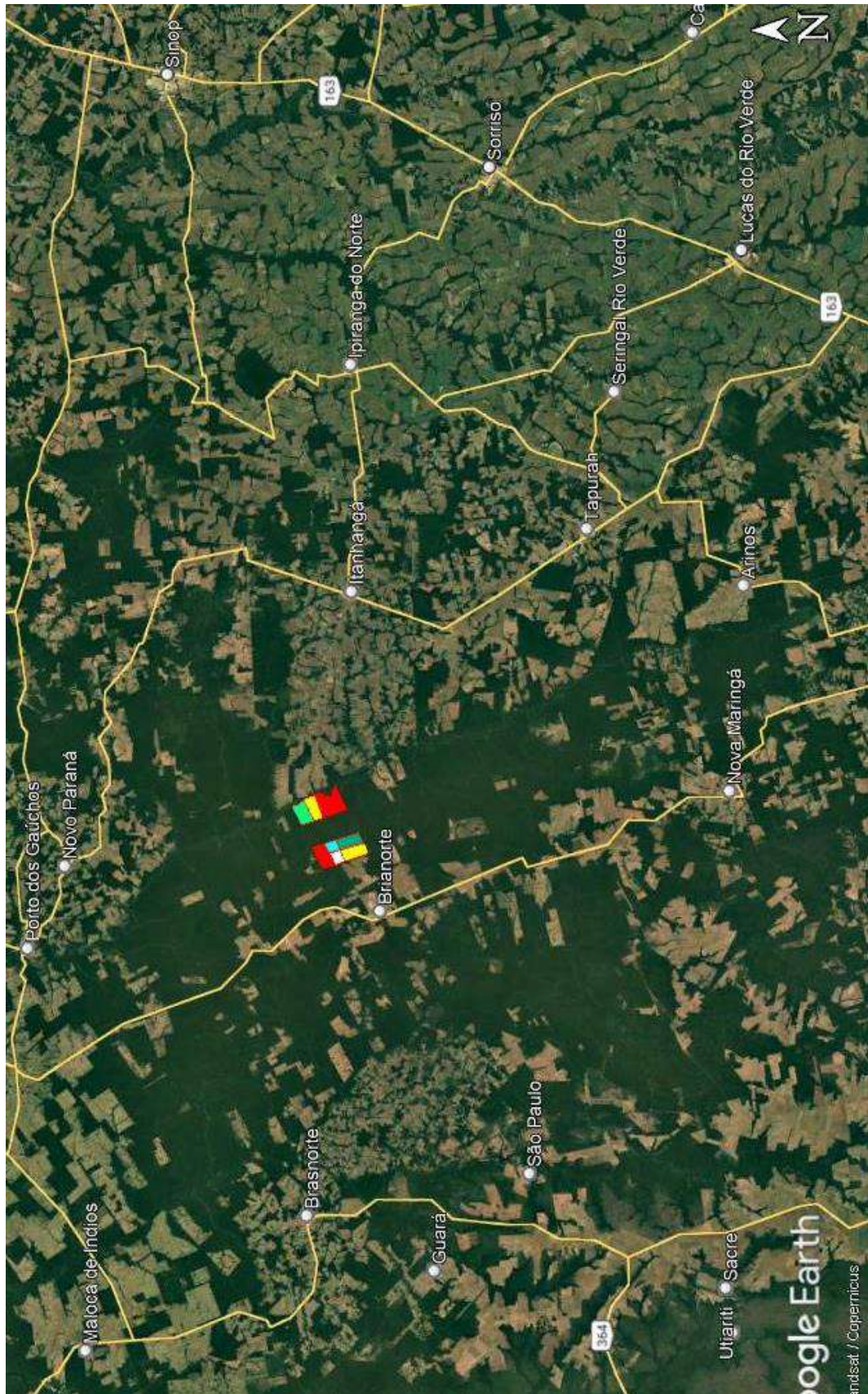


Situação das fazendas no município de Campo Novo do Parecis

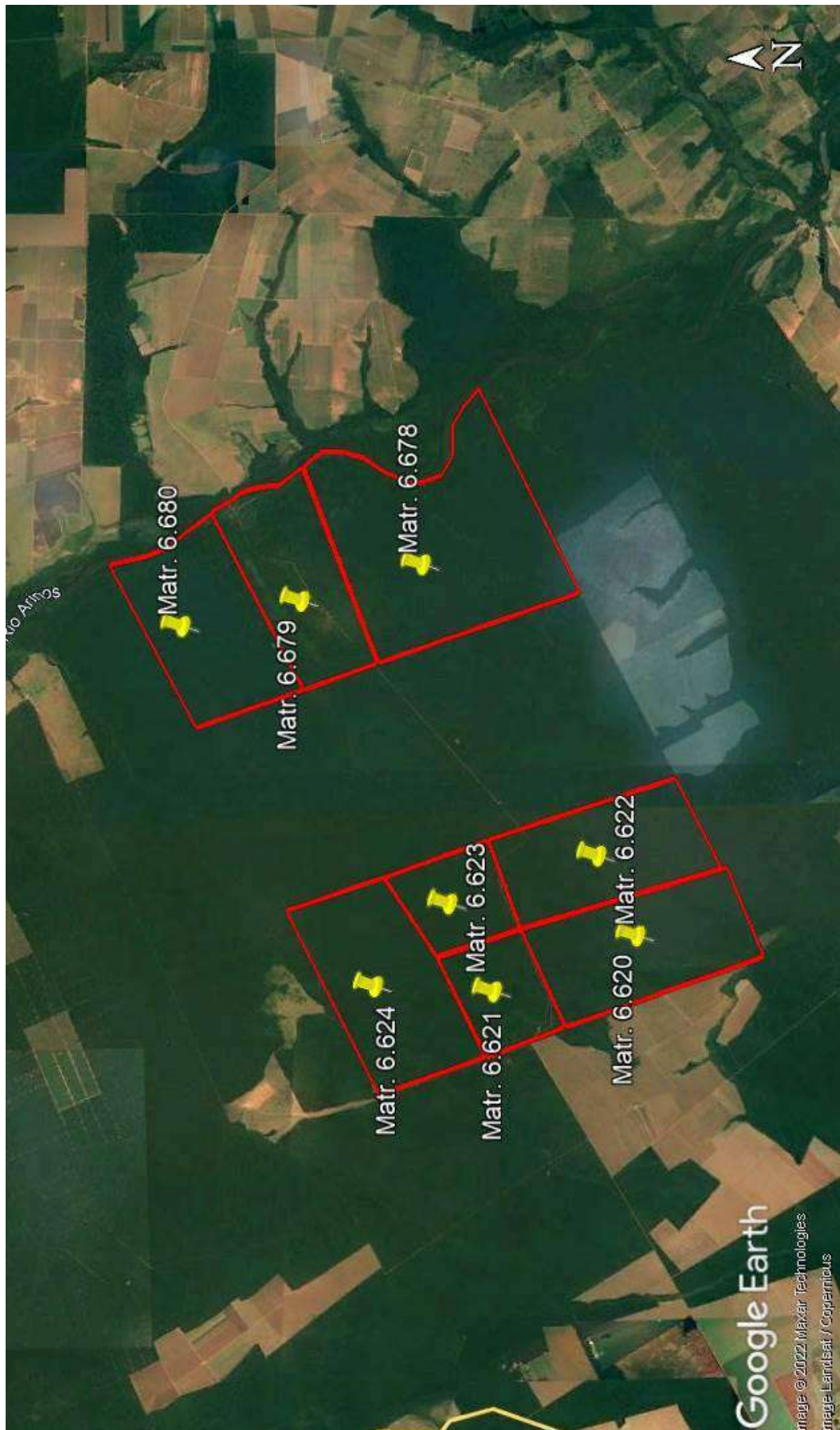


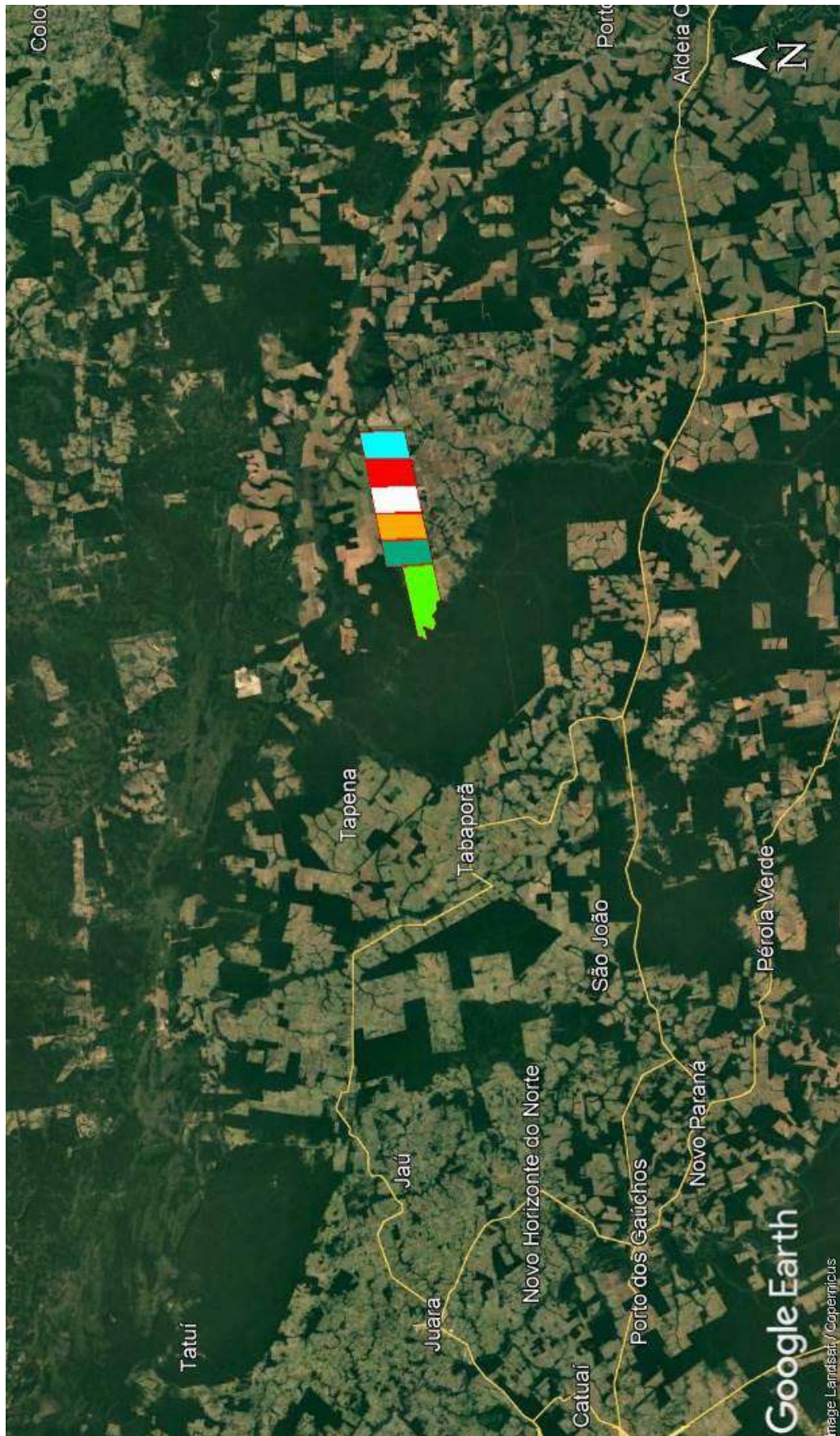
Situação das fazendas no município de Campo Novo do Parecis



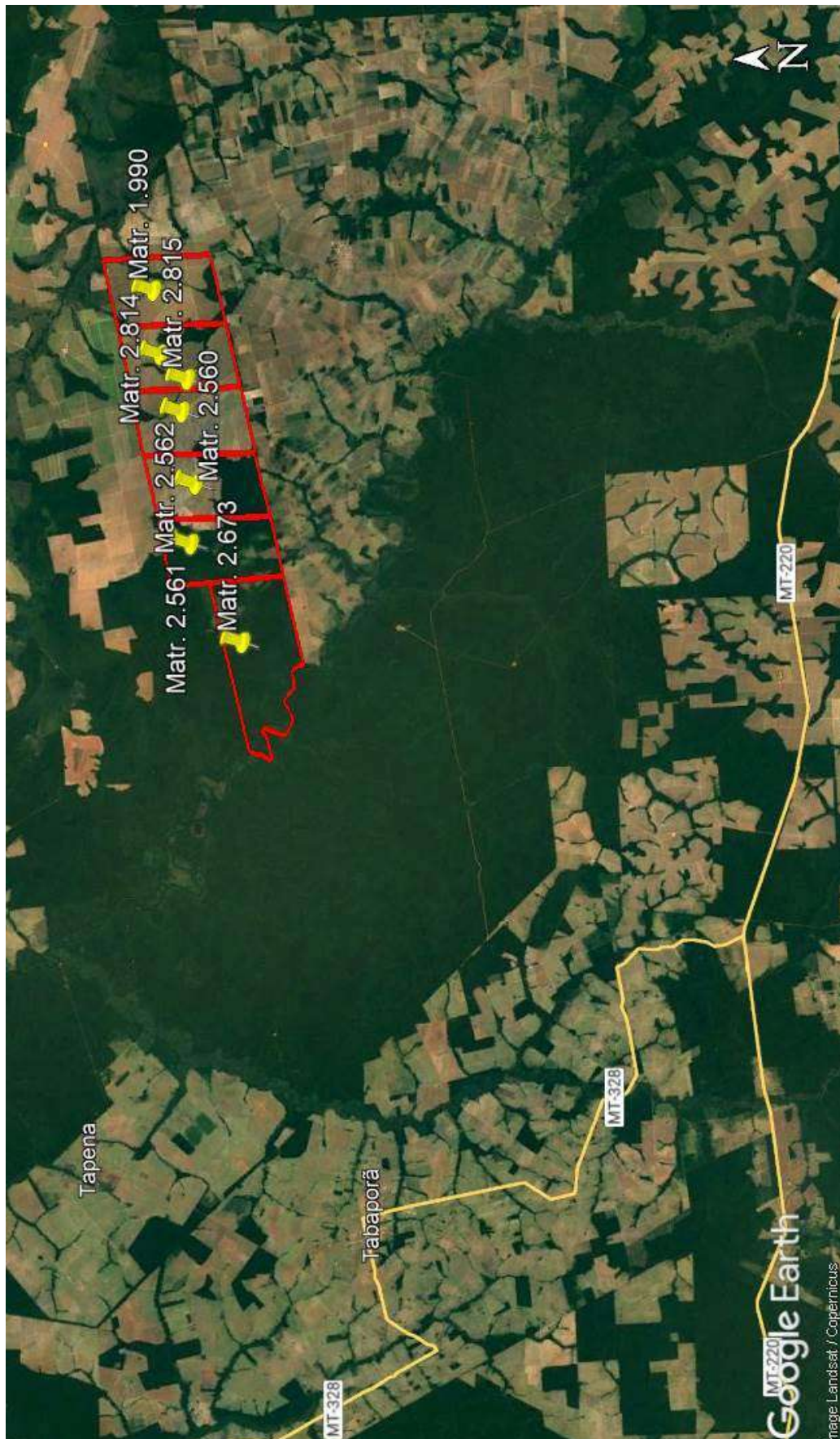


Situação das fazendas no município de Nova Maringá





Situação das fazendas no município de Tabaporã



Situação das fazendas no município de Tabaporã



Vistas das fazendas em Tabaporã



PESQUISA DE MERCADO
E
TRATAMENTO ESTATÍSTICO

DADO	MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA TOTAL (ha)	VALOR	VUnit (R\$/m²)	TELEFONE	CONTATO	LINK	USO	ÁREA ABERTA (%)	ÁREA ABERTA (ha)
1	DIAMANTINO	IMÓVEL LOCALIZADO ÀS MARGENS DA RODOVIA MT 249, A 100 KM DE NOVA MUTUM	3.200,00	R\$ 190.680.000,00	59.587,50	(65) 99909-0101	CASA MINEIRA	https://www.casamineira.com.br/movivelvenda/rural/3-quartos-a-venda-no-zona-rural-diamantino/297069598?utm_source=mluk&utm_medium=CPC&utm_campaign=50225.p_gatil_milha	3	Agricultura	1.600,00
2	DIAMANTINO	IMÓVEL LOCALIZADO A 5,7 KM DA CIDADE DE DIAMANTINO -MT, PRÓXIMO A REGIÃO CONHECIDA COMO PONTE	339,00	R\$ 5.424.000,00	16.000,00	(65) 3626-1000	BENTO IMÓVEIS	https://www.zapimoveis.com.br/movivelvenda-em-diamantino-a-venda-339000-m-por-5424000-zona-rural-diamantino-mt/EAD174.BENV?from=sale	1	Pecuária	118,00
3	DIAMANTINO	IMÓVEL LOCALIZADO ÀS MARGENS DA RODOVIA MT 249, A CEM KM DE NOVA MUTUM, LOCALIZADO A 20 KM DA CIDADE DE DIAMANTINO, 30 KM DA RODOVIA BR - 364	3.270,00	R\$ 255.000.000,00	77.981,65	(44) 99714-5233	WIMÓVEIS	https://www.wimoveis.com.br/propriedades/fazenda-agrila-65-propriedade-algoao-295960857.html	3	Agricultura	1.700,00
4	DIAMANTINO	IMÓVEL LOCALIZADO ÀS MARGENS DA RODOVIA MT 249, A CEM KM DE NOVA MUTUM, LOCALIZADO A 20 KM DA CIDADE DE DIAMANTINO, 30 KM DA RODOVIA BR - 364, PRÓXIMO A UM PONTO TURÍSTICO CONHECIDO COMO CACHOEIRA DO ASCARI	1.144,00	R\$ 32.400.000,00	28.321,68	(11) 4154-5889	PARNABA IMÓVEIS	https://parnabaimoveis.com.br/movivelvenda-a-venda-em-diamantino-mt/3868	3	Agricultura	350,00
5	NOVA UBRATÁ	IMÓVEL ESTÁ LOCALIZADO EM ESTRADA RURAL A 40 KM DE NOVA UBRATÁ, A 10 KM DA RODOVIA MT-242	1.097,00	R\$ 70.000.000,00	63.810,39	(65) 99952-2109	JULIO PEREIRA	https://mt.ok.com.br/legiao-e-ondonopolis-e-sinop/terrenos/fazenda-polana-agricultura-88392-petela-faing_inferior_1100-origem-da-irfremacao-irfrem-tio	3	Agricultura	750,00
6	NOBRES	IMÓVEL ESTÁ LOCALIZADO A 5 KM DA CIDADE DE NOBRES - MT, LOCAL É CONHECIDO COMO BALNEÁRIO DONA MÁXIMA	210,00	R\$ 5.000.000,00	23.809,52	(65) 99909-0101	ZAP IMÓVEIS	https://www.zapimoveis.com.br/movivelvenda-fazenda-sitio-chacara-zona-rural-nobres-mt-210m2-id-2555130756/	1	Pecuária	50,00
7	NOBRES	IMÓVEL ESTÁ LOCALIZADO ÀS MARGENS DA MT-241 EM LOCALIDADE CONHECIDA COMO PLANÇÃO	883,00	R\$ 20.000.000,00	22.650,68	(65) 99952-2109	ZAP IMÓVEIS	https://www.zapimoveis.com.br/movivelvenda-fazenda-sitio-chacara-nobres-mt-440000m2-id-257887548/	2	AgriPec	600,00
8	NOBRES	IMÓVEL ESTÁ LOCALIZADO ÀS MARGENS DA MT-241 A 40 KM DE NOBRES SENDO PEDRAS.	440,00	R\$ 13.000.000,00	29.545,45	(65) 99909-0101	ZAP IMÓVEIS	https://www.zapimoveis.com.br/movivelvenda-fazenda-sitio-chacara-7-257887548/	3	Agricultura	160,00
9	CAMPO NOVO DO PARECIS	ZONA RURAL - CAMPO NOVO DO PARECIS - MT	10.628,00	R\$ 960.000.000,00	90.344,44	(49) 3199-3713	GO HOME	https://www.zapimoveis.com.br/movivelvenda-fazenda-sitio-chacara-nobres-mt-440000m2-id-258371382/	3	Agricultura	8.650,00
10	CAMPO NOVO DO PARECIS	RODOVIA MT 235 KM 50 DE CAMPO NOVO DO PARECIS SENTIDO A NOVA MUTUM) + 5 KM A DIREITA DIAMANTINO MT. FICA A 97 KM DA CIDADE DE CAMPO NOVO DO PARECIS, PORÉM ESTÁ NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO.	1.502,00	R\$ 214.544.000,00	142.838,88	(65) 3626-1000	BENTO IMÓVEIS	https://www.zapimoveis.com.br/movivelvenda-fazenda-sitio-chacara-nobres-mt-440000m2-id-257887548/	3	Agricultura	1.024,00
11	CAMPO NOVO DO PARECIS	FAZENDA A 5 KM DO POSTO NORTE, DISTRITO DE MARECHAL RONDON	1.600,00	R\$ 105.000.000,00	65.625,00	(19) 3306-1980	IZALINO DA SILVA	https://www.zapimoveis.com.br/movivelvenda-fazenda-sitio-chacara-nobres-mt-440000m2-id-257887548/	3	Agricultura	800,00
12	CAMPO NOVO DO PARECIS	ZONA RURAL - CAMPO NOVO DO PARECIS - MT. LOGÍSTICA FICA 80 KM DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT ESTRADA CHÃO E FICA 50 KM DO ARMAZÉM	5.000,00	R\$ 108.000.000,00	21.600,00	(17) 99100-5773	IBR IMÓVEIS	https://www.zapimoveis.com.br/movivelvenda-fazenda-sitio-chacara-nobres-mt-440000m2-id-257887548/	3	Agricultura	3.540,00
13	CAMPO NOVO DO PARECIS	ZONA RURAL - CAMPO NOVO DO PARECIS - MT	1.598,00	R\$ 100.000.000,00	62.576,22	(63) 3609-4777	PONTER	https://www.zapimoveis.com.br/movivelvenda-fazenda-sitio-chacara-nobres-mt-440000m2-id-257887548/	3	Agricultura	1.140,00
14	NOVA MARINGÁ	FAZENDA EM NOVA MARINGÁ/MT	350,00	R\$ 6.868.000,00	25.337,14	(43) 3628-7071	GH IMÓVEIS	https://www.zapimoveis.com.br/movivelvenda-fazenda-sitio-chacara-3-2498000m2-id-2574687592/	2	AgriPec	110,00
15	NOVA MARINGÁ	15 KM DA CIDADE	2.498,00	R\$ 275.520.000,00	110.296,24	(65) 3626-1000	BENTO IMÓVEIS	https://www.zapimoveis.com.br/movivelvenda-fazenda-sitio-chacara-nobres-mt-440000m2-id-257887548/	3	Agricultura	1.981,00
16	NOVA MARINGÁ	ZONA RURAL - NOVA MARINGÁ/MT	5.200,00	R\$ 100.000.000,00	19.230,77	-	PEDRO SOARES	https://www.zapimoveis.com.br/movivelvenda-fazenda-sitio-chacara-nobres-mt-440000m2-id-257887548/	2	AgriPec	1.350,00

CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA

DADOS

Total da Amostra : 39
Utilizados : 33
Outlier : 0

VARIÁVEIS

Total : 3
Utilizadas : 3
Grau Liberdade : 30

MODELO LINEAR DE REGRESSÃO – Escala da Variável Dependente: ln(y)

COEFICIENTES

Correlação : 0,85147
Determinação : 0,72500
Ajustado : 0,70667

VARIAÇÃO

Total : 9,33500
Residual : 2,56710
Desvio Padrão : 0,29252

F-SNEDECOR

F-Calculado : 39,54593
Significância : < 0,01000

D-WATSON

D-Calculado : 1,73061
Resultado Teste : Não auto-regressão 90%

NORMALIDADE

Intervalo Classe	% Padrão	% Modelo
-1 a 1	68	75
-1,64 a +1,64	90	87
-1,96 a +1,96	95	96

MODELO UTILIZADO NA ESTIMATIVA DE VALOR (Moda)

$$Y = 14.385,017493 * 2,718^{(0,121450 * X1^2)} * 2,718^{(0,862446 * X2^2)}$$

MODELO DE ESTIMATIVA – PRINCIPAIS INDICADORES

AMOSTRA

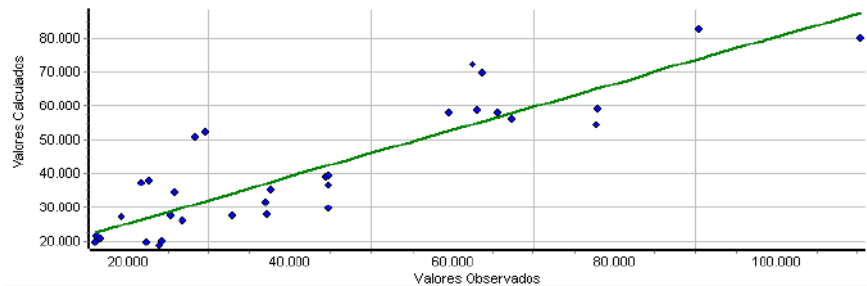
Média : 42546,74
Variação Total : 18377166411,63
Variância : 556883830,66
Desvio Padrão : 23598,39

MODELO

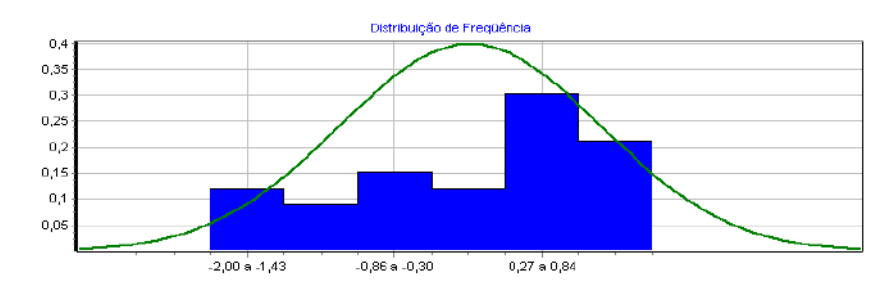
Coefic. Aderência : 0,75517
Variação Residual : 4499271359,52
Variância : 149975711,98
Desvio Padrão : 12246,46



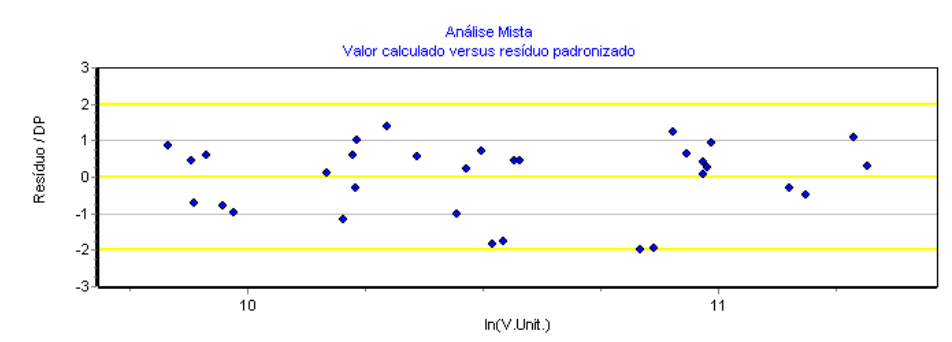
GRÁFICO DE ADERÊNCIA (Valor Observado X Valor Calculado)



Histograma de Resíduos Padronizados X Curva Normal Padrão



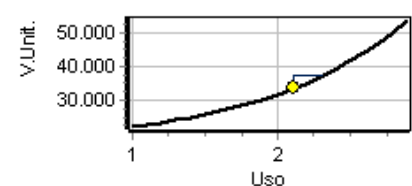
Distribuição de Valores Ajustados X Resíduos Padronizados



DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

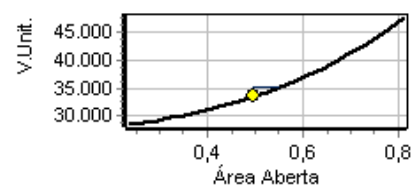
Uso

Tipo: Código Alocado
Amplitude: 1 a 3
Impacto esperado na dependente: Positivo
10% da amplitude na média: 11,40% na estimativa
Micronumerosidade: atendida



Área Aberta

Tipo: Quantitativa
Amplitude: 0,24 a 0,81
Impacto esperado na dependente: Positivo
10% da amplitude na média: 5,31% na estimativa



VUnit

Tipo: Dependente
Amplitude: 16000,00 a 110296,24
Micronumerosidade para o modelo: atendida

PARÂMETROS DE ANÁLISE DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

VARIÁVEL	Escala Linear	T-Student Calculado	Significância (Soma das Caudas)	Determ. Ajustado (Padrão = 0,70667)
Uso	x^2	7,21	0,01	0,22392
Área Aberta	x^2	2,76	0,99	0,64429

MATRIZ DE CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS (Valores em percentual)

- MATRIZ SUPERIOR – PARCIAIS
- MATRIZ INFERIOR – ISOLADAS

Variável	Forma Linear	Uso	Área Aberta	VUnit
X_1	x^2		19	80
X_2	x^2	31		45
Y	$\ln(y)$	81	50	



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

TITULARIDADE



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica



Apresentação da Factum Brasil

A empresa Factum Brasil é representada pelos seus diretores e responsáveis técnicos, contando com experiência e tradição de profissionais com mais de 40 anos de atuação no mercado. Prestamos nossos serviços visando sempre às melhores práticas do mercado em consultoria empresarial.

Nossa visão é ser referência nos serviços de consultoria de engenharia e de avaliações e temos como missão satisfazer e superar as necessidades de nossos clientes, trabalhando com integridade e buscando preservar nossas relações com as pessoas e com o meio ambiente.

Os valores buscados pela Factum Brasil são:

- ◆ Satisfação Total do Cliente
- ◆ Qualidade e Excelência dos serviços prestados
- ◆ Práticas da Governança Corporativa
- ◆ Inovação, Agilidade e Competência
- ◆ Transparência
- ◆ Sigilo das Informações

DADOS CADASTRAIS

FACTUM - AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S – LTDA

CNPJ: 08.272.086/0001-13

CREA-RS: nº 149.214

Endereço: Rua Vasco da Gama, nº 720, conj. 401 – Bairro Rio Branco

Porto Alegre/RS - CEP 90420-110

Fone: (51) 3388-6828

e-mail: contato@factumbrasil.com.br

ÁREA DE ATUAÇÃO

A Factum Brasil presta serviços de assessoria e consultoria em Avaliações e Controle Patrimonial para os seguintes tipos de bens:

- | | |
|---|------------------------------------|
| ◆ Imóveis Urbanos, Rurais e Industriais | ◆ Ativos Biológicos e Jazidas |
| ◆ Máquinas e Equipamentos | ◆ Fundo de Comércio e Concessões |
| ◆ Instalações Industriais | ◆ Valor de Marca |
| ◆ Móveis e Utensílios, Informática | ◆ Análises de Investimento |
| ◆ Veículos | ◆ Avaliações Econômicas |
| ◆ Perícias Judiciais | ◆ Estudos de Viabilidade Econômica |

NORMAS E INSTITUIÇÕES

As normas e instituições que norteiam os serviços prestados pela Factum Brasil estão assim representadas:



EQUIPE FACTUM BRASIL

A Factum Brasil possui uma equipe multidisciplinar de consultores altamente qualificados e especializados. Nossa equipe realiza treinamentos de educação continuada, buscando a melhoria de seus processos e serviços.

A Factum Brasil compõe sua equipe multidisciplinar com profissionais das áreas de:

- ◆ Engenharia
- ◆ Arquitetura
- ◆ Administração
- ◆ Contabilidade
- ◆ Tecnologia da Informação
- ◆ Tecnólogos

Nossos colaboradores são especializados e possuem certificações em diversos cursos, sendo alguns deles os seguintes:

- ◆ American Society of Appraisers – ASA
- ◆ IGEL – Instituto Gaúcho de Engenharia Legal e de Avaliações
- ◆ Gestão Empresarial – FGV
- ◆ ISO 9001:2000 – Bureau Veritás
- ◆ IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícias
- ◆ IFRS para todos – IBRACON
- ◆ Participação em diversos congressos, seminários e palestras



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica





FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.

**Informações Trimestrais (ITR) em
31 de março de 2023
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais**

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado	7
Notas explicativas da diretoria às informações trimestrais	
1 Informações gerais	8
2 Base de preparação	12
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	14
4 Gestão de riscos	14
5 Caixa e equivalentes de caixa	17
6 Contas a receber de clientes	17
7 Títulos a receber	18
8 Tributos a recuperar	19
9 Imposto de renda e contribuição social	20
10 Investimentos (Controladora)	25
11 Propriedades para investimento (Consolidado)	27
12 Imobilizado	28
13 Empréstimos	29
14 Títulos a pagar	30
15 Outros tributos a recolher	30
16 Passivos relacionados a contratos com clientes	30
17 Provisão para contingências	31
18 Patrimônio líquido	36
19 Resultado por ação	38
20 Partes relacionadas	39
21 Receita líquida	39
22 Custos e despesas por natureza	41
23 Resultado financeiro	41
24 Instrumentos financeiros	42
25 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa	42
26 Compromissos	43
27 Informação por segmento	44
28 Eventos subsequentes	44

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022			31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.351	2.050	3.532	2.051	Empréstimos	13	42.707	29.737	42.707	29.737
Contas a receber de clientes	6	25.552	25.662	58.211	33.543	Títulos a pagar	14	12.227	1.822	12.227	1.822
Títulos a receber	7	9.163	14.985	9.163	14.985	Outros tributos a recolher	15	1.290	1.398	4.288	1.699
Tributos a recuperar	8	893	937	904	937	Passivos relacionados a contratos com clientes	16		52	4.084	3.989
Outros ativos		1.358	681	832	427	Provisão para contingências	17		24.373		24.373
Dividendos a receber	10.2	1.601	1.601			Dividendos a pagar	18.5	14	32.583	14	32.583
Total do ativo circulante		41.918	45.916	72.642	51.943	Imposto de renda e contribuição social a pagar	9.1	2.005	5.943	2.102	5.977
						Outras obrigações		1.272	1.063	1.272	1.064
						Total do passivo circulante		59.515	96.971	66.694	101.244
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos	13	85.000		85.000	
Contas a receber de clientes	6	50	88	50	88	Passivos relacionados a contratos com clientes	16			70.008	69.554
Títulos a receber	7	44.150	52.467	44.150	52.467	Obrigações de controladas a pagar	10	1.522			
Tributos a recuperar	8	16.682	16.682	16.682	16.682	Provisão para contingências	17	16.355	14.528	16.355	14.528
Depósitos judiciais	17.1	3	30	3	30	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	2.693	3.500	6.377	3.500
						Total do passivo não circulante		105.570	18.028	177.740	87.582
		60.885	69.267	60.885	69.267	Total do passivo		165.085	114.999	244.434	188.826
Investimentos	10	803.460	785.244			Patrimônio líquido	18				
Propriedades para investimento	11			806.028	806.985	Capital social		673.588	673.588	673.588	673.588
Imobilizado	12	526	506	46.583	46.565	Reserva de capital		638	632	638	632
Total do ativo não circulante		864.871	855.017	913.496	922.817	Ajustes de avaliação patrimonial		6.649	6.649	6.649	6.649
						Reservas de lucros		53.219	105.628	53.219	105.628
						Lucros acumulados		8.173		8.173	
						Ações em tesouraria		(563)	(563)	(563)	(563)
						Total do patrimônio líquido		741.704	785.934	741.704	785.934
Total do ativo		906.789	900.933	986.138	974.760	Total do passivo e do patrimônio líquido		906.789	900.933	986.138	974.760

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita de contratos com clientes	21	27	27	24.986	23.717
Custo das vendas	22			(1.224)	(1.470)
Lucro bruto		27	27	23.762	22.247
Despesas administrativas	22	(4.491)	(3.994)	(4.699)	(6.205)
Participação nos lucros de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	10.3	18.216	13.432		
Outras despesas, líquidas	22	(4.783)	(4.722)	(4.783)	(5.925)
Lucro operacional		8.969	4.743	14.280	10.117
Receitas financeiras	23	516		514	612
Despesas financeiras	23	(3.492)	(8.626)	(5.028)	(7.074)
Variações cambiais, derivativos e valor justo, líquidos	23	1.373	(757)	1.373	(757)
Despesas financeiras, líquidas		(1.603)	(9.383)	(3.141)	(7.219)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		7.366	(4.640)	11.139	2.898
Imposto de renda e contribuição social	9.3				
Corrente				(89)	(5.109)
Diferidos		807	4.955	(2.877)	2.526
Lucro líquido do período		8.173	315	8.173	315
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia		8.173	315	8.173	315
Lucro básico por ação (em reais)	19			0,0849	0,0033
Lucro diluído por ação (em reais)	19			0,0849	0,0033

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do período	8.173	315	8.173	315
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>8.173</u>	<u>315</u>	<u>8.173</u>	<u>315</u>
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			<u>8.173</u>	<u>315</u>

	Nota	Reservas de lucros							Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reserva legal	Lucros a disposição da assembleia	Transação com acionistas	Ajustes de avaliação patrimonial		
Em 1º de janeiro de 2022		673.588			1.038	14.789		6.649		696.064
Lucro líquido do período									315	315
Em 31 de março de 2022		<u>673.588</u>			<u>1.038</u>	<u>14.789</u>		<u>6.649</u>	<u>315</u>	<u>696.379</u>
Em 1º de janeiro de 2023		673.588	(563)	632	7.896	97.732		6.649		785.934
Pagamento antecipado de dividendos "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária	18.5						(52.409)			(52.409)
Plano de incentivo	18.2			6						6
Lucro líquido do período									8.173	8.173
Em 31 de março de 2023		<u>673.588</u>	<u>(563)</u>	<u>638</u>	<u>7.896</u>	<u>97.732</u>	<u>(52.409)</u>	<u>6.649</u>	<u>8.173</u>	<u>741.704</u>

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	7.366	(4.640)	11.139	2.898
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	26	5	985	1.475
Resultado da equivalência patrimonial	(18.216)	(13.432)		
Provisão para contingências	1.471	3.696	1.471	3.800
Obrigações constituídas na aquisição de empresas	1.522		1.522	
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de recebíveis				(216)
Baixa de títulos a receber	1.816		1.816	
Valor justo de ativos e passivos financeiros	(1.683)		(1.683)	
Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	(457)	757	(457)	757
Plano de incentivo	6	1.742	6	1.742
Juros e variações cambiais, líquidos	3.698	8.468	5.232	6.884
Variação nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes	148	(10)	(24.630)	(24.918)
Títulos a receber		187		923
Estoques				(2)
Tributos a recuperar	(93)		(99)	3.257
Outros ativos	(677)	(336)	(405)	(491)
Depósitos judiciais				(26)
Salários e contribuições sociais	209		208	102
Tributos a recolher	(759)	690	385	372
Passivos relacionados a contratos com clientes	(52)		(985)	(918)
Títulos a pagar	(162)	432	(162)	277
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(5.837)	(2.441)	(5.657)	(4.084)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.967)		(3.967)	
Juros pagos	(203)	(2.167)	(203)	(2.312)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(10.007)	(4.608)	(9.827)	(6.396)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(46)	(175)	(46)	(175)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(46)	(175)	(46)	(175)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos	99.665		99.665	
Amortização de empréstimos e financiamentos	(3.333)	(8.333)	(3.333)	(8.756)
Dividendos pagos	(84.978)		(84.978)	
Recebimento de partes relacionadas, líquidos		13.075		
Pagamento tributos parcelados				(36)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	11.354	4.742	11.354	(8.792)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquida	1.301	(41)	1.481	(15.363)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.050	2.640	2.051	23.215
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.351	2.599	3.532	7.852

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 25.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços				987
Receita de arrendamentos	30	30	25.931	25.335
Outras receitas	47		47	76
Abatimentos e devolução de vendas				(151)
Reversão de crédito de liquidação duvidosa				216
	<u>77</u>	<u>30</u>	<u>25.978</u>	<u>26.463</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.738)	(786)	(1.846)	(2.181)
Outras despesas	(4.872)	(5.791)	(4.873)	(7.156)
	<u>(6.610)</u>	<u>(6.577)</u>	<u>(6.719)</u>	<u>(9.337)</u>
Valor adicionado bruto				
Depreciação e amortização	(6.533)	(6.547)	19.259	17.126
	<u>(26)</u>	<u>(5)</u>	<u>(985)</u>	<u>(1.475)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia				
	<u>(6.559)</u>	<u>(6.552)</u>	<u>18.274</u>	<u>15.651</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	18.216	13.432		
Receitas financeiras	516		514	612
	<u>18.732</u>	<u>13.432</u>	<u>528</u>	<u>624</u>
Valor adicionado total a distribuir				
	<u>12.173</u>	<u>6.880</u>	<u>18.788</u>	<u>16.263</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	1.874	1.311	1.874	1.848
Benefícios	199	(3)	199	97
FGTS	46		46	30
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	378	898	1.677	8.723
Estaduais	3	4	3	48
Municipais	45	68	143	68
Diferidos	(807)	(4.955)	2.877	(2.526)
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e variações cambiais	2.015	9.225	3.549	7.641
Outras despesas	68		68	2
Aluguéis e arrendamentos	179	17	179	17
Remuneração de capitais próprios:				
Lucros retidos	8.173	315	8.173	315
	<u>8.173</u>	<u>315</u>	<u>8.173</u>	<u>315</u>
Valor adicionado distribuído				
	<u>12.173</u>	<u>6.880</u>	<u>18.788</u>	<u>16.263</u>

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("Companhia" ou "TSPA") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede administrativa na cidade de São Paulo - SP, no endereço Praça General Gentil Falcão, nº 108, Cj. 81, Sala 04, 8º andar, Bairro Cidade Monções. A Companhia possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa e Balcão – "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o ticket LAND3.

Em 31 de março de 2023, as operações da Companhia e de suas controladas (em conjunto, o "Grupo") compreendem a gestão de terras correspondentes a 39.189 hectares de área útil, em conjunto com as benfeitorias (galpões, alojamentos, armazéns, algodozeiras e outras acessões físicas), exploradas mediante contrato de arrendamento operacional firmado com a arrendatária SLC Agrícola Centro Oeste S.A. ("TESA" e, anteriormente denominada Terra Santa Agro S.A.), bem como a exploração de manejo florestal sustentável, com a extração de madeira nativa.

Objetivando a segregação, otimização e racionalização das atividades do Grupo, a operação de manejo florestal é executada pela Companhia mediante contrato de comodato celebrado em 1º de fevereiro de 2023 entre a Companhia e suas controladas. O contrato possui vigência até setembro de 2032 com uma área total de 16.908 (dezesesseis mil e novecentos e oito) hectares. Até a data de emissão dessas informações contábeis intermediárias as operações de manejo florestal nas áreas em comodato ainda não foram iniciadas.

A emissão das informações trimestrais – ITR findo em 31 de março de 2023, foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 11 de maio de 2023.

1.2 Principais eventos ocorridos durante o trimestre findo em 31 de março de 2023

(a) Disponibilização de dividendos

Em 28 de março de 2023, a Companhia disponibilizou aos seus acionistas o montante de R\$ 85.000 à título de dividendos, sendo R\$ 32.578 correspondente ao dividendo mínimo obrigatório já reconhecido contabilmente em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 52.422 referente a antecipação de dividendos conforme proposta do Conselho de Administração para a distribuição de dividendos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para ratificação em Assembleia Geral Ordinária (Nota 18.5).

(b) Pagamento de processo trabalhista

Conforme divulgado na Nota 28 (a) às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no primeiro trimestre de 2023 a Companhia foi comunicada da liquidação, pela TESA nos termos do Acordo (Nota 1.3), de processo trabalhista no montante de R\$ 36.359, para os quais mantinha depósito judicial no montante de R\$ 11.286 e provisão constituída no montante de R\$ 24.373. A despesa complementar no valor de R\$ 700, referente a atualização monetária e multa foi reconhecida no resultado no primeiro trimestre de 2023.

(c) Captação de empréstimos

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2023 a Companhia realizou captações de empréstimos no montante total de R\$ 99.665 (Nota 13) para o cumprimento de obrigações com seus acionistas e manutenção do capital de giro.

1.3 Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo")

Em março de 2021, foi firmado, entre a Companhia, a SLC Agrícola S.A. ("SLC") e a TESA, o Acordo, pelo meio da qual foram estabelecidos os termos e condições que devem ser observados pelos signatários após

a data de fechamento da operação de incorporação de ações, conforme reorganização societária que foi divulgada na Nota 1.2.1 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Acordo foi aditado em abril de 2023, pelo qual as partes acordaram que, excepcionalmente, para o período de apuração e para pagamento do Acordo em 2023, que deveria ocorrer em 31 de março e 30 de abril de 2023, seriam postergados para 31 de maio e 30 de junho de 2023, respectivamente.

(a) Ativos e passivos decorrentes do Acordo

O Acordo estabeleceu a obrigação, irrevogável e incondicional de a Companhia e seus acionistas, de indenizar, defender e manter indene a SLC e a TESA, após a data da efetivação do Acordo, decorrente de perdas provenientes de operações ocorridas no período anterior à data do Acordo.

Nos termos do Acordo, entende-se como perda indenizável todo e qualquer ato, fato, omissão ou evento relacionado à TESA, suas controladas e afiliadas, independentemente de conhecimento ou não, bem como quaisquer contingências relacionadas aos ativos adquiridos pela SLC na combinação de negócios com a TESA. Consigna-se, ainda, que o dever de indenizar da Companhia se limitará ao valor agregado que foi negociado e julgado suficiente pelas partes do Acordo.

Adicionalmente, também nos termos do Acordo, se convencionou a obrigação de indenização pela TESA e SLC para com a Companhia, contra toda e qualquer perda decorrente ou relacionadas a qualquer declaração falsa ou violação de garantia ou não satisfação ou descumprimento, pela TESA ou SLC, de qualquer obrigação ou acordo contidos no Acordo. Assevera-se, igualmente, que o dever de indenizar da TESA e SLC também se limitará ao valor agregado que foi negociado e julgado suficiente pelas partes do Acordo.

Esses direitos e obrigações não estão sujeitos aos limites de indenização mencionados anteriormente, e serão repassados ou cobrados pela Companhia em até cinco dias úteis sempre que (i) o valor líquido de direitos e obrigações ultrapassar R\$ 15.000, ou (ii) em 30 de abril de cada ano, o que ocorrer primeiro. Excepcionalmente em 30 de abril de 2022, as partes decidiram, de comum acordo, não realizar o referido repasse pela Companhia à TESA o montante de R\$ 65, uma vez que o valor líquido dos direitos e obrigações se mostraram irrelevantes.

(b) Mensuração dos ativos e passivos

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, esses direitos e obrigações têm a seguinte natureza, e foram estimados nos seguintes montantes:

	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
Direitos do Acordo		
Títulos pela venda de ativos (i)	966	760
Tributos a recuperar (ii)	37.942	36.136
Depósitos judiciais (iii)	2.753	4.511
Propriedades para investimentos (iv)	3.109	3.109
Execução de título judicial (v)	8.543	8.264
Líquido acordo (Item (c) a seguir)	<u>53.313</u>	<u>14.672</u>
Obrigações do Acordo		
Contas a pagar (vi)		
Provisão para contingências (vii)	(9.164)	(32.102)
Líquido acordo (Item (c) a seguir)	<u>(10.553)</u>	<u>(32.102)</u>
	<u>(19.717)</u>	<u>(32.102)</u>
Direitos do Acordo, líquidos		
	33.596	35.350
Tributos diferidos sobre o valor líquido	<u>(8.440)</u>	<u>(9.037)</u>
	<u>25.156</u>	<u>26.313</u>

Os referidos ativos e passivos não estão sendo apresentados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial da Companhia e do Grupo, considerando não ser provável que o recebimento de ativos e o pagamento dos passivos ocorram no mesmo exercício e, portanto, não é provável a sua realização pelo valor líquido.

Os direitos do Acordo, independente da natureza que originou o seu registro original na TESA, foram reconhecidos como Títulos a receber (Nota 7), classificados como instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado e ao valor justo através do resultado, a depender das características de cada ativo, considerando que serão liquidados mediante o recebimento de instrumentos financeiros pela Companhia.

A mensuração desses ativos é como segue:

- (i) Títulos a receber pela venda de ativos - Referem-se a títulos originados em operações realizadas entre a TESA e terceiros para o recebimento do instrumento financeiro em período superior a noventa dias e, portanto, avaliado pela diretoria como contendo elemento de financiamento. Como consequência, os títulos a receber foram ajustados pelo valor do dinheiro no tempo. Esses títulos foram mensurados ao seu valor justo.
- (ii) Tributos a recuperar - Referem-se a créditos tributários de diversas naturezas (PIS, COFINS, IRRF, IRPJ, CSLL e FUNRURAL) que estão reconhecidos contabilmente na TESA, e que serão realizados mediante (i) a compensação com débitos tributários, quando aplicável, e (ii) pedidos de ressarcimento em dinheiro, a depender da forma de apuração do referido crédito tributário e da legislação aplicável. Conforme determina o Acordo, os montantes realizados pela TESA serão pagos à Companhia mediante a entrega de instrumentos financeiros.

A Companhia, com base na estimativa de aproveitamento desses créditos formulada com base na média histórica de utilização, calculou o valor justo dos referidos instrumentos financeiros utilizando uma taxa de desconto de 13,05% ao ano (2022 – 13,05% ao ano), e um período médio de realização de 3 a 4 anos, a partir da data de efetivação da operação. Em 31 de março de 2023, a Companhia mantém a estimativa de realização inicial ao da efetivação da operação, remanescendo o período médio de realização de 2 a 3 anos. Os referidos títulos a receber foram segregados entre ativos circulante e não circulantes com base nessa estimativa de realização, conforme Nota 7.

- (iii) Depósitos judiciais - Foram efetuados pela TESA para a discussão de ações judiciais cuja responsabilidade pela liquidação da obrigação, caso o trânsito em julgado das referidas ações seja desfavorável a TESA, é da Companhia. Os depósitos judiciais foram registrados pelo custo amortizado e o seu valor se aproxima do valor justo na data do seu reconhecimento e na data de apresentação dessas informações contábeis intermediárias.
- (iv) Propriedade para investimento - Refere-se a propriedade rural não incluída no acervo líquido integralizado na Companhia e, portanto, mantido em propriedade da TESA. A referida propriedade deverá ser vendida e os recursos financeiros recebidos devem ser enviados à Companhia, conforme determina o Acordo. Não houve mudança do valor justo desse ativo que está líquido dos encargos estimados na venda para as informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2023.
- (v) Execução de título judicial - Trata-se de execução de título judicial, que durante o exercício de 2022 foi transitado em julgado favoravelmente a Companhia. A execução se encontra em fase de liquidação de sentença, movida pela TESA contra terceiro pelo inadimplemento contratual do instrumento particular de contrato de compra e venda de máquinas e implementos agrícolas pela não constituição de garantia hipotecária e outras avenças, assim como inadimplemento das parcelas avençadas, ensejando o vencimento antecipado do débito. Em 31 de março de 2023 o valor justo desse ativo é de R\$ 8.543 (2022 – R\$ 8.264). Em 28 de abril de 2023, a Companhia foi notificada que a contraparte realizou o pagamento via depósito judicial no montante de R\$ 8.836 e, na data de encerramento dessas demonstrações financeiras, está em processo de levantamento dos valores junto ao juízo competente.

As obrigações do Acordo foram reconhecidas como Títulos a pagar (Nota 14) e Provisão para contingência (Nota 17), considerando os critérios utilizados para a sua mensuração, a saber:

- (vi) Contas a pagar - Referem-se a títulos originados em operações realizadas entre a TESA e terceiros para o pagamento com a entrega de instrumentos financeiros, em período inferior a um ano, avaliado pela diretoria como contendo elemento de financiamento. Como consequência, os títulos a pagar foram ajustados pelo valor do dinheiro no tempo. Esses títulos foram mensurados ao seu valor justo.
- (vii) Provisão para contingências - A provisão para contingências foi calculada para aquelas ações em que a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Essa estimativa foi calculada pela diretoria, com o apoio de seus assessores legais, considerando as particularidades de cada ação, o conjunto probatório existente e a fase processual em que se encontra cada uma das ações. Essa obrigação está registrada como provisão para contingências. A diretoria decidiu por não constituir qualquer provisão para as ações classificadas como passivos contingentes, ressalvadas situações excepcionálissimas, haja vista que essas ações têm a probabilidade de perda menor que provável, e precisam ser confirmadas por eventos futuros ainda incertos e que estão fora do controle da Companhia. A movimentação dessa provisão, após o seu reconhecimento inicial, está divulgada na Nota 17.

(c) Gestão dos direitos e obrigações do Acordo

A diretoria da Companhia realiza reuniões regulares com a contraparte TESA para a avaliação, acompanhamento e verificação de documentação suporte para as movimentações dos ativos e passivos que compõem o Acordo.

Os efeitos identificados após a efetivação do Acordo, decorrentes da atualização dos saldos, ganhos e perdas não conhecidos no momento da sua efetivação, esperados ou não esperados, são registrados no resultado do período da Companhia.

	<u>31 de março de 2023</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>
Direitos do Acordo		
Títulos pela venda de ativos	4.922	4.922
Tributos a recuperar	16.263	16.263
Depósitos judiciais	<u>139</u>	<u>72</u>
	<u>21.324</u>	<u>21.257</u>
Obrigações do Acordo		
Contas a pagar	<u>(31.877)</u>	<u>(6.585)</u>
Obrigações (direito) do Acordo, líquidas	<u>(10.553)</u>	<u>14.672</u>

No período findo em 31 de março de 2023, o montante de R\$ 21.324 de ativos foi considerado como direito realizado pela TESA, assim como o montante de R\$ 31.877 de passivos foi considerado como devido, gerando uma obrigação líquida para a Companhia no montante de R\$ 10.553 (Nota 14).

A variação verificada em 31 de dezembro de 2022 e 31 de março de 2023, refere-se, substancialmente, a liquidação de processo trabalhista (Nota 1.2 (b)), que resultou em desembolso adicional de R\$ 25.073.

Os efeitos registrados como outras despesas (receitas) líquidas no resultado do período são como segue:

- Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 22) – Despesas no montante de R\$ 1.816 referente a baixa de depósito judicial e receitas no montante de R\$ 14 referente atualização monetária sobre depósitos judiciais indenizáveis decorrente do Acordo.
- Provisões com contingências (Nota 17) – R\$ 1.210 distribuídos da seguinte maneira: (i) R\$ 1.662 referente a constituição de provisão para honorários sucumbenciais, provisão para custas processuais e alterações de prognósticos como probabilidade de perda possível ou remota, e (ii) R\$ 452 de reversão de provisão para contingências já existentes com probabilidade de perda provável para a Companhia e que foram alterados os prognósticos como probabilidade de perda possível ou remota, conforme avaliação da administração com o apoio de seus assessores legais e adequação de saldo contingenciado após cálculo pericial;

Os efeitos registrados como resultado financeiro, líquido no resultado do período são como segue:

- Ajuste a valor presente (Nota 23) – Receita financeira no montante de R\$ 457 referente ao ajuste a valor presente dos ativos e passivos do Acordo.
- Valor justo (Nota 23) – Receita financeira no montante de R\$ 1.683 referente ao valor justo dos ativos e passivos do Acordo.
- Atualização monetária (Nota 23) - R\$ 881 referente à atualização monetária das contingências que fazem parte do Acordo.

2 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o período findo em 31 de março de 2023, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Conforme descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas informações contábeis intermediárias - ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Dessa forma, estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação, métodos de cálculo e políticas contábeis

consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, aprovadas em 14 de março de 2023, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações.

Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações do grupo desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

2.2.1 Alterações de normas novas que estão em vigor

As seguintes alterações estão em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e a sua adoção não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

2.2.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

A seguinte alteração de norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício social de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

No trimestre findo em 31 de março de 2023, não houve alteração nas estimativas e premissas que apresentassem risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o trimestre corrente, em relação àquelas detalhadas na Nota 3.1 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2022.

4 Gestão de riscos

4.1 Fatores de risco financeiro

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas, estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado que inclui o preço das *commodities*, câmbio, liquidez e de crédito. As divulgações a seguir estão demonstrando a forma de gestão de riscos do Grupo.

4.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio líquido.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio e de terceiros.

A diretoria da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de *covenants* das operações de empréstimos e financiamentos (Nota 13.1). Como parte dessa revisão, a diretoria considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

4.3 Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações contábeis intermediárias da Companhia e, nessa nota.

4.4 Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração, assessorado pelo Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Assuntos Jurídicos e Comitê de Patrimônio e Sustentabilidade, tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Os riscos operacionais da Companhia são avaliados diretamente pelo Comitê de Auditoria, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela sua auditoria interna.

Do ponto de vista dos riscos financeiros, o Conselho de Administração e a Diretoria do Grupo, tem como objetivo monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as

commodities agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Os principais riscos de mercado a que o Grupo está exposto na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber e títulos em aberto.

Relacionado ao risco de crédito associado às instituições financeiras, o Grupo utiliza instituições financeiras de primeira linha.

Relacionado ao risco de crédito associado ao crédito a clientes, incluindo contas a receber e títulos a receber, a diretoria entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe o Grupo a riscos significativos de crédito e estão na categoria “A” do rating. Em 31 de março de 2023, o saldo de contas a receber de clientes e títulos a receber na categoria “A” do *rating*, na controladora é de R\$ 78.915 e no consolidado o saldo é de R\$ 111.574 (em 2022 – R\$ 93.202 e R\$ 101.083 respectivamente).

Para a determinação do *rating*, os clientes são classificados levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

As receitas do Grupo são substancialmente provenientes do arrendamento das terras.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes e títulos a receber do Grupo em 31 de março de 2023 e em 31 de dezembro de 2022:

<u>Nível</u>	<u>Rating</u>	<u>Taxa</u>
Risco baixo	A	0,0%
Risco razoável	B	0,5%
Duvidoso	C	10,0%
Perda	D	100,0%

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir e, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A Diretoria da Companhia em conjunto com o Conselho de Administração monitora constantemente a posição de liquidez da Companhia e as projeções de caixa, bem como, quaisquer fatores que possam afetar a capacidade de geração de receitas e colocar em risco a capacidade da Companhia em honrar com os compromissos financeiros assumidos.

Apresenta-se abaixo a variação do capital circulante líquido consolidado e do patrimônio líquido:

Em 31 de março de 2023, o Grupo mantém capital circulante líquido positivo em R\$ 5.948, originado em suas atividades operacionais. Nesse contexto, a administração entende que apesar de a Companhia apresentar capital circulante líquido negativo em R\$ 17.597, nessa mesma data base, não haverá dificuldades financeiras para liquidar suas obrigações mediante o uso de recursos financeiros originados nas operações de suas controladas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora				Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de março de 2023									
Empréstimos e financiamentos	56.390	31.490	74.235	162.115	56.390	31.490	74.235		162.115
Títulos a pagar	12.227			12.227	12.227				12.227
Dividendos	14			14	14				14
Outras obrigações	1.272			1.272	1.272				1.272
	<u>69.903</u>	<u>31.490</u>	<u>74.235</u>	<u>175.628</u>	<u>69.903</u>	<u>31.490</u>	<u>74.235</u>		<u>175.628</u>
Em 31 de dezembro de 2022									
Empréstimos e financiamentos			31.297	31.297	31.297				31.297
Títulos a pagar			1.822	1.822	1.822				1.822
Dividendos			32.583	32.583	32.583				32.583
Outras obrigações			1.063	1.063	1.064				1.064
			<u>66.765</u>	<u>66.765</u>	<u>66.766</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>66.766</u>

Os passivos de contratos de clientes não foram considerados na tabela acima pois serão liquidados mediante o arrendamento das terras, sem desembolso financeiro para o Grupo.

(iii) **Risco de taxa de câmbio e preços das commodities**

As receitas do Grupo são majoritariamente atreladas ao preço da soja em Reais (R\$). O preço da soja, que é uma *commodity* global, varia com a cotação internacional da *commodity* e com a taxa de câmbio Real versus Dólar americanos (US\$). Assim, a receita do Grupo está exposta ao risco da variação da cotação do dólar americano, que pode impactar o preço em reais da saca de soja e, conseqüentemente, a receita operacional. Como forma de mitigar este risco, a diretoria monitora e acompanha as cotações da taxa de câmbio no mercado à vista e no mercado futuro, simultaneamente com as cotações do mercado futuro de soja, a fim de determinar o melhor momento para a fixação dos preços da soja que são referência para os contratos de arrendamento. Essa fixação pode ocorrer por meio da fixação do preço da soja em Reais ou em Dólares americanos diretamente com a contraparte ou por meio de operações nos mercados futuros de soja e de dólar. Devido a importância deste tema, a estratégia de condução das fixações dos preços dos contratos de arrendamento é deliberada e acompanhada diretamente nas reuniões de Conselho de Administração.

(v) **Valor de mercado dos instrumentos financeiros**

O Grupo mantém saldos de caixa e equivalentes de caixa mensurado ao custo amortizado. Adicionalmente, o Grupo possui instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar a fornecedores e títulos a pagar com vencimento em curto prazo e longo prazo. No entendimento da diretoria para os valores a receber e a pagar no curto prazo o valor justo dos instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

(vi) **Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* e não são para fins especulativos, quando utilizados.

4-5 **Riscos climáticos**

As propriedades agrícolas do Grupo estão expostas a riscos de danos causados por incêndios florestais e outras forças da natureza, além de impactos gerados por mudanças climáticas. A diretoria possui processos em funcionamento voltados ao monitoramento desses riscos, incluindo inspeções regulares,

assim como a análise de relatórios gerados pelo processamento de imagens de satélite. O Grupo conta também, como uma ferramenta de monitoramento de riscos, o apoio de empresa especializada para reporte mensal através de relatórios e interações relacionado aos efeitos climáticos e do mercado global de *commodity*.

O Grupo não está exposto a riscos climáticos de forma direta, contudo há um acompanhamento de fenômenos climáticos que possam impactar os parâmetros dos preços das *commodities* agrícolas, dessa forma a Companhia administra esse risco de impacto, alinhando a fixação dos preços dos arrendamentos com as condições de oferta e demanda do mercado de *commodities* e realiza análises regulares de tendências da agroindústria para volumes projetados de produção de *commodities* e preço. Com foco na visão ESG (Governança Ambiental, Social e Corporativa), em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 9 de maio de 2022, foi aprovada e instalado o Comitê de Patrimônio e Sustentabilidade.

Em 31 de março de 2023, as informações contábeis intermediárias da Companhia não consideram qualquer efeito decorrente de impactos climáticos futuros.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
Recursos em banco	421	200	602	201
Aplicações financeiras	2.930	1.850	2.930	1.850
	<u>3.351</u>	<u>2.050</u>	<u>3.532</u>	<u>2.051</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de março 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a remuneração é de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - (CDI). As aplicações são feitas em bancos considerados de primeira linha e o seu valor contábil se aproxima do valor justo dessas aplicações. O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Diretoria no giro financeiro operacional.

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
Cientes em moeda nacional	25.602	25.750	58.261	33.631
	<u>25.602</u>	<u>25.750</u>	<u>58.261</u>	<u>33.631</u>
Circulante	(25.552)	(25.662)	(58.211)	(33.543)
Não circulante	<u>50</u>	<u>88</u>	<u>50</u>	<u>88</u>

Em abril de 2023, a Companhia recebeu o montante de R\$ 99.166 referente a receita de arrendamento de suas propriedades agrícolas (Nota 11) para a safra 2022/2023 a ser encerrada em 31 de agosto de 2023, dos quais o montante de R\$ 57.847 estava registrado como contas a receber de clientes em 31 de março de 2023.

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
A vencer:	25.577	25.492	58.236	33.373
Vencidos:				
Até 30 dias		22		22
De 31 a 90 dias		161		161
De 91 a 180 dias	25	75	25	75
	<u>25.602</u>	<u>25.750</u>	<u>58.261</u>	<u>33.631</u>

A diretoria mantém procedimentos de cobrança para as contas a receber vencidas e não estima incorrer em perdas por inadimplência.

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa de clientes é como segue:

	Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Saldo inicial		(196)
Contas a receber de clientes baixadas durante o período como incobráveis		196
Saldo final		

A despesa com a constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa é registrada na demonstração do resultado, na rubrica " Outras receitas (despesas), líquidas ". Sendo o registro de baixa como perda efetiva, quando esgotado todos os meios de cobrança judiciais e extrajudiciais.

7 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
Créditos originados no Acordo (i)	53.313	67.452	53.313	67.452
	<u>53.313</u>	<u>67.452</u>	<u>53.313</u>	<u>67.452</u>
Circulante	(9.163)	(14.985)	(9.163)	(14.985)
Não circulante	<u>44.150</u>	<u>52.467</u>	<u>44.150</u>	<u>52.467</u>

- (i) Os créditos referem-se aos títulos originados no registro do Acordo (Nota 1.3), mensurados ao valor justo, o qual considera que os créditos originais serão realizados pela TESA e repassados para a Companhia em um período estimado de três a quatro anos da data base. A redução do saldo no trimestre findo em 31 de março de 2023, referem-se aos ativos considerados como realizados pela TESA que

deduzidos dos passivos indenizáveis pela Companhia, resultou em uma obrigação realizável líquida de R\$ 10.553, conforme Nota 1.3 (c), portanto os valores da obrigação foram reclassificados para a rubrica de títulos a pagar conforme Nota 14.

O valor justo desses ativos foi remensurado, impactando o resultado do trimestre em uma receita financeira de R\$ 1.683. As principais premissas da mensuração do valor justo referem-se as datas estimadas de recebimento, sendo considerada a data de 30 de abril de cada ano e a taxa de desconto, que foi estimada em 13,44% ao ano na média ponderada (2022 – 13,44%).

As movimentações na provisão para *impairment* de títulos a receber, são as seguintes:

	Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Saldo inicial		(20)
Títulos a receber baixados durante o período como incobráveis (i)		20
Saldo final		

A despesa com a constituição da provisão para *impairment* é registrada na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas". Sendo o registro de baixa como perda efetiva, quando esgotado todos os meios de cobrança/restituição judiciais e extrajudiciais.

- (i) Refere-se a baixa de títulos de natureza tributária, não recuperáveis através de restituição, ressarcimento ou compensação fiscal, dentro da sistemática do Acordo.

A composição dos títulos a receber classificados no ativo não circulante, por idade de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
2024	1.187	8.264	1.187	8.264
2025	6.897	44.203	6.897	44.203
2026	1.263		1.263	
2027	34.803		34.803	
	<u>44.150</u>	<u>52.467</u>	<u>44.150</u>	<u>52.467</u>

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
PIS (i)	3.621	3.621	3.621	3.621
COFINS (i)	17.452	17.452	17.452	17.452
IRRF	89	78	89	78
Outros tributos	609	664	620	664
(-) Provisão para <i>impairment</i>	(4.196)	(4.196)	(4.196)	(4.196)
	17.575	17.619	17.586	17.619
Circulante	(893)	(937)	(904)	(937)
Não circulante	16.682	16.682	16.682	16.682

- (i) A Companhia possui saldo de PIS e COFINS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, das saídas internas com benefício da suspensão e vendas destinadas ao mercado externo. As realizações dos créditos ocorrem de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie. Não houve movimentação para *impairment* no período.

Pedidos de ressarcimento

Em 2017, a TS Brasil, controlada incorporada em 30 de novembro de 2022 pela Companhia que passou a ser sucessora legal dos direitos e obrigações, obteve medidas liminares favoráveis relativas aos pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS, no total aproximado de R\$ 28.785, sobre os quais houve glosa de R\$ 24.453. O pedido de ressarcimento solicita também a incidência da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - a partir da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento. Em novembro de 2021, por decisão da DRJ, os processos foram convertidos em diligência, justamente para que seja feita reanálise do direito creditório, considerando a documentação juntada em 2020 e o novo entendimento sobre o conceito de insumo pelo STJ.

Em março de 2023, a Companhia, com o apoio de seus assessores jurídicos, impetrou mandado de segurança, a fim de determinar a análise pela Secretaria da Receita Federal do Brasil frente aos pedidos de ressarcimento de PIS e COFINS, uma vez que já ultrapassado o prazo de 360 dias para que a Receita Federal do Brasil profira decisão administrativa acerca dos pedidos formulados, nos termos do artigo 24 da Lei n.º 11.457/07. Inobstante ao pleito judicial, também foram peticionadas manifestações administrativas complementares àquelas já juntadas individualmente em cada processo, justamente para asseverar as matérias de fato e de direito que suportam o aproveitamento aos créditos pleiteados, ratificados pelo efetivo aproveitamento de pedidos anteriormente materializados e nos quais houve a observância, pela Administração Pública Federal, do prazo de 360 dias retro mencionado.

Em face do exposto, a Companhia, através de seus assessores jurídicos, têm realizado diligências constantes para impulsionar os mandados de segurança, os quais se encontram conclusos para julgamento pelo juízo competente. Consigna-se, ainda, que há jurisprudência pacífica em torno da aplicabilidade e cabimento da ação mandamental para fazer valer o direito do contribuinte frente ao fisco de que o processo administrativo observe duração razoável, nos termos do artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, ratificada por decisões judiciais favoráveis e transitadas em julgado, em favor da Companhia, em casos análogos e pretéritos.

Ratifica-se, que as medidas ora adotadas não objetivam a reversão de decisão de mérito desfavorável à Companhia, mas tão somente que os pedidos originariamente formulados sejam efetivamente apreciados nos prazos legal e regularmente previstos, inexistindo, portanto, fato que enseje a adequação ou revisão quanto ao prognóstico do mérito dos pedidos formulados.

9 Imposto de renda e contribuição social

9.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2023</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de março de 2023</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>
Imposto de renda pessoa jurídica a recolher	1.474	4.639	1.539	4.661
Contribuição social sobre o lucro líquido a recolher	<u>531</u>	<u>1.304</u>	<u>563</u>	<u>1.316</u>
	<u>2.005</u>	<u>5.943</u>	<u>2.102</u>	<u>5.977</u>

9.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

No período findo em 31 de março de 2023, a Companhia utilizou a sistemática do lucro real, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações contábeis intermediárias. As suas controladas utilizaram a sistemática de lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores das informações contábeis intermediárias, apenas quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a diretoria considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada, não haverá constituição de tributos diferidos ativos e expectativa para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas.

Em 31 de março de 2023, os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social não registrados contabilmente, são de R\$ 16.578 (2022 – R\$ 14.268), na controladora e no consolidado, em razão de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

No período findo em 31 de março de 2023, a movimentação dos saldos de tributos diferidos é como segue:

Natureza por entidade legal	Controladora			Consolidado		
	Em 1º de janeiro de 2023	Reconhecido no resultado	Em 31 de março de 2023	Em 1º de janeiro de 2023	Reconhecido no resultado	Em 31 de março de 2023
Créditos tributários sobre:						
Prejuízos fiscais acumulados	2.928		2.928	2.928		2.928
Contribuição social sobre base negativa acumulada	1.054		1.054	1.054		1.054
Diferenças temporárias:						
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	12.071	(3.470)	8.601	12.071	(3.470)	8.601
Variação cambial		105	105		105	105
Controladas tributada pelo regime de caixa					(3.684)	(3.684)
Outras provisões temporárias	399	(6)	393	399	(6)	393
	<u>16.452</u>	<u>(3.371)</u>	<u>13.081</u>	<u>16.452</u>	<u>(7.055)</u>	<u>9.397</u>
Débitos tributários sobre:						
Diferenças temporárias:						
Direitos do Acordo	19.952	(4.178)	15.774	19.952	(4.178)	15.774
	<u>19.952</u>	<u>(4.178)</u>	<u>15.774</u>	<u>19.952</u>	<u>(4.178)</u>	<u>15.774</u>
Débitos tributários, líquidos	<u>(3.500)</u>	<u>807</u>	<u>(2.693)</u>	<u>(3.500)</u>	<u>(2.877)</u>	<u>(6.377)</u>
Tributos diferidos ativos						
Tributos diferidos passivos	(3.500)		(2.693)	(3.500)		(6.377)

No período findo em 31 de março de 2022, a movimentação dos saldos de tributos diferidos é como segue:

Natureza por entidade legal	Controladora			Consolidado		
	Em 1º de janeiro 2022	Reconhecido no resultado	31 de março de 2022	Em 1º de janeiro 2022	Reconhecido no resultado	31 de março de 2022
Créditos tributários sobre:						
Prejuízos fiscais acumulados	9.040	2.185	11.225	12.648	358	13.006
Contribuição social sobre base negativa acumulada	3.254	787	4.041	4.554	128	4.682
Diferenças temporárias:						
Provisão para impairment				74	90	164
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	9.641	2.193	11.834	10.133	2.233	12.366
Variação cambial	535	(535)		535	(535)	
Obrigações do Acordo	1.045		1.045	1.045		1.045
Outras provisões temporárias				545	(164)	381
	<u>23.515</u>	<u>4.630</u>	<u>28.145</u>	<u>29.534</u>	<u>2.110</u>	<u>31.644</u>
Débitos tributários sobre:						
Diferenças temporárias:						
Direitos do Acordo	20.960	(325)	20.635	20.960	(325)	20.635
Custo atribuído				120.520	(91)	120.429
	<u>20.960</u>	<u>(325)</u>	<u>20.635</u>	<u>141.480</u>	<u>(416)</u>	<u>141.064</u>
Débitos tributários, líquidos	<u>2.555</u>	<u>4.955</u>	<u>7.510</u>	<u>(111.946)</u>	<u>2.526</u>	<u>(109.420)</u>
Tributos diferidos ativos	2.555		7.510	2.555		7.511
Tributos diferidos passivos				(114.501)		(116.931)

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
Em 2025	403	403	403	403
Em 2026	3.579	3.579	3.579	3.579
	3.982	3.982	3.982	3.982

A expectativa de realização dos tributos diferidos está fundamentada no resultado do plano de negócios implementado na Companhia, que considera que a Companhia é responsável pelas atividades de manejo florestal mediante contrato de comodato de sua controlada e pela expectativa de realização dos ativos e passivos constituídos do Acordo, bem com o pela atualização monetária de tributos a recuperar.

Essa estimativa considera a limitação da utilização dos referidos créditos até o limite de 30% do lucro real apurado em cada período.

9.4 Reconciliação da alíquota efetiva

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	7.366	(4.640)	11.139	2.898
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	(2.504)	1.578	(3.787)	(985)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial	6.193	4.566		
Despesas não dedutíveis	(569)	(665)	(569)	(665)
Crédito tributário não constituído sobre prejuízos fiscais	(2.313)		(2.313)	
Controladas tributadas pelo regime de caixa			3.703	
Baixa de tributos				(388)
Reversão variação cambial		(535)		(535)
Outras (adições) e exclusões líquidas		11		(10)
No resultado do período	807	4.955	(2.966)	(2.583)
Alíquota efetiva	11%	-107%	-27%	-89%

10 Investimentos (Controladora)

10.1 Composição dos investimentos

Os investimentos mantidos pela Companhia têm a seguinte composição:

	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Fazenda São José S.A.	509.328	498.656
Fazenda Iporanga S.A.	226.558	219.702
Fazenda Boa Vista S.A.	67.574	66.886
Ecotrans Transportes, Serviços e Locação de Equipamentos de Máquinas Ltda. (i)	(1.474)	
Buriti Agrícola Ltda. (i)	(48)	
Crateús Algodoeira S.A., Itaqui Participações S.A. e Mocuri Agrícola Ltda. (i)		
	<u>801.938</u>	<u>785.244</u>

- (i) Em 17 de março de 2023, a Companhia adquiriu o controle das empresas Buriti Agrícola Ltda. ("Buriti"), Crateús Algodoeira S.A. ("Crateús"), Ecotrans Transportes, Serviços e Locação de Equipamentos de Máquinas Ltda. ("Ecotrans"), Itaqui Participações S.A. ("Itaqui"), e Mocuri Agrícola Ltda. ("Mocuri"). Essas empresas são entidades não operacionais e, na avaliação da administração, o valor contábil do patrimônio líquido de cada uma das empresas se aproxima do seu valor justo para fins de reconhecimento contábil dessas aquisições na Companhia. Na data da aquisição do controle das referidas entidades, essas entidades não possuem qualquer ativo para ser reconhecido, e os passivos identificados são no montante de R\$ 48 na Buriti e R\$ 1.474 na Ecotrans, correspondentes a contingências tributárias avaliadas como perda provável. Essas empresas também mantem ações ativas e passivas de naturezas diversas, não reconhecidas contabilmente por não representar desembolso provável na avaliação da administração realizadas na data das aquisições.

O preço de compra foi estipulado em R\$ 1,00 (um real) a ser pago para a TESA, nos termos definidos no Acordo (Nota 1.3), e essas aquisições tiveram como objetivo facilitar a gestão, pela Companhia, de potenciais oportunidades tributárias originadas em operações realizadas pelas referidas entidades no passado. O passivo assumido nessas aquisições, no montante de R\$ 1.522 foram registrados como Outras despesas operacionais (Nota 22).

Em ato contínuo da aquisição de controle, as referidas empresas serão incorporadas pela Companhia em até sessenta dias a contar de 30 de abril de 2023.

10.2 Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos mantidos pela Companhia no período é como segue:

Em 1º de janeiro de 2022	741.077
Resultado de equivalência patrimonial do período	13.432
Dividendos antecipados pela controlada (i)	<u>(16.314)</u>
Saldo em 31 de março de 2022	<u>738.195</u>
Resultado de equivalência patrimonial do período	27.757
Dividendos aprovados pela controlada (i)	(65.172)
Dividendos antecipados pela controlada (i)	(3.587)
Aquisição - Iporanga, Boa Vista e São José	3
Mais-valia atribuída as terras da TS Brasil (ii)	(192.486)
Incorporação TS Brasil S.A. (iii)	(497.964)
Dividendos mínimos obrigatórios - Iporanga, Boa Vista e São José	(1.601)
Aporte de capital - Iporanga, Boa Vista e São José (Nota 1.3.2)	<u>780.099</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>785.244</u>
Em 1º de janeiro de 2023	785.244
Resultado de equivalência patrimonial do período	18.216
Passivo a descoberto assumido na aquisição de controladas (Nota 10.1 (i))	<u>(1.522)</u>
Em 31 de março de 2023	<u>801.938</u>
Investimentos em controladas	803.460
Obrigações de controladas a pagar	<u>(1.522)</u>
	<u>801.938</u>

- (i) Os recursos financeiros enviados pela TS Brasil para a Companhia estavam sendo apresentados como redutor do saldo de investimentos, pois não havia a expectativa da Companhia liquidar essa operação com a troca de ativos financeiros, mas sim com a deliberação de dividendos na controlada no futuro. O total desses pagamentos, no montante de R\$ 19.901, foi extinto quando da incorporação da referida controlada.

Ademais, em 29 de julho de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos no montante de R\$ 49.498 e, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 15.674, totalizando R\$ 65.172.

Esses recursos recebidos pela Companhia foram utilizados no pagamento de empréstimos, dividendos e remuneração dos administradores.

- (ii) Referia-se a mais valia de terras alocada ao custo de aquisição das propriedades para investimentos que foram alocadas ao custo de aquisição das propriedades para investimento que foram recebidas da TS Brasil na incorporação, e capitalizadas nas controladas São José, Iporanga e Boa Vista.
- (iii) Em 30 de novembro de 2021, a Companhia incorporou a TS Brasil, conforme divulgado na Nota 1.3.1 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

10.3 Informações sobre as investidas

Em 31 de março de 2023, as informações financeiras das investidas são como segue:

	<u>Percentual de participação</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Resultado do período</u>
Fazenda São José S.A.	100%	556.810	47.482	509.328	14.728	10.672
Fazenda Iporanga S.A.	100%	257.486	30.928	226.558	9.198	6.856
Fazenda Boa Vista S.A.	100%	70.642	3.068	67.574	1.033	688
Ecotrans Transporte Ltda.	100%		1.474	(1.474)		
Buriti Agrícola Ltda.	100%		48	(48)		
Crateús Algodoeira S.A.	100%					
Itaqui Participações S.A	100%					
Mocuri Agrícola Ltda.	100%					
		<u>884.938</u>	<u>83.000</u>	<u>801.938</u>	<u>24.959</u>	<u>18.216</u>

Em 31 de março de 2022, as informações financeiras da investida é como segue:

	<u>Percentual de participação</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Resultado do período</u>
TS Brasil S.A	100%	750.759	205.050	545.709	23.690	13.432

11 Propriedades para investimento (Consolidado)

As propriedades para investimento têm a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2023</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>
Imóveis - escritório em Nova Mutum (i)	9.257	9.288
Propriedades agrícolas (ii)	<u>796.771</u>	<u>797.697</u>
	<u>806.028</u>	<u>806.985</u>

- (i) Os imóveis referem-se ao prédio corporativo localizado na cidade de Nova Mutum – MT que é mantido pela Fazenda Boa Vista, controlada direta, com o objetivo de auferir renda mediante aluguel a terceiros. Estes imóveis estão registrados pelo valor de custo, sendo que o valor justo em 31 de março de 2023 foi estimado em R\$ 41.297, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada datado de 30 de novembro de 2022 (2022 - R\$ 41.297). A administração estima não haver variação no valor justo dessas propriedades nesse período.
- (ii) As propriedades agrícolas referem-se às terras para exploração conforme contratos de arrendamento mantidos pelo Grupo. As propriedades para investimento estão registradas pelo valor de custo de aquisição, sendo que o valor justo em 31 de março de 2023 foi estimado em R\$ 3.478.533, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada datado de 30 de novembro de 2022 (2022 - R\$ 3.478.533). A administração estima não haver variação no valor justo dessas propriedades nesse período.

A movimentação das propriedades para investimento no período é como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2023</u>	<u>31 de março de 2022</u>
Saldo em 1º de janeiro	806.985	811.605
Transferência do ativo imobilizado		4.436
(-) Depreciação	<u>(957)</u>	<u>(1.470)</u>
Saldo final	<u>806.028</u>	<u>814.571</u>

11.1 Propriedades para investimentos dadas em garantia

Em 31 de março de 2023, os empréstimos e financiamentos da Companhia no montante de R\$ 127.707 (R\$ 29.737 - 2022), estão garantidos por alienação fiduciária de duas matrículas, no valor contábil de R\$ 64.069 (R\$ 29.067 - 2022).

Adicionalmente, em garantia de execução fiscal, foram oferecidos bens imóveis da Fazenda “São José” em penhora, lastreando processo fiscal de sua incorporada Maeda S.A. Agroindustrial, cujo valor dos ativos imobilizados é de R\$ 5.795 (R\$ 5.795 - 2022). A garantia se trata de débito já quitado através do PERT - Programa Extraordinário de Regularização Tributária, contudo, por ausência de consolidação do PERT pela Receita Federal do Brasil tal débito não pode ser considerado extinto, motivo pelo qual a penhora ainda não pôde ser baixada.

12 Imobilizado

12.1 Controladora

O saldo de imobilizado na Companhia refere-se à equipamentos de informática, móveis e utensílios e adiantamentos para aquisição de imobilizado. O custo histórico foi de R\$ 612 e depreciação acumulada de R\$ 86 (2022 - R\$ 566 custo total e depreciação acumulada de R\$ 60).

12.2 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2023 (Consolidado)

(+) Custo	31/12/2022	Adições	31/03/2023
Terras para exploração (i)	45.841		45.841
Edificações e instalações	209		209
Máquinas e equipamentos	57		57
Veículos	10		10
Móveis e utensílios	70		70
Adiantamento para aquisição de imobilizado		46	46
Equipamentos de informatica	515		515
Correção de solo	41.590		41.590
Total	88.292	46	88.338
(-) Depreciação	31/12/2022	Adições	31/03/2023
Edificações e instalações	(39)	(1)	(40)
Máquinas e equipamentos	(18)	(1)	(19)
Veículos	(10)		(10)
Móveis e utensílios	(11)	(2)	(13)
Equipamentos de informatica	(59)	(24)	(83)
Correção de solo	(41.590)		(41.590)
Total	(41.727)	(28)	(41.755)
(=) Saldo residual, líquidos	31/12/2022	Adições	31/03/2023
Terras para exploração (i)	45.841		45.841
Edificações e instalações	170	(1)	169
Máquinas e equipamentos	39	(1)	38
Móveis e utensílios	59	(2)	57
Adiantamento para aquisição de imobilizado		46	46
Equipamentos de informatica	456	(24)	432
Total	46.565	18	46.583

- (i) As terras mantidas como ativo imobilizado referem-se à unidade que executa a exploração sustentável da vegetação nativa (manejo florestal).

12.3 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2022 (Consolidado)

(+) Custo	31/12/2021	Adições	Transferências	31/03/2022
Terras para exploração (i)	50.277		(4.436)	45.841
Edificações e instalações	209			209
Máquinas e equipamentos	57			57
Veículos	10			10
Móveis e utensílios	16			16
Adiantamento para aquisição de imobilizado	110			110
Equipamentos de informática		175		175
Correção de solo	41.590			41.590
Total	92.269	175	(4.436)	88.008
(-) Depreciação	31/12/2021	Adições	Transferências	31/03/2022
Edificações e instalações	(30)			(30)
Máquinas e equipamentos	(15)			(15)
Veículos	(10)			(10)
Móveis e utensílios	(10)			(10)
Equipamentos de informática		(5)		(5)
Correção de solo	(41.590)			(41.590)
Total	(41.655)	(5)		(41.660)
(=) Saldo residual, líquidos	31/12/2021	Adições	Transferências	31/03/2022
Terras para exploração (i)	50.277		(4.436)	45.841
Edificações e instalações	179			179
Máquinas e equipamentos	42			42
Móveis e utensílios	6			6
Adiantamento para aquisição de imobilizado	110			110
Equipamentos de informática		170		170
Total	50.614	170	(4.436)	46.348

- (i) As terras mantidas como ativo imobilizado referem-se à unidade que executa a exploração sustentável da vegetação nativa (manejo florestal).

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear.

13 Empréstimos

Modalidade	Moeda	Média de juros	Controladora		Consolidado	
			31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
Moeda Nacional						
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	16,15% (15,89% a.a)	42.199	29.737	42.199	29.737
Capital de giro (i)	R\$	15,95% a.a.	85.508		85.508	
Total		16,02% a.a.	127.707	29.737	127.707	29.737
Circulante			(42.707)	(29.737)	(42.707)	(29.737)
Não Circulante			85.000		85.000	

- (i) A captação de capital de giro foi realizada no período findo em 31 de março de 2023 com a finalidade de pagamento dos dividendos propostos pela administração da Companhia. Essa captação será remunerada pela variação do CDI e juros anuais de 2,3%, em reais (estimado em 15,95% ao ano pela administração).

Os financiamentos de longo prazo, serão liquidados em quatro parcelas anuais iguais com vencimento a partir de maio de 2024 até maio de 2027.

13.1 Covenants

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e do Grupo pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são mantidas cláusulas de *covenants* financeiros em um único contrato de dívida, e a medição destas cláusulas é realizada no encerramento de cada exercício social com base nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme segue:

- Limite para relação de 3 vezes Dívida líquida x EBITDA

A Companhia realiza o acompanhamento desse compromisso e, em 31 de março de 2023, entende que não há indícios de que o indicador financeiro não será atingido ao final do exercício.

14 Títulos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
Honorários Advocatícios	1.177	1.559	1.177	1.559
Passivos decorrentes do Acordo (i)	10.553		10.553	
Outros	497	263	497	263
	<u>12.227</u>	<u>1.822</u>	<u>12.227</u>	<u>1.822</u>
Circulante	<u>(12.227)</u>	<u>(1.822)</u>	<u>(12.227)</u>	<u>(1.822)</u>

- (i) Conforme divulgado na Nota 1.3 (c), refere-se a obrigação líquida a ser liquidada em 30 de junho de 2023.

15 Outros tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
PIS	1		470	53
COFINS	3		2.218	248
ITR			267	
IRRF	87	87	87	87
Retenções (PIS/COFINS/CSLL/ISS)	1.199	1.311	1.199	1.311
Outros tributos			47	
	<u>1.290</u>	<u>1.398</u>	<u>4.288</u>	<u>1.699</u>
Circulante	<u>(1.290)</u>	<u>(1.398)</u>	<u>(4.288)</u>	<u>(1.699)</u>

16 Passivos relacionados a contratos com clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
Contratos de Arrendamento (i)			74.092	73.491
Outros		52		52
		<u>52</u>	<u>74.092</u>	<u>73.543</u>
Circulante		<u>(52)</u>	<u>(4.084)</u>	<u>(3.989)</u>
Não circulante			<u>70.008</u>	<u>69.554</u>

- (i) Refere-se ao adiantamento recebido da TESA pelo arrendamento das propriedades para investimento do Grupo, equivalentes a 39.099 hectares de terras localizados no estado de Mato Grosso, conforme contratos firmados entre as partes até o término da safra 2040/2041, previsto para agosto de 2041. Esses adiantamentos recebidos caracterizam-se como passivos de contratos e, portanto, estão sendo atualizados pela taxa equivalente ao custo médio de captação do Grupo no momento do recebimento do recurso, determinado em 8,66% ao ano pela diretoria.

No período findo em 31 de março de 2023, foram imputados encargos financeiros no montante de R\$ 1.535 sobre o saldo de adiantamentos de clientes, e houve a baixa de R\$ 998 contra recebíveis de arrendamento e R\$ 52 contra recebíveis de venda de madeira, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Saldo inicial	52		73.543	71.257
Adiantamento recebido			64	
Apropriação de juros			1.535	1.488
Compensação com recebíveis	(52)		(1.050)	(918)
Saldo final			74.092	71.827
Circulante			(4.084)	(3.699)
Não circulante			70.008	68.128

O montante dos adiantamentos a serem compensados com os recebíveis dos contratos de arrendamento nos próximos doze meses é de R\$ 4.084, e a parcela classificada no passivo não circulante tem a seguinte distribuição por ano de compensação:

	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
2024	3.015	3.937
2025	4.020	3.937
2026	4.020	3.937
2027 à 2041	58.953	57.743
	<u>70.008</u>	<u>69.554</u>

A diretoria do Grupo entende que o adiantamento recebido apenas caracteriza-se como receita ganha pelo Grupo à medida que o período de arrendamento é incorrido, sendo que o montante correspondente ao período não realizado é passivo de devolução em caso de eventos futuros que impossibilitem a continuidade da operação contratada entre as partes.

17 Provisão para contingências

A diretoria, com base na análise individual dos processos impetrados contra o Grupo e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
Causas	Provisão	Provisão
Trabalhistas	2.133	25.714
Tributárias e ambientais	9.894	9.611
Cíveis	4.328	3.576
Total	<u>16.355</u>	<u>38.901</u>
Circulante		(24.373)
Não circulante	<u>16.355</u>	<u>14.528</u>

Trabalhistas

As ações referem-se, substancialmente a ações trabalhistas recebidas no Acordo (Nota 1.3), com destaque para o saldo líquido estimado de R\$ 1.334 (sendo R\$ 2.439 o valor de contingências e R\$ 1.105 de

depósitos judiciais) em que o reclamante alega descumprimento de cláusula contratual por violação de suposto período estabilizatório e consequente aplicação de multa prevista em cláusula penal.

Conforme divulgado na Nota 1.2 (b), em janeiro de 2023 ocorreu a liquidação de ação trabalhista relevante que estava provisionada pela Companhia. Adicionalmente, considerando os extratos juntados nos autos, bem como os valores deduzidos até o presente, ainda há em depósito o valor de R\$ 1.063, referente a discussão acerca da multa de litigância de má-fé em desfavor do Reclamante.

Tributárias e ambientais

Representadas por auto de infração lavrado pelo IBAMA, objeto de execução fiscal, no importe de R\$ 3.502, por exercer atividade operacional em inobservância à legislação ambiental aplicável. Adicionalmente, temos execuções fiscais oriundas de decisão que reconheceu suposta inconstitucionalidade de parcelamento de créditos realizado no Estado do Mato Grosso, as quais somadas equivalem a R\$ 2.150. Ações diversas recebidas do Acordo (Nota 1.3), referente a litígios tributários originados no Estado do Ceará, relacionados a cobranças provenientes de suposto débitos de ICMS para o exercício de 2009, no montante de R\$ 2.988, indenização por danos ambientais ocorridas na antiga Unidade Produtora de Biocombustível de São Luis/MA (desativada em 2011) no montante de R\$ 219, bem como auto de infração por suposta operação de armazém-geral em inobservância à legislação aplicável no montante de R\$ 480.

Cíveis

Representada pelo valor estimado para a liquidação de ações originadas na Terra Santa Agro S.A., antiga controladora da Companhia, e transferida para o Grupo conforme termos do Acordo (Nota 1.3).

Essas ações cíveis são representadas por pedidos de indenização por dano moral, material e suposto descumprimento de contrato de prestação de serviço, inadimplemento contratual e a consequente cobrança de multas e penalidades.

17.1 Depósitos judiciais

Em 31 de março de 2023, a Companhia possui depósitos judiciais, para os quais não mantém provisão para contingências, nos montantes totais de R\$ 3 (2022 - R\$ 30) os quais estão classificados no ativo não circulante.

Determinados depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para o Grupo. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

Em 31 de março de 2023, o Grupo mantinha R\$ 2.044 (2022 - R\$ 13.756) de depósitos judiciais para os quais haviam provisões correspondentes (Nota 17.2).

17.2 Movimentação das provisões cuja perda é provável

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022 e 1º de janeiro a 31 de março de 2023

Controladora e Consolidado				
(+) Provisão para contingência	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	37.388	2.360	1.737	41.485
Incorporação de controlada (Nota 1.2.1)	725	5.187	591	6.503
Novos processos e complementos	107	2.913	2.191	5.211
Reversão de provisão	(272)	(1.234)	(317)	(1.823)
Liquidações no período	(479)	(4)	(140)	(623)
Atualização monetária do período	1.394	389	121	1.904
Saldos em 31 de dezembro de 2022	38.863	9.611	4.183	52.657
Saldos em 1º de janeiro de 2023	38.863	9.611	4.183	52.657
Novos processos e complementos (i)	1.176		746	1.922
Reversão de provisão (ii)	(60)		(391)	(451)
Liquidações no período (iii)	(36.859)		(64)	(36.923)
Atualização monetária do período (iv)	448	283	309	1.040
Saldos em 31 de março de 2023	3.568	9.894	4.783	18.245
(-) Depósitos judiciais	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	(13.128)			(13.128)
Novos processos e complementos	(140)		(607)	(747)
Reversão de provisão	119			119
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(13.149)		(607)	(13.756)
Saldos em 1º de janeiro de 2023	(13.149)		(607)	(13.756)
Novos processos e complementos	(74)			(74)
Liberação de depósitos judiciais (iii)	11.786			11.786
Reversão de provisão	2		152	154
Saldos em 31 de março de 2023	(1.435)		(455)	(2.044)
(=) Provisão para contingência, líquida			31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
Trabalhistas			2.133	25.714
Tributárias			9.894	9.611
Cíveis			4.328	3.576
Total			16.355	38.901
Circulante				(24.373)
Não circulante			16.355	14.528

- (i) As adições ocorridas no período findo em 31 de março de 2023, referem-se à:

Trabalhistas: complementos para um processo relacionados a: provisão de custas processuais R\$ 186, honorários de sucumbência R\$ 929, provisão com a ação rescisória R\$ 42 e R\$ 19 complemento do valor da condenação.

Cível: provisão de honorários de sucumbência para um processo no montante de R\$ 151, alteração de prognóstico de possível para provável em dois processos montante de R\$ 555, alteração de prognóstico de remoto para provável em um processo no montante de R\$ 40.

- (ii) As reversões ocorridas no período findo em 31 de março de 2023, referem-se à:

Trabalhistas: reversão por alteração de prognóstico de provável para possível em um processo no montante de R\$ 41 e adequação de saldo após cálculo pericial em três processos no montante de R\$ 19

Cível: adequação de saldo em um processo após cálculo pericial no montante de R\$ 391.

(iii) Das liquidações ocorridas período findo em 31 de março de 2023, referem-se à:

Trabalhistas: liquidação de processo, sendo R\$ 11.786 através da liberação de depósitos judiciais e R\$ 25.073 através de pagamento realizado pela TESA (Nota 1.2 (b)).

Cível: pagamento realizado pela TESA em 3 processos no montante de R\$ 64 e que serão indenizados pela Companhia à TESA conforme definido em Acordo.

(iv) Os encargos financeiros no período findo em 31 de março de 2023, referem-se à: Trabalhista: atualização monetária para o processo número 0025800-58.2009.5.24.0022 no montante de R\$ 205. Os demais processos foram atualizados no montante de R\$ 243. Tributárias e Cíveis, atualizados monetariamente nos montantes de R\$ 283 e R\$ 309, respectivamente.

17.3 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da diretoria, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas demonstrações financeiras intermediárias:

Causas	Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
Tributárias (i)	140.738	135.158
Cíveis (ii)	15.830	13.879
	<u>156.568</u>	<u>149.037</u>

(i) **Tributárias**

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se a indeferimentos de pedidos de ressarcimento de créditos de PIS/COFINS não cumulativo; suposta ausência de recolhimento de ICMS; indeferimento dos pedidos de compensações referentes a IRRF, IRPJ, CSLL, IOF, PIS, COFINS, ITR, IPI; aplicação de suposta multa isolada de 50% pela não homologação dos pedidos de compensação; suposta fruição indevida de crédito de ICMS pelo PROALMAT; suposta utilização indevida de crédito de ICMS na compra de energia elétrica; lavratura de auto de infração por suposta ausência de recolhimento de ITR.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam como perda possível em razão da jurisprudência dos tribunais regionais e superiores ainda não estar pacificada quanto aos temas, da especificidade de algumas teses de defesa e, em alguns casos, poucos julgados sobre a matéria em discussão, além de precedência de *leading cases* de casos semelhantes com decisões controvertidas.

No período findo em 31 de março de 2023, houve o encerramento de dois processos relacionados a auto de infração por suposta ausência de recolhimento de ICMS no montante de R\$ 26, alteração de prognóstico para um processo de possível para remoto no montante de R\$ 7 relacionado a cobrança de taxa de fiscalização no município de Sinop, baixa de um processo no montante de R\$ 953 relacionado a auto de infração por suposta ausência de recolhimento de ICMS, onde, após reanálise da equipe jurídica foi constatado que o processo pertence a TESA, adequação do valor de cinco processos no montante de R\$ 2.879, sendo dois processos no montante de R\$ 2.765 relacionados a auto de infração em que se discute suposta escrituração indevida de crédito de ICMS e um processo no montante de R\$ 114 relacionado a auto de infração por suposta ausência de recolhimento de ICMS. Adicionalmente, ocorreu atualização monetária dos processos já existentes no montante R\$ 3.685.

(ii) **Cíveis**

As ações judiciais cíveis com perda classificada como possível apresentam pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito,

execução decorrente de auto de infração ambiental e ação civil pública decorrente de supostos danos causados ao meio ambiente.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as ações cíveis como possíveis por conta da existência de documentos e outros meios de provas aptos a comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos dos autores, além de precedentes jurisprudenciais.

No período findo em 31 de março de 2023 houve adequação de saldo em um processo relacionado a ação de indenização por danos materiais no montante de R\$ 1.837 e alteração de prognóstico para um processo no montante de R\$ 247, onde houve acordo e a Companhia efetuará o pagamento no montante de R\$ 110, e atualização de valores no montante de R\$ 361.

Espólio de J.L.F. - pessoa física

Trata-se de ação reivindicatória ajuizada por João Luiz Fabre e outros em face de Laerte Mioranza e Outros, com o objetivo de reintegrar à posse dos imóveis objeto da demanda, situados em Nova Mutum (MT), sob a alegação de terem sido indevidamente alienados pelos Réus em favor de terceiros.

Os assessores jurídicos externos que apoiam a Diretoria, classificam essa causa como possível e avalia que na hipótese de decisão desfavorável o prejuízo econômico será fixado em R\$ 8.582 em 31 de março de 2023 (2022 - R\$ 8.419)

17.4 Ativos contingente da Companhia

O departamento jurídico do Grupo mantém o acompanhamento de teses tributárias favoráveis aos contribuintes, que foram formalizadas em ações judiciais originadas nas empresas do Grupo, bem como em empresas que foram incorporadas pela Companhia ao longo dos anos, ou ainda em ações judiciais cujos direitos estão nominalmente mantidos na antiga controladora, mas que são de direito da Companhia nos termos do Acordo (Nota 1.3).

Essas ações envolvem processos que foram transitados em julgado e/ou temas favoráveis aos contribuintes com repercussão geral, os quais não foram reconhecidas contabilmente pela Companhia por não atenderem ao conceito de "praticamente certo", nos termos determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 25/ IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme avaliação realizada pela Diretoria da Companhia em conjunto com os seus assessores tributários e legais.

Durante o exercício de 2022, a Diretoria aprimorou o mapeamento e levantamento de informações relacionadas à referidas ações, as quais foram substancialmente migradas para a Companhia quando do Acordo e, em 31 de março de 2023, as referidas teses indicam ser provável a entrada de benefícios econômicos para o Grupo no futuro, tão logo sejam superados os obstáculos existentes para a concretização do seu direito.

Em sua avaliação, a Diretoria verificou que a sua conversão das referidas ações em matéria praticamente certa ainda depende de ocorrências que não estão totalmente sob o controle da Companhia, sobretudo por (i) ausência de trânsito em julgado para temas que ainda estão em julgamento e que não estão amparadas por outras decisões de repercussão geral, (ii) inexistência, no presente momento, do suporte documental completo requerido para comprovação do direito reivindicado pelas empresas do Grupo, e (iii) em razão dos fatores mencionados nos itens (i) e (ii), promover a mensuração econômica adequada de cada uma das teses.

Essas ocorrências são verificadas de forma consistente nessas ações que estão em acompanhamento pela Diretoria, a qual, com o apoio de seus assessores externos designados para cada tese, entende que poderão ser adequadamente endereçadas nos próximos períodos, para o consequente reconhecimento dos potenciais direitos.

A Diretoria entende que a mudança na expectativa de êxito nas referidas ações ocorrerá apenas quando for possível combinar o direito adquirido com o trânsito em julgado para o tema em discussão, com a certeza da existência de toda a documentação suporte necessária para a finalização dos cálculos e comprovação do seu direito líquido e certo junto às autoridades fiscais e legais.

Em 31 de março de 2023, as ações que estão em análise pela Diretoria, e que se encontram nas condições acima descritas, são as seguintes:

- (i) Não incidência do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, refere-se ao abatimento do ICMS destacado na comercialização de produtos tributados pelo PIS e pela COFINS. O Supremo Tribunal

Federal (“STF”), ao julgar o RE nº 574.706, reconheceu que o imposto estadual destacado não deve compor base de cálculo das contribuições federais. A RFB, através da IN 2121/22, artigo 25, § 3º, pacificou entendimento quanto à metodologia do cálculo da exclusão. Essa ação diz respeito, substancialmente à Maeda S.A. Agroindustrial, sucedida pela Companhia, e para a qual a Diretoria, com o apoio de seus assessores legais, está em processo do levantamento de documentação suporte para o período de 1992 até 2012, para posteriormente efetuar o cálculo do valor passível de comprovação.

- (ii) Expurgos inflacionários oriundos de Cédulas Pignoratória Rural firmadas junto ao Banco do Brasil no período do Plano Collor, cujo aproveitamento se dará através de processo de cumprimento de sentença já iniciado pela Companhia, mas que se encontra sobrestado até a apreciação definitiva, pelo Supremo Tribunal Federal, do Recurso Extraordinário, apresentado pelo Banco do Brasil, o qual suspendeu os efeitos da Ação Civil Pública (“ACP”). Enquanto houver risco de reversão das decisões proferidas na ACP, favoráveis à Companhia, não há o que se falar em estabilização do direito. Essa ação é de titularidade da Agropem Agropecuária Maeda, atualmente sob o controle da antiga controladora da Companhia e operando com razão social distinta.
- (iii) Não incidência do ICMS na base de cálculo do Funrural, refere-se ao abatimento do ICMS destacado na venda da produção agrícola primária, da base de cálculo da contribuição destinada ao Funrural. A Lei 8.212/91, determina que a contribuição incida sobre a receita integral da comercialização da produção, incluindo-se até mesmo o valor do ICMS devido. Ocorre, contudo, que o ICMS não pode ser incluído na base de cálculo do Funrural, pois o valor correspondente ao imposto não representa receita do Produtor Rural alienante (tese que busca a similaridade com a ação do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS). Para essa ação, não há decisão definitiva que assegura o direito do Grupo. Essa ação é de titularidade da Agropem Agropecuária Maeda, atualmente sob o controle da antiga controladora da Companhia e operando com razão social distinta.
- (iv) Títulos PER – Créditos de PIS e COFINS, trata-se do acúmulo de créditos de Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS não utilizados na apuração mensal de janeiro de 2006 a janeiro de 2009, de acordo com os termos da IN 2055/2021, cabível a restituição de créditos escriturais (conta gráfica) não utilizados na compensação de débitos da mesma natureza. Não há evolução do tema desde 2010, quando do encaminhamento do pedido de restituição pela entidade, o qual ainda está pendente de apreciação administrativa e, presentemente, a Diretoria está buscando a documentação suporte, com o apoio de empresa terceira contratada. Essa ação é de titularidade da Brasil Ecodiesel, atualmente sob o controle da antiga controladora da Companhia e operando com razão social distinta.
- (v) Não incidência do Funrural em exportações indiretas em face da declaração do Supremo Tribunal Federal (“STF”) no Recurso Extraordinário nº 759.244, que julgou inconstitucional o artigo 170 da instrução normativa 971/2009 (revogada) que afastava da regra de não incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a receita bruta para as operações realizadas com fins de exportação (“trading companies”). Essa ação diz respeito, substancialmente à Maeda S.A. Agroindustrial, sucedida pela Companhia, e para a qual a Diretoria, com o apoio de seus assessores legais, está em processo do levantamento de documentação suporte a qual refere-se à período anterior a 2008.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 673.588, dividido em 96.226.962 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

18.2 Reserva de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2021, foi aprovada a dívida migrada e recepcionada pela Companhia, correspondente a outorga realizada pela Terra Santa Agro S.A. à executiva da Companhia. O referido plano foi concebido originalmente com o objetivo de engajamento dos administradores na valorização das ações da Terra Santa Agro S.A. como um plano de remuneração variável dos executivos administradores e engajá-los na valorização das ações. A referida dívida diz respeito a remuneração variável concedida nos exercícios de 2019 e 2020, a serem liquidadas com a Recompra de Ações da Companhia, conforme Nota 18.3, tendo em vista que a liquidação deveria ocorrer mediante a entrega de ações.

O total de ações do programa de remuneração migrado após a aprovação em assembleia é de 338.417 (trezentas e trinta e oito mil, quatrocentas e dezessete) ações ordinárias da Companhia distribuídos em 259.313 (duzentas e cinquenta e nove mil, trezentas e treze) ações ordinárias da Companhia referente ao exercício de 2019 e 79.104 (setenta e nove mil, cento e quatro) ações ordinárias da Companhia referente ao exercício de 2020.

Em 2022, foi liquidado integralmente o programa do exercício de 2019, que foi dividido em três tranches e parcial liquidação do programa do exercício de 2020, também dividido em três tranches, todos mediante entrega de ações da Companhia.

18.3 Ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração de 20 de setembro de 2022, foi aprovada a abertura do Programa de Recompra de Ações da Companhia, com o objetivo de atender as outorgas do Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo da Companhia, conforme recepcionadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de dezembro de 2021, podendo, ainda, serem mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, sem redução do capital social da Companhia, respeitado o disposto no § 1º do artigo 30 da Lei das S.A., e na Resolução CVM 77.

Em 2022 foram adquiridas 182.921 ações por um preço médio de R\$ 28,13 no montante de R\$ 5.146, das quais foram entregues 163.034 ações para o pagamento do plano de pagamento baseado em ações no montante de R\$ 4.583, restando o montante de R\$ 563 referente a 19.887 ações mantidas em tesouraria.

18.4 Reservas de lucros

A Companhia destina 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal, conforme previsto pela legislação societária. Adicionalmente, as reservas de lucros também estão compostas por lucros a destinar, que compreende o montante de lucros retidos e que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

Em 31 de dezembro de 2022, foram constituídos R\$ 6.858 referente a reserva legal do exercício de 2022, adicionalmente, houve a destinação de R\$ 97.732 do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para lucros à disposição da assembleia, os quais foram deliberados em assembleia realizada em 20 de abril de 2023 (Nota 18.5).

18.5 Dividendos

No caso de distribuição de dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício após a dedução de 5% para constituição da reserva legal, nos termos do artigo 202, da Lei no 6.404/76.

Conforme divulgado na Nota 1.2 (b), Em 28 de março de 2023, a Companhia disponibilizou aos seus acionistas o montante de R\$ 85.000 à título de dividendos, sendo R\$ 32.578 correspondente ao dividendo mínimo obrigatório já reconhecido contabilmente em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 52.422 referente a antecipação de dividendos conforme proposta do Conselho de Administração, em 14 de março de 2023, para a distribuição de dividendos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para ratificação em Assembleia Geral Ordinária ("AGO").

Na referida reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2023, também foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais referentes ao exercício de 2022 no montante de R\$ 45.309, para pagamento em 5 de maio de 2023, após ratificação em AGO. Nesse contexto, os dividendos totais propostos para distribuição são no montante de R\$ 130.309.

Em 31 de março de 2022, os dividendos pagos aos acionistas a título de antecipação, no montante de R\$ 52.409, estão apresentados como redutores do patrimônio líquido, como Transação com acionistas. O pagamento do montante de R\$ 13, já proposto pelo Conselho de Administração, está retido até a regularização cadastral do acionista beneficiário.

Em 20 de abril de 2023, em AGO, os acionistas aprovaram a proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e ratificaram a distribuição de dividendos aprovada na reunião do Conselho de Administração.

18.6 Ajuste de avaliação patrimonial

Em 1º de agosto de 2021, foi efetivado o Acordo (item 1.3), o qual resultou em direitos e obrigações de reembolso para a Companhia, a receber e a pagar da TESA (controladora à época do Acordo). Nesse contexto, por referir-se à contribuição de ativos e passivos líquidos de acionistas ao patrimônio da Companhia, essa transação foi tratada como uma transação de capital com acionistas, considerando se tratar de operação realizada no contexto da reorganização societária conduzida pelos acionistas da TESA e da Companhia, na condição de controladores dessas empresas.

18.7 Plano de pagamento baseado em ações

Em 23 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Ações Restritas da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("Plano de ações restritas TSPA"), que estabelece as condições gerais do incentivo de longo prazo por meio da outorga de ações restritas de emissão da Companhia aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço elegíveis da Companhia, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas. Até a data de aprovação dessas informações contábeis intermediárias, não ocorreu a outorga para nenhum dos beneficiários.

O Plano de ações restritas TSPA prevê que o pagamento dos benefícios será realizado mediante a entrega de ações da Companhia ou pagamento do valor equivalente em dinheiro, a ser definido pelo Conselho de Administração, sendo limitada a diluição societária referencial máxima de até 5% do capital social da Companhia (considerando as ações ordinárias da Companhia na data de aprovação de cada plano). As metas de performance fixadas para o *vesting* do benefício serão definidas em cada outorga.

19 Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. Em 31 de março de 2023, a Companhia possui instrumentos com efeitos diluidores (sem efeito diluidor em 31 de março de 2022).

A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Lucro utilizado na apuração do resultado básico e diluído por ação	8.173	315
Quantidade de ações no exercício (milhares) - média ponderada do período	96.227	96.227
Efeito da diluição - ações (milhares)	20	
Quantidade de ações no exercício (milhares) - média ponderada do período para o lucro diluído	96.247	96.227
Lucro básico por ação (em reais)	0,0849	0,0033
Lucro diluído por ação (em reais)	0,0849	0,0033

20 Partes relacionadas

20.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 31 de março de 2023, a Companhia possui constituídos, como integrante da estrutura dos órgãos de Governança Corporativa, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Assuntos Jurídico, Comitê de Patrimônio e Sustentabilidade e Conselho Fiscal, além da Diretoria Executiva, composta pelo Diretor Presidente e de Relações com Investidores e um Diretor Administrativo e Jurídico.

No período findo em 31 de março de 2023, a remuneração dos conselheiros foi de R\$ 650 (R\$ 595 – 2022) composta por remuneração básica de R\$ 542 (R\$ 495 – 2022) e encargos sociais de R\$ 108 (R\$ 100 – 2022) e a remuneração da diretoria foi de R\$ 426 (R\$ 590 – 2022) composta por remuneração básica no montante de R\$ 363 (R\$ 529 -2022), Bônus de R\$ 47 (R\$ 213 – 2022), Plano de incentivo no montante de R\$ 6 (R\$ 1.742 - 2022).

21 Receita líquida

A receita líquida compreende as receitas de arrendamento operacionais, referente ao arrendamento de propriedades agrícolas e benfeitorias. Em 31 de março de 2022, também compreendia as receitas de contratos com clientes da operação de manejo florestal.

A composição da receita líquida nos períodos findos em 31 de março é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta de vendas de madeira				987
Receita bruta de arrendamento operacional	30	30	25.931	25.335
	30	30	25.931	26.322
Deduções da receita com vendas de madeira				
Devoluções e abatimentos				(151)
Impostos sobre vendas de madeira				(111)
				(262)
Deduções da receita com arrendamento				
Impostos sobre arrendamento	(3)	(3)	(945)	(2.343)
	(3)	(3)	(945)	(2.343)
Receita líquida	<u>27</u>	<u>27</u>	<u>24.986</u>	<u>23.717</u>
Receita líquida de vendas de madeira				725
Receita líquida de arrendamento operacional	27	27	24.986	22.992
Receita líquida	<u>27</u>	<u>27</u>	<u>24.986</u>	<u>23.717</u>

A receita líquida de venda tem a seguinte composição, por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Arrendamento	27	27	24.986	22.992
Madeira				725
Receita líquida de vendas	<u>27</u>	<u>27</u>	<u>24.986</u>	<u>23.717</u>

Os fluxos de caixa não descontados estimados para os arrendamentos operacionais contratados para os próximos cinco anos, e para o prazo remanescente do contrato, são como segue:

	Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022
2022		75.023
2023	70.270	100.530
2024	86.596	100.530
2025	86.486	100.530
2026	86.486	100.530
2027	86.486	100.530
2028 a 2041	1.199.770	1.373.907
	<u>1.616.094</u>	<u>1.951.580</u>

Os fluxos de caixa futuros estimados para as operações de arrendamento consideram o valor de mercado futuro da soja por ano safra até 2023 (última data disponível) e, a partir dessa data, mantém-se o valor de mercado utilizado para o último ano.

O Grupo já possui o preço definitivo (fixado) para 100% das sacas de soja que são utilizadas para determinar a receita de arrendamento para o ano safra 2022/2023 que se encerrará em 31 de agosto de 2023. O preço médio fixado é de R\$ 149,19 por saca.

22

Custos e despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Acordo de associação (Nota 1.3)	(1.802)		(1.802)	
Obrigações constituídas na aquisição de empresas (Nota 10.1 (i))	(1.522)		(1.522)	
Serviços de terceiros, manutenções e reparos	(1.648)	(751)	(1.699)	(2.101)
Provisões com contingências	(1.471)	(3.696)	(1.471)	(3.800)
Despesas com pessoal	(1.409)	(189)	(1.409)	(988)
Remuneração dos administradores	(1.076)	(1.185)	(1.076)	(1.185)
Depreciações e amortizações	(26)	(5)	(985)	(1.475)
Outras despesas operacionais, líquidas	(314)	(322)	(736)	(503)
Plano de incentivo (Nota 18.2)	(6)	(1.742)	(6)	(1.742)
IOF		(826)		(826)
Provisão/reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis				216
Baixa tributos				(1.045)
Pis e Cofins sobre receita de juros compartes relacionadas				(151)
	<u>(9.274)</u>	<u>(8.716)</u>	<u>(10.706)</u>	<u>(13.600)</u>

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do período nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Custo dos produtos vendidos			(1.224)	(1.470)
Despesas administrativas	(4.491)	(3.994)	(4.699)	(6.205)
Outras despesas (receitas), líquidas	(4.783)	(4.722)	(4.783)	(5.925)
	<u>(9.274)</u>	<u>(8.716)</u>	<u>(10.706)</u>	<u>(13.600)</u>

23

Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente de recebíveis	457		457	
Rendimentos de aplicações financeiras	53		53	166
Juros ativos	6		4	446
	<u>516</u>		<u>514</u>	<u>612</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.531)	(2.471)	(1.531)	(2.515)
Atualização monetária e juros passivos	(1.857)	(5.997)	(1.857)	(2.882)
Juros sobre adiantamentos de clientes			(1.534)	(1.487)
Outras despesas	(104)	(158)	(106)	(190)
	<u>(3.492)</u>	<u>(8.626)</u>	<u>(5.028)</u>	<u>(7.074)</u>
Variações cambiais, derivativos e valor justo, líquidos				
Valor justo de títulos a receber	1.683	(757)	1.683	(757)
Variações cambiais e derivativos, líquidos	(310)		(310)	
	<u>1.373</u>	<u>(757)</u>	<u>1.373</u>	<u>(757)</u>
Resultado financeiro	<u>(1.603)</u>	<u>(9.383)</u>	<u>(3.141)</u>	<u>(7.219)</u>

24 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A diretoria determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

As atividades do Companhia o expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo como riscos de mercado que inclui o preço das *commodities*, câmbio, liquidez e de crédito. Sendo que tais riscos são mitigados pela diretoria, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos.

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e pelo Grupo e suas classificações estão demonstrados abaixo:

Classificação	Controladora		Consolidado		
	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	3.351	2.050	3.532	2.051
Dividendos a receber	Custo amortizado	1.601	1.601		
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	25.602	25.750	58.261	33.631
Títulos a receber	Valor justo por meio do resultado	47.452	59.170	47.452	59.170
Títulos a receber	Custo amortizado	5.861	8.282	5.861	8.282
Depósitos judiciais	Custo amortizado	3		3	30
		<u>83.870</u>	<u>96.853</u>	<u>115.109</u>	<u>103.164</u>
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	127.707	29.737	127.707	29.737
Passivos relacionados a contratos com clientes	Valor justo por meio do resultado			73.976	73.427
Passivos relacionados a contratos com clientes	Custo amortizado		52	116	116
Títulos a pagar	Custo amortizado	12.227	1.822	12.227	1.822
Dividendos a pagar	Custo amortizado	45.337	32.583	45.337	32.583
		<u>185.271</u>	<u>64.194</u>	<u>259.363</u>	<u>137.685</u>

A Companhia aplica o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo.

25 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

a) Reconciliação da dívida líquida

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de março de 2023	31 de dezembro de 2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	127.707	29.737	127.707	29.737
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(3.351)	(2.050)	(3.532)	(2.051)
Dívida líquida	<u>124.356</u>	<u>27.687</u>	<u>124.175</u>	<u>27.686</u>

b) Movimentação da dívida líquida

No consolidado, a conciliação da movimentação patrimonial, é como segue:

	Empréstimos e financiamentos	Tributos parcelados	Total dívida	Caixa e equivalentes	Total da dívida líquida
Saldos em 1º de janeiro de 2022	72.367	492	72.859	(23.215)	49.644
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(11.056)	(48)	(11.104)	22.689	11.585
Pagamento de empréstimos	(8.756)		(8.756)		(8.756)
Pagamento de juros dos empréstimos	(2.300)		(2.300)		(2.300)
Pagamento de tributos parcelados		(36)	(36)		(36)
Pagamento de juros dos tributos parcelado		(12)	(12)		(12)
Caixa e equivalentes de caixa aplicado				22.689	22.689
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	2.514	12	2.526		2,526
Juros sobre empréstimos provisionados	2.514		2.514		2,514
Juros sobre tributos parcelados provisionados		12	12		12
Saldos em 31 de março de 2022	63.825	456	64.281	(7.852)	63.755
Saldos em 1º de janeiro de 2023	29.737		29.737	(2.051)	27.686
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	96.129		96.129	(1.481)	94.648
Captações de empréstimos	99.665		99.665		99.665
Pagamento de empréstimos	(3.333)		(3.333)		(3.333)
Pagamento de juros dos empréstimos	(203)		(203)		(203)
Caixa e equivalentes de caixa gerado				(1.481)	(1.481)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	1.841		1.841		1.841
Juros sobre empréstimos provisionados	1.531		1.531		1.531
Variação cambial	(1.118)		(1.118)		(1.118)
Instrumentos derivativos, líquidos	1428		1428		1428
Saldos em 31 de março de 2023	127.707		127.707	(3.532)	124.175

Na controladora, a conciliação da movimentação patrimonial, é como segue:

	Empréstimos e financiamentos	Partes relacionadas	Total dívida	Caixa e equivalentes	Total da dívida líquida
Saldos em 1º de janeiro de 2022	71.428		71.428	(2.640)	68.788
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(10.500)	13.075	2.575	2.115	4.690
Pagamento de empréstimos	(8.333)		(8.333)		(8.333)
Pagamento de juros dos empréstimos	(2.167)		(2.167)		(2.167)
Recursos recebidos de partes relacionadas, líquidos		13.075	13.075		13.075
Caixa e equivalentes de caixa aplicado				2.115	2.115
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	2.471	(13.075)	(10.604)		(10.604)
Juros sobre empréstimos provisionados	2.471		2.471		2.471
Atualização de juros		3.239	3.239		3.239
Dividendos a ser aprovados em AGO		(16.314)	(16.314)		(16.314)
Saldos em 31 de março de 2022	63.399		63.399	(2.599)	62.874
Saldos em 1º de janeiro de 2023	29.737		29.737	(2.050)	27.687
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	96.129		96.129	(1.301)	94.828
Captações de empréstimos	99.665		99.665		99.665
Pagamento de empréstimos	(3.333)		(3.333)		(3.333)
Pagamento de juros dos empréstimos	(203)		(203)		(203)
Caixa e equivalentes de caixa gerado				(1.301)	(1.301)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	1.841		1.841		1.841
Juros sobre empréstimos provisionados	1.531		1.531		1.531
Variação cambial	(1.118)		(1.118)		(1.118)
Instrumentos derivativos, líquidos	1.428		1.428		1.428
Saldos em 31 de março de 2023	127.707		127.707	(3.351)	124.356

c) Transações que não afetaram o caixa

A seguir relacionamos as transações no período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	137		137	6.925
Compensação de títulos a receber com títulos a pagar do acordo	14.672		14.672	

Conforme divulgado na Nota 16, o Grupo mantém contratos de arrendamento de suas propriedades agrícolas com a TESA, vigente a partir de 1º de setembro de 2021 até a safra de 2041. O fluxo estimado de receita desses contratos de arrendamento operacional está divulgado na Nota 21.

27 **Informação por segmento**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o reporte periódico estruturado pela Diretoria e apresentado ao Conselho de Administração, sendo este o órgão responsável pela tomada de decisões estratégicas quanto à operação, sobretudo quanto à alocação de recursos e desempenho operacional. O Conselho de Administração, enquanto responsável pelas definições estratégicas do Grupo, considera o negócio sob a perspectiva de segmento, materializado através de reportes e relatórios fornecidos pela Diretoria.

Grupo opera com um único segmento operacional concentrado na operação de arrendamento das propriedades rurais e benfeitorias. A Companhia implementará, durante o exercício de 2023, a racionalização e otimização dos seus ativos, propriedades e operações, através da uma gestão segregada das suas principais atividades, destacando-se a gestão e exploração de propriedades rurais mediante arrendamento e execução e aperfeiçoamento do manejo florestal sustentável, além do foco contínuo na valorização de seus ativos.

No entendimento da Administração, a implementação otimizada de outras formas de exploração de seus ativos e operações não impacta na análise de segmentos operacionais, uma vez que foi mantida a unicidade negocial durante todo o período, refletindo a forma pela qual é controlada, gerenciada e monitorada pela Diretoria.

28 **Eventos subsequentes**

a) **Aditamento ao instrumento particular de contrato de arrendamento firmado com a TESA**

Os contratos de arrendamento de propriedades agrícolas com a TESA, vigente a partir de 1º de setembro de 2021 até a safra de 2041, foram aditados em abril de 2023, com prorrogação de mais 5 anos, se encerrando no ano safra 45/46 que se encerrará em 31 de agosto de 2046.

b) **Aditamento ao instrumento particular de contrato de arrendamento firmado com Pessoa física**

O contrato de arrendamento de propriedade agrícola, vigente a partir de 1º de setembro de 2020 até a safra de 2023, foi aditado em abril de 2023, com prorrogação de mais 1 ano, terminando no ano safra 23.24 que se encerrará em 31 de agosto de 2024. Adicionalmente, foi reajustado o preço do arrendamento para o ano safra 23/24, de 12 sacas de soja por hectare arrendado para 14 sacas de soja por hectare arrendado.

* * *

Mariana Dantas Mesquita
Diretora Presidente e de Relação com Investidores

Cesar Henrique Gallo do Prado
Diretor Administrativo e Jurídico

Devanir Carlos Guidi
Corporate Controller